REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUPL. "C" AO Nº 68 - SÁBADO, 17 DE MAIO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,68)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (66,68)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1

Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 11

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,63)
Eduardo Amorim (17,47,48,80)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino (126)
Mozarildo Cavalcanti (57,125)

Líder do PR - 4

Alfredo Nascimento (41,63)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,80)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 22

Líder
Humberto Costa - Bloco (117,121)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,99)
Inácio Arruda (89,94,115,127)
Marcelo Crivella (36,120,128)

.....

Líder do PT - 13

Humberto Costa (117,121)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,103)
Anibal Diniz (25,102)
Paulo Paim (101)
Eduardo Suplicy (100)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,70,99)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PCdoB - 2

Vanessa Grazziotin (1,91,116)

Vice-Líder do PCdoB
Inácio Arruda (89,94,115,127)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,75)

Líder do PRB - 1

Marcelo Crivella (36,120,128)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,83)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SD) - 16

Líder
Wilder Morais - Bloco (95,112,119)

Vice-Líderes
Mário Couto (34,61,124)
Jayme Campos (28,106,110,123)
Alvaro Dias (73,122)

.....

Líder do PSDB - 11

Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (77)
Alvaro Dias (73,122)
Paulo Bauer (5,35,72,78)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,74)

Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (95,112,119)

Líder do SD - 1

Vicentinho Alves (42,54,71,111)

PSB - 4

Líder
Rodrigo Rollemberg - PSB (65,98)

Vice-Líder
Lídice da Mata (29,38,83)

PROS - 1

Líder
Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA
SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

- ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

VOLUME I

3ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 04/06/2013..... 005

4ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 11 e 18/06/2013..... 056

2ª Reunião de Audiência Pública da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 18/06/2013..... 072

3ª Reunião de Audiência Pública da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 25/06/2013..... 118

5ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 25/06/2013 e 02, 03, 04, 09, 10 e 16/07/2013..... 170

6ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 06, 07, 08 e 13/08//2013..... 218

7ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 20, 21 e 22/08/2013..... 290

1ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 27/08/2013..... 321

2ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 03 e 11/09/2013..... 340

8ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 17, 18, 24 e 25/09/2013 e 02, 08, 09, 16, 22 e 24/10/2013..... 355

2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 18/09/2013..... 487

4ª Reunião de Audiência Pública da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 25/09/2013..... 566

3ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 30/10 e 05/11/2013 651

4ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 06/11/2013 681

VOLUME II

9ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 12 e 13/11/2013 710
10ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 19 e 21/11/2013 782
11ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 26, 27 e 28/11/2013; e 03, 04, 09, 10, 11, 12 e 17/12/2013..... 886
5ª Reunião de Audiência Pública da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 03/12/2013..... 1.318

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 2013.

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 8 de 2013. Durante esse período, verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Andre Moura, Bohn Gass, Claudio Cajado, Danilo Forte, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Lourival Mendes, Mandetta, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Ricardo Berzoini, Roberto Teixeira, Ruy Carneiro, Sandro Alex e Severino Ninho; dos **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Lídice da Mata, Lobão Filho e Wilder Morais; dos **Deputados Suplentes**: Afonso Florence, Alex Canziani, André Zacharow, Chico Lopes, Dalva Figueiredo, João Dado, Jorge Bittar, José Rocha, Junji Abe, Osvaldo Reis, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Arruda e Roberto Britto; e dos **Senadores Suplentes**: Eduardo Suplicy e Inácio Arruda. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Armando Vergílio, Bruno Araújo, Carlos Magno, Domingos Sávio, Leonardo Quintão, Marçal Filho, Rose de Freitas, Sebastião Bala Rocha, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro; e os **Senadores Titulares**: João Vicente Claudino, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues e Walter Pinheiro. **ABERTURA:** às 14h44, havendo número regimental para abertura, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, Senador Lobão Filho, declarou iniciados os trabalhos. O Deputado Cláudio Cajado manifestou-se para solicitar a dispensa da leitura das atas e foi atendido. A seguir, o Presidente chamou à Mesa o Deputado Danilo Forte, Relator do PLDO 2014, a fim de que este pudesse apresentar o Relatório Preliminar ao Projeto. Durante a apresentação, os Deputados Pedro Novais, Cláudio Cajado e Domingos Sávio questionaram a necessidade da leitura integral do Relatório. Em réplica, tanto o Presidente quanto o Relator defenderam a importância fazê-la. Após a leitura, o Presidente anunciou datas do cronograma para o PLDO 2014: dias 5, 6 e 7/6 – apresentação de emendas ao Relatório Preliminar; 10/6 – entrega do Relatório Preliminar com emendas, entre 12 e 13/6 – votação do Relatório Preliminar com emendas, prazo de oito dias após a aprovação do Parecer Preliminar para apresentação de emendas ao PLDO 2014. Na sequência, o Senador Eduardo Suplicy fez uso da palavra para tecer comentários sobre as emendas que pretende apresentar. Logo após, o Deputado Evandro Milhomen levantou Questão de Ordem sobre a forma de apresentação de emendas ao PLDO 2014 pelas duas Comissões recém-criadas na Câmara dos Deputados. O Presidente respondeu alegando que já se encontrava em tramitação Projeto de Resolução do Congresso Nacional que sanaria o problema. O Deputado Danilo Forte complementou a informação ao dizer que caso esse Projeto não

fosse aprovado a tempo da votação do PLDO 2014, caberia ao Plenário da Comissão resolver a questão. A seguir, ocorreu debate sobre o Relatório Preliminar, Seminários Regionais e PLDO 2014, do qual participaram os Deputados Cláudio Cajado, Osvaldo Reis, Lourival Mendes, Domingos Sávio, Danilo Forte, além do Presidente. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente informou que serão transcritos nas notas taquigráficas da reunião e que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. A seguir, colocou em votação as Atas das seguintes reuniões: 20ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18/12/2012; 10ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 19 e 20/12/2012; 1ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 19 e 20/03/2013; Reunião de Instalação e Eleição da Mesa Diretora, realizada no dia 26/03/2013; Reunião de Eleição da Mesa Diretora, realizada nos dias 2 e 3/04/2013; Reunião de Eleição da Mesa Diretora, realizada no dia 10/04/2013; Reunião de Eleição da Mesa Diretora, realizada nos dias 16 e 17/04/2013; 1ª Reunião não deliberativa, realizada nos dias 23 e 24/04/2013; 2ª Reunião não deliberativa, realizada nos dias 7, 9 e 14/05/2013; 1 ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 21/05/2013; 2ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 14, 15, 21, 22 e 28/05/2013; 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 28/05/2013. As Atas foram **aprovadas**. **ORDEM DO DIA: 1 - Ofício Conjunto nº 01/2013 CONORF/CONOF,** de 28 de maio, que propõe "Correção de erros materiais verificados no processamento das proposições apresentadas durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária para 2013". *(Lei n.º 12.798, de 04 de abril de 2013).* Autores: Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle/SF e Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD. Não houve quem quisesse discutir a matéria. Em votação, o Ofício foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Presidente apresentou proposta para inversão da Pauta, passando-se à imediata apreciação do item 3. A proposta foi acatada pelo Plenário da Comissão. **3 - Requerimento nº 2/2013-CMO,** que "Requer a realização de Seminários nos Estados da Federação para apresentação e debate acerca do PLDO 2014*. (Fortaleza/CE; Porto Alegre/RS; Florianópolis/SC; Rio de Janeiro/RJ; Campo Grande/MS; São Paulo/SP; Salvador/BA; São Luiz/MA; Belém/PA; Porto Velho/RO; Palmas/TO e Uberlândia/MG).* Autor: Deputado Danilo Forte. Discutiram a matéria o Senador Wilder Morais e os Deputados Domingos Sávio, Severino Ninho e Evandro Milhomen. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade, com a inclusão das seguintes cidades, sugeridas pelos respectivos parlamentares: Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) - Belo Horizonte-MG; Deputado Evandro Milhomen (PCdoB/AP) - Macapá/AP; Senador Wilder Morais (DEM/GO) - Goiânia – GO; e Deputado Severino Ninho (PSB/PE) - Recife–PE. **2 - Requerimento nº 1/2013-CMO,** que "requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, no que tange à inscrição, à execução e ao cancelamento de restos a pagar". *(Convidando o Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega; a Ministra do*

Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra, Mirian Aparecida Belchior; a Ministra Chefe da Casa Civil, Sra. Gleisi Helena Hoffmann; a Ministra das Relações Institucionais, Sra, Ideli Salvatti; o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Sr. Paulo Ziulkoski e o Presidente da Federação das Associações de Municípios da Paraíba, Sr. Buba Germano). Autor: Deputado Efraim Filho. O Requerimento foi subscrito pelo Deputado Cláudio Cajado, como co-autor. Discutiram os Deputados Danilo Forte, Efraim Filho, Cláudio Puty, Jorge Bittar, Pedro Novais e Bohn Gass, além do Senador Wilder Morais. O Requerimento foi **aprovado** por unanimidade com alteração de redação, sugerida pelo Deputado Danilo Forte (PMDB/CE), para que fossem convidados apenas dois Ministros, um da área econômica e outro da área política, e foi acatado pelo Autor do Requerimento, que indicou a Ministra Chefe da Casa Civil, Sra. Gleisi Helena Hoffmann e o Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega ou a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Mirian Aparecida Belchior. O Deputado Bohn Gass (PT/RS) apresentou aditamento ao Requerimento com a inclusão de representante da Caixa Econômica Federal. Logo após, o Presidente propôs ao Plenário a inclusão na Pauta do **Requerimento nº 3/2013 – CMO**, que "Requer a realização de Audiências Públicas para discussão do PLDO 2014. A realização de duas Audiências Públicas no âmbito desta Comissão, para a colheita de elementos que venham a subsidiar a discussão e o aperfeiçoamento do PLN nº 2/2013 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014), quais sejam: 1. "Sistema 's' - Compreensão e Propostas de Regulação", com os seguintes convidados: (i) Sr. Fábio Barros, Secretário da SECEX Previdência do TCU - Tribunal de Contas da União, representando esta Côrte; (ii) Sr. Fernando Momelli, Subsecretário de Tributação e Contencioso da Receita Federal, representando este órgão; (iii) Sr. Robson Andrade, presidente da CNI - Confederação Nacional das Indústrias, como representante do Sistema "S"; (iv) Senador Ataídes Oliveira - PSDB/TO (proponente de Auditorias Operacionais do TCU sobre o Sistema "S" e de audiência pública no Senado sobre o tema); a ser realizada em 18 de junho. 2. "Entraves Burocráticos: Realidade e Soluções", com os seguintes convidados: (i) TCU Tribunal de Contas da União; (Ii) CGU - Controladoria Geral da União; (Iii) CNM Confederação Nacional de Municípios; e (iv) ABDIB - Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base; a ser realizada em 25 de junho". Autor: Deputado Danilo Forte. Em votação, a proposta de inclusão foi **aprovada** por unanimidade. O autor apresentou o Requerimento e, não havendo debate, foi **aprovado** por unanimidade. Logo após, o Presidente propôs nova inclusão de item na Pauta, dessa vez, o **Requerimento nº4/2013 – CMO**, que "requer que seja sugerido ao Poder Executivo a alteração do prazo de vigência, para 31 de dezembro, do § 2º do art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986". Autor: Deputado Nilton Capixaba. A apresentação do Requerimento foi realizada pelo Autor, porém, quando da deliberação de sua inclusão na Pauta pelo Plenário, o Deputado Bohn Gass argumentou que não teve tempo hábil para conhecer da matéria, solicitando a sua postergação até a próxima reunião da Comissão. O Autor do Requerimento concordou com a proposta. **ENCERRAMENTO:** às 16h19 a reunião foi encerrada. Antes, porém, o Presidente convocou: - reunião ordinária

para o dia 11/6, às 14h30, no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados; - reunião com o Relator-Geral da LOA para 2014, Deputado Miguel Corrêa (PT/MG), Relator da Receita, Senador Eduardo Amorim (PSC/SE), Relatores Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária anual para 2014 e Consultores de Orçamento, para o dia 5 de junho, quarta-feira, às 14h30min, na sala de reuniões da Presidência da Comissão; - reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para o mesmo dia, 05 de junho, quarta-feira, às 15 horas, para debate sobre Seminários Regionais, na sala de reuniões da Presidência da Comissão. Além disso, cancelou a realização das seguintes reuniões extraordinárias: dia 5 de junho, quarta-feira, às 14h30min, no plenário 2; e dia 6 de junho, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 4, ambas no Anexo II da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Lobão Filho, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, caros assessores presentes, prezados jornalistas, minhas senhoras e meus senhores, há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 8, de 2013.

Informo que os avulsos das matérias se encontram nas mesas de trabalho.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente, até para nós podermos agilizar a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Acatada a dispensa da leitura da ata.

Convido o Deputado Danilo Forte, Relator da LDO, para fazer parte desta Mesa.

Comunico que nós temos dois requerimentos a serem discutidos e votados, além da apresentação do relatório preliminar da LDO, que será feita pelo seu Relator.

Eu gostaria de comunicar a todos os presentes à apresentação deste relatório preliminar da LDO que não haverá votação do relatório nesta sessão e que, após a leitura, será aberto prazo para emendas. Isto é muito importante para os Srs.

Parlamentares, porque terão apenas 3 dias para emendar o relatório preliminar. O prazo vencerá, portanto, na sexta-feira. Após esse prazo, no dia 10 deste mês haverá a entrega do relatório e sua consequente votação, entre os dias 12 e 13.

Passo a palavra neste momento ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Quero apenas justificar minha ausência nas sessões da semana passada. Eu estava em missão oficial no Azerbaijão, juntamente com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Deputado Nelson Pellegrino. Fomos àquele país desenvolver uma atualização para fins de incremento nas relações bilaterais e, principalmente, para conhecer a geopolítica local no que se refere ao conflito entre a Armênia e o Azerbaijão.

Portanto deixo justificada minha ausência nas reuniões desta Comissão na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está plenamente justificada a ausência, Deputado Claudio Cajado.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente Senador Edison Lobão Filho, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, passo a ler o Parecer Preliminar sobre o Projeto de Lei nº 2, de 2013-CN, que "*dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2014 e dá outras providências*".

RELATOR: Deputado DANILO FORTE

RELATÓRIO

Nos termos do art. 85 da Resolução nº 1/2006-CN, o Relatório Preliminar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá avaliação: (i) *dos cenários econômico-fiscal e social do projeto,* (ii) *dos parâmetros que foram utilizados para a sua elaboração;* e (iii) *das informações constantes de seus anexos.* Quanto ao Anexo de

Metas e Prioridades, o parágrafo único daquele dispositivo prevê que o Relatório Preliminar contenha as regras, parâmetros e critérios que nortearão os trabalhos da relatoria quanto à apresentação e acolhimento das respectivas emendas.

2. O PLDO 2014 não contém anexo de metas e prioridades, tendo o art. 4º estabelecido que as prioridades referem-se às ações do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, e ao Programa Brasil sem Miséria — PBSM, sem, contudo, explicitar essas ações.

3. O Congresso Nacional já interpretou por mais de uma vez que a não explicitação das prioridades e das respectivas metas físicas contraria a Constituição Federal (art. 165, § 2º, e art. 195, § 2º). Em razão disso, decidiu elaborar referido anexo nos PLDOs 2008, 2011 e 2013.

4. O Relatório ora apresentado prevê a elaboração e inclusão do referido anexo ao PLDO 2014 por meio da aprovação de emendas. As regras para tanto estão dispostas na Parte Especial deste Relatório. A Parte Geral, como demanda a Resolução nº 1, de 2006-CN, avalia os cenários e os parâmetros utilizados para a elaboração do projeto e dos respectivos anexos.

1 PARTE GERAL

1.1 Avaliação do Cenário Econômico-Fiscal

5. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (PLDO 2014) embasa suas projeções fiscais na recuperação do crescimento econômico e na manutenção da estabilidade de preços. A Tabela a seguir apresenta os principais parâmetros econômicos empregados.

PARÂMETROS ECONÔMICOS DO PLDO 2014

ITENS

PIB - valor em R$ bilhões correntes: 2013, 4.973,60; 2014, 5.397,95; 2015, 5.970,75; 2016, 6.544,79.

PIB - variação real em %: 2013, 3,50; 2014, 4,50; 2015, 5,00; 2016, 4,50.

IPCA - variação acumulada em %: 2013, 5,20; 2014, 4,50; 2015, 4,50; 2016, 4,50.

IPCA - variação média em %: 2013, 5,94; 2014, 4,91; 2015, 4,50; 2016, 4,50.

IGP-DI - variação acumulada em %: 2013, 5,18; 2014, 5,00; 2015, 5,00; 2016, 4,95.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu pediria silêncio a este Plenário, porque nós estamos discutindo o relatório preliminar da LDO, assunto extremamente importante para o País. Não vamos permitir conversas paralelas no fundo deste plenário.

Portanto, peço silêncio e atenção ao relatório preliminar lido pelo Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, tratando-se de um relatório preliminar, eu perguntaria a V.Exa., ao Relator e aos demais membros se não se poderia dispensar a sua leitura. Deixaríamos para exigir a leitura no momento em que o relatório fosse definitivo. Por enquanto, nós o levaríamos para a Casa para estudá-lo, já tendo o Relator o apresentado inicialmente. Ele poderia fazer apenas as conclusões.

É uma sugestão que eu faço, para economia de tempo e de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Imagino que o relatório seja um sumário, mas, mesmo assim, passo a palavra ao Deputado Danilo Forte para que se pronuncie sobre o pedido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O Plenário é soberano. O que o Plenário decidir estou aqui para acatar. Sou um servidor da Casa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, o Deputado Pedrinho tem como intenção, salvo melhor juízo, evitar que fiquemos naquele relatório maçante.

Eu sugeriria que o Deputado Danilo aborde os temas que considere mais importantes, os que modifiquem as LDOs anteriores, aquilo que ele julgou pertinente

alterar, trazer à baila aqui, informações que seria necessário todos nós conhecermos. Porque, obviamente, todos vão ler o relatório, e não seria uma leitura rápida na Comissão que faria com que nos aprofundássemos nessa discussão. Pelo contrário, o relatório ainda é preliminar, como o nome diz.

Então eu sugeriria, até pelo que propõe o Deputado Pedrinho, que o Deputado Danilo abordasse os pontos modificados, trazidos como novos, aquelas questões que ensejam, talvez, uma discussão maior. O Deputado Danilo Forte, exímio estudioso que é das matérias que lhe cabem na relatoria, saberá fazer isso muito competentemente. E não deixaríamos de ouvi-lo, porque é importante que ele nos traga essas informações, até para embasar as assessorias dos partidos, que vão ter que elaborar uma posição sobre o que está sendo apresentado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado.

Com a autorização do Deputado Danilo Forte, que estava lendo o relatório, eu passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu quero, seguindo a linha desenvolvida pelo Deputado Claudio Cajado, compreender que nós devemos neste momento toda a atenção ao Relator, mas deixando-o bem à vontade, caso queira resumir de alguma forma a leitura. Mas não posso deixar de trazer uma preocupação que já manifestei, ainda que de forma breve, ao Relator e acho que até mesmo a V.Exa.

É claro que nós vamos tomar conhecimento da íntegra do relatório, até porque só poderemos trabalhar com as emendas se o conhecermos detalhadamente, o que faremos com auxílio da nossa assessoria, mas eu acredito que nós precisaremos dedicar o melhor do nosso tempo à construção de entendimentos.

Acredito, portanto, que uma leitura sucinta não haverá de nos prejudicar em nada, até pelo fato de que nós precisamos nos esforçar na busca da construção de entendimento sobre alguns pontos. Acredito até que precisamos fazê-lo de forma programada. O Relator poderá, com a coordenação de V.Exa., construir uma agenda

para que aprofundemos esse entendimento. E acho que a Liderança do Governo no Congresso precisa participar disso.

Estou fazendo estas considerações porque já deixei claro, Presidente, que não é o propósito da Oposição fazer uma obstrução sistemática, daquelas que possam de alguma forma parecer oposição ao País. Nunca foi esse o comportamento do PSDB, e não tenho visto essa atitude por parte do Democratas, nem do PPS, nem de outros Deputados que se colocam de forma mais independente na sua reflexão sobre temas tão importantes como a LDO e o Orçamento.

Porém, nós estamos extremamente apreensivos com algumas questões, que precisam ser objeto de entendimento. Aliás, o que vimos aqui na sessão passada, num esforço do Deputado do PMDB que acabou numa sessão um pouco conturbada, com votação num sentido na Câmara e em outro no Senado com relação às emendas dos Parlamentares, é que matérias como essas não estão bem digeridas. A verdade é essa. Aquele cenário demonstrou isso.

Eu acho que a LDO pode nos ajudar a construir alguns entendimentos com relação a esse aspecto. A questão dos vetos poderá vir a ser um problema no momento em que chegar ao plenário. Se nós pudemos, através de entendimento, avançar — e isso às vezes se dá muito mais nas reuniões que ocorrem na sala de V.Exa., sem prejuízo da importância destas reuniões no plenário —, eu quero deixar claro que o PSDB não dificultará em nada o trabalho do Relator. Se ele entender por bem fazer a leitura da conclusão, nós nos daremos por satisfeitos, porque o que nós queremos é um debate mais detalhado sobre alguns temas, que eu acredito que precisam ser objeto de entendimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Devolvo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Compreendendo a importância da participação e do debate, nós até já encaminhamos dois requerimentos à Presidência da Comissão, um deles no sentido de realizarmos mais duas audiências públicas aqui na Comissão, para tratar de um tema relevante, que é o Sistema S, o qual tem chamado muita atenção. Convidamos setores ligados ao Governo, ao empresariado e também aos órgãos de controle, porque tem chamado atenção da Casa essa questão. E outra questão que também foi muito debatida aqui na audiência com a Ministra Miriam Belchior foram os entraves burocráticos à efetividade do Orçamento. Então nós também estamos encaminhando a realização de audiência pública aqui na Comissão para debate com os órgãos de controle, com o Governo, com os Municípios e com os empresários da infraestrutura e da indústria de base, exatamente para que a gente possa aferir melhor as dificuldades de dar efetividade e eficiência ao Orçamento da União. Esse requerimento já está aqui na mesa.

Outro requerimento que eu também já encaminhei à Presidência tem como objetivo realizarmos audiências públicas em diversas Regiões do País. Estou me dispondo a ir com os Parlamentares de cada Região discutir os problemas mais do ponto de vista regional, a fim de que o relatório também seja um indutor da diminuição das desigualdades regionais no País e possa ajudar neste momento em que o debate do Pacto Federativo está tão dinamizado na sociedade brasileira, com a prerrogativa de que o Orçamento da União possa contribuir também para diminuir e equalizar essas desigualdades.

Então há esses dois requerimentos em andamento.

Com relação ao relatório em si, eu já tive a preocupação de mandar, ontem, cópia do texto para cada bancada. Cada bancada já deve ter recebido essa cópia, ou pelo seu Líder ou pelo seu Coordenador aqui na Comissão de Orçamento — aqueles cujo nome eu lembrei. Então eu já mandei cópia do relatório, para que eles pudessem fazer uma avaliação do texto.

Neste primeiro relatório preliminar, tivemos a preocupação de não ser contundentes no que diz respeito a propostas, nem no que diz respeito à questão de metas. Deixamos o relatório mais em aberto, mais de análise sobre o que foi apresentado no projeto de lei pelo Governo, pelo Executivo, para que houvesse uma avaliação dessas questões. Aliás, algumas questões chamaram a atenção, como o risco fiscal, a política monetária que o País tem adotado, o impacto das projeções da avaliação do salário mínimo e da inflação, que também é uma preocupação de todos nós hoje.

Outra preocupação importante é a ausência do Anexo de Metas e Prioridades. Nós já até colocamos na abertura do relatório que o projeto de lei este ano não trouxe Anexo de Metas e Prioridades, cabendo a nós decidir sobre a sua reinclusão, até para que haja um balizamento do que se espera de cumprimento por este Orçamento.

Também preocupam as despesas, com relação às limitações de empenho, ou seja, a questão do que é impositivo, do que é autorizativo — do que é obrigatório, do que não é obrigatório.

Há ainda esta discussão, que a gente já fez questão de citar, dos temas que estão na Ordem do Dia da Casa, como a questão do Sistema S e das emendas parlamentares impositivas.

E há aqui uma Parte Especial, que é importante nós debatermos, porque é exatamente o procedimento, o processo que vamos tentar planejar para poder aprovar o projeto de lei.

Então esta Parte 2 é interessante que todos conheçam. Eu vou resumir a leitura da Parte Especial, para que todos possam participar deste encaminhamento, porque o que nós queremos é uma participação a mais ampla possível, com o maior número possível de colaboração.

"**2. PARTE ESPECIAL**

2.1 Da Apresentação e do Número de Emendas.

2.1.1 Poderão apresentar emendas ao PLDO 2014: Parlamentares, comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e bancadas estaduais.

2.1.2 Denominam-se coletivas as emendas apresentadas por bancada estadual ou comissão permanente. Individuais, as apresentadas por Deputado Federal ou Senador" — e por Deputada ou Senadora, é lógico.

"2.1.3 Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do PLDO 2014:

a) Texto do Projeto (págs. 3 a 71 do Volume I do Avulso);

b) Anexo I – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados (pág. 72 do Volume I do Avulso);

c) Anexo II – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2014 (págs. 73 a 77 do Volume I do Avulso);

d) Anexo III – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho (págs. 78 a 80 do Volume I do Avulso);

e) Anexo IV.1.a – Anexo de Metas Anuais 2014 a 2016 (pág. 87 do Volume I do Avulso); e

f) Anexo IV.13 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (págs. 523 e 524 do Vol. II do Avulso).

2.1.4 Não há limite ao número de emendas ao texto.

2.1.5 O Anexo III do PLDO 2014, relativo às Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho, será desmembrado nas Seções I e II. A Seção I constitui-se de despesas obrigatórias de caráter continuado e a Seção II, das demais despesas a que se refere o § 2º do art. 9º da LRF.

2.1.6 As emendas à Seção I do Anexo III deverão identificar, na justificativa, o ato legal criador do gasto a ser incluído;

2.1.7 Para compor a Seção II do Anexo III, as emendas deverão explicitar as razões pelas quais a despesa deve ser ressalvada da limitação de empenho e movimentação financeira.

2.1.8 As emendas a que se refere a alínea “e” do item 2.1.3 deverão conter na justificativa a descrição do cenário econômico e a fundamentação dos parâmetros que dão consistência à alteração pretendida;

2.1.9 As emendas a que se refere a alínea “f” do item 2.1.3 deverão conter na justificativa a memória de cálculo e demais informações que justifiquem a inclusão do item objeto da emenda no demonstrativo.

2.1.10 O Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de inclusão de ações constantes das Leis Orçamentárias para 2012 e 2013, Leis nºs 12.595, de 19/01/2012, e 12.798, de 04/04/2013.

2.2 Das Emendas para Elaboração do Anexo de Metas e Prioridades.

2.2.1 A apresentação de emenda para elaboração do Anexo de Metas e Prioridades deve observar os seguintes limites:

a) até 3 (três) emendas por bancada estadual do Congresso Nacional;

b) até 3 (três) emendas por Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

c) até 2 (duas) emendas por Deputado Federal ou por Senador;

2.2.2 Nenhum Parlamentar poderá apresentar mais de uma emenda que contemple a mesma ação orçamentária.

2.2.3 O menor nível de detalhamento do Anexo de Metas e Prioridades corresponde ao da ação orçamentária.

2.2.4 O sistema de elaboração de emendas ao PLDO 2014 disponibilizará o conjunto das ações das Leis Orçamentárias de 2012 e 2013 passíveis de emenda.

2.2.5 As emendas ao Anexo de Metas e Prioridades deverão se restringir aos programas constantes do Anexo a este Relatório, identificando-se a respectiva ação e meta.

2.3 Dos Critérios de Admissibilidade de Emendas.

2.3.1 Somente serão admitidas emendas de Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal que estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão.

2.3.2 As emendas de bancada estadual devem estar acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação.

2.3.3 É vedado ao Relator apresentar emenda ao Anexo de Metas e Prioridades, salvo para:

a) ajustar o produto ou a unidade de medida da meta identificada na emenda proposta, bem como promover ajustes de ordem técnica ou legal na programação constante da emenda;

b) adequar a quantidade da meta constante da emenda proposta; ou

c) agregar ações orçamentárias com a mesma finalidade, no âmbito de cada programa.

2.3.4 As emendas de texto limitam-se às partes referidas no item 2.1.3.

2.4 Dos Critérios de Atendimento de Emendas.

2.4.1 Para a criação do Anexo de Metas e Prioridades, serão incluídas pela Relatoria, em decorrência da aprovação de emendas:

a) até 3 (três) ações que identifiquem nominalmente o Estado ou Distrito Federal, propostas por emendas de Bancada Estadual;

b) até 3 (três) ações por Comissão Permanente, propostas por emendas de Comissão;

c) até 2 (duas) ações que identifiquem nominalmente o Estado ou Distrito Federal, propostas por emendas individuais, de acordo com a frequência com que as ações são indicadas; e

d) até 15 (quinze) ações de interesse nacional, propostas por emendas coletivas e individuais.

2.4.2 O acolhimento de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades observará os programas prioritários constantes do Anexo a este Relatório, identificando-se a respectiva ação e meta.

2.4.3 As emendas ao texto serão acolhidas conforme o mérito e a pertinência com a matéria financeira e orçamentária.

2.4.4 A elaboração do Substitutivo ao PLDO 2014 será orientada pelos seguintes princípios:

a) Imprimir obrigatoriedade e celeridade à execução das programações aprovadas pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária de 2014;

b) Estabelecer mecanismos de identificação e proteção das programações consideradas prioritárias;

c) Desburocratizar a celebração de convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios;

d) Priorizar despesas de investimento;

e) Prever a inclusão de todas as receitas na Lei Orçamentária de 2014, inclusive as relacionadas às entidades do Sistema S;

f) Estabelecer normas relativas:

1) ao controle de custos na Administração Pública Federal;

2) à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos Orçamentos da União.

Sala da Comissão, 4 de junho de 2013.

Deputado Danilo Forte. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente Lobão Filho, prezado Relator Danilo Forte, cumprimento-o pelo parecer e gostaria de informar que pretendo fazer uma sugestão de emenda ao relatório de V.Exa., que visa à possibilidade de um Parlamentar, como este Senador, apresentar uma emenda para que possa, digamos,

uma Unidade da Federação ou um Município receber recursos através de emenda parlamentar para iniciar um programa de transferência de renda. Pioneiramente, refiro-me à renda básica de cidadania.

Assim como o Programa Bolsa Família iniciou-se por Municípios como Campinas, Ribeirão Preto e pelo Distrito Federal, até que hoje tenhamos o Bolsa Família em todos os Municípios brasileiros, e como está previsto em lei que será instituída por etapas, um dia, a renda básica de cidadania incondicionalmente para, se fosse hoje, 194 milhões de brasileiros, é perfeitamente possível que uma experiência nessa direção se inicie por Municípios.

Por exemplo, Santo Antônio do Pinhal, no Estado de São Paulo, aprovou lei nesse sentido, um Município de 7 mil habitantes. Esse Município poderá ser, em princípio, em tese, objeto de uma emenda parlamentar para fortalecer o objetivo da realização daquela experiência pioneira.

Então, eu quero informar a V.Exa. que é minha intenção apresentar emenda nesse sentido.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Passarei já a palavra aos Deputados Lourival Mendes e Wellington Fagundes.

Mas, antes, eu queria apenas registrar — o Deputado Claudio Cajado está inscrito antes — as datas para confirmar.

Então, formalmente, o Deputado Danilo Forte está entregando o Relatório Preliminar hoje, no dia 4. Portanto, nós temos os dias 5, 6 e 7, ou seja, até sexta-feira para apresentação de emendas. No dia 10, que é segunda-feira, o Deputado Danilo Forte antecipa que irá entregar o seu relatório final, já acatando ou rejeitando as suas emendas.

Muito bem. Nós temos aí dois dias para podermos colocar em votação este Relatório Preliminar. Então, nós iremos colocar em votação o Relatório Preliminar, ou

seja, discutir as emendas entre o dia 12 ou dia 13. São os dois dias. Nós vamos definir ainda qual desses dois dias. Provavelmente no dia 13.

Dando sequência, a partir da entrega e votação do Relatório Preliminar, abre-se novo prazo para novas emendas e aí, já sim, do Relatório da LDO.

Então, as emendas deverão ser oito dias a partir da votação nossa aqui do... da entrega do Relatório Preliminar da LDO.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Evandro Milhomen.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Bem, nós estamos agora praticamente com a LDO, debatendo para apresentação e aprovação.

Como é que fica o caso das duas Comissões que foram desmembradas — no caso, a Comissão de Cultura e a Comissão de Educação, que formalmente ainda não existem e terão dificuldades para apresentar emendas ao Orçamento, exatamente pela falta de formalidade das duas Comissões que são novas?

Uma vez que foi desmembrada a Comissão de Educação e a Comissão de Cultura, as duas deixaram de existir e estão num processo de formalização. Então, nós teríamos o prejuízo nessas duas áreas, com certeza, na apresentação de emendas.

Eu queria que V.Exa. esclarecesse, junto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, já há um projeto de resolução no Congresso que possibilita essas duas Comissões a apresentarem suas emendas à LDO — já está em discussão e votação. Então, já está sendo corrigida essa pequena distorção.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Nós teremos isso resolvido antes do processo de aprovação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Acreditamos que sim.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Porque senão vai ficar um prejuízo enorme e até com possibilidade de recursos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só esclarecendo um ponto: o Plenário é soberano. Se o Plenário admitir que podemos acatar como ressalva, acatamos, sem problema algum.

Inclusive a Deputada Jandira Feghali já me procurou e eu disse a ela que acatava.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Essa seria uma alternativa.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Uma boa iniciativa, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Depois discutiremos isso.

Passo a palavra, então, ao Deputado Claudio Cajado, que a pediu para discutir o Relatório Preliminar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, na verdade, nós vamos discuti-lo na próxima reunião que V.Exa. marcar. Agora vamos fazer apenas rápidos comentários.

Primeiramente, chama-me a atenção, na rápida exposição feita pelo Deputado Danilo, o fato de que não houve uma única palavra sobre a tese desenvolvida pelo Presidente da Casa, Deputado Henrique Eduardo Alves, que é do partido de S.Exa., sobre o orçamento impositivo, no que se refere às emendas individuais.

Eu acho que o Presidente Henrique Eduardo Alves já convocou — e está constituída uma Comissão Especial. Ele, como Presidente da Casa, tem envidado esforços no sentido de que essa matéria tenha tramitação célere. Se ela for aprovada na Comissão Especial e, eventualmente, tanto na Câmara, quanto no Senado, nós já teríamos que fazê-la constar da LDO, já que essa matéria será tema de deliberação para o Orçamento do ano que vem. Por isso, já de antemão, apresento essa provocação ao nobre Relator. Sei que esse é um assunto extremamente delicado, mas S.Exa. tem que abordá-lo. Não há como evitá-lo, até porque é uma questão que diz respeito não apenas ao Parlamento, mas a matérias que já estão efetivamente sendo discutidas.

Em segundo lugar, há uma alteração substantiva no que se refere à apresentação de emendas, sejam individuais, sejam coletivas, sejam de bancada. Eu já

tive aqui a oportunidade de expor a minha crítica em relação às emendas de Comissão, que servem basicamente ao Governo, que já elabora o Orçamento. Então, nós ficamos legislando com emendas que não dizem respeito ao federalismo, aos Estados federados.

Nós, como Deputados Federais, representamos o povo. Então, temos que direcionar emendas que venham a beneficiar aqueles que nos elegem individualmente, a nós, que, no coletivo, integramos o Parlamento. Os Senadores, por sua vez, representam os Estados federados.

Quando nós tratamos de emenda de Comissão, nem uma nem outra dessas duas vertentes é contemplada. Daí por que, do jeito que foi exposto, eu deverei, meu nobre Relator, apresentar algumas sugestões modificativas — diante do que V.Exa. já explanou. Não que eu divirja; é uma questão pessoal mesmo. Eu tenho essa tese e acho que isso é um desvirtuamento na forma como nós deveremos alterar substancialmente ou, eventualmente, parte do Orçamento que nos cabe discutir e votar.

Portanto, vou reservar-me para, na próxima semana, apresentar as minhas considerações. Eu não tenho dúvida de que, sendo o Deputado Danilo Forte, como o é, uma pessoal afável, aberta à negociação, ao entendimento e, principalmente, às críticas construtivas, não teremos muita dificuldade em apresentar essas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só alguns esclarecimentos ao Deputado Claudio Cajado, grande parceiro, colaborador ativo desta Comissão.

Primeiramente, quando colocamos os princípios do relatório preliminar — por isto o relatório é preliminar —, procuramos não dar conotação de imposição de nenhuma regra. Procuramos abrir o debate para que todos pudessem ofertar a sua participação.

Em segundo lugar, a Comissão Especial tem um prazo para aprovação das emendas impositivas. Eu participo do grupo lá; o Relator é o Deputado Edio Lopes.

Inclusive nós vamos ter uma audiência pública amanhã. Esperamos colocar em votação na Comissão o orçamento impositivo entre 15 e 20 de junho, porque o Presidente da Casa quer colocá-lo ao plenário da Casa na última semana de junho, ou na primeira semana de julho.

Nós aqui fizemos questão de dar o lastro exatamente quando, em um dos princípios da elaboração do substitutivo, o do item 2.4.4, afirmamos:

> *"2.4.4 A elaboração do Substitutivo ao PLDO 2014 será orientada pelos seguintes princípios:*
>
> *a) imprimir obrigatoriedade e celeridade à execução das programações aprovadas pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária de 2014."*

Isso significa dizer o quê? Significa que nós queremos fazer com que o Relatório de 2014 tenha eficiência e efetividade, que não seja mais uma mera peça autorizativa de ficção, mas que se aproxime tanto da realidade fiscal e financeira do que propõe o Governo na Lei Orçamentária, quanto da necessidade que o País tem de execução das suas premissas e dos seus projetos orçamentários para transformar em realidade os projetos que vamos defender aqui.

Então, quando colocamos a obrigatoriedade e a celeridade, nós o fazemos exatamente resguardando, buscando dar agilidade à execução orçamentária. E acho que as emendas individuais vão entrar exatamente dentro desse princípio para que possamos atendê-las.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Com a palavra o Deputado Osvaldo Reis; em seguida, os Deputados Lourival Mendes e Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS - Obrigado, Presidente, Senador Lobão Filho. Parabenizo V.Exa. pela escolha desse grande companheiro para Relator da LDO e também por seu requerimento no sentido de debatermos nos Estados esta questão tão importante: o Orçamento da União, a LDO.

Parabenizo V.Exa. mais uma vez pela escolha do meu Estado, o Tocantins, para se discutir o Orçamento.

Fico muito feliz. Eu, que já convivi nesta Comissão por 12 anos consecutivos, estou de volta e fico muito feliz em poder participar, com os companheiros do meu Estado, do Brasil e do meu PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Osvaldo Reis, pelas simpáticas palavras.

Passo a palavra ao Deputado Lourival Mendes.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, o Deputado Evandro Milhomen foi muito feliz em suas colocações, e eu me sinto contemplado com as respostas do Deputado Danilo Forte pelo comprometimento em acatar. E nós vamos apresentar uma emenda que garanta à Comissão de Educação e à Comissão de Cultura o direito de apresentarem elas as suas emendas. Então, eu fiquei contemplado com essas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Lourival Mendes.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente Lobão Filho, prezado Relator, Deputado Danilo Forte, eu queria antecipar a V.Exa., Sr. Relator, já pedindo sua compreensão e fazendo também um exercício com os colegas Parlamentares, ao pedir-lhes colaboração no sentido de podermos abordar um tema que, tenho notícia, por várias vezes já foi debatido aqui na Comissão Mista de Orçamentos, e não se conseguiu avançar.

Há um prejuízo, de fato, para diversos setores, especialmente da área social, e da área da saúde, por um impedimento, que não é constitucional, mas que vem fazendo parte da LDO ao longo dos anos, fazendo com que os bons paguem pelos maus de maneira absurda. É mais ou menos como se nós chegássemos à seguinte situação:

"Olha, há bandido na rua; então, nunca mais vou sair de casa". Ou: *"Está proibido sair de casa".*

Na verdade, nós temos que enfrentar os problemas com uma gestão transparente do Orçamento, com mecanismos de controle cada dia mais rígidos, com punição para qualquer desvio, mas nós não podemos deixar de cumprir a nossa missão com a sociedade naquelas demandas justas que nos chegam. E aí é importante o papel do Parlamentar ao construir emendas que sejam, de fato, aquelas que vão beneficiar a sociedade. E a LDO não pode travar isso.

Então, a emenda que eu quero discutir com o Relator e construir de maneira muito transparente com esta Casa vai em cima de um impeditivo que se vem perpetuando há alguns anos, sem nenhum fundamento constitucional. Tem-se impedido que os Parlamentares e, mais do que eles, o próprio Governo, nos seus programas de um modo geral, celebrem convênios com entidades não governamentais para fins de investimento.

A princípio alguém pode achar o seguinte: *"Não, tem que ser assim mesmo!"* Ora, isso está impedindo, por exemplo, que o Governo celebre um convênio, que um Parlamentar destine uma emenda a uma APAE, para ela estruturar-se adequadamente; a uma Santa Casa, para ela poder adequar a sua UTI, o seu centro cirúrgico, o telhado que está desabando. Isso está impedindo que o Governo possa...

Vou tocar num assunto que está absolutamente na Ordem do Dia: nós acabamos de aprovar a Lei Nacional Antidrogas. Ali nós desenhamos todo um arcabouço de ações preventivas, de ações para buscar socorrer a vítima. E para isso é necessária uma rede de proteção. O poder público não detém essa rede de proteção. É o Terceiro Setor que se organiza com as comunidades terapêuticas, que se organiza para acolher a vítima do tráfico. Agora, para essas comunidades terapêuticas poderem se credenciar no Sistema Único de Saúde, elas têm que atender a uma série de exigências da Vigilância Sanitária. Isso é adequado. Mas elas não têm capacidade financeira para fazer isso. E se o Deputado quiser destinar sua emenda a uma comunidade terapêutica séria, correta, que

cumpre todas as exigências legais, para ela adequar as suas instalações, ele não pode fazer isso. Por quê? A Constituição proíbe? Não. A LDO vem proibindo, numa atitude que é a de não enfrentar o verdadeiro problema do uso inadequado. Nós temos mecanismos no Tribunal de Contas. Podemos até detalhar na LDO alguns cuidados a mais para esses convênios com entidades não governamentais sem fins lucrativos. Eu ilustro o meu exemplo, mas poderíamos até, num primeiro momento, trabalhar com entidades não governamentais, sem fins lucrativos ou filantrópicas, da saúde, credenciadas no SUS, que já se submetem a uma série de regras. São grandes parceiras do Sistema Único. Sem elas, sem as Santas Casas, sem os hospitais filantrópicos aí é que o caos seria absoluto. Os Governos Estaduais fazem essa parceria. Minas, por exemplo, tem um programa chamado PRO-HOSP, que repassa os recursos justamente para estruturar — e o Deputado Miguel Corrêa, que será nosso Relator, sabe do que eu estou falando, da importância disso. Nós não podemos prescindir desse instrumento orçamentário para fortalecer os verdadeiros parceiros da saúde, os verdadeiros parceiros da área social, as APAEs. O que seria do trabalho social para o portador de deficiência?

Foi hoje entregue ao Senador Renan e ao Presidente Henrique Eduardo Alves o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. Nós vamos votar. Eu acredito que agora avance, que nós votemos. Mas como é que nós vamos explicar para as APAEs do Brasil inteiro que nós não podemos ajudá-las a melhorar o telhado que está desabando ou a construírem um espaço adequado que respeite as necessidades do portador de deficiência ou de necessidade especial?

Então, Relator, eu lhe faço esse apelo: vamos enfrentar esse problema, com seriedade, com responsabilidade, construindo um consenso, com mecanismos mais rigorosos para fiscalizar essa aplicação em entidade não governamental. Temos uns disparates. Por exemplo: o Deputado pode fazer uma emenda para, num evento, por exemplo, numa exposição agropecuária ou numa festa tradicional, pagar as despesas da festa. Celebra o convênio lá com o sindicato ou com a entidade não governamental e

paga até o *show.* Mas ele não pode, por exemplo, celebrar o convênio com o sindicato para montar ali dentro uma estrutura produtiva de geração de emprego e renda para o trabalhador rural, para fazer atividades educativas, de qualificação profissional.

Então, nós estamos deixando de ajudar a quem realmente precisa porque nós estamos nos impondo a uma trava na LDO, que não tem nenhum comando constitucional que nos obrigue a fazer. Eu sei que por várias vezes a LDO foi emendada, e o Executivo vetou, com essa tradição de que veta e não analisa o veto. Agora, eu acredito que isso vai mudar. Se vetar, nós temos pelo menos a possibilidade de derrubar o veto. Agora, não vamos fazer confronto, vamos ter um diálogo claro com a Ministra do Planejamento, com o Tribunal de Contas. Qual o problema? Tem risco de desviar dinheiro? Vamos aumentar os mecanismos de controle, vamos fiscalizar.

Então, Sr. Presidente, eu acho que sob a sua gestão nós podemos dar um avanço histórico, as APAEs, as Santas Casas, as comunidades terapêuticas, as instituições sérias do Terceiro Setor vão, de fato, viver um novo tempo, com o Governo Federal podendo celebrar parcerias a partir principalmente das emendas. Governos de todos os Estados fazem isso, prefeituras fazem isso, e o Governo Federal, não, não pode. Não pode porque pode haver um risco de desvio. Ora, risco de desvio vai haver sempre quando há o ser humano, e o ser humano é falível, gerindo aquilo que é de todos, e aí tem que ter um mecanismo de controle e de punição. Punição dura. Agora, deixar de fazer porque há o risco de desvio, é pior, é omissão. Então, é nessa linha que farei a emenda, mas quero construí-la junto com o nosso Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio. Concordo com as palavras de V.Exa.

Passo a palavra para a Deputada Nilda Gondim.

A SRA. DEPUTADA NILDA GONDIM - Sr. Presidente, permita-me, e também o nosso Relator, meu colega e companheiro.

Eu endosso e reforço essa opinião e esse argumento do nosso companheiro Deputado. Com certeza. Eu acho que é uma omissão do Governo Federal, quando o Governo do Estado, quando os Municípios ajudam. Por que não o Governo Federal? Eu concordo inteiramente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputada Nilda Gondim, por essa importante avaliação das palavras do Deputado Domingos Sávio. E eu passo agora a palavra ao Deputado Danilo Forte para que ele possa encerrar a apresentação do Relatório Preliminar.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Bem, já está servindo para fazer a indução do debate que queríamos fazer. É exatamente isto que queremos: a participação e que se levantem esses temas, cada um na sua abrangência.

Respondo aqui ao Deputado Evandro Milhomen e ao nosso querido Deputado Lourival Mendes. No Anexo da área temática, nos Programas Prioritários, no inciso IV nós colocamos educação, cultura, ciência e tecnologia e inovação e esporte, exatamente dentro da preocupação de atender a essa demanda que, inclusive, foi-me encaminhada pela valorosa Deputada Jandira Feghali, do Rio de Janeiro, que preside a Comissão de Cultura da Casa.

Com relação às questões das transferências, também nós temos essa preocupação, Deputado Domingos Sávio, Deputada Nilda Gondim. Eu acho que nós temos que avançar no que diz respeito a essa questão dos convênios, porque a própria lei, no art. 56, antecipa a possibilidade, mas coloca alguns “senões” e alguns “somentes” que nós precisamos avaliar para saber como lidar com esse problema. E essas audiências também vão ser importantes para que possamos avançar nessa questão que o Deputado Domingos Sávio levantou, que hoje está em todas as pesquisas, de todos os países, como o maior problema público da Nação brasileira, que é a questão da segurança. Precisamos partir para uma definição mais clara sobre as responsabilidades quanto à segurança e sobre o papel do financiamento dessa mesma segurança, no combate ao crime, no combate ao tráfico, no acolhimento das vítimas, tanto do crime

como do tráfico, que precisam ser acolhidas pela sociedade brasileira. Nós, inclusive, já colocamos no relatório, no ponto 12.5, dando destaque à questão da segurança pública exatamente por entendermos que é um debate que precisamos também aprofundar, e a LDO precisa ter uma participação mais efetiva, não apenas nominal, mas inclusive com parâmetros claros e definições concretas de como vão se dar esses investimentos e as metas que nós vamos querer cobrar tanto do Governo Federal quanto das instâncias conveniadas — Municípios e Estados — com relação à questão da segurança pública no nosso País.

Acho que, para um primeiro momento, preliminarmente o relatório já está dando o seu resultado positivo, e é isso que nós esperamos: a contribuição de todos. Temos prazo para as emendas e queremos ver se até o dia 12 ou 13 estamos em condições de votar o relatório preliminar, e aí partirmos para o relatório final da LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, permita-me solicitar ao Relator e a V.Exa., se possível, incluir uma emenda. É apenas um apelo que eu faço ao Relator para incluir Minas Gerais, Belo Horizonte nesse roteiro. Eu sei que estamos com tempo exíguo, talvez tenha que se fazer aí uma divisão de esforços — Deputados de determinada região estarem presentes em uma audiência e Deputados de outra região presentes em outra. Mas eu queria pedir a V.Exa. — eu já estou recebendo o apelo inclusive da Assembleia de Minas, e o espaço já está garantido da Assembleia de Minas —, se for possível, que inclua Belo Horizonte, Minas Gerais no roteiro das audiências públicas para discutir propostas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Sávio, como o requerimento do Deputado...

(Não identificado) - Sr. Presidente, ainda vai colocar em votação o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou. Como não foi lido o requerimento ainda, cabe ao proponente fazer essa inclusão.

(Não identificado) - Agora ou na hora?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, ele pode fazer agora, ou na hora, se assim preferir.

(Não identificado) - Então, eu já havia falado com o Relator sobre a inclusão do Amapá como um Estado para audiência pública, porque seria injusto não olhar o País por onde começa e por onde termina, que é o Rio Grande do Sul. Então, o Rio Grande do Sul está contemplado; nós queríamos incluir o Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Inclui Minas Gerais e Amapá?

(Não identificado) - São Luís está também?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Já está incluído.

Dando prosseguimento à ata dessa reunião, conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através de correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias desta Casa.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa de leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente, conforme sugestão inclusive do Deputado Cajado, e não havendo discussão, conforme o estabelecido na alínea "f", do art. 8º, do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 20ª reunião ordinária, realizada no dia 18 de dezembro de 2012; 10ª reunião ordinária, realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2012; 1ª reunião ordinária, realizada nos dias 19 e 20 de março de 2013; reunião de instalação e eleição da Mesa Diretora da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização realizada em 26 de março deste ano; reunião de eleição da Mesa Diretora da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 2 e 3 de abril de 2013; reunião de eleição da Mesa Diretora da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e

Fiscalização, realizada no dia 10 de abril de 2013; reunião de eleição da Mesa Diretora da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 16 e 17 de abril de 2013; 1ª reunião não deliberativa realizada nos dias 23 e 24 de abril de 2013; 2ª reunião não deliberativa realizada nos dias 7, 9 e 14 de maio de 2013; 2ª reunião ordinária realizada nos dias 14, 15, 21, 22 e 28 de maio de 2013; 1ª reunião conjunta de audiência pública realizada no dia 21 de maio de 2013; e a 1ª reunião de audiência pública, realizada no dia 28 de maio de 2013.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

(Não identificado) - Sr. Presidente, V.Exa. vai dar sequência para os requerimentos? Porque eu imaginei que V.Exa. iria proceder à votação e aos requerimentos depois de ouvirmos o Relator apresentar o seu relatório e darmos sequência à...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Relator acabou de apresentar o seu relatório.

(Não identificado) - Ah, desculpe. Então, vai entrar no item agora?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Isso, isso.

(Não identificado) - Pois não, porque eu teria que subscrever o documento do Deputado Efraim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Do Deputado Efraim, para que possa ser lido. Mas primeiro eu vou ler o do Deputado Danilo Forte, depois vou ler o do Deputado Efraim.

Srs. Parlamentares, o art. 152, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional estabelece:

> *"O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para a sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvado o caso de correção de erro material, verificado exclusivamente no processamento das proposições apresentadas, formalmente autorizado pela CMO, por proposta de seu Presidente, justificando-se cada caso."*

Sendo assim, passaremos à apreciação do Ofício Conjunto nº 1, da CONOF, de 28 de maio, que propõe a correção de erros materiais verificados no processamento das proposições apresentadas durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária para 2013. (É uma Errata à Lei Orçamentária Anual de 2013).

Autores: Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal; e

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.

A Errata está em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

A errata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Apreciação do Requerimento nº 1, de 2013, da CMO, que requer... *(Pausa.)*

Vou fazer uma inversão.

Apresentação do Requerimento nº 2, de 2013, que requer a realização de seminários nos Estados da Federação para apresentação e debate acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 nas cidades de: Fortaleza/CE; Porto Alegre/RS; Florianópolis/SC; Rio de Janeiro/RJ; Campo Grande/MS; São Paulo/SP; Salvador/BA;

São Luís/MA; Belém/PA; Porto Velho/RR; Palmas/TO; Uberlândia/MG; Macapá/AP e Belo Horizonte/MG.

Autores: Deputados Danilo Forte e Weliton Prado, com o apoiamento de vários Parlamentares.

O autor já fez a defesa do seu requerimento, portanto, eu o coloco em discussão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu não quero ser deselegante com V.Exa., mas V.Exa inverteu o requerimento sem que houvesse votação. Portanto, eu pediria que V.Exa..

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Para complementar o ato da Presidência, eu coloco em votação a inversão de pauta, apesar de, apenas por conta disso, não ter relevância. Mas já que V.Exa. se atém ao formalismo regimental…

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não é isso, não. É que estou com receio de que o requerimento seja objeto de discussão subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não tem problema.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Se o for, já vou deixar claro que exigirei que apresentem um requerimento para que se faça essa alteração.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Claro.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Vou deliberar agora, aceitando... Mas pode deixar, que eu vou ficar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mas eu vou colocar isso em votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Porque, se houver verificação para o outro requerimento... Espero que não haja.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, não haverá.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou colocar em votação a inversão de pauta, para que possamos apreciar o requerimento do Deputado Danilo Forte, que foi posterior ao requerimento do Deputado Efraim Filho.

Então os Deputados que concordam com essa inversão de pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. WILDER MORAIS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não, Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar esta Comissão e, na condição de Relator, gostaria que incluíssemos também o Estado de Goiás no roteiro para as audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu pergunto ao autor do requerimento se pode incluir Goiás na lista .

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - De minha parte não há nenhuma objeção.

O problema é o seguinte: eu queria ver se podemos fazer pelo menos uma ou, no máximo, duas audiências públicas em cada Região. Por exemplo, em Minas Gerais, temos Uberlândia e Belo Horizonte. Não há sentido fazermos duas audiências públicas num mesmo Estado, por mais importante que seja, mesmo porque todos os caminhos do Brasil passam por Minas Gerais. Acho que nós precisamos, depois, equalizar essa questão.

Minha ideia é aprovarmos o requerimento e, na próxima reunião da Comissão, apresentar um roteiro para que nós agilizemos as audiências públicas, levando em consideração estes dois princípios: no mínimo uma por cada Região, e no máximo uma por cada Estado.

(Não identificado) - Sr. Presidente, nesse mesmo sentido, com essa mesma argumentação... Veja, temos aqui Salvador, Fortaleza e São Luís. Assim, eu requeiro que Recife entre nesse roteiro também. Vamos fazer um sorteio para ver quem vai ficar. Talvez, quem estiver presente na hora em que formos votar o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Danilo Forte.

(Não identificado) - Teremos audiências em São Luís, Salvador e Fortaleza.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - De minha parte não tem problema, não. Na verdade, atendemos aos Estados para os quais foram solicitadas as audiências. Em Fortaleza, porque é minha cidade; em São Luís, porque é a terra do Presidente, e nós temos que prestigiá-lo; e, em Salvador, porque foi solicitada para se homenagear o Deputado Claudio Cajado. Agora estamos acrescentando Recife, e, depois, nós vamos definir quem mais será agraciado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Nós estamos apreciando o requerimento alterado com a inclusão dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Pernambuco e Amapá.

A discussão está encerrada.

Coloco o requerimento em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação também no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passemos ao segundo item.

Trata-se da apreciação do Requerimento nº 1, de 2013, dessa CMO, que requer a realização de audiência pública para debater o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro 2011, no que tange à inscrição, à execução e ao cancelamento de restos a pagar. Convidando o Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra.

Miriam Aparecida Belchior, a Ministra da Casa Civil, Sra. Gleisi Helena Hoffmann, a Ministra das Relações Institucionais, Sra. Ideli Salvatti, o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Sr. Paulo Ziulkoski, e o Presidente da Federação das Associações dos Municípios da Paraíba, Sr. Buba Germano.

Autores: Deputado Efraim Filho e Deputado Cláudio Cajado.

O autor deseja fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, nossa intenção é apenas debater essa questão dos restos a pagar. Quero entrar, inclusive, numa questão que preocupa a muitos Deputados, pois o prazo para a deliberação dos recursos relativos aos restos a pagar de 2011 termina no final de junho e, se não ocorrerem o início efetivo das obras inscritas, tais recursos serão eliminados. Então nós queremos debater esta questão: o montante de recursos pendentes.

Na verdade, são mais de 170 bilhões de reais, e nós queremos ver se o Governo tem um cronograma, tem uma ação de execução desses restos a pagar compatível com a questão financeira e, principalmente, com o Orçamento vigente.

Então queremos esclarecer isso. Acho que é importante para toda a Comissão que se debruce sobre a questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Claudio Cajado, concordo plenamente com V.Exa. Nós temos restos a pagar de 178 bilhões de reais contra 6 bilhões de 10 anos atrás. Então eu acho que o tema é pertinente a esta Comissão e deve ser objeto de audiência pública para que possamos juntos deliberar, discutir e achar soluções, o que eu acho mais importante do que meramente criticar.

Então, eu coloco o requerimento em discussão.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Primeiro, passo a palavra ao Deputado Jorge Bittar e, logo após, ao Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Gostaria de dialogar com nosso colega, Deputado Cláudio Cajado.

Na última audiência pública que nós tivemos aqui, com a presença da Ministra Miriam Belchior, para tratar da LDO, esse tema foi levantado, foi objeto de debate nesta Comissão e de abordagem por parte da Ministra Miriam Belchior. Pergunto se esse debate já não foi realizado; caso já, se precisaremos prorrogá-lo.

Há regras para os restos a pagar. Elas efetivamente já existem. Sempre que há restos a pagar, evidentemente, o Poder Executivo deve prover recursos financeiros destinados para tal. Isso é regra da legislação orçamentária. Se está na própria Constituição, não me recordo; mas está na Lei Orçamentária, com absoluta certeza.

Por outro lado, a execução de cada rubrica orçamentária, seja ela de emenda parlamentar ou não, depende de uma série de circunstâncias, depende da realização de projetos, depende da aprovação de projetos pelos órgãos existentes, etc. e tal, e segue seu rumo normal. Agora, é natural que, decorrido prazo excessivo sem que os projetos se apresentem ou se que se apresentem de maneira extremamente insuficiente, esses restos a pagar sejam cancelados. Como, aliás, sempre ocorreu historicamente, não só nos Governos do Presidente Lula, como no Governo da Presidenta Dilma, como nos anteriores.

Agora, é obrigação do órgão receptor, seja Ministério, seja Prefeitura conveniada ou o quer que seja, apresentar projetos e todas as exigências necessárias para que se cumpra a legislação acerca de licenças ambientais e outros requisitos para a boa execução de qualquer projeto.

A pergunta que eu faço ao Deputado Claudio Cajado é se, além do que disse a Ministra Miriam Belchior e do que já está na legislação, há algo que os Ministros que se sugere sejam convidados possam efetivamente esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado para responder à indagação do Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu penso que sim, Deputado, e por dois motivos. Primeiro, porque o Deputado Efraim Filho, com quem subscrevo o requerimento, convida não apenas a Ministra Miriam Belchior, mas também o Ministro

da Fazenda, Guido Mantega, a Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, além da Ministra Ideli Salvatti. Por quê? Porque nós sabemos que a liberação de recursos orçamentários é dividida. Há as estatais, as emendas parlamentares, os recursos extraorçamentários, que nós chamamos extra, mas que, na verdade, são orçamentários, mas não de iniciativas de emendas individuais e coletivas.

Então, a preocupação não é apenas com a burocracia que existe principalmente junto à Caixa Econômica.

Vou dar um exemplo. Eu já tinha instado a Ministra Miriam Belchior, ano passado, em relação ao fato de a Caixa não ter prazo para apresentar as diligências relativas aos projetos que são analisados. E o que acontece? Se o Prefeito tem um projeto que apresenta naturalmente algumas questões técnicas, ele tem que apresentar tais questões. Se ele for célere e apresentá-las em termos de respostas em 15 dias, a Caixa pode demorar 2, 3, 4 meses para responder. Como nós temos um prazo fatal, o mês de junho, se a Caixa demora, e, ainda, depois de 4 meses, solicitar novas diligências, o Município apresentará novas respostas em uma semana, a Caixa, eventualmente, demorará mais um ou dois meses. Aí, o recurso é perdido. E a culpa não é do gestor.

Essa é uma questão que tem que ser colocada, até para que nós aperfeiçoemos o sistema.

Segundo, depende de uma compatibilização não apenas na questão orçamentária, mas também na questão financeira. Há ou não condições financeiras de o Governo, este ano, executar os 170 bilhões? Obviamente que não. Mas temos que ouvir o Ministro. E, se não houver na sua inteireza — quanto: 30%, 40%? A prioridade serão os projetos que já estejam avançados tecnicamente?

Eu não queria que essa discussão, apesar de ser subscrita pelos Deputados da Oposição, Claudio Cajado e, no caso, Efraim Filho, autor do requerimento, fosse tida como uma questão de jogo político. Não é. É uma questão mesmo de querer aprofundar essa discussão, no que diz respeito à questão técnica, inclusive.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Se o Presidente me permitir, na linha do diálogo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar. Mas posso fazer o contraponto.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Obrigado. Perfeito! É apenas para dialogar.

Primeiro, meu caro Deputado Claudio Cajado, eu concordo com a sua preocupação. Eu, pessoalmente, vivi essa situação não só como Parlamentar, acompanhando a execução de emendas de minha autoria, mas como Secretário de Habitação que fui do Rio de Janeiro. E sei como é a burocracia.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Um grande Secretário!

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Muito obrigado.

Eu levantei essa questão, inclusive, para a Ministra Miriam Belchior da última vez que ela aqui esteve. E acompanho os crescentes problemas de execução junto aos órgãos, particularmente a Caixa Econômica Federal, que é o agente executor de emendas e ações de diversos Ministérios, como é o caso dos Ministérios das Cidades e da Saúde, entre outros.

Ocorre que esse problema não está circunscrito à decisão dessas autoridades aqui previstas. Depois vou me referir à questão financeira, mas aqui eu me refiro aos procedimentos para execução, à ausência de prazos estabelecidos para resposta, no caso da Caixa Econômica Federal, ou do órgão responsável pela execução.

Eu penso que nós, Parlamentares, deveríamos de bom senso, talvez até aqui, estabelecer algumas regras da própria Lei de Diretrizes Orçamentárias, porque eu estou de acordo com V.Exa. em que a ausência de obrigações de prazo acaba por fazer com que esses processos de liberação de projetos junto ao órgão executor acabem se protelando por um período de tempo gigantesco.

Agora, chamo a atenção também para o fato de que isso se deve não apenas aos problemas dos órgãos executores, mas também à crescente burocracia e superposição

das ações de controle do Tribunal de Contas, dos termos de ajuste de conduta impostos pelo Ministério Público e pela própria Controladoria-Geral da União. Essa burocracia acaba por fazer com que os jovens que trabalham sobre esses temas nos órgãos públicos, como a Caixa Econômica Federal, sintam-se até meio intimidados diante das exigências processuais para que eles possam tratar qualquer tipo de matéria dessa natureza, ou seja, a execução de um projeto de lei.

Então, eu temo que... Não vou me opor a que V.Exa. mantenha essa convocação, mas eu temo que essa audiência não vá produzir, talvez, os resultados esperados por V.Exa. Acho que tínhamos que convocar a Caixa aqui para discutir como realizar esses procedimentos de maneira mais ágil e apontar quais são os impedimentos nos órgãos de controle que têm limitado os prazos de tempo, para que a Caixa possa rapidamente analisar esses projetos.

Sobre a questão financeira, eu quero crer que a posição do Ministro será a seguinte: tudo aquilo que está em restos a pagar e for aprovado, enquanto projeto, será liberado, porque é da regra dos restos a pagar. Sempre que há provisão de restos a pagar você tem que ter a disponibilidade financeira para tal. Caso contrário, não são restos a pagar.

Efetivamente, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Quero só fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Antes de passarmos à questão de ordem do Deputado Danilo Forte, eu acredito que esta Comissão é o plenário correto para discutirmos os temas.

Acho que isso não é prerrogativa da Oposição. O aprofundamento de questões como restos a pagar, devido ao alto valor, 178 bilhões... Continuo acreditando que realmente esta é a função desta Comissão: aprofundarmos esses temas.

Quero fazer uma correção, Deputado Bittar, de que nós não estamos convocando. Quer dizer, o requerimento, caso aprovado, não é de convocação, mas um convite.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Estou de acordo, Presidente. Eu inclusive fiz questão de dizer que não vou me opor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Certo, perfeito.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Eu disse apenas que talvez não sejam essas as melhores pessoas para produzirem as respostas que o Deputado Claudio Cajado espera receber.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Bem entendido. Mas só para complementar...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Um minuto! Deixe-me terminar o meu raciocínio.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não podemos convocar, convidar, melhor dizendo, o Presidente da Caixa?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Um minuto, só para terminar o meu raciocínio.

O Deputado Danilo Forte, a exemplo do que faz o Deputado Claudio Cajado, está apresentando, extrapauta, que colocarei em votação daqui a pouco duas ideias de audiência pública: uma para discutir o Sistema S e outra para discutir entraves burocráticos, realidades e soluções.

Então, isso tudo mostra um perfil da nossa Comissão de realmente debater e aprofundar determinados temas voltados ou focados na questão orçamentária do nosso País.

Com a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Acho que nós estamos construindo um consenso e, para se viabilizar um bom debate, a minha experiência com a audiência

pública é de que, quando você coloca mais de quatro pessoas para fazer apresentações, geralmente isso é muito ruim, Deputados Claudio Cajado e Efraim Filho? Quando a gente coloca vários apresentadores, o rendimento é ruim porque atropela, o tempo fica curto e não satisfaz o debate. Inclusive, a nossa participação como Parlamentar fica menor quando se colocam muitos participantes na parte de apresentação.

Então, gostaria de pedir que, em vez de se colocar quatro pessoas do Governo, que se reduzisse para duas, ou dois Ministros deste Governo, assim ampliando o espaço para a nossa participação.

Por exemplo, estou aqui com um requerimento de duas audiências públicas: uma para tratar exatamente sobre o que o Deputado Jorge Bittar colocou aqui com muita precisão, que é a questão dos entraves burocráticos que estamos vivendo com relação à execução orçamentária; e outra sobre a questão dessa incógnita, que é o Sistema S, uma preocupação também que está colocada.

Então, para cada tema coloquei quatro palestrantes, distribuindo-os entre o Governo e os setores, para fazerem o debate. Seria importante ter um representante do Governo e um representante das entidades patrocinadoras dos Prefeitos. Mas, com relação ao pessoal do Governo, colocaríamos quatro. Primeiro, já é complicado trazer quatro Ministros para uma audiência só; segundo, acho que isso não é resoluto.

Como a Ministra já esteve aqui, então acho que poderíamos deixar os outros dois, um da área econômica e outro da área política, e fazermos o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Senador, eu estava inscrito. Houve várias questões de ordem e fiquei pacientemente esperando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É que, por ser o autor, acabei dando-lhe a palavra. Peço desculpas ao Deputado Cláudio Puty..

Pergunto a V.Exa. se se incomodaria se o autor do requerimento pudesse responder ao Deputado Danilo Forte, para, logo a seguir, passar a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - De maneira alguma.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu peço, inclusive, a permuta, Sr. Presidente, como autor do requerimento. Se o Deputado Cláudio Puty tiver alguma sugestão ou colocação a fazer...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, melhor. Seguindo a ordem, tem a palavra o Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Tradicionalmente, o autor do requerimento tem a palavra por último, porque aí ele arremata.

Primeiro, quero dizer que o pronunciamento do Deputado Claudio Cajado nos tranquiliza, porque esclarece e dirime qualquer dúvida acerca de luta política associada a isso, que seria legítima, inclusive, desde que luta política associada ao tema.

Nós todos conhecemos a realidade dos Municípios brasileiros. Sabemos que os arts. 41 e 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal explicitamente vedam ao gestor público que contraia compromissos, restos a pagar, por exemplo, que não haja contrapartida financeira, que não haja provisão dentro da sua gestão, dentro do ciclo da gestão.

Na realidade, os restos a pagar têm se acumulado de um ano para outro, dada a incapacidade que nós temos de dar fluxo às demandas num ano orçamentário. Então, este que é o elemento central disso.

Então, o Ministro jamais virá aqui para dizer que não irá cumprir com os restos a pagar, porque isso seria contrariar a Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo passivo, inclusive, de crime de responsabilidade.

Nós temos aí, como o Deputado Jorge Bittar disse, diversos emaranhados. Parece-me que o problema não é de liberação financeira. Nós temos uma quantidade enorme de regras de controle, mecanismos de controle que fazem com que os gestores fiquem travados. Nós temos, nas Prefeituras, na Caixa Econômica... Inclusive conheço bem a Caixa Econômica, pois sou esposo de uma funcionária da Caixa. Sei que a Caixa

Econômica agora, inclusive, inovou, porque, como a Caixa é o balcão, o primeiro contato dos Prefeitos com a burocracia associada a termos de repasse, convênios, além de toda a pressão associada ao Plano Nacional de Habitação Rural e a todas as modalidades de Minha Casa, Minha Vida, a Caixa Econômica está sempre sob intensa pressão. Não estou falando da direção geral da Caixa Econômica, mas, sim, dos servidores da Caixa. Esses têm que obedecer às regras — regras ditadas pelo Tribunal de Contas da União, por mecanismos diversos de controle, sob pena de serem responsabilizados por isso. Os Prefeitos, idem.

Portanto, parece-me que o problema é um pouco mais embaixo. Mas acho importante fazermos o debate. Nós jamais seremos contra qualquer debate aqui, ainda que a Ministra tenha tratado desse assunto semana passada nesta Comissão — restos a pagar.

A Caixa Econômica, inclusive, destacou técnicos graduados para cada Município acima de 100 mil habitantes para o outro lado do balcão. Eles fazem uma espécie de assessoria para as Prefeituras, a fim de dar facilidade a elas, para que então possam pular a verdadeira fogueira burocrática. Enfim, tratar de diversos termos de repasse, convênios, e tudo mais.

Portanto, Deputado Claudio Cajado, eu saúdo a sua iniciativa. Não seremos contrários. Poderíamos até pedir verificação, mas não é o caso aqui, porque não temos quórum no Senado, inclusive.

Eu quero afirmar que este não é um problema de decisão política do Governo: não liberação de recursos para Prefeituras. É um problema associado a um emaranhado, a um sistema burocrático que impede que esses recursos cheguem até a ponta. Aliás, seria de interesse do Governo Federal que esses recursos chegassem até a ponta, porque recursos que não processados, que não são realizados, não são de interesse do Governo Federal.

Portanto, acho importante fazermos esse debate. E, ao fazermos esse debate, acho importante tratarmos dos problemas concretos. Ao trazer Ministros aqui,

correremos o risco de tratar o tema de forma genérica, simplesmente com uma declaração de boa intenção em resolver o problema — mas sairemos daqui como no ano passado. Aqui realizamos nesta Comissão também uma audiência muito concorrida sobre restos a pagar. Assim, correremos o risco de sair daqui com a sensação de frustração.

Portanto, gostaria de sugerir que recompuséssemos o requerimento, nos termos em que o Deputado Danilo Forte apresenta, para reduzir essa audiência a uma sessão mais enxuta, para que possamos ser mais objetivos.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Senador Wilder Morais.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Eu quero declarar o meu apoio ao requerimento do Deputado Efraim Filho e à posição do nobre Deputado Claudio Cajado. É muito importante que esse debate aconteça, Presidente. Então, o meu apoio ao requerimento do nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador.

Espero que o exemplo de liberalidade e condescendência democrática do Deputado Cláudio Puty e do Deputado Jorge Bittar possam ser muito bem absorvidos pelo Deputado Claudio Cajado, no ato de não pedir verificação de quórum desnecessariamente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Até porque esta Comissão é assim, ou não é? Hoje é sol, amanhã é lua. Mas depois é sol novamente.

(Não identificado) - O mundo dá voltas. Mas queremos que fique registrado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Desde que houver um bom entendimento, não é?

Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, Sr. Relator, Deputado Danilo Forte, primeiramente, compartilho do entendimento de todos os colegas e quero subscrever o que disse o Deputado Claudio Cajado no momento inicial da defesa do nosso

requerimento. Não se trata absolutamente de luta política, porque não é esse o intuito. O intuito, e por isso foram propostos todos esses Ministros no início, é buscar solução para a questão. E qual é a solução para a questão dos restos a pagar, os 178 bilhões? Não necessariamente a curto prazo.

E aqui eu quero esclarecer ainda mais ao Plenário. Dentro dessa situação maior, dessa conjuntura maior, que são os restos a pagar, nós temos o objeto do requerimento, que é o Decreto nº 93.872, de 1986, que, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 2011, estipula que as obras, os empenhos que estiverem com um ano e meio sem serem executados agora serão engolidos pelo Governo Federal. Essa é uma regra que vem se repetindo ano a ano.

Este ano nós tivemos uma situação extremamente atípica. Pela primeira vez, depois da vigência dessa regra, que é de 2011, tivemos o interregno das eleições municipais. E, obviamente, essas eleições municipais, principalmente onde houve troca de gestor, gerou a incapacidade desse ou daquele Município, dentro de um ano e meio, de aprovar o seu projeto na Caixa Econômica, muitas vezes com a *mea culpa* da própria Caixa Econômica.

Agora, existem diversos casos de pequenas Prefeituras, inclusive atendidas aqui pelos diversos Parlamentares, que estão prestes, no prazo limite, 30 de junho, a perder os seus recursos na totalidade — aqueles que não tiverem iniciado a execução dos convênios, ou seja, os que não tiverem feito, no popular, a primeira medição do contrato.

Então, nosso intuito é chamar a área econômica do Governo, bem como da área política, para dizer-lhes que, neste caso, seria melhor prorrogar esse decreto, que é para o dia 30 de junho — quem sabe? —, por 6 meses. Solicito inclusive o apoio da base do Governo para fazer esse diálogo, a fim de que não fiquem prejudicados os Municípios, porque eles têm nos procurado muito aflitos, com medo. Inclusive os novos Prefeitos, que entraram e poderiam iniciar realizando ações, estão prestes a perder...

Sr. Presidente, esta é a sensibilidade que eu peço a esta Comissão. Nós temos o prazo limite de 30 de junho para a prorrogação desse decreto.

A Ministra Miriam Belchior esteve aqui. Eu a questionei sobre o tema. A resposta foi, no meu ver, tímida, acanhada, não foi satisfatória nem definitiva. Ela deixou no ar que está estudando uma possibilidade, mas que é possível que esses argumentos venham a... Então, não foi o que nós esperávamos, que nós voltássemos aqui para debater esse tema, essa possibilidade. E aditando ao requerimento a ideia do Deputado Claudio Cajado, que se possa também, nas audiências, questionar quais serão as soluções apresentadas para os Restos a Pagar como um todo.

Era essa, Sr. Presidente, a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Efraim Filho.

O Deputado Pedro Novais tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Eu tenho a impressão de que essa discussão será interessante se ela for bem conduzida.

Eu quero partir do ponto em que afirmaram que existem 178 bilhões de Restos a Pagar.

Eu não acredito nisso, porque, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os Restos a Pagar são o que está escrito no art. 42, final: *"(...) ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito (...)"* ou o contrário, que haja disponibilidade de caixa. Aí estão os Restos a Pagar. O recurso apenas empenhado não é Restos a Pagar. O recurso empenhado, quando feito plano de trabalho e autorizada a licitação, não é Restos a Pagar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Exercícios anteriores.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Esses o Executivo pode, regular, consciente e justificadamente, anular. Agora, os outros, que são, na verdade, os Restos a Pagar, aqueles com disponibilidade de caixa que já tenham parte executada não são Restos a Pagar. Se nós misturarmos as duas situações, não chegaremos a nenhum resultado.

Desculpe-me o nosso Deputado Efraim Filho, pois me lembrei de chamar a atenção para esse ponto em razão da afirmação que acabou de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Pedro Novais.

Isso já demonstra que há uma controvérsia em relação a números e dados, o que, por si só, já justificaria que nós nos aprofundássemos no tema.

Portanto, eu coloco o requerimento, já que a discussão está encerrada, em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Com o aditamento, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu o coloco em votação também na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Com o aditamento proposto pelo autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com...?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Com o aditamento proposto pelo autor do requerimento de chamar a Caixa Econômica, que foi...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com o aditamento proposto pelo autor incluindo o Presidente da Caixa.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente, não, Presidente. Eu entendi...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. está correto, eu quis fazer aqui...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu entendi que o Deputado Danilo Forte havia colocado que uma construção... Na verdade, aqui foi dito: não se vai fazer obstrução, não se vai fazer pedido de verificação porque se vai construir.

Um dos elementos postos foi claramente de que não viriam os quatro Ministros, que nós teríamos uma combinação.

E o segundo é que nós teríamos a inclusão, além de ter a representação da Caixa Econômica Federal, que seria importante.

Então, a votação que eu entendo que V.Exa. está colocando em análise neste momento é de que nós possamos ter uma parte, não os quatro Ministros, e a Caixa, para nós debatermos sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Perceba, Deputado Bohn Gass, que isto é um convite. Não necessariamente

virão os quatro simultaneamente. É apenas um convite em que esta Comissão irá elaborar um calendário que justifique... Porque, dificilmente, as quatro autoridades viriam simultaneamente.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O que eu falei, Deputado, só para esclarecer regimentalmente, é que foi aprovado com os aditamentos propostos e com o entendimento, para ficar nesse sentido.

Eu sugeriria inclusive que, nesta questão... Imprescindível aqui seria a presença de uma representação política, a Ministra da Casa Civil, por exemplo, Gleisi Hoffmann, com uma representação da área orçamentária e financeira, ou o Ministro Mantega, ou a Ministra Miriam Belchior.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - ... além da questão da data limite do decreto, abordamos a questão dos Restos a Pagar, que o Deputado Pedrinho falou que não seriam propriamente Restos a Pagar, mas empenhos que ainda estão...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É, Pedro Novais... que ainda estão, desde 2008, 2009, 2010, num montante de 178 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Dando prosseguimento, eu colocaria extrapauta... Então, eu coloco em votação, para inclusão na pauta, o Requerimento nº 03, de autoria do Deputado Danilo Forte.

O autor está com a palavra para a defesa do seu requerimento.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Na linha do que nós estávamos nos propondo, exatamente para ampliar o debate, e acho que há dois temas colocados na nossa pauta nos quais precisamos aprofundar o conhecimento, até para apresentar uma solução no relatório da LDO.

Um deles é o Sistema S. Eu já havia dito que a nossa ideia é ter uma compreensão maior de como funciona esse sistema. Há quem fale em cifras bilionárias, algo em torno de 16 bilhões de reais o orçamento do Sistema S hoje, que passa ao largo desta Comissão. Nós precisamos aprofundar esse debate.

A nossa ideia é convidar o Tribunal de Contas da União, a Receita Federal, a Confederação Nacional da Indústria, o grande operador do Sistema S, e o Senador Ataídes Oliveira, do PSDB-TO, o proponente de uma auditoria operacional do Tribunal de Contas da União sobre o Sistema S, porque S.Exa. poderia enriquecer o debate, até para termos uma compreensão maior, e para vemos o nosso papel em relação a esse sistema que também trata com recursos públicos, recursos de terceiros, e nós não temos um controle maior sobre a administração desse dinheiro.

Outro tema relevante também, que de 2 em 2 minutos volta ao debate, é exatamente o dos entraves burocráticos na execução do Orçamento.

Repetidas vezes, estamos colocando que há entraves, que há dificuldades na execução, que há excessos de órgãos de controle, que há uma burocracia interna na máquina administrativa. E para isto é necessário fazermos também esse debate para ver como podemos tornar esse Orçamento mais efetivo e mais eficiente.

A nossa ideia é, mais uma vez, chamar o principal órgão de controle do País, o Tribunal de Contas da União; a Caixa Econômica Federal, a maior operadora de recursos públicos do País hoje; a Confederação Nacional dos Municípios, que tem uma

visão crítica importante em relação a todos esses entraves operacionais; e a ABDIB, a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base, a grande responsável pela construção da nova logística de que o País precisa para melhorar a sua competitividade internacional.

São dois pontos que eu acho importantes até para diminuir as nossas dúvidas e nos ajudar na elaboração do relatório final da LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

O requerimento de inclusão extrapauta está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Coloco-o em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovada.

Os Srs. Senadores que aprovam a inclusão extrapauta desse requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovada.

Portanto, agora vou ler o requerimento do Deputado Danilo Forte para votação.

Apreciação do Requerimento nº 03, que requer realização de audiências públicas para discussão do PLDO 2014. A realização de duas audiências públicas no âmbito desta Comissão para a coleta de elementos que venham subsidiar a discussão e o aperfeiçoamento do PLN nº 02, de 2013, quais sejam: 1) Sistema S. Compreensão e proposta de regulação, com os seguintes convidados: Tribunal de Contas da União; Presidente da CNI – Confederação Nacional da Indústria como representante do Sistema S; Senador Ataídes Oliveira, do PSDB-TO; e Receita Federal, em data a ser programada por esta Presidência; 2) Entraves burocráticos, realidades e soluções, com os seguintes convidados: TCU – Tribunal de Contas da União; Caixa Econômica

Federal; Confederação Nacional dos Municípios e Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base, em data a ser programada".

O autor já falou.

O requerimento está em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

Coloco-o em votação.

Aqueles Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Está aprovado também.

Coloco também em votação para discussão extrapauta o requerimento do Deputado Nilton Capixaba, que:

> *"Requer, nos termos regimentais, seja sugerido ao Poder Executivo alteração do prazo de vigência para 31 de dezembro do § 2º do art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986".*

Passo a palavra ao Deputado Nilton Capixaba para que possa fazer a defesa do seu requerimento. Logo a seguir, vou colocar em votação a permissão para colocar extrapauta.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sr. Presidente, eu vejo que, em muitos desses empenhos feitos em 2011, com esse decreto, muitos desses recursos serão perdidos, porque a maioria deles é da Caixa Econômica.

Houve as eleições no ano passado. Muitos Prefeitos que perderam a eleição não têm interesse nesse projeto empenhado. Com isso, o prazo expira agora, dia 30 de junho. Quer dizer, até 30 de junho, se não estiver licitado e com a medição feita, perde-se o recurso.

Então, eu peço aos colegas da Comissão que aprovem esse requerimento e essa mudança de pauta para que nós possamos ter uma chance de aproveitar os recursos empenhados, tão importantes para cada Município, para cada Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Coloco em discussão...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Bohn Gass está com a palavra.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu não tive acesso, apenas neste momento, a esse ponto de inclusão.

Nós já votamos hoje a inclusão de outros elementos extrapauta, e eu não gostaria de apreciar agora até porque não pude avaliar. Então, não há acordo para que possamos apreciar isso. Talvez seja o caso de recoloca-lo em pauta na próxima reunião.

Eu solicitaria ao nobre colega que incluísse o requerimento para apreciação em outro momento. Eu não tenho condições de dar o meu parecer agora. Se precisar dar o meu parecer agora, será contrário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pergunto ao autor do requerimento se se importaria que eu o colocasse como primeiro item da próxima pauta de reunião ordinária.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sem problema, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, eu pediria, como se fosse uma vista, ao nobre Deputado Bohn Gass que se aprofundasse...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, não. Eu só fiz uma solicitação. Agradeço a S.Exa. a aceitação...

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Questão de ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Parece-me que esse requerimento, pela descrição que V.Exa. fez, Deputado, é muito parecido com os termos do requerimento já

aprovado dos Deputados Claudio Cajado e Efraim Filho, que trata de Restos a Pagar. Talvez V.Exa. já tenha contemplado...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, na realidade, o do Deputado Claudio Cajado é para a realização de audiência pública...

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Só que a diferença...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É que ele faz à Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - ... o dele é uma mensagem.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - O meu é diferente porque é para Presidente. Este aqui é para Ministros, sugerindo também...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - De qualquer forma, eu vou colocar em votação apenas na próxima reunião. É melhor.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Concluídas todas as votações constantes desta pauta, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião ordinária para o dia 11 de junho, próxima terça-feira e cancelando a realização das seguintes reuniões extraordinárias: a de 5 de junho, amanhã, das 14 horas e 30 minutos e a de 6 de junho, depois de amanhã, quinta-feira.

Convoco também uma reunião, com todos os Relatores, o Relator-Geral, os Sub-Relatores, o Relator da Receita, Senador Eduardo Amorim e os Relatores Setoriais para amanhã, às 14h30min, a fim de nos reunirmos com a nossa assessoria técnica.

Além disso, eu convoco uma reunião com o Colegiado de Líderes para debatermos os seminários propostos pelo Deputado Danilo Forte em relação às localidades, para amanhã, às 3 horas da tarde.

Portanto, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 11 E 18 DE JUNHO DE 2013.

Aos onze e dezoito dias do mês de junho de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 8/2013. Durante esse período, verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Andre Moura, Bohn Gass, Carlos Magno, Claudio Cajado, Danilo Forte, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Júlio Cesar, Lourival Mendes, Marçal Filho, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Ricardo Berzoini, Roberto Teixeira, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Weliton Prado e Weverton Rocha; **Senadores Titulares**: Anibal Diniz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lobão Filho, Lúcia Vânia e Walter Pinheiro; **Deputados Suplentes**: Afonso Florence, Alex Canziani, André Zacharow, Carlos Brandão, Chico Lopes, Dalva Fiqueiredo, Dilceu Sperafico, Iriny Lopes, João Dado, Jorge Bittar, José Airton, Junji Abe, Osvaldo Reis, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto e Valtenir Pereira; e o **Senador Suplente**: Cícero Lucena. Foi registrada a presença do Deputado Antonio Imbassahy, não membro da Comissão. Foi registrada a ausência dos seguintes parlamentares: **Deputados Titulares:** Aelton Freitas, Armando Vergílio, Bruno Araújo, Fábio Ramalho, Guilherme Campos, Leonardo Quintão, Mandetta, Miguel Corrêa, Rose de Freitas, Sebastião Bala Rocha e Zezéu Ribeiro; **Senadores Titulares:** Acir Gurgacz, Francisco Dornelles, Randolfe Rodrigues e Wilder Morais. **ABERTURA:** havendo número regimental, às quinze horas os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Lobão Filho, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*. Tendo em vista a inexistência de quórum para deliberação, o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos, porém com a manutenção da mesma pauta. O Deputado Domingos Sávio fez uso da palavra para reforçar o cumprimento dos preceitos regimentais e para apresentar o Requerimento nº 5/2013-CMO, de sua autoria. O Presidente anunciou que a matéria precisará ser incluída na pauta da reunião seguinte. Fizeram uso da palavra, ainda, os Deputados Chico Lopes e Carlos Magno. A seguir, o Presidente cancelou as reuniões extraordinárias convocadas para os dias 12 e 13 de junho. Às quinze horas e seis minutos, a reunião foi interrompida, tendo sido marcada a sua continuação para o dia dezoito de junho, às quatorze horas e trinta minutos. Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de junho, o Presidente deu prosseguimento aos trabalhos, informando que o quórum para deliberação havia sido atingido. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente informou que serão transcritos nas notas taquigráficas da reunião e que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo

correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **AVISOS:** O Presidente informou que naquele dia, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, seria realizada reunião de audiência pública convocada visando à *coleta de elementos que venham a subsidiar a discussão e o aperfeiçoamento do PLN nº 2/2013 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014), versando sobre o tema "Entraves Burocráticos: Realidade e Soluções", com os seguintes convidados: Representantes do Tribunal de Contas da União, da Caixa Econômica Federal, da Confederação Nacional de Municípios, e da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base*, em atendimento ao Requerimento nº 3/2013-CMO, de autoria do Deputado Danilo Forte (PMDB/CE). **ORDEM DO DIA:** Houve consenso no Plenário para apreciar somente as matérias com acordo. **PAUTA 9/2013. 1 -** Conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 *da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 611/2013-CN,** que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R$ 3.969.200.000,00 (três bilhões, novecentos e sessenta e nove milhões e duzentos mil reais), para os fins que especifica". Relatora: Deputada Gorete Pereira. Foram apresentadas 15 emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das 15 emendas apresentadas. A relatora apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pela relatora. O Deputado Efraim Filho informou que o DEM estava em obstrução, porém, após entendimentos com a relatora, posicionou-se favoravelmente à aprovação da matéria. Encerrado o debate, o Relatório foi submetido à votação e foi **aprovado** por unanimidade. **2 – Requerimento nº 4/2013-CMO,** que "requer nos termos regimentais que seja sugerido ao Poder Executivo a alteração do prazo de vigência, para 31 de dezembro, do *§ 2º do artigo 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986*." Autor: Deputado Nilton Capixaba. O autor estava inicialmente ausente do recinto e o Deputado Lourival Mendes apresentou o Requerimento, na qualidade de subscritor. Os Deputados Alex Canziani (PTB/PR), Gorete Pereira (PR/CE) e Danilo Forte (PMDB/CE) também subscreveram a matéria. O Deputado Efraim Filho (DEM/PB) manifestou-se no sentido de que quando for encaminhado expediente à Casa Civil da Presidência da República seja ressaltado que a matéria traduz o posicionamento da CMO, tendo em vista a relevância do tema. Tendo adentrado no recinto naquele momento, o Deputado Nilton Capixaba acatou a sugestão do Deputado Efraim Filho. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. **ENCERRAMENTO:** O Deputado Efraim Filho (DEM/PB), apoiado pelo Deputado Cláudio Puty (PT/PA), solicitou o encerramento da reunião, conforme estabelece o *art. 134, § único, da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional,* e o Presidente acatou. Antes, foram canceladas as reuniões extraordinárias convocadas para aquela data. Os trabalhos foram encerrados às quinze horas e seis minutos. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e

encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Lobão Filho, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Havendo número regimental para a abertura dos trabalhados, eu declaro iniciada a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 9 de 2013.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa de trabalhos.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, na linha da construção dos entendimentos que estamos buscando fazer, primeiro eu gostaria... Há requerimento de nossa autoria — não sei ele foi aberto e, em sendo, se pode ser apresentado —, mas eu gostaria de fazer um apelo a V.Exa. no sentido de que nós possamos adotar a estratégia, nas reuniões ordinárias, como esta, e nós não teremos nenhuma dificuldade em colaborar com a construção de pautas e de entendimento, de termos sempre o encerramento da reunião para que possamos fazer a abertura de outra reunião, cumprindo os preceitos regimentais.

Eu acho que isso é o mais apropriado. V.Exa. pode estar certo de que, da nossa parte, isso não significa nenhuma tentativa de criar dificuldades. Pelo contrário, visa a estarmos sempre sintonizados e cientes do que serão a pauta e as ações, feitas em harmonia e dentro do espírito do entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Claro, Deputado. Quero apenas esclarecer aos presentes que esta Presidência sempre suspendeu as reuniões ordinárias quando a pauta permaneceria a mesma para a próxima reunião, como é o caso de hoje. A pauta será exatamente a mesma na próxima terça-feira. Portanto, eu irei suspender esta reunião e dar continuidade a ela na terça-feira, visto que não houve acordo para a votação do relatório preliminar da LDO.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Se V.Exa. me permite, eu apenas gostaria de fazer a apresentação de um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É o requerimento que tenho em mãos, de nº 5?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, antes de suspender a reunião, passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio para que faça a leitura e a defesa de seu requerimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, de forma bem objetiva, o requerimento que ora apresento, requer, nos termos regimentais, em especial nos termos do art. 29 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que seja convidada, em nome desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a Sra. Maria das Graças Silva Foster, Presidente da PETROBRAS, para prestar esclarecimentos nesta Comissão Mista acerca do plano de investimento da empresa, tendo em vista as recentes informações publicadas no jornal *Valor Econômico* relacionadas à queda das exportações de petróleo em 46%.

Embora nós já tenhamos tido a presença de S.Sa. aqui para fazer a apresentação desse plano, percebemos que podem estar ocorrendo oscilações extremamente expressivas, a exemplo da publicada no dia de ontem.

Minha preocupação é no sentido de que o requerimento já fique protocolado hoje, Sr. Presidente, porque eu acredito que essa é uma prerrogativa desta Comissão, para termos uma análise, um acompanhamento não só do Orçamento da União, mas também dos orçamentos de suas empresas, em especial da PETROBRAS. Antes que tenhamos isso ocorrendo em outra Comissão, que nós o façamos aqui e, se possível, ao aprovar o requerimento na semana que vem, numa construção de entendimento com ela, que já possamos agendar para a semana que vem, porque essa matéria está trazendo grande preocupação para a economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não, Deputado Sávio. Eu vou colocar em votação, na próxima semana, a inclusão extrapauta deste requerimento, visto que a próxima reunião será a continuidade desta. Uma vez aprovado, colocaremos em votação o requerimento.

Com a palavra o Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sr. Presidente, eu estou preocupado com essa dificuldade de realizarmos reuniões da Comissão de Orçamento. O fato é que o período em que nós temos que aprovar se dá de qualquer maneira. Requerimento de natureza como o do Deputado significa que vai ser uma discussão que tem a ver com o Orçamento — ninguém pode negar —, mas terá muito mais a ver com a discussão de se a PETROBRAS atende ou não às necessidades deste País.

Embora a empresa seja uma estatal respeitadíssima, sempre lhe colocam problemas — S.Exa. tem todo o direito de fazê-lo, democraticamente. Mas esse é o tipo de requerimento que não se resolve numa única reunião. S.Exa. tem essa posição, mas nós temos outra, e, assim como ele tem o direito de colocar o que pensa, nós iremos sair em defesa da PETROBRAS.

O fato é, Sr. Presidente, que isso traz o prejuízo, como vimos em experiências anteriores, de às vezes votarmos aqui de madrugada, e não com tranquilidade, com discussões mais profundas. E, na minha avaliação, o instrumento mais importante desta Casa é o Orçamento.

Eu queria fazer esta observação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Chico Lopes.

Com a palavra o Deputado Carlos Magno.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente, esta reunião será suspensa em detrimento do não acordo sobre o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Será suspensa em consequência do não acordo do relatório preliminar.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Isso impede a discussão e a votação dos requerimentos apresentados... É cumulativa essa questão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Em homenagem ao Deputado Sávio, eu permiti a leitura, mas eu vou colocar em votação somente na próxima reunião, na terça-feira, que, na realidade, será a continuação desta.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Nós temos, do Deputado Nilton Capixaba, um requerimento; há uma suplementação orçamentária para alguns Ministérios...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Para a leitura do requerimento eu precisaria da presença do autor do requerimento. É V.Exa. o autor?

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Não, apenas estou questionando...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Na presença do autor, eu terei o maior prazer, na próxima reunião, de ler o requerimento do Exmo. Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - E, se possível, votá-lo também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com certeza.

Nada mais tendo a deliberar, declaro suspensa esta reunião, marcando a próxima para terça-feira, dia 18 de junho, às 14h30min.

Aproveito a oportunidade para cancelar as reuniões convocadas para amanhã e depois de amanhã.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 9, de 2013.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa de trabalho.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara e há quórum para deliberação na representação do Senado Federal.

Informo que hoje, dia 18 de junho, terça-feira, às 16 horas, neste plenário, será realizada reunião de audiência pública da Comissão Mista de Orçamentos, convocada para colheita de elementos que venham a subsidiar a discussão e o aperfeiçoamento do PLN nº 2, de 2013, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A audiência versará sobre o seguinte tema: *Entraves Burocráticos, Realidade e Soluções*. Nós teremos os seguintes convidados: representantes do Tribunal de Contas da União; da Caixa Econômica Federal; da Confederação Nacional dos Municípios e da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base. Isso em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2013, desta Comissão, de autoria do Deputado Danilo Forte, aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada no último dia 4 de junho. Portanto, trata-se de audiência pública da mais alta relevância. Eu espero contar com a presença de todos os presentes.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e das Lideranças partidárias nesta data.

Dando prosseguimento à Ordem do Dia, à pauta de hoje, conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, passaremos à apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 611, de 2013, que *"abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de 3 bilhões, 969 milhões e 200 mil reais, para os fins que especifica"*.

À Relatora, Deputada Gorete Pereira, foram apresentadas 15 emendas. O voto é pela aprovação da medida provisória na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das 15 emendas apresentadas.

A Relatora está com a palavra para apresentação do seu relatório.

Com a palavra a Deputada Gorete.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu vou ler o *caput* da medida provisória e perguntar a V.Exa. se eu posso ler só o meu voto, o voto da Relatora.

Então, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Medida Provisória nº 611, de 2013, que *"abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de 3 bilhões, 969 milhões e 200 mil reais"*.

Nos termos do art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição, a Presidente da República, por intermédio de mensagem, submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 611, de 4 de abril de 2013, que abre os Orçamentos Fiscal e da Seguridade da União crédito extraordinário, no valor de 3 bilhões, 969 milhões e 200 mil reais, em favor dos Ministérios: Ministério das Comunicações, 43 milhões de reais, administração direta; Ministério do Desenvolvimento Agrário — MDA, 1 milhão, 862 mil reais, administração direta; Ministério da Defesa, 1 milhão, 862 mil reais *(sic)*, administração direta... Seguro-Safra; Ministério da Integração Nacional, 1 milhão, 786 mil e 300 reais, administração direta também, enchentes.

A exposição de motivos da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a medida provisória, mostra a destinação dos recursos, os motivos determinantes e os argumentos que justificam os pressupostos de relevância e urgência para a edição da proposição.

No Ministério das Comunicações, os recursos possibilitarão a contratação de serviço de tecnologia da informação de telecomunicações. Segundo o órgão, após a assinatura da referida garantia, houve divergências sobre esta contemplava somente a disponibilização de infraestrutura.

No Ministério do Desenvolvimento Agrário, o crédito será utilizado para pagamento das parcelas do Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de

10 de abril de 2002, para famílias de agricultores participantes do programa, de modo a minimizar os efeitos, além das projeções feitas.

No Ministério da Defesa, os recursos permitirão ao Comando do Exército a aquisição de equipamentos e viaturas, em caráter imediato, essenciais à sua atuação em ações de defesa civil no reforço à Operação Carro-Pipa, com vistas à ampliação da capacidade de distribuição e tratamento de água.

No Ministério da Integração Nacional, o crédito possibilitará o atendimento às populações vítimas de desastres naturais, notadamente nos casos reconhecidos pelo Governo Federal como situação de emergência ou estado de calamidade pública, tendo por consequência grave os riscos a que as populações daquelas localidades estão expostas.

Os recursos em favor desse Ministério serão aplicados no pagamento do valor de ampliação do Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, também de 2004.

A relevância e a urgência da medida no âmbito do Ministério das Comunicações devem-se à importância dos serviços de telecomunicações para o pleno sucesso da Copa do Mundo de 2014 e da Copa das Confederações, além da exiguidade dos prazos para sua adequação e implementação.

No Ministério do Desenvolvimento Agrário, as exigências de relevância e urgência deste crédito extraordinário se justificam devido à intensidade do fenômeno da estiagem.

Sr. Presidente, diante do exposto, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 611, de 2013, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputada Gorete.

O relatório, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, declara inadmitidas as emendas indicadas pela Relatora no seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Efraim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, o Democratas tem uma postura que foi decidida em virtude da ausência de diálogo por parte do Governo Federal, principalmente no que concerne à LDO. Visto que várias emendas nossas — emendas de texto, que fique bem claro, emendas de texto, emendas para melhorar o texto da LDO e atender à perspectiva de um Congresso Nacional que cumpra a sua missão de fiscalizador — até agora não foram sequer discutidas, uma vez que não houve nenhum tipo de abertura para procurar avançar e aperfeiçoar o texto, o Democratas assumiu uma postura de obstrução, que, em tese, deveria abarcar inclusive todo e qualquer outro item a ser apreciado no dia de hoje.

Procurado pela Relatora, que nos convenceu da necessidade da matéria, que de forma imperiosa atende realmente a uma necessidade e tem um conteúdo de relevância e urgência e, acima de tudo, em caráter extraordinário, porque se reflete exatamente em ações de combate à seca mais rigorosa dos últimos 50 anos, nós, entendendo esse argumento e a disposição da Presidência desta Comissão em levar a condução dos trabalhos na base do diálogo, vamos encaminhar favoravelmente à aprovação da medida provisória, mas já deixo transparecer aqui, já comunico que, na sequência, não apreciaremos mais nenhum item nesta Comissão, haja vista a visível falta de quórum que, na sequência, será pedido para ser verificado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Efraim.

Portanto, eu dou a discussão como encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado, portanto, o relatório à Medida Provisória nº 611, de 2013.

Dando seguimento ao próximo item da pauta, em apreciação o Requerimento nº 4, de 2013, que requer, nos termos regimentais, que seja sugerida *"ao Poder Executivo a alteração do prazo de vigência, para 31 de dezembro, do § 2º do art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986"*. O autor é o Deputado Nilton Capixaba, que não está presente, mas este mesmo requerimento é subscrito pelo Deputado Lourival Mendes.

Pergunto se o nobre Deputado deseja fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, o requerimento está em discussão.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, pela ordem. Peço a palavra para discutir, sim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Muito obrigado.

Sr. Presidente, esse é um requerimento importante do Deputado Nilton Capixaba. Trata-se de uma solicitação ao Governo, porque nós vamos ter agora o vencimento de um decreto, o que vai fazer com que haja o cancelamento de inúmeros empenhos dos Srs. Deputados, e a ideia é que nós tenhamos sua prorrogação.

Então, peço o apoio dos companheiros — acho que o Deputado Nilton Capixaba ainda não chegou de viagem —, porque acho que é um requerimento importante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pergunto ao Deputado Alex se deseja também subscrever, junto ao Deputado Lourival Mendes, esse requerimento.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Por gentileza. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, será registrada a subscrição de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu também subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A Deputada Gorete também subscreve.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Para defender, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Danilo Forte tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar os Deputados Nilton Capixaba e Lourival Mendes pela iniciativa, e agora também o Deputado Alex Canziani e a Deputada Gorete Pereira, porque acho de fundamental importância que consigamos realmente ter um fôlego no prazo relacionado a esses restos a pagar.

Considerando as mudanças da tramitação dos processos de contratação e de aprovação de projetos e a atual dificuldade, principalmente da Caixa Econômica, na análise desses projetos, é de fundamental importância que consigamos balizar um novo prazo para que os Municípios não se sintam prejudicados, principalmente porque a grande maioria desses convênios se dão exatamente com os Municípios. E, quanto menor o Município, mais precária é sua estrutura exatamente para elaborar projetos de engenharia e conseguir a aprovação dos mesmos na Caixa Econômica Federal.

Então, eu acho que é uma iniciativa louvável, e nós, do PMDB, a apoiamos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

O requerimento, portanto, continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discuti-lo...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, é assim...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Efraim, com a palavra.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Só para esclarecer. Amanhã, nós teremos uma audiência pública sobre esse tema, salvo engano. Sim?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, será hoje sobre entraves burocráticos, às 16h.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E uma audiência pública exatamente sobre a questão dos restos a pagar não seria amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Efraim, a Secretária da Comissão me está informando que os Ministros convocados naquele requerimento de audiência pública ainda não confirmaram presença. Apenas para a audiência pública de hoje estão todos confirmados.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Quero apenas esclarecer que o requerimento, que foi de minha autoria, se V.Exa. bem se lembra, era exatamente sobre esse tema. Foi um tema puxado por nós exatamente dentro do conjunto maior dos restos a pagar: refiro-me à questão do decreto que vai cancelar os contratos, se vencerem no dia 30 de junho e não tiverem qualquer medição, como popularmente se diz no termo técnico.

Eu faço um questionamento. Esse requerimento será direcionado ao Poder Executivo. Não estou com seu teor, mas ele irá subscrito pelos Parlamentares que aqui o subscreveram ou nós poderemos fazer um requerimento em nome da Comissão Mista de Orçamento? É esta a sugestão que deixo: que se trate não de uma posição individualizada, de determinado Parlamentar, mas da Comissão Mista de Orçamento.

Entendamos o principal argumento, Sr. Presidente. Primeiramente, ano passado foi um ano de eleições municipais, o que já gera um déficit no acompanhamento desses projetos pelo Município. Em segundo lugar, em muitos casos, houve alternância de poder nesses Municípios. Os novos Prefeitos teriam de chegar e tomar conta dos recursos que estavam em andamento, de projetos executivos que precisavam ser elaborados e dar entrada na Caixa Econômica. Se, até o dia 30 de junho, esses projetos não tiverem sido aprovados, a licitação realizada e a primeira medição entregue na Caixa Econômica, a Prefeitura perderá esses recursos. É esse o simbolismo do requerimento.

Faço um apelo no sentido de que não seja um requerimento personalizado, mas um tema abraçado pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Efraim, não tenho como não aplaudir a iniciativa e a sugestão de V.Exa. O autor original do requerimento, o

Deputado Nilton Capixaba, está presente. Eu vou passar-lhe a palavra para fazer a defesa mais uma vez. Apesar de S.Exa. não estar presente, o seu requerimento foi lido porque está assinado conjuntamente, subscrito, por vários Parlamentares, inicialmente pelo Deputado Lourival Mendes, depois pelo Deputado Alex Canziani, pelo Deputado Danilo Forte e pela Deputada Gorete Pereira — vários Parlamentares subscreveram seu requerimento.

Agora o Deputado Efraim Filho sugere que, dada a importância do requerimento, ele seja uma atitude não de alguns Parlamentares ou de vários Parlamentares, mas, sim, da Comissão como um todo.

Então, pergunto a V.Exa., como autor original, se tem algum óbice a isso. E lhe passo a palavra para fazer também a defesa de seu requerimento.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, eu vejo como o Deputado Efraim, que falou agora mesmo: ano passado foi um ano de eleição. Nós tivemos o empenho de 2011, e muitos Prefeitos que perderam a eleição muitas vezes não deram atendimento ou apoio a esses projetos na Caixa, muitos deles nem estão aprovados ainda.

No meu Estado, há muitos projetos de empenho de 2011 que não foram aprovados na Caixa Econômica. Quer dizer, se esses projetos nem estão aprovados, com certeza vão ser todos cancelados. Fiquei sabendo que, pelos números, dá mais de 1 bilhão e meio. Então, imagine o transtorno que é para uma Prefeitura trabalhar um projeto, fazer tudo isso e, na hora, perder tudo, não servir para nada aquele monte de papel.

Então, fico feliz em ter o apoio de todos os meus colegas Deputados desta Comissão e concordo com que esse requerimento não seja mais meu, como autor, mas, da Comissão de Orçamento, porque isso é muito importante para o Brasil, para todos os Estados. Com certeza, todos nós que estamos aqui temos emendas na Caixa Econômica, e é um transtorno muito grande para um Deputado anunciar uma emenda

ao Prefeito e, ao chegar o momento, ele dizer: *"Deputado, como é que ficou sua emenda?" "Perdeu"*. Isso é um transtorno muito grande para nós.

Acho que essa é uma causa de todos os Parlamentares desta Casa, e precisamos ter a definição da Presidência da República de prorrogar por 6 meses esses convênios.

Fica a minha palavra. Eu gostaria de ter o apoio de todos os Parlamentares e que esse requerimento fosse da Comissão de Orçamento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Portanto, coloco agora em votação o requerimento do Deputado Nilton Capixaba, com o requerimento feito, de forma oral, pelo Deputado Efraim, no sentido de que a Comissão o subscreva de forma integral e, assim, seja sugerido ao Poder Executivo a alteração do prazo de vigência, para 31 de dezembro, do § 2º do art. 68 do Decreto nº 93.872.

Portanto, o requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Coloco agora em votação o requerimento na representação do Senado Federal.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Também aprovado por unanimidade o Requerimento nº 4, de 2013.

Dando prosseguimento...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, em atenção ao Regimento da Casa, queria que fosse observado o art. 134 e verificada a existência de quórum no Plenário.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Só um acordo de procedimento. Já tendo sido aprovados a medida provisória, os requerimentos e as indicações para o Executivo, que pudéssemos encerrar a sessão pela evidente falta de quórum, conforme solicita o Deputado Efraim Filho, e a retomássemos em momento posterior.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, cumprindo o Regimento desta Comissão, a pedido do Deputado Efraim, que pede verificação de quórum, e não tendo sido verificado o quórum nas duas Casas da Comissão, vou declarar encerrada esta sessão, lembrando aos presentes que teremos uma importante audiência pública, às 16 horas, neste mesmo plenário, para discutirmos os entraves burocráticos no Orçamento da União.

E declaro também a todos os presentes que estão canceladas as 2 sessões previstas para o dia de hoje, uma para as 15h30min e outra para as 18h30min. Estão canceladas essas sessões.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2013.

Às dezesseis horas e dezesseis minutos do dia dezoito de junho do ano de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador LOBÃO FILHO. A reunião foi convocada para a colheita de elementos que venham a subsidiar a discussão e o aperfeiçoamento do PLN nº 2/2013 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014), versando sobre o tema **"Entraves Burocráticos: Realidade e Soluções"**, com os seguintes convidados: Representantes do Tribunal de Contas da União, da Caixa Econômica Federal, da Confederação Nacional de Municípios, e da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, em atendimento ao **Requerimento nº 3/2013-CMO**, do Deputado Danilo Forte (PMDB/CE). Verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Andre Moura, Armando Vergílio, Carlos Magno, Danilo Forte, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Roberto Teixeira, Sandro Alex, Severino Ninho, Weliton Prado e Weverton Rocha; dos **Senadores Titulares**: Eduardo Amorim, Ivo Cassol, Lídice da Mata, Lobão Filho, Lúcia Vânia e Wilder Morais; dos **Deputados Suplentes**: Afonso Florence, Alex Canziani, André Zacharow, Carlos Brandão, Dalva Fiqueiredo, Iriny Lopes, João Dado, Jorge Bittar, Junji Abe, Osvaldo Reis, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Arruda, Roberto Britto e Valtenir Pereira; do **Senador Suplente**: Cícero Lucena; do **Deputado não-membro:** Antonio Imbassahy. **ABERTURA:** o Presidente declarou iniciada a reunião, apresentando os membros que compuseram a mesa: **Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)**, autor do Requerimento nº 03/2013–CMO e Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014; **Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos**, Coordenador-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste do Tribunal de Contas da União; **Sr. José Carlos Medaglia Filho**, Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Social da Caixa Econômica Federal; e **Sr. André Amorim Alencar**, Técnico da Confederação Nacional de Municípios. Em seguida, para melhor ordenamento dos trabalhos, comunicou que de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os palestrantes disporão, cada um, de 20 minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteados. Conforme o estipulado no *§ 5º* do mesmo artigo, os Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. A lista de debate estava aberta. O Deputado Danilo Forte fez uso da palavra para considerações iniciais. Como primeiro palestrante, o Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos apresentou a sua explanação, sendo seguido pelo Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos, da CEF, e finalizando, o Sr. André Amorim Alencar, da CNM. Os debates foram iniciados. O Senador Wilder Morais discutiu

o assunto e o Deputado Valtenir Pereira (PSB/MT), ao comentar o tema em questão, ressaltou as grandes manifestações que estavam ocorrendo naqueles dias em várias cidades brasileiras contra o aumento do valor das passagens do transporte público. O Deputado Júlio César (PSD/PI) apresentou questionamentos e o Deputado Danilo Forte fez uso da palavra. O Presidente, ao abrir exceção às regras para debate formal, concedeu a palavra ao público presente. O Sr. Romiro Ribeiro, Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados fez perguntas ao Técnico da CNM, Sr. André A. Alencar e foi respondido. O Representante do TCU também respondeu a alguns questionamentos. O Senador Wilder Morais (DEM/GO) fez réplica ao representante do TCU. O Sr. José Carlos Medaglia, da CEF respondeu ao Deputado Júlio César, que apresentou réplica. O Sr. André Alencar, da CNM, fez as considerações finais e apresentou seus agradecimentos. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu a todos os presentes na reunião, em especial aos convidados que se prontificaram a comparecer. A reunião foi encerrada às 18h08. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador LOBÃO FILHO. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro iniciada a 2ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada para coleta de elementos que venham a subsidiar a discussão e o aperfeiçoamento do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2013, referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014. Esta audiência versará sobre o tema *Entraves Burocráticos: Realidade e Soluções* e terá como convidados representantes do Tribunal de Contas da União, da Caixa Econômica Federal, da Confederação Nacional de Municípios e da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2013 (o autor é o Deputado Danilo Forte, do PMDB do Ceará), aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada no último dia 4 de junho.

Neste momento, tenho o prazer de convidar para compor a Mesa o autor do requerimento e Relator da LDO para 2014, o Deputado Danilo Forte. *(Pausa.)* Peço

também para que componha a Mesa o Coordenador-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste do Tribunal de Contas da União, o Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos; o Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável da Caixa Econômica Federal, o Sr. José Carlos Medaglia Filho; e o Técnico da Confederação Nacional de Municípios Sr. André Amorim Alencar.

Eu pediria aos nobres assessores e jornalistas presentes que cheguem um pouco para frente, a fim de que possamos interagir de forma mais direta com V.Sas. e realizar uma audiência pública como mais efetividade. *(Pausa.)* Os nobres assessores também vão vir aqui para frente.

De forma extraordinária, até abrindo uma exceção ao Regimento desta Comissão, eu vou permitir que os jornalistas e assessores presentes, depois de se identificarem, também façam indagações, por uma vez, aos expositores presentes.

Passo a palavra ao autor do requerimento para que possa dar início efetivamente aos trabalhos desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, demais convidados presentes, que apresentarão esclarecimentos.

O nosso intuito é exatamente aproximar o relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias o máximo possível da realidade vivida pelas Casas, pelo Congresso Nacional. E a realidade é refletida e representada por esta Casa no que diz respeito aos anseios da população em geral do Brasil.

Assistimos ontem ao espetáculo de um País vivo, com a juventude na rua, fazendo suas reivindicações democraticamente. Eu tenho uma história que se confunde um pouco com essa história, porque participei da luta dos estudantes pela redemocratização do País, durante o combate à ditadura, exatamente para que tivéssemos a possibilidade hoje de nos manifestar livremente. Os avanços que o Brasil teve nos últimos 20 anos decorrem também do aprimoramento da democracia no País. Vai se aperfeiçoando, amadurecendo. O retorno da juventude às ruas, ontem, portanto,

enche-nos de orgulho e de esperança de um Brasil que quer cada vez mais se firmar quanto à construção do futuro.

Nada mais importante para isso do que haver proximidade entre a realidade orçamentária do País e aquilo que se deseja para melhorar a qualidade de vida do povo. Por meio do Orçamento, vão-se construindo as políticas públicas capazes de promover essas transformações.

O intuito desta audiência pública, como o das demais audiências públicas que vão ser feitas, é o de aproximar a realidade orçamentária do País das suas demandas, dos seus desejos, das suas necessidades. É também o de combater os exageros, os excessos, os desvios que muitas vezes ocorrem e os que possam ocorrer na execução orçamentária.

Nós agradecemos a todas as instituições aqui presentes a participação e esperamos que se possa, neste debate, contribuir muito para a preparação do relatório definitivo da LDO para 2014.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo.

Concedo a palavra ao Coordenador-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste do Tribunal de Contas da União, o Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos, para que possa fazer o seu pronunciamento.

O SR. ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS - Obrigado, Presidente. Gostaria de cumprimentá-lo, bem como o Deputado Danilo Forte, os demais colegas da Mesa e todos os presentes.

É uma oportunidade para nós do Tribunal de Contas da União participar desta audiência, que reputamos de grande importância para o País neste momento.

Este é o tema proposto: *Entraves Burocráticos: Realidade e Soluções*. Nós vamos tentar, inicialmente, enfatizar a oportunidade da discussão desse tema, a fim de contribuir para o debate sobre a Lei Orçamentária de 2014. O primeiro ponto que devemos enfatizar é o grande desafio que tem o País neste momento: crescimento de forma sustentável e responsável.

(Segue-se exibição de imagens.)

Diante desse grande desafio, existe um cenário que temos de destacar. Há um déficit de investimento no setor de infraestrutura. Esse investimento pode ser provido de forma direta por meio de contratação de empresas, por meio de contratação de terceiros, para que prestem esse serviço diretamente por meio de empresas, com base na Lei nº 8.666 ou no RDC, ou por meio de concessões ou parcerias público-privadas, de forma indireta.

Há também um déficit de projetos prontos, acabados, e robustos no País, e debatidos no setor de infraestrutura. Destacamos que existe grande carteira de obras a serem realizadas no País. Quando vamos buscar esses projetos, não os encontramos de forma madura e consistente, prontos para serem realizados, colocados em andamento.

Outra questão que vemos, pelo cenário que há, é a qualidade dos projetos que estão sendo desenvolvidos.

Há a questão do planejamento do setor de infraestrutura, que vamos abordar.

Por fim, algo em que o Tribunal de Contas da União está investindo bastante nessa área, principalmente a partir deste ano: a questão da governança dos órgãos e instituições responsáveis pelo setor de infraestrutura. Isso vale também para os demais setores do País.

Diante desse cenário e do tema proposto, algumas questões, com certeza, surgem. Entraves burocráticos ou planejamento adequado e consistente? Entraves burocráticos ou estrutura dos órgãos e instituições do setor de infraestrutura compatível com as atribuições que têm? Entraves burocráticos ou qualidade dos projetos, robustez dos projetos, que permita a plena caracterização, a orçamentação da obra, da concessão, no caso dos projetos de concessão? A Lei nº 8.987 pede elementos para projetos básicos, algo que vai minimizar termos aditivos e permitir que a obra seja concluída conforme as expectativas e com a qualidade que se deseja de obra que foi

pensada e representa necessidade do País. Entraves burocráticos ou boa governança dos órgãos do Governo na área de infraestrutura?

Essas são algumas questões que apresentamos inicialmente para podermos refletir. Ao longo dessa apresentação, vamos tentar passar por elas. A ideia, para poder auxiliar a Comissão, é ver qual é a verdadeira situação, qual é a verdadeira realidade. Diz respeito ao tema sugerido aqui, que é bastante oportuno. Trata-se da verdadeira realidade do setor de infraestrutura. Ao identificarmos a verdadeira realidade, podemos, com certeza, encontrar as melhores soluções ou oferecer, neste debate, caminhos para as melhores soluções.

Como se dá a fiscalização, no setor de infraestrutura, por parte do Tribunal de Contas da União? Presidente, eu gostaria de destacar a missão do Tribunal, porque nós a revisitamos há 2 anos, 3 anos. A missão do Tribunal passou a ser a de controlar a administração pública para contribuir com o seu aperfeiçoamento, em benefício da sociedade.

Essa visão de auditoria operacional, auditoria de desempenho e governança, em que se busca contribuir com os órgãos, é algo que já se vem amadurecendo no Tribunal há um bom tempo. Principalmente no setor de infraestrutura, o que se pretende é avançar na direção de uma visão mais sistêmica para a área.

O Tribunal passou por reestruturação neste ano, procurando também melhorar a governança interna do Tribunal, melhorar a estrutura do Tribunal de forma interna. Foi dividido, segmentado o Tribunal em quatro grandes áreas. Uma área trata das questões sociais, há secretarias que tratam das questões sociais. Outra área, de atividades essenciais ao Estado, em que há o Legislativo, o Judiciário, o Executivo. Outra área, de desenvolvimento econômico, exceto infraestrutura. E outra área, de infraestrutura. Com isso, procura-se, interna e externamente, proporcionar melhor governança e transparência no setor público.

Passamos a ter secretarias especializadas, na área de educação, na área de saúde, na área de previdência, nas grandes áreas do Governo. Com isso, a partir deste

ano, o Tribunal, como órgão auxiliar, vai oferecer ajuda ao Congresso Nacional não só por meio de relatórios de fiscalização de obras, de relatórios sobre contas de governo, mas também por meio de relatórios concernentes às áreas de saúde, de educação.

No *site* do Tribunal, há uma estrutura completa, que pode ser acessada de forma bastante resumida e simplificada. Eu deixo o endereço para os senhores. A apresentação vai ficar aqui, para que possam entrar em maiores detalhes nessas áreas do Tribunal.

No setor de infraestrutura, do qual estamos à frente, na Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste, para melhorar a governança, há quatro Secretarias de Fiscalização de Obras, cada qual especializada em determinado segmento: obras aeroportuárias e de edificação; obras rodoviárias; obras de energia e de saneamento; e obras portuárias, hídricas e ferroviárias.

Nós temos duas secretarias que acompanham as concessões de serviços públicos e as desestatizações. Esse processo é acompanhado de forma concomitante, antes de o edital ser publicado, trazendo menor custo para o setor de regulação.

As parcerias público-privadas. Uma secretaria cuida da área de transportes. Estamos falando da ANTAQ, da ANTT, da ANAC. Trata-se das concessões de aeroportos, de portos, de ferrovias, de rodovias. Outra secretaria se ocupa da área de energia e da área de telecomunicações.

Em nossa área, também há uma secretaria que cuida das empresas de administração indireta com sede no Rio de Janeiro. Podemos citar o BNDES, que é um grande financiador da área de infraestrutura. Podemos destacar também a CBTU, a ELETROBRAS, a PETROBRAS.

As secretarias da Região Sudeste também estão sob essa coordenação — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Especificamente quanto ao acompanhamento das obras públicas, nós temos essas quatro secretarias que citei. A ideia, aqui, agora, é colocar mostrar como se dá essa fiscalização do setor de infraestrutura.

O Tribunal faz essa fiscalização, e, a partir deste ano, vai haver um relatório anual, que ele vai entregar ao Congresso Nacional, a esta Comissão, em que serão abordadas as questões sobre as obras fiscalizadas com base nos critérios da LDO, o que é exigido aqui, como também sobre auditoria de qualidade. Não basta a obra ser entregue, ela tem que ser entregue com qualidade. Então, o Tribunal está realizando e vai cada vez mais realizar auditoria de qualidade das obras.

A Secretaria de Obras e a Secretaria de Acompanhamento de Concessão de Serviços Públicos vão fazer parcerias — já estão fazendo — para acompanhar tanto a fase de concessões da outorga do serviço quanto a da execução do contrato. Temos hoje parcerias por meio das quais se faz o acompanhamento da execução de contratos de rodovias. Menciono a Régis Bittencourt, a Fernão Dias, também a BR-050 e a BR-262, que se referem a outorgas de concessões que estão chegando agora.

Auditorias de governança. O Tribunal está cada vez mais motivado. Neste ano vamos fazer pelo menos seis auditorias de governança em grandes órgãos da administração pública. Temos as solicitações do Congresso Nacional, que são bastante relevantes dentro do Tribunal de Contas da União. E vale a pena destacar também as fiscalizações dos editais. Cada vez mais estamos antecipando essas fiscalizações para a fase de editais.

Como é o processo? O Tribunal seleciona as obras utilizando os critérios estabelecidos na LDO — já abordei isso por meio da transparência anterior. Ele faz essa fiscalização e remete ao Congresso Nacional a relação das obras com indícios de irregularidades graves, conforme definido na própria LDO.

Essas obras que estão com IG-P — indícios de irregularidades graves — só são encaminhadas após diversas medidas adotadas pelo Tribunal junto com o gestor para solucionar o problema. Faz a oitiva do gestor, conversa, são realizadas diversas reuniões. Quando não há solução para a questão, o relatório sobre a obra com indícios de irregularidades é encaminhado ao Congresso Nacional, que tem a faculdade de acatar ou não a recomendação de paralisação, dada pelo Tribunal de Contas da União.

Ele acata ou não essa recomendação de paralisação. Depois vou trazer números para exemplificar essas questões. O bloqueio e o desbloqueio da execução física, orçamentária e financeira são feitos por deliberação da CMO.

Deputado, como exemplo, apresento histórico de obras com indício de paralisação. Em 2003, o Tribunal tinha identificado 87. Em 2012, foram 22. Podemos ver que está caindo de forma acentuada isso. Quer dizer, está sendo induzido o melhoramento, está havendo melhor atuação da administração pública. Dessas 22 obras, apenas sete são novas. Quinze dessas obras já estavam com indícios de irregularidades em anos anteriores. Estamos falando de sete obras.

Este quadro, sobre o FISCOBRAS de 2010 e 2012, é muito interessante, pois indica a dotação orçamentária. Por exemplo, em 2012, 38 bilhões foram fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União, com benefício financeiro estimado em algo da ordem de 2,5 bilhões.

O Tribunal identificou, a princípio, 39 obras com IG-P, considerando as obras antigas e as obras novas. Começa, então, a dialogar com o gestor, começa a dar oportunidade ao gestor de explicar as coisas. Dessas 39 obras, 17 foram resolvidas antes de qualquer deliberação por parte do Tribunal de Contas da União. Restaram 22 obras, considerando-se as obras antigas, que são 15, conforme eu falei. Sete são obras novas. O Tribunal recomendou a paralisação de 22. Após a audiência pública da Comissão, no Congresso Nacional — é muito importante quando o Congresso Nacional faz essa força e ouve o gestor —, 17 foram resolvidas. Só ficaram cinco no quadro de bloqueios. Estamos falando, portanto, de cinco obras em 2012, cinco obras em 2011, e seis obras em 2010.

Quanto à paralisação de obras, temos que considerar sempre os números reais. E vamos trazer outros números.

Das obras fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União em 2012, em 49% havia deficiência ou falta de projetos, em 46% havia sobrepreço, superfaturamento. Mas a

maior parte está relacionada a falha ou inconsistência nos projetos ou a qualquer outra deficiência.

Eu acho que os números traduzem melhor o que desejamos falar. Foi realizada agora uma consulta ao sistema de acompanhamento de contratos do próprio DNIT. As obras rodoviárias estão bastante em voga. Em abril, no caso do DNIT, são 1.153 contratos de obras. Desses 1.153 contratos, 167 estão paralisados; desses 167 paralisados, Senador, apenas seis tiveram algum tipo de intervenção do Tribunal. Ou seja, 161 contratos paralisados no DNIT não têm nenhuma intervenção do Tribunal. Não houve, em relação a esses, nenhuma ação por parte do Tribunal de Contas da União. Desses seis, três se referem à mesma obra. Estamos falando de quatro obras diferentes de 167 que estão paralisadas atualmente. Esses dados são do final de abril de 2013, do sistema do próprio DNIT. Nós estamos falando, então, de 0,05% dos contratos do DNIT ou de 3,5% dos contratos paralisados.

Em relação ao PAC, os números são mais elucidativos. Em 2013, quantas obras do PAC o Tribunal tem fiscalizado? Temos fiscalizado 0,2% das obras do PAC em 2013. Não chega a 1%. Em 2012, foi 0,4%. Em 2013, nós fiscalizamos 133 obras de 29.807 incluídas no PAC.

Esses são dados que trazem essa magnitude. Trouxemos números porque eles dizem muito mais que palavras.

Procuramos aqui demonstrar que Tribunal não vai a todas as obras, ele não tem condições de ir a todas as obras. O Tribunal tem que se valer de outros meios para poder cumprir essas atribuições. Ele tem que ser mais seletivo, tem que buscar, sobretudo, verificar as causas dessas obras ou partir para auditorias de governança, por meio da qual pode contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública.

Gostaria de enfatizar que estamos, no Tribunal, com dois processos de fiscalização que iniciamos há 2 semanas. Um diz respeito à INFRAERO, o outro, ao DNIT. Trata-se de descobrir as causas da paralisação dessas outras obras que não sofreram nenhuma intervenção do Tribunal. Estamos fazendo esse levantamento,

buscando essas causas. Depois vamos disponibilizar isso para a sociedade e para o Congresso Nacional.

O Tribunal partiu para fazer essas auditorias de governança. Foi feita uma muito importante, sobre a regulação das agências reguladoras. Foi uma solicitação da Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. Fizemos outras, na parte de obras. Vou dar como exemplo uma que foi feita no DNIT.

O objetivo dessas auditorias de governança é mitigar a ocorrência dos achados que provocam paralisação de obras, diagnosticar efetivamente quais são essas causas e propor eventualmente — são recomendações — ações de melhorias e até mudanças estruturais.

Nessa auditoria operacional realizada agora, julgada recentemente, quanto à gestão de obras do DNIT, o Ministro-Relator foi o Ministro Weder de Oliveira.

Quais foram os principais achados? O TCU constatou a oportunidade de melhoria nas atividades da autarquia, principalmente em projetos e na fiscalização de obras. Qual foi a situação encontrada? Ineficiência na análise de projetos. Não há priorização na escolha de projetos analisados. A distribuição da equipe é assimétrica entre os diversos setores de análise, com analistas mais experientes realizando trabalhos menos complexos e vice-versa. Faltam procedimentos definidos para análise focados em questões técnicas e financeiramente mais relevantes. A equipe não dispõe de *software* adequado para realizar o seu trabalho nem de condições para conhecer o local em que o projeto será implementado. Não há procedimento padrão para apenar as empresas projetistas, caso seja necessário. São realizadas poucas visitas ao local da obra. Há ausência de planejamento nesse setor.

Há também pouca participação daquela unidade local, que fica no DNIT acompanhando a rodovia, na análise do projeto. Quando o projeto está em fase de obra e há revisões — geralmente acontecem —, não passa pela área de projetos novamente. Falta o controle das versões do projeto. Ou seja, não há o gerente de projeto que vai fazer o controle. Então, cada um faz uma correção. Depois, quando o projeto volta, fica

um pouco desbalanceado com as modificações. Há vários processos numerados para o mesmo projeto.

Quais foram as principais oportunidades de melhoria identificadas pelo Tribunal na fiscalização de obras do DNIT? Necessidade da melhoria da estrutura das superintendências regionais do DNIT e das unidades locais para torná-las compatíveis com as suas atribuições. Melhoria no controle e no acompanhamento das obras, por parte do DNIT, de forma a garantir a qualidade e a razoabilidade dos seus custos e a aplicação, quando cabível, de penalidades às supervisoras e às empreiteiras.

Deputado, qual é a extensão da malha rodoviária administrada por unidade local? Vinte e seis unidades locais têm entre 301 e 600 quilômetros. Há 18 unidades locais que têm extensões menores que 300 quilômetros. E, entre 501 e 900 quilômetros, são dez unidades locais do DNIT. No caso de apenas cinco, são mais do que 900 quilômetros.

Vejamos outro gráfico, relacionado ao número de engenheiros. O residente é o responsável pela unidade local, o supervisor — existe um em cada uma dessas unidades locais. Em 24% delas, só há o engenheiro supervisor. Não há nenhum outro engenheiro lá para fazer esse acompanhamento. Só há ele. Em 23% delas, só há um engenheiro a mais, além do supervisor. Menciono isso apenas para ilustrar essa questão.

Outros achados referem-se a pouca integração entre as áreas do DNIT responsáveis pelas obras rodoviárias; ausência de planejamento no que se refere à analise de projeto e ao planejamento orçamentário; muitos servidores perto da aposentadoria e ausência de concurso público, que traria a oxigenação desejável para esses órgãos. Foram verificadas diversas medições sem assinatura da supervisora. Há equipe pequena e com treinamento insuficiente, o que já foi mencionado. Os sistemas de informações gerenciais de obras e projetos e os sistemas de protocolo são inadequados. Há atrasos nas obras devido a dificuldades em questões ambientais e indígenas.

Diante dessa realidade, o que fez o Tribunal? Determinou ao DNIT que elaborasse um relatório sobre a implementação das medidas relacionadas a esse documento, a todas essas questões que citei aqui, informando as medidas que já foram adotadas e o plano de ação para implementação das demais medidas, eventualmente.

Leio este trecho:

> *"Além disso, considerando que a situação verificada neste trabalho extrapola, em certos aspectos, a capacidade de atuação e os limites da própria autarquia, o DNIT deve dar conhecimento desses resultados à Casa Civil, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministério dos Transportes, enfatizando os riscos envolvidos em manter as atuais atribuições do DNIT sem dotá-lo de instalações, equipamentos e força de trabalho compatíveis com suas atribuições."*

Deputado, qual é o benefício esperado? Prossigo a leitura:

> *"Espera-se que a implementação dessas recomendações propostas contribua para a melhoria das gestões das obras do DNIT, fazendo com que a autarquia consiga, efetivamente, projetar e construir empreendimentos de qualidade, no prazo previsto e com a qualidade desejada."*

Eu dei como exemplo um trabalho. Poderia mencionar outros trabalhos, mas sei que o tempo aqui é curto.

Cada vez mais, diante de tantas obras para fiscalizar, o Tribunal efetivamente não é capaz de fazer a fiscalização. Nem é a missão dele substituir a auditoria interna dos órgãos, a CGU. O Tribunal, então, tem que ser seletivo. Está indo na direção dessas auditorias de governança, auditorias operacionais, em que identifica como pode contribuir para o aprimoramento dos órgãos.

Estou à disposição para responder perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Dr. Adalberto Santos de Vasconcelos.

Passo a palavra agora ao Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Social da Caixa Econômica Federal, o Sr. José Carlos Medaglia Filho.

Com a palavra, o Dr. José Carlos.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO - Muito boa tarde, senhoras e senhores.

Sr. Presidente da Comissão, Senador Lobão Filho; Sr. Relator, Deputado Danilo Forte, na pessoa de quem cumprimento os demais componentes da Mesa, inicialmente, eu queria dizer da minha satisfação de estar novamente nesta Casa debatendo um tema que, para minha instituição, a Caixa Econômica Federal, é muito caro, é um tema que nos permite o relacionamento com cerca de 5.500 Municípios, todos os Estados e suas companhias de saneamento e de habitação e demais autarquias que executam obras e investimentos com recursos concedidos pela União para Estados e Municípios.

Permitam-me fazer um breve histórico sobre as razões pelas quais a Caixa passou a atuar como mandatária da União nos repasses de recursos do Orçamento Federal e esclarecer a partir de quando isso passou a acontecer.

A Caixa foi chamada, no ano de 1996, a se integrar, na qualidade de mandatária da União, ao processo de repasses. Até então, todas as destinações de recursos do Orçamento Federal para Estados e Municípios, principalmente Municípios, se davam por um mecanismo chamado convênio, que existe até hoje.

No entanto, o convênio, na época, se caracterizava por uma destinação do recurso para o Município mediante mecanismos relativamente frágeis e uma posterior prestação de contas.

Talvez alguns dos senhores ainda se lembrem daquela época: o quadro era de recursos insuficientes para a execução das obras a que estavam destinados; obras que se iniciavam e não terminavam; obras fantasmas; obras inadequadas para aquela

comunidade; e obras sem funcionalidade. Exemplificando: recursos destinados a uma ponte, sem os recursos suficientes para os seus acessos.

Diante desse quadro, o Governo Federal, o Congresso, enfim, a sociedade, irresignados com a situação, entenderam por bem criar um mecanismo denominado contrato de repasse, que se diferencia do convênio, em primeiro lugar, pela necessidade de existência de um plano de trabalho anterior à concessão dos recursos; da análise prévia de um projeto anterior a qualquer liberação; e de uma proporcionalidade entre as liberações e o andamento da obra.

Por esse mecanismo, o Governo se assegura de que as obras tenham, de fato, projetos consistentes; um procedimento regular, em termos de licitação; e que, de fato, cada parcela somente seja liberada após uma vistoria da existência daquela etapa de obra.

Evidentemente, esse sistema representa, do ponto de vista da agilidade, alguns entraves. No entanto, entendeu até aqui o Governo, e acho que também o Legislativo, por manter essa sistemática como forma de garantir uma boa aplicação dos recursos públicos.

A partir de então, a Caixa passou a se estruturar e o vem fazendo de maneira incremental, de modo que hoje nós dispomos de 72 unidades regionais — que são as nossas Gerências ou Representações de Desenvolvimento Urbano — e, portanto, atua nas 27 capitais e em mais 44 cidades-polo do País. Essas 72 unidades regionais operam uma carteira, atualmente, de cerca de 40 mil contratos de repasse do OGU, totalizando um volume de 22 bilhões.

Na parte mais recente dessa carteira, que são as operações do Orçamento do ano de 2011, para dar um exemplo recente, foram cerca de 6.200 operações selecionadas, totalizando cerca de 5 bilhões. Essa é uma carteira que está, portanto, completando 1 ano e meio de assinatura. Esses contratos foram assinados maciçamente no final do ano de 2011.

Ao final desta minha exposição, eu vou compartilhar com os senhores o andamento desta carteira, especificamente, dos contratos assinados em 2011, que tiveram o período de apresentação de projeto, de licença ambiental, de titularidade da área e que deveriam, neste momento, já estar em andamento. Mais adiante, eu vou me permitir apresentar esse balanço.

A Caixa hoje presta serviço para 20 Ministérios. Todos os Ministérios que selecionam operações para Estados e Municípios e que se propõem a fazê-lo pelo mecanismo de contrato de repasse, via de regra, fazem-no com a Caixa. E poderiam fazê-lo com outros bancos públicos — a legislação autoriza outros bancos públicos a também realizarem os repasses do Orçamento da União. No entanto, até o momento, ao que nos consta, nenhum dos nossos coirmãos bancos públicos se organizou ou se instrumentalizou para prestar esse tipo de serviço.

A Caixa dispõe hoje, dentro dessas 72 unidades regionais, de cerca de 2 mil engenheiros e arquitetos, cerca de 300 técnicos sociais e mais de 2 mil técnicos de fomento, além de auxiliares administrativos e outros cargos operacionais. Esse conjunto de profissionais se subsidia também de cerca de 3 mil empresas de engenharia e arquitetura credenciadas. Portanto, é uma estrutura bastante robusta e que não encontra similar em nenhuma instituição, seja no País ou fora dele.

A Caixa se preparou para atuar nos recantos mais longínquos do País. Tirando alguns Municípios, principalmente da Região Norte, onde o acesso ainda enfrenta as naturais dificuldades, a Caixa teria condições de, em 48 horas, fazer uma vistoria de qualquer obra, em qualquer outra região do País.

De fato, nesses anos todos, a Caixa já teve intervenções em rigorosamente todos os Municípios do País.

Bem, deparamo-nos com uma situação em que o colega expositor que me antecedeu, do Tribunal de Contas, pintou um cenário que eu me permito explorar um pouco. De fato, nós estamos enfrentando hoje, talvez mais do que em qualquer outro

momento do nosso País, uma carência absoluta de preparo e de equipes técnicas para o volume de investimentos que estamos disponibilizando.

Há um dado da Federação Nacional dos Engenheiros de que 80% dos Municípios brasileiros não dispõem sequer de um engenheiro ou arquiteto em seu quadro permanente. Isso não quer dizer que não haja possibilidade de contratá-lo de forma avulsa ou de contratar uma consultoria, mas esse é um dado bastante impactante.

Observamos também uma permanente dificuldade dos Municípios de se manterem em condições cadastrais passíveis de obtenção de recurso federal. Costumeiramente, como as emendas do Orçamento de cada ano são predominantemente selecionadas no final do ano, nós temos por hábito, sempre ao início do mês de dezembro, verificar a condição de regularidade dos Municípios brasileiros, para formalização desses contratos que se avizinham até o final do ano. E a estatística é recorrente: dos 5.500 Municípios brasileiros, usualmente, no início do mês de dezembro, mais de 3 mil Municípios estão inscritos com restrição no CAUC. Isso significa que se o contrato precisar ser assinado naquele dia, apenas 2.500 poderão fazê-lo; os outros 3 mil não têm condições de assinar contratos.

E o que se percebe, a cada ano, é uma corrida, principalmente ao Poder Judiciário, para poder realizar as contratações dentro do ano, dentro do exercício, com liminares que permitam que esses contratos sejam assinados. Evidentemente, na sequência, essas liminares acabam sendo cassadas, e os contratos mantêm-se em vigor — eles foram firmados ao abrigo de uma liminar.

Mas o volume de Municípios que normalmente se encontra com restrição cadastral, somado à fragilidade do ponto de vista técnico, já nos dá uma pista do que vamos enfrentar na sequência da assinatura dos contratos. E, de fato, o que ocorre nos casos de assinatura precária — digamos assim — desses contratos é que, como regra, pelas condições normativas vigentes, os Municípios assinam esses contratos sem ter projeto, licença ambiental e um documento que ateste a propriedade pública da área de

intervenção, que fundamentalmente são os três elementos necessários para que se consiga dar prosseguimento a uma transferência da União.

Então, assinamos um volume grande de contratos. Em boa parte deles há o abrigo de liminares judiciais e, como regra, os Municípios têm até 18 meses para apresentar projeto, licença ambiental, titularidade da área e realizar uma licitação.

Agora eu gostaria de apresentar o quadro que nós temos, neste momento, das operações assinadas no final de 2011. Como eu me referi, assinamos 6.200 contratos, que totalizaram cerca de 5 bilhões. Destes, em torno de mil contratos, totalizando 570 milhões, sequer saíram da cláusula suspensiva após 18 meses, ou seja, não foram apresentados projeto, licença ambiental e titularidade de área, os requisitos mínimos exigidos. Outros 2.500 contratos, totalizando 700 milhões, apresentaram projeto, licença ambiental e titularidade de área, mas não conseguiram realizar licitação e, portanto, vão chegar à data fatal de 30 de junho sem que as respectivas obras estejam iniciadas, condição essa para a continuidade desses contratos.

Então, senhores, o dado preocupante é que nós temos, de um total de 6.200 operações realizadas em 2011, cerca de 3.500 operações que estão correndo o risco de não prosperarem a partir do dia 30 de junho, por não terem satisfeito as três condições básicas, projeto, licitação e titularidade de área, ou por não terem conseguido realizar as licitações para início de obra. E esse quadro tem se repetido ano a ano.

Bem, acho que nos cabe fazer uma análise das razões que concorrem para a existência desse quadro. Evidentemente que cada agente que opera nesse setor terá a sua visão, muito provavelmente sob a ótica dos Municípios. E eles não deixam de ter razão: existe uma infinidade de regras burocráticas que os impede de evoluir. De fato, essas regras advêm, em parte, da LDO; em parte, da Lei de Licitações; em parte, dos manuais de cada um dos 20 Ministérios, que não são unificados — cada Ministério opera com uma regra diferente.

Também dirão os Srs. Prefeitos, com alguma propriedade, que a Caixa representa um obstáculo para a obtenção desses recursos; que a Caixa muito

provavelmente tem procedimentos lentos e que exige a apresentação de uma infinidade de documentos e de qualidade de projeto que eles não dispõem de condições de satisfazer.

Bem, eu digo que isso pode e deve ser uma verdade, mas em parte, e acho que a responsabilidade da minha instituição, a Caixa, e também desta Casa é verificar as reais causas. Porque, se fosse simplesmente isso, talvez tivéssemos uma solução simples: remover a Caixa desse processo. Assim, tudo estaria resolvido. Ou voltaríamos a ser como era antes, na fase dos convênios, ou destinaríamos isso para qualquer outro ente público que não fosse a Caixa.

Infelizmente, o mundo real os senhores sabem que não é tão simples. Qualquer outro operador que venha eventualmente atuar nesse setor terá que cumprir exatamente as mesmas regras que a Caixa cumpre: verificar itens da LDO; verificar se a Lei de Licitações foi atendida; observar se existe um projeto em condições de ser executado; verificar a titularidade da área e a existência de licença ambiental.

Muitos Prefeitos reconhecem o valor de ter um agente que faz esse tipo de fiscalização, porque isso lhes dá a garantia de ter um processo correto. No entanto, há um nível de incompreensão muito grande por parte de outros gestores púbicos municipais e estaduais.

Da avaliação que nós nos permitimos fazer, nós fazemos uma autocrítica também bastante severa de necessidade de melhoramentos internos do nosso processo. E temos feito melhoramentos: temos aumentado a nossa capacidade operacional e técnica; temos procurado debater esse assunto em todos os fóruns para os quais somos convidados; temos participado de alguns melhoramentos normativos e legislativos — fomos um dos participantes dos debates sobre a Portaria Interministerial nº 507, que gerou algumas flexibilizações e nos permitiu alguns avanços.

No entanto, ainda vemos que precisamos percorrer um caminho bastante longo. Considerando a nossa avaliação, em que pese devermos admitir questões nossas a serem melhoradas, precisamos fazer coro com o que hoje foi apresentado pelo TCU: a

nosso ver, a maior deficiência neste momento ainda está na baixa capacidade institucional dos nossos agentes públicos municipais de levarem a cabo bons projetos que resultarão em obras e em bons processos licitatórios, que não deixem margem a questionamentos.

Na verdade, quero que olhemos, agora, um item apenas que eu gostaria de exemplificar: esta Casa anualmente reedita a Lei de Diretrizes Orçamentárias, processo que é antecedido de um longo debate, em que vários agentes são consultados, inclusive nós, o Tribunal de Contas da União, e a Controladoria-Geral da União. Todos nós temos anualmente oportunidade de opinar sobre isso, e evidentemente a decisão é desta Casa.

Pois bem, desde 2003, a LDO traz a obrigatoriedade de os preços levados à licitação e resultantes desse certame serem iguais ou inferiores à mediana do preço referencial do SINAPI É uma questão de elaboração do orçamento; é uma questão de engenharia. É uma questão que deveria ser simples e assimilada desde 2003.

Eu não tenho registro, na Caixa, entre as mais de cem mil operações que nós controlamos nesse período, de que alguma vez tenha vindo uma planilha orçamentária respeitando esse item, que deveria ser trivial. Dou esse exemplo para demonstrar o grau de fragilidade de que as nossas equipes técnicas, presentes nas Prefeituras, hoje dispõem. Evidentemente que isso já é a barreira inicial para a aprovação de um projeto.

Frequentemente são projetos desatualizados, cujas peças técnicas não combinam o que está desenhado com o que está descrito no memorial descritivo; planilhas orçamentárias que não atendem à LDO; cronogramas que não combinam com o projeto. E por aí poderemos elencar as coisas menos frequentes e mais complexas, mas essas são as mais simples.

Então, a nosso ver, sem prejuízo de fazermos um *mea-culpa* por aquilo que nos cabe, me parece que seria uma má contribuição da Caixa deixar de alertar que esse é um problema. Mas seguramente o problema maior não reside aqui. Ele hoje reside na

dificuldade de atendimento de regras relativamente simples de projeto de engenharia e regras legais e normativas dos Ministérios.

Certamente temos um caminho longo a percorrer, e a Caixa reitera a sua disposição de contribuir para isso. Não nos agrada essa situação. Não nos agrada a situação de termos um cliente Município que atribui a nós boa parte da burocracia. Nós gostaríamos, sim, de ter um processo mais ágil, menos burocrático, de melhor entendimento por parte do Município, e temos atuado para esse debate. Colocamo-nos mais uma vez à disposição para prosseguir nisso, como eu disse, sem prejuízo de resolvermos questões pontuais, seja de falta de padronização, seja de falta de agilidade das nossas equipes.

No entanto, eu reitero: acho que se nós nos restringirmos a olhar o mundo sob essa ótica não chegaremos ao processo ágil e vitorioso que todos queremos, porque a maior deficiência não está ali. Isso precisa ser corrigido, mas precisamos olhar aquilo que mais impacta, que ainda é essa dificuldade técnica e operacional dos nossos Municípios.

Eu permaneço à disposição para outras questões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Dr. José Carlos Medaglia.

Passo a palavra agora ao representante da Confederação Nacional dos Municípios, Dr. André Amorim Alencar, para que possa fazer também sua exposição.

O SR. ANDRÉ AMORIM ALENCAR - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, muito boa tarde a todos.

Primeiro, em nome da Confederação Nacional dos Municípios queria agradecer o convite da Comissão e já iniciar a apresentação trazendo, na visão das Prefeituras, os principais problemas enfrentados na relação de convênios entre União e Municípios.

Inicialmente, como já foi citado, um dos principais problemas é a falta de padronização dos convênios por parte dos Ministérios. Cada Ministério tem o seu

conjunto de procedimentos. Não se pode imaginar que uma Prefeitura, com pessoal reduzido, vá dar conta de atender a todos os diferentes parâmetros que são exigidos pelos Ministérios. Esse é um dos entraves que pode estar ocasionando, como vamos ver à frente, a má execução desses convênios. Vamos trazer alguns números relativos aos Restos a Pagar e vamos conseguir visualizar que realmente, nos últimos anos, esse é um problema crescente e que tem aumentado muito a má execução desses convênios.

O segundo ponto que eu queria trazer é a liberação dos repasses que, em geral, segue um cronograma político, com pouca relação com a execução efetiva das obras. Veja o caso das emendas parlamentares, cuja execução é fruto de...

O outro ponto seria o excesso de burocracia que exige dos Municípios que obtenham certidões emitidas pelo próprio Governo Federal, como as certidões negativas do FGTS, do INSS e a de regularidade fiscal. Embora todas sejam emitidas pela própria União, são os Municípios que têm que apresentá-las durante o andamento dos convênios; o próprio Governo não as emite e não há uma boa comunicação entre os órgãos.

Outro ponto seria o contingenciamento dos investimentos, que sabemos que todo ano é utilizado para se ajustar o superávit primário. Nele acaba entrando a execução dos convênios também.

Mais especificamente em relação à Caixa Econômica, os pontos geralmente levantados pelos gestores são a demora na análise dos processos; a escassez e a mudança constante no corpo técnico incumbido de realizar as aferições e medições das obras; a desatualização da tabela SINAPI — geralmente faltam alguns itens e também não se levam em conta as diferenças regionais; o ajuste do contrato em caso de aditamento ou reprogramação, o que acaba por devolver o processo à Caixa Econômica Federal e em geral ocasiona grande demora na continuidade do pleito.

Nós reconhecemos alguns avanços que foram feitos na negociação da Portaria nº 507, de 2011, que retirou a exclusividade da tabela SINAPI como referência para a

aquisição de material de construção; restringiu o excesso de interferência da Caixa Econômica no detalhamento dos convênios; possibilitou o repasse de 50% do valor da obra, antes de se iniciar o processo, com base na responsabilização dos Prefeitos; permitiu o ressarcimento de pagamentos já efetuados pelas Prefeituras e criou um rito simplificado para convênios de até 750 mil reais. Então, foram essas as evoluções.

Queria apresentar a questão do CAUC. São 14 exigências que os Municípios devem para não serem inseridos no CAUC. Nós fizemos uma consolidação de dados colhidos até o dia 31 de maio de 2013 e chegamos à impressionante conclusão de que nada menos que 93,2% dos Municípios estão no CAUC.

Há essa tabela — que eu quero deixar para os senhores — que retrata a situação, por Estado. O que impressiona são alguns Estados que chegavam a ter 100% dos seus Municípios no CAUC naquela data. Então, é uma situação realmente complicada.

Nessa imagem eles estão listados por apontamento, por tipo de exigência. Em geral, a maior quantidade de casos realmente é de relatórios resumidos de execução orçamentária. Mais de 4 mil Municípios têm apontamento com essa questão.

Nós reconhecemos que existe um problema de estrutura de contabilidade nos Municípios, mas a questão burocrática do sistema também que gera essas certidões acaba ocasionando uma demora e a entrada desses Municípios nesse critério. Isso é uma coisa regular.

A consequência desses problemas é a questão relativa aos Restos a Pagar, que estão acumulados no Orçamento da União e são um problema crescente, que vamos ver aqui em números.

Em 2003 existiam 3 bilhões inscritos nos Restos a Pagar — esses são valores devidos pela União a Municípios. Existiam 3 bilhões inscritos nos Restos a Pagar em 2003. Em 2011, já chegava ao valor de 27 bilhões.

Esse gráfico é muito interessante, pois ilustra bem o descompasso entre o que está sendo empenhado, o que está sendo conveniado e o que está sendo realmente pago, o que está sendo realmente executado.

A partir de 2005, o problema fica evidente. Você tem uma execução muito abaixo daquilo que é conveniado, daquilo que é celebrado, e isso vai gerando um acúmulo de Restos a Pagar. Desde 2002 há empenhos inscritos no Orçamento da União em valores significativos.

Nós fizemos, no ano passado, uma pesquisa sobre os Restos a Pagar de 2012 que estavam inscritos no Orçamento da União, para tentar identificar em que pé a execução desses empenhos andava e por que esses recursos não eram repassados. Foram analisados 61 mil empenhos. Entre eles, 12.700 são de Restos a Pagar processados, e os demais são não processados.

Em 2012, existia um total de 61.715 empenhos inscritos em Restos a Pagar. Esses empenhos somaram um total de 24 bilhões em 2012. Aí estão organizados por ano de inscrição, para os senhores acompanharem. Então, há empenhos desde 2012 até 2011.

Está aí por Estado, aberto também, só para os senhores poderem consultar.

Por Ministério, o mesmo valor.

Aqui é o resultado da nossa pesquisa. Nós avaliamos 10.948 empenhos, após termos ligado para as Prefeituras e termos tentado identificar em que pé andavam esses processos dos 49.500 empenhos não processados. Então, pesquisamos só aquilo que constava como não processado, que supostamente seriam aqueles casos em que não houve medição e não foram iniciados.

A maior parte desses que foram pesquisados, 82%, é relativo à obra. Outra parte é relativa à aquisição de equipamentos — em torno de 90%. Esse total é relativo à obra e à aquisição de equipamentos. O restante diz respeito a custeio. Um percentual de 10% não foi identificado.

Esse é só o resultado, aberto por ano de inscrição do empenho.

Então, qual foi o resultado? Apesar de estarem inscritas como não processadas, concluímos que 56,8% das obras e das aquisições de equipamentos são referentes a despesas já licitadas e contratadas, o que corresponde a 55,4% dos recursos.

Desses valores que já estão contratados, 73,1% tiveram a sua execução iniciada. Então, apesar de constarem como não processados, os gestores declararam que a execução foi iniciada.

Aqui está um resultado que até foi bem surpreendente: dos empenhos declarados como iniciados, em 80% já houve medição. Então, houve a medição, mas está inscrito no Orçamento da União como não processado.

Por fim, aqui, 16,5% dos investimentos iniciados já estão conclusos. Esse é o dado mais marcante da pesquisa, porque são obras conclusas que estão inscritas ainda como Restos a Pagar não processados. Há algo no processo que deixou de gerar o processamento desse recurso.

Em resumo, quanto a esses empenhos analisados, temos que 6,7% dos investimentos estão concluídos; 40,5% foram iniciados; e 55,4% são obras e aquisições já contratadas.

A CNM também pesquisou esse percentual de obras conclusas; para descobrir se houve algum pagamento parcial ou entender o motivo de não ter ocasionado nenhum pagamento, segundo os gestores. Foram selecionadas obras dos anos de 2008, 2009 e 2010 para a pesquisa. Essa foi uma segunda pesquisa, só com essas obras declaradas como conclusas.

Como resultado, os Prefeitos informaram que em 55,3% dos casos receberam parcialmente os recursos e em 44,7% dos casos não receberam nada. Então, a obra está concluída, mas os recursos da União não chegaram.

Quanto ao problema não pagamento, o principal problema apontado foi a retenção justificada, que correspondeu a 83,8% dos recursos. A falta de aferição pela Caixa Econômica ou órgão competente respondeu por 15,5% dos casos; e a falta de documentação por parte dos Municípios foi apontada em 0,7% dos casos.

Eu acho que esses eram os números que nós queríamos trazer para contribuir para o debate.

Agradecemos o convite.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Os números são assustadores, Dr. André!

Agradeço a exposição do Dr. André Amorim Alencar.

Antes de passar a palavra ao Deputado Danilo, pergunto ao Senador Wilder Morais se gostaria de fazer alguma inquirição aos palestrantes.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Sr. Presidente, analisando atentamente o que disseram os palestrantes, a gente nota que esta Comissão... Se a gente vir o depoimento do TCU, praticamente não há problemas lá; o problema está no DNIT. Quando a gente ouve a Caixa, o problema também não é na Caixa; é nos Municípios, que não têm estrutura. A gente escuta os colegas dos Municípios e percebe que o problema está nos Municípios.

Então, hoje o problema do Brasil — e isso tem que estar no Orçamento, Sr. Presidente — é que nós não temos projetos com antecedência. Como queremos duplicar as nossas rodovias, se fazemos isso a passos de tartaruga? As rodovias já estão aí. Há muitos anos elas deveriam ter sido duplicadas. Os projetos executivos, para que pudessem ter resultado e não receber intervenções do TCU e tal, deveriam ser feitos com antecedência. Isso envolve vários órgãos, e só o Governo Federal poderia fazer isso acontecer.

A gente está vendo hoje essa tentativa de privatizar, de passar isso para a mão dos empresários, mas isso não vai acontecer. Se o próprio Governo não dá conta de tirar as licenças e fazer as coisas acontecerem...

Eu perguntaria ao nosso palestrante André como farão os nossos Municípios pequenos. Que programa é esse de Governo que vai chegar aos Municípios? Eu tinha a informação de que 68% dos Municípios estavam no CAUC. Então são 93%? Não existe programa algum que chegue às nossas cidades!

Eu acho que os debates, Sr. Presidente, nesta Comissão são muito importantes, mas precisamos fazer uma reflexão quanto à centralização dos recursos da União e à falta de repasse de condições para que o órgão gestor, DNIT, tenha quadro técnico, tenha equipamentos... O TCU tinha que fazer uma intervenção no DNIT, e não nas obras.

Hoje os prejuízos são muito grandes. No meu Estado, a construção do aeroporto de Goiânia foi embargada em 2007. E há vários outros casos. Ele foi eleito o pior aeroporto do País. Imaginem o prejuízo que isso gerou para o nosso Estado, um Estado que está em crescimento, um Estado que poderia ter a oportunidade de sediar a Copa do Mundo, de hoje também sediar a Copa das Federações. Não teve condições sequer de passar perto disso. Por conta do quê? Dessas intervenções, dessa falta de investimentos, dessa falta clareza dos órgãos do Governo.

Eu acompanho os Municípios — sou um Senador municipalista — e tenho dó dos Prefeitos que vêm me procurar, porque eles não têm condição alguma. Os recursos das pequenas cidades mal dão conta de custear a máquina pública. Ninguém vai conseguir trazer projeto e atender ao que o nosso amigo da Caixa quer, porque não existe estrutura, Sr. Presidente. Então, este debate é importante para pegar esse relatório e ver que o problema não está nos órgãos; o problema está na base, nos Municípios.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Senador Wilder.

Antes de passar a palavra ao Deputado Júlio Cesar, eu queria fazer um comentário.

Eu prestei atenção ao que disse um dos nossos expositores, que reclamou do erro nos projetos, da fragilidade dos projetos em execução no nosso País.

A consequência, Senador, são casos como este de Brasília, que levam a manifestações como as que estamos vendo no Brasil inteiro. Orçamentos como o do nosso estádio de futebol, de 600 milhões, conseguirem chegar a 1 bilhão e meio de

reais, provavelmente a 2 bilhões de reais, realmente são motivo para revoltar toda a nossa população.

Fica uma dúvida na cabeça de todos nós, que somos, digamos, copartícipes do Governo — porque o estamos aqui apoiando, através das nossas atividades parlamentares: estamos fazendo o correto, ao sancionar despesas como aquelas que às vezes triplicam o valor previsto para um projeto? É preciso ter muita responsabilidade.

Uma das causas da situação que houve ali é a falta de responsabilização dos autores do projeto. É preciso que eles sejam responsabilizados pelos eventuais erros nos projetos. Projetos que começam com 600 milhões e terminam com 2 bilhões têm que ter um culpado. Não acredito que o problema seja só a execução da obra. O projeto é o grande responsável por isso.

Passo a palavra, com grande prazer, à nossa enciclopédia estatística, que certamente irá apontar várias fragilidades nas exposições aqui proferidas, o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Agradecendo o excesso de bondade do nosso Presidente, cumprimento o nosso Relator e os senhores palestrantes.

Eu reconheço, senhor representante da Caixa, os avanços. Eu não conheço nenhum ficha-suja que possa ser candidato a assinar um contrato com a Caixa. Este é o lado positivo. A Caixa, até pelo excesso de exigências, a maioria delas viáveis e oportunas, não deixa que isso aconteça.

O lado negativo é a falta de estrutura, como o Senador disse. O senhor falou que em 48 horas pode fazer. Isso é na teoria; na prática, não funciona. No meu Estado não funciona. Pode ser que nos grandes centros funcione. Lá no Piauí não funciona, por absoluta falta de estrutura para se fazer a fiscalização.

O senhor falou que lá existem 44 mil contratos, equivalentes a 22 bilhões. Pelos números da CNM, esses 22 bilhões são menos do que os Restos a Pagar históricos, de 2003 a 2007, que totalizam 27 bilhões.

Os 27 bilhões inscritos, Sr. Presidente, até o ano de 2011 — porque esses valores vêm se acumulando ano a ano e vão sendo pagos. Então, do histórico acumulado só foram pagos 47 bilhões; faltam ainda 27 bilhões. E 27 bilhões é muito mais do que um terço do total — vejo isso quando somo 27 bilhões com 47 bilhões.

O senhor falou aqui — e eu até gostaria de ter a sua palestra — sobre os contratos históricos de 1996 para cá, que somam em torno de 100 mil. É isso? Foi isso que eu entendi. *(Pausa.)* Se hoje o senhor falou que, de 1966 para cá, foram 100 mil e hoje são 44 mil, então pagaram muito pouco nos anos passados. Muito pouco. O senhor falou que começou em 1996, com 100 mil. Se atualmente há 44 mil, então só pagaram 56 mil, de 1996 para cá. Em 16 anos foi pago um pouco mais da metade.

Então, eu queria saber o que aconteceu, embora reconheçamos que se andou flexibilizando os contratos da Caixa, e hoje parece que ela paga 50% na hora da assinatura, não é? O que aconteceu?

Sr. Presidente, eu fico preocupado. Reconheço que isso facilitou a vida de muitos gestores da coisa pública, porque não os deixa pecar, como acontece nos Ministérios excludentes, que não vão para a Caixa, mas também tem contribuído muito para o repasse dessas verbas.

Está aqui o relatório da CNM: Restos a Pagar, em 2011, 27 bilhões. Esse valor vai acumulando ano a ano. Vinte e sete bilhões, Sr. Presidente, é quase tudo o que a União tem para investir no Brasil no exercício. São 50 bilhões, 60 bilhões. Aliás, não são 27 bilhões, não; 27 bilhões é o que foi inscrito em 2011.

Então, eu fico muito preocupado com esses números, em especial com o número de inscrições. Eu vejo também que, quanto mais pobre a unidade federada, maior é o número de Restos a Pagar, talvez por ineficiência da Caixa de fiscalizar ou por falta de estrutura — embora reconheçamos que os 2 mil engenheiros e arquitetos, os 300 técnicos, os 2 mil auxiliares e as 3 mil empresas credenciadas foram um avanço, não são suficientes para o montante de recursos que a Caixa negocia, para o número de

convênios que firma e para o número de Ministérios envolvidos nesses repasses voluntários que a União faz para os Municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Júlio Cesar.

Passo a palavra agora ao Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, nobres pares, eu quero fazer uma participação para contribuir em dois aspectos. Primeiro, com relação aos colegas da Comissão Mista de Orçamento.

Nós temos percebido, nos últimos dias, essa movimentação, esse protesto começado em São Paulo e — vamos dizer assim — espalhado pelo Brasil afora. E nós temos uma grande oportunidade, porque nesses protestos o que mais se está reivindicando é mais educação e mais saúde para a nossa população. E ao Deputado Danilo Forte, que é o Relator da LDO, pedi muita sensibilidade em relação às nossas emendas, para que possamos estar o mais próximo possível dessa vontade, desse desejo das ruas brasileiras, desse clamor que está vindo das ruas. Temos que fazer com que o orçamento do Governo Federal verdadeiramente atenda a essa necessidade.

Eu tenho percebido no meu Estado, Mato Grosso — e não tem sido diferente em outros Estados —, pessoas morrendo na fila de UTI, pessoas morrendo no aguardo de um exame, pessoas morrendo antes de fazer uma consulta — não conseguem fazer uma consulta mínima, simples —, pessoas que estão aguardando exames.

Então, neste momento — e a LDO é preparatória da LOA —, é de fundamental importância que ouçamos o clamor das ruas e que aproximemos ao máximo o Orçamento dessa necessidade.

A outra questão de que eu quero fazer a abordagem é referente aos órgãos de controle. Eu vou colocar uma situação muito simples aqui. Eu tenho um recurso que consegui empenhar, de 3 milhões e 600 mil, no Ministério da Integração Nacional, para fazer um estudo, para fazer um projeto de implantação de um projeto de irrigação no Município de Nova Mutum. Nova Mutum é um Município que cresce à média de 12% a 14% ao ano, muito acima da média nacional, e onde há terra boa e povo trabalhador. E

nós estamos correndo o risco... Aliás, já está determinada a sentença, ela já está dada: no dia 28 de dezembro de 2011, foi feito o empenho, e, é claro, a Câmara Municipal estava fechada, já em recesso. Não havia previsão orçamentária para investimento na área da agricultura. Havia para custeio. Então, fez-se o convênio, apresentou-se toda a documentação, mas o Quadro Demonstrativo de Despesa, o QDD, não previa 72 mil reais de contrapartida, para investimento na agricultura. Havia 72 mil reais, sim, para contrapartida, mas para custeio. E o que acontece? Por conta dos órgãos de controle, do rigor excessivo, o que tem acontecido? Esse projeto está fadado a morrer. Ainda não morreu porque eu tenho lutado muito, brigado, falado com o Secretário Nacional de Irrigação. Hoje eu estive lá para falar com o Ministro, para pedir uma audiência com o Ministro, exatamente para não deixar esse projeto morrer no Ministério da Integração Nacional.

Agora, por que isso? Porque os órgãos de controle estão tão rígidos que o pessoal da CONJUR — ninguém; e isso vale para projetista, para técnico em Engenharia ou qualquer outra função de análise e aprovação — tem receio de fazer qualquer coisa que esteja fora da resolução, de fazer qualquer fundamento com base na dignidade da pessoa humana, da necessidade da população, do ganho que isso vai ter, dentro de um processo de razoabilidade, exatamente pela rigidez dos órgãos de controle.

Então, eu queria deixar esse registro porque os "U" da vida — MPU, o Ministério Público Federal; TCU, o Tribunal de Contas da União; a CGU, a Controladoria-Geral da União — não estão deixando ninguém trabalhar neste País. E isso tem dificultado muito.

Então, quero deixar aqui o meu protesto e o meu registro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Valtenir Pereira.

Para finalizar, dentre os requerentes, concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Primeiramente, eu queria agradecer a vinda dos representantes da Confederação Nacional dos Municípios, do Tribunal de Contas da União e da Caixa Econômica Federal.

Aqui há o desapontamento com a não participação dos empresários. Pedimos à ABDIB que mandasse um empresário da infraestrutura, da indústria de base do País, para também termos uma compreensão de como atuam os executores desses programas e dessas atividades, pelo menos no que diz respeito às obras, para que também pudessem se pronunciar. Lamento a ausência exatamente de um setor que é importante dentro dessa composição, desse tripé da relação Governo, órgão de controle e execução.

Mas no que nós estamos tentando avançar, como disseram os meus colegas, os companheiros Deputados e o Senador goiano que se pronunciaram, é exatamente no sentido de agilizar a execução orçamentária, para que esse projeto, essa obra, esse empreendimento, esse investimento possa ser traduzido em melhoria de qualidade de vida e em avanços no crescimento sustentável, como colocou, na abertura da nossa audiência, o representante do Tribunal de Contas, Dr. Adalberto.

Eu acho que é lógico e é natural que cada um dos representantes das instituições tenha a preocupação exatamente de tentar, primeiro, se esquivar da sua penitência com relação a algumas dificuldades e, ao mesmo tempo, de sobrepor aos outros entes algumas responsabilidades que não são somente suas, mas que são de um contexto de uma sociedade em construção, de uma democracia nova, moderna, recente, e de um país que, a cada dia, tem mudanças. O Brasil, do século XX para cá, é um dos países em grande transformação. E hoje é um país de economia forte, pujante. Está como a sétima economia do mundo, mas ainda é um país que tem quase 15 milhões de miseráveis.

É dentro desse contexto, com desigualdades regionais profundas, que temos que buscar equalizações. Enquanto nós temos um Brasil que constrói foguetes e tecnologia de ponta em São José dos Campos, nós temos um Brasil atrasado, ainda na Era

Paleolítica, na Floresta Amazônica, com tribos ainda desconhecidas do cenário da convivência harmônica entre toda a sociedade brasileira.

São esses diversos brasis que rivalizam, que têm uma rivalidade com relação à disputa dessa fatia orçamentária. Quando o Deputado Júlio César coloca exatamente que os Estados mais carentes são os que têm o menor número de investimentos e o maior número de pendências, é porque também têm a maior dificuldade na formação de técnicos, de gerentes e de gestores com relação à coisa pública. E nem por isso nós podemos diminuir a capacidade que o Estado tem — e o Orçamento da União tem um papel com relação a isso — de induzir a redução dessas desigualdades regionais. Se o papel nosso, como Governo, e o papel nosso, como... Inclusive, se o princípio tributário é exatamente o da indução, do equilíbrio e da harmonia das atividades da Nação brasileira, nós temos que buscar exatamente, na peça orçamentária, fazer com que essas desigualdades sejam reduzidas. E a redução se dará exatamente pelo papel que nós vamos desempenhar como governantes e como gestores, de saber executar bem essas dotações e tratar desigualmente os desiguais. Também foi essa a preocupação que o Deputado Valtenir Pereira colocou.

Então, dentro desse contexto — e não vou fazer nenhuma crítica profunda a nenhum dos órgãos participantes desta audiência pública —, eu acho que temos que buscar dividir responsabilidades pela melhoria dessa execução. Eu acho que tivemos grandes avanços aqui.

Eu acompanho a luta política do País desde a Constituinte, aqui em Brasília, e não posso deixar de reconhecer os avanços do Tribunal de Contas com relação a essa questão do acompanhamento das obras. Dos órgãos de controle, eu acho que o Tribunal de Contas, sem sombra de dúvida, é um dos mais avançados com relação a isso. Mas, ao mesmo tempo, há uma preocupação — e inclusive já foi colocada aqui. Se existe uma grande questão com relação a projetos... E hoje o que a Caixa Econômica faz é nada mais nada menos do que a substituição dos quadros de Engenharia dos órgãos do Poder Executivo Federal, no acompanhamento da execução e da operação

financeira. E, para isso, a Caixa Econômica dá uma retribuição financeira cara à União, porque a média é de 4% por cada projeto executado pela Caixa Econômica Federal, o que também é importante, para poder manter toda a estrutura que a Caixa precisou criar para fazer esse acompanhamento. Então, nós não podemos, ao mesmo tempo, exigir que os órgãos façam concursos, quando sabemos que a centralização dessa decisão está no Ministério do Planejamento.

Eu mesmo tive uma experiência, vivida, quando fui Diretor-Executivo e quando fui Presidente da FUNASA, da dificuldade que existe para conseguir um concurso público. Passamos quase 5 anos lutando para conseguir um concurso público, para repor uma força de Engenharia, que conseguimos repor em 2009, com algo em torno de 260 engenheiros, se não me engano. E, desses 260 engenheiros que foram incorporados aos quadros da FUNASA, em 2009, agora, em 2013, temos apenas 47. Todos os demais saíram, seja por outra oportunidade de emprego, seja pelo crescimento do País, seja por outras ofertas.

Então, acho que, se possibilitamos a oportunidade de as instituições públicas terem na Caixa Econômica um apoio com relação à execução, também poderíamos avançar no que diz respeito à consultoria na área de Engenharia, no que diz respeito ao acompanhamento desses projetos de engenharia e também no que diz respeito à formatação desses projetos, que, pelo visto aqui, é o principal entrave. Um bom projeto pode significar uma boa execução.

Inclusive, o nosso Presidente, na preocupação que teve com a supervalorização dos preços da obra do estádio de Brasília, eu acho que é exatamente no que diz respeito a essa questão da qualidade dos projetos que precisam ser feitos.

É preciso avançar com relação a isso. Eu acho que poderíamos também ampliar essa participação da iniciativa privada no que diz respeito à elaboração dos projetos. A própria FUNASA, agora, também tem um programa de elaboração de projetos exatamente porque atende a uma população de Municípios com menos de 50 mil habitantes.

Outra questão que eu acho importante avaliarmos é a seguinte: realmente, a suspensão das obras não é o TCU que faz, é exatamente o Congresso Nacional, a partir de uma faculdade que lhe é encaminhada pelo Tribunal de Contas, com relação a essas irregularidades. Mas eu acho que deveria haver determinações com relação ao seguinte: primeiro, o edital. O edital é o pontapé inicial do processo de execução de uma obra. Se o edital tem fragilidade, ainda está no momento em que uma obra pode ser suspensa. Depois de acertado o edital, depois do processo licitatório concluído, eu acho que a interrupção acarreta um prejuízo maior ainda para o Governo. Todas as obras que foram suspensas, quando voltaram a ser executadas, voltaram muito mais caras do que se tivesse sido dada continuidade àquele processo inicialmente reformulado. Eu não conheço nenhuma história em que se conseguiu baratear o custo suspendendo a execução da obra. Pelo contrário. Todas as vezes em que a obra é suspensa, quando volta para a sua execução, volta com o preço muito mais caro. Muitas vezes, o próprio Tribunal de Contas reconhece que aquele orçamento, que naquele momento foi questionado como superfaturado, pode até, num certo momento, voltar com preço superior, e aquele questionamento que foi manchete nos jornais da grande mídia e que maculou a imagem de gestores públicos, simplesmente cai no esquecimento, e ninguém é punido por isso. Há vários acontecimentos na história recente de obras que foram ditas inexequíveis com o orçamento. Está aqui o Senador com o problema do aeroporto de Goiânia, que hoje vai ficar muito mais caro do que naquele apontamento feito inicialmente, com certeza.

Então, eu acho que poderíamos ter um prazo de determinação com relação à capacidade ou não dessa interferência e, depois, arguir, aí sim, as punições que precisam ser feitas, do ponto de vista criminal, do ponto de vista penal, se houver acarretado desvio, prejuízo para o Erário público, com relação às irregularidades que possam advir disso aí.

E também — aqui já passando para a Caixa Econômica, a outra dimensão — acho que ela poderia contribuir muito mais se também tivesse a preocupação, como

está tendo agora com o Programa Minha Casa, Minha Vida Rural, de formatar, junto aos entes, principalmente os municipais, a capacitação para essas preocupações, porque realmente há uma desinformação muito grande, num país de dimensões continentais como o Brasil, com relação a esses encaminhamentos, aos procedimentos que precisam ser feitos, ao balizamento que precisa ser feito, à preocupação com essas planilhas que precisam ser feitas.

Eu, no meu mandato parlamentar, já promovi, inclusive com a participação da Caixa Econômica Federal — e a parabenizo por isso —, várias reuniões sobre capacitação, formação de técnicos municipais — principalmente porque lógico tenho a obrigação de fazer o acompanhamento político desses Municípios —, exatamente para darmos uma velocidade e uma dinamização maior à execução dessas obras. Eu acho que isso não é caro. Pelo contrário. É muito mais barato e diminui trabalho futuro. Você minimiza problema no futuro, na medida em que habilita esses Municípios com relação a poderem apresentar um bom projeto.

Eu acho que essa é uma preocupação que precisamos ter. Não adianta apenas esperar para receber o projeto, tacar lá o "x" e dizer que o projeto não serve. Acho que, se tivéssemos a preocupação de formar, de buscar com o Prefeito uma equipe técnica que tenha o mínimo de capacidade exigível para apresentar um projeto de razoabilidade, diminuiríamos muito mais o custo futuro e alcançaríamos o objetivo final, que é a execução das obras.

Outra preocupação, que já está inclusive colocada nesta Casa — e eu tenho a obrigação de ouvir a todos, exatamente porque sou o Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias —, é com relação à possibilidade de hoje não estar havendo também um controle financeiro desses recursos.

Deputado Júlio Cesar, que tem uma preocupação muito grande com essa questão fiscal do País, com o balanço orçamentário e financeiro do País, já há uma preocupação na Câmara dos Deputados, hoje, com relação à possibilidade de esse equilíbrio fiscal estar sendo buscado exatamente na capacidade que a Caixa Econômica

tem ou não de gerenciar esses projetos. Se você vai ver a demanda, o tamanho dos Restos a Pagar, as programações para cada ano e o nível de apresentação, de volume de recursos apresentados em novos projetos e, ao mesmo tempo, não acompanha com a execução dessas obras, fica uma dúvida muito grande se a Caixa e os órgãos repassadores do Governo Federal também não estão servindo de controle financeiro para o caixa da União, porque realmente há uma significativa quantia de recursos em andamento.

Por último, com relação à Confederação Nacional dos Municípios, há uma preocupação — e inclusive uma discussão já houve hoje — no que se refere a fazermos, no CAUC, como são feitas nas certidões dos órgãos de governo, com um prazo de manutenção dessas certidões. Você unificaria todos esses certificados, todas essas exigências legais, dentro de um prazo e daria um prazo para esse CAUC valer por um período, seja semestral, seja anual, para que o Município não esteja sempre correndo atrás da atualização de certidões. Realmente, é um trabalho que os Municípios hoje têm que fazer, é exaustivo, e a precariedade é grande. Geralmente, essas ações são centralizadas nas Capitais dos Estados e em alguns Municípios de referência, e os Prefeitos têm muita dificuldade.

Por exemplo, de Redenção, no interior do Pará, para Belém, a Capital do Pará, são quase 1.400 quilômetros de distância. Então, realmente fica difícil, muitas vezes, apesar de todos os avanços na área de comunicação e da Internet, acompanhar diuturnamente essa liberdade que os Municípios têm, essa facilidade de conveniarem-se e de receberem recursos federais.

Esse debate já está sedimentado aqui, ou seja, de que essas certidões de CAUC, que essa liberação de CAUC deve ter um prazo, para que os Municípios possam ter certo conforto e trabalhar isso de forma unificada, e não ficar todo o tempo correndo atrás do rabo com relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Conforme prometido no início desta audiência pública, eu franqueio a palavra aos assessores e aos jornalistas, caso queiram fazer uma indagação aos expositores.

Alguém gostaria de se pronunciar? *(Pausa.)*

O seu nome.

O SR. ROMIRO RIBEIRO - Meu nome é Romiro. Sou Consultor de Orçamento da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Dr. Romiro com a palavra.

Peço que seja muito breve, porque a Ordem do Dia no Senado já começou.

O SR. ROMIRO RIBEIRO - Perfeito.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um breve comentário e, depois, uma pergunta dirigida, talvez, ao Dr. André Amorim.

Os processos de convênio ou contratos de repasse têm dois grandes filtros. O primeiro filtro é o CAUC, que, na verdade, representa exigências legais contidas em outros dispositivos, até mesmo no dispositivo constitucional. Por exemplo, a aplicação do mínimo em saúde e educação, a publicação de relatório resumido da execução orçamentária, que está na LRF. E, pelos dados apresentados pelo Dr. André, 93% dos Municípios não passaram nesse primeiro filtro.

O segundo filtro, que é o projeto propriamente dito, no caso de obras de engenharia, normalmente é onde os Municípios têm mais dificuldades, até pelas razões expostas aqui pelo representante do Tribunal de Contas e pelos demais apresentadores, como o Dr. Medaglia, da Caixa, também — *"dificuldades inúmeras com relação à elaboração e à consistência dos projetos"*.

Então, veja: com relação ao primeiro filtro, o do CAUC, por mais que os órgãos repassadores tenham boa vontade, por mais que a Caixa tenha boa vontade, eles têm enorme dificuldade em superá-las, porque são exigências contidas na Constituição, ou em lei complementar, ou em outros dispositivos, até mesmo em prestações de conta de outros convênios.

Esse é o comentário. É claro que existem algumas medidas que podem ser tomadas pelo Governo Federal e que foram até apontadas pelo Deputado Danilo Forte, como a uniformização de procedimentos, talvez a ampliação do prazo de validade de certidões, a padronização eventual de projetos, dos diversos projetos — mais básicos dos básicos —, mas não há como superar essas dificuldades.

Então, a pergunta seria esta: no âmbito da Confederação Nacional dos Municípios, existe algum programa — ou talvez mesmo fora — que dê apoio aos Municípios, para ajudá-los nessa parte básica do primeiro filtro, que é a de publicação do relatório resumido da execução orçamentária, uma exigência da LRF, desde 2000? E, pelos dados aqui apresentados, dos 5.500 Municípios brasileiros, 4.400 não atenderam a essa exigência.

Então, eu pergunto: existe alguma ação nesse sentido, que apoie, que assessore, que tente fortalecer ou eliminar essa deficiência dos Municípios?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, nobre consultor.

Indagaria se mais alguém deseja fazer alguma pergunta. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira indagar, vou passar a palavra, primeiramente, pela ordem, ao Dr. Adalberto Santos de Vasconcelos, para que ele possa fazer as suas considerações finais e responder a todas as indagações aqui levantadas em relação à sua área.

O SR. ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS - Obrigado, Senador Presidente.

Inicialmente, gostaria de colocar que o Tribunal de Contas da União está com um programa, que já vem de há alguns anos — neste ano de forma mais intensa —, com uma função pedagógica. O Tribunal também tem que chegar à sociedade, chegar aos gestores e, principalmente, a esses gestores, como foi colocado aqui, que têm mais dificuldades de contar com um quadro técnico para fazer essa análise.

E estamos com o projeto de realizar 22 Diálogos Públicos com Prefeitos de várias capitais, neste ano, para poder ficar um dia fazendo palestras a eles, explicando como se faz um processo de licitação, orientando.

Sr. Presidente, já foi feito um no Rio Grande do Sul, em que contamos com mais de 60 gestores. Em Porto Alegre. Foi feito há dias. Já foi feito um também em Belém do Pará, e o Tribunal vai realizar mais 20 Diálogos Públicos este ano.

Então, essa é uma função pedagógica do Tribunal, para orientar, a par dessas reuniões que estamos sempre dispostos a fazer com os gestores. Eu gostaria de colocar essa função pedagógica do Tribunal, que está bem incentivada agora, com a presença do Ministro Augusto Nardes.

Eu acho que foram destacadas duas questões que são fundamentais. A questão de que se deve avançar com relação à qualidade dos projetos, conforme destacou o Deputado Danilo Forte e também como destacou o Senador Wilder Morais. E a questão também de podermos fazer esses projetos com antecedência. É a questão que eu coloquei: nós temos uma carteira imensa de obras a realizar no País e, quando vamos buscar na prateleira os projetos para fazer essas obras, não encontramos esses projetos. E temos que fazer os projetos de forma bastante rápida. Aí, vemos essas fragilidades nos projetos.

Para poder exemplificar, apesar de ser mineiro, eu fui criado em Brasília. Morei em Anápolis. A minha família toda é de Goiás — de Jaraguá e Petrolina de Goiás. Então, conhecemos bastante a realidade. Estou sempre lá em Goiânia. E, algumas vezes, fazendo alguma exposição, principalmente sobre a parte de PPPs, vamos lá e damos um apoio. Nesses momentos, vamos algumas vezes ao aeroporto e vemos essa fragilidade.

Então, quando o Tribunal foi fiscalizar esse aeroporto, em 2007, encontrou uma situação que, eu diria, nós não faríamos na nossa casa. Quando vamos construir uma casa, nós fazemos pelo menos um projeto de fundação, faz uma planta. Pode até deixar a parte do acabamento para um segundo momento, mas a parte estrutural da casa já

tem que ser feita por um engenheiro civil, já tem que ser calculada e aprovada pela administração. Então, o que se encontrou ali foi um projeto básico que não tinha esses detalhamentos fundamentais. Estou falando das questões de estrutura mesmo, de fundação do projeto, de drenagem da pista.

O Tribunal identificou também que vários serviços que não estavam previstos no contrato estavam sendo pagos. E mais: verificou que o projeto executivo estava sendo alterado a todo momento. E coisas fundamentais deveriam ter sido resolvidas com antecedência. Estava havendo duplicação de serviços. Então, o Tribunal disse: *"A INFRAERO tem que apresentar um projeto."*

Deputado, é bom colocar que não houve a suspensão dessas obras por parte do Tribunal. A contratada, por conta dela mesmo, foi que suspendeu o contrato. Então, é bom esclarecermos que foi a contratada que o suspendeu. O Tribunal exigiu que houvesse um projeto mínimo. Depois disso, por conta da INFRAERO — e aí os motivos têm que ser questionados à INFRAERO —, não foi apresentado esse projeto. Desde 2007, 2008 não foi apresentado esse projeto. Só foi apresentado esse projeto agora, recentemente, porque engloba o terminal de passageiros, engloba o pátio e a pista. Só foi apresentado recentemente esse projeto ao Tribunal, no que se refere ao terminal de passageiros, Senador.

Então, o projeto do terminal de passageiros foi apresentado agora. O Tribunal já fez uma análise bastante sumária e identificou algumas fragilidades — e estamos dando prioridade a essa análise. Já falou com a INFRAERO. A INFRAERO já reconheceu que, dessas fragilidades, algumas persistiam. Hoje mesmo, depois da reunião, já entregou o projeto com as alterações, com os ajustes.

Então, essa é a parte do terminal. E o Tribunal está aguardando a parte do pátio e das pistas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Senador Wilder Morais gostaria de fazer uma indagação. Com a palavra S.Exa.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Presidente, seguindo a linha do Deputado Danilo Forte, quando foi feita a licitação, que é o filtro nº 1, todos os órgãos participaram. Houve de tudo: imprensa, festa, foguete.

Hoje, por causa dos projetos, como V.Exa. está dizendo que aconteceu, vai haver prejuízo. A obra vai ser muito mais cara. Por quê? Se havia só um projeto básico, ele foi feito. A companhia, a empresa que ganhou a licitação, porque houve um processo licitatório, não ia perder dinheiro. É o processo natural do mercado. E se chegou à conclusão, depois de uma briga, de 2007 para cá — estamos falando de 6 anos, de 7 anos de discussão —, de que a obra vai ser retomada, porque está sendo feito um acordo junto ao TCU, de que vai acabar ficando mais cara, licitando uma etapa que não estava no projeto, que vai, com certeza, custar muitos milhões a mais.

Então, nesse debate, Adalberto, eu acho que o TCU, como diz um colega Deputado, nesta hora tem que ter um pouco mais de sensibilidade e entender que um projeto tão importante para o País não pode ser tratado desta forma — e são projetos de um grande montante financeiro —, não pode ser parado desta maneira, para que depois de alguns anos se decida: *"Agora o projeto está pronto, e vamos fazer"*.

Por ser de Goiás e ter sido Secretário de Infraestrutura, tenho acompanhado isso. Conversei muito com as empresas, com o consórcio, com a INFRAERO e o TCU, para que essa obra fosse retomada. E a conclusão é esta, Deputado Danilo Forte: a obra vai ficar mais cara, e a população do nosso Estado perdeu muito com isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Para a conclusão, V.Sa. ainda deseja falar, Dr. Adalberto?

O SR. ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS - Quero apenas concluir.

Realmente, estamos antecipando cada vez mais essas fiscalizações do Tribunal para a fase dos editais. Mas não há como — eu demonstrei aqui —, com a quantidade de obras fiscalizadas pelo Tribunal, verificar tudo isso aqui.

No presente caso, o projeto está chegando agora, e a questão já foi debatida.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Dr. Adalberto Santos.

Eu passo a palavra, agora, ao Dr. José Carlos Medaglia, pedindo que seja o mais sucinto possível, em função do horário.

Com a palavra o Dr. José Carlos.

O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO - Obrigado, Senador.

Quero contribuir fazendo alguns esclarecimentos.

Deputado Júlio Cesar, a nosso ver, o que explicaria o volume crescente de Restos a Pagar está muito relacionado ao volume crescente de emendas selecionadas, ano a ano, e ao prazo muito longo que essas intervenções acabam tendo. Como eu comentei, mais da metade dos contratos chegam a 18 meses, sem ter obra iniciada. E aí as obras iniciam... Na média, esses contratos resultantes de emendas demoram mais de 4 anos. A conclusão disso é a de que o recurso do Orçamento vai se somando, a cada ano, e dá um volume crescente de Restos a Pagar.

Agora, esses prazos são absolutamente insuficientes para todos nós. Imagine que, para um Prefeito, a possibilidade de iniciar e entregar uma obra no seu mandato é muito remota. Então, sob todos os aspectos — da população, do mandato administrativo, enfim —, as obras demoram muito. E isso é um prejuízo tremendo para a população. E os Restos a Pagar crescentes são só um reflexo disso.

De fato, nós já operamos, desde 1996, um número bem maior que 100 mil e temos hoje uma carteira de 44, mas isso também se explica. No início o número de operações era muito reduzido. Na verdade, o grande incremento, tanto em valor quanto em número de contratos, deu-se nos últimos, talvez, 8 anos ou 9 anos. Então, isso também explica porque hoje temos uma carteira tão numerosa em relação ao número total.

De fato, no seu Estado temos carência de atendimento no interior. Por essa razão, estamos, no segundo semestre deste ano, promovendo novo concurso de engenheiros da Caixa, porque o nosso banco de habilitados se esgotou, e nós temos já

várias vagas em aberto. Teremos um novo concurso de engenheiro da Caixa e teremos um novo credenciamento de empresas terceirizadas de engenharia. Vamos tentar cobrir algumas lacunas, principalmente no interior de alguns Estados.

Por fim, queria fazer um reparo ao que disse o nosso palestrante da CNM, de que é um equívoco recorrente, com relação ao SINAPI, não registrar as diferenças regionais. Eu preciso fazer esse reparo. O SINAPI, sim, é regionalizado. O SINAPI é obtido a partir de preços tomados pelo IBGE em todas as 27 Capitais do País. Então, se olharmos no *site* da Caixa as planilhas do SINAPI, veremos lá todos os insumos e serviços variando de Estado para Estado, com as suas cotações feitas em cada capital.

Por último, quero deixar aqui, além do agradecimento pela oportunidade, uma sugestão. Nós já tivemos um momento em que, para a validade das certidões que resultam no CAUC, existia um prazo. E nós tínhamos uma efetividade bem maior na contratação. Hoje, nós temos uma restrição muito séria: se, no dia do contrato, o Município tiver restrição no CAUC, o contrato não é assinado. Nós já tivemos momentos em que havia uma flexibilidade: pelo menos tínhamos 15 dias, desde observarmos a regularidade, para contratar.

Essa talvez seja uma contribuição importante a ser dada pelo legislador, neste caso.

Agradeço mais uma vez.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Lamento porque são 22 bilhões e 44 mil contratos. A média é de 500 mil.

E o senhor falou que dificilmente um Prefeito conclui, em 4 anos, um convênio de, em média, 500 mil. Isso me deixa muito triste, porque o dinheiro é pouco, e o tempo é muito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Dr. José Carlos Medaglia.

Passo a palavra, para finalizar, ao Dr. André Amorim Alencar.

O SR. ANDRÉ AMORIM ALENCAR - Sr. Presidente, queria mais uma vez agradecer o convite da Comissão e vou responder de pronto ao colega colaborador desta Casa.

A CNM tem um manual prático, um passo a passo, para solucionar as pendências dos 14 itens do CAUC, e mantém dois funcionários fazendo esse atendimento, via telefone, às Prefeituras que estão querendo realizar convênios e resolver suas pendências.

Eu queria aproveitar também para apontar o terceiro filtro — e o senhor apontou dois como principais: o CAUC, primeiro, e depois o projeto —, que talvez seja o mais importante, que seria a política de contingenciamento dos investimentos praticada pela União. Se observarmos, a União tem feito um esforço contínuo, ano a ano, para manter um resultado primário, e esse esforço é realizado no investimento. Então, há um contingenciamento, sim. Se olharmos a pesquisa, veremos que obras já contratadas, já com projetos, já com medição, não têm os recursos sendo repassados por imperativos outros, mas também de contingenciamento.

Acho que seria isso, para encerrar. Agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Dr. André.

Eu agradeço imensamente a presença do Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos, que é o Coordenador-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste do Tribunal de Contas da União; a presença do Sr. José Carlos Medaglia Filho, Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável da Caixa Econômica Federal; a presença do Sr. André Amorim Alencar, técnico da Confederação Nacional dos Municípios.

Obrigado por essa contribuição a esta importante Comissão.

Agradeço a todos os assessores e jornalistas aqui presentes.

Quero determinar que a próxima reunião desta Comissão será no dia 25 de junho, próxima terça-feira, às 14h30min, com pauta a ser distribuída aos nobres Parlamentares.

E o Relator da LDO também comunica que haverá mais uma audiência pública, a exemplo desta, no mesmo dia 25 de junho.

Obrigado a todos.

Está encerrada esta reunião.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2013.

Às dezesseis horas e vinte e um minutos do dia vinte e cinco de junho do ano de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Lobão Filho. Esta reunião foi convocada em função do Requerimento nº 3/2013-CMO, que "Requer a realização de Audiências Públicas para discussão do PLDO 2014", de autoria do Deputado Danilo Forte, relator do PLDO 2014, aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 4 de junho. O tema da Audiência foi o Sistema "S" – compreensão e propostas de regulação. Verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Andre Moura, Armando Vergílio, Bohn Gass, Carlos Magno, Claudio Cajado, Danilo Forte, Efraim Filho, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Nilda Gondim, Sandro Alex, Severino Ninho e Weverton Rocha; dos **Senadores Titulares**: Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lobão Filho e Randolfe Rodrigues; dos **Deputados Suplentes**: Ademir Camilo, Alex Canziani, Genecias Noronha, João Dado, Leopoldo Meyer, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto e Valtenir Pereira; dos **Senadores Suplentes**: Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço; e do Deputado Não Membro Antonio Imbassahy. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Aelton Freitas, Bruno Araújo, Domingos Sávio, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilton Capixaba, Ricardo Berzoini, Roberto Teixeira, Rose de Freitas, Ruy Carneiro, Sebastião Bala Rocha, Weliton Prado e Zezéu Ribeiro e os Senadores Titulares Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Francisco Dornelles, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Walter Pinheiro e Wilder Morais. **ABERTURA**: o Presidente declarou iniciada a reunião, apresentando os membros que compuseram a mesa: Autor do Requerimento nº 03/2013–CMO e Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE); Proponente de Auditorias Operacionais do TCU e de audiência pública no Senado Federal sobre o tema Sistema "S": Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO); Secretário de Controle Externo da Previdência do Tribunal de Contas da União, Sr. Fábio Henrique Granja e Barros; Coordenador Geral de Tributação da Receita Federal, Sr. Fernando Mombelli; Advogada Especialista da Confederação Nacional da Indústria, Sra. Maria de Lourdes Franco Alencar Sampaio. A seguir, a palavra foi passada ao Sr. Fábio Henrique Granja e Barros para que este realizasse sua apresentação. Também realizaram exposições o Sr. Fernando Mombelli, o Senador Ataídes Oliveira e a Sra. Maria de Lourdes Franco Sampaio, nesta sequência. Às 17h33, encerradas as apresentações, o Presidente deu início ao debate. Inscreveram-se para participar, nesta ordem: Deputados Jorge Corte Real, Guilherme Campos, Danilo Forte e Efraim Filho. Após resposta elaborada pelo Senador Ataídes Oliveira, o Deputado Efraim Filho fez uso da réplica. O Senador, por sua vez, utilizou-se da tréplica. A seguir, responderam os questionamentos a eles dirigidos a Sra. Maria de Lourdes Franco Alencar, o Sr. Fábio

Henrique Granja e Barros e o Sr. Fernando Mombelli. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu a todos os presentes na reunião a qual foi encerrada às 18h37. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador LOBÃO FILHO. Presidente.xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, declaro iniciada a 3ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada para a colheita de elementos que venham a subsidiar a discussão e o aperfeiçoamento do PLN nº 2, versando sobre o tema *Sistema S — compreensão e propostas de regulação*, com os seguintes convidados: Senador Ataídes Oliveira, do PSDB de Tocantins; representantes do Tribunal de Contas da União; representantes da Receita Federal; e representantes da Confederação Nacional da Indústria e Comércio, em atendimento ao Requerimento nº 3, de autoria do Deputado Danilo Forte, aprovado na 3ª Reunião Ordinária realizada no último dia 4 de junho.

Anuncio a composição da Mesa. Convido a compor esta Mesa o autor do requerimento e Relator do Projeto da LDO para 2014, Deputado Danilo Forte, do PMDB do Ceará; o proponente de auditorias operacionais do TCU e de audiência pública do Senado sobre o tema *Sistema S*, o Senador Ataídes Oliveira, do PSDB de Tocantins; o Secretário de Controle Externo da Previdência do Tribunal de Contas da União, Dr. Fábio Henrique Granja e Barros; o Coordenador-Geral de Tributação da Receita Federal, Dr. Fernando Mombelli; e, finalmente, a advogada especialista da Confederação Nacional da Indústria, Sra. Maria de Lourdes Franco de Alencar Sampaio.

Para o melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cada um dos palestrantes disporá de 20 minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteados durante essa exposição. Conforme estipula o art. 256, § 5º, do mesmo

Regimento Interno, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Eu convido o Secretário de Controle Externo da Previdência do Tribunal de Contas da União, Dr. Fábio Henrique Granja e Barros, para que possa dar início a esta audiência pública.

Com a palavra o Dr. Fábio Henrique Granja e Barros.

O SR. FÁBIO HENRIQUE GRANJA E BARROS - Boa tarde a todos. Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade de apresentar alguns dos trabalhos que o Tribunal vem realizando em relação ao Sistema S. Creio que o debate vai ser muito profícuo nesse sentido.

Inicialmente, vou apresentar um pouco das atribuições do Tribunal. Em seguida, coloco-me à disposição para o debate que venha a ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Quer se posicionar ali, perto do microfone sem fio?

O SR. FÁBIO HENRIQUE GRANJA E BARROS - Acho que fica melhor. Está funcionando? Está.

Primeiramente, vou falar um pouco do controle. O que é o controle sob a visão do Tribunal? A gente entende o controle de uma maneira ampla, que é a questão relativa à vigilância, orientação e correção de conduta funcional de gestores públicos. O objetivo precípuo do Tribunal, então, é verificar legalidade, legitimidade, economicidade e resultado dos atos administrativos, buscando sempre a questão da transparência. E isso é importante comentar, porque, no decorrer do debate, essa ideia vai voltar a ser discutida.

Na visão da atual gestão, com o Ministro Augusto Nardes como Presidente, a gente tem se preocupado muito com a questão de avaliar não só a questão da legalidade, mas também toda a questão do planejamento das atividades, com vistas a

atacar as causas que afetam a gestão. É uma gestão em que, principalmente, o foco vai ser a governança, atacando as causas dos problemas.

Então, o Tribunal, por meio do art. 71 da Constituição Federal, auxilia o Congresso Nacional na fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Então, como sujeito ativo, nós temos o Congresso Nacional, sendo auxiliado pelo Tribunal de Contas da União. Como sujeitos passivos, temos todos os entes federados, órgãos e entidades da administração direta e indireta responsáveis por bens ou valores públicos, sejam eles entes públicos ou privados que gerenciem, arrecadem ou guardem valores públicos.

Nesse contexto, entra o Sistema S, que, pelo fato de receber os recursos providos de uma contribuição obrigatória, arrecadada pela Receita Federal, em parte, tem uma natureza parafiscal. Nesse sentido, então, já se tornou pacífico esse entendimento de que cabe a eles, sim, prestarem contas, estarem sujeitos à fiscalização do Tribunal.

Então, nosso objeto é fiscalizar todas as atividades administrativas que impliquem receitas, despesas ou direitos e obrigações.

Como o Tribunal atua? Algumas pessoas já sabem, mas é bom sempre lembrar. Uma das formas é o julgamento das contas. Então, atualmente, pela IN 63, todos os órgãos prestam contas ao Tribunal — órgãos federais e entes que guardem, arrecadem ou gerenciem recursos públicos.

Existe a questão do parecer prévio, que são as contas de governo, pelas quais é feita uma análise global da gestão do Presidente. Há a fiscalização das obras — temos uma área específica para Tecnologia da Informação. Analisamos convênios e contratos, toda a questão da desestatização, regulação, concessão e avaliação de programas, pessoal, consultas, denúncias e representações. Então, basicamente, essas são todas as linhas de atuação e ações de controle do Tribunal de Contas da União.

A nossa missão, prevista no nosso Plano Estratégico 2011-2015, é a de controlar a administração pública para contribuir com seu aperfeiçoamento em benefício da

sociedade. Então, o Tribunal sempre vai focar as ações em questões que possam contribuir efetivamente para a melhoria dos serviços públicos, de uma forma que torne as coisas mais efetivas, eficientes, econômicas. E, como eu disse anteriormente, essa competência está elencada no art. 71 da Constituição Federal e na nossa Lei Orgânica, a Lei nº 8.443, de 1992.

Vamos falar um pouco do Sistema S. Trata-se dos Serviços Sociais Autônomos. Aí, falando do sistema incluindo APEX e ABDI. Os outros são SEBRAE, SESI, SENAI, SESC, SENAC, SENAR, SEBRAE e SESCOOP. Talvez eu tenha esquecido algum. Então, são entidades paraestatais, sem finalidade lucrativa, que trabalham ao lado do Estado e, por isso, desempenham tarefas consideradas de relevantes interesses. Recebem oficialização do poder público, que lhes fornece autorização legal para que arrecadem de forma compulsória. É isso que torna, então, o Sistema S um sujeito passivo na nossa fiscalização.

Eles não pertencem à administração pública direta ou indireta, nos termos disciplinados no art. 4º do Decreto-Lei nº 200, de 1967. E essa questão da vinculação ministerial também não segue uma relação direta. Precisa ser analisada caso a caso.

Então, como já comentei, pelo fato do Sistema S gerir recursos públicos provenientes dessas contribuições, que são compulsórias, cabe então a eles prestarem contas. Como é que funcionam as contas no âmbito do Tribunal? Todo o Sistema S apresenta anualmente relatórios de gestão. E em nossa sistemática interna nós fazemos uma avaliação daquelas entidades que sofreram o julgamento das contas. Então, nem todas são, todos os anos, fiscalizadas nas suas contas, mas todas prestam informações através dos relatórios de gestão. Mas a ideia é que num ciclo de 4 anos todas tenham as contas julgadas. Então, num primeiro momento a gente avalia quais são as que merecem a nossa análise naquele momento; no ano seguinte a gente vai complementando isso, até que nesse ciclo de 4 anos a gente tenha avaliado todas as contas do Sistema S.

Elas também são submetidas, além da auditoria do TCU, à auditoria da CGU. E nessas contas são avaliadas questões relativas a licitações, contratações, seleções públicas de pessoal. Podem também ser objeto representações e denúncias.

Atos de admissão e aposentadoria não são apreciados pelo TCU. É importante, também, ressaltar essa questão.

O problema que nós temos em relação ao Sistema S é que, apesar de eles terem todo esse volume de recursos considerados públicos e mereçam toda a fiscalização e transparência, esses recursos também são geridos por entidades de direito privado. E por isso elas não seguem todos os dispositivos e mecanismos que são utilizados para a administração pública federal como um todo. Então, falo aí da Lei nº 866/93 e de outros dispositivos que nós utilizamos, a Lei dos Pregões.

O que acontece é que, por orientação, e já está pacífico no Tribunal também, eles têm que seguir os dispositivos, os princípios da administração pública, como a questão da publicidade, impessoalidade, moralidade, legalidade, bem como princípios também de licitações, como o julgamento objetivo dos contratos. Isso tudo, sim, o Tribunal avalia.

O Sistema S segue os seus regulamentos internos para fazer essas contratações, e essas contratações têm que seguir esses princípios. E o Tribunal avalia, sim, se isso está sendo atendido.

E nós fizemos, de 2011 até agora, em torno de 11 auditorias para avaliar essas questões.

Então, foi isso que eu comentei.

O que se exige dos administradores é que as normas internas das entidades do Sistema S previnam contra o desrespeito aos princípios da administração e tenham sempre em vista os objetivos sociais da entidade. Então, essa é a Decisão nº 117, de 1997.

Além disso, em relação a licitações e contratos, eu também ressalto aí duas decisões do Tribunal. A primeira é que os serviços sociais autônomos não estão sujeitos à observância aos estritos procedimentos estabelecidos na Lei nº 866/93, e sim os seus

regulamentos próprios devidamente publicados, consubstanciados nos princípios gerais do processo licitatório, Decisão nº 907, de 1997, Plenário.

Outra decisão, um acórdão: esse Tribunal deve restringir-se às suas determinações a modificações das normas próprias do Sistema S, aos casos em que, efetivamente, verificar afronta ao risco dos princípios regentes da gestão pública não estarem sendo atendidos.

Então, o Tribunal se restringe a modificar e sugerir alguma recomendação quando algum princípio está sendo afrontado.

Além disso, se houver lacuna, ou se não existir regra específica no regulamento da entidade, também cabe ao Tribunal manifestar-se, e se esse dispositivo contrariar os princípios gerais da administração pública, ou específicos, relativos a licitações ou execução da despesa, como eu havia comentado.

Isto aqui é pouco mais de um detalhamento, mas eu vou parar aqui a exposição e vou deixar que a gente comente mais a questão das licitações, se for necessário. Mas não é o foco agora desta apresentação.

Então, agradeço a oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Agradeço ao Dr. Fábio Henrique Granja e Barros.

Passo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira, para que possa também fazer o seu pronunciamento.

Senador, V.Exa. tem a palavra. *(Pausa.)* V.Exa. prefere que fale o Dr. Fernando? *(Pausa.)* Então, a pedido do Senador, eu vou inverter a ordem e passar a palavra ao Coordenador-Geral de Tributação da Receita Federal, Dr. Fernando Mombelli.

Com a palavra o Dr. Fernando Mombelli.

O SR. FERNANDO MOMBELLI - Muito boa tarde a todos.

A Receita Federal tem sido demandada a apresentar informações acerca da denominada arrecadação de terceiros.

Na Lei nº 11.457, de 2007, que dispõe sobre a Administração Tributária Federal, nós temos, em seu art. 3º: *"As atribuições de que trata o art. 2º desta Lei* — ou seja, da arrecadação — *se estendem às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor, aplicando-se, em relação a essas contribuições, no que couber, as disposições desta Lei".*

Então, nós temos duas situações. Uma, da arrecadação, que tem por atribuição a atividade da Receita Federal, ou seja, a Receita Federal expressamente verifica e computa esses dados, e uma chamada, assim, arrecadação direta, composta ou produzida pelas próprias entidades e fundos diretamente das empresas contribuintes.

Deste modo, em pedido de informação já anteriormente atendido pela Receita Federal, informou-se que o nosso controle cinge-se, então, a essas receitas que são, pela Receita Federal, administradas. Nós temos na Nota nº 49/2011, da nossa Coordenação-Geral de Estudos Tributários, referendada também por outras notas posteriores, sobre a arrecadação do assim chamado Sistema S: SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEST/SENAT, SENAR, SESCOOP, ABDI, APEX e SEBRAE.

Deste modo, foi informado que os valores, para o ano de 2010 — àquela ocasião, 2010 —, totalizaram 21 bilhões e 111 milhões de reais recolhidos a título desses fundos.

É importante salientar, então, que o controle da receita cinge-se à arrecadação dessas contribuições administradas por ela, não atingindo aquelas ditas arrecadações diretas. É perfeitamente delegável esta função, tendo em vista que a contribuição é de natureza parafiscal, que cumpre o requisito estabelecido no art. 149 da Constituição Federal — Constituição Federal, que nos diz da incidência de Contribuições Sociais de Intervenção de Domínio Econômico de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.

Então, esse assunto também já foi objeto de decisão no próprio Poder Judiciário, que entendeu, então, a possibilidade de arrecadação direta por essas instituições. E a Receita Federal também repisou, em outra ocasião em que aqui esteve, dizendo que não há problema, se assim houver alteração legislativa no sentido de que a Receita

Federal arrecade diretamente todo o montante das contribuições devidas a terceiros. Não haverá problema, a Receita Federal atuará no seu papel, fazendo a arrecadação e o controle dessas receitas na sua totalidade.

Lembro que há um aspecto todo particular na arrecadação direta, que é a própria condição de dedutibilidade de valores gastos pelas empresas que contribuem diretamente com o Sistema S, a título de treinamentos e outros gastos, e desenvolvimento de seus funcionários. Isso, da forma como se encontra, não seria possível, se a administração fosse colocada pela Receita Federal. Teria que se construir um outro meio de se fazer essa dedução, com outro regime de tributação e arrecadação.

De modo que eram essas as considerações.

Essas contribuições de terceiros são reguladas na Instrução Normativa nº 971, de 2009. E a Receita Federal, assim que recebe, administra, arrecada, e depois faz o devido repasse por intermédio do Ministério da Previdência, e faz o encaminhamento, então, desses valores, às respectivas entidades.

Seriam essas, rapidamente, as considerações iniciais. Estamos no aguardo, se, eventualmente, precisarmos fazer algum esclarecimento complementar.

A título de uma taxa de administração, a Receita Federal recebe 3,5% do montante arrecadado. E essa é uma verba que compõe o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização — FUNDAF.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Dr. Fernando Mombelli.

Passo agora a palavra ao Senador Ataídes Oliveira, do PSDB de Tocantins.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Sr. Presidente, Deputado Relator, Danilo Forte — forte, muito forte, para ser Relator da nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias tem que ser forte mesmo —, demais convidados, Srs. Deputados, boa tarde. Não estou vendo aqui os nossos colegas Senadores, mas estão hoje em plenário.

Sr. Presidente, nós estamos aqui, neste momento, a discutir, a falar de um assunto extremamente delicado neste País: as entidades que compõem o Sistema S, criadas há mais de 70 anos neste País. Até então, nenhum Parlamentar deste

Congresso Nacional teve a audácia e a coragem de adentrar a esse Sistema, a esse Sistema do qual — eu quero colocar, Sr. Presidente — eu sou um defensor. O Sistema S foi criado de uma brilhante ideia, mas, nos últimos anos, no meu entendimento, ele se perdeu.

Sr. Presidente, em 2011, como empresário que sou, verifiquei que um dos grandes gargalos da nossa economia era a mão de obra desqualificada, a falta de mão de obra. Então, fui procurar informações na Internet sobre o Sistema S, porque na LDO de 2008 já se determinava que o Sistema S teria que dar publicidade aos seus números. Lá eu não encontrei absolutamente nada. Portanto, fiz um requerimento à nossa suprema corte de fiscalização, o TCU, pedindo informações. E o TCU nos prestou informações. Mas me chamou a atenção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois fatores. Primeiro: o TCU disse que não havia transparência alguma no Sistema S; segundo: que havia uma tipicidade a mais, que se tratava de uma arrecadação feita diretamente pelo SESI/SENAI com as indústrias.

Diante dessas duas informações, eu não vi alternativa, Sr. Presidente, a não ser pedir auditoria no Sistema S como um todo. E consegui essa auditoria. O TCU, com a sua competência que lhe é peculiar, a CGU, por quase 2 anos fizeram esse trabalho, e concluiu-se agora, em fevereiro deste ano.

Diante dessas auditorias, eu escrevi então este livro denominado *A caixa preta do Sistema S.* Aqui eu não estou dizendo nada, eu estou praticamente repassando para o livro as informações dessa auditoria feita pelos órgãos de controle e fiscalização.

Pois bem, Sr. Presidente. Aí, então, eu fiquei estarrecido diante de tudo o que os meus olhos viram.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, começar dizendo o seguinte: a natureza jurídica da contribuição social. Há um entendimento por aí, para confundir a cabeça dos nossos Parlamentares, do povo brasileiro, que essas contribuições sociais se referem à contribuição sindical. Não é verdade. Aqui ao nosso lado está o Dr. Fábio, do TCU. Não é verdade; é contribuição social, é tributo. E o que diz a lei da Constituição Federal?

"Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo."

As entidades do Sistema S estão sob a égide desse artigo da nossa Carta Maior. Não há controvérsia alguma quanto à natureza jurídica dessas contribuições sociais. Os repasses a essas entidades, SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEST, SENAT, SENAR, SESCOOP, APEX e ABDI é tributo! É tributo, é dinheiro público. E o Supremo Tribunal Federal, em interpretação do disposto do aludido artigo, proferiu, em um RE 556.664, o controle 1, do Rio Grande do Sul, do eminente Relator Gilmar Mendes, disse — aspas — *"Natureza jurídica tributária das contribuições. As contribuições* — vírgula—, *inclusive as previdenciárias, têm natureza tributária e se submetem a um regime jurídico tributário previsto na Constituição"*, em interpretação ao art. 149 da nossa Carta Maior de 1988.

Ou seja, não há o que se discutir, é tributo, Sr. Presidente. Isso é muito importante que se coloque aqui.

Arrecadação. O volume da arrecadação, conforme acórdão do nosso Tribunal de Contas da União nº 2.527,de 2012, a receita que mais cresceu no Brasil, nos últimos anos, foi a do Sistema S, atingindo aproximadamente 15 bilhões em 2012, com um acréscimo médio de 21% nos últimos 3 anos. Ou seja, não existe empresa, indústria alguma neste País que imagino que tenha crescido sucessivamente nesses últimos 3 anos 21%.

A Receita Federal, por meio da Nota Técnica 886, de 2011, concluiu que o Sistema S arrecadou 8.9 bilhões, em 2010. Já o TCU disse que a arrecadação foi de 12.8 bilhões, que se encontra na página 29 do nosso livro, denominado *A caixa preta do Sistema S*. Vejam as divergências.

Percebe-se que a arrecadação feita diretamente causa uma verdadeira balbúrdia. Nem mesmo a Receita Federal, que tem como atribuição arrecadar, fiscalizar, conhece

o volume de dinheiro disponível no caixa das entidades do Sistema S. Obviamente, aplicado no mercado financeiro, que imagino ser aproximadamente de 8 bilhões de reais hoje.

O TCU disse que essa disponibilidade financeira do Sistema S é crescente a cada ano, mas na verdade, com toda vênia, Dr. Fábio, o TCU colheu essas informações do Sistema S. Não foi feita uma auditoria *in loco* por vários motivos. Conversando com o Relator, o tão competente Ministro Marcos Bemquerer, ele me disse das dificuldades.

Na auditoria ficou como 4.3 bilhões a disponibilidade, mas ela é próxima de 8 bilhões de reais e é crescente a cada ano — 8 bilhões de reais no mercado financeiro!

Pois bem, princípio da publicidade e o dever da transparência. Art. 37 da Constituição, conhecido por todos nós:

> *"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência..."*

É sabido que os entes do Sistema S não estão enquadrados na administração pública direta e indireta, por serem entidades privadas sem fins lucrativos. Porém, são mantidas com recursos públicos. Portanto, deveriam obedecer aos princípios básicos do referendado artigo. Estou falando da publicidade. Art. 70 da Constituição Federal.

> *"Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder."*

Fiz questão de ler esse *caput*, mas o que determina aqui é o parágrafo único, Sr. Presidente. Diz o parágrafo único desse artigo:

> *"Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária."*

Ou seja, mexeu em dinheiro público, tem que prestar contas.

Aqui abro um parênteses para dizer o seguinte: as confederações que recebem repasse dessas entidades não são fiscalizadas por órgão nenhum deste País e recebem algo em torno de 1 bilhão de reais/ano de repasse dessas entidades de sua categoria, viu, Sr. Presidente?

Vamos lá. Lei 12.527, de 2011, Lei de Acesso à Informação:

> *"Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam,..."*

Vou atalhar isso para não perder muito tempo, Sr. Presidente.

Portanto, a Lei 12.527 determina que o Sistema S tem que dar publicidade: "*Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no caput refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas."*

A LDO de 2008 também determina, no seu art. 6º, § 3º, que o Sistema S tem que divulgar na época, quadrimestralmente, as suas receitas e despesas.

O TCU, no seu Acórdão 2.172, da auditoria, no item 21 também diz que o Sistema S não tem transparência.

No item 23, também diz que constatou que a LDO de 2008 não estava sendo cumprida. No item 28, diz que no SESI, SENAI e SESC não existem informações de receita consolidada.

Ou seja, mesmo diante de todas essas leis, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, até hoje o Sistema S não deu publicidade a ninguém desses bilhões de reais de dinheiro público arrecadado mensalmente sobre a folha bruta dos trabalhadores.

Arrecadação direta.

Constituição Federal, art. 37, inciso XXII:

> *"Art. 37.....*
>
> *XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio."*

Portanto, a arrecadação de tributos é de estrita competência do Estado e exercida por servidor de carreira. Isso é o que diz a Constituição Federal.

Lei nº 11.457, de 2007:

> *"Art. 2º (...) cabe à Secretaria da Receita Federal do Brasil planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas a tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24*

de julho de 1991, e das contribuições instituídas a título de substituição.

.....

Art. 3º As atribuições de que trata o art. 2º desta Lei se estendem às contribuições devidas a terceiros (...).”

Nessa condição de terceiros é onde o Sistema S se enquadra na hora da arrecadação da GFIP, por intermédio do sistema da Receita Federal.

Continuando:

“(...) na forma da legislação em vigor, aplicando-se em relação a essas contribuições, no que couber, as disposições desta Lei.”

Vamos ao Código Nacional Tributário, Lei nº 5.172, de 1966, no seu art. 7º.

“Art. 7º. A competência tributária é indelegável (...) conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra (...).”

A outra pessoa de direito público.

TCU, na sua auditoria, item 20:

“No caso do sistema indústria composto por SESI e SENAI, verifica-se uma especificidade a mais. Essas entidades ainda adotam a prática de arrecadar parte de suas receitas de contribuições sociais diretamente das indústrias, sem a intervenção da Receita Federal do Brasil.”

Paro aqui a leitura deste item do Acórdão 2.527. E diz, mais, que somente o SESI e o SENAI, em 2012, arrecadaram diretamente dessas indústrias R$3,3 bilhões.

Acredito eu que neste ano essa arrecadação direta com as indústrias deve ser de algo em torno de R$ 4 bilhões. O TCU está dizendo que há uma especificidade a mais. No meu entendimento, está errada essa arrecadação feita diretamente.

Por conseguinte, a legislação mencionada é abundante, insofismável, Sr. Presidente, em relação à competência e a arrecadação de tributo.

Ademais, a Lei nº 11.457, de 2007, supramencionada, determina sem ressalva alguma que a competência de arrecadar, fiscalizar as contribuições sociais é de inteira responsabilidade da Receita Federal do Brasil.

E digo mais: a partir da codificação do Direito Tributário, em face da limitação imposta à delegação da fiscalização apenas ausente de Direito Público interno, apresentam-se revogados todos os dispositivos que tiverem atribuído esse mister a pessoas jurídicas de direito privado, por incidência do disposto no art. 2º, § 1º, do Decreto-Lei nº 4.657, de 1942, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Ou seja, Sr. Presidente, se todas essas leis anteriormente não foram cumpridas, a Lei nº 11.457, que prevê, sem ressalva alguma, que essa arrecadação tem que ser feita via Receita Federal, a Lei de Introdução às Normas do Direito revoga tudo para trás. Assim sendo, qualquer legislação anterior foi automaticamente revogada pela Lei nº 11.457.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, isso me preocupa muito porque para mim esses empresários que estão pagando as suas contribuições diretamente ao Sistema S estão inadimplentes. Se tiverem que pagar à Receita Federal hoje — são mais de 6 mil contribuintes —, o valor corrigido vai dar mais de 60 bilhões de reais, vai quebrar nossas empresas. Portanto, a situação é extremamente delicada.

Da contratação de pessoas e supersalários.

É sabido que o Sistema S é um verdadeiro cabide de emprego, pois não há nenhum critério de contratação. A sua folha de pagamento deve ter ultrapassado 5 bilhões de reais ao ano, uma vez que somente o SESI, em 2010, gastou com despesa de pessoal e encargos o montante de R$1,62 bilhão.

Outro exemplo é o SEST/SENAT, que de 2010 para 2011 teve um acréscimo em sua folha de pagamento de 33%; e o SESCOOP, de 63,76%, Sr. Presidente. Os números são assustadores.

Cumulatividade de cargos.

Conforme a lei de criação das confederações, os seus presidentes, salvo exceção, são natos, ou seja, são presidentes da sua confederação, da federação, do seu ente de categoria, conselheiros de outras e de outras e de demais entidades que compõem o Sistema S. E estão há mais de 30 anos no cargo.

O Sistema S é como se fosse desses poucos empresários, mas na verdade o Sistema S é do povo brasileiro, porque esse dinheiro é público.

Sr. Presidente, aqui alguém um dia me perguntou se existia nepotismo no Sistema S. E eu disse: *"Não, não imagino que exista nepotismo, existe um direito sucessório".* Direito sucessório!

Irregularidades nos procedimentos licitatórios.

Aqui, sim, está a verdadeira farra com o dinheiro do povo. O sistema licitatório é um regime próprio, criado com a ajuda do TCU. É um regime próprio do Sistema S. Eles não obedecem à Lei nº 8.666, por não estarem enquadrados na administração pública direta e indireta. Entretanto, o dinheiro é público, é tributo.

Na auditoria do TCU, diz o Acórdão 526 sobre as licitações: *"Dos oito processos auditados, sete apresentam irregularidades, tais como superfaturamento, favorecimento das licitações"*, entre tantas outras. Na verdade, o TCU enumerou as irregularidades de A a Z. O Alfabeto é pequeno, se tivesse mais letras, acredito, teria sido colocada mais alguma coisa.

A revista *Época,* há duas semanas, trouxe uma nota sobre a CNT. Só um fornecedor pegou 89% de todas as obras de construção no Brasil inteiro, diz a revista. A empresa chama-se Diedro, sediada em Minas Gerais, terra do Presidente. Ou seja, nenhum outro Estado brasileiro tinha construtora competente para executar uma obra.

Sr. Presidente, a coisa é feia e grave.

O Acórdão nº 768, de 2013, relativo ao SENAR, aponta inúmeras irregularidades, como a contratação direta de serviço de consultoria e instrutoria, por inexigibilidade de licitação sem previsão legal. Aqui também está de A a Z. E há uma tipicidade a mais: a

Presidente, inclusive, usa esses recursos para promoção pessoal. E a Constituição Federal é clara ao dizer que isso é crime.

Acórdão nº 769, de 2013, do TCU, também falando sobre licitações em relação ao SESC e SENAC, com inúmeras irregularidades, de A a Z.

Acórdão nº 766, de 2013, envolvendo o SESCOOP, também com irregularidades de A a Z. Aqui há uma coisa interessante: a participação no certame das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público — OSCIPs . Ou seja, essas empresas sem fins lucrativos concorrem com outras empresas e, coincidentemente, vencem praticamente todas as concorrências.

Da fiscalização da CGU.

Auditorias da CGU — Controladoria-Geral da União apontaram irregularidades de toda natureza nas contas dos entes do Sistema S entre 2005 e 2009, o que está no nosso livro caixa-preta.

O relatório da CGU aponta que 90% — olhem só esse número — de 172 entidades fiscalizadas têm contas irregulares. Noventa por cento! Se fosse 10%, Sr. Presidente... Em três unidades a CGU constatou gestão irregular e em outras 148 unidades, falhas em compras e contratação de pessoal, entre outros.

Recentemente, houve audiência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, presidida pelo companheiro Blairo Maggi. Lá, contamos com a presença de representante do TCU, hoje aqui presente, o Sr. Fábio, também da CGU, no dia, o Sr. Valdir Agapito, e da Receita Federal, hoje aqui presente, o Sr. Fernando Mombelli.

A audiência foi extraordinária. O Sr. Agapito afirmou que o Sistema não tem transparência e necessita de um choque. Disse ainda que as LDOs não estão sendo cumpridas e que eles têm que obedecer à Lei de Acesso à Informação. E continuou. Sobre a arrecadação direta, afirmou que tem sido um dos apontamentos feitos pela CGU, e isso dificulta o controle. Hoje, quase que equivale à receita de contribuição. Continuando, ele asseverou, ainda, que o Sistema S movimenta hoje R$20 bilhões,

sendo R$11 bilhões de contribuições, R$4,6 bilhões em aplicação no mercado financeiro, além das receitas próprias geradas pelo Sistema. Infelizmente, esses números não batem, mas ele mencionou a quantia de R$20 bilhões.

Só para se ter noção do volume dessa grana, porque eu não tenho noção, a verba destinada a nossa tão conceituada e competente Polícia Federal é de R$905 milhões por ano, Sr. Presidente, Sr. Relator. Novecentos e cinco milhões! Aqui, não, aqui são 20 bilhões de reais para capacitar o trabalhador, levar lazer e saúde ao trabalhador. Só que tenho uma informação a dar: a gratuidade, hoje, pegando todas as entidades, segundo as auditorias feitas pelo TCU e pela CGU, somando e dividindo, não ultrapassa 12% de toda essa verba arrecadada. E quem quer fazer hoje um curso de cabeleireiro, como uma senhora para ajudar o seu marido lá em Tocantins, meu pobre Estado, tem que pagar R$ 1.600,00.

Isso foi me indignando, Sr. Presidente. Enquanto isso, R$8 bilhões estão no mercado financeiro; enquanto isso, em 2010, o SESI recebeu R$763 milhões em serviços prestados; enquanto isso, em 2010, o SESI recebeu quase R$100 milhões de juros; enquanto isso, Sr. Presidente, em 2010, o SESI recebeu R$276 milhões em aluguéis. Isso tem que estar errado.

A revista *Carta Capital* desta semana publicou um artigo muito interessante, do qual vale a pena os senhores tomarem conhecimento. Um professor com 23 anos de Sistema S fez alguns comentários. Disse o seguinte: *"É estarrecedor saber que essas entidades mantidas com recursos públicos, tributos, não têm transparência alguma e, pior ainda, não prestam conta a órgãos de controle e fiscalização."*

E o art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal, diz: *"Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada (...)".* E eu já disse que quem bota a mão em dinheiro público tem que prestar conta.

Pois bem, Sr. Presidente, encerro dizendo que as nossas confederações não prestam contas de todo esse dinheiro arrecadado. E disse, há poucos dias, e quero repetir: o Sistema S hoje é o maior poder político e financeiro deste País. E, até que me

provem o contrário, há um esquema de corrupção dentro desse Sistema S, que quando a Presidente Dilma verificar vai se assustar. É uma corrupção maldita e perversa.

Hoje, esse dinheiro deveria estar na atividade-fim, dando oportunidade principalmente aos nossos pobres Estados, Sr. Presidente, porque lá não contamos muito com o Sistema S, só o Sul e o Sudeste, porque aqui é que se arrecada. Mas as nossas crianças estão lá consumindo *crack*.

Pois bem, Sr. Presidente, estou aqui, juntamente com a nossa competente CONORF — e aqui está o seu Diretor, Dr. Luiz Perezino — levantando várias emendas que vou apresentar a V.Exa. Por exemplo: esse dinheiro é público e tem que fazer parte do Orçamento da União. E o ex-Diretor da CONORF, Dr. Orlando, disse-me certa vez que ao longo dos anos tentou colocar na LDO esse orçamento, mas nunca conseguiu. E espero que V.Exa., juntamente com o nobre Relator e os componentes desta Comissão, desta vez quebre esse paradigma, seja mais forte que esse poderoso Sistema S e coloque no Orçamento da União esses recursos, esse dinheiro público, esses tributos.

Além dessa emenda, Sr. Presidente, estou apresentando várias outras: tem que cumprir o sistema de contratação por meio de concurso público, obedecer à Lei nº 8.666, resolver o problema da cumulatividade de cargos, dos supersalários e tantas outras irregularidades, Sr. Presidente. Inclusive com penalização. Se o Sistema não cumprir a lei, suspendam-se essas contribuições, porque, se não houver penalidade, se não houver sanções, Sr. Presidente, não adianta nada colocar na LDO.

Recentemente — isto há uns 2 meses —, o Presidente da CNI, Robson Andrade, colocou uma nota na revista *ISTOÉ*. Ele disse o seguinte numa nota — parece-me — do jornalista Ilimar Franco: a CNI decidiu que doravante vai pressionar as confederações, inclusive a CNI, a dar publicidade a suas receitas e despesas. Ou seja, olha o tamanho do poder! Esse mundaréu de lei que eu li aqui é letra morta, Sr. Presidente. Agora ele diz que vai fazer. Só que me enganou, porque até agora ainda não deu publicidade nenhuma. E o grande problema da corrupção neste País, Sr. Presidente, é exatamente pela falta de transparência no uso do dinheiro público.

Sr. Presidente, para encerrar, informo que apresentei o Projeto de Lei nº 72, de 2013, que denominei de Projeto de Lei Geral do Sistema S. A proposição corrige todas essas distorções e aprimora o Sistema S, que eu continuo acreditando ser de grande valia para a nossa sociedade e para o País.

Apresentei também o Projeto de Lei nº 153, de 2013, por meio do qual eu peço ao Senado Federal que aprove — eu espero — que o TCU e a CGU passem a fiscalizar essas confederações, que usam dinheiro público e não prestam contas a ninguém! Sr. Fábio, do TCU, eu espero que essa atribuição também venha a ser do TCU, que aquele órgão fiscalize também essas confederações.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Convidados e Srs. Deputados, na verdade, eu teria muito mais a dizer, mas o tempo é curto. Eu agradeço muito por sua atenção e compreensão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Ataídes Oliveira.

Passo a palavra à Sra. Maria de Lourdes Franco de Alencar Sampaio, advogada especialista da Confederação Nacional da Indústria.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANCO DE ALENCAR SAMPAIO - Boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Presidente e Sr. Relator. Boa tarde, senhoras e senhores.

Em nome da CNI, eu agradeço o honroso convite para vir aqui dar uma contribuição a este debate bastante importante. Começo apresentando, a título de informação, alguns dados sobre o Sistema S, em particular o atendimento do SESI/SENAI, que são as duas entidades, os dois serviços sociais autônomos vinculados à CNI.

Começo pelo SENAI, reconhecido pela OIT como modelo de educação profissional na América Latina, que capacitou, em seus 71 anos de existência, 58 milhões de trabalhadores. Somente em 2012, foram 3 milhões de matriculados em diversos cursos, em 28 áreas industriais. O espectro de atuação do SENAI junto a esses

3 milhões de matriculados alcançou um raio de 2.700 Municípios em 2012, com 545 unidades fixas, 272 unidades móveis, inclusive com barco-escola na Amazônia.

No que respeita à gratuidade, também há um dado importante a ser informado em relação a sua atuação em 2012: nada menos do que 67% da receita compulsória líquida do SENAI foi aplicada em cursos gratuitos, que beneficiaram quase 500 mil alunos em 2012, quando a meta acordada com o Ministério da Educação era de 59%.

Com relação ao SESI, em 2012, o Serviço atendeu a quase 2 milhões de matrículas na educação, em 663 escolas, 571 unidades de saúde. Foram 3 milhões de atendimentos prestados em saúde; 812 mil trabalhadores vacinados; 1 milhão e 400 mil trabalhadores atendidos em sistema de segurança do trabalho; 1 milhão e 200 beneficiados em atividades esportivas e 4 milhões e 400 pessoas atendidas em ações comunitárias.

Isso é só para dar um panorama geral.

O segundo ponto que nos ocorreu trazer a debate aqui concerne ao fato de o Sistema S, ao contrário do que muita gente pensa, não exercer uma atividade pública. Ele exerce atividade de interesse privado, ou melhor, atividade privada de interesse público.

A convocação que originou a criação do Sistema S remonta a 71 anos, quando vários segmentos econômicos foram convocados a destacar uma parcela de sua receita — dar uma contribuição — e gerir um sistema que contribuísse, ao lado do Estado, em cooperação com o Estado, mas não no lugar do Estado, para a formação profissional e o atendimento de todos os trabalhadores da indústria e de outros segmentos econômicos. Essa convocação, que tem 71 anos — eu estou tomando por base o SENAI, que foi o originário —, foi um modelo concebido que notoriamente deu certo.

Eu estou aqui só trazendo alguns dados aos senhores, mas ele foi reconhecido não apenas por conta desses dados que eu estou apresentando, senão também porque foi chancelado pelo legislador-constituinte quando trouxe à tona o art. 240 da Constituição. Esse art. 240 é exatamente o artigo que traz a certeza desse modelo

implantado, em que se têm entidades trabalhando ao lado do Estado, mantidas por contribuições compulsórias, sim, mas cuja aplicação não navega ao sabor dos administradores.

Um ponto precisa ficar bem claro: os orçamentos dessas instituições são primeiro submetidos a órgãos colegiados, que são gestores dessas entidades — conselhos normativos ou conselhos fiscais, a depender da determinação regimental de cada uma. Mas são órgãos colegiados, qualificados, que têm a representação de empresários; têm a representação do Governo, porque têm integrantes dos Ministérios aos quais eles estão mais vinculados, e têm também a representação dos trabalhadores. Então, é a um quórum qualificado que o orçamento é submetido. Depois esses orçamentos são encaminhados ao Presidente da República, que os aprova e homologa. Depois há a prestação de contas *a posteriori* ao órgão a que a Constituição atribui a competência máxima de fiscalização de toda a administração federal.

Então, é importante que fique clara a concepção de que não é livre: o Sistema S — a exposição do representante do TCU deixou isto bem claro — é todo ele permeado, é todo ele amarrado, não como na administração pública, porque nunca se quis que assim fosse, porque, afinal, se fosse para estatizar, perderia todo o sentido aquela concepção. A concepção não foi essa. A concepção foi, sim, a de trazer a contribuição de uma gestão eficiente, privada, uma gestão sem todas aquelas amarras da administração pública. E, em termos de formação profissional, de assistência ao trabalhador, não há nada igual a isso no setor público. Mas nem por isso o Sistema S deixa de agir de acordo como as suas finalidades, e qualquer desvio está, sim, sujeito ao controle do TCU, está, sim, sujeito ao controle dos seus órgãos normativos, que têm representação plúrima.

Então, eram esses os dados que nós queríamos trazer como contribuição.

Um último aspecto que eu queria levantar, e que diz respeito ao que consta aqui no relatório preliminar da LDO, diz respeito à inclusão das receitas no Orçamento da União.

Eu vou levantar uma questão eminentemente técnica, que é a da incompatibilidade constitucional material absoluta. Por quê? Porque no art. 165 da Constituição Federal estão descritas, em caráter exaustivo, quais são as leis que compõem basicamente o sistema orçamentário. Estão lá: a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Não existe um quarto orçamento. Não existe um quarto orçamento. Os parágrafos desse art. 165 dizem claramente no que deve constituir cada uma dessas leis. Em nenhuma delas há espaço para que se inclua o orçamento do Sistema S, que, sabidamente — isso já está pacificado —, não integra a administração direta nem a indireta.

De qualquer modo, não poderia mesmo ter sido incluída aqui porque, do contrário, essa disposição estaria em conflito com o art. 240, ao qual eu me referi, que justamente faz a ressalva de que essas contribuições compulsórias não integram o sistema, não integram o orçamento da seguridade social. Essas entidades estão vinculadas ao sistema sindical, elas têm uma missão, uma missão que foi reconhecida e ratificada pelo Constituinte de 1988.

Então, existe esse óbice de constitucionalidade material. Mas o importante, o que deve ser fixado, o que deve ficar claro é que não é porque o Sistema S não pode estar incluído aqui — porque o art. 165 é fechado, é hermético em relação a isso — que ele está fora do controle da sociedade e dos órgãos que o Constituinte elegeu como órgãos competentes, com autoridade máxima para vinculá-lo.

Outra informação: os serviços sociais autônomos, de fato, suscitam essas dúvidas porque têm essa natureza híbrida. Eles sofrem, não há como negar, o influxo de princípios da administração pública, princípios esses que estão sendo, sim, respeitados, porque eles estão permanentemente sob controle.

O Sistema S tem, sim, regulamentos de licitação e contrato. Toda contratação, seleção de pessoal é permeada por regimentos licitatórios, por normas licitatórias, procedimentos, certames licitatórios, que respeitam os princípios da publicidade, da

isonomia, da igualdade. Estão todas essas regras fincadas na atuação diuturna de todo o Sistema S.

A questão da publicidade, a questão da transparência, de fato, é uma demanda inegável, cada vez mais presente no dia a dia. E os orçamentos do Sistema S estão, sim, publicados nos *sites* das instituições, dessas entidades. E não em atendimento, porque, na realidade, é uma interpretação que se faz. E, assumindo que não integra a administração pública federal direta e indireta, não estaria sujeito estritamente à Lei de Acesso à Informação. Mas, ainda assim, essa publicação existe e tem sido feita em relação à remuneração, em relação ao orçamento, às receitas, às despesas, regionalizadas e em caráter nacional. Então, esse é outro dado importante que está acessível a qualquer um.

Sr. Presidente, eu encerro a minha fala com essas ponderações, esperando ter contribuído para o debate e o exame dessa questão tormentosa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Sra. Maria de Lourdes Franco de Alencar Sampaio.

Antes de passar a palavra ao primeiro inscrito, para usar um termo da vivência de V.Sa., o embargo de declaração, o nosso Senador Ataídes Oliveira gostaria de fazer uma indagação à palestrante, Dra. Maria de Lourdes.

Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Dra. Maria de Lourdes, eu entendi bem que V.Sa. disse que o orçamento do SESI/SENAI é repassado ao Presidente da República? Eu entendi bem? É isso mesmo?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANCO DE ALENCAR SAMPAIO - O orçamento do SESI/SENAI vai à aprovação, à homologação da Presidência da República. Há previsão disso na Lei nº 2.613, de 1955, desde aquela época.

O que ocorre é que o Presidente tem delegado essa função homologatória a outros membros do Poder Executivo. No caso do SESI, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e, no caso do SENAI, ao Ministério de

Educação. Mas essa competência é originária do Presidente da República, está nos arts. 12 e 13 da Lei nº 2.613.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Pois bem, então V.Sa. afirma que o SESI/SENAI repassa o valor dessas contribuições anuais ao Presidente da República?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANCO DE ALENCAR SAMPAIO - Não, não. O que eu disse é que a confecção, a apresentação, a submissão do orçamento... O orçamento confeccionado, depois de aprovado pelos órgãos internos, que são os conselhos, é submetido à homologação do Presidente da República. É essa a previsão legal existente.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - O.k. Eu tenho uma segunda pergunta. Se V.Sa. achar que não deve responder...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu quebrei o protocolo para que V.Exa. pudesse fazer uma indagação. Pediria a V.Exa. que se restringisse a mais essa segunda pergunta, porque nós temos vários inscritos.

Então, V.Exa., por favor, faça apenas mais essa indagação à Dra. Maria de Lourdes.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Eu agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

A esposa do Sr. Robson Andrade, Presidente da CNI, ocupa algum cargo dentro da Confederação Nacional da Indústria? Se V.Sa. souber, qual o cargo que ela ocupa?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANCO DE ALENCAR SAMPAIO - Confesso ao senhor que não tenho ideia.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Pois bem. Sr. Presidente, acredito que os nossos órgãos de controle e fiscalização não tenham a informação sobre esse orçamento que é repassado para análise da Presidência da República. Imagino eu. Imagino eu.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Ataídes Oliveira.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Jorge Corte Real.

O SR. DEPUTADO JORGE CORTE REAL - Senador Ataídes Oliveira; Sr. Fábio; Sr. Fernando Mombelli, coordenador de tributação; advogada Maria de Lourdes; companheiros Deputados, companheiras Deputadas; senhoras e senhores presentes a esta audiência pública, eu confesso que estou aqui meio estarrecido porque fui, de certa maneira, atacado.

Estou estarrecido como empresário, como brasileiro, como pequeno empresário, forjado no dia a dia trabalhando, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco. Tenho uma carreira em entidades de classe. Comecei no Sindicato da Indústria da Construção Civil. Hoje sou um dos Vice-Presidentes da CNI.

E fico estarrecido ao ver como meias-verdades fazem uma grande mentira. E mais estarrecido ainda quando isso vem colocado com tanta veemência, tanta ira, tanta mágoa no seio de uma coletividade.

Senador, usarei da mesma elegância que V.Exa., não serei tão veemente como V.Exa., mas permita-me não usar, porque eu não quero ler, termos técnicos — eu não sou advogado, eu sou engenheiro — para contestar tudo o que V.Exa. disse. Tudo.

Dizer que a contribuição direta não é legal? É, sim, é legal! Não há nenhum bandido ali, não, Senador.

Os 70 anos de serviços prestados à sociedade brasileira; os 70 anos dando suporte à indústria nacional; os 70 anos dando suporte ao comércio nacional não podem ser assim achincalhados de uma hora para outra. Não se pode dizer que á uma farra, que é cabide de emprego.

Nós temos, sim, matriz de cargos e salários. Nós temos um processo de admissão de pessoas. Nós temos transparência. Nós temos os orçamentos publicados nos *sites* das entidades.

No meu conselho e nos conselhos das federações, Senador, há representantes dos governos, do Governo Federal; há representantes dos trabalhadores.

Somos auditados por auditorias internas e externas, da própria CNI, e pelas auditorias do Tribunal de Contas da União e da Corregedoria-Geral da União, com muito respeito e toda a atenção.

É evidente que, quando encontrados alguns procedimentos não conformes, de imediato nós tomamos as devidas medidas de correção. E não significa que, porque está apontado em uma auditoria, isso seja um pecado capital, ou um erro fundamental ou básico para dizer que aquilo não é sério. Muito pelo contrário, na maioria das vezes, nós entramos em consenso.

Em Pernambuco, nas grandes licitações — quando existem, porque há muito tempo eu não as tenho —, eu mando primeiro o edital para que o próprio pessoal do TCU, da CGU dê uma olhada e veja se está tudo certo, a fim de que eu não tenha nenhuma contestação à frente.

Nós temos, sim, a nossa maneira de contratar, a nossa maneira de licitar. E, se o senhor quer saber, é muito próxima à da Lei nº 8.666.

Não seria nenhuma extravagância dizer: *"Use a Lei nº 8.666."* Apenas para dar um pouco mais de celeridade, o que um sistema desses requer. O nosso sistema é fiscalizado e auditado pelos órgãos de controle da União.

Então, a coisa não é livre nem solta como se está dizendo aqui, muito pelo contrário.

No meu Estado, um Estado que cresce, um Estado em desenvolvimento, nós tivemos agora... O SENAI, Senador, preparou, só para o Estaleiro Atlântico Sul, 4.500 pessoas saídas da palha da cana-de-açúcar — sem demérito a quem trabalha na cana-de-açúcar, muito pelo contrário —, saídos da palha da cana-de-açúcar. Hoje trabalham, hoje constroem navios, com seus diplomas reconhecidos até internacionalmente.

Quando se dizia que o grande problema — e é um grande problema, não vamos dizer que não seja —, um dos grandes desafios desse Brasil era a mão de obra para dar suporte a esse nosso crescimento, nós demos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, regimentalmente, cada orador dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE CORTE REAL - Dê-me mais 2 minutos, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou conceder a V.Exa. uma prorrogação de 2 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE CORTE REAL - Então, o que eu quero dizer, para concluir, é da responsabilidade da entidade, da responsabilidade da capacitação das pessoas, da responsabilidade de dar aos trabalhadores um reforço de escolaridade. Porque se não fosse o SESI dando reforço de escolaridade a mais de 4 mil pessoas no Estado de Pernambuco, essas pessoas, para atender a uma exigência do próprio MEC, sequer teriam condições de passar no exame de capacitação do curso oferecido pelo SENAI.

É com esse sentido, Senador, que nós dirigimos o sistema. E é por isso que 59% da arrecadação do SENAI são gastos com a gratuidade; do SESI, a mesma coisa. O EBEP atende 1.200 jovens em Pernambuco, com gratuidade de sapato a livro. Eles não pagam nada! Esse é o diferencial só em termos de escolaridade.

Dos alunos que concluem os cursos do SENAI, 87% têm emprego com carteira assinada. E somos acusados de perdulários, de maus gestores, de não administrar o dinheiro que não é público. O dinheiro sequer é do trabalhador. Esse percentual é sobre o salário do trabalhador. O trabalhador não é descontado em absolutamente nada. E não é imposto. Permitam-me dizer isso. Não é imposto, não é imposto. Pode ser compulsório, mas não é imposto.

Então, Sr. Presidente, tenho essa dor, esse sentimento de uma pessoa que exerce a sua função para prestar um serviço para o Brasil. É o sentimento de um empresário que larga, às vezes, os seus afazeres e fica até tarde ajudando, administrando, ali na trincheira, querendo ajudar o País, com toda a seriedade que se possa ter porque acredita no sistema, fundamentalmente.

E é nesse sentido que, dignamente, eu o defendo e acho que o caminho do desenvolvimento do Brasil, em termos de formação profissional, saúde, lazer e, hoje, responsabilidade social do trabalhador ou para com o trabalhador, está no sistema. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Jorge Corte Real.

Senador Ataídes Oliveira, V.Exa., como expositor, vai ter a oportunidade de responder diretamente às indagações pelo mesmo prazo de 5 minutos.

Então, dando sequência à lista de inscritos, para depois ouvirmos o autor do requerimento, eu chamo o Deputado Efraim Filho. S.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, eu sugiro que seja observado o Regimento, e o autor do requerimento tenha a precedência da palavra, até para que nós possamos entender a sua justificativa.

E eu tenho muita curiosidade. Eu tenho dialogado, inclusive, com o Deputado Danilo Forte para saber quais as justificativas que o levaram a fazer essa alteração, porque só diante delas é que nós teremos a capacidade de concordar com ele ou de divergir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pergunto ao Deputado Danilo Forte — já que o Deputado Efraim é o último inscrito — se gostaria de fazer uso da palavra já de imediato. *(Pausa.)*

Então, com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a todos os palestrantes que aqui vieram dialogar conosco. Agradeço ao representante do Tribunal de Contas da União, Fábio Henrique Granja, ao Senador Ataídes Oliveira, ao Coordenador de Tributos da Receita Federal, Fernando Mombelli, e à advogada da CNI, Maria de Lourdes Franco de Alencar Sampaio.

Quero aproveitar também, como sou cearense bairrista, para agradecer a presença do Presidente do FECOMÉRCIO, Dr. Luiz Gastão, e da Presidenta do Centro Industrial do Ceará, Nicole Barbosa.

No momento em que o Brasil se depara com as ruas lotadas de jovens reclamando exatamente da boa aplicação dos recursos públicos, essa pauta nada mais é do que uma preocupação com o retorno à carestia e à inflação vivida e sofrida pela população brasileira.

Aqueles brasileiros que conseguiram ser incluídos no mercado através da inclusão social feita no Governo do Presidente Lula — que trouxe ao mercado mais de 2 milhões de brasileiros — agora se angustiam com a perspectiva da volta da inflação e da carestia, que fará com que retornem ao estágio de consumo anterior. Isso aflige a Nação.

Automaticamente vêm as cobranças políticas exatamente no sentido de melhorar a vida do povo, de dar uma prestação de serviço melhor e de fazer com que os investimentos públicos tenham mais transparência, mais efetividade e mais eficiência. E esse tem sido o norte que temos dado na construção dessa relatoria da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Tentamos aproximar ao máximo o Orçamento da União da realidade de vida do nosso povo, fazendo com que busquemos construir eficiência e efetividade na execução orçamentária.

Na semana passada, nós fizemos aqui uma audiência pública tratando exatamente da questão dos entraves burocráticos para a boa aplicação dos recursos públicos.

E outro tema que chama a atenção do Congresso Nacional, e que está sendo debatido por toda a Casa, é exatamente a questão das emendas parlamentares individuais impositivas.

E quando se discute as emendas individuais impositivas, nós estamos discutindo algo em torno de 7,8 bilhões de reais. E esta Casa muitas vezes é maculada, os

companheiros Deputados e Senadores muitas vezes sofrem ilações, difamações exatamente quando há algum desvio e algumas deturpações na boa aplicação desses recursos.

E se nós temos sido objeto de tanto debate, de tanta discussão e de tanta indignação, muitas vezes, por causa de alguns malfeitores — porque nós somos homens e mulheres passíveis de virtudes e erros —, onde há dinheiro público chama a atenção.

E essa atenção também foi voltada para um segmento... Não é a primeira vez que estou aqui na Comissão de Orçamento. Estou aqui pela segunda vez. Na anterior, em 2011, esse questionamento sobre o Sistema S veio à tona. E, infelizmente, nós ficamos impossibilitados de fazer o debate naquela Comissão.

Os Deputados Efraim Filho e Marçal também estavam envolvidos naquela Comissão de 2011, e nós vimos que fomos atropelados pelos fatos e não fizemos esse debate.

Agora, em 2013, me foi dado o papel de fazer essa relatoria. E, atendendo as demandas que já estavam colocadas pela Casa e também algumas indagações que foram feitas pelo próprio Tribunal de Contas da União com relação a essa legislação, nós procuramos exatamente dar esclarecimentos, sem nenhum prejulgamento, às ações qualificadas que o Sistema S tem.

É indubitável — ninguém aqui pode negar — que o Sistema S tem uma diferenciação a respeito da aplicação desses recursos, principalmente na educação, na formação profissional e no que diz respeito também a alguns atendimentos na área social dos trabalhadores envolvidos em cada segmento do Sistema S. ninguém tem dúvida em relação a isso, mas há questionamentos com relação aos montantes dos recursos.

E esses montantes me chamaram a atenção. Não posso negar aqui que são montantes — segundo o próprio representante da Receita Federal — que, em 2010, chegaram a 21 bilhões de reais, ou seja, quase três vezes o orçamento impositivo pelo

qual estamos brigando para dar dignidade e acabar com o balcão de negócio entre o Parlamento e o Executivo.

Se estamos brigando para acabar com o fisiologismo e para mostrar para a Nação que nós temos competência para bem administrar esses recursos, nós também temos que cobrar exatamente daqueles outros setores da sociedade que também veiculam recursos públicos a exatidão, a correção, a transparência com relação à aplicação desses recursos.

Somando-se a isso, o Senador Ataídes Oliveira também nos procurou com a mesma preocupação e indignação com relação a essas questões, já que ele, inclusive, havia feito um trabalho relacionado a esse tema.

E esta Casa tem a função exatamente de ouvir, debater, fiscalizar todos aqueles setores da sociedade brasileira que investem e que por eles transferem dotações orçamentárias oriundas da população.

Então, eu fiz aqui uma pré-seleção de algumas perguntas que gostaria de fazer aos diversos palestrantes. Vou começar pelas mulheres, que estão tomando conta de tudo, estão à frente de nosso tempo, a exemplo da Dra. Maria de Lourdes, que muito bem se apresentou aqui neste debate.

Eu gostaria de fazer dois questionamentos. O primeiro é o seguinte: as receitas auferidas por meio das contribuições sobre as folhas devidas ao Sistema S não são contabilizadas nos sistemas de registros oficiais da Administração Pública. Elas não estão em nosso orçamento. O que impede que isso ocorra? Como saber efetivamente o valor arrecadado, por exemplo, no ano de 2012, e como é que temos essas informações consolidadas?

Tenho outra pergunta. De acordo com o Decreto nº 494, de 10 de janeiro de 1962, Estatuto do SENAI, a entidade pode realizar a cobrança de tributos diretamente. Como isso ocorre? Quais entidades adotam essa prática? Como é administrado o recurso recebido diretamente e o que vem diretamente através das receitas? Como eles são computados no balanço de vocês?

Ao Tribunal de Contas, ao Dr. Fábio Granja, nós temos a seguinte indagação: parece que há uma enorme fragilidade no modelo de fiscalização dos recursos que são repassados para o Sistema S, pois a União não tem demonstrado capacidade de aferir e acompanhar os valores entregues a cada mês, como também, principalmente, aferir e acompanhar a utilização de tais recursos e intervir na formulação dos objetivos propostos e conhecer os resultados das ações realizadas frente a esses mesmos objetivos. Em sua opinião, o Tribunal de Contas da União tem, de alguma maneira, se eximido de atuar de forma mais incisiva sobre as deficiências estruturais e privilegiado o foco de sua atuação apenas nas auditorias pontuais e contábeis? Como o Tribunal de Contas tem feito esse levantamento?

Dirijo-me ao Senador Ataídes Oliveira. As entidades do Sistema S, em razão de receberem recursos oriundos de fonte pública, deveriam estar sujeitas às normas aplicáveis à administração publica, em especial quanto à obediência dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos seus atos, como V.Exa. disse. Os níveis salariais deveriam atender aos limites fixados para o setor público? As compras e contratações deveriam observar os procedimentos licitatórios? As destinações dos recursos deveriam estar clara e detalhadamente especificadas em seus balanços e constituir fonte de informações ao público em geral? Como tudo isso se verifica? O que poderia ser feito, do ponto de vista legal, para aprimorar o regime de prestação de contas por parte das entidades do Sistema S?

Por último, dirijo-me ao companheiro da Receita Federal, torcedor do Grêmio de Porto Alegre. É certo que a Constituição, em seu art. 240, ressalva do financiamento da seguridade social as contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salário destinadas ao Sistema S. Todavia, por qual razão essas receitas não são previstas nas peças orçamentárias oficiais? Estaria o Sistema S albergado de alguma espécie de imunidade orçamentária?

Essas eram as perguntas que gostaríamos de fazer.

Esta não é uma Comissão de inquisição, mas de debate, e debate de orçamentos públicos. O que queremos exatamente é extrair o máximo de informação possível, a fim de obter a transparência necessária para dar continuidade a esse debate e, como Casa Legislativa, verificar como se aperfeiçoam os normativos legais, para dar transparência e eficiência a este trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Pergunto ao Deputado Efraim Filho se está satisfeito com as ponderações do autor da proposta. *(Pausa.)*

Concedo a palavra a S.Exa., para que se manifeste.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - A sapiência e a sabedoria do Deputado Danilo Forte sempre iluminam este ambiente, meu caro Presidente. É sempre bom ouvir S.Exa., para podermos balizar muito bem o entendimento que S.Exa. teve para justificar essa alteração na LDO, a alteração que o Deputado propõe.

Com a palavra do Deputado Danilo Forte, Sr. Presidente, fico cada vez mais convicto — e concordo com o que disse S.Exa. — de que o debate que se propõe é o de um modelo de Estado — "Estado" com letra maiúscula. Que Estado brasileiro estamos propondo e querendo? Que caminho nós iremos apontar? Isso está bem claro, diante das posições divergentes que foram apresentadas.

Nós vamos pegar uma normativa que vem da Constituição Federal de 1988 e alterá-la para concentrar tarefas e ônus ao poder público em áreas que não são exclusivas, ou seja, chamar mais competências para um poder público que se encontra já assoberbado e não consegue cumprir as suas tarefas essenciais — saúde, educação e segurança pública? Ou nós vamos buscar parcerias, chamando o setor produtivo e a iniciativa privada para assumir as suas reponsabilidades e também poder contribuir com o desenvolvimento deste País?

O que temos visto, de alguns anos para cá, é exatamente o caminho desse aprofundamento das relações de parcerias público-privadas, por meio das quais esse

setor é chamado a assumir as suas responsabilidades, a contribuir. Está aí a medida que, acredito, é o ícone deste último momento: a Medida Provisória dos Portos. Esta MP e a privatização de aeroportos mostram quanto esse setor tem sido chamado a assumir as suas responsabilidades. Mas por uma via oblíqua estamos querendo alterar essa concepção constitucional de 1988, que vem produzindo resultados agora, resultados positivos e resultados negativos, como foi dito. Indago: a avaliação desses resultados dá superávit ou déficit?

Pareceu-me muito mais que existem, sim, casos de distorções pontuais do que um erro de modelo. E, se existe uma divergência de modelo, devemos buscar alterá-lo pela forma correta.

Pareceu-me aqui — e até hesitei um pouco no início —, de acordo com as minhas convicções, que as palavras dadas diziam que há ineficiência, não há transparência, não existe fiscalização. Pensei: *"Esperem aí! Como é? É desse jeito?"*

Neste ponto, a fala da Secretaria da Receita e a do TCU, principalmente, tranquilizaram-me. E como há dois lados em que existem interesses e convicções, fui pelo material do Tribunal de Contas da União, órgão dotado de grande respeito, entre outros órgãos. Outros também merecem respeito, mas o material que tenho é do Tribunal, cujas páginas afirmam:

> *"Submissão das unidades do Sistema S ao TCU. Presta conta. Submetida a auditoria da CGU. Licitações, contratações e seleção pública de pessoal podem ser objeto de representações e denúncias junto ao Tribunal de Contas da União."*

Os atos de admissão e aposentadorias, estes sim, não são apreciados.

E continua:

> *"O que se exige dos administradores é que normas internas das entidades do Sistema S previnam*

contra o desrespeito a tais princípios e tenham sempre em vista os objetos sociais."

Decisão do Tribunal de Contas da União. Vai formando o meu convencimento.

E o Tribunal de Contas da União, no Acórdão de 2.009, diz que *"o Tribunal deve restringir suas determinações para modificação de normas próprias do Sistema S aos casos que efetivamente verificar afronta, ou risco de afronta, aos princípios regentes da gestão pública. Trata-se de resguardar o poder discricionário das entidades do Sistema S".*

Esse Acórdão de 2009 formou o meu convencimento, quando fala — e este é o modelo que a Constituição Federal adotou — que se deve agir quando se verificar afronta, ou risco de afronta, aos princípios da gestão pública. E assim deve ser.

Preocupa-me, Deputado Danilo Forte, essa modificação proposta por V.Exa., que, tenho absoluta certeza, é de boa-fé, mas talvez não compare os argumentos, quando tenta avançar com os tentáculos invisíveis do poder público, abraçando o setor produtivo do País. É muito perigoso achar que esses tentáculos invisíveis possam ir alcançando todos os espaços, quando o poder público brasileiro tem que se preocupar com os serviços essenciais, que não cumpre.

E V.Exa. falava das manifestações que estão nas ruas. Os brasileiros estão nas ruas não porque o Sistema S tem sido auditado a mais ou a menos, mas porque o poder público brasileiro não cumpre as suas tarefas de educação, saúde e segurança. *(Palmas.)* É isso que me assusta.

Conto com a sabedoria do Deputado Danilo Forte para essas avaliações.

Vou concluir, Sr. Presidente. Eu teria mais para citar em relação às questões do Tribunal de Contas da União. S.Exa. trouxe vários temas interesses. Mas concluo a minha argumentação: vamos supor que se queira mudar esse modelo, que o Deputado Danilo Forte entenda que se deve trazer para o Orçamento público o que é contribuição parafiscal, pela Constituição Federal assim dita. Não se pode usar essa via oblíqua, porque é inconstitucional. Isso não é possível.

Se queremos mudar — e parabenizo o Senador Ataídes Oliveira, que elaborou projeto de lei nesse sentido —, são os Projetos de Lei nºs 72 e 153 que podem, pela via legal, fazer o convencimento da sociedade, que é o Plenário desta Casa, junto com o Senado Federal. Assim, alteraremos a lei, mas não por uma modificação na LDO, Deputado Danilo Forte, e ao encontro do que diz a Constituição Federal. Todos nós temos nossas opiniões pessoais, que são dotadas de argumentos absolutamente válidos, mas tenho absoluta convicção de que V.Exa. saberá fazer essa avaliação principalmente sobre o aspecto e sob o espectro da constitucionalidade da matéria.

Concluo com um argumento de V.Exa. — e o parabenizo por isto —, quando falou sobre a questão da PEC do Orçamento Impositivo, que tem tudo a ver com esta Comissão. Mais uma vez, neste pensamento, subliminarmente estão embutidas as justificativas que trago: para fazer o orçamento impositivo, para mudar a peça orçamentária do País, estamos fazendo uma PEC e pegando uma briga com o Governo Federal para preservar as nossas competências e a nossa independência.

Perceba bem o que V.Exa. disse. Como o orçamento é de 21 bilhões de reais e como nós estamos de joelhos — para não dizer uma posição mais vergonhosa — diante do Executivo, que por conta de 7 bilhões de reais no Orçamento é comprometida a independência e a autonomia deste Poder.

É hora, sim, de resgatarmos o nosso papel. É hora de olharmos cara a cara o Poder Executivo, mas de preservar o papel que o setor produtivo tem eficientemente assumido na qualificação e na capacitação da mão de obra, sem a qual um grande gargalo continuará existindo para o desenvolvimento do País.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Efraim Filho.

Passo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira, para que possa responder ao primeiro inscrito e também ao Relator. Logo a seguir, passarei a palavra à Dra. Maria de Lourdes.

Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Jorge Corte Real, a principio, eu gostaria de fazer uma pergunta a V.Exa.: há quanto tempo V.Exa. tem prestado serviço ao Sistema S? V.Exa. poderia responder-me?

O SR. DEPUTADO JORGE CORTE REAL - Como Presidente do SINDUSCON, por 4 anos; como Vice-Presidente da federação, por 4 anos; como Presidente, por 8 anos.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Vinte anos, aproximadamente?

O SR. DEPUTADO JORGE CORTE REAL - Na federação, foram 8 anos.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Podemos pensar em 20 anos de Sistema?

O SR. DEPUTADO JORGE CORTE REAL - Não, porque não foram anos corridos.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Sr. Deputado, V.Exa. disse que ficou estarrecido com tudo quanto eu disse aqui. E é para ficar estarrecido, sim. Concordo plenamente, porque eu também fiquei estarrecido. Agora, tudo o que eu disse baseia-se exclusivamente nos acórdãos das auditorias concluídas pelos órgãos de controle e fiscalização — neste momento, o TCU se encontra aqui representado pelo Dr. Fábio, mas infelizmente não se encontra representada a CGU. Então, não sou eu que estou dizendo. No final deste livro, encontram-se todos os anexos destes acórdãos e de notas técnicas. E foi com base nisso que escrevi o livro.

V.Exa. também disse que não é tributo. O art. 149 e o eminente e competente Gilmar Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal, dizem que é tributo. Surpreende-me muito V.Exa. dizer e afirmar que isto não é tributo. Teremos, então, que fazer a correção no nosso Tribunal e também em nossa Constituição, em nossa Carta Maior. Eu é que fico agora indignado com as palavras de V.Exa., porque não é possível rasgar o art. 149 da nossa Constituição Federal!

Ao Deputado Efraim Filho, tão jovem e sábio, quero ratificar as minhas palavras: eu não escrevi um livro com a minha livre e espontânea vontade. Se V.Exa. — e na época eu enviei o livro para cada Parlamentar deste Congresso —verificar estes acórdãos, perceberá que tudo quanto se encontra nesse livro foi extraído, na sua íntegra, *ipsis litteris*, dos acórdãos dos Tribunais, do Tribunal de Contas da União e da CGU. Assim, se alguém aqui está errado, Srs. Deputados, são os nossos órgãos de controle e fiscalização, pelos quais tenho o maior respeito e admiração.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Peço a V.Exa. um aparte, ao final da sua fala.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Com todo prazer.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - É só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só um momento. V.Exa. tem direito à palavra. Ao final, S.Exa. tem direito a uma réplica e V.Exa. pode terminar com a tréplica. V.Exa. pode conceder a palavra neste momento ou ao final da sua fala.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Vamos concedê-la ao final, pois considero assim melhor. E serei muito breve.

O nosso Relator, muito rapidamente, indagou sobre contratação, sobre licitação, sobre prestação de contas, sobre contabilidade — a qual o TCU disse que é literalmente despadronizada, não há controle. Eu, que vim da Contabilidade e do Direito, percebo que realmente é uma contabilidade extremamente despadronizada, e isso é um problema muito grave.

Houve outras perguntas, Sr. Relator, que não anotei, mas posso dizer o seguinte: a solução foi adotada. Criticar é muito fácil; mostrar a solução é o mais difícil. Quem tiver oportunidade de ler e quiser ler o que se infere desse Projeto de Lei do Senado nº 72 — que, repito, chamo de Lei Geral —, verificará que o objetivo principal é aprimorar o sistema. O sistema é belo, o sistema é fantástico. A iniciativa privada tem que vir. Sou da iniciativa privada. Estou político há 8 meses, mas sou empresário. Caí na política, não sei como. Só Deus explica! Mas a solução já foi tomada. Basta que o Congresso

agora aprove, e espero que o Senado Federal venha a aprovar. Uma vez aprovado o Projeto de Lei nº 72, Sr. Relator, com certeza ele aprimorará o sistema e corrigirá todas essas distorções que V.Exa. comentou, não tenho dúvida disso.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Se puderem todos falar, farei depois a réplica. Posso aguardar, se V.Exa. considerar melhor e assim conduzir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Já que a sua réplica se dirige especificamente a S.Exa., faça o uso da palavra agora.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Perfeitamente.

Na verdade, faço-a porque o Senador se referiu a mim. Quero apenas esclarecer algo. Falei que me parecia não haver auditoria ou fiscalização. As palavras do próprio Senador lhe retiram o argumento. Como S.Exa. escreveu um livro baseando-se nas próprias auditorias e fiscalizações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União — CGU, é a prova mais cabal e incontroversa de que existe fiscalização ao sistema, senão esse livro não estaria feito, não estaria pronto. O que não pode acontecer é isto: distorções pontuais contaminarem um modelo que tem dado certo no País.

Existe controle prévio, quando é dada a homologação por parte da Presidência da República, homologação hoje delegada a Ministros. Existe controle *a posteriori*, feito pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União. O Estado tem pleno acesso para regulamentar e fiscalizar. O que se discute aqui é se quer transferir essas responsabilidades ao poder público ou se quer que permaneça com o setor produtivo essa gestão.

Senador, tenho absoluta certeza disto: V.Exa. está aqui há 8 meses, e todos nós sabemos por que V.Exa. está aqui. Porque o homem público é dotado dessa capacidade de chamar para si as responsabilidades. V.Exa. preparou projetos de lei. Os projetos de

lei serão submetidos à avaliação do Plenário e serão aprovados ou não, de acordo com o convencimento dos membros. O que não podemos — e quero chamar atenção para o foco desta reunião — é permitir que, por meio de uma modificação na LDO, altere-se o que a Constituição diz. Trata-se de via oblíqua, inadequada, que poderá e será derrubada, por padecer do vício de inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senador Ataídes Oliveira, V.Exa. deseja fazer uso da palavra, para finalizar?

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Evidentemente, há fiscalização...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Permita-me apenas mencionar algo que esqueci. Quero apenas vir em socorro ao Deputado Jorge Corte Real, pois ouvi a fala de S.Exa.

Quando S.Exa. se manifestou, não disse que não era tributo. Anotei isto aqui, S.Exa. falou que não era imposto. É um alto cargo, é quem faz essa auditoria externa. É isso, Sr. Fábio?

Evidentemente há fiscalização. Eu tenho o maior respeito por essas entidades, tanto o TCU quanto a CGU. Mas eu já disse que o TCU tem sido um pouco complacente com o Sistema S. Eu peço que o TCU e a CGU sejam mais austeros. Mas eu percebi também... Em várias reuniões que eu tive com o Ministro Marcos Bemquerer, um técnico de carreira da mais alta capacidade, ele disse que faltam, às vezes, sanções — essa lei foi criada em 1942, 1946 — e falta o Congresso Nacional se manifestar.

Então, percebo que há fiscalização, é claro, senão eu não teria escrito esse livro, mas aqui, nesses acórdãos, Deputado, há inúmeras e inúmeras irregularidades.

Vamos concluir só com uma.

Art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal. Quem botou a mão em dinheiro público tem que prestar contas. Obrigatoriamente tem que prestar contas e tem que dar

transparência a esse dinheiro. Esse é o grande problema do Brasil. Esse povo não está nas ruas por acaso, não, é por causa dessa bendita e maldita corrupção nossa.

E aqui eu vejo, Sr. Presidente, Sr. Relator, que a mãe dessa maldita corrupção é a falta de transparência no uso do dinheiro público e a impunidade. E o Sistema S — dito pelo TCU e pela CGU e pela Internet —, sem cumprimento da nossa LDO, que nós aqui fizemos e aprovamos, nunca cumpriu.

Deputado, depois de toda essa celeuma, depois de escrito esse livro e feitos os meus diversos discursos, verifique hoje na Internet se o Sistema S está publicando as suas receitas e despesas. Se V.Exa. encontrar, ligue-me e me diga, porque vai ser uma surpresa enorme para mim. A LDO de 2008, em seu art. 6º, § 3º e sucedâneos, diz que é obrigado publicar esses balanços.

Na verdade, Deputado, eu sou um defensor, mas nós temos que fazer as correções. Agora, o que me surpreende é V.Exa. achar que a nossa LDO não deve trazer o Sistema S para o seu seio. V.Exa., como Parlamentar...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não sou eu. V.Exa. disse que era eu. **O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA** - Eu estou com a palavra. Eu estou com a palavra, Deputado. Permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Efraim, calma.

V.Exa. tem a palavra, Senador.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - O que me surpreende, Deputado Efraim, é saber que este Congresso é arredio a trazer para o seio da nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias o rio de dinheiro público do Sistema S.

Isso me surpreende, mas não muito. Em 2003, a *Folha de S.Paulo* publicou que o então Presidente Lula tentou acabar com o Sistema S e foi calado. Está aqui na *Folha*. Haddad, em 2008, tentou fazer uma composição com o Sistema S; foi calado. Em 1988, eu não estava aqui, um dos Constituintes, hoje um alto funcionário, Ministro da Presidente Dilma, disse-me o seguinte: *"Faria a Constituição e largaria o Sistema S do jeito que estava, ou não faria a Constituição"*. Veja o poder do Sistema!

Hoje eu disse para o Presidente Lobão que muito me preocupa o resultado, mas eu tenho certeza de que S.Exa., meu companheiro e amigo Senador, juntamente com o Relator e os Sr. Deputados, vai trazer para o seio dessa LDO o Sistema S.

Este Congresso e o povo brasileiro vão parabenizá-los.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edison Lobão) - Obrigado, Senador Ataídes Oliveira.

Passo a palavra à representante da CNI, Dra. Maria de Lourdes de Alencar.

Logo após vamos finalizar com a palavra dos representantes do TCU e da Receita Federal.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANCO DE ALENCAR SAMPAIO - Sr. Presidente, a primeira indagação, depois de tanto debate, se eu bem me recordo, é relativa à publicação, a onde estariam contidas as informações sobre as receitas e as despesas. As informações das receitas e despesas estão consolidadas e publicadas nos *sites* das entidades, SESI e SENAI, em caráter nacional e regionalizado, em cada um dos *sites,* nos departamentos regionais.

A outra pergunta a que o senhor se referiu diz respeito à questão do Regimento Interno do SENAI, a se há a possibilidade de se fazer arrecadação direta. É exatamente isso. O art. 50 do Regimento Interno do SENAI prevê, desde há muito, que, em condições especiais, as empresas que desenvolvam moto próprio, um sistema interno de formação profissional para os seus empregados, retenham uma parte da contribuição geral, para poder destinar à implementação do trabalho que fazem de estruturação dos próprios empregados, digamos assim, muito mais perto do destinatário final, e recolham a diferença para o SENAI. Agora, tanto a arrecadação direta, quanto a indireta são canalizadas da mesma forma. Todas elas estão estritamente vinculadas ao cumprimento das finalidades legais da entidade. Estão todas elas inseridas no orçamento e cumprem o mesmo papel.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Sra. Maria de Lourdes.

Passo a palavra ao Dr. Fábio Henrique Granja, para que possa responder às indagações do Relator.

O SR. FÁBIO HENRIQUE GRANJA E BARROS - Inicialmente, gostaria de contextualizar os trabalhos que o Exmo. Senador Ataídes comentou. Foram 11 auditorias, realizadas em todos os entes do Sistema S para avaliar questões de receitas, despesas, resultado patrimonial, disponibilidades financeiras. Também foram realizadas auditorias de conformidade em contratos de publicidade, *marketing*, comunicação e jornalismo, apenas. Então, não foram todos os contratos analisados.

Foram realmente indicadas algumas questões, nos nossos acórdãos, para cada um desses entes. Isso já está sendo monitorado. Só para contextualizar essas auditorias, gostaria de fazer essa primeira observação.

A segunda observação concerne ao nosso trabalho em relação ao Sistema S. O Sistema S para nós é muito relevante. Ele já está definido nos nossos planos operacionais para os próximos 2 anos.

Eu apenas gostaria de comentar que não trabalhamos só com o Sistema S. Só a minha secretaria acompanha aproximadamente 400 bilhões em recursos da União anualmente. Por fiscalizar e acompanhar os recursos da Previdência, Assistência e do Ministério do Trabalho, temos, possivelmente, um dos maiores orçamentos a acompanhar no âmbito do TCU. Apesar disso, apesar de priorizarmos também ações com maior materialidade, o Sistema S nunca deixou, em momento algum, de ser foco das nossas atividades.

Faço, então, mais uma observação sobre a nossa forma de atuação. Nós temos um acompanhamento sistêmico, feito através das prestações de contas. Para aqueles que não têm familiaridade com prestação de contas, o ente tem que fornecer um cabedal enorme de informações sobre a gestão que ele realizou no ano, desde contratação de pessoal, planejamento, execução — a forma como foi feita —, até o ponto de apresentarem, nos relatórios de gestão e nas prestações de conta, o quadro

remuneratório. Então, esse acompanhamento nós já fazemos diuturnamente em todo o Sistema S.

Quanto à pergunta do nosso Relator, sobre se o Tribunal não está se preocupando muito com questões pontuais e deixando de avaliar questões estruturais, faço uma observação: o nosso trabalho não é só fruto de auditorias, de representações ou denúncias. Aí, realmente seriam questões pontuais, e o objetivo seria esse, mas a prestação de contas visa exatamente ao acompanhamento sistêmico para que entendamos a gestão como um todo. Isso é feito. E como fruto da análise das prestações de contas, nós definimos as auditorias a serem realizadas, muitas vezes. Então, existe aí essa sinergia entre os trabalhos. É preciso também ressaltar isso.

Também é fruto dessa nova visão do Tribunal o ir atrás de coisas que realmente modifiquem a estrutura, a efetividade dos órgãos que nós fiscalizamos. Então, muito se diz que, no Sistema S, realiza-se realmente um grande número de cursos, de capacitações e de ações de bem-estar, mas em uma auditoria como a que está sendo planejada no âmbito do Tribunal, em uma auditoria operacional, avaliaríamos — e vamos tentar avaliar no primeiro momento — se não é possível fazer mais. E se acharmos que há espaço para que seja feito mais — a auditoria operacional tem exatamente esta motivação: procurar os gargalos e construir, junto com o gestor, alguma forma de aperfeiçoar o Sistema. Isso, na auditoria operacional.

Mas, além da auditoria operacional, fazemos auditorias de conformidade, que são as de legalidade, em que podemos imputar multas e tornar até inelegível. Há também as auditorias financeiras, que foi outro problema identificado.

Na verdade, essa questão toda de divergência de informações entre a Receita e o dado apresentado no Tribunal é fruto de uma grande assimetria observada nos trabalhos entre os entes. O entes não são padronizados. O SENAI, o SENAT, cada ente tem a sua estrutura, um nível de hierarquização diferente. Não existe — pelo menos não identificamos — uma padronização entre eles, de forma que os órgãos centrais nacionais pudessem consolidar a informação com mais facilidade e passá-la para nós.

O que vimos é que existe a necessidade de um plano de contas para todo o Sistema. Nós vimos a necessidade — haja vista a necessidade desse plano de contas — de um sistema corporativo que também permita que os órgãos de fiscalização obtenham informação diretamente. Seria um avanço importante. E isso levaria a transparência, que nós estamos comentando, nesses trabalho.

É claro que transparência não é uma coisa absoluta. Já existem, sim, algumas atividades. Problemas foram identificados em algumas divulgações de receitas e despesas. Há a necessidade de se segregarem melhor essas informações, mas a transparência que estamos comentando aqui seria fruto exatamente da possibilidade de um sistema corporativo, de um plano de contas padrão e de essas informações serem divulgadas de forma ampla, seguindo a Lei de Acesso à Informação, como está sendo feito pelos órgãos públicos. Seria realmente um avanço importante.

Eu acho que esta discussão que está sendo feita aqui é muito importante exatamente para que haja o aperfeiçoamento legislativo, que permita aos órgãos de controle avançar mais. Isto é realmente o que a sociedade está demandando neste momento: transparência; *accountability*, que significa prestação de contas; e aperfeiçoamento dos controles internos.

Inclusive, o TCU tem uma proposta para aperfeiçoamento do art. 107 da LDO: que a prestação de contas seja feita não só trimestralmente, mas mensalmente, no caso de receitas e despesas. Aí, sim, teríamos um pouco mais de transparência.

Também gostaria de dizer, por fim, que um entendimento do Tribunal é que todo esse aperfeiçoamento da gestão, seja do Sistema S, seja de outros órgãos fiscalizados, parte de uma premissa muito importante: a questão do planejamento. Então, se o planejamento estiver claro, se forem apresentadas todas as etapas que forem previstas, serão facilitados tanto o controle social, quanto o controle da própria entidade e o controle dos órgãos de fiscalização. Então, uma coisa que possivelmente vamos avaliar na análise estrutural que vamos fazer é a questão de como está sendo feito o planejamento, principalmente o planejamento orçamentário.

Era basicamente isso que eu queria comentar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado Dr. Fábio Granja.

Antes de passar a palavra ao Dr. Fernando Mombelli, eu queria dizer ao Deputado Efraim e aos membros desta Comissão que eu encomendei à assessoria técnica da Comissão uma análise e uma nota técnica que defina exatamente a amplitude dos poderes desta Comissão em deliberar sobre temas relativos ao Sistema S. O que não quer dizer que, caso seja nossa prerrogativa, esse mister esteja necessariamente incluído no relatório ou aprovado no relatório, porque isso depende de uma decisão colegiada nossa.

Então, nós vamos estabelecer, a partir do arcabouço jurídico constitucional, os poderes efetivos que nós temos de influir dentro do Sistema S. Definidos esses limites, nós colocaremos, através do Relator, se for o entendimento de S.Exa., para deliberação desta Comissão, para aí, sim, tirarmos o resultado do desejo da Comissão, deste colegiado.

Então, era só esse o esclarecimento ao Deputado Efraim.

Quero também registrar a presença do ex-Deputado Federal Firmo de Castro e agradecer-lhe.

Passo a palavra agora ao Dr. Fernando Mombelli, Coordenador-Geral de Tributação da Receita Federal.

O SR. FERNANDO MOMBELLI - Primeiramente, esclareço que a Receita Federal foi demandada pelo próprio Tribunal de Contas da União, pelo Ministério da Fazenda, melhor dito. E a Procuradoria da Fazenda Nacional, em parecer editado, referiu a possibilidade da delegação da arrecadação dessa contribuição, dita contribuição parafiscal, contribuição para terceiros — nos temos do art. 149 do Código Tributário Nacional, ou melhor, do art. 149 da Constituição Federal —, estabelecendo, em seu art. 7º, *(sic)* que a competência para legislar e dispor continua sendo da União. O que é delegável, nesse caso, é a arrecadação dessa tributação.

Existem acórdãos do Superior Tribunal de Justiça exatamente em que houve lide entre a cobrança, por uma entidade, da contribuição de terceiros de determinada empresa. E o STJ, em vários acórdãos, já referendou que essa possibilidade existe e demandou, então, pela possibilidade de ocupar o polo da cobrança desse valor a própria entidade.

Em segundo lugar, a Receita Federal recebeu, no art. 3º da Lei nº 11.457, da Fusão dos Fiscos, o ônus, a atribuição de arrecadar uma parcela da contribuição de terceiros, não aquela direta, feita mediante convênio com algumas empresas, mas a parte que lhe coube nos termos das leis reguladoras, ou seja, nos termos das leis então vigentes. Tanto assim é que, antes disso, quando havia divisão entre Receita Federal, custeio e a parte relativa ao INSS, em relação às contribuições previdenciárias, já era assim, dessa mesma forma. A arrecadação direta já existia no tempo em que o INSS fazia a cobrança.

Referendando isso, a própria Medida Provisória nº 258, que foi a primeira tentativa da União de fundir os Fiscos, tinha um dispositivo expresso que dizia que a Receita Federal do Brasil só receberia essas contribuições se administrasse a totalidade das suas receitas. Ora, dependendo desse dispositivo que estava na MP 258, quer dizer, então, que havia a possibilidade de que a arrecadação fosse direta, nos termos da regulação dos dispositivos legais que tratavam da matéria. E eu cito o art. 50 do Decreto nº 494, de 10 de janeiro de 1962; o § 2º do art. 49, do Decreto nº 57.375, de 2 de dezembro de 1965 e o § 1º do art. 7º, da Lei nº 8.076, de 14 de setembro de 1993.

Feitos esses esclarecimentos iniciais, com respeito à pergunta que me foi demandada sobre a possibilidade de colocar no Orçamento, eu me socorro aqui do que foi colocado pelo TCU em uma das suas análises, da sua própria apresentação: essas entidades são de direito privado, não integrando a administração direta ou indireta. Nesses termos, penso eu, sujeito a entendimento contrário, evidentemente, que o Orçamento da União, no art. 165 da Constituição Federal, refere-se especificamente a poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta,

inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público. Ora, se o próprio TCU entende que elas não integram a administração direta ou indireta, não estariam compostas nessa previsão do inciso I, ressalvada é claro alguma mudança constitucional, que teria que ser verificada através de emenda constitucional.

Eram esses os esclarecimentos que eu tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Peço desculpas, porque estou com a minha Governadora ao telefone. Para finalizar, eu vou passar a palavra à representante da CNI por 1 minuto, para finalizar, e ao Senador Ataídes.

Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Dr. Mombelli, essa decisão do Supremo Tribunal Federal que V.Sa. colocou é de que época? O senhor se lembra, Dr. Mombelli?

O SR. FERNANDO MOMBELLI - Essa decisão do Superior Tribunal de Justiça, se não me engano, é de 2005, esse último acórdão que nós temos.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Perfeito. Confere. É de 2005, sim. A Lei nº 11.457 é de 2007. Portanto, quando o nosso Superior Tribunal de Justiça deu essa decisão, essa lei não existia. Como eu fui muito claro, e o meu tempo é curto, com o advento dessa lei, tudo para trás deixou de existir.

A minha segunda indagação agora... Espero que V.Exa. esteja correto, Dr. Mombelli, senão a Receita Federal vai ter que assumir uma responsabilidade enorme. Com o período decacional desse tributo, uma vez não reconhecido, quando corrigido, será algo em torno de 60 bilhões de reais. Aí eu quero ver o que vai acontecer.

Dra. Maria de Lourdes, V.Sa. disse que hoje se encontram na Internet os números de receita e despesas, ou seja, o Demonstrativo das Receitas e Despesas (DRE), do SESI-SENAI. Por favor, diga-me onde encontrá-lo, porque eu não consegui, doutora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra agora a digníssima representante, Dra. Maria de Lourdes de Alencar.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANCO DE ALENCAR SAMPAIO - Primeiro, eu queria voltar a uma pergunta que não foi respondida, porque eu presumia, mas não tinha certeza absoluta. Agora eu posso responder ao Senador Ataídes que a esposa do Presidente da CNI não exerce nenhum cargo na Confederação Nacional da Indústria. Voltando àquela pergunta que não foi respondida, agora lhe dou a informação, confirmando que a esposa do Dr. Robson não exerce nenhum cargo na CNI. Não foi isso que o senhor havia me perguntado?

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Sim. Não exerce?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANCO DE ALENCAR SAMPAIO - Não.

Agora, com relação ao *site*, é do SESI e do SENAI.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Página oficial do SESI e do SENAI.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANCO DE ALENCAR SAMPAIO - Isso, e lá estão as informações consolidadas das receitas e despesas. E em cada departamento regional há a informação das receitas e despesas regionalizadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está respondido.

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANCO DE ALENCAR SAMPAIO - Mas também já adianto ao senhor que esse *site* e essas informações estão sendo aprimoradas. Esse *site* está sendo diuturnamente trabalhado para melhorar, perseguindo a transparência pela qual o senhor tanto prima.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - No *site* do SESI e do SENAI?

A SRA. MARIA DE LOURDES FRANCO DE ALENCAR SAMPAIO - Ambos, porque são diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito bem.

Antes de mais nada, quero agradecer efusivamente a presença dos Deputados, que deram brilhantismo a esta audiência pública, e agradecer a presença do nosso Relator, Danilo Forte.

Quero agradecer a presença dos nossos assessores, dos nossos jornalistas e dos nossos convidados, que também tiveram a oportunidade de estar presentes nesta importante discussão e debate sobre um tema importante da nossa República.

Quero agradecer a presença do Senador Ataídes Oliveira. Quero agradecer a presença do representante do Tribunal de Contas da União, Dr. Fábio Henrique Granja. Quero agradecer a presença importante do Dr. Fernando Mombelli, da Receita Federal, bem como da nossa advogada Maria de Lourdes Franco de Alencar Sampaio.

Obrigado a todos. Que Deus proteja a todos nós.

Até amanhã, às 14h30min, na reunião desta Comissão.

Está encerrada esta audiência pública.

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 25 DE JUNHO, 2, 3, 4, 9, 10 E 16 DE JULHO DE 2013.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho e a dois, três, quatro, nove, dez e dezesseis dias de julho de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 11/2013. Durante esse período, verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Andre Moura, Armando Vergílio, Bruno Araújo, Carlos Magno, Claudio Cajado, Danilo Forte, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Ricardo Berzoini, Roberto Teixeira, Rose de Freitas, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro; dos **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lobão Filho, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Morais; dos **Deputados Suplentes**: Ademir Camilo, Alex Canziani, Alexandre Leite, André Zacharow, Carlos Brandão, Chico Lopes, Dalva Figueiredo, Dilceu Sperafico, Genecias Noronha, Iriny Lopes, João Dado, José Airton, José Priante, José Rocha, Junji Abe, Leopoldo Meyer, Osvaldo Reis, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; dos **Senadores Suplentes**: Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda e Ricardo Ferraço; e do Deputado Não Membro Carlos Sampaio. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Bohn Gass, Domingos Sávio e Sebastião Bala Rocha e o Senador Titular Francisco Dornelles. **ABERTURA:** havendo número regimental, às quatorze horas e cinquenta minutos do dia vinte e cinco de junho os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Lobão Filho, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*. Em virtude da falta de quórum para deliberação e inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para votação do Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 02/2013-CN (PLDO 2014), o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o dia 26 de junho, quarta-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados e cancelou a realização da reunião extraordinária, convocada para 25 de junho, terça-feira, às 18h30min. A reunião foi suspensa às 15h04. No dia 2 de julho, às 14h40, os trabalhos foram reiniciados. Porém, em virtude de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para suspensão desta reunião, o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o dia 03 de julho, quarta-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados e cancelou a realização da reunião extraordinária, convocada para hoje, dia 02 de julho, terça-feira, às 18h30min. A reunião foi suspensa às 14h41. No dia 3 de julho, às 14h56, os

trabalhos foram reiniciados. Contudo, ocorreu imediata suspensão dos trabalhos às 14h58 e convocação para continuação no dia 4 de julho, às 11h. No dia 4 de julho, às 11h05, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Chico Lopes, no exercício da Presidência, e por ele foi anunciada a suspensão da reunião às 11h05 e convocação para sua continuidade no dia 9 de julho às 14h30. No dia 9 de julho, às 14h37, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Lobão Filho, o qual esclareceu que nos últimos dias tem suspendido a reunião por falta de acordo para apreciação das matérias, entretanto, a pauta tem sido mantida. Ainda esclareceu que possivelmente na quarta-feira, dia 10 de julho, haveria acordo, e assim pretendia votar o Relatório Preliminar com Emendas e Adendo apresentados ao Projeto de Lei nº 02/2013-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências". Em seguida, divulgou a composição dos Comitês Permanentes da CMO, a seguir relacionados: I - COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS, Coordenador: Deputado EFRAIM FILHO (DEM/PB), MEMBROS EFETIVOS: Deputado Ademir Camilo (PSD/MG), Deputado Carlos Magno (PP/RO), Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG), Deputado Efraim Filho (DEM/PB), Deputada Iriny Lopes (PT/ES), Deputado Mandetta (DEM/MS), Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES), Deputado Sebastião Bala Rocha (PDT/AP), Senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP), Senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO), Senador Aníbal Diniz (PT/AC). RELATORES - (Art. 18, § 4º, da Resolução nº 1, de 2006-CN): RELATOR-GERAL: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG), RELATORES SETORIAIS das seguintes Áreas Temáticas: I – Infraestrutura - Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), II – Saúde - Deputado Marçal Filho (PMDB/MS), III - Integração Nacional e Meio Ambiente - Deputado Aelton Freitas (PR/MG), IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte - Senador Wilder Morais (DEM/GO), V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano - Deputado Weliton Prado (PT/MG), VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo - Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), VII – Justiça e Defesa - Deputado Nelson Meurer (PP/PR), VIII – Poderes do Estado e Representação - Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES), IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário - Senador João Vicente Claudino (PTB/PI), X – Trabalho, Previdência e Assistência Social - Deputado Junji Abe (PSD/SP). II - COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR, Coordenador: Senador EDUARDO AMORIM (PSC/SE). MEMBROS EFETIVOS: Deputado Ricardo Berzoini (PT/SP), Deputado Pedro Novais (PMDB/MA), Deputado Severino Ninho (PSB/PE), Deputado Júlio Cesar (PSD/PI), Deputado Weverton Rocha (PDT/MA), Deputado Ricardo Arruda (PSC/PR), Deputado Evandro Milhomen (PCdoB/AP), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador Eduardo Amorim (PSC/SE), Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE). III - COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI, Coordenador: Deputado AFONSO FLORENCE (PT/BA). MEMBROS EFETIVOS: Deputado José Airton (PT/CE), Deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG), Deputado José Rocha (PR/BA), Deputado Armando Vergílio (PSD/GO), Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE), Deputado Lourival Mendes

(PTdoB/MA), Deputado Afonso Florence (PT/BA), Senador Casildo Maldaner (PMDB/SC), Senador João Vicente Claudino (PTB/PI), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA). IV - COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE, Coordenador: Deputado ROBERTO TEIXEIRA (PP/PE). MEMBROS EFETIVOS: Deputado Zezéu Ribeiro (PT/BA), Deputado José Priante (PMDB/PA), Deputado Wellington Roberto (PR/PB), Deputado Fábio Ramalho (PV/MG), Deputado Sandro Alex (PPS/PR), Deputado Alex Canziani (PTB/PR), Deputado Homero Pereira (PSD/MT), Deputado Roberto Teixeira (PP/PE), Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Senador Wilder Morais (DEM/GO), Senador Walter Pinheiro (PT/BA). Logo após, o Presidente anunciou a suspensão dos trabalhos, às 14h47, e convocou a continuação da reunião ordinária para o dia 10 de julho, quarta-feira, às 11 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 10 de julho, às 18h08, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Lourival Mendes (PCdoB/MA), no exercício da Presidência. Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente em exercício suspendeu os trabalhos às 18h08. Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o dia 16 de julho, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados. No dia 16 de julho, às 14h57, o Presidente reiniciou os trabalhos. O Deputado Domingos Sávio fez uso da palavra para chamar atenção ao quórum presencial e também para demonstrar preocupação com a falta de diálogo entre governo e oposição. Na sequência, o Presidente ponderou sobre a reclamação dos Partidos de oposição e informou que entraria na Ordem do Dia, passando ao item 2 da Pauta 11/2013 e faria a leitura do Relatório Preliminar ao PLDO 2014. **ORDEM DO DIA: 2 -** Apreciação do **Relatório Preliminar com Emendas, Adendo e Erratas nºs 1 e 2, apresentados ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências". Relator: Deputado Danilo Forte. Foram apresentadas 55 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator, com indicação pela aprovação das emendas de nºs 10 e 24; pela aprovação parcial das emendas de nºs 1, 2, 13, 15, 26, 28, 35 e 41; e pela rejeição das demais. O Relator procedeu à leitura do Relatório. Ao final da leitura, o Deputado Carlos Magno levantou Questão de Ordem para solicitar a suspensão da reunião por dez minutos. O Senador Randolfe Rodrigues também apresentou Questão de Ordem solicitando verificação do quórum presente. Foi informado pelo Presidente que havia quórum presencial suficiente para a continuação da reunião e, caso quisesse questionar o quórum para deliberação, deveria aguardar a proclamação do resultado da votação. A seguir, houve debate que teve como cerne o orçamento impositivo, a votação do Relatório Preliminar ao PLDO 2014 e o prazo de emendas a esse Projeto. Participaram do debate os Deputados Jorge Bittar, Junji Abe, Danilo Forte, Fábio Ramalho, Gorete Pereira, Rose de Freitas, Carlos Magno e Domingos Sávio. Como resultado das ideias apresentadas no debate, o Presidente anunciou que a Errata nº2 ao Relatório Preliminar seria retirada pelo Relator e que haveria a ampliação do prazo de emendas ao PLDO 2014. Durante o debate, o Senador Randolfe Rodrigues mais uma vez apresentou Questão de Ordem solicitando verificação

do quórum presente. Novamente foi informado pelo Presidente que havia quórum presencial suficiente para a continuação da reunião e, caso quisesse questionar o quórum para deliberação, deveria aguardar a proclamação do resultado da votação. A seguir, o Deputado Efraim Filho alegou iria solicitar verificação da votação, uma vez que não havia acordo. O Líder do PSDB na Câmara, Deputado Carlos Sampaio, declarou que a bancada estava em obstrução. O Senador Randolfe Rodrigues anunciou que o Partido também estava em obstrução na representação do Senado Federal. Dessa forma, o Presidente anunciou que encerraria a reunião. **ENCERRAMENTO:** os trabalhos foram encerrados às dezesseis horas e um minuto. Antes, porém, o Presidente convocou Reunião Ordinária para o dia 6 de agosto. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Lobão Filho, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Srs. Deputados, Srs. Senadores, senhores jornalistas e assessores presentes, senhoras e senhores, há número regimental para abertura dos trabalhos. Declaro iniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11, de 2013.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa de trabalhos.

Informo ainda a todos os presentes que hoje, dia 25 de junho, terça-feira, às 16h, neste plenário, será realizada a reunião de audiência pública da CMO convocada para colheita de elementos que venham a subsidiar a discussão e o aperfeiçoamento do PLN nº 2, de 2013 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014), versando sobre o tema *Sistema S - Compreensão e Propostas de Regulação*, com os seguintes convidados: Senador Ataídes Oliveira, do PSDB de Tocantins, e representantes do Tribunal de Contas da União, da Receita Federal e da Confederação Nacional de Indústria, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2013, de autoria do Deputado Danilo Forte, aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada no último dia 4 de junho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu vejo que V.Exa. inevitavelmente caminhará para o encerramento. Antes que isso ocorra, eu gostaria de registrar a minha preocupação, manifestá-la e pedir a V.Exa., que sempre tem sido diligente e atencioso com todas as questões desta Comissão e do Congresso Nacional de forma republicana, que também possa nos ajudar a conduzir uma preocupação mais uma vez ao Presidente do Congresso, Senador Renan.

Preocupa-nos sobremaneira a posição, que nos parece de imobilismo, diante dos inúmeros vetos, que não só já eram em número preocupante no final do ano passado e acabaram sendo objeto de acordo para a votação da Lei Orçamentária no início deste ano, mas se avolumam, porque outros já ocorreram, e nós não vemos uma ação objetiva para superarmos isso. Embora tenhamos, por inúmeras vezes, reiterado que há uma disposição do PSDB de construir diálogo, de construir entendimento, mas não temos visto movimentação nesse sentido.

Isso nos leva a crer que nós fatalmente entraremos no período, que já se avizinha, de recesso parlamentar sem que esta Casa entre em recesso, o que tem um lado positivo. O Brasil vive momentos de efervescência, de forma extremamente até positiva, ressalvadas as ações de vandalismo e de violência condenadas por todos. São momentos extremamente positivos de participação popular, de manifestação da insatisfação do povo brasileiro com uma série de questões de natureza pública. Então, é bastante saudável até que este Congresso não entre em recesso, que permaneça aqui debatendo. Porém, seria melhor que ele ficasse debatendo por interesse as questões nacionais e não por impedimento regimental. E eu vejo que ele, fatalmente, caminhará para o impedimento regimental, e não por uma ação da Oposição. É bom que se registre isso.

Nós temos alertado o Presidente do Congresso que não haverá ambiente para votar LDO, não haverá ambiente para se votar nada no Congresso se não enfrentarmos o nosso dever constitucional de apreciar os vetos.

É essa a minha preocupação, e eu apelo a V.Exa. que possa, em nome desta Comissão, conduzi-la ao Presidente do Congresso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Passo a palavra ao Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Pela ordem, igualmente.

Sr. Presidente, diante da inevitável falta de quórum, que levará esta reunião a seu encerramento, eu queria corroborar as palavras do Deputado Domingos Sávio, agregando um item. Esta Comissão de Orçamento inclusive teve um debate muito forte a respeito da responsabilidade fiscal, que foi um dos pontos que a Presidente Dilma elencou entre as suas cinco prioridades.

Deputado Raimundo e Deputado Domingos Sávio, vejam como está desconexo o discurso da prática; como a Presidente Dilma tenta passar uma impressão mas, quando é de sua responsabilidade, não assume na prática o que diz.

Aqui foi derrotada emenda nossa, destaque ao relatório preliminar da LDO, no qual nós retornávamos regras que vigiam no ano passado e estabeleciam responsabilidades da União com o superávit primário dos Estados e dos Municípios — emenda do Democratas, emenda nossa, subscrita também pelo Deputado Cajado. O Governo se posicionou contrário, transformando o que era meta de superávit fiscal, que vigia até o ano de 2012, em mera faculdade expectativa, como quem diz "*se der, deu; se não der, não posso fazer nada"*.

Então, o Governo afrouxa as suas regras de responsabilidade fiscal e a Presidente Dilma, em cadeia nacional, pede um pacto por essa responsabilidade — totalmente desconexo o discurso da prática.

Esta Comissão Mista de Orçamento, sob a vigilante e diligente presidência de V.Exa., não pode se omitir neste momento, tem de cumprir o seu papel de ser fiscalizador e, quem sabe, fazer esse apelo ao nosso Relator para que possa reinserir

na LDO de 2013 as regras que tratavam da meta do superávit fiscal como responsabilidade da União, tendo que compensar eventuais falhas dos Estados e Municípios em obter esse índice.

Era isso que gostaria de agregar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Efraim.

Pergunto ao Senador Casildo Maldaner se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Eu queria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Sr. Presidente e caros colegas, eu não sei agora como vão ser as decisões. Eu recebi quatro matérias para relatar: três são informações de superávit primário, de 2010, 2011 e 2012, do Governo Federal — é apenas uma comunicação à Comissão Mista — e também uma medida provisória que o Governo encaminha abrindo mais dois bilhões, novecentos e poucos milhões de reais para o FIES, para financiar os estudantes, a educação no Brasil.

Eu não sei agora se posso relatar ou se isso fica para outro momento. Eu apenas estou aqui para me desincumbir dessas missões que eu recebi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou responder a V. Exa. neste exato momento.

Esta Presidência deixa claro e público que, de forma pluripartidária, sem exceção de nenhum partido, a unanimidade dos partidos presentes nesta Comissão, decidiu obstruir, de forma *light*, esta reunião até que haja uma deliberação sobre determinados temas com o Governo Federal.

Percebam, nobres Parlamentares, que, por exemplo, não temos nenhum Deputado do PT presente nesta reunião. Não resta alternativa a esta Presidência a não ser suspender esta reunião e transferi-la para o dia de amanhã, às 14h30min, para darmos continuidade aos trabalhos e continuarmos a negociação entre os partidos para que possamos fazer um acordo e, consequentemente, votar os importantes temas

pautados nesta Comissão, bem como o relatório preliminar da LDO, para que possamos abrir prazo de emendas e possamos cumprir todos os prazos regimentais na aprovação do relatório final na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Portanto, Senador Casildo Maldaner, eu estou suspendendo esta reunião...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Por gentileza, Presidente, só uma questão de ordem. Não seria oportuno o encerramento?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - ... suspendendo esta reunião e transferi-la para 14h30min de amanhã, e a reunião de hoje pautada para 18h30min será também cancelada.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu quero fazer uma ponderação. V.Exa. tem absoluto poder discricionário, e faz o exercício deste poder de forma extremamente republicana, o que aqui reitero. Mas eu acho que, dada até a gravidade do momento, há necessidade de que o Governo compreenda que a relação com o Parlamento deve ser como preceitua a nossa Constituição: de independência, mas de harmonia, de diálogo — não o diálogo com a rede nacional, dizendo que a responsabilidade é do Parlamento, mas o diálogo com este Parlamento, com esta Comissão. Diante da situação que nós verificamos, eu faço um apelo a V.Exa. para que encerre a reunião, porque isso caracteriza que nós aqui viemos, encerramos e, obviamente, V.Exa. convocará outra, e aqui voltaremos.

Esperamos que, até lá, haja um despertar do Governo, porque o Brasil já acordou. O Governo precisa acordar e construir entendimentos que produzam resultados.

Esta Casa tem demonstrado reiteradas vezes disposição para o diálogo, e aqui eu falo inclusive em nome do PSDB. Nós queremos o diálogo, nós não queremos parar o País; nós não queremos fazer obstrução pela obstrução. Agora, diálogo pressupõe respeito recíproco. E V.Exa. tem, da nossa parte, a confiança absoluta para essa condução.

Apenas essa minha observação que deixo a critério de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – No mesmo sentido do Deputado Domingos, Sr. Presidente, e acatando o encaminhamento de V.Exa. pela suspensão da sessão, parece-me, salvo melhor juízo, inclusive nos termos regimentais, que a medida mais adequada seria o encerramento desta reunião. No entendimento das lideranças dos partidos e das lideranças governistas, das lideranças dos partidos da base de apoio ao Governo, que compõem a maioria desta Comissão, o melhor seria, salvo melhor juízo, um entendimento para restaurar o quórum da Comissão Mista de Orçamento.

Queria só reiterar o entendimento do Deputado Domingos Sávio, que me parece ser o melhor para esta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Senador Randolfe, Deputado Domingos Sávio, do ponto de vista regimental, é claro o posicionamento desta Presidência no sentido de que a permanência da pauta por si só demonstra o claro posicionamento de suspensão e reabertura no dia de amanhã.

Há várias manifestações de Parlamentares membros desta Comissão, não aqui formalizadas, de que esta sessão poderia ser suspensa e não encerrada. Percebam que eu entendo e sou solidário ao posicionamento dos meus colegas, inobstante sua filiação partidária, no sentido de debater e discutir com o Governo determinados temas, mas acredito também que esta Comissão tem um trabalho a prestar para o País, a discussão da LDO, que está politizada, e debates intensos de pontos que precisam ser clareados com o Governo — e que serão clareados pelo Governo. Caso contrário, não teríamos condições de votá-la aqui. Paralelo a essa discussão da LDO, nós temos algumas medidas provisórias importantes, alguns temas a serem debatidos.

Portanto, vou manter a decisão de suspender a sessão, transferindo-a para amanhã, às 14h30, na tentativa de, com o apoio inclusive da Oposição, votarmos alguns

temas que não sejam tão, digamos, passíveis de discussão, resguardando a discussão maior da LDO para uma conversa mais longa e mais profunda com o Governo.

Então eu suspendo esta sessão e a transfiro para amanhã, às 14h30, para sua continuidade.

Convoco-os, inclusive V.Exa., que é importante para esse debate, para a audiência pública de hoje à tarde, às 16h, neste plenário, sobre o Sistema S, onde teremos importantes discussões .

Muito obrigado aos senhores presentes.

Declaro suspensa esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senhoras e senhores, Parlamentares presentes, assessores, jornalistas, declaro reiniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11, de 2013.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Há quórum para deliberação, nas representações da Câmara e do Senado.

Em virtude de um acordo de Líderes realizado agora, no início desta sessão, e a pedido do Palácio, esta reunião será suspensa e transferida para amanhã às 14h30min. A reunião prevista para hoje, às 18h30min, está cancelada.

Portanto, declaro a suspensão desta reunião.

Muito obrigado a todos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis na pauta eletrônica nos *tablets* localizados nas bancadas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só um minuto, Deputado Cajado. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Cajado, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu peço a V.Exa. que declare encerrada esta sessão, com base no art. 134 da Resolução nº 1. Nós estamos às 14h56min, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A reunião estava marcada para as 14h30min. Portanto, eu estou dentro do prazo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Em vez de encerrar, eu estou suspendendo esta reunião, para reabri-la amanhã, às 11 horas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não. Eu peço que V.Exa. encerre. Eu peço que V.Exa. encerre, com base no art. 134.

V.Exa. não pode suspender a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O art. 134 está aqui. Eu vou lê-lo para V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu já o li, Sr. Presidente. E V.Exa. tem que encerrar a reunião

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim, mas eu vou ler para os outros presentes.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas não há quórum. Não há quórum. V.Exa. tem que declarar encerrada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu não tenho pedido de verificação de quórum. Vou suspendê-la.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não é verificação. Não existe quórum na Casa, nem de Deputados, nem de Senadores, para suspender.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não existe pedido de verificação de quórum, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou suspender os trabalhos, marcando para amanhã, às 11 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, não. V.Exa. não pode suspender, tem que encerrar. Sr. Presidente, V.Exa. não pode suspender. V.Exa. tem que encerrar a sessão, com base no art. 134. Se V.Exa. suspender, V.Exa. estará desrespeitando o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não estou desrespeitando o Regimento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Está, Presidente. O art. 134, parágrafo único, da Seção II, dispõe:

"Art. 134.....

Parágrafo único. No curso da reunião, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior ao estabelecido no caput..."

Ou seja, um sexto da composição de cada Casa. V.Exa. tem que declarar encerrada a sessão, por provocação de Parlamentar. E eu estou solicitando a V.Exa., às 14h58min, que declare encerrada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, V.Exa. diz que leu, mas não leu. O quórum é de um sexto. Portanto, dois Senadores, que estão presentes; e seis Deputados, que estão presentes. Então, temos quórum.

Está suspensa a reunião.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, eu peço a V.Exa. que reconsidere a sua decisão, pelo seguinte…

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está lido aqui. Eu leio para V.Exa. É um sexto presencial, e temos presença.

Está suspensa a reunião até amanhã, às 11 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, por provocação…

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu quero conversar com V.Exa. em particular.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Será um prazer.

Mas eu quero dizer a V.Exa. que não houve acordo para a suspensão, mas para o encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Chico Lopes) - Bom dia às mulheres e aos homens presentes.

Por motivo de força maior, pela maneira como estamos funcionando nesta Casa, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11, de 2013.

Não havendo número suficiente, suspendo a reunião, antes convocando reunião ordinária para continuação desta no dia 9 de julho, terça-feira, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

A reunião está suspensa.

Agradeço a presença da imprensa e dos demais funcionários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada

à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11, de 2013. Informo que as matérias estão acessíveis na pauta eletrônica, nos *tablets* localizados nas bancadas.

Quero esclarecer a todos os presentes que eu tenho sucessivamente suspendido as reuniões — eu não tenho encerrado as reuniões — por se tratar exatamente da mesma pauta. Não tendo havido, em nenhuma das reuniões anteriores, acordo de Lideranças em relação a temas do Congresso Nacional, isso se refletiu diretamente nesta Comissão.

Finalmente nós chegamos a um acordo. De forma unânime nos partidos, nós decidimos que amanhã, às 11 horas, iremos, finalmente, votar a LDO provisória. Portanto, eu, hoje, vou ler aqui apenas a composição dos comitês que já estão finalizados e irei novamente suspender a reunião. Daremos seguimento a esta reunião no dia de amanhã, às 11 horas.

Então, passo a ler neste momento a composição de todos os comitês que formam esta Comissão de Orçamento.

O primeiro comitê é o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária — CFIS. O coordenador é o Deputado Efraim Filho, do Democratas da Paraíba. Membros efetivos da Câmara dos Deputados: Deputado Ademir Camilo, Deputado Carlos Magno, Deputado Domingos Sávio, Deputado Efraim Filho, Deputada Iriny Lopes, Deputado Mandetta, Deputada Rose de Freitas, Deputado Sebastião Bala Rocha. Membros pelo Senado Federal: Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Lúcia Vânia e Senador Anibal Diniz.

Fazem parte desses Comitês o Relator-Geral, Deputado Miguel Corrêa, e os Relatores-Setoriais, que vou passar a nominar um a um: Senador Acir Gurgacz, Relator de Infraestrutura; Deputado Marçal Filho, Relator de Saúde; Deputado Aelton Freitas, Relator de Integração Nacional e Meio Ambiente; Senador Wilder Morais, Relator de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte; Deputado Weliton Prado, Relator de Planejamento e Desenvolvimento Urbano; Deputado Raimundo Gomes de Matos, Relator da Fazenda, Desenvolvimento e Turismo; Deputado Nelson Meurer, Relator de

Justiça e Defesa; Senador Ricardo Ferraço, Relator de Poderes do Estado e Representação; Senador João Vicente Claudino, Relator de Agricultura e Desenvolvimento Agrário; Deputado Junji Abe, Relator de Trabalho, Previdência e Assistência Social. Cumpre-se assim o regimento, que determina que sejam seis Deputados e quatro Senadores.

Passamos agora a nominar os membros do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI. O coordenador deste Comitê é o Deputado Afonso Florence, do PT da Bahia. Membros efetivos: Deputado José Airton, Deputado Leonardo Quintão, Deputado José Rocha, Deputado Armando Vergílio, Deputado Gonzaga Patriota, Deputado Lourival Mendes, Deputado Afonso Florence e uma vaga para o PSDB, que ainda não indicou o membro do partido. Pelo Senado Federal: Senador Casildo Maldaner, Senador João Vicente Claudino e Senadora Lídice da Mata.

Passo agora a nominar os membros do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE. Coordenador do Comitê: Deputado Roberto Teixeira, do PP de Pernambuco. Membros efetivos: Deputado Zezéu Ribeiro, Deputado José Priante, Deputado Wellington Roberto, Deputado Fábio Ramalho, Deputado Sandro Alex, Deputado Alex Canziani, Deputado Homero Pereira, Deputado Roberto Teixeira. Pelo Senado Federal: Senador Ricardo Ferraço, Senador Wilder Morais e Senador Walter Pinheiro.

Passo agora a nominar os membros do Comitê de Avaliação da Receita — CAR. O coordenador é o Senador Eduardo Amorim, do PSC de Sergipe. Membros efetivos da Câmara dos Deputados: Deputado Ricardo Berzoini, Deputado Pedro Novais, Deputado Severino Ninho, Deputado Júlio Cesar, Deputado Weverton Rocha, Deputado Ricardo Arruda e Deputado Evandro Milhomen. Falta um titular do PSDB, que ainda não indicou o membro do partido. Pelo Senado Federal: Senador Ivo Cassol, Senador Eduardo Amorim e Senador Inácio Arruda.

Portanto, estão todos os comitês nominados.

Com a palavra o Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Boa tarde, Sr. Presidente. Saúdo V.Exa. e os demais membros desta Comissão de Orçamento, assim como a assessoria técnica da Comissão.

Em nome da Liderança do Governo nesta Comissão, Sr. Presidente, quero dizer que há total disposição e vontade por parte do Governo em ver votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nós sabemos que estamos vivendo um momento de obstrução na Câmara dos Deputados — não no Senado Federal —, particularmente por parte do PMDB, partido da base do Governo, e que não diz respeito especificamente a temas associados a esta Comissão, ou à sua Presidência, mas diz respeito a um rito para a apreciação de vetos presidenciais.

Amanhã, às 11 horas, haverá uma reunião na sala da Presidência do Senado, na sala da Presidência do Congresso Nacional, com todos os Líderes, onde mais uma vez tentaremos fazer um acordo para destravar esse nó.

Gostaria de chamar a atenção de todos aqueles que estão em obstrução para o fato de que é muito importante votarmos a LDO. Eu tenho sido testemunha do seu esforço, Presidente, para votarmos o relatório preliminar e votarmos a LDO. Eu espero que temas como o da apreciação dos vetos presidenciais não atrapalhem ou atrasem o trâmite normal do processo de elaboração orçamentária.

Gostaria de fazer esta declaração e fazer um apelo, inclusive, a todos os partidos, no sentido de que suspendamos a obstrução e possamos, sem prejuízo dos processos de elaboração, de afirmação e de votação do relatório do Senador Jorge Viana, que trata exatamente da resolução aprovada aqui na Câmara, destravar o processo orçamentário, do qual este Congresso é o principal interessado, porque é o momento em que nós e que o povo brasileiro dizemos o que achamos da peça orçamentária e, obviamente, das diretrizes orçamentárias encaminhadas pelo Executivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cláudio Puty.

Quero esclarecer aos nossos convidados, aos nossos jornalistas e aos nossos assessores que, votando amanhã a LDO, nós teremos de 24 horas a 10 dias de prazo para a apresentação de emendas. O prazo pode ser de, no máximo, 10 dias, mas pode ser de 24 horas ou 48 horas.

Esclareço ainda que o relatório pode ser requerido pelo Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, para ser votado diretamente no Congresso, sem a necessidade de ser votado aqui nesta Comissão.

Essa é uma preocupação nossa. Espero que possamos cumprir com os prazos regimentais para a deliberação tanto da LDO quanto do Orçamento Geral da União. Eu espero que esta Comissão possa fazer valer a sua prerrogativa de discutir o relatório em profundidade, com a apresentação das devidas emendas parlamentares, dentro da LDO, e que possamos aqui debater e votar nesta Comissão esse Relatório.

O Deputado Cláudio Puty pede a palavra. Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Sr. Presidente, reafirmo que confiamos no seu trabalho. Tenho sido testemunha do seu esforço para votarmos a Lei de Diretrizes Orçamentárias e confiamos no trabalho do Deputado Danilo Forte, que, inclusive, é Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, Vice-Líder do Governo nesta Comissão, e, portanto, aqui representa também o Governo como Relator da LDO.

Portanto, acreditamos que o relatório da LDO está em boas mãos e esperamos vê-lo votado amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Puty, só quero fazer uma defesa do Deputado Danilo Forte. Também tenho acompanhado o seu esforço para que pudéssemos votar o relatório preliminar e abrir o prazo para emendas, mas ele tem sido vencido por uma decisão de partido, do PMDB, de fazer obstrução.

E, só para esclarecer os presentes, a título de curiosidade, conforme o Deputado Cláudio Puty preliminarmente já registrou, esta discussão não tem nada a ver com os temas abordados nesta Comissão. É uma discussão sobre vetos presidenciais, sobre rito para votação de vetos, discussão e voto dos vetos.

O PMDB está firmando posição para que se determine uma política clara, sistematizada, de deliberação sobre os vetos. Em função disso, fez uma obstrução também nesta Comissão, que, somada à obstrução dos partidos de oposição, redundou nessa situação de até hoje não termos votado o relatório preliminar.

Vencida essa etapa, por acordo de todos os Líderes, iremos, sim, votar amanhã o relatório preliminar, abrindo o prazo para as emendas.

Deputado Milhomen, V.Exa. deseja fazer uso da palavra? *(Pausa.)* O Deputado Lourival deseja? *(Pausa.)*

Então, declaro suspensa esta reunião e marco para as 11 horas de amanhã a sua continuidade.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lourival Mendes) - Declaro reiniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11, de 2013.

Em virtude da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, suspenderei a presente reunião. Antes, convoco a continuação desta reunião ordinária para o dia 16 de junho, às 14h30min, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

A reunião está suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta n° 11/2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Havendo concordância do Plenário...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, quero reiterar o que já venho dizendo nesta sessão, sucessivamente suspensa: nós do PSDB, desde o primeiro momento, buscamos construir entendimento, buscamos o diálogo para que nós pudéssemos produzir uma Lei de Diretrizes Orçamentária para o País. Infelizmente, nós temos nos deparado com algo inusitado, algo que não pode deixar de ser registrado. A impressão que se tem é a de que o Governo — e aí eu não atribuo a um partido ou a um Parlamentar, mas ao Governo — tem o dever de assumir o processo de liderança e de condução do processo político no País, senão não se pode dar o título de governo, pois seria desgoverno. Mas, ao que parece, o Governo não tem o desejo de aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Digo isso, pelo PSDB, com muita clareza, porque temos insistido na busca de um mínimo de interlocução. Até o presente momento, ao que parece, não há sequer, com todo o respeito que podemos ter a todos os Senadores e Deputados da base do Governo, e sempre nos manifestamos registrando esse respeito, ao que tudo indica, não há uma definição sequer de liderança do Governo no Congresso, porque nós não conseguimos interlocução; não há diálogo. Um governo que não se dispõe ao diálogo, de duas uma: ou é absolutamente autocrático, ou é o governo da ditadura, que entende o seguinte: é só o Governo e não se conversa com ninguém, ou é o governo que não assume a sua condição, a sua responsabilidade de governar, aí é desgoverno.

Portanto, eu faço este registro e observo inclusive, Sr. Presidente, que nós não temos sequer número regimental, embora tenhamos tido uma sessão suspensa, para qualquer prosseguimento. Se fossemos abrir a sessão, parece que nem seis Deputados nós temos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Temos. Temos seis Deputados e dois Senadores.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Uma demonstração clara de que não há o que se fazer, porque, se você não tem presença, se você não tem um canal aberto para o diálogo, como deliberar sobre uma matéria? O quórum para deliberação desta Casa é bem superior a esse que estamos aí a avistar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu contei: seis.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não vejo seis Deputados presentes, mas, de qualquer forma, Presidente, eu quero registrar a nossa preocupação com essa absoluta ausência de diálogo, eu diria até com essa falta de respeito, porque nós sistematicamente estivemos presentes e não encontramos ressonância no nosso apelo para dialogarmos, para construirmos entendimento.

Nós não podemos votar uma Lei de Diretrizes Orçamentárias monocrática, autocrática. Nós não podemos votar uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que não parta do princípio de que nós vivemos em uma República; de que os entes que compõem esta Comissão sejam ouvidos, possam debater, dialogar; de que o Governo, através do seu Líder, possa abrir um canal de diálogo. Isso não houve, em que pese V.Exa. ter insistido na busca da construção de canais de diálogo. Eu registro isto em homenagem a V.Exa., mas até o momento nós não obtivemos absolutamente nenhuma demonstração.

Portanto, nós não temos, no nosso entendimento, a menor condição de prosseguir com o propósito de votar antes que se abra um canal de diálogo, e esta será a posição clara do PSDB e, acredito, de outros partidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Domingos Sávio, antes de mais nada, agradeço a V.Exa. as gentis palavras em relação a mim, mas eu queria, também, deixar um registro aqui.

Nós, nesta permanente busca por uma negociação com o Governo — e é bom todos os presentes tomarem consciência da pauta de reivindicações dos partidos da Oposição, que é uma pauta nobre; nada há que possa comprometer a postura, a moral e a honra dos Deputados e Senadores da Oposição —, a pauta inicial foi em relação aos

vetos presidenciais, o que redundou .num grande acordo pluripartidário do Congresso como um todo, Senado e Câmara, na definição de regras claras, conforme o desejo dos Parlamentares; regras de deliberação e votação desses vetos.

A partir daí, a pauta de obstrução passou a ser a questão das emendas impositivas, que o bom senso nos diz que devemos, sim, aguardar, esperar o posicionamento da Comissão que foi criada na Câmara para discutir e deliberar exatamente esse tema.

Eu acho que esta Comissão tem que dar a sua contribuição ao País, mas principalmente tem que abrir democraticamente oportunidade para que seus membros possam contribuir, através das suas emendas, com uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que seja digna e importante para o nosso País.

Da forma como está hoje, havendo uma obstrução por parte da Oposição, o Governo acaba por receber o relatório da forma como enviou a esta Comissão, o relatório de Lei de Diretrizes Orçamentárias, sem que possa ser discutido, emendado, melhorado, dentro desta Comissão.

Então, num gesto democrático de valorização de cada membro desta Comissão, dando a este membro a oportunidade de contribuir para um relatório de Lei de Diretrizes Orçamentárias, eu estabeleci como estratégia efetivamente votarmos o relatório preliminar, se for possível, se houver quórum, e abrir, sim, a oportunidade para que os membros desta Comissão possam participar ativamente da execução de um relatório de Lei de Diretrizes Orçamentárias bom para o Brasil.

Portanto, dentro desta estratégia, havendo o quórum de dois Senadores e seis Deputados presentes, suficientes para a leitura do relatório preliminar, eu vou passar a palavra ao Relator, Deputado Danilo Forte, para que promova a leitura do relatório já emendado, do relatório preliminar, para que ele possa ser discutido por esta Comissão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiramente, gostaria de desfazer algumas incompreensões com relação a este trâmite. O Congresso Nacional é uma casa política, é uma casa em que... O Brasil inteiro hoje vive um momento político muito oportuno para o debate. O povo foi às ruas levantar suas bandeiras, suas reivindicações, falar do seu inconformismo. Isso se reflete automaticamente nas casas políticas, principalmente no Parlamento, que é a caixa de ressonância exatamente dos clamores das ruas, e esta Casa não pode estar à mercê ou à deriva do que está acontecendo no País.

Nós, preocupados exatamente em aproximarmos o relatório das demandas populares, fizemos cinco audiências públicas. As audiências públicas foram muito boas — duas realizadas aqui em Brasília, uma em Fortaleza, uma em Uberlândia, Minas Gerais, e outra em Palmas, Tocantins — e todas elas muito ricas para o debate. Com isso, nós percebemos que, num primeiro momento, tínhamos que fazer um relatório preliminar o mais sintético e simplificado possível, inclusive atendendo a algumas demandas que foram colocadas por essas audiências públicas e compreendendo que há necessária abertura para que, no processo de emendas, os Parlamentares — Deputados e Senadores — possam dar sua contribuição com as emendas para, aí sim, haver a formulação definitiva da LDO, que direcionará a Lei Orçamentária Anual.

Então, nós tivemos a preocupação de convidar todos os companheiros e companheiras, Deputados e Senadores, para que pudessem dar essa contribuição inicial e agora vamos iniciar exatamente o segundo passo. Queria fazer aqui um chamamento, um pedido, principalmente ao Deputado Domingos Sávio, do PSDB, e ao Deputado Efraim Filho, do DEM, que têm uma compreensão da importância de hoje nós aprovarmos este relatório preliminar, porque precisamos estar com esta decisão tomada até a votação, a iniciação do processo da LOA, que constitucionalmente se dá no dia 31 de agosto. A LDO é a única lei cuja suspensão do recesso legislativo é constitucional. É a única lei que diz que, não votando a LDO, se suspende o recesso parlamentar. Há um clamor nas ruas muito grande para que a gente continue nesse debate. E eu acho que é exatamente neste momento que precisamos ter uma compreensão maior, para que a

gente possa fazer, inclusive, uma LDO mais concisa, mais voltada exatamente para esse momento político e econômico que o País está vivendo.

Então, faltou a leitura da parte especial, que a gente vai fazer agora. Nós fizemos alguns adendos, que são exatamente as reformulações atendendo as preocupações que foram colocadas nesse processo para deixar o relatório mais simplificado, e espero a compreensão de todos.

Então, na parte especial ficou a questão da apresentação do número de emendas:

"2.1.1 Poderão apresentar emendas ao PLDO 2014: parlamentares, comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e bancadas estaduais.

2.1.2 Denominam-se coletivas as emendas apresentadas por bancada estadual ou comissão permanente. Individuais, as apresentadas por Deputado Federal ou Senador.

2.1.3 Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do PLDO 2014:

a) Texto do Projeto (págs. 3 a 71 do Volume I do Avulso);

b) Anexo I - Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados (págs. 72 do Volume I do Avulso);

c) Anexo II - Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2014 (págs. 73 a 77 do Volume I do Avulso);

d) Anexo III - Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho (págs. 78 a 80 do Volume I do Avulso);

e) Anexo IV.1.a - Anexo de Metas Anuais 2014 a 2016 (pág. 87 do Volume I do Avulso); e

f) Anexo IV.13 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (págs. 523 e 524 do Vol. II do Avulso).

2.1.4 Não há limite ao número de emendas ao texto.

2.1.5 O Anexo III do PLDO 2014, relativo às Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho..."

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, um minuto.

Eu pediria silêncio a todos nosso convidados para que o nosso Relator possa ler o relatório preliminar da LDO.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - "2.1.5 O Anexo III do PLDO 2014, relativo às Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho será desmembrado nas Seções I e II. A Seção I constitui-se de despesas obrigatórias de caráter continuado e a Seção II, das demais despesas a que se refere o § 2º do art. 9º da LRF.

2.1.6 As emendas à Seção I do Anexo III deverão identificar, na justificativa, o ato legal criador do gasto a ser incluído;

2.1.7 Para compor a Seção II do Anexo III, as emendas deverão explicitar as razões pelas quais a despesa deve ser ressalvada da limitação de empenho e movimentação financeira.

2.1.8 As emendas a que se refere a alínea "e" do item 2.1.3 deverão conter na justificativa a descrição do cenário econômico e a fundamentação dos parâmetros que dão consistência à alteração pretendida;

2.1.9 As emendas a que se refere a alínea "f" do item 2.1.3 deverão conter na justificativa a memória de cálculo e demais informações que justifiquem a inclusão do item objeto da emenda no demonstrativo.

2.1.10 O Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de inclusão de ações constantes das Leis Orçamentárias para 2012 e 2013, Leis nºs 12.595, de 19/01/2012, e 12.798, de 04/04/2013, bem como de ações decorrentes de iniciativa constante do Plano Plurianual 2012-2015, Lei 12.593, de 18.01.2012.

2.2 Das Emendas para Elaboração do Anexo de Metas e Prioridades.

2.2.1 A apresentação de emenda para elaboração do Anexo de Metas e Prioridades deve observar os seguintes limites:"

Era até três inicialmente e ampliamos até cinco por bancada do Congresso Nacional; era até três inicialmente e nós ampliamos até cinco emendas por Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados ou do Senado, e até duas emendas individuais por Deputado ou Senador.

2.2.2 Nenhum parlamentar poderá apresentar mais de uma emenda que contemple a mesma ação orçamentária.

2.2.3 O menor nível de detalhamento do Anexo de Metas e Prioridades corresponde ao da ação orçamentária.

2.2.4 O sistema de elaboração de emendas ao PLDO 2014 disponibilizará o conjunto das ações das Leis Orçamentárias de 2012 e 2013 passíveis de emenda.

2.2.5 As emendas ao Anexo de Metas e Prioridades deverão se restringir aos programas constantes do Anexo a este Relatório, identificando-se a respectiva ação e meta.

2.3 Dos Critérios de Admissibilidade de Emendas.

2.3.1 Somente serão admitidas emendas de comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal que estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão.

2.3.2 As emendas de bancada estadual devem estar acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação.

2.3.3 É vedado ao Relator apresentar emenda ao Anexo de Metas e Prioridades, salvo para:

a) ajustar o produto ou a unidade de medida da meta identificada na emenda proposta, bem como promover ajustes de ordem técnica ou legal na programação constante da emenda;

b) adequar a quantidade da meta constante da emenda proposta; ou

c) agregar ações orçamentárias com a mesma finalidade, no âmbito de cada programa.

2.3.4 As emendas de texto limitam-se às partes referidas no item 2.1.3.

2.4 Dos Critérios de Atendimento de Emendas.

2.4.1 Para a criação do Anexo de Metas e Prioridades, serão incluídas pela Relatoria, em decorrência da aprovação de emendas:

a) até 3 (três) ações que identifiquem nominalmente o Estado/DF, propostas por emendas de Bancada Estadual;

b) até 3 (três) ações por Comissão Permanente, propostas por emendas de comissão;

c) até 2 (duas) ações que identifiquem nominalmente o Estado/DF, propostas por emendas individuais, de acordo com a frequência com que as ações são indicadas; e

d) até 15 (quinze) ações de interesse nacional, propostas por emendas.

2.4.2 O acolhimento de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades observará os programas prioritários constantes do Anexo a este Relatório, identificando-se a respectiva ação e meta.

2.4.3 As emendas ao texto serão acolhidas conforme o mérito e a pertinência com a matéria financeira e orçamentária.

2.4.4 A elaboração do Substitutivo ao PLDO 2014 será orientada pelos seguintes princípios:

a) Imprimir obrigatoriedade e celeridade à execução das programações aprovadas pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária de 2014;

b) Estabelecer mecanismos de identificação e proteção das programações consideradas prioritárias;

c) Desburocratizar a celebração de convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios;

d) Priorizar despesas de investimento;

e) Prever a inclusão de todas as receitas na Lei Orçamentária de 2014, inclusive as relacionadas às entidades do Sistema “S”;

f) Estabelecer normas relativas:

1) ao controle de custos na Administração Pública Federal;

2) à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos da União.

II - VOTO

Foram apresentadas ao Relatório Preliminar 55 (cinquenta e cinco) emendas. Desse total, votamos pela aprovação de 2 (duas) emendas, pela aprovação parcial de 8 (oito) emendas e pela rejeição das demais, considerando aquelas que já estavam contempladas no texto original.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Relatório Preliminar sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, na forma ora apresentada, considerando nosso voto às emendas.

Sala da Comissão, 10 de junho de 2013.

Deputado Danilo Forte."

Aí tem os adendos. Eu tenho que ler as Áreas Temáticas para saber o que comporta os programas prioritários.

"ANEXO - ÁREA TEMÁTICA/PROGRAMAS PRIORITÁRIOS

I - Infraestrutura: Transportes Rodoviário, Ferroviário e Hidroviário" e Aeroviário também.

II - Saúde: Aperfeiçoamento do SUS, Saneamento Básico; e Resíduos Sólidos;

III - Integração Nacional e Meio Ambiente: Agricultura Irrigada; Biodiversidade; Gestão de Riscos e Resposta a Desastres; Mudanças Climáticas; Oferta de Água; Saneamento Básico;" saneamento básico consta em dois, "Segurança Alimentar e Nutricional; e Resíduos Sólidos;" também consta em dois.

"IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação e Esporte: Ciência, Tecnologia e Inovação; Cultura: Preservação, Promoção e Acesso; Educação Básica; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Superior; Esporte e Grandes Eventos Esportivos; Gestão de Riscos e Resposta a Desastres;" também está em dois, "e Política Espacial;

V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano: Mobilidade Urbana e Trânsito; Moradia Digna; Planejamento Urbano; Saneamento Básico; Gestão de Riscos e Resposta a Desastres;

VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo:" é por área de Relatoria e Sub-relatoria **"**Micro e Pequenas Empresas; Comércio e Serviço; Turismo; e Desenvolvimento Produtivo;

VII - Justiça e Defesa: Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e Outras Drogas; Política Espacial; Política Nacional de Defesa; e Segurança Pública com Cidadania;

VIII - Poderes do Estado e Representação: Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial; Operações Especiais (aumento de capital - Aeroportos e Docas); Transporte Marítimo; Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência; e Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário: Agricultura Familiar; Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização; Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária; Inovações para Agropecuária; Pesca e Aquicultura;

X - Trabalho, Previdência e Assistência Social: Segurança Alimentar e Nutricional; Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); e Trabalho, Emprego e Renda."

Aqui as emendas que foram para rejeição, todos os companheiros já devem ter recebido, a grande maioria delas exatamente porque não são oriundas para inclusão no preliminar, mas, sim, no relatório definitivo. Então, todos esses Parlamentares, Deputados e Senadores, poderão reapresentá-las, na sua grande maioria, para inclusão no relatório definitivo.

E nós fizemos três adendos, um adendo e duas erratas, me desculpem. Então o primeiro Adendo, Anexo - Prioridade e Metas.

"1) Tendo em vista possibilitar que as emendas individuais possam ser elaboradas, por ocasião da apreciação do Projeto da Lei Orçamentária Anual — PLOA

2014, sem prejuízo de serem consideradas prioritárias, faz-se necessário incluir novo item de critério de atendimento de emendas, após os estabelecidos nas alíneas do Item 2.4.1, que visa complementar o objetivo pretendido aposto à alínea "d". Tal inclusão permitirá incluir, no rol das ações nacionais prioritárias, outras 15 ações que tiveram maior frequência de emendamento por ocasião da aprovação do último Projeto de Lei Orçamentária Anual. Dessa forma, propõe-se incluir no Item 2.4.1 a seguinte alínea:

'e) até 15 (quinze) ações de interesse nacional que tiveram maior frequência de emendamento no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013, excluindo-se eventuais duplicidades que venham a ser incluídas em decorrência da aplicação do critério da alínea "d". '

2) Tendo por escopo atender a solicitação encaminhada por meio do Ofício dos Dep. Aelton Freitas e Weliton Prado, propõe-se incluir no Anexo de Metas e Prioridades, ANEXO - ÁREA TEMÁTICA / PROGRAMAS PRIORITÁRIOS, na área temática VIII - PODERES DE ESTADO E REPRESENTAÇÃO, o seguinte programa: 'Aviação Civil'" — que atende exatamente ao transporte aeroviário.

E as duas erratas. A Errata nº 1 ao PLDO 2014:

"1) Com o objetivo de melhorar o entendimento dos termos constantes no Parecer Preliminar, faz-se necessário ajustar determinados itens na forma da seguinte redação:

PARTE GERAL, Item 37:

'Contudo, tanto as progressões quanto as apurações finais dos valores dos PIBs sofrem constantes revisões de seus valores, o que gera insegurança na aplicação do piso constitucional na saúde. Para afastar essa incerteza e evitar controvérsias quanto aos valores de aplicação mínima, necessário se faz que as LDOs avaliem a necessidade de estabelecer critérios objetivos quanto aos PIBs a serem utilizados na apuração desse mínimo, fato esse não comtemplado no PLDO 2014.

PARTE ESPECIAL, Item 2.4.4, alíneas "a" e "b":

‘a) Avaliar a possiblidade de criação de mecanismos para imprimir obrigatoriedade e celeridade à execução das programações aprovadas pelo Congresso Nacional para a Lei Orçamentária de 2014;

b) Avaliar a possibilidade de estabelecimento de mecanismos de identificação e proteção das programações consideradas prioritárias.’

Errata nº 2:

“Com o objetivo de melhorar o entendimento dos termos constantes do parecer preliminar, faz-se necessário ajustar determinados itens, na forma da seguinte redação, parte especial — foi a que eu li agora há pouco:

No item 2.4.4, alínea “e”:

‘e) Avaliar a possibilidade de inclusão de todas as receitas na Lei Orçamentária de 2014, inclusive às relacionadas às entidades do Sistema S.’”

Exatamente no sentido do clamor que foi chegado ao Relator de dar uma redação capaz de conseguirmos avançar no debate sobre a questão dos recursos que são destinados ao Sistema S.

Então, na busca do entendimento, no relatório preliminar, nós fizemos essas modificações, tanto no Adendo nº 1 quanto nas Erratas nºs 1 e 2, exatamente, para buscarmos construir um consenso, dentro da bancada, e darmos celeridade a esse processo.

É lógico que agora nós vamos, conforme orientação do nosso Presidente, depois da aprovação, abrir espaço para as emendas parlamentares e iniciar a avaliação dessas emendas para que possamos fazer constar no relatório definitivo que será apreciado depois do prazo das emendas.

Gostaria de agradecer a todos os Parlamentares — Deputados e Senadores — que contribuíram conosco na elaboração e na preparação desse relatório preliminar. Espero contar também com essa mesma parceria para que possamos formar, inclusive, um grupo de trabalho conjunto para análise das emendas, também para o encaminhamento e a redação do relatório final da LDO para 2014 e, se Deus quiser, no

máximo, na primeira dezena de agosto, estar com esse relatório votado, porque aí não implicará a interrogação com relação ao interregno da publicação e à chegada a esta Comissão da Lei Orçamentária para 2014.

Então, com tempo, com o trabalho e disposição, encontrada por todos os companheiros aqui na Comissão Mista de Orçamento, com certeza nós teremos bom êxito nesse encaminhamento.

Esse é o relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Lobão Filho.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra, Deputado Carlos Magno.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Eu gostaria de dizer, tanto ao Presidente, Senador Lobão Filho, quanto ao Relator, Deputado Danilo Forte, que desde o início estou participando desta reunião. Pela manifestação do Deputado Domingos Sávio, do PSDB, e pela manifestação individual de cada Parlamentar, vejo aqui a resistência de votar esse relatório preliminar. Eu gostaria de dizer que o Partido Progressista está pronto para votar esse relatório preliminar. Mas eu não quero acreditar que a ausência de alguém do Governo, do próprio PT, como nós tínhamos aqui o Deputado Geraldo, que encaminhava aqui as discussões, e vínhamos para essas reuniões com as coisas já delimitadas...

Eu acredito que é preciso fazer uma suspensão de dez minutos desta reunião para tentar, com os partidos, fazer um acordo para votarmos esse relatório preliminar, sob pena de ter que fazê-lo só depois do recesso, o que não é interessante para o Governo nem para nós, Parlamentares, principalmente para as bancadas que representam seus Estados.

Então, esse é o meu encaminhamento. Eu gostaria de saber se há essa possibilidade.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Senador Randolfe com a palavra.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Arguindo, Sr. Presidente, o art. 136 da Resolução Interna desta Comissão, combinado com o art. 29 do Regimento Comum, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Verificação de quórum no Senado.

Na realidade, nós tínhamos a presença do Senador Suplicy aqui.

Verificação de quórum haverá só na hora da votação, porque eu não abri a votação ainda. Mas cumprirei a questão de ordem de V.Exa. no momento da votação. Por enquanto, nós estamos em discussão.

Há uma dúvida regimental, por isso está havendo essa balbúrdia aqui atrás, mas estamos discutindo aqui o Regimento.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS - Apenas parabenizo o Relator Danilo Forte pelo seu belíssimo trabalho e, também, agradecer por levar a LDO aos Estados, ao meu Estado, o Estado do Tocantins, para que democratize mais o Orçamento da União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós continuamos no firme propósito de podermos, ainda hoje, ter a votação do relatório preliminar concluído. Durante essas semanas todas, temos avaliado o relatório do nosso Relator, o Deputado Danilo Forte. O relatório evoluiu numa série de questões importantes e ganhou substância. Entendo que a Lei de Diretrizes Orçamentárias é essencial para que o Governo possa preparar a Lei Orçamentária.

Chamo a atenção para a não votação do relatório preliminar. Isso impedirá a votação final do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que acaba por prejudicar o próprio Congresso Nacional, porque ele acaba se omitindo em oferecer as diretrizes para a elaboração da peça orçamentária.

Então, o apelo que eu faço é que nós possamos construir um entendimento, no sentido de votarmos o relatório preliminar, sem prejuízo das emendas e das discussões que possam aprimorar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Essa é a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Junji Abe.

Antes de conceder a palavra a V.Exa., faço um comunicado. Devido ao pedido intenso de vários partidos e vários Parlamentares ao Relator — o pedido é quase consensual —, S.Exa. vai modificar a errata em relação ao Sistema S, retirando a errata ao Sistema S, conforme ele irá prolatar em poucos minutos.

Com a palavra o Deputado Junji Abe.

O SR. DEPUTADO JUNJI ABE - Sr. Presidente, nobres pares, o nosso partido, o PSD, em reunião de liderança, e pela ausência do titular, Deputado Guilherme Campos, este Parlamentar traz aqui uma apreensão. Não obstante o prejuízo da demora na votação, o prazo ideal para que nós possamos acompanhar *pari passu* é que nós possamos marcar o dia da votação para o dia 1º de agosto.

Esse é o pedido que nós fizemos através do PSD, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito bem. Deputado Junji, eu iria propor a este Plenário, quebrando o regimento, que fosse dado mais tempo aos nobres colegas para que pudessem apresentar emendas; para que nós estendêssemos o prazo, que é de 10 úteis, para o dia 2 de agosto, até que todos possam apresentar as suas emendas. E o Relator está se comprometendo a apresentar, logo em seguida, o relatório final, fazendo a compatibilidade de todas essas emendas.

O SR. DEPUTADO JUNJI ABE - Sr. Presidente, nós propomos que, sem quebrar as regras do Regimento, até porque não digo todos, mas uma boa parte dos Parlamentares que integram esta Comissão está viajando, ou então, viajará. Daí a razão do prejuízo e, por isso, nós gostaríamos que essa ponderação fosse levada em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Perfeito, Deputado.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Companheiros Deputados e Deputadas, em nome da construção do consenso, e a premissa maior de uma Casa parlamentar é procurar, no diálogo, a construção daquilo que nos consensua, exatamente para aperfeiçoar as decisões da Casa, primeiro, a importância de se votar hoje é exatamente porque amanhã ainda dará tempo de as Comissões Temáticas, as Comissões Permanentes aprovarem as suas emendas ao relatório da LDO.

O SR. DEPUTADO JUNJI ABE - Presidente, vamos procurar ouvir o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu peço, mais uma vez, silêncio na plateia para que a gente possa ouvir o Relator.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A Comissão está animada. Isso é vida, isso é bom!

Então, exatamente por isso, é mais um adendo, a importância de a gente votar a preliminar hoje, porque amanhã todas as Comissões Permanentes da Casa, as Comissões Temáticas, poderão se reunir e tirar as suas decisões, as suas deliberações para enriquecer o relatório e apresentar as suas emendas.

Esse é um ponto importante, até porque há debate em várias Comissões. Há um debate muito rico na Comissão de Seguridade e Saúde, da qual eu faço parte, sobre a questão de limite, pelo teto ou pelo piso; há essa questão do aumento dos recursos da saúde, que está mobilizando o povo brasileiro, e precisamos tomar decisões com relação a isso.

Se conseguirmos votar o preliminar hoje, amanhã já começa o prazo para que as Comissões e as bancadas possam se reunir.

A segunda questão, atendendo à solicitação dos Deputados que aqui me procuraram, é a retirada da Errata nº 2, exatamente a que trata do item relacionado ao Sistema S, porque há um clamor muito grande de setores, de bancadas, que estão colocando isso como uma premissa para darmos celeridade à nova votação. Em nome do diálogo e do consenso, retira-se. E se algum Parlamentar quiser porventura apresentar emenda, é lógico que é um direito seu reapresentar esse item como uma emenda individual parlamentar, de bancada ou de Comissão.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Relator, só um ajuste, e que é necessário, Sr. Presidente: ele retirar a errata ou retirar o texto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não.

Deputado Efraim com a palavra, para esclarecer melhor a pergunta.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - A essa questão de ordem eu agradeço.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Retira-se a errata e exclui-se o texto.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Ah! Exclui-se o texto? Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, eu pedi a palavra...

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Sr. Presidente, o único problema que nós vamos ter aqui...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Excluída. Só para ficar claro, excluída a alínea “e” do texto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Presidente, a gente pediria a V.Exa. para que, nessa questão de abrir o prazo, inicie a partir do dia 1º de agosto. É que não dará tempo de a maioria das bancadas se reunir. Então, a gente votaria hoje a

preliminar, V.Exa. nos concederia a palavra, abriria o prazo, a partir do dia 2 de agosto, e teríamos uma semana de prazo, até o dia 10 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou entrar nessa discussão do prazo. Assim que nós fizermos a votação do relatório preliminar, que teoricamente abre o prazo, que regimentalmente é de 10 dias, eu vou abrir a discussão para determinarmos qual será o melhor prazo para apresentação de emendas.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputada Gorete com a palavra.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sr. Presidente, dessa maneira como nós vamos votar o relatório hoje, acabou-se totalmente a possibilidade do impositivo. Porque o que a gente estava esperando era que, nos dias 6 e 7, fosse votado o orçamento impositivo; mais ou menos nos dias 14 e 15, no Senado; e, depois, incluiria na LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É um argumento muito interessante. Vamos entrar nessa discussão do... Eu sou inteiramente sensível a esse argumento.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Se a gente não fizer isso agora...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou abrir a votação e, em seguida, há uma questão do Senador Randolfe. *(Pausa.)*

Antes de responder à questão de ordem do Senador Randolfe, vou fazer verificação de quórum. *(Pausa.)*

Nós temos aqui, visualmente falando, o Senador Suplicy, o Senador Randolfe, o Senador Wilder e Senador Lobão. Portanto, quatro Senadores presentes. Está verificado o quórum: há quórum no Senado. Senador Domingos Sávio...

Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, só um minuto. Eu pedi a palavra, antes do Deputado Efraim, antes da Deputada Gorete...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não ouvi. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Eu sou meio sumida assim mesmo, mas vou ficar na frente do senhor.

Eu gostaria de fazer uma observação ao Sr. Relator.

Com todo o carinho e afeição que lhe tenho, e vejo a dedicação que está tendo na elaboração deste trabalho, eu vejo muita dificuldade nessa votação do relatório preliminar, muita dificuldade, até porque é necessário que esta Casa seja respeitada em todas as suas instâncias de debate. Hoje, nós fazemos uma reunião de uma forma e, quando viramos o pescoço, no momento seguinte, não é mais.

Relativamente a esse Sistema S, eu o parabenizo. Foi o que eu disse a V.Exa.: aqui não existe a palavra "avaliar": é ou não é; o texto é para ser convalidado ou não.

Acho de bom alvitre, Sr. Presidente, que V.Exa. leve em consideração o sentimento do Plenário em relação a não se votar hoje esse relatório preliminar. É possível que tenhamos que reavaliar isso, porque há muitas razões, inclusive as dos Parlamentares, face à quebra do compromisso do orçamento impositivo. Esse foi um compromisso que ajudou a eleger Presidente desta Casa, e não pode ser jogado na sarjeta como uma palavra que o vento leva. Se assim não o fizermos, se votarmos hoje o relatório preliminar, como é compromisso do Presidente da Casa colocar o relatório impositivo só no dia 6 de agosto...

Eu quero que as pessoas entendam bem isso — "Ah! Não é empecilho." "Nós votaremos o relatório depois." "Abriremos prazo de três a dez dias". Tudo é argumento. Mas o argumento mais forte é que as pessoas desta vez acreditaram no orçamento impositivo. Inclusive V.Exa., Sr. Relator, sentou-se à mesa com o espírito de que haveria um compromisso a ser cumprido.

Portanto, eu acho que o Plenário tem que pensar, e acho de bom alvitre que se deixe para votar esse relatório em agosto.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Fábio Ramalho já havia feito deliberação em relação a isso, e eu disse que era sensível, e continuo

sensível, a estender o prazo das emendas para até depois do dia 7, porque aí teríamos uma definição plena da Câmara dos Deputados em relação ao orçamento impositivo.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Sr. Presidente, art. 131 do Regimento Comum...

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte. Frente à manifestação da nossa representação feminina aqui, a Deputada Rose, eu também fiz um encaminhamento de questão de ordem pedindo para que, por 10 minutos, se suspenda a sessão até que a gente se acalme e possa ordenar essa questão. Eu pediria a V.Exa. que considerasse isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Carlos, eu acho que a grande dúvida da Deputada Rose de Freitas é compatibilizar o período das emendas com a votação do orçamento impositivo na Câmara. Eu acho que isso, pelo visto, é uma coisa unânime. Portanto, esta Presidência irá se decidir, junto com a decisão do Plenário, em estender o prazo das emendas, passando por cima do Regimento, para depois da decisão da Câmara que irá deliberar sobre o orçamento impositivo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem? O Senador Randolfe pediu primeiro, e logo a seguir eu passo a V.Exa.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Só para dirimir uma controvérsia e pedir um esclarecimento a V.Exa., arguindo novamente o art. 131 do Regimento Comum: V.Exa. fez a verificação para discussão. Obviamente, há quórum no Senado para discussão — obviamente, temos quatro Senadores —, mas não há o quórum para deliberação, haja vista que são necessários sete Senadores para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Não. Aqui, no momento, havia quórum para discussão. No momento da votação, vou fazer a verificação de quórum, a pedido dos Líderes de cada Casa, se for o caso. V.Exa., como Senador, pediu, e tem o

direito de pedir. Eu vou fazer, no momento da votação no Senado, a verificação da presença dos Senadores.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Perfeito. A verificação que V.Exa. procedeu foi para discussão?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Discussão.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Porque há quórum para discussão?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Isso.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Não há quórum para deliberação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Exatamente.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Perfeito. Era esse o esclarecimento que queria de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mas pode vir a ter.

Mais alguém pediu a palavra?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a atenção dos colegas e me dirigir ao nosso Relator, a V.Exa., pedindo uma atenção especial para este momento que estamos vivendo.

Nós estamos diante da possibilidade de votarmos o relatório preliminar da LDO, e guarda esse relatório uma expectativa de todo este Parlamento. A nobre Deputada lembrou muito bem aqui que esta Casa esteve às vésperas de decidir sobre uma proposta do Senador Esperidião Amin — que chegou a ser aprovada, inclusive, num dado momento — para que se estabelecesse uma questão do orçamento impositivo. Nós estávamos às vésperas de um relatório final, a ser apresentado para votação em plenário, quando, num apelo até emocionado do Presidente da Casa, S.Exa. disse que assumia o compromisso de que poderia fazê-lo no início do próximo semestre. Mas a

LDO guarda uma relação direta com essa matéria e, mais do que isso, todas as emendas ao relatório preliminar têm um significado na vida do Parlamento. E não são só emendas dos membros aqui desta Comissão; são emendas do Parlamento, da Casa como um todo.

Não é novidade para nenhum dos senhores que estão me ouvindo que o próprio Presidente da Casa já admitiu — o Senado já está em "recesso branco", entre aspas, a verdade é essa — que nós não temos perspectiva de nenhuma matéria a ser deliberada nos próximos dias. Portanto, não haverá sessão. Já houve uma reunião do Colégio de Líderes nesta Casa, inclusive, deixando claro isso, de que nem sessão haverá. Isso significa, portanto, que nós teremos um período, de hoje até o início de agosto, de absoluto esvaziamento de todo o Congresso Nacional. Essa é a verdade absoluta.

V.Exa., Presidente, acabou de fazer uma referência que mostra sua boa vontade, mas ela não é suficiente perante os ditames legais. V.Exa. disse: *"Passando por cima do Regimento, poderemos ampliar..."* Mas nós não podemos passar por cima do Regimento; podemos, de alguma forma, ser arguidos por alguns dos colegas. Esta é uma Casa que, para passar por cima do Regimento, precisa de unanimidade. O próprio Regimento diz isso. Amanhã, podemos ser surpreendidos por alguém que diga: *"Olha, eu não sou de acordo. O prazo se esgota dentro de 'x' dias."* E aí estaremos todos viajando ou cuidando de compromissos nas bases, trabalhando, outros cumprindo a sua agenda pessoal. Mas o certo é que o prazo estará correndo em que pese a boa vontade de V.Exa.

Aí eu deixo o registro: que pense cada um dos colegas que está aqui com relação aos compromissos que têm com as suas bancadas. Faço uma referência direta ao Deputado Fábio Ramalho, que aqui está: a bancada de Minas tem uma expectativa com relação a várias emendas. Nós sequer tivemos a oportunidade de nos reunir; nós não tivemos a oportunidade de apresentá-las. Nós podemos ser surpreendidos no nosso retorno não por má intenção do Relator, a quem respeito profundamente, mas por uma imposição regimental de encontrarmos o prazo absolutamente vencido.

Por outro lado, façamos a seguinte análise: qual o prejuízo que o País, que este Relator e que esta Comissão terão se nós votarmos o relatório preliminar na primeira sessão, nos primeiros dias de agosto? Nenhum; absolutamente nenhum. Até porque, se votarmos o relatório preliminar daqui a alguns minutos, ele será absolutamente inócuo do ponto de vista de nos garantir a votação da LDO. Não poderemos votar a LDO, porque ele terá de cumprir o prazo, e aí já não haverá mais sessão do Congresso.

Então, nós apenas cometeremos quase que um suicídio político se votarmos esse relatório preliminar hoje. Seria o equivalente a nós, que somos membros da Comissão, dizermos: *"Nós abdicamos não só da nossa prerrogativa, mas da prerrogativa dos nossos colegas Parlamentares que não estão aqui. Tiramos deles o direito de fazer emendas."* Esse é um precedente muito ruim na vida do Parlamento, e não é o propósito do Relator, nem de V.Exa.

Eu faço um apelo a V.Exa.: vamos completar a discussão, mas vamos votar esse relatório preliminar na primeira sessão de agosto. Abre-se o prazo por uma semana, talvez até por cinco dias, e damos uma sequência tranquila, negociada, dentro do interesse público, de forma suprapartidária. É o apelo que faço, até porque eu vejo que não há quórum para deliberação no Senado e ficaremos prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou passar a palavra ao Deputado Bittar, mas, antes, vou fazer um esclarecimento.

Eu consultei a assessoria da Comissão, e ela me informou que, por decisão plena do Plenário desta Comissão — se for decidido pelo Plenário e não por este Presidente isoladamente —, poderemos, sim, prorrogar o prazo de emendas para até o dia 7, dia 8 de agosto. Então, essa questão estaria bem resolvida para todos os Parlamentares aqui presentes.

Eu vou passar a palavra, primeiro, para o Deputado Bittar; depois, ao Deputado Fábio Ramalho. Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, eu ia me pronunciar exatamente na direção do que V.Exa. apontou. A vantagem de se votar o relatório

preliminar hoje está exatamente no fato de que teremos um longo prazo para analisarmos esse relatório preliminar e apresentarmos as emendas à LDO até o limite de tempo razoável, estendido agora com muita sabedoria por V.Exa. Temo que, se formos votar o relatório preliminar no retorno desse período de relativo recesso, digamos assim, ou recesso branco, como está se chamando, nós vamos acabar votando a LDO praticamente na segunda quinzena de agosto, o que compromete a interferência e a orientação do Congresso Nacional para a elaboração da Lei Orçamentária. Ou seja, de alguma maneira nós estaremos fragilizando a posição da Câmara dos Deputados e do Senado frente à elaboração do Orçamento do próximo ano.

Quanto ao orçamento impositivo, quero lembrar que há uma Comissão Especial nesta Casa tratando desse tema, refletindo, negociando e buscando construir uma solução que seja a mais construtiva possível.

Então, nossa posição vai ao encontro da posição do Presidente, Senador Lobão, como também do Relator, Danilo Forte, no sentido de que possamos votar o relatório preliminar hoje e abrirmos um longo prazo para apresentação de emendas, votando, portanto, o relatório definitivo ainda antes do dia 10 de agosto, logo a tempo de ele interferir na elaboração da Lei Orçamentária para o próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bittar.

Eu continuo firme na minha ideia de que nós temos um compromisso com o nosso País, com o Brasil. Nós estamos ultrapassando todos os prazos. Nós prejudicamos o Congresso de determinada forma, impedindo que o Congresso da República pudesse ter um recesso da forma mais tranquila. Haverá um recesso branco, o que é ruim, mas eu acho que esta Comissão tem que dar uma resposta à sociedade brasileira.

O Congresso deu, em parte, resposta à sociedade votando temas importantes, votando PECs em grande quantidade, avançando pelas madrugadas, e esta Comissão não pode se furtar de também fazer o seu trabalho votando a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Orçamento da República.

Eu passo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Companheiros Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, algo acaba de chegar aqui a minhas mãos. Vejam o que é a ironia do destino: estou aqui tentando agilizar a votação da LDO e o Deputado Amauri Teixeira está, no plenário, dizendo que eu estou querendo fazer um cronograma à minha vontade, para poder aprovar primeiro o orçamento impositivo. Então, como a opção foi minha...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Deputado Danilo Forte, a bem da verdade, quero dizer que a opinião pessoal do Deputado Amauri não traduz o pensamento da nossa bancada.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado. O senhor é sempre muito elegante, Deputado Bittar. Por isso é que eu gosto de V.Exa.

A vontade de ser político foi minha. A liberdade de escolha foi minha. Eu sou Deputado porque eu quero e porque o povo do Ceará quer que eu seja Deputado, graças a Deus. Então, este é um momento em que nós temos que ter uma avaliação política. Não há outro fator.

Nós temos que fazer uma avaliação política, e ela tem que ser dentro de um cronograma, porque nós temos uma LOA que precisa ser formulada, feita, com base na LDO. Já aconteceu, duas vezes, uma no Governo Lula e uma no Governo Fernando Henrique, de a LOA vir sem a LDO estar votada.

Naqueles momentos, não houve arguição jurídica, não houve atropelamento jurídico com relação a essa questão; não houve judicialização. O momento é diferente, até porque, hoje, tudo se judicializa no Congresso Nacional. E, aí, precisamos ter um pouco de sensibilidade, o que peço ao Deputado Domingos Sávio, companheiro mineiro, e ao Deputado Efraim Filho, esse grande e valoroso paraibano, porque nós temos um cronograma curto para trabalho.

Eu já trabalhei no comitê de admissibilidade de emendas. É uma coisa muito trabalhosa. Na pior das hipóteses, nós vamos ter mil emendas para esse relatório. É

preciso ler uma por uma, avaliando a admissibilidade ou não de cada uma. É preciso concatenar, enquadrar, cada uma em cada eixo temático. Depois, tem que se fazer as revisões de texto, para não ter um artigo contradizendo o outro. É uma lei extensa, não é? A LDO é uma lei extensa, trabalhosa, e eu acho que a gente precisa ter tempo.

O tempo para trás foi o tempo em que nós fizemos uma opção política de valorização do Congresso Nacional. Nós precisávamos de um cronograma de procedimentos regimentais com relação à apreciação dos vetos, porque era inadmissível que o processo legislativo começasse aqui e terminasse no Poder Executivo. Fomos vitoriosos. Temos agora um processo de apreciação de vetos. Há uma luta, hoje, quase unânime na Casa, com a ressalva de alguns Deputados do PT, mas todos os partidos, semana passada, na Comissão Especial do Orçamento Impositivo, foram a favor de que resgatássemos nosso papel e a nossa dignidade e não tivéssemos que nos humilhar perante o Executivo para aprovar emendas que são do Parlamentar, o reconhecimento da sua atividade; o que faz com que o Parlamentar possa cumprir a palavra empenhada no processo eleitoral e possa dar dignidade à Casa na relação de autonomia e de harmonia entre os Poderes, no que se refere ao Executivo, que muitas vezes nos humilha, que faz troca de favores e que impõe, em alguns momentos até, algumas votações, dependendo do momento histórico que se vive no País. Esse também é um ponto importante a ser avançado.

Nesse ponto, conseguimos unidade em torno do texto do Deputado Edio Lopes, Relator da Comissão Especial; temos o compromisso do Presidente da Casa, que se elegeu, como muito bem disse a Deputada Rose de Freitas, com a bandeira principal de resgatar a importância do Orçamento impositivo como instrumento de autonomia do Congresso Nacional. Também temos dentro da Comissão essa unidade.

Foi exatamente por isso que a bancada do PMDB, diferentemente do que diz o Deputado Amauri Teixeira, tirou, por unanimidade, que a conclusão do relatório da LDO se dará após a votação do orçamento impositivo na Comissão Especial e no plenário na primeira votação da Câmara. Para quê? Para dar lastro político à LDO.

Qual a minha preocupação como Relator, de coração aberto para V.Exas., sem medo de enfrentar as diversas pressões ou os mal-entendidos, como irônica e pejorativamente disse aqui o Deputado Amauri Teixeira? Colocando na LDO, teremos a segurança de que haverá o orçamento impositivo em 2014, e não se abre nenhuma brecha para que esse orçamento impositivo seja postergado para 2015, 2016 ou doravante. É exatamente essa a preocupação e o compromisso deste humilde Deputado, Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

Diante desse compromisso e diante dessa preocupação, é esta a postura que temos trabalhado nesta Casa: ouvir os companheiros, ouvir a Oposição, dialogar para a formatação e a construção de todos os relatórios.

Já fui Relator de duas medidas provisórias nesta Casa. Todas foram construídas com o consenso de todos os que trabalharam conosco nessa construção. Já fui Relator de vários projetos de lei. Toda a vida busquei construir esse entendimento, ouvindo os diversos pares da Casa.

Abrimos mão da Errata nº 2, um sistema que chamou muito a atenção nesse debate, tanto aqui, nas audiências públicas, como nos Estados, com relação ao Sistema S, exatamente no sentido de fazer com que a gente dê celeridade a essa votação para atender ao clamor principalmente do DEM, do Deputado Efraim Filho, transformando a Errata nº 2 em adendo, no sentido de excluir a alínea “e” do relatório principal, para dar celeridade a essa votação.

Peço a compreensão de todos, porque o cronograma de trabalho que eu queria fazer era exatamente o seguinte: nós aprovaríamos o relatório preliminar hoje. Amanhã, as Comissões Permanentes da Casa e as bancadas teriam tempo para se reunir e tirar suas emendas. Temos até dez dias, é o que diz o Regimento com relação ao prazo das emendas. Desse prazo, decorridos os dez dias, até o início do período legislativo em agosto, eu ficaria para analisar as emendas com aqueles que quiserem, junto comigo, contribuir na análise dessas emendas. Apresentaríamos o relatório preliminar à Comissão, a fim de que ela leia e entenda, no dia 6 agosto; votaríamos na CMO no dia 8

de agosto, exatamente um dia depois da votação do orçamento impositivo no plenário da Câmara dos Deputados, e ficaríamos com a semana subsequente, até o dia 15, para a votação, em plenário, do Congresso Nacional do relatório da LDO definitivo. Teríamos, portanto, 15 dias para a apresentação da LOA, que poderia, nesse processo, já vir se reportando a essa LDO, sem problema de comprometimento de prazo, inclusive ajudando e colaborando para que o Ministério do Planejamento também tenha um tempo para adequar a LOA à LDO 2014.

Eu acho que esse é um cronograma racional, com condições de ser trabalhado. Peço aqui aos demais companheiros, Deputado Efraim Filho, Deputado Domingos Sávio, Deputado Raimundo Gomes de Matos, meu conterrâneo, meu companheiro, para que a gente possa, exatamente dentro desse fluxo, construir um relatório capaz de nos orgulhar. Enquanto representantes do povo e do Congresso Nacional, vamos construir democraticamente um relatório consubstanciado exatamente no consenso que a gente vai construir aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Eu perguntaria ao Deputado Efraim Filho se vai fazer obstrução ou pedido de verificação de quórum.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O pedido de verificação de quórum estará mantido, Sr. Presidente, pela parte do Democratas. Não há condição de esse relatório preliminar continuar. Nós entendemos que o discurso está absolutamente desconexo da prática. Enquanto o Governo fala em responsabilidade fiscal no discurso, aqui, nesta CMO, durante todo este primeiro semestre, nós fomos capazes de perceber ações que são totalmente contrárias a esse alinhamento. Não adianta agora, no apagar das luzes, vir dizer que irá cumprir com tudo aquilo que nós da Oposição sempre quisemos que o Governo apontasse nas suas ações.

Então, não há acordo. Inclusive, a gente vê a base do Governo fragilizada, desunida, sem condições de também impor a sua maioria aqui. A Oposição irá cumprir o

seu papel; irá cumprir o seu papel de contestar aquelas ações que estão sendo colocadas. Desde o início da votação do PL nº 1, V.Exa., Presidente, tentou conduzi-la realmente com habilidade, mas há certos temas que estão além da sua alçada. E nós aqui hoje, da Oposição, infelizmente, não podemos dar esse voto de confiança ao Governo pela forma como ele se conduziu nesta Comissão durante todo o primeiro semestre, de forma perdulária, sem compromisso com a responsabilidade fiscal, sem compromisso com as metas de superávit. Então, nós não vamos ter a capacidade de avançar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Então, o que nós queremos é que V.Exa. avance, coloque em deliberação, e vamos ver se o Governo tem quórum ou não para aprovar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu perguntaria ao Deputado Domingos Sávio se acompanha o pedido do Deputado Efraim, para que possam os dois, unidos, ter condições de fazer realmente o pedido de verificação de quórum.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Presidente, verificação no Senado também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim, o de V.Exa. vou registrar já.

Eu quero registrar a presença do nosso querido Senador Aloysio Nunes na nossa Comissão, essa importante figura, representando o maior Estado do Brasil.

Deputado Domingos Sávio, V.Exa. confirma? *(Pausa.)*

O Líder vai falar? *(Pausa.)*

Então, com a palavra o Líder.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, reiterando o que fora dito pelo colega que me antecedeu, o PSDB tem a clareza de que não é o momento. Portanto, também se manterá em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Confirmo com o Senador Randolfe…

O Senador Aloysio Nunes gostaria de fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. SENADOR ALOYSIO NUNES - Sr. Presidente, o PSDB do Senado também se põe em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Portanto, não me resta nada, como Presidente desta Comissão, a não ser registrar que, por absoluta impossibilidade de votação, por falta de quórum — a base do Governo não se fez presente para a votação do relatório preliminar —, com muita tristeza eu estou marcando para o dia 6 de agosto, às 14h30min, a próxima reunião desta Comissão.

Está encerrada esta reunião.

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 6, 7, 8 E 13 DE AGOSTO DE 2013.

Aos seis, sete, oito e treze dias do mês de agosto de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 15 de 2013. Durante esse período, verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Andre Moura, Bohn Gass, Bruno Araújo, Carlos Magno, Claudio Cajado, Danilo Forte, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Ricardo Berzoini, Roberto Teixeira, Rose de Freitas, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Weliton Prado e Weverton Rocha; dos **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lobão Filho, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Morais; dos **Deputados Suplentes**: Afonso Florence, Alex Canziani, André Zacharow, Carlos Brandão, Chico Lopes, Dalva Figueiredo, Dilceu Sperafico, Iriny Lopes, João Dado, Jorge Bittar, José Airton, José Rocha, Osvaldo Reis, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto e Valtenir Pereira; do **Senador Suplente** Casildo Maldaner; e do Deputado não membro William Dib. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Armando Vergílio, Nilton Capixaba, Sebastião Bala Rocha e Zezéu Ribeiro e o Senador Titular Anibal Diniz. **ABERTURA:** às 15h02min do dia 6 de agosto, havendo número regimental para abertura, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício, Deputado Lourival Mendes, declarou iniciados os trabalhos, os quais foram imediatamente suspensos e tiveram sua continuidade programada para as 18h. Às 18h10min do mesmo dia, o Presidente, Senador Lobão Filho, reiniciou a reunião. Declarou que a Comissão somente deliberará sobre o Relatório Preliminar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 após a discussão do orçamento impositivo na Câmara dos Deputados. Dessa forma, a reunião foi suspensa às 18h11 e sua continuação anunciada para o dia seguinte, 7 de agosto, às 14h. No dia 7 de agosto, às 14h16, o Presidente em exercício, Deputado Marçal Filho, declarou reabertos os trabalhos e suspendeu-os. Comunicou, ainda, que a continuação da reunião estava agendada para o dia 8 de agosto às 9h. No dia 8 de agosto, às 9h08, o Presidente reiniciou a reunião. Anunciou que iniciaria a pauta da reunião pelo Relatório Preliminar apresentado ao PLDO 2014. **ORDEM DO DIA: 2. Relatório Preliminar com emendas e Adendos e Erratas**, apresentado ao **Projeto de Lei nº 2/2013-CN**, que: "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências". Relator: Deputado Danilo Forte. Voto: Pela aprovação do Relatório Preliminar apresentado com Emendas, na forma apresentada pelo Relator. Quanto às 55 (cinquenta e cinco) emendas apresentadas,

ofereceu voto pela APROVAÇÃO das de nºs 10 e 24, APROVAÇÃO PARCIAL das de nºs 1, 2, 13, 15, 26, 28, 35, 41 e REJEIÇÃO das demais. O Presidente anunciou a abertura do prazo para apresentação de destaques às 9h09. A seguir, o Deputado Cláudio Cajado perguntou se o acordo para deliberar, nesta reunião, somente o Relatório Preliminar seria mantido. O Presidente respondeu de maneira positiva. Logo após, o Relator apresentou a Errata nº 3 e o Adendo nº 2. Às 9h16min, o Presidente declarou encerrado o prazo para apresentação de destaques e passou novamente a palavra para o Relator do PLDO 2014, Deputado Danilo Forte, o qual, manifestando-se sobre o destaque de nº1, do Deputado Evandro Milhomen, o único apresentado, afirmou ter sido este prejudicado, uma vez que o Adendo nº 2 já tratava do mesmo objeto. Em votação, o Relatório Preliminar, na forma apresentada pelo Relator, os Adendos 1 e 2 e as Erratas 1 e 3 foram **aprovados** por unanimidade. A seguir, o Deputado Cláudio Cajado pediu a palavra para posicionar-se a respeito da discussão do PLDO 2014. O Senador Casildo Maldaner também fez uso da palavra e discorreu sobre a votação da MP 616/2013, da qual é Relator. Logo após, o Presidente anunciou o prazo de sete dias para apresentação de emendas ao PLDO 2014, as quais poderiam ser entregues entre os dias 9 e 15 de agosto de 2013. Além disso, reafirmou a prejudicialidade do destaque de nº 1, do Deputado Evandro Milhomen. Na sequência, os Deputados Domingos Sávio e Jorge Bittar fizeram uso da palavra. O primeiro teceu comentários sobre o ambiente de diálogo que atualmente existe entre Governo e Oposição. O segundo, por sua vez, falou sobre a importância da votação do PLDO 2014. Logo após, o Presidente afirmou que empenhará esforços no sentido de deliberar sobre toda a Pauta da Comissão. Os Deputados Sandro Alex e Danilo Forte manifestaram últimos comentários acerca da votação do PLDO 2014 e também do Relatório Preliminar. Às 9h38 a reunião foi suspensa. Antes, cancelou a reunião extraordinária convocada para o dia 8 de agosto, às 10h, e agendou a continuidade dos trabalhos para o dia 13 de agosto, às 19h. No dia 13 de agosto, às 19h08, os trabalhos foram reiniciados. O Presidente solicitou ao Plenário a dispensa da leitura das Atas e obteve concordância. Em votação, foram **aprovadas** as Atas das seguintes reuniões: 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 04/06/2013; 4ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11 e 18/06/2013; 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 18/06/2013; 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no 25/06/2013; e 5ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 25/06 e 02, 03, 04, 09, 10 e 16/07/2013. **EXPEDIENTE**: Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Na sequência, o Presidente declarou que passaria à apreciação do item de nº 1 da Pauta. **1. Relatório apresentado à Medida Provisória nº 616/2013-CN**, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 2.932.125.346,00 (dois bilhões, novecentos e trinta e dois milhões, cento e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para o fim que especifica". Relator: Senador

Casildo Maldaner. Foram apresentadas 6 emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 6. O Relator apresentou, de forma resumida, o Relatório. Apenas os Deputados Cláudio Cajado e Carlos Magno discutiram a matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **3. Relatório apresentado à Mensagem nº 33/1992-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1991". Relator: Senador Jayme Campos. Voto: Pelo arquivamento da matéria, sem apreciação do mérito, por não ser mais possível garantir preservação dos preceitos constitucionais propugnados nos incisos LV e LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, bem como pela aplicação dos prazos prescricionais máximos aplicados no Direito Civil Brasileiro e no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Relatório e nem ao Projeto de Decreto Legislativo. A matéria foi **retirada** de pauta a pedido do Deputado Claudio Cajado apoiado pelo Deputado Bruno Araújo. **4. Relatório apresentado à Mensagem nº 93/2009-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 71 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao terceiro bimestre de 2009". **Mensagem nº 135/2009-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 71 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao quarto bimestre de 2009". **Mensagem nº 188/2009-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 71 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2009". **Mensagem nº 199/2009-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 71 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Voto: pelo arquivamento da matéria. Ausente o relator, foi designado o Deputado Nelson Meurer como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. A seguir, o Presidente solicitou ao Plenário a votação em bloco dos Relatórios às Mensagens de nºs 137/2008-CN, 19/2009-CN, 46/2010-CN, 134/2010-CN, 13/2011-CN, 39/2011-CN, 98/2011-CN, 14/2012-CN, 56/2012-CN, 102/2012-CN e 16/2013-CN, todos relativos ao Relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referentes aos exercícios de 2008, 2010, 2011 e 2012, cujo voto do Relator em todos os casos era pelo arquivamento. O pedido foi aprovado. **5. Relatório apresentado à Mensagem nº 137/2008-CN**, que " Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 2º da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, conforme Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento e Orçamento e Gestão". Mensagem nº 19/2009, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 2º da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento e Orçamento e Gestão". Relator: Senador

Casildo Maldaner. Voto: pelo arquivamento das matérias. **6. Relatório apresentado à Mensagem nº 46/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao primeiro quadrimestre de 2010". **Mensagem nº 134/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao segundo quadrimestre de 2010". **Mensagem nº 13/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, para o terceiro quadrimestre de 2010". Relator: Senador Casildo Maldaner. Voto: pelo arquivamento das matérias. **7. Relatório apresentado à Mensagem nº 39/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, fixada para o primeiro quadrimestre de 2011. **Mensagem nº 98/2011-CN**, que " Encaminha nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do 2º Quadrimestre de 2011". **Mensagem nº 14/2012-CN**, que " Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao exercício de 2011". Relator: Senador Casildo Maldaner. Voto: pelo arquivamento das matérias. **8. Apreciação do Relatório apresentado à Mensagem nº 56/2012-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao primeiro quadrimestre de 2012". **Mensagem nº 102/2012-CN**, que " Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao segundo quadrimestre de 2012". **Mensagem nº 16/2013-CN**, que " Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao exercício de 2012". Relator: Senador Casildo Maldaner. Voto: pelo arquivamento das matérias. O Senador Casildo Maldaner, Relator dos itens de nº 5, 6, 7 e 8 da Pauta, teceu comentários sobre essas matérias bem como sobre a votação em bloco. Discutiram as matérias os Deputados Bruno Araújo, Jorge Bittar, Cláudio Cajado e Afonso Florence. Em votação, os itens 5, 6, 7 e 8 foram **aprovados**, registando-se os votos contrários do Deputados Bruno Araújo e Cláudio Cajado. A seguir, o Presidente solicitou ao Plenário votação em bloco dos Relatórios aos **Ofícios de nºs 25/2011-CN**, **36/2011-CN** e **50/2011-CN**, todos relativos ao Relatório Gerencial Trimestral do BNDES, referentes ao 1º, 2º e 3º trimestre de 2011, cujo voto do Relator em todos os casos era pelo arquivamento. Foi autorizado. **9. Relatório apresentado ao Ofício nº 25/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2011". Relator: Deputado

Evandro Milhomen. Voto: pelo arquivamento da matéria. **10. Relatório apresentado ao Ofício nº 36/2011-CN**, que " Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2011". Relator: Deputado Evandro Milhomen. Voto: pelo arquivamento da matéria. **11. Relatório apresentado ao Ofício nº 50/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do parágrafo sexto do artigo primeiro da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2011". Relator: Deputado Evandro Milhomen. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Relator das matérias, Deputado Evandro Milhomen, apresentou seu Relatório. Discutiram os Deputados Bruno Araújo, Jorge Bittar, Cláudio Cajado e Bohn Gass. Em votação, os itens 9, 10 e 11 foram **aprovados**, registrando-se os votos contrários dos Deputados Cláudio Cajado e Bruno Araújo. A seguir, o Presidente fez um convite ao Deputado Bruno Araújo para que este pudesse se sentar à Mesa. O Presidente consultou ao Plenário sobre a possibilidade de votação em bloco dos Relatórios aos **Ofícios de nºs 31/2009-CN, 32/2010-CN, 33/2010-CN e 01/2011-CN** todos relativos ao Relatório de Operações de Contratação da Linha de Crédito de Capital de Giro, referentes aos exercícios de 2009 e 2010, cujo voto do Relator em todos era "pelo arquivamento das matérias" e obteve consenso geral. **12. Relatório apresentado ao Ofício nº 31/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008". **Ofício nº 32/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 5º do art. 1º da Lei 11.922, de 13 de abril de 2009, o Volume de Contratação da Linha de Crédito Capital de Giro – 2009". Relator: Deputado Raimundo Gomes de Matos. Voto: pelo arquivamento das matérias. **13. Relatório apresentado ao Ofício nº 33/2010-CN**, que "Encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008". **Ofício nº 01/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, o relatório de operações de contratação da Linha de Crédito de Capital de Giro - 2º semestre de 2010". Relator: Deputado Raimundo Gomes de Matos. Voto: pelo arquivamento das matérias. O Relator, Deputado Raimundo Gomes de Matos, apresentou o Relatório. Em votação, os itens 12 e 13 foram **aprovados**. A seguir, foi apresentado Requerimento para inversão de pauta, o qual propunha a imediata apreciação do **Requerimento nº 5/2013-CMO**, item 17 da Pauta. Autor: Deputado Domingos Sávio. O Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. **17. Requerimento nº 5/2013-CMO**, que "Requer nos temos regimentais, em especial o art. 29 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, seja convidada, em nome desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a Senhora Maria das Graças Silva Foster, Presidente da Petrobras, para prestar esclarecimentos nesta

Comissão Mista acerca do plano de investimentos da empresa tendo em vista as recentes informações publicadas no jornal "Valor Econômico" relacionadas à queda das exportações de petróleo em 46%". Autor: Deputado Domingos Sávio. A matéria foi apresentada pelo Autor e discutida pelo Deputado Jorge Bittar. Em votação, o Requerimento foi aprovado por unanimidade. Requerimento para inversão de pauta, propondo a imediata apreciação do **Requerimento nº 6/2013-CMO**, item 18 da Pauta. Autor: Deputado Marçal Filho. O requerimento foi **aprovado** por unanimidade. **18. Apreciação do Requerimento nº 6/2013-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à execução orçamentária 2013." (Convidando a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, para prestar esclarecimentos acerca de questões relativas à execução orçamentária 2013, tais como o contingenciamento anunciado através da Portaria Interministerial nº 207 de 31 de maio de 2013 e do Decreto nº 8.021 de 29 de maio de 2013, a porcentagem constitucional de aplicação de recursos na saúde e a execução das emendas individuais, de bancada e de comissão). Autor: Deputado Marçal Filho. Discutiram a matéria os Deputados Jorge Bittar, Marçal Filho, Ricardo Berzoini, Domingos Sávio, José Rocha e Cláudio Cajado. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. Logo após, o Presidente solicitou ao Plenário a apreciação em bloco dos Relatórios aos **Ofícios de nºs 16/2012-CN, 55/2012-CN e 23/2013-CN** todos relativos ao Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica – APO, referentes aos exercícios de 2011 e 2012, cujo voto do Relator em todos era "pelo arquivamento da matéria" e obteve permissão. **14. Relatório apresentado ao Ofício nº 16/2012-CN**, que " Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica - APO referente ao 2º semestre de 2011". Relator: Senador Aníbal Diniz. Voto: pelo arquivamento da matéria. **15. Relatório apresentado ao Ofício nº 55/2012-CN**, que "Encaminha o Relatório de Atividades desenvolvidas pela APO no primeiro semestre de 2012". Relator: Senador Aníbal Diniz. Voto: pelo arquivamento da matéria. **16. Relatório apresentado ao Ofício nº 23/2013-CN**, que "Encaminha Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica - APO no segundo semestre de 2012". Relator: Senador Aníbal Diniz. Voto: pelo arquivamento da matéria. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Jorge Bittar como relator *ad hoc*. Este, por sua vez, procedeu à leitura dos Relatórios. Discutiram a matéria os Deputados Bruno Araújo e Jorge Bittar. Em votação, os Relatórios foram **aprovados** por unanimidade. Foi apresentado Requerimento para inclusão na pauta dos Relatórios apresentados aos **Ofícios nºs 17/2012-CN, 31/2012-CN, 44/2012-CN e 54/2012-CN**. Autor: Deputado Evandro Milhomen. O Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. O Presidente consultou ao Plenário sobre a possibilidade de votação em bloco dos Relatórios aos **Ofícios de nºs 17/2012-CN, 31/2012-CN, 44/2012-CN e 54/2012-CN** todos relativos ao Relatório Gerencial Trimestral do BNDES, referentes ao 4º trimestre de 2011 e 1º, 2º e 3º trimestres de 2012, cujo voto do Relator em todos era "pelo arquivamento da matéria" e obteve consenso geral. **EXTRAPAUTA**: **Relatório apresentado ao Ofício nº 17/2012-CN**, que "Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º

da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2011". Relator: Deputado Evandro Milhomen. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Relatório apresentado ao Ofício nº 31/2012-CN**, que "Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2012". Relator: Deputado Evandro Milhomen. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Relatório apresentado ao Ofício nº 44/2012-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2012". Relator: Deputado Evandro Milhomen. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Relatório apresentado ao Ofício nº 54/2012-CN**, que "Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2000, e do artigo 1º, § 8º da Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2012". Relator: Deputado Evandro Milhomen. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Relator das matérias apresentou os Relatórios. Não houve quem as quisesse discutir. Em votação, os Relatórios foram aprovados por unanimidade. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado às **Mensagens de nºs 15/2010-CN, 38/2010-CN, 88/2010-CN, 129/2010-CN e 168/2010-CN,** o qual, em votação, foi **aprovado** por unanimidade. **EXTRAPAUTA: Relatório apresentado à Mensagem nº 15/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 a Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, do Primeiro Bimestre de 2010". **Mensagem nº 38/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao segundo bimestre de 2010". **Mensagem nº 88/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional". **Mensagem nº 129/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referentes ao Quarto Bimestre de 2010". **Mensagem nº 168/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional referente ao quinto bimestre de 2010". Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Voto: pelo arquivamento das matérias. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Jorge Bittar como relator *ad hoc,* o qual fez a apresentação do Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **ENCERRAMENTO**: às 20h50min, a reunião foi encerrada. Antes, porém, o Presidente convocou Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para o dia 14 de agosto, quarta-feira, às 16 horas, na sala de reuniões da Presidência da Comissão, para tratar sobre emendas à LDO 2014 e Reunião Ordinária para o dia 20 de agosto, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da

Câmara dos Deputados. Cancelou a realização de reunião extraordinária, convocada para o dia 14 de agosto, quarta-feira, às 14h30min, no mesmo plenário. Relembrou sobre o prazo para apresentação de Emendas à LDO 2014, no período de 09 a 15 de agosto de 2013, com encerramento às 18h30min, do último dia. Informou, ainda, que as orientações para apresentação das emendas estão em vídeoaula, disponível na página da CMO. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Lobão Filho, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lourival Mendes) - Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 6ª Reunião Ordinária para a apreciação das matérias constantes da pauta nº 15, de 2013.

Suspendo a presente reunião ordinária e convoco a sua continuação para hoje, dia 6 de agosto, terça-feira, às 18 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

(É suspensa a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 15, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal, mas, conforme postura adotada por esta Presidência desde o início, nós deliberamos e decidimos que não iríamos discutir o relatório preliminar da LDO até a Câmara dos Deputados se posicionar em relação às emendas impositivas, o que está em deliberação agora na Comissão da Câmara dos Deputados.

Portanto, eu suspendo esta reunião e já a remarco para amanhã às 14 horas, para darmos prosseguimento a esta reunião.

Muito obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marçal Filho) - Declaro reiniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 15, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizado nas bancadas.

Suspendo a presente reunião ordinária e convoco a sua continuação para amanhã, dia 8 de agosto, às 9 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 15, de 2013, sob as bençãos de Deus.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Nós iniciaremos a pauta de hoje pela apreciação do relatório preliminar com emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 02, de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014, e dá outras providências. O Relator é o Deputado Danilo Forte. Foram apresentadas 55 emendas. O voto é pela aprovação do relatório preliminar, com emendas nos termos apresentados pelo Relator,

com indicação pela aprovação das Emendas nºs 10 e 24; pela aprovação parcial das Emendas nº 1, 2, 13, 15, 26, 28, 35 e 41; e pela rejeição das demais.

Na continuação da 5ª Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de julho de 2013, o Relator apresentou e já leu o relatório preliminar com emendas, o Adendo nº 1 e Erratas nºs 1 e 2. A discussão foi iniciada, durante a qual o Relator, Deputado Danilo Forte, retirou a Errata nº 2, apresentada ao relatório preliminar. Hoje, dia 6 de agosto de 2013, o Relator está com a palavra para apresentação do Adendo nº 2 e da Errata nº 3.

O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno desta Comissão.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem, se V.Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Apenas para poder reiterar: o acordo que fizemos é para votação do relatório preliminar. Quanto às demais matérias que constam da pauta, V.Exa. irá, por sugestão do acordo, transferir para discutirmos e votarmos na semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Perfeitamente. O acordo será rigorosamente cumprido. Portanto, nós transferiremos toda a pauta. O Senador Casildo Maldaner veio aqui exclusivamente para relatar a medida provisória, da qual é Relator, mas nós vamos transferi-la para terça-feira à noite.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, dando prosseguimento à discussão do relatório preliminar, nós tivemos o entendimento de buscar o consenso exatamente para agilizar essa votação.

Então, diante da construção desse consenso, o relatório preliminar ficou mais enxuto. Nós inclusive já apresentamos as Erratas nºs 1 e 2. Foi sugerida, inclusive, uma Errata nº 3, que passarei a ler:

> *"Dado o entendimento de que há inconstitucionalidade na previsão de que as receitas dos serviços sociais autônomos sejam incluídas no Orçamento da União, faz-se necessário ajustar o texto do Relatório Preliminar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, na forma da supressão da alínea 'e' do item 2.4.4. Parte Especial."*

É exatamente aquela matéria que trata da questão do sistema S. Havia aquela dubiedade com relação à interpretação da análise jurídica do cabimento ou não do sistema dentro da apreciação da LDO. Em função da não conclusão, de uma análise não conclusiva com relação à inclusão ou não dessa questão, nós acordamos aqui a retirada do item da alínea "e", do item 2.4.4, da Parte Especial.

O Adendo nº 2 vem no sentido exatamente de fortalecer as emendas das Comissões Permanentes. Como houve a criação de duas Comissões Permanentes no início deste ano aqui na Câmara dos Deputados, e elas ainda não estão incluídas na Instrução Normativa nº 1, de 2006, que rege os trabalhos desta Comissão, para ficar mais clara a participação desta nossa Comissão, nós estamos fazendo o Adendo nº 2, que passarei a ler:

> *"1) Com o objetivo de permitir às Comissões de Cultura (CCULT) e de Educação (CE) da Câmara dos Deputados que possam apresentar emendas ao PLDO 2014, faz-se necessário o adendo ora apresentado, para ajuste do item abaixo especificado, na forma da seguinte redação:*
>
> *'PARTE ESPECIAL.*

2.1 Da apresentação e do número de emendas.

2.1.1 Poderão apresentar emendas ao PLDO 2014: parlamentares, bancadas estaduais e comissões permanentes do Senado e da Câmara dos Deputados, inclusive a Comissão de Cultura (CCULT) e a Comissão de Educação (CE), ambas desta última Casa'".

Ou seja, da Câmara dos Deputados, exatamente porque, com o desmembramento que houve da Comissão de Cultura da Comissão de Educação, é como se tivessem sido criadas duas novas Comissões. Estamos exatamente na busca de atendê-las, já que temos a preocupação de fazer com que essa Lei de Diretrizes Orçamentárias faça com que o Orçamento de 2014 se aproxime cada vez mais das demandas, das necessidades e da praticidade. Portanto, para dar eficiência e eficácia a esse Orçamento, que ele esteja em consonância com essas Comissões Permanentes, que precisam ser valorizadas e reconhecidas no Poder Legislativo. Então, atendendo a essa demanda, estamos relatando e lendo aqui a Errata nº 3 e o Adendo nº 2.

Por último, Deputados Claudio Cajado, Esperidião Amin, Nelson Meurer e Senador Casildo Maldaner, gostaríamos de aqui acordar a questão dos prazos.

Hoje é dia 8 de agosto. Todos sabemos que a LDO deve ser votada em plenário até a última semana do mês de agosto e que precisamos respeitar exatamente as emendas parlamentares, assim como as emendas das Comissões e das bancadas.

A proposta acordada fixava um prazo de sete dias, até o dia 15 de agosto, para a apresentação das emendas. Findo esse prazo, trabalharíamos de 15 de agosto até o dia 21 de agosto para concluir o relatório substitutivo. Aí teríamos um último prazo, entre o dia 21 até a última semana de agosto, para a votação do relatório da LDO. Com isso, a gente espera ter condições de elaborar uma boa LOA para 2014.

Então, a ideia é exatamente essa, Deputado Raimundo Gomes de Matos: de hoje, dia 08, até o dia 15 haverá prazo para as emendas; e de 15 a 21 de agosto a gente prepara e elabora o relatório substitutivo.

Então, eu gostaria de agradecer a todos os Líderes das bancadas e a todos os Parlamentares, tanto da Câmara como do Senado, pelo bom entendimento que aqui foi construído. Apesar do retardo do tempo, a gente mostra que está fazendo com maturidade um relatório para a Lei de Diretrizes Orçamentárias capaz de atender às demandas da sociedade brasileira hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Quero fazer o registro de que o Congresso vive um novo momento na sua relação com o Executivo. Isso realmente atrasou um pouco o cronograma desta Comissão. Devido à maturidade dos Parlamentares que compõem a Comissão Mista de Orçamento, em razão dos sucessivos acordos feitos, hoje temos a possibilidade de avançar rapidamente sobre a pauta que está pendente nesta Comissão.

Então, quero agradecer ao Deputado Danilo Forte, assim como a todos os Parlamentares presentes, já submetendo à discussão o relatório do Deputado Danilo Forte.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo e estando encerrado o prazo para apresentação de destaques, passo novamente a palavra ao Deputado Danilo Forte para que ele se pronuncie em relação ao pedido de Destaque nº 001, de autoria do Deputado Evandro Milhomen.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o destaque do Deputado Evandro Milhomen, do PCdoB do Amapá, foi atendido exatamente por esse Adendo nº 2, o qual fizemos exatamente reconhecendo esse pleito da participação da Comissão de Cultura como protagonista das emendas ao relatório definitivo da LDO.

Então, é uma preocupação, inclusive, do Partido Comunista do Brasil. A Deputada Jandira Feghali também tinha entrado em contato comigo, e o Deputado

Evandro Milhomen, defendendo exatamente essa bandeira da importância de termos também uma política diretiva com relação à cultura brasileira, apresentou esse destaque, o qual já atendemos com o Adendo nº 2.

Diante do exposto, o destaque fica sem necessidade de ir à votação e ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Obrigado, Deputado.

Portanto, o relatório preliminar, os Adendos nºs 1 e 2, assim como as Erratas nºs 1 e 3, estão em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação, agora, na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está, portanto, aprovado o relatório preliminar da LDO para 2014.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Pela ordem, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Primeiro, gostaria de parabenizar V.Exa. pelo rigor no início do horário da sessão. Como o cabelo de V.Exa. ainda está molhado, isso significa que tivemos que fazer um esforço para estar aqui pontualmente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Sempre.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Segundo, ainda que tenhamos feito um acordo para votar não apenas essa matéria, mas também todas as que estão na pauta — e V.Exa. mais uma vez aquiesceu com o que as oposições desejavam que era não poder obstruir a pauta do plenário da Câmara na próxima terça-feira, deixando todas as matérias para terça após a sessão ordinária da Câmara dos Deputados —, eu quero dizer que nós vamos discutir a matéria da LDO no momento em que apresentarmos a discussão das emendas e do mérito da matéria.

Há pontos que o Deputado Danilo Forte já teve oportunidade de receber e ler. V.Exa., Deputado Danilo, não tenho dúvida de que, pelo espírito público e

principalmente pelo desiderato que tem à frente desta relatoria e pela sua experiência de homem público, de gestor, haverá de acatar, senão total, em grande parte, parcialmente, as emendas que foram oferecidas a V.Exa. pelo Líder do nosso partido, que integra não apenas o retrato do pensamento dos Deputados do Democratas, mas também do que acreditamos como políticas públicas.

O Brasil precisa, efetivamente, obter uma determinação não apenas de intenções, como está sendo feito através das normatizações jurídicas enviadas para esta Casa pelo Executivo, mas também de metas e objetivos claros que sejam tidos como efetivamente deveriam sê-los: com metas e não só intenções.

Muito do que foi solicitado para que V.Exa. inclua na LDO tem a ver com essa intenção de tornar as metas de superávit primário, de combate à inflação, de diminuição do custeio da máquina pública objetivos claros, inseridos no texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, como uma forma não de mera intenção, mas como objetivos a serem perseguidos. Só assim nós acreditamos que o Brasil conseguirá controlar os gastos excessivos, diminuir o custeio e fazer o que a sociedade brasileira espera e que as ruas pediram: investimentos na saúde, na educação e na infraestrutura do Brasil.

Nós não podemos deixar de investir. O Brasil não está investindo, está aumentando o custeio da sua máquina, aumentando o custeio da estrutura enorme que o Governo Federal carrega, em detrimento de serviços de boa qualidade, principalmente nas áreas de saúde, de educação e de transporte público, e dos investimentos que foram fruto da atração de eventos, como a Copa do Mundo e a Copa das Confederações, por exemplo, que não saíram do papel. Eu digo pela minha cidade, Salvador, cujos recursos de mobilidade urbana, recursos de transporte coletivo não foram investidos. A cidade está completamente órfã desses recursos. Então, nós queremos que os recursos sejam liberados para essas áreas e não para engordar a já pesadíssima e paquiderme máquina federal.

Portanto, gostaria de pedir a V.Exa. que olhe, com cuidado, as sugestões que foram ofertadas pelo Democratas, na pessoa do Líder Ronaldo Caiado, e que, na discussão, V.Exa. se sensibilize com os argumentos que agora expomos.

Logo, vou me reservar, Sr. Presidente, para, na discussão do mérito, poder abordar essas questões, mas, de antemão, já quero parabenizar não apenas a boa vontade de todos, mas também dos partidos que integram a CMO e a Liderança do Governo, que entendeu por bem fazer esse grande acordo, com as sugestões que foram oferecidas, para destravarmos e dar oportunidade de a Comissão trabalhar conforme o nosso dever.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado.

Gostaria de passar a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Sr. Presidente Lobão, ao lhe cumprimentar, gostaria de deixar meu abraço e meus cumprimentos ao Relator, Deputado Danilo Forte, para pedir uma excepcionalidade. Conversando com o Deputado Cajado, logo entendi que eu não deveria nem insistir nem levantar uma excepcionalidade nessa MP em que há interesse nacional, em função do FIES, para financiar os estudantes. Estou aguardando e, ao mesmo tempo, quero ver aqueles recursos de 0,5% do Fundo de Participação que o Governo quer pagar aos Municípios brasileiros agora no dia 24 ou 25 de agosto. Foi anunciado aos Prefeitos de todo o Brasil que o Governo quer pagar. Naturalmente, precisamos deliberar sobre isso. É um dinheiro necessário. O Nordeste sofreu muito com as secas. O Norte tem sofrido com enchentes. O Sul teve geada nos últimos tempos, mas eu senti que o melhor é aguardarmos para terça-feira. Se votarmos a MP hoje, vamos trancar a pauta na Câmara. Aí temos os *royalties* para decidir na terça-feira e outras questões fundamentais.

Então, para não trancar a pauta, vamos votar, pelo acordado aqui, na terça-feira, no começo da noite ou coisa que o valha, porque vai dar tempo. São apenas essas observações que eu queria fazer. Não vou pedir essa excepcionalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, caros colegas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Agradeço ao Senador Casildo Maldaner, que preparou o voto da Medida Provisória com afinco, com dedicação e me comunicou que estava preparado para relatar hoje, mas, respondendo às ponderações dos nossos colegas de que se nós votarmos essas medidas provisórias provavelmente trancaríamos a pauta da Câmara dos Deputados, e sensíveis a esse argumento, nós estamos marcando para terça-feira, às 19 horas, com o objetivo de esvaziarmos definitivamente a pauta desta Comissão.

Tivemos oportunidade de votar hoje o relatório preliminar da LDO. Portanto, estou abrindo prazo de sete dias, a partir de amanhã, encerrando-se no dia 15 de agosto, quinta-feira, para apresentação de emendas.

Queria fazer o registro também de que fica prejudicado o Destaque nº 1, do Deputado Milhomen, conforme lido pelo Relator Danilo Forte, tendo em vista ter sido atendido no adendo nº 2.

Então, tendo sido feitas as devidas comunicações, eu passo a palavra ao Deputado Sávio para que possa fazer sua manifestação. Logo após, Deputado Bittar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares. Sr. Presidente, eu quero registrar, por uma questão de justiça, em primeiro lugar, o comportamento extremamente correto de V.Exa., que, nesse período em que estivemos nos preparando para essa votação do relatório preliminar, teve sempre o bom senso de compreender que esta Comissão representa, de uma forma muito clara, aquilo que nós esperamos que ocorra no Parlamento brasileiro, de modo muito especial no Congresso Nacional, que é o diálogo e o respeito entre as divergências de ideias, mas sempre com um objetivo final: a construção de alternativas melhores para o nosso País.

Nessa mesma linha, o nosso Relator, Deputado Danilo Forte, teve a capacidade de fazer conosco uma interlocução saudável. Nós precisávamos não só conhecer bem esse relatório preliminar, mas também preparar o ambiente para emendas que naturalmente virão a partir de agora, dando a ele o formato adequado para a preparação da Lei Orçamentária Anual.

Nós entendemos que não se reside apenas nessa superação, que é histórica ano a ano. O momento da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento, provoca um ambiente de maior debate, de buscar construir acordos, mas não é só isso. Nós vemos que há uma série de outras questões que precisarão, doravante, manter esse nível de diálogo, especialmente entre a base do Governo e entre nós que representamos o que há de essencial na democracia, que é a capacidade de divergir sem perder o senso de buscar a construção do entendimento.

Portanto, já vislumbramos para a semana que vem matérias extremamente importantes para o País. Nós sabemos das dificuldades que os Municípios vivem. Nós sabemos que é importante, ainda que não resolva definitivamente, mas é importante que tenham esse alívio momentâneo com esse repasse que já consta da Medida Provisória que o nosso nobre Senador está a relatar, e nós estaremos prontos para manter esse ambiente de diálogo.

Esperamos e temos até uma expectativa muito positiva de que isso se dará de uma forma recíproca por parte do Governo. V.Exa. tem sido um ponto de equilíbrio para isso.

Portanto, eu registro aqui os meus cumprimentos a V.Exa. e, da mesma forma, ao Relator Danilo Forte. Contem com um espírito de entendimento da nossa parte para encontrarmos, o mais breve possível, a solução para as grandes questões que afligem o País e que obrigatoriamente tramitam nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sras. e Srs. Parlamentares, quero igualmente cumprimentar o Presidente Lobão Filho e o Relator Danilo Forte pela forma como vêm conduzindo os trabalhos da Comissão. É sabido que passamos por algumas dificuldades políticas no tratamento de alguns temas relevantes, dentre eles as emendas parlamentares, efetivamente, que estão sendo tratadas pela Comissão Especial e que depois vão a Plenário. Enfim, de alguma maneira, todos nós temos procurado contribuir na construção de um caminho que consolide esse processo. As dificuldades políticas se acentuaram com a turbulência das ruas que ocorreu, sobretudo no mês de junho.

Quero só chamar à atenção para uma situação atípica ocorrida neste ano, embora tenha ocorrido em outros momentos também, que é o fato de não termos conseguido votar a LDO a tempo e a hora. Eu quero registrar que isso sempre acaba sendo, digamos, um prejuízo para o próprio Congresso Nacional, porque é uma prerrogativa, é um direito do Congresso Nacional poder orientar o Poder Executivo na elaboração do orçamento. Quanto mais tardiamente nós definimos essas orientações, mais dificuldades haverá para incorporar as nossas diretrizes, nossas orientações na elaboração do Orçamento do ano que vem. Felizmente, quero crer, superamos esses problemas. Vamos apresentar as emendas, vamos trabalhar intensamente para aprovar a LDO a tempo ainda de podermos interferir no Orçamento do ano que vem.

Quero também me somar ao Senador Casildo Maldaner e aos Parlamentares que se pronunciaram sobre a necessidade de tratarmos, com urgência, a transferência de recursos para os Municípios. Espero realmente que, na próxima terça-feira, possamos fazê-lo. Os Prefeitos têm reclamado por esses recursos verdadeiramente. Felizmente, a própria economia brasileira está dando sinais de melhoria. A inflação deste mês de julho foi zero, os investimentos também estão sendo retomados gradualmente, há uma perspectiva de que a balança comercial seja melhor, os níveis de emprego na economia estão razoáveis. Acho que tudo isso contribui para que possamos efetivamente produzir uma Lei de Diretrizes Orçamentárias e tratar o Orçamento de maneira consistente,

acolhendo evidentemente todas as contribuições de Parlamentares, inclusive de suas emendas.

Era o que eu gostaria de colocar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Muito obrigado, Deputado Jorge Bittar.

Conforme havia dito anteriormente, nós faremos um esforço concentrado nessa terça-feira para limparmos a pauta desta Comissão. Temos uma série de compromissos com o País, créditos suplementares, medidas provisórias para serem analisadas e votadas por esta Comissão. Tendo essa importante etapa sido avaliada, que é o relatório preliminar da LDO, podemos também nos concentrar nos outros temas da Comissão.

Tenho a honra de passar a palavra para o Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Relator Deputado Danilo Forte, concluída essa etapa preliminar, agora vamos nos aprofundar para valer na apresentação e discussão das emendas. Agora é o momento em que a Comissão passa a discutir com profundidade o País, os investimentos, enfim.

Quero saudar aqui o Senador Casildo Maldaner, meu companheiro, fazendo um pedido à Comissão e ao Senador quanto à Medida nº 613, que abre créditos, inclusive para os Prefeitos, e trata de demais créditos. Se possível termos, gostaria que tivéssemos acesso a esse relatório, que fosse enviado aos membros da nossa Comissão, para que, na terça-feira, pudéssemos votar já com um conhecimento profundo da MP, até para agilizarmos, devido sua importância. Enfim, é uma medida provisória que trata de créditos e é importante que Comissão tenha tempo para sua análise.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, informo que o Relator já apresentou o relatório à Secretaria e já está disponível na Internet e nos terminais.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Na próxima terça-feira, então, vamos colocar em discussão e em votação essa medida.

Quero dizer a esta Comissão que o PPS vai acompanhar todos os trabalhos com muita seriedade e, para o bem do País, vai apresentar a esta Comissão um relatório que possa realmente contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

Cumprimento todos. Seguiremos com os trabalhos na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Sandro Alex.

Não havendo mais quem queira se pronunciar, eu passo a palavra ao Relator, Deputado Danilo Forte, para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, meu agradecimento a todos pelos momentos que atravessamos agora na construção desse relatório preliminar. A nossa expectativa é dar continuidade ao relatório definitivo com a construção do substitutivo, ouvindo o máximo possível de companheiros.

Inclusive, dias 19 e 20, depois do prazo das emendas, nós queremos fazer a análise da admissibilidade. Os companheiros estão convocados para me ajudar nessa tarefa, que é difícil, porque, no levantamento preliminar, se cada Parlamentar apresentar duas emendas, vai haver mais de mil emendas, e vamos ter praticamente 48 horas para analisar tudo e fazer o encaixe dentro do que queremos para a construção desse substitutivo.

Vamos contribuir, sim, para que o relatório do Orçamento se aproxime cada vez mais da realidade brasileira e deixe de ser uma peça de ficção, porque vivemos um momento em que há cada vez mais questionamentos com relação à aplicação dos recursos com qualidade nas áreas de educação, saúde, segurança e cultura. Inclusive, o Deputado Milhomen apresentou destaque, o qual nós incorporamos ao relatório.

É necessário que entendamos que é exatamente no Orçamento que vamos dizer de onde sairá o dinheiro. À preocupação da Presidenta Dilma colocada que às vezes se cria despesa e não se sabe de onde vem o dinheiro quem tem que dar resposta é esta

Comissão, quem tem que dar resposta somos nós. Nós é que temos que estudar com profundidade esse Orçamento, sabendo o tamanho do nosso limite, para que não caiamos em aventuras de sair por aí anunciando programas inviáveis ou estabelecendo metas e prioridades que não podemos alcançar.

A nossa tarefa é sublime e superior, porque a peça orçamentária é a mais importante do Legislativo no sentido de que vai dar à Nação a conformidade entre o que o País precisa para continuar crescendo e a retomada do crescimento econômico, bem como a contribuição para ampliação da inclusão social que conseguimos construir nos últimos 10 anos.

Isso tudo é oriundo única e exclusivamente do Orçamento da União, o que só aumenta a nossa responsabilidade e o nosso compromisso. Para isso, espero contar com a contribuição de todos. Espero que cumpramos o prazo para que até o dia 15 possamos apresentar as emendas. As Comissões precisam estar informadas desse prazo, porque cada Comissão tem o seu ponto específico que precisa ser discutido.

Ontem mesmo, na Comissão de Saúde, tivemos um debate inicial importante com relação à questão dos recursos para a saúde pública do País. O Ministro Padilha esteve conosco ontem, discutindo o programa Mais Médicos, que é importante, é uma reivindicação antiga de todas as comunidades.

Eu, quando fui Presidente da FUNASA, fiz um levantamento e constatei que o Brasil na época tinha 1.100 Municípios que não tinham um médico sequer. Se já é agonia a falta de um médico num hospital da capital, imagine a de um Município que nunca teve um médico para prestar um serviço. A gente precisa dar avanços e contribuir para a resolução desse problema.

Eu acho que esta Comissão tem maturidade para fazer um bom relatório e construir soluções para atender ao que o povo está pedindo democraticamente nas ruas. É um direito de o povo ir à rua? É! É um direito ele se manifestar? É! Mas é importante que nós, como seus representantes, compreendamos as reivindicações e

procuremos resolvê-las — e a resolução delas passa necessariamente pela boa construção do Orçamento.

Espero contar com todos para que possamos produzir, se Deus quiser, até o dia 21, o relatório definitivo da LDO para 2014.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Eu cancelo, neste momento, a realização da reunião extraordinária que estava marcada para hoje, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário nº 2 da Câmara dos Deputados, e suspendo os trabalhos desta Comissão, convocando a continuação desta reunião ordinária para terça-feira, dia 13 de agosto, às 19 horas, neste plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 15, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. *(Pausa.)*

Não havendo discussão, e, conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 4 de junho de 2013; 4ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11 e 18 de junho de 2013; 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 18 de junho de 2013; 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 25 de junho de 2013; e 5ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 25 de junho e 2, 3, 4, 9, 10 e 16 de julho de 2013.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Quero pedir a dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Dispensada.

Então, as atas estão em votação, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação, na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Eu quero registrar que, a pedido desta Comissão, o Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, concedeu-nos 10 minutos para que possamos fazer as nossas votações, antes de S.Exa. iniciar a Ordem do Dia na Câmara dos Deputados, porque vai haver uma importante votação, a do orçamento impositivo, neste momento no plenário da Câmara. Por isso, vamos acelerar um pouco os nossos trabalhos.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada por correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, passaremos à apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 616, de 2013, do Congresso Nacional, que abre crédito extraordinário em favor de Operações Fiscais de Crédito, no valor de R$ 2.932.125.346,00, para o fim que especifica.

O Relator é o Senador Casildo Maldaner, que está aqui presente.

A essa matéria foram apresentadas seis emendas. Em 7 de agosto de 2013, o Relator solicitou a retirada do relatório da Medida Provisória nº 616, entregue em 20 de

junho de 2013, considerando que apresentou um novo relatório para a referida medida provisória.

O voto é pela aprovação da medida provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1 a 6.

O Relator, Deputado Casildo Maldaner, está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Caro Presidente, Deputado Lobão, caros colegas, conforme disse o Presidente da Comissão, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apreciará a Medida Provisória nº 616, de 31 de maio de 2013, que *"abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 2.932.125.346,00, para o fim que especifica".*

O Poder Executivo é o autor dessa matéria, e nós fomos incumbidos de fazer esse relatório.

Em síntese, o relatório diz que se trata de empréstimo de 1,8 bilhão, mais ou menos, que é do FIES, para estudantes carentes que precisam financiar os estudos, e de 1,5 bilhão de reais, para atender a compromisso do Governo com os Municípios brasileiros, montante anunciado na última jornada dos Municípios. Ela anunciou 3 bilhões, sendo que 1,5 bilhão agora, em agosto, e 1,5 bilhão em abril. Os critérios são aqueles do Fundo de Participação dos Municípios. Todos eles serão contemplados.

É necessário que esta Comissão tome uma posição para que, depois, a Câmara e o Senado possam votar essa matéria. Nós não a votamos na semana passada em função de que há uma MP trancando os trabalhos da Câmara. Como vamos votar agora, acredito que amanhã, talvez, possamos apreciar essa pauta.

Sr. Presidente, a Câmara tem uma medida provisória trancando...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não. Podemos votar.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Podemos votar? Melhor ainda, então. Esse é o anseio dos 5 mil e poucos Municípios do Brasil. Só não vão ganhar um quinhão, porque está todo mundo nesta situação: é o Nordeste com a seca, ou é o Norte

com enchentes, ou até o Sul, agora com geadas. Quer dizer, todo mundo está numa expectativa muito grande para receber essa partilha.

Com base no art. 62 da Constituição, a Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 39, de 2013, a Medida Provisória nº 616, de 31 de maio de 2013, que *"abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 2.932.125.346,00, para o fim que especifica".*

O crédito extraordinário tem por finalidade atender ao subtítulo constante da seguinte categoria de programação, conforme anexo que a integra.

Consulto a assessoria técnica da Comissão se é compulsória a leitura de todo o relatório. *(Pausa)*

Então vou acelerar, porque são diversas folhas. A síntese era aquilo que eu estava dizendo: é para financiar o FIES e para atender aos Municípios. Esse é o resumo.

Quem sabe, então, eu possa partir para o voto.

Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 616, de 31 de maio de 2013, que abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito e Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 4.432.125.346,00, para o fim que especifica:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 2.932.125.346,00 (dois bilhões, novecentos e trinta e dois milhões, cento e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 3º. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Então, são quatro bilhões e poucos reais: dois bilhões novecentos e poucos reais são para o FIEES, e um bilhão e meio de reais para atender aos Municípios.

Este é o relatório, Sr. Presidente, que trago a V.Exa. e demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Em conformidade com o § 2º do art. 146 da Resolução nº 1 do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Para discutir, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, nós estamos demonstrando, com a votação desta MP, uma enorme boa vontade com o Governo — enorme, porque veja V.Exa. que o crédito original era no valor de R$2.932.125.346,00, com a finalidade específica de atender ao financiamento do ensino universitário para a população mais carente do Município. Agora, nós vamos votar uma medida que foi acrescida por emenda de Relator para 4 bilhões de reais, alguma coisa assim, com 1 bilhão e meio de reais a mais.

Obviamente, isso demonstra que o Governo — e nós não podemos deixar de pautar esta crítica contundente — é absolutamente incapaz de cumprir com o que diz. Este acréscimo é fruto de um entendimento, e nós temos que ressaltar isso. Legalmente, não se poderia acrescer esse valor sem comprometer o mérito da legalidade da MP, porque não cabe ao Relator ampliar recursos.

Nós o fazemos para atender aos Prefeitos do Brasil afora, que, na Marcha dos Prefeitos, ouviram da Presidente, em palavras turvas, porque S.Exa. se comunicou muito mal naquele dia, que iria dar uma ajuda aos Prefeitos, que estão de pires de mão,

assumindo ônus e encargos que não são de sua competência, e, sim, do Governo Federal e do Governo do Estado.

Então, essa merreca — V.Exa. é do Nordeste e sabe que merreca é um valor ínfimo — é oferecida aos Prefeitos. E mesmo essa merreca nós vamos ter que aprovar, porque qualquer ajuda aos Prefeitos já será enorme e importante, diante da penúria que vivem os Municípios brasileiros, em especial no meu Estado, a Bahia, no Estado de V.Exa. e no do próprio Relator, Senador Casildo Maldaner.

A centralização dos recursos no Governo Federal é algo extravagante, extraordinário, e que fulmina de morte o espírito da República Federativa do nosso País. Teríamos que repensar a Federação.

É em bom momento que o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, coloca em pauta essa discussão, porque não podemos mais conviver com essa repartição de recursos em que o Governo Federal tem tudo e os Estados e Municípios têm muito pouco, principalmente os Municípios.

Portanto, eu quero ressaltar essa postura, porque, graças às oposições, estamos fazendo valer o discurso da Presidente Dilma. Não houve condições de, há mais de 30 dias, organizar o seu Governo para editar esta medida provisória, atendendo ao que fora dito aos Prefeitos que estão esperando esses recursos, que esperamos sejam pagos ainda este mês de agosto ou, quiçá, em setembro, como está na programação.

Portanto, não tenho nada contra o Senador Casildo, que está numa missão partidária, numa missão de Governo, mas tenho que ressaltar que isso é uma excepcionalidade que não deve voltar a ocorrer. O Governo tem que mostrar competência e capacidade de gestão para dizer e agir conforme determina a legislação brasileira. É um absurdo isso. Nós não vamos prejudicar os Prefeitos brasileiros por uma completa falta de organização, planejamento e capacidade de ação do Governo Federal.

Dito isso, vamos orientar o voto “sim”, porém ressaltando e lamentando a forma como o estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado. V.Exa. sempre me surpreende, está sempre atento e estudando o dever de casa. Pensei que V.Exa. não iria perceber o que ocorreu. Agradeço o patriotismo de V.Exa., a preocupação com os nosso Prefeitos.

O Deputado Cajado está absolutamente correto. Apesar do posicionamento de oposição ao Governo, anui com um projeto que beneficia a todos os Municípios brasileiros. Nós aqui do Parlamento estamos dando a nossa contribuição forte, a fim de que esse recurso chegue aos Municípios e aos Prefeitos, para que eles possam, neste momento de dificuldades municipais, enfrentar, com um pouco mais de reserva de caixa, seus problemas na educação.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Presidente, gostaria só de lembrar que, há 7 anos, foi concedido aos Municípios — tive a oportunidade, naquela época, de ser, ou melhor, de estar Prefeito — 1% do FPM, sem determinar valores. Foi isso que salvou os Municípios brasileiros naquela época. Infelizmente, depois de 7 anos, vêm novamente menos recursos do que o montante concedido em atendimento de socorro aos Municípios que, naquela época, não estavam diferentes dos centros de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Carlos Magno.

O relatório agora está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado por unanimidade.

Em votação agora na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam também permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado também por unanimidade.

Passamos ao item seguinte da pauta, que é a apreciação do relatório apresentado à Mensagem nº 33/1992-CN, que *"encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 1991".*

Não estando presente o Relator, Senador Jayme Campos, passo a relatoria novamente ao Senador Casildo Maldaner, para que possa fazer a leitura do relatório.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de decreto legislativo. O voto é pelo arquivamento da matéria, sem apreciação do mérito, por não ser mais...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, questão de ordem: vou pedir a retirada de pauta desse item ou uma solicitação de vistas para que nós possamos analisá-lo. A informação que temos, apesar de o Senador Jayme Campos ser do partido, é que houve um voto inconcluso do Ministro em relação a essas contas. Então, se V.Exa. permitir...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - O PSDB acompanha a mesma posição, Sr. Presidente, no sentido da...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deixe-me só fazer aqui um aclaramento com o Deputado Cajado. Não há pedido de vistas em apreciação para esse tipo de relatório. O que poderia existir, não havendo consenso, é nós o retirarmos de pauta.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Podemos retirá-lo de pauta, porque a de 1990 também não veio. Então, seria conveniente que votássemos primeiro a de um ano, para...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, atendendo carinhosamente ao delicado pedido do Deputado Cajado, eu vou retirar o projeto de pauta.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Nós hoje estamos bem sintonizados! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Agora, volto ao Deputado Nelson, que ficou me olhando ali, triste, porque pensou que ia relatar.

Apreciação do relatório apresentado às Matérias do Congresso Nacional, encaminhadas nos termos do § 4º do art. 71 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, sobre o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referentes aos seguintes períodos de 2009: Mensagem nº 93, de 2009, terceiro bimestre; Mensagem nº 135, de

2009, quarto bimestre; Mensagem nº 188, de 2009, quinto bimestre; Mensagem nº 199, exercício de 2009.

O Relator é o Deputado Gonzaga Patriota, que vota pelo arquivamento da matéria.

Na ausência do Deputado, passo a palavra ao Deputado Nelson, para fazer a apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu peço licença para ler o voto dessas mensagens, porque já é do conhecimento desta Comissão o relatório.

Os relatórios bimestrais de avaliação de receita e despesa informam sobre as revisões de projeções e norteiam as medidas necessárias para que o Governo Federal ajuste seus gastos de forma a cumprir a meta de resultado fiscal constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Findo o exercício de 2009, as metas propostas foram cumpridas mediante a faculdade de abatimento das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento, conforme art. 3º da Lei nº 12.053, de 2009. Recomendo o arquivamento dos processos.

É o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Nelson Meurer.

O relatório agora está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório agora está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado por unanimidade.

Coloco-o agora em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Também aprovado no Senado Federal.

Passamos agora ao próximo item da pauta.

Farei uma consulta ao Plenário desta Comissão. Nós temos agora, no próximo item da pauta, cinco itens do mesmo Relator, Senador Casildo Maldaner. São todos referentes ao mesmo assunto, que é cumprimento de meta de superávit primário. Portanto, eu perguntaria ao Plenário se há alguma objeção a fazermos essa votação em bloco. *(Pausa.)*

Não havendo objeção, passo a ler o *caput* de cada apreciação.

Apreciação do relatório apresentado às Matérias do Congresso Nacional, encaminhadas nos termos do § 2º do art. 2º da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, sobre relatórios de Avaliação do Cumprimento da Meta de superávit primário, conforme Exposição de Motivos dos Srs. Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão (Mensagem nº 137/2008-CN e Mensagem nº 19/2009-CN).

Apreciação do relatório apresentado às Matérias do Congresso Nacional, encaminhadas nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, sobre relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referentes aos seguintes quadrimestres de 2010 (Mensagem nº 46/2010-CN, primeiro quadrimestre; Mensagem nº 134/2010-CN, segundo quadrimestre; e Mensagem nº 13/2011-CN, terceiro quadrimestre).

Apreciação do relatório apresentado às Matérias do Congresso Nacional, encaminhadas nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, sobre relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referentes aos períodos de 2011 (Mensagem nº 39, do primeiro quadrimestre de 2011; Mensagem nº 98, do segundo quadrimestre de 2011; e Mensagem nº 14, do exercício de 2011.)

Apreciação do relatório apresentado às Matérias do Congresso Nacional, encaminhadas nos termos do art. 124 da Lei nº 12.465, sobre relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referentes aos seguintes períodos de 2012 (Mensagem nº 56, do primeiro quadrimestre de 2012; Mensagem nº 102, do segundo quadrimestre de 2012; e Mensagem nº 16, do exercício de 2012.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner. O voto é pelo arquivamento das matérias.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Sr. Presidente, caros colegas, na verdade, como consta do cabeçalho e foi dito pelo nobre Presidente, Senador Lobão Filho, todas as apreciações concordam com o superávit primário que aqui chegou e são também pelo arquivamento das matérias. A votação em globo é porque há similitude com elas, são todas na mesma linha.

Então, este é o relatório nosso em relação a essas propostas, Sr. Presidente., concordando com o superávit primário e votando pelo arquivamento das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

O relatório agora está em discussão.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Bruno.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, quero deixar claro o registro de que o mundo inteiro acompanhou o mercado financeiro, com todas as edições que vieram ao longo do final do ano passado, com as manobras contábeis que vieram a diminuir em muito a credibilidade do nosso esforço fiscal, a diminuir a credibilidade da política fiscal brasileira. Isso ocorreu reiteradamente, não foi o primeiro nem o segundo ano em que se deu. Mas, no ano passado, ficou claro que houve uma ginástica que comprometeu, sobretudo, a confiança do mercado internacional na qualidade e na seriedade da condução da política fiscal brasileira.

Portanto, este registro precisa ser feito no sentido de deixar claro que essas medidas contábeis diminuíram em muito a força que foi colocada ao longo dos últimos anos, sobretudo a partir de 1994, com a implantação do Plano Real. Quero lamentar e deixar registrado esse fato, para constar desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bruno.

Com a palavra, primeiro, o Deputado Cajado, que pediu pela ordem. Depois...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Cedo o lugar ao Deputado Bittar, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Cede, com o maior prazer.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Eu quero me referir às palavras do nobre Deputado, meu amigo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vice-Presidente da Comissão.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - ... Deputado Bruno Araújo, que fez comentários sobre a forma como o Governo alcançou o superávit primário no ano passado. Ainda que se possa questionar este ou aquele item incluído nos vários itens que compuseram o resultado primário, o fato real é que nós continuamos com uma política fiscal absolutamente sólida em nosso País. A medida disso é a relação dívida líquida sobre o PIB, efetivamente. A relação dívida líquida sobre o PIB, que chegou a 50%, 60%, hoje está próxima de 35%, ou até menor. Eu não tenho o número aqui à mão, mas essa é a ordem de grandeza. Então, é importante que se registre isso. Continuamos a ter uma prática de solidez fiscal.

Em segundo lugar, em momentos como este, em que a economia internacional atravessa um período de crise reconhecida — crise europeia, diminuição do ritmo de crescimento da economia chinesa, dificuldades da economia americana, que vêm desde 2008, etc. e tal —, é natural que a economia brasileira também caminhe de maneira mais lenta, ainda que o nosso PIB continue a crescer, e é natural que o Governo procure ampliar seus gastos, sobretudo em investimentos, buscando estimular o crescimento da economia, a manutenção da política de empregos e parâmetros econômicos que sejam sólidos e estáveis, verdadeiramente.

Continuamos com parâmetros sólidos. Há muitos economistas que são testemunhas dessa seriedade com que o Governo vem perseguindo seus objetivos. A inflação, que ameaçou também repicar, volta a declinar. Tivemos o índice zero de inflação nesse mês de julho. Ainda que ela possa subir, a taxas menores do que no passado, ela continuará dentro da meta estabelecida pelo Governo. E continuamos recebendo investimentos, tanto de brasileiros, quanto de investidores internacionais que continuam acreditando na seriedade da economia brasileira.

Então, quero apenas registrar que, ainda que se possa questionar esse ou aquele aspecto do superávit, a economia brasileira e o resultado fiscal continuam absolutamente sólidos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bittar.

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu cedi a vez.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Cedeu, mas não abre mão. *(Risos.)*

Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Ele queria falar depois de mim. É isso, é uma velha tática, não só desta Casa, mas que vem desde a época de movimento estudantil.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu aprendi, Deputado Bittar, que o Governo vota, e a Oposição fala, discursa. Mas o Governo aqui quer discutir também. Então, eu acho muito positivo, por isso cedi a vez a V.Exa.

Quero dizer o seguinte: na verdade, está claro que o Governo fez uma tremenda de uma maquiagem, no ano passado, para atingir o superávit. Não há discussão que possa se contrapor ao fato, ou aos fatos.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Discordo profundamente, meu amigo, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É evidente que antecipar os dividendos das estatais foi para atingir a meta de superávit. Por que o Governo os antecipou? Por que o Governo maquiou suas contas para atingir o superávit? Porque o Governo gasta em excesso, e gasta mal. Gasta em excesso porque o custeio da máquina pública — podem ver os anos passados — só faz crescer, só faz aumentar. A ideia é que é preciso haver muitos Ministérios. São 39 Ministérios, Presidente, 39 Ministérios. Quantos conseguem executar o seu orçamento? Quantos conseguem investir? O PAC, emperrado; chegamos ao mês de agosto, e as emendas sequer foram liberadas. O ano passado, a execução das emendas de bancada e de emendas de Comissão foi pífia, e o

Governo, para manter a ideia de que tem o controle de suas contas, teve que efetivamente alterar todo seu procedimento contábil.

Por isso, nós vamos encaminhar a votação contrariamente. Não vai haver modificação dos fatos, porque nós estamos votando agora algo que já aconteceu no passado, cumulativamente do ano de 2008 até 2012. Nós temos de demonstrar que essa maquiagem é ruim para o País. É péssima para a imagem do Brasil, porque o mercado analisa números, e, quando se maquiam os números, não se consegue disfarçar que se teve que usar o jeitinho brasileiro do governo petista de governar para poder atingir a tal meta.

E não me venham falar aqui que a crise foi a responsável por esses fatos, porque, se formos ver o pibinho do ano passado em relação aos demais países que integram o BRIC, o do Brasil foi o menor deles. A Índia cresceu; a China cresceu; a Rússia cresceu. Em relação à América do Sul e América Latina, o Chile cresceu; até a Argentina cresceu. Então, vejam que o Brasil está dando um péssimo exemplo em relação não apenas aos investimentos que estão sendo feitos para combater a crise mundial, principalmente na linha de crédito, o que está fazendo com que a população que acreditou no Governo, foi às compras e tomou empréstimo, agora, com os juros sendo elevados para controlar a inflação, esteja mais endividada do que nunca.

Esperamos que não haja uma quebradeira de inadimplência para que o sistema bancário não venha a sofrer com o que o Governo promoveu: *"Vamos diminuir os juros"*. O povo acreditou. Foi ao banco, fez seus empréstimos, e agora os juros estão sendo elevados. Portanto, isso é um problema grave.

Quando o Governo maquia suas contas, significa que perdeu o controle. Esse descontrole fica evidente quando se analisam os números. Esses números não mentem. Contra fatos não há argumentos. E nós estamos aqui demonstrando claramente esses fatos.

Portanto, Sr. Presidente, nós vamos encaminhar contra, com uma demonstração de não concordância com essa postura inadequada, eu diria até, na contramão do que o

mercado, a gestão fiscal responsável... Aliás, o PT realmente não foi a favor da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, não se consideram corresponsáveis por uma gestão fiscal responsável, porque votaram contra: *"Não votei, não tenho compromisso e não tenho absolutamente nenhum tipo de entendimento de que devo cumprir. Vamos maquiar os números, porque vai passar, e é isso mesmo"*.

Tanto é verdade que o Governo mandou um projeto, que ainda não foi aprovado — se depender de nós, não deixamos que seja aprovado —, mudando a meta de superávit primário para uma mera intenção, mera intenção, mudando a LDO. Nós não podemos concordar com isso. Meta é meta, é objetivo a ser perseguido, a ser alcançado. Intenção fica apenas na boa vontade de conseguir algo ou não.

Portanto, nós vamos encaminhar contra, Sr. Presidente. Esperamos que neste ano o Governo se esforce para manter o custeio sob controle, fazendo o que é correto: liberar os investimentos e diminuir o peso excessivo da máquina pública que está fulminando de morte o nosso País, principalmente com relação ao Custo Brasil, que afeta as empresas que querem gerar emprego e renda. Portanto, elas ficam extremamente prejudicadas com o absoluto peso da carga tributária, que não está sendo revertida em benefício da população, haja vista, inclusive, os movimentos sociais nas ruas, que exigem educação de qualidade, que exigem saúde de qualidade, que exigem transporte público de qualidade. Enquanto isso, na contramão, a Presidente diz: *"Vamos fazer uma reforma política"*. Mas o povo quer hospital com UTI, uma saúde digna, principalmente acessível a todos. E não estamos vendo isso no País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o nobre Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Obrigado, Presidente.

Quero registrar também o nosso desacordo com o que acaba de ser sustentado à revelia da realidade, ao arrepio dos fatos, pelo Deputado Claudio Cajado, que sucedeu o Deputado Bruno Araújo. Não é à toa que são dois nobres Deputados de destacada atuação justamente do PSDB e do DEM, que, durante a década de 90, tanto propalaram

que as conquistas sociais da Constituição eram penduricalhos e que depois que viram essas conquistas sociais se transformarem em programas sociais, em políticas públicas a partir do Governo do Presidente Lula, reiteram esse compromisso político de inverter o óbvio.

O povo está na rua pedindo mais saúde pública, mais educação pública, mais segurança pública, mais infraestrutura de transporte nas grandes cidades — coisa que o Governo tem feito. Ninguém pediu para haver menos gasto público; todo mundo pediu para haver mais gasto público. E os nobres Deputados aqui retomam a cantilena da redução de Ministérios, quando muitos indicadores mostram que o custeio de pessoal do maior número de Ministérios do Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma é menor do que o custeio de pessoal do pequeno número de Ministérios da era neoliberal.

Qual é o problema? Eles querem acabar com as políticas públicas, como o Bolsa Família, o Luz para Todos, as políticas para as mulheres, para os quilombolas, para o povo negro, para a agricultura familiar, porque o que tem que rodar de investimento tem que ter servidor público. Nós estamos reestruturando o Estado brasileiro que, na época neoliberal, foi moldado para promover o crescimento da pobreza, do sofrimento do povo brasileiro.

Vejam os indicadores sociais da década que eles governaram — como governaram o meu Estado, a Bahia, o DEM governou —: naquele período só aumentou a pobreza. Os indicadores de geração de emprego, durante os 10 anos de Governo do PT, batem longinquamente a recessão e a estagnação econômica do período do Governo do PSDB e do DEM.

Portanto, para advogar, tentando confundir a cabeça de possíveis incautos que possam encontrar, eles tentam argumentar que o movimento das ruas é pelo retorno das políticas que promovem a pobreza e a estagnação econômica. Querem extinguir Ministérios que promovem a justiça social e que instrumentalizam o desenvolvimento. Ou não foi a retirada do PAC do cômputo do superávit, garantindo investimento na infraestrutura social e logística que, de alguma forma, com o investimento público,

permitiu também um cenário de investimento privado e de retomada de atividades econômicas no País, no setor da construção, no setor elétrico, no setor da mineração e em outros setores?

Então, o Deputado Cajado e o Deputado Bruno, obviamente cumprindo suas atribuições de defender um projeto derrotado pelos números da economia e da inclusão social resultante das políticas do Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma e dos partidos aliados, têm que marcar posição. É assim que nós entendemos. Mas temos que registrar que a defesa do oposto ao óbvio, feita por eles, não pode se validar apenas pelo discurso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, como eu fui citado, gostaria de dizer duas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. não foi citado, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Primeiro, nada sobre superávit, ou seja, a maquiagem permanece. Segundo, quem criou os programas sociais foi o Senador Antonio Carlos Magalhães, com o Fundo de Combate à Pobreza e Erradicação da Miséria. Criou o Bolsa Família, o Bolsa Alimento, o Bolsa Renda, e chegou o Presidente Lula e criou tudo no Bolsa Família.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Durante os Governos do DEM na Bahia, a pobreza só aumentou, Deputado Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não vamos fazer aqui uma discussão polemizada entre os dois.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu quero dizer que nós também tínhamos compromisso com o social e com a responsabilidade fiscal.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Essa merece um quadrinho: foi o Senador Antonio Carlos Magalhães que criou as políticas sociais no Brasil.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Há um detalhe: com as contas do Brasil auditadas pela empresa Standard & Poor's, rebaixou-se a nota do *rating* do Brasil. Isso significa o quê? Números são isso, Deputado Florence. Não é o número que V.Exa. cita sem apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vamos continuar. Senão, nós não cumpriremos a determinação de votarmos antes do início da Ordem do Dia.

Portanto, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado, com o registro dos votos contrários do Deputado Bruno e do Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Da bancada democrata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Da bancada que os Deputados representam.

Agora coloco o relatório em votação em bloco na representação do Senado Federal.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada, por unanimidade, a pauta deliberada.

Também sugiro que seja votado em bloco. O Relator é o Deputado Evandro Milhomen. Todas são pelo arquivamento da matéria e todas dizem respeito ao relatório gerencial trimestral do BNDES.

Vou ler o *caput* de cada relatório.

Apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 25, de 2011, que encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o relatório gerencial trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2011.

Apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 36, de 2011, que encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, o relatório gerencial trimestral do BNDES referente o segundo trimestre de 2011.

E, finalmente, a apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 50, de 2011, que encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, o relatório gerencial trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2011.

O Relator, Deputado Evandro Milhomen, vota pelo arquivamento da matéria.

O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

(Não identificado) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não, Deputado.

(Não identificado) - Eu não sei se foram incluídos outros três relatórios que eu pedi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Estão fora da pauta?

(Não identificado) - Estão.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Sr. Presidente, então eu vou direto ao voto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Afirmativo.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Vale registrar a boa qualidade técnica do relatório, que, apesar de certas dificuldades de exposição no que toca ao cálculo do custo financeiro dos empréstimos, atende às exigências do disposto legal.

Pelo exposto, opinamos pela remessa ao Arquivo os relatórios gerenciais trimestrais do BNDES, 2011/2012.

Para o arquivamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Milhomen.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A discussão está aberta.

Com a palavra o Deputado Bruno Araújo.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Se esse é o relatório que informa ao Congresso Nacional o desempenho do BNDES, é importante saber se é esse mesmo relatório que traz as dezenas de bilhões de reais de recursos do Tesouro Nacional e do povo brasileiro que evaporaram com os investimentos do Sr. Eike Batista.

Se essa notícia trazida de um excepcional desempenho do BNDES retrata o prejuízo da população brasileira com empréstimos dessa ordem em negócios em que o povo brasileiro se tornou sócio através de participação do BNDES, trazendo prejuízos enormes a uma fortuna que era comemorada e adotada por parte do Governo brasileiro e que viu naufragar pretensões com investimentos que não se consolidaram com a falta de avaliação que preocupa a capacidade gerencial do BNDES, a não ser que haja absoluta interferência política sobre aquele corpo técnico preparado, que o Brasil respeita, demonstra o tamanho da ingerência política sobre aquela instituição, que levou a esse prejuízo para o povo brasileiro, com a emissão de bilhões em títulos para capitalizar o banco e participar de empreendimentos que naufragaram e levaram à derrocada e ao prejuízo, pelo que nós sabemos, para dar exemplo dos investimentos do Sr. Eike Batista.

É esse o registro que o PSDB faz, além do encaminhamento de que nós vamos votar contra a matéria aludida e trazida a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, todos nós constatamos as enormes dificuldades das empresas controladas pelo Sr. Eike Batista. No entanto, como bem ressaltou o Deputado Bruno Araújo, o BNDES tem uma equipe técnica de reconhecida capacidade e aplica rigores às vezes considerados por alguns até exagerados para a concessão de operações de crédito e a aceitação de garantias financeiras e garantias físicas reais para a realização de qualquer tipo de operação de crédito, qualquer que seja o grupo econômico.

Não há nenhuma comprovação de que o BNDES tenha realizado operação de crédito com esta ou aquela instituição e que tenha utilizado, como regra fundamental, parâmetros de natureza política, parâmetros menores, verdadeiramente. Não há nenhuma comprovação de que o BNDES tenha sofrido ou venha a sofrer qualquer prejuízo em suas operações de crédito. Eu desafio quem quer que seja a demonstrar

aqui que o BNDES tenha realizado qualquer operação que não tenha tido como contrapartida garantias reais e garantias financeiras que deem suporte ao retorno dessas operações de crédito.

Por isso mesmo e até em razão da trajetória virtuosa do BNDES, que saiu, em 2003, de uma carteira de financiamentos de vinte e poucos bilhões de reais para hoje realizar operações acumuladas por ano de 160 bilhões de reais, constituindo-se, senão no maior, em um dos maiores bancos de investimento do mundo, verdadeiramente, por tudo isso, a instituição é motivo de orgulho para todos nós. Nós temos confiança na seriedade técnica, na seriedade com que o BNDES vem conduzindo todo o seu trabalho de fomento ao desenvolvimento econômico deste País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A discussão está encerrada.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, Sr. Presidente. Peço a palavra para discutir. Eu pedi a palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Perdão.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado e, depois, o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Primeiro, Sr. Presidente, o Governo vende ilusões, e nada melhor do que um vendedor de ilusões para representar o Governo do PT, o Sr. Eike Batista, ou o Sr. X, como ele gosta de ser chamado.

O Governo emprestou, através do BNDES, 10,4 bilhões de reais para esse cidadão. O que ele disse? *Olhe, minha gente, eu criei aqui uma empresa, vou furar um poço de petróleo, vou produzir tantos mil barris, vou gerar riqueza, vou gerar renda, vou fazer deste País um oásis de desenvolvimento e de riqueza e serei o homem mais rico do mundo em pouco tempo.* E deu de empréstimo outras empresas que dariam suporte aos poços que ele iria perfurar: porto, empresa de logística e tantas outras.

O que aconteceu? Os poços que ele furou não tinham tecnologia para que houvesse a certeza da exploração e a certeza de que atingiriam os objetivos pelos quais ele recebeu o dinheiro emprestado. Houve falha no projeto — ou má-fé. E houve incompetência do BNDES. Esse dinheiro é do povo brasileiro, para desenvolver econômica e socialmente o nosso País. O BNDES errou!

Eu quero ver as garantias serem efetivadas, sem falar nos milhões de pessoas que acreditaram no empreendimento, porque a chancela do Governo dá caráter de idoneidade a um projeto, e compraram ações da EBX, que hoje não valem nada! Aliás, parece que valem menos do que um desses cafezinhos que servem aqui no Congresso Nacional.

Pode uma coisa dessas, Sr. Presidente? É claro, os Deputados do Rio de Janeiro têm que defender, até porque ele é de lá. No entanto, colocar o BNDES, e não haver uma auditoria rigorosa para se investigar o que aconteceu? Não pode ser assim. O modelo do Brasil está errado! Nós teríamos que copiar o modelo de empréstimo fornecido pelo governo sul-coreano às empresas que lá se desenvolvem, como a Samsung, a Hyundai, a LG e outras, que, ao receberem recursos do governo, têm metas a atingir e prazos a cumprir em seus objetivos.

Aqui no Brasil, não! Basta ser amigo do governante de plantão e montar no papel uma estrutura megalomaníaca de empresa internacional e multinacional, que o BNDES empresta bilhões. Eu quero ver como serão efetivadas essas garantidas. Nós vamos aguardar, e eu quero que os Deputados que aqui o defendem possam explicar no futuro se essas garantias foram ou não efetivadas, porque nós não podemos continuar nesse modelo. É errado!

Eu cito aqui o modelo sul-coreano, que eu conheço mais de perto, que concede empréstimos importantes e necessários, obviamente, mas com metas para serem atingidos e prazos para serem cumpridos. As empresas de lá que não atingiram essas metas nos prazos previstos por elas próprias não tiveram mais recursos e foram à falência, como aqui a Motors e tantas outras.

Portanto, nós temos que ter uma visão de incentivo econômico diferente daquela a que hoje nós estamos assistindo. Emprestarem bilhões de reais do povo brasileiro para vermos agora a falência de um grupo que demonstrou incompetência gerencial e, mais do que isso, vendeu ilusões porque não atingiram as metas que foram propostas? Isso é muito grave, Sr. Presidente. Se fosse dinheiro exclusivamente da iniciativa privada, como no caso de alguns bancos que investiram muito, como o Bradesco, por exemplo — está na iniciativa privada; é o risco que corre em razão do negócio —, mas dinheiro público ser investido nesses casos é lamentável. E nós não estamos vendo empresas de médio e pequeno porte com acesso aos bilhões que estão sendo dispensados às grandes empresas no nosso País, muitas vezes com recursos mal direcionados.

Quando a Oposição critica, ela o faz porque nós, que somos do Nordeste, enfrentamos uma seca tremenda. Dizimou-se toda a produção rural no nosso País. As matrizes de vacas leiteiras, de gado de corte, de rebanho ovino e caprino foram dizimadas. A população está na miséria. E o Governo tardou a socorrer essa população, que estava e está extremamente prejudicada. Deu recursos paliativos para diminuir os efeitos, as consequências. E a causa? E o programa estruturante para as novas e futuras secas que poderão vir?

Portanto, nós não podemos pensar em desenvolver o Brasil apenas do ponto de vista do empréstimo de dinheiro a empresários que têm acesso fácil ao Governo, muitas vezes na relação do *"Ajude-me na campanha, que eu o ajudo depois no Governo",* e termos resultados como esse. Que sirva de lição.

Assim, até como demonstração de protesto, nós também vamos votar contra esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Colegas Deputados, se isso fosse verdade, nós teríamos um altíssimo grau de inadimplência no BNDES. Mas o BNDES tem um dos mais baixos graus de inadimplência. Portanto, não pode ser verdadeira essa afirmação.

Assim, quero reafirmar que o relatório apresentado aqui, que estamos votando, mostra exatamente eficiência e o rigor. É necessário reconhecer que o desenvolvimento do País, em todos os setores, deve-se à grande presença de investimentos e financiamentos do BNDES.

Eu até quis inscrever-me antes, porque eu ouvi nesta Comissão, 2 meses atrás, que o Brasil ia sucumbir no descontrole da inflação. Nós dizíamos que não era verdade. Aquilo era discurso para a galera. Aquilo era discurso fora da realidade. E hoje nós confirmamos, Presidente Lobão. As afirmações que foram feitas à época pelo DEM e pelo PSDB não se confirmaram. Portanto, eles fizeram previsões erradas, equivocadas, fora da realidade. E hoje nós estamos, felizmente, vendo um Brasil que está...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - E o Relatório Focus?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - ... com o seu controle da inflação e que colocou o BNDES diferente do que foi colocado à época. Isso deve, talvez, doer do ponto de vista político. Porque o BNDES estava á disposição de quem no Brasil no tempo dos neoliberais? A financiar a privatização. Aí, sim, nós vamos fazer o debate. O BNDES financiava sabe a quem? A uma empresa, quando se privatizava, quando era vendida. Fazia-se financiamento à empresa que comprava uma estatal. Esse dinheiro, sim, ia para o ralo. Esse dinheiro, sim, não ia para o desenvolvimento. Esse dinheiro, sim, era mal aplicado.

Mas financiar desenvolvimento neste País? Aqui foi dito que não havia dinheiro para o microcrédito, para os pequenos, para o agricultor. O BNDES tem uma linha especial, operada através de outras agências bancárias nos Estados, de microcrédito. O agricultor, que até ontem não podia sequer entrar no banco, até porque o juro estava muito alto também, hoje consegue. Hoje nós temos inúmeros microcréditos que ajudam a desenvolver este País.

Portanto, nós precisamos aprovar, sim, esse relatório do BNDES. Até porque hoje o BNDES não serve mais à privatização, ele serve ao desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está registrada a discordância do Deputado Cajado e do Deputado Bruno.

Está aprovado.

Em votação agora na representação em bloco do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado, por unanimidade.

Eu pergunto ao Deputado Bruno, como Vice-Presidente desta Comissão, se gostaria de sentar à mesa para tomar parte. *(Pausa.)*

Passando ao próximo item, apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 31, de 2009, que encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, o relatório sobre as operações contratadas à linha de crédito do capital de giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 6 de novembro de 2008, e regulamentada pela Resolução nº 3.635, e ao Ofício nº 32, de 2010, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 1º, de 13 de abril de 2009, o volume de contratação da linha de crédito do capital de giro de 2009.

O Relator, Deputado Raimundo Gomes de Matos, aqui presente, vota pelo arquivamento da matéria.

O Relator está com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, ambas as matérias...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, eu perguntaria a V.Exa. se se incomodaria, da forma como seus antecessores fizeram, se votássemos em bloco o próximo relatório que eu vou ler.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Apreciação também do relatório apresentado ao Oficio nº 33, de 2010, que encaminha, nos termos do § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, o relatório sobre as operações contratadas da linha de crédito de capital de giro criada pela Medida Provisória nº 445, e ao Ofício nº 1, de 2011, que encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, o relatório de operações de contratação da linha de crédito de capital de giro segundo semestre de 2010.

O Relator é também o Deputado Raimundo Gomes de Matos, e o voto é pelo arquivamento da matéria.

Passo agora, sim, a palavra ao Relator, para pronunciar o seu relatório.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em conformidade com os demonstrativos em análise, com todas as exigências estabelecidas por esta Comissão, também votamos pelo arquivamento do Ofício nº 33, de 2010, do Ofício nº 1, de 2011, como também do Ofício nº 31, de 2009, e do Ofício nº 32, de 2010.

Esta matéria já foi amplamente repassada aos Parlamentares, e nós votamos pelo seu arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório, portanto, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O relatório também está aprovado, por unanimidade, na representação do Senado Federal.

Próximo item da pauta.

Passo a ler o requerimento do Deputado Domingos Sávio, aqui presente. Trata-se da apreciação do Requerimento nº 5, de 2013.

> *"Nos termos regimentais, em especial o art. 29, da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, que seja convidada, em nome desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a Sra. Maria das Graças Silva Foster, Presidente da PETROBRAS, para prestar esclarecimentos nesta Comissão, tendo em vista as recentes informações acerca do plano de investimento da empresa, publicadas no jornal Valor Econômico, relacionadas à queda das exportações de petróleo em 46%."*

Deputado Domingos Sávio.

O autor está com a palavra, para a defesa do seu requerimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, esta preocupação que eu tenho que, com certeza, não é apenas minha, é uma preocupação de natureza absolutamente suprapartidária, vai de encontro aos interesses nacionais. A PETROBRAS, além da sua importância, sua história, ela é sem dúvida uma das empresas estratégicas do nosso País, e não é apenas este veículo de comunicação a que me referi no requerimento.

Ainda ontem, eu ouvia, em debates em cadeia de TV de rede nacional, figuras com amplo conhecimento na área da economia alertarem para a ausência de investimentos, a diminuição na capacidade produtiva, a dependência externa de importação de gasolina, de *diesel*, de uma série de derivados de petróleo, aliadas a todo esse desequilíbrio na balança comercial brasileira.

Vejam bem. A balança comercial brasileira tem apresentado seguidos déficits. Nós temos, seguidamente, ao contrário do que ocorreu durante um bom tempo, apresentado um resultado negativo. Nós temos importado mais do que exportamos. Nós temos, de alguma forma, pesado um pouco na capacidade de crescimento do nosso País.

O grande vilão dessa história é justamente o petróleo. Quando se separa esse item, nós nos tornamos superavitários. A agricultura brasileira e uma série de setores do País têm se revigorado, têm feito o seu dever de casa, e a empresa que é orgulho do Brasil, que é estratégica para o nosso País, começa a nos trazer a todos preocupações muito graves.

Nós não podemos colocar debaixo do tapete essas questões. Nós temos que trazer isso a um debate claro, um debate republicano, um debate que leve em conta o interesse nacional. É com esse espírito, Sr. Presidente, que eu apresento esse requerimento.

Nós temos respeito pela Sra. Maria das Graças Foster, mas entendemos que ela precisa nos trazer explicações mais consistentes. Ela nos disse, na outra vez em que aqui esteve, que os planos e investimento estavam caminhando com certa normalidade, mas não é o que vemos na prática.

Outra coisa assustadora é a discrepância entre o que o Brasil planeja gastar e o que efetivamente está gastando para implantar uma refinaria. Talvez em razão disso que vemos essa demora quase incapaz de se planejar, de dizer quando vai funcionar. Algumas refinarias que estão em construção no Nordeste brasileiro tiveram um planejamento inicial de alguns poucos bilhões de dólares — 3 ou 4 bilhões — e já chegam perto da casa de 30 bilhões de dólares, ou algumas passam dessa cifra, chegando a multiplicar dez vezes o valor de planejamento inicial. Trata-se de algo impensável.

Não existe nenhuma economia do mundo que suporta isso. É preciso que façamos um debate republicano, respeitoso, mas com clareza. Senão, todo o esforço,

nós não temos dúvida, qualquer Governo que se preza tem que fazer um esforço para manter a inflação sob controle. Mas há quem diga que há algo em torno de 20% de defasagem no preço real de combustíveis, que vem sendo, de alguma forma, equilibrado. Ora, ninguém deseja aumento de combustível. Nós não queremos é ser surpreendidos.

Nós entendemos que o caminho mais apropriado para não sermos surpreendidos com aumento de combustível que amanhã venha gerar inflação é termos um planejamento seguro de investimento para que o Brasil seja autossuficiente de fato no refino. Ocorre que isso não está acontecendo. Mas isso foi dito, foi propagado, aliás, com efeitos eleitorais. Mas, na prática, essa autossuficiência não aconteceu. São bilhões e bilhões de dólares de déficit todo mês na importação de derivados de petróleo e até mesmo de determinado tipo de petróleo.

Portanto, Sr. Presidente, eu acredito que isso é absolutamente justificável. E eu já faço, na forma de convite, porque nós queremos dar a este encontro um caráter extremamente produtivo, um caráter republicano, que vá ao encontro dos interesses do País, para que a Comissão de Orçamento desta Casa, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso brasileiro, os Senadores e os Deputados possam debater com a Ministra com clareza. E aquilo que tiver de ser corrigido seja corrigido, a tempo de evitarmos um caos maior na PETROBRAS, que teve quedas acentuadas no seu desempenho, inclusive repercutindo e sendo a principal vilã, por assim dizer, da Bolsa de Valores do Brasil, que causa impacto até mesmo na credibilidade do Brasil lá fora. Há, portanto, uma série de motivos.

Nós precisamos da presença dela aqui, para debater esta questão com clareza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero elogiar a iniciativa do Deputado Domingos Sávio em convidar a Presidenta, até de maneira elegante como ele se coloca diante deste tema.

Trata-se de uma empresa estratégica para o País, uma empresa que exerce uma função pública também no sentido de estimular o desenvolvimento e de trabalhar um insumo fundamental para o País: o petróleo. É lamentável que se tenha pensado, no passado, em privatizar a PETROBRAS. Ela tem ações em mercado e, ao mesmo tempo, cumpre uma função pública estratégica. E, como tal, vem perseguindo os seus objetivos de maneira muito consistente, inclusive com a descoberta dos recursos do pré-sal. Nós teremos agora, pela ANP, a licitação do Campo de Libra, um dos maiores campos de petróleo do mundo, com petróleo leve, de excelente qualidade.

A PETROBRAS poderá esclarecer acerca dos projetos e da construção de refinarias importantes para o País, como a de Pernambuco, a de Abreu e Lima, a do COMPERJ.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Do Maranhã, do Ceará.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - No polo petroquímico, no Maranhão e no Ceará, de tal maneira que se possa processar o petróleo brasileiro e diminuir a dependência da importação de petróleo. De fato, há uma defasagem. Nós exportamos o petróleo bruto, que é um petróleo pesado, e importamos produtos refinados que geram diferenças na balança comercial brasileira.

Quanto ao preço da gasolina, é também algo que mereça uma reflexão. Nós não queremos que a gasolina e o *diesel* venham a impactar a inflação brasileira. Então, é natural que o Governo adote medidas cautelosas. Nós já tivemos o reajuste dos preços da gasolina neste ano e poderemos ter outros reajustes em momentos adequados, de tal maneira que a inflação não venha a prejudicar a renda do povo brasileiro, sobretudo da população mais pobre deste País.

Acho importante que a Presidenta Graças Foster venha a esta Casa conversar e discutir conosco. Registro que, nos últimos dias, a PETROBRAS anunciou o seu resultado trimestral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Positivo.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Foi um lucro líquido de 6 bilhões de reais que surpreendeu o mercado, inclusive pelos valores positivos. Acho que a empresa continua sólida, mas sempre será importante que a Presidenta Graças Foster nos esclareça acerca dos temas aqui colocados, que são preocupações do Deputado Domingos Sávio e de todos nós, que devemos debater e esclarecer essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Bittar.

Coloco o requerimento em discussão. *(Pausa.)*

A nossa assessoria comunica que, antes, eu havia colocado em votação o requerimento de inversão de pauta, para que se pudesse deliberar o seu requerimento.

Em votação o requerimento de inversão de pauta.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Encerrada a discussão, coloco em apreciação o requerimento.

Em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o requerimento do Deputado Domingos Sávio.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Está aprovado, portanto, o requerimento do Deputado Domingos Sávio.

Passo agora ao próximo item da pauta: Requerimento nº 6, do Deputado Marçal Filho.

"Requeiro a realização de audiência pública para debater questões relativas à execução orçamentária de 2013, convidando a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, para prestar esclarecimentos acerca de questões relativas à execução orçamentária de 2013, tais como o contingenciamento anunciado através da Portaria Interministerial nº 207, de 31 de maio de 2013, e do Decreto nº 8.021, de 29 de maio de 2013; a porcentagem constitucional de aplicação dos recursos na saúde e a execução de emendas individuais de bancada e de Comissão".

O autor, o Deputado Marçal Filho, está com a palavra para a defesa do seu requerimento.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, logo após todas as manifestações registradas nas ruas do nosso País, todos ficaram, inicialmente, meio atordoados com o que estava ocorrendo, tentando procurar saber que motivações levaram as pessoas a este movimento, que se iniciou por causa do transporte coletivo e acabou ampliando-se para outros setores.

Uma pesquisa posteriormente realizada mostrou muito claramente que a questão da saúde é, de longe, o maior problema do nosso País. Nós falamos de um País que está se desenvolvendo, falamos de um País que está investindo em infraestrutura, falamos de um País que teve ganhos significativos na questão social, um País que economicamente tem se destacado internacionalmente. Nada disso nós podemos esconder. Mas a forma como as pessoas vêm sendo atendidas na área da saúde pública hoje não combina com este País que nós estamos vendo. O que vejo é que tudo aquilo que foi prometido em relação à saúde — que os recursos não seriam contingenciados para esta que é uma área considerada sagrada, que o percentual

constitucional seria respeitado — não tem acontecido, o que nos preocupa muito fortemente.

Pode-se colocar qualquer motivo. Fala-se aqui na necessidade de realização de uma reforma política — eu sou um dos que advoga a favor dessa causa —, mas o que a população quer é a melhoria na qualidade do atendimento à saúde pública deste País. O que vem acontecendo no Brasil é algo cruel, que tem que tocar a sensibilidade do homem público, e nós estamos sendo cobrados nisso diariamente.

Há pouco publiquei no meu *Facebook* que participei de uma audiência no Ministério da Agricultura na qual eu disse que havia conseguido alguns implementos agrícolas. Logo apareceu uma pessoa dizendo: *"Você está atrás de implementos agrícolas, enquanto nós estamos morrendo nas filas dos hospitais, estamos morrendo nos corredores dos hospitais?"*

Enquanto não se colocar a saúde como prioridade absoluta, nós vamos crescer muito nos números. Crescemos muito na posição em que nos encontramos economicamente. Mas é preciso que tomemos consciência, como Governo que todos nós somos, como Estado e como poder público, do qual fazemos parte, de que aquilo que nós falamos tem que combinar com aquilo que nós realizamos.

A execução orçamentária de 2013, principalmente no tocante à saúde, não vem sendo aquilo que nós aprovamos nesta Comissão, que nós aprovamos no plenário do Congresso Nacional.

É isso que eu gostaria de trazer a debate com a presença da Ministra do Planejamento, que garantiu que os recursos da saúde seriam intocáveis. A despeito de todo o esforço que o Ministro Alexandre Padilha vem fazendo, eu sou um daqueles favoráveis à medida de trazer médicos seja de onde for. Eu sou favorável a qualquer medida que venha a melhorar a saúde pública deste País.

Às vezes, questões ideológicas são colocadas, enquanto as pessoas estão morrendo. Muitos levantam questões ideológicas referentes a Cuba, seja de onde for. Dizer que as pessoas não vão entender a língua falada por um médico espanhol ou por

um médico cubano? Ora, eu moro no Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com o Paraguai. Todo mundo lá se entende. Que história é essa? Nós, que moramos em região de fronteira, atendemos inúmeras pessoas do Paraguai. Nós nos entendemos muito bem. Então, nós temos que aplaudir iniciativas como estas.

Esse esforço vem sendo feito. Ao lado disso, esta gestão envolve, evidentemente, um País continental, um País do tamanho do Brasil, que possui um Sistema Único de Saúde. Isso é inédito no mundo, difícil de controlar. É difícil fazer uma gestão que possa fechar esses ralos existentes, mas não podemos tapar o sol com a peneira e não dizer aqui que é preciso mais dinheiro, mais investimento, mais recurso para a área da saúde. E muitas vezes é colocado, mas não é executado. E é isso que a gente gostaria de ver a Ministra do Planejamento falar.

Eu vim para esta Casa em 1996 e sempre, nos Governos anteriores também, havia uma dissonância entre os Ministros da área social com os Ministros da área econômica. Parece que os Ministros da área econômica são insensíveis, com corações empedernidos, porque, de um lado, ficam os Ministros da área social pedindo pelo amor de Deus que liberem mais recursos, que tem gente morrendo por falta de atendimento; do outro lado, vêm os Ministros da área econômica e dizem: *"Não, os números são esses; então, temos de cortar aqui e ali"*.

Então, eu gostaria de ter essa audiência pública nesta Comissão para discutirmos, especificamente — falei aqui de várias —, em relação à área da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, só uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Primeiro, gostaria de passar a palavra ao Deputado Ricardo Berzoini, que se inscreveu antes. A seguir, passarei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Se o Deputado Berzoini permitir, eu quero só fazer uma sugestão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Pois não, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Eu quero só lembrar que, no final deste mês, Deputado Marçal, vamos receber a proposta orçamentária, e, tradicionalmente, a Ministra do Planejamento é convidada para vir aqui apresentá-la.

Sugiro que nós aprovemos esse requerimento, mas façamos coincidir a vinda da Ministra para a discussão do Orçamento já no início do próximo mês.

Apenas esta sugestão, para economia de tempo dela e nosso também.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Se me permite, Deputado Bittar, talvez seja até o momento mais exato para a gente cobrar, porque aí vamos estar iniciando uma outra peça orçamentária, para que não se repita o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente e Deputado Marçal, concordando com a preocupação, acho que é crucial para o Orçamento da União o debate sobre a saúde hoje no Brasil. Nós tivemos, há poucos anos, uma disputa política que, lamentavelmente, redundou na perda da CPMF, que, embora não fosse 100% para a saúde, era um aporte de recurso considerável para a saúde. Uma disputa política que ocorreu no Senado, porque esta Casa aprovou a prorrogação da CPMF, depois de sucessivas obstruções por parte da Oposição, mas houve a decisão política de se fazer efetivamente a prorrogação com base numa série de compromissos assumidos pelo Governo Federal de execução: primeiro, da exclusividade da receita; da mudança da alíquota; e de uma série de critérios de controle. Inclusive, baseado nessa receita, havia a elaboração de um plano chamado PAC da Saúde, cujo objetivo era exatamente aumentar os investimentos em infraestrutura e melhorar a distribuição dos serviços no território nacional. Lamentavelmente, no Senado Federal, na época, por uma disputa política, a prorrogação teve maioria, mas não alcançou a maioria constitucional necessária.

Então, é preciso, sim, discutirmos com profundidade o financiamento da saúde, mas sem também que nós tenhamos ilusões. O Orçamento da União é como qualquer cobertor: se você puxar muito para um lado, descobre o outro pedaço. Portanto, é necessário aprofundar o debate sobre o financiamento do ponto de vista tributário, para que nós possamos pensar não daqui a 2 ou 3 anos, embora eu reconheça a urgência que o Deputado Marçal coloca na sua argumentação, defendendo o seu requerimento, mas do ponto de vista de pensar uma estratégia para 10 ou 20 anos capaz de dar conta no curto prazo, mas fundamentalmente no médio e longo prazo.

Então, nesse sentido, concordando com a ponderação do Deputado Bittar, nós possamos fazer, talvez, um debate mais amplo da seguridade social e da saúde, a partir desse requerimento do Deputado Marçal Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Ricardo Berzoini.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio, para que possa fazer também a discussão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Deputado Marçal pela iniciativa. É fundamental que a gente debata com os Ministros da área econômica e, em especial, da área de planejamento essa decisão de ficar contingenciando recursos da saúde, que já são insuficientes. Antes de completar o raciocínio com relação à importância da vinda da Ministra, não posso deixar também de manifestar o meu pensamento com relação a essa matéria que o Deputado Berzoini aborda sobre o fim da CPMF. Eu tenho por ele um respeito enorme, mas não posso deixar de registrar a minha discordância no sentido de dizer que a CPMF foi um acerto desta Casa.

Não tenho a menor dúvida de que a CPMF, que foi criada com prazos e que já havia sido por algumas vezes reeditada ou prorrogada, era uma forma perversa de bitributar e ficar tirando das pessoas, através das operações financeiras, algo por que elas já pagaram em todas as formas de imposto que há num País, em que se paga

muito imposto. O nosso País é um dos países em que mais se paga imposto no mundo. E não é esse nunca o motivo de falta de investimento na saúde.

A decisão de governos se dá em cima das receitas correntes destes próprios governos. A decisão de qualquer governo vem da vontade real de definir as suas prioridades. E saúde é prioridade, num país que arrecada trilhões de reais, num país que tem, sim, uma das maiores receitas e a maior carga tributária do mundo. É uma questão de tomar a decisão política. E, o pior é que, depois de tomada a decisão política ainda se contingencia.

Portanto, além de cumprimentá-lo pela iniciativa, quero dizer que devemos, também nessa matéria, fazer aqui um debate republicano, claro, franco de que é inaceitável contingenciar algo que envolve a vida das pessoas. Como é que se contingencia e diz que é menos importante salvar a vida de um brasileiro? Como é que alguém pode fazer isso, contingenciar recurso orçamentário onde está faltando?

Esta Casa está recebendo agora, e amanhã vai ser entregue ao Presidente, um projeto de iniciativa popular com 1,5 milhão de assinaturas. Mas, não é nenhuma novidade, esta Casa já se debruçou sobre essa matéria. Todos os Deputados de todos os partidos manifestam que têm o desejo de ver pelo menos 10% das receitas do Governo aplicadas em saúde pública. No entanto, o pouco que é colocado no orçamento ainda é contingenciado.

Além de concordar com V.Exa., eu quero fazer um apelo a V.Exa. e ao Deputado Danilo, que já esteve aqui. Há uma emenda de nossa autoria — eu acredito que essa emenda pode ter até a iniciativa vinda também de outros colegas, quiçá que seja de todos — que coloca na LDO que fica absolutamente definido que não se podem contingenciar recursos da saúde. Vamos aprovar o orçamento da saúde. É sabido que ele é insuficiente. Então, não se pode contingenciá-lo. Se o Governo quiser contingenciá-lo, que ele peça autorização ao Congresso para a gente discutir com o País se é razoável contingenciá-lo.

Então, vamos colocar isso na LDO.

O orçamento é feito. Ele não é impositivo, mas pode-se colocar uma cláusula dizendo que isso não está sujeito a contingenciamento, até porque já existe um principio constitucional que tem que ser respeitado

Sr. Presidente, vamos fazer uma discussão republicana e nos unir em torno da questão da saúde. Não vamos ficar querendo remexer lá no passado, querer estabelecer culpa de “a” ou “b”, porque acabou com a CPMF. Isso não tem nada a ver. A CPMF era bitributação. Ela foi criada sob a denominação de contribuição com prazo fixo, foi prorrogada, não significou aumento de investimento na saúde e fatalmente iria ser um imposto a mais nas costas do brasileiro de maneira eterna sem resolver o problema da saúde.

Então, o problema da saúde tem que ser decisão de Governo e não vinculação deste ou daquele imposto. Imposto já há demais. O que precisa é decisão política de investir em saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Passo agora a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quero também cumprimentar o Deputado Marçal Filho pela iniciativa deste requerimento em que se trata de um tema da mais alta importância para o povo brasileiro, que é a saúde.

Nós precisamos encontrar meios para o financiamento da saúde. Nós temos essa proposta, que está chegando, de mais 10% das receitas correntes líquidas, para que sejam investidas na área da saúde. É uma medida importante que nós temos que analisar e debater nesta Casa.

Deputado domingos Sávio, nós temos que evitar que a área da saúde seja objeto de desvinculação da receita da União. E, aí, estaríamos evitando o contingenciamento e

fazendo com que todos os recursos da saúde aprovados no Orçamento sejam aplicados.

Portanto, é realmente importante a vinda aqui da Ministra do Planejamento, para que nós possamos travar um debate nesse sentido. Mas discordo que seja na mesma sessão de apresentação do Orçamento. Esse debate deveria ser antecipado, para que nós pudéssemos ter, na entrega da peça orçamentária, algo nesse sentido.

Assim, Sr. Presidente, voto totalmente favorável a esse requerimento. E acredito que será um bom debate, nesta Comissão, a questão da saúde, principalmente neste momento em que estamos discutindo o programa Mais Médico, Mais Saúde. Estamos discutindo a questão da falta de recursos para este programa importante, que é o SUS — Sistema Único de Saúde do Brasil. Talvez, seja um dos programas mais bem idealizados, mas que precisa de recursos para funcionar.

Nesse sentido, esta Comissão tem o dever de debater e encontrar também caminhos para que nós possamos ter financiamentos para a área da saúde.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado José Rocha.

Passo agora a palavra ao Deputado Cajado, para que encerremos a discussão desse tema.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Serei breve, Sr. Presidente.

Quero apenas reafirmar a nossa condição de debatedores dessa questão. É fundamental que possamos discutir e eu vejo que a base do Governo quer fazer essa discussão. Vai votar favorável — pelo menos, é o que se depreende dos encaminhamentos dos que se utilizaram da palavra nesse sentido —, o que é positivo, porque o debate é fundamental.

Na execução orçamentária do Governo, no nosso ponto de vista, há uma série de fatores negativos e nós precisamos discuti-los, pontuá-los, no intuito de construir caminhos alternativos que sejam positivos.

Quando nós discutimos o Orçamento do País, nós discutimos as políticas públicas. É em cima da discussão orçamentária que nós efetivamos ou não as políticas públicas, de forma geral, na saúde, na educação, na infraestrutura, na ação social. Então, é fundamental.

Nós temos aí uma oportunidade de trazer esses assuntos ao debate. Eu irei me preparar para apresentar não apenas os entraves que, do nosso ponto de vista, poderiam ser retirados para uma melhor eficiência na execução orçamentária, como também as críticas que o Governo deve ouvir. Se efetivamente a Ministra vier... E cabe a V.Exa., Sr. Presidente, Senador Edison Lobão Filho, se aprovado o requerimento, entrar em contato e pautar a data para que possamos fazer a discussão. Sem sombra de dúvida, o Deputado Marçal contribui para o engrandecimento da Comissão e, principalmente, para o debate, no viés de aqui fazermos críticas construtivas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa., ao dizer que vai se preparar, assusta-me profundamente.

Então, a discussão está encerrada.

O requerimento, portanto, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Marçal permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado por unanimidade.

Em votação, agora, na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, à guisa de informação, depois que a Presidenta Dilma Rousseff disse que acredita no ET de Varginha, nada mais me assusta. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Passo ao próximo item da pauta. São três itens.

Pergunto ao plenário se poderemos votar em bloco, porque dizem respeito ao relatório de atividades da Autoridade Pública Olímpica. *(Pausa.)*

Não havendo ninguém que discorde, faremos em bloco.

Apresentação do relatório ao Ofício nº 16, de 2012, que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, o relatório de atividades da Autoridade Pública Olímpica — APO, referente ao segundo semestre de 2011.

O autor é o Senador Aníbal Diniz, que se encontra ausente, e vota pelo arquivamento da matéria.

Eu passo a palavra ao Deputado Jorge Bittar para que, *ad hoc*, faça o relatório.

Com a palavra o Relator. *(Pausa.)*

Perdão, Deputado, vou ler as ementas dos três. Já li a do primeiro.

A do segundo: apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 55, de 2012, que encaminha o mesmo relatório de atividades desenvolvidas pela APO no primeiro semestre de 2012.

O voto é pelo arquivamento também da matéria.

Por último, apreciação do relatório apresentado pelo Ofício nº 23, de 2013, que encaminha também o mesmo relatório de atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica — APO, no segundo semestre de 2012.

O voto também pelo arquivamento da matéria.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, como já ficou claro pela leitura da matéria, objeto de apreciação por este plenário, tratam-se de três relatórios semestrais da Autoridade Pública Olímpica, que foram encaminhados a esta Casa, e estão a nossa disposição. Esses relatórios decorrem do cumprimento do art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011.

O nosso voto é pelo arquivamento dos três relatórios.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Jorge Bittar.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discutir ...

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Bruno Araújo.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, coincidentemente, quis o destino que no dia da apreciação deste relatório o Brasil tomasse conhecimento da solicitação de afastamento do Sr. Márcio Fortes, que preside a Autoridade Pública Olímpica.

O relatório registra que as atividades tiveram início no dia 7 de julho de 2011, com a nomeação do Sr. Márcio Fortes. É bom lembrar matéria publicada há alguns dias:

> *"A Presidenta Dilma Rousseff deve se reunir hoje" — era o dia 6 — "com o Presidente da APO, Márcio Fortes, para tentar convencê-lo a permanecer no cargo. Fortes estaria incomodado com a pressão que vem recebendo do PCdoB, legenda que comanda o Ministério do Esporte, e sempre sonhou em ter Autoridade Pública Olímpica como um belo apêndice da Pasta. Dilma deve assegurar uma diminuição do apetite dos comunistas.*
>
> *A guerra do Partido Comunista do Brasil para assumir o APO começou ainda durante o governo de transição, quando o Ministério do Esporte era comandado pelo então Ministro Orlando Silva. Silva defendia que o partido, por ter longa experiência no setor esportivo e por comandar a Pasta*

que implementa a política na área, deveria ter o direito de comandar a Autoridade Política Olímpica."

O fato é que Dilma Rousseff, no entanto, indicou o ex-Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para o cargo, que durou pouco tempo, insatisfeito com a falta de autonomia e a perda de prestígio da Autoridade Pública Olímpica. Ou seja, culmina hoje com o afastamento do Sr. Márcio Fortes, ficando clara a total ingerência do Governo, comprometendo a autonomia dessa entidade importante para gerenciar algo que, mais do que os preparativos para um grande evento internacional, aí sim, tem a responsabilidade de ajudar a consolidar e construir a estrutura que fica para o Brasil após os jogos. Qual é a estrutura que fica para atender a população do Estado do Rio de Janeiro com a infraestrutura necessária? Os jogos durarão 30 dias, e fica um investimento de centenas ou dezenas de bilhões de reais de toda a população brasileira concentrado no Estado do Rio de Janeiro, o que vai fazer bem ao País, desde que a população do Rio de Janeiro possa receber o retorno desses investimentos.

Portanto, hoje esse relatório chega à Comissão Mista de Orçamento coincidentemente no momento em que o seu dirigente deixa o cargo por pressões do Ministério junto à Autoridade Pública Olímpica. Fica, nesse episódio também, mais uma vez, a posição contrária do PSDB, pela preocupação com o modo como está se dando a condução dos investimentos, dos preparativos das Olimpíadas, sobretudo na infraestrutura necessária para atender a população.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bruno.

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que…

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Eu quero só fazer o seguinte comentário. Como o Deputado Bruno sabe, eu sou do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou conceder a palavra a V.Exa. Depois de iniciada a votação, não deveria, mas vou conceder de forma carinhosa também, para não dizer que é apenas com o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Muito obrigado, Sr. Presidente. Que isso não se caracterize como um precedente regimental. Não é isso? Realmente, eu fui lento aqui: *"Devo falar? Não devo falar?"*

Os investimentos para os jogos olímpicos, tanto os investimentos nos equipamentos esportivos, quanto os investimentos no chamado legado social dos jogos olímpicos caminham bastante bem na cidade do Rio de Janeiro. Eu até, no final do ano passado, estive na Prefeitura. Fui Secretário Municipal de Habitação da cidade. Enquanto tal, cumpri meu papel nessa área de habitação, que é uma das referências de legado histórico. Nós fizemos 60 mil unidades do programa Minha Casa, Minha Vida, urbanização de favelas. Há investimentos em transportes, em saneamento básico, em meio ambiente, além dos equipamentos esportivos. Surgem notícias sobre eventuais conflitos com o Ministério do Esporte, com a APO e com o Governo do Estado. São conflitos naturais que surgem de organizações que tratam do planejamento e da gestão de importantes investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Às vezes até inexistentes — existentes apenas na imprensa.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Exatamente.

A Presidenta Dilma Rousseff saberá lidar, com sabedoria, com essa questão. O Ministro Márcio Fortes, hoje Presidente da APO, é uma figura que merece todo o nosso respeito. Foi um excelente Ministro das Cidades, além de várias outras funções públicas, como membro de carreira do Ministério das Relações Exteriores, da diplomacia brasileira. Ele merece todos os nossos elogios e todo o nosso apoio. A nossa Presidenta saberá lidar com esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bittar.

O relatório agora está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em votação agora na representação do Senado Federal, em bloco.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Eu quero colocar agora em votação um requerimento do Deputado Evandro Milhomen que pede a inclusão extrapauta dos Ofícios nº 17, de 2012, nº 54, de 2012, nº 31, de 2012, e nº 44, de 2012. Todos se referem a relatórios gerenciais trimestrais do BNDES, nesta reunião ordinária.

Eu coloco em votação.

Os Deputados que aprovam a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os Senadores que aprovam a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Portanto, eu vou ler os quatro relatórios, que também poderão ser votados em bloco, com a anuência deste Plenário, para que o Deputado Evandro Milhomen possa fazer o seu relatório.

Apreciação do relatório apresentado no Ofício nº 17, de 2012, que encaminha, nos termos do art. 1º, §6º, da Lei nº 11.948, o relatório gerencial trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2011. O Relator é o Deputado Evandro Milhomen, e o voto é pelo arquivamento da matéria.

Apreciação do relatório apresentado no Ofício nº 54, de 2012, que encaminha, nos termos do art. 1º, §6º, da Lei nº 11.948, o relatório gerencial trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2012.

O Relator é o Deputado Evandro Milhomen, e o voto é pelo arquivamento da matéria.

Apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 31, de 2012, que encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei n º 11.948, o relatório gerencial trimestral do BNDES, referente ao primeiro trimestre de 2012. O Relator é o Deputado Evandro Milhomen, e o voto é pelo arquivamento da matéria.

Finalmente, apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 434, de 2012, que encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, o relatório gerencial trimestral do BNDES, referente ao segundo trimestre de 2012. O Relator é o Deputado Evandro Milhomen, e o voto é pelo arquivamento da matéria.

Agora, o Deputado Evandro Milhomen está com a palavra para a defesa do seu relatório.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Sr. Presidente, como os outros relatórios, nós queremos identificar e registrar a qualidade técnica do relatório, que, apesar de certa dificuldade de exposição no que toca ao cálculo do custo financeiro do empréstimo, atende às exigências legais do dispositivo. Mas também, consequentemente, sugere-se uma maior participação das empresas de portes pequeno e médio, e microempresa de crédito concedido.

Portanto, Sr. Presidente, essa análise do relatório é extremamente positiva, e, pelo exposto, opinamos pela remessa ao arquivo dos relatórios por V.Exa. aqui lidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Evandro Milhomen.

O relatório, agora, está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O relatório está aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O relatório está aprovado por unanimidade.

Passamos ao último item da pauta.

Há um requerimento do Deputado Jorge Bittar para que haja uma inclusão extrapauta da apreciação do relatório apresentado às matérias do Congresso Nacional sobre o relatório de avaliação de receitas e despesas.

Coloco em votação o pedido de inclusão extrapauta na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Coloco também em votação para a inclusão extrapauta no Senado Federal. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Qual o período, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Período de 2010. *(Pausa.)*

Portanto, a inclusão está aprovada também no Senado Federal.

Passo à apreciação do relatório apresentado às matérias do Congresso Nacional, encaminhado nos termos do § 4º do art. 70, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, sobre o relatório de avaliação de receitas e despesas referentes aos seguintes bimestres de 2010: Mensagem nº 15, de 2010, primeiro bimestre; Mensagem nº 31, de 2010, segundo bimestre; Mensagem nº 88, de 2010, terceiro bimestre; Mensagem nº 129, quarto bimestre; e Mensagem nº 168, de 2010, quinto bimestre.

O Relator, Deputado Gonzaga Patriota.

O voto é pelo arquivamento da matéria.

Eu passo, *ad hoc,* para o Deputado Jorge Bittar...

O Relator está com a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu vejo que V.Exa. está se aproveitando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Da sua boa vontade... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - ... da boa vontade. Exatamente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Mas esse é o último item da pauta. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem. Eu ia pedir a V.Exa., e a boa vontade serve por agora, para que V.Exa. não se acostume muito, não é? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Está certo, está certo. *(Risos.)*

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Dada a enorme generosidade do Deputado Claudio Cajado eu...

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - S.Exa. se inspirou em Jorge Amado, no personagem Odorico Paraguaçu e companhia. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Vou passar a ler o meu voto.

Os relatórios de avaliação propiciam ao Congresso Nacional o acompanhamento das projeções de receitas e despesas da União, dentro de determinado exercício, com vistas a auxiliar o processo de fiscalização e a confirmar a adequação dos esforços para o cumprimento das metas fiscais previstas na LDO. Não obstante a relevância desse documento, passados 3 anos, seu debate não tem mais o condão de permitir qualquer mudança nos rumos da política fiscal do período.

Recomendo, portanto, o arquivamento dos processos.

É o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Jorge Bittar.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório.

Coloco, agora, em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório.

Srs. Parlamentares e colegas, eu quero fazer um convite a V.Exas. porque a nossa assessoria técnica informa que temos algumas características singulares, este ano, na LDO em função da novidade do orçamento impositivo.

Então, eu quero convidar meus colegas da Comissão e todos os Líderes dos partidos para amanhã, às 15 horas, uma exposição da assessoria sobre essas novas características e suas consequências. Vamos ouvir juntos a assessoria e com ela interagir.

(Não identificado) - Neste plenário?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Neste plenário ou na sala de reuniões, dependendo do número de Parlamentares.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu pessoalmente tenho um compromisso inadiável amanhã, às 15 horas. V.Exa. poderia postergar um pouco essa reunião ou antecipá-la?

(Não identificado) - Eu o represento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com o beneplácito do Plenário.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu teria muita honra de V.Exa. me representar em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Amanhã é um dia bem tranquilo, não há nenhuma outra votação desta Comissão. Pergunto ao Plenário se poderia ser às 16 horas. Está bem às 16 horas para V.Exa.?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Está bem às 16 horas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pode ser às 16 horas, Deputado Bittar, Deputado Florence? *(Pausa.)*

Marcado para as 16 horas. Que fique registrado na ata.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É só sobre a LDO a exposição da assessoria técnica?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só. Que a assessoria convide todos os Parlamentares.

Declaro encerrada e concluída a votação das matérias constantes da pauta.

Encerro os trabalhos desta Comissão, convocando reunião ordinária para o dia 20 de agosto, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

Cancelo a reunião extraordinária que seria realizada no Plenário 2, do dia 14, amanhã, quarta-feira, às 14h30min.

Lembro aos Parlamentares que está aberto o prazo para apresentação de emendas à LDO 2014 e que este prazo se encerrará na quinta-feira, dia 15, às 18h30min. E, para o auxílio das Lideranças e Gabinetes foi disponibilizada na página da Comissão Mista de Orçamento uma videoaula para elaboração e envio dessas emendas via sistema.

Boa noite a todos os Parlamentares. E obrigado pela presença maciça nesta terça-feira.

Está encerrada a reunião.

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 20, 21 E 22 DE AGOSTO DE 2013.

Aos vinte, vinte e um e vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenários 02 e 08 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 17 de 2013. Durante esse período, verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Andre Moura, Bruno Araújo, Danilo Forte, Domingos Sávio, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Rose de Freitas, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho e Weverton Rocha; dos **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lobão Filho, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Morais; dos **Deputados Suplentes**: Afonso Florence, Alexandre Leite, Dalva Figueiredo, Dilceu Sperafico, João Dado, Jorge Bittar, José Airton, José Rocha, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; e dos **Senadores Suplentes**: Eduardo Suplicy e Inácio Arruda. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Armando Vergílio, Bohn Gass, Carlos Magno, Claudio Cajado, Efraim Filho, Nilton Capixaba, Ricardo Berzoini, Roberto Teixeira, Sebastião Bala Rocha, Weliton Prado e Zezéu Ribeiro e os Senadores Titulares Anibal Diniz e Lúcia Vânia. **ABERTURA:** às 15h03 do dia 20 de agosto, havendo número regimental para abertura, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício, Deputado Pedro Novais, declarou iniciados os trabalhos, os quais foram suspensos às 15h04 e tiveram sua continuidade programada para o dia 21 de agosto, às 14h, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Antes, porém, anunciou que até aquele momento o Relatório ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN, PLDO 2014, não havia sido entregue pelo Relator, Deputado Danilo Forte. No dia 21 de agosto, às 14h05, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Severino Ninho, no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional*. O Presidente em exercício cancelou a realização de reuniões extraordinárias convocadas para o dia 21 de agosto, às 14h30min e às 18 horas. Em seguida, suspendeu a reunião, às 14h06, e convocou a sua continuação para o dia 22 de agosto, quinta-feira, às 9 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 22 de agosto, às 9h13, havendo quórum para deliberação, os trabalhos foram reabertos pelo Presidente, o qual solicitou dispensa da leitura da Ata da 6ª Reunião Deliberativa Ordinária, ocorrida em 6, 7, 8 e 13/8/2013, e foi atendido pelo Plenário. Em votação, a Ata foi **aprovada. EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas

notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA: 1. Alteração do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN, PLDO 2014**, aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 8/8/2013, tendo por escopo atender solicitação encaminhada por parlamentares e Comissões Temáticas para possibilitar a aprovação de emendas, propõe-se incluir no Anexo de Metas e Prioridades, ANEXO – ÁREA TEMÁTICA/PROGRAMAS PRIORITÁRIOS, na Área Temática VII – Justiça e Defesa, os seguintes programas: "Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas" e "Mar, Zona Costeira e Antártida". Relator: Deputado Danilo Forte. O Relator leu a proposta de alteração do Parecer Preliminar apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN, PLDO 2014. Logo após a leitura, o Deputado Afonso Florence pediu esclarecimentos acerca da votação do Relatório Final ao PLDO 2014. Não houve discussão. Em votação, a alteração foi **aprovada** por unanimidade. A seguir, o Deputado Domingos Sávio fez uso da palavra para comentar sobre a importância da Lei de Diretrizes Orçamentárias e acordos existentes para sua votação. O Deputado Afonso Florence levantou novos questionamentos acerca da votação do Relatório Final ao PLDO 2014. A seguir, o Presidente fez elogios à equipe que colaborou com o Deputado Danilo Forte para a elaboração do Relatório e anunciou a convocação de Reunião do Colegiado de Líderes para o dia 27 de agosto, terça-feira, às 11h, para esclarecer detalhes do Relatório ao PLDO 2014. Na sequência, o Deputado Fábio Ramalho usou a palavra para elogiar o trabalho do Deputado Danilo Forte. Logo após, o Presidente anunciou que daria prosseguimento ao acordo firmado para, citando o jargão político utilizado, "limpar a pauta" da Comissão. **2. RELATÓRIO AO OFÍCIO (CN) Nº 9/13** - do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - que "encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, e do art. 1º, § 8º, da Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011, o Relatório Gerencial Trimestral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, referente ao quarto trimestre de 2012". Relator: Deputado Evandro Milhomen. Voto pelo arquivamento da matéria. **3. RELATÓRIO AO OFÍCIO (CN) Nº 17/13** - do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - que "encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, e do art. 1º, § 8º da Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2013". Relator: Deputado Evandro Milhomen. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Relator apresentou o Relatório dos itens 2 e 3. Não houve quem quisesse discutir a matéria. Em votação, os Ofícios foram **aprovados por unamidade.** A seguir, foi apresentado Requerimento, de autoria do Deputado Danilo Forte, para inclusão na Pauta do **Relatório ao PLDO 2014**. O autor apresentou o Requerimento. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado. EXTRAPAUTA**: **RELATÓRIO AO PROJETO DE LEI (CN) Nº 2/13** - da Presidente da República - que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências". Relator: Deputado Danilo Forte. Voto pela aprovação na forma ora apresentada. Quantos às 55 (cinquenta e cinco) emendas apresentadas, ofereceu voto

pela APROVAÇÃO das de nºs 10 e 24, APROVAÇÃO PARCIAL das de nºs 1, 2, 13, 15, 26, 28, 35, 41 e REJEIÇÃO das demais. O Presidente informou que seria realizada apenas a leitura do Relatório e que não haveria deliberação deste. Além disso, anunciou a abertura do prazo para apresentação de destaques e, a seguir, passou a palavra ao Relator para a leitura do Relatório. Terminada a leitura, o Senador Randolfe Rodrigues levantou questionamento acerca do prazo para apresentação de destaques. O Presidente reafirmou a abertura do prazo, esclareceu que seria possível entregar destaques até o encerramento da discussão e elogiou o fato de o Deputado Danilo Forte ter inovado quanto à apreciação do PLDO 2014, uma vez que realizou Seminários Regionais em três estados da Federação. O Senador Randolfe Rodrigues sugeriu que eles também fossem realizados quando da apreciação do PLOA 2014, porém ampliando-se a discussão a mais Estados. O Deputado Danilo Forte e o Presidente manifestaram palavras de apoio à sugestão. Requerimento para inclusão na Pauta, de autoria do Deputado Afonso Florence, para apreciação do **Relatório ao Aviso nº 11/2013-CN.** Não houve quem quisesse discutir. O Requerimento foi **aprovado por unanimidade. EXTRAPAUTA: Relatório ao Aviso nº 11/2013-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 98, § 6º da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO 2013), a atualização, até o dia 8 de maio de 2013, das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 1387-Seses-TCU-Plenário, de 30 de outubro de 2012, relativas às obras com indícios de irregularidades graves.". Relator: Deputado Afonso Florence. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Relator apresentou o Relatório. Não houve discussão da matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado por unanimidade. ENCERRAMENTO**: às 10h06, a reunião foi encerrada. Antes, porém, o Presidente convocou Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para o dia 27 de agosto, terça-feira, às 11 horas, na sala de reuniões da Presidência da Comissão, para tratar de detalhes do Relatório Final ao PLDO 2014, além de Reunião Extraordinária para o mesmo dia, às 15h, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Lobão Filho, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Há número regimental.

Declaro iniciada a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes da Pauta nº 17, de 2013.

Informo que o relatório ao Projeto de Lei nº 2, de 2013-CN (PLDO 2014), não foi entregue pelo Relator, Deputado Danilo Forte, até a presente data — aliás, até o presente momento.

Suspendo a presente reunião ordinária e convoco a sua continuação para amanhã, dia 21 de agosto, quarta-feira, às 14 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Severino Ninho) - Declaro reiniciada a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 17, de 2013.

Suspendo a presente reunião ordinária e convoco a sua continuação para amanhã, dia 22 de agosto, às 9 horas, neste plenário. Antes, porém, comunico o cancelamento das reuniões marcadas para hoje às 14h30min e 18 horas.

A reunião, portanto, está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 17, de 2013. Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e há quórum no Senado Federal.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente. E não havendo discussão, conforme o estabelecido

na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação a ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 6, 7, 8 e 13 de agosto de 2013.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Na representação do Senado Federal, os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

Conforme decidido na 4ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Ordem do Dia.

Apreciação da alteração do parecer preliminar apresentado ao Projeto de Lei nº 2, de 2013, aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de agosto de 2013. O Relator é o Deputado Danilo Forte.

Tendo por escopo atender solicitação encaminhada por Parlamentares e Comissões Temáticas para possibilitar a aprovação de emendas, propõe-se incluir no Anexo de Metas e Prioridades, Anexo Área Temática *Programas Prioritários*, na Área Temática VII, *Justiça e Defesa*, os seguintes programas: *Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas* e *Mar, Zona Costeira e Antártida*.

O Relator está com a palavra para apresentação da alteração do parecer preliminar.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente eu gostaria muito de agradecer aos pares, aos companheiros Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, porque, num prazo muito exíguo de tempo, no encerramento da entrega das emendas, na quinta-feira da semana passada, até a

segunda-feira de manhã, a gente já estava com 4.085 emendas analisadas, com um trabalho de final de semana. E aqui quero agradecer o esforço penhorado de toda a assessoria, de todos os consultores da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, que trabalharam junto conosco no fim de semana, e quero fazer um agradecimento especial, inclusive, ao Deputado Wellington Roberto, que passou também o fim de semana conosco, aqui, dando agilidade a esse relatório.

Alteração do parecer preliminar, no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014:

1. Tendo por escopo atender solicitação encaminhada por Parlamentares e Comissões Temáticas para possibilitar a aprovação de emendas, propõe-se incluir no Anexo de Metas e Prioridades, Anexo Área Temática *Programas Prioritários*, na Área Temática VII, *Justiça e Defesa*, os seguintes programas: *Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas*, e *Mar, Zona Costeira e Antártida*.

Isso aqui foram dois pleitos que nos foram encaminhados, extemporaneamente, mas são importantes porque um representa a tradição mais profunda da nossa formação étnica, que são os verdadeiros brasileiros de origem, o povo indígena; e o segundo, a questão da preocupação nossa com a defesa do País através da questão marítima, que é um apelo, inclusive, que nos chegou pelas Forças Armadas, principalmente a Marinha, que tem uma preocupação muito grande com o desenvolvimento da pesquisa na Antártida. Então, para que pudessem ser atendidas as emendas referentes a esses dois pontos, assim como a gente fez na reunião passada, com relação à inclusão da cultura, a pedido do Deputado Milhomen, nós estamos agora incorporando também a *Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas* e o *Mar, Zona Costeira e Antártida*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Sr. Relator.

A alteração do parecer preliminar está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada. Portando, a alteração do parecer preliminar está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, Deputado Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - É só um esclarecimento para definir o posicionamento da nossa bancada. Eu tomei conhecimento hoje. Não tive a oportunidade de conversar com o Coordenador da minha bancada, o Deputado Bittar, que não se encontra aqui, nem com o Coordenador do Governo na Comissão. Eu gostaria de, digamos assim, no âmbito da política, ter um informe sobre se o relatório foi apreciado, se há acordo ...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Hoje é só a leitura.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Hoje e só a leitura, e entra em votação para a leitura, para abrir...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Três dias úteis.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Três dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Na próxima terça-feira.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Tudo bem. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Por nada. Portanto, dando continuidade, a rigor eu nem poderia ter interrompido a votação, mas, em homenagem a V.Exa...

Portanto, está em votação na Câmara dos Deputados. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Também em votação na representação do Senado Federal. Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, Deputado Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, nós observamos essa alteração do projeto preliminar, que nos parece um procedimento...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Formal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...que não traz maiores repercussões e que, portanto, acompanhamos sem nenhuma objeção, já num espírito de entendimento que estamos construindo com V.Exa. e com o nobre Relator, Deputado Danilo Forte.

Agora entraremos numa fase da reunião em que teríamos, pelo que já ouvi de V.Exa. e do nosso querido Relator, a disposição de fazer a leitura e nos colocar a par do relatório final, relatório esse sobre o qual, até o presente momento, todos nós temos ainda indagações as mais diversas. Pela dimensão do trabalho — de antemão já cumprimento o Relator —, creio eu que até o próprio Relator tem indagações, o que é natural. Trata-se, portanto, da produção de um documento que, além do esforço hercúleo do Relator, compreende também o trabalho de toda uma equipe de assessoria, e a produção gráfica requer, inclusive, também, as devidas revisões. Portanto, é natural que todos nós estejamos diante de um trabalho que merecerá ainda todo um estudo.

Inicialmente, Presidente, eu destaco que nós, em princípio, nem deveríamos fazer a leitura hoje. O art. 128 do nosso Regimento Comum é muito claro quanto ao prazo de 3 dias após a disponibilização para a apreciação, não é nem a votação. Mas o nosso entendimento é de que, hoje, nós já vivemos um ambiente, na Comissão, da busca da construção do entendimento para os grandes temas nacionais, em que o interesse público fala mais alto e nos conduz, estimula-nos ao entendimento. Mas, é claro, eu quero destacar o seguinte: em que pese eu ser um dos que defendem, de forma muito clara, esse espírito, nós precisaremos — e aí a gente conta com essa postura extremamente adequada de V.Exa. e de nosso Relator —, nós contaremos com a previsão de uma reunião que possamos ter entre as Lideranças, antes da sessão deliberativa, para apreciar, aí sim, e votar o relatório final, em que possamos verificar aquelas questões apontadas por nós como objetos ou como princípios essenciais para o entendimento. Ou seja, nós vamos conduzir no âmbito do entendimento e do acordo.

Acordo pressupõe que ambos os lados se sintam contemplados, pelo menos parcialmente; você abre mão de alguma coisa, em prol do acordo, mas desde que esteja sendo contemplado.

Então, há questões importantes, como, por exemplo, o fato de que nós entendemos que o BNDES deve... Afinal de contas, trata-se de recursos eminentemente públicos, um banco 100% público, não é? E ele deve estar também sob o controle orçamentário do Congresso Nacional. O Congresso Nacional não pode ignorar...Daqui a pouco nós vamos ignorar a PETROBRAS, vamos ignorar todas as estruturas que representam o patrimônio da nossa Nação. Então, as questões inerentes ao BNDES estarão submetidas, no nosso atendimento, à apreciação desta Comissão.

Nós entendemos também, como é histórico, é constitucional, nesta Casa, que não podemos, caso não haja a aprovação da Lei Orçamentária, ter investimentos no exercício seguinte, até que ela seja aprovada. Não que nós não queiramos investimentos. É que nós não podemos passar uma borracha e o Congresso Nacional virar um zero à esquerda. A partir do dia em que você já tenha o princípio constitucional de que é possível as despesas de custeio serem constitucionalmente efetivadas no exercício seguinte, caso não haja a aprovação da Lei Orçamentária, observados alguns princípios, as questões dos duodécimos, etc., se você também for facultar investimento, qual o interesse que o Governo vai ter de aprovar o Orçamento? Qual o interesse que o Executivo vai ter de compartilhar no exercício democrático a construção do Orçamento com o Congresso?

Aí eu volto àquele princípio: aqui a gente tem que ter a grandeza e a postura de estadista de pensarmos a Nação como um todo, analisarmos a questão histórica não como um momento pontual. Senão vamos ter que mudar o Regimento e as regras do jogo a cada governo. Hoje, é uma situação de governo. Hoje então vale tudo e amanhã não vale? Não, não é assim.

Eu sei também, e deve ser o sentimento da Liderança do PT e da Liderança de outros partidos que representam a base do Governo aqui, que nós temos cláusulas pétreas, princípios essenciais, e não podemos transigir neles.

Então, ao concluir esta minha breve intervenção inicial, Presidente, quero, de certa forma, dar aqui hoje um testemunho muito claro — a exemplo do que fiz na leitura e aprovação do relatório preliminar, também numa manhã de quinta-feira —, e uma demonstração, mais uma vez, de um voto de confiança à postura que V.Exa. tem tido, que o nobre Relator tem tido e os demais pares de que possamos, no início da semana que vem, quiçá na terça-feira pela manhã, construir um amplo acordo em que os grandes temas de interesse nacional — citei dois como exemplo — possam ser contemplados no relatório final e, aí sim, partir para apreciação e votação, também, creio eu, nesse ambiente de entendimento.

Há outra preocupação também que alcança não só Minas Gerais como também outros Estados da Federação em relação aos tribunais regionais. Meu Líder de Minas chega em boa hora e eu aproveito a minha fala, com sua permissão para falar em nome da bancada mineira. Acredito que seja o sentimento da bancada baiana, da gaúcha e por aí afora. Não podemos, depois de termos aprovado nesta Casa, cruzar os braços diante de uma necessidade do País de levar a Justiça Federal a todos os rincões com maior presteza.

São estas as minhas considerações.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Sávio.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Florence está com a palavra.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Inicialmente, quero parabenizar V.Exa., pela condução célere e resolutiva, e o Deputado Danilo Forte, pelo relatório, mas pedir também uma orientação, um esclarecimento, se possível.

Li aqui, rapidamente, alguns itens e não estou com a orientação de bancada presente. Como foi muito célere o processo, eu gostaria de saber, regimentalmente, se ainda seria possível registrar o meu voto individual contrário, especificamente por ele...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, não vai haver votação. Não, não... Só vamos fazer a leitura e abrir prazo.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - É isto. Pedi esclarecimento em relação a isso. Está em regime de votação...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, não...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - A votação é para abrir prazo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só para abrir o prazo.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - A votação é especificamente para abrir o prazo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Exatamente. Para que membros da Comissão possam estudar de forma mais detida o relatório até terça-feira.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - A votação é específica não sobre o mérito, mas sobre o prazo.

Tudo bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Antes de mais nada, seguindo a palavra do nobre Deputado Sávio, eu queria parabenizar o Deputado Danilo Forte, bem como toda sua equipe, a assessoria muito competente desta Comissão, que num trabalho hercúleo, ao longo de todo o final de semana, avançando pelas madrugadas do final de semana, conseguiu produzir um trabalho como esse, que tem uma responsabilidade tremenda com o País, com o Brasil e com os trabalhadores, porque daqui virá o Orçamento da União de 2014, num ano muito complicado para o Brasil por ser um ano eleitoral.

Meus parabéns, Danilo, que, é óbvio, dentro do mais puro sentimento democrático, ouviu inclusive as legítimas ponderações do nosso companheiro do PV em relação a temas importantes para o seu Estado.

Estou, portanto, convocando para terça-feira, às 11 horas da manhã, no Gabinete da Presidência, uma reunião com os Líderes, para o Relator discutir todos os pontos do seu relatório, inclusive colocando-se à disposição, como fez anteriormente, para retirar, modificar e incluir determinados pontos.

V.Exa. está com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Sr. Presidente, primeiramente, eu quero cumprimentar V.Exa. pela maneira tão sensível como tem conduzido os trabalhos desta Comissão. Quero também parabenizar o Deputado Danilo Forte — tivemos algumas divergências, mas o Danilo é de uma compreensão imensa — e toda a equipe da Comissão, o Roberto. Quero pedir desculpas por excessos em algum momento, mas dizer a todos que nós queremos realmente construir um entendimento e, sobretudo, como bem disse o Deputado Domingos Sávio, fazer com que as coisas aconteçam e que o Brasil seja melhor para todos os brasileiros, principalmente para as pessoas que aguardam de nós uma resposta positiva para suas vidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Fábio Ramalho.

Dando prosseguimento, conforme o acordo que nós fizemos com a Oposição de limpar a pauta desta Comissão, temos dois itens da pauta que dizem respeito ao que nós já votamos do BNDES, com a presença do Deputado Evandro Milhomen, relatórios gerenciais do ano de 2012.

Passo, então, para o próximo item, a apreciação do relatório apresentado —são apenas dois itens — ao Ofício nº 9, que encaminha nos termos do art. 1º, § 6º, o Relatório Gerencial Trimestral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, referente ao quarto trimestre de 2012. O Relator é o Deputado Evandro Milhomen, e o voto é pelo arquivamento da matéria.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cabe registrar a boa qualidade técnica do relatório, que, apesar de certa concisão na exposição do cálculo do custo financeiro dos empréstimos, atende às exigências do dispositivo legal.

Pelo exposto, opinamos pela remessa ao arquivo do Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2012.

Este é o voto, Sr. Presidente.

No segundo relatório, Sr. Presidente, também registrando a qualidade técnica deste relatório, com a mesma concisão e exposição de cálculos financeiros, atendendo às exigências do dispositivo legal, então, pelo exposto, opinamos pela remessa ao arquivo do Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2013.

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Evandro Milhomen.

Portanto, está em discussão o relatório referente ao quarto trimestre de 2012. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, o relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Agora, em discussão o relatório referente ao primeiro trimestre de 2013. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Também está aprovado.

A seguir, passo a ler os requerimentos.

Requerimento para inclusão na pauta do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 2. O autor é o Deputado Danilo Forte.

O autor do requerimento está com a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Amigos Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, nós temos um cronograma que, ao rigor da lei,... Aliás, a única lei que tem prazo na Constituição brasileira é a lei orçamentária. E, na lei do Orçamento, nós temos agora, dia 31 de agosto, a apresentação da Lei Orçamentária Anual para 2014. A LOA é uma lei contábil. Ela se prende mais aos números indicados exatamente pelas diretrizes aprovadas anteriormente.

Em função do atraso, e aqui não vou entrar no mérito, do porquê do atraso da votação, nós, graças a Deus, conseguimos construir uma linha — graças ao esforço do nosso Presidente nesta Comissão, Senador Lobão Filho —, uma linha de trabalho em que pudemos dar celeridade para que chegássemos no dia 31 de agosto com o relatório da LDO aprovado. É ruim para o País apresentar uma lei orçamentária sem ter um parâmetro aprovado dentro daquele ano. Desconsiderar a LDO é o mesmo que fazer uma lei fiscal sem o embasamento necessário do momento político, social e econômico que o País está vivendo.

Então, nós da bancada do PMDB na Câmara fechamos questão que só apreciaríamos, só votaríamos qualquer coisa em relação à LOA 2014 depois de concluída a votação da LDO 2014, pois temos o entendimento claro de que as leis orçamentárias servem exatamente para dar o parâmetro, o balizamento, a base, o lastro necessário para construção da lei orçamentária do ponto de vista contábil.

Nesse esforço, todos os Deputados e Senadores entenderam a diminuição do prazo para apresentação das emendas. Nós, inclusive, tivemos um trabalho aqui, no final de semana, exatamente para concluir esse trabalho, como foi relatado pelo nosso Presidente, Senador Lobão Filho, e agora nós estamos apresentando esse requerimento para que possamos ler a parte do relatório, do encaminhamento do substitutivo. O substitutivo já está na Internet desde ontem à tarde, com todas as alterações que foram feitas, com todas as contribuições das emendas apresentadas, 4.085 emendas. Nós aprovamos em torno de 80% dessas emendas, incorporando-as total ou parcialmente ao relatório, exatamente para fazer o relatório mais amplo, mais aberto possível.

Além disso, tivemos a preocupação de manter um debate constante e permanente com a área de planejamento do Governo, para que essa peça não seja a repetição de uma peça de ficção; seja uma peça balizada na situação fiscal e financeira do País, para que ela tenha cumprimento.

A principal preocupação que tivemos, ponto relevante desse trabalho, foi com a eficiência da lei orçamentária, porque ela precisa ser cumprida. Temos acompanhado ao longo do tempo que as leis orçamentárias tornam-se apenas mais uma lei, sem o acompanhamento devido no que se refere à fiscalização dos recursos públicos e à eficiência e à efetividade daquilo que ali está aprovado, com a cobrança e a responsabilidade em relação a isso.

Tanto isso é verdade, que tivemos uma preocupação muito grande também — existe um capítulo à parte sobre isso — em relação ao compromisso entre o Poder Executivo e a área de controle e fiscalização do próprio Poder Executivo, exatamente buscando flexibilizar, no que diz respeito aos entraves burocráticos, a execução do Orçamento e, por outro lado, dar condições de termos maior transparência na execução e ainda uma cobrança social pela efetiva contribuição que esse Orçamento tem que dar para melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Então, o nosso requerimento vai exatamente no sentido de fazer a leitura hoje. O Presidente já disse que, na terça-feira, às 11 horas, nós vamos fazer uma reunião com

todos os Líderes de todas as bancadas para aprofundar os pontos convergentes e divergentes em relação ao encaminhamento da votação, para, a partir de terça-feira, ficarmos livres para votar o relatório e, com ele pronto, apreciá-lo no plenário do Congresso Nacional. Aí o Senador Lobão vai ter mais um trabalho, o de convencer o Presidente do Congresso Nacional a marcar uma sessão extra ainda este mês e votar até o dia 31.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

O requerimento, portanto, está em votação na representação da Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Passo agora à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 2, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária de 2014 e dá outras providências.

O Relator é o Deputado Danilo Forte.

Foram apresentadas 4.085 emendas.

O voto é favorável ao projeto de lei, nos termos do substitutivo apresentado.

Das 4.085 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação a 273, pela aprovação parcial a 1.777, pela inadmissibilidade a 6 e pela rejeição das demais 2.029.

Neste momento, depois de terminada a leitura do relatório, eu abro o prazo para apresentação dos destaques.

Portanto, o Relator está com a palavra para apresentação do relatório, e o prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão e da votação do relatório na terça-feira, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

O Relator está com a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente.

"**I. RELATÓRIO**

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Submeto à deliberação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO a presente proposta de parecer sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 — PLDO 2014, do qual tive a honra de ser designado Relator.

A LDO é o instrumento definido pela Constituição para o estabelecimento de regras, prioridades e critérios atinentes à alocação dos recursos públicos federais. Editada anualmente, por meio dela são estabelecidas a meta de superávit primário para o exercício subsequente, as diretrizes para elaboração e execução do orçamento, incluindo a estimativa e a arrecadação das receitas, bem como a fiscalização e controle das despesas.

No relatório preliminar, que submetemos ao Colegiado e que foi posteriormente aprovado, sugerimos princípios para a atuação desta Relatoria na elaboração do substitutivo e regras para o acolhimento das diversas contribuições dos nobres pares por meio de emendas.

Como não poderia deixar de ser, estamos seguindo aqueles princípios e regras.

Assim, em nosso substitutivo, incluímos a obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira, de forma isonômica, da programação incluída na lei orçamentária por emendas individuais. Essa diretriz está de acordo com o Substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição — PEC nº 565/2006, aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados, que acompanhamos desde o início.

Nosso objetivo, ao adotar a obrigatoriedade, foi tornar o processo orçamentário mais eficiente e impessoal, libertando o Parlamento da necessidade de permanente negociação política para a liberação de verbas orçamentárias. Dado o entendimento acerca do caráter autorizativo do orçamento público no Brasil, e, consequentemente, a discricionariedade de sua execução, mostrou-se premente a criação de mecanismo que garanta a concretização de políticas públicas propostas também pelo Poder Legislativo, que é legitimado constitucionalmente para tanto. A PEC adotou o princípio pelo qual, assim como o planejamento, o orçamento é vinculante para o setor público, o que dá sentido ao sistema de planejamento e orçamento e demais princípios da Constituição.

Nesse sentido, atuamos para que a emenda individual à lei orçamentária anual, um importante instrumento da vontade popular, manifestada de forma ampla pelos representantes dos mais diversos segmentos do povo brasileiro, possa resultar em benefícios palpáveis à população.

Ainda nessa linha de autonomia e independência do Parlamento, preservamos as prioridades e metas propostas pelo Poder Executivo (PAC e Programa Brasil Sem Miséria — PBSM). Acrescentamos, em cumprimento à Constituição, o Anexo de Metas e Prioridades, para inclusão das ações de grande interesse para o País, e a criação de seção específica para ressalvar despesas do contingenciamento, dada a sua relevância.

Tivemos outras preocupações, que analisaremos mais especificadamente nos tópicos a seguir. Antes, porém, destacamos que foram apresentadas 4.085 emendas aos mais diversos pontos do projeto, especialmente para criação do Anexo de Metas e Prioridades e criação da seção das demais despesas ressalvadas do contingenciamento.

Apesar do prazo exíguo para sua análise, procuramos, até o último momento antes do fechamento do nosso relatório e a fim de conciliar todas as vontades da melhor forma possível, atender da melhor forma o conjunto das Lideranças, bancadas e Congressistas.

Ouvimos também representantes do Judiciário, das Casas deste Congresso Nacional e, especialmente, do Poder Executivo, maior responsável pela elaboração e execução dos orçamentos.

Não obstante, coloco-me ainda à disposição dos nobres pares para, conjuntamente, ao final do processo de discussão e votação deste projeto de lei, entregarmos à sociedade uma LDO que conduza nosso País ao crescimento econômico, com inclusão social, pautados pela harmonia e independência entre os Poderes.

2 - POLÍTICA FISCAL E METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO

Mantivemos os parâmetros macroeconômicos constantes da proposta enviada pelo Poder Executivo, bem como as metas de resultado fiscal fixadas para 2014.

O Anexo IV 1.a da PLDO 2014 apresenta as metas anuais de resultado fiscal e endividamento líquido, de 2014 a 2016, para o Governo Federal, na forma abaixo explicitada."

É o mesmo quadro que foi lido no relatório preliminar.

"Julgamos importante manter o mecanismo de flexibilidade para o Poder Executivo no cálculo do resultado primário a ser atingido em 2014. A meta de superávit poderá ser reduzida em até R$67 bilhões, equivalente a 0,9% do PIB, relativos às despesas do PAC e desonerações tributárias.

3 - ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

O Parecer Preliminar aprovado pela CMO determinou a necessidade de inclusão do Anexo de Metas e Prioridades no PLDO para o ano 2014. O referido Anexo, que contempla o conjunto de prioridades e metas a serem consideradas no projeto e na lei orçamentária, não foi enviado ao Congresso Nacional.

O PLDO para 2014 determinou tão somente, em seu art. 4º, *caput*, que as prioridades corresponderiam às ações integrantes do PAC e do Plano Brasil Sem Miséria — PBSM . A indicação de programas e planos, quando não associada ao detalhamento das ações orçamentárias, não atende aos requisitos constitucionais.

Entendemos que a definição de metas e prioridades direciona a aplicação dos recursos públicos, as quais se consubstanciam no orçamento por meio das ações orçamentárias. Diante disso, percebemos a importância da inclusão do anexo contendo programas e ações prioritárias e suas respectivas metas na Lei de Diretrizes Orçamentária, representando assim a contribuição do Congresso Nacional na definição das prioridades, em complementos às ações do PAC e do Plano Brasil Sem Miséria.

De acordo com os parâmetros e critérios aprovados na parte especial do citado parecer preliminar, elaboramos o anexo com base nas emendas que propuseram a inclusão de ações em andamento, já constantes das Leis Orçamentárias para 2012 e 2013, bem como de ações decorrentes de iniciativas constantes do Plano Plurianual — PPA para 2012-2015.

4 - ORÇAMENTO IMPOSITIVO

A aprovação da PEC nº 565, de 2006, que trata do orçamento impositivo, representa um novo marco nas relações institucionais entre os Poderes Executivo e Legislativo na matéria orçamentária. Trata-se, sem dúvida, de um dos temas de maior relevância para a atuação independente do Parlamento, o que permitirá uma execução orçamentária consentânea com os princípios constitucionais, como afirmado no art. 110 da LDO.

Como bem lembrou" — e aqui quero fazer uma homenagem — "o Deputado Edio Lopes, do PMDB de Roraima, Relator da PEC, a proposta do orçamento impositivo surge no cenário brasileiro com o objetivo de resgatar a importância do planejamento público e da instituição orçamentária na formulação de políticas públicas de atendimento aos Municípios. O novo dispositivo constitucional reduzirá a frustração dos Parlamentares pelo recorrente adiamento ou falta de execução das emendas incluídas na Lei Orçamentária.

A discricionariedade na execução do orçamento concentra atribuições e desloca do Congresso o poder político da seleção de verbas públicas, instância legitimada na Constituição, para o Poder Executivo. A consequência dessa prática é a necessidade

permanente de barganha para liberação das emendas aprovadas, que esperamos nunca mais se repita.

Diante dessa nova realidade, estamos adequando o texto da LDO para que fique compatível com a implementação do orçamento impositivo.

5 - SIMPLIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

O assunto transferências voluntárias merece especial atenção em razão das dificuldades que os Estados e, principalmente, os Municípios enfrentam para celebrar convênios com a União. Relacionamos a seguir, a título ilustrativo, inúmeros demonstrativos que são exigidos para a realização de transferências voluntárias:

a) Exercício da Plena Competência Tributária;

b) Aplicação Mínima de Recursos na Área da Educação;

c) Aplicação Mínima de Recursos na Área da Saúde;

d) Regularidade Previdenciária;

e) Regularidade perante a Fazenda Pública Federal;

f) Regularidade quanto a Contribuições Previdenciárias;

g) Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS;

h) Regularidade em Relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União e administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional — STN;

i) Regularidade perante o Poder Público Federal;

j) Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais Recebidos Anteriormente;

k) Publicação do Relatório de Gestão Fiscal — RGF;

l) Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária — RREO;

m) Encaminhamento das Contas Anuais (Demonstrativos Contábeis citados na Lei nº 4.320/1964);

n) Observância dos limites de despesa total com pessoal;

o) Observância dos limites da dívida consolidada líquida;

p) Observância do limite de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;

q) Observância do limite de inscrição em Restos a Pagar (aplicável para o último ano do mandato);

r) Observância dos limites de despesa comprometidos com as parcerias público-privadas;

s) Observância de exigência de Transparência na Gestão Fiscal;

t) Observância de regularidade quanto ao pagamento de precatórios;

u) Inexistência de situação de vedação ao recebimento de transferências voluntárias; e

v) Impedimento para a realização de transferências voluntárias em período pré-eleitoral.

Diante de tantas exigências, a celebração dos convênios entre os entes subnacionais mais carentes se mostra muito difícil. Por causa disso, propomos como primeira solução a fixação de um prazo mínimo de validade do extrato do sistema de informações do Governo Federal — CAUC, que será de 4 meses — 120 dias —, compatível com a periodicidade de divulgação dos relatórios de gestão fiscal.

Essa determinação permitirá que os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as universidades estaduais e municipais não continuem sendo prejudicados pelo emaranhado de normas dos diversos órgãos federais, pois, uma vez comprovada a regularidade do ente específico no CAUC, a certidão valerá por 4 meses subsequentes.

Nessa mesma linha de atuação, propomos redução significativa de todas as contrapartidas mínimas exigidas dos Estados, Distrito Federal e Municípios quando da celebração dos convênios para a realização das transferências voluntárias. A exigência de contrapartida está prevista no *caput* do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas não há proibição que seja reduzida, como nos casos em que estamos propondo.

6 - EXECUÇÃO PROVISÓRIA DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

A execução provisória do projeto de lei orçamentária é estabelecida para garantir que, caso o PLOA não seja sancionado até o final do exercício financeiro anterior, despesas essenciais à continuidade da administração pública e ao atendimento de demandas sociais básicas, como saúde e educação, possam ser executadas.

A autorização para a execução provisória deve, portanto, restringir-se aos casos excepcionais. Se fosse aberta a todas as despesas, o papel do Poder Legislativo na aprovação do PLOA restaria definitivamente comprometido.

No caso concreto, se o PLDO 2014 fosse aprovado na forma proposta pelo Poder Executivo, tornaria praticamente desnecessária a aprovação do PLOA 2014 pelo Congresso Nacional, uma vez que permitiria a execução de todas as programações, algumas integralmente, outras restritas a um doze avos do valor previsto.

Diante disso, retiramos do texto do PLDO o § 4º do art. 52, que autorizava a execução até o limite de um doze avos da quase totalidade das programações orçamentárias, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

Assim, a execução provisória do projeto de lei orçamentária, além do atendimento das despesas obrigatórias, somente poderá beneficiar despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2014, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

Propomos, em nosso substitutivo, que apenas os investimentos e inversões financeiras no âmbito do PAC, com execução já iniciada, possam ter continuidade. Julgamos que essa iniciativa é conveniente, na atual conjuntura, dada a necessidade do Governo incrementar o investimento público.

7 - FISCALIZAÇÃO E CUSTOS DE OBRAS E SERVIÇOS

As LDOs anteriores continham capítulo específico para tratar dos custos de obras e serviços de engenharia. O PLDO 2014 não trouxe disposições sobre o tema, haja vista que o Poder Executivo passou a fixar de forma unilateral o conjunto de regras e critérios

para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União (Decreto nº 7.983, de 8 abril de 2013).

Desde a LDO do ano 2000, as disposições sobre custos de obras e serviços de engenharia passaram por uma evolução positivamente influenciada pela discussão da matéria no Poder Legislativo. Os referenciais de preços, em especial SINAPI e SICRO, são importantes instrumentos no controle de custos de obras públicas, cujo aprimoramento pode ser parcialmente atribuído às recentes leis de diretrizes orçamentárias.

Sendo assim, estamos restabelecendo o texto da LDO anterior e acrescentando importante medida para que a paralisação de obras só seja efetivada com as informações mínimas das consequências advindas dessa paralisação. Tais informações serão prestadas pelo Tribunal de Contas da União — TCU e pelos órgãos responsáveis pelas respectivas obras.

Inserimos nos dispositivos que tratam da possibilidade de suspensão da execução das obras e serviços com indícios de irregularidades graves a remissão ao art. 71, § 1º e § 2º, da Constituição, com objetivo de esclarecer que, no caso de medida do Tribunal que implique a necessidade de ato de sustação de contrato, que seja adotado o rito estabelecido na Constituição.

Quanto às exigências de garantias pelo TCU, estamos propondo dispositivo no sentido de que seu montante seja graduado de acordo com a execução dos serviços sobre os quais recai o apontamento de irregularidade grave.

No art. 94, § 5º, inserimos uma importante alteração no sentido de determinar ao TCU que ofereça subsídios ao Congresso Nacional para deliberação deste sobre a decisão acerca da paralisação ou não de obras com indícios de irregularidades. Assim, o dispositivo prevê que o Tribunal deverá enviar ao Congresso, além dos dados objetivos das auditorias, também um conjunto de informações e avaliações acerca dos

potenciais prejuízos econômicos e sociais advindos da paralisação, abordando, dentre outros, os elementos relacionados nos incisos do *caput* do artigo, que foram ampliados.

Inserimos novos parágrafos ao art. 96, relativos ao processamento dos indícios de irregularidades levantados pelo TCU. Assim, delimitado o escopo das auditorias, eventuais novos indícios deverão ser objeto de novo processo. Os indícios de irregularidades já tratados em decisão transitada em julgado não poderão ser objeto de nova fiscalização com a mesma finalidade, exceto na ocorrência de fatos novos.

8 - EMENDAS APRESENTADAS

O quadro a seguir apresenta o resumo dos pareceres dados às emendas apresentadas, separados por parte do projeto emendado e tipo de parecer.

RESUMO DAS PROPOSTAS DE PARECER ÀS EMENDAS"

Está aqui o quadro que está disponibilizado na Internet.

Metas e Prioridades: pela aprovação, 118; pela aprovação parcial, 296; pela inadmissibilidade, 6; pela rejeição, 132. Total: 552.

Anexo II: pela aprovação, 18; nenhuma parcial; nenhuma inadmissível; nenhuma rejeitada. Total: 18.

Anexo III: nenhuma aprovada; 177 pela aprovação parcial; nenhuma inadmissível; 396 pela rejeição. Total: 573.

Anexo IV: nenhuma aprovada; nenhuma aprovada parcialmente; nenhuma inadmissível; e duas pela rejeição. Total: 2.

Texto da lei: 137 pela aprovação; 1.304 pela aprovação parcial; inadmissível, 0; e, pela rejeição, 1.499. Total: 2.940.

Total Geral: pela aprovação total, 273; parcial, 1.777; inadmissível, 6; 2.029 pela rejeição. Total: 4.085 emendas apresentadas.

"Quanto à composição, em decorrência da aprovação parcial ou integral das emendas, o Anexo de Metas e Prioridades será integrado por 137 ações.

II. VOTO

Nesse sentido, propomos a aprovação do Projeto de Lei nº 2, de 2013-CN, e das emendas a ele apresentadas, conforme as propostas do parecer em anexo, nos termos do substitutivo ora apresentado.

Sala da Comissão, em 21 de agosto de 2013.

Deputado Danilo Forte.

Relator do PLDO 2014."

Constam deste trabalho o substitutivo de lei, a apreciação de todas as emendas e todos os anexos apresentados. Então, ontem mesmo eu tive a preocupação de enviar este relatório para todas as lideranças, tanto da Câmara quanto do Senado. Desde ontem à tarde ele já está disponível na Internet, no sistema de informação da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional.

E, conforme orientação e encaminhamento do nosso Presidente, Senador Lobão, na terça-feira, às 11 horas, nós faremos uma reunião com os Líderes de todas as bancadas na CMO para fazer um entendimento quanto ao processo de votação do relatório.

Espero eu que possamos votar o mais breve possível para que possamos inclusive cumprir o prazo regimental que está muito exíguo, apenas até 31 de agosto. Mas, é lógico que, se superar o prazo de 31 de agosto, a Lei Orçamentária Anual — LOA pode se adaptar à LDO até o último dia da última sessão legislativa do ano. Ou seja, nós temos até dezembro para fazer o ajuste da LOA — Lei Orçamentária Anual, que é a lei contábil, exatamente a essa Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Eu quero aqui, mais uma vez, agradecer ao Presidente, Senador Lobão Filho, a todos os companheiros Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que contribuíram significativamente para a elaboração deste relatório e a confiança que a mim foi depositada.

Muito obrigado.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Sr. Presidente, só para ficar claro, o prazo de destaques e emendas fica aberto até terça-feira a partir de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está aberto a partir deste momento até terça-feira.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Agradeço, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu apenas gostaria de fazer um registro para V.Sas. e V.Exas. aqui presentes. O Deputado Danilo Forte, Relator da LDO, fez uma inovação neste ano, uma inovação histórica que jamais ocorreu dentro desta Comissão. Na preocupação dele de tornar o mais transparente e mais aberta possível a discussão da LDO, o Deputado Danilo Forte convocou três audiências públicas em Estados brasileiros: o Estado do Ceará, o Estado de Minas Gerais e o Estado de Tocantins. Isso jamais foi feito. Já havia sido discutida, em audiências públicas, a LOA, mas a LDO jamais. Então, parabéns ao Deputado Danilo Forte, que o fez dentro das assembleias legislativas desses respectivos Estados, trazendo a discussão, em âmbito federal, para todos os Parlamentares dentro dos seus Estados.

Então, parabéns mais uma vez.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Quero cumprimentar o Deputado Danilo pela iniciativa. E me permitam, Presidente e nobre Relator, uma sugestão. Nós teremos a fase complementar após a aprovação da LDO, que é o debate sobre a Lei Orçamentária. Obviamente, já está previsto o mesmo processo de debate. Tenho certeza de que a Comissão Mista deve pensar nas audiências públicas.

Seria importante nós fazermos, da forma mais ampla possível, nos Estados brasileiros, o processo de debate da Lei Orçamentária. Eu sei que nos anos anteriores

foi feito, mas seria importante que, neste ano, esta Comissão Mista de Orçamento inovasse e pudesse realizar, da forma mais ampla possível, os debates sobre o orçamento público, dentro do tempo.

Eu sei que o tempo é exíguo. Após a aprovação da LDO, nós teremos 4 ou 5 meses, ou, talvez, nem isso, para a aprovação da Lei Orçamentária do ano que vem. Mas seria importante que pudéssemos aproveitar esse tempo, quem sabe até, oxalá, dividindo em subcomissões a Comissão de Orçamento, para que a Lei Orçamentária fosse debatida no maior número possível de regiões e de Estados brasileiros.

É a sugestão que encaminho ao nobre Relator, que encaminho à Presidência desta Comissão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só um adendo. Eu acho que a ideia lançada aqui pelo Senador Randolfe é muito boa. Essa parte, que foi identificar a situação difícil que os Municípios, principalmente, enfrentavam para poder realizar os convênios, chegou a um absurdo tal que todo o Brasil hoje clama por mais recurso para a saúde. E, no ano passado, o Ministério da Saúde devolveu para o Tesouro Nacional 17 bilhões de reais, pela dificuldade que tem em fazer os convênios de investimento, principalmente nos Municípios do País.

O representante da Confederação Nacional dos Municípios esteve aqui conosco e disse que, em um dado dia de fevereiro deste ano, 93% dos Municípios brasileiros estavam inadimplentes com o CAUC no mesmo dia. E foi por isso que nós fizemos essa modificação, exatamente para atender a uma demanda, que a sociedade brasileira toda quer. E foi a partir das audiências públicas, Senador Randolfe.

Então, eu acho que, com isso, temos uma contribuição muito rica, mais próxima da população. E, agora, com o advento do orçamento impositivo, que, também, na lei apresentada pelo Deputado Edio Lopes, sugere a construção de audiências públicas no encaminhamento da indicação dessas emendas, para publicizá-las, eu acho que cada vez aumentamos a transferência da oferta de um orçamento público, para que o povo

saiba onde estão os recursos da União, para onde eles vão e como eles devem ser geridos e fiscalizados.

Eu parabenizo a sua iniciativa e acho que o nosso Presidente tem tudo para acatá-la.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senador Randolfe, essa iniciativa das audiências públicas nos Estados foi uma ideia, uma vontade, um desejo do Deputado Danilo Forte. A audiência pública da LOA será com o Relator da LOA, que é um Deputado do PT, Miguel Corrêa. Eu, com certeza, irei motivá-lo, incentivá-lo, para que tenha o mesmo sentido democrático que o Deputado Danilo Forte teve, no sentido de abrir para as assembleias legislativas, realizando-as, de preferência, em todas as Unidades da Federação brasileiras. Eu acho importante essa discussão, levando a sociedade toda a participar, de forma participativa mesmo, da execução do relatório da LOA.

Com a palavra o Senador.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a seguir, agradecendo ao Deputado Danilo Forte a leitura da LDO, ao requerimento para inclusão na pauta, apresentado ao Aviso nº 11, de 2013, de autoria do Deputado Afonso Florence. O autor está com a palavra para a apresentação do seu requerimento.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, apresentei parecer a esta Comissão, a propósito do Aviso nº 11 do Tribunal de Contas da União, sobre os trabalhos referentes à comissão de obras com indícios de irregularidades, concluído no ano passado. E esse Aviso chegou em maio. Apresentei um parecer circunstanciado pelo arquivamento, e estou solicitando, através do requerimento, a inclusão na pauta pelo Plenário desta Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Florence. O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Portanto, eu coloco em votação o requerimento na representação da Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco agora o mesmo requerimento em votação na representação do Senado Federal. Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Coloco agora em apreciação o Relatório apresentado ao Aviso nº 11, que encaminha, nos termos do art. 98, § 6º, da Lei nº 12.708, a atualização até o dia 8 de maio de 2013 das informações enviadas ao Congresso Nacional, por meio do Aviso nº 1.387, do TCU, do Plenário, de 30 de outubro de 2012, relativa às obras com indícios de irregularidades graves.

O Relator, Deputado Afonso Florence, vota pelo arquivamento da matéria.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, o trabalho circunstanciado feito pelo Tribunal de Contas e, em particular, pelo Comitê de Obras Irregulares, é um trabalho importante para o País.

Nós inclusive verificamos que algumas das obras foram depois indicadas, através do relatório do próprio Tribunal, através do aviso referendando a posição adotada pelo COI, para não haver a paralisação da disponibilização orçamentária. Ou seja, o aviso do Tribunal de Contas confirma a posição adotada no COI. Portanto, o meu parecer é pelo arquivamento, em função de não haver motivo para retomar a discussão sobre a paralisação da disponibilidade orçamentária.

O nosso compromisso de transparência e fiscalização fica mantido, e a continuidade da dotação orçamentária para as obras também está confirmada pelo arquivamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Florence.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Portanto, o relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco agora em votação na representação do Senado Federal. Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

Dou agora por concluída a votação das matérias constantes desta pauta.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco uma reunião extraordinária para o dia 27 de agosto, terça-feira, às 15 horas, e uma reunião de Líderes às 11 horas, no gabinete desta Presidência.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
54ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2013.

No dia vinte e sete de agosto de dois mil e treze, às quinze horas e dez minutos, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados. Verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Andre Moura, Bohn Gass, Claudio Cajado, Danilo Forte, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Marçal Filho, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Roberto Teixeira, Sandro Alex, Severino Ninho, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro; dos **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, João Vicente Claudino, Lobão Filho, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Morais; dos **Deputados Suplentes**: Afonso Florence, Alex Canziani, Alexandre Leite, Chico Lopes, João Dado, Jorge Bittar, Leopoldo Meyer, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; e do **Senador Suplente** Casildo Maldaner. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Armando Vergílio, Bruno Araújo, Carlos Magno, Fábio Ramalho, Mandetta, Miguel Corrêa, Nilton Capixaba, Ricardo Berzoini, Rose de Freitas, Ruy Carneiro, Sebastião Bala Rocha e Weliton Prado e os Senadores Titulares Anibal Diniz, Ivo Cassol e Lídice da Mata. **ABERTURA:** havendo número regimental, o Presidente, Senador Lobão Filho, declarou abertos os trabalhos. **AVISO:** o Presidente informou sobre a necessidade do estrito cumprimento do Ato da Câmara dos Deputados nº 12, de 17/03/1976. O referido normativo dispõe sobre o vestuário nas dependências do Edifício Principal e do Edifício Anexo II. Além disso, também informou sobre o uso das bancadas no Plenário da Comissão, haja vista que as cinco primeiras são reservadas para uso exclusivo dos parlamentares. **ORDEM DO DIA:** o Presidente, após comentar sobre acordo firmado na Reunião do Colegiado de Líderes, concedeu a palavra ao Senador Walter Pinheiro e este, por sua vez, propôs metodologia para apreciação do Relatório Final à LDO 2014. Segundo essa proposta, haveria a criação grupos de trabalho para analisar os destaques apresentados de acordo com o tema a que fizerem respeito, e intenção de votar o Relatório até o dia 3 de setembro. Logo após, o Presidente discorreu, basicamente, sobre os grupos de trabalho para análise dos destaques. O Deputado Cláudio Cajado reforçou o acordo para firmado na reunião do Colegiado de Líderes para o estabelecimento dos grupos de trabalho e também verbalizou a vontade da Oposição de defender seu ponto de vista dentro desses grupos. Além disso, o Deputado também justificou sua ausência à última reunião pelo fato de ter sido hospitalizado. O Presidente solicitou justificativa por escrito. A seguir, o Deputado Danilo Forte, Relator da LDO 2014, após comentar sobre a metodologia de trabalho anteriormente proposta, solicitou que o prazo para apresentação de destaques findasse no dia 29 de agosto. A esse respeito, o Senador Walter Pinheiro e o Deputado Afonso Florence

argumentaram que deveria ser respeitado o prazo regimental – fim da discussão – para entrega dos destaques, o que somente deveria ocorrer no dia 3 de setembro. Logo após, o Presidente reafirmou o acordo feito na reunião do Colegiado de Líderes anteriormente realizada, informou que os destaques serão aglutinados em eixos setoriais e serão distribuídos ao Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE, que em conjunto com o Relator, Deputado Danilo Forte, ouvindo-se as partes interessadas, serão analisados. Determinou que os destaques poderiam ser entregues até o dia 3 de setembro, data de encerramento da discussão. A seguir, o Deputado João Dado fez uso da palavra para defender o destaque de nº 48, de sua autoria. Logo após, iniciou-se debate, com a participação dos Deputados Weverton Rocha, Danilo Forte, Evandro Milhomen e Domingos Sávio; do Senador Randolfe Rodrigues e do Presidente. O cerne do debate foi a construção de metodologia para análise dos destaques e votação do PLDO 2014. O Senador Randolfe Rodrigues apresentou metodologia para dividir-se os grupos de trabalho nos seguintes eixos de discussão: I – Metas Fiscais, incluindo Juros e Dívida Pública; II – Metas e prioridades – Anexo VII; III – Execução Provisória do orçamento; IV - Orçamento Impositivo; e V – Obras com indícios de irregularidades graves, incluindo fiscalização e transparência. O Presidente submeteu à votação do Plenário a metodologia acima referida, que foi **aprovada por unanimidade**. **ENCERRAMENTO:** concluída a votação da proposta apresentada, o Presidente encerrou os trabalhos às 15h46. Antes, convocou reunião extraordinária para o dia 3 de setembro, terça-feira, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador LOBÃO FILHO, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sras. e Srs. Parlamentares presentes, há número regimental para abertura dos trabalhos.

Eu declaro iniciada a 1ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação de matérias constantes da Pauta nº 18, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Aviso.

Informo aos senhores servidores da Casa, inclusive requisitados, secretários parlamentares e quaisquer outros que prestem serviço nas dependências da Câmara dos Deputados que, a partir da próxima reunião desta Comissão, deverá ser observado rigorosamente pelo serviço de segurança deste plenário o cumprimento do art. 1º do Ato nº 12, de 17 de março de 1976, da Câmara dos Deputados. Ou seja, é obrigatório o uso de traje passeio completo ou uniforme na dependência do edifício principal e do edifício Anexo II da Câmara dos Deputados. Na última reunião desta Comissão, diversos funcionários estavam de camiseta. Isso não será mais tolerado. Informo, por oportuno, que dentro deste plenário as cinco primeiras fileiras de bancadas são reservadas exclusivamente aos Parlamentares, não sendo permitido o seu uso por qualquer outra pessoa. Essa disposição deverá ser observada rigorosamente pela segurança.

Está aberta esta reunião.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero só compartilhar aqui um pouco do que nós discutimos no Colégio de Líderes e fazer uma sugestão. Depois daquela reunião, Deputado Danilo Forte, nosso Relator, nós ainda conversamos com o Deputado Domingos Sávio, pela Oposição, e com o Presidente da Comissão, para que chegássemos a um entendimento na apreciação, principalmente no auxílio ao trabalho de V.Exa., que não é dos menores.

A proposta que gostaríamos de fazer a esta Comissão é que, no dia de hoje, pudéssemos recepcionar os destaques, fazendo todo esforço para que as Sras. e os Srs. Parlamentares pudessem apresentar os destaques. Transferiríamos esta reunião para a próxima terça-feira, quando, já preliminarmente, a Comissão que foi constituída hoje, em conjunto com o Relator, discutiria os destaques. Na próxima terça-feira, V.Exa., Deputado Danilo Forte, já apresentaria esses destaques, e abriríamos aqui a discussão. Se não houver mais quem queira apresentar destaques, nós promoveríamos o encerramento da discussão — não havendo quem queira discutir, é óbvio — e passaríamos, inclusive, à discussão da matéria, na perspectiva da apreciação.

Então, não cercearíamos a oportunidade para quem quiser apresentar destaque no período da discussão, mas vamos fazer um esforço, de hoje até a próxima terça, para tentar recepcionar todos os destaques possíveis. Nesse período a Comissão vai trabalhando com V.Exa. para chegarmos a um bom termo e, se possível, na terça ou talvez quem sabe na quarta, já estarmos em condições de apreciar o relatório.

Era essa a proposta que eu queria fazer a este colegiado, Presidente. Nós chamaríamos a próxima reunião para terça-feira, V.Exa. acionaria a Comissão já a partir de amanhã e faria a distribuição — obviamente, observadas as boas maneiras e inclusive os trajes agora ajustados —, para vermos se é possível recepcionar os destaques até hoje à noite e termos condições de discutir com o Relator amanhã e na quinta. Na terça, de manhã, daríamos uma burilada e abriríamos a discussão da matéria na terça à tarde. Em havendo concordância com o texto, nós passaríamos à apreciação da matéria.

Era essa a proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Nós recebemos 471 destaques até o presente momento. Esses destaques, conforme acordado na reunião de Líderes, serão distribuídos, agregados, aglutinados, em 8, 9, 10 eixos ou grupos setoriais, que já foram submetidos ao Relator Danilo Forte pela Assessoria desta Comissão como proposta, sendo distribuídos através da Comissão de Admissibilidade de Emendas, que irá avaliar cada destaque e colocá-lo no seu subgrupo, para que a gente possa votá-las em grupo.

Passo a palavra ao Deputado Claudio Cajado, para que faça suas considerações.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e os demais Parlamentares.

Nós tivemos uma reunião de Líderes pela manhã. Efetivamente, é uma forma de tentarmos dar celeridade à questão.

Agora eu indago de V.Exa.: nós vamos fazer esse acordo de procedimento, e o prazo para apresentação dos destaques permaneceria aberto até terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Terça-feira. Até o final da discussão, que seria na terça-feira.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Até o final da discussão. Se, até lá, nós fizéssemos todos os ajustes junto ao Relator, poderíamos exaurir o assunto na mesma terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Essa é a intenção. A intenção é essa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Há a questão até da votação. É importante que, se conseguirmos exaurir com o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tenho certeza de que o Relator, com essa sapiência...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Nós teríamos o tempo de amanhã, quinta-feira e a própria terça-feira para que o Relator pudesse absorver as demandas, principalmente das Oposições.

Eu me sinto completamente cortado nas emendas que apresentei. Existe uma questão conceitual do partido, da qual não vamos abrir mão. Então, é importante que...

Nós não estamos aqui levando a questão para o lado da Oposição ou da Situação, mas do País. Repito o que disse na reunião de Líderes, Senador Pinheiro: o Brasil está passando por dificuldades macroeconômicas — e o dólar é um dos exemplos — com o afrouxamento nas regras constantes da LDO no ano passado. Em vez de uma meta de superávit fiscal, tornou-se uma intenção atingir o superávit fiscal.

O mercado não aceita meios-termos — ou é ou não é. Eu não conheço meia gravidez; ou está ou não está. As contas que foram ajustadas no ano passado, com antecipação de dividendos de estatais etc., para maquiar o atingimento do resultado final do superávit, também não foram bem aceitas pelo mercado. Quem diz isso não sou eu. Basta qualquer um de V.Exas. ler o Relatório Focus para ver como o mercado vê essa situação.

Portanto, nós temos que estabelecer algumas premissas fundamentais. Eu relevo essa questão de Oposição e Situação para pautarmos a discussão no País. A partir disso, eu espero que o espírito do Relator seja republicano e democrático e que nós possamos apresentar...

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - O Relator disse que a carne é fraca, mas o espírito é forte. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deixe-me falar por mim mesmo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para concluir, eu apresentei várias emendas e destaques. É claro que eu vou ressaltar três ou quatro pontos, talvez oito; alguns são importantes e para outros não precisaríamos pedir verificação.

Quero dizer que talvez não seja tão fácil atingirmos esses objetivos. Necessitamos, efetivamente, da anuência, da concordância do Relator em aquiescer a nossa proposta.

Foi feito também, não sei se V.Exa. vai colocar para deliberar, neste momento ou na terça-feira, o acordo de procedimentos para votação dos destaques por temática, o que eu acho interessante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Neste momento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Neste momento? Podemos exaurir a temática econômica, fiscal etc., com o critério da criação da Subcomissão.

Portanto, nós, o Democratas, concordamos com essa proposta e achamos que ela demonstra a responsabilidade das Oposições. Eu falo em nome do DEM. Com certeza, o Deputado Domingos Sávio, que coordena o PSDB, também o fará. Nós estamos aqui não para fazer a política que ficou no passado, do quanto pior, melhor, quando quem é Governo hoje era Oposição. Nós estamos aqui pautando uma discussão republicana. Se tivermos de acelerar, como propõe o Relator, para votar no dia 17, só vai depender dos entendimentos para que isso ocorra.

Da nossa parte, nós queremos defender o nosso ponto de vista, e o faremos, se houver acordo, com absoluta transparência e aquiescência naquilo que for melhor para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Cajado, V.Exa. não pode se emocionar tanto, porque está com a saúde fragilizada. Então, tem que se acalmar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem. Por sinal, eu queria justificar, e pediria que constasse nos Anais, a minha ausência na semana passada. Eu fui hospitalizado no domingo, no Hospital São José, em São Paulo, e permaneci até sexta-feira. Portanto, não pude participar das Comissões. Como a ausência tem que ser justificada aqui, eu já o faço, neste momento, de forma oral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Por favor, depois encaminhe formalmente, por escrito. Está consignado em ata.

Passo a palavra agora ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, o espírito participativo da Comissão é muito altivo, muito bom e fortalece muito as energias democráticas, mas esse processo já vem em curso: nós já fizemos um relatório preliminar; com base nesse relatório preliminar, nós fizemos um amplo debate, inclusive com audiências públicas; depois nós estabelecemos o prazo das emendas. Com as emendas, na semana passada, foi concluída a proposta do relatório. O prazo dos destaques era para se encerrar hoje, naquele cronograma original que fizemos na leitura do relatório da LDO.

Eu não me furto, não me nego ao debate, até porque gosto muito dele — a gente está sempre aprendendo com ele —, mas há a compreensão de que ninguém pode transformar a CMO numa academia.

Até conversei com o Senador Randolfe, que fez uma observação sobre os eixos, e concluímos que temos quatro eixos que merecem um debate mais aprofundado.

O primeiro é o das metas fiscais; inclusive, o Deputado Cajado tem uma preocupação muito grande com a questão do superávit primário.

O segundo é o de metas e prioridades, exatamente o que foi adensado com a preocupação de se ampliar o leque de atendimento na priorização da execução orçamentária.

O terceiro é o da execução provisória, que é o caso das despesas ressalvadas em contingenciamento em função da não votação da LOA no prazo predeterminado. A questão do orçamento impositivo é uma grande bandeira, hoje, em todo o Congresso Nacional, e eu me orgulho de estar aqui ao lado deste nobre Relator do orçamento impositivo, o Deputado Edio Lopes, que fez um belo trabalho que será votado em segundo turno, hoje, na Câmara dos Deputados.

O quarto eixo é o das obras com indício de irregularidades, que são as obras que geralmente criam problemas com relação a sua liberação, enfocando a fiscalização e a transparência, a necessidade de mantermos sob controle e averiguação para identificar irregularidades e sua devida suspensão. Ao mesmo tempo, a necessária transparência precisa ser dada a esses projetos que dependem de liberação de recursos públicos, mas sem cairmos no preciosismo ou nos prazos intermináveis de apurações que causam mais prejuízo do que lucro à sociedade, pela contenção das despesas extraordinárias que são propostas.

Então, nós temos aí os eixos, conforme aquela orientação que foi colocada, para a gente identificar e fazer esse debate.

Por outro lado, eu acho que, ao estender por mais uma semana o prazo para destaque, nós vamos dar ao destaque a dimensão das emendas. Nós tivemos 4.085 emendas que foram trabalhadas aqui no final de semana. Agradeço a todos os consultores da Comissão Mista de Orçamento e ao Deputado Wellington Roberto, que passou o fim de semana comigo aqui, trabalhando, condensando as emendas que foram feitas, mas nós não podemos repetir o trabalho anterior, senão estaremos postergando o processo.

Eu defenderia, Sr. Presidente e nobre Líder do Governo, Senador Walter Pinheiro, que, em vez de darmos mais uma semana, déssemos apenas 2 dias, até quinta-feira, para encerrarmos o prazo dos destaques.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - O problema é que o senhor só pode encerrar regimentalmente na discussão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas nós estamos fazendo um acordo aqui. Esta é a Casa de acordos. É lógico que, se houver algum fato superveniente, podemos reabri-lo, porque senão ficamos sem parâmetro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - O que nós propusemos foi o seguinte: a gente abre terça-feira. Se ninguém quiser apresentar mais, legal, estará valendo o que nós negociamos até esta semana, só para não fugirmos do Regimento. Só isso. A ideia é esta mesma: tentarmos matar isso até quinta-feira.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Compreendendo o seu espírito legalista e regimental de V.Exa...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Deputado Danilo, nós, do PT, também estamos reivindicando manter os destaques até terça.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu não ouvi. Eu não ouvi.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não pode encerrar o prazo da discussão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu não estou encerrando o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Ele não está encerrando o prazo.

Ele está propondo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Ah, mas não encerrar oficialmente o prazo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Até quinta-feira; condensaríamos no final de semana. Na terça-feira, traríamos condensado; iniciaríamos o processo de debate e votação. Entendeu? É isso que estou propondo.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Presidente, eu queria... Só uma questão de ordem. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só um segundo. Nós temos uma ordem de inscrição aqui. Vamos respeitar a ordem de inscrição. O próximo orador inscrito é o Deputado Afonso Florence; logo a seguir, o Deputado João Dado e, logo a seguir, V.Exa., Weverton.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, quero registrar que, da parte do Partido dos Trabalhadores, nós achamos oportuno manter o prazo até a terça-feira. Quero ponderar com o Relator Danilo a possibilidade de termos também uma sessão sobre a evolução do quadro macroeconômico, que organiza a abordagem do Orçamento.

Portanto, muito rapidamente, era isso. Nós queremos manter porque o PT, inclusive, muito provavelmente apresentará destaques de bancada, subscritos por toda bancada. Pode ser que o prazo até quinta seja muito exíguo. Como regimentalmente está previsto até terça, queremos insistir nisso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Afonso.

Só para equalizarmos aqui as conversas, foi realizada nesta manhã uma reunião de Líderes, na qual ficou acordado, preliminarmente, para ser submetido à deliberação do plenário desta Comissão, que nós receberíamos os destaques. Esses destaques seriam distribuídos em quatro grupos para que pudessem ser avaliados em bloco. Esse trabalho de distribuição desses destaques, nos quatro grupos, seria feito pela Comissão de Admissibilidade de Emendas, a CAE, desta Comissão.

Estabelecemos, hoje de manhã, que o prazo de discussão seria até terça-feira. Consequentemente, o prazo de aceitação desses destaques seria até terça-feira, mas o Relator, para facilitar seu trabalho, pede que todos sejam sensíveis e apresentem seus destaques, no mais tardar, até quinta-feira, para dar tempo de ele passar quinta, sexta, sábado e domingo trabalhando. Fica difícil para ele fazer esse trabalho todo e chegar

algum Parlamentar, que regimentalmente tenha permissão para fazê-lo, na terça-feira, com um pedido de destaque.

Vamos fazer um trabalho de consciência para que todos apresentem, até quinta-feira, seus destaques, para que, na terça-feira, possamos começar a discussão efetivamente e terminá-la.

Tem a palavra, dando seguimento, o Sr. Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu quero chamar a atenção, como eu fiz com o nosso Relator, Danilo Forte, para o Destaque nº 48 que apresentamos. Para aqueles que estão na CFT, Deputado Afonso Florence e tantos companheiros que estão nesta Comissão e na CFT, ele se refere a uma reserva de contingenciamento para as proposituras que emanam do Poder Legislativo e que muitas vezes não têm a satisfação orçamentária, não têm adequação orçamentária.

Já nos exercícios anteriores, nós conseguimos, na Lei Orçamentária, que houvesse uma reserva de recursos para satisfazer esses projetos, muitos de mérito inquestionável, mas que chegam na CFT e não encontram a previsão orçamentária antecipada. O que é a proposta? O que é esse destaque? Reservarmos um valor, 100 milhões — esse valor já foi 200 milhões de reais, já foi 100 milhões, caiu para 50 milhões. Enfim, ele foi mutável, ao longo dos anos. Neste ano, a nossa proposta é que ele possa ser inserido na LDO, num determinado montante que seja acordado entre todos os partidos, mas que ele permita que nós, do Parlamento, que o Poder Executivo, quando encaminha algum projeto que não está com a satisfação orçamentária, possamos, lá na CFT, oferecer a adequação orçamentária num acordo coletivo de todos os partidos e, com isso, não engessarmos e não prejudicarmos, às vezes, projetos que, no mérito, são absolutamente inquestionáveis, mas ficamos sempre com a barreira orçamentária fulminando a tramitação dessas proposições.

Portanto, quero deixar registrado aqui o nosso pleito no sentido da aprovação desse destaque, do acolhimento pelo Relator. Não se trata de um pleito deste

Parlamentar, mas do Congresso Nacional, do Poder Executivo, do Poder Judiciário. Todos eles, que muitas vezes têm projeto nesta Casa, que não apresentam a satisfação orçamentária e poderiam, eventualmente, com essa medida, ter uma reserva de contingenciamento para essa específica finalidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado João Dado.

Na época em que o meu pai era foi Governador, existia uma rubrica chamada reserva de contingência, extremamente importante para o Orçamento do Estado. Acho extremamente pertinente o apelo de V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Weverton Rocha.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, gostaria de reforçar que, na reunião de Líderes, foi feita proposta uma pelo Senador Randolfe Rodrigues. Se não estabelecermos os eixos para serem apresentados os destaques, o que nós vamos aqui estabelecer, através de acordo, até quinta-feira, Sr. Relator? O que vai acontecer? Na segunda ou na terça-feira, algum colega Parlamentar, com todo o direito que o Regimento lhe dá, apresentará destaque e só iremos lamentar, pois serão apresentados.

Então, se fizermos uma agenda inversa, apresentando para os partidos e dividindo os eixos prioritários, poderemos demandar os colegas de bancada para que agilizem o trabalho e a apresentação dos destaques, a fim de que não tenhamos de discutir individualmente cada caso. Exemplo: tenho aqui dois destaques importantes. Se não acatados, pediremos, por bancada, votação em separado da questão do CAUC. Foi aceita parcialmente a liberação do CAUC. Em 4 meses, o Município deve apresentar certidão junto aos órgãos federais para conveniar. Há também a questão do valor diferenciado de contratação da Caixa Econômica, que é de até 750, mas não passou. Nós defendemos que seja de 250 até 1 milhão.

Portanto, se formos discutir individualmente cada um agora, com certeza, não cumpriremos o prazo. Então, faço novamente esse apelo no sentido de que sejam seguidos os eixos propostos pelo Senador Randolfe Rodrigues na reunião de Líderes.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Por que a gente não usa o instrumento muito usado de votar o substitutivo e ressalvar os destaques? Daí a gente garroteia exatamente, dá limite aos destaques na quinta-feira e o substitutivo é votado. Com isso se encerra o prazo para destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou fazer a consulta ao Plenário depois de ouvir todos os Deputados que estão aqui.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Então, na terça-feira. Pronto. Votamos o substitutivo, ressalvados os destaques. A partir de terça-feira não há mais destaques, apenas o consenso da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Como estava determinado. Muito bem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, mas tem a discussão da matéria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - V.Exa. está encerrando a discussão de forma precipitada, Relator. Assim muda-se até o acordo que a gente fez lá. Não funciona.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Calma, Relator. Nós estamos avançando. Vamos seguir o que nós combinamos na reunião de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vamos colocar ordem. Deputado Claudio Cajado, V.Exa. já falou.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas a toda hora o Relator quer fazer uma nova proposta!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não coloquei em deliberação a proposta dele.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A gente pode fazer um cronograma de debates a partir de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senador Randolfe.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES- Sr. Presidente, meu caríssimo Relator, Deputado Danilo, eu quero me ater ao método e aqui quero concordar com o Deputado. Acho que avançamos bem, meu caríssimo Senador Walter...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senador Randolfe, V.Exa. me permite?

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou liberar a quinta coluna, na quinta mesa, porque muita gente está de pé. Como não há Parlamentares ali, solicito que ocupem a quinta coluna.

Por favor, Senador.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero me ater ao método nesta reunião, pois foi o que nós combinamos mais cedo na nossa reunião de Líderes. Eu acho que temos que avançar nesta reunião no sentido de pacificarmos o método para construirmos o acordo necessário, para que, na terça-feira, façamos uma reunião produtiva — longa que seja, mas produtiva —, para atender o objetivo, que é o melhor objetivo para esta Comissão, para o Congresso Nacional e para o Brasil: na terça-feira, nesta Comissão, votarmos a LDO.

Nós avançamos na reunião de Líderes mais cedo no sentido de termos uma reunião aqui que debatesse um método que tornasse possível consagrar, da melhor forma possível, as emendas apresentadas.

Quero suscitar e lembrar que chegamos inclusive a destacar que trazer para cá as 3 mil emendas, os 3 mil destaques era, por si só, uma forma de obstrução. Não era esse o interesse, inclusive o Deputado Domingos Sávio ressaltou que não havia

interesse em se fazer qualquer obstrução. Eu acho que avançamos bem, caríssimo Relator, Deputado Danilo, no sentido de que, na terça-feira, nós façamos tudo, inclusive temos acordo para votar primeiro o substitutivo. Votamos o substitutivo, ressalvados os destaques, e depois apreciamos os destaques. Eu quero me sentir contemplado em vossa proposta de eixos, que foi apresentada aqui, as cinco propostas de eixos. Eu quero só me sentir esclarecido o bastante para concordar com a vossa proposta de eixos. V.Exa. apresenta uma proposta de eixos, e o primeiro ponto são Metas Fiscais. Quero entender que Metas Fiscais já está no tema de superávit.

No tema de superávit, por exemplo, nós temos a compreensão do Deputado Claudio Cajado. Existe uma emenda do Deputado Cajado e uma emenda de minha autoria. A emenda de minha autoria é antagônica à emenda do nobre colega, Deputado Cajado. São antagônicas. O texto de V.Exa., eu diria, que é um meio-termo entre as duas, mas eu acho que esse é um debate necessário, é um debate que temos que ter aqui na Comissão, com o tempo necessário. Então, quero entender que, quando V.Exa. coloca Meta Fiscal, nós debateremos aí todas as propostas que existem em relação a superávit.

Sendo assim, fico contemplado se o debate Meta Fiscal for dessa natureza. Há outra questão: uma emenda de nossa autoria fala sobre a supressão do art. 66, que fala sobre a contabilização dos juros da dívida pública. Eu não sei se isso entraria em Meta Fiscal. Se entrar em Meta Fiscal, também me sinto contemplado com a proposta de encaminhamento de V.Exa.

Temos o tema da Mobilidade Urbana. V.Exa. me disse que entra em Metas e Prioridades esse tema. Bom, a organização de V.Exa. contempla cinco grandes eixos, cinco temas. Se nesses cinco temas estão contemplados Superávit Fiscal, Dívida Pública é contemplado em Metas Fiscais, e Mobilidade Urbana, que me parece que é claramente um dos anseios do que vem das ruas, das mobilizações das ruas do mês de junho. As mobilizações de rua trazem três grandes temas: Saúde, Educação e Mobilidade Urbana. Diga-se, de passagem, que V.Exa. contempla em vosso relatório —

quero destacar isso — o tema Saúde como prioridade. Se nós tratamos isso em Metas e Prioridades, creio que os cinco eixos apresentados por V.Exa. podem ser a melhor metodologia para contemplarmos o conjunto dos temas aqui surgidos.

Então, não tenho mais dúvidas a apresentar. Sinto-me esclarecido, Sr. Presidente, e de acordo com a proposta do Relator, desde que seja esse o encaminhamento, esses cinco temas, e desde que esses cinco temas contemplem o conjunto das emendas. Que encaminhemos para a votação, primeiro, do substitutivo, sem prejuízo dos destaques, na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Senador Randolfe. Com a palavra o Deputado Milhomen.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Na verdade, era uma dúvida que eu tinha que já foi retirada aqui. Na decisão da escolha de eixos, o Orçamento é muito amplo. São trabalhadas diversas questões na Lei Orçamentária. Eu tirei agora a dúvida com a consulta do Pedro com relação às emendas que foram rejeitadas na área da Comissão de Cultura, que é uma Comissão nova, que prioritariamente não seria discutida, mas ele já me disse que ela está sendo contemplada na área de Metas e Prioridades. Nesse caso, então, a minha dúvida foi sanada. Concordo com o Relator com relação ao procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Milhomen. Eu agora coloco em votação neste Plenário...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu estou aguardando a palavra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Perdão. Então, o último inscrito é o Deputado Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, primeiro, dando sequência ao que entendemos da reunião de Lideranças, e o Senador Randolfe foi muito feliz em dizer que lá nós nos preocupamos em estabelecer que hoje nós deliberaríamos sobre método, nós não estaríamos aqui votando conclusivamente

nenhuma matéria, nem concluindo discussão de nenhuma matéria. Nós estamos dispostos — e fazemos uma demonstração absolutamente clara de que queremos isto — a construir um entendimento e estabelecermos um método e, eu diria mais, uma meta. A meta é que possamos chegar à terça-feira e termos construído, na própria terça-feira, um entendimento para votação. Contudo, vejam bem: nós não podemos votar aqui, não me parece adequado, nem de natureza regimental, que nós estamos deliberando que o prazo da discussão é até terça-feira. Isso não existe no Regimento. Na verdade, existe a meta de que nós possamos construir um entendimento e, feito esse entendimento, possamos partir para uma votação consensual, que vai ser mais simples para todo mundo. Se, porventura, não houver a construção de consenso em um ou outro ponto, não fica por isso prejudicada a prerrogativa parlamentar de manter determinado destaque.

Por isso, é importante que fique claro que nós hoje estamos votando uma metodologia, que os destaques possam ser analisados em grupo, tendo-se em vista as grandes metas que o Orçamento deve englobar e as questões lembradas há pouco pelo Senador Randolfe Rodrigues envolvendo saúde, que também foram objeto de emenda de minha autoria visando garantir o não contingenciamento de recursos para a saúde — o que, parece-me, foi parcialmente contemplado.

Tenho uma preocupação idêntica na questão da segurança pública, a de que não haja contingenciamento dos recursos para a segurança pública, outro grave problema que afeta o País hoje. Nós pretendemos analisar com mais detalhes com o Relator se isso está devidamente contemplado.

Há uma questão extremamente importante, que deve estar entre essas metas, que tem tudo a ver com o pacto federativo, com a relação entre os entes federados. É algo que está no conceito geral de Orçamento, nas responsabilidades que têm que ser compartilhadas entre Estados, Municípios e a União. Nesse ponto, entra a Lei Kandir. A questão da Lei Kandir precisa estar muito clara. Foi objeto de emendas as mais diversas, por isso tem que estar contemplada num bloco. Creio que existe inclusive uma

emenda de minha autoria que trata também da compensação a Estados e a Municípios, quando o Governo Federal promover a desoneração no curso do exercício, abrindo mão de arrecadação que beneficie o Estado ou o Município. Que o faça, mas compense.

Tudo isso ainda deverá ser objeto da construção de um entendimento. Feito esse entendimento, acredito que nós poderemos — aí sim, na terça-feira — fazer votação em bloco. Até lá, entendo que o que estamos votando aqui são procedimentos, sem prejuízo de que a discussão esteja em aberto e de que estará em aberto até o início da sessão de terça-feira. Isso facultará a qualquer Deputado ou a qualquer bancada, caso não consigam sentir-se contemplados em determinado assunto, destacar aquele assunto ainda em tempo, para que lhe seja garantida a prerrogativa da votação em separado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

No mais, reitero o nosso compromisso de buscarmos a construção do entendimento, respeitadas as posições ideológicas da bancada do PSDB. Informo, inclusive, que acabei de protocolar cerca de vinte destaques, não só de emendas de minha autoria, mas emendas do Deputado Bruno, do Deputado Otavio Leite e de outros colegas da bancada do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Para atualizar, seguindo o requerimento e a sugestão do Senador Walter Pinheiro, fruto do acordo do Colégio de Líderes de hoje de manhã cedo, vou colocar em votação no plenário desta Comissão a metodologia sugerida pelo Senador. A metodologia é esta: agruparmos os destaques em cinco grupos, para que eles possam ser deliberados em bloco; nós vamos levar até terça-feira o limite para a discussão e, consequentemente, para o acatamento desses destaques.

Pedimos, informalmente, aos membros da Comissão que apresentem os destaques até quinta-feira, para dar tempo ao nosso Relator de trabalhar esse item, durante o final de semana inteiro.

Em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discutir, coloco em votação na Câmara dos Deputados a aprovação dessa metodologia.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Faço o mesmo na Casa do Senado Federal.

Os Senadores que queriam discutir, se pronunciem. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Estamos assim acertados.

Convoco para terça-feira, às 15h, a próxima reunião desta Comissão, para que possamos aprovar preliminarmente o relatório da LDO, sem prejuízo dos destaques a serem discutidos logo a seguir.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
54ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 3 E 11 DE SETEMBRO DE 2013.

Nos dias três e onze de setembro de dois mil e treze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados. Verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Andre Moura, Armando Vergílio, Bohn Gass, Bruno Araújo, Carlos Magno, Claudio Cajado, Danilo Forte, Domingos Sávio, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Roberto Teixeira, Rose de Freitas, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Sebastião Bala Rocha, Weliton Prado e Weverton Rocha; dos **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lobão Filho, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Morais; dos **Deputados Suplentes**: Alex Canziani, Alexandre Leite, André Zacharow, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Genecias Noronha, João Dado, Jorge Bittar, José Airton, José Rocha, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; do **Senador Suplente** Casildo Maldaner; e do Deputado Não Membro Jorge Boeira. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Efraim Filho, Mandetta, Ricardo Berzoini, Severino Ninho e Zezéu Ribeiro e a Senadora Titular Lídice da Mata. **ABERTURA:** no dia 3 de setembro, às 15h32, havendo número regimental, os trabalhos foram abertos pelo Presidente em exercício, Senador Casildo Maldaner, o qual informou que haveria Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, naquele dia, às 18 horas, na sala de reuniões da Presidência da Comissão, para tratar sobre o Relatório apresentado à LDO 2014 e cancelou a realização de reunião extraordinária, convocada para as 18 horas. Em seguida, suspendeu a reunião e convocou a sua continuação para as 19 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 19h06 do mesmo dia, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Lobão Filho. **AVISO:** o Presidente informou que, a partir daquela data, a CMO disporia do SERVIÇO DE ENVIO DE MENSAGENS PELO CELULAR – SMS. A Secretaria vai fazer uso desse serviço para ter contato rápido com os membros e com o Colegiado de Líderes para avisar sobre reuniões, prazos finais de emendas, votações e outros assuntos importantes. Juntamente com os membros da CMO e do Colegiado, um assessor de Liderança de cada Casa também poderá cadastrar o número do celular. Os membros que quisessem dispor desse serviço precisavam preencher formulário, que deverá conter sua assinatura e o número do seu celular, devendo ser entregue aos servidores da Secretaria da Comissão que estavam recepcionando estas informações ou dirigir-se ao balcão de atendimento da CMO. Logo após, o Presidente informou que o Relator da LDO 2014, Deputado Danilo Forte, reuniu-se com equipe técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e decidiu por mudanças no Relatório. Dessa forma, o Relator

comprometeu-se a entregar as alterações no prazo de 48 horas para que os demais membros da Comissão pudessem analisá-las. Solicitou, ainda que os destaques fossem apresentados o quanto antes, permitindo a conclusão dos trabalhos do Relator. Além disso, o Presidente manifestou a intenção de que esse Relatório fosse votado no dia 11 de setembro, quarta-feira. Em seguida, às 19h11, suspendeu a reunião e convocou a sua continuação o dia 11 de setembro, quarta-feira, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 11 de setembro, às 15h23, os trabalhos foram reiniciados. O Presidente anunciou que devido a acordos firmados, a continuação da discussão do Relatório à LDO 2014 somente seria retomada após a votação, no Senado Federal, da Proposta de Emenda Constitucional para estabelecimento do orçamento impositivo. Logo após, leu novamente o aviso sobre o sistema de envio de mensagens SMS recém inaugurado pela Secretaria da Comissão. Apreciação das seguintes Atas: 7ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 20, 21 e 22/08/2013 e 1ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 27/08/2013. O Presidente solicitou a dispensa da leitura e foi atendido pelo Plenário. Em votação, as Atas foram **aprovadas**. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA: 2. RELATÓRIO AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.058/13** - do Sr. Chico Alencar - que "disciplina as relações jurídicas decorrentes da rejeição de parte da Medida Provisória nº 611, de 04 de abril de 2013, que abriu crédito extraordinário de R$ 43 milhões para "Serviços de Telecomunicações para Grandes Eventos". Determina que a execução orçamentária referente a esta ação seja interrompida imediatamente". RELATORA: Deputada GORETE PEREIRA. PARECER: Voto pela aprovação, nos termos do Substitutivo ao Projeto de Decreto Legislativo que disciplina as relações jurídicas decorrentes da rejeição parcial da Medida Provisória. O Presidente informou que o prazo final da matéria na CMO se deu no dia 9 de setembro e no dia 10 do mesmo mês a matéria foi enviada ao Congresso Nacional, nos termos do *§ 2º do art. 11 da* Res*olução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional*. Requerimento de inclusão na Pauta do **Relatório ao Projeto de Lei nº 4/2013**. Autor: Deputado Fábio Ramalho. O autor apresentou oRequerimento. Não houve discussão. O Requerimento foi **aprovado**. Requerimento de inversão de Pauta, solicitando a imediata apreciação do **Relatório** ao **Projeto de Lei nº 4/2013**. Autor: Deputado Fábio Ramalho. Não houve quem quisesse discutir. O Requerimento foi **aprovado**. **EXTRAPAUTA: RELATÓRIO AO PROJETO DE LEI Nº 4/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Deputado Fábio Ramalho. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável nos termos do projeto. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado**. Nos termos do *parágrafo único, do art. 110 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente anunciou a apreciação do **Relatório apresentado à Medida Provisória nº 624/2013-CN**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de

Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 1.648.000.000,00 (um bilhão e seiscentos e quarenta e oito milhões de reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Acir Gurgacz. Foram apresentadas 6 emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das 6 emendas apresentadas. Estando ausente o Relator, foi designado o Senador Wilder Morais como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146 da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou inadmitidas as emendas de n°s 1 a 6, indicadas pelo relator. Apenas o Deputado Bruno Araújo discutiu a matéria. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. A seguir, o Presidente anunciou que havia sobre a mesa um Requerimento para inclusão de item na Pauta. Contudo, estando ausente naquele momento o Autor, Deputado Armando Vergílio, a matéria foi considerada prejudicada. **ENCERRAMENTO:** concluídas as votações, o Presidente encerrou os trabalhos às 15h37. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 17 de setembro, terça-feira, às 14h30, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador LOBÃO FILHO, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Casildo Maldaner) - Caros Srs. Deputados e Senadores, como há número regimental para a abertura dos trabalhos, embora não sendo Presidente, mas na condição de membro da Comissão de Orçamento, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 19, de 2013.

Eu suspendo a presente reunião extraordinária, convoco a sua continuação para hoje, dia 3 de setembro, às 19 horas, neste plenário, e cancelo a realização de reunião extraordinária convocada para este mesmo dia, às 18 horas, em função de, no mesmo horário, haver uma reunião de Líderes. Às 19 horas, veremos se haverá condição de, aqui acontecendo a reunião, darmos sequência às matérias.

Sendo assim, agradecendo a compreensão de todos, informo que fica suspensa a presente reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 19, de 2013.

Informo ainda que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Avisos:

A partir de agora, a CMO dispõe de serviços de envio de mensagens pelo celular — SMS. A Secretaria fará uso desse serviço para ter um contato mais eficiente e mais rápido com todos os membros desta CMO e do Colegiado de Líderes para avisar sobre reuniões, prazos finais de emendas, votações e outros assuntos importantes.

Juntamente com os membros da CMO e do Colegiado, um assessor de Liderança de cada Casa também poderá cadastrar o seu número de celular.

Os membros que quiserem dispor desse serviço precisarão informar o número de celular aos servidores à Secretaria desta Comissão, que estarão recepcionando essas informações, ou dirigir-se ao balcão de atendimento da Secretaria.

Esse item é extremamente interessante, foi criado agora, para que a gente possa manter todos os membros desta Comissão permanentemente atualizados sobre as decisões e convocações de reuniões para esta Comissão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, V.Exa. anunciou que será feita uma suspensão dos trabalhos. V.Exa. encerrará esta sessão e marcará outra para a próxima quarta-feira. Correto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vamos marcar para quarta-feira próxima...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sim, de amanhã a oito...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mas a sessão não será encerrada, será suspensa, porque a pauta é a mesma.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então, queria indagar a V.Exa. o seguinte: o Relator vai apresentar o relatório sobre as sugestões ofertadas pelo Governo e os destaques a serem avaliados pelo Sr. Deputado Danilo Fortes. Obviamente, isso, chegando às nossas mãos, ao nosso conhecimento, antes de quarta-feira da semana subsequente, poderemos analisar as alterações feitas

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Afirmativo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É importante. Peço à Secretaria da Mesa que, assim que a Comissão de Orçamento tiver essa informação do Relatório do Deputado Danilo Fortes com essas alterações, a Dona Socorro e equipe possam me enviar imediatamente, para que possamos fazer uma análise sobre as modificações que eventualmente ocorram.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Afirmativo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Caso o Relator deixe para apresentar no dia, na quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - ...teremos dificuldade de votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Claro, claro. O compromisso do Relator é de apresentar esse relatório nas próximas 48 horas.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Sr. Presidente, tem a questão, por exemplo, dos TRFs. Estamos fechados aqui, na maioria da Comissão, no sentido de S.Exa. acatar o Substitutivo do Deputado Andre Vargas. Não é? Queremos que S.Exa. acate isso antes.

Tem aquela questão também da CNI, da indústria, que a gente acertou também. S.Exa. tem de acatá-la antes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Relator, sensível inclusive a sua argumentação última, em relação à CNI, já é um assunto transposto; em relação aos

TRFs V.Exa. fez uma manifestação na última reunião e S.Exa. ficou de estudar isso de forma mais detida.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Por que isso, para V.Exa. ter uma ideia, aqui, dentro da Comissão, temos mais de 60% que representam os Estados que vão ter os TRFs. Então, não queremos inviabilizar essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu até acho que, por ser de forma autorizativa, não tem problema nenhum que seja acatada a autorização para criação dos TRFs.

Tem a palavra a Sra. Deputada Rose.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Tem também a emenda substitutiva do Deputado Andre Vargas que queremos que S.Exa. a acate na totalidade.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, um esclarecimento.

Nós tínhamos um acordo até hoje, à meia-noite: apresentação dos destaques. Não tendo sido apresentado o relatório, como ficará essa situação, para que a gente possa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sra. Deputada, de forma regimental, os destaques podem ser apresentados enquanto houver discussão. A discussão deveria ter sido encerrada hoje e os colocaríamos em discussão. Como não há votação, teoricamente, a discussão vai ser prolongada e, portanto, o prazo de apresentação dos destaques também vai ser prolongado até quarta-feira que vem. Mas foi importante V.Exa. ter citado isso porque o Relator pede que não sejam apresentados destaques — já foram apresentados mais de 800 destaques —, senão ele não consegue concluir o trabalho.

Então, ele pede que os destaques que porventura ainda tenham de ser apresentados, o sejam nas próximas 48 horas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Apesar de, regimentalmente, até quarta-feira ser possível.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, infelizmente, acho impossível atender o Relator, porque, democraticamente, esta Casa sempre fez uso dessas prerrogativas, até porque não conhecemos o relatório, vamos conhecê-lo. Portanto, os destaques vão continuar sendo apresentados. V.Exa. vai ter que ter essa compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, é regimental! V.Exa. tem toda liberdade de apresentar os destaques.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Só através desse instrumento as matérias poderão ser apreciadas e discutidas oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É regimental. V.Exa. tem todo o direito de apresentar os seus destaques até o dia da votação.

(*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É um compromisso do Relator, como o volume de informações foi extremamente significativo, de apresentar isso nas próximas 48 horas.

Nada mais havendo a discutirmos, suspendo a presente reunião extraordinária e convoco sua continuação para o dia 11 de setembro, às 15 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 2ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da matéria constante da Pauta nº 19, de 2013, alterada.

Informo que a matéria está disponível nos terminais de pauta eletrônica, localizados nas bancadas. Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados, bem como na representação do Senado Federal.

Nós havíamos combinado, hoje, de votarmos a LDO, mas, por acordo com o Governo e os membros desta Comissão, nós resolvemos aguardar a decisão do Senado Federal sobre o orçamento impositivo. Como ele há de fazer parte da LDO, convém a esta Comissão aguardar que seja votado este tema no Senado Federal e, portanto, ele possa ser incorporado, na sua plenitude, no documento da LDO. Portanto, nós vamos transferir a discussão da LDO para a próxima quarta-feira.

Informo ainda que desde 3 de setembro a CMO dispõe de serviço de envio de mensagens pelo celular. É a segunda vez que eu faço esta ressalva, por sua importância. Isso é inédito nesta Comissão, acho que vai dar agilidade e modernidade à tramitação e à comunicação entre os membros desta Comissão. Portanto, já dispomos de serviço de envio de mensagens pelo MSN. Esta Secretaria faz uso desse serviço para ter um contato rápido com todos os membros desta Comissão e do Colegiado de Líderes, para avisar sobre reuniões, prazos de emendas, votações e outros assuntos importantes.

Juntamente com os membros da CMO e do Colegiado, nós também cadastramos um assessor de Liderança de cada Casa, que também poderá cadastrar o seu número de celular junto a esta Secretaria. Os membros que quiserem dispor desse serviço, mormente os nossos membros, precisarão informar os números dos celulares aos servidores da Secretaria da Comissão e à Secretária Socorro, que estarão recepcionando essas informações; e os demais, se desejarem, que se dirijam ao balcão de atendimento da Secretaria.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 7ª reunião ordinária, realizada entre os dias 20, 21 e 22 de agosto, e 1ª reunião extraordinária, realizada no dia 27 de agosto de 2013.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com o expediente será enviada pelo correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Vou partir agora para a Pauta nº 19, alterada, 2013.

Um item da pauta foi retirado em decorrência do término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que é o relatório apresentado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1.058, da Câmara dos Deputados, do Deputado Chico Alencar, o qual disciplina as relações jurídicas decorrentes da rejeição da Medida Provisória nº 611, de 2013, que abriu crédito extraordinário de 43 milhões de reais para serviços de telecomunicações para grandes eventos; determina que a execução orçamentária referente a essa ação seja interrompida imediatamente.

Sobre a mesa requerimento de inclusão de pauta, do Deputado Fábio Ramalho, do PLN nº 4, de 2013, nesta reunião extraordinária.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Senadores que aprovam esta inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Portanto, passarei a palavra ao Deputado Fábio Ramalho, para que possa ler o seu relatório do PLN nº 4, de 2013.

Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Obrigado, Presidente.

Por meio da Mensagem nº 46, de 2013, na origem, e com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, a Exma. Sra. Presidenta da República submete à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 004, de 2013, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar no valor de 230 milhões de reais ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA.

De acordo com o art. 2º do projeto, os recursos necessários à abertura do crédito adicional ora proposto decorrem do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da União do exercício de 2012, relativo à remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional.

A Exposição de Motivos nº 0075, de 2013, MP, de 31 de maio de 2013, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, justifica a necessidade dos recursos.

Para atender às exigências previstas no art. 38, §§ 7º e 9º da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, a exposição de motivos apresenta demonstrativo de superávit financeiro relativo à fonte de recurso utilizada no crédito, Fonte 88 — Remuneração e Disponibilidade do Tesouro Nacional, bem assim declara que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de

resultado primário, fixado para o corrente exercício, tendo em vista que se referem à suplementação de despesas primárias, discricionárias à conta de recursos de origem financeira, as quais serão executadas dentro dos limites de movimentação e empenho, constando do Anexo 1 do Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013.

Emendas. Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em apreço no prazo regimental.

Voto do Relator.

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que o objetivo é reforçar a programação constante da lei orçamentaria em vigor.

Observa-se ainda que a proposta esteja formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar nº 101, de 2000; Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2013; e Lei nº 12.593, de 18 de fevereiro de 2012 — PPA 2012/2015.

Encontra-se, particularmente, satisfeitas as disposições constitucionais do art. 167, incisos IV e V, que vedam a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, bem assim a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.

Assim, as informações prestadas e análises aqui expostas indicam haver coerência dos termos do crédito suplementar em exame com as disposições da legislação orçamentária em vigor, bem assim denota a correspondente adequação e compatibilidade com a LDO de 2013 e com o Plano Plurianual.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 4, de 2013, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões.

Deputado Fábio Ramalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Fábio Ramalho.

Eu vou ler o requerimento de inversão de pauta, que deveria ter lido antes:

"Requeiro, nos termos do art. 65, inversão de pauta para apreciação da Pauta nº 19, no sentido de ser apreciado, inicialmente, o PLN 4 — Esse é o acabou de ser relatado pelo Deputado Fábio Ramalho — *na Ordem do Dia da 2ª reunião extraordinária".*

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem discorde, o requerimento fica aprovado. *(Pausa.)*

A nossa Secretária insiste que se coloque em votação na Câmara.

Portanto, em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inversão de pauta.

Coloco agora em votação no Senado.

Os Senadores que se manifestam a favor da inversão de pauta permaneçam como encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, também.

O relatório do Deputado Fábio Ramalho já está lido. Coloco-o agora em discussão*. (Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco agora em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo para o segundo item da pauta, a Medida Provisória nº 624.

Conforme disposto no parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1 do Congresso Nacional, passaremos à apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 624, que abre crédito extraordinário em favor de Encargos Financeiros da União, Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de 1 bilhão, 648 milhões de reais, para os fins que especifica. Relator, Senador Acir Gurgacz.

Foram apresentadas seis emendas. O voto é pela aprovação da medida provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação de inadmissibilidade das seis emendas apresentadas.

Passo a palavra, neste momento, para relatar a matéria, ao Senador Wilder.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Obrigado, Presidente.

Vamos ao voto:

> *Diante de todas as razões expostas, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 624, de 14 de agosto de 2013, atende aos preceitos constitucionais e que deve orientar a sua adoção. E, no mérito, somos pela*

sua aprovação, nos termos propostos pelo Poder Executivo, tendo por inadmitidas as Emendas nºs 01 a 06.

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada...

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, só um registro. Nós vamos votar a favor. Eu quero que V.Exa. garanta-me a palavra. Não estou me fazendo ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Peço silêncio ao Plenário, por favor, para que o Deputado possa se pronunciar.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, o mérito da matéria nos leva a avançar. Mas é bom registrar que, reiteradamente, o Supremo tem deixado claro que medidas provisórias, como essa, que abrem crédito extraordinário, são absolutamente carentes de constitucionalidade. Nós vamos avançar. Vai ser registrado o nosso voto com essa ressalva. Em outra oportunidade o PSDB já foi ao Supremo e conseguiu referendar posição constitucional para com isso. É bom ficar claro que a Constituição não permite medidas provisórias para créditos extraordinários, com exceção de casos previstos — calamidade — e que se configuram com o texto constitucional, que não é o caso. Nós vamos avançar pela importância do projeto, mas fica essa ressalva para que em outro momento possamos nos posicionar. É este o registro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Fica registrado o posicionamento do nosso Vice-Presidente, Deputado Bruno.

Levaremos, a seguir, a votação na representação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo agora a votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Eu, a pedido do Deputado Armando Vergílio, vou entrar com requerimento de inclusão extrapauta do Ofício nº 52, de 2012.

Está com a palavra o autor, Deputado Armando Vergílio, para apresentação do seu requerimento. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO PUTY - O Deputado Armando Vergílio não se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Como S.Exa. não se encontra, eu não posso colocar em votação o requerimento.

Não havendo mais nada nesta pauta, eu vou encerrar os trabalhos e reabri-lo na próxima terça-feira, às 14h30min, ordinariamente — é que a gente abriu o livro.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

Declaro encerrada esta sessão.

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 17, 18, 24 E 25 DE SETEMBRO E 2, 8, 9, 16, 22 E 24 DE OUTUBRO DE 2013.

Aos dezessete, dezoito, vinte e quatro e vinte e cinco de setembro e dois, oito, nove, dezesseis, vinte e dois e vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 21 de 2013. Durante esse período, verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Andre Moura, Armando Vergílio, Bohn Gass, Bruno Araújo, Carlos Magno, Claudio Cajado, Danilo Forte, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Giovani Cherini, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Ricardo Berzoini, Roberto Teixeira, Rose de Freitas, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Sebastião Bala Rocha, Severino Ninho, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro; dos **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lobão Filho, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Morais; dos **Deputados Suplentes**: Afonso Florence, Alex Canziani, Alexandre Leite, André Zacharow, Carlos Brandão, Chico Lopes, Dalva Figueiredo, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Genecias Noronha, Gera Arruda, Iriny Lopes, João Dado, Jorge Bittar, José Airton, José Priante, José Rocha, Junji Abe, Missionário José Olimpio, Osvaldo Reis, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; dos **Senadores Suplentes**: Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy e Inácio Arruda; e do Deputado Não Membro Cláudio Puty. Deixou de comparecer o Deputado Titular Marcos Montes. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta minutos do dia dezessete de setembro, havendo número regimental para abertura, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, Senador Lobão Filho, declarou iniciados os trabalhos. **AVISOS:** No dia 18 de setembro, quarta-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião conjunta de audiência pública da CMO com a Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Comissão de Assuntos Econômicos; e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com a presença do Sr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN), que apresentará a "avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços", referente ao 1º semestre do exercício de 2013, em atendimento ao estabelecido no *§ 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de*

maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. O Presidente informou que tendo em vista que a Proposta de Emenda Constitucional do Orçamento Impositivo não foi votada no Senado Federal, os trabalhos seriam suspensos, e convocou a sua continuação para o dia 18 de setembro, quarta-feira, após a realização da Reunião Conjunta de Audiência Pública com o Presidente do Banco Central do Brasil, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos forma suspensos às quatorze horas e cinquenta e dois minutos. Às dezoito horas e vinte e cinco minutos do dia dezoito de setembro, o Presidente retomou a reunião. Tendo em vista a realização da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os trabalhos foram transferidos para o dia vinte e quatro do mesmo mês, às quatorze horas e trinta minutos. Às dezoito horas e vinte e seis minutos, os trabalhos foram suspensos. Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia 24 de setembro, os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Severino Ninho, no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional*. O Presidente em exercício informou que o quórum regimental para deliberação havia sido atingido. O Presidente em exercício informou que no dia 25 de setembro, quarta-feira, às 14h30min, seria realizada reunião de audiência pública convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, que prestará esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos: - Proposta Orçamentária para 2014 - Projeto de Lei nº 9/2013-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014"; - Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, no que tange à inscrição, à execução e ao cancelamento de restos a pagar, em atendimento ao Requerimento nº 01/2013-CMO, de autoria do Deputado Efraim Filho (DEM/PB), subscrito pelo Deputado Cláudio Cajado (DEM/BA), aprovado na 3ª Reunião Ordinária realizada em 4 de junho de 2013; e - Questões relativas à execução orçamentária 2013, tais como o contingenciamento anunciado através da Portaria Interministerial nº 207 de 31 de maio de 2013 e do Decreto nº 8.021 de 29 de maio de 2013, a porcentagem constitucional de aplicação de recursos na saúde e a execução das emendas individuais, de bancada e de comissão, em atendimento ao Requerimento nº 6/2013-CMO, de autoria do Deputado Marçal Filho (PMDB/MS), aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2013. Informou, ainda, a participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados para atender o Requerimento nº 103/2011, de autoria do Deputado Eduardo Azeredo (PSDB/MG), que solicita a presença da Ministra para prestar esclarecimentos sobre a execução orçamentária das Forças Armadas, aprovado naquela Comissão em 30/11/2011. Às 14h40min, os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para o dia seguinte, após a realização da reunião de audiência pública com a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, marcada para as 14h30. Às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, o Presidente reabriu a reunião e informou que a Ordem do Dia da Câmara dos Deputados havia sido iniciada e, por isso, suspenderia os trabalhos. O Deputado Domingos Sávio solicitou o encerramento com base no disposto no *§ 2º do art. 29 do Regimento Comum*. Após

ponderações, o Presidente manteve a suspensão da reunião. A Deputada Benedita da Silva solicitou o uso da palavra para registrar a perda do seu aparelho celular, porém, em seguida, anunciou que havia encontrado. Às dezenove horas e cinco minutos, os trabalhos foram suspensos e convocada a continuação para o dia dois de outubro, às quinze horas. Aos dois de outubro, às quinze horas e cinco minutos, os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Junji Abe, no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional*. Em seguida, informou que interromperia a reunião e marcou a continuação para o dia oito de outubro, às quinze horas. Aos oito dias do mês de outubro, às quinze horas e nove minutos, os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Severino Ninho, no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional*. Em seguida, informou que suspenderia a reunião e marcou a continuação para o dia nove de outubro, às quinze horas. Aos nove dias do mês de outubro, às quinze horas e vinte e três minutos, retomando a reunião o Presidente, Senador Lobão Filho, anunciou a apreciação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 3 e 11/9/2013. Por consenso, houve dispensa da leitura e, quando em votação, a Ata foi **aprovada**. **AVISO**: o Presidente informou que a CMO disponibilizou em sua página na internet novas opções de consultas a diversos tipos de proposições, que podem ser acessadas de forma simples e imediata. Ao visitar a Página da Comissão, no endereço www.camara.leg.br/cmo, o usuário encontrará no item "Projetos de Lei e outras proposições na Comissão", quatro subitens que permitirão o acesso a várias informações sobre matérias de competência da CMO. Informou, também, que outra novidade é a comodidade de se realizar o acompanhamento de matérias. Para isso, basta o usuário acessar a proposição que deseja acompanhar e cadastrar o seu e-mail para receber notificações sobre a tramitação da matéria desejada. **EXPEDIENTE:** conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Logo após, houve debate cujo cerne foi a votação do Relatório à LDO 2014. Dele participaram o Presidente e os Deputados Cláudio Puty, Domingos Sávio e Cláudio Cajado. Após o debate, o Deputado Domingos Sávio apresentou Questão de Ordem baseada no *art. 134, Parágrafo Único, da Resolução nº1/2006, do Congresso Nacional,* solicitando o encerramento da reunião. O Presidente respondeu à Questão de Ordem indeferindo-a, interpretando que o dispositivo citado versa que a ele compete decidir pela suspensão ou encerramento da reunião, quando provocado. A seguir, o Deputado Bruno Araújo solicitou a apreciação do Relatório à Medida Provisória 622/2013. O Presidente declarou que ela seria apreciada em momento posterior e também informou que havia acordo com os membros da CMO para apresentação de Adendos e Errata ao Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN – PLDO/2014, constante do item 2, da Pauta nº 21, e a votação da matéria ficaria para a próxima semana, no dia 15/10/2013. **ORDEM DO DIA: 2. Apreciação do Relatório**

apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências". (PLDO/2014). Relator: Deputado Danilo Forte. Foram apresentadas 4.085 emendas. Voto: favorável ao Projeto de Lei nos termos do Substitutivo apresentado. Das 4.085 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação a 273, pela aprovação parcial a 1.777, pela rejeição a 2.029 e indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 7128.0003, 7111.0002, 7111.0005, 6001.0002, 2954.0001 e 2693.0002. O Relator apresentou o Adendo 1, a Errata e o Adendo 2. Contudo, durante a apresentação verbal dos Adendos, houve a manifestação de vários parlamentares no sentido de que houvesse a distribuição impressa das proposições. Discutiram as matérias a Deputada Rose de Freitas, os Deputados Cláudio Cajado, Domingos Sávio, Júlio César, João Dado, Jorge Bittar e Lourival Mendes e o Senador Eduardo Suplicy. Após a manifestação dos parlamentares citados, o Presidente sugeriu o encerramento da discussão. A Deputada Rose de Freitas e os Deputados Domingos Sávio e Cláudio Cajado manifestaram-se contrariamente, uma vez que o encerramento da discussão acarretaria o fim do prazo para apresentação de destaques. Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente anunciou a suspensão dos trabalhos, às 17h08. Antes, convocou Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para o dia 15 de outubro, às 11 horas, na sala de reuniões da Presidência da Comissão, para tratar sobre o Relatório apresentado à LDO 2014. Também convocou a continuação da reunião ordinária para o dia 15 de outubro, terça-feira, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 16 de outubro, às 14h32, a reunião foi reaberta e o Presidente anunciou que haveria a apreciação do item 1 da Pauta de nº 24/2013. **1. Relatório apresentado à Medida Provisória nº 622/2013**, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R$ 380.000.000,00, para viabilizar o pagamento de subvenção econômica às unidades industriais produtoras de etanol combustível da Região Nordeste". Relator: Deputado José Priante. Voto: pela aprovação da Medida Provisória nos termos proposto pelo Poder Executivo. O relator, quanto às 11 (onze) emendas apresentadas, indicou para inadmissibilidade as de nºs 001, e 003 a 011. A emenda de nº 002, de autoria do Deputado Anthony Garotinho, foi retirada pelo autor. Estando ausente naquele momento o Deputado José Priante, foi designado Relator *ad hoc* o Deputado Danilo Forte, o qual realizou a leitura do Relatório. Não houve quem quisesse discutir a matéria. Em votação o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. A seguir, o Presidente anunciou que haveria votação em bloco dos itens 11, 12, 13 e 14 da Pauta, que eram os Relatórios apresentados, respectivamente, às seguintes proposições: **Ofício nº 11/2011**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 14, inciso IV, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, a Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2011". Relator: Deputado Armando Vergílio. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Ofício nº 12/2011**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de

Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010". Relator: Deputado Armando Vergílio. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Ofício nº 38/2011**, que "Encaminha, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da lei nº 7.827, de 27/09/1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO/ exercício 2010". Relator: Deputado Armando Vergílio. Voto: pelo arquivamento da matéria. **Ofício nº 52/2012**, que "Encaminha, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao exercício de 2011". Relator: Deputado Armando Vergílio. Voto: pelo arquivamento da matéria. Estando ausente naquele momento o Deputado Armando Vergílio, foi designado Relator *ad hoc* das proposições acima citadas o Deputado Edmar Arruda, o qual apresentou os Relatórios. Não houve discussão. Em votação em bloco, os Relatórios foram **aprovados** por unanimidade. A seguir, foi apresentado **REQUERIMENTO,** de autoria do Deputado José Rocha, para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 6/2013. Não houve quem quisesse discutir a matéria. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. **EXTRAPAUTA:** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 6/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 269.472.439,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado José Rocha. Foram apresentadas 22 emendas. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, sendo pela aprovação das emendas de nºs 7 e 11; aprovação parcial das emendas de nºs 2, 5, 17, 18, 20 e 21; com indicação pela inadmissibilidade da emenda de nº 19, e pela rejeição das demais. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nos termos apresentados pelo Relator. A seguir, o Presidente anunciou que o Relatório ao **Aviso nº 7/2013-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 93/2013 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à fiscalização das obras de melhoria de capacidade de tráfego e duplicação na BR 116, no Rio Grande do Sul (TC 003.063/2012-7)" seria retirado de pauta, a pedido do Relator, Deputado Junji Abe, o qual formalizou o pedido pelo Ofício 227/2013. O Presidente anunciou, também, a retirada de pauta do **Requerimento nº 7/2013-CMO**, que "Requer ao Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, Deputado Afonso Florence e ao Plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, vistoria nas obras de infraestrutura aeroportuárias no Brasil. (Sugestão de vistoria dos seguintes aeroportos: Aeroporto Internacional Afonso Pena, Curitiba/PR; Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, Manaus/AM; e Aeroporto Internacional Marechal Rondon, Cuiabá/MT)", a pedido do Autor, Senado Acir Gurgacz. Logo após, foi apresentado **REQUERIMENTO**, de autoria do Deputado Bohn Gass, para incluir-se na pauta o Relatório aos Avisos de nºs 33 e 46/2009-CN; 001, 009, 17 e 35/2010-CN; 01, 07, 18, 22 e 25/2011-CN; 03, 18 e 27/2012-CN; e 01 e 10/2013-CN. Não houve discussão. O Requerimento foi **aprovado**. **EXTRAPAUTA:** Relatório apresentado ao **Aviso nº 33/2009**, que "Encaminha ao

Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009". Aviso nº 46/2009, que "Encaminha ao Congresso Nacional o relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao segundo trimestre de 2009". Aviso nº 001/2010, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, relativo ao terceiro trimestre de 2009". Aviso nº 009/2010, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao quarto trimestre de 2009". Aviso nº 17/2010, que "Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2010". Aviso nº 35/2010, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2010". Aviso nº 1/2011, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao terceiro trimestre de 2010". Aviso nº 7/2011, que "Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887/2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055/2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, referente ao quarto trimestre de 2010". Aviso nº 18/2011, que "Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2011". Aviso nº 22/2011, que "Encaminha Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2011". Aviso nº 25/2011, que "Encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao terceiro trimestre de 2011". Aviso nº 3/2012, que "Encaminha Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB referente ao 4º trimestre de 2011". Aviso nº 18/2012, que "Encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2012, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009". Aviso nº 27/2012, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2012". Aviso nº 01/2013, que "Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB relativo ao 3º trimestre de 2012". Aviso nº 10/2013, que "Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao quarto trimestre de 2012". Relator: Deputado Bohn Gass. Voto: pelo arquivamento das matérias. O Deputado apresentou seu Relatório. Logo

após, o Deputado Danilo Forte solicitou vistas à matéria, alegando não possuir conhecimento suficiente de seu teor para permitir deliberação. O Presidente informou ao requerente que a Resolução nº 1/20060CN não admite pedido de vista de matéria na CMO. Dessa forma, o Deputado Domingos Sávio solicitou retirada de pauta da matéria. O Presidente solicitou posicionamento do Relator, Deputado Bohn Gass, quanto à retirada de pauta. Este contraargumentou ao informar que o Relatório estava disponível já havia quinze dias. Ainda assim, o Deputado Domingos Sávio alegou falta de subsídios para avaliar a matéria e manteve a solicitação de retirada de pauta. O Relator, ao final, concordou com a solicitação e a matéria foi retirada de pauta, a seu pedido. Logo após, a Deputada Gorete Pereira, Relatora do Projeto de Lei nº 7/2013-CN, manifestou a intenção de incluir essa matéria na pauta. O Presidente questionou ao Plenário sobre a inclusão dessa matéria e o Deputado Domingos Sávio solicitou distribuição do Relatório para que se conhecesse o teor. Discutiram sobre a inclusão na pauta os Deputados Bohn Gass, Marçal Filho e Domingos Sávio. Este último solicitou a inclusão da proposição em reunião posterior. Em resposta, o Presidente propôs incluir-se na pauta, para que houvesse deliberação somente no dia 22 de outubro, dos Relatórios apresentados às seguintes matérias: Projeto de Lei nº 07/2013-CN, Projeto de Lei nº 08/2013-CN, Projeto de Lei nº 12/2013-CN, Ofício nº 02/2008-CN, Ofício nº 14/2008-CN, Ofício nº 37/2011-CN e Ofício nº 42/2012-CN. A proposta, quando posta à deliberação do Plenário, foi **aprovada** por unanimidade. O Presidente afirmou, ainda, que cancelaria a reunião extraordinária convocada para o dia 16/10/2013, às 18h. Os trabalhos foram suspensos às 15h08. Às 14h40 do dia 16 de outubro, a reunião foi reiniciada pelo Presidente em exercício, Deputado Jorge Bittar, suspendendo-os em seguida, convocando a continuação para o mesmo dia, às 15h. Retornando à Presidência da Comissão, o Senador Lobão Filho declarou a reunião reaberta às 15h daquela data. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Ao anunciar que passaria à apreciação do Projeto de Lei nº 7/2013 – CN, o Presidente foi interpelado pelo Deputado Danilo Forte, Relator do PLDO 2014, o qual anunciou a existência de alterações no Relatório apresentado a essa matéria e solicitou a oportunidade de lê-las com o intuito de dar publicidade a seu conteúdo antes da apreciação do Relatório. A seguir, o Deputado Danilo Forte solicitou, ainda, a inversão da Pauta, passando-se o Relatório ao Projeto de Lei nº 2/2013 – CN (LDO 2014) para último item. Quando questionado, o Plenário foi favorável à solicitação. A seguir, o Presidente anunciou que a votação do PLDO 2014 deveria ocorrer na quinta-feira, dia 24 de outubro, conforme acordo firmado pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Assim, afirmou que a continuação da reunião seria às 11h desse dia. Logo após, fizeram uso da palavra o Deputado Fábio Ramalho, que solicitou alteração do horário da reunião do dia 24/10, o Deputado Jorge Bittar alertou para a necessidade de observar-se cronograma para que

o orçamento seja votado a tempo, o Deputado Cláudio Puty confirmou que o Relator da LDO 2014 somente leria as alterações do Relatório, o Deputado Nilton Capixaba solicitou alteração do horário da reunião do dia 24/10, o Deputado Giovani Cherini questionou se as alterações ao Relatório da LDO 2014 já estavam disponíveis na página da Comissão na internet e também sobre o horário de realização da reunião do dia 24/10 e Senador Wilder Morais solicitou alteração do horário da reunião do dia 24/10. Como conclusão do debate, o Presidente alterou o horário de continuação da reunião no dia 24/10, passando-se das 11h para as 9h. A seguir, o Deputado Danilo Forte apresentou o Adendo nº 3. **EXTRAPAUTA:** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitorais e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 942.240.394,00 (novecentos e quarenta e dois milhões, duzentos e quarenta mil, trezentos e noventa e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relatora: Deputada Gorete Pereira. Foram apresentadas 3 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade da emenda de nº 01, e pela rejeição das demais. Ausente a Relatora, foi designado o Deputado Pedro Novais como Relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitida a emenda de n°1, indicada pelo relator. Somente o Deputado Efraim Filho discutiu a matéria, alegando haver pareceres que sustentavam a inviabilidade do Projeto e solicitou a retirada de pauta. O pedido foi negado pelo Presidente. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **EXTRAPAUTA:** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 8/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R$ 34.958.072,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, setenta e dois reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Weliton Prado. Foi apresentada 01 emenda. Voto: favorável nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 01. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Jorge Bittar como Relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitida a emenda de n°1, indicada pelo relator. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **EXTRAPAUTA:** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2013 crédito suplementar no valor total de R$ 8.207.509,00 (oito milhões, duzentos e sete mil, quinhentos e nove reais), em favor de Companhias Docas e da Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 24.880.202,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta mil, duzentos e dois reais), para os fins que especifica." Relator: Senador João Vicente Claudino. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável, nos termos do projeto. Ausente o Relator, foi designado o Senador Wilder Morais (DEM/GO) como Relator *ad hoc*. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **EXTRAPAUTA:** o Presidente anunciou que

haveria a votação em bloco dos Relatórios apresentados às seguintes matérias: **Ofício nº 02/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Nilton Capixaba. Voto: pelo arquivamento da matéria; **Ofício nº 14/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º, do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Nilton Capixaba. Voto: pelo Arquivamento da matéria; **Ofício nº 37/2011-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010". Relator: Deputado Nilton Capixaba. Voto: pelo Arquivamento da matéria e **Ofício nº 42/2012-CN**, que "Encaminha, nos termos do parágrafo 4° do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2011". Relator: Deputado Nilton Capixaba. Voto: pelo arquivamento da matéria. Ausente o Relator das quatro matérias acima relacionadas, foi escolhido o Deputado Carlos Magno como Relator *ad hoc*. Somente o Deputado Efraim Filho discutiu as matérias. Em votação, os Relatórios foram aprovados por unanimidade. Logo após, o Presidente informou que na quarta-feira, dia 23 de outubro, seria apreciada a PEC do orçamento impositivo no Senado Federal, fato que possibilitaria a votação do PLDO 2014 na quinta-feira. Dessa forma, suspendeu a reunião às 15h31 e convocou sua continuação para o dia 24 de outubro, às 9h. O Presidente reiniciou os trabalhos às 9h04 do dia 24 de outubro. A palavra foi concedida ao Relator da LDO 2014, Deputado Danilo Forte, o qual apresentou o Adendo nº 4. Este Adendo substituiu os de nº 1, 2, e 3. Após a apresentação, o Presidente declarou iniciada a discussão do Adendo. Somente o Deputado Efraim Filho participou da discussão, solicitando que as emendas constantes dos destaques de número 249, 259 e 290 fossem acatadas no Adendo nº 4. O Deputado Danilo Forte explicou porque não poderia aceitar a solicitação. Logo após, o Deputado Bohn Gass fez uso da palavra para sugerir a suspensão da reunião por um curto prazo a fim de negociar-se acordo. Em contrapartida, o Deputado Evandro Milhomen afirmou que não havia a necessidade de negociação de novos acordos. O Presidente perguntou ao Plenário quais parlamentares concordavam a suspensão da reunião por 15 minutos para negociações. Apenas o Deputado Bohn Gass foi favorável e o Presidente deu continuidade à reunião. Logo após, retomou-se a apreciação do **Relatório ao Projeto de Lei nº 2/2013 – CN** e o Presidente declarou encerrada a discussão dessa matéria.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, quanto às emendas apresentadas, que foi aprovada por unanimidade. A seguir, em conformidade com o disposto no §2° do art. 146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitidas as emendas n°s 7128.0003, 7111.0002, 6001.0002, 2954.0001 e 2693.0002, indicadas pelo Relator. Em votação, o Relatório, a Errata e o Adendo nº 4 foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques. Foram apresentados 1.082 destaques à matéria. O Presidente informou que os destaques de nº 613, 615 a 620, 786 a 794 e 796 a 803, do Senador Walter Pinheiro, foram retirados a pedido do autor. Os destaques de nº 2, de autoria do Deputado Fábio Ramalho, e 249, 259 e 290, de autoria do Deputado Cláudio Cajado, foram selecionados para votação em separado. A seguir, o Presidente propôs votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator, ressalvados os que foram solicitados para votação separadamente. A solicitação foi aprovada por unanimidade pelo Plenário. Quando em deliberação, pelo Plenário, conforme tipo de voto do Relator, **os destaques de nº 1, 3 a 248, 250 a 258, 260 a 289, 291 a 612, 614, 621 a 785, 795 e 804 a 1.082** foram **rejeitados**. Durante a deliberação dos destaques com solicitação para votação separadamente, somente o **destaque de nº 2**, do Deputado Fábio Ramalho, foi **aprovado**. Os de **nº 249, 259 e 290**, do Deputado Cláudio Cajado, foram declarados **prejudicados** devido à ausência do autor. O Senador Eduardo Suplicy solicitou a votação separadamente de destaques de sua autoria, porém o Presidente informou que regimentalmente não poderia aceitar o pedido, uma vez que o prazo havia sido encerrado. O Deputado Efraim Filho ainda solicitou ao Plenário que, excepcionalmente, aceitasse os destaques do Deputado Cláudio Cajado, por ele selecionados para votação separadamente, não obtendo anuência do Presidente. A seguir, o Deputado Danilo Forte proferiu palavras de conclusão sobre o Relatório apresentado. O Senador Eduardo Suplicy perguntou sobre o prazo de emendas para os Projetos de Lei de nº 13 a 42/2013 – CN e a Deputada Gorete Pereira parabenizou o Relator da LDO 2014 pelo trabalho. Finalizando, o Presidente informou a intenção de votar os Projetos de Lei de nº 13 a 42/2013 – CN no dia 30 de outubro. **ENCERRAMENTO**: às 9h50, a reunião foi encerrada. Antes, porém, o Presidente convocou reunião deliberativa extraordinária para o dia 30 de outubro, quarta-feira, às 14h30, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senador Lobão Filho, **Presidente**.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Senhoras e senhores, nobres Parlamentares, bom dia.

Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 21, de 2013, acessível nos terminais eletrônicos das bancadas.

Informo que, no dia 18 de setembro, quarta-feira — portanto, amanhã —, às 14h30min, neste plenário, será realizada reunião conjunta de audiência pública da CMO com a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, a Comissão de Assuntos Econômicos, e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Portanto, haverá 5 Comissões aqui presentes amanhã, com a presença do Sr. Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, que apresentará aos nobres Parlamentares a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços — referente ao primeiro semestre do exercício de 2013, em atendimento ao § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Nobres senhores, em razão da não votação, por parte do Senado Federal, do Orçamento impositivo, item não obrigatório, mas extremamente imprescindível na elaboração da LDO, vou suspender a reunião de hoje, para que possamos prossegui-la logo após a audiência pública com o Presidente do Banco Central. Então, fica determinado que será amanhã, após a audiência pública com o Presidente Tombini.

Muito obrigado.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 21, de 2013.

A pauta consta nos terminais.

Em virtude do início da Ordem Dia nos plenários tanto da Câmara dos Deputados como do Senado, vou suspender a presente reunião e convocar os Parlamentares, para a continuação desta reunião ordinária, para o dia 24 de setembro, terça-feira, às 14h30min neste plenário.

Quero também confirmar a audiência pública com a Ministra Miriam Belchior, já pautada para o dia 25 de setembro, quarta-feira, às 14h30min.

Portanto, a reunião está suspensa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Severino Ninho) - Declaro reiniciada a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 21, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Há quórum para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Aviso.

Informo que no dia 25 de setembro, amanhã, quarta-feira, às 14h30min, neste plenário, será realizada reunião de audiência pública convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Aparecida Belchior.

A Ministra prestará esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos:

1º. Proposta orçamentária para 2014, o Projeto de Lei nº 09/2013-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014.

2º. A Ministra falará também sobre o Decreto nº 93.872, de 23 de setembro de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, no que tange à inscrição, à execução e ao cancelamento de Restos a Pagar, em atendimento ao Requerimento nº 01/2013-CMO, de autoria do nobre Deputado Efraim Filho, do DEM da Paraíba, subscrito pelo Deputado Claudio Cajado, do DEM da Bahia, aprovado na 3ª Reunião Ordinária realizada em 4 de junho de 2013.

3º. A Ministra falará ainda sobre questões relativas à execução orçamentária de 2013, tais como o contingenciamento anunciado através da Portaria Interministerial nº 207, de 31 de maio de 2013, e do Decreto nº 8.021, de 29 de maio de 2013, à porcentagem constitucional de aplicação de recursos na saúde e à execução das emendas individuais, de bancada e de comissão, em atendimento ao Requerimento nº 06/2013-CMO, de autoria do Deputado Marçal Filho, do PMDB do Mato Grosso do Sul, aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2013.

Informo, ainda, a participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados para atender o Requerimento nº 103, de 2011, de autoria do Deputado Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais.

Esse requerimento solicita seja convidada a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Aparecida Belchior, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca da execução orçamentária para as Forças Armadas. Esse requerimento foi aprovado pela CREDN — Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, na 44ª Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 30 de novembro de 2011.

Vou suspender os trabalhos da presente reunião ordinária, antes convocando sua continuação para amanhã, dia 25 de setembro, após a reunião de audiência pública com a Ministra do Planejamento. A reunião será realizada neste plenário.

Declaro suspensa esta reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes da Pauta nº 21, de 2013.

Em virtude da Ordem do Dia da Câmara dos Deputados, eu suspendo a presente reunião ordinária e convoco...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, pela ordem. Eu estava acompanhando...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputada, V.Exa. falará logo depois do Deputado Domingos Sávio, que pediu primeiro. Mas, como V.Exa. é uma senhora...

Vou passar a palavra primeiro à Deputada Benedita, pela ordem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Com prazer, eu aguardo.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, eu apenas quero fazer um registro. Eu saí para fazer a votação nominal, e minhas coisas ficaram por aqui. Agora, eu estou procurando o meu celular e não estou conseguindo encontrá-lo. Já mexi bastante na minha bolsa... Mas eu quero fazer esse registro e, se alguém achou o meu celular, por favor... Ele tem uma linda imagem da minha bisneta, uma boneca negra linda, maravilhosa. Mas eu gostaria de pedir isso, porque já é a segunda vez que acontece uma situação dessas, e, da primeira vez, eu não consegui achá-lo. Eu espero que desta vez eu consiga.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vai achá-lo, com certeza, Deputada, até porque as cadeiras estavam ocupadas apenas pelos seus pares, e não vi nenhum assessor perambular aí nesse setor.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, veja bem, eu quero crer que, para o bom andamento desta sessão — e não só desta sessão, mas desta Comissão —, nós precisamos adotar algumas práticas que nos deem a todos a tranquilidade de que o Regimento como um todo está sendo cumprido. Eu creio que até já tenhamos tido algumas situações precedentes de passarmos de um dia para o outro com reuniões suspensas. Mas, neste caso, nós estamos com uma reunião que foi aberta há várias semanas, e eu entendo que não seria apropriado... Nós temos razões regimentais de sobra para fazer o encerramento da sessão. Não haverá da nossa parte nenhum propósito de obstruir, de dificultar, mas eu acredito que seja mais apropriado — eu faço um apelo a V.Exa. — que encerremos a sessão e que possamos ter, de fato, na semana que vem, assim como V.Exa. determinar, as reuniões ordinárias desta Comissão, mas com os princípios regimentais sendo observados — o quórum, o registro de presença de cada Deputado —, até para se criar o hábito de a turma vir aqui. Senão, vêm aqui, assinam a presença uma vez por mês e somem. Então, eu acho que não faz sentido.

Eu faço um apelo a V.Exa., de acordo com o art. 29, § 2º. Nós não temos quórum para a continuidade dos trabalhos, não temos razão para manter esta reunião em aberto. Então, eu faço um apelo a V.Exa. para que, ao proceder à conclusão dos trabalhos, possa já anunciar a convocação da próxima reunião, mas fazendo o encerramento dos trabalhos. Não vejo razão para que não seja o encerramento, até porque, como eu disse e quero insistir, nós não estamos com o espírito de dificultar o trabalho. Temos tido uma interlocução extremamente respeitosa e produtiva com V.Exa. e com os demais pares, mas não acho razoável ficarmos suspendendo a reunião indefinidamente. Então, é esse o apelo que faço a V.Exa.

E, mais do que isso, eu me fundamento no art. 29, no § 2º — nós não temos quórum que justifique a manutenção —, que é claro: ele diz do encerramento por decisão do Presidente ou por requerimento de um dos Deputados. E eu tomo a liberdade de fazer este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Domingos Sávio, deixe-me trocar uma ideia com V.Exa. Esse dispositivo de encerramento é, porventura, usado pela Presidência quando quer, de forma, vamos dizer, sorrateira, aprovar determinados itens sem a presença dos Parlamentares que possam criar dificuldade, com esse objetivo, no plenário da Comissão. Conforme V.Exa. já declinou, não é o presente caso, porque de forma muito republicana, V.Exas., os Deputados da Oposição, já concordaram em não criar dificuldades regimentais ou obstrução à votação da LDO.

Então, perceba: o Regimento, pelo art. 134, permite que esta Presidência suspenda ou encerre a reunião, não havendo quórum de seis e dois, como aqui não há. Então cabe, sim, a esta Presidência o poder regimental de suspender. Eu o estou fazendo, porque entendo ser a mesma pauta das reuniões anteriores. Como nós não conseguimos esgotar a pauta, ela permanece exatamente a mesma. Se houvesse um acréscimo, uma diferença de pauta, com certeza, eu iria encerrar a reunião para abrir uma nova. Mas, como é a mesma pauta — nós estamos ávidos, inclusive, eu e V.Exa., para votar o relatório do Deputado Danilo Forte —, eu prefiro, de forma inteligente, para dar eficiência a esta Comissão... E V.Exa. é tão prejudicado ou beneficiado quanto eu, estando esta Comissão pronta para votar e fazer o trabalho dela para o nosso País. Portanto, todos nós seremos cobrados por igual. Então, por uma razão de maior eficiência, de maior eficácia, é que eu vou optar por suspender e não encerrar a sessão, e eu espero que com a concordância de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, permita-me acrescentar um aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Veja bem, eu concordo com todas as palavras de V.Exa., e, de um modo muito especial, quanto ao destaque de que não há razão, não há motivo para qualquer suspeição de que haja qualquer outro propósito que não o de assegurar um ritmo de trabalho, que, na visão de V.Exa., é o que atenderia

melhor, embora nesse aspecto haja uma pequena divergência, porque eu acredito que não haveria prejuízo em convocar nova reunião.

Mas existe um aspecto regimental, e eu não quero que nós estejamos criando um precedente. A vida do Parlamento inclui — e é bom que inclua, é saudável que inclua — embates os mais calorosos e razões as mais diversas que nos levam a requerer a observação do Regimento, até porque, também, os pares com os quais convivemos não são sempre os mesmos. Hoje temos o privilégio de ter V.Exa. presidindo esta Comissão, e o tem feito de forma extremamente fidalga, de forma extremamente adequada e respeitosa, e assim espero que continue sendo com os demais que venham a presidi-la. Mas nós temos que nos valer do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Claro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Este, sim, tem a imparcialidade necessária para dirimir qualquer dúvida. E o Regimento, nesta hipótese, embora o Regimento Comum me dê, no art. 29, essa prerrogativa, o Regimento do Senado, ao dar essa prerrogativa que V.Exa. menciona — e eu tenho aqui em mão o art. 134 —, ele só pode prevalecer combinado com o art. 155, § 4º, em que, nesta hipótese de V.Exa. suspender a reunião — eu repito, art. 155, § 4º —, V.Exa. deve acionar a campainha e, findo o prazo de 10 minutos, permanecendo a ausência do quórum por mim mencionado, a reunião é fatalmente encerrada.

Veja bem, num gesto de consideração, de respeito, de estima a V.Exa. — até porque foi aqui levantada aquela hipótese, que não é o caso, de que esta sessão poderia estar sendo suspensa com outros propósitos, e até para deixar claro que eu não tenho esse sentimento —, eu posso me dispor, perfeitamente, num gesto de acordo, a retirar a minha questão de ordem, a retirar o meu pedido de verificação de quórum, e permanecermos com o entendimento que V.Exa. está conduzindo enquanto acordo, mas não como entendimento regimental.

Se eu aceitasse como entendimento regimental estaria estabelecendo um precedente que eu mesmo teria dificuldade de transpor num outro momento, como se

esse comportamento fosse o correto e ponto final. E eu entendo que, regimentalmente, o comportamento correto é, primeiro, caso V.Exa. não concorde, pelo Regimento Comum, em encerrar, usar a prerrogativa do Regimento do Senado e dizer que suspende, e cabe a mim avocar o Regimento, o art. 155, para que seja dada esta alternativa: acionar a campainha, fazer o chamamento do quórum e, em não se verificando o quórum, aí, fatalmente, encerrar.

Portanto, essa é uma questão muito mais de resguardar o Regimento, que hoje serve à Oposição, num dado momento, e amanhã servirá àqueles que estão na Situação. Com isso, garantimos o ambiente democrático, que eu sei que tão bem V.Exa. quer preservar. Por isso, eu deixo em suas mãos. Caso seja por um entendimento recíproco, para que não tenhamos polêmica, num acordo, eu retiro qualquer questionamento. Se for para nos valermos do Regimento, eu insisto na tese de que o Regimento faculta aos membros desta Comissão, na ausência de quórum, requerer o encerramento, após dados 10 minutos de prazo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Agradeço a V.Exa. o entendimento negocial de podermos ambos aceitar a tese do encerramento. E vou pedir à Secretaria desta Comissão que se aprofunde no tema, para que possamos ter uma coisa bem estudada, como uma nota técnica, na próxima reunião, e que possamos nos valer dela. Agradeço a V.Exa.

Quero registrar que a Deputada Benedita achou o celular que havia perdido.

Portanto, encerro esta reunião, ou melhor, suspendo esta reunião *(risos)*, convocando a sua continuação para o dia 2 de outubro, quarta-feira, às 15 horas, neste plenário. Portanto, a reunião está suspensa. E eu cancelo, também, a reunião marcada para amanhã, 26 de setembro, às 10 horas da manhã.

Muito obrigado.

(A reunião é suspensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Junji Abe) - Declaro reiniciada a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 21/2013.

Suspendo a presente reunião ordinária e convoco a sua continuação para o dia 8 de outubro, terça-feira, às 15 horas, neste plenário. Cancelo a realização das seguintes reuniões extraordinárias, no Plenário 2, da Câmara dos Deputados: de hoje, dia 2 de outubro, quarta-feira, às 18 horas, e do dia 3 de outubro, quinta-feira, às 10 horas.

A reunião está suspensa.

Senhoras e senhores, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Severino Ninho) - Declaro reiniciada a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta 21, de 2013.

Suspendo a presente reunião ordinária e convoco a sua continuação para amanhã, dia 9 de outubro, às 15 horas, neste plenário.

Cancelo a reunião marcada para hoje, às 18 horas.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Boa tarde a todos! Declaro reiniciada a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 21, de 2013. Informo ainda que as matérias estão acessíveis nos terminais eletrônicos nas bancadas.

Aviso. Esta Presidência informa que a CMO acaba de disponibilizar — eu já fiz este aviso na reunião anterior —, em sua página na Internet, novas opções de consultas a diversos tipos de proposições, que podem ser acessadas de forma simples e imediata. Ao visitar a página da Comissão, no endereço *www.camara. leg.br/cmo*, o usuário

encontrará, no item *Projetos de lei e outras proposições da Comissão,* quatro subitens que permitirão o acesso a várias informações sobre matérias de competência da CMO.

Outra novidade que passa a integrar a página da Comissão é a comodidade de se realizar o acompanhamento de matérias. Para isso, basta o usuário acessar a proposição que deseja acompanhar e cadastrar o seu *e-mail* para receber notificações automáticas sobre a tramitação da matéria desejada.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata por ter sido distribuída antecipadamente. Não havendo discussão, e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, eu coloco em votação a Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 3 e 11 de setembro de 2013.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *Pausa.)*

Está aprovada.

Na representação do Senado Federal, os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Também aprovada.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Conforme estava pautado, hoje estava decidido que haveria votação da LDO. Nós estávamos nesta Comissão apenas aguardando a votação, por parte da CCJ do Senado, do orçamento impositivo, como todos os assessores e Parlamentares aqui presentes têm conhecimento.

Devido à Ordem do Dia da Câmara e do Senado e ao pedido de todos os Parlamentares desta Comissão, por desejarem estudar com profundidade o relatório da LDO — que já foi lido pelo Relator, mas que neste momento irá ler as erratas e os

adendos —, nós vamos transferir a votação da LDO para terça-feira, dia 15, às 15 horas, dando, portanto, tempo a todos os Parlamentares de se aprofundarem na análise do relatório que será votado.

Então, tenho a honra imensurável, um prazer inenarrável *(risos)* de passar a palavra ao Relator, Deputado Danilo Forte, para que, finalmente, possa ler o seu relatório e a gente possa também, como consequência, votar na terça-feira que vem.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Sr. Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Muito rapidamente, antes de termos o enorme prazer de ouvir o pronunciamento do Deputado Danilo Forte, vamos esclarecer o acordo. Então, o Deputado Danilo lê o seu adendo neste momento, suspendemos a reunião até terça-feira, e será convocada uma reunião de Líderes na terça-feira, às 11 horas — porque cabem destaques —, para nós chegarmos a um acordo sobre os destaques. E há um texto a ser votado na terça-feira. Confere, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Conforme acordado previamente com V.Exa., convoco também para as 11 horas de terça-feira uma reunião de Líderes para que, após todo o estudo em cima do relatório da LDO, a gente possa fazer a finalização de destaques e demais itens a serem discutidos.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, pela ordem, só um segundo, antes que o nosso querido...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Antes desse prazer inenarrável, a que V.Exa. se referiu *(risos),* quero apenas registrar que eu acho fundamental mesmo que tenhamos essa reunião prévia, porque nós aguardávamos ansiosos a oportunidade de debater algumas questões ainda com o Relator, e isso acabou não ocorrendo, com a leitura que ele fará. Nós achamos fundamental que tenhamos uma oportunidade porque continuamos com aquele espírito de querer construir um entendimento, já que nós

estamos, de fato, extremamente atrasados na conclusão desse trabalho, uma vez que já se iniciou o trabalho de elaboração da peça orçamentária. E temos, também, naturalmente, outras matérias de interesse do País a serem apreciadas. Acho até que esta Comissão deveria promover audiências para discutir algumas matérias de natureza orçamentária, de execução orçamentária, e que, infelizmente, não têm ocorrido. Mas, se já há da sua parte essa decisão, apenas acrescento, na minha fala, o desejo de que, ao concluirmos esse trabalho, V.Exa., desta feita, possa, de fato, encerrar a reunião, e que aí nós tenhamos, na semana que vem..., até porque teremos uma outra pauta, já que hoje será feita a leitura e, no momento seguinte, a votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Perceba, Deputado, que nós promovemos, ainda assim, apesar da não votação da LDO, as audiências públicas. Tivemos aqui o Presidente Tombini, a Ministra Miriam também, como parte dessas audiências públicas, e o nosso Relator, com a sensibilidade natural dele, terá toda a disponibilidade de conversar com os Parlamentares, de agora até terça-feira.

Com a palavra o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É um prazer honroso, e, diante do "inenarrável" de V.Exa., é um prazer incomensurável poder estar aqui, diante do inenarrável momento, dito pelo Presidente, de podermos votar a LDO.

Fizemos um acordo de procedimento, Sr. Presidente. Eu apenas quero reiterar, para que conste em ata, que o Relator, Deputado Danilo Forte, irá ler os adendos; V.Exa., depois da leitura desses adendos, irá encerrar a reunião, convocar, para terça-feira, uma nova reunião; e nós iremos, de manhã, fazer uma reunião no Colégio de Líderes para discutirmos o acordo de procedimento para a votação na tarde de terça-feira próxima. Correto?

Esse é o acordo. Nós, do Democratas, concordamos com esse acordo. E as demais matérias constantes da pauta, ou seja, os créditos suplementares, a leitura dos

ofícios de acordo com a Resolução nº 1, etc., ficam sobrestados até nova reunião de Liderança, para poderem ser pautadas a sua deliberação. Correto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Cajado, eu conto muito com a boa vontade de V.Exa, até porque já tive uma discussão com o Deputado Sávio sobre o assunto. Essa questão de suspender e encerrar a reunião, inclusive, foi fruto de notas técnicas, em que nós fizemos consultas à Cláudia Lyra, etc... Como não há a intenção de aprovação, vamos dizer, sem a presença de Parlamentares — ou seja, já é um jogo aqui determinado, claro, aberto, transparente —, para facilitar o meu trabalho e o de V.Exas., que são assíduos, que estão aqui permanentemente, e tal qual como eu desejam ver votada a LDO, e nós não vamos alterar a pauta, será a mesma, eu irei suspender a reunião, em vez de encerrá-la. Quando forem assuntos polêmicos, em que fica parecendo que a suspensão é um instrumento, aí sim, nós iremos suspender.

Então, eu passo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Aí, sim, V.Exa. iria encerrar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Encerrar. Perdão.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, só uma questão de ordem, para ordenar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim. Com a palavra o Vice-Presidente, Deputado Bruno Araújo.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Houve um grande esforço por parte da Câmara dos Deputados e do Senado, numa grande mobilização solidária, num momento de dificuldade que se vive por conta da seca do Nordeste, de viabilizar os recurso da equalização do etanol produzido pela Região Nordeste. O Item 1 da pauta é a Medida Provisória nº 622. Lembro que temos um prazo, em que ela caducaria no dia 6 de novembro. Eu peço apenas a V.Exa. que nós possamos — e caso já houvesse condições por parte do Relator —, o mais rápido possível, votar essa matéria, ou que ficasse estabelecido, no entendimento, a importância, senão todo, obviamente o esforço

construído por parte das duas Casas, deixar-se-ia de aplicar com o devido resultado. Então, quero pedir a V.Exa. essa consideração em relação ao item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vamos passar a palavra, agora, ao Deputado Danilo Forte, para promover a leitura da errata e dos adendos do relatório.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, V.Exa. tem alguma posição sobre o meu pedido?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Logo depois eu me manifesto em relação ao pedido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, para nós, que estamos nessa luta desde o semestre passado, há momentos até que não são tão animadores, mas o compromisso e a obrigação assumidos por este Relator é exatamente dar prosseguimento e buscar concluir esse relatório da LDO o mais aberto, o mais transparente possível, para que — e este é o nosso grande objetivo — haja eficiência e efetividade da Lei Orçamentária.

Dentro desse compromisso, nós analisamos as diversas proposições de adendos que foram apresentadas pelos nobres Parlamentares. Alguns deles, na sua maioria, foram acatados, principalmente aqueles que melhoram a redação do relatório final da LDO, e alguns outros, em função do objeto que traz contradições com o próprio texto da LDO, foram rejeitados.

Então, eu vou ler o adendo do Substitutivo ao PL nº 2, de 2013, do Congresso Nacional (PLDO 2014):

Adendo.

Alterem-se o substitutivo e os respectivos pareceres das emendas, de modo a refletir as seguintes correções:

1 - No art. 7º, § 7º, inciso III:

Onde se lê:

"III - indiretamente, mediante delegação, por outros entes da Federação ou consórcios públicos para a

aplicacão de recursos em ações de responsabilidade exclusiva da União, que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos federais".

Leia-se:

"III - indiretamente, mediante delegação, por outros entes da Federação ou consórcios públicos, para a aplicacão de recursos em ações de responsabilidade exclusiva da União, especialmente nos casos" — que é o que estamos acrescentando — "que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos federais".

2 - No art. 12, inclua-se o inciso XXIX:

"XXIX - à equipagem dos Conselhos Tutelares.

§ 2º - A dotação prevista no inciso XXIX deverá ser suficiente para a equipagem de todos os Conselhos Tutelares."

3 - No art. 17, § 1º:

Onde se lê:

"§1º As normas de que trata o caput deverão prever a possibilidade de os órgãos e as entidades manterem sistemas próprios de gestão de contratos e convênios ou instrumentos congêneres, desde que condicionada à transferência eletrônica de dados para o SIASG e o SICONV".

Leia-se:

"§1º As normas de que trata o caput deverão prever a possibilidade de os órgãos e as entidades manterem sistemas próprios de gestão de contratos e convênios ou instrumentos congêneres, desde que condicionada à

transferência eletrônica de dados para o SIASG e o SICONV, devendo ser atualizados trimestralmente".

Inclusive, houve um adendo do Deputado Claudio Cajado.

4 - No art. 18, § 1º, inciso IV, inclua-se a seguinte alínea "g":

"g) à construção, manutencão e conservação de estradas vicinais destinadas a promover, através de convênio, o desenvolvimento municipal".

5 - No art. 36, § 6º:

Onde se lê:

"§ 6º Caso se verifique inadequação no montante de recursos constantes da Lei Orçamentaria para 2014 em relação à aplicação mínima de recursos em saúde, de que trata a Lei Complementar nº 141, de 2012, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei de crédito adicional até 15 de outubro de 2014".

Leia-se:

"§ 6º Caso se verifique inadequação no montante de recursos constantes da Lei Orçamentaria para 2014 em relação à aplicação mínima de recursos em saúde, de que trata a Lei Complementar nº 141, de 2012, o Poder Executivo poderá abrir créditos adicionais autorizados na Lei Orçamentária ou encaminhará projeto de lei de crédito adicional até 15 de outubro de 2014".

6 - No art. 36, inclua-se o seguinte § 9º:

"§ 9º As emendas parlamentares que adicionarem recursos para a Rede SUAS serão executadas adicionalmente ao valor financeiro per capita transferido pela União ao ente federado, independentemente da opção de

custeio ou investimento, constituído tão-somente em valor a ser somado aos repasses para cumprimento de metas por instituições que participam da Rede SUAS".

7 - No art. 38, *caput:*

Onde se lê:

"Art. 38. As classificações das dotações previstas no art. 7º, as fontes de financiamento do Orçamento de Investimento e os códigos e títulos das ações e dos subtítulos poderão ser alterados de acordo com as necessidades de execução, mantido o valor total do subtítulo e observadas as demais condições de que trata este artigo".

Leia-se:

"Art. 38. As classificações das dotações previstas no art. 7º, as fontes de financiamento do Orçamento de Investimento e os códigos e títulos das ações e dos subtítulos poderão ser alterados de acordo com as necessidades de execução, mantido o valor total do subtítulo e observadas as demais condições de que trata este artigo" — acrescentando — "de conformidade com os parágrafos expostos abaixo".

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Relator Danilo Forte, V.Exa. está lendo o artigo e relendo a alteração. Só que a alteração que está constando no adendo já diz qual é a alteração que está feita, repetindo o artigo que V.Exa. está lendo.

Então, eu sugiro, para ser mais pragmático, ler apenas o "leia-se". Ou seja, como já repete, V.Exa. só ler o artigo com a alteração.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado por sua experiência acumulada nesta Comissão na orientação da leitura desta errata.

Muito obrigado, Deputado Claudio Cajado.

8 - No art. 51-A. Este aqui vai ser passivo de modificação, porque é exatamente o que está no orçamento impositivo e nós estamos esperando a votação do Plenário do Senado Federal, mas a nova definição é esta que está aqui.

V.Exa. quer que eu leia também ou posso pular?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Então, vamos lá:

> *"Art. 51-A. É obrigatória a execução orçamentária financeira, de forma equitativa, da programação incluída por emendas individuais em lei orçamentária, em montante correspondente a 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.*
>
> *§ 1º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão:*
>
> *I - aprovadas no limite de 1% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, ressalvado o disposto no caput; e*
>
> *II - Divulgadas em audiências públicas pelos entes federados beneficiados.*
>
> *§ 2º No caso de impedimento de ordem técnica ou legal no empenho do crédito que integre a programação prevista no caput deste artigo, serão adotadas as seguintes medidas:*
>
> *I - até 120 dias após a sanção da lei orçamentária, os Poderes, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União enviarão ao Poder Legislativo a justificativa do impedimento;*

II - até trinta dias após o término do prazo previsto no inciso I deste parágrafo, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da proposição cujo impedimento seja insuperável;

III - até 30 de setembro ou até 30 dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei ao Congresso Nacional sobre o remanejamento da programação de encargo do inciso II deste parágrafo; e

IV - até 20 de novembro ou até 30 dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Congresso Nacional não deliberará sobre o projeto. O remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na Lei Orçamentária.

§ 3º Após o prazo previsto no inciso IV do § 2º deste artigo, as programações não serão consideradas de execução obrigatória nos casos de impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do § 2º deste artigo.

§ 4º O pagamento do saldo de Restos a Pagar relativos às programações de que tratam o caput poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no caput deste artigo, até o limite de 0,6%, seis décimos por cento, da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§ 5º Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal considerada no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, o montante previsto no caput

deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

§ 6º Para fins do disposto no caput deste artigo, a execução da programação será:

I - demonstrada no relatório de que trata o art. 165, § 3º da Constituição Federal;

II - objeto de manifestação específica no parecer previsto no art. 71, inciso I da Constituição Federal; e

III - fiscalizada e avaliada quanto aos resultados obtidos.

§ 7º Considera-se obrigatória a transferência da União a Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de programação prevista no caput deste artigo.

§ 8º Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal as emendas apresentadas, independentemente da autoria."

É importante destacar que a CCJ fez a votação, agora pela manhã, no Plenário do Senado Federal e ficou colocado no Restos a Pagar apenas 0,5%, cinco décimos por cento, em relação a esse montante do Restos a Pagar, dentro do cumprimento dos espaços anteriores, assinados, comprometidos pelo Orçamento da União.

A outra questão é que 50% das emendas impositivas foram direcionadas para a saúde. O nosso Presidente, Senador Lobão Filho, está encaminhando uma emenda em comum acordo com os membros desta Comissão que estavam presentes na reunião anterior na sala da Presidência, exatamente no sentido de que esses 50% obrigatórios, dentro do orçamento impositivo, sejam destinados às ações de saúde, mas também abranjam as questões de saneamento básico previstas nas operações da Fundação

Nacional de Saúde — FUNASA, que, como gênero, faz investimento em saúde, água, esgoto, resíduos sólidos, combate à doença de chagas, melhorias sanitárias domiciliares, o que faz uma postura mais abrangente em relação à execução do orçamento impositivo na parte obrigatória do 0,5%.

Inclusive, aproveito o momento para louvar a iniciativa do Senador Lobão Filho, que conta com o apoio e a simpatia deste Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Relator, permita-me só uma observação, porque é sobre esse assunto, além de cumprimentar o Senador Lobão Filho. Imagino que ele já esteja pensando nisso, mas que, nessa questão da saúde, ela não fique restrita a investimento; que ela possa contemplar investimento e custeio.

Nós todos sabemos que hoje a situação mais crítica nos Municípios, nas Santas Casas, nas instituições de saúde é custeio. Se nós criarmos uma janela específica só para investimento, vamos mandar dinheiro para construir mais postos de saúde, que não vão ter dinheiro sequer para comprar as questões básicas do atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não é isso. Na CCJ do Senado Federal, foi aprovado hoje pela manhã que 50% das emendas parlamentares, que agora serão impositivas, necessariamente deverão ir para a saúde para custeio e investimento.

A sugestão de alguns colegas desta Comissão é que seja entendido o saneamento básico também como saúde para que, por exemplo, aqueles Parlamentares que têm o hábito de destinar emendas para a FUNASA possam estar dentro desses 50%.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, só para registrar que a posição do Partido dos Trabalhadores já foi, em outra oportunidade, seguindo orientação do Governo, pela contabilização dos investimentos e saneamento, como na rubrica da saúde.

Agora, no que diz respeito ao orçamento impositivo, nós vamos dialogar e seguir a orientação do Governo, como foi registrado na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Claro. Mas, só para fazer um esclarecimento, esse entendimento de encarar saneamento básico como saúde será apenas na definição das emendas impositivas, não no geral.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Continuando:

9 - No art. 52, inciso II, leia-se*:*

> *"II - bolsas de estudo no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPE e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, bolsas de residência médica e do Programa de Educação Tutorial — PET, bolsas e auxílios educacionais dos programas de formação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, bolsas para ações de saúde da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares — EBSERH e Hospital de Clínicas de Porto Alegre — HCPA, bem como Bolsa-Atleta e bolsas do Programa Segundo Tempo".*

10 - No art. 57, inciso XI, leia-se:

> *"XI - demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades".*

11 - No art. 60, parágrafo único, leia-se:

> *"Parágrafo único. A demonstração, por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, do cumprimento das exigências para a realização de transferência voluntária se dará exclusivamente no momento*

da assinatura do respectivo convênio ou contrato, ou na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, e deverá ser feita por meio de apresentação, ao órgão concedente, de documentação comprobatória da regularidade ou, a critério do beneficiário, de extrato emitido de extrato emitido pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias — CAUC, o qual terá validade mínima de 120 dias, ressalvadas as certidões regulamentadas por Lei Complementar, sendo dispensado para os Municípios inclusos no programa Territórios de Cidadania, conforme Lei nº 12. 249, de 11 de junho de 2010, ou por sistema eletrônico de requisitos fiscais que o substitua, disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, para os itens nele previstos".

12 - No art. 63, *caput,* leia-se:

"Art. 63. A entrega de recursos aos Estados, Distrito Federal, Municípios e consórcios públicos em decorrência de delegação para a execução de ações de responsabilidade exclusiva da União, especialmente quando resulte na preservação ou acréscimo no valor de bens públicos federais, não se configura como transferência voluntária e observará as modalidades de aplicação a que se refere o art. 7º, § 8º, incisos III, VI e X".

13 - Inclua-se o seguinte art. 63-B:

"Art. 63-B. O concedente comunicará ao convenente quaisquer irregularidades decorrentes do uso de recursos ou outras pendências de ordem técnica e suspenderá a

liberação dos recursos, fixando o prazo de até 45 dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, que pode ser prorrogado por igual período".

14 - Inclua-se o seguinte art. 65-A:

"Art. 65-A. Em cumprimento às alíneas "e" e "f" do inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, é vedada a descentralização da execução de programas, projetos e atividades para entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos sob a forma de convênios, contratos de repasse, termos de cooperação ou instrumento similar:

I - sem o ateste do órgão ou entidade repassador da capacidade técnica e operacional do proponente para a execução do objeto do convênio, contrato de repasse ou instrumento similar;

II - para convenentes ou contratados omissos no dever de prestar contas na forma e nos prazos estabelecidos nos instrumentos pactuados.

§ 1º Constitui ato de gestão irregular de natureza grave:

I - a inobservância do contido nos incisos I e II do caput;

II - celebrar convênios, contratos de repasses e instrumentos similares sem dispor de capacidade técnica e operacional para monitorar, acompanhar, fiscalizar e avaliar adequadamente os resultados obtidos com as descentralizações efetuadas;

III - não analisar os processos de prestação de contas recebidos no prazo de até 90 dias da data do recebimento;

IV - deixar de exigir a devolução dos recursos ou abrir tomada de contas especial no prazo de até 90 dias da data do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto do convênio ou contrato de repasse, o que ocorrer primeiro, quando verificada a omissão no dever de prestar contas;

§ 2º Não constituem ato de gestão irregular de natureza grave as hipóteses previstas nos incisos III e IV do § 1º deste artigo quando decorrentes de situações não recorrentes devidamente justificadas.

§ 3º Caberá aos órgãos de controle, nos processos de tomada ou prestação de contas dos titulares dos órgãos responsáveis pela descentralização de que trata o caput, avaliarem o cumprimento do disposto neste artigo."

15 - No art. 68, *caput* e inciso III, leia-se:

"Art. 68. Será consignada, na Lei Orçamentária de 2014 e nos créditos adicionais, estimativa de receita decorrente da emissão de títulos de dívida pública federal para fazer face, estritamente, a despesas com:

.....

III - outras despesas cuja cobertura com a receita prevista no caput seja autorizada por lei ou medida provisória."

16 - No art. 75, § 1º, leia-se:

"§ 1º O anexo a que se refere o caput conterá autorização somente quando amparada por proposição, cuja

tramitação seja iniciada no Congresso Nacional até a data de publicação desta lei, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder, e Ministério Público da União e Defensoria Pública da União e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as respectivas:"

17 - No art. 86, *caput,* leia-se:

"Art. 86. Fica vedado o reajuste, no exercício de 2014, em percentual acima da variação, no exercício de 2013, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA do IBGE, no exercício de 2014, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar, quando o valor unitário vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos Poderes, do Ministério Público da União e Defensoria Pública da União, for superior ao valor médio da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2013".

18 - No art. 89, §§ 10,11 e 12, leia-se (Ficam retirados o § 10, incisos I e II, e o § 11. Fica apenas o § 12):

"Projetos de lei e medidas provisórias que acarretem renúncia de receita tributária, financeira e patrimonial ou reduzam transferências a Estado, ao Distrito Federal ou a Município deverão ser acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro dessas transferências".

19 - No art. 90, § 3º, leia-se:

"§ 3º. As proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais, devem ser acompanhadas de estimativa do impacto

orçamentário-financeiro e correspondente compensação, consignar objetivo, bem como atender às condições do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000".

20 - No art. 97, § 1º, leia-se:

"§ 1º. Serão convidados para as audiências os representantes do Tribunal de Contas da União e dos órgãos e das entidades envolvidos, que poderão expor as medidas saneadoras já tomadas e as razões pelas quais as obras sob sua responsabilidade não devam ser paralisadas, inclusive aquelas a que se refere o art. 94, acompanhadas da justificação por escrito do titular do órgão ou entidade responsável pelas respectivas contratações".

21 - Suprime-se, no art. 104, § 1º, inciso I, a alínea "s".

22 - Inclua-se o art. 109-A:

"Art. 109-A. O Congresso Nacional deve ser informado mensalmente sobre acordos e memorandos ou outra forma de ajuste feitos com governos estrangeiros que visem o financiamento e refinanciamento, pagamento de equalização de taxas de juros, assunção de riscos a título de garantia ou perdão de dívidas oriundas de exportações brasileiras, com recursos do Tesouro Nacional ou de Banco Oficial Federal, identificando, no mínimo, o país, o valor, as taxas praticadas, subsídios implícitos e explícitos e as empresas beneficiadas".

23 - No Anexo VII, Prioridades e Metas, incluam-se as seguintes programações — é só inclusão:

23.1) 2054 - Planejamento Urbano

20NR - Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação das Áreas Urbanas

Produto: Projeto Apoiado

Unidade: 1

23.2) 2040 - Gestão de Riscos e Respostas a Desastres

1E36 - Canalização do Córrego Cascavel em Goiânia — no Estado de Goiás

Produto: Obra Executada

% de execução física: 40

23.3) 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

20NU - Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano

Produto: Demanda Atendida

Unidade: 100

23.4) 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

2E62 - Fomento a Projetos de Cultura Urbana e Cidade Criativa

Produto: Projeto Apoiado

Unidade: 5

23.5) 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

20KH - Ações Integradas de Cultura e Educação

Produto: Programa Implantado

Unidade: 3

23.6) 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

8695 - Dessalinização de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria

Produto: Sistema Implantado

Unidade: 50

23.7) 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde

Produto: População Coberta

Unidade: 198.043.000

23.8) 2054 - Planejamento Urbano

20W3 - Apoio à Gestão Ambiental em Áreas Urbanas

Produto: Apoio Realizado

Unidade: 25

23.9) 2030 - Educação Básica

8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica

Produto: Aluno Atendido

Unidade: 30.000.000

23.10) 2058 - Política Nacional de Defesa

20XK - Logística Militar Terrestre

Produto: Organização militar atendida

Unidades/ano: 100

23.11) 2075 - Transporte Rodoviário

7U68 - Construção de Trecho Rodoviário - Km 0 - Km 118 - na BR-461- no Estado de Minas Gerais

Produto: Trecho Pavimentado

Km: 118

23.12) 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

11V1 - Acesso à Água para o Consumo Humano na Zona Rural

Produto: Estrutura Implantada

Unidade: 400.000

23.13) 2075 - Transporte Rodoviário

7U61 - Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Ribeirão Gonçalves/Balsas - na BR-324 - no Estado do Maranhão

Produto: Trecho Pavimentado

Km: 107

23.14) 2075 - Transporte Rodoviário.

7U69 - Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Imperatriz/Açailândia na BR-010 - no Estado do Maranhão

Produto: Trecho Adequado

Km: 70

23.15) 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

7U70 - Implantação de trilhos para Veículo Leve sobre Trilhos no trecho Imperatriz a Açailândia, no Estado do Maranhão

Produto: Sistema implantado

% de execução física: 40

23.16) 2070 - Segurança Pública com Cidadania

2E64 - Capacitação Profissional dos Integrantes das Forças Policiais Brasileiras — SENASP

Produto: Unidade atendida

Unidade atendida: 1

23.17) 2075 - Transporte Rodoviário

13SQ - Adequação de Travessia Urbana no Município de Grajaú, na BR-226, no Estado do Maranhão

Produto: Obra executada

% de execução física: 80

23.18) 2055 - Desenvolvimento Produtivo

14UO - Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS

Produto: Obra concluída

% de execução física: 34

24 - Alterem-se os pareceres das emendas de modo a refletir o texto do Substitutivo e o presente adendo.

Sala das Comissões, em 9 de outubruo de 2013.

Deputado Danilo Forte, Relator do PLDO 2014; Senador Lobão Filho, Presidente da CMO.

Essa foi a parte dos adendos. A parte das erratas é curtinha:

Substitutivo ao PL nº 2, de 2013-CN (PLDO 2014)

Errata.

1 - No art. 38, § 1º, inciso I, leia-se:

> *"I - ato dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, para abertura de créditos autorizados na lei orçamentária"*.

2 - No art. 40, § 3º, suprima-se o inciso III.

3 - No art. 51-A, § 1º, inciso I, leia-se:

> *"I - aprovadas no limite de um por cento da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo".*

Retira-se *"ressalvado o disposto no caput".*

4 - No art. 51-A, § 2º, inciso I, leia-se:

> *"I - em até cento e vinte dias após a sanção da lei orçamentária, os Poderes, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União notificarão ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento"*.

5 - Alterem-se os pareceres das emendas de modo a refletir o texto do Substitutivo e a presente errata.

6 - Exclua-se do relatório "Emendas ao Anexo VII - Pela inadmissibilidade (Por Autor)" a seguinte emenda: 71110005, de autoria da Bancada do Maranhão.

Sala das Comissões, em 9 de outubro de 2013.

Deputado Danilo Forte, Relator do PLDO 2014; Senador Lobão Filho, Presidente da CMO.

Portanto, camaradas, esses são os adendos, essa é a errata. Até terça-feira, pela manhã, a gente espera a contribuição dos demais colegas e companheiros desta valorosa Comissão Mista de Orçamento, para que a gente possa, às 11 horas, fazer o acordo com relação ao procedimento de votação e fazer a substituição dos destaques por um substitutivo sucinto, capaz de compreender e atender ao maior volume de demandas possíveis dos demais Deputados e Senadores, Deputadas e Senadoras.

Com isso, a gente vai conseguir concluir a votação do relatório da LDO na próxima semana e dar seguimento ao Orçamento de 2014, já na perspectiva de iniciar o processo com relação à PLOA 2014, que já se encontra nesta Casa, tendo a responsabilidade da relatoria com o Deputado Miguel Corrêa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, eu queria fazer uma observação.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Desculpe-me, mas faltou um item, que é inclusive uma demanda da Paraíba, ao Anexo VII:

22.20) 2074. Transporte Marítimo

7U12 - Recuperação do Terminal Pesqueiro do Porto de Cabedeiros, na Paraíba

Produto: Obra Executada

% de execução física: 40.

Isso está incluído no adendo que vai ser apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Relator, eu ouvi com a máxima atenção a leitura a que V.Exa. procedeu acerca do adendo apresentado e tenho algumas observações a fazer.

A primeira, não muito pertinente em relação à leitura, V.Exa. passou a ler um adendo quando nós não dispunhamos de nenhuma informação sobre ele. Essa é a primeira observação que quero fazer em se tratando do Orçamento.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A informação que tenho é de que cópias foram distribuídas, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Aliás, foi depois que nós pedimos e V.Exa. já havia...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Já havia sido iniciada a leitura.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - ...iniciado há bastante tempo.

A outra questão é que nós apresentamos algumas propostas que não estão incluídas nem foram apreciadas no relatório de V.Exa. — e eu temo que isso tenha acontecido em relação a outras propostas também.

Como se trata do Orçamento, e nós temos que ter o máximo cuidado com o que estamos aqui fazendo, eu proporia que suspendêssemos a reunião para que pudéssemos ler.

(*Intervenção fora do microfone*. *Inaudível.*)

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Não, a que horas vai voltar, eu não vou discutir. Eu quero que as coisas sejam feitas bem feitas e quero entender o que estou fazendo. Tenho algumas observações a fazer exatamente por ter apresentado emendas que não estão constantes do adendo que V.Exa. acabou de ler no plenário, já que pude acompanhar 50% da leitura, quando esse papel chegou à nossa mão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A proposta inicial, acatando a sugestão de V.Exa. na outra sala, era exatamente botarmos em votação na terça-feira que vem.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Vai suspender?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou suspender.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - V.Exa. registrou a reclamação que fiz quanto a esse adendo não estar contemplando as emendas que foram apresentadas por parte de minha autoria?

(Intervenção fora do microfone. *Inaudível*.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado e, logo a seguir, o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu quero dizer que me surpreendi tristemente com o adendo. Nós tínhamos apresentado ao Relator nove sugestões para serem acatadas como destaque, e apenas uma... Então, eu mantenho o meu "tristemente" e espero que eu esteja errado, porque nós tínhamos negociado um prazo para a Caixa Econômica responder às diligências diante dos contratos assinados pelos Municípios e Estados.

Eu acho que a Caixa Econômica não ter prazo para poder responder às diligências penaliza o conveniente, ou seja, o Município ou o Estado recebe a emenda; apresenta o projeto para a Caixa Econômica; a Caixa Econômica não responde; vence o prazo. E quem é penalizado? Não pode.

Então, é importante, Sr. Relator, que V.Exa. assinale um prazo para que a Caixa Econômica Federal possa responder às diligências dos projetos que chegam para sua análise. Nós estamos presenciando Estados e Municípios perderem recursos importantíssimos, não por culpa deles, mas por culpa da Caixa, que, diante do acúmulo de serviços — isso é verdade —, não tem dado conta. Inclusive, acho que V.Exa. deveria colocar o Banco do Brasil também, para poder analisar os convênios feitos pelo Governo Federal — não só a Caixa, mas o Banco do Brasil —, para podermos desafogar.

Enquanto isso não ocorrer, é fundamental que se assinale um prazo para a Caixa. E, não existindo esse prazo, que o Município ou o Estado que receba esses recursos não seja penalizado, porque isso não é justo.

Colocamos uma emenda para o superávit primário, porque, na elaboração e aprovação do projeto de Lei Orçamentária, ele tem que ser consolidado. Esse superávit não pode ser mera intenção, tem que ser um objetivo a ser perseguido. Se ficar como intenção, nós vamos ter o que houve no ano passado, que é uma terceira emenda, quando tivemos de fazer uma maquiagem contábil, e ninguém comeu esse "h". O mercado viu o Ministro Mantega fazer toda aquela armação ou arrumação contábil e viu que as contas estavam desequilibradas. Por isto que, dos BRICS, o Brasil é o que menos cresce: o aumento do custeio.

Fiz outra emenda para V.Exa., que denominei como maquiagem contábil, em que é vedado o recebimento antecipado de lucros e dividendos de empresas no poder público que detenha a maioria direta ou indiretamente do capital social com direito a voto, no caso de ocorrência, no mesmo exercício ou no exercício imediatamente anterior, de operação de crédito ou de qualquer outra forma de aporte de capital do controlador em favor da empresa controlada. O que aconteceu foi isto: o Governo antecipou os dividendos para poder criar artificialmente uma forma de atingir o seu superávit, maquiando a contabilidade.

Essa emenda também não foi atendida, e essa V.Exa. disse que atenderia, como também a que limita a variação do custeio em relação ao PIB. O Governo não pode ficar gastando de forma descontrolada. Apresentamos uma emenda à LDO em que o Governo tem que ter, de um ano para o outro, no máximo, a variação do PIB para aumentar o seu custeio, senão nós nunca vamos fechar essa conta.

Então, Sr. Relator, nós negociamos algumas dessas emendas, como a do Tribunal de Contas da União — TCU. Se eu estiver errado, agradeço, mas a do Tribunal de Contas da União, Deputado Júlio Cesar, V.Exa. que é um estudioso da matéria, essas desonerações estão sendo feitas de forma aleatória, não existe um prazo para que as desonerações se mantenham, não existe uma meta a ser atingida, muito menos o ressarcimento aos Municípios. Desoneram-se as contribuições, tudo bem, mas, se desoneram o IPI ou outro imposto que tenha repercussão no FPM, prejudicam os

Municípios. E nós não podemos permitir que isso seja feito de forma sem critério, como é hoje. Essa emenda nós negociamos com V.Exa., que disse que iria atender.

Há a contagem dupla da desoneração, que também é outra coisa importante, porque nós não podemos fazer com que haja desonerações duplas, prejudicando os Municípios e os Estados de igual forma.

Também essa, que V.Exa. acatou, das transferências de empréstimos a outros países estrangeiros, nações amigas. Essas transferências têm que ter o aval do Congresso Nacional. Pelo que me consta, essa foi a única que V.Exa. acatou. Se V.Exa. admite que dessas nove acatou cinco, não tem problema. Eu só queria dizer, Presidente, que, na terça-feira, existirá uma reunião. Essa reunião de terça-feira , às 11 horas, é fundamental, porque essas emendas não são apenas do Deputado Cajado, têm a chancela do partido Democratas. Então, é importante que V.Exa., conceitualmente, nos atenda em cima da elaboração que está sendo feita da LDO.

Há situações aqui com as quais não concordamos — eu respeito, mas vou votar contra no destaque, não vou pedir verificação —, como, por exemplo, a transferência para entidades sem fins lucrativos, não para custeio, mas para obras. Eu já disse a V.Exa. que não concordo com a postura de transferir para entidades filantrópicas a construção de patrimônio, recursos para que depois sejam transformados em ativos. Nós somos contra, mas eu respeito, porque há, inclusive, partidos que defendem. Eu respeito, mas não vou concordar com isso. Com isso nós podemos transigir, mas há coisas aqui com que não podemos transigir: essa questão da contabilidade do superávit; a questão do TCU; essa questão da Caixa Econômica Federal, porque acho que é fundamental que possamos disciplinar essa matéria.

Com relação ao orçamento impositivo, acho que é uma excrescência admitir que metade das emendas individuais dos Parlamentares deva ser colocada para a área de saúde, inclusive com despesa de custeio. Está se transferindo a responsabilidade do Governo para o colo dos Deputados, Sr. Presidente! Como é que e o Senado vota uma coisa dessas? Isso é uma loucura, está se agachando para o Governo. O Governo está

impondo — esta é que é a realidade — para os Senadores uma postura inadequada. Emenda é para investimento! Emenda tem que ser para investimento.

Nós temos a autorização para podermos fazer as mudanças orçamentárias, as transferências. A emenda do Parlamentar é de investimento. Imaginem Deputado botar emenda para custeio. Aonde vamos parar? É o fim do mundo isso.

Já houve experiência no passado, quando os Deputados colocaram emenda para a saúde, e o Ministério não executou. O Ministério da Saúde não teve capacidade operativa de executar quando nós amarramos em 30% das emendas individuais para órgão. Perderam-se emendas. Este Deputado que fala perdeu praticamente todas as emendas. Ou seja, a questão da saúde não é só mais recursos, é gestão também. Não adianta a gente ficar tentando tapar o sol com a peneira.

Eu não discuto que a Presidente Dilma tenha boa intenção, mas a operacionalidade disso não é através de colocar a metade das emendas individuais para a saúde. Isso é uma loucura. *"Agora vamos fazer um puxadinho aqui: além da saúde, vamos botar para saneamento básico e água."* Isso é puxadinho, isso não vai resolver o problema.

E aí, Relator, V.Exa. já admitiu que o Orçamento na LDO será impositivo, mas nós não podemos votar essa PEC do jeito como está vindo do Senado. Os democratas não votarão a favor. Não votarão. Eu acho que transferir a responsabilidade do Governo para o colo dos Deputados será extremamente perigoso se nós aceitarmos esse tipo de postura.

Eu lamento muito. Acho que o Senado está deixando de ver a capacidade que teria de estar em comunhão com a Câmara dos Deputados, para atender o Governo, porque, se não for assim, o Governo não aceita. Essa é a versão que está sendo passada. Mas, voltando essa PEC do Senado para cá, espero que o Plenário possa aprová-la o quanto antes, para que nós possamos recuperar a tese original do que foi o orçamento impositivo.

Nós não queremos aqui ter um orçamento impositivo fictício, ninguém é irresponsável. Ele está com base na arrecadação do País, é perfeitamente factível. Agora, amarrar 50% e agora fazer um puxadinho para, além da saúde, incluir temas que não são da saúde?

Eu, quando fui Relator da parte setorial da saúde no Orçamento, tive a coragem de tirar o Bolsa Família como despesa da saúde e jogar na assistência social. Foi uma atitude corajosa que elevou, naquela época, 2,5 milhões de recursos para a saúde. Agora, vai se fazer isso? É tudo o que os Governadores e os Prefeitos querem, para poderem dizer que atingem os índices mínimos — mas não atingem o que nós desejamos, que é mais recursos para a área da saúde.

Então, eu fico muito preocupado com essa discussão e acho que, se é para votarmos a LDO com base na PEC do Orçamento Impositivo, nós temos que esperar, porque vai ter problema aqui na Câmara, com relação ao projeto que está sendo aprovado pelo Senado. Esse projeto que vem do Senado vai ter muita resistência aqui na Casa. Já estive conversando com alguns membros de partidos políticos e, fora o PT, que me parece que concorda, nenhum dos demais aqui na Câmara tem concordado com essa modificação que foi feita pelo Senado.

Portanto, alerto o Relator, para que nós possamos eventualmente enfrentar essa dificuldade. No mais, é esperar essa reunião de terça-feira. Agora, Presidente, eu já fico preocupado se nós não tivermos acordo na reunião de terça-feira.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu queria apelar para V.Exa. no sentido de que atendesse, para resguardo, o que diz o art. 134 da Resolução nº 01, que é encerrar a reunião. Eu queria que V.Exa. atendesse esse apelo porque, se tiver um acordo, nós teremos quórum. V.Exa. mesmo colocou que nós temos sido absolutamente rigorosos na presença, mas eu fico com receio de não termos quórum e se tentar colocar para votar.

Então, o art. 134 da Resolução nº 1 é claro quando diz que, se algum Deputado pedir o encerramento da reunião, V.Exa. terá que fazê-lo. Estou fazendo este apelo, e

se V.Exa. achar que, se não tiver acordo, encerrará, eu dou credibilidade a V.Exa., mas, de antemão, já estou dizendo que, se não forem atendidas essas prerrogativas iniciais do conceito que eu o partido Democratas estabelecemos para a aprovação da LDO, cujos destaques foram apresentados ao Relator e, parece-se... Ele está dizendo que atendeu, sim, mas a assessoria do Democratas está dizendo que só atendeu um. É claro, acabamos de ler agora e pode ter sido equívoco de lado a lado. Mas eu fico preocupado em nós já assegurarmos a votação para terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, na mesma linha do Deputado Cajado, nós estamos preocupados com a construção do entendimento e acreditamos que não há que se falar em votação sem destaque antes da construção do entendimento. Portanto, só após essa reunião de terça-feira é que a gente poderia aventar uma possibilidade dessa natureza.

Mesmo assim, eu queria, de antemão, Deputado Danilo, acreditar que algum destaque inevitavelmente ainda deverá ficar. Agora mesmo, passou por aqui o Deputado Fábio Ramalho com uma manifestação sobre a emenda relacionada às instalações dos Tribunais de Justiça Regionais. Então, eu acredito que nós temos matérias que fogem, até em alguns momentos, aos acordos que possam se estabelecer entre as Lideranças, que começam a alcançar interesses de Unidades da Federação. Isso é absolutamente natural. Agora, havendo a construção do entendimento pelas Lideranças, pelo menos a gente pode diminuir as dificuldades que teríamos na votação de uma LDO ainda dentro deste ano legislativo.

Mas, Presidente, quando a esse alerta que faz o Deputado Cajado sobre as ações de maquiagem do Governo, é por isso que há algumas emendas das quais nós não podemos abrir mão. Há, por exemplo, a emenda em que nós estabelecemos a premissa de que o Governo, na hipótese de não ter a Lei Orçamentária aprovada, o que nós não desejamos, desejamos que haja a lei orçamentária aprovada... Em situações

como esta do Senado, que tem tido todo o esforço de V.Exa. — eu sou testemunha disso —, para a votação da PEC do Orçamento Impositivo para as emendas parlamentares, a gente percebe uma estratégia do Governo de tentar jogar isso talvez para o final do ano, para tentar inviabilizar a sua aplicabilidade no ano de 2014. Essa estratégia pode ir contra o Governo, porque ele pode inviabilizar a aprovação do Orçamento com isso, ele pode criar algo muito mais difícil.

Assim também pode o Senado criar uma situação. E, aí, Deputado Danilo, V.Exa. que trabalhou e lutou tanto por essa causa, ao lado do nosso Presidente Henrique Eduardo... Eu fui membro da Comissão Especial. Nós concluímos os trabalhos daquela Comissão Especial e votamos a matéria com o entendimento tácito de até 33%, até um terço — falava-se 30%, no máximo 35% — de destinação para a saúde, e agora me vêm com 50%.

O Senado está com isso, Senador Lobão, e eu lhe peço que procure alertar o Senado com relação a isso. Praticamente estão nos entregando a missão de derrotar a alteração do Senado, para prevalecer o texto da Câmara, porque, ao que me consta, regimentalmente, nos caberá duas prerrogativas: ou concordar com o do Senado; ou derrotar o do Senado e prevalecer o da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, não, derrotando o Senado, não encerra o assunto, que volta para o Senado de novo. E vai ficar nisso, não há limite.

(Não identificado) - Não. Se for só se for supressiva, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não se for supressiva ou de texto. Acontece que, da forma como o Sr. Relator Eduardo Braga colocou, não há como ser supressiva. Eu já tive uma conversa com ele sobre isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu tive informações de que, se nós votarmos o texto original votado na Câmara,...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...derrotando as mudanças do Senado, prevalece o da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, com certeza, não. É PEC.

(Não identificado) - Se fosse MP, poderia, mas PEC, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, infelizmente, o Senado está realmente prestando um desserviço a esse avanço, ao radicalizar. Ainda que, nesse processo de vinculação, que eu acho que é uma limitação absurda, tira-se a autonomia do Parlamentar de identificar nas suas bases a real necessidade, eu acho que há desrespeito muito maior com a base, porque é lá que você identifica a necessidade. Mas, se pelo menos esses 50% fossem tratados considerando saúde, educação e segurança pública, que realmente são áreas de um grau de carência muito grande também... Então, eu acho que é muito importante que haja da parte de V.Exa. ainda um esforço, para evitar que nós percamos todo o trabalho feito até aqui.

No entanto, o que me preocupa mais, além dessa matéria que faz parte da LDO, é, como eu dizia, a nossa emenda que trata da hipótese de o Orçamento não estar aprovado, para que não haja a prerrogativa de o Executivo estar fazendo execução orçamentária dos investimentos — isso durante toda a história do Parlamento. Se nós chegarmos a esse ponto de o Governo ficar facultado não apenas a manter as despesas de custeio como também as de investimento, nenhum Governo vai querer aprovar mais o Orçamento, Senador Lobão.

É importante, Deputado Danilo, que V.Exa. faça essa reflexão. Nós não podemos, por uma decisão da Comissão Mista de Orçamento e da LDO deste ano, acabar com uma das principais funções constitucionais do Parlamento. Nós corremos o risco de transformar o Orçamento, que já é, em alguns momentos, uma peça fictícia, já que não é impositivo — ele é absolutamente uma referência operacional para o Governo —, em uma peça decorativa e, provavelmente, uma peça prescindível para qualquer governo. É muito sério isso.

O mundo inteiro está testemunhando, numa das democracias mais consolidadas e respeitadas de todo o planeta, um embate entre o Congresso e o Executivo, mostrando equilíbrio. É claro que nenhum de nós está considerando isso algo que seja

digno de aplauso, mas é uma realidade deles que nós temos que respeitar — e que eles a resolvam. Mas estão lá os americanos num impasse entre o Executivo e o Congresso, em que o Congresso mostra, sim, a sua altivez, a sua autonomia. Nós aqui, não; aqui não é uma nem duas vezes em que não se aprova o Orçamento. Se nós acrescentarmos essa prerrogativa ao Executivo, fugindo da tradição do Congresso, vamos matar o Congresso na sua prerrogativa. É preciso que isso fique registrado.

Portanto, nós vamos insistir na emenda do PSDB, que não permite que o Governo, nesta hipótese, possa continuar fazendo execução orçamentária de investimento. E aí, Presidente, vem a forma como o Governo tem agido nas questões orçamentárias, maquiagens lembradas aqui pelo Deputado Cajado. Inclusive nós aprovamos hoje a convocação do Ministro Mantega. Eu até penso que o mais apropriado é que a gente aprovasse a convocação dele aqui, mas nós a aprovamos lá na Comissão de Agricultura. E lá vão perguntar a ele algo que nós temos que estar cuidando na peça orçamentária, na LDO, para que o Brasil não fique, às vezes, até como motivo de chacota e, no mínimo, não deixe uma grande interrogação na cabeça dos brasileiros. Como é que a gente exporta, de mentirinha, uma plataforma de 1,2 bilhão para a Europa, sendo que ela não saiu daqui, só para maquiar a balança comercial brasileira? E talvez seja uma maquiagem com custo alto, porque nós agora vamos pagar aluguel para a Europa. E será que não vamos recolher imposto lá na Europa dessas subsidiárias brasileiras da PETROBRAS? Como é que vai ser o custo disso para o Brasil? Nós precisamos investigar isso.

Eu concluo dizendo, Sr. Relator, que eu me coloco à sua disposição para já começarmos a aprofundar os debates, porque eu acho que isso não é matéria que, com meia hora de reunião, a gente conclua, não. A partir de hoje, a hora que V.Exa. quiser, nós do PSDB estamos à disposição para buscar construir algum entendimento que contribua para a votação da LDO, mas para uma LDO que sirva a todo o Brasil, e não apenas ao interesse momentâneo de um governo que está aí, momentaneamente — assim espero eu, assim queira Deus.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Passo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, eu vou reivindicar a V.Exa., com certeza com o apoio dos pares da Comissão, que nós possamos ir logo para o item 1, até porque o nobre Relator está presente e existem vários nordestinos aguardando realmente que a Casa, tanto o Senado como a Câmara, por terem aprovado esta medida provisória, possamos oficializar a votação dessa medida provisória dos recursos para o etanol e para a zona canavieira. Já, já começa a Ordem do Dia, e essa matéria pode ficar prejudicada aqui nesta Comissão.

Lembro também o seguinte: a questão desse jogo entre Câmara e Senado. Por quê? Porque eu me recordo muito bem que, 2 anos atrás, nós fomos enganados aqui pelo Deputado Arlindo, fomos enganados pelo PT, no momento em que inventou uma emenda que era de participação popular. Eu me recordo muito bem de que toda a assessoria da Comissão trabalhava de noite, de madrugada, recebendo SEDEX; os Municípios faziam audiências públicas nas Câmaras Municipais. Nós não podemos, mais uma vez, deixar que essa questão da emenda impositiva vire enganação. Por isso, em determinados momentos, a imagem do Parlamento é desgastante. Por quê? Porque faz uma coisa e, na hora de executar, não executa.

Então, é essa a nossa observação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Raimundo Gomes.

Eu passo a palavra agora ao Deputado Júlio Cesar; logo a seguir, aos Deputados João Dado e Jorge Bittar e, para encerrar, ao Senador Suplicy.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu tenho pouco a adicionar, porque o Deputado Cajado e os Deputados que me antecederam já falaram parte do que eu ia falar.

Em relação à renúncia, ela está desenfreada, Sr. Presidente. A renúncia, em 2010, era de 116 bilhões. A renúncia desse Orçamento que nós estamos discutindo é de 250 bilhões. Em 2013, a renúncia é de 170 bilhões. Vão aumentar 80 bilhões, é mais do que todo o dinheiro de investimento que tem nesse próprio Orçamento, que são 63 bilhões. E dessa renúncia, é bom que se diga, há boa parte de impostos compartilhados, como bem disse o Deputado Claudio Cajado.

Nós precisamos que sejam compensados os entes federados, porque cada dia mais diminui. Se você analisar o que os Estados e Municípios, principalmente, os Municípios que têm uma dependência muito grande dessas transferências, acima de tudo os Municípios do Norte e do Nordeste, veremos que eles estão altamente sacrificados pelos encargos, que são transferidos e pela falta de recursos correspondentes para atender esses encargos.

Então, como é que se aumenta 80 bilhões — 80 bilhões — de 2013 para 2014? Oitenta! Tudo o que tem para investir, Deputado Claudio Cajado, são 63 bilhões. Está lá, no PAC Brasil Sem Miséria, e renuncia 80.

Então, nós precisamos botar um freio nessa renúncia, até porque eu já vi pelos meios de comunicação que a Organização Mundial do Comércio — OMC está em cima do Brasil, exatamente batendo em cima dessa renúncia que, segundo eles, está criando um privilégio de uma competição internacional que eles fazem contra nós, ninguém diz. Eu acho que é injusto o que estão dizendo, mas mesmo assim eles estão em cima da renúncia do Brasil.

Em relação aos outros assuntos, eu aprovo aqui o que o Deputado Claudio Cajado e os outros Deputados disseram: acima de tudo esse 1% da receita corrente líquida. Fala-se em orçamento impositivo, mas é muito difícil chegar ao limite que nós temos, de 15 bilhões. A receita corrente líquida é em torno de 700 bilhões, 1% disso são 7 bilhões. Quinze bilhões. Seiscentos multiplicados por 15, dá quanto? Dão 9 bilhões. É muito difícil chegar ao limite a que nós temos direito: os 15 milhões de emendas individuais.

Concordo com o Deputado Claudio Cajado quanto ao engessamento para áreas que são específicas da União e dos Estados. Engessar emenda individual que é para investimento, que nós colocamos nos Municípios para fazer custeio, isso é uma coisa, no mínimo, estranha, ou então querer fugir da responsabilidade de transferência do correspondente recurso para custeio.

Ademais, Sr. Relator, neste relatório, ninguém sabe o que foi aprovado. Eu estou dando ao seu assessor as minhas emendas, os meus destaques, e depois eu quero sentar com ele para saber o que foi aprovado. Por aqui, ninguém fala. Não tem a lista das emendas nem dos destaques e nem dos assuntos que cada um apresentou. Eu apresentei mais de 20 destaques. Eu não sei o que foi atendido.

(Não identificado) - Tem um que é só para semana que vem.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Mas aqui é o retrato dos destaques. Ou não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Não é? Ah, bom, então retira o que eu disse. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Júlio Cesar.

Passo a palavra ao Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO - Senador Lobão, nosso Presidente, Relator Danilo Fortes, Srs. e Sras. Parlamentares, eu quero fazer aqui uma manifestação em nome da CFT.

Fui designado, nesta Comissão, para defender duas emendas da CFT. Elas foram aprovadas, por unanimidade, naquela Comissão, Relator Deputado Danilo Forte, para que nós garantíssemos ao Parlamento a execução de política pública às emendas da CFT, que eu venho oficialmente aqui defender nesta Comissão. É a Emenda nº 50170005, que trata da reserva para a compensação de proposições com impacto financeiro.

Portanto, não é uma emenda de nenhum Estado, de nenhum partido. É uma emenda para o Parlamento brasileiro. Do que ela trata? Quando um projeto de lei do Executivo tem uma não satisfação ou não adequação orçamentária, esse projeto do Executivo pode ter a sua adequação orçamentária na CFT. Portanto, por um organismo da Casa, do Congresso Nacional, que trata da adequação orçamentária, poderia ser utilizada essa reserva de contingência. Também um projeto do Poder Judiciário também poderia ser satisfeito, e projetos de iniciativa do Parlamento, todos os que tivessem algum tipo de inadequação orçamentária poderiam se socorrer desses recursos.

Quero dizer para as Sras. e Srs. Parlamentares que essa estratégia já foi adotada até 2011. Todos os anos nós tínhamos um recurso destinado para a adequação orçamentária de projetos nossos aqui da Casa, do Parlamento brasileiro, bem como os dos Poderes Judiciário e Executivo, quando não adequados orçamentariamente.

No ano passado, lamentavelmente, nós perdemos essa prerrogativa de também podermos exercitar política pública através dessa reserva de contingência. É importante dizer que não é unilateral, é por colegiado, é a CFT que faria essa análise e decisão.

Então, peço ao nosso Relator, Deputado Danilo Forte, que leve em consideração essa posição do Presidente da CFT que me remete a matéria. Uma delas se refere à reserva de contingência, 0,1% das receitas correntes líquidas, e a outra também é uma supressão de vedação à suplementação de despesa obrigatória, quer pelo Poder Legislativo, Judiciário ou Executivo. É uma suplementação que também está sendo vedada por esse dispositivo do art. 40, § 3º, inciso III.

Então, penso que essas duas emendas não se referem a nenhuma particularidade de um Deputado, de um Senador, de uma Senadora ou de uma Deputada, tampouco prejudica qualquer tipo de política pública. Pelo contrário, ela satisfaz, dá adequação orçamentária para esses projetos, quer sejam do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo.

Estão na pauta de hoje, Sr. Presidente, diversos projetos de suplementação de recursos. Um deles da ordem de 8 milhões de reais. Está aqui na pauta. Esses recursos

poderiam estar sendo satisfeitos através dessa reserva de contingência, sem a necessidade de manifestação específica da CMO em relação à matéria.

Por esse motivo, venho aqui, em nome da CFT e por designação do Sr. Presidente, requerer o acolhimento dessas duas emendas ao Relator da LDO. E o faço, como disse, sem dizer que seja algo de interesse de um ou outro Parlamentar da Câmara ou do Senado. É do interesse público e do interesse de todos os Poderes, para darmos satisfação orçamentária aos projetos na CFT, único órgão de todo o Congresso Nacional que se debruça sobre essa matéria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado João Dado.

Passo apalavra agora ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou ser bastante breve. Quero apenas fazer alguns comentários que considero relevantes.

Ouvi com atenção o pronunciamento de diversos Parlamentares. Gostaria de, em primeiro lugar, chamar a atenção de que a LDO não pode e nem deve ser entendida como um espaço para se resolver todos os problemas que dizem respeito às relações entre o Executivo e o Legislativo.

A LDO se torna cada vez maior, cada vez mais restritiva nas ações de governo e no nosso próprio trabalho parlamentar, e eu não vejo isso como algo necessariamente saudável em todos os seus aspectos.

Aqui se colocou o debate sobre a questão das renúncias fiscais ou renúncias de tributos do Governo Federal, sugerindo-se que essas renúncias fossem compensadas. Ora, as renúncias fiscais geram estímulos à economia que, por sua vez, produzem novos impostos no País. Então, o que temos que fazer é uma ampla avaliação sobre o impacto das renúncias fiscais federais no conjunto da economia brasileira. Isso é impacto nas receitas municipais e estaduais. Aliás, os Governos Estaduais são craques

em fazer renúncias para atrair empresas. A chamada guerra fiscal tem andado em curso durante muitos meses.

Quero elogiar a atitude do Governo Federal, que, ao gerar estímulos criteriosos em diversos setores da economia, está buscando ativar setores que são estratégicos para o desenvolvimento nacional, como os setores de alta tecnologia.

Em segundo lugar, sobre o superávit, acho que nós não temos que criar amarras ao Executivo quanto à forma de construção do superávit. Não é nosso papel definir quando e como os dividendos das empresas estatais serão transferidos para o Poder Executivo ou qualquer outra coisa dessa natureza. O Governo está trabalhando numa visão anticíclica, tem reduzido do valor do superávit os investimentos no PAC, que são altamente estimulantes ao desenvolvimento econômico. É um momento em que a economia retoma a sua capacidade de investimentos.

Assistimos aqui à exposição do Banco Central, da nossa Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que mostrou claramente que a economia brasileira tem retomado a sua capacidade de investimentos, e nós não podemos agir na contramão desse processo virtuoso para a economia brasileira.

Ainda nestes dias, estamos vendo a taxa de inflação declinante, caiu abaixo dos seis pontos percentuais, a taxa anualizada. Não é isso? Os investimentos estão crescendo, e nós temos que apostar nisso. O nível de emprego na economia está bastante razoável, e é isso que nós desejamos para o nosso País.

Quanto à Caixa Econômica Federal, eu quero de alguma maneira, não sei se da forma como foi proposta aqui, a ideia de se estabelecer prazos para a resposta da Caixa, mas eu acho que todos nós temos uma preocupação muito grande com o ao crescimento da burocracia. Imaginem com esse volume crescente de emendas individuais, isso vai ficar congestionado na Caixa Econômica Federal. Acho razoável que o Banco do Brasil entre nessa história também da análise de projetos.

E eu gostaria que nós, Presidente, formássemos aqui um grupo de trabalho para discutir formas de simplificar o papel da Caixa ou do Banco do Brasil como agentes

executivos da execução de emendas orçamentárias ou mesmo recursos que são repassados a Estados e Municípios. Há muita coisa que pode ser simplificada, transferindo-se a responsabilidade técnica para Estados e Municípios. Quer dizer, o técnico da Caixa não precisa ficar discutindo ali o problema da rebimboca da parafuseta. Ele tem que discutir o projeto com um todo, se está coerente, se está consistente, e transferir a responsabilidade pelo detalhamento do projeto ao agente executor, que é o Governo do Estado ou o Governo do Município. De tal maneira que esse agente vá prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado, ao Tribunal de Contas do Município, quando for prefeitura de capital, em alguns Estados.

Com relação à PEC do orçamento impositivo, acho curioso fazermos o discurso da necessidade de se ampliar os recursos para a área de saúde pública, e diz: *"Não, isso é responsabilidade do Governo, não é nossa".* Ou seja, estamos abrindo mão do nosso papel solidário com o Governo de construção do projeto de lei orçamentária. As emendas parlamentares são parte do Orçamento da União, que não é do Executivo nem do Legislativo, e esses gastos de saúde são nobres. E eu sou favorável que haja gastos, também, para o custeio dado à situação grave, sobretudo de pequenos Municípios do interior, que muitas vezes têm dificuldade em tocar um posto de saúde, uma creche ou o que quer que seja no seu espaço.

Aliás, quero lembrar que os nossos Senadores estão se debruçando também sobre a ampliação dos gastos para a saúde como um todo no próximo período. Acho que isso enriquecerá muito essa PEC que estamos para receber.

Por fim, acerca de que, se eventualmente o Orçamento não for aprovado até o fim do ano, que é obrigação desta Casa — veja bem, é obrigação desta Casa aprovar — , nós vamos negar a que o Executivo possa dar curso a investimentos que já estão sendo realizados? Nós estaríamos ampliando... Quando a gente paralisa investimentos, significa paralisar canteiros de obra, significa gerar prejuízos a Estados e Municípios, e, sobretudo, ao Erário como um todo. O Poder Executivo não está solicitando que ele possa iniciar novos investimentos, mas que ele dê continuidade a investimentos que já

estão em curso, o que me parece altamente razoável e recomendável. Aliás, já discutimos muito aqui na Casa a ideia de uma certa plurianualidade de alguns investimentos

Aliás, já discutimos muito aqui na Casa a ideia de certa plurianualidade de alguns investimentos, que não deveriam estar contidos apenas nos limites de um orçamento anual, deveriam já estar programados, de maneira plurianual, de tal maneira que não houvesse sequer a discussão dessa natureza que está em curso aqui hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Jorge Bittar.

Pergunto ao Senador Eduardo Suplicy se deseja fazer uso da palavra. Mas, antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, a pedido do Deputado Jorge Bittar — e esta Presidência acha uma ótima ideia —, eu peço ao Deputado que formalize a ideia, que eu vou registrar agora neste plenário, da composição de um grupo de trabalho, uma espécie de Subcomissão, para discutirmos um novo regramento na desburocratização de agentes, como Caixa Econômica Federal, na execução não só de emendas parlamentares, mas como de programa de Governo.

Então, poderíamos criar um grupo de trabalho para estabelecer novas regras no sentido de dar velocidade à Caixa Econômica Federal, inserindo ao Banco do Brasil, inserindo prazos ou dando instrumentos para que eles possam analisar isso de uma forma mais eficiente e, consequentemente, dar vazão a todos esses procedimentos que estão atravancados dentro da Caixa Econômica Federal.

Então, peço a V.Exa. que formalize isso, e esta Presidência irá pôr em votação com enorme boa vontade.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Pois não, Presidente. Farei isso com grande prazer, grande alegria.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, passo a palavra, pela ordem, ao Deputado Lourival Mendes.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, nós temos ouvido atentamente aqui a situação da saúde, da educação e da segurança. Eu quero parabenizar o Relator Danilo Forte. Mas peço a S.Exa. e a esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Lourival Mendes, primeiro, peço a V.Exa. que fale ao microfone; segundo, que seja muito sucinto porque nós temos uma ordem de inscrição.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Serei rápido, então.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Se V.Exa. for falar do mérito de algo, eu poderia ouvir o Senador e passar a palavra a V.Exa., logo a seguir.

Então, eu ouvirei V.Exa. assim que o Senador Eduardo Suplicy terminar sua fala.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, prezado Deputado Danilo Forte, fico pensando quão bom seria se Itapajé viesse a realizar uma experiência pioneira da renda básica de cidadania. Não importa origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica, todos os seus habitantes passarão a receber uma renda como um direito à cidadania. Até o Deputado Danilo Forte? Sim; o Prefeito e todos na cidade. Obviamente nós, que temos mais, colaboraremos para que todos os demais venham a receber. Isso está ao alcance de todos os Parlamentares.

No Brasil, a Lei nº 10.835, de 2004, no dia 8 de janeiro próximo, fará 10 anos que foi sancionada. A Lei prevê, da mesma maneira que hoje é o Programa Bolsa Família, Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, o qual se iniciou em Brasília, em Campinas, em Ribeirão Preto e em outros Municípios, como programas de renda mínima associados à educação, também denominados Bolsa Escola, que hoje se transformaram no Bolsa Família, para todo e qualquer Município e para toda aquela família, que não recebe até 140 reais *per capita*, tenha o direito. E ainda faltam, porque hoje são 75% das famílias brasileiras. São 13 milhões e 871 mil que estão efetivamente inscritos e recebendo, embora já passem de 18 milhões aquelas famílias que teriam direito.

É importante que todos nós ajudemos na meta da busca ativa para que os 25% que teriam direito, e ainda não estão recebendo, possam vir a fazê-lo. Isso é muito importante.

Agora, as experiências, a reflexão de filósofos, de economistas em todo o mundo, chegamos à conclusão de que mais eficaz, mais eficiente, do ponto de vista de prover dignidade, liberdade real para todos, será um dia termos a renda básica de cidadania. E da mesma maneira que as primeiras experiências do que é hoje o Bolsa Família se iniciaram localmente, é perfeitamente possível que as experiências de renda básica de cidadania também se iniciem localmente. Já há dois Municípios no Brasil que aprovaram lei para iniciar essas experiências: Santo Antônio do Pinhal, com 7 mil habitantes, e Apiaí — ambas no interior de São Paulo —, com cerca de 25 mil habitantes, e que querem iniciar experiências na direção de proverem a todos uma renda básica de cidadania.

Na Índia, nos últimos 2 anos, houve uma experiência notável, financiada pelo UNICEF, com o apoio da Self Employed Women's Association, da Índia, e com toda a benção do Governo, que realizou, em maio último, um simpósio com repercussão no mundo inteiro sobre a experiência de se pagar a 6 mil pessoas 300 rupias por mês em comparação a outras 6 mil pessoas que, em vilas rurais semelhantes, não receberam, e o resultado em todas as áreas foi altamente positivo.

Pois bem, eu fiz uma proposta de emenda, vou aqui solicitar destaque. Solicitei à Gabriela, assessora da Ministra Miriam Belchior, que eu possa, antes da próxima terça-feira, ter uma audiência com a Ministra Miriam Belchior, uma vez que o Relator, o querido Deputado Danilo Forte, me disse que, uma vez a Ministra Miriam Belchior dando o aval, ele não terá qualquer objeção.

Então, eu pedi uma audiência lá para a Grabriela, junto à Ministra Miriam Belchior, porque eu quero trazer a palavra da Ministra a V.Exa. e , portanto, querido Relator, eu quero contribuir para que também em Itapajé, o seu Município — gostaria de saber quantos habitantes tem? 46 mil. No Ceará? E me comprometo-me a ir até lá, falar

com o Prefeito, os Vereadores, a população, porque será bom para toda a população de Itapajé, no Ceará, e de todo o Brasil.

Muito obrigado, Presidente Lobão Filho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Suplicy.

Apenas para fazer o registro, antes de passar a palavra ao Deputado Lourival Mendes, que já foi distribuído o Adendo 2 do acatamento da emenda da Deputada Nilda Gondim, nº 27130002. Portanto, quero que fique registrado em ata.

Com a palavra o Deputado Lourival Mendes.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, como ia dizendo anteriormente, quero parabenizar, mais uma vez, o Deputado Danilo Forte, pela clareza do seu relatório, embora a gente tenha algumas posições contrárias, mas, dentro do entendimento salutar, é importante que a gente entenda a posição da Relatoria. Por isso, consignamos o nosso apoio ao relatório de S.Exa. Mas, aproveitando a presença do Senador Suplicy aqui e a de V.Exa., Presidente, na qualidade de Senador, para que leve ao Senado Federal a necessidade de uma mudança de rumo no sentido dos percentuais destinados à saúde, principalmente na área de custeio, que se destinasse, e aí nós temos uma situação muito difícil, Presidente, no Brasil, desse percentual que o Senado está definindo, 50% dele para a área da segurança pública.

É difícil a situação dos Estados brasileiros, e mais difícil ainda, Sr. Presidente, é a situação dos brasileiros, que estão vendo crescer, a cada dia que passa, a violência, a criminalidade no País. Existem ainda eventos grandes que vão ocorrer no Brasil, dos quais estamos praticamente às portas, como é o caso da Copa do Mundo e de tantos outros eventos que virão logo depois. O Brasil não está preparado, os Estados brasileiros não estão preparados para dar uma segurança pública que garanta a cidadania do indivíduo, essa cidadania tão cantada e decantada neste Congresso Nacional, nesta Casa, neste Parlamento, e a gente fica preocupado.

Eu queria, mais uma vez, chamar a atenção do Senador Suplicy, para que seja um dos Senadores a levantar a voz em defesa da sociedade brasileira no tocante à

segurança pública no Brasil. A cada dia que passa, todas as pesquisas, Senador Suplicy, apontam para o aumento do índice de criminalidade, apontam para o reclamo da sociedade.

Hoje a segurança pública, quando não está em primeiro lugar, está em segundo lugar. Há um clamor público, e V.Exa. poderia ajudar a distribuir de forma mais justa, mais solidária, mais fraterna, para termos um Brasil mais coeso, mais irmão no sentido de ajudar, porque, em relação à segurança pública, os Estados não têm condições de atender.

Imaginem os senhores: se tirassem o Governo Federal da participação da educação e da saúde da população, como não estaríamos vivendo? É o que estamos fazendo com a segurança pública. Há um verdadeiro abandono. Somos da base de sustentação da Presidenta Dilma, somos da base de sustentação do Governo Federa, estamos aqui para ajudar o Governo, para ajudar o Brasil, mas não podemos tapar os olhos nem fechar os ouvidos para não ouvir o clamor da população. Os Estados precisam do suporte da União no tocante à destinação dos recursos públicos. Os Estados brasileiros não aguentam. A população está sofrendo, Senador Suplicy, sangrando, morrendo, tombando a cada dia que passa.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Um breve aparte, se me permite.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Com todo o prazer, concedo um aparte a V.Exa.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Agradeço a V.Exa. a referência, mas pode estar certo: o dia em que for instituída a renda básica de cidadania, o grau de criminalidade em todo o Brasil irá diminuir significativamente. Não vou me alongar agora, mas estou pronto para lhe explicar por que isso vai acontecer.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Agradeço a V.Exa. o aparte e apelo também para o Senador Lobão Filho, para que, juntos, V.Exas. façam um coro lá. Eu

conheço o Senador Lobão Filho, é um dos defensores da segurança, mas nós precisamos materializar essa situação.

Eu quero chamar a atenção desta Comissão, a atenção do Governo Federal, a atenção inclusive do PT. O PT já foi vítima, no passado, de um sistema de segurança pública de Governo. Nós precisamos criar mecanismos para formar no Brasil um sistema de segurança pública de Estado, no qual o cidadão, a população, o povo, o indivíduo sejam o nosso alvo. Mas como dar segurança pública, Senador Lobão Filho, sem recursos? Como administrar o caos que estamos vivendo no Estado brasileiro? E a tendência é piorar, Deputado Danilo Forte, porque os Estados e os Municípios, onde mora o cidadão, não estão mais suportando.

Então, nós precisamos verificar com bons olhos a situação da segurança pública, e nada melhor do que esta Comissão para levantar esse tema, e o Senado da República, junto com a Câmara e a Comissão Mista de Orçamento, para que a gente resolva criar mecanismos no sentido de fazer com que o Governo Federal aporte recursos, assim como faz com a saúde e com a educação.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Lourival.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Milhomen.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Sr. Presidente, vamos dar celeridade aqui, porque daqui a pouco tem votação no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Infelizmente...

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Pela ordem. Eu acho que essa questão do orçamento já se discutiu muito aqui, está tudo adiado. Então acho que tem votação importante para ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Infelizmente, para minha tristeza, e para a tristeza certamente dos meus colegas, nós tínhamos uma pauta extensa com diversos itens, com todas as possibilidades de votação, mas devido à extenuante

discussão, a Ordem do Dia já começou e a Sra. Secretária me comunica que eu não posso mais colocar em votação os itens que eu pretendia.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Pois é, ficou prejudicado mais uma vez o Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Inclusive quero fazer um registro ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, que fez este apelo aqui à celeridade dos discursos. É uma pena. Então, eu quero determinar apenas...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V.Exa., mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem. Quero fazer um apelo a V.Exa. V.Exa. já percebeu que há a colaboração de todos nós, e não haverá, de nossa parte, nenhuma dificuldade em estarmos presentes e marcar presença. Eu acho, para a valorização de todos os membros desta Comissão, que eu faço novamente um apelo a V.Exa. para que encerre a reunião. Na semana que vem, tendo feito a convocação, eu mesmo me comprometo a mobilizar nossa bancada, vamos estar aqui, vamos assinar presença, vamos manter essa rotina, porque acho que engrandece a nossa Comissão, Sr. Presidente, e é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu estou profundamente emocionado e tocado, quase às lágrimas com o apelo de V.Exa. e com o apelo choroso do Deputado Claudio Cajado. Por isso vou realmente encerrar a reunião. Mas, antes, eu quero determinar que a discussão do relatório está encerrada. Foram apresentados 927 destaques — grande Relator! — 927 destaques e a discussão e o prazo para...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, Presidente. Está encerrada a discussão?

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Não. Encerrada a discussão por quê?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, eu quero fazer um apelo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, a discussão sim.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Não, não! Acabou de ser prejudicado ali, prejudicado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nós estamos estabelecendo com o Relator um acordo para que tenhamos uma reunião preliminar, para não fazermos destaques. Ora, se nós encerrarmos a discussão, sendo que nós ainda não tivemos a oportunidade sequer de ser ouvido, de conhecer o relatório... Ora, Sr. Presidente, V.Exa. mesmo destacou que estava entregando hoje para nós lermos. Então, não faz sentido encerrar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu concordo com V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Havendo acordo, com certeza V.Exa. vai encerrar a discussão com 15 minutos de reunião, da próxima vez.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está certo.

Eu vou passar a palavra, então, ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores. Temos feito este debate de forma muito aberta e muito ampla. E há uma frase do Dr. Ulysses que eu gosto muito, que diz o seguinte: *"A grande quimera dos homens é a perfeição que eles não têm".* Nós não somos perfeitos, nós nunca vamos ser perfeitos e nunca vamos alcançar a perfeição. Mas nós vamos num espaço democrático procurar construir, da forma mais aberta possível, exatamente um entendimento. Eu sou uma pessoa que tenho procurado construir consenso. E aqui mesmo nós vemos como é difícil se chegar a um consenso. O Deputado Claudio Cajado, que muito bem representa o DEM, devia estar muito feliz, porque dos 9 destaques que ele fez, 5 foram aprovados: o item 3, art. 17, § 1º; o item 10, art. 57, inciso XI; no item 12... — para variar aqui na minha impressão não está nítido — no art. 63, do *caput*, e o item 19, art. 90, § 3º; além do 22, no art. 109, inciso "a". No item 13, eu concordo com ele, com relação aos órgãos repassadores, que nós temos que ter uma linguagem mais dura com os Municípios, com os convenentes com

relação à dificuldade que se tem na aprovação dos processos, mas inclusive, no item 13, nós colocamos em parte o art. 63-B, e precisamos realmente corresponsabilizar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica em relação a esses atrasos.

O Deputado Domingos Sávio, que muito bem representa o PSDB, viu aqui a dificuldade em relação às instituições filantrópicas, porque o próprio companheiro dele, de Oposição, Claudio Cajado, representante do DEM, é contra. Mesmo assim, nós procuramos atender, mesmo com todas as limitações e dificuldades que temos, exatamente para buscar construir consenso entre todos os grupos aqui representados nesta Comissão.

Trouxemos aqui o debate da segurança pública para a LDO, o que não existia. Nós fizemos questão de trazer este debate da segurança pública, porque nós estamos vendo que as ruas estão clamando por investimentos na segurança pública. Não existe segurança pública sem investimentos. Ninguém faz segurança pública só com blá-blá-blá, com conversa. Realmente precisa da parte coercitiva, precisa de investimentos, e o que precisamos agora é construir parâmetros nos procedimentos de votação, porque temos procurado atender ao máximo possível, dentro de uma convivência de diálogo, na construção do consenso. Agora, se cada um quiser fazer o seu relatório, nós vamos incorrer no erro que aconteceu na reforma política, que não saiu, e que todo mundo lamenta, porque cada um tem uma reforma política, cada um vai fazer do seu jeito, e ninguém consegue construir. Esta é uma matéria de cunho orçamentário e financeiro, tem delimitações, porque tem que ter o investimento, os recursos para poderem ser investidos, e os recursos não caem do céu. Então, realmente nós temos os parâmetros. E, por outro lado, temos responsabilidade para com o Governo para que não façamos do projeto da LDO um objeto de ficção, que seja inexecutável, ineficiente, como tivemos muito no passado. O que nós procuramos com a LDO foi exatamente avançar na execução, e por isso nós estamos melhorando a relação do Governo com os convenentes — Estados e Municípios. Estamos buscando dar um enquadramento tanto aos órgãos de controle como também aos parceiros nessa execução, para que

possamos ter agilidade e fazer com que o dinheiro do orçamento possa chegar à conclusão final, que é o devido investimento.

Quanto ao que disse o Senador Suplicy, que também falou de sua preocupação com a questão da renda mínima, nós temos também essa preocupação. Nós somos inclusive torcedores para que todo o Brasil possa alcançar este objetivo, mas isso depende também de números do Erário, de recursos públicos e que passa necessariamente por uma visão do Ministério do Planejamento. Por isso, colocamos a preocupação de o Ministério do Planejamento dar o seu aval para que este sonho do Senador Eduardo Suplicy possa ser estendido em realidade a todos os brasileiros.

Então, vamos continuar com este trabalho. Na terça-feira, às 11 horas, nós vamos fazer uma mesa-redonda para buscar construir o maior número de consensos possível, e aí sim, convido e convoco todos os companheiros para que possamos votar, porque nós já estamos devidamente atrasados na aprovação da LDO para 2014.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Já houve ampla discussão aqui. Nós vamos fazer uma reunião de Líderes, na terça-feira, às 11 horas, e espero que possamos sair de lá com todas as divergências atenuadas, todos os pontos pactuados, para que possamos ter uma LDO sem problemas.

Eu não vejo onde a permissão de um novo momento de discussão possa contribuir com isso. Se V.Exa. tiver certeza e convicção, assim como a Deputada Rose de Freitas, que foram os dois que se manifestaram em relação ao encerramento da discussão, eu estou pronto a manter aberta a discussão, mas no sentido de dar um final a todo esse processo que já se arrasta há tanto tempo, nós poderíamos encerrar a discussão e fazer a nossa reunião de Líderes às 11 horas. Eu estou acatando a tese de V.Exas. de encerrar, ao invés de suspender. Então, vamos ver se nós fazemos um esforço conjunto para finalmente, na terça-feira, encerrar isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, pode ter certeza de que é o nosso desejo. Nós queremos construir um entendimento e caminhar para a votação

na terça-feira. Mas, veja bem, isso para o bom andamento do trabalho e até para que não cheguemos a algum impasse instransponível na negociação, quando chegarmos àquele limite, que pode eventualmente ocorrer, de que nós avancemos em 80%, 90%, tenha ficado um item em que não houve o entendimento, e isso é próprio do ambiente democrático, esse item não pode impedir o acordo. Ele pode ser objeto de um destaque. E neste caso nós temos que estar com a discussão em aberto, porque senão, regimentalmente, nós não poderíamos apresentar o destaque. Então é nesse sentido, e tão somente nesse sentido, que eu peço a V.Exa. que não encerre a discussão, porque aí, ao iniciarmos a reunião, já tendo... tomara a Deus que o Divino Espírito Santo nos ilumine a todos e construamos o melhor para o País, e que deste melhor possa haver o consenso, senão, que tenhamos 1, 2 ou 3 destaques, também consensuados, que possam ser apresentados na abertura dos trabalhos, sem maiores delongas e, imediatamente, entrarmos nos processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu perguntaria ao Relator se há algum óbice em mantermos em aberto, então, a discussão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu acho a discussão muito boa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, está mantida a discussão. Portanto, o prazo de destaques não se encerrou.

Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Queria justamente finalizar dizendo isso: nós estamos construindo um acordo na base da confiança. Só que o acordo ainda não está estabelecido. Nós estamos transferindo para terça-feira. Se na terça-feira, efetivamente, batermos o martelo no acordo, V.Exa. encerrará a discussão rapidamente e procederemos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, em contrapartida, como não estou encerrando a discussão, eu também não vou encerrar a reunião. Iremos, portanto, suspender a reunião.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Está bem. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado pela presença de todos os assessores e Parlamentares.

Que Deus abençoe todos nós.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 21, de 2013. Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais eletrônicos das bancadas desta Comissão.

Como primeiro item da Ordem do Dia, deveria ser a discussão e a votação do relatório da LDO. A pedido do Relator, nós vamos transferir este item para a próxima terça-feira, às 14h30min.

A seguir, ainda dando prosseguimento à Pauta nº 21, conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, passaremos à apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 622, de 2013, que abre crédito extraordinário em favor de Encargos Financeiros da União no valor de 380 milhões de reais, para viabilizar o pagamento de subvenção econômica às unidades industriais produtoras de etanol combustível da Região Nordeste.

Ao Relator, Deputado José Priante, foram apresentadas 11 emendas. O voto é pela aprovação da medida provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1, 3 e 11. A Emenda nº 2 foi retirada pelo autor, Deputado Anthony Garotinho.

Na ausência do Relator, eu peço ao Deputado Danilo Forte que faça a relatoria *ad hoc*.

Está com a palavra o Relator para a apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, em função da conclusão da votação da PEC do Orçamento Impositivo

pelo Senado da República e em função de nós termos combinado uma reunião com a Ministra Miriam Belchior, do Planejamento, hoje, às 17 horas, para tratar do pleito da Defensoria Pública da União, nós solicitamos ao Sr. Presidente desta Comissão que transferisse a votação do relatório final da LDO para a próxima semana, para que pudéssemos aglutinar esses dois pontos importantes ao relatório.

Com relação à Medida Provisória nº 622, de 2013, o nosso querido Deputado José Priante, do PMDB, fez o seguinte voto:

"VOTO DO RELATOR

Do exame do Crédito Extraordinário, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância e urgência, tendo em vista a natureza da matéria.

Quanto à análise da adequação orçamentária e financeira, verifica-se que o crédito utiliza como fonte de cancelamento despesas financeiras, constantes da reserva de contingência (RP-0) para o atendimento de despesas primárias discricionárias (RP-2). Como não foram apresentadas compensações que garantam as metas fiscais fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o corrente exercício (Lei nº 12.708, de 17.08.2012), pressupõe-se que o cumprimento das metas em referência dependerá de ampliação do contingenciamento de despesas constantes da Lei Orçamentária para 2013 (Lei nº 12.798, de 04.04.2013).

A Exposição de Motivos nº 00097/2013-MP, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1° do art. 2° da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que trata do envio de

documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

No mérito, nota-se que o crédito extraordinário destina recursos para o atendimento de despesas relevantes e urgentes, dadas as adversidades climáticas que prejudicam a produção de cana-de-açúcar na Região Nordeste, com efeitos negativos sobre a produção de etanol.

Com relação às emendas apresentadas, verifica-se que as Emendas nºs 00001, 00003, 00004, 00005 e 00006 são emendas ao texto que não tratam de matéria orçamentária. Desse modo, constata-se que essas proposições ferem o princípio orçamentário da "exclusividade", segundo o qual a lei orçamentária e as leis que a modifiquem devem-se restringir à previsão da receita e à fixação da despesa.

As Emendas nºs 00007 a 00010, por sua vez, solicitam o remanejamento de dotações para novas programações, e a Emenda nº 00011 propõe a elevação do valor do crédito extraordinário. De acordo com o art. 111 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional, às medidas provisórias de crédito extraordinário somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação total ou parcialmente.

Consideramos, portanto, que as emendas apresentadas contrariam normas constitucionais e legais, devendo ter sua inadmissibilidade declarada pelo Presidente

desta Comissão, nos termos do art. 15, XI, da Resolução n° 01/2006, do Congresso Nacional.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 622, de 2013, nos termos propostos pelo Poder Executivo e pela declaração de inadmissibilidade das Emendas nºs 00001, 00003, 00004, 00005, 00006, 00007, 00008, 00009, 00010 e 00011.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2013.

Deputado Jose Priante, Relator."

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Também aprovado.

Passo a seguir à apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 11, que *"encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento do art. 14, a programação do Fundo Nacional de Financiamento do Centro-Oeste, FCO, para o exercício de 2011"*. O Relator é o Deputado Armando Virgílio e vota pelo arquivamento da matéria.

O Relator não está presente. Portanto, eu passo ao Deputado Edmar Arruda, para que possa ser o Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Relator Edmar Arruda. Só fazendo o registro, haverá uma votação em bloco dos quatro ofícios, que são: o 11, já citado, o 12, o 38 e o 52.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - "Ofício nº 11/2011. Considerando que a execução da programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, FCO, para o exercício de 2011 será analisada pelo Tribunal de Contas da União quando do exame da corresponde prestação de contas, não se verifica a necessidade da adoção de qualquer providência no momento, razão pela qual voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento da programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, FCO, para o exercício de 2011 e dos documentos que o acompanhe,

b) determine o envio dos referidos documentos ao arquivo.

Ofício nº 12/2011.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento da documentação encaminhada pelo Ministério da Integração Nacional, através do Ofício nº 12, de 2011, CN, referente ao relatório de gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, FCO, relacionado ao primeiro semestre de 2010,

b) determine o envio dos referidos documentos ao arquivo.

Ofício nº 38/2011, CN.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento da documentação encaminhada pelo Ministério da Integração Nacional, através do Ofício nº 38, de 2011, CN, referente ao relatório de gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, FCO, relacionado ao exercício de 2010,

b) determine o envio dos referidos documentos ao arquivo.

Ofício nº 52/2012, CN.

Nesse sentido, o TCU examinará dessa forma, considerando que a execução do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, FCO, para o exercício de 2011 será analisada pelo Tribunal de Contas da União quando do exame da

correspondente prestação de contas. Não se verifica a necessidade da adoção de qualquer providência no momento.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento da documentação encaminhada pelo Ministério da Integração Nacional, através do Ofício nº 52, de 2012, CN, nº 429/MI, de 2 de outubro de 2012, na origem, referente ao relatório de gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, FCO, relacionado ao exercício de 2011, e

b) determine o envio dos referidos documentos ao arquivo."

Este é o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório dos Ofícios nºs 11, 12, 38 e 52, de 2012, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Passo agora ao requerimento para inclusão na pauta do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 6, de 2013, de autoria do Deputado José Rocha, para ser colocado extrapauta.

Coloco em votação na representação da Câmara.

Aqueles que permitem a extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco agora em votação na representação do Senado Federal.

Aqueles que permitem que seja incluído extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Passo a palavra agora ao Relator do Projeto de Lei nº 6, de 2013, Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, permitam-me que eu vá direto ao voto:

> *"Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes e particulares, no que diz respeito à sua compatibilidade e às disposições da LDO de 2013, do PPA 2012/2015, e a sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2013, LOA 2013, de 4 de abril de 2013.*
>
> *Comunicamos ao Presidente desta Comissão a inadmissibilidade da Emenda nº 19, que contraria os Incisos II-a e III-b, ambos do art. 109 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, ao oferecer como fonte de cancelamento compensatório programa que consta do projeto de lei somente como cancelamento proposto no Anexo II, e propõe projeto de lei de crédito especial à suplementação da dotação já existente na Lei Orçamentária em vigor.*
>
> *Tendo-se em conta as razões de mérito e apresentadas suas justificativas, são atendidas, todas ou parcialmente, às solicitações das seguintes emendas que propõem a inclusão da dotação do Anexo I à aplicação do crédito especial em exame.*
>
> *Deputado Wellington Roberto: aprovado parcialmente; Deputados José Priante, Aelton Freitas, Jaime*

Martins, Milton Monti, Luciano Castro, Wellington Fagundes, Zeca Dirceu.

Com respeito à Emenda nº 07, esta Relatoria revisou o ajuste técnico do descritor da ação proposta com o objetivo de adequá-la ao preceituado pelo art. 41, combinado com o art. 126, da Resolução nº 1, de 2006.

Não obstante o mérito e a relevância das proposições, com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto, optamos pela rejeição das emendas apresentadas, a saber: Emendas de nºs. 3, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 21 e 22.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6, de 2013, do Congresso Nacional, na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões.

Deputado José Rocha."

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado José Rocha.

Coloco a matéria em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação na representação da Câmara.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Coloco agora em votação na representação do Senado Federal.

Aqueles Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovada.

Eu quero apenas ler aqui a apreciação do relatório apresentado ao Aviso nº 7, que encaminha cópia do Acórdão nº 93, de 2013, TCU, Plenário, acompanhado do

relatório e do voto que o fundamentam, referentes à fiscalização das obras e melhoria de capacidade de tráfego e duplicação da BR-116 no Rio Grande do Sul.

O Relator, Deputado Junji Abe, apresentou um ofício, solicitando a retirada de pauta desse aviso, que foi deferido por esta Presidência, em 18 de setembro.

Da mesma forma, a apreciação do Requerimento nº 7, que requer ao Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços, com indícios de irregularidades graves, Deputado Afonso Florence, e ao Plenário da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e Controle, vistoria nas obras de infraestrutura aeroportuárias no Brasil, Aeroporto Internacional Afonso Pena, Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, Aeroporto Internacional Marechal Rondon, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

Também o Relator pede, através de ofício, que seja retirada de pauta, retirada esta que foi deferida por esta Presidência.

Em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 146 da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, declaro que foi inadmitida a emenda indicada pelo Relator no seu voto, que é a Emenda nº 19, e rejeitadas as demais.

O Deputado Bohn Gass...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu sou Relator do Relatório de Desempenho do Fundo Soberano, que o Governo mandou. Eu fiz a relatoria. Tal relatório estava pronto para ser votado na semana passada, mas não o foi.

Então, se nós pudermos apreciá-lo hoje, eu ficaria muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Portanto, a requerimento do Deputado Bohn Gass, eu coloco em votação a inclusão extrapauta do relatório apresentado nos Avisos 33 e 46, de relatoria doDeputado Bohn Gass, para esta reunião.

Aqueles Deputados que concordam que seja incluído na extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Aos Senadores que concordam com a inclusão extrapauta, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Também está aprovada.

Então, passo a palavra ao Deputado Bohn Gass, para que faça o seu relatório, apresentados aos Avisos nº 33 e 46; 01, 09, 17, 35, de 2010; 1, 7, 8, 22, 25, de 2011; 3, 18, 27, de 2012; 1 e 10 de 2013.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Bom, Senadores e Deputados, quero agradecer a aprovação e dizer que eu peguei esse relatório em que o Governo encaminha ao Congresso Nacional o relatório do desempenho do Fundo Soberano, que refere o art. 10 da Lei 11.877, de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009, todos os trimestres de 2009, 2010, 2011 e 2012.

Voto:

> *"Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo dos relatórios, do desempenho do Fundo Soberano do Brasil, consoante os Avisos nºs 33, 46, de 2009; nº1, nº 9, nº 17, nº 35, de 2010; nº 1, nº 7, nº 18, nº 22, de 2011; nº 25, também de 2011; nº 3, nº 18, nº 27, nº 13, de 2012, e nº 15, de 2013. E uma vez que não existirem providências de outra natureza a serem tomadas, determine o arquivamento dos citados documentos."*

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Questão de ordem. Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, em virtude da sensibilidade da matéria e da importância que ela

tem, nós, da bancada do PMDB, eu e o Deputado Marçal, aqui representados, gostaríamos e pedir vista a esse relatório porque a gente precisa de um aprofundamento maior. Inclusive o Deputado Marçal, que é do Centro-Oeste, também é importante ter um aprofundamento sobre essa questão.

Então, antes de a gente votar o arquivamento, o PMDB pede vista.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, pela ordem, ainda sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só respondendo ao Deputado Danilo, infelizmente, o Regimento da Comissão de Orçamento não prevê o instituto do pedido de vista ao Relator Bohn Gass. Então...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas é justamente nessa linha que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É regimental, Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A minha preocupação, tão logo ouvi a manifestação do Deputado Danilo Forte, ia na linha regimental, mas eu tenho o mesmo sentimento do Deputado Danilo Forte, de que essa matéria merece uma melhor reflexão, mas o meu argumento que eu coloco a V.Exa. para pedir a retirada de pauta é que nós estamos numa reunião que foi suspensa, em que da pauta originária da reunião que foi suspensa não constava esse item. E uma das preocupações de V.Exa., que tem sido extremamente correto na condução, é de que nós temos um acordo tácito de não ficar pedindo encerramento em todos os momentos. Em alguns momentos a gente o tem feito, e até tem tido a aquiescência de V.Exa., porque senão nós ficaríamos com uma reunião suspensa indefinidamente. Mas, tratando-se de matéria que foi inclusa após o início da reunião, sem um procedimento regimental adequado, eu peço a V.Exa. a retirada de pauta, que me parece o mais apropriado, do ponto de vista regimental, sem nenhum prejuízo do belo trabalho feito pelo colega Bohn Gass, que nós, obviamente,

vamos analisar e, eventualmente, podemos até dar o nosso posicionamento favorável. Mas a gente precisa, primeiro, analisar melhor a matéria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Conforme acordo com os membros desta Comissão, na realidade, nós colocamos em votação o pedido do Relator para inclusão extrapauta. Portanto, não foi um ato ditatorial desta Presidência. Houve deliberação, foi consultado este Plenário, e ninguém se opôs à tese da inclusão extrapauta. O pedido de retirada, apesar de sensível ao pedido de V.Exa., depende exclusivamente do Relator, que está proferindo o seu relatório, inclusive já proferiu o relatório.

Então, eu passo a palavra ao Deputado Bohn Gass para que possa se pronunciar em relação ao pedido do Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, Presidente e colegas Deputados Domingos Sávio e também Danilo Forte, eu fiz apenas o pedido de inclusão de extrapauta porque nós acabamos de apreciar um outro pedido que também foi de extrapauta, que foi exatamente esse procedimento.

Então, este projeto aqui, do meu relatório, já está disponível há mais de 15 dias no *site*. Portanto, todos os Deputados e Senadores já têm acesso a este tema, e eu apenas, eu estava pronto para apresentar, fazer a defesa já na semana passado, mas em não havendo a oportunidade, eu requeri, até porque estão em outro procedimento outros projetos de extrapauta. Senão eu sequer teria apresentado, para não deixar nenhuma dúvida de que haja alguma outra intencionalidade.

Eu quero contribuir para que a gente tenha as votações realizadas neste momento. Eu não sei se regimentalmente — eu consultaria a Mesa — eu posso fazer a retirada com essa compreensão que foi apresentada aqui. Mas eu, de fato, apresentei estritamente por esta razão: nós estamos votando outros pontos de extrapauta. Então, não veria nenhum problema em nós apreciarmos também esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Baseado no ponto, Deputado Domingos Sávio, de que o relatório apresentado já está disponível há 15 dias, portanto, já com tempo suficiente para ser exaustivamente estudado por V.Exa., eu perguntaria se, num gesto de contribuição a esta Comissão, no sentido de dar finalização a todos os projetos que estão atormentando, acumulando aqui esta Presidência, seria possível colocar em votação, com o beneplácito de V.Exa., para que a gente possa, aos poucos, ir esvaziando a pauta desta Comissão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, veja bem. Nós não temos colocado nenhuma objeção. Eu quero até fazer um apelo aqui ao bom senso; o Deputado Bohn Gass, acredito eu, também está percebendo claramente isso. Nós não estamos nos insurgindo contra o projeto nem contra o relatório. Eu estou tomando conhecimento do relatório agora. V.Exa. disse que já está há alguns dias, mas ele não estava na pauta. V.Exa. e os demais colegas sabem muito bem que, pelo volume de trabalho que nós temos — nós nos debruçamos e solicitamos à nossa assessoria que nos dê os devidos aconselhamentos sobre a matéria da pauta —, seria absolutamente impossível eu pedir a orientação sobre as demais matérias. Portanto, nós não tínhamos a menor condição de fazer a avaliação sobre essa matéria. E, quando V.Exa. tomou essa iniciativa de propor a inclusão em pauta, eu não estava aqui no plenário ainda, estava a caminho do plenário. E a caminho do plenário, com aquele sentimento tranquilo que V.Exa., pela confiabilidade que inspira e que merece, já nos deu, de que nenhuma matéria nova seria votada aqui sem quórum, por isso podíamos ficar tranquilos com relação a suspender, simplesmente, a reunião. Ou seja, a minha assinatura está ali dando quórum a várias reuniões, como a dos demais colegas.

Eu acho que nós quebraríamos esse ambiente de confiança, de tranquilidade se nós insistirmos em votar essa matéria sem o conhecimento dos pares, porque nós iríamos ter aquela sensação: olha, de agora para diante, nós vamos suspender reunião, e podemos ter uma matéria inclusa em pauta logo que abrir a reunião, ela ser votada, com meia dúzia de Deputados, com a ausência quase que absoluta de Senadores, e

nós vamos perder total sentido democrático desta Comissão. E olha que é respeitada como a Comissão mais importante do Congresso, das duas Casas.

Portanto, eu julgo que, além do aspecto objetivo, e é esse que está me movendo, é mais o aspecto objetivo; o Fundo Social é extremamente importante, é, para mim, temerário eu votar algo que eu vou chegar para a minha bancada e dizer: *"Olha, nós votamos, mas eu não sei o que nós votamos".* O próprio representante do PMDB, Relator da LDO, também se sentiu inseguro, a ponto de pedir vistas.

Então, Deputado Bohn Gass, o trabalho de V.Exa. não está sendo julgado aqui, neste momento, porque nós não o conhecemos. E, pelo respeito que eu tenho a V.Exa., eu tenho praticamente segurança em dizer que votaremos a favor. É possível que tenhamos que fazer algum tipo de destaque, algum tipo de observação, que é natural e é positivo.

Então, eu insisto, Presidente, para mantermos este ambiente de confiança, que seja retirado de pauta e que nós possamos, na próxima sessão, ou ainda nesta, se ela for suspensa... Aí ela teria que ser inclusa novamente em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu acho que V.Exa. sabe...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Bom, inclusa já foi...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ... que nós iremos colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Certo. Perfeito. Inclusa a matéria já foi, portanto não precisa ser inclusa novamente; o próprio Relator anui com o pedido de V.Exa. de retirada unilateral, por parte dele, do projeto, e nós, então, iremos deliberar sobre esse projeto especificamente, na próxima reunião, a pedido do Deputado Domingos Sávio e do Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu quero dialogar, até porque nós já debatemos muitas vezes outros pontos. Deputado Domingos Sávio, eu só quero fazer o registro que ele esteve em pauta. Ele estava em pauta. Então, esse raciocínio de que os assessores não tenham informado ao Deputado, na sessão passada, ele está mais de

15 dias divulgado, na sessão passada estava em pauta, portanto, tinha condições de os assessores estarem acompanhando os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu me referi à pauta desta reunião.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Ah! Está bem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Houve uma mudança na pauta desta reunião.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Está bem. Mas eu repito, então: sobre esse ponto, eu apenas requeri, porque outros pontos estavam sendo solicitados extrapauta. Agora, em função do apelo feito aqui, eu tenho essa compreensão de nós construirmos o melhor para a nossa Comissão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Está ótimo.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Portanto, eu tenho acordo de que, se regimentalmente é possível fazer esse gesto, nós estamos fazendo imediatamente esse gesto, retirando da votação de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Agradeço ao Deputado Bohn Gass.

E perguntaria aos nobres colegas, incluindo o Deputado Domingos Sávio: a Deputada Gorete Pereira, que tem um relatório, um PLN... Deputado Domingos Sávio, a Deputada Gorete, que tem um relatório, um PLN, que apenas abre um Orçamento complementar, suplementar para o Ministério da Educação, Ministério Público e para as Justiças Eleitorais, portanto, não há uma questão meritória, como há no projeto do Bohn Gass, não está na pauta, e a Deputada Gorete requer que seja incluído extrapauta. Se não houver o óbice de nenhum dos Parlamentares, portanto, já que não há mérito a ser discutido, apenas um crédito suplementar, perguntaria se há algum problema de inclusão extrapauta. Então, eu vou colocar em votação. Se V.Exa. divergir, por favor, se pronuncie. Então,...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Antes da votação, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...até para que eu possa saber se vou divergir ou concordar,...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...eu gostaria de ter e de contar aqui com a minha assessoria,...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Por favor, para que se dê o passo exato, Sr. Deputado.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Pronto. Está certo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...para que eu possa me informar sobre o projeto, para que eu tenha conhecimento exatamente de quais são os montantes, quais são os valores e qual a destinação, para que a gente possa se posicionar com a devida segurança.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Pronto, eu vou dizer agora também.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - É da mesma forma o projeto anterior.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu posso ler?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Enquanto isso, eu vou colocar em votação a inclusão extrapauta. Se houver concordância, passaremos para a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas eu estou justamente ponderando...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, mas se V.Exa. divergir, eu não vou, a Deputada não vai relatar e fica para a próxima.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Deixa-me ler. Ele está pedindo apenas o projeto, que não chegou.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É porque eu, sinceramente, não conheço. Eu tenho que me sentir seguro...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está sendo encaminhado.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Vamos aguardar um pouquinho, então.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...e me posicionar pela inclusão ou não, sem conhecer com clareza o material.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Claro, claro!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, eu vou aguardar o posicionamento de V.Exa. para fazer a votação e a inclusão extrapauta.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu também. Eu estou recebendo agora. Eu não tenho nenhuma informação sobre isso. Nós não conversamos, não estava nesta pauta. Então, eu estou pelo critério anterior, da votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, Deputado, deixa-me pronunciar de forma mais clara.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sr. Presidente, deixa-me só dizer que estava na pauta anterior, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim, a dele também estava.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Foi para retirada, porque eu não pude ficar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Bohn Gass, não há uma análise de mérito, como há no seu caso, no caso dela, que é um projeto de suplementação orçamentária. Apenas com base nisso é que eu peço a compreensão dos colegas, para que permitam que a Deputada Gorete possa ler o seu relatório.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Sr. Presidente, eu só quero fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Giovani.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Primeiro, eu quero agradecer ao meu Líder, André Figueiredo, por ter-me indicado para membro titular desta Comissão, aqui ao lado do Weverton Rocha, e dizer que a minha opinião é que não vai ser discutido o

mérito que transite, até para facilitar. Logo estamos no final do ano. Temos que limpar a pauta. Eu sei bem como é que.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Positivo.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Então, sou a favor que se faça a leitura. E o mérito é uma discussão que fica para depois.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado, pela compreensão, pela sensibilidade. É esse o entendimento também desta Presidência.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Devagarinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mas, primeiro, precisa incluir.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente, de nossa parte, nós temos acordo para a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Sr. Presidente, só quero dizer, falando em nome do PMDB, que o Deputado Danilo teve que se retirar. De nossa parte, não há nenhum acordo para votação. Nada impede que se inclua. Agora, para votação, nós, segundo o acordo feito com a Presidência desta Comissão, em relação a nenhuma outra...

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Então, não adianta incluir para não votar.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Em nenhuma outra posição, nós não temos acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O projeto de que houve uma manifestação por parte do Deputado Danilo Forte foi efetivamente retirado de pauta, a pedido do Deputado, juntamente com o Deputado Domingos Sávio. Este que nós estamos discutindo é outro assunto, é apenas uma suplementação orçamentária.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Sim, mas eu digo que, em relação à inclusão, não temos nada a nos opor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mas inclusive em relação à votação?

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - À votação, aí...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O item em que houve um óbice do Deputado Danilo Forte foi retirado, em que houve um óbice em relação à votação. Esse já foi retirado. Nós estamos discutindo um outro, que é a suplementação.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Sim, foi retirado o do Deputado Bohn Gass.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Isso, foi retirado.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Esse foi retirado. Agora, o da Deputada Gorete é o da inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Foi retirado.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Apenas a inclusão, nós não apreciaríamos o mérito hoje. Apenas a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O dela?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - É.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Sim, apenas a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, ela deseja proferir o relatório dela, já que é um crédito suplementar. É diferente do relatório do Deputado Bohn Gass.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Vamos só ler, pelo menos. A gente lê e escuta. Vamos incluí-lo, eu leio e vocês resolvem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, nós também temos conhecimento dessa situação que se encontra, situação, por sinal, manifesta e pública do PMDB, que, de certa forma, impacta também a decisão nossa aqui.

Nós temos, além desse PL 7, do qual a Deputada Gorete Pereira é Relatora, um pedido da assessoria do Tribunal de Contas para que o PL 8 também seja incluído na pauta.

Veja bem, Deputada Gorete, eu estou entendendo que todas essas matérias são relevantes. Da minha parte, eu não tenho o propósito — e nem é a orientação da bancada do PSDB — de dificultar a votação de matérias relevantes para o País em que não haja discussão de mérito significativo. Obviamente, o Orçamento sempre tem uma possibilidade de análise de mérito, se é justificável ter mais recursos nessa ou naquela rubrica, nesse ou naquele Ministério, nesse ou naquele órgão. Porém, nós sabemos que eles são, praticamente na sua totalidade, para custeio ou manutenção de atividades essenciais, o que torna a matéria absolutamente possível de consenso.

Algo está me preocupando, Sr. Presidente, na nossa condução. E aí eu acabo me remetendo também ao comportamento que tivemos com relação ao projeto relatado pelo Deputado Bohn Gass, sobre o qual nós não temos nenhuma discordância de mérito, até porque eu não conheço o relatório. Foi essa a razão pela qual eu me insurgi, no sentido de pedir a ele a gentileza — que ele teve inclusive — de evitar a polêmica e retirar a matéria.

Eu estou achando, Sr. Presidente, que cabe aqui o bom senso, e eu faço até um apelo a V.Exa.: em vez de fazermos essas inclusões de pauta e não votarmos e ficarmos aqui numa polêmica, nós poderíamos, sob a orientação de V.Exa., selecionar todos esses projetos de natureza orçamentária que estão tramitando.

Não há e nunca houve da parte da Oposição — pelo menos eu posso assegurar, como coordenador da bancada do PSDB — nenhuma atitude de ficar naquele esquema do "quanto pior, melhor; vamos travar". Não há isso. Vamos ser duros na discussão de mérito e na luta por aquelas teses em que acreditamos e contra aquelas teses de que discordamos.

Eu quero reiterar para os colegas e para a Deputada Gorete que eu acho que o mais apropriado é V.Exa., com o acompanhamento da assessoria, verificar esses

projetos — creio que não sejam só esses dois, que deve haver mais —, para que nós possamos incluí-los numa nova pauta. Nós faríamos uma pauta específica, já com o propósito de votá-los, sem obstrução, sem maiores debates.

Eu acho que, ao fazer hoje essa inclusão e não votar, nós estamos criando uns precedentes difíceis de administrar depois. Então, eu faço um apelo para V.Exa.: que a gente deixe para fazer essa inclusão de pauta numa outra reunião e não faça essa inclusão de pauta numa reunião como esta, que foi prorrogada, uma reunião que não está tendo início hoje, que já vem prorrogada.

Nós temos uma pendência que eu espero que seja resolvida, quando muito, na semana que vem, que é a LDO, que está se arrastando. A nossa Comissão está ficando num imbróglio de difícil solução. Nós pretendemos retomar o diálogo com V.Exa. e com o nosso Relator, para que aquilo que nós defendemos possa ser objeto de um consenso ou de um entendimento pelo menos.

Mas eu faço este apelo: não vamos fazer inclusão de pauta e não votar; vamos deixar para incluir na pauta da nova reunião que V.Exa. deverá convocar tão logo possamos concluir a aprovação da LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vamos dar uma evoluída na sua tese, Deputado Domingos Sávio. É o seguinte: V.Exa. mantém a posição de que não deveríamos votar aqui. Essas matérias já estavam previstas na pauta das 6 horas de hoje, que eu pretendo, neste momento, cancelar. Eu concordo parcialmente com V.Exa.: não vamos botar em votação e vamos fazer apenas uma inclusão extrapauta, para que todo mundo possa estudar com dedicação. Na próxima terça-feira, a gente bota em votação. Então, a gente inclui extrapauta, não delibera e não vota e, portanto, prepara todo esse material para a próxima semana.

Eu coloco em votação a inclusão extrapauta dos Projetos de Lei nº 7, nº 8 e nº 12, bem como os Ofícios nº 2, nº 14, nº 37 e nº 42, do Deputado Nilton Capixaba.

Os Deputados que concordam com a inclusão extrapauta destes itens permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a inclusão extrapauta.

Os Senadores que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a inclusão extrapauta.

Portanto, eu estou agora, neste momento, suspendendo esta reunião, a pedido do Deputado Danilo Forte, para que a gente possa deliberar a LDO na próxima terça-feira, às 14h30min.

Agradeço a presença de todos os Parlamentares. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Declaro reiniciada a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 21, de 2013, alterada.

Suspendo a presente sessão ordinária e convoco sua continuação para as 15 horas neste Plenário.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 21, de 2013, pauta esta alterada.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros das Lideranças partidárias nesta data.

Passo agora ao primeiro item da pauta, item este consolidado na nossa última reunião, que é a apreciação do relatório apresentado do Projeto de Lei nº 7, de 2013, que abre ao Orçamento Fiscal da União em favor das Justiças Eleitorais e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União crédito suplementar no valor de 942 milhões, 240 mil e 394 reais para reforço de dotações constantes na Lei Orçamentária vigente.

À Relatora, Deputada Gorete Pereira, foram apresentadas três emendas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem a palavra o Sr. Danilo Fortes para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, nós fizemos, na última semana, uma reunião com os Líderes de todos os partidos que compõem esta Comissão, na sala da Presidência, em que se fez o fechamento do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2, que é exatamente o PLDO 2014. Para que esse projeto possa ir à votação, ele precisa anteriormente estar publicizado e lido na sua completude, nos complementos feitos.

Como do acordo surgiram três novos artigos, eu sugeriria ao Sr. Presidente que fizéssemos a leitura dos mesmos para que pudéssemos estar aptos a votar o relatório da LDO na hora predeterminada por esta Comissão, senão teremos de ter um prazo entre a publicização desses artigos e a votação da matéria.

Então, eu pediria e sugeriria ao Sr. Presidente que fizéssemos a leitura desses três novos artigos para podermos deixá-los prontos para a votação, que espero consigamos fazer ainda esta semana.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Informo ao Deputado Danilo Fortes que já está sendo providenciada cópia dos seus adendos e a consequente disponibilização na rede eletrônica, na Internet. Nós colocaremos como último item o de V.Exa., inclusive com os devidos esclarecimentos em relação à votação da LDO ao final.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Proposta de inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu coloco a proposta de inversão de pauta do Deputado Danilo Forte, para que seja invertida do final para o começo a discussão da LDO.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de inversão de pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Os Srs. Senadores que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a inversão de pauta.

Já que nós invertemos a pauta, quero comunicar aos presentes que, a pedido do Presidente da Câmara e do Presidente do Senado, feito a mim e ao Relator da LDO nos últimos 30 minutos, será realizada às 16 horas uma reunião do Governo com a Presidência do Senado e a Presidência da Câmara para discutir o orçamento impositivo, as divergências que existem hoje dentro da visão do Senado Federal relativamente ao projeto que saiu da Câmara dos Deputados. Esperamos nós que essas divergências sejam atenuadas ou resolvidas hoje e que possa ser o assunto resolvido amanhã no Senado Federal.

Portanto, a pedido dos dois Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional, nós estamos transferindo a votação da LDO para quinta-feira, às 11 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Sr. Presidente, eu pediria que a reunião fosse mais cedo, pelo menos às 8 horas da manhã, porque muita gente vai viajar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, atendendo ao pedido do Dr. Fábio, do nobre Deputado Fábio Ramalho, concordo em passar para as 9 horas da manhã.

Com a palavra o Deputado Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, eu queria só, em primeiro lugar, saudar a realização desta reunião hoje para que a gente possa acelerar o

tratamento das questões relativas ao orçamento impositivo, enfim, os percentuais da saúde, todas aquelas referências que são fundamentais para que a gente possa votar a LDO.

Por outro lado, eu quero advertir a V.Exa. — já é do seu conhecimento, mas eu gostaria de lembrar apenas — que nós já estamos já com um calendário muito apertado para que possamos votar o Orçamento deste ano até o dia 15 de dezembro, como seria do desejo, tenho certeza, de todas as Deputadas e Deputados.

Sugiro que, de agora em diante, a gente possa pegar esse touro à unha, como a gente diz, que a gente possa estabelecer um calendário e segui-lo, rigorosamente, até o dia 15 de dezembro, para que possamos votar a Lei Orçamentária ainda este ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Concordo literalmente com V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde, Deputado Danilo Forte! Só para esclarecer em relação ao procedimento, Sr. Presidente: houve a leitura por parte do Relator da LDO; nós estamos em processo de discussão. Houve uma inversão de pauta. Então, nós vamos retomar o processo de discussão. Confere?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Confere. Afirmativo. O Deputado Danilo Forte irá fazer nova leitura do relatório, que ele já leu, consolidado, para que possa haver a discussão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - São só dois artigos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - De qualquer forma, consolidado, com a modificação de três artigos.

Senador Ivo Cassol.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Solicitar ao querido Deputado Danilo Forte que, inclusive, apresente à Secretaria da Comissão seu texto final.

O SR. SENADOR IVO CASSOL - Sr. Presidente, foi marcado para quinta-feira. Em nosso caso, também no do Deputado Nilton Capixaba, os nossos voos para o

Estado ou são de manhã cedinho, às 10 horas, ou são à noite. Como nós já temos uma agenda feita no Estado, infelizmente, na quinta-feira, não podemos participar, porque já temos compromisso em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Estou transferindo para 9 horas da manhã. Viabilizaria a participação de V.Exa.?

O SR. SENADOR IVO CASSOL - Não tem jeito para nós.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Não teria, Sr. Presidente. É isso que o Senador falou agora. Não teria como. V.Exa. tem sido de uma importância muito grande, o apoio que tem dado à Comissão. Quero agradecer e parabenizar V.Exa. pelo trabalho brilhante que está fazendo. O Danilo também está fazendo um trabalho muito bom, mas não tem como votar amanhã? Porque, de repente, não vai ter sessão à tarde, pode acontecer alguma coisa. A gente pode votar à noite isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A escolha da data de quinta-feira foi sugerida ou pedida delicadamente pelo Presidente da Câmara e pelo Presidente do Senado, o que nos coloca numa posição complicada.

Deputado Giovani Cherini.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Sr. Presidente, como eu sou novo aqui nesta Comissão, eu gostaria de saber se o texto da LDO está claro. Nós já temos esse texto da LDO?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Nós temos o texto fechado, que está disponível na Internet, mas vai ser entregue a V.Exa. em cópia xerocopiada.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Outra coisa, Sr. Presidente. Essa reunião de quinta-feira, pelo que eu já ouvi aqui de alguns Deputados, eu mesmo, nós temos grande dificuldade de participação, de fazer essa reunião. Não tem como a gente achar uma hora amanhã, no final da tarde, à noite ou mesmo terça-feira da semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Terça-feira já está muito distante. Nossos prazos estão correndo de uma forma perigosa. De qualquer forma, nós estamos

tentando viabilizar e transferi-la para quarta-feira. Estamos em contato com as Presidências da Câmara e do Senado. Se for possível, faremos todos os esforços para que façamos isso na quarta-feira.

Com a palavra o Senador Wilder Morais.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Sr. Presidente, era só para esclarecer a questão do horário da quinta-feira. Se fosse acontecer na quinta, que fosse às 8 horas da manhã, porque todo mundo tem compromisso à tarde. Se conseguir amanhã, será excelente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito bem.

Obrigado, Senador.

Passo a palavra agora ao Deputado Danilo Forte, para que possa ler as modificações e a consolidação do seu relatório da LDO.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, depois desse exaustivo trabalho — desde maio, estamos discutindo esse relatório da LDO —, nós praticamente encontramos um ponto de unidade com relação à peça que será apresentada para votação. É lógico que na hora da votação alguns destaques poderão ser apresentados. Inclusive, o compromisso que foi feito na reunião de Líderes é de buscar reduzir o máximo possível o número dos destaques, porque negociamos exaustivamente, inclusive o atendimento a todos os Líderes representados nesta Comissão, para que a gente pudesse com isso viabilizar uma votação mais rápida e mais consubstanciada nos desejos e nas preocupações de todos aqui representados.

Então, as modificações foram: o art. 65-A se transformou em art. 58-A, mantendo a mesma estrutura e a mesma redação. Foi acrescido um novo art. 65-A, que diz respeito ao seguinte:

> *"Art. 65-A. Consideram-se obrigatórias as transferências da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção, resposta e recuperação de áreas*

atingidas e em áreas de risco de serem atingidas por desastres, observados os requisitos e procedimentos previstos na Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010, modificada pela Lei 12.608, de 10 de abril de 2012".

Isso em função da dificuldade que a Defesa Civil do Brasil, do Ministério da Integração, estava encontrando para fazer a execução das transferências obrigatórias no que diz respeito à prevenção de desastres de natureza geológica ou de natureza de erosões, sejam marítimas, pluviais ou eólicas. Em função da dificuldade que a Defesa Civil estava tendo na aplicação desses recursos, nós acordamos e acolhemos exatamente esse novo procedimento para poder atender essas demandas que são imensas, num país de dimensão continental como o Brasil.

Inclua-se o seguinte art. 109-B:

"Art. 109-B. O Poder Executivo informará ao Congresso Nacional sobre os empréstimos feitos pelo Tesouro Nacional a Banco Oficial Federal, detalhando:

I - o objetivo;

II - valor estimado do subsídio da operação decorrente da diferença entre o custo da captação do Tesouro Nacional e os juros cobrados pelos empréstimos; e

III - eventuais subsídios pagos pelo Tesouro Nacional em programas do referido Banco que tenham como lastro esses recursos".

Esse é um artigo para dar mais transparência. É lógico que, pelo conteúdo, a gente identifica que vem uma demanda da Oposição. Houve inclusive a preocupação de dar mais transparência ao Orçamento e a essas transferências.

Inclua-se o art. 116-A.

"Art. 116-A. Com vistas ao atendimento ao que dispõe o § 3º do art.134 da Constituição Federal, o Poder

Executivo receberá e avaliará a proposta orçamentária da Defensoria Pública da União, podendo enviar mensagem modificativa ao Congresso Nacional propondo alterações no projeto de lei orçamentário, nos termos do § 5º do art. 6 da Constituição".

Esse artigo é em função exatamente da equiparação que foi feita por uma PEC aprovada pelo Congresso Nacional que trata dos direitos e deveres da Defensoria Pública da União em relação aos demais órgãos da estrutura do Poder Judiciário do País, principalmente o Ministério Público.

Com essa equiparação que nós fizemos em todos os artigos da LDO para 2014, ficava exatamente uma lacuna com relação à proposta orçamentária. Então, para buscar atender a essa demanda, depois de uma grande mobilização — e aqui parabenizo todos os defensores públicos do País —, a gente conseguiu encontrar essa redação capaz de fazer com que o Planejamento possa ainda retificar a proposta orçamentária para 2014, atendendo a esse pleito da Defensoria Pública da União.

"Anexo III - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, por constituírem obrigações constitucionais ou legais da União, inclua-se, na Seção II — Demais Despesas Ressalvadas, a seguinte despesa:".

Então, a nova despesa que foi criada é a redação de despesas relativas à prevenção de desastres, exatamente para poder fechar aquele artigo da Defensoria Pública no âmbito do Ministério da Integração. A preocupação é que, em caso de calamidade pública, em caso de retornar aquele problema que acontece sempre em janeiro, fevereiro e março, em Santa Catarina e no Rio de Janeiro principalmente, esses recursos não sejam contingenciados, em função da necessidade de uma atuação mais firme da Defesa Civil em relação ao cumprimento de sua meta e seu objeto.

Buscando dar mais transparência e para ficarmos com a LDO pronta para ser votada na quinta-feira, conforme orientação do nosso Presidente, Senador Lobão Filho, nós acabamos de ler as modificações que foram feitas. Todos terão acesso ao relatório da LDO, com todas as modificações. A partir daí, nós poderemos fechar, se Deus quiser, essa página tão importante para a construção da Lei Orçamentária de 2014, que é a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Meu muito obrigado a todos os companheiros e companheiras nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Dando prosseguimento à apreciação do PLN nº 7, o voto é pela aprovação do projeto de lei da forma proposta pelo Poder Executivo com indicação pela inadmissibilidade de Emenda nº 1 e pela rejeição das demais.

O Relator *ad hoc* será o Deputado Pedro Novais, portanto, o Relator está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares vou ler o final do relatório:

"Em relação às três emendas apresentadas, verificamos que todas buscam remanejar recursos da suplementação prevista na Unidade Orçamentária 26.291 — Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES, em programação com subtítulo Nacional.

A Emenda nº 0001, no entanto, pretende contemplar unidade orçamentária não beneficiária do crédito em exame, o que contraria o disposto no art. 109, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006-CN, razão pela qual somos pela respectiva inadmissão.

Quanto às Emendas nº 02 e 03, opinamos pela rejeição, não obstante o mérito e a relevância dessas proposições com vistas a evitar a descaracterização do crédito.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7, de 2013- CN, na forma proposta pelo Executivo".

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Pedro Novais.

Em conformidade com o disposto no § 2º, art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a emenda indicada pela Relatora no seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, um momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Efraim Filho com a palavra.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, acredito que a Comissão deveria se debruçar um pouco mais sobre a matéria já que, segundo informação da assessoria, quanto aos créditos solicitados pela Justiça do Trabalho para o pagamento de despesas de passivos de quintos, o parecer é desfavorável, segundo posicionamento já adotado pelo CNJ, que levou em consideração essa matéria examinada pelo Supremo Tribunal Federal. Trata-se de um valor de 942 milhões de reais, e há um parecer desfavorável do Conselho Nacional de Justiça.

Então, eu sugeriria aqui que nós pudéssemos nos debruçar sobre essa matéria, já que o pedido não discrimina os valores para cada necessidade, para viabilizar a possível elaboração do projeto de lei pelo Poder Executivo, havendo interesse da Justiça do Trabalho setorial orçamentária, que teria que ter levantado esses dados e os informado à Secretaria de Orçamento Federal.

Eu queria sugerir a retirada de pautada matéria, em virtude de parecer desfavorável do Conselho Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, é um projeto de suplementação orçamentária. Não vejo como possa haver qualquer dificuldade dentro de uma suplementação de órgãos importantes como Justiça Eleitoral do Trabalho, Ministério da Educação e Ministério Público da União. Eu posso aceitar de V.Exa. um encaminhamento contra a votação, mas eu vou continuar colocando a matéria em votação.

Está em discussão. A palavra ainda está com V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Perfeito. Está encerrada a minha participação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Continua em discussão. Há mais alguém queira discutir? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrado o prazo de discussão.

Portanto, o relatório está em votação, na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos ao item seguinte da pauta, nº 21, de 2013. A apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 8, que abre o Orçamento Fiscal da União em favor do Tribunal de Contas da União, da Justiça Federal, Eleitoral e do Trabalho, no valor de 34 milhões, 958 mil e 72 reais.

O Relator é o Deputado Weliton Prado, que apresenta uma emenda. O voto é favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade da Emenda nº 1.

Passo a palavra ao Deputado Bittar para que seja Relator *ad hoc* deste projeto.

Com a palavra o Deputado Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, vou direto ao voto do Relator.

"A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de novas programações não previstas na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 12.798, de 04/04/2013) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 38 da Lei 12.708, de 17/08/2012, (LDO/2013).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Quanto à emenda apresentada, ela deverá ser inadmitida nos termos do art. 109, inciso I, da Resolução nº 1 - CN, de 2006, por contemplar a programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 8, de 2013, Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela inadmissão da Emenda nº 1".

Esse é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bittar.

Em conformidade com o disposto no § 2º, do art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, eu declaro inadmitida a emenda indicada pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, o relatório está encerrado.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado por unanimidade.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam também como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado por unanimidade.

Passamos ao penúltimo item da pauta, nº 21, de 2013: apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 12, de 2013, que abre ao Orçamento de Investimento para 2013 crédito suplementar no valor total de 8 milhões, 207 mil e 509 reais em favor da Companhia Docas, da Empresa Gerencial de Projetos Navais — EMGEPRON, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de 24 milhões, 880 mil e 202 reais para os fins que especifica.

O Relator é o Senador João Vicente Claudino. Não foram apresentadas emendas. O voto é favorável nos termos do projeto.

Eu passo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Wilder Morais, para que possa proferir o seu voto.

Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Obrigado, Presidente.

Eu vou ler direto o voto.

"Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 12, de 2013, do Congresso Nacional, na forma apresentada pelo Poder Executivo".

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Wilder Morais.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Portanto, o relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Está agora em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Passamos agora ao Item 21, de 2013, que será apreciado em bloco, e é o último item. Ofício 02, de 2008; Ofício 014, de 2008; Ofício 37, de 2011, do Congresso Nacional; Ofício 42, de 2012. Apreciação do relatório apresentado ao ofícios já lidos, que encaminham ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. nº 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte — FNO, referente ao exercício de 2007.

O Relator é o Deputado Nilton Capixaba. O voto é pelo arquivamento da matéria.

Apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 14, de 2008, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º, do art. 20, da Lei 7.827, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, cópia do relatório das atividades desenvolvidas e resultados obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte — FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia, e cópia do relatório de gestão, elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União para compor o processo de prestação de contas do FNO referente ao exercício de 2007.

A apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 37, de 2011, que encaminha, em cumprimento ao § 4º, do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de contas ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte — FNO, referente ao exercício de 2010.

E, finalmente, a apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 42, de 2012, que encaminha, nos termos do § 4º, do art. 20, da Lei 7.827, o processo de contas ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, referente ao exercício de 2011.

Passo a palavra, neste momento, ao Deputado Carlos Magno, para que possa proferir, de forma *ad hoc*, o seu relatório.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - O voto:

"Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento da documentação encaminhada ao Congresso Nacional pelo Banco da Amazônia, gestor do FNO, por meio do Ofício nº 02, de 2008 (nº 152, de 2008, na origem), relativa ao Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, referente ao exercício de 2007; e

b) determine o envio dos referidos documentos ao arquivo.

Deputado Nilton Capixaba, Relator."

Ofício nº 14:

"Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento da documentação encaminhada a esta Comissão Mista pelo Banco da Amazônia, gestor do FNO, por meio do Ofício nº 14, de 2008-CN (nº 222, de 2008, na origem), referentes aos relatórios de gestão e das atividades desenvolvidas e resultados obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte — FNO, exercício de 2007; e

b) determine o envio dos referidos documentos ao arquivo".

"Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento da documentação encaminhada ao Congresso Nacional pelo Banco da Amazônia, gestor do FNO, por meio do Ofício nº 37, de 2011-CN (nº 240, de 2011 na origem), relativa ao processo de contas ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte — FNO, referente ao exercício de 2010; e

b) determine o envio dos referidos documentos ao arquivo".

"Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento da documentação encaminhada ao Congresso Nacional pelo Banco da Amazônia, gestor do FNO, por meio do Ofício nº 42, de 2012-CN (nº 257, de 2012, na origem), relativa ao processo de contas ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte — FNO, referente ao exercício de 2011; e

b) determine o envio dos referidos documentos ao arquivo".

São os votos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Magno.

Eu coloco o relatório agora em discussão.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Efraim Filho com a palavra.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, vamos aguardar. Eu não vou adentrar no mérito dessa questão, vou concentrar-me na questão do Fundo Soberano, mas é preciso ter, por parte do Plenário, o entendimento e a responsabilidade sobre o que nós vamos votar. Então, diante do acordo e do clima que foi estabelecido,

vou evitar a discussão desse tema para que possamos nos concentrar no tema do Fundo Soberano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Efraim.

Continua em discussão o relatório do Deputado Magno. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

O relatório está, portanto, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Coloco também em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Portanto, nós extinguimos a pauta de hoje.

Para esclarecer, recebi há 15 minutos ligação do Presidente do Senado, que comunica que amanhã, quarta-feira, teremos a quinta sessão para discussão do projeto do voto impositivo, e que o Presidente irá fazer uma firula regimental, encerrando a sessão de quinta-feira e abrindo a de sexta-feira, para que possa ser votado amanhã, no Senado, o orçamento impositivo, inviabilizando, portanto, a nossa reunião de amanhã. Portanto, está mantida a reunião para quinta-feira, dia 24, a pedido dos Deputados, às 9 horas da manhã, neste plenário, para a votação da LDO.

Está suspensa esta reunião.

Muito obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reaberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A pauta de hoje é deliberar sobre a LDO.

Com a palavra o Relator para que possa ler seus adendos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só o último adendo do substitutivo ao PL.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, nós tivemos a preocupação de manter o eixo principal do relatório da LDO, tirando algumas incoerências do ponto de vista redacional e buscando também não dar margem a nenhuma inconstitucionalidade ou nenhuma injuridicidade que pudesse criar alguma questão do ponto de vista de embaraços jurídicos para a aprovação do relatório.

Então, as últimas modificações que foram feitas foram só ajustes, como no art. 4º, *caput*, em que nós remanejamos as obrigações das emendas individuais no texto da quinta linha.

Leia-se assim:

> *"Art. 4.º As prioridades e metas da administração pública federal para o exercício de 2014, atendidas as despesas contidas no Anexo III, as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, ao Plano Brasil Sem Miséria — PBSM, as decorrentes de emendas individuais e ao Anexo de Metas e Prioridades, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa."*

Por isso a gente garante a efetividade das leis das emendas individuais obrigatórias.

No art. 7º, §4º, inciso II, alínea "d", fizemos uma modificação de "obrigatório" para "discricionário" para não amarrar com relação ao contexto orçamentário. Ficou:

> "*d) discricionária e decorrente de emendas individuais (RP-6);"*

Essa vai ser a denominação que nós vamos dar ás emendas individuais obrigatórias.

No ponto 4, art. 12, suprime-se o inciso XXVII, renumerando-se os demais — lógico: se você suprime, renumera o resto.

No 5º, suprimiu-se a inclusão do inciso III do § 1º do art. 13, bem como os §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, que constava do Item III do Adendo III, anteriormente apresentado.

No art. 36 — ponto 8 — leia-se:

> *"§ 6º Caso se verifique inadequação no montante de recursos constantes da Lei Orçamentária para 2014 em relação à aplicação mínima de recursos em saúde, de que trata o art. 198, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo abrirá créditos adicionais autorizados na Lei Orçamentária ou encaminhará projeto de lei de crédito adicional até 15 de outubro de 2014."*

Isso para garantir os recursos mínimos da saúde conforme a Constituição, no art. 198.

> *"§ 7º As estimativas e projeções do PIB utilizadas para apuração dos recursos mínimos de que trata o art. 198, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, e as datas de publicação serão registradas no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde — SIOPS e disponibilizadas na respectiva página na Internet."*

Ponto 11, art. 38, § 1º, II, "a", leia-se:

> "*a) para fontes de financiamento, os indicadores de uso e de resultado primário e as esferas orçamentárias, exceto para as alterações do identificador de resultado primário 6 (RP-6)* — que é das emendas individuais obrigatórias, que ficam resguardadas — *definidas no âmbito do Congresso Nacional."*

Inciso III, "a":

"a) para as fontes de recursos, inclusive as de que trata o art. 91, observadas as vinculações previstas na legislação, para os identificadores de uso e de resultado primário e para as esferas orçamentárias, exceto para as alterações do identificador de resultado primário 6 (RP-6) definidas no âmbito do Congresso Nacional."

Ponto 12, art. 51-A, exatamente o que trata o orçamento impositivo, e nós resgatamos aqui o substitutivo do Senador Eunicio Oliveira, que é o acordo que foi feito para votação no Senado da República que será encaminhado à Câmara.

Leia-se:

"Art. 51-A É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, da programação incluída por emendas individuais em lei orçamentária, que terá identificador de resultado primário 6 (RP-6), em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º, do art. 165.

§ 1º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhada pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 1º-A A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no caput, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento

do inciso I do § 2º do art. 198, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

§ 2º As programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica, assim definidos em lei; nestes casos, no empenho das despesas, que integre a programação prevista no caput deste artigo, serão adotadas as seguintes medidas:

I - até cento e vinte dias após a publicação da lei orçamentária, os Poderes, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União enviarão ao Poder Legislativo a justificativa do impedimento;

II - trinta dias após o término do prazo previsto no inciso I deste parágrafo, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III - até 30 de setembro, ou até trinta dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará o projeto de lei ao Congresso Nacional sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

IV - se, até 20 de novembro, ou até trinta dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Congresso Nacional não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária;

§ 2º Após o prazo previsto no inciso IV do § 2º deste artigo, as programações orçamentárias previstas no

caput deste artigo não serão consideradas de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do § 2º deste artigo;

§ 3º Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento e da execução financeira, prevista no caput deste artigo, até o limite de 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§ 4º Se for verificado que a estimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no § 2º deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias — por isso é que ela está nas despesas discricionárias lá atrás.

§ 5º Para fins do disposto no caput deste artigo, a execução da programação será:

I - demonstrada no relatório de que trata o art. 165, § 3º, da Constituição Federal;

II - objeto de manifestação específica no parecer previsto do art. 71, I, da Constituição Federal; e

III - fiscalizada e avaliada quanto aos resultados obtidos."

O § 6º também foi modificado:

"Art. 6.º Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal as emendas apresentadas, independentes de autoria."

Isso é para dar o mesmo tratamento a todos os Parlamentares.

No item 15 suprimiu-se a inclusão do art. 58-A que constava do item 13 do Adendo III anteriormente apresentado.

No item 16, art. 60, parágrafo único, leia-se:

> *"Parágrafo único. A demonstração, por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, do cumprimento das exigências para a realização de transferência voluntária se dará exclusivamente no momento da assinatura do respectivo convênio ou contrato, ou na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, e deverá ser feita por meio de apresentação, ao órgão concedente, de documentação comprobatória de regularidade ou, a critério do beneficiário, de extrato emitido pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias — CAUC, o qual terá a validade mínima de 120 dias, ressalvadas as exigências contidas em Lei Complementar, sendo dispensado para os municípios inclusos no programa Território de Cidadania, conforme Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, ou por sistema eletrônico de requisitos fiscais que o substitua, disponibilizado pela Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, para os itens neles previstos."*

No item 18, suprimiu-se a inclusão do § 2º, do art. 63-B, renumerando-se o § 3º, que passa agora a ser o § 2º No item 19, suprimiu-se a inclusão do art. 63-D, que constava do item 17 do Adendo III anteriormente apresentado.

No item 20 incluiu-se o art. 65-A, com a seguinte redação:

> *"Art. 65-A. As transferências da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e*

Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de serem atingidas por desastres terão o mesmo tratamento das transferências realizadas para a execução da ação de resposta e recuperação, nos termos do art. 4º da Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010.“

No caso dos desastres e no caso da prevenção pela Defesa Civil, que estava impedida de fazer a realização de ações preventivas.

No item 28, no art. 101, leia-se:

“Art. 101. Em cumprimento ao caput do art. 70 da Constituição, o acesso irrestrito referido ao art. 100 desta Lei será assegurado aos membros do Congresso Nacional:

I - para efeito de consulta, nos maiores níveis de amplitude, abrangência e detalhamento existentes, por iniciativa própria, a qualquer tempo;

II - por meio da disponibilização, em meio eletrônico, das bases de dados dos sistemas referidos nos incisos I, II, V, XI, XV e XVI do art. 100, as quais deverão ser disponibilizadas aos órgãos de tecnologia da informação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em formato e periodicidade a serem definidos em conjunto por esses órgãos.”

No item 32 inclui-se o art. 109-B, com a seguinte redação:

“Art. 109-B. O Poder Executivo informará ao Congresso Nacional sobre os empréstimos feitos pelo Tesouro Nacional a Banco Oficial Federal, nos termos da alínea “f” do inciso VII do Anexo II desta Lei.”

Item 33. Inclua-se o art. 115-A, com a seguinte redação:

"Art. 115-A. Em cumprimento ao dispositivo do art. 5º, inciso I, da Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000, o titular dos Poderes e órgãos referidos no art. 54 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, disponibilizarão ao Tribunal de Contas da União os respectivos relatórios de gestão fiscal, nos termos do § 2º do art. 55 desta Lei Complementar."

Item 35. No Anexo II - Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014, inciso VIII, alínea "b". Foi só suprimida a redação da parte final, que coloca e dá as desonerações tributárias no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, do PAC.

Ponto 38. Ficam prejudicados os adendos anteriores apresentados a este Substitutivo.

39. Alterem-se os pareceres das emendas de modo a refletir o texto Substitutivo e o presente Adendo.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2013.

Deputado Danilo Forte, Relator da LDO de 2014.

Senador Lobão Filho, Presidente da Comissão Mista de Orçamento.

Este é o substitutivo final, com relação à questão.

Para encaminhamento da votação, sugiro ao senhor que aprovemos no mérito e ressalvemos os destaques, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Danilo Forte.

O Relator acaba de proferir o Adendo IV, que substitui o Adendo III. O prazo de destaques será finalizado ao término da discussão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos passar à votação, sem prejuízo dos destaques.

Com a palavra o Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Para discussão, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu já havia encerrado a discussão, mas vou abrir uma exceção para V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Perfeito, apenas para nos posicionarmos.

Aguardamos até o último momento o parecer do Relator, preciso, aprofundado. Acredito que o Deputado Danilo Forte fez um trabalho dedicado durante todo esse tempo; foi capaz de costurar muitas convergências que permitiram que cheguemos a esse tempo.

Agora, temos duas emendas aqui que foram fruto do debate da bancada com o Deputado Danilo Forte, principalmente capitaneados pelo Deputado Cajado, que é a Emenda 31660051, que é sugestão do TCU, e a Emenda 31660019.

A primeira, do TCU, diz respeito, *ipsis litteris,* a projetos de lei aprovados ou medidas provisórias que resultem em renúncia de receita em razão de concessão, ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial, que deverão ter como prazo de vigência no máximo 5 anos — ou seja, para que, por medida provisória, não se conceda uma desoneração por mais 5 anos; para que se tenha um certo limite de responsabilidade fiscal, que é justo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O que é justo.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - ... e a contagem dupla de desoneração a respeito da meta do superávit.

Gostaríamos que o Relator pudesse acatar essas duas emendas e uma terceira, que é a 31660009. Ou seja, as emendas 09 a 019, e a 051, para que pudéssemos fechar o acordo e providenciar a votação de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Será feito. Conforme o desejo de V.Exa., será votado em destaque.

Vamos votar agora o corpo da LDO...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só para dar uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu só vou dizer, Relator, antes que V.Exa. se pronuncie, porque é essencial... Mesmo que seja votado em destaque, nós vamos pedir a verificação, se for o caso, no momento adequado, se não forem acatadas as emendas pelo Relator.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deputado Efraim Filho, Sras. e Srs. Deputados, o DEM participou ativamente da elaboração desse relatório. Inclusive, depois de vários debates sobre o próprio relatório, foram apresentados 9 proposições para a redação final. Das 9, foram acatadas 6, inclusive uma de sugestão do Deputado Efraim Filho e as outras de sugestão do Deputado Claudio Cajado.

No acordo feito com as Lideranças de todos partidos, nós acordamos que não iríamos entrar no mérito referente à questão do balizamento do superávit primário, bem como na questão das desonerações tributárias porque, primeiro, nas questões das desonerações tributárias, em cada desoneração, em cada projeto de lei que é apresentado ou medida provisória, tem que constar da sua justificativa a questão dos prazos para essas desonerações. Então, seria redundante, numa lei anual, tratar de um regulamento que normatiza todo um procedimento com relação às deduções tributárias, às desonerações. Segundo, nessa questão do superávit, porque a gente estava acatando, no relatório, o encaminhamento que tinha sido dado na proposta original do Poder Executivo, do Ministério da Fazenda.

Se fosse alvitre e entendimento do DEM apresentar o destaque, seria apresentado o destaque, o que é democrático e natural, mas, no relatório apresentado pelo Relator, essas duas questões não seriam constantes do relatório, até porque isso foi consensuado por todos os Líderes em uma sala, na mesa de reuniões da Mesa da Comissão Mista de Orçamentos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Tudo bem. Cumpre informar que o que V.Exa. chama de redundante, há 7 anos está previsto na LDO e está sendo retirado

inexplicavelmente este ano, Relator. Então, só o argumento de que é redundante, há 7 anos que vem se seguindo a mesma regra nesta Comissão e que foi retirada.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Nobre Deputado, inclusive esse assunto consta da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Dando prosseguimento...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E permita-me, porque acho que é um assunto importante.

Relator, Deputado Danilo Forte, na modificação nº 15, V.Exa. retirou aquela parte que dava... Perdão, na modificação n.º 16, e é importante, no atual adendo, que dava prazo para a Caixa Econômica, a parte dos recursos liberados. Se fosse possível também a nº 18. V.Exa. sabe do que se trata.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O problema não é dar prazo para a Caixa Econômica; é porque o texto estava peremptório. A Caixa Econômica, não respondendo, depois de ter cumprido o prazo de obrigar tanto o convenente como o conveniado a prestar os esclarecimentos com relação à execução ou não do convênio, autorizaria de qualquer jeito.

Então, de qualquer jeito, fica muito ruim, Deputado Efraim Filho, porque nós não podemos autorizar uma coisa que está errada. Se se parte de uma construção errada, não é porque perdeu o prazo que nós vamos autorizar, ficar autorizada a liberação do recurso. Assim, você estaria beneficiando coisas que não estariam no alvitre, no bom desempenho da aplicação dos recursos públicos.

Liberar os recursos de qualquer jeito... Esse texto é muito ruim para uma lei de diretrizes orçamentárias; obrigar a liberação de recursos de qualquer jeito ou de qualquer forma.

Então, nessa redação, ficava incoerente nós, na lei, a Câmara dos Deputados, autorizar a Caixa Econômica, obrigar a Caixa Econômica a liberar o Banco do Brasil, o convenente, a liberar o recurso de qualquer jeito por perda de prazo. Essa é uma incoerência muito grande e daria espaço para um injuridicidade ou uma

inconstitucionalidade. O Poder Público não pode autorizar um convênio a ser executado com irregularidade.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não, perfeito. Isso era um esclarecimento. O que realmente é essencial da parte do Democratas, e espero acolhimento, segundo o consenso dos Líderes, é o acatamento das duas emendas que nós fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Serão colocadas e votadas em destaque em separado.

Então, coloco agora em votação o relatório da...

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, nós temos todo o interesse...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu quero solicitar... Na verdade, estou chegando, conversando com as lideranças do Governo e também estou conversando com a nossa assessoria e não tenho segurança e nem todas as informações sobre, efetivamente, o que nós vamos apreciar, porque as conversas com o nobre Relator e o Governo aconteceram ainda ontem à noite.

Então, na verdade, o que eu gostaria de solicitar, para o bom andamento dos trabalhos, é que a gente pudesse ter uns minutos de suspensão do trabalho e que possamos retomar logo na sequência e, ainda hoje de manhã, podermos apreciar esses projetos. Eu apenas solicitaria, para a gente poder apreciar isso, se nós não tivermos outro entendimento sobre esse ponto.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, Deputado Milhomen.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Sr. Presidente, nós estamos há muito tempo nessa ladainha para votar essa LDO. A última decisão tomada foi de que hoje, depois do acordo feito com o Senado, da votação do orçamento impositivo, nós

votaríamos, e às 9 horas da manhã nós estávamos aqui para ouvir a leitura do Relator, que foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou, a pedido...

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Não há como a gente ficar adiando mais essa votação, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou fazer o seguinte. Para ser bem democrático, o Deputado Bohn Gass faz um requerimento, eu vou colocá-lo em votação, e este Plenário é soberano.

Aqueles que concordam com a prorrogação de 15 minutos desta reunião... Não. Aqueles que não concordam com a prorrogação permaneçam como se encontram; aqueles que são contra o requerimento do Deputado Bohn Gass. *(Pausa.)*

Foi rejeitado o requerimento do Deputado Bohn Gass. Portanto vamos dar prosseguimento à votação.

A discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados.

Foram apresentados 1.082 destaques.

Tendo em vista que o Comitê de Admissibilidade de Emendas não se manifestou quanto às emendas apresentadas, conforme dispõe o parágrafo único do art. 25 do Congresso Nacional, solicito autorização ao Plenário para a votação do relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 sem o referido relatório.

A proposta está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146, declaro inadmitidas as emendas nº 71280003; 71110002; 60010002; 29540001 e 26930002, sugeridas pelo Relator.

Coloco agora em votação o Relatório, a Errata e o Adendo n.º IV apresentados ao PLDO 2014.

O Relatório, a Errata e o Adendo nº IV estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal, ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados também.

Passamos agora aos destaques.

De início, há requerimento do Deputado Fábio Ramalho, que está com a palavra.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Meu destaque é o nº 02, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Coloco em votação neste momento...

Antes de colocá-lo em votação, vamos aos requerimentos de retirada de destaques:

"Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado, retirada dos Destaques nºs 613, 615, 620, 786, 794, 796 e 803, de minha autoria, apresentados ao PLN 002, de 2013.

Senador Walter Pinheiro"

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Em votação o Destaque nº 02, do Deputado Fábio Ramalho:

"Destaque nº 2

Parecer ou comprovação de solicitação de parecer sobre atendimento desse artigo do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A, da Constituição, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União."

Está aberta a discussão sobre este item.

(Não identificado) - Vamos votar!

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Segundo orientação da Secretária, os destaques a serem apreciados são: 9; 19; 51 e 18, de autoria do Deputado Efraim Filho, e 02, do Deputado Fábio Ramalho.

Nós vamos votar em bloco todos os demais. Vamos fazer a apreciação de todos os demais, com exceção destes.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Quais são? Só repita os do Deputado Efraim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - São os nº 9; 19; 51 e 18.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2.º, da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, estabelece:

"Art. 139.....

§ 2º Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques".

Sendo assim, solicito a autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Em votação agora na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Também está aprovada.

Iniciaremos, portanto, pelos destaques com voto do Relator pela rejeição.

Em votação, em globo, o voto do Relator pela rejeição dos destaques na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Sr. Relator, meu silêncio o está incomodando?

Em votação na representação do Senado Federal... Não, não.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Portanto, os destaques foram rejeitados, não precisavam nem ser apreciados na representação do Senado Federal.

Vamos agora voltar aos destaques, iniciando pelo Deputado Fábio Ramalho.

Colocarei em votação o Destaque nº 2, de autoria do Deputado Andre Vargas... De autoria do Deputado Fábio Ramalho, que destaca a emenda do Deputado Andre Vargas, Emenda nº 25560001.

O autor do destaque está com a palavra, para fazer a defesa do seu destaque.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Sr. Presidente, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou colocar em votação o Destaque nº 2.

Está encerrada a discussão.

Na representação da Câmara...

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Relator da LDO.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu não posso contra-argumentar o destaque do Deputado Fábio Ramalho. O Deputado Fábio Ramalho tem todo o conhecimento e a unanimidade desta Casa e, ao apresentar seu destaque, e tem todo o direito democrático de aprová-lo, conforme foi acordado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está em votação na Câmara dos Deputados. Na representação da Câmara dos Deputados, Destaque nº 2.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Está colocado em votação no Senado Federal o Destaque n.º 2.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passamos agora à apreciação dos destaques do Deputado Efraim Filho.

Destaque nº 9, o autor da emenda é o Senador Wilder Morais. *(Pausa.)*

Está havendo uma divergência aqui, Deputado Efraim Filho. Nós estamos achando que o Destaque nº 9 não é o seu. A Secretária está conferindo.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Ali eu falei o número das emendas. Então, aí eles é que têm o número do destaque. *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Confirmou?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Já, porque a divergência que está havendo é que eu falei aqui o número da emenda e não o número do destaque, a emenda proposta. Eles estão só batendo aqui o número dos destaques que correspondem ao número daquelas quatro emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, tem que retificar os destaques de V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Perfeito.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Sr. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria de perguntar sobre o Destaque nº 927, de minha autoria, que se refere à Emenda nº 22011004, referente à transferência de renda incondicional, e à Lei nº 10.835, de 2004, em que o texto proposto é:

§ 5º os limites mínimos e máximos de contrapartida fixados no § 1º poderão ser reduzidos ou ampliados, quando for necessário, para transferência de recursos, conforme disposto na Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.

Justificativa: a manutenção da exigência do estabelecimento de critério para o cumprimento do texto da Lei nº 10.835, de 2004, contradiz o próprio manuscrito legal, precipuamente por se tratar de transferência de renda incondicional, ampla e restrita. Assim, não cabe qualquer limitação ao alcance da medida controlada em lei, razão pela qual modifica-se o presente parágrafo.

Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senador Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Infelizmente, o prazo de V.Exa. de destacar, passou. Nós já votamos em bloco, sendo negado pelo Relator todos os destaques em que os autores não estavam presentes no momento da votação.

Infelizmente, V.Exa. chegou 5 minutos depois, e não há como, regimentalmente, permitir que seja novamente destacado o que já foi votado, o destaque de V.Exa. negado pelo Relator, e votado em plenário.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, vou procurar justificar.

D. Raimundo Damasceno, Presidente da CNB B, convidou hoje inúmeros congressistas para estarem presentes à missa da CNBB de confraternização. Alguns dos Deputados Federais e Senadores, dentre os quais Pedro Simon, Casildo Maldaner, ali estávamos. Apenas em razão dessa situação só pude chegar agora.

Quero solicitar, Sr. Presidente, que, se não houver objeção da parte do Plenário, se se poderia considerar essa emenda. Quero salientar até... Vou passar às mãos do nosso Relator...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senador Suplicy, o nosso Relator está aqui afirmando a esta Presidência que acolheu parcialmente a emenda de V.Exa. Ele pede a palavra. Vou dar a palavra a S.Exa. para que possa se dirigir a V.Exa.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Permita...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Danilo.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Permita apenas encaminhar a V.Exa...

Ontem, divulguei, da tribuna do Senado, carta que será entregue hoje à Presidente Dilma Rousseff, em que os 81 Senadores fazem uma proposta a S.Exa. para que constitua um grupo de trabalho a fim de estudar a implementação por etapas da Renda Básica de Cidadania, aprovada como lei no Congresso Nacional por todos os partidos. Para que possamos caminhar nessas etapas, é preciso prever-se experiências, tais como se cogita nessa emenda.

Portanto, prezado Relator, gostaria de mostrar isso a V.Exa., inclusive, porque raras vezes no Congresso Nacional os 81 Senadores assinam proposta como esta que passo às mãos de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Senador Suplicy, reconhecendo a boa índole e conhecimento técnico que V.Exa. tem e adquiriu com relação a esse grande programa social, que é a sua grande bandeira, e compreendendo também as dificuldades que o Executivo teria no caso de uma implementação automática desse programa, nós procuramos exatamente resguardar o princípio, a base da sua emenda, mas não a obrigatoriedade da execução imediata, porque sabemos que em um país de dimensões continentais como o Brasil, com a diversidade que nós temos e com as dificuldades econômicas que o País atravessa, seria humanamente impossível realizar, numa lei anual, tão sonhado sonho.

Então, no art. 59, quando se fala das transferências voluntárias, no § 5º, colocamos exatamente o seguinte:

> *"§ 5.º Os limites mínimos e máximos de contrapartida fixada no §1º poderão ser reduzidos ou ampliados, mediante critérios previamente definidos ou por justificativa do titular do órgão concedente, quando for necessário para transferência de recursos, conforme o disposto na Lei 10.835, de 8 de janeiro de 2004."*

Que é exatamente a Lei das Transferências que o senhor empunhou e conseguiu fazer com que o Congresso Nacional a aprovasse.

Então, quer dizer, fica resguardado o princípio, a base da orientação do programa de distribuição de renda, conforme o seu entendimento, mas não com a obrigatoriedade necessária, porque esse é um processo em evolução. Então, se o Município, o Estado ou a União quiserem dar continuidade a esse programa ou ampliá-lo, fica resguardada na Lei de Diretrizes Orçamentárias a sua implementação. Está entendido?

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Eu agradeço a atenção de V.Exa. Eu acho que, desta maneira, vai se considerar a possibilidade da introdução por etapas, conforme está previsto na própria lei.

Eu agradeço, Sr. Presidente, a atenção do Deputado Danilo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Suplicy.

Vou passar a palavra ao Deputado Efraim, mas antes vou fazer uma ressalva regimental. Infelizmente, os destaques a que o Deputado Efraim se referiu são do Deputado Cajado e, portanto, o Regimento não permite, pois teria que ser o próprio autor para fazer a defesa dos seus destaques.

Ainda assim, passo a palavra, cordialmente, ao Deputado Efraim para que ele possa pelo menos firmar uma posição política aqui dentro da Comissão.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Exato, Sr. Presidente, foi no sentido de marcar a posição da defesa que nós fizemos a inserção na LDO de dispositivos a favor da transparência, da responsabilidade fiscal. Eram os Destaques de nº 249, 259 e 290, para que pudessem ser aprovado.

Faço esta solicitação ao Sr. Relator e ao Sr. Presidente para que, se possível, haver acordo de Plenário, acordo de Líderes, para que possa ser acatado esse entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu acredito que não seja necessário nós incluirmos, até porque todos os instrumentos de transparência já estão postos, por parte do Executivo, por parte das disposições do próprio Orçamento. Em todos os sentidos, nós já temos incorporada a transparência sobre esse aspecto. Então, se faz desnecessário esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tendo sido cumpridos todos os ritos regimentais na votação da LDO, dos seus adendos e dos seus destaques, eu passo a palavra, finalmente, ao Deputado Danilo Forte para que ele possa finalizar esse processo de votação da LDO.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Primeiramente, eu gostaria de agradecer a confiança que em mim foi depositada pelo nosso Presidente, o Senador Lobão Filho, que vem desempenhando um papel importante e liderando com muito afinco a nossa Comissão Mista de Orçamento. Esta é uma Comissão que, pela sua grandeza, já demonstra a preocupação de todos os setores sociais da sociedade brasileira com relação à formatação de um orçamento que seja plural, que seja democrático e que, ao mesmo tempo, busque equalizar as diferenças regionais e sociais que o nosso País vive.

Nós fizemos este relatório exatamente fincados no princípio básico de buscar dar eficiência e dinamismo à execução orçamentária; um orçamento que seja capaz de transformar uma peça contábil, muitas vezes chamada de peça de ficção, em uma peça real, capaz de induzir o crescimento, o desenvolvimento econômico e social e a inclusão social, tão necessários em nosso País.

No período de abril para cá, nós não temos feito outra coisa a não ser debater exaustivamente com os diversos segmentos que nos procuraram, com todos os colegas aqui da Comissão, com todos aqueles que tinham uma proposição, uma condicionante positiva para ser acrescentada.

É lógico que a Lei de Diretrizes Orçamentárias nem é uma lei fiscal orçamentária nem é uma lei com temporaneidade além de um ano, que é para o exercício fiscal de 2014. Mas nós conseguimos abrigar nela a maior vitória que o Congresso Nacional poderia ter, e teve este ano, em relação à sua história, que é exatamente...

Votamos inclusive na CMO primeiro a Lei do Orçamento Impositivo primeiro que o próprio Senado, que está com essa lei desde agosto para ser votada em plenário. Isso reflete que há um compromisso, um consenso, uma homogeneidade de todos os participantes desta Comissão exatamente em dar autonomia ao Congresso Nacional, ao Poder Legislativo, acabando com uma das piores formatações da política, que era o troca-troca de interesse, o toma-lá-dá-cá, a subserviência do Poder Legislativo ao Poder Executivo para liberação das emendas parlamentares, que são tão importantes,

principalmente nos Municípios, nas comunidades mais periféricas e mais longínquas deste País.

Então, o relatório da LDO foi exatamente construído dentro desse aspecto democrático de buscar o maior consenso possível de todos os interesses, de todas as preocupações de todos os Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Procuramos também incorporar o sentimento dos setores sociais organizados, como nós fizemos aqui atendendo à Defensoria Pública da União, que tem um *status* hoje nivelado, igualado ao do Ministério Público da União, o que foi um resgate, uma conquista social muito importante para a cidadania brasileira. Do mesmo modo, as afirmações no sentido de inviabilizar os investimentos em setores tão importantes quanto ao de saúde pública no nosso País, no atendimento às entidades filantrópicas, principalmente as Santas Casas, que são um suporte de fundamental importância para o atendimento na atenção básica da saúde pública brasileira, no suporte dessa atividade de Estado que é exatamente o atendimento à saúde.

Foi mostrada a preocupação que esta Comissão teve também com as questões sociais, com as questões da economia, sem nenhum destrambelhamento, sem nenhum infortúnio com relação a colocarmos sobre o Governo, sob a tutela do Poder Executivo, nenhuma condicionante capaz de inviabilizar a execução orçamentária do País. Inclusive fizemos um debate muito profícuo aqui sobre a importância de manter a execução das obras já iniciadas, porque elas, quando suspensas, trazem um prejuízo muito grande não só do ponto de vista financeiro, mas um prejuízo social ainda maior pela não conclusão e não entrega desse equipamento ao serviço público.

Então, diante de todos esses aspectos, eu só tenho a agradecer a confiança dos meus pares; a confiança do nosso Presidente, que me deu essa missão, e, ao mesmo tempo, compartilhar a alegria deste momento ao poder aprovar este relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias no sentido único de contribuir para o crescimento e para o desenvolvimento do nosso querido e amado Brasil.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo já a palavra a V.Exa., mas antes quero declarar prejudicados os destaques, pela ausência do autor, de nºs 249, 259, 290 e o quarto destaque, também referenciado pelo Deputado Efraim, todos de autoria do Deputado Cajado.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - A minha questão de ordem era exatamente essa, para nós não abrirmos nenhum precedente aqui, e tem sido a prática desta Comissão de, não estando o autor, é *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Fica prejudicado.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Então, para nós, não termos esse... V.Exa. já deferia regimentalmente, então era essa a questão de ordem que eu queria fazer.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

Eu gostaria agora de convidar para fazer uso da palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - É só um esclarecimento.

V.Exa. designou-me ontem Relator do PLN 16. Então, o prazo para que eu apresente o parecer... É na semana que vem a primeira reunião? Quarta-feira ou quinta-feira, é isso? Só para...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Eu já solicitei da Consultoria Legislativa o devido parecer, vai ficar pronto, e eu só queria saber o prazo para estar aqui na hora certa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O prazo de emendas é até o dia 29. Portanto, o relatório deve ser apresentado após a apresentação dessas emendas.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Está bem. Obrigado.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra a Deputada Gorete.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu gostaria também de parabenizar o Deputado Danilo Forte, que foi um grande Relator; procurou em todos os momentos, na relatoria da LDO, receber todos esses destaques, discutir; fazer todo o possível para atender aos companheiros Deputados, Senadores.

Eu acho, Danilo, que você fez um grande trabalho e eu gostaria de parabenizá-lo. Você é da minha terra, e a gente fica feliz de ter uma pessoa como você, que termina de fazer um grande relatório.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Deputada Gorete.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Srs. Parlamentares, senhores convidados, o dia 29 é o prazo final para apresentação de emendas aos PLs que já foram todos distribuídos para os seus respectivos relatores.

Encerro esta sessão, convocando uma nova sessão para o dia 30, às 14h30min, para que nós possamos votar todos os PLs. Portanto, eu pediria a todos os Parlamentares que estejam presentes. São dezenas de PLs importantes para a Nação, e, consequentemente, a sua discussão não é menos importante.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada esta sessão.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2013, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO/CMO, DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO/CFT; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO/ CDEIC; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE/CFFC, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS/CAE; E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE/CMA, DO SENADO FEDERAL.

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional - CMO; de Finanças e Tributação - CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC; de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Dr. Alexandre Antonio Tombini, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao primeiro semestre do exercício de 2013, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Verificaram-se as presenças dos **Deputados**: Aelton Freitas (Titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD), Alexandre Santos (Titular da CFFC/CD), Alfredo Kaefer (Titular da CFT/CD), André Moura (Titular da CMO/CN e Suplente da CFT/CD), André Zacharow (Suplente da CMO/CN), Bohn Gass (Titular da CMO/CN), Bruno Araújo (Titular da CMO/CN), Carlos Brandão (Suplente da CMO/CN, Titular da CFFC/CD e Suplente da CDEIC/CD), Carlos Magno (Titular da CMO/CN e Suplente da CFFC/CD), Chico Lopes (Suplente da CMO/CN), Dalva Figueiredo (Suplente da CMO/CN), Danilo Forte (Titular da CMO/CN), Dilceu Sperafico (Suplente da CMO/CN), Domingos Sávio (Titular da CMO/CN), Edinho Bez (Titular da CFFC/CD), Edmar Arruda (Suplente da CMO/CN e Titular da CFT/CD), Efraim Filho (Titular da CMO/CN), Fábio Ramalho (Titular da CMO/CN), Genecias Noronha (Suplente da CMO/CN e Titular da CFT/CD), Gonzaga Patriota (Titular da CMO/CN), Guilherme Campos (Titular da CMO/CN, Titular da CFT/CD e Suplente da CDEIC/CD), Iriny Lopes (Suplente da CMO/CN), Jorge Bittar (Suplente da CMO/CN), José Airton (Suplente da CMO/CN), José Priante (Suplente da CMO/CN e Titular da CFT/CD), José Rocha (Suplente da CMO/CN), Júlio César (Titular da CMO/CN e Titular da CFT/CD), Junji Abe (Suplente da CMO/CN), Mandetta (Titular da CMO/CN e Suplente da CDEIC/CD), Marçal Filho (Titular da CMO/CN e Suplente da CFFC/CD), Mário Feitoza (Titular da CFT/CD e Suplente da CDEIC/CD), Miguel Corrêa (Titular da CMO/CN e Titular da CDEIC/CD), Missionário José Olímpio (Suplente da CMO/CN), Nelson Meurer (Titular da CMO/CN),

Nilda Gondim (Titular da CMO/CN), Nilton Capixaba (Titular da CFFC/CD e Titular CMO/CN), Pedro Eugênio (Titular da CFT/CD e Suplente da CFFC/CD), Raimundo Gomes de Matos (Suplente da CMO/CN), Ricardo Berzoini (Titular da CMO/CN e Suplente da CFT/CD), Roberto Britto (Suplente da CMO/CN), Ruy Carneiro (Titular da CMO/CN), Sandro Alex (Titular da CMO/CN), Sebastião Bala Rocha (Titular da CMO/CN e Suplente da CDEIC/CD), Valtenir Pereira (Suplente da CMO/CN e Suplente da CFFC/CD), Vanderlei Siraque (Titular da CFFC/CD), Zezéu Ribeiro (Titular da CMO/CN); dos **Senadores**: Acir Gurgacz (Titular da CMO/CN, titular da CMA/SF e suplente da CAE/SF), Eduardo Amorim (Titular da CMO/CN, Titular da CMA/SF e Suplente da CAE/SF), Eduardo Suplicy (Titular da CAE/SF e Suplente da CMO/CN), Inácio Arruda (Suplente da CMO/CN e Suplente da CAE/SF), Lídice da Mata (Titular da CMO/CN), Lobão Filho (Titular da CMO/CN), Walter Pinheiro (Titular da CMO/CN e Suplente da CAE/SF); dos **parlamentares não membros**: Deputados Oziel Oliveira e Jorge Boeira. **ABERTURA**: às quatorze horas e cinquenta e sete minutos, o Presidente da CMO, Senador Lobão Filho, iniciou a reunião, informando que o tema a ser debatido seria a "avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil" - referente ao 1º semestre do exercício de 2013, em atendimento ao estabelecido no *§ 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal*. Anunciou a presença do convidado, Sr. Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, além da presença de outras autoridades do Bacen: Diretor de Administração, Sr. Altamir Lopes; Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania, Sr. Luiz Edson Feltrim; Procurador-Geral, Sr. Isaac Sidney Menezes Ferreira; Chefe de Gabinete da Presidência, Sr. Otávio Ribeiro Damasco; e o Chefe da Assessoria de Imprensa, Sr. Gustavo Paul Kurrle. A seguir, o Presidente anunciou o nome dos Presidentes das demais Comissões e convidou aqueles presentes para tomarem assento à Mesa – Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado João Magalhães (PMDB/MG); Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Ângelo Agnolin (PDT/TO); Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Edinho Bez (PMDB/SC); Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Lindbergh Farias (PT/RJ); e o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Blairo Maggi (PR/MT). Logo após, o Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal,* o palestrante disporia de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado caso permitisse e, conforme estipulado no *art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal*, os Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. Às 15h01 o

palestrante, Sr. Alexandre Antônio Tombini, iniciou sua apresentação. Ao término, o Presidente chamou os inscritos para debate. Manifestaram-se na seguinte ordem: Deputados Mário Feitoza, Efraim Filho e Jorge Bittar. Após o uso da palavra por esse parlamentar, o Presidente fez esclarecimentos sobre declaração que havia proferido anteriormente acerca de mudanças na política econômica por parte do Banco Central dos Estados Unidos da América. Continuando o debate, usaram da palavra os Deputados Pedro Eugênio, Fábio Ramalho, Júlio César, Senador Inácio Arruda, Deputados Domingos Sávio, Alfredo Kaefer, Senador Eduardo Suplicy e Deputados Edinho Bez e Guilherme Campos. Após a manifestação de cada um dos inscritos para debate, a palavra era cedida ao palestrante para os devidos esclarecimentos. **ENCERRAMENTO:** às dezoito horas e dezenove minutos, o Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, dos Presidentes das Comissões e demais parlamentares. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Lobão Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro iniciada a segunda reunião conjunta de audiência pública de 2013, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, bem como a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; e por parte do Congresso Nacional, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetárias, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central, referentes ao primeiro semestre do exercício de 2013, em atendimento ao estabelecido

no disposto no § 5º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convidado o Sr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. Anuncio também a presença de autoridades do Banco Central do Brasil: o Diretor de Administração, Sr. Altamir Lopes; o Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania, Sr. Luiz Edson Feltrim; o Procurador-Geral, Sr. Isaac Sidney Menezes Ferreira; o Chefe de Gabinete da Presidência, Sr. Otavio Ribeiro Damaso; o Chefe de Assessoria de Imprensa, Sr. Gustavo Paul Kurrle.

Convido o Deputado José Priante para conduzir o Presidente do Banco Central e sua equipe a este Plenário. *(Pausa prolongada.)*

Seja bem-vindo, Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central. É uma honra tê-lo aqui fazendo parte desta Mesa, bem como toda sua assessoria. *(Pausa.)*

Dr. Alexandre Tombini, tenho a satisfação de passar a palavra a V.Exa. para que possa fazer seu pronunciamento, nesta audiência pública regimental, no dia de hoje, quarta-feira, dia 18 de setembro. Com a palavra o Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Exmo. Senador Lobão Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Exmos. Deputados e Senadores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sr. Presidente, licença por um minuto. Eu peço que o Deputado Ângelo Agnolin, Presidente da Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, faça parte desta Mesa. *(Pausa.)*

Pois não, com a palavra, Presidente.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Exmo. Sr. Deputado Ângelo Agnolin, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Exmos. Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, senhoras e senhores.

Estou aqui, mais uma vez, na condição de Presidente do Banco Central do Brasil, em atendimento ao mencionado no § 5º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal —, para discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, e sobre o impacto e o seu custo fiscal dessas operações e resultados demonstrados no balanço do Banco Central do Brasil, referentes ao primeiro semestre de 2013.

Antes de dar continuidade, quero informar que estamos distribuindo aos Exmos. Srs. Parlamentares um conjunto de transparências de eslaides, com resumo da apresentação e alguns dados para referência de V.Exas.

O Banco Central do Brasil apresentou resultado positivo de 17 bilhões e 700 milhões de reais, no primeiro semestre de 2013. Como determina a lei, o resultado apurado no primeiro semestre de 2013, deduzida a Reserva de Resultado constituída, foi transferido em setembro ao Tesouro Nacional.

O resultado apurado com a administração das reservas internacionais e com os derivativos cambiais, os chamados *swaps,* totalizou resultado positivo de 15 bilhões e 800 milhões de reais. De acordo com a legislação em vigor, esse resultado é compensado por meio de operação específica de equalização cambial com o Tesouro Nacional, não impactando o resultado consolidado do Banco Central. Como foi positivo esse resultado, esse montante foi transferido ao Tesouro Nacional, atendendo a preceitos legais.

A propósito, diante das condições de mercado, o Banco Central, após ter liquidado todas as suas posições com *swap* cambial, no final de março de 2013, voltou a realizar os leilões desse instrumento, acumulando posição vendida de câmbio, no montante equivalente a 25 bilhões e 200 milhões de dólares ao final do primeiro semestre de 2013. A utilização desse derivativo cambial tem se mostrado importante instrumento de política para reduzir a volatilidade, prover liquidez aos mercados e proteção cambial aos agentes econômicos, assim como corrigir disfunções no mercado cambial brasileiro.

Por fim, para concluir as minhas considerações sobre as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao primeiro semestre de 2013, quero ressaltar que o relatório da auditoria independente foi emitido sem qualquer ressalva e que as citadas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, em setembro de 2013.

Exmos. Srs. Senadores e Deputados, a seguir, eu gostaria de abordar o cenário econômico internacional. Esse cenário, como todos sabemos, está sujeito à alta volatilidade nos últimos meses. Gostaria também de discorrer a respeito de como o Brasil se preparou para este momento de transição e como está atuando o Banco Central do Brasil para assegurar a estabilidade da economia e do sistema financeiro, neste novo ambiente.

Em relação ao cenário internacional, o principal destaque é o processo de transição em curso na economia mundial. Diga-se de passagem, essa transição é positiva, pois significa que a recuperação da maior economia do globo está ganhando força. E isso representará à frente maior crescimento da economia global e do comércio internacional.

Nos últimos 5 anos, o mundo conviveu com a flexibilização das condições monetárias nas economias avançadas. A política monetária convencional foi ao extremo, com taxas de juros próximas a zero, naquelas economias. Além disso, foram adotadas várias iniciativas não convencionais, como, por exemplo, a injeção direta de liquidez nos respectivos sistemas financeiros.

No entanto, o processo de normalização das condições monetárias nas economias avançadas já se iniciou. A comunicação do Banco Central dos Estados Unidos, parte integrante desse processo, tem mudado desde maio do corrente ano, e essa mudança se refletiu nas variáveis financeiras. Os mercados, por sua vez, se anteciparam aos fatos e os preços dos ativos financeiros se tornaram mais voláteis, oscilando ao sabor de cada dado sobre o ritmo e a atividade da economia dos Estados Unidos.

As economias emergentes foram as mais impactadas por esse aumento da voltalidade. No entanto, o Brasil se preparou para essa transição. O sistema financeiro está sólido, com elevados níveis de capital, liquidez e provisões. E o Banco Central está adotando as providências necessárias para assegurar a estabilidade do sistema financeiro e da economia e o bom funcionamento dos mercados.

No Brasil, nos últimos anos, observamos uma mudança na composição dos ingressos de recursos estrangeiros, com o aumento dos capitais de mais longo prazo e a moderação dos capitais de curto prazo. Essa recomposição tem sido importante, especialmente nesse momento de maior volatilidade dos mercados financeiros internacionais. A propósito, desde que a volatilidade aumentou, em meados de maio deste ano, continuamos observando o fluxo positivo tanto de investimento direto quanto de portfólio, inclusive com o aumento da participação de investidores estrangeiros na dívida mobiliária pública interna.

Além disso, ao longo dos últimos 2 anos, continuamos ampliando nosso colchão de segurança e de liquidez. Adicionamos quase 90 bilhões às nossas reservas internacionais, que hoje já ultrapassam 370 bilhões de dólares.

Esse colchão permite ao Banco Central, nesse período de transição, marcado por níveis mais elevados de volatilidade e pelo aumento da aversão ao risco, ofertar proteção aos agentes econômicos e liquidez aos diversos segmentos do mercado de câmbio brasileiro.

Em 22 de agosto, o Banco Central do Brasil anunciou o programa de leilões de *swap* cambial e de venda de dólares com compromisso de recompra.

Semanalmente, pelo menos até o final deste ano, realizaremos leilões de *swap* cambial no montante de 2 bilhões por semana e de venda de divisas com compromisso de recompra, no total de 1 bilhão de dólares também semanalmente. Como já dissemos, se necessário, realizaremos operações adicionais.

Esse programa, além de conferir previsibilidade, ofertará aos agentes econômicos proteção cambial superior ao equivalente a 100 bilhões de dólares, se considerarmos todas as operações já realizadas até o momento.

Esse programa tem mostrado resultado positivo. Trouxe tranquilidade aos agentes econômicos, que sabem que terão acesso à proteção cambial caso necessitem. Com isso, a nossa moeda, o Real, apreciou quase 8% em relação ao dólar norte-americano, desde o lançamento do programa, sendo o real destaque positivo entre as principais moedas durante esse período.

Nossa estratégia é clara: utilizaremos nosso amplo rol de instrumentos para reduzir volatilidade excessiva e mitigar potenciais riscos à estabilidade econômica e financeira do País. E essa estratégia estará presente durante todo o período de transição entre o mundo atual e o mundo à frente, de condições monetárias normalizadas e maior crescimento da economia global e do comércio internacional.

Exmos. Srs. Senadores e Srs. Deputados, a seguir, eu gostaria de falar um pouco sobre a atividade econômica brasileira e, na sequência, sobre inflação para encerrar a minha introdução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Antes do prosseguimento, registro a presença nesta Mesa do Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados, Deputado Edinho Bez.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Sr. Presidente, o crescimento econômico brasileiro tem se materializado de forma gradual. Como já havia afirmado, recentemente, a percepção de muitos agentes econômicos estava — e ainda está, a meu ver —, mais pessimista do que a realidade dos números.

O Produto Interno Brasileiro do segundo trimestre de 2013 cresceu 1,5%. Isso significa um ritmo de crescimento, em termos anualizados, de mais de 6%. E a composição deste crescimento também é promissora. O investimento expandiu 3,6% no segundo trimestre, sendo assim o terceiro trimestre consecutivo de expansão dos investimentos na economia brasileira.

Olhando à frente, vemos que os fatores que deram sustentação à demanda no Brasil continuam presentes. A taxa de desemprego permanece em níveis historicamente baixos, e há geração de novos postos de trabalho. O crédito continua se expandindo em ritmo sustentável. Observamos, nos últimos meses, inclusive, redução da inadimplência e do comprometimento de renda das famílias.

Pelo lado da oferta da economia, nós vemos que a indústria apresenta retomada gradual. Em linhas gerais, as condições de competitividade desse segmento econômico estão melhores, com redução do preço de um dos seus principais insumos, a saber, a energia, além da desoneração da folha de pagamento para diversos setores. Isso sem falar no patamar de câmbio, que hoje é mais favorável do que há alguns meses para a produção doméstica.

O setor de serviços continua a se expandir, mas em ritmo menos intenso do que o observado em anos anteriores.

Fechando os três setores, o setor agrícola continua a renovar recordes de produção de grãos, ano após ano. E, em 2013, a previsão para a safra brasileira de grãos é de 187 milhões de toneladas, o que representa expansão superior a 15,5%, em relação à safra do ano passado, 2012.

Por isso, Exmos. Parlamentares, volto a afirmar que o crescimento econômico brasileiro tem se materializado, ainda que de forma gradual. No entanto, olhando à frente, a consolidação desse crescimento para os próximos trimestres e semestres em bases sustentáveis depende também do fortalecimento da confiança das famílias e dos empresários, que já mostra alguma recuperação no período mais recente. O crescimento das vendas no varejo, em julho deste ano, por exemplo, divulgado na semana passada pelo IBGE, corrobora a perspectiva de melhora da confiança e da economia.

Exmos. Parlamentares, agora vou me concentrar no tema que é caro ao Banco Central: a inflação. Vou aproveitar esta oportunidade para fazer um breve retrospecto do comportamento dos preços desde meados do ano passado. V.Exas. recordam que,

em meados de julho de 2012, ou seja, há pouco mais de um ano, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA, acumulado em 12 meses, estava em torno de 4,9%. À época, todas as medidas dos núcleos de inflação do IPCA estavam em trajetória declinante, assim como a inflação derivada, a inflação implícita dos títulos públicos federais, que estava naquele período abaixo do centro da meta de 4,5% para 2012.

A projeção do Banco Central divulgada no Relatório de Inflação de junho de 2012 indicava variação de preços de 4,7% para aquele ano. Em síntese, o que nós tínhamos à época era um cenário favorável, com a inflação oscilando próxima ao centro da meta de inflação do Governo.

Os choques de oferta que observamos na sequência, primeiro de origem externa e depois de origem interna, registrados no segmento agrícola, entre outros fatores, mudaram essa dinâmica. A intensidade desses choques não foi desprezível.

Como consequência, a inflação se elevou, mantendo-se acima do esperado no segundo semestre de 2012 e nos primeiros meses de 2013. Além disso, passou a mostrar maior resistência, entre outros aspectos, em virtude da piora das expectativas dos agentes econômicos sobre a própria dinâmica da inflação e dos mecanismos formais e informais de indexação ainda presentes na economia brasileira.

Diante desse cenário, o Banco Central começou a agir. Primeiro, alterando a sua comunicação e, posteriormente, adotando ações no âmbito da política monetária, com o início de um ciclo de ajustes na taxa básica de juros da economia desde abril deste ano.

Como consequência, embora ainda se encontre em patamares desconfortáveis, a inflação acumulada em 12 meses já retomou a tendência de declínio, após alcançar o pico em junho deste ano. No entanto, a desvalorização e a volatilidade da taxa de câmbio verificadas nos últimos meses ensejam uma natural e esperada correção dos preços relativos da economia. No médio e longo prazo, esse movimento beneficiará a economia brasileira. No entanto, no curto prazo, constitui uma fonte de pressão inflacionária. Nesse contexto, a condução adequada da política monetária irá limitar a

transmissão da desvalorização do câmbio para a inflação ao consumidor, no horizonte relevante da política monetária.

Por fim, Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados e Senadores, volto a ressaltar que o Banco Central entende que o combate à inflação, entre outros benefícios, contribuirá para fortalecer a confiança de empresários e de consumidores na economia brasileira, condição necessária para a consolidação do crescimento para os próximos semestres em bases sustentáveis.

Muito obrigado, Exmo. Senador Lobão Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, demais Parlamentares que compõem a nossa Mesa, Exmos. Srs. Senadores e Deputados, senhoras e senhores, estas foram as minhas palavras iniciais e fico à inteira disposição de V.Exas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Presidente Tombini.

Alguém entre V.Exas. deseja se inscrever para falar? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Mário Feitoza.

O SR. DEPUTADO MÁRIO FEITOZA - Sr. Presidente, nós estamos acostumados a ler nos noticiários e acompanhar a FIPE, o IPC, a Fundação Getúlio Vargas e o IBGE apurarem índices e indexadores. Terminamos com uma grande sopa desses indexadores e os nossos contratos feitos com IGPM, IPCA, TR, CDI. O próprio Brasil criou, junto ao BNDES, ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica, aos organismos financeiros nacionais, os mais diferentes indexadores para lastrear e configurar a realidade da nossa economia, buscando uma adequação da apuração dos índices dentro do seu tempo.

Não chegou a hora de abandonarmos um pouco o *swap* só em cima da moeda americana, da nossa proteção, e também fazermos um *swap* em cima dos nossos indexadores, criarmos uma taxa única para todas as operações de crédito, para suportar todo esse manancial de linhas de crédito e evitar todos esses dissabores de fazer

hedge? Eu chego ao BNDES e é IGPM, depois é TJLP; não, agora é TBF; agora é SELIC. Eu estou há 37 anos no mercado financeiro e assisti a todas essas mudanças — ainda as assisto porque sou do mercado. Diretor Altamir — que também acompanha muito bem o mercado e se reúne conosco na Comissão de Finanças, vamos juntos à FEBRABAN, à ABBC, discutimos com todos esses banqueiros e com os empresários —, não estava na hora de um raciocínio e um juízo de valor para o Dr. Tombini dizer: "O indexador do mercado financeiro é IPCA, porque vai refletir na apuração dos custos nos períodos em que melhor possa atender a nossa economia e ao *funding* nacional para fazer frente às nossas operações"?

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Mário Feitoza.

Com a palavra o Sr. Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Mário Feitoza, a sua pergunta encerra uma complexidade e reflete justamente o nosso legado de inflação nas décadas passadas quando foram criados um sem-número de indicadores de inflação e estes, por sua vez, serviram, como mencionou V.Exa., para indexar uma série de modalidades e de instrumentos financeiros.

Obviamente que, se V.Exa. me pergunta se nós deveríamos ter uma situação mais simplificada no que tange a esse conjunto de indicadores que indexam a nossa economia, eu acho que o ideal seria um menor nível de indexação possível. Para isso, nós temos que avançar no controle e na estabilidade dos preços para, no futuro, ir migrando para um menor uso dos indexadores propriamente ditos.

Em relação à quantidade, como eu disse, é reflexo de uma realidade que se colocou o Brasil ao longo das décadas anteriores. E, obviamente, essa complexidade deixa um legado. Não dá para fazer, como bem sabe V.Exa., num passe de mágica, uma consolidação porque há todo um legado. Haja vista, por exemplo, alguns desses indicadores que V.Exa. mencionou, que há tentativa de um menor uso desses indicadores ao longo do tempo. Certamente, isso tem que ser feito com bastante

cuidado porque há um histórico, um legado, um estoque, digamos assim, de instrumentos financeiros indexados.

Mas, para tentar responder a importante pergunta de V.Exa., o ideal seria nós conseguirmos migrar, ao longo do tempo, para um menor nível, uma menor necessidade de recorrer a indexadores para, digamos assim, proteger as rendas dos participantes do mercado e a sociedade em geral. E isto se faz com o controle da inflação ao longo do tempo e também com o trabalho institucional de ir avançando e evitando trazer novas indexações para dentro da economia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Mário Feitoza, está satisfeito?

O SR. DEPUTADO MÁRIO FEITOZA - Apenas para complementar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO MÁRIO FEITOZA - A gente assiste, ouve a explanação do nobre Presidente e vê o ajuste da economia, da inflação, dos indexadores, da nossa reserva, da nossa taxa cambial, e se isso reflete uma realidade da estabilidade da economia, a prefixação seria o mais indicado, assim como a *libor* e a *prime* são usadas para criar a referência de taxa. Tenho certeza também de que isso não pode ser feito num passe de mágica, porque há estoques e temos de equalizar os prazos e os *fundings* nas épocas diferenciadas.

Grato pela observação e pela explanação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Mário Feitoza.

Passo agora a palavra ao Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, primeiramente, faço uma saudação em seu nome aos demais Presidentes que compõem esta Mesa e ao Exmo. Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central.

Presidente, pretendo trazer aqui dois questionamentos: um de natureza técnica e outro de natureza política.

Gostaria muito de saber a posição do Sr. Alexandre Tombini sobre os mecanismos de política fiscal para o controle da inflação.

O Governo brasileiro vem tentando controlar a inflação por meio de política fiscal, promovendo, em primeiro lugar, congelamento de preços, o caso da gasolina, desoneração tributária, o caso da cesta básica, subsidiando preços, como acontece na conta da energia elétrica.

Em relação à gasolina, estima-se uma defasagem de 30%; quanto ao congelamento de preços, vê-se que a energia elétrica tem subsídios que chegam a 9 bilhões de reais para 2014; e em relação às desonerações da cesta básica, o grande intuito, por parte do Governo, foi segurar a alta de preços dos alimentos. A questão é saber do Banco Central como avalia esses mecanismos de controle da inflação e se, chegando-se à conclusão, é sustentável ou não essa estratégia adotada pelo Governo a médio e a longo prazos, tendo em vista que congelamento de preços, desonerações tributárias e subsídios acabam sendo muito mais paliativos do que realmente política de governo.

Segunda questão, Presidente: em matéria publicada no dia 13 de setembro, a revista *Época* traz acusações ao Banco Central, como a de ter agido com omissão, de ter se omitido diante das denúncias de desvios e falcatruas em liquidações bancárias. Segundo a reportagem, há provas de que a cúpula do Banco Central conhecia há 17 meses esse esquema montado pelos diretores do Fundo Garantidor de Créditos nas liquidações bancárias.

Gostaríamos de ouvir a opinião do Sr. Presidente sobre essa publicação e havendo posicionamento contrário que ele justificasse.

São estes os questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Efraim.

Passo a palavra ao Presidente Tombini para responder as suas indagações.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente.

Em relação à primeira pergunta do nobre Deputado Efraim Filho, sobre as desonerações, a forma como o Banco Central entende esse processo, trata-se de um conjunto de medidas que impacta, digamos, na capacidade da economia produzir. Observando a economia pela ótica da oferta e não da procura, nós, brasileiros, identificamos uma série de custos que impactam a produção no País. Vários economistas, ao longo do tempo, identificaram o custo da energia no Brasil como um custo elevado quando comparado a outras economias competidoras no mercado internacional.

Esse aspecto foi endereçado recentemente, como mencionou V.Exa., e trouxe, sem dúvida, um impacto, uma melhora nas condições de produção da economia brasileira. O mesmo poderia ser dito em relação a outras desonerações.

Então, essa questão, da forma como o Banco Central a vê, afeta de forma positiva a oferta da economia brasileira e, com isso, dá melhores condições ao nosso setor produtivo de competir com outros concorrentes no mercado internacional, assim como na própria economia nacional. Vemos, então, sob essa ótica. Naturalmente, se essas iniciativas têm desdobramentos sobre outras áreas, como, por exemplo, sobre o nível de preço, isto é levado em conta no momento em que fazemos, no Banco Central, as projeções de inflação, como qualquer outro preço, seja um preço agrícola, seja um preço de um serviço público. Temos que ter uma visão de como se dará a evolução. Se tivermos informação a respeito, isso vai ser colocado nos nossos cálculos e projeções. Então, como dissemos, vemos nesse sentido: não é a política de combate à inflação. O Banco Central entende que a política de combate à inflação é de sua responsabilidade. É a política monetária que vai ser ajustada de acordo com as demais políticas, inclusive a política fiscal no seu sentido mais abrangente.

Estas são algumas considerações que eu gostaria de tecer em relação à sua pergunta.

Em relação à segunda questão, o Banco Central sobre a matéria divulgada pela revista *Época*, como mencionou V.Exa., no dia 13 de setembro, já forneceu uma

resposta de pronto ao seu conteúdo. Nós dissemos, essencialmente, que as colocações e imputações feitas ao Banco Central ou a qualquer dos seus dirigentes são infundadas e irresponsáveis relativamente à eventual falta de lisura na condução dos processos de liquidação.

O Banco Central tem isso muito claro: de um lado, ele está pronto para combater, inclusive nas instâncias judiciais, qualquer tentativa de manchar a sua reputação; de outro lado, está igualmente pronto a adotar com firmeza todas as medidas cabíveis contra quem quer que seja, servidor ou não servidor, liquidante ou dirigente de fundo garantidor de crédito, no caso de eventual irregularidade na condução de regimes especiais.

O Banco Central, inclusive, atribui ilações feitas em matérias a interesses contrariados de administradores e de controladores que, de forma ilícita e até fraudulenta, praticaram má gestão em instituições financeiras e tiveram suas quebras decretadas pelo Banco Central do Brasil; ou ainda, a liquidantes e assistentes de liquidação que, por irregularidades, ineficiência ou incompetência, foram substituídos em algumas dessas liquidações.

Ainda aproveitando a sua pergunta, nobre Deputado, eu gostaria de esclarecer o seguinte: que o Banco Central quando se defronta com instituições financeiras em dificuldades pode atuar discricionariamente para decidir a respeito da ferramenta legal mais apropriada a cada caso concreto, o que envolve a verificação da existência de soluções viáveis de mercado e, se ausentes, a adoção de regime especial menos traumático do ponto de vista sistêmico.

A decretação, a condução e o levantamento de regimes especiais em instituições financeiras envolvem distintos atores institucionais cada qual com suas atribuições específicas expressamente previstas em lei.

A decretação de qualquer regime especial é competência da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil. Cabe ao Presidente, no mesmo ato da decretação do regime especial, nomear a pessoa, o liquidante. Cabe ao diretor da área de liquidações

dispensar o liquidante no curso do regime. E o papel do Banco Central, após a decretação de um regime de liquidação extrajudicial, consiste em nomear e dispensar o liquidante, estabelecer seus honorários, autorizar em benefício da Massa Liquidanda a finalização de negócios pendentes, alienação ou oneração de seus bens, julgar recursos contra atos do liquidante dentro do seu poder de árbitro no processo de liquidação, bem como tomar providências em relação a eventual irregularidade detectada na condução de um regime especial.

A condução do processo de liquidação, Deputado, cabe, na forma da lei, ao liquidante, que tem competência exclusiva para administrar com plenos poderes de gestão a instituição submetida ao regime especial. A prática de atos de gestão ordinária da instituição submetida à liquidação compete exclusivamente ao liquidante, sem qualquer participação, nem interferência, do Banco Central do Brasil.

A contratação de empresas prestadoras de serviços é, na forma da lei, um ato típico de gestão ordinária, sendo, portanto, da competência exclusiva do liquidante. Assim, não cabe a comunicação ao Banco Central, nem prévia, nem posteriormente, sobre a contratação de empresas prestadoras de serviços a instituições submetidas a regime especial.

O Banco Central não tem ingerência sobre os atos de gestão, mesmo porque o Banco Central precisa se manter imparcial, já que, nos termos da lei, as pessoas que se sintam prejudicadas com a gestão da instituição financeira em regime especial têm direito de apresentar recurso ao próprio Banco Central.

Os atos do liquidante que não sendo de gestão ordinária que envolvam alienação ou oneração do patrimônio da instituição, aí sim, são submetidos ao Banco Central. No caso de irregularidades, cabe, na forma da lei, ao Banco Central destituir e substituir o liquidante, comunicando os fatos às autoridades responsáveis, dentre as quais o Ministério Público.

No âmbito do Banco Central, há uma estrutura própria para acompanhar e supervisionar os processos de liquidação, intervenção ou regime de administração

especial temporária, que também acompanha a realização dos inquéritos destinados a apurar as causas que levaram à decretação dos regimes especiais e as responsabilidades dos envolvidos.

No que toca ao papel do Fundo Garantidor de Créditos, seja como garantidor dos créditos, seja ao praticar operações de assistência e de suporte financeiro, este atende às normas estatutárias e à Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe o socorro com recursos públicos a instituições financeiras em dificuldades patrimoniais, prevendo, a seu turno, a criação de fundos da espécie com recursos do sistema financeiro, ou seja, recursos de natureza privada.

O Fundo Garantidor de Créditos é uma entidade privada, que tem estrutura própria de governança sem qualquer ingerência do Banco Central nas contratações de serviços e nas operações que realiza com instituições financeiras. O Banco Central não tem competência legal para fiscalizar o Fundo Garantidor de Créditos.

Em relação à resposta — ainda sobre a sua pergunta —, a cúpula do Banco Central do Brasil jamais tomou conhecimento da existência de qualquer esquema montado pelos diretores do FGC nas liquidações bancárias, como faz aludir a referida matéria que V.Exa. menciona. E, se tivesse tomado, não exitaria em prontamente agir para coibir eventuais práticas ilícitas e punir os responsáveis.

Os diretores de organização do sistema financeiro e de fiscalização do Banco Central não foram informados de quaisquer "atividades ilícitas ou lícitas" — entre aspas — de dirigentes do Fundo Garantidor de Créditos.

As correspondências que o Banco Central recebeu comunicavam que o Fundo Garantidor de Créditos não mais conduziria a gestão de carteiras de créditos cedidas na instituição referida na matéria.

Em relação às empresas de prestadoras de serviços mencionadas na matéria, essas não foram contratadas pela referida instituição.

Portanto, é inverídica a afirmação de que dois diretores do Banco Central esconderam as denúncias do Presidente da instituição, que vos fala neste momento,

pois nenhuma irregularidade foi comunicada àqueles dirigentes que demandasse a adoção de quaisquer providências, e as empresas simplesmente não foram contratadas.

Não é verdadeira também a ilação de que a demissão do liquidante tem relação com as supostas denúncias que ele fez, pois, como veiculado pela própria matéria, o diretor da área de liquidações declinou uma série de razões do por que da substituição, que estão inclusive na resposta que o Banco Central colocou à disposição na sua página, contestando cada uma das ilações feitas na referida matéria. Inclusive, mesmo após a dispensa do liquidante mencionado, as tais empresas prestadoras de serviços não foram contratadas pelo novo liquidante.

Portanto, nós do Banco Central temos todo interesse de responder a qualquer ilação. Certamente o fizemos e faremos quantas vezes forem necessárias e tomaremos providências cabíveis, caso seja assim requerido.

Eu acho que respondi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Efraim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Agradeço, Sr. Presidente. Para a réplica, assim como foi uma oportunidade que V.Exa. deu ao Deputado Feitoza.

Presidente, primeiro, agradeço os esclarecimentos.

Quanto à segunda questão, pôde-se notar de forma profunda, densa e bem preparada a resposta, que traz esclarecimentos. Esperamos que o Banco Central continue a zelar pela transparência e pelo respeito à coisa pública. A resposta será levada em conta para que possamos nos debruçar sobre ela. Agradeço.

Quanto à primeira pergunta, de natureza técnica, V.Sa. disse, de forma bem clara, sobre a política monetária, que caberia ao Banco Central o papel de fazer essa política de combate à inflação. Cogita-se, de forma bastante contundente, que o Ministro Mantega está anunciando mais uma redução da meta de superávit primário. Isso caminha até contrário ao pacto de responsabilidade fiscal, anunciado pela Presidente Dilma após as caminhadas e as manifestações de rua do meio do ano.

Eu queria que V.Sa. complementasse, portanto, a resposta que acabou de dar: essa política expansionista, adotada e anunciada pelo Ministro Mantega, caso seja, entraria em conflito ou tornaria mais desafiadora a missão do Banco Central em controlar a inflação, através da política monetária imposta?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Presidente Tombini, para prestar os últimos esclarecimentos ao Deputado Efraim, com a palavra.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Agradeço a oportunidade, antecipadamente, e a atenção do Presidente.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Sr. Presidente, em relação à política fiscal, ela é um dos vetores fundamentais da política macroeconômica.

Então, quanto à política fiscal eu vejo, pelo menos, duas dimensões em relação à política fiscal. A primeira, a questão da solvência do Estado brasileiro. Há que ser ter a política fiscal adequada para manter a solvência, não gerar dúvidas em relação à solvência do Estado brasileiro. Tivemos um tremendo avanço nesse campo ao longo dos últimos tantos anos no Brasil. Recordo-me do início do ano 2000, final dos anos 90, em que tínhamos sempre uma dúvida pairando sobre a capacidade do Estado brasileiro de se financiar ao longo do tempo. Então, houve crises de dívidas, que tivemos que enfrentar.

Esse período passou, as políticas foram consistentemente adotadas, inclusive, também sob o condão da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram adotadas de maneira a assegurar a solvência do Estado brasileiro, do setor público brasileiro, propriamente dito, nos seus três níveis. Então, isso ajudou bastante, e a nossa relação d***ívida*** pública/***PIB*** caiu ao longo do tempo. Não há questionamentos em relação à solvência.

A outra dimensão da política fiscal é a dos estímulos para a economia, dos impulsos para a economia, então, obviamente que a primeira é muito importante. Se nós não tivermos a questão da solvência resolvida, nós estamos lidando com ambiente de crise — não é o caso.

Em relação aos impulsos, o Banco Central tem se pronunciado a respeito de como vê a política fiscal no que tange ao seu impacto na economia brasileira. Inclusive, no último documento do Comitê de Política Monetária, que é o órgão definidor da política monetária no Banco Central, nós fizemos alusão a esse tema, dizendo que se criam as condições para que no horizonte relevante da política monetária o balanço do setor público se desloque para uma zona de neutralidade.

O que quer dizer isso? Quer dizer o seguinte: do ponto de vista do balanço fiscal do Governo, de forma estrutural, ajustando para alguns fatores que não se repetem ao longo do tempo, nós entendemos que são criadas as condições para que nesse horizonte relevante — é uma linguagem do Banco Central, mas é onde nós temos meta de inflação 2014/2015 —, entre um período e outro, a política fiscal... hoje, por exemplo, o superávit primário está em torno de 1,9% no ocorrido, 1,9% do PIB.

O conceito fiscal para efeito técnico do Banco Central que nós utilizamos, fazendo alguns ajustes, então, chegamos ao balanço estrutural do Governo. Se o balanço estrutural em 1 ano não difere do ano seguinte, o impulso que a política fiscal traz, a contribuição, na margem, que a política fiscal traz é neutra.

O que aconteceu entre 2012 e 2013 é que o balanço ficou expansionista. Então, houve um impulso expansionista na economia quando comparamos 2013 a 2012.

Olhando para frente, nós entendemos que são criadas as condições para que nós não tenhamos um balanço estrutural no setor público menor do que neste ano.

Então, é nesse sentido que se trabalha esse conceito de neutralidade contracionista, expansionista, conceito de impulso. Se for tão bom ou igual, como foi nesse ano, no ano que vem provavelmente nós vamos dizer que o impulso é neutro. Então, o que nós comunicamos é que se criam as condições nesse sentido.

Assim que eu vejo essa questão da política fiscal, assim que nós temos avaliado no Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Presidente.

Passo a palavra agora ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente desta Comissão, Senador Lobão Filho; Presidente Edinho Bez; Sr. Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini; Sras e Srs. Parlamentares, eu ouvi com atenção a exposição do Dr. Tombini, particularmente no que diz respeito à evolução dos fundamentos da política macroeconômica. S.Sa. acaba de discorrer sobre o tema fiscal, registrando que há uma perspectiva de balanço estrutural fiscal neutro para, digamos assim, o próximo período, para o próximo ano, efetivamente.

Ao lado disso, V.Sa. sublinha também aquilo que já era do nosso conhecimento, mas que era importante marcar, ou seja, que os resultados macroeconômicos do último trimestre continuam a sinalizar um crescimento mais consistente da taxa de investimentos na economia brasileira e, por outro lado, temos, por conta do fim dos fatores ou, pelo menos, atenuação dos fatores que determinaram a elevação da taxa de inflação mais a ação de política monetária do Banco Central, sinalizando também uma perspectiva declinante no que diz respeito à trajetória da inflação brasileira, se assim pude entender da exposição de V.Sa.

Então, rigorosamente, do ponto de vista dos aspectos, digamos assim, endógenos da economia brasileira, das responsabilidades de Governo, do Banco Central, etc., estamos fazendo o dever de casa efetivamente. E eu gostaria de obter de V.Sa. informações mais claras. V.Sa. vê, de maneira consistente, a manutenção do crescimento dessa taxa de investimentos tão necessária para que a economia brasileira possa alcançar 20% ou pouco mais de 20% do PIB ao ano, que é taxa, digamos assim, saudável de investimentos para a economia brasileira, sinalizando, portanto, de maneira mais consistente, para os próprios empreendedores, próprios empresários, uma situação de confiança mais efetiva em relação à política econômica do Governo? Já que o V.Sa. sublinhou também que, no passado mais próximo, houve certa queda na confiança no setor empresarial, registrada pelas próprias pesquisas, mas que, aparentemente, essa quebra de confiança que houve está sendo revertida na medida em que as taxas de investimentos se revelam promissoras, verdadeiramente para a

economia brasileira, e o senhor se referiu ao comportamento dos diversos setores da economia — industrial, de serviços, agrícola.

Então, eu gostaria de ouvir de V.Sa., de maneira mais clara, como o Banco Central vê a perspectiva para este ano, como um todo, e para os próximos trimestres, digamos assim, da economia, se essa trajetória deve se manter.

Em segundo lugar, há uma preocupação grande com relação aos fatores externos, exógenos da economia, digamos assim, se é que é possível separar. Eu sei que não é, que as coisas não são tão separáveis, mas, evidentemente, o comportamento do Banco Central americano afeta significativamente a nossa economia. O senhor aqui registrou o problema da volatilidade do nosso câmbio ocorrido desde o mês de maio, fruto das sinalizações na política expansionista, digamos assim, política de estímulos do Banco Central em relação à economia americana. Ou seja, nossas economias estão muito sensíveis, mais sensíveis do que no passado às decisões de política macroeconômica do governo americano, dos próprios europeus e, por conseguinte, de outros emergentes — o principal deles a China. Como V.Sa. vê a evolução desse cenário mundial, e como o Banco Central tem atuado nos fóruns internacionais, o G-20, fórum dos bancos centrais, no sentido de que haja alguma regulação internacional que impeça ou, pelo menos, crie uma situação de maior estabilidade, diminuindo a instabilidade, sobretudo das economias emergentes, verdadeiramente?

Eu quero crer que, a despeito de toda essa realidade, a economia brasileira, se comparada com as demais economias emergentes, também tem tido desempenho razoavelmente bom e até melhor do que muitas outras economias. Eu gostaria que V.Sa. também um pouco comparasse como a economia brasileira tem reagido a essas flutuações internacionais, quando comparada com outras economias emergentes.

Isso é o que gostaria de obter de V.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Jorge Bittar.

Informo que a apresentação feita pelo Presidente do Banco Central, bem como a intervenção dos Parlamentares, já está disponível na página da Comissão Mista de Orçamento.

Com a palavra o Presidente Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Deputado Jorge Bittar, pelas considerações. Concordo com V.Exa. que estamos fazendo o dever de casa, tanto no âmbito da robustez de nossas políticas macroeconômicas, fiscal de um lado, monetária, na parte que nos toda, de outro. Também nesse período recente, da maior volatilidade — eu já tenho comunicado isso nesta Comissão, no primeiro semestre, e certamente em outras comissões do Congresso Nacional —, em momentos de maior estresse nos mercados que se reflete nas economias emergentes, incluindo o Brasil, acho que o papel do Poder Público, no caso, o Governo e o Banco Central, é de prover o bem público da estabilidade financeira e econômica.

Temos feito isso desde meados de maio, quando esse processo se intensifica com a mudança da comunicação, enfim, maiores incertezas em relação aos próximos passos da política econômica nas economias avançadas, em particular nos Estados Unidos. E nós, desde aquele momento, tratamos de tirar — digamos assim, numa linguagem mais coloquial — risco dos mercados, tratamos de compensar essa volatilidade com políticas de administração da dívida pública menos agressivas, num momento de estresse, dando inclusive saídas. O Tesouro Nacional fez operações de saída e recompra de títulos para aqueles que queriam sair desse ativo — muito bem sucedidas.

Nós fizemos também operações dentro do mercado monetário onde atua o Banco Central, nas operações compromissadas, também encurtamos os prazos para ter menos risco sobre as mesmas, logo menos excitação nos mercados, e, valendo-nos do nosso colchão de segurança e liquidez em moeda estrangeira que construímos ao longo de tantos anos, fizemos uso dos vários instrumentos para oferecer a proteção contra a depreciação, porque o que nós vimos nesse período não foi o investidor estrangeiro

querendo sair do País; ao contrário, queria ficar, mas queria se proteger contra as variações no câmbio que seguiram esse período de maior volatilidade. Portanto, houve uma demanda por proteção para ficar no País. Obviamente que tem essa demanda legítima, mas também tem no mercado financeiro, como bem sabe V.Exa., são as apostas e, muitas vezes, apostas unidirecionais, num sentido apenas, porque há fatores legítimos, há fatores exógenos, como menciona V.Exa., lá fora, e isso criou um ambiente para apostas unidirecionais em favor, por exemplo, da moeda norte-americana no nosso mercado.

Nós sinalizamos isso, avisamos que, num regime de câmbio flutuante, o câmbio vai para os dois lados e, quando as pessoas viram o câmbio indo para uma direção, a tendência é que faça uma extrapolação linear, jogue isso lá para cima e, quando entram, a direção do ativo pode mudar, como aconteceu recentemente no País.

O nosso papel não é aumentar a volatilidade e, sim, dar tranquilidade para que os agentes econômicos, as empresas, as famílias consigam navegar num período de transição de maneira mais tranquila. Acho que temos feito isso bem, tem dado resultado, enfim, isso é importante para que os avanços que há na política macroeconômica, a política monetária combatendo a inflação, a inflação caindo, a confiança do consumidor sendo restabelecida, sendo reforçada, a confiança dos empresários com horizonte de planejamento sendo restabelecido em função de uma menor volatilidade da taxa de câmbio, que é uma importante variável para a decisão econômica, não só no setor financeiro, mas certamente no lado real da economia, e também para as famílias que fazem suas programações.

Então, isso traz a combinação de políticas monetária e fiscal que venham combater a inflação, trazer a inflação de volta para os níveis estabelecidos pela nossas metas, por um lado. Por outro lado, essas políticas nesse período de transição de redução do risco na economia, tudo isso reforça, isso faz parte do que V.Exa. menciona aqui. O Brasil tem feito o seu dever de casa, vem sendo cada vez mais reconhecido nos fóruns internacionais. Enfim, os investidores estão aí para demonstrar isso.

Em relação a sua segunda pergunta, a nossa atuação, o Banco Central, principalmente nos fóruns de banqueiros centrais, no Banco de Compensações Internacionais — BIS —, nós nos reunimos a cada 2 meses, praticamente acabamos de ter uma reunião.

Então, neste momento, a posição do Brasil como uma das principais economias emergentes do globo é de mostrar como o Brasil se preparou ao longo do tempo. V.Exa. bem se recorda que nos últimos 2 anos o Governo brasileiro e o Banco Central adotaram uma série de medidas para, digamos, reduzir aquele influxo de capitais de curto prazo que vinham porque as condições internacionais eram então favoráveis.

Tomamos várias medidas, medidas de preço, e essas medidas acabaram por afetar a natureza do fluxo, menos portfólio, mais investimento direto, menos curto prazo, mais longo prazo, o que nos coloca hoje numa situação melhor do que estaríamos se tivéssemos recebido esse recurso de peito aberto, se tivéssemos um *overshoot*, por exemplo, numa taxa de câmbio, com implicações para o lado real da economia — empresas quebrando, famílias tendo dificuldade.

Então, na época do dinheiro mais fácil, nós fomos prudentes do ponto de vista de assegurar a estabilidade financeira à frente, quando começasse o processo de reversão. Isso foi reconhecido, foi criticado, e foi aceito inclusive pelos organismos multilaterais que era legítimo que se adotasse um conjunto de medidas para evitar essa entrada muito rápida de fluxo.

Nesse momento, com um colchão de reservas que foi parte desse processo de criar as defesas para o futuro, nós conseguimos lançar um arsenal de medidas que asseguram essa tranquilidade para transitar num período de volatilidade de câmbio.

Então, creio que nos fóruns internacionais deixamos isso claro, primeiro viabilizando as nossas medidas que foram tomadas num período anterior, e nesse momento, obviamente, dialogando e cobrando essa visão internacional dos condutores da política macroeconômica nas economias mais avançadas, digamos assim, que têm reflexo sobre os emergentes.

O Brasil é uma voz bastante ativa nesse sentido fazendo ver que as ações nas economias mais avançadas têm repercussões importantes que acabam se voltando para aqueles próprios mercados, em função do fato de que hoje as economias emergentes são um grande mercado e têm um grande mercado doméstico. O Brasil é um caso particular, talvez dos mais importantes nessas economias emergentes.

Por outro lado, acumulamos um contingente de recursos que estão em boa parte investidos naquelas economias também, então precisamos de um ambiente, assim como nós damos tranquilidade aos nossos investidores, essas economias têm que dar tranquilidade para os investidores internacionais que lá aplicam recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Presidente.

Deputado Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Presidente Tombini, sobre a economia mundial. Como o senhor vê a economia americana num regime gradual de recuperação econômica e a economia europeia? Gostaria que o senhor nos dissesse quais são perspectivas dessas economias, dado o peso dessas economias no cenário mundial.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Presidente Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente. Nós vemos a recuperação, esse fortalecimento da recuperação norte-americana como um evento positivo para a economia global, para o comércio internacional, para os países emergentes, logo, para o Brasil. Lá na frente, isso vai ser muito positivo para as nossas economias.

Há o período de transição com que nós temos que lidar, porque a volatilidade aumenta. Estamos tratando disso.

Então nós vemos, sim, uma maior pujança da economia norte-americana. Acabei de receber a informação de que o Banco Central dos Estados Unidos não alterou as suas políticas neste momento. Havia, talvez, uma expectativa dos mercados de que pudesse haver uma alteração no programa de compra de ativos, pois eles têm comprado 85 milhões de dólares por mês diretamente nos mercados, tanto de títulos

federais quanto de instrumentos lastreados em hipotecas. A decisão deles foi não mexer com isso. Os mercados estão reagindo muito favoravelmente, as moedas estão se movimentando, fortalecendo-se em relação ao dólar americano, neste momento em que estamos nesta Comissão.

Mas, então, os Estados Unidos estão nesse processo de recuperação. Há uma expectativa de que, com isso, a economia mundial, ano que vem, cresça mais do que cresce este ano. Para o comércio mundial, pelas estimativas do FMI e do Banco Mundial, a expectativa é de 3% de crescimento aproximadamente este ano; no ano que vem está sendo projetado um crescimento de quase 5,5%. Então, V.Exa. pode tirar as suas conclusões. Quer dizer, com um comércio mais vibrante, certamente as economias tendem a se beneficiar do impacto externo.

Em relação à Europa, eu acho que a Europa sai do radar, digamos, no que diz respeito à probabilidade de algum evento de cauda ocorrer, como nós vimos, nos últimos 2, 3 anos, a Europa tomando medidas para estabilizar seus sistemas financeiros. Enfim, creio que isso avançou bastante com a união bancária europeia, com essa ideia de aprofundar o processo de união econômica e financeira daquele bloco. Algumas medidas foram tomadas. O Banco Central europeu colocou à disposição a liquidez de curto prazo e também lançou um programa de ajuda a países, o que não foi usado, mas está à disposição. Isso criou todo um lastro, digamos, para acalmar a situação financeira. E agora o que se vê é a perspectiva de algum crescimento econômico, pelo menos em 2014. Para a Europa, é uma boa notícia.

Então, vejo dessa forma essas duas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Presidente Tombini.

Quero só registrar, Deputado Bittar e meus caros colegas, que essa decisão do Banco Central americano foi há 30 minutos e poderia, era esperado, alterar toda a política monetária dos Estados Unidos, inclusive com a cessão de emissão de moeda, o que certamente haveria de ter uma reação qualquer do Banco Central brasileiro. Mas, mesmo o Presidente Tombini sabendo que essa decisão seria tomada, ele está aqui

prestigiando esta Comissão. Graças a Deus, não houve mudança na política americana. Portanto, o nosso Presidente, com certeza, ficará mais relaxado.

Passo a palavra ao Deputado Pedro Eugênio. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, é graças a Deus mesmo? Eu não entendi o seu "graças a Deus" assim tão vibrante. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Se os Estados Unidos mudassem completamente sua política econômica, a gente não sabe como isso repercutiria para nós agora. Eu acho que não seria o melhor dos mundos. Mas, enfim...

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Sr. Presidente Lobão Filho, Ministro Tombini, demais colegas...

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Graças à intervenção de Danilo Forte ontem, no plenário, o Tombini ficou sabendo com antecedência. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Desculpe, Deputado Pedro Eugênio. Vamos manter a palavra de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Podemos usufruir da boa notícia, Não é?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É um momento de descontração.

Com a palavra o Deputado Pedro Eugênio.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Eu gostaria de levantar aqui duas questões. Uma, que é bastante recorrente, a partir de projeto de minha autoria, que, na ocasião, não foi acatado pelo Banco Central conceitualmente e que tem o Deputado Júlio Cesar... Quando eu vi o Júlio Cesar aqui ao meu lado, eu disse: *"Eu vou levantar aquela questão do projeto do spread".*

É um projeto que não segue, digamos, não obedece ao mercado ou não procura... Talvez, a leitura do Banco Central na época foi a de que o projeto faria uma intervenção exageradamente explícita e forte no mercado de meios de pagamento, especificamente no mercado de cartões de crédito, que, na composição do *spread*, sempre nos pareceu como aquele que mais puxa *o spread* para cima, principalmente no que diz respeito ao crédito rotativo.

Nas discussões que nós tivemos depois da apresentação do projeto, nós chegamos a um consenso no diálogo com o Relator, mas que acabou não sendo objeto de um investimento maior de todos nós no sentido de fazê-lo tramitar. Outras prioridades surgiram, até porque surgiu um processo claro e consistente de redução do *spread* a partir da política do Banco Central de redução da SELIC.

No entanto, nós observamos que ainda existe, do ponto de vista da taxa de juros na ponta, especificamente na questão dos cartões de crédito a que me referi, uma distorção que, em minha opinião, posso estar equivocado, tem muito a ver com o fato de que, por características do mercado brasileiro, parece ser mais vantajoso para os bancos não praticarem uma política de análise de risco consistente e responsável, permitindo que a taxa de juros seja muito alta mesmo que ao preço de uma inadimplência que é alta, mas não suficiente para inibir a lucratividade da exploração da atividade.

Talvez, neste momento, coubesse a rediscussão da matéria numa ótica mais simplificada do que a que está no projeto. O meu projeto original, Sr. Ministro — recapitulando aqui rapidamente —, propunha que se colocasse na mão do Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de um mecanismo de desincentivo, incentivo negativo, aos bancos que praticassem taxas de juros acima da média. Nas nossas discussões, nós chegamos à conclusão — na realidade o Relator chegou à conclusão, com a qual eu concordei — de que talvez fosse mais simples ter a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico que incidisse sobre operações que fosse cobrada dos bancos que estivessem praticando taxas de juros muito acima da média do mercado. E isso com certeza teria um impacto muito forte na questão dos cartões de crédito.

Deixo, portanto, essa questão aqui. Eu sei que V.Exa. não refletiu sobre essa matéria recentemente, porque nós não voltamos a procurá-lo para falar sobre esse assunto, mas gostaria de deixar essa preocupação aqui.

No segundo ponto refiro-me a um dos pontos da sua apresentação sobre a atividade econômica no Brasil: *"a consolidação da recuperação depende do fortalecimento da confiança de firmas e famílias".* Não tenha dúvida de que a expectativa inflacionária tem um forte componente subjetivo. E toda vez que nós examinamos dados concretos sobre a economia brasileira, alguns dos quais V.Exa. mostrou — está aqui: previsão do FMI para o crescimento do PIB, que a nossa imprensa resolveu chamar de Pibinho de forma depreciativa, como se nós tivéssemos o menor PIB do mundo. E, se nós tirarmos a China e a Índia, que estão em patamares claramente superiores, a partir daí o Brasil já está, digamos, embolado num grupo que está em torno de 3%, entre 2,5% a 3%. Ou seja, nós somos o segundo bloco em taxa de crescimento do mundo em crise, o mundo que deprime a economia mundial e que desfavorece o crescimento.

No entanto, o Brasil, não obstante isso, coloca-se de forma diferenciada. Se nós formos olhar a questão da inflação, veremos que todos os fatores conjunturais que pressionaram a inflação — V.Exa. mostrou — estão num processo claramente de reversão. Ou seja, nós deveríamos estar aqui abrindo os nossos jornais e vendo manchetes extremamente otimistas, tais como: *"O Brasil está conseguindo vencer mais uma vez uma crise internacional e está se posicionando bem".* E a gente só vê desgraça, a gente só vê notícia ruim, a gente só vê notícia que leva as pessoas — eu não me refiro ao grande empresariado que tem assessorias econômicas e que pode perfeitamente ter o entendimento, e devem ter. Mas eu, que presido a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa — 98% das empresas nacionais, 20% do PIB —, o que dizer desses pequenos empresários que podem decidir não investir agora, porque o Brasil estaria à beira de uma crise ou coisa do gênero?

Eu gostaria de deixar essa reflexão aqui para ouvir V.Exa. sobre qual o grau de impacto que V.Exa. entende que essa postura tão negativa, que nós temos tido a oportunidade de ver na imprensa, poderá estar criando. Eu sei que é difícil quantificar coisas desse tipo, mas como V.Exa. vê esse fator subjetivo na formação das expectativas em relação ao investimento privado no País?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Pedro Eugênio, que, de forma muito madura, fez suas colocações.

Com a palavra o Presidente Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente, obrigado Deputado Pedro Eugênio. Em relação a sua primeira colocação, V.Exa. bem sabe que o Banco Central está à disposição certamente para engajar nesse debate em relação à regulação do sistema bancário, ao *spread* em particular.

No que diz respeito à segunda parte da sua colocação, eu tive recentemente a oportunidade de discutir com um grupo de presidentes de grandes empresas brasileiras e também de subsidiárias de empresas multinacionais — questão de um par de meses —, onde eu fazia essa colocação. A minha percepção era de que a percepção dos agentes estava mais pessimista do que os dados. De lá para cá, saiu o PIB do segundo trimestre.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Nós vimos na lâmina 29, que eu deixei com V.Exas., que, de fato, nesse primeiro semestre nós estivemos no topo do crescimento — é uma lâmina anterior àquela que V.Exa. mencionava — mundial nos primeiros dois trimestres deste ano. Ou seja, na primeira metade de 2013, nós estivemos no topo do crescimento mundial das economias do G-20, incluindo as mais dinâmicas nos últimos anos.

Então, de fato, os dados da primeira metade do ano de 2013 eram bastante superiores naquela percepção de que as coisas não estavam funcionando. V.Exa. mencionou a inflação. As políticas do Banco Central, do Governo também, de combate à inflação e os resultados que nós temos tido ao longo dos últimos meses já começam a se refletir nessa percepção, nesses indicadores de percepção, de confiança do consumidor. Nós vemos alguma recuperação. Nós vemos inclusive a recuperação — hoje saiu um dado também do comércio, dos empresários — da confiança na margem, como dizem os economistas, num período mais recente.

Quando eu digo que, para que esse processo se propague no futuro, nós precisamos reforçar uma confiança de que já se inicia o processo de recuperação, acho que há uma confiança, sim. Essa percepção abala, afeta as decisões no mundo real. É a questão do dado contra a percepção. Eu acho que ela pode até estar ainda mais pessimista do que a realidade dos números, mas, se ela não melhora, acaba por afetar as decisões tanto dos consumidores quanto dos investidores. Não se trata de dizer que isso não interessa, porque não é o dado concreto, mas, se não for alterado, ele acaba por afetar o lado real da economia.

Em relação à questão da inflação que V.Exa. mencionou, em algum momento a ideia de que haveria um descontrole afeta o imaginário das pessoas. Enfim, há a questão do câmbio também. O câmbio começa a se desvalorizar, e as pessoas fazem uma extrapolação linear. Digamos que há aquela visão de que há uma direção sólida — *"não tem jeito, é inexorável, vai acontecer isso"* —, e as pessoas começam a agir com base nessa percepção. Quando você vê, na realidade, o que aconteceu foi que passou algo diferente.

Então, respondendo a sua pergunta, acho que a percepção acaba sendo importante, porque afeta as decisões reais. Há exageros ao longo do tempo? Sim, há, e o nosso papel como autoridade monetária é insistir nas nossas políticas para reverter ou fortalecer a percepção na direção correta, que, digamos assim, ajude a consolidar um processo de recuperação da economia, que já está em curso, ainda que gradual.

Como nós vimos na comparação internacional, estamos muito bem colocados tanto neste primeiro semestre quanto na projeção para o ano, como V.Exa. citou nos dados do fundo monetário.

Do nosso ponto de vista, não ficamos nem alterados com o tipo de percepção. Nós simplesmente reconhecemos que ele afeta, e as nossas políticas são no sentido de melhorar o quadro. Acho que estamos tendo sucesso nesse quesito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Presidente.

Deputado Pedro Eugênio, V.Exa. gostaria de fazer mais alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Estou satisfeito com as respostas. Eu apenas combinaria aqui com o Deputado Júlio Cesar uma reunião técnica com a sua equipe para que nós possamos sondar se a percepção do Banco Central a respeito do projeto mudou com o tempo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Sr. Presidente Edison Lobão Filho, Presidente Tombini, o Banco Central e o COPOM têm como uma das suas principais funções a de buscar que a inflação se situe dentro da meta estabelecida. Nos últimos meses, a taxa de inflação anual tem se situado próxima de 6%, o teto da meta. Muitos especialistas dizem que esse fato é devido a serem excessivos os gastos do Governo quando comparados às receitas públicas.

O COPOM e o Banco Central adotarão uma medida monetária mais restritiva aumentando os juros para que a inflação encaminhe para 4,5%, que é o centro da meta da inflação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Presidente Tombini. (*Pausa*.)

O Deputado Fábio Ramalho tem uma segunda pergunta?

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Tenho uma segunda pergunta.

O Tesouro Nacional emite títulos para repassar ao BNDES. Com esses recursos, o Banco oferece empréstimos a juros subsidiados até mesmo para grandes grupos econômicos. Essas operações não terminam por obrigar que a política monetária seja de juros mais altos? Como o Banco Central e o COPOM neutralizam a expansão do consumo que essas operações produzem?

Ainda: essa prática do Tesouro Nacional e do BNDES inibe a oferta de crédito voluntário na economia brasileira, fazendo com que o nosso mercado financeiro fique atrofiado?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Presidente Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Fábio Ramalho.

Em relação às demais políticas do Governo na área macroeconômica, o Banco Central as toma como um dado da realidade. Eu mencionei há pouco a nossa visão sobre a questão dos impulsos fiscais. O Banco Central toma todo o conjunto de políticas e a evolução de algumas variáveis chaves que estão fora do alcance do Banco Central para tomar suas decisões de política monetária, como V.Exa. mencionou, com o objetivo de conduzir a inflação para a meta.

O Comitê de Política Monetária tem reuniões de 6 em 6 semanas para decidir o curso da política monetária. Obviamente, teremos a próxima reunião no começo de outubro. Vamos avaliar todos esses dados para saber a necessidade de atuar com o objetivo sempre de conduzir a inflação para a meta.

A inflação acumulada em 12 meses, V.Exa. mencionou, está em torno de 6% e já esteve em torno de 6% e 7%. Há 2 meses, ela caiu em direção a 6%. Esperamos que este mês ela avance ainda mais no sentido da convergência. Vamos avaliar todas as variáveis, inclusive a questão dos gastos que V.Exa. mencionou para tomar uma decisão nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária.

Em relação à questão específica do BNDES, V.Exa. bem sabe que o BNDES também é uma entidade regulada do Banco Central. Então, nós procuramos não tecer comentários sobre políticas específicas de instituições sob nossa regulação e supervisão.

V.Exa. fazia menção à questão bem mais econômica da ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que é um grande participante desse mercado de crédito. Naturalmente o canal de crédito é um canal importante para a condução da política monetária, e obviamente é mais uma informação relevante na determinação da política monetária do Banco Central saber como está, digamos assim, evoluindo o canal

de crédito da economia. Então, certamente esse e outros aspectos são levados em consideração no momento em que o Banco Central cometer dissídio sobre política monetária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado.

O Deputado Fábio Ramalho se encontra satisfeito?

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra agora o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, meu querido Altamir, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, boa tarde.

Sr. Presidente do Banco Central, eu estava em compromisso externo e não assisti a sua palestra, mas já peguei a memória, que foi distribuída para todos.

Relativamente à manutenção de reservas internacionais, o senhor falou, sem considerar a variação cambial, em 37,7 bilhões — isso está na página 6. Na página 7, a variação cambial, no mesmo período, o primeiro semestre, foi positiva: 16,3. Somando, isso vai dar 54 bilhões de diferença. Evidentemente aqui está em reais, e nossas reservas são em dólares.

Observo que os 374 bilhões de dólares já foram maiores no passado, e vejo aqui a diminuição pela intervenção no mercado de câmbio: o senhor tem vendido dólares para controlar a elevação do câmbio.

Uma coisa que me preocupa é a desvalorização que está aqui na sua palestra: 9,1% nesse período deste ano. Essa desvalorização do real e a valorização do dólar têm repercutido nas nossas exportações? Porque as nossas exportações estavam caindo pelo sentido inverso, e agora estão subindo. Eu quero saber se começa a sentir repercussão positiva, uma vez que o exportador vai ganhar mais com o dólar mais valorizado?

Segundo assunto. O que o senhor tem a dizer sobre o REFIS dos bancos. Ele foi muito questionado aqui, e nós o aprovamos recentemente, em medida provisória. Qual é

o sentido, dentro do sistema financeiro, de colocar em medida provisória um REFIS para os bancos?

Terceiro. A atividade econômica que mais tem contribuído inclusive para a nossa balança de pagamentos é a atividade agrícola: 187. Embora a CONAB e o IBGE já tenham inibido um pouco essa produção agrícola para 183, 184, ela ainda é muito expressiva. Agora, se se desse um pouco mais de subsídios... Eu vejo que os subsídios para a atividade agrícola são menores do que para determinadas atividades, principalmente a industrial, que cresce menos e contribui menos para nossa balança de pagamento.

Em relação ao BNDES, é como o Deputado Fábio disse: o BNDES foi capitalizado, de 2008 para cá, em mais de 300 bilhões com recursos captados no mercado à taxa SELIC e emprestados ao mercado financeiro, às empresas, como subsídio. Só este ano — está no balanço do próprio Tesouro Nacional —, o subsídio foi em torno de 12 bilhões de reais. O senhor acha que vale a pena captar recursos à taxa de juros da SELIC e emprestar às vezes por menos da metade do valor captado?

Por fim, Presidente, o *spread*. Quando o Deputado Pedro Eugênio, com mais dois colegas de partido, apresentou o projeto de metas para o *spread*, nós tínhamos um dos *spreads* mais altos do mundo: 36. Eu já vi que ele baixou, e muito. Agora, o que contribuiu para abaixá-lo? Foi um maior controle do Banco Central, principalmente na diminuição daquela espécie de cadastro positivo que o banco tem e que transfere a informação para todo o sistema financeiro, ou foram maiores cuidados tomados pelo próprio sistema financeiro?

O Deputado Pedro Eugênio disse que uma das grandes preocupações de seu projeto eram os cartões de crédito. Eu colocaria, além do cartão de crédito, o cheque especial, porque nunca vi coisas tão caras quanto cartão de crédito e cheque especial no Brasil. E também o crédito consignado, Presidente: eu acho que o crédito consignado, que tem quase 100% de garantia, acima de 25% é muito caro, principalmente para a população pobre do Brasil.

São esses os questionamentos, Presidente, que tenho a fazer. Fico feliz com nossas reservas, mas também um pouco preocupado, porque elas estão caindo. Elas já foram mais expressivas — o próprio gráfico que o senhor mostrou aqui indicou que elas já foram mais expressivas. Quanto à desvalorização do real, gostaria que o senhor explicasse bem se ela vai repercutir, ou se já está repercutindo, no saldo da nossa balança de pagamento, que tem diminuído consideravelmente de 4 anos para cá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Júlio Cesar.

Sugiro ao Presidente Tombini que tome cuidado ao responder ao Deputado, que é conhecido como o arquivo ambulante da Câmara.

Com a palavra o Presidente.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Deputado Júlio Cesar, por abordar várias questões.

Em relação às reservas internacionais, como eu mencionava talvez pouco antes de sua chegada à Comissão, o fato de termos acumulado esse colchão de segurança e liquidez nos permite fazer uso de diversos instrumentos. Temos um amplo rol de instrumentos que podemos usar para fornecer tranquilidade num momento de maior volatilidade no câmbio.

Então, o que nós temos feito neste período desde o início do ano, desde maio, mais especificamente... Desde 22 de agosto anunciamos um programa com duas frentes. Uma frente é fornecer proteção cambial por meio de *swaps* cambiais. Na realidade, uma venda a futuro, só que não há envolvimento de moeda, do dólar — é um contrato de troca de indexador em que o Banco Central oferece a variação cambial mais uma taxa de juros em moeda estrangeira e recebe, nesse caso, a taxa de juros básica da economia. Essa troca de indexador não envolve a própria reserva física. Obviamente, se o Banco Central não tivesse reserva, ele não conseguiria utilizar um instrumento dessa natureza, porque o mercado simplesmente não receberia esse instrumento como uma proteção verdadeira para variações de câmbio. Então, o fato de termos esse lastro

nos permite usar instrumentos — neste caso, derivativos — que não sensibilizam a reserva física.

A outra frente desse programa é a venda de moeda — aí, sim, a venda física — com o compromisso de recompra: em 3 meses, 4 meses, 6 meses, essa moeda é devolvida às reservas internacionais. Quer dizer, não estamos sensibilizando um conceito mais amplo de reserva, a reserva física do Brasil. Obviamente há as flutuações cambiais lá de fora, como V.Exa. bem reconheceu. O nosso balanço é feito em reais e, como houve uma desvalorização de praticamente todas as moedas contra o dólar — com o real não foi diferente, V.Exa. mencionou os valores —, nosso balanço em reais, aquele ativo que está registrado em reservas internacionais se valorizou.

Então, é isso o que nos permite, de um lado, ter uma valorização do ativo e, de outro, oferecer proteção à economia como um todo contra flutuações cambiais. Quer dizer, a reserva está intacta. Há movimentos de taxas de juros lá fora, há movimentos de moedas contra o dólar, mas não houve redução das nossas reservas. Não reduzimos as reservas — ao contrário, elas estão aplicadas majoritariamente em dólares, mas também há uma pequena diversificação, como os bancos centrais fazem.

(Não identificado) - Mas chegou a 379 *(inaudível.)*

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Numerário, dólar.

(Não identificado) - Em dólar.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Numerário, dólar, está certo? Nossos investimentos são majoritariamente em dólar, mas há também investimentos em euro, em iene, em libra esterlina... Então, quando se pega o numerário em dólar, isso não que dizer que os investimentos em outras moedas tenham variado. Na realidade, eles aumentam de valor naquelas moedas.

(Não identificado) - Mas em dólar é mais de 80%?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Em dólar, mais de 80% — a exposição do País reflete isso, pois é majoritariamente indexada ao dólar.

Bem, em relação a isso, é o que eu gostaria de dizer.

Quando à depreciação do real no período, ela certamente vai impactar o comércio exterior. Há defasagens envolvidas que há tempos transcorrem. Há também a natureza do mercado internacional, que pode estar no momento mais vendedor do que comprador — não afeta só ao preço. Mas, certamente, ao longo do tempo, um real menos valorizado ou mais depreciado vai ter impacto sobre as exportações e importações. Pelas exportações responde também a renda mundial: se a renda mundial estiver expandindo, elas são favorecidas. Então, vai haver um impacto positivo.

Em relação ao REFIS dos Bancos, uma decisão do Congresso. Nós temos, enfim, pouco a dizer a respeito, a não ser o fato de que, conforme a Lei nº 12.249, isso permitiu alguma restruturação de que as instituições financeiras se valeram ao longo do tempo. A lei é de 2010 e, se entendi o que V.Exa. mencionou, não há muito o que dizer sobre o fato de que há uma lei chamada de REFIS dos Bancos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - A lei é de 2010.

(Não identificado) - Ele está falando da MP 615.

(Não identificado) - Ainda não chegou à mesa do Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - A 615 tem várias matérias... E eu me foquei na questão do mês de pagamento, que foi também... Enfim, nós vamos avaliar os detalhes disso. A lei ainda não foi sancionada, certo?

(Não identificado) - Ainda não.

(Não identificado) - O senhor vai ser consultado sobre os vetos, com certeza.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bem, se V.Exa. diz...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito bem. Em relação à atividade agrícola, Sr. Deputado Júlio Cesar, V.Exa. mencionava a contribuição da agricultura para a economia, para o balanço de pagamentos. Certamente isso é algo reconhecido

pelo poder público, e há ações no sentido de assegurar recursos para a agricultura. Quero lembrar que, no período de 2012-2013, houve um aumento dos recursos no montante de 126 bilhões de reais, um aumento de quase 24% em relação ao período anterior. Há também, para este ano, projeção de uma elevação na faixa de 20% em relação à safra que se encerra no período de 2012-2013.

Então, de fato, os recursos para a agricultura têm sido, digamos, preservados, direcionados e até ampliados de forma relevante. São os dados que nós temos aqui em relação ao assunto.

O seu último questionamento sobre...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Certo. Bom, de fato, a produção agrícola para este ano deve aumentar na faixa de, como eu coloquei, 15%, 15,5%, 15,7%. Será uma produção recorde de grãos, 186, 187 milhões de toneladas. O fato é que vem vindo muito bem esse segmento da economia e foi um dos que contribuíram bastante para o crescimento do PIB na economia, principalmente no primeiro semestre do ano.

Em relação ao seu último questionamento, do *spread* bancário, V.Exa. reconhece que há uma redução do *spread* ao longo do último ano, ano e meio. Há uma série de razões, talvez, para isso. V.Exa. menciona duas, uma do ponto de vistas das informações do Cadastro Positivo. Recentemente passou uma lei que está sendo implementada. A partir de 1º de setembro entrou em vigor o novo Cadastro Positivo. Acho que isso vai ser um fator importante para a redução do *spread*, para a consolidação do movimento que ocorreu.

Nós do Banco Central reduzimos o nosso limite há algum tempo, há cerca de 2 anos, de 5 mil para mil. A partir de mil, os registros das operações de crédito, obviamente que isso aumentou e muito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Quatrocentos milhões mais ou menos, não é?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - É. Aumentou e muito — 400 milhões de informações adicionais estão disponibilizadas para o sistema. Isso torna, enfim, a capacidade de estender o crédito com segurança, mais presente.

Também acho que os cuidados das instituições é relevante. Nós tivemos um aumento da inadimplência a partir de 2010, e esse processo começou a sofrer uma redução desde o final do ano passado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Aumento da inadimplência?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Aumento lá desde o final de 2010, meados de 2012. A partir de 2012, no final de 2012, vê-se um processo de redução mais forte da inadimplência.

Então, isso é um fator importante que V.Exa. mencionou no comportamento do *spread,* que está nas mínimas históricas no momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Mas, Sr. Presidente, eu ainda tinha um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Júlio.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - O banco coloca o lucro sobre o *spread* e coloca uma taxa de administração muito alta. Já que o Banco Central diminuiu de 5 mil para mil e aumentou o universo, mais do que dobrou, pois o universo é bem maior, por que ainda continua alta a taxa de administração dos bancos na administração do *spread*? Por quê?

O *spread*, apesar de ter baixado, reconheço, ainda é muito alto. Nos países mais desenvolvidos, o *spread* é 2%, 3%, 4%; o nosso é vinte e tantos por cento, apesar da queda.

Então, o que faz a composição do *spread* são esses arranjos que os bancos encontram, principalmente essa taxa de administração. Se eles já têm o lucro, para que essa taxa de administração tão alta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vamos estabelecer aqui uma metodologia, já que a Ordem do Dia se aproxima e ainda há vários inscritos. Vamos nos limitar agora às indagações, às inquirições, sem réplica, para que possamos atender a todos.

Presidente Tombini, por favor, responda à última indagação do Deputado Júlio Cesar.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Deputado Júlio Cesar, se eu entendi, também há questão relativa às tarifas, à taxa de administração de recursos por parte dos bancos, por meio das quais eles cobrem parte das despesas administrativas com isso.

Então, essa também é uma área de ação, o Banco Central já trabalhou bastante nisso, tanto no que diz respeito às tarifas bancárias quanto às tarifas de cartão de crédito. Há um par anos, houve essa nova legislação de tarifas de cartão de crédito, com a redução do número de tarifas existentes. E há sempre um programa de avaliação disso. Nós temos trabalhado nesse assunto com a Secretaria Nacional do Consumidor — SENACON e também com a 3ª Câmara do Ministério Público Federal nas questões relacionadas a tarifas e *spread* bancário.

Então, reconhecemos os avanços em relação a essa agenda. Nós temos um programa de trabalho para continuar avançando na redução desses custos bancários.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado.

Deputado Júlio Cesar, V.Exa. sabe que esgotou todas as perguntas do nosso Deputado Edinho Bez. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tudo bem.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Sr. Presidente, Lobão, Ministro Tombini, nosso colega Edinho Bez, Altemir Lopes, dirigente do Banco Central, em relação a essa discussão, a gente sempre pergunta o que está acontecendo com o Brasil, porque nós

vemos aqui no relatório que a situação está muito positiva, mas o noticiário é muito negativo, é terrível. Há uma pressão de dois ou três órgãos da mídia que é um negócio espantoso. Como eles têm força! Nossa, é impressionante! Arvoram-se até em serem donos da opinião pública. Então, é uma coisa muito forte. E, de certa forma, isso tem produzido alguns efeitos no nosso País. Eu fico impressionado. Acho que seria importante nós indagarmos sobre esse problema da inflação no Brasil, porque o controle da inflação é sempre uma questão central do banco.

O senhor afirmou que, desde abril, nós aplicamos uma política de elevação da taxa de juros como instrumento de contenção da inflação e, ao mesmo tempo, afirmou que ela produz efeitos a médio prazo. Nós começamos a elevar a taxa de juros de abril em diante, então esse efeito se dará normalmente 5 meses, 6 meses depois.

O fato é que parece que o problema do tomate gerou resultados mais adiantados. Ou isso seria apenas um efeito emocional ou até espiritual da inflação? Porque ela começou a ceder mesmo antes que esses efeitos lógicos pudessem aparecer. No primeiro aumento da taxa, a inflação já começou a cair. Se você pegar de maio para cá, mesmo a queda sendo pequena, você vê uma queda da inflação. A inflação vem descendo, descendo, descendo. Era o tomate ou havia problemas maiores? Porque, se for o tomate, nós vamos viver esse drama daqui a pouco novamente, porque começou a chover, e o tomate fica caro. Não tem jeito! E mais gente, com aquela ideia do Lula de três refeições por dia, passou a comer muito mais tomate.

Este problema é crucial para nós: o controle da inflação. Você vê que ela foi contida, mesmo antes que esses efeitos lógicos pudessem surgir — e talvez até caia mais. Ela vai ficar dentro dessa taxa. Eu preferiria que ela fosse menor, que o centro da meta fosse até menor. Em vez de ser 4,5%, fosse 3,5%. Assim, a gente conseguiria estar em 3,5%, o que ajudaria a derrubar a taxa de juros. Eu acho que esse é um problema com o qual a gente convive no Brasil num longuíssimo prazo, quer dizer, a taxa de juros no Brasil tem que ser sempre alta, tem que ser sempre difícil.

Eu sei da sua imensa responsabilidade, porque todo dia V.Exa. tem que lidar com o problema, porque ele aparece na sua mesa e não na minha, nem na do Danilo, nem da do Lobão. V.Exa. é que tem que cuidar do assunto, e nós vamos cobrar de V.Exa. Mas essa é uma questão da economia brasileira que eu acho sempre muito crucial. Não há nenhum dos agentes econômicos que olhe e diga: *"Bom, com essa taxa, é fácil nós lidarmos com o Brasil".* Isso cria problemas em todas as áreas e demanda ajustes em todas as áreas da economia, porque a taxa impacta todo mundo. Então, você vê qual é a inflação em queda antes dos efeitos lógicos, digamos assim... Se for assim, em 5 ou 6 meses ela vai produzir efeitos. Antes disso, nós já tivemos a queda da inflação.

Digamos que haja esse efeito emocional de que ela, sentindo que você está tão forte a ponto de manter uma mão pesada, resolveu logo abrir. Eu não acredito que ela seja assim tão dócil, que você possa só emocionalmente resolver. Eu acho que há uma pressão muito grande por elevação de juros no Brasil e que não é só a inflação. É a pressão de ganhos mais fáceis, esse rendimento doentio da economia brasileira. O que é isso? O *spread* tem tudo para cair, mas há lucros extraordinários dos bancos, e o *spread* não cede naquilo que a gente imagina que ele pode ceder ou que deveria ceder.

Então, essa luta do Júlio... O Chico Lopes tem lutado aqui intensamente, com aquela simplicidade dele. Mas ele é auditor da Fazenda Municipal, então entende perfeitamente do que nós falamos. Então, essa lógica... Por que a gente não consegue sair dessa ciranda miserável imposta à nossa economia? Porque se fosse só o tomate, gente, sinceramente... Não dá para acreditar nisso. Por que essas pressões são tão gigantescas em torno da economia brasileira? Sem falar em outros setores da economia brasileira, porque evidentemente o Banco Central também tem interface com eles. Mas vejam, só no setor de petróleo, a dificuldade que o Brasil tem para garantir o conteúdo nacional para poder fabricar uma sonda, mesmo um petroleiro. E, quando se questiona a empresa brasileira ou as empresas que vêm para cá, dizem: *"O dinheiro de vocês é caro demais! Vocês estão com um dinheiro muito caro".*

Será que isso é verdade mesmo? É o nosso dinheiro que é caro? São essas pressões de fora? É esse problema estrutural nosso? É a infraestrutura brasileira que não permite a gente andar com taxas de juros mais aceitáveis na economia brasileira? Nós temos nos enredado com isso. Essa é uma questão que temos discutido intensamente. Pelo menos no meu partido, que ainda é pequeno, o PCdoB, nós temos nos enfronhado nessa discussão sobre a economia brasileira e neste problema da taxa de juros no Brasil, como instrumento que cerceia, dificulta a economia brasileira. Quer dizer, é sempre um remédio amargo que nós temos que oferecer para a economia brasileira para que este possa espantar o pavor da inflação.

Então, gostaria de saber de V.Exa. se nós não estamos já numa dose... Porque tem gente pedindo juros mais elevados. Querem mais juros! Às vésperas da reunião do COPOM, há até campanha para aumentá-la, gente que já chega dizendo: *"Não, tem que ser 10%, 10,5%, 11%, que é a taxa adequada".* É isso mesmo? Será que a taxa adequada de juros da economia brasileira é essa: 10%, 10,5%? Porque as campanhas que são feitas aí são ferozes.

(Não identificado) - Já foi 45%!

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - É, mas agora o mundo todo está com juro negativo! Então, sinceramente... Eu acho elevado esse patamar em que está a nossa taxa. Eu acho que nós estamos com juros reais muito altos, comparativamente, porque se você pegar a taxa americana, a taxa da Europa, a taxa da China, a do Japão... Puxa vida, não é possível! Por que eles têm essas taxas negativas? Quais são esses problemas tão graves que o Brasil tem e que essas nações já não têm mais que permitem a eles terem taxas negativas, e a gente continua com taxas reais consideradas muito elevadas no mercado?

Eu acho que esse é um problema central da nossa vida, da nossa economia. A gente não imagina, mas isso mexe com a máquina de lavar roupa da dona de casa lá da periferia de Fortaleza e com a conta de luz dela. Então, eu acho que essa questão é a charada central que nós temos que matar.

Se o senhor puder nos orientar sobre o que a gente pode fazer, eu estou aqui para ajudar o Banco Central a resolver esse problema. O senhor nos dê uma ideia, que eu quero ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Com a palavra o Presidente Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Senador Inácio Arruda, pela oferta de ajudar o Banco Central a avançar nessa questão dos juros no País.

Em primeiro lugar, eu acho que nós já avançamos bastante em relação ao passado.

Um de seus colegas mencionou taxas de juros de 45% para estabilizar a economia. Hoje nós estamos ali numa taxa, num momento de um dígito elevado, mas, enfim, numa outra realidade. Até coloquei o eslaide, que eu disponibilizei para V.Exas., da evolução da taxa básica de juros aí nos últimos 5, 6, 7 anos. E nós vemos a realidade: o Brasil mudou.

Obviamente, a política monetária não se faz por analogia. Não é por que outro país está com uma taxa de juros diferente que necessariamente vai haver convergência. Alguma convergência ocorre. De fato, esse movimento em que nós vemos a taxa básica de juros brasileira, abstraindo aí os ciclos que V.Exas. podem ver na tela, nós estamos numa tendência declinante da taxa básica que forma outras taxas. Algumas taxas não são formadas pela taxa básica. São, inclusive, menores que a taxa básica, e isso também dá parte da explicação por que a nossa taxa está no patamar em que está. Mas, enfim, mesmo na taxa básica de juros, abstraindo o ciclo, nós andamos num declínio, ou seja, condições foram criadas para taxa da economia, taxa mais estrutural, mais neutra, seja menor hoje do que foi no passado. Isso tem a ver com a responsabilidade fiscal ao longo do tempo, tem a ver, digamos, com a redução do problema da vulnerabilidade externa da economia brasileira, acumulação de reservas, tem a ver com o aprofundamento da "bancarização" no País, tem a ver com o aprofundamento do crédito no País, que era um quarto da economia em 2002 e hoje em

dia é mais de 50% da economia. Então, um canal que era menor, hoje é maior. Logo, variações menores da taxa de juros têm mais influência na economia como um todo do que tiveram no passado. Promover uma taxa de 45% para esse canal de crédito é, no mínimo, um grande problema para a economia brasileira. Lá atrás não era porque os canais estavam mais obstruídos. Enfim, era outra realidade. Então, nós temos avançado estruturalmente.

Agora, como eu disse, ao longo de 2002 inclusive, quando estavam baixando os juros, os ciclos monetários não haviam sido abolidos da economia brasileira. A política monetária funciona. V.Exa. mencionava, quer dizer, desconfia que a inflação não seja tão fraca para, no primeiro grito, ela, de fato, apresentar uma tendência de melhora, como nós vimos nos últimos tempos.

Eu tenho dito — acho que disse aqui em abril ou março, quando da minha última vinda a esta Casa — que parte integrante da política monetária é a própria comunicação. Então, quando nós começamos a comunicar, no final de janeiro, início de fevereiro deste ano, que a inflação inspirava cuidados, digamos assim — não lembro exatamente as palavras que utilizara —, isso se refletiu quase que imediatamente na estrutura de juros da economia brasileira.

Vejam os senhores o que tem acontecido nos Estados Unidos. Não fizeram nenhum movimento ainda, e, de maio para cá, a taxa de 10 anos, que é o ativo mais representativo do sistema financeiro mundial, variou de 1,60% para 3% nesse período, sem um movimento de política monetária, comunicação... Quer dizer, a política monetária começou a atuar antes de abril, como eu mencionei, e V.Exa. se recordou durante sua intervenção. Então, acho que funciona assim, é importante. Se fosse só a inflação do tomate, nós não estaríamos aqui discutindo este assunto. Então precisa de uma ação, sim, como temos feito lá no Banco Central.

Incidentalmente temos a inflação, por exemplo, dos serviços, que tem a ver com a mudança estrutural da economia brasileira. São 35, 40 milhões de pessoas que ascendem ao mercado de consumo, demandando o segmento de não comercializáveis,

que são os serviços, com pressão sobre o mercado de trabalho. Hoje nós estamos perto do pleno emprego, e a inflação, nesse segmento, tem sido elevada, acima de 8%. Ainda que tenha caído recentemente, mas cai muito gradualmente. Então, há esse aspecto.

Outro aspecto também a se considerar é este movimento internacional do dólar, que se fortalece em relação a outras moedas — praticamente quase todas as moedas dos emergentes e o real em particular. Há algum repasse cambial para a economia doméstica. Então, a política monetária tem que estar especialmente vigilante neste momento, para que esse repasse não chegue com força ao consumidor.

Todos os dias V.Exa. abre os jornais e vê essa tensão entre varejo e atacado, entre indústria e comércio. Então, é importante que haja alguém lá, o Banco Central, atuando para mitigar esse efeito para o consumidor final, senão quem paga a conta é o consumidor final.

Nós queremos minimizar isso e fazer com que esse movimento no câmbio, que foi aqui apontado como uma coisa positiva, porque vai impactar a balança comercial e de pagamentos, seja de fato mais permanente e que as mudanças sejam de preços relativos, para que não ocorra o que já ocorreu no passado: havia uma depreciação nominal da moeda brasileira, a inflação vinha e comia por dentro, e nós não tínhamos benefício com a mudança de preço relativo. Por isso a política monetária está e continuará vigilante para mitigar esses efeitos.

Então, tem, sim, efeito. Eu concordo com V.Exa. no sentido de que, às vezes, a coisa é exagerada, do ponto de vista da repercussão. Há alguns meses, parecia que o País estava à beira da hiperinflação, quando, de fato, como a inflação elevou-se de patamar, nós estávamos começando o combate à inflação. Isso tem ocorrido.

Em relação à questão estrutural, há avanços que podemos discutir. Certamente, estou à disposição de V.Exa.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Provavelmente em outra rodada, em outro dia, atendendo ao nosso Presidente, que não quer réplica. Mas trataremos do problema da taxa flutuante de câmbio. Depois, examinaremos se isso é um problema conceitual

do banco, se é uma regra que devemos usar para sempre. Eu acho muito difícil ter estabilidade de taxa flutuante. É sempre algo muito complicado, muito difícil.

Nós queremos a estabilidade do câmbio, mas, com taxa flutuante, sempre há uma pressão muito forte para que ela desça e suba todo dia ao sabor... O mercado fica com muito mais força para agir, na minha opinião, do que se nós usássemos outro instrumento. Mas é outro debate.

Uma coisa está ligada à outra, não tem jeito: câmbio, juros, Lei de Responsabilidade Fiscal. Vários elementos atuam simultaneamente na formatação do preço do nosso dinheiro, que mexe diretamente... A gente não imagina. A população que está na periferia acessando pela primeira vez a um salão de beleza não imagina que está impactando a economia nem imagina que está sendo impactada pela decisão da moeda via câmbio, via juros.

Então, talvez esse seja um debate que tenhamos que fazer em outra oportunidade. Acho que seria muito importante fazê-lo, para enfrentarmos essa realidade econômica brasileira em um ano tão importante como 2014, na minha opinião.

Agradeço a V.Exa. É sempre um bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini, os demais dirigentes e servidores do Banco Central que o acompanham, colegas Deputados, colegas Senadores.

Sr. Presidente, eu não comungo desse sentimento, embora, é claro, aqui vivamos em um ambiente em que as ideias, às vezes, conflitam. Mas, felizmente, pelo menos eu posso dizer que tenho uma relação extremamente cordial com todos os colegas. No campo das ideias, às vezes, divergimos.

Eu não comungo dessa ideia de que há um pessimismo que destoa da realidade, que há má vontade da imprensa, de veículos de comunicação com relação a alguns

números da nossa economia, a algumas questões do interesse do nosso País, até porque o sentimento que nos une, de forma suprapartidária, é o de defesa da nossa Pátria, de valorização daquilo que é essencial para nós, haja vista o próprio real, que é algo do campo estritamente econômico, é a nossa moeda, e não tem paixões de natureza partidária. Ele surgiu no período que antecedeu este Governo e tem sido tratado com a responsabilidade que requer a moeda, um dos sustentáculos essenciais de todo o País, com suas bases econômicas.

E o senhor, com certeza, com sua equipe, faz um trabalho que nós entendemos como sendo um trabalho sério e responsável, embora tenhamos algumas preocupações, que eu quero compartilhar, que estão na mesma linha do que é manifesto com frequência pela imprensa ou até pela dona de casa. É o mundo real. Às vezes, o mundo real não consegue compreender o que, de modo popular, se chama "economês", a linguagem mais técnica e vernácula dos estudiosos de Economia. Mas o mundo real é que deve pautar as nossas vidas aqui, porque nós estamos aqui para representar o mundo real. Nós estamos aqui para representar os cidadãos, do mais humilde àquele que emprega mil, 2 mil, 10 mil pessoas no nosso País.

Há certos fatores que estão impactando de forma direta a vida deles, os quais nós não podemos negar, e eu tenho certeza de que eles preocupam o senhor. As minhas posições são no sentido de termos uma clareza maior de como isso pode ser, está e será enfrentado.

O primeiro aspecto está associado a todas essas considerações feitas sobre inflação, juros e política cambial. A balança comercial brasileira faz parte do mundo real. O Brasil está já, há muitos anos, em declínio, com uma balança comercial negativa, e isso alcançou patamares extremamente preocupantes. A gente percebe que há, sim, uma relação com o dólar. Há, portanto, uma relação com a capacidade competitiva da indústria brasileira.

A balança comercial está negativa e tem um saldo negativo maior ainda a cada momento e continua sustentando-se em *commodities* — no minério, na agricultura —,

como um dos principais pilares da parte positiva. Tirando isso, o desastre é monumental, quando se faz uma análise da nossa balança comercial indústria/indústria, manufaturado/manufaturado.

Há outro fator que não pode ser ignorado. A indústria brasileira caiu nos últimos anos. Isso não começou agora, pois vem caindo em níveis muito significativos sua participação no PIB — são dados do próprio Governo. A participação da indústria no PIB brasileiro está na casa de 13%; ela já esteve próxima do dobro disso. A indústria brasileira está sofrendo, e isso é algo que tem um efeito de longo tempo. Não se construiu o parque industrial brasileiro em um governo. Isso não é propriedade de um governo ou de uma linha ideológica. Isso é um patrimônio da nossa Nação e tem de ser preservado. Tem de se trabalhar para que a indústria brasileira volte a crescer, a ser competitiva.

Eu já começo a trazer algumas indagações a V.Exa. É claro que nós respeitamos o fato de o Banco Central ter missões de curtíssimo prazo. Aqui foi lembrado do tomate, que virou um vilão. Há quem diga que não se aumentou a gasolina por causa do tomate. Que bom que não se aumentou a gasolina, mas até que ponto isso se sustenta? A sustentabilidade deve ser uma preocupação do senhor ao presidir o Banco Central. Uma política econômica tem que ter sustentabilidade. Essa é uma das chaves do Plano Real: a sustentabilidade. Essa palavra não é bonita ou da moda, só para ecologia; ela é fundamental na vida das pessoas.

Na economia, acredito eu, com a minha simplicidade de agricultor e de médico veterinário, ela é essencial. Uma política econômica sólida tem de ser sustentável. Será que nós vamos sustentar a nossa inflação em patamares aceitáveis, embora ela tenha subido? Embora ela esteja com alguns indicativos de ascensão a serem analisados no primeiro semestre inteiro? Porque análise de inflação não se faz em um mês ou em um trimestre; é, no mínimo, em um ano. Quando se analisa um ano, ela tem indicadores preocupantes, que merecem ação.

Mas é uma política cambial que de certa forma sinaliza que o câmbio flutuante, um dos sustentáculos ou um dos pontos de sustentabilidade do Plano Real, começa a ficar comprometido. Leilão programado ao longo de vários meses parece um remédio adequado para segurar o dólar por alguns meses. Mas daqui a pouco teremos a prática de leilão programado para 2015, daqui a pouco? Nós vamos partir do princípio de que nós vamos sempre ter que vender dólar, com uma balança comercial negativa, com juros altos, com uma inflação que também sinaliza alta, com uma indústria com baixa competitividade, suportando o Governo, que segura o dólar e o que aumenta os juros? Será que é esse o remédio? Há sustentabilidade nisso em longo prazo?

E aí, Ministro, entra uma questão, com todo o respeito: política econômica, se ficar atrelada demais a processo eleitoral, é um desastre a médio e a longo prazos para o País. Eu sei que V.Exa. se posiciona. Aliás, eu sempre entendi que o Banco Central tem de ter independência absoluta. Nas economias sólidas do mundo inteiro é assim. Eu quero o nosso Brasil com uma economia sólida, com a qual se tenha segurança.

Acho que é preciso ter cuidado para agir. Achei interessante a brincadeira: será que nós vamos dar graças a Deus por uma decisão do FED, o Banco Central americano? O Presidente fez isso com a sua espontaneidade, mas com a responsabilidade de quem sabe que os Estados Unidos são um parceiro comercial importante — parece que é o segundo maior parceiro comercial do Brasil. É uma economia que é uma referência no mundo. Dá para fazer bravata, nesta hora, em relação aos Estados Unidos? Será que isso ajuda o Banco Central? Será que isso ajuda a nossa economia? Será que há sustentabilidade, portanto, volto a insistir, nessa forma de tratar a política cambial brasileira? Será que não são fatores como esses, somados ao desequilíbrio das contas públicas — algo sério — que fazem a inflação estar aí, persistindo?

E digo “desequilíbrio das contas públicas” porque há uma expectativa de superávit. Pelo menos a meta de superávit seria de 2,3% do PIB ou algo assim. Já tivemos aqui de votar um projeto nesta Comissão, além do PAC, incluindo as

desonerações para deduzir desse superávit que se esperava, ou seja, flexibilizando um pouco as metas que se esperava alcançar.

E quero concluir o raciocínio reiterando um respeito profundo ao esforço de V.Exa. e da equipe. Mas esse esforço não pode ficar comprometido por alguns raciocínios imediatistas. Eu acho que política econômica tem que ter sustentabilidade a longo prazo. Preocupa-me um país cuja política cambial trava a indústria brasileira, um país em que voltam a aumentar juros com a indústria brasileira tendo um crescimento pífio.

Quando a gente coloca que o PIB é Pibinho, não é porque eu queira com isso fazer uma referência pejorativa ao meu País. É porque eu tenho consciência de que meu País tem indicadores sociais, econômicos e de crescimento que ainda estão muito aquém do que nós queremos e merecemos. Ora, quando alguém bate um recorde mundial, para se superar, é muito difícil. Mas quando a gente está lá atrás ainda na fila, crescer dois e pouco por cento é muito pouco. Somos um país que está entre os menores crescimentos de toda a América Latina e vamos dizer que está bom demais? É claro que não está bom! Nós temos que crescer mais do que isso. E pior: quem disse que iríamos crescer próximo de 5% ou algo em torno disso foi a Presidente da República, que estabeleceu uma sinalização para este ano.

Então, é absolutamente razoável que haja notícias da imprensa dizendo que o PIB está pequeno; que se sinalizou uma coisa e se alcançou bem menos; que a inflação cresceu, porque ela cresceu mesmo; que a política cambial está representando um arrocho para a competitividade da indústria brasileira. A balança comercial está demonstrando isso, está claro.

Para finalizar, eu deixaria uma pergunta: há sustentabilidade na forma como estão sendo geridas as macroquestões da nossa política econômica?

A outra consideração que faço é mais pontual. Há poucos dias aprovamos aqui — chegou um pouco de última hora, como é relativamente comum ocorrer com as medidas provisórias — um REFIS para bancos e para seguradoras, um refinanciamento.

Não seria adequado que isso fosse oferecido a todas as empresas? Isso não daria um fôlego à economia brasileira? Isso não ajudaria a buscar o crescimento? Não seria inclusive mais justo, do ponto de vista da isonomia? Se eu vou fazer REFIS, por que eu vou fazer para banco, que foi o setor que mais lucro teve?

E nessa linha ainda, de bancos, eu não posso deixar de fazer um apelo ao senhor. Talvez até fosse o caso, se o senhor achar por bem, a gente sentar e conversar com alguém do Banco Central. Creio que não seja do Banco Central, porque eu já tratei desse assunto numa ocasião — se não me falha a memória, foi até com o senhor — e sei que o senhor é uma pessoa que tem incentivado o cooperativismo de crédito, de onde eu venho. O cooperativismo de crédito, por sinal, cresceu muito no Governo Lula e tem crescido no Governo Dilma. Não posso crer que haja qualquer má vontade com relação ao cooperativismo de crédito. Ele tem crescido e tem cumprido um papel importante na popularização dos financiamentos, na amplitude do acesso ao crédito e, principalmente, no controle de tarifas. O senhor sabe muito bem que as cooperativas são campeãs em termos de diminuir custos.

Pois bem, há um projeto de lei de minha autoria que não dá nada a mais à cooperativa de crédito do que aquilo que todo banco privado tem dado na relação com o poder público. A preferência é do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, onde eles existem, mas não há proibição de que uma Prefeitura faça o pagamento de uma folha de pagamento, faça uma operação de depósito à vista em bancos privados. Não há esse impedimento.

Com as cooperativas de crédito, Presidente, há um absurdo. Às vezes, a cooperativa é uma das melhores empregadoras de uma cidadezinha pequena. É ela que ajuda a economia. A Prefeitura daquela cidade pequenininha tem que pagar a folha de pagamento dos funcionários na cidade vizinha, porque a única instituição financeira naquela cidade é a cooperativa de crédito. Eu tenho vários exemplos disso em Minas Gerais. Ela é a única instituição, mas tem sido proibida de receber o depósito à vista ou

de fazer o pagamento dos funcionários e uma série de operações corriqueiras com as Prefeituras.

O nosso projeto apenas garante, dentro da lei das cooperativas de crédito, a possibilidade de elas realizarem essa operação, obviamente respeitadas todas as regras do Banco Central. Aliás, já é assim. O Banco Central tem um papel fundamental na seriedade das cooperativas.

Eu queria terminar, mais uma vez cumprimentando o senhor e a sua equipe pelo esforço, mas reiterando que eu acho que não há mercado, não há ambiente de notícias alardeadoras, não. Eu acho que há um pouco mais de preocupação quanto à sustentabilidade da política econômica brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Só para esclarecer a minha brincadeira, quando eu disse graças a Deus, era em função de não haver nenhuma mudança e da presença do Presidente aqui. Caso houvesse a mudança, poderia ser que ele tivesse que fazer alguma adaptação, e certamente seria postergada, pela presença dele nesta Comissão. Não que eu esteja torcendo contra os Estados Unidos, pelo contrário.

Tenho o prazer de passar a palavra agora ao Deputado Alfredo Kaefer e, logo a seguir, ao Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente do Banco Central, Presidente da Mesa, Senador Lobão, Sr. Altamir Lopes, que está sempre conosco lá na CFT, aproveito o momento para dizer que não é proibido ao Presidente do Banco Central também vir às nossas reuniões da Comissão de Finanças e Tributação, nem que seja vez por outra. A gente tem um ambiente bem informal e trata lá das coisas com muita sintonia.

Eu começo aqui também a falar de taxa de juros. Parece que é o único instrumento que nós temos de controle de inflação. E aí eu sou crítico ao dizer que nós deveríamos estar combatendo a inflação não por política monetária, e sim por política fiscal.

Às vezes, até fico me indagando se o Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda não têm sintonia adequada — e isso não vem de hoje — para dizer: *"Ministro, se não for assim, a coisa vai descambar, e não vamos ter outro jeito: vamos ter que subir as taxas de juros. Controle os gastos, tome lá as suas providências fiscais, para que a gente não tenha que subir taxa de juros."*

Aumentando taxa de juros, sou também bastante descrente e gostaria que me provassem que de fato o aumento da taxa de juros é o que dá efeito para o controle da inflação. Coincidentemente ou não, há sempre outros ingredientes que vêm junto. Por exemplo, agora a inflação deu uma segurada, tivemos uma safra boa, e os preços das *commodities* caíram. Então, será que foi a taxa de juros, que subiu, ou foram outros fatores — safra, mais oferta de produtos, redução de consumo, porque nossas famílias estão endividadas — o que fez de fato baixar ou segurar a taxa de inflação?

Sr. Presidente, eu me dedico muito a estudar isso, a ler sobre isso, e percebi que muitos países que têm situações semelhantes à nossa, que tiveram impactos um pouco maiores de inflação, via de regra, não usam o aumento da taxa de juros como instrumento. Vários deles não usam. Eu li outro dia, por exemplo, que a Índia teve, recentemente, um efeito de inflação um pouco maior do que o normal, mas não extrapolou a taxa de juros de forma tal que ela seja maior do que a inflação. Hoje, por exemplo, ela é no mínimo 50%, 60% acima da nossa inflação, que é projetada em 9%. E nós temos 50% a mais de taxa SELIC sobre a inflação projetada. O senhor sabe que isso tem impacto.

Falamos de *spread* bancário. Tudo isso repercute, porque, se uma taxa SELIC está em 9%, a duplicata para o comerciante está em 40% ou em 50%, e a taxa de juros

para o consumidor já está próxima de 100%. Aí vem lucro de banco, *spread*, inadimplência. Soma-se tudo isso, e o brasileiro paga uma taxa de juros altíssima.

Há outra questão, que se refere a mais um aspecto dessa situação da taxa de juros. Eu estou no segundo mandato aqui na Câmara e, no período da crise do Lehman — agora faz 5 anos que isso aconteceu —, nós cobramos do Presidente do Banco Central à época, Henrique Meirelles, a razão de naquele momento não ser a hora de baixar a taxa SELIC com um fator mais forte. Se lá na frente, como de fato aconteceu, nós tivéssemos que subir a taxa de juros para segurar a inflação de 7% para 9%, ela poderia ter sido, quem sabe, de 5% para 7%.

Ficamos 6 meses sem nenhuma reação inflacionária, com os produtos estabilizados. Havia até um clima de deflação, e o Banco Central foi extremamente tímido e acanhado em reduzir a taxa de juros, quando ele poderia ter dado uma pancada de, no mínimo, 2 pontos a menos, e agora nós estaríamos tendo esse reflexo sobre uma base menor.

Taxa de juros de câmbio flutuante para mim é uma grande falácia. Taxa de juros, câmbio livre e dólar flutuante só cabem quando se tem uma taxa de juros extremamente baixa, a exemplo do Japão e de alguns países da Europa, eventualmente, e assim por diante. Nós, que temos taxa de juros alta, jamais vamos ter uma taxa de câmbio flutuante e algo equilibrado para o mercado. Não me diga que isso não tem fator de Banco Central junto. Nós somos críticos. Não deveríamos ter deixado o real ser valorizado a ponto de o dólar chegar a 1 real e 65 centavos.

Essa situação de desindustrialização... Não vamos chamar de desindustrialização, mas a indústria sofreu muito. Criamos milhares de empregos na China, na Ásia e prejudicamos o Brasil, porque não há competitividade que consiga fazer frente a uma taxa de câmbio daquelas. E aí o banco diz: *"Não, mas o dólar é flutuante".* Agora o Banco Central mostrou que quem fez o dólar refluir foi ele próprio, tanto para cima quanto para baixo. Os senhores deram sinal de que entrariam pesado, e o dólar voltou: foi de 2 reais a 2 reais e 30 ou 40 centavos porque os senhores deram

sinal de que iam deixar correr. Então, ninguém me diga que o dólar flutuante não tem influência do Banco Central. Isso é absolutamente certo.

Quanto às dívidas de curto e longo prazo, eu perguntei aqui ao Relator da LDO sobre o Orçamento da União do ano que vem: será de cerca de 2 bilhões. Eu sou favorável a termos reservas cambiais boas, de bom número. Mas por que nós temos que ter de 20% a 25% do nosso Orçamento guardados em reservas lá no exterior? Quanto custa isso para o País, aplicado a 1% a 2% de taxa de juros, quando nós aqui pagamos 9% de taxa SELIC? Nós — é absolutamente certo—, se tivéssemos 200 bilhões de reserva cambial, tenho certeza de que teríamos um colchão preventivo suficiente para fazer isso.

Por que não botar esses recursos e, de forma oficial, reduzir as reservas pela metade e criar condições para que empresas brasileiras no exterior financiem de lá as importações do Brasil, para que a gente possa fazer crescer as nossas exportações? Isso é uma ideia que acho ser factível. São quase 400 bilhões de dólares em reserva, a qual não vejo razão de existir.

Em relação a atração de poupança externa, nós sabemos que não vamos ter, a curto e a médio prazos, poupança interna de 20% ou de 25% do PIB para fazer frente ao crescimento econômico. Quais são, a seu ver, os instrumentos adequados? Eles têm que ser buscados no exterior. Eu sei que precisamos ter contratos firmes, regras estáveis, mas quais são, a seu ver, os instrumentos que nós poderemos criar para atrair mais capital do exterior, evidentemente, sem termos que fazer uso da vaca holandesa, para não pressionarmos novamente a moeda, e ter o real extremamente valorizado?

Faz 5 anos que nós vivemos a crise do Lehman. Nós sabemos que um dos fatores principais foi o descontrole que os americanos tiveram sobre as instituições financeiras que estavam fora do controle do Fed. Estavam livres empresas de investimento, etc. Que controle, que mecanismos o Banco Central tem hoje no Brasil sobre as instituições de crédito, de financiamento que estão fora do controle do Banco Central? Eu falo de fundos, de FIDC. Eu falo, por exemplo, de empresas de *factoring*

hoje — e estou trabalhando nisso aqui na Câmara. Há empresas de *factoring* do tamanho de bancos que estão totalmente fora do controle do Banco Central. Essa é uma questão.

O que o senhor tem a dizer — está tramitando no Senado, e nós vamos versar isso — sobre o Banco Central ser independente? Qual é a sua visão sobre isso?

E mais: sobre esse imbróglio todo, como o senhor veria a circulação livre de moeda estrangeira no Brasil, como alguns países têm? Até o nosso vizinho Paraguai pode movimentar o guarani, a moeda deles, livremente o dólar, pode ter conta em dólar.

E outra questão, até pequena: por que o Banco Central optou por trocar o nosso papel moeda? Qual é a razão disso? Eu até acho — isso é uma questão pessoal — que não faz sentido você ter várias moedas de tamanho diferente. Disseram que foi para as pessoas cegas identificarem melhor, mas foi um gasto extraordinário totalmente descabido, na minha opinião.

Última questão: outro dia, por pedido do Executivo, do Ministério da Fazenda, o Banco Central liberou compulsório para algumas atividades com vista a dar estímulo. E eu sempre pensei que nós temos uso do compulsório para a agricultura, que liberamos o compulsório para investimentos não sei se no PAC em coisas de longo prazo, em infraestrutura. Como é que o senhor vê a liberação de compulsório? Nós temos um volume grande de compulsório; é bem verdade que grande parte dele é remunerado. Como é que o senhor veria a liberação de parte de compulsório, nem que ele tivesse que ser feito de forma forçada, para nós investirmos isso maciçamente em educação, que é a chave do nosso desenvolvimento de médio e longo prazos?

Haveria mais questões, mas, a pedido do Presidente Lobão, não vou usar mais o tempo porque já questionei bastante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Alfredo. Com a palavra o Presidente Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente.

Serei breve, porque há um grande número de questões neste momento. Vou iniciar pelas questões do Deputado Domingos Sávio.

Em relação à política econômica brasileira e à sustentabilidade, que foi um princípio que V.Exa. invocou, eu também creio que é um objetivo, certamente, que as políticas tenham ao longo do tempo efeitos que se sustentem, porque de nada adianta ter uma política com efeito fugaz que crie a semente de problema no futuro e acabe custando para a economia. Nesse sentido, creio que a política econômica brasileira hoje está extremamente sintonizada com o princípio da sustentabilidade e da prudência.

V.Exa. mencionou as iniciativas de curto prazo. Nós estamos vivendo um período de transição em que é preciso adotar algumas medidas de curto prazo, justamente para se contrapor a um cenário que foi colocado não pelo Brasil, mas num contexto global de transição, num mundo de dinheiro extremamente barato, para algo já caminhando para uma normalização, ao longo dos próximos trimestres, semestres, enfim. Então, nós precisamos estar preparados, não deixar que os riscos da transição coloquem um questionamento mais severo sobre a sustentabilidade das políticas de longo prazo.

Em relação à taxa de juros, por exemplo, tive oportunidade de, respondendo à pergunta de um colega seu, apresentar alguns argumentos por que eu entendo que nós avançamos na questão da taxa de juros estrutural da economia, que hoje é mais baixa do que foi num passado não tão distante. Tivemos a questão da prudência fiscal, que eliminou aquele risco que estava muito presente no início da década de 2000, final da década de 1990, da solvência do setor público. Então, esse risco é afastado.

Quanto à questão da vulnerabilidade externa, ainda que V.Exa. tenha mencionado o desempenho da balança comercial, nós já passamos por esse capítulo da vulnerabilidade da economia brasileira. Nós temos hoje vários aspectos que reduzem essa vulnerabilidade, entre outros, o nosso colchão de reserva de liquidez em moeda estrangeira, que dá segurança não só ao Governo, mas também aos agentes privados, às empresas e às famílias.

V.Exa., inclusive, reconheceu que houve uma tranquilidade, mas trouxe alguma restrição ao programa que foi anunciado recentemente pelo Branco Central, no dia 22 de agosto. Não se trata aqui de sair do regime de câmbio, que acho ter servido bem ao País. O câmbio flutuante protege, quando o País enfrenta um choque positivo, seus termos de troca. O câmbio tem de apreciar e aprecia. Isso é refletido. Também quando há aversão ao risco, como vimos nos últimos meses, o câmbio flutuante dá a primeira linha de proteção, mas, naturalmente, o Banco Central sempre diz que tem uma política de acumulação de reservas — quando as condições de mercado permitiam — e de intervenção nos mercados, para garantir o bom funcionamento e tirar o excesso de volatilidade que, em alguns momentos, torna a vida do cidadão comum e das empresas um tanto quanto complicada, a depender da dinâmica desse mercado.

Então, nós estamos menos vulneráveis em vários aspectos. O sistema financeiro hoje está sólido, capitalizado, enfim, e reconhecido internacionalmente como um segmento seguro e forte da economia brasileira.

Outra questão que eu mencionei em relação aos avanços que tivemos nos juros estruturais da economia, por exemplo, foi a bancarização que ocorreu na economia brasileira nos últimos anos, que pode ser vista pelo lado do crédito e pode ser vista pelo lado do acesso ao serviço financeiro. Inclusive, V.Exa. mencionou um segmento importante do sistema financeiro nacional, o sistema cooperativista de crédito, que tem ajudado nessa capilarização dos serviços financeiros nos rincões do País. Isso também ajuda a entender.

Do ponto de vista estrutural, nós hoje temos vários avanços. Estamos menos vulneráveis do ponto de vista externo e do ponto de vista fiscal. Então, essa é uma política base para que os agentes privados consigam atuar e expandir as suas atividades no período à frente. Na transição, estamos fazendo as políticas de curto prazo para não botar a perder esses movimentos mais estruturais. E há uma agenda — V.Exa. mencionou o setor industrial — para melhorar as condições de competividade, a produtividade do segmento. Toda essa discussão foi travada no País em relação à

desoneração da folha de pagamento, à redução do custo da energia, sempre apontado como um custo relevante para o produtor nacional. Temos todo investimento na capacitação de mão de obra.

Enfim, temos todo um programa de investimento em infraestrutura logística, que certamente terá um impacto difuso e amplo sobre a economia brasileira nos próximos trimestres, semestres e anos.

Acho que, sim, a política macro é uma política de responsabilidade, do ponto de vista das finanças públicas, é uma política ativa e alerta a política monetária com o objetivo definido. Temos um arcabouço claro para todos em relação a quais são os objetivos. Creio que, sim, estamos com uma política macroeconômica, usando suas palavras, que apresenta sustentabilidade e as medidas de curto prazo para transitar nesse período de maior volatilidade.

Em relação à sua segunda observação, o REFIS dos bancos, agora estou me dando conta do que V.Exa. estava mencionando. Na MP 615 consta o objeto, as dívidas de PIS/COFINS. É uma decisão do Parlamento. Não sei o que eu teria a dizer em relação a isso.

Sobre o projeto de lei estamos à disposição. Não sei se a minha equipe já o avaliou, mas certamente estaremos engajados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Se me permite, Presidente, sobre esse projeto de lei, eu já vi sinalizações da equipe do Banco Central de que não há nenhuma objeção. O projeto de lei realmente não muda nada no cenário, a não ser possibilitar que a cooperativa de crédito faça operações à vista, de depósito à vista, e operações triviais com as entidades públicas. O que é de interesse público é de interesse das Prefeituras e é de interesse das cooperativas de crédito, sem apresentar nenhum risco, até porque obviamente o Banco Central acompanha isso. O que está me preocupando é que, embora tenha tido parecer favorável do Relator, o projeto teve alguma dúvida, algum óbice vindo, obviamente, da área do Governo, se poderia aprovar ou não.

Nós agiremos através da Frente Parlamentar do Cooperativismo de forma diplomática para construir um entendimento para esse projeto ser aprovado. Tínhamos esperança de aprová-lo no ano passado, que era o Ano Internacional do Cooperativismo.

Deixo esse apelo a V.Exa. É o Projeto nº 100, de 2011. É um projeto singelo que beneficia o cooperativismo de crédito sem criar nenhum tipo de alteração no sistema financeiro ou qualquer outro tipo de problema.

De antemão eu já agradeço a V.Exa.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMIBINI - Muito obrigado.

Quanto às perguntas do Deputado Alfredo, vou seguir a ordem.

Em relação à política monetária, V.Exa. mencionou a sua descrença no instrumento. Temos uma divergência nesse ponto. Acho que, sim, a política monetária tem um papel para o controle da inflação, ela vem atuando nisso, tomando como base as demais políticas e a conjuntura, tanto brasileira quanto internacional. Temos atuado para assegurar o controle da inflação, trazer essa inflação para baixo, em direção à nossa meta de inflação. Estamos fazendo isso. A política funciona.

Acho que a comunicação política que antecede a própria adoção teve seus impactos. Estamos monitorando todas as variáveis domésticas e internacionais para tomar as decisões seguintes. Como V.Exa. bem sabe, o Banco Central se reúne na qualidade de Comitê de Política Monetária a cada 6 semanas.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Uma ressalva. Não é descrença. Eu tenho dúvida do efeito dela. É isso. Acho que ela é inevitável, mas penso que há altos instrumentos.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMIBINI - O.k. Muito obrigado pela qualificação.

Em relação à taxa de câmbio flutuante, eu acabava de mencionar respondendo à pergunta do Deputado Domingos Sávio, que o regime de câmbio flutuante, na nossa

visão, é o regime que melhor protege a economia brasileira de choques, sejam choques coletivos, sejam choques adversos.

O Banco Central tem repetido inúmeras vezes que a primeira linha de defesa contra um choque externo é o próprio câmbio flutuante.

Naturalmente, dito isso, nós também apresentamos alguns outros princípios, por exemplo: fazer com que os mercados funcionem, fazer com que se evite volatilidade excessiva nessa variável importante. E nós anunciamos recentemente esse programa de fornecimento de proteção para assegurar que o câmbio não tenha efeitos permanentes sobre a economia real que sejam indesejáveis. Nós temos feito isso com êxito nesse período.

Em relação às reservas internacionais, acho que esse é um colchão de contenção que nos permite ter um arsenal de medidas para fornecer esse bem público, a estabilidade financeira e a estabilidade econômica para o País.

Eu diria que esse volume de reservas, que está na faixa de 15% do PIB, quando comparado com outras economias, está em um intervalo intermediário do valor de reserva em relação ao tamanho da economia. A economia cresceu, esse percentual está mais ou menos constante há algum tempo.

Então, não me parece um nível excessivo, na visão do Banco Central. E esse é um instrumento para proteger a economia, inclusive o lado real da economia. Não é para estar sentado em cima de um montante de recursos esterilizados lá no Banco Central em aplicações. Eles são efetivamente utilizados. E estamos neste momento trazendo mais tranquilidade para o lado real da economia operar nesse novo ambiente.

Em relação à atração de capitais, o Brasil, mesmo com as medidas que tomou nos últimos anos, medidas até para desacelerar um pouco esse ingresso de capitais de curto prazo... Eu tive oportunidade de falar aqui anteriormente sobre a natureza dos fluxos. Nós encontramos esse período recente de maior volatilidade com nossos fluxos de capitais com natureza diferenciada. Ou seja, mais investimento estrangeiro direto,

menos portfólio, mais recurso de longo prazo, menos de curto prazo. Isso ajuda nesse momento de maior incerteza da economia global.

Mas, independentemente disso, o Brasil foi a terceira área que mais atraiu investimento estrangeiro direto no ano de 2012. Nós perdemos basicamente para China, Hong Kong, considerada uma área econômica única, e para os Estados Unidos. Está, inclusive, em uma das transparências que eu forneci aqui na prestação de contas.

Então, o Brasil tem atraído recursos de longo prazo. Enfim, acho que o que nós podemos fazer é continuar com esse enfoque de abertura em relação aos recursos estrangeiros, sempre tomando a cautela de evitar, quando a coisa está muito boa, fluxos excessivos que depois se revertem e causam impactos na economia real. Eu acho que isso nós temos feito tanto nos últimos 2 anos quanto mais recentemente.

Essa é uma discussão muito atual que V.Exa. traz sobre segmentos do sistema financeiro que não estão sob a regulação ou fiscalização. Essa discussão está muito em pauta em função das discussões de Basileia, das lições da crise, pelas quais se aperta a regulação sobre as entidades que já estão hoje sob o manto regulatório dos bancos centrais ou dos supervisores bancários, mas sempre com risco que aqueles que ficaram de fora tenham o benefício da arbitragem regulatória.

Então, esta é uma discussão que está correndo no mundo: o *shadow banking*, o sistema que fica à margem e que pode se beneficiar de uma regulação inexistente ou muito mais branda, mais genérica. É uma discussão relevante. Eu não vou conclui-la aqui, mas certamente V.Exa. tocou em um ponto bastante relevante. Eu queria adiantar que no Brasil, pelo nosso mapeamento, esse sistema que está fora do quadro regulatório do Banco Central é relativamente pequeno comparado ao restante da economia.

V.Exa. menciona a questão da circulação de moeda estrangeira. Eu acho que é preciso realmente ser muito cauteloso nessa área. O Brasil não emite moeda estrangeira — tem lá as suas reservas, mas não é um emissor de moeda estrangeira. Então, é sempre muito perigoso permitir a livre circulação quando o país não é o

emissor da moeda. Certamente nós não chegamos lá para avançar nessa direção. Enfim, poderíamos discutir bilateralmente sobre alguns dos riscos que nós vemos. Mas, certamente, há pouca chance de evoluir nessa direção, infelizmente.

Em relação ao Banco Central independente, eu acho que o Congresso tem que decidir, o Governo, enfim, tem que refletir sobre essa questão.

Sobre a troca do meio circulante, isto é algo que já vinha sendo planejado há muito tempo. Essa é uma decisão já de muito antes dessa administração. É um programa de modernização do nosso meio circulante, para melhorar os elementos de segurança e trazer também essa maior acessibilidade que V.Exa. mencionou, porque é um elemento importante o reconhecimento tátil, o reconhecimento por meio do tamanho das cédulas. Isso certamente é algo que traz um benefício para a sociedade brasileira. Há preferências, enfim, mas o objetivo da política foi claro: trazer o benefício de aumentar a segurança, aumentar o custo, digamos, da falsificação e permitir maior acessibilidade da população à moeda brasileira.

Por fim, o compulsório é algo do Banco Central, é um recurso do próprio sistema, que volta para o sistema. Não é um recurso do Banco Central, não é um recurso público sujeito à liberdade total das autoridades, sejam monetárias, sejam de Governo. Então, é preciso ter muita cautela em relação ao uso dos depósitos compulsórios, que têm, claro, o objetivo de assegurar a estabilidade das condições de liquidez do sistema financeiro. Então, esse é o objetivo precípuo da existência de compulsórios, que têm servido bem ao Brasil, que tem níveis de compulsório mais elevado do que outras jurisdições.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Presidente.

Passo a palavra, finalmente, para o Senador Suplicy. E logo após a inquirição do Senador Suplicy, rapidamente o Presidente Edinho Bez irá se pronunciar.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Prezado Presidente Edinho Bez, caro Presidente Senador Lobão Filho, prezado Sr. Diretor de Administração do Banco Central, Altamir Lopes, prezado Presidente e Ministro Alexandre Antonio Tombini, do

Banco Central do Brasil. V.Exa., em demonstrações recentes aqui colocadas sobre a economia brasileira, tem tido a preocupação... Dessa vez não veio a evolução do Coeficiente de Gini de distribuição da renda. Queria estimulá-lo a sempre trazê-lo.

Mas eu agradeço se V.Exa. puder falar sobre esse tema. Não tenho visto em publicações, sejam do Banco Central, sejam do Ministério da Fazenda, sejam do Planejamento, ou mesmo em livros de economia recentes no Brasil, se há estimativa sobre como se distribuem os tipos de rendimentos: salários, juros, lucros, aluguéis, que são formas de rendimentos. Juros, para os que emprestam crédito, dinheiro; salários, a remuneração do trabalho; aluguéis, para os que recebem por alocar propriedades imobiliárias; e os lucros das empresas.

Eu pergunto se por acaso o Banco Central, as autoridades econômicas brasileiras têm uma evolução de como se distribuem salários, juros, lucros de aluguéis na economia brasileira e se isso poderia nos ajudar na análise da distribuição da renda. Felizmente, conforme V.Exa. mesmo tem nos apresentado, nesses últimos 10, 12 anos, desde 2001, 2002, o Coeficiente de Gini de desigualdade tem diminuído passo a passo, caiu de 0,59 para — o último de que eu me lembro, o mais recente — 0,519. Às vezes há diferenças conforme a base de medida do IBGE. Mas, se por acaso houver dados da distribuição da renda em épocas recentes e, presentemente, dos tipos de rendimentos, eu agradeço a informação. Se não houver, queria estimular o Banco Central a obter essa informação, porque ela é muito relevante para os economistas, e, para a população em geral, é mais um dado que, se medido de tempos em tempos, vai ajudar na análise do comportamento da economia brasileira.

Relacionado a esse tema, se V.Exa. puder nos dar e também avaliar o grau de concentração do sistema financeiro e do sistema bancário no Brasil, agradeceríamos. Nas últimas décadas, o sistema financeiro brasileiro passou por inúmeras absorções, fusões e compras de instituições financeiras, algumas maiores por outras menores, algumas acabaram tendo problemas de concordata, de falência e tudo o mais. E tudo

isso faz com que nós hoje tenhamos um grau de concentração do sistema financeiro e do sistema de bancos, e assim por diante.

Eu agradeço se tiver aqui a informação mais atualizada: qual é o número hoje de instituições financeiras, correspondendo, digamos, ao número de bancos comerciais, de bancos de investimento, das próprias cooperativas de crédito, instituições eventualmente de microcrédito? Se houver, se V.Exa. puder nos dar essa informação, seria importante.

E agradeço se puder nos informar como é que V.Exa. vê o grau de concentração hoje existente, se considera bastante saudável, se por acaso avalia que isso deveria ser uma preocupação presente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, se porventura o Banco Central por vezes dialoga com os responsáveis pelo CADE relativamente a isso. Avalio que essa é uma atribuição tanto do Banco Central quanto do CADE. Imagino que os dois organismos... Se, por acaso, não está acontecendo, mas se tivéssemos uma evolução para que o sistema bancário brasileiro se concentrasse em apenas dois, três, quatro bancos, isso obviamente seria uma preocupação, avalio, tanto do Banco Central quanto do CADE.

Agradeço se V.Exa. puder nos dizer a respeito da sua avaliação e, dentro disso, se puder nos dar uma informação sobre como está evoluindo o sistema de microcrédito no Brasil. Nós tivemos algumas vezes ao longo desses anos, e desde... Eu me lembro de visitas do criador do Grameen Bank, Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz. Ele esteve já algumas vezes no Brasil, e inclusive eu próprio assisti, no Rio de Janeiro, na sede do BNDES, a umas de suas palestras, quando conversou muito sobre o estímulo às instituições de microcrédito. E eu sei que, por exemplo, o próprio BNDES tem um setor de microcrédito, o Banco do Nordeste do Brasil tem também o setor de microcrédito, acho que é o Crediamigo, e assim por diante. Então, se puder nos dar um quadro de evolução e como considera que isso pode ser bastante saudável, agradecemos.

Agradeço se puder nos dar uma informação também sobre a evolução do balanço comercial brasileiro, pois parece que há notícias de uma evolução saudável nesses meses recentes.

E, finalmente, gostaria de lhe trazer uma preocupação que chegou a mim de servidores do Banco Central, do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central — SINAL, que em geral sempre dialogam comigo e com outros Senadores: considerando a própria relevância das funções desempenhadas pelo Banco Central, estaria, de fato, havendo um corte significativo de recurso de custeio da ordem de 70% para o último quadrimestre deste ano? Significará isso, porventura, uma diminuição dos meios de trabalho desses servidores, tais como restrições para ligações telefônicas, uso da Internet, redução do número de impressoras, diminuição substancial de viagens — inclusive, para a melhor fiscalização do sistema financeiro, o corte de terceirizados e estagiários —, entre outras medidas? Imagino que, para os servidores de carreira do Banco Central, não haveria cortes de maneira alguma, mas até para estagiários? Será que isso poderia, de alguma forma, comprometer o bom desempenho da instituição? Eu coloco essas questões como uma preocupação dos servidores que me parece saudável. Eles gostariam de obter as informações.

Eu quero cumprimentá-lo, Presidente Alexandre Tombini, pelo resultado, porque, conforme a demonstração da prestação de contas que regularmente V.Exa. aqui nos expõe, desta vez os indicadores são positivos, do ponto de vista do melhor desempenho da própria economia, do setor industrial, do setor de agricultura. Ainda hoje eu ouvi no rádio que o desempenho do setor de serviços foi muito significativo, um crescimento de 9%. Acho que eu ouvi no rádio, no caminho para o Senado hoje, que o setor de serviços, seja de transporte, seja das demais áreas, salvo engano, no semestre, apresentou um crescimento da ordem de 9%, portanto, uma recuperação bastante saudável. Pelos números que V.Exa. apresenta, tanto no âmbito da agricultura quanto no da evolução do investimento, das oportunidades de trabalho, e de maneira

compatível com a recuperação da meta de inflação pelas autoridades monetárias, enfim, quero cumprimentá-lo por esse bom desempenho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Suplicy.

Passo a palavra ao Presidente Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Senador Suplicy, pelos questionamentos.

Em relação ao Coeficiente de Gini, de fato, não está na apresentação, vamos trazê-lo certamente na próxima vinda ao Congresso Nacional.

Sobre a decomposição pela ótica da renda do, digamos assim, produto brasileiro, é uma decomposição interessante. Acho que V.Exa. toca num ponto pouco explorado pelos economistas, e nós também não temos a tradição de olhar assim. Nós olhamos pela ótica do produto, agricultura, indústria e setor de serviços e, pela ótica da demanda, consumo, investimento, exportações líquidas e governo. Mas, pela ótica da renda, essa distribuição é menos olhada, e é algo importante de se ter uma noção. Eu desconfio, sem ver os números, que a parcela dos salários aumentou bastante nos últimos anos no País em relação às outras duas que V.Exa. menciona — aluguéis, na remuneração do espaço, da terra, e lucro do capital.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - E os juros.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - E os juros. Exatamente, os juros também. Eu tinha anotado aqui, mas a minha caligrafia... E os juros. Então, vamos examinar.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - E para o Presidente do Banco Central saber a proporção dos juros na economia brasileira é sempre um dado relevante.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Sim, pelo lado da distribuição da renda, é interessante. Vamos investir nisso. Conversava aqui, enquanto V.Exa. fazia sua formulação, com o Diretor Altamir, que conhece as nossas estatísticas como ninguém. De fato, temos condição de levantar essa distribuição, que parece interessante. Foi um

bom alerta de V.Exa., vamos examinar isso. A evolução ao longo do tempo pode nos trazer algumas conclusões interessantes.

Em relação ao grau de concentração, ao número de instituições, eu não tenho aqui no momento, mas certamente temos na página do Banco Central esse contingente de instituições financeiras, todas as modalidades, inclusive cooperativas de crédito.

Só queria fazer um comentário em relação ao que V.Exa. mencionava sobre concentração. Concentração e competição, não necessariamente há um mapa perfeito entre uma e outra. Nós temos países com sistema financeiro altamente concentrado com um grau de concorrência bancária muito elevado, por exemplo, Canadá, Austrália, só para mencionar alguns. Eles têm um grau de concentração maior que outras economias, mas há muita concorrência entre as instituições.

E, no Brasil, a nossa agenda da concorrência no sistema bancário já tomava como base também essa realidade de que nós podemos ter mais concorrência ainda que o grau de concentração não se altere. Por meio do quê? Da portabilidade. Então, nós tivemos todo um desenho de políticas, ao longo dos últimos anos, para facilitar a portabilidade dos créditos, facilitar a portabilidade da conta bancária, com a criação da conta-salário, por exemplo, facilitar a portabilidade do cadastro do indivíduo, com iniciativas como Cadastro Positivo e, enfim, outras também de portar o seu próprio cadastro.

Então, o desenho das políticas, a própria criação do Cadastro Positivo, a diminuição dos limites de registro das operações de crédito no Banco Central também partem dessa premissa, que eu acho que é válida, de que, independentemente do grau de concentração, pode haver mais competição ou menos competição. Essa competição tem a ver com o custo de o cliente bancário transitar entre instituições, com usar o seu poder de barganha, que é mudar de instituição com menores custos. Nós temos trabalhado nisso, vamos continuar trabalhando. Mas os números estão lá, eu vou pedir à assessoria que passe os quantitativos do sistema financeiro.

O Microcrédito é um programa importante. Está na faixa de 4 bilhões de reais hoje o estoque de microcrédito. Esse programa, nos últimos 12 meses, cresceu bastante, quase 40%. Tenho aqui o número: nos últimos 2 meses, período encerrado em julho, em comparação com os 12 meses anteriores, cresceu 38,6% o crédito estendido na modalidade microcrédito.

Há um direcionamento, que tem sido mais bem utilizado do que no passado. Enfim, acho que tem funcionado essa política pública de aumentar o microcrédito, inclusive com participação do BNDES, que V.Exa. mencionou. Há esse outro programa, o Crediamigo. Então, ele está evoluindo. É importante, sim, esse segmento do sistema financeiro.

Evolução da balança comercial. Tem havido revisões para baixo do saldo positivo. Mais recentemente, começamos a ter na margem saldos positivos de balança comercial. A mudança nos preços relativos, que foi objeto da nossa discussão, nesta tarde, ou valorização do dólar em relação a várias outras moedas, fazer com que isso seja de fato um *blessing in disguise,* um aspecto positivo, ou seja, que haja uma mudança nos preços relativos, controlando a inflação, o câmbio nominal se ajustando, como se ajustou, e isso vai ter repercussão sobre a balança comercial. Então, está militando no sentido de melhorar o saldo comercial à frente.

Do ponto de vista do balanço de pagamento, temos uma conta corrente que, em grande parte, mais de 80%, é financiada por investimento estrangeiro direto. Essa é a realidade que nós temos. Uma conta corrente está numa faixa de 3,4% do PIP, hoje. É algo financiável.

Há muita discussão aí fora de que o Brasil estaria com a conta corrente abrindo. Não é a realidade. Nossa conta corrente ampliou um pouco o déficit em relação ao passado, mas é natural que o Brasil seja um absorvedor de poupança externa, que é, digamos, a contra face do déficit em conta corrente, mas em níveis manejáveis, e 3,4% do PIB é um nível manejado. Como eu disse, mais de 80% financiado pelo investimento estrangeiro direto. E essa realidade continua.

Em relação ao seu último ponto, estamos, sim, fazendo ajustes. No meio do processo de ajustes, o orçamentário, atendendo a uma decisão do Governo, do Decreto nº 8.062, de 29 de julho de 2013, e da Portaria nº 268, de 30 de julho de 2013.

Então, posso lhe assegurar algumas questões. Por exemplo, a questão de que os trabalhos de fiscalização em nada são afetados por esse corte. É uma preservação do orçamento na fiscalização. Por exemplo, é um dos pontos de preocupação levantados. Certamente nós temos a preocupação de acompanhar esses ajustes. Ninguém gosta de cortes, naturalmente. Nós temos um comitê de acompanhamento; um nível mais técnico de funcionários do Banco Central em todas as unidades do banco. Eles estão acompanhando diariamente a evolução desse processo. É um canal de comunicação com o funcionalismo. E temos um nível estratégico, coordenado pelo Diretor de Administração, Diretor Altamir, um outro Diretor e o Secretário Executivo, que também me relatam, reportam-me a evolução do acompanhamento disso.

Certamente, apesar de ninguém gostar de cortes, e de nós termos procurado de preservar todas as nossas atividades, sempre há um momento que eu acho que o servidor tem que utilizá-lo como oportunidade, para tornar a instituição mais eficiente ainda, tirando eventuais redundâncias excessivas.

Claro que num órgão como o Banco Central, por se deparar com problemas complexos — no dia a dia sempre surgem novos problemas —, nós temos que ter um nível de redundância, temos que ter pessoas pensando mais livremente dentro das nossas responsabilidades, mas, naturalmente, sempre uma situação de ajuste é também uma situação de oportunidade de tornar a nossa instituição ainda mais eficiente.

Então, é uma preocupação nossa, do Diretor Altamir, do Presidente. Certamente nós temos uma governança já estabelecida para acompanhar esse processo, e vamos receber, sim, temos recebido, os subsídios, as considerações do funcionalismo e também por meio do sindicato.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, o Presidente do Banco Central, o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, o Deputado Edinho Bez e o Dr. Altamir Lopes precisam saber dos fatos importantes que afetam a vida da Nação. Um deles é a decisão que acaba de ser dada, não sei se V.Exa. já soube: o Ministro Celso de Mello reconheceu os embargos infringentes. Só para o Presidente do Banco Central também ficar sabendo. Isso foi há poucos instantes, e o Presidente estava no meio da sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra agora ao Deputado Edinho Bez, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Cumprimento o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Lobão Filho, que também preside esta audiência pública juntamente com os demais colegas e Presidentes de inúmeras Comissões aqui presentes.

Quero cumprimentar o Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Antonio Tombini, o Diretor de Administração do Banco Central, Altamir Lopes, os demais Diretores e os demais auxiliares do Banco Central aqui presentes.

Peço a compreensão de vários colegas. Eu havia feito várias perguntas, o Presidente é testemunha, mas tive que mudá-las, porque, à medida que os colegas foram falando, mataram os meus questionamentos e perguntas, mas fiz alguns riscos, e há algumas repetições. Serei bastante breve.

A pergunta que faço ao Presidente do Banco Central é a seguinte: qual a possibilidade de o Banco Central interferir junto aos bancos e às administradoras de cartão de crédito para diminuir o custo — juros, taxas, etc. —, uma vez que, apesar de ter diminuído, ainda é muito alto, levando em consideração o índice de inflação e que muitos clientes se encontram com dificuldades de honrar os seus compromissos?

Fiz aqui um resumo em que eu falo muito sobre isso. Pergunto se diminuiu o índice de cheques devolvidos por insuficiência de fundos. Os cheques sem provisão de fundos prejudicam a nossa economia, causam transtornos à população, de um modo geral, e desclassificam a credibilidade do próprio cheque, respirando no sistema bancário brasileiro e na nossa própria economia. Pergunto se vem diminuindo o índice de cheques devolvidos.

A questão do dólar e do câmbio já foi falada, e seriam outras perguntas.

Para encerrar: Qual o valor do saldo de depósito compulsório que nós temos hoje no Brasil administrado pelo Banco Central?

No mais, eu quero parabenizar o Presidente por ter vindo mais uma vez a esta Comissão, por ter aceitado o nosso convite. Também temos consciência de que se trata de uma pessoa e de uma equipe, não somente do Presidente, que vêm desenvolvendo um bom trabalho frente ao Banco Central, que nos dá segurança.

Temos alguns problemas, nem sempre depende do Banco Central, mas há que se reconhecer o trabalho do Presidente, da Diretoria e de todos os colaboradores frente ao Banco Central, embora não tenha condições de agradar a todos, nem a mim, 100%. Sei da complexidade, porque também tenho intimidade com esse assunto.

Parabéns. Também nos colocamos à disposição aqui, no Congresso Nacional, e na qualidade de Presidente da Comissão Financeira de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Edinho Bez.

Antes de encerrar, eu gostaria de passar a palavra, para as últimas considerações, ao Deputado Guilherme Campos.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Obrigado, Sr. Presidente Lobão Filho.

Quero parabenizar o Presidente Alexandre Antonio Tombini pela condução do Banco Central e, primeiro, me desculpar pela indelicadeza de não estar presente durante toda a reunião.

Quero fazer duas considerações, Sr. Presidente. Caso elas tenham sido abordadas e respondidas pelo Presidente, sinto-me satisfeito.

A primeira é a respeito da tarifa da energia elétrica. Nós tivemos uma mudança de metodologia na cobrança de tarifa, que representou, efetivamente, uma diminuição da tarifa para o consumidor final na ponta, quer seja pessoa física quer seja pessoa jurídica. Agora, todo esse ganho tem sido comprometido pela utilização cada vez maior de térmicas, em função da seca e do baixo nível dos reservatórios. O Banco Central já está prevendo esse impacto de aumento de tarifa nas contas de luz, nas projeções de inflacionárias futuras da conta de energia?

A segunda consideração é a respeito dos meios de pagamentos eletrônicos. Nós temos uma participação muito forte nessa área. O Banco Central tem olhado com muito carinho para essa atividade da economia.

Esta consideração já foi colocada para os senhores do Banco Central: os meios eletrônicos de pagamento dos cartões de benefício alimentação e refeição, que correm soltos no mercado. Por iniciativa nossa, há um projeto de lei para que também sejam fiscalizados pelo Banco Central.

São essas a minhas duas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sr. Presidente, também as suas últimas considerações, respondendo aos dois nobres Parlamentares.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Sr. Presidente, em relação às perguntas do Exmo. Deputado Edinho Bez, primeiro sobre a possibilidade de o Banco Central trabalhar a questão dos *spreads*, das tarifas, do cartão de crédito, acho que essa é uma questão que nós temos na nossa agenda de trabalho. Já temos medidas tomadas num período não muito distante — eu tive a oportunidade de trabalhar em várias delas como diretor de regulação —, mas é uma agenda contínua, ou seja, nós temos que continuar evoluindo nesse conjunto de medidas.

Por exemplo, portabilidade é algo que sempre nos preocupa. Eu mencionava agora ao Senador Suplicy que é um dos segmentos em que nós sempre podemos

evoluir, no sentido de aumentar a concorrência, qualquer que seja a configuração do sistema financeiro. É permitir que o cliente bancário se movimente entre instituições nas suas diversas linhas, tanto na questão dos depósitos e investimentos nos bancos quanto na tomada de recursos. Então, é uma agenda que está aí.

Em relação aos cartões de crédito, essa MP 615 contém uma série de novas atribuições na questão dos meios eletrônicos de pagamento. O Deputado Guilherme Campos também fazia menção a isso. Certamente, uma vez sancionada essa nova lei, o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional terão 180 dias para regulamentá-la, algo muito importante pela própria capacidade de disseminação de serviços financeiros com o uso dos meios eletrônicos, um uso com maior segurança.

No momento em que o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central regulamentarem essa matéria, num nível infralegal, depois de V.Exas. terem aprovado essa nova lei que está aguardando sanção, certamente isso dará um quadro de maior segurança para investimentos nessa área. Vai ajudar nessa combinação da tecnologia com o sistema financeiro.

Então, é mais um segmento que vai trabalhar no sentido de aumentar a competição no sistema. Vamos trabalhar nisso nos próximos meses, uma vez sancionada essa nova lei.

Em relação ao cheque sem fundo que o Deputado Edinho Bez mencionava, a participação...

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Vem diminuindo?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Vem diminuindo. Eu acabei de receber os dados, eu não os tinha de memória. Entre janeiro e julho, caíram de 6,35% dos cheques compensados para 6,25%, uma queda de um décimo de percentagem. Dado o volume, é uma queda não desprezível; tem caído nesse período mais recente.

Em relação aos depósitos compulsórios, nós temos algo entre 350 e 360 bilhões de reais de depósitos compulsórios hoje depositados no Banco Central do Brasil.

Então, para finalizar, Deputado Guilherme Campos, em relação aos meios de pagamento, é algo que nós temos discutido com as equipes do Banco Central — V.Exa. mencionou isso. Acho que a regulamentação dessa nova lei será um momento importante para avançar na regulação, avançar, por exemplo, no processo de disseminação dos serviços financeiros. Eu acho que esse é um potencial muito grande que se abre com essa nova regulação. E nós vamos trabalhar para dar segurança a esses novos meios, que já existem, mas agora vão ser enquadrados num novo marco regulatório infralegal, dando mais segurança a esse processo.

Sobre tarifa de energia — V.Exa. menciona que houve um impacto sobre o preço do consumidor e para as empresas —, como em qualquer outro preço da economia, em havendo informação, nós tentamos projetar isso à frente. Não me recordo de nada específico em relação à tarifa de energia elétrica, a não ser os impactos desse programa de desoneração, que foi estimado em torno de 15% a 20% no nível do IPCA. Acho que esse é o número que nós temos para o ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito bem. Muito obrigado ao Presidente do Banco Central, Sr. Alexandre Tombini, bem como aos seus diretores, aqui representados pelo Sr. Altamir Lopes, Diretor Administrativo, e a toda a sua equipe.

A interação com esta Comissão foi extremamente profícua, importante, de alto nível, e certamente irá contribuir não só para a formação de opinião dos nobres Parlamentares, mas para todo o País, com as informações que foram aqui divulgadas.

Então, agradeço aos Parlamentares presentes.

Encerro esta audiência pública comunicando que vamos dar 5 minutos para que possam ser trocados os *tapes* de gravação. Em seguida, daqui a 5 minutos, reiniciarei uma nova reunião desta Comissão.

Muito obrigado.

ATA DA QUARTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013.

Às quinze horas e oito minutos do dia vinte e cinco de setembro do ano de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Lobão Filho. Verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Bohn Gass, Carlos Magno, Claudio Cajado, Danilo Forte, Domingos Sávio, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Roberto Teixeira, Sandro Alex, Sebastião Bala Rocha, Severino Ninho, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro; dos **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, Lobão Filho, Walter Pinheiro e Wilder Morais; dos **Deputados Suplentes**: Afonso Florence, Carlos Brandão, Chico Lopes, Dalva Figueiredo, Edmar Arruda, Iriny Lopes, Jorge Bittar, José Airton, José Priante, José Rocha, Junji Abe, Leopoldo Meyer, Missionário José Olimpio, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos e Roberto Britto; dos **Senadores Suplentes**: Casildo Maldaner e Inácio Arruda; e dos **Deputados Não Membros**: Benedita da Silva, Carlos Zarattini, Eduardo Azeredo, Fabio Reis, Fábio Souto, Henrique Fontana, Jefferson Campos, Nelson Marquezelli, Nelson Pellegrino, Perpétua Almeida e Walter Feldman. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Andre Moura, Armando Vergílio, Bruno Araújo, Evandro Milhomen, Mandetta, Ricardo Berzoini, Rose de Freitas e Ruy Carneiro e os Senadores Titulares João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lúcia Vânia e Randolfe Rodrigues. A reunião foi convocada para debater os seguintes temas com a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior: Proposta Orçamentária para 2014 - Projeto de Lei nº 9/2013-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014"; - Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, no que tange à inscrição, à execução e ao cancelamento de Restos a Pagar, em atendimento ao Requerimento nº 1/2013-CMO, de autoria do Deputado Efraim Filho (DEM/PB), subscrito pelo Deputado Cláudio Cajado (DEM/BA), aprovado na 3ª Reunião Ordinária realizada em 4 de junho de 2013; e - questões relativas à execução orçamentária 2013, tais como o contingenciamento anunciado através da Portaria Interministerial nº 207 de 31 de maio de 2013 e do Decreto nº 8.021 de 29 de maio de 2013, a porcentagem constitucional de aplicação de recursos na saúde e a execução das emendas individuais, de bancada e de comissão, em atendimento ao Requerimento nº 6/2013-CMO, de autoria do Deputado Marçal Filho (PMDB/MS), aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2013. O Presidente informou, ainda, a participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados para atender o Requerimento nº 103/2011, de autoria do Deputado Eduardo Azeredo (PSDB/MG), que solicita a presença da Ministra para prestar esclarecimento acerca da execução

orçamentária das Forças Armadas, aprovado por aquela Comissão, em 30/11/2011. Foram anunciadas as presenças da Chefe da Assessoria Econômica, Esther Dweck, e dos Secretários Adjuntos de Orçamento Federal, George Soares e Bruno César Grossi de Souza. **ABERTURA**: o Presidente declarou iniciada a reunião e anunciou a composição da Mesa: o Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2014, Deputado Miguel Corrêa (PT/MG); o Relator da Receita, Senador Eduardo Amorim (PSC/SE); o autor do Requerimento nº 1/2013-CMO, Deputado Efraim Filho (DEM/PB); o autor do Requerimento nº 6/2013-CMO, Deputado Marçal Filho (PMDB/MS); e o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA). Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal,* a palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteada desde que o permita e os parlamentares inscritos para interpelar a expositora poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo a interpelada igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. A lista de inscrição para o debate estava aberta. O Deputado Eduardo Azeredo (PSDB/MG) solicitou a inversão do debate para que o Requerimento de sua autoria tivesse prioridade. O Deputado Danilo Forte (PMDB/CE) solicitou que fosse seguida a ordem dos temas da audiência e houve acolhimento da Presidência. A seguir, a Ministra fez a exposição dos temas, quais foram esclarecimentos sobre a LOA 2014, inscrição, à execução e ao cancelamento de Restos a Pagar, execução orçamentária do ano de 2013 e orçamento das Forças Armadas. Finalizada a apresentação, o Presidente assegurou a palavra ao Deputado Miguel Corrêa, Relator-Geral da LOA 2014, que apresentou suas considerações. O Presidente propôs que fossem feitos blocos de interpeladores a serem respondidos pela Ministra e houve consenso. A seguir, o Deputado Efraim Filho (DEM/PB), na qualidade de autor do Requerimento nº 1/2013-CMO, apresentou seus questionamentos. O Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), na qualidade de subscritor do Requerimento anteriormente citado, teceu considerações sobre o orçamento impositivo que tramita no Senado Federal. O debatedor seguinte foi o Deputado Marçal Filho (PMDB/MS), como autor do Requerimento nº 6/2013-CMO, e questionou sobre a execução orçamentária para o ano de 2013. O Deputado Eduardo Azeredo questionou sobre a execução do orçamento das Forças Armadas, na qualidade de autor do requerimento nº 103/2011. O Senador Walter Pinheiro (PT/BA) solicitou o uso da palavra, tendo em vista que estava inscrito no Plenário do Senado Federal para discurso e entregou pleito do Senador Eduardo Suplicy. O Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, apresentou suas considerações perante o Plenário. A seguir, a Ministra respondeu aos questionadores desse bloco. O Deputado Jorge Bittar (PT/SP) solicitou prazo de cinco minutos para que os parlamentares pudessem participar da votação nominal no Plenário da Câmara dos Deputados e foi atendido pelo Presidente. Enquanto isso, o Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) questionou a Ministra. O Deputado Carlos Zarattini solicitou o cumprimento do prazo de

cinco minutos para uso da palavra pelos interpeladores. A seguir, a Ministra Miriam Belchior respondeu aos questionamentos efetuados. Continuando como oitavo debatedor, o Deputado Carlos Zarattini (PT/SP) apresentou suas considerações, sendo seguido pelos Deputados Leonardo Quintão (PMDB/MG), Júlio César (PSD/PI), Perpétua Almeida (PCdoB/AC), Lourival Mendes (PTdoB/MA) e Danilo Forte (PMDB/CE). A Ministra respondeu aos questionamentos tendo sido interrompida pelos Deputados Júlio Cesar e Danilo Forte. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu a todos os presentes na reunião e foi encerrada às 18h43. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador LOBÃO FILHO. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro iniciada a 4ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sob as bênçãos de Deus.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, a quem peço ao Deputado Danilo Forte que possa buscar e conduzir a este recinto.

A Ministra irá prestar esclarecimento acerca dos seguintes assuntos: Proposta Orçamentária para 2014; Projeto de Lei nº 9, de 2013, do Congresso Nacional, que *"Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014"*; Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, no que tange à inscrição, execução e ao cancelamento dos Restos a Pagar, em atendimento ao Requerimento nº 1, de autoria do Deputado Efraim Filho, subscrito também pelo Deputado Claudio Cajado, aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de julho de 2013; questões relativas à execução orçamentária de 2013, tais como o contingenciamento anunciado através da Portaria Interministerial nº 207 e do Decreto nº 8.021; porcentagem constitucional de aplicação de recursos na saúde, e a execução das emendas individuais, de bancada e de comissão, em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2013, desta Comissão, de autoria do Deputado

Marçal Filho, do PMDB, aprovado na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2013.

Informo ainda a participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados para atender o Requerimento nº 103, de 2011, de autoria do Deputado Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais, que *"Solicita que seja convidada a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca da execução orçamentária para as Forças Armadas"*, aprovado pela CREDN na 44ª Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 30 de novembro de 2011, sob a Presidência do Deputado Nelson Pellegrino.

Quero fazer o registro da presença de representantes das nossas três Forças Armadas, Marinha, Exército e Aeronáutica, com os quais nos congratulamos. Anuncio a presença da Sra. Esther Dweck, Chefe de Assessoria Econômica, e dos Srs. George Soares e Bruno César Grossi de Souza, Secretários-Adjuntos de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Convido para compor da Mesa o Relator-Geral do Orçamento, Deputado Miguel Corrêa, do PT de Minas Gerais; o Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária, Senador Eduardo Amorim, que está a caminho; e, claro, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Pellegrino.

Para melhor ordenamento, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a palestrante disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, só podendo ser aparteada desde que o permita, conforme estabelecido no art. 398, inciso X, do Regimento Interno. Os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar a expositora poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo a interpelada igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. A lista de inscrição para o debate está aberta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sr. Presidente, apesar de o regulamento do Regimento prever essa ordem, eu perguntaria se nós não poderíamos fazer uma inversão, de maneira que algumas questões já pudessem ser formuladas, e a Ministra já pudesse responder, de maneira objetiva, a algumas das preocupações.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Para contrapor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não tem sentido, Sr. Presidente. Primeiro, a Ministra vai fazer a apresentação, porque ela já pode até antecipar como o Governo está vendo a questão orçamentária com relação às Forças Armadas. Posteriormente, as intervenções são feitas. A praxe sempre foi essa. Não tem sentido inverter a ordem das coisas.

Desculpe-me, Governador.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Está bem. Se realmente forem 30 minutos, teremos tempo de fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Eduardo Azeredo retira seu encaminhamento, e nós vamos passar a palavra à Ministra Miriam Belchior.

Com a palavra a Sra. Ministra Miriam Belchior.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Gostaria de começar cumprimentando o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senador Lobão Filho; também o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Deputado Nelson Pellegrino, porque hoje estamos fazendo aqui uma sessão conjunta; o Deputado Miguel Corrêa, que é o Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária de 2014; o Senador Eduardo Amorim, Relator da Receita; o Deputado Efraim Filho, autor do requerimento para debater o decreto de Restos a Pagar; o Deputado Marçal Filho, também autor de requerimento a respeito da execução orçamentária de 2013; e o

Deputado Eduardo Azeredo, da Comissão de Relações Exteriores, também autor de requerimento para tratar da execução orçamentária para as Forças Armadas.

Quero agradecer a presença aqui de todos os Senadores, Deputados, Deputadas, do meu ex-colega de Ministério, e agradecer a toda a equipe do Ministério do Planejamento e a todas as equipes do Governo Federal.

Na minha apresentação, falarei um pouco a respeito do contexto a partir do qual a Proposta Orçamentária foi construída, apresentando os principais números, as principais prioridades, evolução em relação ao ano anterior, e depois passarei rapidamente por alguns dos temas que deram origem às questões que falamos aqui — Restos a Pagar, defesa, execução orçamentária —, já procurando, de maneira sintética, apresentar algumas informações que poderão ser complementadas na sequência.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu acredito que, se as cópias ainda não ficaram prontas, daqui a pouco deveram ser distribuídas. Eu queria começar falando a respeito da conjuntura em que a peça orçamentária foi construída e enviada a este Congresso Nacional. Nós estamos num momento de retomada de crescimento. Vemos aí na tela a aceleração do crescimento nos últimos trimestres. Essa retomada do crescimento tem sido puxada pelo investimento, que tem crescido mais e tem crescido em todos os setores, em especial na indústria de transformação. Se nós não tivéssemos nenhum fato novo, nenhum crescimento novo, o País já estaria crescendo 2,5% em 2013, em relação a 2012. Esse é um dado novo que surpreendeu os analistas de mercado, porque eles acabam tendo como base o passado e nem sempre conseguem captar, em suas previsões, o que está acontecendo na realidade.

Essa surpresa, digamos assim, aconteceu em relação ao PIB, que veio muito superior ao que estava previsto pelas expectativas de mercado; mas também o comércio varejista veio muito acima não só da mediana mas também do teto das expectativas; assim como a inflação também, seja a de julho, a de agosto, o IPCA-15 de setembro, todas as taxas de inflação vieram abaixo do que estava previsto também nas

medianas das expectativas de mercado; além do CAGED, do emprego formal, que agora apontou — na semana passada, os dados foram divulgados — a criação de 127 mil novas vagas, enquanto a mediana das expectativas estava em torno de 94 mil. Ou seja, todos os indicadores mais recentes estão demonstrando essa retomada do crescimento do PIB. E é sob esse contexto que nós montamos a Proposta Orçamentária.

Além disso, após aquele choque de alimentos, especialmente de *commodities,* que tivemos na virada de 2012 para 2013, a inflação está em queda. Tanto o mercado quanto o Governo apontam para uma redução, como mostra o gráfico, de queda da inflação durante todo esse segundo semestre, chegando ao final do ano com uma taxa bastante mais confortável do que uma expectativa que se criou nos últimos meses.

O controle da inflação é um compromisso importantíssimo da nossa Presidenta. O Governo trabalha permanentemente para manter a inflação sob controle. Acho que esses indicadores todos, inclusive a surpresa de eles virem abaixo ou do teto ou da mediana, têm apontado para essa redução agora no segundo semestre.

Outra questão importante que vemos é que o nosso País continua gerando empregos em volume suficiente para manter os baixos patamares de desemprego. Felizmente, o País vive uma situação histórica de patamar muito baixo, em torno de menos de 6%, de desemprego, quando sabemos que em países como os da Europa isso está beirando 20% entre os jovens, superando 30% de taxa de desemprego.

Essa capacidade de gerar empregos mais uma política importante, que é o PRONATEC, de capacitação, de formação de mão de obra são dois elementos fundamentais para aumentar a produtividade da nossa economia, aumentar a renda das famílias e seguir nesse modelo de desenvolvimento com crescimento inclusivo que a vimos vivendo nos últimos 10, quase 11 anos.

Com isso, foi possível aumentar a massa de rendimentos. Ela cresceu 51% de 2003 para cá e, somada ao crédito seguro, tem feito sustentado um dos importantes motores da nossa economia hoje que é o nosso mercado de consumo interno. Então,

essa soma de aumento da massa salarial mais disponibilização de crédito tem sustentado uma parte importante do nosso crescimento — eu vou falar depois também dos investimentos, mas é um dos pilares importantes, um dos motores importantes da nossa economia.

Por essa razão, nós chegamos aí aos principais parâmetros macroeconômicos que orientaram a construção da peça orçamentária. Então, há uma previsão de crescimento do PIB no ano que vem de 4%, com isso um PIB nominal de 5 trilhões e 242 bilhões, um aumento de 6,6% no salário mínimo, alcançado R$722,90, e o IPCA num patamar de 5%.

Aqui, uma apresentação sucinta dos grandes números do Orçamento. As receitas primárias estão previstas em 958 bilhões de reais, com 217,7 bilhões de transferência, o que monta, então, a uma receita líquida de 740 bilhões, quase 741 bilhões de reais. Se compararmos com o último Relatório de Avalição Bimestral, enviado a este Congresso Nacional na última sexta-feira, que é de 692 bilhões, veremos que houve um crescimento de quase 50 bilhões de reais entre a programação deste ano e a programação do ano que vem.

Em relação às despesas primárias, temos um total de 651,5 bilhões; 385 bilhões de despesas obrigatórias e 266 bilhões de despesas discricionárias. Comparando também com o último Relatório Bimestral, há uma diferença de 266 para 245,5 bilhões.

E, por fim, o resultado da Presidência, um importante indicador, que novamente tem uma redução do déficit. O relatório atual prevê um déficit de 36,2 bilhões, e o Orçamento do ano que vem prevê um déficit de 31,2 bilhões no sistema previdenciário brasileiro.

O resultado primário que compõe a peça orçamentária seria para o Governo central 116,1 bilhões. As empresas estatais estão dispensadas de fazer superávit, para garantir que elas façam os investimentos necessários para o crescimento do País — proposta enviada pelo Governo há tempos ao Congresso Nacional e aqui aprovada.

Para os Governos estaduais e municipais, incluídas suas estatais, seria um montante de 51,3 bilhões. Somando, então, o setor público consolidado, global, temos 167,4 bilhões.

A Proposta Orçamentária enviada a esse Congresso Nacional propõe a redução, o abatimento, seja de PAC, seja de desonerações, de 58 bilhões de reais. Então, a Proposta Orçamentária embute, então, o resultado primário de 109,4 bilhões, que nos leva a um percentual de 2,1% do PIB brasileiro.

A Proposta Orçamentária reflete nossas principais despesas, todas as despesas, e as maiores despesas do Governo estão estáveis ou em queda. As despesas com pessoal estão estáveis em relação ao PIB, em torno de 4,2%, mesmo com todo o aumento do número de servidores para dotar os Ministérios, a administração pública federal da capacidade de execução de programas e de prestação de serviços que a população espera do Governo, e mesmo com toda a política de valorização salarial que tem sido feita através dos tempos — durante o ano passado, houve uma grande negociação em que mais de 97% dos servidores fecharam acordo com o Governo Federal, e este Congresso Nacional aprovou todas as propostas de aumento salarial para os próximos 3 anos: 2013, 2014 e 2015.

Da mesma maneira, as despesas com juros da dívida pública são declinantes. Mesmo com o aumento da taxa SELIC, o custo da dívida permanece em queda, refletindo um importante trabalho feito pelo Ministério da Fazenda, através da Secretaria do Tesouro Nacional, que é a melhoria do perfil da dívida pública, com a redução tanto da parcela da dívida exposta à volatilidade do mercado, como também com o alongamento de prazos da dívida, dois fatores que nos levam à redução do serviço da dívida, o que aumenta, portanto, a qualidade, melhora, portanto, o perfil da nossa dívida: além da redução, há a melhora da qualidade dessa dívida.

Isso se combinando com a trajetória declinante do serviço da dívida, o resultado nominal também apresenta uma trajetória bastante sólida, com a redução do déficit nominal do País. Temos tido uma manutenção do resultado nominal, mesmo com toda a turbulência externa pela qual o mundo vem passando nos últimos anos.

Como podemos observar no próximo gráfico, o déficit nominal não só tem estado em queda durante esses últimos 10 anos, em termos de proporção do PIB, como também está abaixo do gasto com investimento. Quando olhamos a situação da dívida do País, quando olhamos o resultado nominal, considerando o resultado nominal negativo que temos, um dos olhares deve ser para onde está indo esse dinheiro.

Este gráfico mostra que o investimento a partir do PAC passa a ultrapassar... Menos em 2009, ano da crise internacional, os investimentos feitos pelo Governo Federal têm sido superiores ao déficit nominal que nós temos, o que mostra que os nossos gastos de custeio estão dentro dos limites do que somos capazes de arrecadar. E, como é reconhecido não só aqui no Brasil, mas tecnicamente e internacionalmente, digamos assim, fazer dívida, ter um resultado negativo para fazer investimentos é positivo, porque isso gera patrimônio para o País, gera crescimento, gera mais receita e, portanto, um círculo virtuoso para o crescimento sustentável do País.

Eu falei aqui no início que o baixo desemprego, as quebras de recorde de crescimento do emprego no País têm alavancado um dos pilares do nosso crescimento econômico que é o consumo interno. Além disso, nós temos outro pilar importante, que é o pilar do investimento.

Desde o PAC, depois com o Minha Casa, Minha Vida, agora com o Programa de Concessões, o País vinha crescendo e também o investimento — está faltando a bandeirinha do PAC entre 2006 e 2007 — com o consumo. Os dois crescendo mais ou menos juntos. A partir do PAC, e depois, em 2009, com o Minha Casa, Minha Vida, há um descolamento do crescimento do mercado interno, que continua crescendo de maneira forte, mas o investimento é praticamente o dobro do crescimento do consumo das famílias. Isso é muito importante.

A nossa economia, para ter um desenvolvimento sustentável, precisa desses dois pilares importantes, assim como de um terceiro pilar, o terceiro motor da nossa economia, que são as exportações.

A dívida do setor público está em declínio. Aqui eu mostro a dívida líquida do setor público, que cai 44% entre 2002 e 2014, saindo de 60,4% do PIB para em torno de 35% do PIB. Acho que isso é o mais importante, mas tem ganhado certa relevância a discussão sobre a dívida bruta.

A primeira questão que se coloca é que a nossa dívida bruta está crescendo muito. Olhando aqui, vemos, na linha vermelha, a queda da dívida líquida, como eu já mostrei no gráfico anterior, e, na linha azul, a dívida bruta do Governo central, que está basicamente estável. Ela não está crescendo muito, ela está basicamente estável, e essa trajetória da dívida bruta decorre das escolhas da política econômica e não de fragilidade fiscal.

Nós fizemos uma escolha pela melhoria da sustentabilidade da nossa economia frente à situação internacional, no sentido de ficar menos suscetível, como já estivemos em vários períodos, quando nossa economia ficou muito suscetível, e com isso nós tivemos que garantir a proteção da nossa economia a partir do aumento das nossas reservas internacionais. E, ao aumentarmos as nossas reservas internacionais, foi necessário que nós fizéssemos as operações compromissadas, para enxugar a liquidez, para não provocar outros fatores negativos na nossa economia.

Além disso, também para enfrentar os efeitos da crise internacional, tivemos uma política anticíclica de financiamento às empresas, porque, infelizmente, no momento, do que mais se precisa é do setor público: são apenas os bancos públicos que mantém o suporte ao crédito das empresas. Infelizmente, o setor privado é mais temeroso quanto ao risco e acaba se retraindo nesses momentos.

Então, essa trajetória da nossa dívida bruta reflete essas duas escolhas de política econômica que fizemos, que achamos as mais adequadas para enfrentar o momento de turbulência internacional que o mundo vem vivendo ultimamente.

Por isso, eu apresento aqui a mesma dívida bruta do Governo central, em azul, e, em vermelho, tirando as reservas internacionais, exatamente para retirar esse efeito da proteção à nossa economia. Quando tiramos as reservas, vemos — menos em 2009, de

novo, o ano de maior impacto da crise — uma redução da dívida bruta. Então, eu acho que o Governo não tem nenhum problema em discutir a dívida líquida nem a dívida bruta. Esse leve aumento da dívida bruta é um movimento que aconteceu em todo o mundo.

No próximo eslaide, o primeiro gráfico à esquerda mostra o que aconteceu com a dívida pública dos países desenvolvidos. Também houve um crescimento de 94% do PIB em 2009, 101%, 105% e 109%, em 2012. No Reino Unido, é ainda mais relevante esse aumento da dívida bruta, assim como nos Estados Unidos. Enquanto no Brasil o aumento da dívida bruta teve como objetivo a proteção da nossa economia e o financiamento às empresas, no caso dos países desenvolvidos, ele foi o reflexo da ajuda financeira ao setor, ao sistema bancário, como o nosso Deputado Berzoini conhece tão bem.

Saindo, então, desses grandes indicadores, o que está acontecendo hoje com eles e nossa previsão para 2014, eu entro nas informações relativas ao Orçamento propriamente dito. O Projeto de Lei Orçamentária enviado ao Congresso Nacional monta a 2 trilhões e 360 bilhões de reais, dos quais 53% são de despesas primárias e 47%, de despesas financeiras. Desses 2 trilhões e quase 400 bilhões, 88,3% são obrigações, e as despesas discricionárias, aquelas que o Governo escolhe como fazer de fato, são apenas 11,7% do total do Orçamento.

O próximo gráfico de *pizza* mostra como se distribui a soma, os 2 trilhões e 400 bilhões: amortização da dívida, a parte verde da *pizza*, 34%; previdência, a parte vermelha, 19,8%; despesas discricionárias de todos os Poderes, a parte amarela clara, 11,7%; pessoal e encargos sociais, 9,5%; transferência a Estados e Municípios, 9,1%; juros e encargos da dívida, 8%; e, aqui, as demais despesas.

Quando eu abro as discricionárias, aqui se mostram com clareza as nossas grandes prioridades. A saúde sai na frente, como a maior prioridade, com 30,3% dos recursos discricionários, que somam 266 bilhões. Na sequência, o PAC, com 23,8%. Aqui, é só a parte discricionária, está certo? Não consta toda a parte obrigatória que

temos na saúde e na educação também. Continuando, PAC, quase 24%; educação, 13,4%; Brasil sem Miséria, 12%; defesa, 5,5%, na discricionária; ciência e tecnologia, 2,6%; e as demais despesas, 12,4%.

As principais prioridades de Governo são os investimentos e as políticas sociais. Aqui estão listadas as quatro áreas de maior prioridade: saúde, educação, PAC mais Minha Casa, Minha Vida, e Brasil sem Miséria. Vemos, então, que teremos, em 2014, PLOA *versus* PLOA, o projeto de lei enviado no ano passado e o projeto de lei deste ano: na saúde, mais 5,7 bilhões; na educação, mais 13,2 bilhões; no PAC e no Minha Casa, Minha Vida, mais 11 bilhões e, no plano Brasil sem Miséria, mais 2,6 bilhões de reais.

Abrindo um pouco as prioridades, as prioridades saúde e educação recebem recursos superiores aos previstos na Constituição e nas leis que as regulamentam. No caso da saúde, a aplicação constitucional vem variando de maneira importante, a partir do crescimento do PIB, 62%, 72%, 78%, 87%, 90%. Mas ela tem um adicional, que inclui Farmácia Popular, saneamento para pequenos Municípios, Agência Nacional de Saúde — que tem aumentado ainda mais os recursos destinados ao Ministério da Saúde: cresceu de 5,4 bilhões, em 2010, para 10 bilhões agora em 2014, além da aplicação constitucional.

Da mesma forma acontece com a educação, que, em 2014, teria por obrigação constitucional 48 bilhões. Também houve um adicional de 44 bilhões para a área da saúde, além do previsto na Constituição, demonstrando, portanto, a prioridade que a Presidenta Dilma dá a essas duas áreas.

Da mesma maneira, os investimentos são outra importante prioridade do Governo. Serão quase 187 bilhões de reais no ano que vem: 81 bilhões do Orçamento Fiscal e da Seguridade e 105 bilhões — quase 106 bilhões — das empresas estatais. Desses 186 bilhões, 136 bilhões referem-se ao Programa de Aceleração do Crescimento: 63 bilhões do chamado Orçamento Fiscal e da Seguridade e quase 73 bilhões das estatais.

No PAC, na parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade, que são 63 bilhões, há um crescimento de 21% em relação a 2013, com uma concentração na área de logística de transportes, 18 bilhões e 800 milhões; na área do Minha Casa, Minha Vida, 15 bilhões e 700 milhões; no que nós chamamos Eixo Cidade Melhor, 7 bilhões — saneamento, drenagem, pavimentação e mobilidade; no Comunidade Cidadã, 9 bilhões — creches, UBSs, UPAs e quadras; na área da defesa, 4 bilhões e 600 milhões — os grandes investimentos estratégicos do Ministério da Defesa passaram a incorporar o PAC; e no Água e Luz para Todos, quase 7 bilhões e 100 milhões.

As estatais também têm um investimento no País de 1 bilhão e 200 milhões a mais do que no ano passado. Há aí tanto investimentos diretos quanto investimentos por aporte de capital, através da participação das estatais em Sociedades de Propósitos Específicos — SPEs, a elas coligadas.

Demais despesas discricionárias do Poder Executivo, descontando o PAC. Agora eu pego todas as discricionárias, mas deixo o investimento de lado.

Primeiro, as despesas com políticas finalísticas foram mantidas ou ampliadas. Não houve redução nas políticas finalísticas, aquelas que significam prestação de serviço direto à população brasileira. Todos os ajustes que fizemos foram nas despesas de custeio administrativo. Esse tem sido, nos últimos anos, o grande esforço do Governo para conter os custeios administrativos.

Eu costumo dizer que é necessário separar custeio administrativo de custeio finalístico. Salário de professor, giz, remédio, tudo é custeio finalístico e, portanto, deve ser adquirido de maneira eficiente, mas não cortado, porque precisamos prestar serviços à população. Portanto, estamos concentrando a redução de custeio nos custeios de manutenção dos órgãos.

Com isso, a maioria dos Ministérios teve elevação ou, no mínimo, manutenção dos recursos das despesas discricionárias, sempre sem o PAC. Vamos ver os números a seguir, sempre sem o PAC.

Poucos Ministérios tiveram redução. Há dois motivos básicos para essa redução. Um é a conclusão de parte dos investimentos da Copa. A Copa já é no ano que vem, e esses Ministérios tiveram aumentados seus orçamentos — no caso do Turismo e do Esporte — por causa dos investimentos na Copa do Mundo e agora só há essa reta final de investimentos a serem feitos. Portanto, é natural que esses Ministérios reduzam o seu orçamento para o ano que vem. As demais reduções se referem às despesas de custeio administrativo. Acho que os dois ou três quadros a seguir mostram a evolução dos vários Ministérios.

Na primeira página, há uma redução do custeio administrativo no Ministério das Comunicações, na CGU e no Ministério da Cultura.

Na próxima página, o Ministério do Esporte, com menos 153 milhões de reais, exatamente pela redução dos investimentos dos projetos da Copa do Mundo.

No caso dos Ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente e de operações oficiais de crédito, referem-se ao custeio administrativo.

Na última página, relativo às despesas discricionárias, já descontado o PAC, tiveram redução do custeio administrativo a Previdência, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, a de Aviação Civil e a de Direitos Humanos, e, também, o Ministério do Trabalho. O Ministério do Turismo, por conclusão dos projetos da Copa. É claro que eu poderia dizer, em relação à Secretaria de Aviação Civil, que são 690 milhões. Mas todo o PAC está além desse valor. Então, se a gente for olhar, o orçamento da SAC é muito superior ao que foi no ano passado.

Esses são os dados fundamentais do Orçamento.

Passo, agora, de maneira sintética, a outros temas objeto desta audiência de hoje.

Em primeiro lugar, em relação à execução orçamentária de 2013, a Lei Orçamentária de 2013 tem uma despesa primária de quase 966 bilhões de reais. Quando nós abrimos o Orçamento em maio e fizemos a avaliação do segundo bimestre,

fizemos um contingenciamento de 28 bilhões de reais, e as despesas primárias foram contidas para quase 938 bilhões de reais.

Já na virada de julho para agosto, fizemos um novo ajuste de 10 bilhões de reais, montando um contingenciamento global, no ano de 2013, de 38 bilhões de reais. No último caso, muito concentrado nos gastos de custeio, como eu já falei anteriormente.

Além do nosso enorme esforço para segurar o gasto de custeio, o outro elemento fundamental que presidiu esse contingenciamento foi a preservação dos programas prioritários, tanto nas áreas da saúde, da educação e do Brasil sem Miséria quanto no PAC e no Programa Minha Casa, Minha Vida.

Outra questão levantada no convite feito pela Comissão se referia à execução das emendas parlamentares.

Nós, desde o início do Governo da Presidenta Dilma, temos concentrado o limite para emendas individuais, que são aquelas que em princípio são de maior interesse dos Parlamentares — para não dizer que só temos feito as emendas individuais. A discussão que tem sido feita aqui no âmbito do Congresso Nacional em relação ao Orçamento Impositivo, acredito, vai na mesma direção de garantir as emendas individuais.

Então, acredito que o Governo e o Congresso estão em sintonia que essa deva ser a programação prioritária de execução. Além disso, no ano de 2013 — agora em julho, se não me engano —, baixamos a Portaria nº 274, dos Ministérios da Fazenda, Planejamento e da CGU, para facilitar o empenho e, depois, a execução das emendas; e para desvincular o empenho da necessidade de assinatura do convênio, exatamente para ter clareza de que é possível. Não era uma coisa obrigatória, mas vinha sendo seguido pelos Ministérios.

Portanto, nós desvinculamos essas duas coisas. É claro que até o final do ano esses convênios precisam ser executados. Mas nos parece que, com isso, conseguimos vencer uma das dificuldades, que era o empenho das emendas indicadas pelos Srs. Parlamentares.

Além disso, outra mudança importante também implementada desde 2011 é o maior equilíbrio entre empenho e financeiro. Anteriormente havia um crescimento do volume de emendas empenhadas, mas isso não se seguia a um financeiro correspondente. Então, nós mudamos isso. Desde 2011 vimos aumentando o limite financeiro disponível, o que permite uma melhor execução por parte dos convenentes.

Na sequência, quero falar sobre a evolução de Restos a Pagar no Governo. Há uma discussão importante que suponho ter motivado o requerimento desta audiência pública: a evolução muito grande de Restos a Pagar.

O quadro mostra a evolução dos Restos a Pagar, na curva verde mais alta. De fato, Restos a Pagar têm crescido nos últimos anos, e isso não é à toa. Por isso peguei os dados a partir de 2006.

A curva azul representa a execução do investimento no País, o que mostra a mudança que houve a partir do segundo mandato do Presidente Lula e que continua com a Presidenta Dilma: alavancar o investimento direto, no caso do PAC, e, desde o ano passado, com o início das concessões agora no segundo semestre de 2013, dos investimentos em parceria com o setor privado. Isso mostra a evolução gigantesca da execução de investimentos no País — e aqui não é empenho, é pagamento. E a coisa mais natural que acontece, depois de décadas sem fazer investimento em obras de infraestrutura no País, é que os Restos a Pagar cresçam junto com a execução.

Os senhores conhecem bem, estão aqui na CMO, e sabem que investimentos em obras de infraestrutura são plurianuais. Eles não se encerram num único ano. No Brasil, funciona dessa maneira com Restos a Pagar. Em outros países, funciona com orçamento plurianual. Essa é uma discussão que certamente precisaremos fazer. Estamos fazendo essa discussão dentro do Governo e certamente a traremos para o Congresso, sobre a oportunidade ou não de se transformar o orçamento de investimentos da União num orçamento plurianual. Isso deixará bem claro que a maior parte dos Restos a Pagar que temos aqui é de investimentos, e que eles estão crescendo dessa maneira porque cresce também a execução de investimentos.

A outra questão que também foi apontada para discussão no dia de hoje é sobre o cancelamento dos Restos a Pagar. Nós fizemos duas alterações em 2011: no decreto que define as condições para cancelamento de Restos a Pagar e na Portaria Interministerial nº 507, do Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Casa Civil, que estabelece a forma de pagamento de convênios. Consideramos essas duas medidas muito importantes para garantir a maior agilidade da execução de convênios, sejam oriundos das políticas dos Ministérios, sejam oriundos de emendas parlamentares.

Essas modificações foram amplamente saudadas na Marcha dos Prefeitos por enfrentar questões importantes que vinham atravancando a execução dos convênios. A primeira delas, definida no decreto, é a ampliação da validade dos RAP. Anteriormente, os RAP caíam em 31 de dezembro. A partir de 2011, nós estendemos o prazo e, em vez de ser 1 ano de validade em relação ao ano em que o empenho foi feito, passamos a dar 1 ano e meio, um maior tempo exatamente para que Estados, Municípios e entidades possam dar conta de iniciar as ações estabelecidas nos convênios.

Então, essa nos parece que foi uma medida importante para garantir, primeiro, a execução dos Restos a Pagar, para que eles não fiquem indefinidamente como Restos a Pagar; e, segundo, garantir o tempo necessário para que os convenentes tenham condições de iniciar a execução do objeto dos convênios. Além disso, continuam excetuados desse cancelamento os RAP oriundos da saúde, da educação e do PAC.

É importante lembrar que, para evitar erros e injustiças, o RAP é suspenso em 30 de junho, e cada um dos gestores tem 60 dias para verificar e confirmar se de fato não teve início aquele objeto. Caso tenha sido começado, e se comprove o início da execução do objeto, o RAP é recuperado, é desbloqueado; caso contrário, ele é cancelado. Houve até esse cuidado de se dar um tempinho aí. Ele não cai simplesmente, mas tem ainda 2 meses para essa verificação, para evitar injustiça.

A Portaria nº 507 foi muito importante, porque regulou uma questão que era fruto de reclamações generalizadas neste Congresso Nacional e também por parte dos

convenentes, especialmente dos Prefeitos, que detêm a maior parte dos convênios, que era o fluxo financeiro para a execução dos convênios.

A mudança para a antecipação já na hora do contrato de 50% dos recursos para as pequenas obras tem um impacto enorme. Foi uma mudança gigantesca na execução. E me disse a Ministra Ideli Salvatti que, na lista de problemas tratados lá na SRI, caiu brutalmente, deixou de ser um dos temas prediletos. Assim também na área parlamentar e na área de relação com Estados e Municípios, mostrando, então, o acerto destas duas medidas: a que dá um pouco mais de prazo para o cancelamento dos Restos a Pagar e a de antecipação dos recursos para garantir o fluxo e não paralisar obras que vinham acontecendo de maneira generalizada.

Por fim, a questão da execução orçamentária do Ministério da Defesa. O Ministério da Defesa, não é à toa, é um dos que está destacado na *pizza* — já o estava, independente dessa questão —, exatamente pelo montante de recursos que as três Forças têm.

É um dos Ministérios com maior volume de recursos. Se nós pegarmos o período de 2008 até 2013, o orçamento do Ministério da Defesa para despesas discricionárias — não estou nem falando das obrigatórias, só das discricionárias — cresceu de 31% para 48%, em termos reais, já descontada a inflação do período. Ou seja, é um dos Ministérios cujas ações tanto o Presidente Lula quanto a Presidenta Dilma têm valorizado. O orçamento da Defesa corresponde, agora em 2013, a 7% das despesas discricionárias e a 14% das despesas primárias. Então, é um volume de recursos bastante significativo.

Além disso, os investimentos estratégicos da Defesa têm sido incorporados progressivamente ao PAC desde 2012. Para 2014, estão no PAC o submarino nuclear, a aeronave KC-X, os helicópteros, a tecnologia nuclear da Marinha, os blindados Guarani, o ASTROS e também o SISFRON, uma demanda não só desta Comissão como também do próprio Ministério. Isso não só garante o fluxo de recursos para a continuidade desses empreendimentos estratégicos, dessas ações estratégicas do

Ministério da Defesa, como também dá um maior fôlego para as despesas discricionárias, para os limites das despesas discricionárias, sem esquecer que, nas negociações do ano passado, juntamente com as universidades, as três Forças foram beneficiadas com reajuste salarial de 30% até 2015, entre 2013 e 2015, um percentual bastante superior, quase o dobro, do que teve a maior parte dos servidores federais, exatamente nessa visão da nossa Presidenta de valorizar as Forças Armadas para elas poderem desenvolver as ações estratégicas que têm para o nosso País.

Com isso, eu agradeço a atenção dos senhores. Espero ter conseguido, pelo menos, colocar as informações iniciais a respeito de todos os temas que são fruto desta audiência. Coloco-me à disposição dos senhores para os eventuais questionamentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Ministra Miriam Belchior. Sentimo-nos honrados com a sua presença nesta Comissão.

Dando oportunidade aos Parlamentares da Câmara e do Senado para que possam tirar dúvidas e interagir com o Ministério do Planejamento, dentro dessa premissa, tenho o prazer de passar a palavra ao primeiro inscrito. Antes, comunico aos colegas que nós temos 15 inscritos e peço, dessa forma, a todos que possam...

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sr. Presidente, como requerente, sou o primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não. V.Exa. é o...

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Os requerentes normalmente são os primeiros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É verdade. Perdão.

Peço desculpas ao Deputado Eduardo Azeredo, que é um dos subscritores desse requerimento, mas, antes de passar a palavra a S.Exa., aviso que temos 15 inscritos...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passarei a palavra a todos aqueles que foram subscritores dos requerimentos, mas, antes, passarei a palavra ao Relator-Geral da LOA.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, V.Exa. pode fazer a leitura da lista dos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Farei logo a seguir.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., a Ministra Miriam Belchior, o Relator do Orçamento, Deputado Miguel Corrêa, o Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e os demais membros da Comissão.

Sr. Presidente, estamos aqui na Comissão de Orçamento, juntamente com a Comissão de Relações Exteriores, para ouvir, por convite, a Ministra Miriam Belchior. Eu me inscrevi como membro da Comissão de Orçamento, mas eu não sei, V.Exa. está presidindo, qual é a preferência do requerimento.

Eu cheguei aqui às 13h30min, nem almocei, para estar pontualmente aqui. Então, eu queria que V.Exa. levasse isso em consideração, porque eu também apresentei a autoria para este debate, principalmente no que se refere ao final da exposição da Ministra na questão dos Restos a Pagar e da execução orçamentária, do orçamento impositivo.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Eu sou testemunha, porque eu estava junto, no mesmo horário, com o Deputado Claudio Cajado, e também sou subscritor de um dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Obrigado, Deputado Marçal.

Então, daqui da Comissão de Orçamento, como a matéria é orçamentária, pediria a V.Exa. que priorizasse os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. já está inscrito aqui com prioridade como autor do requerimento. Não, V.Exa. não está como autor, mas é o primeiro inscrito.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, quantos autores do requerimento nós temos?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - E, como conheço V.Exa. e sei que é diligente,...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sou autor também. Era do Deputado Efraim...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - ... pediria a V.Exa. que fosse econômico no tempo. Temos aqui 15 inscritos, fora os que eu vou nominar agora.

Em primeiro lugar, irá falar o Deputado Miguel Corrêa, como Relator-Geral. Logo a seguir, seria o Senador Eduardo Amorim, mas não está presente. Então, teremos o Deputado Efraim Filho, Deputado Marçal Filho, Deputado Eduardo Azeredo, Deputado Nelson Pellegrino. E começando a ordem dos inscritos, respondendo à Deputada: Deputado Claudio Cajado, Deputado Leonardo Quintão, Deputado Carlos Zarattini, Deputado Emanuel Fernandes, Deputado Henrique Fontana, Deputado Júlio Cesar, Deputada Perpétua Almeida, Deputado Cláudio Puty, Deputado Jorge Bittar, Deputado Ricardo Berzoini, Deputado Lourival Mendes, Deputado Danilo Forte e Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, há um equívoco. Eu sou coautor, com o Deputado Efraim Filho. Então, depois do Deputado Efraim, eu falaria como coautor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a condescendência dos nossos colegas, a nossa Secretária está colocando V.Exa. como coautor.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas eu sou. Está na ata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Portanto, passarei também a palavra a V.Exa., depois dessa relação, antes de iniciar a ordens dos inscritos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Para mim, é um prazer ter o Deputado Claudio Cajado como coautor do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Seguindo a ordem determinada, tenho o prazer de passar a palavra ao nobre Relator da LOA, Deputado Miguel Corrêa, do PT de Minas Gerais

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar e cumprimentar o Plenário desta Comissão. Cumprimento também o Presidente desta Comissão, Senador Lobão Filho, e o Deputado Nelson Pellegrino, meu caro amigo. Quero saudar, em especial, a presença da querida Ministra Miriam Belchior, que, pela profundidade da explanação, acho que irá poupar muitos desses inscritos, que, assim como eu, também têm temas recorrentes que foram abordados com muita propriedade pela Ministra aqui.

Quero apenas usar 30 segundos a mais, Sr. Presidente, para falar à Comissão que eu, como mineiro, como também vários mineiros que estão aqui, nesta Comissão, tenho uma característica muito ponderada e acessível de se trabalhar. Por consequência disso, na construção desse relatório, estarei atento a todas as discussões, a todos os ponderamentos, a todas as necessidades que os Parlamentares da Comissão tiverem, assim como os demais Senadores e Deputados, para, da forma mais harmônica possível, poder construir um relatório que represente esta Comissão e o Congresso Nacional.

Coloco-me já à disposição de todos os senhores para esses debates, reuniões e discussões que se fizerem preponderantes para a realização do Orçamento da União.

Ministra, eu tenho, na verdade, muita concordância com todos os aspectos abordados, mas alguns aspectos eu gostaria de compreender com um pouco mais de profundidade. Um deles é a boa expectativa que também eu tenho em relação ao crescimento econômico para o ano que vem. Mas, como todo cenário econômico, há ainda algumas divergências, especialmente em relação ao crescimento econômico.

Nós vimos agora o emprego avançando ainda mais, o início de uma recuperação industrial, um pouco da solução do câmbio, que começava a nos afligir, apesar de ser atrativo para as indústrias. Eu queria um pouco mais de elementos em relação à projeção do PIB de 4% para o ano que vem.

Segundo, em relação ao Orçamento do ano que vem, no que se refere à Copa do Mundo. Senti um pouco a ausência desses investimentos em aeroportos. Também queria ouvi-la no que se refere aos orçamentos e investimentos para aeroportos.

Quero saber um pouco da sua opinião, sei que esse é um tema em discussão no Congresso, mas é importante ouvi-la — e eu já ouvi isso algumas vezes da Ministra — em relação também ao orçamento impositivo, que está sendo aprovado no Senado.

Por último, acho que todos nós temos uma mesma visão em relação ao Orçamento no que se refere a cortes e diminuição dos custeios. V.Exa. apresentou de forma muito concreta essas necessidades. Eu pedi um estudo, e quero saudar os assessores desta Comissão. Para minha surpresa, talvez por não ter-me debruçado tanto ainda no relatório dos orçamentos dos anos anteriores, eu percebo que o custeio com as pessoas chega a quase 90%. Isso limita muito o corte de custeio das máquinas administrativas. Essa é mais uma opinião, e também para reafirmar um pouco das linhas de corte que foram estabelecidas.

Eram essas as minhas indagações.

Também me coloco à disposição dos colegas.

Cumprimento, mais uma vez, a Ministra Miriam.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Miguel Corrêa.

Vou fazer um bloco com os componentes subscritores do requerimento, junto com o Relator. Faremos, logo a seguir, um bloco de três Deputados inscritos.

Sendo assim, o próximo a fazer suas indagações é o Deputado Efraim Filho.

Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Saudações ao Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, à Ministra Miriam Belchior e aos demais componentes da Mesa.

Ministra, o meu requerimento se deu exatamente — e a data da autoria e da aprovação do requerimento nesta Comissão foi no final de maio ou em meados de junho — para discutir o decreto e um sentimento de verdadeiro desespero que os Prefeitos traziam, com a aproximação da data do cancelamento, especialmente porque este é um ano *sui generis*. Nessas eleições intercaladas de 2 em 2 anos, pega-se a transferência da gestão do Município, e muitas vezes para a oposição. Quando é reeleição e há continuidade, ainda está bom, mas, quando se é oposição, muitas vezes se descobre que houve investimentos de última hora. E infelizmente a eficiência da Caixa Econômica na análise dos projetos tem deixado a desejar, não é lá um grande cartão de visitas.

A prática continuou, e muitos investimentos foram prejudicados porque, há de se convir, grande parte desses recursos são emendas parlamentares destinadas a investimentos. E é onde o Parlamentar cumpre o seu papel, já que o olhar macro do Governo nem sempre atinge rincões ou pequenos Municípios onde são necessários esses investimentos. O requerimento era nesse sentido, na visão de junho deste ano. V.Exa. trouxe as explicações e o alinhamento do Governo, como este está lidando com o tema.

Essa decisão de 2011 a respeito dos 50% foi fruto inclusive de debate da CMO, tema de um grupo de trabalho. Houve um requerimento também da minha autoria, em 2011, para que se procurasse criar uma metodologia diferenciada, se não me engano, de 50%, 30% e 20%, que têm correspondido às expectativas nos investimentos de menor monta.

Partindo do pressuposto de que *"em terra de cego, quem tem um olho é rei"*, já que é difícil mensurar até que ponto esse aumento da capacidade de investimento foi o que gerou esse aumento de Restos a Pagar — no sentido de que se trata de obras plurianuais, mas não necessariamente de falhas de planejamento ou de execução, que sabemos que existe —, não há como fazer essa mensuração no presente momento. Então, vamos partir da premissa de que são realmente obras plurianuais, mas sem deixar de questionar o sentimento que existe hoje, principalmente dos Municípios, da

ineficiência da Caixa Econômica Federal na análise de projetos. Faltam técnicos especializados, faltam auditores.

O problema da medição e pagamento tem gerado casos em que empresas hoje deixam de realizar obras por conta do desalinhamento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Não são poucos os casos de Municípios que hoje estão executando obras de calçamento de 2009, repito, de 2009! Na minha querida e estimada Paraíba, há inúmeros casos. Citando casos concretos, há Municípios onde a empresa desiste de fazer a obra, porque considera melhor ficar na inadimplência contratual, ficar com os 50% que foram medidos e recebidos, do que se comprometer a fazer os outros 50% com o preço que já é inexequível nos dias de hoje.

Como o Governo se preocupa com essas obras inacabadas, que vão formar um passivo? Há algum estudo ou alguma deliberação nesse sentido? E, segundo, como o Governo pretende lidar com a Caixa Econômica Federal no sentido de suprir essa lacuna de técnicos especializados que existe, principalmente diante da perspectiva da vinda do orçamento impositivo? Porque acredito que esta Casa coloca no olho a olho o patamar de relação entre os Poderes, em equilíbrio, e isso será importante para o futuro.

Eram esses os meus questionamentos, Ministra. Para pontuá-los temporalmente, perceba que seriam a partir de junho, e não de agora.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Cabe um adendo, Deputado Efraim Filho?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Cabe adendo, cabe anexo, cabe emenda. É o Presidente quem o diz.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só uma questão a mais: há locais em que o Ministério Público só autoriza a licitação depois da AIO da Caixa Econômica Federal. Houve Prefeitos que deram entrada na documentação em junho; a AIO não foi sequer analisada, porque já estava no final do prazo; e o Município ficou prejudicado, porque o Ministério Público obriga a ter a AIO para fazer a licitação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Só que isso é exceção; não é regra o que o Deputado Danilo Forte falou.

Eu já cumprimentei a Mesa e vou ser objetivo. Nós poderíamos até utilizar um pouco mais de tempo, mas, diante de tantos inscritos, eu serei extremamente objetivo.

Vou tratar de quatro assuntos, Ministra. Primeiro, a questão do orçamento impositivo. Nós o votamos, e ele está no Senado. O orçamento impositivo é das emendas individuais, que historicamente, Ministra, são ações para investimento. E o Governo está tentando tirar de ações de investimento para colocar no custeio, principalmente na saúde. Eu quero dizer a V.Exa. o seguinte, Ministra: se o Senado mudar o que foi votado na Câmara e tentar elevar para 50% o gasto das emendas impositivas para a área de saúde, vai haver um problema grave.

A ideia do Parlamento é esta: emenda é para investimento, não se coloca emenda para custeio. Custeio é responsabilidade do Governo. Não há sentido em apresentar uma emenda individual para se colocar despesa de custeio para a saúde, para pagar luz, para pagar combustível, para pagar medicamentos. Isso é fugir da concepção de emendar o Orçamento no Parlamento. Portanto, eu acho que isso é muito grave. E eu vejo que o Governo está forçando a barra para que isso compense o orçamento impositivo. Essa é a leitura que eu faço. Eu acho que isso é um equívoco.

Nós, Parlamentares, temos um compromisso com as bases, com o desenvolvimento, com a possibilidade de investimento. V.Exa. falou que o Governo tem feito um esforço muito grande para combater a crise, a inflação, com investimentos. Os Municípios perderam a capacidade de investir, Ministra, perderam. Pouquíssimos Municípios têm capacidade hoje de investir, porque a maioria das despesas está sobrecarregando os Municípios. Assim, essa questão das emendas individuais atende basicamente ao que denominam de “obras paroquiais” e tal? Eu discordo disso. São obras que, como nós colocamos na LDO, com a portaria editada pelo Governo para pagar 50%, de até 750 mil... Eu fiz uma emenda para que o Relator, Deputado Danilo

Forte, aumente esse valor para 900 mil, como fiz uma emenda... Este é o segundo assunto, que eu vou colocar mais adiante.

Mas, em relação a essa questão do orçamento impositivo, isso é fundamental, porque nós estamos tratando apenas de 10% do valor de 60 bilhões, que estão previstos para o próximo ano, em investimento. É muito pouco para ficarmos nessa queda de braço.

Eu apelo a V.Exa. que permita ao Governo que pense como o Parlamento, pense como o Congresso, e apoie o orçamento impositivo. É um avanço que nós estamos fazendo, até porque as emendas de bancada e de Comissão, historicamente, não estão sendo mais pagas.

V.Exa. apresentou, na exposição, vários recursos para investimento: PAC; Minha Casa, Minha Vida; 11% para a discricionariedade. E nós estamos falando de 6 bilhões para os 581 Congressistas. É muito pouco, para se ficar nessa queda de braço. Eu não entendo por que o Governo está insistindo nessa temática.

Segundo, em relação aos Restos a Pagar, nós temos aqui 177 bilhões como Restos a Pagar, em 2013. O Tribunal de Contas da União já previu que vão ultrapassar 200 bilhões para 2014. E, pela projeção, já que este ano temos 91 bilhões para investimento, já foram empenhados 33 bilhões e pagos apenas 7 bilhões. Obviamente — nós estamos no meio de setembro —, não se vai conseguir atingir o valor. Historicamente, tem-se empenhando sempre em torno de 60%. Vamos admitir que se vão empenhar 60 bilhões. E se vai pagar quanto? Vai-se aumentar de 177 bilhões para mais 200 bilhões. Isso causa um problema de fluxo para as obras, para as empresas, para a própria boa utilização dos recursos públicos, digamos assim, muito grave.

Dentro desse contexto — e vou citar o que o Deputado Efraim Filho falou —, nós temos um problema grave, porque muitos dos convênios firmados, a Caixa Econômica não os tem aprontado em tempo hábil. Isso porque, como cada ano é uma prioridade em relação ao ano anterior, que não são analisados, sempre vai ficando o ano do exercício

passado pelo ano anterior, que tem prazo para terminar; e o convênio cai a partir de julho.

A questão desses atrasos, dessa falta de estrutura da Caixa, eu acho que prejudica muito, porque a responsabilidade não é dos Prefeitos. Deputado Danilo Forte, essa responsabilidade é da Caixa. Minha esposa era Prefeita até o ano passado e eu posso assegurar: nós perdemos três convênios, por responsabilidade, porque a Caixa não tinha equipe para poder aprontar e apresentar as diligências — e quando analisava! Eu quero dizer que o esforço que eles fazem é muito grande, mas a equipe é menor do que a quantidade de convênios que estão sendo realizados.

Ou se abra uma possiblidade para que o Banco do Brasil também possa analisar esses convênios, a exemplo da Caixa Econômica, ou que se faça o que eu apresentei para o Deputado Danilo Forte como emenda, também para a LDO: não apresentadas as diligências até o prazo de cair o convênio, sendo responsabilidade da Caixa, que o convênio não se perca, para que não puna o Município, Deputado Ricardo Berzoini, porque o Município não tem culpa. Se o Prefeito apresenta o projeto, o projeto vai para diligência, o Prefeito responde, e a Caixa não responde em tempo hábil, que culpa tem o Município para perder o recurso?

Essa questão, Ministra, eu apelo a V.Exa. que a leve em consideração. Eu apresentei uma emenda ao Deputado Danilo Forte. Espero que o Deputado, como Relator da LDO, com a sensibilidade de S.Exa., possa acatá-la. Assim, nós teríamos mais prazo para que Caixa apresente o projeto finalizado e o autorize, porque hoje o Município não começa a obra se não tiver com o edital aprovado pela Caixa, não inicia a obra se não tiver autorizado pela Caixa, e não paga se não tiver medido e determinado pela Caixa que se faça o pagamento. Portanto, a Caixa é que verdadeiramente comanda o processo. Se ela atrasa, por questões de equipe ou o que o valha, como acúmulo de serviço, está prejudicando os Municípios. Essa é uma questão grave. Efetivamente, nós temos que nos debruçar sobre essa questão.

O outro assunto — como esta é uma reunião conjunta com a Comissão de Relações Exteriores — relaciona-se ao problema da Alcântara Cyclone Space e do Centro de Lançamento de Alcântara, cento de lançamento dos foguetes. Nós estamos com obras paralisadas lá, Ministra. Essa questão do veículo lançador de satélite é fundamental para o Brasil, V.Exa. sabe disso. Mas, na próxima quinta-feira, de amanhã ao dia oito — nós aprovamos o requerimento —, uma Comissão Conjunta de Ciência e Tecnologia e Relações Exteriores irá ao Maranhão, para ver *in loco*.

Hoje nós temos um problema grave: eles precisam de 200 milhões no orçamento e financeiro para pagar o que estão devendo e concluir a fase que já está 3 anos atrasada. A parte da Ucrânia tomou empréstimo; na verdade, tomou três empréstimos, e os atrasos iniciais foram concluídos. A parte ucraniana da binacional ACS está completamente em dia, e o Brasil passou a ficar devendo.

Eu tenho informações de que o Governo vai aportar 150 milhões por agora e mais 50 milhões até dezembro. Isso resolve o problema, mas fica um remanescente de 180 milhões de dólares, que teriam que ser divididos entre 95 milhões para 2014 e 95 milhões para 2015. Se V.Exa. assegurar esses recursos — a binacional, V.Exa. sabe, é superavitária, já tem compromissos firmados de venda, de lançamento de satélite —, isso vai favorecer muito o Brasil.

Eu trabalho nisso, como Presidente da Frente Parlamentar Brasil-Ucrânia, e acho que é fundamental para o Brasil estar inserido nesse contexto de excelência nessa tecnologia aeroespacial. Por isso, apelo a V.Exa. Nós vamos lá na quinta-feira que vem. V.Exa. poderia dar-nos uma notícia, já antevendo a nossa visita *in loco.*

Por fim, Sr. Presidente — e já vejo V.Exa. definindo o nosso tempo —, eu queria fazer uma indagação à Ministra sobre a questão da política fiscal e da inflação.

Ministra, V.Exa. falou, e nós concordamos, que no primeiro momento, quando o Governo apresentou essa linha creditícia para favorecer o consumo, isso foi importante para combater a crise passada. Mas o Governo insistiu nesse procedimento, nessa política de conceder crédito. Nós estamos hoje com a capacidade do povo brasileiro,

daqueles que tinham acesso a crédito, completamente comprometida. Nós estamos vivenciando um momento mais difícil. E o Governo poderia estar fazendo investimentos — com isso nós concordamos. Agora, quando V.Exa. diz que está diminuindo o custeio, diminui o custeio mas subsidia energia elétrica. Bilhões estão sendo aportados para manter o preço da energia, e isso aumenta o custeio. De igual forma acontece com o preço do combustível. Bilhões estão sendo investidos para poder manter o preço da gasolina, e isso também aumenta o custeio. Esses recursos poderiam estar sendo direcionados para o investimento, já que, pela execução orçamentária deste ano, só foram pagos efetivamente 7% de investimento. Isso significa menos de 8% do que estava previsto no Orçamento para o exercício de 2013.

Indago a V.Exa., já que V.Exa. disse que estava investindo: é mesmo esta a política, aumentar o custeio? Sem contar a cesta básica dos alimentos, como o caso do tomate, já que houve subsídio. E não vou nem falar em relação às estatais. Mas, em relação a essa política fiscal *versus* inflação, eu faço essa indagação a V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Volto a insistir: vamos tentar nos ater ao tempo regimental de 5 minutos porque nós temos mais de 15 Deputados inscritos. Queremos que todos tenham tempo de expor suas ideias e fazer suas indagações.

Passo a palavra ao Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Se usarmos 10% do tempo utilizado pelo Deputado Claudio Cajado, a Comissão já ficará aliviada.

Quero cumprimentar os Presidentes, Deputado Nelson Pellegrino e Senador Lobão Filho, o nosso Relator, Deputado Miguel Corrêa, todos os colegas Deputados Federais e Senadores, e especialmente a Exma. Ministra Miriam Belchior.

Ministra, meu partido me deu a possibilidade de ser Relator Setorial de várias áreas, mas eu escolhi a saúde, apesar de não ser médico e não militar na área. Eu acho

que o maior problema do Brasil hoje é a saúde. Um homem público, uma mulher pública, um governo, um poder público não pode deixar que os números ou que a economia — ou o que quer que seja — afete sua sensibilidade de ser humano. E assistimos hoje, em nosso País, a um descalabro na saúde pública. Nós que visitamos hospitais públicos e hospitais conveniados assistimos ali à forma desumana e cruel como as pessoas estão sendo tratadas. Por isto, escolhi esse tema: para ajudar esta Comissão e o Governo a darem um passo adiante. Sei que é difícil essa tarefa, mas, se o Governo puder fazer um pouquinho só, já valerá a pena o mandato de todos nós aqui, porque é muito triste ver o que as pessoas estão passando e como estão vivendo em todos os pontos deste País.

Quero cumprimentar o Governo em relação ao Programa Mais Médicos. Esse foi um passo importantíssimo. Muitos foram contrários, no início, dizendo que não poderíamos trazer médicos de fora. Pura conversa fiada! Não importa quem vai atender, mas o atendimento tem que existir. Foi um primeiro passo, mas apenas um primeiro degrau. Nós precisamos avançar mais ainda.

Quero pedir sensibilidade a V.Exa. Nós aprendemos a ver os Ministros da área econômica como os mauzinhos, e os Ministros da área social como os bonzinhos. Os Ministros da área social dão as boas notícias, e os Ministros da área econômica dão as péssimas notícias. Vemos os mauzinhos e os bonzinhos, desde quando cheguei aqui, em 1996. Falamos sempre: *"Poxa, mas essa área econômica não tem sensibilidade! Não vê que é um ser humano e precisa de atendimento na área da saúde!"*

Assim, apesar de o meu requerimento falar de questões como emendas parlamentares, quero reforçar o que o Deputado Claudio Cajado falou em relação ao Banco do Brasil. Acho que esta foi sugestão de V.Exa. Foi V.Exa. que esteve nesta Comissão e disse que também o Banco do Brasil passaria a fazer essas análises. E tem que haver a ampliação disso, porque a Caixa Econômica não dá conta de tudo.

Mas, Ministra, a despeito de ser base do Governo, de acreditar nesse Governo, de aplaudir o Ministro Alexandre Padilha pelo trabalho que vem fazendo, algumas coisas

eu queria colocar. Apesar de ver números significativos em relação à saúde, não vejo a saúde como a prioridade das prioridades, como deveria ser, apesar de termos esses números até este momento, até este mês de setembro. São 8 bilhões e 800 milhões de reais que estão lá inscritos e bloqueados para a área da saúde. Só nós aqui no Congresso Nacional colocamos em torno de 7 bilhões de reais de emendas para o Orçamento deste ano — Ministério da Saúde, incluindo a FUNASA. E já foram bloqueados — este é o termo que está sendo utilizado — 8 bilhões e 800 milhões de reais.

Eu ouvi um zum-zum-zum, que ainda não é oficial, de que a Ministra Ideli Salvatti teria dito que utilizaria 15% da receita corrente líquida do País para a área da saúde. Mas é bom lembrar que os 15% propostos pelo Governo correspondem somente a 40% daquilo que o Mais Saúde e o Saúde+10 pedem. Seriam apenas 40%, não chegaria nem à metade do valor pedido.

Agora tive uma surpresa no demonstrativo que V.Exa. apresentou. Espero que os números de 2013 colocados no material não estejam errados e que os números de 2014 estejam errados. A senhora colocou que em 2013 são 87 bilhões e 300 milhões de reais na ampliação constitucional. Nas prioridades do Governo, saúde e educação, tem *"ampliação constitucional: 87 bilhões e 300 milhões",* que é sempre a correção do PIB do ano anterior. Só se precisaria, se for utilizado o mecanismo do PIB anterior, de 83,12 bilhões, se fizermos a conta. Aqui estão colocados 87 bilhões e 300 milhões. Tomara que seja isso, porque assim a senhora estará ampliando em 4 bilhões, ainda este ano, os gastos com a saúde. Se esses números estiverem corretos, os desta ampliação, os de 2014 estão errados: não serão 90,1 bilhões, serão 94,65 bilhões. Assim, terá que ser corrigido esse 2014. Espero que não tenha havido erro em 2013, mas apenas em 2014, para que tenhamos ampliados esses recursos para a área da saúde.

Nós no PMDB estamos engajados na campanha da Presidente Dilma à reeleição. Se fôssemos pensar no lado eleitoral, se para melhorar a saúde precisarmos tocar

nesse ponto, então esse é um ponto fulcral. É um ponto essencial a questão da saúde pública.

Mas eu toco é nessa questão de como as pessoas estão sendo atendidas neste País. Eu acredito — e insisto — nesses médicos indo lá, médicos que estão acostumados às condições mais difíceis, às maiores vicissitudes, a condições extremamente difíceis de atendimento: no início, eles darão conta do recado, mas depois surgirão problemas de estrutura, de materiais. A Prefeitura da minha cidade, por exemplo, que tem 200 mil habitantes, proibiu que se compre gaze, de agora até o final do ano. Não se poderá comprar mais gaze para nenhuma unidade, para ser feito um curativo. Esta é a situação que estamos vivenciando.

Quando eu trago isso aqui, pode parecer meio piegas. Eu deveria falar sobre números técnicos, mas quero dizer da sensibilidade do ser humano, do político, que não pode perder isso. Brasília é uma grande ilha da fantasia: há três vírgula não sei quantos médicos para cada mil habitantes. Lá no Maranhão, por exemplo, é zero vírgula noventa. Não chega a um médico para cada mil habitantes, no Maranhão. No meu Mato Grosso do Sul, da mesma forma. Nós não podemos comparar o lugar onde nós estamos trabalhando com o resto do nosso País. Nós vivemos outra realidade.

Por isso, eu gostaria que V.Exa., com o espírito feminino, com o coração de mulher, levasse isso em conta e pudesse dar um espaço a mais nesta questão que é tão tocante ao povo brasileiro: a saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Marçal Filho.

Passo a palavra ao Deputado e Governador Eduardo Azeredo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Ministra, com o espírito bem mineiro, eu tive a paciência de esperar a vinda de V.Exa., porque o meu requerimento foi aprovado em novembro de 2011.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Jura?

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sim. Eu deveria ser o primeiro, já que o meu requerimento é o mais antigo, mas está ótimo, não tem problema.

Naquela época, apresentei o requerimento, Ministra, exatamente porque as Forças Armadas estavam sucateadas. De 2011 para cá, não melhorou. Nós temos a informação de que dois terços dos aviões da FAB estão em solo por problemas de manutenção. É verdade que aumentou, do ponto de vista absoluto, o orçamento, mas também é verdade que, do ponto de vista do desembolso, caiu muito.

Tenho dados aqui: em 2000, eram 71% de desembolso; em 2001, 70%; no início do Governo do Presidente Lula, continuou de 73%, 70%, 72%. Mas, já no segundo Governo do Presidente Lula e no Governo da Presidente Dilma, os percentuais caíram muito. No ano passado, foram empenhados somente 51%, de todas as unidades do Ministério da Defesa. De um orçamento de 22 e 900, foram pagos 11 e 600 — desculpem-me, não foram empenhados, mas pagos. Assim, o que foi pago é que realmente caiu muito em relação aos anos anteriores.

Vamos para as questões individuais, de cada Força.

No caso do Exército, acompanhei o Comandante do Exército em Sete Lagoas, Minas Gerais, na inauguração da fábrica dos blindados Guarani. Evidentemente, é um tipo de produção cara, em que houve grande investimento da iniciativa privada, e existe o receio de que não haja continuidade de fluxo. Eu até trouxe para V.Exa. um pedido de alteração da resolução que fez o contingenciamento este ano, mas V.Exa. apresenta que os blindados estarão incluídos no PAC. Eles não estavam incluídos até este ano, mas, a partir do momento em que estiverem incluídos, não haverá mais esse risco. Assim, portanto, o Exército, do ponto de vista de desembolso, de pagamento, teve o menor das três Forças, no ano passado: 41% apenas, no orçamento do Exército, foram efetivamente pagos. A média foi 51%.

Do ponto de vista da Força Aérea — e já falei dos 2/3 de aviões que estão no chão —, existe ainda a necessidade imediata de uma nova suplementação para o programa de combustível de aviação e manutenção de suplemento aeronáutico, o que dá algo em torno de 500 milhões, que precisariam ser, no mínimo, suplementados ainda este ano.

Do ponto de vista da Marinha, o valor é um pouco menor, na faixa de 200 milhões, mas, da mesma maneira, impacta muito o funcionamento.

As três Forças são fundamentais. A Comissão presidida pelo Deputado Nelson Pellegrino é muito boa, sob esse aspecto. Não temos divergência partidária, porque reconhecemos todos a importância da Defesa Nacional e a necessidade de reaparelharmos as três Forças. Isso está avançando. Há uma fábrica de helicópteros também em Minas Gerais. Fico até satisfeito com que as duas sejam em Minas: a de helicópteros e a de blindados. E também avança a questão do submarino.

Quanto aos aviões caça, entretanto, Ministra, quando o Presidente Lula assumiu...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - A de submarino não está lá porque não tem água, mas se pode pôr na Pampulha! *(Risos.)*

Mas a questão dos caças, evidentemente, não está aqui porque nem foi assinado contrato ainda. Vai ter que se fazer, depois, uma suplementação. Evidentemente, vai ser pago em 20 anos, quando se decidir. Mas eu queria só lembrar que, em 2003, o Presidente Lula suspendeu o programa de caças por causa do programa Fome Zero. O programa não funcionou, foi necessário vir com o Bolsa Família, e o caça continua. Estamos já em 2013. Vamos ter uma solução para os caças? Esse é um problema que quero deixar para comentários.

Eram esses os aspectos específicos sobre a Defesa Nacional. Sr. Presidente, há somente mais dois assuntos que gostaria de acrescentar.

Há muitos anos, Ministra, eu venho alertando — sou profissional da área de tecnologia da informação — para o problema da cibernética, da defesa cibernética. Até tentaram me ironizar, que eu estava querendo colocar censura, e ouvi a Presidente pedindo ontem regulação da Internet do ponto de vista internacional. Veja bem, o Centro de Defesa Cibernética do Exército tem para esse orçamento 90 milhões, já é ridículo, e apenas 15 milhões foram realmente desembolsados. Dos 90 milhões, 15 milhões

apenas. Como é que o Brasil pode agora se encher dessa defesa da soberania se não investe na defesa cibernética?

As obras estão paralisadas lá em Alcântara. Só agora é que estão tomando uma decisão sobre qual satélite comprar.

Quero enfatizar essa questão. O Brasil tem que saber se defender. Não adianta só nós termos posições políticas de que não vamos mais aos Estados Unidos. Não é isso, o Brasil tem que saber se defender e investir nessa área.

Quero ainda falar sobre a questão da saúde, Ministra. Vi nos dados que a senhora coloca para 2014 mais 5,7%. É pouco, mais 5,7% vão aumentar a curva descendente do investimento federal em saúde. O Governo Federal já foi responsável por muito mais na saúde do que é hoje.

Eu, antes, estava em Poços de Caldas, Minas Gerais, cujo Prefeito é do partido de V.Exa., do PT, e o que as prefeituras gastam hoje não são 15%, mas 25%, 30% do orçamento com saúde, porque estão cobrindo o que o Governo Federal diminuiu da receita tributária. Portanto, a questão da saúde realmente é fundamental, e esses 5,7% não atendem.

Quem falou aqui em eleição foi o Deputado Marçal. Quero dizer o seguinte: depois de 11 anos dizer que a solução para a saúde é trazer médico de fora? Desculpe-me, mas é a confissão de que não conseguiram fazer mais.

(Não identificado) - S.Exa. não falou isso. Falou que é questão fulcral.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - É importante que nós possamos ter, além de mais médicos, mais recursos. E o que está acontecendo é o inverso. Está declinando o gasto do Governo Federal com saúde do ponto de vista percentual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Eduardo Azeredo.

Antes de passar a palavra ao Senador Walter Pinheiro, pergunto se o Deputado Nelson Pellegrino gostaria de fazer uso da palavra, como Presidente da Comissão.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, diga ao Deputado Nelson que deixe para depois, porque estou precisando voltar para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Senador Walter Pinheiro, com a condescendência do Presidente Nelson Pellegrino.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Na realidade, vou ter que voltar ao Senado porque, inclusive, Ministra — e acho que essa é uma das questões mais importantes; viu, Deputado Azeredo —, estamos discutindo agora lá a MP que trata do Programa Mais Médicos.

Além disso, na área da saúde, Ministra, no Senado — e V.Exa. participou na semana passada de um debate, no plenário do Senado, com o Ministro da Saúde —, estamos discutindo exatamente a questão dos recursos para a saúde, Deputado Marçal, a própria questão da carreira dos médicos, a questão que envolve as emendas, por isso o Senado fez o debate, Deputado Claudio Cajado, no sentido de nós reforçarmos o orçamento de saúde.

O pleito de custeio não é um pleito para tirar o investimento ou a relação do Parlamentar com as suas bases, mas nós, verdadeiramente, interferirmos no orçamento da saúde nessas bases, com a possibilidade de termos exatamente a aplicação no custeio, que é um drama.

Na linha do que disse há pouco o Deputado Azeredo, se botar mais médicos, se botar mais coisas para poder ajustar a saúde, imagine propor investimentos para a saúde, Deputado Azeredo, construindo postos de saúde sem termos a possibilidade de aportar recursos para o custeio desses postos? Esse é o maior dano, mas esse é o maior drama que V.Exa. deve ter vivenciado, diria até, com experiência dentro de casa, já que sua esposa era Prefeita da cidade de Dias D'Ávila. Esse é um aspecto para o qual quero chamar a atenção.

Essa é a grande preocupação no Senado, Ministra. Juntamos todos os projetos dessa área para termos ideia de como vamos trabalhar isso no orçamento, permitindo

exatamente ampliar a capacidade de investimento na saúde e não só a capacidade de desembolso, mas para a saúde poder honrar essa questão.

O segundo aspecto, Ministra, para o qual quero chamar a atenção tem a ver com a defesa, Senador Inácio, que falava da fabricação dos caças. E aí, Deputado Azeredo, é importante lembrar que esse debate sobre a questão da defesa cibernética, eu tenho participado de quase todos os fóruns internacionais sobre esse tema, desde 1997. Eu fui o primeiro brasileiro, inclusive, a ser chamado de louco, em 1997 e em 1999, Deputado Jorge Bittar, até porque, graças a Deus, e os requerimentos estão aí, em 1997, durante o processo de privatização, nós denunciamos a instalação de bases de espionagem. E nós chamávamos a atenção, Ministra, para o fato de que na privatização nós estávamos entregando os nossos quatro satélites, que eram operados pela EMBRATEL, que estávamos colocando esses satélites na roda. Em março de 1999, Senador Inácio, eu fiz de novo esse alerta, agora com requerimentos inclusive à Comunidade Europeia, ao Parlamento Europeu, ao Parlamento americano, à ONU, à UIT, à OEA, sobre o acordo UKUSA — Reino Unido e Estados Unidos —, no que diz respeito à base Echelon.

Então, em todas as reuniões, Deputado Azeredo, quem representa o Estado americano nesse debate cibernético, no debate de TI, no debate de telecomunicações é o Ministério da Defesa.

Na última reunião de que participei, agora, em dezembro do ano passado, eu até fiz uma brincadeira com o Ministro Paulo Bernardo, porque um dos membros estava vestido de branco, como está aquele representante da Marinha ali. Eu virei para ele, e disse: *"Diga aqui para o Ministro Paulo Bernardo qual o Ministério que o senhor representa"*. Ele até deu risada, porque já me conhece, até me chamou de Deputado. Disse: *"Não, porque eu conheci o senhor como Deputado".* Aí eu disse: *"Mas não brinque, não",* porque em toda reunião está lá o representante da Marinha americana e não tem ninguém do Ministério das Comunicações. Mas o Ministério da Defesa, Deputado Danilo, é quem participa de todas as reuniões mundiais que tratam dessa questão.

Portanto, essa é uma área muito delicada para nós. Nós estamos aí com um satélite, com todos os projetos da Marinha, que, por sinal, tem feito um bom trabalho, a despeito dos problemas orçamentários; a própria Aeronáutica, com o debate envolvendo os caças. E eu acho que nós devíamos retomar o debate como começamos aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia. A compra não pode estar só focada no aspecto bélico. A compra tem que estar focada a fim de saber o que vamos extrair do ponto de vista da tecnologia para utilizar em outras áreas. Um caça sobrevoando a Região Amazônica pode ser, além de algo que vai monitorar do ponto de vista bélico, pode ser um grande provedor de infraestrutura. E aí eu me refiro inclusive a uma banda larga. Ele pode suprir uma das carências de comunicação que nós temos naquela região. E outras coisas mais. Na área da Saúde, por exemplo, o que se utiliza na eletrônica embarcada de um caça. Ele é tão sofisticado, Deputado Danilo, que é capaz de enxergar uma mosca no meio da Floresta Amazônica. Portanto, isso pode ser utilizado para diversas ações de Medicina, para diversas ações de telemedicina, para diversas ações inclusive da chamada laparoscopia, portanto, com coisas invasivas. Na realidade, nós estamos tratando desse tema.

E quero concluir dizendo que é importante que esse Orçamento da Saúde, Deputado Marçal, enxergue a necessidade de nós ampliarmos todos os nossos tentáculos do ponto de vista da formação médica no País, que é a questão da abertura de cursos. Portanto, essa é uma preocupação que nós temos que ter nessa hora: juntar diversas pontas. E, para isso, chegarmos também no orçamento impositivo e ter a oportunidade de aprovar aqui a LDO para nos dar o conforto, para nós não terminarmos convivendo com a tese de aprovar o nosso orçamento no final do ano, em conjunto com a LDO. Portanto, nós vamos aprovar caminhos, depois de ter aprovado toda a estrutura de gasto, o que é uma anomalia no processo orçamentário. Nós vamos discutir as diretrizes, depois que nós já definimos como vamos aplicar os investimentos e como vamos tocar o custeio, sem ter traçado o caminho.

Então, Ministro, acho que essa é a preocupação da Comissão. E entrego à Ministra aqui mais um pleito do Senador Eduardo Suplicy. Eu pensei até que S.Exa. tinha operado a garganta. Mas, não. Operou os olhos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Ainda faltou um requerimento do Senador Eduardo Suplicy?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - S.Exa. não podia falar, mandou aqui a emenda. Como sempre fazendo a defesa das emendas dele no que diz respeito principalmente à transferência de recursos, a grande briga do Senador Suplicy, na área da economia solidária, na área da assistência: a chamada renda mínima.

S.Exa. faz aqui esse apelo para que isso seja, mais uma vez, pensado com carinho na nossa peça orçamentária. E faz, inclusive, esse pleito ao Relator da LDO.

Então, era isso, Ministra.

Eu vou ter que me retirar por conta dessas questões lá, mas estaremos firmes nessa caminhada, para conseguir tocar o Orçamento deste ano, fechar o ano com uma boa execução, e preparar o Orçamento de 2014 compatível com esse aumento considerável da demanda, que o País começa a assistir a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Pergunto ao Exmo. Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino, para finalizar este bloco.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Senador Lobão Filho, Presidente da Comissão Mista de Orçamento; Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior; Deputado Miguel Corrêa, Relator-Geral do Orçamento, eu vou ser muito breve, até porque eu tenho um voo agora, às 18 horas, para São Paulo.

Mas, além dos pontos colocados pelo pessoal da CREDN, quero apresentar outros três, para os quais eu queria uma atenção muito especial de V.Exa.

Primeiro, nós fizemos, ano passado, uma emenda de Comissão, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em relação ao custeio das aeronaves do Comando da Aeronáutica. São 35 milhões. Esse custeio é fundamental, Ministra, não só para a manutenção das aeronaves, mas para que não haja uma redução da frota operacional da Aeronáutica. Essas aeronaves são fundamentais. Depois, eu passo a V.Exa.

Têm também as chamadas emendas individuais, que diversos Parlamentares apresentaram também, para melhorar as instalações do Comando da Aeronáutica.

Sra. Ministra, eu queria também uma atenção especial para o decreto de contingenciamento de veículos. A portaria, como é genérica, acabou atingindo veículos importantes do Comando do Exército, como os veículos para o combate à estiagem do Nordeste; os veículos para o Sistema Astros, um programa importante dos mísseis; viaturas do Projeto Guarani, que está inclusive no PAC, e ambulâncias e viaturas destinadas à atividade de fiscalização de produtos controlados, inclusive artefatos de fogos de artifício.

Como o decreto generalizou, acabou atingindo também essas aquisições. E já existe recurso no Orçamento para aquisição. Então, teria que, talvez, fazer uma exceção na portaria.

E também, como já foi aqui dito pelo Deputado Eduardo Azeredo, na linha do que V.Exa. colocou, que o contingenciamento foi principalmente em relação ao custeio, houve um contingenciamento de 589 milhões, quase 590 milhões, no Comando da Marinha, dos quais seria fundamental o reexame de 504 milhões, porque são programas importantes, como a modernização e a adequação das aeronaves da Marinha, que estão sendo feitas pela EMBRAER; a recuperação da capacidade operacional especial do Aeródromo São Paulo, que é o nosso porta-avião, já estava incurso esse processo de recuperação; também a aquisição de um navio-patrulha, de 500 toneladas, ao Estaleiro EISA, que está sendo construído, Ministra. Então, precisaríamos honrar os nossos compromissos nesse sentido. Também em relação ao ensino marítimo e

segurança de tráfego aquaviário, o recurso foi contingenciado; despesa e manutenção, e atividades de pessoal.

Eu queria passar para a mão de V.Exa., para que o Ministério pudesse fazer esse estudo, além do que já foi dito aqui em relação à Alcântara, que, tenho certeza, há sensibilidade. Eu estive recentemente com o Ministro Celso Amorim, que me relatara que o Governo fará aquele aporte de 200 milhões de reais, que é a nossa contrapartida, lá na obra de Alcântara, isso é muito importante, e também abrir essa lacuna para o Projeto FX-2, o projeto dos caças. Embora saibamos que haverá carência, essa coisa toda, nós estamos na expectativa de que a Presidenta Dilma, ainda este ano, possa anunciar a compra desses caças para a nossa defesa aérea.

Além do que, Ministra, nós gostaríamos, diante até das últimas denúncias de espionagem, e a Comissão tem acompanhado muito isso, de discutir até a possibilidade de inclusão do Centro de Defesa Cibernética, de guerra cibernética, no PAC. Seria muito importante. É evidente que temos um orçamento de 90 milhões, como disse o Deputado Azeredo, e só executamos algo em torno de 20 milhões, 23 milhões, mas é importante também considerar, que, nesse caso, não é só comprar produto de prateleira, porque nós queremos desenvolver tecnologia brasileira para esses equipamentos, inclusive com código fonte, se não, não teria sentido fazermos a nossa defesa.

Considero muito importante, Ministra, que possamos analisar a possibilidade de incluir o Centro de Defesa Cibernética, juntamente com o submarino de propulsão nuclear e o KC-390 da Força Aérea e a defesa aérea, no caso do FX-2, que são os projetos eleitos pelas Forças como prioridades estratégicas.

Muito obrigado, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Nelson Pellegrino.

Passo a palavra, neste momento, à Ministra Miriam Belchior, para que possa responder às indagações aqui realizadas.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, indago se não poderíamos suspender a sessão por 5 minutos para os Deputados irem ao plenário votar e voltar. Há uma votação nominal em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pedimos ao Senador Inácio Arruda que faça as suas indagações. Assim, daria tempo para todos os Deputados irem votar.

Com a palavra o Sr. Senador Inácio Arruda, enquanto aguardamos o retorno dos Deputados.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Sra. Ministra, Sras. e Srs. Senadores que estão indo votar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só um segundo, Senador Inácio Arruda.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Ministra, estamos invertendo a ordem aqui, para aguardar o retorno dos Deputados. Passarei a palavra ao Senador, e V.Exa. poderá responder diretamente ao Senador, enquanto nós aguardamos o retorno dos Deputados que foram votar.

Então, com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Como já é do conhecimento da Sra. Ministra, o nosso trabalho aqui é sempre interrompido pela emergência do plenário.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Claro.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - A Câmara inclusive antecipou. Começou antes da votação do Senado, mas daqui a pouco também teremos votação no Senado.

Tenho duas questões administrativas. Uma é a respeito de um problema crônico nosso no Nordeste, o problema do DNOCS. Ainda estamos com essa pendência de solução para o DNOCS, a questão administrativa de contratação de novos profissionais. Com o papel relevante que ele tem, nesse período todo de estiagem, nós conseguimos, este ano, inaugurar algumas barragens importantes. O DNOCS tem algumas obras no PAC, mas ele está muito, muito, carente de novos quadros. O último concurso para o

DNOCS foi em 1982. O pessoal assumiu em 1983. Então, uma boa parte está se aposentando, está saindo do DNOCS. Isso prejudica, inclusive, a memória desse importantíssimo órgão do Nordeste brasileiro, especialmente, embora seja um órgão nacional, mas com uma atuação muito destacada no Nordeste.

A segunda questão é relativa à Defensoria Pública. Não sei se V.Exa. sabe, mas praticamente a Presidente assumiu um compromisso. S.Exa. tem honrado muito esse compromisso com a Defensoria Pública da União, inclusive na melhoria da qualidade dos serviços. Faltam apenas oito defensores, do último concurso, para serem chamados. Na última leva, acho que foram chamados 40 defensores. Ficaram restando oito defensores. Vamos ter de fazer uma nova chamada ou esperar que esse pessoal faça um novo treinamento para ser chamado numa nova oportunidade. Acho que é uma coisa que poderia ser resolvida imediatamente. São oito vagas que preencheríamos e esse concurso ficaria absolutamente finalizado. É muito importante tratarmos dessa questão.

Outra questão, não administrativa, para examinarmos é: nós temos na bacia hidrográfica do Nordeste brasileiro, em cada Estado, alguns rios. É muito importante que eles sofram barramentos. Todas são obras de médio a grande porte para nossa região. Por exemplo, nós estamos barrando agora o Rio Poti, que nasce no Ceará e deságua no Parnaíba, em Teresina. Então, ele tem dois sentidos para nós. Ele vai permitir abastecimento humano nas duas barragens que vamos fazer, em Fronteiras, em Crateús, no Ceará, e em Castelo, no Piauí. Ele abastece a população daquela região, tira essa crise gigantesca que estamos vivendo — futuramente não viveremos em função dessas duas barragens —, e ele é um regularizador de enchentes. Ele regula as enchentes enormes que temos em Teresina. Então, ele é muito importante.

Nós temos ainda, nesses Estados, alguns rios importantes. Por exemplo, no Ceará, nós temos um rio chamado Coreaú. Esse rio não tem nenhum barramento. Então, não é que a gente perde a água dele para o mar. A água dele vai para o mar. Ela não se perde, não. Ela é muito boa quando chega ao mar, mas, ao barrar o rio, nós

criamos potencial de abastecimento da população daquela região, e, ao mesmo tempo, de irrigação. É o chamado Rio Coreaú. Ele nasce no Ceará.

Esse é um fato que estou levantando em relação ao Ceará, mas no Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba, temos algumas áreas de barragens que seriam praticamente complementares a uma grande obra, a interligação de bacias do São Francisco, porque daremos a um projeto que nós denominamos no Ceará, por parte do Governador, de Cinturão das Águas, uma relevância ainda maior, se pudermos ter esses outros rios também sendo barrados, guardando água para momentos cruciais como o que estamos vivenciando. Então, é muito importante para nós o aproveitamento da nossa bacia hidrográfica no Nordeste brasileiro, especialmente no Nordeste Setentrional, que está sendo atendido com uma grande obra, mas que precisa dessas obras complementares.

É evidente que tratamos disso em LDO, nós tratamos disso em Orçamento, nós tratamos em Plano Plurianual, mas é preciso uma elevação do perfil desses projetos para que eles possam entrar com uma boa parte dessas solicitações. Eles têm projetos que já foram desenhados, desenvolvidos ou contratados, solicitados pelo DNOCS ou pelos Estados. Então, a gente poderia aproveitar muito desses empreendimentos dentro do Plano de Aceleração do Crescimento nessa área de recursos hídricos que tem um planejamento já sendo executado pelo Governo Federal.

É evidente que nós apoiamos essas iniciativas todas da área de segurança, inclusive da segurança cibernética. Eu trataria ainda de como desenvolver a nossa tecnologia, porque não basta comprá-la fora. Aqui temos representantes da Aeronáutica. Eu imagino a batalha travada pelo Marechal Montenegro no Brasil para garantir a existência do CTA e criar o ITA, porque quem leu a biografia do Montenegro, de Fernando Morais, vê que ele foi numa missão aos Estados Unidos, para que a gente pudesse continuar comprando dos americanos e formando o pessoal lá. E os americanos do MIT, descritos na biografia pelo Fernando Morais, disseram: *"Vá fazer um MIT no Brasil, rapaz. Faz um lá".* E foi uma batalha gigantesca que nós travamos

para poder construir esse CTA e, depois, seus institutos, que são algo extraordinário hoje para o Brasil. Então, é como a gente investir aqui. Eu brinquei ali dizendo que eu quero fazer os caças é lá no Ceará, mas não é brincadeira, não. Eu estou querendo fazer os caças é lá no Ceará mesmo. Já que o Montenegro saiu do Ceará para fazer o CTA, agora, queremos fazer os caças lá.

Temos de trabalhar nesse rumo. É claro que a exigência e a emergência talvez nos ponham nessa situação, mas temos de avançar. Não podemos ficar nessa dependência. Se é uma questão de segurança, de proteção, não são terceiros que vão nos proteger, pelo amor de Deus. Nós podemos até comprar os pacotes tecnológicos, abri-los aqui e fazê-los aqui, mas precisamos avançar um pouco mais nessa área.

Isso vale para a aviônica e vale para segurança cibernética. Não basta ter o marco regulatório. Nós precisamos produzir a nossa segurança nessa área cibernética. Se não, não teremos segurança nenhuma. Vamos fazer uma lei que será protegida por equipamentos produzidos por terceiros que têm toda inteligência na mão.

Vi aqui a batalha pela construção SIVAM e da construção, depois, do equipamento de inteligência do SIVAM. Nós travamos essa batalha no Congresso Nacional em 1995, 1996, 1997. E nós tivemos de trabalhar com equipamentos de terceiros. Então, acho que o nosso planejamento tem de enxergar o País mais adiante. É correto tratar das questões emergenciais, mas é bom a gente ver o alvo mais adiante, porque senão a gente vai ficar comprando lá fora e nunca desenvolver a tecnologia.

Existe gente que acha que não deve mesmo comprar tecnologia e nem deve desenvolvê-la. São comerciantes. Comerciante é assim mesmo. Só na base do comércio: *"Eu compro de qualquer lugar, vendo em qualquer lugar. Está bom para mim".* Mas o nosso problema não é esse, é de um país continental que precisa ter a sua segurança na mão e não na mão de terceiros.

Era essa a questão, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Passo a palavra, pela ordem, ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, nós já estamos aqui há mais de 2 horas, e isso se torna extenuante para a Ministra e para todos nós. Como eu sou o próximo inscrito, queria sugerir que V.Exa. limitasse o tempo, para que tentarmos ser mais objetivos nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito bem registrado, Deputado Carlos Zarattini, inclusive porque o Regimento prevê apenas 5 minutos para cada inquiridor da Ministra.

Passo a palavra, neste momento, à Ministra, para que possa, neste bloco, responder a todas as indações feitas pelos nobres Parlamentares.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Vamos lá.

Para alguns casos, vou pegar por tema, porque vários Parlamentares se referiram a ele. Vou tentar abordar todos os temas levantados.

Em primeiro lugar, o nosso Relator pediu para aprofundar um pouco sobre o contexto que nos leva a propor um PIB de 4% para 2014.

Nós temos aqui dois blocos de razões. O primeiro é um cenário externo melhor. Neste ano já está melhorando, e nós esperamos que, no ano que vem, seja ainda melhor o cenário externo, com os Estados Unidos e a Europa retomando o crescimento, a China mantendo um ritmo elevado e com a retomada do comércio internacional.

No cenário nacional, nós temos, além da continuidade da evolução do consumo interno com aumento do salário mínimo, o mercado de trabalho aquecido, os investimentos do PAC, do Minha Casa, Minha Vida e o início dos investimentos provenientes dos leilões de concessão, a safra recorde na agricultura, as indústrias se recuperando, inclusive com ajuda do câmbio, e em função da atração de turistas e do incremento nos serviços devido à Copa do Mundo.

Todos esses elementos nos parecem justificadores da previsão de 4% de crescimento no PIB no próximo ano.

O Deputado Miguel Corrêa me perguntou também a respeito dos investimentos da Copa, especialmente dos investimentos relativos a aeroportos.

Nós temos, no ano que vem, recursos previstos no Orçamento da União no montante de 3 bilhões e 700 milhões e, na INFRAERO, mais 1 bilhão e 200 milhões. Esse nos parece um montante bastante alto, compatível com as necessidades dos nossos aeroportos, além, é claro, dos investimentos privados que estão sendo realizados nos aeroporto de Guarulhos, Viracopos e Brasília.

Gosto sempre de lembrar que alguns Governadores dizem para a gente: *"Eu faço um carnaval com muito mais gente chegando e saindo do aeroporto do que vai ter na Copa do Mundo".* Costumo dizer que os nossos investimentos em aeroportos são fundamentais para a Copa do Mundo, é claro, melhorar conforto e tudo o mais, mas são fundamentais para dar conta do crescimento de dois dígitos que nós temos tido nos últimos anos do crescimento da demanda por voos aéreos no País. Esse, para nós, é o mair desafio que nós temos e que estamos enfrentando nesses últimos anos.

O Deputado Miguel Corrêa também falou de estudo sobre custeio, como a gente trabalha com isso.

Queria dizer aos senhores que, além de nos concentrar nos custeios administrativos estritamente colocados, nós estamos para finalizar, neste segundo semestre, iniciativas na direção da constituição de uma central de compras do Governo Federal. Da mesma maneira como os nossos bancos públicos hoje fazem compras centralizadas, que as grandes empresas fazem compras centralizadas, nós também faremos as comprasque são comuns entre os Ministérios.

Com relação a obras, é claro que a INFRAERO e o DNIT continuarão fazendo as suas licitações, mas, no que diz respeito à aquisição de materiais e contração de serviços, vamos caminhar progressivamente para fazer isso de forma centralizada no Governo Federal.

Pego aqui um elemento da colocação que o Deputado Miguel Corrêa, o Deputado Claudio Cajado, o Senador Walter Pinheiro e alguns outros fizeram sobre orçamento

impositivo. Primeiramente, nós tivemos a oportunidade de, ainda no início de agosto, fazer horas e horas de discussão com os Líderes na Câmara dos Deputados, para discutir o orçamento impositivo, e, nesse debate foi possível avançar em duas questões. A primeira questão vai não só na direção da intenção que o Congresso tem de tornar impositivas as emendas individuais, mas também de trabalhar melhor a forma de operacionalização disso. Quando a gente para e pensa em como executar isso, vê que é preciso ter uma série de detalhes para garantir aquilo que o Congresso gostaria — a execução das emendas no montante estabelecido pela emenda constitucional — e também garantir ao Governo as condições de não executar as emendas se houver algum problema. Então, a gente tem que pensar em como construir um processo que garanta a execução no fim das contas e não responsabilize o Executivo caso haja um problema incontornável. Acho que esse foi o primeiro avanço, porque o estabelecimento desse regramento foi um avanço importante na discussão.

O avanço mais importante, do nosso ponto de vista, é a proposta que o Governo defende, que é a proposta da nossa Presidenta: a vinculação de 50% das emendas à área da saúde. Então, nós achamos que isso é um avanço importante. O Deputado Marçal Filho fez um libelo a respeito da importância da saúde.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - É claro que a Deputada Fátima Bezerra, que há pouco estava aqui, poderia fazer um libelo pela educação, como alguns fizeram aqui pela defesa. Mas o Orçamento é um só, ele é só 100%, não é 120%, nem 150%, nem 200% e nós achamos importante que metade das emendas devam ser vinculadas à área da saúde.

Queria dizer ao Deputado Cajado que não foi iniciativa do Governo colocar o custeio. Normalmente não é possível nem custeio, que é uma questão mais limitada. Houve uma demanda dos próprios dos Líderes que se sentaram comigo e com a Ministra Ideli. Discutimos o assunto de que ele deveria ser aberto também para o consumo, o que vai exatamente na direção que alguns Parlamentares aqui colocaram,

ao falar sobre as dificuldades de Estados e Municípios em relação ao custeio e que isso seria importante para alguns dos insumos. Enfim, isso não partiu do Executivo.

O Senador Walter Pinheiro já falou isto aqui, mas eu queria reforçar: a iniciativa de incluir também o custeio não foi do Executivo, ela veio do próprio Legislativo. E, mais do que tudo — o Senador Walter Pinheiro também colocou aqui —, não é obrigatório; você coloca no custeio se quiser, mas pode ser colocado na saúde e em investimento, não há nenhuma restrição a isso.

Então, se eu entendi o seu questionamento, estava em *"sem custeio" e "não investimento"*. Logo, como não é obrigatório, não vejo motivo para a preocupação que o senhor colocou aqui. E, neste momento em que estamos discutindo mais recursos para a saúde, essa vinculação parece-me bastante importante.

Considerando isso, eu passo para a saúde, mais pelo gancho — vou dar um pulo e depois volto. Deputado Marçal Filho, eu acho que o debate a respeito da necessidade de melhorar a qualidade da saúde em nosso País tem apoio do Parlamento, do Executivo e de toda a sociedade brasileira. Eu acredito que essa é uma pauta que está na ordem do dia da nossa discussão. Agora, ela precisa ser enfrentada com a angústia que o senhor colocou aqui, mas também com os pés na realidade que temos.

Eu estive aqui, na última quinta-feira — o Senador Walter Pinheiro comentou isso —, numa reunião de Comissão Geral no plenário do Senado, debatendo essa questão juntamente com o Ministro Padilha, com representações do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, do movimento que apresentou a proposta de 10% da receita corrente bruta. Quero agradecer ao senhor. Sei que é preciso fazer mais um pouquinho, mas o senhor mesmo reconheceu, na sequência, que temos feito um "poucão mais", mas que esse "poucão mais" ainda é insuficiente para as necessidades do País.

Queria dizer que a proposta de 10% da receita corrente bruta tem alguns problemas que precisam ser enfrentados. É claro que ela é uma ótima proposta, qualquer um de nós, em tese, acha a proposta muito boa. No entanto, ela parece ter dois problemas básicos, e o primeiro é usar como parâmetro a receita corrente bruta,

que inclui a receita que é transferida para Estados e Municípios, ou seja, com a qual o Governo Federal não fica. Então, não nos parece adequado basear uma vinculação em cima de uma receita que não é da União.

O segundo problema é o montante que isso significa: seriam 39 bilhões de reais a mais em 2014. Na quinta-feira, eu tive a oportunidade de apresentar aqui aos movimentos, na reunião de Líderes no Senado e na Câmara, o seguinte: se eu pegar as nossas despesas discricionárias, de mais ou menos 270 bilhões, e tirar saúde e educação, Brasil Sem Miséria, PAC e Ciência e Tecnologia, tirar as obrigatórias, sobram 36 bilhões de reais para todas as outras áreas, inclusive para a Defesa e outros Ministérios. Para todo o resto, sobram 36 bilhões de reais — só essa medida é de 39 bilhões. Ou seja, eu fecho a Defesa e todos os outros Ministérios? Então, esta é a questão que se coloca: a proposta é ótima, mas como viabilizar isso dessa maneira?

É claro que a posição do Governo é discutir com os movimentos e discutir com as Lideranças da Câmara e do Senado. Hoje o Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, apresentou uma proposta já negociada com o Governo, de mudar a vinculação para a receita corrente líquida, num montante de 15% até 2018, subindo isso progressivamente, com percentuais para cada um dos anos. Vou ver aqui meus números: pela regra atual, o aumento até 2018 seria de 41 bilhões; por essa nova proposta, esse valor praticamente dobra, e são 79 bilhões nesses 5 anos. Parece-nos um passo muito importante, uma mudança substantiva para melhorar o financiamento da saúde no nosso País.

Queria dizer que os gastos em saúde não têm curva descendente. Aumentamos o custeio e temos garantido os recursos para o investimento nos Estados e Municípios, além da preocupação com a formação dos médicos, para garantir a mão-de-obra necessária, para que médicos brasileiros possam atender os brasileiros em qualquer canto do País.

Quero lembrar que, mesmo com extinção da CPMF, infelizmente aprovada aqui neste Congresso, em 2007, que retirou o equivalente a 5% da receita corrente líquida, o Governo Federal repôs esse recurso a partir das outras áreas.

Então, acho que essa discussão é fundamental. Lamento que, em vez de aperfeiçoar a vinculação da CPMF à saúde, este Congresso Nacional tenha feito a opção de extinguir a CPMF — eu acho que aquela foi uma madrugada, como disseram alguns Senadores na última quinta-feira, triste para a saúde brasileira e para os brasileiros em geral. Mas o Governo, a partir desse debate, dá um passo adiante.

O Deputado Eduardo Azeredo estava falando que os Municípios brasileiros acabam dispendendo mais do que os 15% — eu já estive numa secretaria municipal, não a de saúde, felizmente, que eu acho que é uma área muito difícil de trabalhar. Quero lembrar que, no caso dos Municípios e dos Estados, a base de cálculo é a receita tributária, não é a receita corrente líquida. Então, a base de partida é muito superior aos mesmos 15% que os Municípios fariam; seria alguma coisa em torno de 10% da receita corrente líquida municipal. Isso, é claro, depende da receita de cada Município, especialmente com *royalties*, receita patrimonial, etc.

Hoje o nosso Líder de Governo apresentou essa emenda na CCJ, e nós acreditamos que assim poderemos poderá dar o passo para o próximo período de 5 anos nessa área. Acredito que todos nós, Parlamento, Executivo e sociedade, devemos seguir discutindo como alavancar mais financiamento para a saúde no nosso País.

Eu vou voltar a seguir a ordem. Quanto às questões colocadas pelo Deputado Efraim em relação à evolução de Restos a Pagar — RAP, eu já trouxe aqui a evolução do investimento, que se refere exatamente a isso. Reafirmo ao senhor, Deputado, que não tenho preocupação quanto a isso, porque, como estamos falando aqui, os Restos a Pagar crescem exatamente pela evolução dos Restos a Pagar de investimentos no nosso País, que se somam à execução, que tem crescido bastante, como vimos.

Eu queria aproveitar para juntar as perguntas do senhor e do Deputado Cajado. Reconhecendo, em primeiro lugar, que tanto o decreto quanto a Portaria 507

melhoraram o fluxo financeiro, que isso ajudou bastante, os senhores colocaram que ainda há ineficiências na Caixa e se seria bom ou não colocar o Banco do Brasil junto nisso.

Eu acredito que nós estamos enfrentando aqui a mesma dificuldade que temos no PAC. Então, nós sabemos das dificuldades. O Brasil é um País gigantesco, e os senhores sabem isso melhor do que ninguém. Nós estamos trabalhando em alguns rumos, a começar pela lógica da Portaria 507: em vez de fazer medições mensais, nós vamos fazer três medições, porque custava mais caro fazer a fiscalização desses pequenos convênios do que o custo do convênio em si. Então, não tem sentido isso. Nós não estamos abrindo mão dos controles, mas, economicamente falando, é um equívoco fazer dessa maneira. Então, ao fazer três medições, o número de pessoas da Caixa que eu preciso também é menor. Com isso, eu posso remanejar os servidores ou os terceirizados da Caixa para fazerem as outras etapas que — estas, sim — precisam ser olhadas, porque são os projetos para assinatura dos contratos.

Além disso, também está havendo uma reestruturação na Caixa e uma divisão da Vice-Presidência de Governo, que, com o PAC, com o Brasil Sem Miséria, com todos os convênios que a Caixa assumiu e mais o Minha Casa, Minha Vida, ficou muito sobrecarregada. Então, nós estamos dividindo em duas Vice-Presidências: uma Vice-Presidência ficará só com a questão de habitação, com o Minha Casa, Minha Vida, que, por si só, mais do que justifica ter uma equipe tocando o programa de cima a baixo, da matriz aqui em Brasília até todas as superintendências regionais; e outra Vice-Presidência ficará com o PAC, com os convênios em geral com os Municípios e os de emenda. Com isso, nós acreditamos que, se não resolveremos todos os problemas, estaremos avançando para minorá-los.

Além disso, há uma série de simplificações de procedimentos e de exigências desnecessárias. Digo de novo: sem perder o controle do uso do recurso público, nós estamos simplificando, porque são exigências desnecessárias.

Mas queria dizer aos senhores que, por causa do PAC, eu brinco ao dizer que faço o que chamo de acareação. É muito comum eu fazer acareação entre as áreas para ver por que uma coisa está parada, por que isso aconteceu, de quem é a responsabilidade e tal. Como eu tenho essa tarefa desde o Governo do Presidente Lula, ainda lá na Presidência da República, nas obras prioritárias, nas metas prioritárias, passando depois pelo PAC e continuando agora no Planejamento, eu aprendi que sempre há problemas dos dois lados. Pode até ser que tenha mais problemas na Caixa, mas eu queria pedir uma ajuda aos Srs. Parlamentares: que, além de fazerem a importante tarefa de indicar as emendas, de indicar em que áreas e para que Municípios, também nos ajudassem a ajudar os Municípios a preencherem os requisitos que são necessários, apontando ainda aqueles que sejam desnecessários, para nós mudarmos isso. Devemos ajudar também os Municípios, porque uma parte importante ainda está na dificuldade de eles apresentarem as informações, o plano de trabalho, que é simples, mas sobre o qual ainda têm dificuldades.

Então, acho que aqui nós temos que ter um pacto para que execução saia, para que as coisas funcionem da melhor maneira possível. E os senhores, que estão lá na ponta, têm uma capacidade importante para ajudar, continuando a apontar os problemas, mas também ajudando os Municípios a resolverem aquilo que é da parte deles.

Deputado Cajado, já falei do orçamento impositivo, já falei do RAP, já falei da Caixa. Sobre Alcântara, nós temos no orçamento... O Deputado não está mais aqui.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O Deputado Cajado tinha uma urgência, mas pediu-me que ouvisse a resposta e depois a transmitisse.

(Não identificado) - Esse assunto de Alcântara interessa a todos nós.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Isso. Eu falarei aqui porque é curto. Nós temos, no Orçamento deste ano, 50 milhões de reais que já foram empenhados, pela informação que me chegou aqui, sendo que, quanto aos outros 150 milhões, já foi enviado um crédito ao Congresso. Portanto, depende da CMO a análise e aprovação,

para que a gente dar os passos seguintes para equacionar os 200 milhões a que ele se referiu na sua intervenção.

Há uma última questão levantada pelo Deputado Cajado, de que medidas do Governo fossem como aumento de custeio. Primeiro, a redução da tarifa de energia é muito importante para a nossa economia. A energia é a base da produção, e ainda é crítica em alguns setores, como na área de alumínio, por exemplo, onde é o principal insumo. Portanto, estamos falando aqui de aumentar a nossa competitividade e estimular o investimento do setor privado no País.

Em relação à cesta básica, ela é uma importante medida, não só porque alavanca o consumo e a produção, mas porque combate o efeito regressivo dos nossos impostos, que acabam penalizando mais a população de baixa renda. Ao fazermos uma redução dos impostos incidentes sobre a cesta básica, nós estamos minorando esse efeito regressivo.

Em relação ao crédito, registro primeiro que os nossos percentuais de crédito em relação ao PIB ainda são bastante inferiores ao que se considera bastante seguro em todo o mundo. Eu acho que o Brasil tinha um problema seriíssimo, gigantesco de oferta de crédito, o que foi corrigido. Era uma falha da nossa economia que tem sido corrigida nos últimos anos.

Nós acreditamos, com bastante convicção, que essa tarefa de oferecer crédito ao País não deve ser restrita aos bancos públicos. Eu falei há pouco da dificuldade que o setor bancário privado tem de assumir esse papel, especialmente em momentos de crise. E os senhores certamente acompanharam pela imprensa a reunião do Ministro Guido Mantega com os bancos privados, para montar uma espécie de consórcio em que o setor privado financeiro também entrasse no financiamento dos investimentos do País.

Nós acreditamos que é importante esse equilíbrio e estamos trabalhando nessa direção. Achamos que essa última rodada de conversas com o setor privado foi bastante produtiva e que vamos conseguir trabalhar, daqui para adiante, num maior equilíbrio entre a participação do setor público e a participação do setor privado.

Deputado Eduardo Azeredo, eles poderiam ter calculado o percentual para mim, mas me parece que ele é bastante superior ao que o senhor mencionou aqui. Eu tenho um dado geral, mas depois podemos trabalhar num dado mais detalhado, para enviar ao senhor. O dado global da Defesa que me é possível ter neste momento é de que ela, em 2012, empenhou 65,3 bilhões e pagou 58,6%. Então, me parece bastante superior ao que o senhor mencionou, aos 51% e 41%. Eu já estou pedindo à minha equipe um levantamento mais detalhado, para enviar ao senhor durante a próxima semana.

Em relação aos equipamentos, às ações ...

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Ministra, só para...

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - É que o meu dado aqui está excluindo pessoal. Realmente, os meus percentuais são de outros custeios e capital.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Está certo. Por isso é bom partirmos das mesmas bases.

Em relação à continuidade desse bom ritmo das ações estratégicas, eu acho que a gente resolve isso com a progressiva integração das ações de Defesa no PAC, terminando com blindado Guarani, Astros e Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras — SISFRON já em 2014.

Eu não sei quem esteve no desfile de 7 de Setembro. Eu estava lá e tive a oportunidade de ver o conjunto de equipamentos novinhos em folha que desfilaram, todos bonitinhos, pneuzinhos novinhos. A Defesa foi bastante beneficiada pelo PAC Equipamentos, que a Presidenta lançou no ano passado, de que um montante muito significativo, a maior parte dos recursos foram para o Ministério, o que permitiu uma renovação importante da frota de veículos daquele órgão.

Em relação aos caças, o senhor trabalha na Comissão e sabe melhor do que eu a importância estratégica da decisão sobre qual tecnologia adotar. Aqui vários dos senhores se referiram, no que se refere à defesa cibernética, à importância do desenvolvimento local. Então, a nossa escolha certamente terá que considerar não só

uma tecnologia de ponta, mas o que poderemos passar a desenvolver no Brasil em termos da tecnologia. Essa é uma definição estratégica que está na mesa da Presidenta da República, para ela decidir juntamente com o Ministro Celso Amorim.

Em relação à defesa cibernética, eu vou pedir permissão aos senhores para ler a nota que a Defesa soltou a respeito, porque, como ela é muito boa e clara, eu acho melhor lê-la aqui:

> *"O orçamento da ação de defesa cibernética foi definido pelo Ministério da Defesa antes das recentes denúncias sobre práticas ilegais de interceptação de dados de cidadãos e de autoridades do Governo brasileiro.*
>
> *O Ministério da Defesa já iniciou uma série de medidas com o objetivo de reforçar os mecanismos de proteção das redes de dados dos órgãos militares e civis que compõem a defesa nacional. As medidas a serem propostas deverão demandar mais recursos para o setor, que serão submetidos à consideração da equipe econômica do Governo.*
>
> *O montante previsto no Projeto de Lei Orçamentária de 2014 refere-se apenas ao orçamento para o Centro de Defesa Cibernética do Exército brasileiro. Não contempla, portanto, outros valores que os comandos das Forças Armadas investem em ações de proteção de suas redes e sistemas informatizados, e nem os investimentos que outros órgãos e entidades governamentais fazem com o mesmo propósito.*
>
> *O fato de ter havido empenho de apenas parte do valor previsto não significa que os recursos não serão*

desembolsados. O orçamento da área cibernética segue histórico de execução que registra uma concentração de empenho dos recursos no segundo semestre do ano. Há projetos e contratações em curso este ano que permitem a execução integral do montante previsto na Lei Orçamentária.

O Centro de Defesa Cibernética precisa evoluir, criar capacidades e uma escola de defesa cibernética. Precisamos desenvolver tecnologia brasileira. Isso leva tempo, demanda investimentos, formação de pessoal e mudança de cultura. O orçamento do Centro para 2013 é de 90 milhões. Os outros países, com exceção dos Estados Unidos, não gastam muito mais do que esse montante. Talvez a Marinha (...)"

Aqui estão os outros gastos na área da Marinha, da Aeronáutica e também da ABIN, em criptografia.

Eu queria, apesar de já estar na nota, reforçar a importância, que também foi já ressaltada aqui, do desenvolvimento no Brasil, essa ideia de que uma decisão a curto prazo não resolve, porque é comprar pacote pronto. É necessário desenvolvimento, e isso, como todos sabem aqui, leva tempo.

Lembro que foi citada aqui pelo Senador Inácio Arruda a questão do ITA, para o qual nossa Presidenta determinou fosse dada uma grande autorização para novos concursos e também para aumento de vagas, para termos mais formandos nessa área e para avançarmos no desenvolvimento dessa área estratégica.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Ministra, a senhora me permite só um segundinho? Peço também para o Senador Inácio Arruda. Há uma coisa que também pode nos trazer muito orgulho: o Exército acaba de lançar a pedra fundamental de um polo tecnológico na área de Guaratiba, no Rio de Janeiro, onde já existe o Centro

Tecnológico do Exército. Ele e vai transferir todas as instalações do Instituto Militar de Engenharia para aquela área, ampliando inclusive a capacidade de formação e de desenvolvimento de pesquisa, atraindo também empresas. Ou seja, ele fará um complexo semelhante ao do Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos, o que pode também possibilitar que a gente trilhe um caminho muito positivo nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Por não ser no Ceará, o Senador Inácio já se irritou. *(Risos.)*

Com a palavra a Ministra Miriam.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Mas eu vou aproveitar que a Assessoria do Exército está aqui presente e vou fazer gestões para abrirmos um braço no Ceará. *(Risos.)*

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Em relação ao Deputado Nelson Pellegrino, acho que há duas questões. Primeiramente, em relação ao contingenciamento da aquisição de veículos, ele falou para abrirmos uma exceção na portaria. A portaria já prevê que os Ministérios podem apresentar suas justificativas, e que o Planejamento, analisando, poderá fazer ou não essa liberação. Então, em princípio, a portaria que fez essas restrições já prevê isso.

Além disso, em relação às questões que, acho, foram levantadas pelo próprio Deputado Eduardo Azeredo e também pelo Presidente da Comissão, quanto aos contingenciamentos, nós estamos fazendo uma rodada agora, nesta altura do ano, com todos os Ministérios, para identificar os principais problemas e ver aqueles que são passíveis de serem resolvidos ainda este ano.

O Senador Inácio Arruda fala do DNOCS. Eu sei que o Ministério da Integração está fazendo uma proposta de reestruturação. Um dos Deputados deixou um bilhete aqui dizendo que já chegou ao Ministério do Planejamento. Ainda não passou na minha mão, certamente já deve ter ido direto à Secretaria responsável pela análise. Mas, independentemente da tramitação dessa proposta, parece-me ser importante, depois da recriação da SUDAM e da SUDENE, que foi feita no mandato do Presidente Lula, que

nós façamos uma discussão sobre as instituições regionais. Eu lido um pouco com uma parte dessas instituições, por causa das obras do PAC, e tenho impressão de haver certa superposição — eu não acho que se tenha que extinguir coisas, não; acho que são importantes — entre a CODEVASF e o DNOCS. Acho que este é um debate que precisávamos fazer: como otimizar a utilização dessas estruturas para as atividades especialmente de garantia hídrica lá no Nordeste.

Eu fiz um compromisso com os Deputados e Senadores o ano passado para não mexer no Anexo V do Orçamento, que tem a questão de pessoal. Eu me comprometeria a chamar um pouco a mais a Defensoria. Eu acho que, com a última chamada de setembro, já cumpri esse compromisso. Eu vou olhar isso com a minha equipe para ver o que aconteceu. Isso é além do meu compromisso? *(Pausa.)* Ah! É além do compromisso. Está bom. Então, meu compromisso está cumprido. Então, está bom. Eu só fiquei preocupada que o meu compromisso ainda não tivesse sido cumprido. Então, se ele já foi cumprido, eu vou ver qual é a situação e analisá-la com carinho.

A última questão, do Senador Inácio Arruda, refere-se às obras de garantia hídrica no Nordeste. O senhor conhece bem, acompanha com atenção as ações do Governo, especialmente as ações relativas à garantia hídrica. No PAC nós já tínhamos uma carteira grande de obras estruturantes, se não em todos, praticamente na maioria dos Estados do Nordeste. Eu queria citar, além do São Francisco e do Cinturão das Águas, no Ceará, o Canal do Sertão Alagoano, que eu tive oportunidade de visitar na última sexta-feira, com 65 quilômetros prontos e outros 65 quilômetros em obras — sobrevoamos a área e depois andamos na obra. Já conseguimos ver, na área mais próxima do canal, um grande número de pequenas propriedades já usando a irrigação simplificada, com resultados. Para quem conhece o assunto, em 7 meses, um pé de cana está com 3 metros de altura, que é, segundo me disseram os especialistas, muito além de qualquer produtividade. Estava lá o Vice-Governador de Alagoas, Thomaz Nonô, e disse: *"Acho que eu vou vir plantar aqui."* Tirou a palha da cana e mostrou: *"Está vendo essa regularidade entre os gomos? Isso significa que a água está sendo*

fornecida permanentemente para a planta, o que melhora muito a qualidade." Ele, que planta em outros lugares... Além disso, há a Vertente Litorânea, na Paraíba; o Pajeú; o Canal do Agreste, em Pernambuco. Ou seja, todos são investimentos estratégicos para garantia de água para o Semiárido.

Além disso, em função dessa terrível seca que se abate sobre o Nordeste, a Presidenta Dilma fez uma seleção de quase 3 bilhões de reais para os vários Estados. Uma das intervenções que foi selecionada foi essa exatamente a que o senhor se referiu, que ao mesmo tempo garante água para o período de seca e se transforma numa prevenção importante para as inundações lá em Teresina. Ela foi selecionada nesse período. O Ceará também tem um número grande de obras.

Então, hoje nós temos uma carteira, a maior parte dela a cargo dos Governadores, importante para continuar esse trabalho estruturante que começou a ser feito com o PAC 1 e que continua com o PAC 2. Agora temos essa nova carteira de projetos para construir. Falo não só dessa rede estruturante, desses grandes canais em cada um dos Estados, mas dos dedos desses braços — os canais são os dedos — para levar essa água a quem mais precisa. Então, está anotado aqui. Quem sabe num próximo momento possamos incorporar essas obras?

Acho que passei pela maior parte dos pontos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Ministra.

Eu gostaria apenas de fazer um registro. Nós tivemos presentes, hoje, nesta Comissão, Ministra, 40 Deputados e 8 Senadores da República, uma presença maciça dos nobres Parlamentares.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Lourival.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, provavelmente nós teremos uma votação agora. Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou declinar aqui, agora, qual é a ordem de inscrição.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Eu queria pedir a V.Exa., com a aquiescência de todos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Em primeiro lugar, Deputado Carlos Zarattini; em segundo lugar, Deputado Leonardo Quintão; em terceiro lugar, Deputado Júlio Cesar; em quarto lugar, Deputada Perpétua Almeida; e, finalmente, o Deputado Lourival Mendes. É um bloco de cinco Deputados. Atendo-se aos 5 minutos, conseguimos finalizar isso de forma bem rápida.

Portanto, eu passo a palavra agora ao Deputado Carlos Zarattini, do PT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria, em primeiro lugar, cumprimentar a Ministra Miriam Belchior e também cumprimentar o Governo por essa decisão de incluir no PAC os principais projetos do Ministério da Defesa e das Forças Armadas. Eu acho que nós ainda vamos ter no PAC, na medida em que estiverem mais maduros, os projetos do satélite, ou de defesa antiaérea — de que nós já estamos terminando a licitação —, os de defesa cibernética e os da compra dos caças.

Nesse aspecto, eu queria também colocar aqui a minha posição. Eu acho que nós não podemos mais adiar essa decisão, haja vista que nossa defesa através de aviões está extremamente fragilizada. Então, a compra dos caças também não vai ser entregue amanhã. Se forem comprados hoje, não serão entregues amanhã, demora certo tempo a entrega, até mesmo porque nós queremos a transferência de tecnologia. Então, o tempo necessário é de pelo menos 4 anos.

Todas as empresas ofertantes e os países ofertantes garantem um financiamento com carência. Ou seja, muito provavelmente nós não vamos ter essa despesa em breve tempo. Teremos um espaço de tempo, porque o País vai ter que pagar essa dívida mais à frente.

Então, isso me parece urgente — eu queria transmitir a V.Exa. a minha opinião, e que fosse transmitida ao Governo —, porque essa não é só a minha opinião, mas a

opinião majoritária na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Então, acho importante tratar disso.

Outra questão que me parece também importante e que eu gostaria de ressaltar é que o Governo tomou uma decisão que teve um aspecto importante pelo seguinte fato: a criação da AMAZUL foi a criação de uma empresa capaz de reter os quadros técnicos que absorvem a tecnologia, a tecnologia que nos está sendo transferida.

Eu acho que nós deveríamos desenvolver outras empresas do mesmo naipe, do mesmo tipo da AMAZUL, para as outras Forças, para que efetivamente nós possamos absorver essa tecnologia e ter essa tecnologia sob controle com esses quadros, porque a transferência de tecnologia pode ser através do papel, mas é fundamentalmente através das cabeças. Nós precisamos reter esses quadros e garantir que esses quadros permaneçam no Brasil, e permaneçam incorporados à política de defesa nacional.

Então, gostaria também de que esse modelo da AMAZUL fosse considerado pelo Governo até para replicar em outros setores.

Outra questão que gostaria de colocar é em relação ao custeio. O custeio, na questão da defesa, é uma questão importante. É muito difícil reduzir o custeio, haja vista que ele é composto basicamente de material e de salários, soldos. Então, reduzir os salários é impossível; ao contrário, nós devemos ampliá-los, melhorá-los. No caso do material, é muito difícil termos todo um contingente das Forças Armadas que não pode dar um tiro porque não tem bala. Não adianta termos o submarino se nós não temos torpedo para testar, para fazer, enfim, o treinamento. Então, parece-me importante que se leve em conta também que o custeio, na questão da defesa, é uma questão decisiva.

Por fim, eu gostaria de deixar uma sugestão que está no âmbito também do seu Ministério, não diretamente, mas acredito que indiretamente: as nossas Forças Armadas detêm inúmeros imóveis nas mais variadas cidades do Brasil — e cada um de nós aqui pode citar exemplo —, imóveis que já não têm importância operacional para a Defesa, mas que poderiam constituir um fundo imobiliário que permitisse uma sustentação do orçamento da Defesa (uma parte, evidentemente; não tudo). Mas eu acho que

poderíamos adotar essa perspectiva de trabalhar esse fundo imobiliário, de garantir que esses imóveis não operacionais tivessem um aproveitamento melhor para o País, qual seja, financiar aquilo que interessa. Não adianta mais eu ter um imenso quartel no centro da cidade do Rio de Janeiro ou no centro de São Paulo, se hoje o fundamental é ter a defesa cibernética, é ter as baterias antiaéreas. É disso que se trata, e me parece que nós temos que adotar o que é uma modernidade e superar aquilo que é um modelo anterior, que já, hoje, não corresponde às necessidades.

Então, eu gostaria de deixar aqui essas perguntas, essas sugestões. Infelizmente eu vou ter que sair, porque eu já estou muito atrasado para outro compromisso, mas eu acho que é importante debatermos esse assunto, que está muito afeito também a seu Ministério, assim como ao Ministério da Defesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Carlos Zarattini.

Passo a palavra agora ao Relator do projeto do marco relatório da mineração, Deputado Leonardo Quintão.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Muito obrigado, Presidente Lobão Filho. Eu quero agradecer muito o apoio que estou tendo do Ministério de Minas Energia na tramitação deste projeto aqui na Câmara. Então, para tanto, eu quero que V.Exa. transmita ao nosso Ministro, seu pai, esta gratidão, que está acompanhando em todas as audiências públicas.

Nós iremos a 20 Estados. Sexta-feira passada eu estive no Estado do Maranhão — quero agradecer muita a recepção que tive lá —, para discutir o setor mineral no Estado e também a situação das comunidades impactadas pela linha férrea que transporta todo o minério que vem de Carajás e que é embarcado praticamente na sua totalidade do Porto do Estado do Maranhão, na cidade de São Luís.

Ministra, eu quero agradecer a V.Exa. e a sua equipe também, que na semana que vem nós teremos uma reunião de trabalho pertinente a essa documentação que eu

entreguei a V.Exa. Diz respeito ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), que hoje, Ministra, é o órgão, sem sombra de dúvida, que tem o menor orçamento na União, não devido à sua importância, mas devido realmente ao tamanho do órgão. Sobre a importância hoje da mineração, eu posso dizer que é o pilar, junto com agricultura, que sustenta a balança comercial do País.

Quero cumprimentar o Relator Miguel Corrêa Júnior, que é de Minas Gerais e que é um defensor também do setor mineral no nosso Estado.

Se V.Exa. puder acompanhar comigo, muito brevemente, dentro dos 5 minutos, Ministra, na segunda página, nós temos um encaminhamento que eu quero fazer a V.Exa.

No contingenciamento do Orçamento do DNPM, houve um corte ínfimo, se comparado ao de outros órgãos, mas extremamente vital para a sobrevivência do Departamento. Houve um contingenciamento de 8 milhões e 200 mil reais, e, já no orçamento atual, Senador Lobão Filho, nós temos um déficit de 11 milhões e 500 mil reais para concluir o pagamento dos funcionários e dos contratos em andamento do DNPM. Com esse contingenciamento, o Departamento teve que demitir, no mês de agosto, todos os terceirizados. Quem são os terceirizados? O serviço de segurança não existe mais; o serviço de motorista não existe mais; não há dinheiro hoje no Departamento para comprar gasolina; não há dinheiro hoje no Departamento para pagar a Imprensa Nacional. Para V.Exas. da Comissão terem uma ideia, hoje as publicações do Departamento não serão mais feitas, porque o Departamento deve à Imprensa Nacional 7 milhões e 100 mil reais. A Imprensa falou que não vai publicar mais porque não recebe pagamento, e o Departamento não tem como pagar.

Então o que representa isso para o Brasil? Hoje o DNPM não tem condições de fazer uma vistoria, não tem condições de fazer uma fiscalização. Desde o mês de agosto não tem gasolina para fiscalizar as jazidas em produção. Consequência desse corte, Ministra: aqui no gráfico da primeira página, do ano de 2013, a arrecadação do DNPM, em taxas e as CFEMs, seria de 2 bilhões e 300 milhões de reais, e as

estatísticas projetadas pelo Departamento dos últimos 3 anos bateram a meta de arrecadação prevista. Então eu digo a V.Exa. que essa previsão está dentro de um trabalho que já vem cumprindo as metas desde 2011, Senador Lobão. Então nós iremos perder, se não recompormos o orçamento do DNPM.

Hoje nós temos os servidores lá unicamente recebendo salários. Não há dinheiro para comprar papel, não há dinheiro para comprar caneta. A superintendência do Rio Grande do Sul, há 8 meses, não tem dinheiro para consertar o elevador. Então quem quiser ir ao DNPM do Rio Grande do Sul tem que subir andares de escada para ser atendido.

A União vai perder em arrecadação algo em torno de 500 milhões de reais. Então, a conta é muito simples. Eu estou pedindo a V.Exa., Ministra, que ajude o Governo Federal a arrecadar recursos. Eu estou pedindo a V.Exa. que ajude o Estado de Minas Gerais, que é o meu Estado, porque, se lá nós não tivermos condições de ter gasolina... E lá nós temos hoje pequenos empresários que chegam ao DNPM pedindo, pelo amor de Deus, ao técnico que entre em um carro da empresa para fazer fiscalização, e não pode fazer isso.

Então, gente, em que Brasil, em que mundo eu estou, se eu estou aqui precisando de uma fiscalização para me autorizar a fazer a minha pesquisa para gerar mil empregos, e o órgão não tem gasolina para botar no carro?

Outro dia, Minas Gerais conseguiu comprar gasolina. Aí, quando foram botar gasolina no carro, não havia motorista para levar o carro para abastecer. E, quando havia o motorista para abastecer o carro, não havia carro, porque o pneu estava furado. Então nós estamos num ciclo, Ministra, que está prejudicando o País.

Eu não estou falando, Senador Lobão, de um setor pequeno. É um setor que hoje tem um superávit na balança comercial de 50 bilhões de reais. Nós estamos aqui no Congresso discutindo uma nova lei, Ministra, e nós não podemos criar uma agência fantasma. É o clamor que faço a V.Exa. É uma calamidade pública o atual Departamento, e nós vamos criar uma agência fantasma, sem orçamento.

Então eu peço a V.Exa., Ministra, que realmente possamos ter uma reunião de trabalho no Ministério na semana que vem. E eu quero convocar V.Exa., Senador Lobão, para debatermos isso com representantes no Ministério. O seu Estado depende disso, o Estado do Maranhão depende muito disso, porque nós não podemos concluir o ano assim.

Isso aqui realmente, para mim, é frustrante. Eu acho que, para o Brasil, é lamentável nós continuarmos com o Departamento do jeito que está. Peço a V.Exa., Ministra, que nos ajude a incluir a futura Agência no PAC, a mesma coisa que foi feito com a CPRM. Hoje a CPRM tem um orçamento de 450 milhões de reais, um órgão de extrema importância para o País. E eu quero comparar o DNPM e a futura Agência no mesmo nível, para nós a desenvolvermos.

Se nós tivéssemos hoje um orçamento mínimo para funcionamento — o valor que está na próxima página —, de 124 milhões de reais... Hoje nós temos no DNPM mais de 7 mil processos esperando uma fiscalização para produzir no País, esperando fiscalização para fazer a sua pesquisa de lavra. A expectativa hoje é de que estejam parados no País 70 bilhões de reais de investimentos, que já poderiam estar em execução, porque há 2 anos foi tomada uma posição do Governo Federal — de que eu discordo — de proibir a liberação de alvarás de pesquisa. Isso foi há 2 anos. Então o Brasil perdeu credibilidade no mercado internacional, porque os investidores saíram daqui e foram para o Canadá, foram para a Austrália, porque o Brasil falou que não poderia publicar esses alvarás e que, nos próximos 2 anos, iria enviar o projeto do marco regulatório para o Congresso, para ser votado. Proibiu de publicar os alvarás, e esse dinheiro foi para outros países.

Então, Ministra, eu peço aqui, encarecidamente, que V.Exa., junto com sua equipe, possa estudar junto conosco essa questão de interesse nacional para o País, para gerar emprego, gerar arrecadação. O meu Estado de Minas Gerais, se nós não recuperarmos esse orçamento, vai perder, Deputado Miguel, 200 milhões de reais de arrecadação. Parte desse dinheiro é repassada aos Estados. Os Municípios

mineradores de Minas Gerais vão perder outros 200 milhões de reais, pelo repasse que é feito e pela produção que não é feita.

Então, o que eu peço a V.Exa. não é nem a ajuda, é fazer uma conta juntos: dê-me 20 milhões de reais , que eu dou 500 milhões de reais a V.Exa. Eu acho que ninguém aqui pediu e está oferecendo isso, porque senão nós não poderemos aprovar a lei aqui no Congresso de criar uma agência fantasma, Ministra.

V.Exa. é bem-vinda aqui sempre. Por favor, resolva essa situação de calamidade pública da mineração brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Leonardo Quintão, que, com muita propriedade, defende um dos setores mais importantes da economia brasileira e que, potencialmente, pode vir a ser um dos grandes sustentáculos da nossa economia, do nosso progresso, do nosso crescimento. Estou cem por cento à disposição de V.Exa. para irmos, juntos, à equipe da Ministra Miriam para podermos defender a tese dessa verba suplementar de 20 milhões de reais, que nada significam perto da perda que poderemos ter em arrecadação do CFEM e das taxas do DNPM. Muito obrigado.

Tenho agora o prazer de passar a palavra ao nosso arquivo ambulante, o Deputado Júlio Cesar — até o nome é nobre.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - É brincadeira, Ministra, desse amigo que é lá do Maranhão, vizinho do Piauí.

Sra. Ministra, eu já respondi a várias pesquisas de avaliação dos Ministérios do Governo. Entre os que avaliei como um dos melhores, o de V.Exa. está dentro. Eu acho V.Exa. muito competente e acho que V.Exa. administra um problema muito sério no Brasil: o Orçamento. É um lençol curto para uma dimensão de problemas imensuráveis.

Veja bem, do Orçamento, de 2 trilhões e 360 bilhões de reais, o Orçamento Fiscal é praticamente a metade, 1 bilhão e 298 milhões de reais. Quanto ao problema da saúde, a meta do Governo aqui é chegar a 10% do Orçamento Fiscal ou da Receita

Corrente Líquida. Eu não sei, tenho as minhas dúvidas. Se for assim, vai dar 129 bilhões de reais, e só estão previstos 100 milhões de reais. Com respeito à educação, querem chegar a 10% do PIB. Àqueles que defendem eu peço que façam conta de quanto é o PIB. São mais de 500 bilhões de reais. No ano que vem, vão ser 524 bilhões de reais, que são 10%. Nós chegamos a 6%; faltam 4%. No público e no privado, 6%, com mais 4%, serão 200 e tantos bilhões de reais. De onde vem esse dinheiro se o próprio Orçamento Fiscal investe apenas 63 bilhões de reais? São as contas do Governo. E são as contas que se pretende fazer nesta Casa para resolver o problema do Brasil.

O que eu vejo aqui, Ministra? É um país de privilégios, de renúncias, onde o privilégio é perpetuado pelo poder econômico e pela força do poder político. E vou citar três privilégios, somente três. O primeiro é esse injusto critério de distribuição dos *royalties*. O segundo é esse fundo constitucional de Brasília, que, se somado com o Ministério Público e o Poder Judiciário, só este ano, chega a 13 bilhões de reais, numa unidade federada que tem bicompetência tributária, tem menos de 3 milhões de habitantes e cujo orçamento este ano é de 34 bilhões de reais, duas vezes o orçamento do Estado do Maranhão, do nosso Presidente, que tem mais que o dobro da população do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - E do Ceará também

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - E do Ceará também.

Então, eu vejo aqui: renúncia fiscal da Zona Franca de Manaus. Ministra, eu não conheço uma coisa mais injusta. Eu não tenho nada contra Manaus. Acho que preservar a Amazônia, que só tem 2% lá, tudo isso justifica. Mas eu fui fazer uma conta, e, só de 2006 para cá, atualizando pelo IPCA, deu 150 bilhões de reais. Estou atualizando desde 1967, por aquele decreto-lei que criou a Zona Franca. Eu acho que vai chegar perto de 1 trilhão de reais. Muito bem, sabe quanto era, em 2010, a Zona Franca de Manaus? Quinze bilhões de reais. No ano passado, Ministra, 22,6 bilhões de reais; em 2014, 28 bilhões de reais, Ministra, em 2014, 28 bilhões de reais mais uma fração. Eu estou com

o orçamento aqui na mão. Todos os números que eu estou citando para V.Exa. eu tenho. Se tiver alguma dúvida, estão aqui. São 28 bilhões de reais.

Além do mais, há a desoneração da folha: 24 bilhões de reais. É importante para segurar o emprego, eu votei a favor, mas eu estou com um projeto e uma ideia para desonerar a folha dos Municípios pelo mesmo critério que foi usado com as empresas: desonerar os 22% da folha e cobrar 1% ou 2%, conforme o caso, da receita. No Município, o faturamento é a receita. Nas empresas, é o faturamento, é o que ela vende. E fui fazer as contas, tirando as capitais. Eu pedi à Receita hoje esse levantamento. Se tirarmos as capitais, Ministra, dá exatamente empate. Vai dar empate. Além do mais, nós temos 5.570 Municípios, Ministra, e aproximadamente mil já têm previdência própria. Se excluirmos isso, a Receita vai ganhar, porque a conta... O que tem de Prefeito renunciando no meu Estado, e com vontade de renunciar, porque não aguenta a pressão, principalmente do INSS... Está cheio. E é lá, é na Paraíba, é aqui no Ceará, é lá na Bahia. Na Bahia, há mais de duzentos Prefeitos que ultrapassaram o limite da Lei de Responsabilidade, pela transferência permanente de encargos, principalmente com salário mínimo...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Cinco renunciaram, e um se suicidou.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Ah! Já tem gente morrendo, ele está dizendo. No meu Piauí, ainda não morreu, não.

Então, Ministra, é uma coisa que V.Exa. poderia ver, é uma sugestão. Então, desonerar a folha, muito bem.

Quanto à capitalização do BNDES, o BNDES foi capitalizado, e, de 2008 para cá, foram trezentos e tantos bilhões de reais. Desses trezentos e tantos bilhões de reais, Ministra, todo captado na taxa SELIC, em mercado, porque o Governo não tem dinheiro, e emprestado com o subsídio do Tesouro, que, só este ano, são 12 bilhões, são 12 bilhões...

Eram esses, portanto, os questionamentos, Ministra. Às vezes, eu fico perguntando o que o Nordeste fez com o Brasil. Olhe, há 74 anos, quando, pela primeira

vez, aferiu-se a renda *per capita* no nosso País, a do Nordeste era 47%. Hoje é 47%. E tem ano em que sobe mais do que a média brasileira. Aí, vem uma seca, anula a do ano anterior. E mais: como é região pobre, a natalidade é maior do que nas regiões ricas. Então, quando se verifica a *per capita*, sempre fica baixa.

Então, são esses privilégios, são essas coisas que acontecem no Brasil. Eu sei que a Presidente Dilma é muito bem intencionada com o Nordeste. Eu vi agora, V.Exa. falou agora na transposição do rio. Ontem eu tive uma reunião com o Ministro Fernando Bezerra. São quatro setores: um com vazão de 29 metros cúbicos por segundo; outro de 28 metros cúbicos por segundo; mais um, de 99 metros cúbicos por segundo; e o do Piauí, cujo edital para o estudo de viabilidade ele lançou, ontem, de 30 metros cúbicos por segundo. O total é de 188 metros cúbicos por segundo. O rio, que tinha 1.300 metros cúbicos por segundo neste ano, segundo estudo da CHESF que eu tenho, baixou para mil metros cúbicos por segundo, ou seja, perdeu 30% da sua vazão. E mais: a autorização dada pela ANA é somente de 28 metros cúbicos por segundo, mas estão lançando projetos e mais projetos.

É com essas coisas que eu me preocupo neste País, também com os privilégios do Orçamento.

Eu queria que a senhora verificasse o total do Orçamento por Estado — eu tenho aqui, mas não vou falar, porque meu tempo já está se esgotando —, para a senhora ver a dimensão dos privilégios que têm determinados Estados, em detrimento de outros.

Como a senhora é a mulher do Planejamento, muito competente, conhece o Brasil e quer fazer o melhor, veja o Nordeste, mas não o Nordeste do Bolsa Família, que é importante, mas o Nordeste também do investimento, que possa ultrapassar, inclusive, as outras regiões. Só poderemos atacar as desigualdades se consideramos os desiguais desigualmente, privilegiando os mais pobres, o que não acontece com o Nordeste, não acontece com o meu Piauí.

Piauí, Alagoas, Paraíba e Maranhão são os Estados mais sacrificados historicamente em IDH, em renda *per capita*, em investimento, em tudo. O Piauí, em termos de renda *per capita*, é o "campeão", o 27º da Federação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Júlio Cesar.

Concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB do Acre.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Ministra querida, continuamos resistindo, nós e V.Exa. Acho até que este formato é muito ruim, porque ninguém se policia, para cuidar do seu horário, e, depois, V.Exa. acaba no desespero, para responder a todos.

Eu só queria chamar a atenção para isto, Ministra. Eu vou me concentrar na defesa, até porque era este o debate que estávamos fazendo na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Na minha visão, o Brasil é um País emergente e está em um dos melhores momentos da sua história e das suas relações internacionais, reivindicando uma cadeira na ONU; recentemente, ou há algum tempo, foi vítima de espionagem; mas acho que o nosso investimento na área da Defesa ainda está muito distante do que precisamos. Costumamos dizer, e o próprio Ministro da Defesa tem dito isto, que não é pelo fato de sermos um País pacífico, que não iremos investir em Defesa. Se dermos uma olhada nos BRICS, o Brasil é o País que menos investe em Defesa. Se olharmos as 20 maiores economias do mundo, o Brasil só investe mais do que duas delas.

Eu acredito que, ao que estamos nos propondo, precisamos avançar mais na discussão sobre a Defesa nacional. Para mim, está claro, e a Presidenta Dilma tem dito isto: investir em defesa é investir na independência do País, na sua autonomia; é investir na sua liberdade, na sua soberania; é investir em pesquisa, em inovação, em ciência e em educação; e, principalmente, na geração de emprego, com transferência de tecnologia.

Quando fazemos o debate nesta Casa sobre a transferência de recursos do pré-sal para a saúde e para a educação, acho superimportante, mas nós estamos tirando

recursos da Defesa. Para mim, foi inadmissível tirar os recursos do petróleo da Marinha do Brasil. Qual foi a compensação que fizemos? Nenhuma, nesse sentido. Quando tiramos recursos da Marinha, por exemplo, deixamos de fazer investimentos maiores na educação, na transferência de tecnologia, na inovação, na geração de emprego, na ciência e na pesquisa, porque é isso que a defesa representa hoje.

Acho, Ministra, que precisávamos fazer uma discussão um pouco mais aprofundada sobre o Orçamento. Em face do tamanho do Brasil, sua exigência com defesa, a necessidade de um investimento maior nessa área — tendo como parâmetro os BRICS e as 20 maiores economias do mundo —, acho que precisamos pautar melhor o cenário internacional e acho que devemos buscar outras fontes de recursos para Defesa. Eu sei que o bolo é pequeno para tantos, diante de tanta necessidade. Então, nós temos que buscar alternativas. Eu ando atrás de adeptos. Estava falando com Leonardo Quintão, o Relator do projeto dos *royalties,* sobre isso. Eu apresentei uma emenda que destina um percentual dos lucros dos *royalties* da mineração para a Defesa, até para compensar o que se perdeu com os recursos da Marinha e do petróleo, mas também porque acredito que devamos ter outras fontes de financiamento da Defesa.

Apresentamos outro projeto, também como emenda, aquelas que chamamos de "emendas jabuti" às medidas provisórias, mas que achamos importante, no sentido de que o patrimônio tecnológico das pequenas empresas seja válido como patrimônio nos financiamentos bancários e na própria FINEP. Eu acredito, e hoje estou convencida disto, que um produto nacional, hoje, na área da Defesa, é um investimento na Defesa. As pequenas empresas hoje não conseguem financiamentos bancários, nem da própria FINEP, porque lhes é exigido um patrimônio material, quando elas só têm um patrimônio tecnológico. Eu acho que, se começarmos a mudar as práticas, a mudar a nossa visão na questão da Defesa, nós encontraremos alternativas para isso.

Era isso, Ministra. Não quero me alongar, para que possamos terminar a nossa audiência com o mínimo necessário de Parlamentares.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputada Perpétua Almeida.

Concedo a palavra ao Deputado Lourival Mendes.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, Sra. Ministra, queria aproveitar a oportunidade — este é um momento importante, porque é muito difícil termos uma Ministra conosco — para externar nossos agradecimentos à Ministra por sua explanação, feita com muita competência.

Nós somos da base de sustentação do Governo, apoiamos as ações do Governo, mas temos algumas dificuldades. As nossas dificuldades passam, justamente, pelas pesquisas das ruas, que elencam as prioridades da sociedade brasileira: saúde, educação, segurança pública. Se nós pegarmos os resultados das últimas pesquisas, vamos observar que a segurança pública disputa em pé de igualdade com as outras áreas, às vezes passando para o primeiro lugar.

Quando nos debruçamos sobre o Orçamento da União, vemos que a prática do Governo na área da segurança pública deixa muito a desejar.

Eu queria, portanto, fazer um apelo a V.Exa., um apelo à Presidenta Dilma, que, diga-se de passagem, foi vítima e continua sendo vítima da violência não só neste País, mas agora no mundo, nos idos da ditadura. Hoje nós vivemos sob a égide de uma nova Constituição, denominada Constituição Cidadã, em que a prioridade maior é a vida, a liberdade, a saúde, a educação do nosso povo. Mas essa vida e essa liberdade estão sendo deixadas à margem, pelas políticas públicas dos últimos governos no Brasil. Parece até um paradoxo, porque os três últimos governos presidenciais neste País foram vítimas de um sistema de segurança pública despreparado, um sistema de segurança pública de Governo. E nós precisamos mudar essa ótica.

Eu sempre digo que o mal se paga com o bem, para mudar a realidade. Infelizmente, nós temos observado que os investimentos na área da segurança pública, Ministra, em vez de crescerem, têm diminuído, como agora, para 2014. Nós temos hoje

uma saúde que — já vislumbramos em cores vivas — é a saída para o Brasil; a educação, que é fundamental. Se o Brasil tivesse educação de base, talvez não estivéssemos passando por toda esta situação que vivemos hoje. Nosso problema educacional é sério, vem de berço, de geração em geração. Mas nós precisamos mudar esta realidade. E nós não mudaremos essa realidade, Ministra, se não houver investimento na segurança pública. A segurança pública tem que ser prioridade para o Governo. Foram 76 bilhões para a saúde. Ela precisa de mais recursos? Precisa. Foram 34 bilhões de reais para a educação. Ela precisa de mais recursos? É claro! O déficit é muito grande. Mas a segurança pública é um algo que faz sobressaltar os olhos, em cores vivas.

Há falta de políticas públicas no nosso Governo, e nós precisamos mudar isso. Ainda há tempo de a Presidenta mudar o rumo da nossa história na área da segurança pública, principalmente ela, que foi vítima deste sistema, de um aparelho despreparado de Governo que estamos tendo no Brasil. Ela também foi vítima. Nós precisamos sair da política de Governo e entrar na política de Estado. Aí entra a nossa Defesa interna, Perpétua Almeida. Nós não temos um satélite de comunicação no Brasil. Isso é um absurdo! É lamentável, é triste, é até bisonha essa situação, diante da imensidão das nossas fronteiras. É o contrabando, o descaminho, o tráfico de armas, o tráfico de drogas, que tem destruído e impactado os sonhos das famílias brasileiras. A segurança pública e a segurança interna têm sido deixadas à margem. Nós precisamos investir na Marinha, no Exército e na Aeronáutica, porque eles também vão ajudar a combater a criminalidade e a fortalecer o nosso País, para que outros países não mais o invadam nem violentem o nosso povo.

Portanto, nós queremos deixar registradas as nossas preocupações. E, como é a senhora que trata de todo o planejamento, dirige todas essas angústias da população, que o Governo ouça o clamor do povo, que prioriza a segurança pública.

Só para a senhora ter uma ideia, em 2013, todo o recurso que tivemos para a segurança foi de 3 bilhões e 47 mil. Para 2014, estão previstos 2 bilhões e 700. Ainda

houve um decréscimo. O fato é que com 2 bilhões ou 3 bilhões, não há como fazermos segurança pública, eficiente e de boa qualidade, porque os Estados não suportam as injustiças que o Deputado Júlio Cesar, vizinho do Estado do Maranhão, no Piauí, mencionou. O Nordeste está sendo jogado à margem. Essa guerra fiscal tem prejudicado os Estados do Nordeste, principalmente o Estado do Maranhão e o Estado do Piauí.

Portanto, nós precisamos mudar o foco e a ótica do Governo Federal, no sentido de criarmos mecanismos para atendermos à segurança pública do Estado brasileiro. A Copa está vindo aí. Nós precisamos investir na capacitação, precisamos investir na qualificação e, acima de tudo, precisamos investir na valorização dos nossos profissionais. É por isso, Ministra, que continuamos a defender essa bandeira, porque entendemos hoje que essa é a prioridade da população brasileira.

Eu queria fazer este apelo a V.Exa., para que não continuemos a excluir os excluídos do Nordeste brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Lourival.

Finalmente, para concluir este bloco, passo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Compreendendo a exaustão da reunião e o avançar da hora, parabenizo a Ministra. Nesta relatoria da LDO, temos trabalhado muito conjuntamente e vemos o esforço da Ministra e do Ministério do Planejamento em ter uma postura empreendedora, desenvolvimentista, que foge totalmente à realidade de um Brasil do passado, quando, até então, a grande maioria dos Ministros do Planejamento eram monetaristas e se preocupavam muito mais com a moeda do que com as pessoas e o crescimento econômico do País.

Eu tenho duas preocupações que vêm ao encontro do fato de não termos votado a LDO, o que pode criar exatamente uma contradição no que diz respeito à LOA com a LDO e à previsão orçamentária. Quase 90% das falas demonstraram uma preocupação muito grande com os Municípios e com os Estados, que foram os grandes devedores,

porque o Governo Federal, com as desonerações, prejudicou muito o orçamento dos Municípios e dos Estados brasileiros.

Existe uma declaração do Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, com relação à retirada dos governos estaduais e municipais na participação do superávit primário. Ele retorna à exposição da LOA com 51,3 bilhões de reais, ou seja, 1% do PIB previsto. Isso vai criar uma contradição, Ministra, com o sentimento da Comissão de não prejudicar ainda mais a contabilidade fiscal e financeira dos Estados e Municípios, no que se refere exatamente a mais uma conta de corresponsabilidade nesta questão.

Outra incoerência também que a gente tem que buscar sanar é exatamente dentro dessa perspectiva do Mais Saúde, com o qual temos trabalhado conjuntamente. Eu sou um dos que admito a parte orçamentária do Orçamento Impositivo com relação a ajudar a contribuir, para que a gente consiga alavancar os recursos da saúde para o País, recursos tão necessários, como mencionados em todos os discursos, e prioritários em relação ao sofrimento do povo brasileiro.

Na evolução da PLOA 2013 para 2014, a variação de 5,7% está correlacionada ao valor nominal, e não ao valor percentual da correção do piso com relação à evolução do PIB, somada ao indicador econômico da evolução da inflação responsável pelo período.

Portanto, eu acho que são duas questões que precisamos aprimorar, até porque, numa outra tabela, a saúde também já está com valor diferenciado, com relação à estimativa que está sendo calculada para o ano que vem, conforme a reunião que fizemos no Planejamento, elevando para 100 bilhões nesta tabela de prioridades de Governo e investimentos — diferentemente de 97 bilhões, em uma tabela, e 107 e pouco, na outra. Logo, nós temos que consertar isto aqui para termos uma segurança maior em relação a que metas nós vamos trabalhar para 2014, dentro desta política de recuperação do orçamento da saúde pública no País.

Aproveito o momento para parabenizar a Ministra, pela sua disposição, e esta Comissão, pelo debate que está sendo feito. Ao mesmo tempo, coloco estas duas preocupações que podem criar uma distorção entre a LDO e a LOA.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Tenho o prazer de passar a palavra, finalmente, à nossa Ministra, para que ela possa responder às indagações feitas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu encontrei. Na tabela seguinte: uma está 100,3... Desculpe-me, foi um engano meu: 99,3 bilhões, o que não garante a evolução. De 99,3 bilhões para 100,3 bilhões não dá o valor da atualização, em função da evolução do PIB e da inflação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra a Ministra Miram Belchior.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR- Então, vamos lá.

Queria começar com as várias questões referentes aos cortes. Como eu já falei aqui, nós vamos chamar os Ministérios para uma análise criteriosa. O Deputado Leonardo Quintão não está aqui, mas só gostaria de dizer que a Junta de Execução Orçamentária dá um limite ao Ministério de Minas e Energia, que, por sua vez, faz a distribuição entre os órgãos. Então, a primeira distribuição cabe ao Ministério. É muito comum eu receber alguns órgãos dos Ministérios dizendo: "*Não, meu Ministro não me dá limite*". Portanto, existe um primeiro esforço que precisa ser feito dentro do Ministério das Minas e Energia. A propósito, hoje, o Ministro Lobão me ligou para tratar do assunto que foi levantado pelo Deputado Leonardo Quintão.

A segunda questão, como disse o Deputado Danilo Forte, Relator da LDO, é que temos trabalhado junto para equacionar a questão e estamos esperando a votação da LDO exatamente para fechar a discussão do orçamento impositivo e a questão do financiamento da saúde, para que não precisemos votar duas vezes a LDO. Para votar nos termos que ela está, preferimos atrasar mais um pouco, fazer as adaptações necessárias e ficar com uma versão definitiva.

Eu não vejo, Deputado, nenhum problema em relação ao que está sendo proposto em superávit para Estados e Municípios porque, como o senhor sabe, há a independência entre os Poderes e nós não podemos obrigar Estados e Municípios. A LDO não faz isso. Ela estabelece uma meta para Estados e Municípios cumprirem. Então, nada mudará em relação ao momento anterior, mas poderemos aprofundar isso na sequência. A diferença é que, no que se refere aos dados da saúde, 100 bilhões, em 2014, é a soma da aplicação constitucional.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Questão de ordem, Ministra.

Se os Estados e os Municípios não pagarem essa parte no superávit primário, a União vai bancá-la?

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Essa é a mudança que existe na LDO. A proposta do Governo é deixar isso de maneira flexível para que, em momentos em que o Brasil estiver bem e for possível fazer um superávit maior, o Brasil possa fazer um superávit maior. Em momentos de dificuldade, de turbulência, em que for necessária uma ação pró-cíclica, possamos fazer um superávit menor.

Como eu demonstrei aqui, a redução do nosso déficit nominal mostra que nós estamos, mesmo fazendo um patamar menor de superávit primário, reduzindo o nosso déficit nominal. Então, não precisamos fazer o mesmo patamar de superávit que era feito anteriormente.

Em relação à saúde, Deputado Danilo Forte, se o senhor considerar a linha Aplicação Constitucional, a regra está definida pela Lei Complementar nº 141. Além disso, nós aplicamos, como eu disse aqui, em farmácia popular, em saneamento da FUNASA, na Agência Nacional de Saúde. Então, existe uma segunda linha, que a gente chama de Adicional, que é para além da definição da Lei Complementar nº 141. Por isso, chega-se aos 100 bilhões. Portanto, a regra do PIB precisa ser aplicada apenas na primeira linha.

Tanto o Deputado Carlos Zarattini quanto a Deputada Perpétua...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Então, prepare-se para arranjar mais dinheiro porque a turma não vai aceitar só isto aqui, não. (*Risos.*)

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Mas eu já disse aqui que o Líder do Governo já preparou o relatório do orçamento impositivo, incorporando também a mudança do financiamento da saúde. Numa conversa com os Líderes da Câmara e do Senado, nós chegamos a uma proposta — Governo e Lideranças — de 15% da receita corrente líquida até 2018.

Essa, certamente, é uma ideia a ser incorporada. O senhor acompanhou parte das discussões que podem vir a ser incorporadas e passarem a valer já nesta emenda à Constituição do ano que vem. Logo, esses números todos que eu apresentei aqui ainda são de acordo com a regra anterior porque, quando nós fizemos o Orçamento, este debate e estas negociações não haviam ainda sido feitos.

Certamente, quando for aprovada a emenda à Constituição, o Deputado Miguel, que será o Relator do Orçamento, terá que fazer as alterações, e certamente trabalharemos em conjunto para que as alterações sejam feitas já para o próximo ano.

O Deputado Zarattini e a Deputada Perpétua levantaram uma questão que eu acho importante: como gerar fontes alternativas para o Ministério da Defesa. Eu acho que este é um debate que precisamos fazer. Depois quero falar sobre as escolhas que o Governo tem que fazer. Eu acho que esta é uma questão importante.

Eu só quero ressaltar, em relação a uma das propostas que o Deputado Zarattini fez, que os imóveis não são das Forças Armadas, os imóveis são do povo brasileiro; portanto, da União. Eu concordo que eles precisam ter uma utilização melhor que os justifique, e nem sempre constituir um fundo imobiliário. Nós temos um déficit habitacional importante no País. Temos outras políticas sociais importantes. Então, eu acho que a destinação das áreas da União precisa levar em consideração também outros usos. Eu não descarto essa discussão em relação a ser uma fonte para a Defesa, mas nós temos certamente destinações muito importantes para todas essas áreas.

Em relação a uma proposta que o Deputado Zarattini fez sobre os caças não terem desembolso imediato porque são financiados, a gente só precisa ver as condições de financiamento, porque nem sempre elas são propícias. Em geral, elas são bastante superiores ao que se pratica no mercado. Ganha-se pelos dois lados: na aquisição e no financiamento. É só uma atenção que a gente precisa ter. Há razão na preocupação de poder não se ter um desembolso imediato, mas é preciso ver o custo disso para o Governo brasileiro e para a população brasileira, que é quem paga os impostos.

Para terminar, eu queria dizer que o Deputado Júlio Cesar me deu uma oportunidade de ouro para fechar esta minha fala. A fala dele — agradeço os elogios, sinceramente — é no sentido de colocar exatamente o grande problema que eu tenho e que a Presidenta tem ao elaborar uma peça orçamentária: que escolha fazer. O senhor apontou várias delas que considera injustas. Aqui cada um dos Parlamentares levantou prioridades. Falou-se aqui de saúde, de educação, de defesa, de ciência e tecnologia, de mineração, de desenvolvimento regional, de segurança pública, de defesa cibernética. Tudo é prioridade.

Eu costumo dizer que o maior desafio de governar é estabelecer prioridades. Essa é a tarefa mais difícil que existe. Tudo é muito difícil, mas estabelecer prioridade, escolher o que vai ser feito, é a escolha mais difícil.

Quando eu vejo aqui cada um dos Parlamentares falar, é a mesma situação que eu vivo no Ministério do Planejamento, ou seja, cada uma das áreas acha que a sua área é a mais importante que existe. São muitas as áreas, e o Orçamento é finito. Existe um pacto em torno de uma determinada carga tributária. Então, ocorre aí um limite, como o próprio Deputado Júlio Cesar falou, em que tudo precisa caber.

Eu acho houve aqui vários libelos. O Deputado Lourival Mendes acabou de fazer um pela segurança. Houve o da saúde, o da defesa, a partir da participação dos membros da CREDN. É um exercício difícil, mas eu acredito, Deputado Júlio Cesar, que nós, nesses últimos 10 ou quase 11 anos, estamos trilhando um novo modelo de desenvolvimento que mira, sim, no crescimento do País. Acho que nós alcançamos isso.

O País é visto de maneira diferente lá fora, e as pessoas vivem de maneira diferente aqui no Brasil.

Nós conseguimos, acredito que pela primeira vez, conjugar esse crescimento com redução de desigualdade tanto social quanto regional. O senhor vive no Nordeste, conhece a fundo os problemas do Nordeste, mas tenho certeza de que o senhor identifica que, nos últimos 11 anos, houve mudanças no Nordeste brasileiro.

O Nordeste brasileiro — eu não tenho aqui todos os números — cresceu mais do que o Brasil nos últimos anos. Este Governo apostou na redução da desigualdade social, mas também na regional, com investimentos especialmente em infraestrutura, que, vistos exclusivamente do ponto de vista econômico, não seriam realizados. E eles estão sendo realizados exatamente para combater a desigualdade regional, para oferecer condições de infraestrutura, para que o Nordeste brasileiro seja tratado de maneira desigual, como o senhor falou, para garantir investimentos para crescer.

Eu acredito que as refinarias, por exemplo, de petróleo, tanto em Pernambuco quanto no Maranhão e no Ceará, têm exatamente essa perspectiva, a necessidade de refino de que o Brasil precisa para se tonar autossuficiente. Elas também poderiam ter sido feitas no Rio de Janeiro, mas não estão sendo feitas lá. Temos lá o polo petroquímico, está certo, o COMPERJ, mas estamos descentralizando. Há toda uma descentralização de estaleiros. O Nordeste é uma região que se aproveitou da retomada da produção naval em nosso País, com a instalação de várias unidades, tanto para a produção de novas embarcações quanto para reformas de embarcações. São, acho, elementos claros dessa visão diferente de pensar em um País diferente, em um País rico, como diz a nossa Presidenta, caminhando para um País de classe média, provavelmente, até 2022.

Acho que este é o caminho. As escolhas que temos feito vão nessa direção. São presididas por essa lógica, por esse novo modelo de desenvolvimento. É claro que, em cada momento, precisamos ir fazendo ajustes, e acredito que o Congresso Nacional tem desempenhado um papel importante como interlocutor na definição dessas prioridades.

Eu quero aqui, Senador Lobão, agradecer sempre a sua receptividade carinhosa, agradecer a cada um dos Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, que aqui estiveram prestigiando minha presença, colocando suas questões para o Governo. Levo uma pilha de temas que me pediram aqui. E quero me colocar, como sempre, à disposição, para voltar a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Antes de a senhora terminar, eu quero apenas abordar três assuntos.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Três!?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Três assuntos!?

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Eu vou dizer em 10 segundos.

Eu queria que a senhora combatesse os privilégios. Eu não posso concordar, Ministra, que uma renúncia, que era de 15 bilhões há 4 anos, pule para 28 bilhões. Eu não quero acabar *(ininteligível)*. Eu não posso concordar. Eu não posso concordar que esse fundo de Brasília, com bicompetência tributária e não divide com ninguém, porque não tem Município, continue crescendo pelo percentual de crescimento da receita corrente líquida da União. Eu não posso concordar com esse critério de distribuição dos *royalties* do petróleo, que estejam concentrados 82% em dois Estados que, no seu território, não produzem 1 litro de petróleo. Foi atribuído a ele o papel de produtor por uma lei, e essa lei nós mudamos, está dependente de uma decisão do Supremo, que suspendeu por uma liminar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Júlio Cesar.

Eu gostaria de fazer o registro de que não há Ministro competente ou Ministra competente sem ter atrás de si um conjunto de técnicos, de assessores, também competentes, que possam dar todo o suporte técnico necessário.

Então, eu quero aqui agradecer a presença de todos os técnicos do Ministério do Planejamento, quero agradecer a presença de todos os jornalistas que aqui estão, quero

agradecer a presença dos assessores, dos convidados e, principalmente, dos nobres Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

Obrigado, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, pelo carinho que tem com esta Comissão e com esta Casa, com o Congresso Nacional. Quero registrar que nós estamos aqui sempre de braços abertos, também, para recebê-la e transmitir para a sociedade brasileira todo o crescimento, todo o trabalho que está sendo desenvolvido pelo seu Ministério.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Nós já deveríamos deixar agendado para a próxima quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou fazê-lo agora, após o encerramento desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro encerrada esta audiência pública e comunico que, após um intervalo de 5 minutos, reiniciaremos a reunião normal desta Comissão.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
54ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,
REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO E 5 DE NOVEMBRO DE 2013.

Nos dias trinta de outubro e cinco de novembro do ano de dois mil e treze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados. Durante esse período, verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Andre Moura, Bohn Gass, Bruno Araújo, Claudio Cajado, Danilo Forte, Domingos Sávio, Fábio Ramalho, Giovani Cherini, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Lourival Mendes, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Roberto Teixeira, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Weliton Prado e Zezéu Ribeiro; dos **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lobão Filho, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Morais; dos **Deputados Suplentes**: Ademir Camilo, Afonso Florence, Alex Canziani, André Zacharow, Carlos Brandão, Dalva Figueiredo, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, José Airton, José Rocha, Junji Abe, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Valtenir Pereira e Walter Ihoshi; e dos **Senadores Suplentes**: Casildo Maldaner e Eduardo Suplicy. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Carlos Magno, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Mandetta, Marcos Montes, Ricardo Berzoini, Rose de Freitas, Severino Ninho e Weverton Rocha e a Senadora Titular Lúcia Vânia. **ABERTURA:** no dia 30 de outubro, às 14h57, havendo número regimental, os trabalhos foram abertos pelo Presidente em exercício, Deputado Danilo Forte. Após a abertura, o Deputado Domingos Sávio fez uso da palavra para manifestar preocupação em relação ao cumprimento do cronograma para aprovação da Lei Orçamentária Anual. Às 15h, o Presidente em exercício suspendeu a reunião e convocou sua continuação para o dia 6 de novembro, quarta-feira, às 14h30. No dia 5 de novembro, às 14h41, os trabalhos foram reabertos pelo Presidente em exercício, Deputado Cláudio Cajado, e imediatamente suspensos por 10 minutos. Às 14h52 do dia seis de novembro, o Presidente, Senador Lobão Filho, reabriu a reunião. Informou haver quórum para deliberação e solicitou a dispensa da leitura das seguintes Atas: Ata da 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 18/09/2013 e Ata da 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 25/09/2013. A solicitação foi atendida pelo Plenário, não houve quem as quisesse discutir e, quando em deliberação, as Atas foram aprovadas por unanimidade. **EXPEDIENTE**: Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA: 1. RELATÓRIO AO PROJETO DE LEI Nº 10/2013 – CN -** da Presidente da República - que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor R$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". RELATOR: Deputado NILTON

CAPIXABA. PARECER: Voto pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. O Relator apresentou seu Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. Logo após, o Deputado Cláudio Cajado pediu a palavra, pela ordem, e explicou que esteve ausente nas últimas reuniões, pois estava em missão oficial fora do país. Informou, ainda, que envidará esforços no Plenário do Congresso Nacional para a aprovação das suas emendas à LDO 2014 que foram rejeitadas no âmbito da CMO. Para finalizar, argumentou sobre o falta de controle do governo sobre as contas públicas. O Presidente respondeu ao Deputado Cláudio Cajado e informou que as emendas à LDO 2014 foram atendidas ao máximo possível. O Deputado Danilo Forte, Relator da Matéria, também respondeu ao Deputado Cláudio Cajado alegando que sempre buscou o diálogo na construção de seu Relatório, bem como ser democrático. Além disso, mostrou preocupação com o cumprimento do cronograma do PLOA 2014. A seguir, o Deputado Domingos Sávio também fez uso da palavra para comentar sobre o ambiente de diálogo construído pelo Relator da LDO 2014, mas alertou que a Oposição se mobilizará para que algumas emendas rejeitadas no Parecer da CMO sejam analisadas no Plenário do Congresso Nacional. Falou ainda sobre consequências da não aprovação da Lei Orçamentária Anual dentro do cronograma e duodécimos. A seguir, o Deputado Cláudio Cajado fez uso da palavra para ler todas as suas emendas apresentadas ao PLDO 2014 e argumentar sobre a rejeição de algumas. Logo após, o Presidente comentou a argumentação do Deputado Cláudio Cajado e alegou que o próprio governo havia tentado obstruir a votação do Relatório à LDO 2014. Dessa forma, concluiu que nunca haveria unanimidade. Ainda falou que havia clima de diálogo entre os membros da CMO e por esse motivo atenderia à solicitação do Deputado Domingos Sávio e encerraria a reunião sem que houvesse a apreciação de itens extrapauta. O Deputado Danilo Forte também expôs seu ponto de vista sobre a argumentação do Deputado Cláudio Cajado. Encerrado esse debate, o Presidente retomou a apreciaç **2. RELATÓRIO APRESENTADO AO OFÍCIO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO Nº 29/13 - CN** - do Ministério da Integração Nacional - que "encaminha Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE - Exercício de 2012". RELATOR: Deputado NELSON MEURER. PARECER: Voto no sentido de que a Comissão tome conhecimento da Matéria e determine o seu arquivamento. O Relator apresentou seu Relatório. Não houve discussão da matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **ENCERRAMENTO:** esgotada a apreciação das matérias da Pauta, o Presidente encerrou os trabalhos às 15h47. Antes, comunicou a realização das seguintes reuniões extraordinárias, no plenário 2 da Câmara dos Deputados: dia 6 de novembro, quarta-feira, às 14h30min e às 18 horas; e dia 7 de novembro, quinta-feira, às 10 horas. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador LOBÃO FILHO, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, atendendo a uma solicitação do nosso Presidente, Senador Lobão Filho, faço a abertura dos trabalhos desta reunião.

Havendo número regimental, declaro iniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes da Pauta nº 26, de 2013.

Ocorre que ontem foi o último dia de prazo para apresentação das emendas aos PLNs. Em função de não haver dado tempo para que nenhum dos Relatores dos PLNs pudesse preparar seus relatórios...

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, eu o preparei. Estou pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Mas a orientação é a de suspender a reunião, Senador Suplicy, e recomeçar...

(Intervenção fora do microfone ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Mas não foi ainda entregue à Secretaria da Comissão.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Mas eu o entrego de pronto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Mas a orientação da Mesa da Comissão Mista de Orçamento é exatamente a de fazermos, agora, a entrega do Relatório da LDO ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros. Está marcado agora, às 15 horas, para irmos à Presidência do Senado, entregarmos ao Senador Renan Calheiros o Relatório da LDO e pedirmos a ele uma data de convocação extraordinária do Congresso Nacional para aprovação do Relatório da LDO. Na próxima terça-feira, nós voltaremos com esta reunião, dando continuidade à 3ª Reunião Extraordinária para fazermos a apreciação...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente Danilo, pela ordem, para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Pois não, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu quero pedir a V.Exa., e vamos fazê-lo também ao Presidente Lobão Filho, que fique registrada na ata desta reunião a nossa preocupação — a preocupação da bancada do PSDB — com relação ao fluxo de datas da análise...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Da LOA.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO -...da LOA. Nós estamos preocupados com o Relatório de Receitas. A partir dele é que se desenrolam todos os procedimentos do Relatório preliminar, dos prazos de emendas. E são bastante desagradáveis, para não dizer extremamente improdutivos, esses prazos extremamente exíguos, depois, para apresentação de emendas de Comissão, de bancadas e, obviamente, das emendas individuais.

Então, este é um apelo que eu quero deixar registrado, para que a gente tenha o empenho do Relator da Sub-Relatoria de Receitas, a fim de alcançarmos os prazos que já estão comprometidos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Compreendemos a preocupação de V.Exa., Líder do PSDB nesta Casa, Deputado Domingos Sávio, e concordamos com ela. Anteriormente, nós já tínhamos conversado com o Deputado Miguel Corrêa, Relator da LOA, Lei Orçamentária Anual. Podíamos já aproveitar e fazer a reunião de todos os Líderes desta Comissão com o Presidente, Senador Lobão Filho, para definirmos o cronograma de apreciação do PLOA. E na terça-feira, às 18 horas, quando todos os Relatores já poderão ofertar os seus Relatórios dos PLNs, já com a entrega à Secretaria desta Casa, faríamos o reinício desta reunião.

Então, ficou para quarta-feira.

Suspendo a presente Reunião Extraordinária e convoco a sua continuação para o dia 6 de novembro, quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos, neste plenário.

A reunião está suspensa. Agradeço a todos a presença.

Muito obrigado.

(A reunião foi suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matéria constante na Pauta nº 26, de 2013.

Suspendo a presente reunião extraordinária por 10 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 26, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica, localizados nas bancadas. Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. *(Pausa.)*

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 18 de setembro de 2013, e 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 25 de setembro de 2013.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Estão aprovadas.

Na representação do Senado Federal, os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovadas.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada, através de correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Correspondência interna recebida.

Ordem do Dia.

Pauta nº 26, de 2013.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 10, de 2013, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de 62 milhões de reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente"*. O Relator é o Deputado Nilton Capixaba. Não foram apresentadas emendas. O voto é pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sr. Presidente, acho que é preciso ler só o voto do Relator:

> *"Voto*
>
> *Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.*
>
> *Quanto ao mérito, entendemos que as alterações propostas no projeto contribuem para o alcance dos objetivos traçados no Plano Plurianual 2012-2015 e refletem a necessidade de ajuste manifestada pelo órgão orçamentário.*
>
> *Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 10, de 2013-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo."*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Nilton Capixaba.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu queria informar aos membros da Comissão que, mesmo tendo sido suspensas as sessões das quais não constaram novos nomes para podermos dar presença, eu estive ausente nas duas últimas semanas por ter estado em missão oficial na China, junto ao Grupo Parlamentar Brasil-China, mantendo várias reuniões com o governo chinês e com empresas chinesas com filiais aqui no Brasil.

Estive também no Irã, na cidade de Teerã, e no Azerbaijão, na sua Capital Baku, e Cabala. Portanto, foram viagens longas, em missão oficial, e eu me sinto em condições de poder informar ao Plenário da Comissão de Orçamento o ocorrido.

Por outro lado, queria dar conhecimento também que, diante da minha ausência e na votação da LDO, este Parlamentar irá apresentar ao Plenário do Congresso Nacional dois destaques às emendas apresentadas ao relatório do Deputado Danilo Fortes, mas que não foram acatadas, apesar de, na reunião que nós tivemos na Liderança do PMDB, os dois destaques que diziam respeito ao pedido do Tribunal de Contas da União foram aceitos pelo Relator.

Quero deixar isso claro, porque eu me ausentei na possibilidade de haver a votação, sem que houvesse surpresas. E, para mim, houve surpresas.

Então, as conversas que mantive com o Deputado Danilo, das nove apresentações de emendas que fizemos em nome do partido, cinco delas foram aceitas, e duas negociadas na Liderança do PMDB diziam justamente respeito ao TCU. Essas emendas não foram acatadas. O Deputado Efraim, no momento da discussão, preferiu remetê-las ao Plenário, e, infelizmente, nós não tivemos êxito na apresentação dessas emendas.

O que nós estávamos defendendo é o que está hoje estampado em todos os jornais nacionais: o mercado está apreensivo com as contas do Governo Federal. A maquiagem contábil que o Governo faz, ao final de cada exercício, vulnerabiliza a sua imagem. Ocorreu no ano passado e vai ocorrer este ano. O mês de setembro foi claro no descontrole das contas públicas. E o que nós queremos é tornar essas apresentações de números, essas informações oficiais, objetivamente informações sérias, para que não haja, a cada final de ano, surpresas como as que nós estamos tendo de descontrole das despesas do Governo.

Está o Governo planejando mal ou, intencionalmente, fazendo maquiagem para, no final do ano, tentar, com subterfúgios, atingir as metas às quais se propõe, mas que deixaram de ser metas e apenas intenções, com a esdrúxula votação que a Comissão aqui fez em alterar a LDO e fazer com que as metas não sejam obrigatórias e passem a ser apenas intencionais. Isto é um absurdo e vai trazer consequências para o País.

Nós não estamos aqui num jogo de oposição e situação. Nós estamos colocando que determinados dogmas econômicos não podem ser ultrapassados por nenhum governo! Eu acho um absurdo o Governo estar hoje apresentando ao mercado números que não eram previstos. Isso significa que o Governo não está mais com controle sobre os gastos, não está mais com controle sobre as contas públicas; está planejando mal e está extremamente vulnerável à especulação de mercado. E isso vai ocorrer! Se no ano que vem... Olhem o que eu estou dizendo agora: eu não sou vidente nem me considero

nenhum *expert* em Economia. Pelo contrário, minha profissão é na área do Direito, mas o bom senso tem que prevalecer com a lógica, e o bom senso e a lógica indicam que nós só não estamos piores... E olhem que, dos BRICS, somos os piores; da América do Sul, somos os piores, tanto em crescimento quanto no descontrole das contas, déficit fiscal, déficit nominal, déficit das contas públicas. Nunca se atingiu um nível de déficit de conta pública como o deste ano. *"Ah, mas é a crise!"* Sim, e por que os demais países da América do Sul não estão tão vulneráveis? Por que os demais países dos BRICS não estão tão vulneráveis? E o crescimento, duas, três vezes maior, sem contar a China? Cinco vezes maior que o do Brasil? Seis vezes maior que o do Brasil? Então, vamos comparar os iguais. Não vamos comparar os desiguais.

Hoje, o que estamos percebendo é que o Governo insiste em fazer a maquiagem contábil. E era isso que eu propus ao Relator que não permitisse. O Relator atendeu parcialmente às nossas emendas, mas não atendeu às demais. Eu não sei por quê? Essas emendas que não tinham a ver com o jogo de oposição e de governo.

Em relação ao superávit, o Relator não aceitou. Nós ficamos de aceitar o destaque. Mas, em relação às outras duas do TCU, não havia razão para não aceitá-las.

Então, deixo aqui o meu protesto. Não pude, em função das missões oficiais que estava exercendo, estar presente na votação da LDO. Eu o farei no Plenário do Congresso Nacional. Já antecipo, nobre Deputado Danilo Forte, que o partido apresentará os destaques em plenário, porque essas emendas vão proteger o Governo. Pelo contrário! Na nossa atuação, quando nós estamos em missão oficial, por exemplo, não existe oposição. Nós estamos lá representando o Parlamento brasileiro, representando o País, representando o Governo, seja ele do PT, do PSDB, do Democratas, qualquer que seja. É a mesma coisa!

Em relação ao controle de contas públicas, não existe oposição nem governo. Há que se zelar pelo estrito cumprimento da regra jurídica e de um cenário favorável ao nosso País. Está claro que o Governo não vai cobrir o futuro déficit dos Governos Estaduais e Municipais. Ele não tem nem condições para tal. Dos 15 bilhões de Libra

que vão entrar, 9 bilhões já estão comidos. E mais: se continuarem como estão os gastos elevados com a Previdência e com o seguro-desemprego, que ultrapassou em muito a previsão governamental, o Governo não vai conseguir fechar a conta. Vai fazer o quê? Antecipar de novo o dividendo das estatais para poder cobrir a receita, que infelizmente foi mal projetada?

Sr. Presidente, não podemos deixar passar essas questões aqui na Comissão de Orçamento sem discussão, sem frearmos esse tipo de postura. É ruim para a imagem de V.Exa., é ruim para a imagem do Comissão de Orçamento e para o Congresso Nacional, porque nós estamos sendo, no mínimo, omissos ou coniventes. E eu não quero passar a postura de ser omisso, nem de conivente.

Portanto, eu lavro o meu protesto. Apresentarei as emendas no tempo hábil, para que nós possamos pautar claramente essa diferença, porque amanhã poderemos ser governo. E eu quero me cobrem a coerência que estou tendo agora, assim como eu vou cobrar dos colegas coerência se as contas continuarem se perdendo e se vier no ano que vem uma consequência danosa para o País.

Se os Estados Unidos, com o prazo que foi dado pelo Congresso americano, até o mês de janeiro, não equacionarem o seu débito, e o Congresso não prorrogar a autorização contábil para que o governo continue elevando seu teto para a dívida, o primeiro país a pagar essa conta do problema americano vai ser o Brasil; vão ser os brasileiros, vão ser os empresários, os comerciantes e principalmente a classe trabalhadora. E eu quero ver — e infelizmente não foi pedida a verificação nominal — quem é que votou favoravelmente a esse tipo de postura, porque amanhã a sociedade irá cobrar os que estão dando atestado de conivência ou de omissão para que isso aconteça em nosso País.

Portanto, eu chamo atenção, Sr. Presidente, para essa questão gravíssima. Enquanto nós não conseguirmos concluir esta votação no plenário, esta discussão estará aberta.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado. Só para fazer um registro para V.Exa., que referenciou determinada fala do Deputado Danilo Forte aqui, quando da votação da LDO. Eu, como Presidente, posso lhe asseverar que não aconteceu aquilo que V.Exa. afirmou, a acusação que V.Exa. fez.

De minha parte, como Presidente da Comissão, eu também me vejo na obrigação e na responsabilidade de registrar que a postura do Deputado Danilo Forte veio ao encontro do momento que a gente vive nesta Comissão. Perceba que, de oito, nove ou dez destaques que V.Exa. lhe pediu, ele deu cumprimento a mais da metade das suas emendas — fato inédito aqui nesta Comissão.

Em geral, o Relator e os Relatores têm extrema má vontade com as emendas do bloco de oposição. Mas eu quero registrar a posição republicana do Deputado Danilo Forte. Não sei o que ele vai falar agora, porque pediu a palavra. A gravação do áudio daquela reunião está à disposição de V.Exas. para perceberem a postura do Sr. Deputado Danilo Forte quando da votação.

Tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores. Primeiro, tenho uma formação democrática que vem comigo deste a minha adolescência, aceito o contraditório e enfrento o debate. E em todas as missões que eu tive nesta Casa, na Câmara dos Deputados, relatando medidas provisórias, como a que criou a ***EBSERH, como a do Programa Brasil Maior, relatando projetos de lei, seja na Comissão de Seguridade Social e Saúde, seja na CCJ, seja no Plenário da Casa, sempre procurei no debate a construção mais democrática e o maior nível possível de consenso, exatamente para com isso ter um relatório com maior subsídio, uma maior participação, um maior entendimento e uma facilidade maior não só na sua elaboração e na sua compreensão, mas também na sua execução. Na democracia, temos a postura de compartilhar, as***

decisões são mais firmes e mais fortes e há o comprometimento de todos que participam. E não foi diferente no relatório da LDO.

No relatório da LDO, desde maio, sempre estive muito aberto a todas as discussões. Desde o primeiro relatório preliminar, que concluí por volta do dia 15 de julho, nós sempre tivemos debates e sempre fomos aprimorando esses debates. Lembro-me muito bem de que, na primeira apresentação que eu fiz do relatório aqui, no Plenário da Comissão Mista de Orçamento, o Deputado Efraim, inclusive, que respondia pela Liderança do DEM nesta Casa, pediu que eu suprimisse um artigo referente ao Sistema S. Assim o fiz, compreendendo que realmente aquela peça não devia tratar daquele tema naquele momento. E não foi diferente em relação ao Deputado Cajado, a quem tenho o maior respeito, inclusive laços de amizade, porque conheço o Deputado Cajado antes mesmo de ser Deputado aqui nesta Casa.

Não houve nenhuma reunião formal em relação a debate de relatório de LDO na Liderança do PMDB. Nós tivemos algumas conversas lá com os Deputados do PMDB e de outros partidos, sempre buscando exatamente um melhor entendimento com relação à formatação desta Casa, uma casa legislativa, uma casa de debates. E a reunião que nós fizemos de preparação do relatório final foi exatamente aqui na sala de reuniões da Comissão Mista de Orçamento, dirigida pelo nosso Presidente, Senador Lobão Filhão, que presidiu a reunião, em que ouvimos todos os partidos, as principais preocupações com relação à possibilidade de destaque ou não. Foi ali que tivemos o entendimento do que era o mais positivo, o que poderia ser atendido ou não naquele momento. Ali mesmo eu disse que havia alguns destaques que eu, como Relator, não poderia encaminhar. Tanto é que o Deputado Fábio Ramalho compreendeu isso. Ele tinha um destaque a apresentar sobre o Poder Judiciário, o fez em plenário, e o destaque foi aprovado aqui no Plenário da CMO relativamente à aprovação do relatório da LDO para 2014 nesta Casa.

Dos destaques apresentados pelo DEM — e está aqui o Deputado Domingos Sávio, do PSDB, que debateu muito comigo vários destaques, alguns foram aprovados e outros não —, tivemos sempre a preocupação de atender o máximo possível. Dos nove destaques apresentados seis foram atendidos. Apenas três não foram atendidos, porque na minha compreensão como Relator eram desnecessários ou, em algum momento, até redundantes, como é o caso desse do Tribunal de Contas. Fizemos grandes inovações relativamente à postura da relação entre Congresso Nacional, por meio da Comissão Mista de Orçamento, e o Tribunal de Contas. Alguns deles inclusive sugeridos pelo próprio Deputado Cajado no que diz respeito aos prazos, no que diz respeito às cautelares do Tribunal, no que diz respeito à forma como o Tribunal de Contas age em função de alguns procedimentos de interrupção de projetos de investimento de obras em execução.

Tudo isso foi levado em consideração e algumas questões até foram admitidas no relatório. Contudo, o relatório tem um Relator que tem o poder de colocar no seu trabalho aquilo que acha necessário ser colocado, atendendo ou não às reivindicações dos seus pares. E o Plenário está reunido aqui exatamente para votar ou não essas reivindicações.

Lamento a ausência do Deputado Cajado durante a votação, porque estava numa missão oficial, mas o Presidente deu a palavra a todos e ofereceu a oportunidade para que todos os partidos e todos os representantes dos partidos que aqui estivessem pudessem fazer seus destaques e que todos eles fossem levados à votação.

Então, a democracia foi exercida na sua plenitude, houve respeito com os demais colegas e companheiros, e o Deputado Danilo Forte em momento algum faltou com o respeito ou com o compromisso com qualquer um de seus companheiros, porque sempre disse a todos eles aquilo que tinha condições de assumir e aquilo que não tinha condições de assumir, e que, se fosse a plenário e o Plenário

votasse, assim seria definido no relatório, que eu acataria a voz da maioria, porque essa é a minha formação democrática.

E o Deputado Cajado tem todo o direito de levar ao Plenário da Casa, para debater, qualquer tema que assim desejar, com base exatamente no Regimento Interno da Casa, que permite, a partir do momento em que foi feita uma emenda e que essa emenda não foi acatada, que ela possa ser destacada na votação final do relatório da LDO ou de qualquer projeto de lei que vá ao Plenário do Congresso Nacional.

Então, eu só lamento a forma como foi colocada a questão pelo Deputado Cajado, porque em momento algum passou pela minha cabeça, ou do meu sentimento ou da minha formação, tentar ludibriar, enganar ou passar a perna em qualquer um, em qualquer que seja dos companheiros desta Casa. Muito pelo contrário, o que a gente tem feito é exatamente valorizar e respeitar todos os companheiros, independente do partido, da função ideológica, da cor, da raça, do grupo social que representa nesta Casa; pelo contrário, a gente sempre respeitou muito os companheiros, admitiu o debate. Fizemos o debate com muita intensidade sobre todos os temas, e não há nenhuma omissão no relatório com relação à necessidade das transparências, seja na prestação de contas das contas públicas, seja no relacionamento com o Tribunal de Contas da União.

Muito pelo contrário, nós atendemos exatamente ao conteúdo que aqui foi apresentado sobre a necessidade de diminuir os entraves burocráticos, para dar eficiência à lei orçamentária e conseguimos fazer um relatório que tem muitos avanços. Inclusive foi aqui colocado pela grande maioria dos colegas na votação que, sem sombra de dúvida, foi o relatório de Lei de Diretrizes Orçamentárias que mais avançou no que diz respeito exatamente a dar eficiência e efetividade ao Orçamento da União.

Por outro lado, também estive com o Senador Lobão Filho junto ao Presidente Renan Calheiros, que marcou para o dia 19 a votação do relatório da LDO, no Plenário do Congresso Nacional. É importante que votemos logo esse relatório da LDO, porque já estamos começando a ter necessidade de acelerar a discussão da LOA, já estamos a

menos de 2 meses do final do ano e precisamos ter uma LOA em comum acordo com o relatório da LDO, que garante avanços significativos na execução orçamentária do País, garantindo a necessidade exatamente do cumprimento dos investimentos, sem desconsiderar exatamente a transparência e a observância das contas públicas que precisam ser feitas por esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, minhas saudações.

Sr. Presidente, eu quero me dirigir a V.Exa. e ao nobre Relator da LDO, Deputado Danilo Forte, primeiro para concordar com a constatação feita por V. Exa. e pelo Relator de que nós vivemos num ambiente de diálogo e de construção do entendimento, e isso não me coloca de maneira alguma numa situação de conflito com o Deputado Cajado, de quem eu compreendo a angústia, a preocupação com relação à matéria extremamente relevante que ele abordou. Não posso, no entanto, deixar de concordar que houve um esforço para se construir entendimentos.

Mas numa democracia nós não podemos presumir que só se alcança resultado mais adequado quando se chega a um consenso absoluto; nem seria democracia. Se nós caminharmos para a expectativa de unanimidade, corremos o risco de estar nos distanciando do princípio democrático de que a divergência, a pluralidade de ideias e a dialética natural que se instala em torno de grandes temas é que constroem os avanços. É nesse aspecto que eu entendo que transcorreram os debates a respeito da LDO, na busca da construção do entendimento.

O que eu realmente lamento — e sinto que também é o sentimento que norteou a fala do Deputado Cajado — é que, quando buscamos construir aqui nesta Comissão entendimentos mais amplos, que caminhem em direção a um consenso, embora não sejam unanimidade, nós já conhecemos muito bem qual é a natureza, qual é o rito do

Regimento do Congresso e quais são as expectativas do encaminhamento em plenário do Congresso Nacional.

Se já é difícil votar sem o mínimo de entendimento, numa Comissão Mista como esta, uma matéria tão ampla, com possiblidade de tantos destaques, no Plenário do Congresso, obviamente o nosso nobre Relator, o nosso Presidente e todos nós sabemos muito bem que, se não fica impossível votar sem o entendimento, chega próximo disso. Como nós já estamos no avançado do ano legislativo, mais importante ainda é esse entendimento.

Então, a nossa expectativa é de que, se nós construíssemos um entendimento mais amplo aqui, nós teríamos uma chance maior de ver o relatório do Deputado Danilo Forte ser aprovado e, consequentemente, ver a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada, que é o nosso desejo. Por isso, nós nos empenhamos.

Da minha parte, há um destaque que será inevitável. Se não construímos um entendimento sobre esse destaque, ao contrário do que ocorreu aqui — o que ocorreu, embora não tenha havido entendimento sobre destaque, embora eu não estivesse em missão especial fora do País, eu, inclusive ouvindo os meus pares do PSDB, fiz a opção de não obstruir, e V.Exa. é testemunha disso —, o meu partido compreendeu que o momento exigia de todos nós esse desprendimento com os olhos no interesse do País; e votamos num ambiente de acordo, numa quinta-feira, com a ausência absoluta de quórum, mas com o sentimento de que avançamos no limite do era possível aqui na Comissão Mista, ficando para nós a tarefa de construirmos um entendimento no plenário.

Queria eu, Deputado Danilo Forte, que esse entendimento pudesse ter se esgotado aqui. É que, às vezes, o Plenário pode representar até mais dificuldade, e, aqui, nós deixamos de obstruir — mas eu já deixo claro, Presidente, que não é uma posição minha, é posição do partido.

Naquele artigo, naquele destaque, Deputado Danilo Forte, relativo à nossa emenda, propondo a manutenção da redação do ano anterior na LDO sobre o

duodécimo, para ser bem objetivo, bem claro, e por que não dizer bem didático, aqui, entre os pares e quem nos acompanha, o que nós queremos? É que aquilo que já vem sendo assegurado ao longo da história democrática do nosso País, que é a garantia para o Poder Executivo, e isso acaba sendo replicado nos Estados e nos Municípios, não tendo sido aprovada a peça orçamentária, o Governo não fique engessado. Disso nós concordamos inteiramente; isso é uma atitude de respeito ao País; ou seja, não aprovando o orçamento de 2014, já consta na LDO, os duodécimos serão liberados para garantia do custeio. Além do custeio, inclusive, há outras situações de excepcionalidade, de calamidade pública, de graves situações que possam impactar ou colocar em risco a segurança nacional e a vida das pessoas, inclusive, as matérias ligadas à saúde.

Mas o nobre Deputado Danilo Forte tenta novamente o que foi tentado no ano passado, e com sabedoria esta Casa não permitiu: que nós permitamos que o Executivo, além do custeio, possa dar sequência a toda e qualquer obra. Ele cita "iniciada". Ora! Mas ainda que com 0,1%? A palavra "iniciada" pode ser inclusive o projeto, a licitação, qualquer coisa que o valha, o que não caracteriza urgência.

A bem da verdade, há tanta obra iniciada no Brasil, e se for valer essa tese o Governo não precisa mais aprovar o orçamento. Ele diz: *"Olhe, eu já tenho a garantia, na LDO, que eu uso sob a forma de duodécimo, os recursos necessários a todo tipo de despesa de custeio; e tenho garantido na LDO, que eu uso, recursos para investimentos em toda obra que tenha se iniciado, eu não preciso aprovar o orçamento".*

Isso diminui o Congresso brasileiro — a Câmara e o Senado —, isso dá um ambiente monocrático de o Executivo decidir sozinho, inclusive, qual obra que ele acelera mais e qual ele para. Fica algo absolutamente inadmissível para o Estado Democrático. Não é ruim para quem está no Governo hoje, não; é ruim para o Brasil. Nós não queremos isso para agora, e não queremos isso para 2015, quando esperamos ter mudanças profundas de Governo no nosso País.

Estou dando aqui o meu testemunho por antecedência. Eu não quero isso só enquanto sou oposição, não; eu não quero isso quando eu vier a ser base de Governo.

O Governo ter por antemão a garantia de que não precisa aprovar orçamento no Congresso, isso é péssimo!

Eu estou me alongando um pouco para pedir aos pares dos demais partidos, especialmente aos da base e àqueles que nos acompanham, que tenham claro que a atitude que tivemos aqui de não obstruir não será a mesma no Plenário do Congresso Nacional dia 19; ou a base do Governo se assenta conosco e construímos o entendimento, ou nós vamos nos valer de todos os recursos regimentais para não permitir que isso ocorra em prejuízo do Brasil.

E vou mais além, Deputado Danilo Forte: acho que é melhor não termos a LDO do que termos uma LDO que dá esse condão de autoritarismo, de autonomia absoluta, de tornar o Congresso Nacional prescindível ao Executivo.

Portanto, é essa a preocupação que eu registro — e eu encerro aqui em homenagem ao Deputado Danilo Forte —, sem prejuízo do esforço feito pelo Relator, do esforço feito pelo Presidente, para buscarmos o entendimento. E da mesma forma louvo a atitude do Deputado Claudio Cajado, que luta por algo que acredita e que é em benefício da coletividade. Portanto, esse sentimento deve nortear as nossas ações, e não adianta nós chorarmos o leite derramado.

A LDO está aprovada na Comissão, mas ela só será aprovada no Plenário, penso eu, se evoluirmos novamente para o diálogo, para o entendimento, em benefício do País. Nós não estamos falando aqui de "emendinha" que trata de um setor, de área corporativa; nós estamos falando de grandes temas nacionais do interesse do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu fui citado...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado, que me entristece profundamente, pois está à beira de proibir que o cearense

vá ao carnaval de Salvador, no próximo ano. *(Risos.)* Mas, ainda assim, a palavra está com o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pelo contrário, Presidente. O cearense pode ir porque vai aumentar a receita do Município, com, não tenho dúvida nenhuma, sua participação no carnaval da Bahia, nos camarotes e tudo o mais.

Mas, Presidente, eu faço questão aqui de ler as emendas que apresentei, porque parece que as emendas que foram ofertadas pelos Democratas, em meu nome, e que foram aceitas, foi um favor. A leitura que se está dando é: *"Não! Vamos atender à Oposição"*. Não, eu já disse: quanto a essa questão do Governo em relação a determinados conceitos de economia, nós não temos oposição, não; é uma questão de responsabilidade.

Primeira emenda: relaciona-se ao aumento do valor dos procedimentos simplificados da Caixa Econômica Federal de 750 mil reais para 900 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. vai ler as que foram aprovadas ou as que foram...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Todas! E vou dizer as que foram e as que não foram. Passar de 750 mil para 900 mil vai beneficiar os Municípios brasileiros. Hoje, o Sistema Simplificado é de 750 mil de cada contrato e vai passar para 900 mil. Essa não é emenda positiva para o sistema federativo brasileiro? Eu penso que sim. O Deputado Danilo Forte a aceitou.

Superávit primário. Aquela emenda que prevê como meta o superávit primário, para que nós tenhamos claramente o que o Governo define e o que cumpre. O Deputado Danilo Forte não a aceitou. Ou seja, hoje o Governo está sem a obrigação de atingir o superávit primário. Eu acho isso um absurdo. É para essa que eu fiz o compromisso, Deputado Danilo Forte, de apresentar o destaque. Porque V.Exa. disse que essa não aceitaria.

Muito bem! Terceira emenda: limita o custeio e a variação do PIB. Ou seja, nós queremos que o Governo, se tiver de aumentar o seu custeio, aumente-o de acordo com

o aumento do PIB. Tem coisa mais lógica e racional? No momento em que nós vivemos uma crise mundial, no momento em que o Governo propala a sua responsabilidade fiscal? O Deputado Danilo Forte não a aceitou. E eu disse que apresentaria o destaque.

Foram esses dois, Deputado Danilo Forte — refrescando a memória de V.Exa. — , que ficaram para que apresentássemos os destaques.

As demais: a maquiagem contábil, qual é? O Governo recebe antecipação de lucros e dividendos das empresas antes de finalizar o exercício, para quê? Para poder ter receita e conseguir fechar suas contas. Isso é uma maquiagem contábil, Presidente.

E, maquiagem... V.Exa. sabe, as mulheres são bonitas por natureza, mas quando elas se maquiam, e a maquiagem é benfeita, elas ficam, como Deus disse, insuperáveis em sua beleza em relação ao Universo. E o Governo quer utilizar esse tipo de transformação nas contas públicas.

Presidente, deixe a maquiagem para as mulheres. Não vamos fazer com que essa beleza saia da beleza que o Universo tem para as mulheres apenas e passe para as contas públicas. Nós queremos as contas públicas de forma clara, evidente, sem maquiagem. O Deputado Danilo Forte não aceitou.

Procedimento simplificado. Se, no caso da Caixa Econômica Federal, não corresponder à análise dos contratos assinados pelos Municípios, os Municípios perdem, porque existe prazo — o prazo fatal é 30 de junho — normalmente de um ano para outro. Se a Caixa Econômica Federal retém, por questões de excesso de trabalho, por exemplo, e não apresenta as diligências para serem atendidas pelos Municípios e pelos Estados, o ônus da falta da atenção do trabalho cai nos convenientes. Está errado! Então, o Deputado Danilo Forte acatou essa emenda, que é uma emenda positiva.

Outra emenda é a do TCU. O que o TCU propôs? Que todas as desonerações tivessem prazo de 5 anos; perpassa até o prazo de mandato presidencial. Mas seria justo que o Presidente que assumisse tivesse, por 5 anos, 1 ano sem ser reeleição ou

com reeleição, aquela avaliação de que foi feita uma desoneração para o bem do progresso do País. Vamos entender dessa forma.

Qual o problema de aceitar essa limitação? Não foi aceita pelo Deputado Danilo Forte, e foi uma emenda sugerida pelo Tribunal de Contas da União.

Há outra. Quando ele faz essas desonerações, o Governo apresenta receita em relação a essa eventual desoneração; ou seja, quando faz a apresentação das receitas estipula, vamos supor, 1 bilhão nesse tributo; depois, ele desonera, e 1 bilhão não fica excluído das contas.

Uma vez que ele apresentou como receita aquele 1 bilhão e depois desonerou, abriu mão daquela arrecadação, como é que aquele 1 bilhão, Deputado Danilo Forte, pode constar como receita da União se ele abriu mão? Isso é fraude fiscal, fraude contábil. É mais grave até.

O que nós queríamos? Fez a desoneração, tira da receita a previsão. É óbvio!. Tem que tirar da receita aquela previsão que foi feita, porque com desoneração, a receita não vai entrar para os cofres públicos. O Deputado Danilo Forte não aceitou essa emenda.

Essa emenda da desoneração, com os 5 anos, V.Exa. disse-me que aceitaria, na Liderança do PMDB, no dia 16. Deputado Danilo Forte, eu estive lá, no dia 16, pela manhã, V.Exa. recebeu-me e eu expliquei exatamente isso. V.Exa. disse: *"Bom, essas duas, então, aqui, estão resolvidas"*. Foi o que V.Exa. disse-me. Soube, depois, que o Governo não tinha aceitado, que V.Exa. colocaria o relatório para votar e, infelizmente, foi votado.

Eu saí tranquilo em relação a isso, por quê? Porque as duas emendas que V.Exa. não aceitou, que seria a do superávit e a do aumento do custeio em relação ao PIB, eu faria o destaque; manteríamos a nossa posição, mas não pediríamos verificação para não comprometer a votação da LDO. Essas duas apenas, porque as outras duas V.Exa. tinha me dito que atenderia.

Vejam, essas emendas que eu apresento são absolutamente afastadas de qualquer cunho político. Não existe aqui partidarismo em relação a essas emendas, pelo contrário.

Outra, que V.Exa. aceitou: a transparência em relação a empréstimos dos países, ou seja, *"O Congresso Nacional deve ser informado mensalmente sobre acordos, memorandos ou outra forma de ajuste feitos com governos estrangeiros que visem o financiamento, o refinanciamento, o pagamento de equalização de taxas e juros (...)* — etc.". Ou seja, uma coisa de transparência.

V.Exa. aceitou essa emenda, assim como também aceitou a última emenda, que foi a de que o Congresso Nacional deve ser informado sobre os empréstimos feitos pelo Tesouro Nacional a bancos oficiais federais. Ou seja, tanto internacional quanto nacionalmente, toda negociação que envolva empréstimo, no Governo brasileiro, tem que ser informada ao Congresso Nacional.

Então, dessas nove emendas, V.Exa. acatou seis, e ficaram quatro, sendo que duas — eu estive na Liderança do PMDB com V.Exa. — V.Exa. ficou de acatar, justamente as duas do Tribunal de Contas da União, que não têm nada demais; pelo contrário, traduz uma transparência que eu considero fundamental, ainda mais num momento de crise em que vivemos.

Então, Presidente, eu fiz questão de ler, mais uma vez, quais foram as emendas apresentadas, e deixar claro a minha insatisfação. Eu pensei que tivéssemos acordado, tanto que não fizemos nenhum mecanismo de obstrução; pelo contrário, os destaques que ficamos de apresentar seriam no Plenário do Congresso Nacional, quando da votação da LDO. Infelizmente, vou apresentar os quatro destaques, talvez com complicações, porque pode haver uma consequência muito maior do que na Comissão. O meu intuito não é obstruir os trabalhos, não é dificultar, pelo contrário!

Nunca disse que V.Exa. é desrespeitoso; não foi comigo, nem com nenhum colega, pelo contrário! V.Exa. é até muito cortês, muito gentil no trato com os colegas. Agora, dizer que não houve a reunião na Liderança do PMDB? Houve! Houve a reunião

na Liderança do PMDB na quarta-feira pela manhã. Quando eu entrei na sala, V.Exa. estava conversando com um Deputado, que não me lembro quem era, e apresentei as emendas — inclusive, V.Exa. ficou com a cópia dessas emendas. Então, como é que não houve, se V.Exa. está aquiescendo com a cabeça?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não houve formalidade.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu quero revelar minha insatisfação. Fico agora apreensivo, porque essas duas emendas eram importantes. O partido fez acordo em meu nome, e eu considero que esse acordo não foi cumprido na sua inteireza.

Daí por que espero que nós não tenhamos esses dissabores no futuro, Presidente. V.Exa. tem conduzido os trabalhos aqui com as reuniões do Colégio de Líderes, tem visto a minha posição, tem visto a minha postura, sempre tentando apresentar os meus pontos de vista para que possamos superar os obstáculos e não obstruirmos os trabalhos. Hoje é um exemplo. V.Exa. disse que vai pedir a inclusão extrapauta — não vai mais? — de itens que nós não somos contra. Quero apenas analisá-los. O nosso partido já fez a avalição de todos os PLNs que estão aí, alguns são importantes. Eu inclusive estou relatando um, V.Exa. designou-me Relator.

Portanto, a nossa intenção é fazer as coisas ajustadas, corretas, para que possamos deixar o País tranquilo, seja quem for o governo. Agora, eu não posso corroborar posturas que não considero adequadas. Pelo contrário, considero-as absurdas. Se aprovarmos isso, vamos macular a imagem do Brasil, principalmente no momento em que não detemos o controle do que as pessoas pensam e querem. O mercado pensa de uma forma, e o Governo está agindo com vulnerabilidade. E isso só vai prejudicar a imagem do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra já a V.Exa., mas antes eu gostaria de deixar aqui uma mensagem específica ao Deputado Cajado. Se ele puder me dar atenção por alguns minutos...

Deputado Cajado, V.Exa. não pôde estar presente aqui à última reunião, quando nós aprovamos a LDO, mas eu pude presenciar aqui algo que reflete muito bem todas as palavras que V.Exa. acabou de proferir pelo microfone desta Comissão.

Pasme, mas o Governo, na última reunião, tentou obstruir o relatório da LDO do Deputado Danilo Forte. O que V.Exa. considera extremamente normal, natural —natural — que seja acatado pelo Deputado Danilo Forte, porque são coisas, vamos dizer, óbvias, o Governo não entende assim. Esse é o entendimento de V.Exa., mas o Governo não entende assim. Tanto o é que teceu sérias críticas ao relatório dele e tentou obstruir a votação no último dia.

Então, perceba que nunca haverá unanimidade. Isto é impossível: o Relator atender a V.Exa. em todos os seus desejos; o Relator atender ao Governo em todos os seus desejos, atender a todos os Parlamentares aqui presentes, porque aqui todos têm pontos de vista diferentes, têm interesses diferentes, têm visões diferentes de cada tema a ser abordado dentro da LDO. Então, é impossível a unanimidade, e o Relator ter a grande capacidade de atender unanimemente a todos: o Governo, a Oposição e os Parlamentares, individualmente. É impossível.

Eu considero realmente uma grande vitória nós termos aprovado aquela LDO, apesar de o Governo insatisfeito, apesar de o Deputado Cajado insatisfeito, apesar de alguns Parlamentares insatisfeitos. Ainda assim, tenho certeza de que, depois de exaustivos meses de discussão aqui nesta Comissão, foi o melhor relatório que poderia ser apresentado.

Então, eu não fui o Relator, mas acompanhei todas as negociações, todas as discussões; eu estava presente em todos os momentos em que os temas foram unitariamente discutidos.

Eu não conhecia o Deputado Danilo Forte antes de ele ser o Relator da LDO. Foi a primeira vez que tive contato com ele, mas ficou em mim — e não há como ser retirada neste momento — a admiração do trabalho que foi feito, conseguindo concatenar todos os interesses divergentes. É óbvio que alguns são impossíveis. Ainda assim, terminou um trabalho primoroso, que, tenho certeza, irá contribuir com o País.

É óbvio que jamais será perfeito. O arcabouço perfeito jurídico de controle e metas é algo que devemos sempre buscar, mas isso é fruto de conversas, negociações, de o Governo ceder, de V.Exas. cederem. E o exemplo máximo disso — máximo —, que eu quero dar agora: V.Exa. aceitou que eu suspendesse a sessão e incluísse extrapauta alguns assuntos para amanhã. V.Exa. é do Democratas. O Deputado Sávio, do PSDB, me pediu, em nome das oposições, da qual V.Exa. também faz parte, que eu não suspendesse a reunião, que eu a encerrasse, para que a gente possa amanhã incluir, não extrapauta, formalmente na pauta os itens. Eu vou aquiescer, atender aos Parlamentares da Oposição.

Então, isso mostra claramente o clima que existe dentro desta Comissão, que é um clima de discussão, de cessão de espaço. Não agi ditatorialmente em nenhum momento desta Comissão. Podia tê-lo feito, não o fiz em nenhum momento. Tinha instrumentos para isso, não os usei, porque eu entendo que este aqui é o fórum que representa da melhor forma possível o Congresso Nacional; é um fórum de debate, de discussão, para se resolverem as coisas dentro da nossa sala de reunião, discutindo às vezes de forma agressiva, mas, depois de resolvido lá, temos que dar a nossa resposta ao País, à sociedade — e temos dado. Não temos na pauta desta Comissão mais assunto nenhum pendente. Votamos todas as medidas provisórias, todos os relatórios do Governo que foram entregues nesta Comissão, além do relatório da LDO.

Eu espero, Deputado Cajado, Senador Wilder, Deputado Danilo, Deputado Nelson, que a gente consiga cumprir as metas de datas, o cronograma; cumprir a votação da LOA este ano ainda, cumprindo nossa obrigação com o País.

Eu acho que a pior coisa que existe é o Governo usar dos seus instrumentos para fazer cumprir o Orçamento pela ausência, pela omissão desta Comissão em votar a LOA. Quando o Governo se vê na obrigação de exercer o que está previsto na LDO, de cumprir duodécimos e tal, porque nós nos omitimos, não votamos a LOA, seja por divergência, seja por falta, seja por obstrução, nós estamos justificando que o Governo ocupe o espaço que é nosso de direito e de obrigação. Quando o Governo faz isso é porque nós não cumprimos nossa obrigação de votar a LOA, seja aprovando-a, seja reprovando-a, mas discutindo e votando a lei, com o término do nosso trabalho.

Então, eu passo a palavra agora ao Deputado Danilo, mas eu não podia deixar de fazer este registro, mostrando a postura que esta Comissão de 2013/2014 tem tido com todos os temas que foram abordados, com o respeito absoluto que nós temos tido, coletivamente, à posição individual de cada um.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Primeiramente, obrigado, Sr. Presidente, por suas palavras e por sua compreensão em relação ao trabalho que a gente tentou conduzir à frente desta Casa. E o Dr. Ulysses dizia, no dia em que entregou a Carta Concidadã, a Constituinte de 88, com muita clareza: *"A grande quimera dos homens é a perfeição, que eles não têm"*. Ninguém é perfeito. E eu tenho convicção também de que eu não tenho nenhuma perfeição. Por isso, eu gosto de escutar, gosto de ouvir, gosto de debater até a exaustão, mas não sou obrigado a aceitar as convicções dos outros, nem de forma autoritária, nem naquilo que eu não tenha segurança. Por exemplo, quando se faz desoneração, não necessariamente o imposto desaparece. A desoneração pode voltar para o mercado e voltar em outro tipo de imposto, em outro tipo de formatação. O que era IPI do automóvel pode voltar como PIS/COFINS em outra atividade, porque o meio circulante continua o mesmo.

Então, quer dizer, eu não tenho convicção clara com relação a essa questão, como também eu, por convicção ideológica, sou contra o superávit primário. Eu sou contra o superávit primário! O superávit primário privilegia a banca, privilegia o setor

financeiro, que é o setor que tem o maior poder barganha; é quem mais ganha dinheiro neste País, em todos os balanços, em todos os momentos da nossa história. Eu acho que o superávit primário deveria ser feito para matar a fome de quem está morrendo de fome; para garantir os investimentos de combate à seca que não saíram e que eu estou cobrando nesta Casa; para garantir a infraestrutura necessária para que a gente tenha uma logística capaz de dar competitividade a este País de dimensão continental. Nós não temos uma influência e uma participação maior no comércio internacional porque não temos infraestrutura.

Então, o superávit primário deveria ser reserva de mercado, dentro do Orçamento, para o sistema bancário. O superávit primário deveria ser reserva de mercado, sim, para garantir a melhoria da condição de vida do povo. Agora, aceitei a formatação feita pelo Governo, porque o Governo tem compromissos que precisam ser cumpridos. E é exatamente dentro dos compromissos do Governo que precisam ser cumpridos que a gente tem que ter uma disciplina com relação a essa questão. E eu aceitei isso no relatório, como aceitei de todos os setores aqui organizados as sugestões para aprimorar o relatório.

Agora, o maior equívoco que esta Casa pode cometer, como o Sr. Presidente colocou muito bem, é se esquivar do poder de decisão que lhe é dado. Se nós não votarmos a LDO no plenário, volta o projeto original do Governo, e o projeto original do Governo é muito mais atrasado do que a LDO que esta Casa conseguiu construir, sem sombra de dúvida. Não é porque o Deputado Danilo Forte é o Relator, não — eu até muito me orgulho de ter tido essa missão desta Casa e de ter tido a sua confiança, Sr. Presidente, porque fui indicado para ser Relator —; é porque a gente conseguiu construir de forma democrática e participativa, inclusive ouvindo setores significativos da Oposição. Agora, não é obrigado o Relator assuma no seu relatório todas as demandas que ali foram colocadas.

Segundo, não houve formalidade — volto a repetir, não houve nenhuma formalidade — na reunião do PMDB, inclusive terminou até em brincadeira, porque o

Líder do partido estava na sala e até disse: *"Faça o destaque e apresente, que eu voto com você"*. Então, quer dizer, não teve formalidade, ali não houve formalidade com relação a esse procedimento. Lamento se o Deputado Cajado entendeu dessa forma, mas não houve nenhuma formalidade, até porque naquele ambiente ali eu nem tinha condições de definir todas as situações que estavam ali colocadas. Onde houve formalidade, sim, foi na reunião da Mesa, presidida por V.Exa., com todos os Líderes de todos os partidos. Ali foi que houve formalidade, sim, na busca da unidade em torno da votação que foi construída — nós estamos em novembro, e, de maio para cá, são 7 meses — ao longo de 7 meses de debates aqui nesta Comissão.

Então, Sr. Presidente, o que eu gostaria de dizer é exatamente que eu não tenho nenhuma dificuldade em defender o meu relatório, porque foi um relatório estudado, participativo, debatido. Eu acho que, dentro daquilo que a gente podia construir, era o melhor que se podia fazer, do que estava ali apresentado, do que foi debatido, respeitando as pessoas, respeitando os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras.

Houve até aquela questão da emenda do Senador Suplicy, que também ficou um pouco chateado, mas a gente tentou ali dar uma perspectiva de um programa que traz consigo distribuição de renda, que é muito importante para um país com tantas desigualdades como o nosso, que ainda tem 15 milhões de brasileiros que vivem com menos de 3 reais por dia. E no meu Estado, infelizmente, ainda tem 1 milhão e meio de pessoas que vivem com menos de 3 reais por dia, o que é um estado de pobreza absoluta.

O que a gente tentou foi exatamente buscar uma condição capaz de contribuir para que o Orçamento não seja uma peça de ficção perdida numa literatura contábil, mas que seja uma peça que dê eficiência, eficácia, dinamismo, ação orçamentária indutora de crescimento, de desenvolvimento e de igualdade social em todo o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo.

Dando prosseguimentos ao último item, que é a apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 29, de 2013-CN, que *"encaminha Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE, exercício de 2012. Relator: Deputado Nelson Meurer. Voto no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéria e determine o seu arquivamento".*

O Relator está com a palavra, para a apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu peço licença para ler uma parte do meu voto, em virtude de ser bastante longo. Já faz algum tempo que eu apresentei este relatório, que já é do conhecimento de todos, eu tenho certeza.

Dessa forma, "considerando que a execução do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste é para o exercício de 2012, será analisada pelo Tribunal de Contas da União quando do exame da correspondente prestação de contas. Não se verifica a necessidade da adoção de qualquer providência no momento.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento da documentação encaminhada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, órgão vinculado ao Ministério da Integração Nacional, por meio do Ofício nº 29, de 2013-CN, relativo ao Relatório de Resultados e Impactos, tratando das atividades desenvolvidas e resultados obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, referente ao exercício de 2012; e

b) determine o envio dos referidos documentos ao arquivo".

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Nelson Meurer.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório agora está em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Nada mais havendo na pauta desta reunião, eu determino o seu encerramento, com a consequente convocação de reunião para amanhã, dia 6 de novembro, quarta-feira, às 14h30min, para a pauta que será distribuída eletronicamente, e também para o dia 7 de novembro, quinta-feira, às 10 horas da manhã. E ainda, por razões estratégicas, vamos manter a reunião da quarta-feira, dia 6 de novembro, às 18 horas. Portanto, estão convocadas três reuniões desta Comissão.

Muito obrigado a todos os presentes. Que Deus nos acompanhe!

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
54ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2013.

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados. Verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Andre Moura, Bruno Araújo, Claudio Cajado, Danilo Forte, Efraim Filho, Giovani Cherini, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Ricardo Berzoini, Roberto Teixeira, Sandro Alex e Weverton Rocha; dos **Senadores Titulares**: Anibal Diniz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lobão Filho, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Morais; dos **Deputados Suplentes**: Ademir Camilo, Afonso Florence, Carlos Brandão, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Gera Arruda, José Priante, José Rocha, Missionário José Olimpio, Roberto Britto, Valtenir Pereira e Walter Ihoshi; e dos **Senadores Suplentes**: Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy e Inácio Arruda. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Bohn Gass, Carlos Magno, Domingos Sávio, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Marcos Montes, Miguel Corrêa, Rose de Freitas, Ruy Carneiro, Severino Ninho, Weliton Prado e Zezéu Ribeiro e os Senadores Titulares Acir Gurgacz e Lúcia Vânia. **ABERTURA:** às 14h46, havendo número regimental, os trabalhos foram abertos pelo Presidente. Após a abertura, o Deputado Cláudio Cajado fez uso da palavra para comentar a respeito de matéria jornalística veiculada pelo jornal Folha de São Paulo sobre as contas do Governo Federal. Logo após, o Deputado Bruno Araújo apresentou Requerimento para incluir-se na Pauta o Relatório ao Projeto de Lei nº 26/2013 – CN. Quando submetido à deliberação do Plenário, o Requerimento foi aprovado por unanimidade. A seguir, o Deputado Cláudio Cajado apresentou Requerimento para inclusão na Pauta o Relatório ao Projeto de Lei nº 30/2013. Quando submetido à deliberação do Plenário, o Requerimento foi aprovado por unanimidade. **ORDEM DO DIA: 2. Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 16/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R$ 2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Eduardo Suplicy. Foram apresentadas 19 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das 19 emendas apresentadas. O Relator apresentou seu relatório. O Deputado Cláudio Cajado discutiu a matéria e houve réplica do Senador Eduardo Suplicy. Quando em deliberação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **3. Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 17/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça do Trabalho e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$

48.013.037,00 (quarenta e oito milhões, treze mil, trinta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Severino Ninho. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Weverton Rocha como relator *ad hoc*. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. Logo após, o Deputado Cláudio Cajado solicitou a palavra, pela ordem, e manifestou preocupação com as contas do Governo Federal e novamente citou matéria sobre esse tema veiculada no jornal *Folha de S. Paulo*. Logo após, os Deputados Bruno Araújo e Afonso Florence também expuseram seus pontos de vista acerca do assunto. **4. Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 29/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R$ 44.308.421,00 (quarenta e quatro milhões, trezentos e oito mil, quatrocentos e vinte e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Nelson Meurer. Foram apresentadas 32 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das 32 emendas apresentadas. O Relator apresentou seu Relatório. Não houve quem quisesse discutir a matéria. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **5. Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 34/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União, do Ministério das Relações Exteriores e das Secretarias de Assuntos Estratégicos, de Portos e da Micro e Pequena Empresa, crédito suplementar no valor de R$ 182.208.690,00 (cento e oitenta e dois milhões, duzentos e oito mil, seiscentos e noventa reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Ricardo Berzoini. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, pela aprovação das emendas de n°s 1 e 2, com indicação pela inadmissibilidade da emenda n°3 e pela rejeição das demais. Em conformidade com o disposto no § 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitida a emenda de n°3, indicada pelo relator. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **EXTRAPAUTA: Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 26/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 1.389.085.155,00 (hum bilhão, trezentos e oitenta e nove milhões, oitenta e cinco mil, cento e cinquenta e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Bruno Araújo. Foram apresentadas 33 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de n°s 15 a 19, 21 a 24 e 32, e pela rejeição das demais. O Relator apresentou seu Relatório e o Presidente agradeceu pelo trabalho que beneficiará a instalação militar Base de Alcântara. Em conformidade com o disposto no § 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitidas as emendas de n°s 15 a 19, 21 a 24 e 32, indicadas pelo relator. Somente o Deputado Cláudio Cajado discutiu a matéria. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **EXTRAPAUTA: Relatório apresentado**

ao Projeto de Lei nº 30/2013-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R$ 404.152.417,00 (quatrocentos e quatro milhões, cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e dezessete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Claudio Cajado. Foram apresentadas 03 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das 03 emendas apresentadas. O Relator apresentou seu Relatório. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **COMUNICADO:** o Presidente informou que o serviço de envio de mensagens de SMS para telefones celulares havia sido estendido para os parlamentares não membros da Comissão, seus assessores e também para funcionários da imprensa. **ENCERRAMENTO:** esgotada a apreciação das matérias da Pauta, o Presidente encerrou os trabalhos às 15h41. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 12 de novembro, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Cancelou a realização das seguintes reuniões extraordinárias, no plenário 2 da Câmara dos Deputados: dia 6 de novembro, quarta-feira, às 18 horas e dia 7 de novembro, quinta-feira, às 10 horas. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador LOBÃO FILHO, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 27, de 2013, pauta esta alterada.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica, localizados nas bancadas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu pediria a dispensa da leitura da ata, mas quero ver se consta o pronunciamento que eu fiz ontem a respeito da maquiagem contábil do Governo em relação à não votação dos destaques apresentados.

Não vou pedir para ler a ata, mas eu gostaria de saber de V.Exa. se está constando o pronunciamento que eu fiz neste particular. Se não, pedirei a palavra depois que votarmos a ata, para que faça o pronunciamento, inclusive com a matéria da *Folha de S.Paulo* do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Consta da ata, em gravação de áudio, sim, o discurso de V.Exa., como não poderia deixar de ser. Portanto, está acessível o discurso de V.Exa. a qualquer pessoa ou cidadão que queira acessá-lo.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Pela ordem, Sr. Presidente, só para formalizar um pedido de inclusão extrapauta do PLN nº 26.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Terminando a leitura da abertura formal desta sessão, há quórum, portanto, para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Antes de iniciar a ata, eu quero colocar em votação o requerimento do Deputado Bruno Araújo, que requer seja incluído extrapauta o parecer ao seu PLN nº 26, de 2013, nesta Comissão.

Portanto, em votação a inclusão extrapauta.

Os Deputados que concordam com a inclusão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Senadores que concordam com a inclusão deste item permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco também em votação o requerimento do Deputado Claudio Cajado para incluir extrapauta o parecer do PLN nº 30 nesta Ordem do Dia desta Comissão.

Os Deputados que concordam com a inclusão extrapauta do parecer do PLN nº 30 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Senadores que concordam com a inclusão extrapauta do parecer do PLN nº 30 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo agora ao primeiro item da pauta.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Claudio Cajado, antes de conceder a V.Exa. a palavra, quero pedir uma gentileza. O Senador Eduardo Suplicy tem uma reunião agora na Comissão de Segurança. Ele vai ler o seu relatório e, logo em seguida, concederei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pois não. O Senador Eduardo Suplicy tem todas as preferências neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para que possa ler o relatório do PL nº 27, de 2013.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 16, de 2013, que *"abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor 2 milhões, 350 mil reais, para os fins que especifica"*.

O Relator é o Senador *Eduardo* Suplicy.

Foram apresentadas 19 emendas.

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das 19 emendas apresentadas.

O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório. O prazo de destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelecido no inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra o Senador.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, quero agradecer ao Deputado Claudio Cajado pela deferência.

A Presidenta da República, por meio da Mensagem nº 96, de 2013, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 16, de 2013, que:

"abre ao Orçamento de Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de 2 milhões 350 mil reais para os fins que especifica."

O crédito especial destina-se a atender a programação no Órgão 55000 — Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na UO 55901 — Fundo Nacional de Assistência Social, nas ações de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica, no Município de Santo Antônio do Pinhal – SP (R$1.000.000,00), e de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial, no Estado do Paraná (R$1.350.000,00), nos termos do Anexo I do projeto.

Os recursos necessários à sua abertura decorrem de anulação de dotações orçamentárias, sendo R$1.000.000,00 oriundo da ação de Transferência e Renda Diretamente a Pessoas Residentes no País (Lei nº10.835/2004), no Município de Santo Antônio do Pinhal – SP, e R$1.350.000,00 da ação de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica, no Estado do Paraná, conforme indicado no Anexo II do projeto.

De acordo com a Exposição de Motivos — EM nº 00178/2013 MP, de 11 de outubro de 2013, a solicitação visa a inclusão de categorias de programações no orçamento vigente no Fundo Nacional de Assistência Social, com vistas a viabilizar a adequação de emendas constantes do orçamento, por solicitação de seus autores, Senador Eduardo Suplicy e Deputado Fernando Francischini, para possibilitar a Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica no Município de Santo Antônio do Pinhal e no Estado do Paraná.

Segundo a EM, o crédito será viabilizado na conta de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320/1964, obedecidas as prescrições do art. 167, V, da Constituição Federal de 1988.

Ressalta a EM, em vista do art. 38, § 7º, da LDO/2013, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, pois se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Executivo para priorização da nova programação, as quais serão executadas dentro dos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.995, de 2013, conforme estabelece o § 2º do art. 1º deste decreto.

O Executivo acrescenta que o crédito decorre de solicitação formalizada pelo Ministério envolvido, segundo o qual a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, pois o remanejamento foi decidido com base em solicitações dos Parlamentares autores das emendas, e destaca, por fim, que os eventuais ajustes necessários ao PPA 2012-2015, em decorrência das alterações decorrentes do presente crédito especial, deverão ser realizadas de acordo com o § 4º do art. 21 da referida lei.

Ao projeto foram apresentadas 19 emendas.

É o relatório.

(...) Compete à Comissão Mista de Orçamento examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei de créditos adicionais. (...)

O projeto de lei em análise mostra-se coerente com o que dispõe a Lei nº 4.320, de 1964, segundo a qual os créditos especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual em vigor(...). Além disso, as fontes de financiamento indicadas (anulação de dotações orçamentárias) revelam-se idôneas, a teor do que dispõe o art. 43, § 1º, da mesma lei.

O projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem Presidencial nº 428/2013, datada de 14 de outubro de 2013. Anexa ao projeto está a EM nº178/2013 MP, de 11 de outubro de 2013, em atenção ao art. 38, § 6º da LDO/2013. Além disso, em obediência ao art. 38, § 1º da LDO/2013, o projeto apresenta apenas créditos adicionais de natureza especial.

A programação proposta pelo projeto acarreta acréscimo e redução da fonte 100 (recursos ordinários) em todas as rubricas envolvidas, de modo que não há o envolvimento de fontes vinculadas para a alteração proposta.

A propósito do que dispõe o art. 38, § 7º da LDO/2013, a EM esclarece que as alterações decorrentes da abertura do crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, pois se refere a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Executivo para priorização da nova programação, as quais serão executadas dentro dos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.995/2013, conforme estabelece o § 2º do art. 1º deste decreto.

Quanto ao mérito, o crédito em exame, segundo o nosso juízo, evidencia-se meritório, uma vez que, de acordo com a já mencionada Exposição de Motivos, ele permitirá a realização das ações acima descritas, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Quanto às emendas apresentadas, nota-se que elas pretendem a aplicação dos recursos nas mesmas atividades de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica ou Especial, apenas em localidades diversas das solicitadas pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em solicitação feita pelos Parlamentares autores das emendas originais, razão pela qual são devidamente conhecidas e, no mérito, rejeitadas, uma vez que se destinam ao mesmo tipo de atividade, sem prejuízo de nova apreciação da matéria em oportunidade futura.

(...) Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 16, de 2013, do Congresso Nacional, na forma apresentada pelo Executivo.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

Gostaria de acrescentar que se trata de um entendimento feito com a própria Ministra Tereza Campello, em audiência de 1º de agosto último, na presença do Prefeito Clodomiro Júnior, de Santo Antônio do Pinhal, no que diz respeito à emenda sobre a qual me referi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Senador Suplicy. Percebe-se, como sempre, o empenho de V.Exa. em discutir em profundidade o tema, indo discutir com a Ministra da Pasta e, com certeza, com grande sucesso para o Ministério. Muito obrigado.

O Relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Para discutir, com a palavra o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Apenas, Presidente, para informar que foram feitos cancelamentos de emendas parlamentares, porque as fontes são as mesmas do programa para desenvolver a ação. Mas eu fiquei um pouco triste, porque o nobre Relator rejeitou duas emendas que eu apresentei a esse Relatório para beneficiar cidades necessitadas, Senador Suplicy. Uma delas é Caculé, um Município distante, sofrido, do Semiárido, seco, e essas ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome poderiam ajudar.

Então, eu poderia destacar, mas não vou fazê-lo, mas espero que os Relatores tenham a sensibilidade de poder, nessas questões, sempre observar as emendas parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Permite um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Nobre Deputado Cajado, na verdade, havia uma emenda que foi por mim apresentada para iniciar um projeto de renda básica de cidadania no Município de Santo Antônio do Pinhal. A Ministra avaliou que não seria o caso de começar de pronto antes de haver uma regulamentação da Lei nº 10.835, que visa a instituição por etapas da renda básica de cidadania. Então, ela propôs que

houvesse uma substituição do propósito da emenda, mas para aquele mesmo Município.

Essa foi a razão pela qual assim foi acordado. Eu espero poder contribuir em futuro próximo para os objetivos dos Municípios designados pelo Deputado Cajado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador.

Está encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

O Relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora coloco em votação na representação do Senado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontra. *(Pausa.)*

Está também aprovado por unanimidade.

Registro aqui a presença do Presidente da AJUFE — Associação dos Juízes Federais do Brasil.

Passo a seguir a deliberação do Item nº 17, PLN nº 17/2013, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça do Trabalho e de Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$48.013.037,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente"*. O Relator é o Deputado Severino Ninho. Não foram apresentadas emendas. O voto é pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Poder Executivo.

Eu agora passo a palavra ao Relator *ad hoc*, Deputado Weverton Rocha, para a apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotação já constante da Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 12.798,

de 4 de abril de 2013) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 38 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO/2013).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 17, de 2013-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Weverton Rocha.

O Relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O Relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

*A*provado.

Coloco agora em votação na representação do Senado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu apenas gostaria de cumprimentar V.Exa. e os demais membros desta Comissão. Ontem manifestei minha preocupação a respeito das contas do Governo — e principalmente diante do Relatório apresentado pelo nobre Deputado Danilo Forte, cujas emendas propostas por este Parlamentar não foram, na sua inteireza, aceitas, principalmente aquelas que diziam respeito à contabilidade —, da maquiagem que o Governo tem feito para a sua contabilidade, no intuito de evitar essa maquiagem e de deixarmos clara a perseguição para o superávit primário. Está estampado hoje — o Deputado Danilo não está aqui, mas V.Exa., como amigo, defensor e partidário, transmitirá a ele —, em plena primeira página do jornal *Folha de S.Paulo*, a manchete: *"Desconfiança no Governo Dilma faz dólar ter forte alta"*.

Além disso, o Real teve a maior desvalorização entre as moedas emergentes mais negociadas. O que equivale dizer que é justamente o que eu disse ontem. E V.Exa. dizendo que muitos pensam diferente, muitos adotam uma postura diferente! Mas quem está dizendo isso é o mercado, Presidente! Eu sei que V.Exa. não é investidor em dólar, mas o País necessita que suas reservas não tenham essa desvalorização, porque prejudica muito a balança comercial do Brasil.

Então, eu quero dizer que o nosso País, se não mantiver o controle sobre as suas finanças, sobre os gastos públicos, vai sofrer especulação dentre os países emergentes, porque as contas estão fragilizadas. Está claro, quando diz aqui: *"A deterioração da confiança no Governo Dilma, especialmente em relação ao gasto público, tem feito com que essa falta de credibilidade incorra"*.

Por outro lado, na avaliação de analistas, o Governo tem dificuldades em cortar o próprio gasto. É justamente isso que eu tentava, através das emendas que fizemos, evitar. A leitura do mercado tem sido negativa sobre a postura do Governo. Por outro lado, se V.Exa. for ver, as dívidas sobre o controle de gasto do Governo fazem o dólar disparar.

A matéria diz que *"o Governo tem dificuldades em cortar o próprio gasto e a política intervencionista demonstra ter aversão ao lucro. A política fiscal é uma sucessão de equívocos e maquiagens"*. Está aqui, dito claramente no jornal *Folha de S.Paulo*.

Eu estava em missão oficial e não pude lutar pelo destaque. Mas nós vamos votar em plenário. Parece-me que já está convocada uma sessão do Congresso para o dia 19, e nós vamos discutir lá os destaques para os quais já estou colhendo as assinaturas. E espero, Presidente, que V.Exa. me dê razão e apoiamento, porque essa não é uma questão de Governo ou de Oposição, essa é uma questão que vai deixar o País mais ou menos vulnerável. E isso pode prejudicar não apenas o País, mas o setor produtivo nacional, aqueles que têm preocupação com a alta da inflação, porque o dólar é um ponto nessa esfera que conjuga juros, inflação e, principalmente, o Custo Brasil.

Daí porque eu peço o apoiamento dos membros da Comissão. Essa não é uma atitude das Oposições, pelo contrário, sempre nos debruçamos sobre isso. Agora, o que nós votamos da alteração da LDO, de tirar a meta de superávit para uma intenção, é que faz com que o mercado veja como foi feito no ano passado, essa antecipação dos lucros das estatais, e que o Governo está agindo de forma descontrolada.

O que está sendo pautado pela imprensa agora é o elevado gasto com o Seguro-Desemprego e com a Previdência, que não estavam previstos. E uma das emendas que o Relator não aceitou é um absurdo. Eu não quis nem discutir com o Deputado Danilo Forte aqui, para não ficar nesse debate, mas ele colocou... Se o Governo coloca como estimativa de receita um valor, vamos supor 1 bilhão de reais, desonera para o setor produtivo, alguns deles. E não reestima essa receita? Presidente, isso não tem lógica!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, tem lógica. O Relator lhe contrapôs no mesmo momento, dizendo que você pode fazer desoneração em determinado imposto e ser compensado com outro imposto, completando, por exemplo, a base de cálculo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - E por que não reestima? É isso, mas o Governo tem que reestimar. É justamente isso. Faça a compensação. Quanto é que vai perder? Um bilhão? E quanto é que espera arrecadar? Quinhentos milhões? Reestima para 500. Ou, se vai perder 1 bilhão e vai arrecadar 1,5 bilhão, reestima para 1,5 bilhão, mas não fazer essa reestimativa. É um equívoco do Deputado Danilo...

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - V.Exa. me permite um comentário?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - ...porque o que ele falou foi um absurdo tão grande que eu gostaria de discutir isso no plenário do Congresso. Por que não é possível reestimar? A reestimativa não significativa que vai ser para menos. Pode ser para mais. Mas o Governo não reestimar é maquiagem, Presidente, porque o que for entrar ele vai computar como excesso de arrecadação.

Então, V.Exa., que tem um procedimento de lógica e de bom senso, há de me dar razão. Todos hão de me dar razão.

Nenhum jornal vai fazer uma política dessa contra o País. Nenhum Parlamentar vai querer vulnerabilizar o nosso País. Pelo contrário. Agora, nós não podemos assinar embaixo de uma situação tão absurda como essa. É um absurdo isso!

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Deputado Cajado, V.Exa. me permite um comentário?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Bruno, antes de dar a palavra a V.Exa., o Deputado Florence também pediu a palavra. Então, por razão de inscrição, passo a palavra ao Deputado Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, se for um aparte...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas eu não terminei. Eu ia conceder um aparte.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas eu concedo o aparte ao Deputado Florence, baiano, meu conterrâneo, amigo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, ele quer falar.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Agradeço a gentileza, Deputado Cajado, mas eu não pedi aparte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Bruno com a palavra.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Primeiro, quero cumprimentar o Deputado Cajado. Esse é um debate que supera a disputa Governo e Oposição.

O Deputado Cajado tem trazido, nos momentos mais importantes, essa reflexão. Essa questão tem se repetido ao longo dos finais de ano, ao longo do fechamento das contas do Governo, de modo especial nos últimos 2 anos. De forma muito clara, Deputado Cajado, o que se estabelece em relação a esse momento é que, muito mais do que afirmação por parte do Governo, que vinha cumprindo fundamentos e metas da macroeconomia, vale na economia, tanto quanto isso, a percepção. E a percepção do momento é absolutamente contrária.

Começa a se estabelecer, do ponto de vista... E quando nós falamos no mercado internacional, estamos falando de um país, o Brasil, que tem apenas 2% do PIB mundial e os 98% que estão fora começam a gerar e a criar uma percepção completamente diferente em relação à credibilidade dos nossos números. Esse é o reflexo no dólar e esse é o reflexo na nossa macroeconomia.

Era esse o comentário.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É aquela questão, em relação ao mercado, as contas públicas... É aquela questão do César. À mulher de César não é crível ser honesta, ela tem que parecer ser honesta. É a mesma coisa. Ao mercado não parece... Essas maquiagens... Acho que a matéria só se esqueceu de dizer da maquiagem das mulheres, para ficarem mais lindas do que já são, como uma perfeita tradução do que é a natureza.

Então, fora isso, o Governo não tem que fazer maquiagem, Sr. Presidente. Pelo contrário, não se casa, não combina, não tem química o Governo querer fazer maquiagem nas suas contas.

Portanto, eu peço a V.Exa. que conste em ata, porque eu faço questão de dizer que sou frontalmente contra esse tipo de postura, seja neste ou em qualquer outro Governo. E a conta quem vai pagar e quem está pagando é o povo, porque a tal da carestia, que nós chamamos de inflação e o povo chama de carestia, já está nas prateleiras dos mercados. Com o aumento da gasolina e com o ano que vem... Porque o que nos preocupa é que essa questão dos Estados Unidos, com a prorrogação que o Congresso deu até o final de janeiro, se não for prorrogado, se atingir o tal do *default*, isso pode ter uma consequência terrível para o Brasil, porque, dos BRICS e dos países emergentes, principalmente na América do Sul, é o mais vulnerável.

Mas eu não quero tomar tempo da Comissão.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Cajado. Peço à Secretaria desta Mesa que providencie a transcrição do discurso do Deputado Cajado e inclua-o na ata de ontem.

Com a palavra o Deputado Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro, salvo informação mais precisa, dia 19 nós teremos sessão conjunta para apreciação de vetos. Então, eu acho que... Não sei se já está convocada...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Você viu aqui a sua fotinha (sic) bonita no *Correio Braziliense* de hoje, falando sobre maquiagem?

Pois não, desculpe, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - O que não quer dizer que ele use pouca maquiagem para... *(Risos.)* Não, nada contra, Cajado é um amigo que...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Esse negócio de ser metrossexual não é comigo. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Mas, Presidente, acho que, provavelmente, dia 20, haverá uma sessão conjunta que possa apreciar. Eu acho que dia 19, se não me engano, será a apreciação dos vetos.

Bom, de qualquer forma, eu gostaria de registrar que é inteiramente legítima a posição do Deputado Cajado e também, obviamente, dos articulistas e de setores da imprensa, mas há posições distintas também na imprensa nacional, inclusive no dia de hoje. Outro jornal de grande circulação veicula os esforços do Governo, da Fazenda, alude ao Secretário Arno Augustin e à Ministra Ideli, para conter, digamos assim, a evolução de um ambiente de expectativas negativas que não correspondem aos dados objetivos da evolução fiscal do Governo brasileiro.

Nós tivemos audiência pública aqui com o Ministro Guido, com a Ministra Miriam; temos tido a prestação de contas regular do Secretário do Tesouro, do Secretário da Receita. É fato que temos tido uma evolução, digamos assim, volátil de indicadores. Exemplo de que a conjuntura internacional tem impactado a conjuntura nacional de

forma a incidir descontínua em alguns indicadores é que, depois da crise de 2008, em 2009, tivemos um dos maiores crescimentos que não estava previsto na LOA, um dos crescimentos do PIB mais expressivos da história recente do Brasil. Nós tivemos um PIB de 0,9% no ano passado, e a nossa previsão para este ano ultrapassa os 2,2% ou 2,3%; o Governo projeta 2,5%. Todo mundo sabe que o ambiente internacional e a intervenção do Banco Central americano têm contribuído para uma volatilidade do câmbio não só em relação à moeda brasileira.

Sempre é feita a comparação da situação econômica brasileira com a de outros países emergentes, mas as condições objetivas são muito distintas. O Brasil tem em curso um Programa de Aceleração do Crescimento, uma política macroeconômica que preserva o tripé, mas que também garante disponibilidade de recursos do AGU e de empréstimos com lastro da União para agricultores familiares, investidores de diferentes segmentos industriais e do comércio. Estão sendo feitas renegociações de dívidas de produtores e de Estados e Municípios. Então, se há, da parte do Governo Federal, rigor fiscal, há também a necessidade de muita parcimônia nas críticas.

Ainda hoje, um jornal de grande circulação alude à tramitação no Congresso Nacional, inclusive na Comissão de Finanças e Tributação, de um conjunto de projetos de Parlamentares que criam despesa de grande monta e que, certamente, são considerados por nós do Governo inoportunos.

Portanto, claro que vamos fazer o debate do destaque, vamos fazer o debate no plenário, mas há números robustos que contraditam a tese defendida por setores de oposição e por setores da imprensa. E não só o Governo, também outros setores da imprensa afirmam que, a despeito da evolução da crise mundial e da sucessão de providências do Governo Federal na busca de estabilidade macroeconômica, e também da sucessão de busca de temas de Parlamentares da Oposição para criticar a política macroeconômica — uma hora era a inflação que viria e seria inexorável, outra hora o PIB que era “pibinho” —, e pela sucessiva frustração dessas críticas, agora se está maximizando o tema da situação fiscal do País.

Nós temos convicção de que o parecer do Relator Danilo Forte vai obviamente a Plenário, vai sofrer destaques, emendas, vai ser debatido, mas sabemos que o orçamento é também uma sinalização para o mercado. Então, nós não podemos deixar de reconhecer que a política de desoneração tributária surtiu efeito positivo; os indicadores da Receita Federal são de que inclusive alguns segmentos que foram objeto de desoneração mantiveram o nível de emprego; também o gasto público teve evolução negativa — e isso foi apresentado na Comissão de Orçamento.

É claro que, com o aumento da disponibilização de recursos para a execução orçamentária, tem de haver o aumento do número de servidores e de servidoras. E o Estado brasileiro está, digamos assim, do tamanho necessário. Não podemos, em um ambiente de busca de desenvolvimento, de distribuição de renda, de execução de vultosos recursos no PAC, e assim por diante, querer que o Estado seja um Estado mínimo.

Então, acho que é uma busca de equilíbrio. Vamos debater o destaque apresentado pelo Deputado Cajado, mas nós não temos dúvida de que o mercado pode, a despeito da controvérsia, ter segurança para planejar seus investimentos no período futuro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Afonso Florence.

Eu passo a palavra agora ao Deputado Nelson Meurer, para proferir seu relatório.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 29, que *"abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R$ 44.308.421,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente"*.

O Relator é o Deputado Nelson Meurer. Foram apresentadas 32 emendas. O voto é pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo e pela rejeição das 32 emendas apresentadas.

O Relator está com a palavra, para a apresentação de seu relatório.

O prazo para destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO. Portanto, tem a palavra o Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, passo à análise do projeto.

Do exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes.

Com efeito, encontram-se satisfeitas as disposições constitucionais do art. 167, incisos V e VI, que vedam a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, bem assim a transposição ou remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra sem prévia autorização legislativa.

Sob a ótica legal, encontram-se plenamente atendidas as disposições do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Da mesma forma, há perfeita conformação do projeto às disposições constantes na LDO/2013, em especial quanto às prescrições do art. 38.

Registre-se ainda que os programas contemplados no crédito em questão constam no Plano Plurianual vigente (PPA 2012-2015), observando assim o disposto no art. 8º da citada norma.

Quanto ao mérito, no que tange às emendas apresentadas, todas admitidas, decidimos rejeitá-las, considerando que o seu acatamento ensejaria alteração significativa do projeto, com evidentes prejuízos às ações contidas nos programas de trabalho objeto do crédito, de indiscutível importância para o setor de desenvolvimento urbano.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2013-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo; e pela rejeição das Emendas de nºs 01 a 32 apresentadas à proposição.

Este é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Nelson Meurer.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1 do Congresso Nacional, de 2006, declaro inadmitida emenda indicada... Perdão. Perdão.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que queiram aprová-lo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Próximo item da pauta.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 34, de 2013, *"que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União, do Ministério das Relações Exteriores e das Secretarias de Assuntos Estratégicos, de Portos e da Micro e Pequena Empresa, crédito suplementar no valor de R$182.208.690,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".*

O Relator é o Deputado Ricardo Berzoini. Foram apresentadas cinco emendas. O voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado, pela aprovação das Emendas

de nºs 1 e 2, com indicação pela inadmissibilidade da Emenda nº 3 e pela rejeição das demais.

O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

O prazo para destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno desta Comissão.

Com a palavra o Relator, Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, caros Parlamentares, companheiros desta Comissão, a presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotação já constante da Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 12.798, de 04/04/2013) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 38 da Lei nº 12.708, de 17/08/2012 (LDO/2013).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Cabe apenas destacar que o processado encaminhado ao Congresso Nacional não contemplou no Anexo II a programação de R$500.000,00 relativa ao FAT, conforme consta da base de dados e da exposição de motivos.

O somatório dos cancelamentos indicados no Anexo II do avulso deste PLN totaliza R$173.298.048,00. O erro está sendo corrigido no substitutivo apresentado, com a inclusão dessa programação relativa ao FAT, a fim de totalizar os R$173.798.048,00 de cancelamentos propostos no art. 2º, inciso II, do texto do PLN.

Em relação às emendas apresentadas, a Emenda de nº 3 não pode ser acolhida por não conter os elementos necessários à identificação das programações alteradas com a devida justificação, conforme prescreve o art. 147 da Resolução nº 1 — CN, de 2006.

Quanto às Emendas de nºs 1 e 2, as modificações pretendidas apenas remanejam recursos dentro da própria unidade orçamentária, e considerando as razões contidas na justificação estão sendo acolhidas integralmente.

No que ser refere às Emendas de nºs 4 e 5, apesar de reconhecer o mérito contido em suas proposições, não foi possível atendê-las, uma vez que a aprovação dessas emendas prejudicaria as programações de âmbito nacional e do exterior a serem canceladas.

Por tais razões, propomos os seguintes votos às emendas apresentadas:

Emenda nº 1, pela aprovação; Emenda nº 2, pela aprovação; Emenda nº 3, pela inadmissibilidade; Emenda nº 4, pela rejeição; e Emenda nº 5, pela rejeição.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 34, de 2013-CN, na forma do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, nesta data assino como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Ricardo Berzoini.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1 — CN, eu declaro inadmitida a emenda indicada pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão e o prazo para a apresentação de emendas estão encerrados.

Portanto, o relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo, a seguir, à apreciação extrapauta do relatório apresentado ao PLN nº 26, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito,*

crédito suplementar no valor de R$ 1.389.085.155,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

O Relator é o Deputado Bruno Araújo. Foram apresentadas 33 emendas. O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas nºs 15, 19, 21, 24 e 32; e pela rejeição das demais.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O prazo de destaques será iniciado agora e finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do regulamento desta Comissão.

Com a palavra o Deputado Bruno Araújo.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, em relação ao relatório, primeiro, por questão semântica e ortográfica, faço a correção da expressão *"Sra. Presidente da República"*, na segunda linha do início do relatório.

Peço vênia a V.Exa. e passo à leitura do voto do Relator.

Do exame da proposição verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva reforçar dotações orçamentárias em programações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Observa-se ainda que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal; na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, e na Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.

Feitas as considerações, passa-se ao exame das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 26/2003, do Congresso Nacional.

As Emendas nºs 15 a 19, 21 a 24 e 32 propõem inclusão de programação nova em projeto de lei de crédito suplementar, o que é vedado pelo art. 109, inciso III, alínea "a", da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional.

Assim, indico as citadas Emendas ao Presidente da Comissão Mista Permanente a que se refere o parágrafo 1º, art. 166, da Constituição Federal, para que as declare inadmitidas, conforme demonstrativo anexo, nos termos do art. 146, da Resolução nº1/2006, do Congresso Nacional.

As Emendas nºs 1, 2, 4 a 6, 12 a 26, 31 a 33 oferecem, como cancelamento, programações decorrentes de alterações solicitadas pelos Srs. Parlamentares em emendas de sua autoria, conforme demonstrativo.

Verifica-se que há inadequação de valor das Emendas nºs 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23 e 24, por solicitarem individualmente créditos superiores aos cancelamentos propostos. Configura-se ainda insuficiência de recursos para o atendimento do conjunto das emendas que propuseram cancelamento na programação do Código 20JQ.0026, com dotação de R$1.300.000,00; e 20RK.0051, com dotação de R$27.200.901,00, por solicitarem acréscimos de, respectivamente, R$27.300.000,00 e R$58.000.000,00.

As Emendas nºs 11, 27 e 28 propõem cancelamento na Ação 0B18 — participação da União no capital, *Alcântara Cyclone Space,* ACS — num valor de R$12.500.000,00 e aumenta a participação da União proposta originalmente no presente crédito que tem como finalidade cumprir o acordo de integralização de capital devido pelo Brasil em 2013.

As Emendas nº 3, 7 a 10, 29, 30 e 32 propõem remanejamentos e ações de educação básica, subtítulo nacional, destinadas ao atendimento de necessidades identificadas no plano de ações articuladas no valor total de R$21.000.000,00 para beneficiar unidades da federação específicas em ações voltadas para a educação básica, a educação profissional e o ensino superior.

Assim, em se considerando a inadmissão das Emendas nºs 15 a 19, 21 a 24 e 32, em que pese os nobres propósitos de suas iniciativas, proponho rejeitar no mérito as Emendas de nºs 01 a 014, 020, 025 a 031 e 033 apresentadas ao Projeto de Lei nº 26 do Congresso Nacional, por considerar que o acatamento dos pleitos diverge do objeto precípuo do presente crédito anteriormente descrito.

Pelo exposto, por considerar que o projeto de crédito suplementar em exame não colide com dispositivos legais relativos à locação dos recursos, submeto a este colegiado meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 26, de 2013.

Faço ainda, Sr. Presidente, referência objetivamente aos pontos mais importantes dessa suplementação, pois se trata de recursos para o andamento da obra do projeto entre a binacional Brasil-Ucrânia no Estado do Maranhão, Estado de V.Exa., bem como um reforço adicional importante de 1 bilhão de reais para o financiamento da área de ciência e tecnologia e 109 milhões de reais de financiamento da administração do FIES.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bruno Araújo.

Antes de dar prosseguimento às formalidades e passar a palavra ao Deputado Claudio Cajado para discutir, quero agradecer a V.Exa. o carinho, o sentimento de cidadão brasileiro em ajudar um projeto tão importante para o País, como é o da Base Aérea de Alcântara, que não está no Estado de V.Exa. Mesmo assim, percebi preocupação grande de V.Exa., Deputado Bruno Araújo, em relação a essa Base que representa tanto para todos os brasileiros, como para o País como um todo. Trata-se daquela Base que nos insere no restrito clube dos países detentores de tecnologia para o lançamento de satélites na órbita do nosso planeta.

Em conformidade com o disposto do § 2º do art. 146 da Resolução nº 1 do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O Relatório está em discussão.

Passo a palavra ao Deputado Cajado para discuti-lo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, essa suplementação já vem até atrasada.

Quem teve a oportunidade de visitar Alcântara pôde ver que as obras da construção do sítio de lançamento estão paralisadas há muitos meses, e isso traz um custo adicional ao Governo brasileiro, afora a questão da credibilidade.

O que acontece é que no acordo binacional Alcântara/Ucrânia — e tenho a satisfação de ser o Presidente do Grupo Brasil/Ucrânia — assumimos a responsabilidade pela construção do sítio de lançamento da Alcântara Cyclone Space, e os ucranianos ficaram com a responsabilidade de construir o foguete, o Veículo Lançador de Satélites — VLS. Falta ainda chegarmos à iniciativa da construção do satélite.

O Brasil, em parceria com a China, está lançando um satélite de meteorologia, cujo lançamento será feito na China, no dia 2 de dezembro. O Ministro Raupp, inclusive, convidou-nos para estarmos presentes nesse evento. É um marco importante para o Brasil, mas o nosso desejo é que tenhamos o ciclo completo: o nosso sítio de lançamento, o foguete e o próprio satélite. Para isso, é importante que priorizemos essa questão.

Essa suplementação já vem tarde.

Com esses 150 milhões conseguimos pagar os débitos, mas ainda faltam 52 milhões, se não me engano, para retomarmos as obras, além de outros quase 4000 milhões no ano que vem.

É importante que priorizemos essa questão. Ou seja, V.Exa. avalia que, como Deputado de Oposição, estamos fazendo uma defesa do Governo, como eu fiz em relação à maquiagem. Não existe governo e oposição em questões estratégicas para o Brasil. E essa questão de lançamento de foguete, de satélite, de comunicação, de tecnologia nuclear, é de Estado.

É fundamental que o Brasil disponha dos meios para poder estar inserido entre os países que se consideram emergentes e com tecnologia própria.

Daí por que votamos favoravelmente ao PL relatado pelo Deputado Bruno Araújo. Esperamos que o Governo priorize essa questão.

Eu voltei recentemente de uma viagem à China e devemos aprender com os chineses a planejar. O governo chinês, dadas as diferenças — não vou entrar no mérito — planeja ações com 10 anos, 15 anos de antecedência. Esse projeto começou esboçado em 500 milhões, já está em 1 bilhão. Veja a diferença estrondosa para o início dos estudos — E talvez os recursos não deem para chegarmos à conclusão.

Portanto, o que o Brasil precisa é planejar e fazer bons projetos, e não o que estamos acostumados a fazer: "puxadinhos" de projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Não havendo mais quem queira discutir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

O Relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos agora à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 30, de 2013, incluído extrapauta, *"que abre o Orçamento Fiscal da União em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa crédito suplementar no valor de R$404.152.417,00 para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente"*.

Relator, Deputado Claudio Cajado.

Foram apresentadas 3 emendas. E o voto é pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Poder Executivo e pela rejeição das 3 emendas apresentadas.

O Relator está com a palavra para a discussão do seu relatório e o prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno desta Comissão.

Portanto, está com a palavra o Relator, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, O PLN nº 30 abre ao orçamento fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito

suplementar de R$ 404.152.417,00, para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Como o relatório foi distribuído, eu apenas informo que foram propostas três emendas, mas vamos rejeitá-las.

Voto do Relator:

Do exame da proposição, comunicamos que a inciativa do Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Quanto ao mérito, entendemos que as alterações propostas no projeto contribuem para o alcance dos objetivos traçados no PPA 2012/2015 e que refletem a necessidade de ajuste manifestada pelo órgão orçamentário.

Quanto à apresentação das emendas, entendemos que todas são meritórias e adequadas no que tange à programação de despesa, cujo acréscimo é proposto.

Contudo, verifica-se a incompatibilidade da fonte proposta para o cancelamento em relação ao propósito do acréscimo.

Em vista da incompatibilidade da fonte, somos pela rejeição.

Diante do exposto, portanto, somos pela aprovação do PLN nº 30, de 2013, nos termos proposto pelo Poder Executivo.

É o relatório e voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Coloco o relatório em votação na representação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Comunicação aos Parlamentares presentes e à imprensa aqui também presente: esta Comissão resolveu ampliar seus informativos, suas informações aos gabinetes de todos os Parlamentares, e não apenas aos Parlamentares membros desta Comissão.

Portanto, a partir de agora, o serviço de envio de mensagens pelo celular, o SMS, será estendido aos gabinetes de todos os Parlamentares, conforme dito.

A Secretaria fará uso desse serviço para manter contato rápido, para avisar prazos finais de emendas, votações e outros assuntos importantes.

Os Parlamentares interessados, bem como imprensa, deverão preencher o formulário destinado ao Chefe de Gabinete ou funcionário não membro da CMO constante na página da CMO na Internet. Após, deverá entregar o formulário devidamente preenchido e assinado à Secretaria desta Comissão para que os registros possam ser efetuados.

Com a palavra o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

V.Exa. vai manter a sessão às 18 horas ou vai encerrar? E amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou cancelar a reunião de hoje das 18h. Irei encerrar esta reunião, convocando uma nova reunião para 14h30min da próxima terça-feira.

Muito obrigado pela presença, nobres Parlamentares, imprensa, assessores, que Deus os acompanhe.

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 12 E 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Aos doze e treze dias do mês de novembro de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenários 2 e 8 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 17 de 2013. Durante esse período, verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Andre Moura, Bohn Gass, Bruno Araújo, Carlos Magno, Claudio Cajado, Fábio Ramalho, Giovani Cherini, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Ricardo Berzoini, Roberto Teixeira, Ruy Carneiro, Severino Ninho, Weliton Prado e Weverton Rocha; dos **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lobão Filho, Walter Pinheiro e Wilder Morais; dos **Deputados Suplentes**: Ademir Camilo, Afonso Florence, Alex Canziani, Alexandre Leite, Carlos Brandão, Chico Lopes, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Gera Arruda, Jorge Bittar, José Priante, Junji Abe, Missionário José Olimpio, Oziel Oliveira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Valtenir Pereira e Walter Ihoshi; dos **Senadores Suplentes**: Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy e Inácio Arruda; e do Deputado Não Membro Cláudio Puty. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Danilo Forte, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Marcos Montes, Rose de Freitas, Sandro Alex e Zezéu Ribeiro e os Senadores Titulares Lúcia Vânia e Randolfe Rodrigues. **ABERTURA:** às 14h49 do dia 12 de novembro, havendo número regimental para abertura, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, Senador Lobão Filho, declarou iniciados os trabalhos. Logo após, solicitou dispensa da leitura das Atas da 8ª Reunião Ordinária, ocorrida em 17, 18, 24 e 25 de setembro e em 2, 8, 9, 16, 22 e 24 de outubro de 2013; 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de outubro e 5 de novembro de 2013 e 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2013. Foi atendido pelo Plenário. Em deliberação, as Atas foram **aprovadas** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **AVISO:** o Presidente informou aos Parlamentares designados Relatores de Projetos de Lei referentes a créditos adicionais que segundo o *art. 106 da Resolução nº1 de 2006-CN*, essas matérias somente podem ser deliberadas pela CMO até o dia 20 de novembro. Dessa forma, solicitou celeridade aos Relatores que ainda não entregaram seus Relatórios. Logo após, o Deputado Cláudio Cajado solicitou a palavra, pela ordem, para enfatizar que concordou com o aviso feito pelo Presidente. Além disso, o Deputado informou sobre a presença do Prefeito do Município de Lajedão/BA e comentou sobre a

marcha dos prefeitos. Tal comentário deu origem a um debate, o qual teve como cerne a votação da PEC nº 39/2013, efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os Municípios e contrapartidas para celebração de convênios. Participaram do debate, além do Deputado Cláudio Cajado, o Presidente, os Deputados Weverton Rocha e Lourival Mendes e o Senador Ivo Cassol. A seguir, a pedido do Deputado Cláudio Cajado, o Presidente esclareceu que havia acordo para votação dos itens de nº 3, 5 e 9 da Pauta, Relatórios aos Projetos de Lei nº 24 e 31/2013 e ao Aviso nº 33/2009, respectivamente. **ORDEM DO DIA:** o Presidente apresentou Requerimento para inversão da Pauta, passando-se à imediata apreciação dos itens 3, 5 e 9, nessa ordem. Em deliberação, o Requerimento foi **aprovado**. **3. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 24/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R$ 1.528.000,00 (hum milhão, quinhentos e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Lourival Mendes. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O Relator apresentou seu Relatório. Somente o Deputado Cláudio Cajado discutiu a matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **5. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 31/2013**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Educação, crédito especial no valor de R$ 320.781.825,00 (trezentos e vinte milhões, setecentos e oitenta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Jorge Bittar. Foram apresentadas 36 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de n°s 01, 02, 04, 05, e 08 a 36, e pela rejeição das demais. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou inadmitidas as emendas sugeridas pelo relator. O Relator apresentou seu Relatório. Somente o Deputado Cláudio Cajado discutiu a matéria. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade, ressalvado o único destaque apresentado. **Apreciação do destaque nº 001**, de autoria do Deputado Alex Canziani, referente à emenda nº 3, do Deputado Nilton Capixaba. Voto do relator: pela aprovação. O destaque foi **aprovado** por unanimidade. **9. RELATÓRIO APRESENTADO AO AVISO Nº 33/2009-CN**, que "encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009". (Apensados: AVN 22/2011, AVN 25/2011, AVN 3/2012, AVN 46/2009, AVN 1/2010, AVN 9/2010, AVN 27/2012, AVN 17/2010, AVN 35/2010, AVN 1/2011, AVN 7/2011, AVN 18/2011, AVN 18/2012, AVN 1/2013 e AVN 10/2013). Relator: Deputado Bohn Gass. Voto: pelo arquivamento das matérias. O Relator apresentou seu Relatório. Discutiu a matéria o Deputado Cláudio Cajado. O Relatório foi **aprovado**, contra o voto do Deputado Claudio Cajado, na representação da Câmara dos Deputados, e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. Logo após, o Deputado Jorge Bittar pediu a revisão da votação do destaque aprovado quando da votação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 31/2013, uma vez que ele alegou

ter ocorrido equívoco em seu parecer, tendo em vista que a vontade do Deputado era que o destaque fosse rejeitado, contudo, por lapso, ele manifestou-se favorável à aprovação. O Presidente, na sequência, explicou que regimentalmente não havia forma de corrigir-se o equívoco na Comissão, era necessário fazê-lo no Plenário do Congresso Nacional. A seguir, o Deputado Afonso Florence apresentou requerimento para serem incluídos na pauta os Relatórios aos Projetos de Lei nº 42, 33 e 22/2013–CN, que foi **aprovado por uanimidade**. Às 15h34 o Presidente suspendeu os trabalhos, convocou sua continuação para o dia 13 de novembro, às 14h30, e cancelou a Reunião Extraordinária convocada para 18h. No dia 13 de novembro, às 14h41, o Presidente reiniciou a Reunião. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **AVISO**: o Presidente informou que a partir da semana seguinte passaria a utilizar o cronômetro instalado no Plenário da Comissão para que os prazos regimentais de uso da palavra possam ser observados. A seguir, o Deputado Cláudio Cajado fez uso da palavra para comentar o aviso feito pelo Presidente, bem como para questionar sobre a deliberação de alguns itens da Pauta. Logo após, o Presidente solicitou assinaturas para Requerimento que visava à submissão de emenda ao PLDO a votos no Plenário do Congresso Nacional, quando da deliberação da matéria. **8. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 36/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor de R$ 737.989.256,00 (setecentos e trinta e sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e cinquenta e seis reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Wilder Morais. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O Relator apresentou seu Relatório. Ao discutir a matéria, o Deputado Claudio Cajado solicitou o adiamento da apreciação da matéria para a próxima semana, e com a concordância do Relator Senador Wilder Morais e do Presidente, esta foi **adiada** para o dia 19/11/2013, às 14h30min. Conforme o disposto no *parágrafo único do art. 110 da Resolução n°1/2006*, do Congresso Nacional, o Presidente anunciou a apreciação do **RELATÓRIO APRESENTADO À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 626/2013-CN,** que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 2.531.486.253,00 (dois bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais), para o fim que especifica". Relator: Senador Wilder Morais. Foi apresentada uma emenda. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 01. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional,* o Presidente declarou **inadmitida** a emenda n° 1, indicada pelo relator. O Relator apresentou seu Relatório. Não houve quem quisesse discutir a matéria. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. Na sequência, o Presidente

anunciou a presença das Deputadas da República de Cabo Verde, Graça Maria Lopes de Carvalho Sanches, Anilda Ineida Monteiro Tavares e Susete Soares Muniz. **3. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 18/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Zezéu Ribeiro. Foi apresentada uma emenda. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade da emenda n°1. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Alex Canziani como Relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou inadmitida a emenda n° 1, indicada pelo Relator. O Relator apresentou seu Relatório. Não houve quem quisesse discutir a matéria. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **5. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 28/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Pesca e Aquicultura, crédito especial no valor global de R$ 28.400.000,00 (vinte e oito milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Osvaldo Reis. Foram apresentadas 69 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de n°s 02, 04, 07, 32, 33, 47 e 54, e pela rejeição das demais. O Deputado Claudio Cajado solicitou o adiamento da apreciação da matéria para a próxima semana, e com a concordância do Presidente, esta foi **adiada** para o dia 19/11/2013, terça-feira, às 14h30min. **11. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 22/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Aelton Freitas. Foram apresentadas 04 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade da emenda n° 04, e pela rejeição das demais. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Giovani Cherini como Relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou inadmitida a emenda n° 4, indicada pelo relator. O Relator apresentou o Relatório. Não houve quem quisesse discutir a matéria. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **12. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 33/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União e da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R$ 46.743.678,00 (quarenta e seis milhões, setecentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e oito reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Ivo Cassol. Foram apresentadas 8 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de n°s 1, 5, 6 e 7, e pela rejeição das demais. Ausente o Relator, foi designado o Senador Casildo Maldaner como relator *ad hoc*. Em conformidade com o

disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou inadmitidas as emendas de n°s 1, 5, 6 e 7, indicadas pelo Relator. A seguir, o Relator apresentou o Relatório. Somente o Deputado Cláudio Cajado discutiu a matéria. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **7. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 32/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 839.651.997,00 (oitocentos e trinta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, novecentos e noventa e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Ricardo Ferraço. Foram apresentadas 23 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de n°s 3 a 6, 9 a 13, 15 a 20, e 23, e pela rejeição das demais. O Deputado Claudio Cajado solicitou o adiamento da apreciação da matéria para a próxima semana, e com a concordância do Presidente, foi **adiada** para o dia 19/11/2013, às 14h30min. **13. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 42/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R$ 51.002.603,00 (cinquenta e um milhões, dois mil e seiscentos e três reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". Relator: Senador Randolfe Rodrigues. Foi apresentada 1 emenda. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade da emenda n° 1. Ausente o Relator, foi designado o Senador Walter Pinheiro (PT/BA) como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Naciona,* o Presidente declarou inadmitida a emenda n° 01, indicada pelo relator. O Relatório foi apresentado. Não houve quem quisesse discutir a matéria. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. A seguir, foi apresentado Requerimento para inclusão na Pauta dos Relatórios aos Projetos de Lei nº 11 e 14-CN. O Deputado Cláudio Cajado manifestou-se contrariamente à inclusão dessas matérias na Pauta. Contudo, após o Presidente argumentar que esses Projetos de Lei não seriam deliberados naquela Reunião, o Deputado concordou com a inclusão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado**. Ao ser anunciada a apreciação do Relatório da Receita ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN, o Deputado Cláudio Cajado alegou que a deliberação deveria ser adiada. O Senador Walter Pinheiro argumentou contrariamente e defendeu a apreciação da matéria. Dessa forma, o Presidente anunciou que caberia ao Plenário decidir se o Relatório da Receita seria deliberado ou não. Após o anúncio, levantou-se debate acerca de temas do Relatório, do qual participaram os Deputados Cláudio Cajado e Jorge Bittar e os Senadores Walter Pinheiro e Wilder Morais, além do Presidente. Durante o debate, retornou ao recinto o Deputado José Priante, Relator do Projeto de Lei nº 40/2013-CN, fato que fez o Presidente anunciar o início da apreciação dessa matéria. **9. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 40/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento, do Turismo e das Cidades, crédito suplementar no valor de R$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado José Priante. Foram apresentadas 175 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de n°s 28 a 32, 36 a 42, 64, 65, 71, 74, 128 a 130, 132, 133, 136, 137, 147 e 148; e pela rejeição das demais. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou inadmitidas as emendas de n°s 28 a 32, 36 a 42, 64, 65, 71, 74, 128 a 130, 132, 133, 136, 137, 147 e 148, indicadas pelo Relator. O Relator solicitou a dispensa da leitura de seu Relatório e foi atendido. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **1. RELATÓRIO DA RECEITA** apresentado ao **PROJETO DE LEI Nº 9 DE 2013-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014". (PLOA para 2014). Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim. Foram apresentadas 2 emendas, sendo uma de Receita e outra de Renúncia de Receita. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes da aprovação das 08 (oito) emendas de Relator, sendo pela aprovação parcial da emenda nº 2973.0001 à Receita, e rejeição da emenda nº 9041.0001 à Renúncia de Receita. O Relator apresentou seu Relatório, bem como as duas Erratas entregues à Comissão. A seguir, o Deputado Cláudio Cajado argumentou que, segundo o *art. 128 da Resolução nº 1/2006 – CN*, deveria haver o prazo de 48 horas para análise das Erratas, além de solicitar a suspensão da Reunião por 15 ou 20 minutos para estudá-las. Sobre o assuntou, o Senador Eduardo Amorim argumentou que as Erratas corrigiram apenas erros estatísticos e de essência. Novamente fez uso da palavra o Deputado Cláudio Cajado, alegando que Requerimento de sua autoria não havia sido lido. O Presidente, na sequência, respondeu que o Requerimento não foi lido porque já havia sido atendido e que a *Resolução nº 1/2006 – CN* não prevê o prazo de 48 horas para análise de Erratas. A seguir, às 15h46, o Presidente anunciou a suspensão da Reunião pelo prazo de 10 minutos. Às 15h52 os trabalhos foram retomados. O Presidente, nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, quanto às emendas apresentadas, bem como as de Relator. A solicitação foi **aprovada** por unanimidade. Em votação, o **Relatório** e as **Erratas de nºs 1 e 2** foram **aprovados** contra o voto do Deputado Claudio Cajado, ressalvados os destaques. Foram apresentados 6 destaques. A seguir, o Presidente solicitou ao Plenário autorização para votação em globo, por tipo de voto de Relator, dos destaques. A solicitação foi **aprovada** por unanimidade. Destaques com voto do Relator pela REJEIÇÃO: - 001, do Senador Wilder Morais, pela recomposição parcial da emenda de Relator nº 8099.0009; - 002, do Senador Wilder Morais, pela recomposição total da emenda de Relator nº 8099.0002; - 003, do Senador Wilder Morais, pela supressão parcial da emenda de Relator nº 8099.0008. Quando da votação em globo,

os destaques de nº 1, 2 e 3 foram **rejeitados**. Destaques com voto do Relator pela REJEIÇÃO: - 004, do Senador Walter Pinheiro, pela recomposição total da emenda de Relator nº 8099.0002; - 005, do Senador Walter Pinheiro, pela supressão parcial da emenda de Relator nº 8099.0008; - 006, do Senador Walter Pinheiro, pela recomposição parcial da emenda de Relator nº 8099.0009. Quando da votação em globo, os destaques de nº 4, 5 e 6 foram **aprovados** por unanimidade. Logo após, o Deputado Cláudio Cajado manifestou-se solicitando o encerramento da Reunião, manifestando-se contra a suspensão, uma vez que já houve a apreciação do Relatório da Receita. O Deputado também teceu comentários ao conteúdo do Relatório. Logo após, o Senador Eduardo Amorim apresentou réplica às palavras do Deputado Cláudio Cajado. Na sequência, o Senador Wilder Morais solicitou que constasse em ata que os destaques por ele apresentados possuíam o mesmo teor dos destaques apresentados pelo Senador Walter Pinheiro e foram entregues à Comissão primeiro. O Presidente explicou ao Senador Wilder Morais o motivo da rejeição de seus destaques. Além disso, argumentou que em atendimento ao Deputado Cláudio Cajado, encerraria a Reunião. **ENCERRAMENTO**: às 16h06, a reunião foi encerrada. Antes, o Presidente informou que caso o **Relatório Preliminar** apresentado ao **Projeto de Lei nº 9/2013-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014", fosse entregue na Secretaria da CMO naquela data, o prazo para apresentação de emendas seria nos dias 14 e 18 de novembro. Além disso, convocou reunião ordinária para o dia **19 de novembro, terça-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Lobão Filho, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 28 de 2013.

Coloco em votação o requerimento do Deputado Claudio Cajado em que solicita a dispensa da leitura da ata.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônicos localizados nas bancadas.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente. *(Pausa.)*

Não havendo discussão e conforme estabelecido na Alínea F do 8º artigo do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as seguintes Atas das reuniões: 8ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 17, 18, 24 e 15 de setembro, 2, 8, 9, 16, 22 e 24 de outubro de 2013; 3ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 30 de outubro e 5 de novembro de 2013, e 4ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 6 de novembro de 2013.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovadas.

Coloco agora as atas em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovadas.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária realizada no dia 7 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através de correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Aviso. Peço que a Secretaria desta Presidência comunique formalmente aos gabinetes dos Digníssimos Relatores: conforme dispõe o artigo 106, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os projetos de lei de créditos adicionais somente serão apreciados pela Comissão Mista de Orçamento até o dia 20 de novembro de cada ano.

O dia 20 de novembro será na próxima quarta-feira. Portanto, solicito aos Relatores dessas matérias que entreguem os seus relatórios o quanto antes, sob pena

de os projetos de lei serem enviados ao Congresso Nacional sem a votação desta Comissão.

Informo ainda que dos vinte e tantos relatórios dos PLNs que recebemos nesta Comissão, ainda faltam 13 relatórios para serem entregues pelos Digníssimos Relatores.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente, se V.Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu só tive a deferência de ser designado Relator de um único PLN e V.Exa., se não cumprir o prazo, poderá, *ad hoc*, nomear novos Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa., com muita competência, já relatou o seu PLN.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Um único, filho único, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mas todo mundo só recebeu um.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Foi? Então, eu acho que V.Exa. está certo em poder exigir a apresentação dos relatórios no prazo legal. Nós podemos até não votá-los, contanto que haja decisão do Colégio de Líderes nesse sentido. Agora, por falta de apresentação de relatórios...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Por omissão jamais, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Isso é muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Triste.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - E V.Exa. tem todo o nosso apoio para poder orientar aqueles que estão com esse mister e não desenvolveram ainda os seus relatórios.

Quero aqui, nesta oportunidade, Presidente, apresentar à Comissão o Prefeito da cidade de Lajedão, o Betão, que está ali atrás.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Da cidade de...?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Lajedão. Fica no extremo sul da Bahia. Nosso amigo Betão, que está na Marcha dos Prefeitos. Os Prefeitos da Bahia vieram em grande número participar da discussão sobre a penúria por que estão passando os Municípios brasileiros, em especial os Municípios baianos.

Há uma crise instalada nas Prefeituras. Os Prefeitos estão sem recursos e vieram aqui fazer alguns apelos, um deles principalmente no sentido de votarmos aqui a PEC 39, que é de autoria do Deputado Júlio Cesar, no intuito de aumentar em mais 2% o FPM, o que será de grande ajuda aos Prefeitos, às Prefeitas no intuito de poderem honrar seus compromissos.

Hoje existe uma espada na cabeça dos Prefeitos, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que nós defendemos, mas que é inflexível em relação à queda da receita e à manutenção de determinados índices, principalmente com gastos de pessoal. Ora, se a receita vem caindo continuamente e as despesas permanecem as mesmas, obviamente que, quando você tem uma diminuição da receita e as despesas você não pode proporcionalmente diminuir, há um aumento dos índices, principalmente de pessoal. E a Lei de Responsabilidade Fiscal não flexibiliza essas questões.

Nós vamos votar esta semana, Prefeito Betão, o projeto de lei que beneficia e estabelece o piso dos agentes comunitários de saúde e de epidemias. Isso vai gerar um acréscimo nas despesas de pessoal das Prefeituras. Os professores estão querendo aumentar o piso salarial para vigorar a partir do próximo ano. E aí? Como ficam os Prefeitos, os gestores municipais que precisam atingir o índice de 54%, no máximo, da Lei de Reponsabilidade Fiscal para não terem suas contas reprovadas e, o pior dos mundos, o não repasse das verbas voluntárias por descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal?

Portanto, é uma questão grave que está sendo discutida em Comissão Geral no plenário da Câmara dos Deputados, e nós aqui, com o apoio do Presidente, o Senador

Edison Lobão Filho, minoramos essas questões com a aprovação de recursos que vão ser direcionados aos Estados e Municípios brasileiros.

Devo até reconhecer que este ano a programação de liberação de recursos de emendas individuais, pelo menos as individuais, está acontecendo já no mês de outubro e agora novembro. Anteriormente demorava muito. Acho que isso é até fruto do entendimento que nós fizemos com o Governo, mas precisamos também liberar as emendas de Comissão, as emendas de bancada e as programações dos Ministérios, no intuito de amenizar o sofrimento dos Prefeitos.

Nós não vamos resolver essa questão com os Prefeitos, a não ser se votarmos a PEC 39. Essa é a solução que os Prefeitos desejam. E eu queria fazer esse registro em nome do Prefeito Betão, de Lajedão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não menos importante, Deputado Cajado, é informar ao Prefeito de V.Exa., Prefeito Betão, que esta Comissão, da qual V.Exa. é partícipe, também alterou questões fundamentais para sobrevivência e saúde financeira dos Municípios, como, por exemplo, a mudança dos prazos do CAUC, que muda radicalmente a vida dos Prefeitos, e principalmente na determinação, através da LDO, do nível de contrapartida dos Municípios e dos Estados com os convênios federais.

Antigamente vários convênios foram inviabilizados pelo tamanho da contrapartida exigida pelo Governo Federal, que era de 10%, 20%, 30%. E nós reduzimos isso na LDO para 0,1%, 0,2% e 0,5%, portanto, criando todas as condições para que os Municípios efetivamente possam fazer seus convênios. E isso é fruto do trabalho desta Comissão, do trabalho conjunto de todos os Deputados e Senadores que participam da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Em aditamento, duas emendas que foram apresentadas — e o Relator Deputado Danilo Forte aquiesceu — aumentam o prazo do procedimento simplificado de execução de emendas de 750 mil reais para 900

mil reais. Ou seja, isso é um benefício que também vai atender os Municípios brasileiros, sai de 750 mil a execução simplificada para 900 mil. E também a não penalização dos Municípios com a perda dos convênios quando a Caixa Econômica Federal não entregar no prazo fatal assinalado pelo decreto do Poder Executivo, porque antes, se não se cumpria o prazo por morosidade da Caixa Econômica Federal, o Município ou o Estado era penalizado com a perda do recurso. Agora isso não mais ocorrerá. Portanto, outros benefícios que a Comissão de Orçamento, a ser ratificado pelo Plenário do Congresso, na próxima sessão do dia 19, irá ratificar em benefício também dos Municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito bem.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. SENADOR IVO CASSOL - Só para contribuir nessa discussão do Deputado Cajado e do nosso Presidente, Senador Edison Lobão. Infelizmente, essa situação que os Prefeitos vivem hoje Brasil afora foi criada pelo próprio Congresso Nacional, quando aprova despesas sem ao mesmo tempo criar uma alternativa financeira para cobrir esses gastos.

Portanto, quando se cria aqui na Câmara ou no Senado, quando aprova projeto de lei com pisos salariais, ao mesmo tempo nós temos que juntamente definir de onde sairá o dinheiro para cobrir essas despesas, porque, quando a gente aumenta ou aprova o piso, é fácil, mas, quando você vai arrumar o recurso para cobrir o prejuízo que os Municípios estão passando, infelizmente parece um parto de elefante. É difícil de conquistar.

Portanto, eu também sou favorável esse aumento de 2% nessa PEC para ajudar os Prefeitos do Brasil afora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Ivo Cassol. Com a palavra o Deputado Weverton Rocha.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, pegando as falas dos colegas, é importante, primeiro, neste momento sermos solidários. E os avanços que tivemos com a aprovação da LDO para 2014 são de grande importância.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - São históricos.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Eu acho que a maioria dos Prefeitos ainda não sabe desses avanços que tivemos aqui, principalmente quanto à questão da certidão do CAUC.

Eu quero registrar aqui duas representações importantes que estão participando da nossa reunião, presidida por um Senador do nosso Estado do Maranhão, o Prefeito Valdivino, de São Francisco do Maranhão. Hoje ele fez várias visitas aos gabinetes e também a alguns Ministérios. Há pouco, falávamos da situação do seu Município, que é igual à que o Deputado citou, do Município da Bahia, e de todo o País. Ou a gente faz aqui uma grande mobilização e um trabalho de sensibilização do Governo Federal, da União para ajudarmos os Municípios ou eles vão fechar as portas, Sr. Presidente, porque a situação é muito grave.

A outra comissão que está aqui presente é a dos agentes comunitários de saúde do Município de São João do Soter — o Rogério e sua comitiva —, representando os Municípios do Maranhão. As nossas saudações a vocês. Mais tarde, no plenário, vamos todos nos mobilizar para votar o piso nacional dos agentes comunitários de saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Weverton Rocha.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Lourival Mendes.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, antes do almoço, eu estava presente à reunião com os Prefeitos, no plenário, e assisti quando o Presidente Henrique Eduardo Alves se comprometeu a colocar a PEC 39 em votação tão logo seja destrancada a pauta da Câmara dos Deputados.

Há unanimidade entre os Parlamentares no sentido de que, a cada dia que passa, os Municípios estão com mais dificuldade, pois a receita diminui. Não tem como acompanhar uma despesa com a receita diminuindo. Então, essa é uma situação dramática para os Municípios. Os Prefeitos são gestores públicos, há uma lei de responsabilidade fiscal em cima deles, uma fiscalização efetiva, uma cobrança, e é preciso que esta Casa delibere, o mais rápido possível, sobre a votação da PEC 39, que também apoiamos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. traduzisse a solicitação de acordo que foi feita. Se V.Exa. concordaria com a votação dos itens 2, 5 e 9. Não foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não. Nós vamos cumprir a pauta dos Relatores aqui presentes. O Deputado Lourival Mendes é Relator do Projeto de Lei nº 24, que se refere a um crédito especial de 1 milhão 528 mil reais.

Temos a presença também do Deputado Jorge Bittar, que pede seja lido o seu relatório, do PLN nº 31.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Item 5. Quanto a esse, há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - E o item 5.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Seriam os itens 5, 3... E qual outro?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Outro do Deputado Lourival Mendes, que é o 24.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O item 3.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É. O item 3.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Seriam os itens 3 e 5. Só dois itens?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não. Nós concordamos com três itens. Depois da leitura desses dois, vou declarar qual é o terceiro item.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, o terceiro seria o item 9, e o resto ficaria amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Isso. Pode ser o 9.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas o Relator não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A gente designa um *ad hoc*.

O item 9, não. Esse vai ficar para amanhã. *(Pausa.)*

O item 9 é o do Deputado Bohn Gass. O do Deputado Bohn Gass, a gente coloca *ad hoc.*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, então fica feito esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Fica feito esse acordo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Amanhã a gente mata todos os itens. Amanhã nós vamos relatar todos os expedientes.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Temos acordo quanto a oito, Deputado Claudio Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, vamos iniciar, a pedido do Deputado Lourival Mendes, fazendo a inversão de pauta. Vou colocar em votação o pedido de inversão de pauta para que a gente possa votar o item 3, do PL nº 24.

Os Deputados que concordam com a inversão de pauta que permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Então, portanto, passamos à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 24, de 2013, que abre o Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de 1 milhão 528 mil reais, para os fins que especifica.

O Relator é o Deputado Lourival Mendes. Não foram apresentadas emendas e o voto é pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo.

O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 24, que abre o Orçamento Fiscal da União em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de 1 milhão 528 mil reais para os fins que especifica, é de fundamental importância para a Polícia Rodoviária Federal do Brasil. É um incremento a mais; o departamento precisa de modernização, de forma tal que eu solicitarei a permissão de V.Exas., tendo em vista que o parecer já é do conhecimento de todos os Parlamentares, para ir direto ao voto, de forma tal que faça a leitura do voto tão somente:

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Quanto ao mérito, entendemos que as alterações propostas no projeto contribuem para o alcance dos objetivos traçados no Plano Plurianual 2012-2015 e reflete a necessidade de ajuste manifestada pelo órgão orçamentário.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 24, de 2013, nos termos propostos pelo Poder Executivo

Era o que continha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Lourival Mendes.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para discutir, Sr. Presidente, 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Para discutir, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Nós votamos a favor dessa matéria em função de ela ser altamente meritória porque beneficia a Polícia Rodoviária Federal, inclusive em vários Estados, a exemplo do Estado da Bahia.

Portanto, nós votamos favoravelmente e esperamos que a Polícia Rodoviária Federal continue com o seu bom trabalho que faz na preservação da segurança e da garantia dos cidadãos de bem que trafegam nas estradas brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado.

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Agora em votação na representação do Senado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Portanto, aprovado por unanimidade.

Passo ao item seguinte, que é o item nº 5. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 31, de 2013, que abre ao Orçamento Fiscal da União em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Educação, crédito especial no valor de 320 milhões, 781 mil, 825 reais, para os fins que especifica.

O Relator é o nobre Deputado Jorge Bittar:

Foram apresentadas 36 emendas.

O voto é pela apresentação do projeto de lei na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1, 2, 4, 5 e 8 a 36, e pela rejeição das demais.

O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório. O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I, do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Em conformidade com o disposto no § 2º, do art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, eu declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, se houver concordância de todos, eu vou direto ao voto do Relator:

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva incluir categoria de programação na Lei Orçamentária vigente — Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013. Observa-se ainda que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal; na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; na Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal; na Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, a LDO de 2013; e na Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, o PPA do período 2012 a 2015.

Feitas essas considerações, passa-se ao exame das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 31, de 2013 - CN.

As Emendas nºs 1, 21, 22, 30, 31, 32 e 36 propõem, em projeto de lei de crédito especial, a suplementação de programação já existente na Lei do Orçamento Anual de 2013, o que é vedado pelo art. 109, inciso III, alínea “b”, da Resolução nº 1, de 2006 - CN.

Além disso, essas emendas indicam para cancelamento dotações com fontes de receita vinculadas, por lei, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT — fontes 142 e 372 — para atender programações no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/Administração Direta, e no Ministério da Educação — MEC/FNDE, o que configura incompatibilidade de fontes, nos termos do prescrito na Resolução nº 1 de 2006, art. 38, § 1º, combinado com os arts. 126 e 146.

As Emendas nºs 2, 4, 5, 8 a 20, 23 a 29 e 33 a 35 também indicam como cancelamento programações cujas fontes não podem ser utilizadas para as finalidades pretendidas, o que é vedado pelo art. 38, § 1º, combinado com os arts. 126 e 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Assim, indico as Emendas nºs 1, 2, 4, 5 e 8 a 36 ao Presidente da Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal para serem declaradas inadmitidas — o que já ocorreu —, conforme demonstrativo anexo, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Já as Emendas nºs 3, 6 e 7 oferecem como cancelamento programações decorrentes de alterações solicitadas pelos Deputados Federais Jaqueline Roriz e Luiz Pitiman, no sentido de viabilizar alocação de recursos destinados ao "Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica, no Distrito Federal", conforme explicitado na EM que acompanha proposição.

Verifica-se ainda que há inadequação de valores nas Emendas nºs 3 e 7 por solicitarem acréscimos em valores superiores aos cancelamentos propostos.

Portanto, em que pesem os nobres propostos de suas iniciativas, decido rejeitar no mérito as Emendas nºs 3, 6 e 7 apresentadas ao Projeto de Lei nº 31, de 2013 - CN, por considerar que o acatamento dos pleitos diverge dos objetivos precípuos do presente crédito.

Desse modo, por considerar que o projeto de crédito especial em exame não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, submeto a este Colegiado o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 31 de 2013-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É este o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Relatório está em discussão.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Apenas quero dizer que esses são recursos importantes, principalmente porque ampliam a extensão do Programa Ciência sem Fronteiras. Nós, que somos também da Comissão de Relações Exteriores, temos viajado em missões oficiais por vários países, e esse é um programa que os governos dos países amigos, que mantêm relacionamento com o Brasil, aprovam muito, e é uma

experiência positiva, tanto para os países que recebem os nossos estudantes, quanto para o nosso País, que está capacitando — em termos de conhecimento, de tecnologia e de absoluta ampliação de conhecimentos — futuros profissionais que vão enriquecer a cabeça pensante do nosso País. Portanto, são projetos em relação aos quais nós não temos como votar contra, ainda que o nobre Relator, o Deputado Bittar, não tenha atendido a algumas emendas deste humilde Parlamentar, que beneficiariam inclusive cidades como Rio do Antônio, cujo Prefeito, Celinho, está aqui conosco, assim como o ex-Prefeito Zico e o Secretário de Assistência Social, Gleidson, que vieram participar da Marcha do Prefeitos, Deputado Bittar, porque a maioria dos Prefeitos brasileiros estão em estado de lástima, diante da falta de recursos. Os Prefeitos vieram aqui — o Prefeito Betão, de Lajedão, já tinha citado anteriormente — em busca de recursos, em busca de benefícios e, principalmente, em busca do apoio dos Deputados à PEC 39, que aumenta em 2% o FPM para as Prefeituras.

Portanto, Sr. Celinho, eu quero registrar a presença do Prefeito Betão, de Lajedão, bem como a sua e do Sr. Zico, Prefeito e ex-Prefeito de Rio do Antônio, Município do sudoeste da Bahia, cidade sofrida, tanto quanto o Maranhão de V.Exa., Senador Lobão. Se não fosse o apoio desta Comissão a esses Prefeitos, a situação deles seria muito pior, já que nós aprovamos aqui grandes benefícios, que V.Exa. poderá relatar novamente, para as Prefeituras brasileiras.

O partido Democratas votará com V.Exa. na aprovação do PLN 31.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Bittar, V.Exa. precisa aprender com o Deputado Cajado, que está com todos os Prefeitos dele aqui já em plena campanha. Vamos aprender todos nós juntos.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Os aliados e as articulações estão todas aí, o que é muito saudável para a política. Eu quero, com absoluta sinceridade, aqui elogiar as palavras sábias e consistentes do Deputado Cajado.

Sabe S.Exa. da importância do desenvolvimento cientifico e tecnológico brasileiro. Esses recursos são fundamentais para o programa Ciência sem Fronteiras, para o programa de inovação empresarial, que é importante, ou seja, para que a ciência e o conhecimento se transformem em produtos e serviços disponíveis para a população brasileira, para o programa Inovar-Auto e uma série de outras ações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Por outro lado, eu quero corroborar as palavras do Deputado quando constata — e até nos alerta para isto — a situação difícil, do ponto de vista fiscal, de muitas Prefeituras brasileiras. Não há dúvida de que nós estamos num período — digamos assim — não tão generoso, do ponto de vista das condições fiscais, quanto estivemos no passado. Afinal de contas, o cenário econômico mundial nos afeta, mas eu acho que nós temos que fazer esforço, sim, no sentido de rever aspectos do pacto federativo e no sentido de descentralizar mais recursos para as Prefeituras, que têm atribuições importantes na área de educação, de saúde e de desenvolvimento social. Não limitarei minha atuação aqui apenas a esse projeto.

Quero ainda dizer o seguinte: em relação a esse projeto, eu tive o cuidado de consultar o Ministério. Também não podemos deslocar recursos para outras áreas, porque esses recursos são imprescindíveis, ou seja, as contas estão casadas. Eu tenho sido inclusive instado a acelerar ao máximo a tramitação deste projeto de crédito suplementar, exatamente pela urgência e pela importância da destinação desses recursos, mas estarei ao lado do Deputado Cajado nas batalhas, visando a fortalecer os nossos Municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Vou cobrar o seu voto na PEC 39.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bittar.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerro também o prazo para apresentação de destaques.

Comunico que foi apresentado um destaque à Emenda nº 3, do Deputado Nilton Capixaba, assinado pelo Deputado Alex Canziani. Então, nós vamos votar inicialmente o relatório, ressalvados os destaques e, logo após, votaremos o destaque.

Portanto, o relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora o relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Ressalvados, nas duas Casas, os destaques.

Agora coloco em deliberação os destaques.

Pergunto ao Deputado Jorge Bittar se gostaria de se pronunciar sobre o pedido de destaque da Emenda nº 3.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Com certeza, Sr. Presidente. Peço apenas 1 minuto para checar melhor. Um minuto mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Concedo 1 minuto ao Deputado Jorge Bittar para que possa proferir o seu parecer final em relação à Emenda nº 3. *(Pausa.)*

Comunico a presença do Deputado Nilton Capixaba aqui, de olho no Deputado Jorge Bittar. *(Pausa.)*

Enquanto o Deputado Jorge Bittar se prepara para redarguir a respeito da emenda, perguntaria ao Deputado Alex Canziani se gostaria de fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, enquanto nós esperamos...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, se me permitir, gostaria de usar da palavra para liquidarmos; em seguida, o Deputado Claudio Cajado, com a anuência de V.Exa., Sr. Presidente, poderá fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - O destaque proposto, Sr. Presidente, havia escapado à minha observação. Ele parece-me absolutamente fundamentado na medida em que não desloca recursos dos cancelamentos propostos e apenas serve para adequar uma emenda parlamentar já existente.

Então, nesse sentido, eu dou parecer favorável ao destaque apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, fica inclusa no relatório de V.Exa. a Emenda nº 3, de autoria do Deputado Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Esse é o seu relatório final?

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, eu tenho que colocar em votação, de qualquer forma, esse destaque para que ele possa ser incorporado ao relatório de V.Exa., que já foi deliberado e votado.

Então, coloco em votação agora a Emenda nº 3, de autoria do Deputado Nilton Capixaba.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Passo, em seguida, ao último item da Pauta nº 28, de 2013, o item 9: apreciação do Relatório apresentado às matérias do Congresso Nacional encaminhadas nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, sobre o Relatório de Desempenho do Fundo

Soberano do Brasil — FSB referente aos seguintes períodos: Aviso nº 33 de 2009, sobre o primeiro trimestre de 2009; Aviso nº 46 de 2009, sobre o segundo trimestre de 2009; Aviso nº 1 de 2010, sobre o terceiro trimestre de 2009; Aviso nº 9 de 2010, sobre o quarto trimestre de 2009; Aviso nº 17 de 2010, sobre o primeiro trimestre de 2010; Aviso nº 35 de 2010, sobre o segundo trimestre de 2010; Aviso nº 1 de 2011, sobre o terceiro trimestre de 2010; Aviso nº 7 de 2011, sobre o quarto trimestre de 2010; Aviso nº 18 de 2011, sobre o primeiro trimestre de 2011; Aviso nº 22 de 2011, sobre o segundo trimestre de 2011; Aviso nº 25 de 2011, sobre o terceiro trimestre de 2011; Aviso nº 3 de 2012, sobre o quarto trimestre de 2011; Aviso nº 18 de 2012, sobre o primeiro trimestre de 2012; Aviso nº 27 de 2012, sobre o segundo trimestre de 2012; Aviso nº 1 de 2013, sobre o terceiro trimestre de 2012; e, finalmente, Aviso nº 10 de 2013, sobre o quarto trimestre de 2012.

O Relator é o Deputado Bohn Gass. O voto é pelo arquivamento das matérias.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu já apresentei, na reunião passada, exatamente o nosso voto favorável ao arquivamento. Então, eu acredito que seja desnecessário fazer a leitura novamente.

O relatório é pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Coloco, portanto, em discussão o relatório.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O combativo Deputado Claudio Cajado tem a palavra para discutir. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, essa questão, para mim, é emblemática, porque, com relação ao Fundo Soberano, quando nós votamos a sua criação, nós o fizemos para combater crises de que o País pudesse ser vítima ou para proteção em relação a processos especulativos que tivessem por finalidade desestabilizar a nossa economia.

Mas o Governo Federal desviou a finalidade. Eu quero pegar esse exemplo como uma demonstração do que não se deve fazer, como um exemplo a não ser seguido. E, por isso mesmo, eu lamento muito que o Fundo Soberano tenha se desvirtuado da sua finalidade de servir de apoio, para que o Brasil pudesse utilizá-lo em outras finalidades, por exemplo: por má administração da PETROBRAS, socorrer a empresa com compra de ações em momentos de crise da estatal.

Nada contra, Sr. Presidente, podermos ajudar uma empresa que é patrimônio brasileiro, como a PETROBRAS. Porém, ajudar sem apurar as causas, diante da clara intervenção do Estado, diante da estrutura que se formou na PETROBRAS — inclusive com companheiros filiados ao Partido dos Trabalhadores — e ainda utilizar o Fundo Soberano para comprar valores em determinados preços de ações, depois essas ações caírem e darem prejuízo ao Fundo Soberano...

Para V.Exa. ter ideia, no ano de 2010, o Fundo Soberano tinha 18 bilhões e 700 milhões de reais; no ano passado, tinha apenas 15 milhões e 200, ou seja, houve prejuízo ao Fundo Soberano. E, assim como ações da PETROBRAS foram compradas com dinheiro do Fundo Soberano, também ações do Banco do Brasil o foram. E o objetivo maior do Fundo Soberano era combater momentos de crise.

Nós temos que fazer esse registro, decepcionados com essa postura, porque são recursos públicos. Os recursos, depois de realizada a compra e revertidos os papéis, voltaram para o caixa único do Governo, quando na verdade isso não era admissível, porque sempre foram para uma conta à parte da Conta Única do Tesouro Nacional justamente por terem como finalidade a possibilidade de serem utilizados em momentos de crise. Por outro lado, a correção dos recursos oriundos do Fundo tem sido pela TJLP. E existem valores de reajuste do IPCA que têm sido maiores: a TJLP, em 2011, foi de 6%, e o IPCA, 6,5%; a TJLP, em 2012, foi de 5,5%, e o IPCA, 5,84%. Ou seja, nós não podemos concordar com isso.

Por isso mesmo, em relação ao objeto desse relatório que apresenta o nobre Relator, Deputado Bohn Gass, nós temos que fazer essa ressalva. E temos que pedir ao

Governo que não extrapole das suas funções constitucionais e tenha respeito ao que votamos nesta Casa e, principalmente, à composição do que deve ser utilizado do Fundo Soberano. Essa é uma crítica que nós fazemos — e não pela primeira vez; em outras oportunidade já a fizemos — porque se está descaracterizando completamente a finalidade da criação do Fundo Soberano.

Portanto, nós queremos aqui, diante dessa questão, votar contra essa matéria, deixando clara a nossa crítica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Para discutir, com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, na verdade, tratarei de outro tema e prefiro comentá-lo logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o relatório do Deputado Bohn Gass.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado, com a ressalva do voto contrário do Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não posso interromper a votação, Deputado.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou colocar agora em votação na representação do Senado Federal.

Em votação o relatório do Deputado Bohn Gass na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Portanto, aprovado o parecer sobre o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Em primeiro lugar, desculpe-me, Sr. Presidente. Eu não havia notado que o processo de votação não se tinha encerrado ainda.

Presidente, eu peço a sua atenção, porque é algo relevante sobre uma matéria que foi apreciada agora, um destaque. Ao apreciar o destaque, eu imaginei que a origem dos recursos eram de emendas do mesmo Parlamentar. O que esse Parlamentar está fazendo através desse destaque? Está retirando recursos de duas emendas parlamentares — da Deputada Jaqueline Roriz e do Deputado Luiz Pitiman — e acrescentando recursos para o seu Estado. Isso é algo até antiético, a menos que haja a concordância daqueles Parlamentares. Eu gostaria de pedir a aquiescência de todos os Parlamentares aqui presentes no sentido de revermos a votação desse destaque e considerá-lo rejeitado por todos nós, uma vez que abriremos um precedente grave...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, estou profundamente sensibilizado com a sua linha de argumentos, mas perceba que regimentalmente não vejo como fazer isso. Só há uma forma de rever a votação: lá no plenário.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - No plenário. Eu ia inclusive, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Nesta Comissão, é impossível.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Posso falar, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Claro. Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Quando V.Exa., Deputado Bittar, disse que concordava com a ideia de que não havia mudança de dotações, que eram da mesma autoria...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Foi o que imaginei inicialmente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - ... eu acreditei em V.Exa. Mas, depois que houve a votação, eu peguei o projeto e vi que não era.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Perfeito.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu ia avisar isso a V.Exa., porque eu tenho certeza de que V.Exa., assim como todos, agiu de boa fé, mas eu acho... Bom, os Deputados não estão aqui para se defender, mas acho que seriam avisados, e é importante que nós possamos rever essa posição no plenário, porque a emenda é individual, é uma emenda Parlamentar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Perfeito. Nós vamos rever, então, essa questão...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Como V.Exa. falou, eu não pedi o tempo para analisar, mas vi depois que não era.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pergunto, Deputado Bittar, se V.Exa. foi mal orientado pelo consultor, porque nós temos uma turma aqui que pode dar uma surra nele na outra sala, se for o seu desejo. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Não, Presidente. O consultor foi correto, o problema é que foi muito rápida a apreciação, e eu entendi que se tratavam de recursos do mesmo Parlamentar que estavam sendo realocados. Então, isso me parecia ser absolutamente correto, mas quando reexaminei, percebi que há dois problemas: primeiro, retira recursos de outros Parlamentares; segundo, retira 1 milhão e acrescenta 5 milhões. Quer dizer, a conta não está fechando. Então, a emenda, na verdade, tem problemas por dois lados, e nós trataremos de retificar esses problemas no plenário do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, quero justificar. Na verdade, o destaque foi nosso, mas refere-se a uma emenda do Deputado Nilton

Capixaba, que alguém da bancada lhe pediu, e S.Exa., com certeza, deve estar explicando a origem dessa solicitação.

Eu quero dizer que agora é que nós fomos ver que realmente não tem cabimento tirarmos uma emenda individual e passarmos para outro Parlamentar, ou para outra bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Que isso sirva de lição para todos nós, a fim de não analisarmos assuntos tão sérios de forma muito rápida. Analisemos em profundidade, porque as repercussões são sempre muito sérias.

Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra um pouco antes...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Perdão. Com a palavra o Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - É sobre o item 8, que havíamos acordado incluir na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Priante não está presente, e vamos transferir o item 8 para amanhã, às 14h30min.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - É a sessão...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Para amanhã vou convocar uma nova sessão para as 14h30min, inclusive para deliberarmos sobre o relatório da Receita. É extremamente importante que o votemos, para cumprirmos o nosso prazo.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Eu sugeriria, Sr. Presidente, que convocássemos uma reunião para a parte da manhã, porque, como teremos feriado na sexta-feira, há risco de evasão já na parte da tarde, por conta dos voos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mas, na quarta-feira, acredito que teremos quórum, até porque eu vou suspender a sessão, e não vou encerrá-la.

Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu gostaria de, na forma regimental, apresentar requerimento para inclusão de três relatórios na pauta: o do Senador Randolfe Rodrigues, sobre o Projeto de Lei nº 42, de 2013; o do Senador Ivo Cassol, ao Projeto de Lei nº 33, de 2013; e o do Deputado Aelton Freitas, ao Projeto de Lei nº 22, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Coloco em votação o requerimento do Deputado Afonso Florence para inclusão extrapauta dos itens dos PLNs nºs 42, 33 e 22.

Em votação na representação da Câmara.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, eu concordo com a inclusão, mas sem o compromisso de votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Portanto, estão incluídos na pauta os itens dos PLNs nºs 42, 33 e 22.

Suspendo os trabalhos e convoco a continuação desta reunião ordinária para amanhã, às 14h30min.

Declaro suspensa esta reunião e cancelo a reunião marcada para hoje, às 18 horas.

Muito obrigado, senhoras e senhores. Que Deus os acompanhe!

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 9ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Púbicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 28, de 2013, pauta essa alterada. Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Leitura de expediente. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através de correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Aviso. Principalmente ao Deputado Claudio Cajado esse aviso interessa muito. Informo ao Plenário que, a partir da próxima semana, faremos uso do cronômetro instalado neste recinto, à minha esquerda, que funcionará da seguinte forma: conforme dispõe o art. 130 da Resolução nº 1, o prazo para uso da palavra aos Parlamentares inscritos é de 5 minutos. Ao ser iniciada a fala do Parlamentar, o cronômetro é acionado e começa a contagem do prazo. Após 4 minutos, soará o bipe, alertando ao orador que falta apenas 1 minuto para a conclusão do seu discurso. Inicia-se a contagem regressiva de 60 segundos. Finalizado esse tempo, o som do microfone do orador poderá — aqui está escrito “será”, mas eu vou dizer “poderá” — ser interrompido.

Portanto, peço a gentileza dos Srs. Parlamentares para que envidem esforços na discussão da LOA para o cumprimento do prazo regimental, levando-se em consideração, ainda mais, que iniciaremos agora as etapas de apreciação do Projeto de Lei Orçamentária para 2014 e os prazos são exíguos.

Com a palavra o nobre Parlamentar Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu vejo que, pela sua alegria, essa determinação será efetivada se todos também estiverem felizes com ela — eu acredito —, porque esta Casa e esta Comissão Especial são o reflexo do que é o Parlamento: a Casa do entendimento, a Casa do diálogo, a Casa da compreensão com

determinados assuntos, pontos de vista, que, por mais que nós desejemos ou desejarmos ser concisos, é difícil sê-lo em determinados temas, determinadas abordagens que perpassam por outros assuntos.

Então, V.Exa. há de convir que nem sempre se pode chegar a um ponto por uma linha reta. Nós precisamos fazer algumas curvas e é nessas curvas que o cronômetro de V.Exa. talvez tenha que ser ajustado. *(Risos)* Mas eu quero dizer que concordamos em que se dê celeridade ao processo. Objetivamente nós concordamos tanto com a votação da LDO quanto do Orçamento. Agora, nós temos, diante dessas posturas de transacionar para chegarmos às composições dos acordos, de ceder para podermos avançar.

As oposições normalmente debatem, discutem. Eu aprendi isso quando cheguei aqui, novinho, há cinco mandatos. O Governo vota. Agora, se o Governo quer discutir as questões, V.Exa. tem que ser rigoroso com os Parlamentares do Governo, mas deixar a Oposição mais, digamos assim, desapertada, Presidente. Vai ser bom para a democracia.

Agora, eu quero dizer a V.Exa. que nós temos aqui uma pauta com alguns PLNs, e eu queria saber de V.Exa. o que iremos votar, porque hoje — vou dar conhecimento aos que não estavam presentes no Colégio de Líderes ontem, apesar de o Presidente Henrique Eduardo Alves ter dito — foi feita uma suspensão dos trabalhos na Câmara dos Deputados no dia de ontem e no dia de hoje. Não teremos Ordem do Dia. E ficou para a próxima terça-feira votarmos o piso dos agentes comunitários de saúde. Portanto, a Câmara hoje está esvaziada, acredito que muitos Deputados não estejam presentes, e no Senado talvez não seja diferente.

Portanto, eu sugiro a V.Exa. que possamos deixar, até porque precisamos avançar nos relatórios de receita, a votação do relatório de receita, para podermos avançar na preliminar da LOA. Portanto, eu sugiro que V.Exa. deixe esse assunto para a próxima terça e votemos o que estiver acordado como PLN.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Quero só fazer o registro — fiz uma brincadeira com os meus colegas — de que esta Comissão, que é o fórum certo para debater os grandes temas nacionais, não teve postergadas as suas atividades ou as suas atribuições em função dos debates calorosos que aqui ocorreram, e sim por razões exógenas a esta Comissão, que foram votações no Congresso Nacional de outros itens que influenciaram diretamente nos nossos prazos da nossa Comissão. Portanto, o relógio, o cronômetro é regimental, mas aqui certamente haverá toda a tolerância, que é singular e compatível com o Congresso Nacional.

Passo agora a um item que é um requerimento, que teve um pedido de destaque para votação em separado. Solicitaria a todos os membros desta Comissão que pudessem assinar — são necessárias 60 assinaturas —, porque precisamos alterar a LDO em uma emenda supressiva de um termo que ficou incompatível com o projeto de emenda constitucional aprovado sobre o Orçamento impositivo.

Então, é um trecho que será retirado do texto da LDO com a seguinte expressão: *"...assim definido em lei"*. Vou passar aos nobres colegas para que subscrevam essa alteração para que possamos votá-la e corrigir o erro que ficou na LDO, em função de a LDO ter sido votada antes da PEC votada pelo Congresso Nacional.

Passo ao primeiro item da pauta, o item nº 8:

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 36, de 2013, que *"abre o Orçamento de investimento para 2013, em favor das empresas estatais, crédito especial no valor de R$ 737.989.256,00 para os fins que especifica"*. Relator: Senador Wilder Moraes.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Poder Executivo. O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Obrigado, Presidente. Em relação a todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 36, de 2013, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Este é o nosso voto, Presidente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não houve a aceitação de emendas?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não houve a apresentação de emendas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Abre o Orçamento para qual? Empresas estatais.

Presidente, eu queria pedir vista deste item, se V.Exa. permitisse.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não. Esta figura não existe.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu sei, mas aqui na CMO pode-se pedir a retirada de pauta. Não queria fazer um requerimento de retirada de pauta, apesar de estar no item, mas eu gostaria de estudar melhor. Como nós iríamos acertar os itens que iriam ser objetos de votação e como há recursos para estatais, eu queria esmiuçar um pouco mais esses recursos. Se V.Exa. permitisse, poderíamos votar na terça-feira. Eu apresento minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu perguntaria ao Senador Wilder Moraes se S.Exa. se incomodaria de retirar o projeto de sua relatoria de pauta para que pudesse ser mais bem analisado pelo Deputado Cajado.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Não teria nenhum problema. Na terça-feira, nós votaríamos. Pode ser, Deputado?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mantendo o mesmo Relator, passo ao item 2.

Conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1, passaremos à apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 626, que *"abre crédito extraordinário em favor de operações oficiais de crédito, no valor de R$ 2.531.486.253,00 para os fins que especifica. Relator: Senador Wilder Moraes. Foi*

apresentada uma emenda. O voto é pela aprovação da medida provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade da Emenda nº 1".

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório, e, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146, declaro inadmitida a emenda indicada pelo Relator no seu voto.

Com a palavra o Relator, Senador Wilder Moraes.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Obrigado, Presidente.

Com relação à emenda, a partir da análise da única emenda apresentada, conforme consta no Anexo I, a este parecer, constata-se que a Emenda nº 1 deve ser declarada inadmitida por conflitar com o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece a seguinte restrição ao emendamento de créditos extraordinários: *"Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da emenda provisória ou suprimir dotação, total ou parcial"*.

Então, a rejeição dessa emenda.

Voto.

Pelo exposto, votamos no sentido de que a Medida Provisória nº 626, de 24 de outubro de 2013, atende aos preceitos constitucionais que orientam a sua adoção e, no mérito, somos pela sua aprovação, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Wilder Morais.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

Portanto, o relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Também aprovado.

Quero fazer o registro da presença das Exmas. Deputadas de Cabo Verde aqui presentes na nossa Comissão: Sra. Nilda Monteiro Tavares, Sra. Suzete Moniz e Sra. Graça Maria Sanchez *(palmas)*, que nos dão o prazer da troca de experiência Parlamentar entre ambos os países.

Passo ao Item nº 3 da pauta.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 18, de 2013, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R$1.100.000,00, para reforço de dotação constante na Lei Orçamentária vigente"*. Relator: Deputado Zezéu Ribeiro.

Foi apresentada uma emenda. O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade da Emenda nº 1.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146, da Resolução nº 1, declaro inadmitida a emenda indicada pelo Relator no seu voto.

Indico o Deputado Alex Canziani para ser Relator *ad hoc* desta matéria. O Relator está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, nós vamos rapidamente ao voto do Relator. Trata-se do Projeto de Lei nº 18, Deputado.

Voto do Relator.

No exame da proposição, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito a sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2012/2015, Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, e a sua conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, LDO 2013, Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012.

A emenda apresentada à proposição deve ser considerada inadmitida, uma vez que contraria o art. 109, inciso III, alínea "a", da Resolução nº 1, por pretender incluir programação nova em projeto de lei de crédito suplementar. Ademais, a programação pretendida no seu mérito é de competência de outra unidade orçamentária, IBAMA, não

contemplada no referido crédito, o que conflita com o disposto no art. 109, I, da referida resolução.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 18, de 2013, na forma apresentada pelo Poder Executivo, considerando como inadmitida a emenda apresentada à proposição.

Sala da Comissão, em 4 de novembro de 2013.

Deputado Zezéu Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

Coloco agora em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Coloco-o agora em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam também como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Passo ao Item nº 5 da pauta:

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 28, de 2013, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Pesca e Aquicultura, crédito especial no valor global de R$28.400.000, para os fins que especifica"*. Relator: Osvaldo Reis.

Foram apresentadas 69 emendas.

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 2, 4, 7, 32, 33, 47 e 54 e pela rejeição das demais.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146, da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório. O prazo de destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60.

Com a palavra o Deputado Giovani, para fazer, *ad hoc*, a apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu peço também que V.Exa. retire este item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Cajado está de implicância com V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Eu faço a leitura?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu estou sendo rigoroso com o seu...

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Com o Deputado Cajado, desde que cheguei, sempre tive uma grande relação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, eu tenho a maior admiração por V.Exa. É porque há créditos que, como não fizemos o acordo lá, eu pediria mais tempo para poder destrinchar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. concorda em retirar?

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Estou com V.Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, vamos deixar o Deputado Cajado, que nem terá tempo para ler, porque vai viajar. *(Risos.)* Deixa S.Exa. pedir uma "vistazinha" informal.

Passamos ao próximo item, que é a apreciação do relatório, mas mantendo o mesmo Relator *ad hoc,* Deputado Giovani. Eu vou passar o novo relatório para V.Exa. ter a oportunidade de ler.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 22 — dessa vez S.Exa. vai deixar — que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R$10.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente."* Relator: Deputado Aelton Freitas.

Foram apresentadas quatro emendas. O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade da Emenda nº 4 e pela rejeição das demais.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório.

O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do regulamento interno da CMO.

Com a palavra o Deputado Giovani.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Obrigado, Senador Lobão Filho.

Eu sou Relator *ad hoc* designado por V.Exa. O Relator é o Deputado Aelton Freitas.

Diante do exposto, somos favoráveis à apresentação do Projeto de Lei nº 22, de 2013, na forma proposta pelo Executivo.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Giovani.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, declaro inadmitida a emenda indicada pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão e a apresentação de destaques.

Coloco agora em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco-o agora em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Temos até quando para apresentar os PLs que temos aqui como Relator?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Até o dia 20.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Até o dia 20.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Até o dia 20.

O Senador Ivo Cassol está presente? Cadê o Senador Ivo Cassol?

Sente ali que eu vou passar um projeto para você relatar agora:

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 33, de 2013, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União e da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor R$46.743.678,00"*. Relator: Senador Ivo Cassol.

Foram apresentadas oito emendas.

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1, 5, 6, 7 e rejeição das demais.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório. O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o incido I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Casildo Maldaner, a quem tenho a honra de passar a palavra.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Caro Presidente Lobinho, caros colegas, o Projeto nº 33, de 2013, *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do trabalho, do Ministério Público da União e da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R$46.743.678,00, para os fins que especifica"*.

O Relator é o Senador Ivo Cassol, que é favorável, nos termos do relatório dele, e conclui com o voto.

Para ser sucinto, eu vou ao voto.

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 33, de 2013, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo; pela inadmissão das Emendas nº 1, 5, 6 e 7 e pela rejeição das demais emendas apresentadas.

Sala da Comissão Mista.

Presidente, Lobão Filho; Ivo Cassol, Relator; e Casildo Maldaner como *ad hoc*.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1 do Congresso, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo autor, no seu voto.

O relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Para discutir, tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Apenas para frisar que são mais de 35 milhões que estão sendo direcionados para a Justiça Federal, em vários Estados, inclusive no Estado da Bahia, para a Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho, no intuito da realização de construções e ampliações de prédios. São as condições que estamos dando para que a Justiça Eleitoral possa exercer o seu mister de forma ampla e principalmente dando melhor condições aos serventuários do Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

O relatório está em votação na representação da Câmara.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os Senadores que concordam com o projeto e o aprovam permaneçam também como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Passo agora à leitura do item 7:

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 32 — Senador Eduardo Amorim, vou passar esse relatório *ad hoc* para V.Exa. —, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 839 milhões 651 mil 997 reais, para reforço de dotações constantes na Lei Orçamentária vigente"*. Relator: Senador Ricardo Ferraço.

Foram apresentadas 23 emendas.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas de números 3, 6, 9 a 13, 15 a 20 e 23.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço também a retirada desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Usa V.Exa. o critério do valor?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passou de 700 milhões...*(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu estava querendo acompanhar a pauta, mas estou tendo dificuldade, porque não sei qual é a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Estou seguindo a pauta.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas qual delas? A que estava publicada para hoje nós incluímos três extras e mais os remanescentes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Isso. Essa já estava.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Deixe-me ver. Mas eu peço que essa seja retirada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O senhor já pediu duas, Deputados. O senhor já tem matéria demais para ler, não vai ter tempo para ler essa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, são 10 horas de voo. *(Risos.)* São 10 horas para ir e mais 10 para voltar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou fazer uma exceção miraculosa para V.Exa., mas é miraculosa.

Senador, V.Exa. concorda em retirar de pauta esse relatório, para que o Deputado Claudio Cajado possa ler com mais acuidade o seu teor? *(Risos.)*

Com o beneplácito de V.Exa., para alegria do Deputado Cajado, passaremos agora ao último item, do Senador Randolfe Rodrigues, que está numa reunião de Lideranças. Peço ao Senador Walter Pinheiro para ler *ad hoc* o PLN nº 42: Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 42, de 2013, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R$ 51 milhões e 2 mil 603 reais, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".* Relator: Senador Randolfe Rodrigues.

Foi apresentada uma emenda.

O voto é pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Poder Executivo e com a indicação pela inadmissibilidade da Emenda nº 1.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório. Mas, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1 do Congresso Nacional, eu declaro inadmitida a emenda indicada pelo Relator no seu voto.

Portanto, o Relator será o Senador Walter Pinheiro, para relatá-lo *ad hoc*.

Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, em conformidade com o que determina o art. 109 da Resolução nº 1, de 2006, a emenda, a que V.Exa. já se

referiu, apresentada ao PLN 42, deve ser declarada inadmitida, pois contempla a programação de unidade orçamentária não beneficiária do crédito.

Portanto, o nobre Relator, Senador Randolfe Rodrigues, apresentou no seu voto uma tabela, a fim de subsidiar as Sras. e os Srs. Parlamentares com a apresentação da execução orçamentária do presente crédito, portanto com a dotação inicial, que foi autorizada, empenho, liquidação e o que é efetivamente pago, perfazendo todo esse caminho e totalizando, de qualquer maneira, para melhor visualização, a distribuição dos recursos conforme inclusive o GND.

Por essas razões, Sr. Presidente, nós somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 42, na forma encaminhada pelo Poder Executivo, opinando pela inadmissibilidade da emenda. Portanto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 42, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Coloco agora em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Agora, nós vamos fazer a votação...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Há o Item 40.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, acabou.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O Item 40 não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Item 40 não, o Relator nem aqui está.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - S.Exa. pediu para não votar o Item 40, e o Presidente o atendeu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Requerimento para inclusão na pauta do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 11, de autoria do Deputado José Priante.

Requerimento para inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 14, de autoria da Deputada Gorete Pereira.

E há mais um que acabou de entrar também.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, Presidente, eu não vou concordar, inclusão na pauta não!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou explicar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sim, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu tenho sido muito democrático, mas, perceba, nós temos até o dia 20 para a entrega final de todos os relatórios. O que eu estou para dar entrada agora foram relatórios apresentados ontem. Nós temos um prazo final para votar os relatórios desses PLNs.

Os que V.Exa. teve interesse eu retirei de pauta, conforme seu pedido, e agora quero entrar com pedido de inclusão extrapauta desses dois PLNs.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sem votação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sem votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Só para incluir para a próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim, incluir para a próxima terça, como eu fiz na reunião passada. *(Pausa.)*

Foi V.Exa. que entrou com um projeto do PLN da sua relatoria e que veio me falar agora aqui?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não. Tenho apenas um, mas vou apresentá-lo semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Coloco em votação a inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 11 e do Projeto de Lei nº 14, para que possam ser incluídos nesta sessão.

Os Deputados que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Os Senadores que concordam com a inclusão desses dois itens extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovada.

Agora nós vamos ao nosso ponto nevrálgico, a apreciação do relatório da receita.

O Deputado Cajado pede que seja excluído da pauta de hoje, ou melhor, transferido para a terça-feira que vem, e o Senador Walter Pinheiro pede que seja incluído na pauta de hoje, em função dos prazos exíguos que nós temos.

Explico: nós só podemos receber o relatório preliminar do Orçamento depois de votado o relatório da receita. O relatório preliminar do Orçamento está pronto para ser entregue hoje, dia 13. Os prazos só começam a correr depois que esses dois eventos acontecerem. Por isso a importância, segundo a ótica do Senador Walter Pinheiro, que eu endosso plenamente, de votarmos imediatamente o relatório da receita.

Eu perguntaria a V.Exas. se o caminho seria colocarmos em votação para decidir se incluímos e fazemos a votação do relatório da Receita no dia de hoje, ou não. Acho que este é o ponto de vista mais democrático que pode ocorrer dentro desta Comissão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - V.Exa. me concede a palavra pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Permito a defesa da sua tese, com prazer.

Com a palavra o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, cumprimento V.Exa. e os demais Senadores, Deputados e Deputadas aqui presentes.

Eu acho que nós tínhamos um procedimento, Presidente. Qual foi o procedimento que a Comissão adotou e que vinha dando certo? V.Exa. chama para debater essas questões no Colégio de Líderes. Se V.Exa. coloca, como está colocando agora, sem que nós possamos nos reunir e discutir… Por que digo isto? O relatório foi apresentado há várias semanas, há 3 semanas. E o nobre Senador Relator estava em conversas, em tratativas com o Governo. Essa foi a informação que me chegou. Portanto, para que pudéssemos votar qualquer matéria, V.Exa. sempre chamava o Colégio de Líderes, para que pudéssemos definir. Não houve reunião do Colégio de Líderes, nem nesta semana, nem na semana passada, porque estamos fazendo acordos sem grandes discussões. Surgiu agora um problema. Qual? Quer-se votar o relatório de receita em confronto com o parecer do Relator. Vão ser feitas alterações. E essas alterações, eu acho, nós precisamos discuti-las. E me perece que, se fizermos hoje, sem que nós possamos analisar com mais tempo, poderemos incorrer em equívoco, a não ser que V.Exa. queira estender a sessão *ad perpetuam*, o que não seria, na minha opinião, o caso. Ponto.

Segundo, eu gostaria de informar a V.Exa. que, quando nós sugerimos o acordo, foi no intuito de acelerarmos os entendimentos, porque todos nós — e aí V.Exa. poderia iniciar a discussão, mas não encerrá-la —, ouvindo os argumentos, poderíamos chegar, pelos nossos arbítrios, a votar na semana que vem, até porque temos que votar o relatório de receita para podermos iniciar a discussão do relatório preliminar da LOA. Muito bem, fazer tudo isso hoje não vai ser possível, Presidente.

E eu quero dizer que eu gostaria de estar presente, de fato. Eu estarei em missão oficial com o Presidente da Casa daqui a pouco e gostaria de estar presente. Por quê? Porque eu fiquei extremamente insatisfeito com o relatório da LDO. Foi feito um acordo com o Relator, Deputado Danilo Forte, e ele disse que não fez o acordo. Portanto, eu quero estar presente em qualquer votação em que eu tenha assinado a minha concordância. É por isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Quero passar a palavra ao Deputado Jorge Bittar, mas não esqueça, Deputado Cajado, que eu posso interromper

hoje, agora, e convocar para as 6 horas da tarde — V.Exa. vai estar dentro do avião, para o exterior. Eu não quero fazer isso. Vou convocar, já, já, para nos reunirmos ali fora — aquele termo que V.Exa. adora: *"Vamos ali fora, na minha sala, já, já"*.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não gosto, pelo contrário.

Mas, Presidente, é por isso que eu estou falando que nós temos que acordar. Se não acordarmos, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Daqui a 15 minutos nós vamos encerrar e vamos para lá, para ver se conseguimos arredondar essas arestas.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria me dirigir especialmente ao Deputado Claudio Cajado, Deputado pelo qual tenho grande apreço — digo com sinceridade —, pela aplicação, pela seriedade e até pela compreensão das dinâmicas que envolvem o tema orçamentário e todos os temas que costumam usualmente ser tratados aqui nesta Comissão.

Eu chamo a atenção de todos para o fato de que nós temos um problema que é muito sério, que é grave: o cronograma, o período de tempo que temos pela frente, o tempo útil, Deputado Claudio Cajado, que nós temos pela frente para apreciar o Orçamento, a peça orçamentária. Nós temos que apreciar e votar o relatório da receita, o relatório preliminar, abrir prazos para as emendas, trabalhar os relatórios setoriais. E ainda temos o trabalho do Relator-Geral do Orçamento. Assim, será muito difícil, se nós acelerarmos ao máximo, aprovarmos neste ano.

Qual é a importância de aprovarmos o Orçamento neste ano? É que o ano que vem é um ano eleitoral. Portanto, as emendas parlamentares só podem ser liberadas até o meio do ano, efetivamente. Ora, se nós não aprovarmos o Orçamento neste ano, iremos aprová-lo somente lá para março ou abril do ano que vem, o que pode significar… Após a aprovação, ainda há todo um trabalho para abertura da peça orçamentária, elaboração dos quadros e detalhamento de despesas, enfim, o contingenciamento que ocorre sempre por uma medida cautelar do Governo, etc. Eu

temo, sinceramente, Deputado Claudio Cajado, que nós não consigamos votar o Orçamento e que, apesar de todo o esforço para tornar as emendas impositivas, não consigamos liberar essas emendas no primeiro semestre do próximo ano.

Por outro lado, todos nós sabemos com que zelo e com que rigor o Senador Eduardo Amorim tem tratado o tema da receita. As mudanças que estão aqui previstas — eu procurei tomar conhecimento delas — não alteram qualitativamente o trabalho do Relator. Ao contrário, aprimoram, aperfeiçoam esse trabalho.

Portanto, faço ao Presidente e a todos os Parlamentares o apelo para que nós venhamos a apreciar e votar o Orçamento, a fim de construir um cronograma seguro que nos leve à votação final do Orçamento ainda este ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Jorge Bittar.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, lembrando a todos que eu assumi um compromisso com o Senador Renan Calheiros de segurar a Ordem do Dia por 40 minutos. Temos ainda, portanto, muito tempo.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, já que teremos a conversa dos Líderes com V.Exa., eu quero chamar a atenção, Deputado Claudio Cajado, para os argumentos aqui levantados pelo Deputado Jorge Bittar, argumentos esses também clamados por V.Exa. — inclusive até provocados por V.Exa. na sessão anterior, parece-me — no sentido de a Comissão caminhar ao encontro da peça, pelo menos da preliminar, no que diz respeito ao Relator-Geral.

É importante lembrar que nós estamos aqui trazendo não modificações, como V.Exa. diz, do ponto de vista do que foi a estrutura — e quero ressaltar isto — muito bem conduzida pelo Senador Eduardo Amorim, ou seja, manter um relatório de receita. V.Exa., assim como eu, sabe que esta é a primeira vez, na Comissão de Orçamento — não fazendo, Senador Amorim, nenhum tipo de crítica aos Relatores passados, mas até compreendendo a conjuntura econômica e tratando das questões principalmente no que

diz respeito à responsabilidade na elaboração de uma receita —, que nós estamos apresentando um relatório de receita, enxergando e inclusive fazendo modificações, Senador Eduardo Amorim, nos macroindicadores.

V.Exa. teve a coragem de propor a leitura de um PIB muito mais próximo em relação à realidade, e fez também um ajuste enxergando a real variação cambial como também os índices inflacionários. Portanto, a modificação que se apresenta aqui e agora é decorrente, Deputado Claudio Cajado, de segunda-feira para cá, primeiro a partir da edição da Medida Provisória nº 627. Há necessidade, portanto, de o nosso relatório inclusive enxergar o contexto da renúncia que consta desta medida provisória, fazendo o que nós poderíamos chamar de verdadeiro ajuste contábil, já que não há nenhum tipo de necessidade de liberação de recursos, tampouco de definição das despesas para este aspecto da medida provisória.

Por outro lado, é um ajuste, meu caro Senador Wilder Morais, que a gente busca fazer para ajustar o trabalho do Relator-Geral ao trabalho dos Relatores Setoriais. Não há, portanto, nenhum ingresso de montante novo neste relatório do Senador Eduardo Amorim, senão uma reacomodação, uma redisposição desses recursos, permitindo que, principalmente para a área da educação, os valores sejam recompostos, o que facilitará, sem dúvida nenhuma, o trabalho do Relator junto às bancadas e junto aos Relatores Setoriais, e também fazendo um ajuste dessa medida em relação àquilo que advém da utilização dos recursos dos *royalties* do petróleo. Portanto, não há nenhum ingresso novo. *Royalties* do petróleo já estavam no relatório original. O que se faz agora, Senador Claudio Cajado, é só a movimentação, ou seja, a clarificação para o uso, e a constante aplicação, como previa desde o seu relatório anterior o Senador Eduardo Amorim, só que agora sem essa vedação, eu diria, e tampouco a vinculação. Isso permitirá devolver à educação esses recursos que estão alocados nos *royalties* do petróleo. São essas as modificações.

V.Exa. me falou de parâmetros de PIB. Não há nenhuma mexida, não há nenhuma alteração.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O Relator concorda com essas alterações?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Era isso que eu queria colocar. Era bom...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Relator vai se pronunciar a seguir.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Eu vou me pronunciar, mas eu quero deixar claro que não há nenhuma alteração com relação ao PIB, não há nenhuma alteração com relação ao IPCA.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É porque eu tenho duas críticas a serem feitas em relação à intenção de economia do Governo. V.Exa. sai de cento e sessenta e poucos milhões para cinquenta e poucos bilhões de intenção de economizar os gastos públicos. E eu queria fazer algumas críticas em relação a isso.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - O Relator foi extremamente justo, entendeu?

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Realístico, realístico.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Depois eu farei um registro aqui.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, o superávit primário, com relação ao superávit primário. Mas isso é uma questão. Eu queria apenas indagar o seguinte: V.Exa., objetivamente, aumenta a receita da educação em 3,5 bilhões? É isso?

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Não, remanejo.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Não, remaneja.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Remaneja de onde?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Da mesma fonte de *royalties*. A única diferença é que, mantida a situação atual, esses *royalties*, na realidade, não poderiam ser utilizados nesta área, se são destinados...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas remaneja de onde?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Da mesma peça. A diferença, deixe-me dizer...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Da educação para a educação?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Na mesma área, educação para educação. Há uma disposição, a partir da distribuição dos *royalties*, que, como estava no texto original, nós não poderíamos, de forma alguma, dispor desses recursos para, por exemplo, a nossa relatoria setorial na área de educação. Com essa modificação, abrir-se-á essa disponibilidade.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Ah, sim, pois não.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Portanto, desvincula-se e, ao mesmo tempo, não se retira do setor, não se retira da área de educação, o que permite...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O.k., e o outro item? E em relação à MP nº 626, de que V.Exa. falou?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - A outra MP é basicamente o seguinte...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Desonera?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - A MP trata de uma desoneração, na realidade, na ordem de 1,9 bilhão, que é uma provável receita que teria, a partir de uma modificação na estrutura contábil, ou seja, na realidade é uma isenção de algo que não vai se processar. Só que contabilmente nós temos que constar isso do relatório da receita.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Senador...

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Então, é importante que essa equação...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Constar a retirada dessa previsão de receita?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - O que seria essa desoneração, o que seria esse montante.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Engraçado, eu falei isso com o Deputado Danilo Forte e ele não concordou! E V.Exa., como Líder do Governo, está dizendo exatamente o que eu disse aqui da vez anterior.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Quem disse que o Deputado Danilo Forte representava os interesses do Governo? Eu não lhe disse que o Governo era contra a votação da LDO como estava?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então, o Deputado Danilo Forte é oposição ao Governo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, o Deputado Danilo Forte fez uma coisa mista entre o interesse do Governo e o interesse do Congresso.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Porque eu disse justamente isto: ao desonerar, você não pode manter a previsão de receita. Se está desonerado... Mas o Governo insiste.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mas nós fizemos esse ajuste.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O Deputado Danilo Forte disse, Senador Presidente Edison Lobão Filho... *(Pausa.)*

V.Exa. está com dois telefones no ouvido, não tem orelha para me ouvir! *(Risos.)*

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado Claudio Cajado, o que V.Exa. deve fazer é falar com o Presidente pelo celular. Manda um WhatsApp para ele! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Claudio Cajado, eu não ouvi. Eu estava com dois telefones.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Com uma orelha, eu ainda falo, mas com duas, Presidente, fica difícil! Deixe V.Exa. uma orelha para mim, mude o telefone para o outro lado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Bem, visto que está pacificado...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, não está pacificado, não! Eu estou dizendo que o Deputado Danilo Forte não aceitou a minha sugestão porque o Governo não queria. S.Exa. disse, palavras do Deputado Danilo Forte: *"O Governo não*

aceita não manter a estimativa de receita feita pela exoneração. Por quê? Porque a exoneração vai aumentar a arrecadação na ponta", argumento do Deputado Danilo Forte. E eu dizia*: "Então, reestime com a previsão da nova arrecadação".* O Deputado Danilo Forte insistiu e manteve esse absurdo, essa indecência no relatório dele.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Lembre-se de que o Deputado Danilo Forte estava relatando a diretriz orçamentária.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É isso mesmo.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Calma, calma! O nosso nobre Senador Eduardo Amorim...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Relatório de receita, muito bem.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - ... o que efetivamente disponibiliza para nós outros o montante de acréscimo que nós vamos ter para trabalhar no Orçamento a partir efetivamente do relato do nosso relator.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Apenas chamei atenção, Senador Walter Pinheiro, para o conceito; o conceito tem que ser o mesmo. V.Exa., como Líder do Governo, está no conceito que nós defendemos, mas o Deputado Danilo Forte disse que o Governo não aceitava. Ele jogou para o Governo, jogou no colo de V.Exa. a questão de que não era aceitável essa sugestão que eu estava fazendo, porque eu acho um absurdo e já fiz as emendas para quando nós formos a plenário no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Essa é uma discussão em outra instância, que é já no plenário.

Eu vou passar agora...

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - V.Exa. vai ver que tem várias emendas minhas também, essa própria.

(Não identificado) - Eu queria ouvir o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou passar agora à leitura do relatório com o Senador Eduardo Amorim.

Com a palavra o Senador Wilder Morais pela ordem.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Presidente, eu queria... Presidente, eu só queria dizer do entendimento que tive com o Relator, Senador Eduardo Amorim, juntamente com o Senador Walter Pinheiro, quando conseguimos recompor e reconstituir quase 3 bilhões, 4 bilhões, que estavam sendo suprimidos na questão dos *royalties* do petróleo.

Então, houve um entendimento com a gente. O relator Walter Pinheiro já fez um destaque em que a gente pode ter acordo e seguir essa votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Senador Eduardo Amorim para a leitura do seu relatório.

(Não identificado) - Eu queria ouvir V.Exa.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Um minuto, por favor.

Eu havia feito um acordo de votar... não votar o seu relatório pela sua ausência. Já que V.Exa. chegou, nós vamos seguir a pauta e eu vou passar à apreciação, antes de votar o relatório da receita, do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 40, que abre ao Orçamento fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária, Abastecimento, Turismo e Cidades, crédito suplementar no valor de 240 milhões, para reforço de dotações constantes na lei orçamentária vigente.

O Relator é o Deputado José Priante. Foram apresentadas 175 emendas. O voto é pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Poder Executivo com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 28 a 32, 36 a 42, 64, 65, 71, 74, 128 a 130, 132, 133, 136, 137, 147, 148, e pela rejeição das demais.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório. O prazo de destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do regulamento interno da CMO. E em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

Com a palavra o Relator, Deputado Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, é uma questão de economia, para que a Comissão possa avançar na sua pauta. Eu peço vênia da Comissão para dispensar a leitura do relatório, tendo em vista a distribuição, e que V.Exa. possa submeter o voto já lido por esta Presidência, agradecendo pela aquiescência e compreensão dos Senadores e Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Priante.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, a discussão e o prazo para orientação de destaques estão encerrados.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Por favor, peço silêncio na Comissão, para que a gente possa dar seguimento ao importante item do relatório da receita. Silêncio, por favor.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passamos agora à apreciação do relatório da receita apresentado ao Projeto de Lei nº 9/2013, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014, PLOA para 2014.

O Relator da receita é o nobre Senador Eduardo Amorim. Foram apresentadas 2 emendas, sendo uma de receita e outra de renúncia fiscal. O voto pela aprovação do projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2014, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das aprovações das oito emendas de Relator, sendo pela

aprovação parcial da Emenda nº 2973.0001, a receita, e rejeição da Emenda nº 9041.0001 a renúncia da receita.

O Relator da receita está com a palavra para apresentação do seu Relatório e das Erratas nºs 1 e 2.

O prazo de destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I, do art., 60 do Regulamento Interno da CMO.

Eu quero, antes de passar a palavra ao Relator, fazer o registro de que o Relator Eduardo Amorim, com muita consciência, defendendo o Congresso Nacional, diferente do proposto pelo Governo, elevou o patamar dos índices de inflação segundo estudo técnico feito pelos nossos consultores, segundo estudo feito pelo mercado, diminuiu o crescimento do PIB brasileiro em uma visão mais realista.

Eu quero de já parabenizar o trabalho técnico, consciente e responsável feito pelo Senador Eduardo Amorim, a quem tenho o prazer e a honra de passar a palavra.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas palavras, pelos adjetivos e pelos predicados.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, procuramos construir, com ajuda dos técnicos desta Casa, um relatório mais próximo possível da nossa realidade.

Todos nós sabemos que o relatório da receita é uma estimativa, diferente do relatório da despesa. Então, ouvindo muitos técnicos, ouvindo os colegas — agradeço alguns especialmente, como a Dra. Maria Alice e o Dr. Rui, pelo empenho e dedicação —, construímos, estamos entregando aqui e lendo um relatório estritamente realístico e técnico.

Após trabalharmos exaustivamente na relatoria do Orçamento da União, avaliamos que haveria um excesso de arrecadação em torno de 17 bilhões da receita, no que veio da Proposta de Lei Orçamentária — PLOA de 2014 do Poder Executivo.

Debruçamo-nos sobre os dados de maneira minuciosa, acima de tudo com extremo zelo e responsabilidade. Percebemos, então, que, desses 17 bilhões, 12

bilhões seriam excesso de Receitas Extraordinárias na receita administrada pela Receita Federal, e 5 bilhões seriam da venda de imóveis, que, muitas vezes, não se concretizam na prática.

Entretanto, somente após novas informações...

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Senador, qual é a página, por favor?

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Estou fazendo um pequeno resumo. Não estou lendo; estou apenas apresentando.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Não está? O.k.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Entretanto, somente após novas informações, tanto do Governo quanto do mercado, decidimos analisar a previsão da receita conforme o novo cenário econômico, mudanças essas que incluem:

1) O aumento da previsão da inflação atual, o IPCA de 5 para 5,8 do IGP-DI, Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, e apura as variações de preços de matérias primas e agrícolas industriais no atacado e de bens e serviços finais no consumo de 5,5% para 6%, e o acumulado do crescimento do PIB cai de 4% ao ano para 3,8% ao ano;

2) Aumento na perspectiva de distribuição de dividendos, provavelmente oriundos de uma grande empresa estatal;

3) Aumento na expectativa de arrecadação de concessões devido à maior concorrência do leilão de outorga no setor, especialmente no setor de telecomunicações dos 17 mega-hertz de frequência;

4) Aumento na expectativa de arrecadação de *royalties* de petróleo.

Dessa maneira, colegas Parlamentares, a arrecadação foi elevada em 13 bilhões brutos e 12,1 bilhões líquidos de transferência a Estados e Municípios. A receita primária líquida, que engloba tudo que o Governo Federal arrecada, depois de descontadas as transferências a Estados e Municípios, estava estimada em 1,08 trilhão; com a reestimativa, sobe para 1,092 trilhão. Esse aumento de 1,1 deve vir principalmente das

chamadas receitas não administradas, como as decorrentes de concessões, dividendos de empresas estatais e *royalties* do petróleo, por exemplo.

É importante ainda afirmar que esse foi o menor acréscimo nos últimos 5 anos, Deputado Cajado, um dos menores desde 1994.

Tivemos a preocupação, o cuidado e a responsabilidade de apresentar um relatório que estivesse de acordo com a realidade atual, uma vez que a inflação está acima do que foi previsto. Por outro lado, o comportamento da economia e o crescimento do PIB estão apresentando uma recuperação lenta.

Acredito que o volume atual de 176 bilhões de restos a pagar reflete uma receita frustrada e não realista, o que torna em verdade o Orçamento uma peça muitas vezes fictícia. A frustração de receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal em relação ao projeto de lei foi em torno de 60,2 bilhões, em 2012, e 60,2 bilhões, em 2013.

Portanto, a receita primária total na proposta para 2014 é de 1 trilhão e 298,4 bilhões. E a receita primária líquida é de 1 trilhão e 80,6 bilhões. Com a nossa avaliação, a receita primária bruta será aumentada em apenas 13 bilhões, e a receita primária líquida, em 12,1 bilhões, como já salientamos.

Nesse sentido de tornar o posicionamento o mais realista possível e evitar o acúmulo de restos a pagar, inclusive de emendas que nunca serão executadas, embora prometidas muitas vezes, apresentamos à apreciação e votação da Comissão Mista de Orçamentos o nosso relatório.

Vamos lê-lo agora, Sr. Presidente.

Primeira errata.

Errata ao Relatório da Receita — PL nº 009/2013-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014. Este, com certeza, vocês podem acompanhar.

a) Substituir a Tabela I, disposta em seguida ao parágrafo 20 do Relatório, pela tabela a seguir, como está demonstrado na errata;

b) Incluir, no Quadro de “Parâmetros e Indicadores Macroeconômicos”, em anexo ao relatório, na linha “PIB (R$ bilhões)”, coluna “Congresso 2014”, o valor de 5.251,8;

c) Substituir, no mesmo quadro, linha “IGPdi acum (%)”, na coluna “Reest Min Planej Novembro”, o valor de 5,79 por 6,00; e

d) Incluir, no mesmo quadro, linha “Câmbio médio (R$/US$)”, na coluna “Reest Min Planej Novembro”, o valor de 2,25, e na coluna “Congresso 2014”, o valor de 2,30.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Isso é, na verdade, erro de essência. Não é erro de essência. Desculpem.

Errata II ao Relatório da Receita — PL nº 009/2013-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014.

1. Procedam-se as seguintes alterações no mencionado Relatório:

a) Substituir no parágrafo 15 desse Relatório a expressão “5,9% do IPCA médio” por “5,8% do IPCA acumulado”;

b) Substituir no parágrafo 19 desse Relatório as expressões “24,8% do PIB” e “25,0% do PIB” pelas expressões “24,76% do PIB” e “24,83% do PIB”, respectivamente;

c) Substituir no parágrafo 91 desse Relatório as expressões “IPCA de 5,9%” e “variação de 6,0%” por “IPCA de 5,8% acumulado” e “variação de 6,0% acumulada”, respectivamente;

d) Substituir no parágrafo 95 desse Relatório o valor de R$ 5.251,8 bilhões pelo valor de R$ 5.280,4 bilhões;

e) Substituir no parágrafo 102 desse Relatório as expressões “24,8% do PIB” e “25,0% do PIB” pelas expressões “24,76% do PIB” e “24,83% do PIB”, respectivamente;

f) Substituir as Tabelas I e II que se seguem ao parágrafo 103 desse Relatório pelas Tabelas em anexo, em função da alteração da estimativa do PIB nominal para 2014; e

g) Substituir, no Quadro de "Parâmetros e Indicadores Macroeconômicos", em anexo a esse Relatório, na linha "PIB (R$ bilhões)", coluna "Congresso 2014", o valor de 5.251,8, incluído pela Errata I, pelo valor de 5. 284,40 reais.

2) Informar que os efeitos da Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, já estão considerados nas estimativas de receita do Congresso Nacional para 2014.

Portanto, colegas Parlamentares, procuramos construir, como eu já disse, um relatório o mais próximo possível da realidade, embora, como dissemos, a receita é estimada.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Uma questão de ordem, Senador.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Pois não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - O Item B e o Item E deste relatório têm praticamente a mesma redação. Só muda a página. Não é uma repetição?

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Da errata?

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Da errata.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Da Errata 1.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - O Item B e o Item E. Os números são os mesmos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, pela ordem.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Ele está falando em parágrafos diferentes: § 112 e § 19.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Mas são os mesmos percentuais.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - É o mesmo número. É só uma correção.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Está entendido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado, pela ordem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Na verdade, é uma questão de ordem, Sr. Presidente. São duas coisas. Primeiro, estamos tendo conhecimento agora da errata apresentada pelo nobre Relator, Senador Eduardo Amorim, e V.Exa., que é um regimentalista rigorosíssimo, o art. 128 do nosso Regimento Comum prevê que haja a previsão de distribuição de 48 horas para que possamos discutir e votar.

Eu peço a V.Exa. que nos dê um tempo antes de podermos concluir, para que possamos analisar. Eu quero pelo menos um tempo de 15 a 20 minutos para poder analisar. Mas digo que o Regimento prevê 48 horas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) -Sim, mas...

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Poderia responder, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não. Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Quero apenas lembrar ao Deputado Claudio Cajado que essas duas erratas são apenas erros estatísticos. São ajustes que estão sendo feitos. Não há nenhuma modificação. É apenas erro de essência. Então, peço a sua consideração.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Senador Eduardo Amorim, V.Exa. é do PSC, e eu sou do Democratas, da Oposição. Mas V.Exa. é da base do Governo, e o Governo não acordou o seu relatório. Portanto, V.Exa. está mais próximo de mim do que distante.

Então, independente do mérito, eu tenho o maior respeito e elevada consciência de que V.Exa. está fazendo uma questão técnica. Mas eu preciso desse tempo. Por isso que estou dizendo que, ainda que invoque o art. 128 do Regimento, eu peço apenas 10 a 15 minutos para analisar. Eu não tenho nenhum interesse em não levar em consideração.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Agradeço a sua compreensão. V.Exa. tem total razão: eu agi de acordo com a minha consciência disso. Tenha a certeza disso.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu sei, eu tenho certeza.

Agora, Presidente, eu gostaria de chamar a atenção de V.Exa. e da Secretaria da Mesa, porque é segunda vez que eu apresento um requerimento e ele não é lido. O requerimento que eu apresentei para a retirada da discussão da matéria, de acordo com o art. 41, parágrafo único, tinha que ser lido antes. Então, estou chamando a atenção disso porque nós acordamos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não foi lido porque V.Exa. foi atendido, sem necessidade de leitura.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Nós acordamos. Perfeito. Mas, de qualquer forma, V.Exa. deveria dizer que há um requerimento sobre a mesa e perguntar ao autor se o mantém ou se o retira, como nós fazemos em qualquer Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Claro. Quando for necessário, V.Exa. sabe disso, porque tem tanta preocupação com o Regimento...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas é importante. É a segunda vez que aconteceu e é importante que a gente sempre observe isso. Vai que eu passe batido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, mas eu estou aqui para lembrar V.Exa.!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Ah, muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - E já que gostas tanto deste belo Regimento, ele não permite as 48 horas para a errata de formal de correção estatística. Segundo a Secretária... Mas também não importa, porque, de qualquer forma, eu vou atender ao pedido de V.Exa...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - ... de conceder 10 minutos de suspensão desta reunião, para que o Deputado Claudio Cajado possa se aprofundar melhor, e nós, em acordo, votarmos o relatório da receita ainda hoje.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, a partir de agora, está suspensa esta sessão por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Sr. Presidente, só uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, antes do encerramento.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Eu gostaria de aproveitar aqui a presença do Senador Walter Pinheiro. É uma matéria que nós vamos discutir na próxima semana, aqui na Comissão: a questão do embargo das obras federais. E nós estamos com um embargo da principal do Brasil e da Bahia, a Ferrovia Leste/Oeste.

Agora há pouco, eu conversava com o Senador, e eu gostaria já de antecipar essa meta importantíssima para nós, como obra relevante para o desenvolvimento econômico e social da Bahia e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado.

Está suspensa esta reunião por 10 minutos. *(Pausa prolongada.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senhores, aos seus assentos. Vamos retomar os trabalhos desta Comissão de Fiscalização e Controle.

Secretária Socorro, por favor...

Tendo em vista que o Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE não se manifestou contra as emendas apresentadas e de Relator, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 25, da Resolução nº 1 do Congresso Nacional, solicito autorização do Plenário para votação dos relatórios de receitas, reapresentados ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014.

A solicitação de autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Em votação, agora, na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovada.

O relatório de receita e as Erratas nºs 1 e 2 estão em discussão.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Foram apresentados 6 destaques.

O relatório da receita e as Erratas nºs 1 e 2 estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

Em votação, agora, na representação do Senado Federal, ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão também aprovados.

Passamos, agora, à apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 79, § 2º, da Resolução nº 1 estabelece que não será aceita a solicitação para votação em separado de destaque após a aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques. Sendo assim, solicito autorização ao Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovada.

Passamos, agora, à apreciação dos 3 destaques iniciais apresentados pelo Senador Wilder Morais.

O encaminhamento do Relator Eduardo Amorim é pela rejeição. Então, o relatório é pela rejeição dos destaques.

Passo a palavra ao Relator Eduardo Amorim.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Sr. Presidente, nosso relatório é pela rejeição em virtude do que já lemos aqui nas nossas manifestações e explicações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Coloco em votação, então, os 3 primeiros destaques de autoria do Deputado Wilder Morais.

Os Deputados que aprovam o parecer do Relator pela rejeição...

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, para encaminhar contra o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Contra o parecer do Relator? Não, não, não, não.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Contra a rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, os Deputados que aprovam o parecer do Relator pela rejeição dos destaques permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o parecer do Senador pedindo a rejeição.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Estão rejeitados os destaques.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Calma, calma. Deixem-me explicar melhor. Agora mais devagar. Eu estou com esta pressa toda porque a Ordem do Dia do Senado está para começar.

O parecer do Relator Eduardo Amorim foi pela rejeição do pedido de destaque do Senador Wilder.

Portanto, eu coloquei em votação o parecer do Senador Eduardo Amorim.

Nós aprovamos o parecer dele, ou seja, a rejeição dos destaques do Senador Wilder. Agora, nós vamos passar... Portanto, desnecessário, inclusive, ir para o Senado Federal.

Vamos passar, agora, à apreciação dos destaques do Senador Walter Pinheiro.

Passo a palavra ao Relator.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, apenas para esclarecimento.

V.Exa. botou em discussão... Não ouvi isso, passou rápido e foi votado.

Eu queria dizer que eu tinha algumas observações a fazer a respeito do relatório do Senador Eduardo Amorim, e nós íamos encaminhar a votação contra.

Então, peço que V.Exa., na votação, faça uma ressalva e conte o voto contra da bancada do Democratas. E, na discussão posterior à votação do destaque do Deputado Walter Pinheiro, eu farei os comentários a respeito do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Peço à Mesa que registre a posição contrária do Deputado Claudio Cajado, da bancada do DEM, na votação já ocorrida do relatório.

Passo agora à votação dos destaques de autoria do Senador Walter Pinheiro.

Tem a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Sr. Presidente, o relatório do Senador Walter Pinheiro é praticamente coincidente com o do Senador Wilder. Portanto, pelos mesmos motivos, rejeitamos o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra pela ordem ao Sr. Senador Wilder.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Sr. Presidente, eu gostaria de defender o meu destaque.

Como todos sabem, sou Relator...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Ele já foi rejeitado, Senador Wilder.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - É o mesmo do Senador Walter.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, positivo.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Então, gostaria de passar a palavra ao Senador Walter para fazer a defesa, já que o conteúdo do destaque é o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, para que possa fazer a defesa do seu destaque.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, só quero chamar a atenção para a votação desta matéria e encaminho contrariamente ao parecer do Relator. Portanto, defendendo a aprovação dos destaques, até porque foram... E compreendo a natureza. O Relator inclusive acordou isso conosco no sentido da manutenção do relatório dele, mas esses ajustes seriam feitos exatamente por destaque. Portanto, chamo a atenção do Plenário para que votemos contra o parecer do Relator, que na prática é voto favorável aos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Submeto à votação na representação da Câmara dos Deputados os destaques do Sr. Senador Walter Pinheiro.

Os Srs. Deputados que são favoráveis aos destaques, por favor, se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovados os destaques do Senador Walter Pinheiro na representação da Câmara dos Deputados.

Submeto agora à votação na representação do Senado Federal os destaques do Sr. Senador Walter Pinheiro.

Os Srs. Senadores que são favoráveis aos destaques, por favor, se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovados os destaques na representação do Senado Federal.

Aprovados os destaques, está concluída a votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra enquanto o Relator da LOA não chega.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem a palavra o Sr. Deputado Claudio Cajado para discussão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, o Relator da Lei Orçamentária Anual está vindo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vai apresentar o relatório preliminar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Agora?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - S.Exa. vai encaminhar o relatório preliminar.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Nós marcamos para as 6 horas, coincidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - S.Exa. vai apresentar o relatório, o qual ficará disponível a todos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Na Internet?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vai entregar, exatamente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Tudo bem. O.k.!

Então, este é o último item.

Terminada a discussão aqui, V.Exa. encerrará a sessão, hoje?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não. Vou suspender a sessão até terça-feira, por proposição de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, não, não!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É! Pensa que esqueci?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Calma! Sr. Presidente, propus suspender para hoje. Hoje, proponho que V.Exa. encerre a sessão, para na próxima semana abrir outra.

Bom. Eu queria apenas dizer, Senador Amorim, que V.Exa. fez um relatório minucioso, estudado, com muita cautela, com muita firmeza. Mas discordo de V.Exa. em pequenos pontos. Por exemplo, quando segue as diretrizes do mercado em relação a

câmbio, inflação e juros, V.Exa. tem uma previsão mais realista do que o Governo. Por outro lado, quando prevê 3,8% de crescimento do PIB, V.Exa. destoa bastante do mercado, já que o mercado prevê 2,1%. Então, essa elevação obviamente aumenta a receita, o que vai levar à frustração de receita de arrecadação, como o Governo tem insistido reiteradamente em fazer.

Sei que V.Exa., na condição de expor o superávit primário, reproduziu o que estava constante da LDO, que prevê um absurdo de diminuição de 167 bilhões de reais, em 2013, para 56 bilhões. Teremos uma previsão de 58 bilhões de reais. A leitura do mercado a respeito disso será terrível, porque o Governo está lavando as mãos para o descontrole fiscal. Isso, agregando o ano eleitoral de 2014, poderá ser extremamente maléfico para a economia brasileira e principalmente para as contas públicas. Temos de ter esse cuidado.

Mas vou travar essa discussão na próxima semana, no Plenário do Congresso Nacional, porque é um absurdo que os Congressistas possam dar o seu voto, depois do exposto na LDO nesse aspecto, nesses dois pontos.

Afora isso, V.Exa. teve os cuidados necessários de não incluir um erro fácil de colocar uma inflação absolutamente irreal, com prejuízos claros ao cenário econômico do País, até porque não adianta hoje em dia expor algo que ninguém acredita. Esse é um tipo de política que ficou para trás. O Governo está insistindo em retroceder nesses avanços feitos desde à época de Fernando Henrique.

Portanto, votamos contra o relatório de V.Exa., por uma questão até de respeito ao seu relatório. Nesse particular, não podemos concordar jamais com esse aspecto. E, no que se refere ao PIB, não penso; tomara, tomara que possamos lá!

Mas quando vemos os investimentos sendo contingenciados, quando vemos as estatais sem recursos, quando temos de capitalizar a PETROBRAS, que está com problemas graves de receita, por conta de segurar determinadas fontes de receitas que o Governo acha que são repercussões negativas ou do ponto de vista político ou do ponto de vista inflacionário, acaba-se prejudicando muito determinados segmentos. Em

hipótese alguma, vejo um cenário de crescimento de 3,8% do PIB para o próximo ano, até porque se formos ver o que o BRICS apresenta como previsão de crescimento, isso estaria acima do que eles estão prevendo. E o Brasil, dentre os países que integram o BRICS, é o que menos cresceu. Na América do Sul, é pior ainda.

Então, para mim esse cenário é fictício, é irreal. Por isso, votamos contra.

Sr. Presidente, sugiro a V.Exa. que encerre a sessão hoje, para que possamos reabri-la na terça, inclusive porque o Plenário da Câmara dos Deputados já está vazio, muitos Deputados já foram embora.

Repito, peço a V.Exa. que encerre a sessão hoje, para reabri-la na terça, aí sim, com sessões consecutivas às terças, às quartas e às quintas, duas ou três vezes ao dia, conforme V.Exas. desejarem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra neste momento ao Sr. Senador Eduardo Amorim.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Sr. Presidente, claro, respeito sim o nobre colega, Sr. Deputado Cajado, nas pequenas discordâncias, apenas pequenas discordâncias, como S.Exa. disse.

Saiba, Cajado, que este relatório foi construído o mais próximo possível da realidade. Há que se lembrar que a receita é estimada. Então, tenho a consciência tranquila de que estamos procurando ajudar o nosso País, a nossa Nação. Tomara que o PIB seja muito maior, mas não é isso o que o cenário desenha. Tomara que a inflação seja menor, mas não é isso que o cenário desenha. Então, respeito as pequenas divergências, pelo que vi, poucas divergências.

Sr. Presidente, só tenho a agradecer a oportunidade, mais uma vez; agradecer às pessoas que nos ajudaram, especialmente a Sra. Maria Lígia e o Dr. Rui, pela nobre colaboração. Trabalhamos com afinco nas últimas semanas para construir isso, estudando com detalhe cada situação. E é isso o que apresentamos. No mais, só tenho a agradecer a todos os colegas Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Agradeço ao Sr. Senador Eduardo Amorim, que, com seu costumeiro brilhantismo, pôde dar sua dedicação à consecução desse trabalho.

Com a palavra o Senador Wilder.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Sr. Presidente, eu só gostaria que V.Exa. registrasse em ata os 3 destaques que ofereci, que são iguais aos do nobre Senador Walter Pinheiro, mas eu os apresentei primeiro.

Isso é o que gostaria que constasse em ata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Quero registrar que os 3 destaques do Senador Wilder eram de igual teor aos do Senador Walter Pinheiro. Quero que isso conste em ata. E, depois de profundo estudo do Senador Wilder, nós, em acordo, priorizamos a votação dos destaques do Senador Walter Pinheiro, sem prejuízo da participação e do trabalho realizado pelo Senador Wilder Morais.

Eu, atendendo a pedido do Sr. Deputado Cajado, como sempre o faço...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - V.Exa. sempre o faz com um largo sorriso no rosto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sempre o faço, já que o Deputado Cajado também é sensível às necessidades desta Comissão e não obstrui os trabalhos quando percebe que realmente estamos trabalhando em prol do País.

Eu vou encerrar esta sessão e convocar outra para terça-feira, às 14h30min.

Antes de encerar, quero registrar que estou determinando como prazo, iniciando amanhã e finalizando dia segunda-feira, dia 18, para análise do relatório preliminar da LOA e entrega das emendas por parte dos Parlamentares a este relatório.

Nós colocaremos em votação a matéria no dia 21 do mês de novembro.

]

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 19 E 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

Aos dezenove e vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 29 de 2013. Durante esse período, verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Andre Moura, Bohn Gass, Bruno Araújo, Carlos Magno, Claudio Cajado, Danilo Forte, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Giovani Cherini, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Marcos Montes, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Sandro Alex, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro; dos **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lobão Filho, Randolfe Rodrigues e Walter Pinheiro; dos **Deputados Suplentes**: Ademir Camilo, Afonso Florence, Alex Canziani, Carlos Brandão, Chico Lopes, Dalva Figueiredo, Dilceu Sperafico, Gera Arruda, Humberto Souto, José Rocha, Osvaldo Reis, Oziel Oliveira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Valtenir Pereira e Walter Ihoshi; e do **Senador Suplente** Casildo Maldaner. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Ricardo Berzoini, Roberto Teixeira, Rose de Freitas, Ruy Carneiro e Severino Ninho e os Senadores Titulares Anibal Diniz, Lúcia Vânia e Wilder Morais. **ABERTURA:** às 14h52 do dia 19 de novembro, havendo número regimental para abertura, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, Senador Lobão Filho, declarou iniciados os trabalhos. Logo após, o Deputado Lourival Mendes solicitou dispensa da leitura da Ata da 9ª Reunião Ordinária, ocorrida em 12 e 13 de novembro de 2013. Foi atendido pelo Plenário. Em deliberação, a Ata foi **aprovada** por unanimidade. A seguir, o Presidente anunciou que o Relatório Preliminar ao Projeto de Lei Orçamentária para 2014 já estava disponível para consulta na página da CMO na *internet*. O Deputado Cláudio Cajado fez uso da palavra para questionar ao Presidente quais matérias seriam apreciadas naquela reunião, além de manifestar a intenção de solicitar a retirada de Pauta de algumas. Solicitou, ainda, ao Relator-Geral da LOA 2014, Deputado Miguel Corrêa, maior proximidade, para que o Relatório dessa matéria conte com a participação de todos os parlamentares da Comissão. Em resposta, o Deputado Miguel Corrêa alegou ser essa a sua filosofia de trabalho, além de pedir que a votação do Relatório Preliminar ocorresse no dia 20 de novembro, às 18h. O Presidente, novamente com a palavra, anunciou que durante a Reunião pretendia votar os Projetos de Lei constantes da Pauta e logo após faria reunião com o Colegiado de Líderes visando buscar acordo para a votação do Relatório Preliminar. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que

a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA: 1. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 11/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor das empresas estatais que menciona, crédito especial no valor de R$ 986.053.775,00 (novecentos e oitenta e seis milhões, cinquenta e três mil, setecentos e setenta e cinco reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado José Priante. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Weverton Rocha como relator *ad hoc*. O Relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **3. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 14/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 64.754.694,00 (sessenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais), para os fins que especifica". Relatora: Deputada Gorete Pereira. Foram apresentadas 39 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de n°s 1, 2, 8, 10 a 14, 17, 28 a 36 e 38, e pela rejeição das demais. Ausente a Relatora, foi designado o Deputado Alex Canziani como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional,* o Presidente declarou inadmitidas as emendas de n°s 01, 02, 08, 10 a 14, 17, 28 a 36 e 38, indicadas pelo relator. Houve a leitura do Relatório. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. Após a aprovação dessa matéria, o Deputado Cláudio Cajado fez uso da palavra para comentar sobre a necessidade de construção de mais leitos hospitalares no Brasil, em especial nas Regiões Norte e Nordeste. Em complementação, o Presidente falou sobre acidente que sofreu e também sobre a inauguração de novos de UTI na Santa Casa de Saúde do Estado do Maranhão. **5. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 23/2013-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 174.731.771,00 (cento e setenta e quatro milhões, setecentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Sandro Alex. Foram apresentadas 9 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de n°s 02, 06, e 07; pela aprovação da emenda nº 05; pela aprovação parcial das emendas de nºs 1, 3, 8 e 9; e pela rejeição da emenda nº 04. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Alex Canziani como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou inadmitidas as emendas de n°s 02, 06 e 07, indicadas pelo relator. Houve a leitura do Relatório. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **8. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 35/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito

especial no valor de R$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), para o fim que especifica". Relatora: Deputada Rose de Freitas. Foram apresentadas 09 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade das 09 emendas apresentadas. Ausente a Relatora, foi designado o Deputado Claudio Cajado como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou inadmitidas as emendas de n°s 1 a 9, indicadas pelo relator. O Relatório foi apresentado. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **6. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 28/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Pesca e Aquicultura, crédito especial no valor global de R$ 28.400.000,00 (vinte e oito milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Osvaldo Reis. Foram apresentadas 69 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de n°s 02, 04, 07, 32, 33, 47 e 54, e pela rejeição das demais. Em conformidade com o disposto no § 2° do Art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitidas as emendas de n°s 02, 04, 07, 32, 33, 47 e 54, indicadas pelo relator. Houve a leitura do Relatório. Logo após a leitura, o Deputado Cláudio Cajado solicitou a palavra para alertar que o Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao PLOA 2014 ainda não estava disponível. O Presidente, em resposta, informou que já havia providências tomadas nesse sentido. O Deputado Cláudio Cajado ainda discutiu a matéria e houve réplica por parte do Relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **12. RELATÓRIO APRESENTADO AO OFÍCIO Nº 38/2013-CN**, que "Encaminha Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica -APO no primeiro semestre de 2013." Relator: Senador Anibal Diniz. Voto: no sentido de que a CMO tome conhecimento da matéria, e encaminhe notificação à Autoridade Pública Olímpica, exigindo que nos próximos relatórios semestrais de atividades seja apresentada, além das descrições das reuniões e das atividades burocráticas, realizadas mês a mês, a apresentação da prestação de contas detalhada dos gastos efetuados no âmbito do orçamento da União, no Ministério dos Esportes, na Unidade Orçamentária 51.204. Ausente o Relator, foi designado o Senador Acir Gurgacz como relator *ad hoc*. A leitura do Relatório foi feita. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. Por proposta do Presidente, foi submetido à apreciação do Plenário da Comissão Requerimento para serem incluídos na pauta os Relatórios aos seguintes Projetos de Lei do Congresso Nacional: 25, 27, 37 e 41, todos de 2013. Ao ser anunciado o Requerimento, o Deputado Cláudio Cajado manifestou-se contra a inclusão de matérias extrapauta, alegando que era necessário conhecer melhor o seu conteúdo antes da apreciação. Logo após, os Deputados Guilherme Campos e Humberto Souto solicitaram a inclusão dos Relatórios aos Projetos de Lei nº 25 e 27/2013, respectivamente. O Deputado Domingos Sávio, também participando do debate, alegou que havia a necessidade de se inteirar das matérias mais detidamente, contudo aceitaria

que elas fossem incluídas na pauta, mas não deliberadas. Na sequência, o Deputado Carlos Magno perguntou ao Deputado Cláudio Cajado se realmente não havia tempo para tomar conhecimento da matéria ou se havia orientação partidária para não inclusão de itens na Pauta. Em resposta, o Deputado Cláudio Cajado argumentou sobre a importância de se entender as matérias em deliberação. A seguir, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. **10. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 39/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R$ 17.600.000,00 (dezessete milhões e seiscentos mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Weverton Rocha. Foram apresentadas 2 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade das 02 emendas apresentadas. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou inadmitidas as emendas de n°s 1 e 2, indicadas pelo relator. O Relatório foi apresentado. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **11. RELATÓRIO APRESENTADO AO OFÍCIO Nº 26/2013-CN**, que "Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, e do artigo 1º, § 8º da Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011, o Relatório Gerencial Trimestral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES referente ao segundo trimestre de 2013". Relator: Deputado Evandro Milhomen. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Relatório foi apresentado. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **2. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 13/2013-CN**, que "Altera o Anexo I à Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015". Relator: Senador Anibal Diniz. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das 5 emendas apresentadas. O Deputado Claudio Cajado solicitou o adiamento da apreciação da matéria para a próxima reunião, e com a concordância do Presidente, foi **adiada** para o dia 20/11/2013, quarta-feira, às 18 horas. **9. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 36/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor de R$ 737.989.256,00 (setecentos e trinta e sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e cinquenta e seis reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Wilder Morais. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ausente o Relator, foi designado o Senador Acir Gurgacz como relator *ad hoc*. Discutiu a matéria o Deputado Domingos Sávio. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. A seguir, o Deputado Afonso Florence apresentou dois Requerimentos. O primeiro solicitou a inclusão na Pauta do Relatório ao Projeto de Lei - CN nº 20/2013. O Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. O segundo foi o **REQUERIMENTO Nº 8/2013 – CMO**, que "Requer diligência de membros do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, aos locais de execução de obras em que o TCU

identificou indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação". Houve apoio do Deputado José Rocha. O Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. A seguir, após manifestação do Presidente sobre o leilão do Campo de Libra, levantou-se debate sobre esse tema. Participaram do debate os Deputados Domingos Sávio, José Rocha e Afonso Florence, além do Presidente. Findo o debate, o Deputado Cláudio Cajado questionou a quase apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 13/2013 – CN, uma vez que não havia acordo para sua deliberação. O Presidente esclareceu o equívoco ocorrido. Logo após, o Deputado Domingos Sávio alegou não ter recebido ainda o Relatório Preliminar com Emendas apresentado à LOA 2014 e também perguntou ao Presidente quais itens haviam sido incluídos como extrapauta. Após responder ao Deputado Domingos Sávio, o Presidente suspendeu a reunião, às 16h37, pelo prazo de 5 minutos para dialogar com os membros do Colegiado de Líderes. Às 16h43, o Presidente reiniciou os trabalhos e anunciou a intenção de votar o Relatório Preliminar no dia seguinte, 20 de novembro, desde que os parlamentares conseguissem analisá-lo. Fazendo uso da palavra, o Deputado Domingos Sávio solicitou a presença do Relator-Geral da LOA 2014, Deputado Miguel Corrêa, para que houvesse diálogo prévio. Logo após, às 16h45, o Presidente suspendeu os trabalhos. Antes, convocou reuniões para o dia 20 de novembro, quarta-feira, nos seguintes horários: às 17h30min, reunião do Colegiado de Líderes com assento na Comissão, na sala de reuniões da Presidência, para tratar sobre a apreciação do Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 9/2013-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014"; e às 18 horas, continuação da Reunião Ordinária, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Tendo em vista realização de Ordem do Dia do Congresso Nacional, o Presidente aguardou o seu término, que se deu à 1h18 do dia 21 de novembro. À 1h26, portanto, os trabalhos da CMO foram reiniciados. O Presidente convidou o Deputado Miguel Corrêa, Relator-Geral da LOA 2014, para compor a Mesa. **EXPEDIENTE**: conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. A seguir, o Presidente solicitou à Secretaria da Comissão que remetesse todos os Projetos de Lei referentes a créditos adicionais ao Congresso Nacional, uma vez que, devido ao disposto nos *artigos 106 e 107 da Resolução nº1/2006 do Congresso Nacional*, não seria mais possível analisá-los na CMO. Logo após, foi apresentado Requerimento, de autoria do Deputado Miguel Corrêa, para inclusão na Pauta do Relatório Preliminar com Emendas apresentado à LOA 2014. O Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. **EXTRAPAUTA: RELATÓRIO PRELIMINAR COM EMENDAS APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 9/2013-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014", (LOA/2014). Relator-Geral: Deputado Miguel Corrêa. Foram apresentadas 76 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentado pelo Relator-Geral, com as alterações

decorrentes dos ajustes de redação identificados no texto, da aprovação parcial das emendas de nºs 5 a 11, 13 a 16, 18, 19, 23, 27, 29 30, 36, 41, 43, 50, 56, 58 a 60, 62, 63, 66, 68, 72, e pela rejeição das demais. Foram apresentados 14 destaques. O Relator-Geral apresentou o Relatório. Logo após, o Presidente agradeceu aos funcionários que ali estavam devido ao avançado da hora. Dando continuidade, o Deputado Danilo Forte manifestou-se acerca da importância de haver compatibilidade entre os textos da LDO e da LOA 2014. Discutiram a matéria os Deputados Valtenir Pereira, Weliton Prado e Cláudio Cajado. Houve réplica por parte do Relator, Domingos Sávio, que comentou sobre os destaques que gostaria de apresentar e, por fim, Danilo Forte. A seguir, o Presidente respondeu ao questionamento do Deputado Cláudio Cajado quanto à votação dos destaques. Em votação, o Relatório Preliminar com Emendas e a Errata foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques. Na sequência, o Deputado Danilo Forte sugeriu metodologia para votação dos destaques e o Relator da matéria, Deputado Miguel Corrêa, solicitou prazo para analisá-los. Dessa forma, enquanto havia a análise dos destaques, o Presidente solicitou ao Plenário que deliberasse sobre a proposta do prazo de emendas à LOA 2014, com período sugerido entre 21 e 28 de novembro. Em deliberação a proposta foi **aprovada** por unanimidade. Logo após, o Deputado Domingos Sávio fez uso da palavra para comentar sobre o prazo de apresentação de emendas e sobre a relação da votação da Proposta de Emenda Constitucional do orçamento impositivo com as emendas individuais. Em resposta, o Presidente afirmou que buscaria contato com o Presidente da Câmara dos Deputados. Nesse momento, anunciou a convocação de reunião ordinária para o dia 26 de novembro, às 14h30, e Reunião do Colegiado de Líderes para o mesmo dia, às 14h. Além disso, cancelou a reunião extraordinária convocada para o dia 21 de novembro, às 9h. Logo após, o Relator-Geral manifestou-se sobre os destaques apresentados e os Deputados Domingos Sávio e Valtenir Pereira usaram da palavra para apresentar os seus destaques. A seguir, o Relator-Geral apresentou a Errata e os Adendos 1 e 2. Os Deputados Domingos Sávio e Cláudio Cajado solicitaram que os destaques 2 e ----14, respectivamente, fossem votados separadamente. Logo após, houve proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral, ressalvados os que foram solicitados para votação separadamente. Deliberada pelo Plenário, a proposta foi **aprovada** por unanimidade. **–** Destaques para votação em globo, com voto do Relator-Geral pela REJEIÇÃO: 1 e 3 a 13. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **Destaques solicitados para votação separadamente: –** destaque 14, do Deputado Claudio Cajado, supressivo, Parte Especial. Voto do Relator-Geral: pela rejeição. O destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Claudio Cajado e Guilherme Campos. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Logo após, os Adendos 1 e 2 foram colocados em votação e foram **aprovados** por unanimidade. **-** Destaque 2, do Deputado Domingos Sávio, à

emenda 26, do Senador Paulo Paim. Voto do Relator-Geral: pela rejeição. O destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Domingos Sávio, Weliton Prado e Valtenir Pereira. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **ENCERRAMENTO**: às 2h54 do dia vinte e um de novembro de 2013, a reunião foi encerrada. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Lobão Filho, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 10ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 29, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados, bem como na representação do Senado Federal.

Apreciação da ata.

Havendo concordância...

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Atendendo ao Deputado Evandro Milhomen, havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente. *(Pausa.)*

Não havendo discussão, conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação a ata da 9ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 12 e 13 de novembro de 2013.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovada. *(Pausa.)*

Comunico aos Parlamentares que o Deputado Miguel Corrêa já apresentou o relatório preliminar da LOA. Portanto, está disponível aos Srs. Parlamentares e assessores para consulta.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, V.Exa. me permite só complementar a informação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - O relatório foi apresentado, já foram apresentadas as emendas, o prazo de emendas já foi encerrado, e nós já acatamos algumas emendas, especialmente as que atendiam a uma boa parte dos Parlamentares na apresentação. Algumas outras, por um critério conceitual, essencialmente técnico, não foram acatadas.

Eu queria comunicar ao Sr. Presidente que, se S.Exa. puder, amanhã, às 18 horas, nós estamos disponíveis para fazer a leitura e a votação do relatório preliminar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, nós queríamos saber qual é a matéria que será pautada por V.Exa., porque nós tínhamos interesse de fazer um acordo de procedimento, e há algumas matérias que eu gostaria de pedir a V.Exa. que retire de pauta. Então, queria ouvir de V.Exa. quais são as matérias que seriam discutidas nesta sessão.

E me parece que V.Exa. convocou uma sessão para as 15h30min, para discutir procedimentos das votações. Seria da...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Tudo bem.

Eu queria essas informações e queria pedir ao Relator que nós pudéssemos também manter um contato mais próximo a partir de agora. Eu não sei se é uma estratégia do Relator, mas nós temos dificuldade de encontrá-lo. Eu não o procurei, mas, pelo menos aqui na CMO, não o tenho visto.

Nós temos tido várias reuniões, através de convites que foram formulados pelos Comandos da Aeronáutica, da Marinha e do Exército e de alguns Ministérios com os quais mantivemos contato, inclusive com a presença do Presidente da CMO, e eu não vi V.Exa. em nenhuma dessas reuniões, meu nobre Relator.

Seria importante que nós pudéssemos, a partir deste momento em que vamos dar início à apreciação do relatório preliminar, manter contato, no intuito de aperfeiçoarmos o relatório de V.Exa. Claro, o intuito é criticar construtivamente. Ninguém aqui quer tomar as suas prerrogativas, avocar a si as suas funções. Mas a nossa experiência diz que, quando nós fazemos a aproximação com os Relatores Setoriais e com os membros da Comissão, fica mais fácil de, no relatório final, espelharmos o pensamento coletivo da Comissão.

Daí por que, aproveitando esta oportunidade em que V.Exa. está aqui nos prestigiando na Comissão, eu gostaria de dizer que seria importante essa aproximação, a partir de agora, no intuito de ajudar V.Exa., e fazermos um relatório que verdadeiramente espelhe as nossas demandas.

Eu sei que essa função não é fácil. V.Exa. enfrentará muitos pedidos, muita demanda. Não tenha dúvida de que o lençol é muito curto — e eu diria que não é nem um lençol, é um lenço — para cobrir as demandas que vão chegar a V.Exa. Mas é importante que V.Exa. escute e possa, na medida do possível, com os companheiros da

Comissão, com os Relatores Setoriais, elaborar um relatório que espelhe esses atendimentos no que for possível.

Nós temos várias limitações. A LDO é uma limitadora, o PPA é um limitador e o Orçamento, por si só, é um limitador, principalmente com a receita que nós votamos aqui, a qual V.Exa. sabe que não lhe dará muitas condições.

Mas ouça aqui — se eu puder dar — este conselho: reúna-se mais com os seus companheiros, que eu tenho certeza de que ficará mais fácil para V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, permita-me dialogar com o nobre Deputado Claudio Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Realmente, em toda ação é importante se ter um modelo, uma tática para se colocar à disposição. Eu sempre fiquei, como estou — e conheço V.Exa. já há algum tempo —, à disposição para fazer qualquer debate. Li atentamente todas as emendas que V.Exa. apresentou, e estamos acatando, no conjunto, no geral, boa parte das emendas de todos os Parlamentares. Só há possibilidade de construção de um relatório se for nesse modelo, com a participação de todos, em acordo com toda a Comissão.

Mesmo não tendo participado de nenhuma reunião com as Forças Armadas, eu estou acatando a emenda das Forças Armadas, atendendo a um pleito que, na verdade, não é só do Deputado Claudio Cajado, é do Presidente, inclusive. E esse é o objetivo, essa é a intenção.

Eu acredito que este é o momento de um debate mais acalorado. Fico feliz, inclusive, por V.Exa. ter consciência absoluta do que vai acontecer, porque, realmente, nós temos um desafio gigantesco, que é a receita. A estimativa de receita ficou muito baixa, realmente. Então, não é um lençol, como V.Exa. aqui disse, é um lenço, e com esse lenço vamos ter que encontrar soluções para os demais.

Com a apresentação do relatório hoje, nós poderíamos votá-lo na quinta-feira. Eu avalio que votar na quinta-feira seria um prejuízo. Eu pediria ao Presidente e ao colega, se fosse possível, para a gente votar amanhã, quarta-feira, às 18 horas. A gente discutiria aqui à vontade, com tempo, com tranquilidade, o relatório preliminar, para abrir os prazos. E depois entraríamos numa discussão mais ampla. Eu acho que seria adequado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Logo que votarmos os PLNs, vamos suspender esta sessão para nós, Deputados e Senadores Líderes, discutirmos, fazermos um acordo de Líderes e podermos atender ao requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sr. Relator Miguel Corrêa, meu pedido foi apenas porque foram feitas muitas críticas neste sentido: *"O Relator nunca aparece, nunca aparece"*. E eu sei que V.Exa. tem dificuldades com isso. Mas seria importante a sua presença, até porque, se V.Exa. está nos atendendo, a sua presença seria até positiva, porque nos prestigia.

O Senador Lobão, então, nas Forças Armadas, vai receber todas as medalhas. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Miguel Corrêa não aparecia porque estava diuturnamente trabalhando já no relatório que ele tinha em mãos...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É!

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária...

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - V.Exa. vai ser chamado de Marechal Lobão. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 7 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda,

que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros da Comissão e às Lideranças partidárias nesta data.

Passamos agora à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei (CN) nº 11/13, que *"abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor das empresas estatais que menciona, crédito especial no valor de R$986.053.775,00 (novecentos e oitenta e seis milhões, cinquenta e três mil, setecentos e setenta e cinco reais), para os fins que especifica"*.

O Relator é o Deputado José Priante.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Na ausência do Deputado José Priante, eu nomeio como Relator *ad hoc* o Deputado Weverton Rocha, que está com a palavra para apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Eu vou pedir aqui aos colegas permissão para ir direto ao voto.

> *"Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO 2013 e à sua conformidade com a Lei Orçamentária da União para 2013.*
>
> *Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 11, de 2013-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Agora em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Passo agora à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei (CN) nº 14/13, que *"abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$64.754.694,00, para os fins que especifica".*

A Relatora é a Deputada Gorete Pereira.

Foram apresentadas 39 emendas.

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma do Substitutivo, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 001, 002, 008, 0010 a 0014, 0017, 0028 a 0036 e 0038 e pela rejeição das demais.

A Relatora não está presente, portanto, nomeio como Relator *ad hoc* o Deputado Alex Canziani.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

O prazo de destaques está iniciado. Será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN, declaro inadmitidas as emendas indicadas pela Relatora no seu voto.

Com a palavra o Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, para ser mais rápido, vamos diretamente ao voto.

"Diante do exposto, somos pela:

I - inadmissão das emendas de nºs 0001; 0002; 0008; 0010 a 0014; 0017; 0028 a 0036 e 0038;

II - rejeição das de nºs 0003 a 0007; 0009; 0015; 0016; 0018 a 0027; 0037 e 0039; e

III - aprovação do Projeto de Lei nº 014, de 2013-CN, com o ajuste implementado pela emenda de adequação técnica nº 01, na forma do Substitutivo."

Esse é o relatório da Deputada Gorete Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em votação agora na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir — eu não discuti —, gostaria de dizer que é importante que o Brasil apoie a imunização no exterior, contribuindo para a vacinação, mas nós não podemos descuidar do que é nosso.

Na questão da vacinação, nós nem temos críticas a fazer, mas, na área de saúde, o Brasil precisa avançar, principalmente na construção de leitos hospitalares, nos Estados do Nordeste, em especial.

É lamentável a quantidade de pedidos que me chegam ao gabinete de leitos em UTI para pessoas que estão precisando de internamento e que acabam morrendo — morrendo! — por falta de atendimento.

Portanto, ainda que nós tenhamos votado a favor desse projeto, no que se refere a vacinação e apoio a outros países, deixo aqui essa crítica ao Ministério da Saúde, no que se refere à falta de leitos hospitalares e de UTIs nos hospitais, em especial no Norte e no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Claudio Cajado, só para ilustrar o que V.Exa. acaba de falar, eu, há 3 anos, quase morri em um acidente de carro. Passei 3 meses na UTI, 30 dias em coma. Por conta do que V.Exa. acabou de relatar, eu fiz uma promessa, ao sair da UTI, de construir uma UTI para o povo do meu Estado.

Terminei de construir essa UTI faz 30 dias, uma UTI gratuita para o povo, com 16 leitos, toda equipada, instalada na Santa Casa do Maranhão.

Eu acho que o Estado de fato está extremamente carente no setor. No Maranhão há jovens e crianças morrendo por falta de leitos em UTI. Isso me entristece muito.

Passemos ao item seguinte da pauta: apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei (CN) nº 21/13, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito especial no valor de R$14.346.000,00, para os fins que especifica".*

O Relator é o Deputado Evandro Milhomen.

Estão vendo? Quando é para o meu pai, são 14 milhões de reais. *(Risos.)*

Foram apresentadas dez emendas.

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das dez emendas apresentadas.

Está com a palavra o Relator, o nobre Deputado Evandro Milhomen.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Sr. Presidente, "o Projeto em exame é compatível com o Plano Plurianual em vigor, aprovado pela Lei nº 12.593, de 2012.

Quanto à conformidade com as disposições da lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, em vigor, as modificações da programação pretendidas por este crédito não contrariam as vedações expressas nessa lei.

Verifica-se, também, que a Proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal,

Lei Complementar nº 101, de 2000, e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Diante do que aqui foi relatado, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 21, de 2013-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo", Sr. Presidente.

Em relação às emendas, infelizmente, com um valor como este, de 14 milhões de reais, termos que atender a mais de dez emendas, realmente, traria prejuízo a este PL.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Evandro Milhomen.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator em seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

Coloco-o em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Coloco-o agora em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Passo agora à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei (CN) nº 23/13, que *"abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$174.731.771,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente"*.

O Relator é o Deputado Sandro Alex.

Foram apresentadas nove emendas.

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma do Substitutivo, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas nºs 02, 06 e 07; pela aprovação da de nº 05; pela aprovação parcial das de nºs 01, 03, 08, 09; e pela rejeição da de nº 04.

Na ausência do Deputado Sandro Alex, nomeio Relator *ad hoc* o Deputado Alex Canziani.

(Não identificado) - De novo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - De novo, a pedido do próprio Deputado Sandro Alex.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra o Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos diretamente ao voto, também, por economia processual.

> *"Analisando o projeto, verificamos inicialmente que não contradiz dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (Plano Plurianual 2012/2015), à Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO/2013), e à Lei n º 12.798, de 4 de abril de 2013 (LOA/2013), e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios da boa técnica orçamentária.*
>
> *Quanto às emendas, indicamos ao Presidente da Comissão Mista declarar como inadmitida: (I) a Emenda nº 00002, por conflitar com o disposto no art. 109, III,* c*, da Resolução nº 1, de 2006-CN — programação a ser cancelada no anexo de suplementação em valor insuficiente; e (II) as Emendas nº 00006 e nº 00007, por conflitarem com o disposto no art. 109, III,* a*, da Resolução nº 1, de 2006-CN — propõe, em projeto de lei de crédito suplementar,*

programação nova, a saber execução em municípios que não constam como beneficiários da ação, na LOA/2013.

Vemo-nos obrigados a rejeitar também a Emenda nº 00004, por cancelar recursos de programação que, ao que tudo indica, foi inserida no crédito a pedido de parlamentar, destinando-se a ajustar programação inserida na lei orçamentária por emenda sua.

Quanto ao mérito do projeto, é preciso reconhecer inicialmente que a sua aprovação constitui condição para a satisfatória atuação dos órgãos governamentais envolvidos. Por outro lado, algumas emendas nos parecem meritórias. Por essa razão, tivemos o cuidado de acolhê-las apenas em valores que não ameacem a integridade do projeto em exame. Especificamente, propomos o acolhimento, total ou parcial, dos pleitos constantes nas Emendas nºs 00001, 00003, 00005, 00008 e 00009, conforme abaixo discriminados."

Em resumo, o Quadro de Atendimento das Emendas é o seguinte: Emenda nº 00001, do Deputado Aelton Freitas: R$1.000.000,00; Emenda nº 00003, da Deputada Gorete Pereira: R$1.000.000,00; Emenda nº 00005, do Deputado Genecias Noronha: R$1.000.000,00; Emenda nº 00008, do Deputado Alexandre Leite: R$1.000.000,00; Emenda nº 00009, do Deputado Claudio Cajado: R$1.000.000,00.

Emendas com indicação pela inadmissão: Emenda nº 00002, do Deputado Weverton Rocha: art. 109, III, c, da Resolução nº 1, de 2006-CN; Emendas nºs 00006 e 00007, do Deputado Giovani Cherini: art. 109, III, c, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Emenda rejeitada: Emenda nº 00004, do Deputado Pedro Chaves.

"*Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 23, de 2013-CN, na forma do Substitutivo anexo;*

pela aprovação da emenda nº 05; pela aprovação parcial das emendas nºs 01, 03, 08 e 09; pela indicação à inadmissão das emendas nºs 02, 06 e 07; e pela rejeição da emenda nº 04."

É o relatório do Deputado Sandro Alex, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Alex Canziani.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator em seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Quero discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - ...a discussão está encerrada.

A discussão está encerrada.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Depois da votação, então, V.Exa. me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Darei a palavra a V.Exa.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Passo agora à apreciação do Projeto de Lei (CN) nº 35/13, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R$65.000.000,00, para o fim que especifica".*

A Relatora é a Deputada Rose de Freitas.

Foram apresentadas nove emendas.

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das nove emendas apresentadas.

Na ausência da Deputada Rose de Freitas, nomeio como Relator *ad hoc* o Deputado Claudio Cajado.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN, declaro inadmitidas as emendas indicadas pela Relatora em seu voto.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, trata-se do PLN 35/2013, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de 65 milhões de reais.

Cópias foram distribuídas. Eu vou direto ao voto.

> *"6. A proposição em exame atende aos termos do que prescrevem o art. 167, inciso V, da Constituição Federal e o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.*
>
> *7. O dispositivo constitucional veda a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes, enquanto a Lei nº 4.320/64 ampara a indicação dos recursos (...) para fazer face à despesa a ser incluída no Orçamento da União de 2013.*
>
> *8. A análise da proposta revela também que o projeto não fere as disposições da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (Plano Plurianual 2012/2015), e da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO 2013).*
>
> *9. Em relação ao Plano Plurianual (...) o Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas*

pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, deverá alterar o Valor Global do Programa correspondente; incluir, excluir ou alterar iniciativas (...);

10. No que se refere à observância da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 — LDO 2013, a proposição atende ao disposto nos parágrafos 1º, 6º e 7º do art. 38 da Lei 12.708 (...).

(...)

16. Essa distinção de iniciativas demandaria o enquadramento em ações diferentes, a teor do que dispõe o art. 8º, § 2º, do PPA (...).

17. As Emendas 00004, 00005, 00006, 00008 e 00009 contrariam o art. 109, inciso III, alínea "b", da Resolução nº 1/2006-CN (...).

18. A programação indicada na Emenda 00004 (...) já consta no orçamento corrente sob o código 28.846.0909.0E93.0023 (...).

19. A ação proposta pelas Emendas 00005 e 00006 (...) está contida nos títulos orçamentários (...). A dotação autorizada para 2013 à ação (...) é de R$54,5 milhões, cuja totalidade já foi empenhada, tendo sido pagos R$5 milhões.

20. O objeto das Emendas 00008 e 00009 (...) também já consta do Orçamento de 2013 (...).

21. Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 35, de 2013-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

Coloco o relatório em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Coloco em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Passo agora à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei (CN) nº 28/13, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Pesca e Aquicultura, crédito especial no valor global de R$28.400.000,00, para os fins que especifica".*

O Relator é o Deputado Osvaldo Reis.

Foram apresentadas 69 emendas.

O voto é pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas nºs 2, 4, 7, 32, 33, 47 e 54 e pela rejeição das demais.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório.

O prazo para destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno desta Comissão.

Em conformidade com o exposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN, declaro inadmitidas todas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS - Cumprimento o Presidente, o Relator-Geral, os Deputados e os Senadores.

Como o Presidente já falou, o projeto abre crédito no valor de 28 milhões e 400 mil reais, para os fins que especifica. O autor é o Poder Executivo.

"A Excelentíssima Senhora Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, submete à deliberação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 108, de 2013-CN (nº 440/2013, na origem), o Projeto de Lei nº 28, de 2013-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Pesca e Aquicultura (MPA), crédito especial no valor de R$28.400.000,00.

Nos termos da Exposição de Motivos nº 00198/2013/MP, de 11 de outubro de 2013, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (...) permitirá ao MAPA realizar reformas, ampliações e modernizações de seis Laboratórios Nacionais Agropecuários, localizados nos Municípios de Campinas, no Estado de São Paulo; Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais; Goiânia, no Estado de Goiás; Recife, no Estado de Pernambuco; Belém, no Estado do Pará, e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, com vistas à melhoria das ações de defesa agropecuária.

O crédito proposto pelo MAPA permitirá, também, o cumprimento de determinação do Tribunal de Contas da União — TCU, contida no Acórdão nº 4.910/2013, de 20 de agosto de 2013, para que as despesas para conclusão das obras da sede da "EMBRAPA Pesca e Aquicultura", em Palmas, no Estado do Tocantins, sejam incluídas na Lei Orçamentária Anual de 2013 em ação específica.

No MPA, os recursos desse crédito possibilitarão a recuperação do terminal pesqueiro do Porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba.

Os recursos necessários para viabilizar a abertura desse crédito são provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, bem como de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme detalhes na tabela a seguir (...)".

Eu acho que todos os Deputados estão com a tabela em mãos, tanto da origem do recurso como também da suplementação.

"No prazo regulamentar, o Projeto de Lei recebeu 69 emendas, conforme relação a seguir. Todas propõem a alocação de recursos em subtítulos da Ação 20ZV —

"Fomento ao Setor Agropecuário" na programação da Unidade Orçamentária 22101 — Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Adm. Central), com cancelamentos oriundos da suplementação proposta pelo Projeto à Funcional-Programática 20.609.2028.152L.0001".

As emendas: Alexandre Leite, 8 emendas, da 00019 à 00026; Arnaldo Jordy, uma emenda; Arnon Bezerra, uma emenda; Claudio Cajado, 10 emendas; Efraim Filho, uma emenda; Gera Arruda, 10 emendas; Gorete Pereira, uma emenda; Humberto Souto, 14 emendas; José Airton, duas emendas; José Rocha, uma emenda; Nilton Capixaba, uma emenda; Pedro Chaves, uma emenda; Sandro Alex, 10 emendas; Wellington Roberto, uma emenda; Weverton Rocha, uma emenda; Wilson Filho, 10 emendas.

"II - Voto do Relator.

Constatamos, incialmente, que as fontes de recursos utilizadas para sustentar as suplementações propostas estão em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964, obedecias as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal.

Verificamos, também, na referida Exposição de Motivos, que a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão informa à Presidente da República que a proposta não interfere na obtenção da meta de resultado primário estabelecida na Lei 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 (LDO 2013).

Observe-se, nesse sentido, que o presente crédito trata da inclusão de novas despesas primárias na Lei nº 12.798, de 2013 (LOA 2013), da ordem de R$28.400.000,00, as quais deverão ser financiadas com:

1. Cancelamento de despesas primárias da ordem de R$8.800.000,00; e

2. Superávit financeiro (Fonte 388) apurado no Balanço Patrimonial da União da ordem de R$19.600.000,00.

Portanto, como a proposta está, em parte, sendo financiada com recursos de fonte financeira, o Governo deverá promover, até o final do exercício, novos ajustes em sua programação, de forma a não afetar a meta fiscal acima referida.

Vale salientar que a referida Exposição de Motivos também informa que o crédito decorre de solicitação formalizada pelos órgãos envolvidos e de atenção a pedido efetuado por meio do Ofício nº 0299/2013/DO_GSVREG, de 27 de julho de 2013, do Senador Vital do Rêgo.

Consta, também, da referida Exposição de Motivos que os órgãos envolvidos formalizaram entendimento de que as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução.

Assim, as informações prestadas e as análises a que empreendemos indicam haver coerência com dispositivos da legislação orçamentária em vigor e adequação e compatibilidade com a Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO 2013) e com a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (PPA 2012-2015).

Registre-se, igualmente, que em atendimento ao disposto no art. 38, § 9º, da LDO 2013, o superávit financeiro da Fonte Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, utilizado parcialmente neste crédito, encontra-se demostrado no quadro anexo à referida Exposição de Motivos.

Quanto às emendas apresentadas, propomos, no mérito, a rejeição das Emendas nºs 00001, 00003, 00005, 00006, 00008, 00031, 00034 a 00046, 00048 a 00053 e 00055 a 00069. Embora reconheçamos a importância das propostas feitas pelos nobres parlamentares, consideramos a precedência da proposta do Governo em utilizar os recursos deste Projeto de Lei em favor da reforma, ampliação e modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários do MAPA, em razão de sua importância para a preservação da saúde e segurança alimentar da população brasileira.

As Emendas nºs 00002, 00004, 00007, 00032, 00033, 00047 e 00054 propõem suplementar dotações já existentes na programação orçamentária do MAPA, o que caracteriza o caso da inadmissão previsto na alínea “b” do inciso III do art. 109 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Votamos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 28, de 2013-CN, na forma apresentada pelo Executivo.

Sala das sessões".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Osvaldo Reis.

Em discussão o relatório.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de discutir o relatório, quero levantar uma questão de ordem. Não está disponível o relatório com as emendas do Deputado Miguel Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Sim, sim, sim. Estão finalizando o relatório para colocá-lo à disposição.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Porque foi dito por V.Exa. que já estava disponível, mas nós não estamos tendo acesso a ele.

Em relação ao relatório do nobre Deputado Osvaldo Reis, nós lamentamos o não acatamento das emendas apresentadas. Nós lamentamos o não acatamento porque, meritoriamente, já que são recursos que estão sendo direcionados para apoio a diversos Municípios, em atividades que vão desenvolver a pecuária e a agricultura no nosso País, alguns Municípios, principalmente do Sertão da Bahia, Municípios que precisariam de um aporte maior, não só do ponto de vista técnico, para que o pequeno pudesse ser beneficiado, ficam ceifados dessa possibilidade pelo relatório, com o não acatamento das emendas.

Nós queríamos recursos para construir casas para produtor rural, entrepostos de comercialização de produtos, enfim, atividades que seriam fundamentais para o pequeno agricultor, aquele que não tem apoio de nada. Muitos, inclusive, foram assentados e não têm como sobreviver, porque não têm suporte técnico, não têm como escoar sua produção. E esses recursos, Sr. Relator, viriam atender a essa demanda.

Eu sei que V.Exa. rejeitou todas as emendas que foram apresentadas, mas nós queríamos, nesse aspecto, lamentar. O Executivo, por si só, tem as suas prioridades, mas nós Deputados, que estamos aqui representando o povo, temos mais acesso, muitas vezes, às informações que o Ministério, que, do ponto de vista técnico, não atende a algumas demandas, até porque não está em contato permanente com esses bolsões de miséria que, através da pequena agricultura, da pequena pecuária, basicamente de sobrevivência, fazem com que o Brasil não tenha, nas suas grandes cidades, nos grandes centros urbanos, um inchaço populacional, permitindo que ainda conseguimos manter o controle sobre elas. Isso se dá com base no trabalho do campo, com base na agricultura familiar, com base no trabalho do pequeno agricultor. Mas, com a falta de recursos, isso está ficando cada vez mais difícil. E essas emendas ajudariam vários Municípios baianos, que o nobre Senador Walter Pinheiro, nosso Líder do Governo no Congresso, conhece muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - V.Exa. demitiu o Senador José Pimentel?

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Recurso para a Bahia eu posso arranjar, agora, demitir o Senador José Pimentel, não.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Como V.Exa. provocou, e eu não fujo de uma boa briga, para mim, exerce o cargo quem está presente. Há pouco eu falei do Deputado Miguel Corrêa. Onde está S.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Já saiu de novo. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então, para mim, o Líder do Governo é o nobre Senador Walter Pinheiro, porque está presente sempre, delegando funções, cobrando resultados e, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Apertando correligionários.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - *(Riso.)* Quando se trata da Bahia, nós atendemos.

Portanto, eu falava que, como Líder do Governo, o Senador Walter Pinheiro conhece de perto as necessidades da Bahia. Por isso lamento o não acatamento das emendas. Mas, mesmo assim, votaremos a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Eu até entendo a posição do Deputado Osvaldo Reis. O valor de 28 milhões de reais é exíguo para atender todos os interesses.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O que ocorre é que, quando nós Parlamentares apresentamos uma emenda, já vêm calculados no orçamento os valores da emenda. Quando o Governo encaminha um recurso suplementar para determinadas obras, isso também está no cálculo. Está aí o TCU exigindo e fiscalizando para que essas obras sejam realizadas, a fim de que comecem e terminem. Exatamente por isso, meu Deputado Claudio Cajado, que tem mais experiência que eu — eu fiquei 12 anos na Comissão de Orçamento e me afastei por um tempo —, é muito bom discutir. A Bahia merece, e V.Exa. também, e nós estamos discutindo o Orçamento de 2014. Apresente logo uma emenda grande para essa finalidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Osvaldo Reis.

O relatório está em discussão.

Não havendo mais quem queira discuti-lo, a discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Agora coloco em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Passo agora à apreciação do relatório apresentado Ofício (CN) nº 38/13, que *"encaminha Relatório de Atividades desenvolvidas pela* APO no primeiro semestre de 2013".

O Relator é o Senador Anibal Diniz.

O voto é no sentido de que a CMO tome conhecimento da matéria e encaminhe notificação à Autoridade Pública Olímpica, exigindo que nos próximos relatórios semestrais de atividades seja apresentada, além das descrições das reuniões e das atividades burocráticas realizadas mês a mês, a apresentação da prestação de contas detalhada dos gastos efetuados, no âmbito do Orçamento da União, no Ministério do Esporte, Unidade Orçamentária nº 51.204.

Não estando o Relator presente, passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, vou direto ao voto, porque a matéria já é conhecida:

> *"Assim sendo, votamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Ofício nº 124/2013/PRESI-APO (nº 38, de 2013-CN), que encaminhou ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, relatório semestral de atividades realizadas pela APO no primeiro semestre de 2013, e encaminha notificação à Autoridade Pública Olímpica, exigindo que nos próximos relatórios semestrais de atividades seja apresentada pela Autoridade Pública Olímpica — APO, além das descrições das reuniões e das atividades burocráticas, realizadas mês a mês, a apresentação da prestação de contas detalhada dos gostos efetuados no âmbito do orçamento da União, no Ministério do Esporte, na Unidade Orçamentária 51.204 — Autoridade*

Pública Olímpica, na funcional programática 27.811.0181.20EE.0001 — Apoio à Implantação, Gestão e Manutenção da Autoridade Pública Olímpica — APO, conforme recomendado por este parlamentar, quando dos pareceres apresentados, referentes ao segundo semestre de 2011 e ao primeiro e segundo semestres de 2012."

Esse é o voto do Relator Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Passo à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, passo à votação.

A matéria está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada na Câmara.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está também aprovada a matéria.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Pela ordem, tem a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sr. Presidente, gostaria de saber se é possível apreciarmos, extrapauta, o Projeto de Lei (CN) nº 41, de 2013, e se se poderia, inclusive, inverter a...

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Temos de consultar o Presidente e o Deputado Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Eu coloco em votação...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não ouvi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - O requerimento do Senador Acir Gurgacz é no sentido de apreciarmos extrapauta, segundo o nosso acordo de não votação no dia de hoje...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, não. Eu sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - ...os PLNs 25, 27, 37 e 41.

Justifico o requerimento do Senador Acir Gurgacz. Nós temos um prazo para votar essas matérias no Congresso Nacional e nesta Comissão, inclusive. E eu irei, convocar, inclusive, uma sessão extraordinária, ou para hoje, no final do dia, ou para amanhã de manhã. Esses relatórios foram incluídos agora. Eu quero dar um tempo de leitura mínimo, mas quero extinguir esta pauta, para que a gente possa cumprir, rigorosamente, os prazos desta Comissão.

Caso — e é bom que todos os presentes saibam — nós não consigamos votar esses PLNs, eles irão, sem discussão nesta Comissão, diretamente para o Plenário do Congresso Nacional, o que não é aceitável por esta Presidência.

Portanto, eu coloco neste momento em votação o requerimento...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, preste atenção. Nós precisamos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu estou sempre prestando atenção.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Nós não vamos votar aqui de forma açodada. Não me peça isso, porque eu não vou concordar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, não, não. Eu não vou colocar para votar agora esses quatro PLNs.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Calma, Presidente. Calma.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu estou calmo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Nós fizemos um acordo de que não se votaria nenhuma matéria extrapauta. Então, primeiro, um acordo foi feito.

Segundo: a não votação na Comissão de Orçamento não invalida a votação no Congresso. Então, nós podemos muito bem não votar aqui. Não tem problema nenhum. Votaremos no Congresso, se houver acordo. Agora, nós precisamos — e eu preciso — ler todos os relatórios. E não tenho tempo para fazê-lo até amanhã. Se V.Exa. votar extrapauta agora, ou convocar reunião para esta noite, em tese, nós teríamos que fazê-lo. E eu não vou ter condições humanas de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu poderia, numa compreensão sobre-humana com V.Exa...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Nós falamos de terráqueos mesmo, Sr. Presidente. Não tem negócio de sobre-humano não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Em uma compreensão sobre-humana com V.Exa., em vez de colocar em votação hoje, às 18h30min, poderíamos colocar amanhã, para que V.Exa. possa dormir abraçadinho com os projetinhos, dormir lendo. Eu sei que V.Exa. tem dificuldade de dormir, então vai lendo e dormindo, dormindo e lendo, lendo e dormindo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu durmo abraçado com minha esposa; em Brasília, com o travesseiro. Mas eu digo o seguinte: dormir abraçado com esse projeto de lei? Nunca! E lhe digo uma coisa, Sr. Presidente: V.Exa. coloque amanhã, e nós votaremos na quinta-feira ou na próxima terça. Não tem problema. Se não pudermos, em função do prazo, nós levaremos direto para o Plenário. Não há dificuldade alguma em discutirmos e votarmos direto no Plenário do Congresso, até porque esta Comissão está fazendo a sua parte. Agora, o que nós não podemos é fazê-lo de forma açodada. Eu não concordaria, eu não concordaria. Desculpe-me, Senador Acir, desculpem-me, colegas, pelo seguinte: nós temos que ter tempo para isso.

Tenho aqui o PPA, em que foram feitas inúmeras alterações, que nós vamos ter que discutir. O Senador Walter Pinheiro me fez esse apelo, e eu peço para deixar para a próxima semana, porque o Líder Caiado pediu para retirar de pauta. Então, não adianta eu votar algo que chegue lá no Plenário e não esteja acordado por mim, porque vai dar problema. Eu tenho o compromisso de fazer os acordos aqui com compromisso de votação no Plenário do Congresso. No passado, nós acordávamos aqui e, quando chegávamos à sessão do Congresso, não havia acordo. De que adianta?

Então, eu prefiro fazer da forma mais correta possível, para eu ter argumentos no sentido de que aquilo que for votado aqui seja apoiado pelo meu partido no Plenário.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sr. Presidente, queria fazer um apelo ao Deputado Cajado a respeito do PLN 25, que eu estou apresentando agora. Peço desculpas aos senhores pela demora na entrega do relatório, mas com uma série de ajustes e com a leitura tenho certeza de que será muito bem entendido e acolhido, inclusive por V.Exa., Deputado Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra também o Deputado Humberto Souto.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, gostaria de pedir a V.Exa. a votação da inclusão na pauta de hoje do PLN 27, para, amanhã, votarmos a proposta. Eu peço a compreensão do Deputado Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Cajado já entendeu.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu digo que se não der tempo de eu analisar esses PLNs até amanhã eu não concordo em votar. Então, eu não vou ser deselegante com os colegas, porque apenas a votação...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A esposa dele está lá na Bahia, e ele tem todo o tempo de ler.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Deputado Cajado, é apenas a inclusão em pauta.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Sr. Presidente, amanhã nós temos a sessão das 18 horas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Isso.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Poderíamos aproveitar e, antes da discussão do relatório preliminar, votar esses PLNs amanhã, às 18 horas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, atendendo aos inúmeros pedidos dos nossos companheiros...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Questão de ordem do Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Apenas para V.Exa. saber que, se eu fosse impor essa posição, eu o faria com base na Resolução nº 1/2006-CN, que diz que são necessárias 48 horas. Eu estou chamando a atenção para isso, porque eu não quero ser radical. Mas se até amanhã eu não tiver feito a análise, eu vou pedir aos companheiros que compreendam. Eu não concordo em votar. Eu quero a compreensão e a mesma demonstração de apoio que eu estou dando agora.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Mas V.Exa. vai...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Um minuto, Deputado Humberto. Por quê? Para que não haja um descumprimento dessa minha posição. Eu não vou exigir o cumprimento da Resolução, no que se refere às 48 horas, mas quero também que, se até amanhã não tiver tido tempo de fazer a análise, que não se coloque em votação, Presidente. Porque não é justo que eu ceda agora e, depois, eu não tenha número para pedir a verificação e fique em dificuldades. Então, eu queria esse compromisso de V.Exa., como Presidente.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - E o pedido que o Deputado Guilherme Campos fez?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Porque aí nós votaríamos os pedidos de inclusão extrapauta, mas sem o compromisso da votação amanhã, se eu não tiver feito a análise.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - No momento da reunião de amanhã, nós...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas V.Exa. tem que fazer o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim. Calma! Está nervoso?

No momento da reunião de amanhã, nós vamos sentar, vamos convencer o Deputado Cajado, com toda a calma e tranquilidade, para que nós coloquemos em votação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, nós estamos de fato com o tempo exíguo. Até amanhã, esta Comissão tem oportunidade de analisar PLNs de natureza orçamentária e, a partir de então, eles, por força regimental, vão direto para a apreciação pelo Plenário do Congresso, com relatoria *ad hoc*, ao que me consta, pelos nossos Regimentos.

É claro que, como o Deputado Cajado coloca, de forma muito apropriada, isso não invalida o processo legislativo. Nada impede que o Congresso faça a análise. Mas a construção de entendimentos, aqui, neste plenário, muitas vezes pode ser um passo adiante, haja vista que nós temos matérias que haverão ainda de trazer alguma dificuldade de entendimento no Plenário do Congresso. Entre elas está a própria LDO. É bom lembrar que nós não obstruímos a votação da LDO aqui, mas deixamos claro que, se não construirmos acordo, ela não será votada, e eu não creio que ela seja votada hoje à noite. Eu não creio que seja votada porque não houve sinais de avanço no acordo, naquilo que nós, do PSDB, consideramos imprescindível para a segurança da

autonomia do Congresso, ou seja, um acordo para que nós não tenhamos ali alguns artigos com os quais nós não concordamos e que eles sejam revisados até amanhã.

Eu faço essa referência para dizer que nós vamos colaborar, sim, para evitar que fiquemos com um número muito grande de matérias ainda por se construir consenso lá no Plenário. Porém, nós vamos colaborar desde que haja isto que o Deputado Cajado expressou: tempo hábil para que esses relatórios que estão sendo apresentados agora e que passarão a... O próprio relatório que o Deputado Miguel Corrêa quer que nós apreciemos até amanhã não está disponível até este momento! Como é que nós vamos apreciar o relatório preliminar do Orçamento Geral da União sem conhecê-lo? Então, todos esses cuidados nós teremos.

Embora eu esteja chegando de uma viagem longa e me adaptando, até, ao fuso horário — fui cumprir uma missão na Austrália com o Presidente da Comissão de Agricultura e cheguei esta madrugada —, estamos aqui prontos para trabalhar e para virar a noite analisando os projetos. Porém, só vamos votar... Temos projetos importantes aqui. Ainda estão pendentes o PLN 36/2013 e vários outros da pauta de hoje, que não foram apreciados e que ainda deixam dúvidas.

Eu não faço objeção quanto à inclusão na pauta, com a ressalva de que só votaremos se construirmos um entendimento muito claro sobre cada uma dessas matérias.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio. Com certeza haverá o entendimento, até porque a esposa do Deputado Cajado não permite que ele hoje vá para a gandaia. Então, ele vai ter que estudar os projetos em casa.

Com a palavra o Deputado Carlos Magno.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Bom, eu acho que já está decidido aqui. O Deputado Cajado já arrumou um companheiro para amanhecer o dia estudando.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Essa conversa está tomando um rumo... Eu vou pedir encerramento da sessão, Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - E me parece que ele colocou aqui que não existe entendimento dentro do partido com relação a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - À LDO?

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - E aqui seria a posição do Deputado Cajado. Então, eu gostaria de saber do Deputado se é uma posição do partido ou se é falta de tempo para análise.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, é o PLN 13. Nós pedimos a retirada de pauta do PLN 13 para podermos analisá-lo, a pedido do Líder do partido, o Deputado Ronaldo Caiado. Como esse PLN faz grandes alterações no Plano Plurianual, inclusive com a diferença da meta que foi prevista para outra meta de superávit, é uma questão complexa e que diz respeito, conceitualmente, ao que o partido defende. Nós achamos que o Governo tem afrouxado as regras perante a Lei de Responsabilidade Fiscal, aumentado os seus gastos de custeio e com uma visão errônea da imagem que o Brasil deveria estar preservando. Acho que o Governo está retrocedendo nesse aspecto. Então, a matéria é conceitual, na área econômica, e o PPA tem muito a ver com essas alterações. Por isso nós pedimos a retirada da matéria, para que possamos analisá-la com mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado.

Eu passo agora à votação da inclusão em pauta dos PLNs 25, 27, 37 e 41.

Os Deputados que aprovam essa inclusão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Os Senadores que aprovam essa inclusão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovada.

Passamos agora à apreciação do Projeto de Lei (CN) nº 39/13, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R$17.600.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente"*.

O Relator é o Deputado Weverton Rocha.

Foram apresentadas duas emendas.

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com a indicação para inadmissibilidade das duas emendas apresentadas.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, eu vou direto ao voto:

"Analisando o Projeto em questão, verificamos que as fontes apontadas apresentam-se viáveis e que a proposição não fere dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO/2013), e à Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013 (LOA/2013). Ressaltamos, ainda, que seu detalhamento segue os princípios da boa técnica orçamentária.

Com relação às emendas apresentadas, verifica-se que solicitam o reforço de dotações constantes na programação da Unidade Orçamentária 49101-Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cumpre salientar, contudo, que a Resolução nº 1/2006-CN, no seu art. 109, inciso I, veda a apresentação de emendas a projeto de lei de crédito adicional, quando essas contemplarem unidade orçamentária que não sejam beneficiárias do crédito.

"Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:

I - contemplarem programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito."

Diante do exposto, recomendamos que o Presidente declare a inadmissibilidade das Emendas 00001 e 00002; e votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 39, de 2013-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2013."

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Weverton Rocha.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Agora, está em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Passamos à apreciação do relatório apresentado ao Ofício (CN) nº 26/13, que *"encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, e do artigo 1º, § 8º, da Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2013"*.

O Relator é o Deputado Evandro Milhomen.

O voto é pelo arquivamento da matéria.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Sr. Presidente, vou direto ao voto do parecer ao Ofício nº 26/13, do BNDES:

"Cabe registrar a boa qualidade técnica do relatório, que, apesar de certa concisão na exposição do cálculo do custo financeiro dos empréstimos, atende às exigências do dispositivo legal.

Pelo exposto, opinamos pela remessa ao arquivo do Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2013".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Evandro Milhomen.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Está em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Passamos agora à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei (CN) nº 13/13, que *"altera o Anexo I à Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015"*.

O Relator é o Senador Aníbal Diniz.

Foram apresentadas cinco emendas.

O voto é pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Poder Executivo e pela rejeição das cinco emendas propostas.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório. O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Na ausência do Senador Anibal Diniz, nomeio como Relator *ad hoc* o Senador Acir Gurgacz.

Tem S.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu vou direto ao voto: *"Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 13, de 2013-CN, nos termos originalmente propostos, e pela rejeição das cinco emendas apresentadas"*.

Esse é o voto do Senador Anibal Diniz.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O relatório está em discussão.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, Sr. Relator, antes até de qualquer discussão, quero fazer uma observação. Eu entendi que este projeto tinha sido retirado de pauta. Então está totalmente inapropriada a leitura do parecer. Como é que se pode ler parecer de um projeto que está retirado de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Foi retirado de pauta por quem?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Foi retirado de pauta a pedido do Deputado Cajado e, pelo que eu entendi, com a aquiescência de V.Exa., no início desta sessão. O Deputado Cajado inclusive disse: *"O projeto está fora de pauta e, portanto, em razão disso...*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, eu estou aqui com o pedido sobre o PLN 32.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não! Não, não, não! Tem um equívoco aí.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não foi para o PLN 32?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Treze e 32?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Treze. Houve um equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Senador Lobão Filho) - V.Exa. concorda em retirar de pauta ou mantém o relatório?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, para o 13, não, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, eu estou falando com ele aqui.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. concorda em retirar de pauta?

(Não identificado) - Presidente, já estava em processo de leitura...

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Concorda. Então, está retirado de pauta o PLN 13.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, nós tínhamos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, ele está retirando de pauta agora.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas não era para ter colocado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, mas V.Exa. falou o 32.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, 13 e 32, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, eu não prestei atenção no 13.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então, V.Exa. pode retirar pela própria Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou retirar em homenagem a V.Exa., mas V.Exa. falou comigo sobre o outro, o 32.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Depois eu...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, para não perder a viagem do Senador Acir, vamos passar à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei (CN) nº 36/13, que *"abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor de R$737.989.256,00, para os fins que especifica"*.

O Relator é o Senador Wilder Morais.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Poder Executivo.

Na ausência do Senador Wilder Morais, nomeio Relator *ad hoc* o Senador Acir Gurgacz.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sr. Presidente, vou direto ao voto, em razão da análise que foi feita: *"(...) votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 36, de 2013-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo"*.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, nós estamos diante de uma abertura de crédito de R$737.989.256,00, em favor de diversas empresas estatais. Eu observo aqui, Sr. Presidente, que se destaca sobremaneira o recurso destinado à PETROBRAS: R$640 milhões. E o que me move neste momento a fazer uma observação é a preocupação que temos com a gestão da PETROBRAS no atual Governo.

A PETROBRAS já está dispondo de ativos que possui em outros países e mostra fragilidade na sua capacidade de investimento em projetos importantes no País. Tivemos aí um verdadeiro fiasco nacional, quando o Brasil vendeu para o Brasil as reservas do pré-sal — o Brasil vendeu para o Brasil, ou o Brasil comprou do Brasil, mas ficou só com 40%. O Brasil comprou do Brasil, num leilão, com um lance só, todo um volume de patrimônio do povo brasileiro. E, na verdade, o Brasil vendeu 100% para o Brasil — quem entrou no negócio, entrou capitaneado pela PETROBRAS, portanto, quem comprou foi o Brasil —, só que o País acabou ficando com 40% apenas do patrimônio originário dos brasileiros. Doze bilhões — parece-me que é isso — é o que

ingressa nos cofres públicos por uma concessão considerada a maior da história; na verdade uma privatização. Envergonhadamente, o PT e a Presidente usaram o espaço da rede nacional de rádio e TV para dizer que não é privatização, brincando com a inteligência dos brasileiros. Não há razão para ficar com vergonha dessa privatização, a não ser o fato de que ela promoveu um atraso terrível para o País, especialmente nos aeroportos, nas rodovias — das ferrovias nem se fala. Está tudo absolutamente atrasado.

Eu fiquei, de fato, assombrado ao ver o desenvolvimento de um país quase com as dimensões do Brasil, do qual eu acabo de regressar esta madrugada, onde trabalhamos inclusive no domingo. Uma missão com seis Parlamentares e um grupo expressivo de produtores visitamos a Austrália e a Nova Zelândia, país com um pouco mais de 200 anos de colonização e que está anos-luz na nossa frente, muito, muito, muito na nossa frente. Isso nos fez refletir sobre os erros que o Brasil vem cometendo ao longo da história. E continua cometendo erros graves agora. Um deles envolve a forma de gestão da PETROBRAS.

Aí volto ao fiasco: um leilão malconduzido, em que se vendeu mal o que é do povo brasileiro, colocando a PETROBRAS, a cada dia, em situação mais difíceis.

Não vamos obstaculizar a aprovação deste projeto de lei. Temos tido o comportamento de olhar o interesse nacional em primeiro lugar, e não só nesta Comissão. Esse tem sido o comportamento do PSDB nesta Casa. Mas nós não podemos, numa oportunidade como esta, deixar de destacar que estamos em uma posição muito clara contra a forma como Governo vem destruindo esse patrimônio.

Primeiro, ele privatizou a PETROBRAS para os interesses do partido, do PT. Fez um jogo de natureza partidária, com uma gestão desastrada, em que a carteirinha do PT era o que tinha maior peso na definição da ocupação de cargos estratégicos numa empresa tão valiosa para todos nós brasileiros.

Depois, veio a privatização propriamente dita. E o Governo a fez de uma forma extremamente inabilidosa, incompetente, não demostrando confiabilidade para os

mercados internacionais, não sendo capaz de atrair concorrência para esse processo — tanto que não houve concorrência, houve um lance só, capitaneado por uma empresa nossa. E eu não vou me surpreender, Sr. Presidente, se aquelas que se associaram à PETROBRAS utilizarem o dinheiro do BNDES para fazer os investimentos. Aí é que vai ficar, realmente, um cenário triste de uma tragicomédia. O Brasil vendeu para o Brasil, mas ficou só com 40%, ou seja, doamos para as multinacionais 60% do pré-sal. Esta é a boa herança que o PT agora deixa para o Brasil: a doação de 60% das riquezas do Brasil para as multinacionais. E depois vai para rede nacional de televisão dizer: *"Estamos salvando o Brasil"*.

Então, é bom que fique registrado nesta Comissão o nosso repúdio, o nosso inconformismo, a nossa oposição firme a essa forma de gestão inábil, incompetente, que ora faz o jogo do interesse partidário, ora faz o jogo do interesse das multinacionais, enquanto o jogo do interesse dos brasileiros vem sendo esquecido por este Governo há muito tempo.

Nós não vamos nos opor à votação deste projeto, deixando claro que nós não fazemos oposição ao País, mas fazemos oposição a essa gestão incompetente que aí está.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Eu vou continuar com a votação, mas me reservo o direito de, depois, reservar alguns minutos para discutir esse assunto.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O relatório está...

Com a palavra o Deputado Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu só queria solicitar que, antes de concluir a votação, V.Exa. me permita falar. Eu pensei que tivesse entrado no PLN, extrapauta.

Eu queria pedir ao Deputado Júlio Cesar que ficasse aqui. Quero pedir também apreciação extrapauta de um requerimento de diligência...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não, não. Ouça. Trata-se de um requerimento de diligência de membros da COI para obras apontadas pelo TCU com indícios de irregularidade. Há uma no Piauí também. Então...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É o de nº 20? Eu coloco...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - É o PLN 20 e o requerimento de autorização da CMO para diligência de membros da COI aos locais com execução de obras com indícios de irregularidades.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está certo.

Então, eu vou continuar com a votação. Depois, entra em discussão esse assunto.

O relatório do PLN 36/13 está em discussão.

Não havendo mais quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em votação agora na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Coloco agora em votação o requerimento do Deputado Afonso Florence de inclusão na pauta do PLN 20/13.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

E, quanto ao requerimento proposto por V.Exa. de aprovação de autorização para viagem ao Comitê de Obras Inacabadas — COI, eu o coloco em votação também.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, como membro desse Comitê, eu apoio o requerimento para as viagens.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado José Rocha.

Coloco em votação o requerimento de autorização de diligência do COI.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Antes de suspender esta reunião...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Desculpe-me, Presidente. Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não, Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Nós teríamos, então, que apreciar o parecer ao PLN 20.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, eu fiz um acordo com a Oposição...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Ah, eu pensei que fosse...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - ...de que iria incluir na pauta...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu pensei que fosse extrapauta, para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, eu iria incluir na pauta, mas eu fiz um acordo com o Deputado Claudio Cajado e com o Deputado Domingos Sávio de inclusão na pauta apenas para amanhã.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Tudo bem. Agradeço ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Acabei de colocar em votação, e aprovamos a inclusão em pauta do PLN 20.

Eu queria tecer alguns comentários, com a devida anuência do Deputado Domingos Sávio, em relação ao último assunto, que eu conheço muito bem.

O leilão de Libra foi um sucesso retumbante e absoluto, e eu explico por quê. Participei dos meandros e dos bastidores e acompanhei claramente o que aconteceu ali.

Em primeiro lugar, não houve mais concorrentes — houve apenas um consórcio — porque as companhias inglesa e americanas — e comunicaram isso ao Ministério antes — se sentiam constrangidas em participar do leilão. Gostariam muito de participar, mas, devido à exposição do escândalo da invasão ocorrida por parte dos Estados Unidos nos arquivos do Governo Federal e da PETROBRAS, os americanos entendiam que nenhum cidadão do mundo acreditaria que uma companhia inglesa ou americana pudesse ganhar aquele leilão sem utilizar como instrumento o que, teoricamente, havia sido grampeado dos arquivos da PETROBRAS.

Portanto, numa decisão, vamos dizer, política, econômica, empresarial, as companhias americanas, todas, e a BP inglesa, simplesmente, decidiram não participar do leilão. Mas gostariam muito de poder ter participado.

E eu entendo isso, como brasileiro. Se elas tivessem ganho, nem eu acreditaria que não tivessem ganho com base em alguma informação privilegiada que captaram de forma irregular, ilegal, clandestina, absurda, dentro dos arquivos da PETROBRAS. Essa é a justificativa de ter havido apenas um consórcio.

Diga-se de passagem que esse consórcio foi composto por duas companhias chinesas, pela Shell, pela francesa Total e pela PETROBRAS, é claro, com 40%, praticamente capitaneando o consórcio.

Portanto, do ponto de vista dos brasileiros, em primeiro lugar, é um orgulho estar ao lado da Shell, da Total e de duas endinheiradas chinesas — um consórcio

poderosíssimo. De outro lado, com a tecnologia que a PETROBRAS detém, associada à Shell e à Total, que são companhias a que não preciso fazer nenhuma referência, estão no topo do mundo em matéria de exploração de petróleo... Então, é um consórcio de primeira linha e que destinou praticamente metade da sua produção de petróleo para o País, com bônus de assinatura de 16 bilhões, o que é inédito no Brasil.

Antigamente — e é bom registrar aqui —, o regime de concessão era um simples leilão, em que as empresas pagavam, exploravam, e o que desse lá era deles, e nada para o País. Hoje em dia, o Brasil é dono do petróleo explorado lá e tem a participação obrigatória da PETROBRAS, que conseguiu, além do que a lei manda, uma participação extra dentro dessa exploração.

Portanto, sob todos os aspectos e todos os pontos de vista, o leilão de Libra foi um absoluto sucesso para o Brasil, para todos os cidadãos brasileiros, tornando verdadeira a frase *"O petróleo é nosso"*. O petróleo é brasileiro, e isso se traduz, principalmente, com o que foi pago no bônus de assinatura, com a participação efetiva da PETROBRAS e com a junção dessas companhias poderosas nesse consórcio.

E eu quero ainda fazer uma referência a um comentário de V.Exa., Deputado Domingos. Em primeiro lugar, a PETROBRAS hoje possui uma gestão técnica. A Presidente da PETROBRAS, Graça Foster, não é política, não é politizada, foi colocada lá num momento importante da companhia, numa atitude responsável do Governo, ao escolher uma técnica no momento mais importante da PETROBRAS na história do País, na história da exploração do petróleo, porque tivemos a descoberta do pré-sal. Então, a gestão é técnica e está focada no pré-sal. Portanto, eu entendo a PETROBRAS vender os seus ativos no exterior, vender as companhias que não estão no foco da PETROBRAS hoje, que é a exploração de petróleo. E isso tudo foi estudado exaustiva e tecnicamente, abstraindo a questão política.

Eu posso falar isso com toda a propriedade, porque, como V.Exa. sabe, o meu pai é o Ministro de Minas e Energia. Eu convivo com ele, converso com ele, troco ideia com ele e sei que, a partir do momento em que foi decidido mudar o regime de

concessão no País, em que foi decidido fazer o leilão de Libra, os critérios foram todos técnicos, abstraindo qualquer participação política da história, para que isso seja um modelo de sucesso econômico da nossa Nação. E eu, com toda a tranquilidade de empresário, que sou, de Senador, que estou — não sou, apenas estou —, tenho toda a tranquilidade para dizer que, para o País, ocorreu o melhor na área de exploração de petróleo, o que vai trazer para o Brasil a quinta posição como potência econômica do mundo, muito em breve, nos próximos anos.

Isso não tem nada a ver com política. Essa é uma vitória do nosso País, de todos os brasileiros, de V.Exa, como brasileiro, como Parlamentar da Oposição. Essa é uma vitória de todos nós. E isso me deixa muito satisfeito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sr. Presidente, só para contribuir com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Senador Lobão Filho, em primeiro lugar, quero registrar o respeito que sempre tive por V.Exa. e, de modo muito especial, pelo seu pai, o Ministro Edison Lobão, figura respeitada por todos nós. Não foi intenção minha incluí-lo na minha posição óbvia de indignação e de repúdio, porque não vejo da parte dele nenhuma atitude que possa implicar sua responsabilização pessoal, política ou como gestor que é.

Nós sabemos muito bem que a licitação para privatização por processo de concessão do campo de Libra não foi uma decisão isolada de um Ministro ou condução feita por um Ministro. É um processo de governo, liderado pela própria Presidente da República. Por isso, eu me referi a ela, à Presidente da República, que, em cadeia nacional, chamou para si toda a responsabilidade. E ela não poderia agir de outra forma, porque a responsabilidade é dela. É uma decisão de Estado. Trata-se de uma matéria que envolve uma das maiores riquezas do nosso País e que, portanto, é de uma

responsabilidade que inclui todo o Governo, liderado, obviamente, pela Chefe de Estado e Chefe de Governo, a Presidente Dilma.

Pois bem, inicialmente, Sr. Presidente, eu quero dizer que me surpreendeu, logo no início da sua fala, a colocação feita de que as empresas americanas e a inglesa — V.Exa. fez referência até aos governos americano e inglês — teriam comunicado a sua não participação no leilão.

Eu vou fazer um requerimento que, creio eu, pode ser dirigido ao próprio Ministério de Minas e Energia, mas pode ser à Presidência da República, para que nos informem, para que nos deem clareza sobre isso. Essa é uma informação extremamente relevante. Isso é extremamente relevante. Os governos americano e inglês e as companhias americanas e a inglesa disseram: *"Nós não vamos participar, porque nós nos sentimos constrangidos porque fizemos espionagem industrial"*. Ou seja, é uma confissão formal sobre algo de que eu, pelo menos, ouvi vários comentários. Inclusive, houve uma missão desta Casa aos Estados Unidos, da qual fez parte o Senador Eduardo Azeredo, e eu conversei com ele. A missão foi aos Estados Unidos logo na sequência de todo esse escândalo e ouviu dos Congressistas e das autoridades americanas que eles de forma alguma assumiam qualquer responsabilidade com relação a esse tipo de comportamento e que, se houve algo, poderia ter ocorrido qualquer tipo de vazamento promovido pela atitude irresponsável e criminosa de algum indivíduo, coisa que está sujeita a acontecer em qualquer país. E não seríamos nós brasileiros que iríamos agora dizer: *"Não, nós somos vestais. Aqui no Brasil na vaza nenhuma informação, não há corrupção, não há nenhum tipo de informação privilegiada"*. Infelizmente, nesse aspecto, nós estamos lá no final da fila, não é? Nós não somos nenhum exemplo para o mundo. Mas, nem por isso, nós podemos aceitar qualquer interferência ou qualquer ação de invasão da nossa soberania. Isso tem que ser repudiado de maneira veemente por todos nós. Nisso não há posição partidária. Todos nós repudiamos.

Agora, é absolutamente surpreendente que haja um comunicado do governo americano ou de empresas, dizendo que não iriam participar do leilão. Essa é a primeira colocação que eu faço, e é muito séria. Uma Comissão Mista desta Casa, das mais importantes, não pode ignorar isso. Nós temos que nos aprofundar nisso.

Comunicaram? Disseram que não iriam participar? E não iriam participar porque se sentiam constrangidas porque haviam feito espionagem industrial? É esse o fato? Primeiro, é esse o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, só quero complementar, para não haver uma distorção do que eu disse, ou caso eu tenha dito equivocadamente: foi feito um comunicado informal, não do governo, e, sim, das empresas. Houve um comunicado informal das empresas, que não disseram que fizeram invasão de dados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas como um comunicado informal?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Foi comunicado informalmente ao Ministro que as empresas não iriam participar, por se sentirem constrangidas pelo cenário mundial. Não que elas tenham participado de qualquer pirataria de informação. Essa foi a informação que chegou ao Ministério. E nós entendemos. Como não era uma informação oficial, formal, isso não foi declinado para o público. Mas eu estou dizendo aqui exatamente o que aconteceu nos bastidores, conforme eu disse a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Bom, a minha segunda constatação... Eu continuo sem entender, Presidente. Acho que não há como... Imagine alguém dando a um governo, a um Ministro de Minas e Energia, uma informação de natureza informal e ainda o fazendo em nome das empresas! Como uma empresa fala em nome da outra? Isso não existe no mundo real, e nós temos que trabalhar com o mundo real, o mundo da verdade absoluta.

Quer dizer, nós estamos tratando da licitação para terceirizar, para privatizar, sob a forma de concessão, a maior riqueza dos brasileiros, e isso vai ser conduzido na base da informalidade, informalmente? Alguém dá um telefonema, ou alguém chega e diz que

ouviu dizer ou que falaram? Não, isso não vale no mundo real. Agora, não vale, mas é sério. E nos faz refletir sobre como isso foi conduzido.

Aí vem a minha segunda colocação: se o Governo brasileiro, se o Ministro de Minas e Energia, tinha alguma informação do ponto de vista informal — está bem, eu vou admitir que seja isso — de que os grandes investidores do mundo de petróleo não iriam participar, então, meu querido Senador, a responsabilidade para com o patrimônio brasileiro deveria ter feito, sim, as autoridades brasileiras adiarem esse vergonhoso leilão, que V.Exa., com todo o respeito que tenho por V.Exa., acha que foi um sucesso, mas que todas as pessoas de dentro da PETROBRAS que conhecem qual é o valor real — e o próprio Governo havia dito que era o valor real — do campo de Libra sabem que resultou na venda do campo por valor muito inferior ao real. Há quem diga que o campo foi vendido por bem menos que um terço do que efetivamente valeria.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Um décimo!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Meu colega, que eu respeito, o Deputado Humberto Souto, um homem de diversos mandatos, fala em um décimo — 10% — do valor real dessa riqueza nacional.

Se o início da sua fala me surpreendeu, a conclusão me surpreendeu mais, porque, se o início da fala fosse sobre comunicados formais, oficiais, aí nós estaríamos diante daquilo que seria o maior escândalo da história das relações multilaterais do mundo, em que as maiores potências deste mundo capitalista teriam vindo a público dizer: *"Cometemos espionagem industrial. Invadimos a soberania nacional de um país livre, parceiro, amigo, como o Brasil, com fins espúrios de explorá-lo indevidamente"*. Essa seria a confissão final. Seria o fim do grande império americano — sem ser nos filmes de ficção, mas na vida real. Bom, não foi isso.

Se a segunda colocação existiu de fato, ela prova que nós estamos no caminho errado. Eu vou fazer uma licitação, eu vou licitar o maior tesouro do Brasil, e recebo informações de que os possíveis concorrentes, que iriam proporcionar, sim, aquele espírito de disputa que faria com que o leilão pudesse, de fato, render para o País algo

próximo do valor real dessa riqueza, os maiores investidores, os grandes investidores do mundo, não vão participar, eu mantenho o leilão e vendo para o Brasil o que é do Brasil, mas o Brasil fica só com 40%? É essa a constatação que a gente faz.

Senador Lobão Filho, V.Exa. continua tendo e vai sempre ter de mim todo o respeito, mas esse assunto está mal explicado. O Governo da Presidente Dilma deve uma explicação ao povo brasileiro. Ela, na campanha, disse que era um crime privatizar o pré-sal. Ela disse isso. E ela fez pior do que privatizar o pré-sal, ela fez pior do que privatizar o campo de Libra: ela deu para estrangeiros, deu para os chineses, deu para a Shell 60% do patrimônio brasileiro e ainda foi usar o horário público na televisão, pago com dinheiro público, para fazer demagogia política, para fazer campanha eleitoral, enganando os brasileiros.

E ainda tem toda uma corte para dizer: *"Que maravilha! Vai salvar o futuro dos brasileiros"*. É como se o futuro do brasileiro fosse só mais um mandato: mais um mandato para o PT, mais um mandato para a turma que está aí, e o futuro do Brasil está resolvido.

Jogaram no lixo o patrimônio do campo de Libra, porque uma licitação dessa importância não pode ser realizada com um concorrente só — e, mesmo assim, ele só existiu porque a PETROBRAS foi à frente e botou o dinheiro dos brasileiros. Ou nós estávamos brincando quando dissemos que tínhamos uma fortuna na mão ou nós realmente não estamos sabendo fazer aquilo que tínhamos que fazer, que é administrar seriamente o patrimônio dos brasileiros.

Então, V.Exa. esteja certo de que eu quero mais esclarecimentos sobre como foi essa situação de as empresas estrangeiras, o governo americano e o governo inglês dizerem que não iriam participar, e, mesmo assim, sabendo disso, o Governo brasileiro colocar em licitação o campo de Libra. Fez o leilão sabendo disso! Isso é que é chocante!

Eu não sabia. Eu pensava: *"Vai ser uma disputa. É o nosso maior patrimônio. Estão falando em 12 ou 13 concorrentes"*. Mas, não; só houve um concorrente. Um

concorrente! E o Governo brasileiro sabia que só iria haver um concorrente! É triste a história.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

Só registro que discordo diametralmente do Deputado Domingos Sávio. É direito, claro, de S.Exa. expor seu pensamento, e meu também.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, acho que V.Exa. trocou a ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim. O Deputado José Rocha pediu a palavra antes.

Com a palavra o Deputado José Rocha. Logo depois, o Deputado Afonso Florence terá a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu quero me inscrever também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ilustre Presidente Lobão Filho, quero agradecer a V.Exa. e dizer que a PETROBRAS, não tenha dúvida, é um orgulho para nós brasileiros, pela excelência que é, pelos brasileiros competentes e cientistas de que dispõe e pela sua *performance* no seu trabalho de descoberta do pré-sal, que representa um grande futuro econômico para o nosso País. Já é importante no presente e representa um futuro econômico importante para o nosso País.

Quero dizer também que a PETROBRAS — concordo com V.Exa. — é administrada por uma figura de grande capacidade técnica, a Dra. Graça Foster, como o foi também, devo ressaltar, com o baiano que lá esteve antecedendo a atual presidente. Refiro-me a José Sergio Gabrielli, que prestou grandes serviços à empresa e ao País. E a empresa tem a grandeza que tem não só pelos administradores competentes que teve, mas, sobretudo, pelos seus técnicos, pelos profissionais de excelência que possui.

Portanto, vejo a grande responsabilidade não só da Presidenta Dilma, como também do Ministro Lobão, em relação ao leilão de Libra. Não tenha dúvida V.Exa. de que, se uma outra empresa concorresse e ganhasse, aí, sim, estaria estampada a desconfiança, não só para os brasileiros, mas também fora do País, no sentido de que a vitória teria sido fruto de espionagem, de pirataria.

Então, na medida em que isso não aconteceu, nós temos a certeza de que realmente foi acertada a posição, não só do Ministro, mas também da Presidenta, de homologar esse leilão, que, sem dúvida nenhuma, vai ser importante para a economia, para a saúde e para a educação no nosso País, com o projeto que aprovamos nesta Casa.

Quero dizer, meu caro Deputado Domingos Sávio, que esta Comissão, a Comissão de Orçamento, realmente, é a Comissão mais importante do Congresso Nacional. Foi assim no Império e é assim na República. Nela, nós podemos não só projetar a receita do nosso País, como também dar as linhas a serem seguidas pelo Governo nos seus gastos e fiscalizar esses gastos. Realmente, esta é uma Comissão da mais alta importância. E ela fica mais importante ainda por ser presidida pelo Senador Lobão Filho, que tem honrado a Presidência desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado José Rocha, pelas palavras carinhosas.

Passo a palavra agora ao Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Obrigado, Presidente.

Quero também contribuir com o debate, fazendo minhas as palavras de V.Exa., Sr. Presidente, com relação à condução do leilão de Libra, realizado na forma da lei, com transparência, com diligência, com competência por parte do Governo brasileiro, do Governo da Presidenta Dilma e, em especial, do Ministro Lobão.

Coincidentemente — mera coincidência —, V.Exa. está aqui na condição de Senador e de Presidente da Comissão, no sentido de dispor de informações. Mas as

informações fáticas que V.Exa. disponibilizou para o debate são as que são passíveis de refutação ou de ponderação.

A Agência Nacional do Petróleo e o Ministério de Minas e Energia apresentaram sucessiva, reiterada e sistematicamente dados sobre valores estipulados de preço mínimo, critérios de composição de consórcio, condições para preenchimento dos requisitos pela concorrência, pelos consórcios ou empresas interessadas.

Houve — é notório o fato — uma lide judicial. A Advocacia-Geral da União, com o Ministro Adams e sua equipe, diligentemente, lograram êxito nas ações — obviamente, são profissionais de alta competência. E os procedimentos licitatórios estavam todos dentro das regras estritamente legais.

E, no primeiro experimento do regime de partilha, tivemos um resultado extremamente positivo, como V.Exa. ressaltou. Não é um problema do consórcio vencedor se outros consórcios não se propuseram a entrar no leilão. Há um consórcio vencedor. A inteligência e a liderança da maior empresa brasileira, de uma das maiores empresas do mundo no setor de petróleo, estão garantidas.

Todo o mundo sabe que a PETROBRAS tem cumprido um papel estratégico no último período em diversos aspectos: na garantia de energia para o País, na produção de combustível e também na gestão de preços. E, apesar de um cenário internacional de alta volatilidade, nós chegamos ao leilão de Libra com a possibilidade de a PETROBRAS cumprir o papel — e o resultado do leilão confirma isso legalmente — de liderança na exploração desse importante manancial de petróleo. Ela vai garantir para o Governo brasileiro e para o País uma contrapartida muito importante, estratégica.

Com relação à politização desse tema, isso é compreensível. Faz parte do jogo democrático. A utilização de horário em rede nacional pela Presidenta da República para esclarecer a situação é uma obrigação da Presidência da República. Ela cumpriu com as suas obrigações.

Nós não estamos vivendo um cenário pré-eleitoral. Pode ser que quem se tenha frustrado com a *performance* na pesquisa no último período ache isso, porque está procurando solução mais de 1 ano antes da disputa eleitoral.

Nós estamos governando o País, e a condução do Ministro Lobão no Ministério de Minas e Energia, no que diz respeito a esse leilão, como em outros temas, é de alto nível e merece os parabéns da nossa parte.

Destaco o papel importante de V.Exa., Presidente, ao vir a este debate agora e fazer os esclarecimentos que fez. O que não é fato não é matéria de debate político. V.Exa. tinha o propósito de contribuir com o esclarecimento e pretendeu extinguir o debate, no sentido de que isso não é o importante. O importante é que nós temos um resultado, a liderança da PETROBRAS, uma estabilidade na situação macroeconômica brasileira.

Agora, uma hora é a inflação, outra hora é o Pibinho, outra hora é o mercado de trabalho, outra hora é o juro, outra hora é o câmbio. Isso é normal no ambiente democrático. E vamos continuar com o debate.

Mas estão de parabéns o Governo brasileiro e o Ministro de Minas e Energia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Afonso Florence.

Só quero registrar que o que foi dito aqui foi exaustivamente publicado na imprensa nacional. Todos os jornais publicaram. É preciso contextualizar a situação também, porque, mesmo num cenário de crise internacional, tivemos um bônus de assinatura altíssimo, de 16 bilhões, e não é qualquer empresa que tem capacidade financeira de entrar em um leilão e cumprir com um bônus de assinatura como esse. E esse foi o grande fato relevante que afastou a grande maioria das grandes empresas, foi exatamente o valor do bônus de assinatura: 16 bilhões, recorde absoluto no setor para o Brasil.

Com a palavra o Deputado Cajado, para encerrarmos esta reunião.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu vou retomar a questão do início da discussão do PLN 13. V.Exa. tinha por costume fazer reunião no Colégio de Líderes, para que nós pudéssemos acordar as matérias que seriam apresentadas para discussão e votação.

Há algumas semanas, nós não fazemos mais a reunião do Colégio de Líderes. Passamos a acordar quais matérias seriam ou não...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Por falar nisso, interrompendo V.Exa., eu pediria ao Deputado Afonso Florence que fique, para que a gente faça uma reunião de Líderes para discutir o pedido do Deputado Miguel Corrêa de que nós pudéssemos flexibilizar o prazo de discussão do relatório preliminar, desde que seja dada entrada a ele hoje, passando de 48 horas para 24 horas.

Então, só lembro V.Exa. de que daqui a pouco nós vamos nos reunir para debater esse assunto especificamente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem. Então, eu vou aqui deixar clara a minha insatisfação por V.Exa. ter perguntado — inclusive, constrangendo este Parlamentar com o Senador Acir Gurgacz — se ele concordaria ou não com o meu pedido de retirada, já que nós tínhamos colocado isso...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou explicar melhor isso para V.Exa., para que V.Exa. não se excite demais na defesa do seu argumento.

Eu entendi que V.Exa. queria que eu pedisse para retirar, se eu não me engano, o PLN 32 ou o PLN 33. Eu não ouvi nada sobre o PLN 13. Passei normalmente para ele. Ele não se constrangeu, absolutamente, até porque foi um pedido meu a ele. Ele não era o Relator; foi Relator *ad hoc*. Portanto, ele se não constrangeu, absolutamente.

E, quando esta Presidência pediu a ele, foi só do ponto de vista regimental, porque ele já havia começado a ler o seu relatório e já estava em discussão. Nós o fizemos em grande respeito a V.Exa., porque, em outras condições, eu continuaria com a votação normal. Mas, respeitando V.Exa., que tem uma relação perfeita com esta Mesa, representando as Oposições... Nós temos respeitado as posições um do outro, e

isso tem dado certo na nossa Comissão até agora. Portanto, eu não colocaria em votação escondido.

Eu entendi que V.Exa. queria retirar o PLN 32 ou o PLN 33, não lembro. Não ouvi o pedido sobre o PLN 13. Para mim, não faz muita diferença, porque, de qualquer forma, nós temos um bloco inteiro de PLNs para ser votado na nossa próxima reunião. Portanto, não houve essa intenção que V.Exa. imaginou. Espero também que V.Exa. não adentre demais nesse assunto, porque é um assunto desnecessário.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Uma correção, Deputado Cajado, só para fazer justiça ao colega, pois eu estava aqui ao lado dele. Ele está fazendo referência não ao *ad hoc* que o senhor mandou, mas ao 53, se não estou enganado. Era logo depois do meu, tanto é que eu conferi: 39 eu não tenho. É o cinquenta e pouco. Aí, ele achava que era hoje, mas não estava na pauta. Por isso que ele tinha pedido, mas não houve constrangimento, não houve problema nenhum.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - V.Exa., dizendo o que está dizendo, demonstra que não tem ouvido as discussões que eu tenho feito aqui. Em que pese a relação que nós temos e que eu considero excelente e até amiga, quando o Deputado Carlos Magno perguntou: *"Por que V.Exa. não quer que vote o 13?"*, eu expus as razões. Quando o próprio Senador Walter Pinheiro...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É isso que eu estou dizendo. V.Exa. não está prestando atenção no que eu estou dizendo.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Mas nem usou os dois telefones hoje.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O Senador Walter Pinheiro pediu para colocar. Eu disse: *"Senador, o 13? É o que diz respeito ao PPA".*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - No microfone?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Aqui, do lado de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, eu não ouvi isso, não.

Alguém ouviu aqui isso?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Aqui, do lado de V.Exa, eu disse ao Senador que era um pedido do Líder Caiado para retirar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vocês dois estavam cochichando um para o outro aqui. Não foi aberto no microfone, não.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não foi aberto, mas ele estava falando...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - E eu tenho obrigação de ouvir o que ele estava falando com V.Exa.?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas eu disse no microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Disse o quê?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Senador, V.Exa. me perdoe, mas o Líder Caiado — e disse respondendo, inclusive, ao Deputado Carlos Magno — pediu para retirar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É, V.Exa. disse mesmo algo do Líder Caiado em relação ao PPA. O 13 é o do PPA?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Ah! É porque eu estava entendendo como PPA.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Na hora, eu ainda falei para o Deputado Carlos Magno que o 13 já foi pedido para ser retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, está explicado qual foi a confusão. V.Exa. falou em relação ao PPA, e eu não me liguei que o PPA era o 13. De qualquer forma, está justificado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pois é. Está esclarecido.

Eu só não queria, Presidente... Eu prefiro falar francamente as coisas a permitir que não fique entendido de forma clara ou haja dúvida, porque eu acho que isso não reforça o respeito que nós temos mutuamente.

O Senador Pinheiro me pediu para ter uma conversa em relação a outros assuntos que dizem respeito à Bahia, eu me ausentei e, coincidentemente, nesse momento de ausência, V.Exa. colocou em votação o PLN 13. Está explicado que V.Exa. não sabia que o PLN 13 dizia respeito ao PPA. Acho que isso fica esclarecido. Mas eu apenas queria ter a segurança de que os acordos não terão nenhum tipo de surpresa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Perceba, Deputado Cajado, que a Presidência da Comissão tem instrumentos para levar adiante votações — o Deputado Humberto Souto é especialista nesta Comissão e sabe disso. A Presidência tem instrumentos para impor determinadas votações, e essa é uma prática que eu jamais adotei nesta Comissão e espero não adotá-la nunca, porque nós temos conseguido resolver todas as pendências, todos os debates, todas as votações aqui em consenso, com discussão, com diálogo, sem precisar usar a prerrogativa ditatorial da Presidência, e esse é um costume que nós vamos ter até o fim.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Até porque, se V.Exa. o fizer, não vai surtir o efeito que V.Exa. deseja. Pode até ganhar uma batalha, mas a guerra V.Exa. com certeza não ganhará, porque, aí, terá a mim como adversário para cumprir o Regimento e dificultar no que for possível o bom andamento desta Comissão.

Eu acho que não é uma ameaça mútua, mas nós temos que fazer o entendimento para o bem da Comissão e do País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Já ficou clara a nossa posição e a da Oposição. Enfim, disso tudo fica a pacificação das relações e o bom andamento desta Comissão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, só para entender melhor a sequência que V.Exa. pretende dar com relação às matérias pendentes, ainda não chegou às minhas mãos o relatório preliminar do Orçamento. Houve uma manifestação — eu ainda não havia chegado aqui —, o Relator Miguel Corrêa esteve aqui e me parece que gostaria de votá-lo amanhã. Parece-me que o relatório até agora não está disponível. Eu não sei se V.Exa. pretende convocar reunião para amanhã com

esse objetivo. Acredito que seja só para a semana que vem. Era bom termos uma ideia de quais as reuniões que V.Exa. pretende realizar ainda esta semana e quais as matérias que estão em pauta, para que a gente possa construir um entendimento, até porque também se falou muito em extrapauta.

Eu gostaria que a assessoria da Comissão pudesse, logo que concluirmos aqui, nos informar exatamente quais são os projetos extrapauta que vão constar da próxima reunião, em que horário, se será hoje, amanhã, para que eu possa inclusive discutir com o meu partido e contribuir para que a construção do entendimento. Eu acredito que só será possível avançarmos se tivermos entendimento, e V.Exa. tem sido, de fato, exímio negociador e correto nesse processo.

Dentro desse espírito, eu também quero contribuir para que isso se dê de forma bem transparente, bem clara, e que possamos ter reuniões produtivas hoje e amanhã, já que o nosso prazo para apreciação de algumas matérias se extingue amanhã; outras, não. É isso que é importante ficar bem claro hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Os PLNs aprovados para apreciação extrapauta foram os PLNs 20, 25, 27, 37 e 41. Dos PLNs que haveriam de ser votados por acordo restam o 13 e o 32.

Suspendo esta reunião por 5 minutos, para reunião de Líderes na sala da Presidência. Voltaremos às 16h42min, para continuação desta reunião.

Convoco, portanto, os Deputados e Senadores para a reunião de Líderes na sala da Presidência.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa. que não fosse tão radical quanto à volta, porque, em 5 minutos, não sei nem se vamos sentar direito à Mesa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Após deliberação entre os Líderes partidários, ficou acordado que nós iremos debater e votar amanhã o relatório preliminar da LOA, desde que os partidos tenham tido tempo de leitura e estudo do trabalho feito

pelo Relator Miguel Corrêa e seja aprovada, na sessão de amanhã, essa deliberação por parte dos Líderes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, antes que V.Exa. encerre...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, a reunião de amanhã será às 14h30min?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim, às 14h30min.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pois é, eu gostaria — eu mesmo farei contato, mas, se V.Exa. tiver condições, acho que ficaria mais apropriado — que o Relator estivesse aqui um pouco antes da reunião. Nós já enfrentamos a dificuldade de não termos, neste momento, sequer o relatório. Então o que ficou foi um acordo, a possibilidade de um acordo tácito, ou seja, a possibilidade de não haver obstrução por parte de nenhum dos Líderes, de nenhum dos membros da Comissão, mesmo diante do fato de estarmos frente a uma regra clara do Regimento que estabelece 48 horas de prazo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito bem lembrado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas a presença do Relator é... Se S.Exa. estivesse aqui agora na reunião, esta etapa poderia até ter sido vencida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mas eu acho importante.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, eu acho que é importante que S.Exa. chegue um pouco antes, que a gente converse e esgote o entendimento, porque só haverá votação amanhã se houver entendimento. Em síntese, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vamos convocar o Relator para uma reunião de Líderes às 14 horas. Peço que a secretária faça a convocação e o convite a todos os Líderes e ao Relator Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro suspensa esta reunião, cuja continuação fica marcada para amanhã, dia 20 de novembro, às 14h30min.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 10ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 29, de 2013, pauta essa alterada.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Convido o Deputado Miguel Corrêa a fazer parte da Mesa como Relator da LOA e Relator do relatório preliminar da LOA.

Expediente.

Conforme decido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através de correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às lideranças partidárias nesta data.

Requerimento para inclusão na pauta do relatório preliminar, com emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 9, de 2013, do Congresso Nacional.

Antes de passar a palavra ao autor, Deputado Miguel Corrêa, peço à secretária desta Presidência que encaminhe à Mesa do Congresso Nacional os PLNs que não puderam ser votados aqui por exiguidade de tempo, para que possam ser deliberados no âmbito do Plenário do Congresso Nacional.

O autor, Deputado Miguel Corrêa, está com a palavra para a apresentação do seu requerimento de inclusão na pauta.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, demais Parlamentares, eu peço a dispensa da leitura de todo o relatório para apresentar apenas um resumo dos pontos principais que destacamos no relatório preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, coloco-o em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação do relatório preliminar, com emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 9, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014. O Relator-Geral é o Deputado Miguel Corrêa. Foram apresentadas 76 emendas. O voto é pela aprovação do relatório preliminar, com emendas, nos termos apresentados pelo Relator-Geral, com as alterações decorrentes dos ajustes de redação identificados no texto da aprovação parcial das Emendas de nºs 5 a 11, 13 a 16, 18, 19, 23, 27, 29, 30, 36, 41, 43, 50, 56, 58 a 60, 62, 63, 66, 68 e 72, e pela rejeição das demais.

O Relator-Geral está com a palavra para a apresentação do relatório da Errata, e o prazo para destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, passo ao resumo do relatório preliminar.

Projeto de Lei que estima receita e fixa despesas da União para o exercício financeiro de 2014 foi encaminhado ao Congresso Nacional pela Presidenta da

República, por meio da Mensagem nº 76, de 2013, do Congresso Nacional, dando cumprimento ao disposto no art. 166 , § 5º, da Constituição Federal.

Designado Relator do Projeto de Lei Orçamentária de 2014, coube-me a honrosa tarefa de propor, conforme o previsto no art. 51 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, parecer preliminar, que submetemos à deliberação desta Comissão.

Nos termos do art. 52 da Resolução nº 1, de 2006, o parecer preliminar contempla duas partes: uma geral e outra específica.

A parte geral comtempla visão global do projeto, inclusive quanto a metas fiscais consideradas em sua elaboração e compatibilidade da proposta orçamentária com a legalidade da legislação aplicável. Nela também se faz a análise do projeto à luz da execução orçamentária recente e se apresentam as despesas por seus grupos consecutivos ou de classificação. Apresentam-se ainda as programações a cargo dos diversos órgãos orçamentários, bem como as principais despesas distribuídas por área temática.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, são dez as áreas temáticas que inicialmente examinam a proposta orçamentária e as emendas apresentadas: I – Infraestrutura; II – Saúde; III - Integração Nacional e Meio Ambiente; IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte; V- Planejamento e Desenvolvimento Urbano; VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo; VII - Justiça e Defesa; VIII - Poderes de Estado e Representação; IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário; X - Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Por sua vez, a arte especial define as regras que deverão nortear o processo da apreciação e alteração da peça orçamentária no âmbito do Congresso Nacional. Essas regras contemplam condições para remanejamento e cancelamento de dotações pelas Relatorias, ajustes na despesa decorrentes da aprovação do relatório da receita, da reavaliação das despesas obrigatórias e o movimento dos recursos à conta da Reserva de Contingência, critérios para a distribuição de reserva de recursos, competências

temáticas das Relatorias, orientações para apresentação e apreciação das emendas, limite de valor aplicável às emendas individuais, bem como a origem dos recursos necessários ao atendimento, valor mínimo por bancada estadual para atendimento das emendas de apropriação e medidas saneadoras para a correção de erros ou omissões.

Além das partes geral e especial, também integra o parecer preliminar o documento a ele anexo. Essa documentação contempla a atualização do Anexo da Resolução nº 1, de 2006, na qual se define por comissão na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal áreas temáticas, subáreas temáticas e número de emendas; relação dos órgãos por área temática; demonstrativo da reserva de recursos prevista nos arts. 56 e 57 da Resolução nº 1, de 2006; demonstrativo dos números, valores resultantes das aplicações dos créditos previstos na Resolução nº 1, de 2006, atinentes à distribuição dos recursos necessários aos atendimentos das emendas apresentadas às bancadas estaduais; execução da programação orçamentária das despesas dos órgãos que integram cada área temática.

Parte geral.

O valor da proposta orçamentária para 2014 é de 2,5 trilhões, dos quais 654 bilhões e 700 milhões se referem ao refinanciamento da dívida pública. Desconsiderando-se esse valor, os orçamentos fiscal e da seguridade social e o investimento das empresas estatais somam 1,7 trilhão de reais. Desse valor total, 105 bilhões correspondem ao orçamento de investimento das empresas estatais e 2,4 trilhões aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Em linhas gerais, o Projeto de Lei Orçamentária 2014 prevê despesas com pessoal e outras despesas decorrentes previdenciárias, transferências constitucionais respectivas de 242 bilhões de reais e de 941 bilhões. Os investimentos propostos atingem as cifras, nos orçamentos fiscal e de seguridade social, de 67 bilhões, e, no orçamento de investimentos das empresas estatais, 105 bilhões e 600 milhões de reais.

A parte especial estabelece os parâmetros e os critérios que deverão ser observados durante o processo legislativo orçamentário. Os principais pontos são relatados a seguir.

Além dos recursos oriundos das estimativas de receitas, são passíveis de utilização para o atendimento das emendas aqueles decorrentes da utilização da parceria primária da reserva de contingência dos cancelamentos propostos neste relatório. A composição da reserva de recursos, redução e distribuição dos correspondentes aos demonstrativos do Anexo III, demonstrativo da reserva de recursos deste relatório e dotação inicial reservada é de 21,9 bilhões de reais, oriundos de: acréscimo líquido de receita de 12 bilhões, reserva de contingência no valor de 7 bilhões e cancelamentos prévios no valor de 2,5 bilhões de reais.

Desse montante, 14 bilhões foram reservados aos seguintes atendimentos: emendas individuais, 8,7 bilhões de reais; emendas do Relator-Geral, apresentadas nos termos do Item 14 deste parecer, 5,4 bilhões de reais, sendo Lei Kandir, revisão dos benefícios de natureza previdenciária e garantia do piso constitucional da saúde, entre outras.

O saldo da reserva de recursos é de 7,7 bilhões, distribuídos na forma estabelecida no art. 57 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional: Relatores Setoriais, 55%, o que significa 4,2 bilhões de reais, para o atendimento de emendas coletivas; 25%, 1,9 bilhão, para as bancadas estaduais, e 1,5 bilhão para o atendimento de emendas de bancada e de comissão, para o Relator-Geral.

O limite financeiro para apresentação e aprovação das emendas individuais será fixado em 14 milhões e 686 mil reais, por mandato parlamentar, sendo que metade desse valor deve ser destinado às ações do serviço público de saúde, nos termos do art. 51-A, do Substitutivo da LDO de 2014, aprovado na CMO. A quantidade máxima é de 25 emendas, como definido na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Para o atendimento das emendas coletivas, os Relatores Setoriais podem utilizar, além dos recursos oriundos da reserva de recurso, aqueles decorrentes do

cancelamento de dotações consignadas e despesas de investimentos, GND 4, e com inversões financeiras, GND 5.

No caso de investimento GND 4, os Relatores Setoriais podem efetuar o cancelamento, observados os limites legais: limite global de 20% do total das áreas temáticas e o limite por subtítulo é de 50%, se a programação estiver classificada em RP2, e de 10%, se a programação estiver classificada em RP3. No caso das inversões financeiras, GND 5, o limite global é de 15% e de 50% por subtítulo.

Para o atendimento das emendas de remanejamento, os Relatores Setoriais podem ainda cancelar dotações destinadas a outras despesas decorrentes de GND 3, até o limite de 20%.

A Relatoria-Geral, além dos recursos oriundos da reserva de recursos, pode cancelar dotações consignadas no Projeto de Lei Orçamentária da União de 2014 a outras despesas correntes (GND 3), até o limite global de 4% do total das despesas correspondentes, sem limite de cancelamento por subtítulo.

Ressalvados os casos decorrentes da correção de erro ou de omissão de ordem técnica ou legal e o cancelamento prévio, nos termos do art. 52 da Resolução n° 1 do Congresso Nacional, é vedado às relatorias o cancelamento de despesas:

a) obrigatórias com pessoal e encargos sociais e com serviços de dívida;

b) primárias obrigatórias (RP 1);

c) financeiras na unidade orçamentária e reserva de contingência;

d) dotação à conta de recursos oriundos de créditos internos e externos ou doações, e suas respectivas contrapartidas.

As emendas que proponham inclusão de programação classificada como RP 3 (PAC) somente podem ser apresentadas por bancadas e Comissões. Nesse caso, cabe à Relatoria-Geral proceder aos ajustes necessários à definição do conjunto de projetos que constará como despesas primárias discricionárias relativas ao PAC.

As relatorias somente apresentarão emenda com a finalidade de:

a) corrigir erros, omissões ou inadequações de ordem técnica ou legal verificadas no Projeto de Lei Orçamentária 2014 ou no processo de emendamento;

b) implementar destaques aprovados de redução, cancelamento ou recomposição de dotação.

No caso da prerrogativa estabelecida pelo art. 144, inciso III, da Resolução n° 1, do Congresso Nacional, do 2006, a relatoria-geral poderá destinar recursos ao atendimento de:

a) transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para compensação a Estados exportadores pela perda de arrecadação do ICMS e auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, tendo em vista o fomento das Exportações (Lei Kandir);

b) revisão dos benefícios previdenciários e assistenciais em razão de alteração de parâmetros econômicos;

c) garantia do piso constitucional da saúde;

d) adequação de dotações decorrentes de eventuais ajustes a partir do item 35 do relatório preliminar (despesas com pessoal);

e) apresentação de emenda nos termos do art. 47, § 3, inciso I, da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional (ajustes nas emendas de bancadas que deverão ser repetidas);

f) desenvolvimento de ações que garantam cumprimento de missão constitucional e das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa por intermédio dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Com amparo no art. 55 da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional, foram apresentadas 76 emendas ao relatório preliminar, cujos pareceres constam dos demonstrativos apensos.

Em suma, esses são os principais pontos do relatório preliminar que apresento a V.Exas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Voto: em face do exposto, somos pela aprovação do relatório preliminar na forma ora apresentada, da qual constam as alterações decorrentes das emendas aprovadas ou aprovadas parcialmente e relativas a ajustes.

Eu também estou também à disposição, Sr. Presidente, para discutir as emendas, óbvio, tanto as que foram pela rejeição, quanto as que nós acatamos parcialmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Antes de iniciar a discussão, vamos passar a palavra, pela ordem, ao Deputado Danilo Forte.

E, antes de passar a palavra ao Deputado Danilo Forte, eu quero fazer um registro e um agradecimento a todos os assessores, funcionários, funcionários de gabinetes de Deputados, funcionários desta Comissão, jornalistas presentes e convidados pelo tardio da hora. São 1 hora e 45 minutos da manhã.

Obrigado pela presença de todos vocês.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, quero lhe parabenizar pelo grande esforço no trabalho da Comissão, inclusive aprovando agora os PLNs e o relatório da LDO.

Minha preocupação é só uma. Todos nós estamos aqui imbuídos em aprovar o relatório preliminar, até por uma questão emergencial com relação aos prazos, para que a gente faça a votação do PLOA até o final do ano. Mas houve algumas ações modificativas no relatório da LDO, que foram aprovadas hoje no atendimento às demandas apresentadas no plenário.

Uma delas é a da Frente Parlamentar da Saúde, apresentada pelo Deputado Darcísio Perondi, que faz uma modificação a respeito das emendas do orçamento impositivo cem relação ao piso da saúde. Pelo que o Relator, Deputado Miguel Corrêa, colocou, ele está levando em consideração essa questão.

Há outras questões que também têm que ser retificadas em relação à aprovação da LDO para que não haja nenhuma incoerência entre o PLOA e o PLDO.

Meu questionamento é o seguinte: eu acho que a gente pode aprovar aqui o relatório, até por uma questão de prazo, mas tem que ficar ressalvada uma retificação para que não haja nenhuma contradição com relação à LDO que foi votada hoje. Nós precisamos fazer depois uma comissão de retificação para não haver nenhuma contradição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, na verdade, na produção do relatório — inclusive, eu discuti isso pessoalmente com alguns Parlamentares, vou citar aqui o Deputado Cajado, entre eles — o compromisso era discutir absolutamente orientado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi, inclusive, aprovada por esta Comissão. Então, rigorosamente nós seguimos a partir daí, da aprovação, que inclusive esta Comissão aprovou.

Então, essa é a orientação, essa é a diretriz que foi observada, e é óbvio que nós iremos discutir a partir de agora os demais detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, fica formalizada já, com a aprovação do Relator, esta revisão de texto, para que não haja incompatibilidade entre os dois documentos.

Eu agora inicio a discussão.

Com a palavra o Deputado Valtenir Pereira, para discussão.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, nobres pares, Sr. Relator, eu apresentei um destaque, o Destaque nº 13, pedindo a inclusão da Defensoria Pública para que possa ser contemplada com emendas de Comissão, da Comissão de Direitos Humanos.

Vejam, a Defensoria Pública tem por essência defender as pessoas de baixa renda, garantir o acesso das pessoas humildes à Justiça, e também faz um trabalho brilhante, que é defender a dignidade da pessoa humana. Então, nada mais justo que a

Comissão de Direitos Humanos, que tem uma missão importantíssima nesta Casa, possa também, para cumprir o seu papel, destinar emendas para a Defensoria Pública.

Então, esse ajuste é que nós pretendemos fazer através do Destaque, aproveitando a emenda do Senador Lobão Filho, que foi apresentada, a Emenda nº 58. Que o Relator possa acatar esse Destaque e incluir a Defensoria Pública como instituição para receber emenda de Comissão, reforçando o seu orçamento, para que ela possa cumprir minimamente o seu papel de dar às pessoas carentes do nosso País acesso à Justiça.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com palavra o Deputado Weliton Prado.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Eu queria apenas reforçar, apoiar o seu Destaque. A Defensoria Pública da União tem um papel fundamental. Eu sempre falo que é o advogado do bem, é o advogado do pobre, daquela pessoa que não tem voz e não tem vez. A Defensoria realmente clama por mais estrutura, melhores condições de trabalho. E temos que fazer muito e muito mais pela Defensoria.

Então, tem o meu total apoio o destaque à emenda apresentado pelo nobre Deputado. Espero que todos os Deputados e Senadores aqui acolham-no e que a gente tenha realmente uma Defensoria mais bem estruturada para atender o pobre, aquelas pessoas que mais precisam.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado.

O Relatório e a errata estão em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada. *(Pausa.)*

Quer discutir?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, com a palavra o Deputado Claudio Cajado para discussão. Apesar de eu haver encerrado, vou abrir para V.Exa., o Deputado Danilo Forte e também o Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem. Eu quero cumprimentar V.Exa., o Relator e os demais membros aqui presentes.

Eu apresentei diversas emendas no intuito de poder auxiliar o Relator com sugestões que considero que sejam importantes.

Nós viemos agora de uma profunda discussão com relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, abordando principalmente o superávit primário e a maquiagem contábil, no que se refere à não reestimativa de receita no caso das desonerações. E vejo que as emendas apresentadas ao projeto preliminar não foram acatadas nesse sentido.

Houve também emendas para as Forças Armadas no intuito de podermos atender alguns conceitos que consideramos importantes, principalmente na estratégia nacional de defesa, e V.Exa. aquiesceu parcialmente no relatório para poder acrescer com uma emenda de Relator.

Mas o que mais me chama a atenção... E eu vou pedir inclusive, Presidente, que seja votado um acordo de procedimento, e, nessa votação, pelo menos com a presença dos Parlamentares aqui presentes, eu vou ver se expressa ou não a vontade do Plenário nessa questão do orçamento impositivo.

Está aqui, no art. 11, na parte de emendas, no item 10.1 da página 29:

> *"Do valor a que se refere o item 10, o autor individual deve destinar R$ 7.343.000,00 (sete milhões, trezentos e quarenta e três mil) para ações e serviços públicos de saúde."*

Isto aqui reproduz o que nós votamos na LDO, que é metade da destinação das emendas individuais para a área de saúde. Eu sou contra isso aqui. Nós deveríamos aprovar o orçamento impositivo sem vinculação a qualquer que seja as áreas cujo orçamento nós elaboramos. Vincular 50% para a saúde do jeito que está previsto na LDO, agora que o relatório é preliminar, e na PEC, sem sequer termos aprovado essa proposta de emenda constitucional, parece-me que é uma extravagância, até porque

nós já tivemos a oportunidade de vincularmos aqui 30% para a área da saúde, e a execução orçamentária foi um fiasco, um fiasco.

Portanto, eu quero destacar esse item e pedir a votação. Não pedirei nominal, porque não quero prejudicar o cronograma de votação da elaboração do Orçamento. Poderei fazê-lo se no curso dos debates nós tivermos alguns problemas relativos às nossas posições e considerarmos que serão contrários àquilo que defendemos. Eu não vou aqui querer impor minha vontade. Porém, quero fazer esse debate. Acho que é importante que nós possamos esclarecer os Deputados.

Eu disse hoje no plenário, e vou repetir aqui, que se está prevendo colocar recursos para a saúde inclusive para cobrir despesas de custeio. Isso é uma excrescência. A partir do momento em que emenda parlamentar possibilitar o pagamento de custeio, nós vamos estar direcionando emendas para pagar combustível, aluguel de carro, compra de medicamentos. E essa não é a finalidade de uma emenda parlamentar.

Portanto, eu acho, nobre Relator Miguel Corrêa, que, se nós tirarmos isso e aprovarmos a PEC, poderíamos fazer, até o final dessa discussão, no mês de dezembro, uma emenda recolocando. Eu seria contra, mas aprovarmos agora sem a PEC estar aprovada, nós vamos estar vinculando para 2014 essa excrescência, porque o que nós aprovamos como emenda impositiva não foi vinculação de 50% na saúde. Nós queremos as emendas impositivas para atendermos basicamente as nossas demandas junto aos Prefeitos, junto aos Governadores. E eu, pessoalmente, nesses quase 18 anos — vai fazer 19 anos que estou aqui na Câmara, a partir do ano que vem —, raramente, principalmente em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, recebo pedidos de Prefeitos para alocar recursos na área de saúde, até porque, se for construir uma Unidade Básica de Atendimento ou uma Unidade Básica de Saúde, como o Prefeito vai fazer para pagar o salário dos médicos, das enfermeiras, dos atendentes, dos auxiliares? Ele tem o limitador de 54% de despesa de pessoal. E colocar recursos de emenda parlamentar para custeio é estarmos colocando nos nossos colos o

problema da gestão da saúde, que compete ao Ministério da Saúde, às Secretarias de Estado.

Portanto, é gravíssimo essa precedência que nós estamos dando. Vejo que os Deputados, talvez, na prática, não tenham esse entendimento. Alterar a Constituição para inserir isso é algo que, sinceramente, eu não consigo entender. Se os Senadores fizeram o que fizeram e estão convencidos de que agiram corretamente, e os Deputados reproduzirem isso, eu tenho que me curvar e, como minoria, eu terei que aceitar esse absurdo. Talvez o futuro prove quem estava certo. Eu tenho receios, no reverso da moeda, dos escândalos que poderão advir da má utilização dessas emendas. Nós não controlamos. O que nós fazemos é ofertar as emendas, e cada Município faz o seu processo de execução. Aqui para nós, é muito difícil fiscalizarmos a utilização de emenda de custeio.

Portanto, são fatos graves que trago à apreciação. E eu espero que os colegas tenham esse entendimento de, na votação, apesar do número reduzido aqui... Eu vou respeitar a decisão, mas sou radicalmente contra. Eu gostaria do apoiamento dos companheiros, para que nós pudéssemos retirar do relatório preliminar isso. Se formos aprovar a PEC, nós poderíamos reincluir, não vejo dificuldade, mas aprovar sem a aprovação da PEC, sem uma discussão mais ampla, sem mostrar aos Parlamentares, pelo menos da Câmara dos Deputados, que as modificações feitas pelo Senado não atendem ao orçamento impositivo, até porque está prevista a apresentação de emendas com base na previsão de receita e o pagamento das emendas com base no que foi efetivado no ano anterior, no que foi efetivamente pago. Portanto, há uma diferença de valores.

Há cálculos atuais. Eu estou vendo aqui. Estão colocando 7 milhões como metade; o dobro seria 14 milhões, 650. Muito bem, mas para pagar, vão ser 12 milhões. Já há uma diferença de quase 2 milhões e 200. E dos 12 milhões, metade dos 14, esses 7 milhões podem ser pagos, e o Governo pode jogar o “Restos a pagar”, da diferença, para o ano que vem. Ou seja, só executaríamos as emendas da área de saúde. Quem

está pensando que vai poder fazer para seu Prefeito praça, mercado municipal, pavimentação de ruas, asfalto vai ficar vendo navios, porque esse desejo não será transformado em realidade. E a saúde, sim, terá uma prioridade que muitas vezes vai prejudicar o Município. Nós podemos entulhar, no primeiro ano, de equipamentos, e no segundo ano? E no terceiro ano?

Então, eu chamo a atenção dos companheiros para não cometerem esse equívoco, porque depois de uma mudança constitucional é muito grave. E fazermos o que estamos fazendo aqui sem a aprovação da PEC não tem nenhum sentido.

Portanto, eu encerro aqui a minha participação. Nas outras farei emendas, mas para esta — é o Destaque nº 14 — eu pedirei atenção especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado.

Só para registro, particularmente, também sou contra a destinação de 50% para a saúde. Lutei lá dentro do Senado para que isso não ocorresse. O Senado negociou uma compensação, aumentando de 1 para 1,2, ou seja, aumentando em 20% os recursos para as emendas parlamentares, como uma espécie de compensação, em termos aceitados, 50% para a saúde.

Eu entendo exatamente o argumento legal do Deputado Cajado. De que adianta nós colocarmos essa imposição agora sem a compensação de 20%, que virá em decorrência da aprovação de um projeto de emenda constitucional? Nós faríamos a nossa amarração de 50% e não teríamos a compensação dos 20%. Ela virá apenas com a aprovação da PEC. E a PEC está acima do que nós vamos estabelecer aqui, porque é um projeto de emenda constitucional. Portanto, se nós retirarmos esse item do projeto discutido agora, quando a PEC vier, por si só ela já estará imposta ao nosso relatório. Então, eu concordo plenamente com o Deputado Cajado também.

Passo a palavra agora para o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Permito. Com a palavra o Relator. Logo após passarei a palavra para o Deputado Domingos Sávio e, em seguida, para o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Eu, assim como V.Exa., também tenho plena concordância com o Deputado Cajado, até mesmo porque isso acarretará a diminuição dos investimentos do Ministério da Saúde e não seu aumento, como era a proposta anterior. E, por consequência, se déssemos liberdade de investimento às emendas parlamentares, nós teríamos um potencial maior de aplicação delas e um resultado melhor dessa aplicação.

Não é a minha opinião que dirige o relatório. Nós acabamos de aprovar, numa Comissão do Congresso, a LDO, que aponta para esse caminho. Entendendo que, aprovada a PEC, nós teríamos que nos adequar a ela, então, eu preferi a opção de manter a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que apontava na direção do que foi construído por esta Comissão e, inclusive, aprovado por esta Comissão. Então, o meu objetivo foi o de, rigorosamente, seguir o que este Plenário já construiu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Prezado Deputado Miguel Corrêa, conterrâneo das Minas Gerais, nobre Relator, prazer em revê-lo. Espero vê-lo mais vezes até aprovarmos o Orçamento. V.Exa. anda muito ocupado e não tem aparecido com a frequência que nós gostaríamos aqui na Comissão, o que é compreensível pelas atribuições que a própria Relatoria impõe, mas entendo eu que será fundamental que tenhamos mais oportunidades.

Eu já inicio dizendo que, quando concordamos com o Presidente, fazendo um gesto de busca de construção de consenso, até mesmo passando por cima de prazos regimentais para agilizarmos a votação desse relatório preliminar, nós tínhamos o entendimento de que era muito apropriado que tivéssemos, preliminarmente, uma reunião com V.Exa. E assim ficou combinado. A princípio, haveria hoje, às 14 horas,

uma reunião com V.Exa. e o Colégio de Líderes da CMO e, efetivamente, às 14h30min, a reunião para apreciarmos o relatório preliminar e, na nossa expectativa, inclusive alguns outros itens relativos a projetos de lei de natureza orçamentária suplementar, que acabaram ficando prejudicados, dada a maratona de trabalhos que tivemos na sessão do Congresso. Depois se falou em 18 horas sobre o horário da reunião com V.Exa. e em 18h30min o da reunião que efetivamente estamos tendo agora, e ela acabou por vir a ocorrer depois da 1 hora da manhã, já sem a oportunidade de nos reunirmos com V.Exa.

Eu faço esse preâmbulo para dizer o seguinte: nós estamos aqui diante de uma situação que precisamos evitar que venha a ocorrer no Orçamento, propriamente. Nós estamos diante da possibilidade de votarmos aqui o relatório preliminar, e isso só será possível num gesto de consenso, de construção de acordo, sem o que fatalmente não teríamos sequer quórum adequado para isso, não teríamos as condições regimentais adequadas. Nós estamos imbuídos desse propósito até porque confiamos em V.Exa. e no espírito público que move V.Exa. para a elaboração do Orçamento. Mas nós não podemos ficar só nas boas intenções, porque, inevitavelmente, somos levados àquele raciocínio bem popular de que delas o inferno está cheio. Nós temos que, efetivamente, colocar em prática a busca da construção do entendimento.

V.Exa. dá, inclusive, uma boa referência ao dizer que o relatório não necessariamente expressa só o sentimento de V.Exa. E é assim que eu espero que a gente possa construir o Orçamento como um todo.

Nesse sentido, eu destaco que tenho aqui comigo pelo menos cinco ou seis destaques que protocolamos, todos eles relevantes. Poderíamos, se tivéssemos tido a oportunidade de conversar anteriormente com V.Exa., quem sabe, construído um entendimento para evitar esses destaques. O certo é que proposições feitas por colegas nossos, a quem temos a missão de representar aqui, não foram acolhidas, e cabe a mim buscar agora, na construção da aprovação final aqui do relatório preliminar, por destaque, a construção desse entendimento.

Há uma proposta do Deputado Bruno Araújo que vai ao encontro de uma ação que o Governo já vem adotando. O Governo mandou para cá, recentemente, uma PEC que possibilitou para os produtores de cana-de-açúcar, fornecedores independentes da Região Nordeste afetados pela estiagem, um mecanismo de compensação para a safra de 2010/2011. Isso foi aprovado recentemente. O Governo compreendeu, pela importância desse segmento e pelo risco de termos ali prejuízos que poderiam levar diversos pequenos produtores à insolvência, a uma situação terrível, que deveria criar aquele mecanismo de prêmio, de compensação.

O Deputado Bruno apresenta, em boa hora, uma proposta para que sejam alocados recursos a fim de que tenhamos também, já no Orçamento, a previsão para o atendimento dessa demanda relativa à safra 2012/2013, que padeceu do mesmo sintoma. E isso não é novidade para ninguém. O Governo inclusive tomou ações específicas contra a seca no Nordeste no ano de 2012 e ainda no início do ano de 2013.

Então, esse era um dos destaques que eu gostaria de fazer, e conto com a aquiescência de V.Exa. para ele. Refiro-me à Emenda nº 42, que aloca recursos especificamente para esse programa. Ele estabelece um montante, mas, se V.Exa. entender, na construção de um acordo, que isso deva ficar vinculado a alguma receita já específica, de modo que não se criem dificuldades dentro da estrutura orçamentária, há mecanismos técnicos para se absorver essa emenda sem se criarem dificuldades de natureza orçamentária.

Existe também, Deputado Miguel, uma iniciativa do Deputado João Dado que vem ao encontro de um anseio de toda esta Casa, e nós precisamos aproveitá-la. Agora estamos falando em orçamento impositivo, em garantir a independência do Parlamento. Essa é uma proposta que vem sendo tentada há muito tempo. Eu não posso deixar de registrá-la. Quem sabe é hora de avançarmos e darmos oportunidade a todos os colegas aqui de nos ajudar nesse sentido.

O Deputado João Dado, na Emenda nº 61, propõe a disponibilização de uma reserva de contingência num valor que não chega a ser tão expressivo, já que é uma

reserva de contingência. Esse é o primeiro passo, importante, para esta Casa ganhar autonomia na hora de apresentar projetos que possam ter o entendimento de que exijam compensação por impacto orçamentário ou criem gastos tributários. Essa é uma velha luta do Parlamento.

Com frequência, iniciativas extremamente louváveis são apresentadas. Às vezes, por um pequeno gasto simbólico, às vezes por um impacto por menos expressivo que seja, ele fere o princípio constitucional porque ele não tem fonte de onde retirar recurso. Se houver esse fundo de contingência que o Deputado João Dado propõe, de 300 milhões, haveria, sim, por onde o Deputado lastrear a sua proposta e fazê-la tramitar nesta Casa e a possibilidade de o Parlamento ter, de forma mais afirmativa, a sua independência para legislar. É uma ideia interessante que não é a primeira vez que chega a esta Casa. Acredito que, pelo momento de independência que o Parlamento procura alçar, seja o momento oportuno.

Eu vou deixar três destaques sem apresentar, para poupar os colegas, mas são três: o do Deputado Bruno Araújo, que atende ao Nordeste brasileiro — ele me fez um apelo especial, digo mais, havia dele um sentimento de que não poderíamos votar por acordo sem a inclusão; eu não serei intransigente, mas faço um apelo a V.Exa. —; o do Deputado João Dado, que cria esse fundo de contingência, que é um instrumento de avanço do Legislativo; e o último, de um colega de partido de V.Exa. No meu entendimento, ele consegue sintetizar o pensamento não só da base do Governo — ele é do PT —, mas também da Oposição, tratando da relação do Estado brasileiro com os aposentados. Eu me refiro a uma emenda de autoria do Senador Paulo Paim, em que ele propõe estabelecer critérios e alocar recursos para a concessão do aumento real das aposentadorias e pensões do Regime Geral da Previdência Social com valor acima de um salário mínimo. Ou seja, é aquela velha luta para que haja pelo menos uma sinalização. Eu tenho aqui outras emendas de outros colegas que falaram em garantir o mesmo percentual, por exemplo, do salário mínimo. Eu acho que criaria uma camisa de força muito pesada, talvez um impacto orçamentário difícil de suportar.

Eu sinto que há, nesse aspecto, vontade de dar o primeiro passo, para que o Governo de fato possa dizer "quero ou não quero dar um tratamento mais adequado, mais justo para os aposentados no Brasil". O Senador Paulo Paim sequer diz qual é o percentual — pode ser 0,01% de ganho —, mas ele diz *"alocar recursos para que nós tenhamos a concessão do aumento real das aposentadorias do Regime Geral da Previdência com valor acima do salário mínimo"*, coisa que não vem ocorrendo; pelo contrário, elas vêm se defasando.

Então, são três destaques. E eu faço um apelo para que sejam levados em conta, todos eles de interesse absolutamente republicanos e não partidários.

E concluo, Sr. Presidente, pedindo que nós façamos um esforço. É o apelo que faço ao Deputado Miguel Corrêa. Nós da Oposição demos um testemunho muito claro hoje, numa sessão das mais longas do Congresso Nacional. É claro que nós defendemos as nossas teses e logramos êxito de forma muito modesta, mas muito modesta em algumas. Fomos extremamente generosos, mantendo a nossa coerência de compromisso com o País, votando, além da LDO, parece-me que duas dezenas de projetos que alcançam todas as áreas da administração pública sem criar nenhum tipo de obstáculo. E nós vivíamos ali um momento em que todos são testemunhas de que nós poderíamos barrar todos os projetos se assim o quiséssemos, mas não seria um gesto em defesa do interesse nacional; poderia, quando muito, ser um gesto de natureza política, e nós não queremos ceder a essa tentação no Orçamento. Queremos ver o Orçamento aprovado.

Sabemos da dificuldade que vamos ter. V.Exa. sabe disso. Os prazos inclusive já nos exigem começar pela madrugada desta quinta-feira. Mas, para que isso aconteça, eu faço esse apelo: nós vamos precisar sentar e negociar — o que não é nada espúrio; é algo que pode ser dito pela Internet, para o Brasil inteiro — negociar, buscando, em razão desse diálogo, dessa negociação, o melhor interesse do País.

Por que eu digo negociar? Porque negociar, por exemplo, essas três emendas é o melhor interesse do País: é negociar um acordo para melhorar um pouco para o

aposentado; é negociar um acordo para garantir para os pequenos produtores de cana do Nordeste a garantia de recomposição de suas perdas; é negociar um acordo para que tenhamos um fundo, ou uma reserva de contingência, que garanta ao Plenário deste Parlamento um pouco mais de soberania.

Portanto, Deputado Miguel Corrêa, V.Exa. terá nosso apoio total, mas eu concluo pedindo que nos dê a atenção de que nós precisamos para construir esses entendimentos que eu chamei de negociação, deixando bem claro que eu não terei nenhuma dificuldade de ceder, de flexibilizar, desde que também nós possamos ser atendidos naquilo que é de interesse do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, nobre Relator, Deputado Miguel Corrêa, demais companheiros e companheiras, Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, nós acabamos de votar uma LDO que foi exaustiva no debate — desde maio que este debate corre por esta Comissão — e que também exigiu de todos nós uma compreensão muito grande sobre a necessidade de construirmos uma Lei de Diretrizes Orçamentárias capaz de dar eficiência ao Orçamento da União.

Estamos agora na parte contábil, na parte financeira da votação do Orçamento para fecharmos essa proporção para 2014, e limitada a 2014. Então, programas que excedem a 2014... Nós temos que ter a preocupação de que estamos votando aqui o Orçamento para 2014 e, dentro dessa votação, nós temos que ter uma clareza muito grande. Nós não podemos criar nenhuma antijuridicidade, nós não podemos votar uma LDO e chegar aqui na Comissão e votar uma LOA que contradita o que foi aprovado pela LDO, porque cria margem para questionamentos, do ponto de vista jurídico da votação, entre a LOA e a LDO, que são irmãs siamesas. Acho que elas têm que estar interligadas, elas têm que estar interagindo, uma complementando a outra. Então, isso já cria um problema jurídico na partida.

Segundo, acho que nós temos que ter uma compreensão muito clara do momento que o Congresso Nacional está vivendo. E o Congresso Nacional, hoje, principalmente a Câmara dos Deputados, em quase a sua totalidade, defende como bandeira número 1, com relação a qualquer matéria orçamentária, a questão do orçamento impositivo. E o acordo que se foi construindo e o acordo que se foi valorizando e o acordo que foi dando sinais de viabilização do ponto de vista tanto da aprovação quanto da materialidade desse orçamento impositivo foi exatamente o acordo feito ao adendo apresentado no Senado da República, que nós tivemos a preocupação de aprová-lo na LDO *ipsis litteris* ao que foi aprovado no substitutivo apresentado pelo Senador Eunício Oliveira.

Na votação de hoje da LDO foram feitas algumas modificações com relação a essa questão que para alguns podem ser consideradas avanços e para outros podem, inclusive, ser consideradas derrotas, do ponto de vista do seu entendimento, mas que, do ponto de vista da viabilidade orçamentária, são um avanço. Porque quando o Senador Wellington Dias apresenta aquele substitutivo, aquele adendo, atendendo a uma demanda do Ministro Alexandre Padilha, de regulamentar esse recurso dentro das aplicações da rede SUS, ele dá uma garantia de execução desse orçamento dentro do princípio da rede SUS.

A saúde pública hoje em todo o País é a primeira reivindicação da população brasileira. Em qualquer pesquisa que seja feita, do Rio Grande do Sul ao Acre, do Mato Grosso à Paraíba, é o primeiro ponto que a população reclama dotação de mais recursos. Nós temos condições de viabilizar recursos, sim, para fortalecer o orçamento da Saúde; nós temos condições de viabilizar recursos, sim, para que a Saúde possa atender às suas demandas; e podemos aperfeiçoar, ao longo do desenvolvimento das ações, não só o cumprimento dessas demandas, mas também a execução dessas demandas num processo continuado pelos anos afora.

O que me preocupa neste momento? O que me preocupa neste momento é exatamente a gente não dar prosseguimento a nenhuma atrocidade, do ponto de vista

jurídico, e ao mesmo tempo viabilizar situações, como inclusive foi colocado pela Frente Nacional de Saúde e que é a mesma demanda aprovada hoje pela manhã na Comissão de Seguridade Social e Família, da qual faço parte, onde foi aprovado o mesmo substitutivo do Darcísio Perondi com relação ao orçamento da Saúde no que diz respeito às emendas parlamentares não serem incluídas no piso da saúde — piso ou teto, conforme é avaliado por uns e por outros — com relação a essas demandas.

Então eu acho que apostar única e exclusivamente na PEC pode ser uma aposta errada, porque a PEC está em tramitação a menos de 1 mês do término do ano legislativo. Nós teremos que fazer novas modificações aqui na Câmara, e ela terá que voltar para o Senado para novo debate, para nova avaliação. Aí, com certeza, o ano já se foi. Inclusive essa PEC tem prazos e determinação de períodos de avaliação — para cada modificação, ela tem um interstício a ser cumprido na Câmara e um interstício a ser cumprido no Senado — e pode ficar para o Orçamento de 2015 ou 2016, dependendo do prazo da sua votação.

O que nos garante o orçamento impositivo para 2014 hoje é a LDO. Queiramos ou não, é o relatório da LDO que garante a execução do orçamento impositivo para 2014.

Com relação ao questionamento do valor, do número, outro questionamento que fiz ao nosso nobre Relator Miguel Corrêa, ele tem que ser compatível com o que foi aprovado, porque, quando a gente aprovou o 1,2, foi dentro de uma negociação com o próprio Poder Executivo. Então, nós não podemos quebrar o acordo com o Poder Executivo logo na partida da votação da LOA, porque senão o próprio Governo vai ter dificuldade em ter os encaminhamentos junto à votação do Orçamento para 2014.

Eu sei que nós estamos todos exaustos, cansados, eu sei que nós temos aqui o princípio de ajudar a viabilizar a votação preliminar desse relatório, por isso eu fiz a questão de ordem inicial, exatamente para fazermos essas retificações pontuais que precisam ser feitas extemporaneamente, num outro momento, porque não vai dar para toda ela ser feita aqui. Mas eu acho que a contradição está aí colocada, está colocada

nessa preocupação do Deputado Claudio Cajado, está colocada na primeira preocupação da Defesa Civil, que, inclusive, foi um instrumento de cidadania que nós trouxemos para a LDO. Então, se a LOA acompanhar a LDO, vai também estabelecer o orçamento da Defesa Civil, conforme foi colocado aqui pelo nobre Deputado do Tocantins. A gente precisa fazer exatamente esse avanço.

Então, qual é a minha preocupação? Não criarmos nenhum problema que crie uma contradição já na partida entre a LDO e a LOA e, ao mesmo tempo, não apostarmos única e exclusivamente na PEC, porque eu, apesar de só estar aqui há quase 3 anos, diferente dos 19 anos do Deputado Cajado, acho muito difícil concluirmos a votação da PEC do Orçamento Impositivo ainda este ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Não havendo mais quem queira discutir o relatório e a errata, está encerrada a discussão.

Eu passo agora à votação, ressalvados os destaques. Foram apresentados 14 destaques.

Agora o relatório e a errata estão em votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem. Não para discutir.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É pela ordem.

Normalmente, se nós não tivermos uma composição, V.Exa. terá que votar destaque por destaque. Se tivermos um acordo, poderemos votar destaques em globo, ressalvados um ou outro que o Deputado queira ou que o Relator absorva. Ele faria uma errata, um adendo, enfim, e poderia absorver. Nós agilizaríamos o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A sugestão do Relator é de que se faça a votação em bloco dos destaques por autor. Cada autor tem vários destaques. Faríamos por autor a votação dos destaques, depois do término da votação do relatório preliminar, que já estava em votação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vai, vai. Isso, caso a caso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, depois da votação. Primeiro a gente vota, ressalvados os destaques.

Dando continuidade, o relatório e a errata estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Coloco em votação agora na representação do Senado Federal, ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Passamos agora à apreciação dos destaques.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente, até para agilizar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Danilo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O Relator já poderia dizer o que vai acatar, e V.Exa. só colocaria em votação aqueles que estivessem fora. Inclusive, só podem ser relatados ou discutidos aqueles cujo autor estiver presente. Assim a gente ganha tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Miguel. V.Exa. prefere que seja votado por autor, em bloco, ou já excepcionalizar os que vai aprovar e rejeitar os outros já anunciando agora? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, eu quero fazer pequenos comentários e depois pedir 2 ou 3 minutos para observar aqui todas as falas que foram feitas, para tentar encontrar soluções, dentro das propostas apresentadas aqui para os autores e, vamos chamar assim, coautores.

Só reafirmo, Deputado Danilo Forte, que a minha opinião é a mesma de V.Exa., tanto é que consta do relatório. Eu digo que a minha opinião particular está muito mais em consonância com a do Deputado Cajado. Acredito que nós teríamos um melhor papel a ser desempenhado com a flexibilidade da Lei Orçamentária e das propostas de emendas orçamentárias dos Parlamentares. Mas não foi isso que fiz, e não é isso o que eu vou defender aqui.

Quero destacar também que a única exceção que eu procurei fazer, como emenda de Relator, foi para correções — a correção a partir de aprovada a PEC; a correção do 1,2 das emendas individuais; a correção a partir — se for o caso, porque nós não deixamos isso bem claro no relatório preliminar — do piso da Saúde. Então, o critério foi absolutamente o de buscar as correções, não foi um critério de abrir possibilidade além disso.

Posteriormente, a partir das emendas apresentadas, eu trouxe mais dois elementos, que são o apelo de grande maioria dos Parlamentares que estiveram em dois temas: a DPU — Defensoria Pública da União e as Forças Armadas. A inclusão desses dois temas tem a ver com a força da apresentação das emendas de uma diversidade enorme de Parlamentares, tanto do Senado quanto da Câmara. Por isso, de cara, de imediato, de pronto, nós já acatamos essas emendas, para construir melhor e em harmonia.

Então, esse é o papel que eu quero desempenhar do início ao fim, observando, o tempo inteiro, o sentimento do Plenário e da Comissão de Orçamento.

Eu queria pedir esse tempo até mesmo — o Deputado Domingos Sávio aqui apresentou três emendas, mas nenhuma é de autor que esteja presente — para a gente fazer a discussão do destaque. Mas até mesmo para uma delas, Deputado Domingos, nós estamos buscando uma solução. Então, eu queria pedir 2 ou 3 minutos aqui com a Assessoria, só para tentar construir alternativa para uma, porque as outras duas eu vou citar depois aqui, via microfone, de público, que não há possibilidade de fazer esse atendimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Permita-me, Relator, só para tranquilizá-lo e para que a gente dê a sequência adequada. Regimentalmente, a presença requerida é do autor do destaque, e eu sou o autor dos destaques em questão. São todos de minha autoria, porque, inclusive, alguns que subscrevem não estão mais como membros desta Comissão, pelas mudanças partidárias recentes que houve. Não é o caso do Deputado Bruno, que é meu colega de partido e que eu represento aqui como coautor inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mas V.Exa. havia dito que não era o autor do destaque aqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, eu não sou o autor das emendas; dos destaques sou eu o autor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então está perfeito, está regimentalmente dentro *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Mas já havia uma solução para isso, Deputado. Não seria esse o problema.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Enquanto o Relator discute com a Assessoria, eu quero colocar em votação aqui um item importante. Por uma questão de prazo, o Regimento diz que o início da apresentação de emendas se inicia 24 horas depois de nós votarmos o relatório preliminar. Mas a Secretaria da Mesa informa que, se nós deliberarmos, decidirmos, a apresentação das emendas pode se iniciar hoje, e não daqui a 24 horas. Eu acho que são mais 24 horas que a gente ganha de prazo para apresentação da emenda.

Então, eu coloco em votação essa possibilidade de iniciarmos a apresentação de emendas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só uma questão anterior: o substitutivo já foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O substitutivo já foi votado, ressalvados os destaques.

Já que foi votado hoje, eu coloco em votação a possibilidade...

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Uma questão que o Deputado Cajado está levantando também: a gente queria saber o prazo. Seria até que dia?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O prazo será do dia 21, que é hoje, até o dia 28.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Dia 28 vai ser que dia?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Quinta-feira.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Eu faço a solicitação de que seja até sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A Assessoria pede que seja até quinta-feira por uma razão de publicação. Há um prazo para a publicação, e eles fizeram várias contas, e a conta fecha exatamente no dia 28. Então, vamos fazer prevalecer o dia 28.

Coloco em votação. Votação simbólica.

Os Srs. Deputados que aprovam que seja iniciada a partir de hoje a apresentação de emendas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada na representação da Câmara.

Coloco em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Portanto, o prazo de apresentação de emendas começa hoje.

Eu convoco agora uma reunião de Líderes com os Relatores Setoriais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Só uma questão. Eu sei que o prazo é esse, e nós vamos fazer esse esforço, mas é importante que V.Exa. e o Relator nos

ajudem a envidar esforços com o Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e com o próprio Presidente do Senado para que tenhamos o mínimo de clareza com relação a essa votação da PEC.

Se ela for efetivamente votada, nós já vamos ter que fazer as nossas emendas pautados no que ela está preceituando: 50% para a Saúde e os outros 50% de forma livre. Se isso não for aprovado para o ano que vem, a realidade será exatamente outra.

Então, é importante que tenhamos condições de ser alertados pelo menos até terça-feira, porque, senão, eu acredito que nós membros da Comissão, principalmente V.Exa. e o Relator, poderemos ficar numa situação muito delicada com o conjunto dos Parlamentares desta Casa, que vão ficar às cegas para fazer as suas emendas. É muito importante que esse assunto seja esgotado, embora eu saiba das dificuldades para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu faço o compromisso com V.Exa. de procurar o Presidente Henrique Eduardo Alves para discutir esse assunto.

Convoco já uma reunião de Líderes com os Relatores Setoriais e o Relator-Geral, para definirmos o novo cronograma de tramitação da LOA. Convoco essa reunião para 14h30min, quando já terei um posicionamento do Presidente da Câmara.

Convoco reunião ordinária para o dia 26 de novembro, terça-feira, às 14h30min e reunião de Líderes às 14 horas. *(Pausa prolongada.)*

Declaro cancelada, a pedido do Deputado Danilo Forte, a reunião de hoje às 9 horas. *(Pausa prolongada.)*

Bom, o Relator já está pronto para definir seu posicionamento em relação aos destaques. Portanto, eu passo a palavra ao Relator, Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, o Deputado Weverton Rocha está aqui com uma ideia boa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Qual é?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Que a *TV Câmara* também tenha apresentação das reuniões da Comissão nas madrugadas, para que a população e a sociedade vejam que os Deputados e os Senadores... *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Esse argumento não pode ir para a gravação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só para registrar aos caros colegas, são 2h31min da manhã. A minha mulher já ligou aqui quatro vezes. *(Risos.)*

(Pausa prolongada.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, estou sabendo que no passado esta Comissão era mais generosa, tinha um lanchinho para a gente não passar tanta fome aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tinha um lanchinho. Minha culpa. *Solamente* minha culpa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Vamos lá, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vamos lá, Relator! Nobre Relator, os Deputados estão ansiosos, cansados, exaustos, sonolentos. *(Pausa prolongada.)*

Com a palavra o Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, numa mesa de negociação bem sucinta e rápida, nós conseguimos avançar em alguns acordos. Eu só queria lembrar aos Deputados e Senadores presentes que todo o esforço nós iremos fazer e vamos buscar o tempo inteiro, no que for feito, o formato aqui de consenso, mas tem que haver também uma compreensão, porque o Relator da Receita fez uma reestimativa de receita muito baixa. Nós estamos trabalhando com praticamente menos da metade do que foi trabalhado no ano passado pelo Senador Romero Jucá, e ainda menos do que no ano anterior, o que significa que gera uma dificuldade muito grande para qualquer tipo de atendimento em relação às propostas, mesmo com todo o peso e

a necessidade de atender — as dificuldades via orçamento pesam para esse atendimento.

Então, vamos ponto a ponto. Eu vou começar pelo Deputado Domingos Sávio. A proposta, Deputado, é a gente não atender a emenda do Senador Paulo Paim. Não há possibilidade financeira de fazer esse atendimento. Acho que todos nós aqui, de pronto, apoiamos a iniciativa e entendemos a necessidade, mas, orçamentariamente, não é possível, não cabe tentar construir uma solução adequada para ela.

A emenda do Deputado Bruno Araújo, nós encontramos uma solução de redação para ela, que é abrir a possibilidade, assim como foram autorizadas as outras de correção do teto da Saúde, da emenda individual, para o Relator-Geral contemplá-la na frente, a partir dessa liberdade, e aí, sim, dos recursos, para atender a V.Exa. nessa demanda, junto ao Deputado Bruno Araújo.

E a terceira, que é do Deputado João Dado — é isso? Corrija-me —, mantém o debate na Comissão. Inclusive, o Deputado Puty aqui reafirmou, ela sempre é apresentada na CFT. O debate vai acontecer, e, se houver necessidade de suplementação dela depois pelo Relator-Geral, a gente vai discutir a construção do aumento da emenda a partir da proposta encaminhada pela CFT.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Inclusive já debatemos hoje na CFT, o Deputado João Dado já informou na Comissão de Finanças que apresentará a emenda como emenda de Comissão.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Presidente, eu queria...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ótimo. Eu agradeço, nobre Relator, especialmente pela forma encontrada por V.Exa. com relação à emenda do Deputado Bruno que nós destacamos. Gostaria apenas de pedir, então, que a nossa solicitação de destaque agora fique exclusivamente com relação à Emenda nº 26, que, sem maiores comentários, poupando os colegas aqui, nós pretendemos defendê-la, apenas para registrar o compromisso que fiz não só com o Senador Paulo Paim, mas também com outras Lideranças.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Claro, sem dúvida.

Em relação à DPU, Presidente.

V.Exa. deseja alegar...

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Não. Quero ouvir V.Exa., primeiramente.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Nós fizemos um esforço muito grande para atendimento da DPU, entendendo que toda ação organizada acaba repercutindo não só nos Parlamentares, mas também nas ações que provêm da força do órgão.

Nós procuramos atender a DPU em dois pedidos por ela apresentados: uma mudando-a nas dez possibilidades dos Relatores Setoriais em que havia uma necessidade de reconhecimento da autonomia da DPU. Então, nós reconhecemos isso e acatamos essa emenda. Acatamos também a emenda da possibilidade das emendas de Comissão, que foram pedidas, o que significa que, tanto no Senado quanto na Câmara, nós estamos trabalhando a paridade dessas possibilidades. A DPU poderá fazer proposta de emenda na CCJ do Senado e na da Câmara e na Defesa do Consumidor do Senado e na da Câmara. Quer dizer, ela tem quatro possibilidades de fazer emenda.

Eu quero destacar que para nenhum outro órgão há isso, não há para o Ministério da Saúde, não há para o Ministério Público da União, o que significa um esforço muito grande para atender a DPU, e, na nossa avaliação, está no limite de esforço grande, entendendo que V.Exa. representa muito bem aqui a Defensoria Pública da União.

Eu acho que, por esse esforço de V.Exa., vamos atender e atendemos essas emendas anteriormente apresentadas por outros Parlamentares, mas representado por V.Exa. aqui nesta noite.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - É o seguinte, Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres pares: nós não queremos, de forma alguma, ser igual ao Ministério Público, até por que as duas instituições são muito diferentes. Enquanto o Ministério Público faz uma atuação mais na área criminal, mais na área de defesa da sociedade,

de investigação, a Defensoria Pública cuida das pessoas pobres, das pessoas humildes. E o Ministério Público tem o direito de indicar uma emenda na CCJ da Câmara, mas tem direito de indicar em três do Senado.

E nós da Defensoria Pública... Eu sou defensor de carreira, estou licenciado hoje para o exercício do mandato, mas amanhã, se o povo de Mato Grosso entender que eu deva deixar de ser político, eu volto para a Defensoria Pública. Então, vejo a grande oportunidade da essência da Defensoria, que é atender as pessoas carentes, a dignidade da pessoa humana, garantir os direitos mínimos da existência da pessoa humana, que são os direitos humanos.

Eu vejo ser de extrema importância ela ter essa possibilidade de acessar recursos via emenda de Comissão, através da Comissão de Direitos Humanos, que tem uma natureza muito idêntica à da missão constitucional da Defensoria.

Veja, nós temos uma Constituição Cidadã, que garante inúmeros direitos ao cidadão, e temos uma parcela da sociedade que é carente, uma parcela humilde e que precisa de um órgão, de uma instituição como a Defensoria Pública para garantir esses direitos. E a Defensoria Pública é o primo pobre de todas essas instituições. É o patinho feito de todas essas instituições.

Então, eu clamo aos meus colegas Parlamentares, eu clamo ao Relator para que não façam isso com a Defensoria Pública. Aceitem esse destaque porque é uma questão formal. Não há aumento de despesa, não há nada. Vai ter apenas uma disputa política para verificar se se consegue ou não recursos, ainda mais que a Defensoria é carente de recursos, carente de investimentos, está nascendo agora, está engatinhando e precisa do apoio da Casa, precisa do apoio do Relator.

Por isso, faço esse apelo, nobre Relator-Geral, para que V.Exa. possa acatar este destaque. Nós estamos aqui como defensores públicos e é muito importante que consigamos esse avanço para a Defensoria Pública.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Eu compreendo o apelo de V.Exa., tanto que, pelo relatório, nós acatamos 90% das demandas da Defensoria Pública. Só não

concordo com o critério que V.Exa. apresenta, porque, se esse critério fosse usado nas demais áreas, a saúde, por exemplo, teria de ter possibilidade de fazer emenda de Comissões em todas as Comissões.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas quais Comissões, fora a da Saúde?

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Por favor, só um momento que eu termino o meu raciocínio. Por exemplo: na Comissão de Transportes, a saúde poderia alegar que melhores condições de transporte ali facilitam o andamento da saúde. É o mesmo raciocínio da finalidade e do fim. E não é. A possibilidade de suplementação de recursos é para a ação da infraestrutura onde ele está ligado diretamente. E ele não está ligado a essas outras Comissões, a partir de sua infraestrutura de ação da Defensoria Pública.

Por consequência, nós avaliamos que ficaria mais justo manter a paridade inclusive entre Câmara e Senado nas possibilidades de Comissões que podem atender, e são quatro Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Relator Miguel Corrêa, eu sou o autor do destaque. V.Exa. colocou em quatro comissões. Eu me considero satisfeito e quero passar para o próximo item, pois já são 2h43min da manhã. A emenda é minha. O Destaque é meu. Considero-me satisfeito. Está em quatro comissões: duas na Câmara e duas no Senado. Nem o Ministério Público tem isso. Vamos passar para o próximo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só para registrar, nós fizemos da Defensoria, que não existia, colocamos na LDO, fizemos isso agora, demos a vocês da Defensoria um tratamento ímpar. Parabéns a vocês que conquistaram um espaço que não tinham, merecidamente, na defesa da população mais pobre do País! De qualquer forma, parabéns a você!

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, eu tenho de ler, na forma regimental, o adendo ao relatório preliminar, que faz parte desse acordo construído com o Deputado Domingos Sávio:

"*Adendo nº 1/2013 ao relatório preliminar com* emendas *— PN nº 9/2013-CN (que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014).*

1. *Acrescente-se o item 18.VII na parte especial do relatório em epígrafe, com a seguinte redação:*

18.....

.....

VIII. alocação de recursos para subvenção extraordinária.

a. *aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar da região do Nordeste afetados pela estiagem que comprometeu a safra de 2012/2013.*
b. *às unidades industriais produtoras de etanol combustível que desenvolvam suas atividades na região Nordeste, referente à safra 2012/2013 destinadas ao mercado interno.*

2. *Altere-se o voto indicado na Emenda nº 42 de "Pela Rejeição" para "Pela aprovação parcial" nos seguintes demonstrativos apensos a este relatório.*
    a. *voto às emendas apresentadas por emenda/autor.*
    b. *voto às emendas apresentadas por autor/ emenda.*

c. voto às emendas apresentadas por voto do Relator/emenda.

d. voto às emendas apresentadas por autor/emenda/voto do Relator.

e. voto às emendas apresentadas por emenda/autor/voto do Relator.

Sala das Comissões.

Deputado Miguel Corrêa."

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Disponha, meu caro amigo.

Está chegando também um adendo do Deputado Claudio Cajado, que é do outro acordo. Na construção de um acordo, S.Exa. solicitou passar para 30 a possibilidade dos cortes, que eram de 10%. Nós estamos construindo junto com o Senador Walter Pinheiro e demais companheiros da Comissão, alterando para 20% esse teto.

Deputado Danilo, chegou o outro adendo, que é a Errata nº 2 ao relatório preliminar, com emendas, PN nº 9, de 2013, do Congresso Nacional, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro:

"*Onde se lê '10% da dotação, no caso de programações com identificador de resultado primário igual a três (RP 3)'*

Leia-se: '20% da dotação, no caso de programações com identificador de resultado primário igual a três (RP 3)'

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2013, Deputado Miguel Corrêa."

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Como Relator, dentro do acordo, os demais destaques estão rejeitados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou colocar agora em votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, eu quero ressalvar o Destaque 14, para que nós votemos em bloco os demais que receberam parecer contra, inclusive o meu, porém que o 14 seja votado em separado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não há problema.

Srs. Parlamentares, o art. 109, § 2º da Resolução nº 1 estabelece que não será aceita nenhuma solicitação para votação em separado de destaque após aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Em votação agora na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Iniciaremos a votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

Os destaques foram todos rejeitados, do 1 ao 13.

Portanto, coloco em votação a decisão de rejeição dos destaques do Relator.

Os Deputados que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado. Estão rejeitados. Está aprovado o voto pela rejeição.

Não vai ao Senado.

Estão rejeitados todos os destaques.

Vou colocar em votação agora o Destaque nº 14, do Deputado Cajado.

Qual é o parecer em relação ao Destaque nº 14, do Deputado Cajado, Deputado Miguel Corrêa?

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Coloco em votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Para defender o seu destaque, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Como nós pudemos abordar anteriormente, acho que vincular a LOA, ainda que, como tenha alegado o Deputado Danilo, possa criar uma injuridicidade, eu discordo, já que a Lei de Diretrizes Orçamentárias é um indicador, mas nós temos liberdade de poder voltar e alterar, tanto que há vários procedimentos que nós adotamos que são supervenientes e nem sempre estão ligados, até porque teríamos também que aprovar no PPA, que não existiu, para a sequência.

Então, eu mantenho o destaque, peço apoio aos colegas e gostaria que eles compreendessem que não é uma questão de Oposição ou de Governo. Pelo contrário, são princípios que nós estamos defendendo e que eu acho que valeriam a pena, até porque o Relator já declarou que concorda, não o fez por questões técnicas.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Nós teremos essa batalha na PEC, e eu estarei ao lado de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Agradecemos ao Deputado Cajado.

Os Deputados que concordam com a rejeição do destaque proposta pelo Deputado Miguel Corrêa permaneçam como se encontram. Quem é a favor se manifeste. (*Pausa.)*

Portanto, está rejeitado o destaque.

É desnecessário colocar em votação na representação do Senado Federal.

Portanto, encerramos aqui, abrindo o prazo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, há um destaque...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Desculpem-me, a Secretária está me dizendo que há um adendo aqui.

Adendo nº 1 e Adendo nº 2 ao Relatório preliminar, com emendas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Existe um destaque que foi pactuado antes que V.Exa. votasse o relatório em bloco, que foi um pedido de destaque meu com relação à emenda do Senador Paulo Paim, apresentada a V.Exa. e ao Relator. Eu abri mão dos outros, mas fazia questão de votar este em separado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu ouvi o pedido de V.Exa.. Antes de colocar o seu adendo, eu coloco em votação o Adendo nº 1 e o Adendo nº 2 ao relatório preliminar com emendas.

Os Deputados que concordam com o Adendo nº 1 permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Está aprovado.

Os Senadores que concordam com os Adendos nº 1 e nº 2 ao relatório preliminar permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Também estão aprovados.

Passemos agora à votação do Destaque nº...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Destaque da Emenda nº 26.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - ...de autoria do Senador Paulo Paim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Destaque nº 002.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Miguel Corrêa, como se posiciona em relação a este destaque?

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Pela rejeição, Sr. Presidente, pelos argumentos apresentados de inviabilidade financeira e orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Os Deputados que concordam...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu faço questão de ser extremamente breve...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Para discussão, Deputado Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu volto a insistir com esta Casa. Acho que é uma oportunidade. Somos poucos Parlamentares aqui, mas que reflitam sobre

isso. A proposta do Senador Paulo Paim não estabelece um impacto orçamentário que não possa ser suportado. Por quê? Porque ela não estabelece qual o montante que deverá ser este valor da concessão de aumento real. Ela tão somente propõe estabelecer critérios e alocar recursos para concessão de aumento real das aposentadorias e pensões do Regime Geral da Previdência com valores acima de salário mínimo.

Ou seja, toda aposentadoria acima de salário mínimo vem perdendo, e há um discurso consensual em todos os momentos de debate sobre essa matéria de que não é justo que eles estejam sempre abaixo da inflação. Se o Governo concordar e se o Relator acolher a emenda, basta que o Governo garanta a correção, que é o mínimo que se pode fazer de justiça com o aposentado, e dê 0,001% de ganho real, algo simbólico. Estaremos assim dando um primeiro passo para recuperar a situação dos aposentados no Brasil.

Por isso eu insisti, para deixar claro: nós precisamos vencer essa barreira de estarmos sempre discursando que somos a favor dos aposentados, mas não temos tido a coragem de agir em defesa deles.

Então, eu insisto no pedido de aprovação da Emenda nº 26, de autoria do Senador Paulo Paim, que, por uma ironia ou por uma demonstração clara de quão suprapartidário é, a emenda é de um Senador do PT e o destaque é protocolado pelo Líder do PSDB nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Coloco em votação agora o parecer pela rejeição, do Deputado Miguel Corrêa, em relação ao Destaque nº 2.

Os Deputados que concordam com o parecer do Deputado Miguel Corrêa permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o parecer pela rejeição do Destaque nº 2.

Não, aparte não. Um, dois, três, e ele não se manifestou, ficaram quatro... Não precisa nem a Mesa... Já há quatro ali.

Está rejeitado.

Mais uma vez agradeço a presença aos assessores, aos funcionários.

O prazo de emendas se encerra no dia 28, quinta-feira.

Peço à Mesa que faça o registro à TV Senado e à *TV Câmara* de que até às 3 horas da manhã do dia de hoje foi deliberado nesta Comissão o Relatório preliminar da LOA.

Muito obrigado e até terça-feira.

Está encerrada esta sessão.

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 26, 27, E 28 DE NOVEMBRO E EM 3, 4, 9, 10, 11, 12 E 17 DE DEZEMBRO 2013.

Aos vinte e seis, vinte e sete e vinte e oito dias do mês de novembro e três, quatro, nove, dez, onze, doze e dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 30 de 2013. Durante esse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Andre Moura, Bohn Gass, Bruno Araújo, Carlos Magno, Claudio Cajado, Danilo Forte, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Giovani Cherini, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Marcos Montes, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Ricardo Berzoini, Roberto Teixeira, Rose de Freitas, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro; - **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lobão Filho, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Morais; -**Deputados Suplentes**: Ademir Camilo, Afonso Florence, Alex Canziani, Alexandre Leite, André Zacharow, Carlos Brandão, Chico Lopes, Dalva Fiqueiredo, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Gera Arruda, Humberto Souto, Jorge Bittar, José Airton, José Priante, José Rocha, Junji Abe, Leopoldo Meyer, Missionário José Olimpio, Osvaldo Reis, Oziel Oliveira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Valtenir Pereira, Walter Ihoshi e Wellington Roberto; - **Senadores Suplentes**: Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda e Ricardo Ferraço. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Amauri Teixeira, Amir Lando, Cláudio Puty, Colbert Martins, Henrique Eduardo Alves, Paes Landim e Ronaldo Caiado, e dos Senadores Flexa Ribeiro e Waldemir Moka. **ABERTURA**: às quinze horas e um minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e treze, e havendo número regimental para abertura, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício, Senador Wilder Morais, conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº1/2006-CN*, declarou iniciados os trabalhos e imediatamente os suspendeu. Além disso, convocou a continuação da reunião para a mesma data, às dezoito horas e trinta minutos. Às dezoito horas e cinquenta minutos do mesmo dia, o Deputado Sandro Alex, no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 de Resolução nº1/2006-CN*, reabriu os trabalhos e os suspendeu em seguida. Antes convocou a continuação dos trabalhos para o dia 27 de novembro, quarta-feira, às quatorze horas. No dia 27 de novembro, às quatorze horas e vinte e três minutos, o Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA), reabriu os trabalhos. Informou que em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com Assento na CMO foi definido o prazo

para entrega das emendas ao PLOA 2014, sendo este o período compreendido entre os dias 21 e 28 de novembro. A seguir, o Presidente anunciou a apreciação da Ata da 10ª Reunião Ordinária, realizada em 19 e 21/11/2013. Por consenso, foi dispensada a leitura da Ata que, em votação, foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Logo após, o Deputado Danilo Forte, pela ordem, usou a palavra para informar que a PEC do orçamento impositivo havia sido desmembrada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados – CCJ. Dessa forma, alegou que caberia aos dispositivos contidos na LDO 2014 garantir execução obrigatória das emendas individuais. Logo após, o Presidente comunicou a abertura do prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo, que tratam das Contas dos Presidentes da República relativas aos exercícios financeiros de 1990 e 1991. O prazo anunciado abrangeu os dias 27 e 28 de novembro. A seguir, o Deputado Cláudio Cajado solicitou o encerramento da Reunião pois havia a necessidade de os parlamentares elaborarem emendas individuais à LOA 2014. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Logo após, às quatorze horas e trinta e seis minutos, o Presidente suspendeu a Reunião, convocando sua continuação para o dia 03 de dezembro, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos. No dia 28 de novembro, às nove horas e vinte e oito minutos, os trabalhos foram reabertos pelo Presidente e imediatamente suspensos para que entrasse em funcionamento o sistema de áudio na Comissão. Às nove horas e trinta e dois minutos do mesmo dia, o Presidente reabriu a reunião. Logo após, o Deputado Danilo Forte levantou questionamento acerca do prazo para apresentação de emendas individuais, uma vez que a PEC do orçamento impositivo havia sido desmembrada. Solicitou prorrogação do prazo. Logo após, o Presidente explicou situação ocorrida no Plenário da Câmara dos Deputados, envolvendo o Presidente da Casa, Deputado Henrique Eduardo Alves, quando do anuncio da dilatação do prazo para apresentação de emendas. Essa explicação causou o início de um debate acerca do prazo para apresentação de emendas ao orçamento, do qual participaram os Deputados Domingos Sávio, Miguel Corrêa, Danilo Forte, Carlos Magno, Weverton Rocha e Colbert Martins, o Senador Walter Pinheiro e o próprio Presidente. Durante o debate, fez-se presente no recinto o Presidente da Câmara dos Deputados que prestou esclarecimentos. Logo após, às dez horas e vinte e oito minutos, o Presidente suspendeu a reunião pelo prazo de 30 minutos para conversar com os Presidentes das Casas do Congresso Nacional, a fim de se chegar a acordo sobre o prazo para apresentação de emendas. Às doze horas e quatro minutos do mesmo dia, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente que anunciou a prorrogação do prazo final para entrega das emendas à LOA 2014 que seria dia 29/11/2013, até às 18h30min. Logo após, o Deputado Ronaldo Caiado e o Presidente debateram sobre os textos proposto pela Câmara dos Deputados e pelo

Senado Federal quanto à área da saúde na PEC do orçamento impositivo. Na sequência, houve novo debate acerca do prazo para entrega de emendas ao PLOA 2014 e PEC do orçamento impositivo. Participaram do debate os Deputados Danilo Forte, Ricardo Berzoini, Ronaldo Caiado, Weverton Rocha, Marçal Filho e Miguel Corrêa, além do Senador Walter Pinheiro e do Presidente. Não havendo consenso no debate, o Presidente suspendeu os trabalhos às treze horas e dezoito minutos, convocando a continuidade para o dia 3 de dezembro, às dezoito horas e trinta minutos. No dia 3 de dezembro, às dezoito horas e cinquenta minutos, o Presidente reabriu a reunião e a suspendeu em seguida. Às dezenove horas e oito minutos, do mesmo dia, o Presidente reiniciou a reunião. O Presidente relembrou aos parlamentares sobre a diligência a locais de obras com indícios de irregularidades apontadas pelo TCU, conforme aprovado no Requerimento 8/2013 – CMO, em 19/11/2013, ocorrido na 10ª Reunião Ordinária. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA: 1** – Conforme o disposto no *parágrafo único do art. 110 da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 625/2013-CN**, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para o fim que especifica". Relator: Deputado Lourival Mendes. Foram apresentadas 04 emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das 04 emendas apresentadas. Em conformidade com o disposto no *§ 2º do art. 146, da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente declarou inadmitidas as emendas de n°s 01 a 04, indicadas pelo relator. Em votação, o Relatório foi **aprovado** com votos contrários dos Deputados Cláudio Cajado e Domingos Sávio. Por proposta do Presidente, foram submetidos à apreciação do Plenário da Comissão os seguintes requerimentos: **–** Requerimento para inclusão na pauta do **Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, sobre Diretrizes e Orientações para análise da admissibilidade de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2014, Projeto de Lei nº 09/2013-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014", em razão do *art. 25, da Resolução nº 1 de 2006, do Congresso Nacional*. Relator: Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE. Coordenador do CAE: Deputado Roberto Teixeira. O Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. **–** Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado à **Mensagem nº 31/1991-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal, relativas ao Exercício Financeiro de 1990". Relator: Deputado Efraim Filho. Não foram apresentadas emendas. Voto: pelo arquivamento das Contas dos Presidentes da República relativas ao exercício de 1990, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. **–** Requerimento para inclusão na pauta do

Relatório apresentado à **Emenda de autoria do Deputado Paulo Bernardo** ao Projeto de Decreto Legislativo apresentado pelo Deputado Fétter Júnior, que trata da "Prestação de Contas do Governo Federal relativa ao exercício financeiro de 1991" (Mensagem nº 33/1992-CN). Relator: Senador Wilder Morais. Não foram apresentadas emendas. Voto: pelo arquivamento da matéria, sem apreciação de mérito, por não ser mais possível garantir preservação dos preceitos constitucionais propugnados nos incisos LV e LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, bem como pela aplicação dos prazos prescricionais máximos aplicados no Direito Civil Brasileiro e no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, conforme Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. Após a aprovação dos Requerimentos, o Deputado Cláudio Cajado levantou Questão de Ordem para, com base no *art. 128 da Resolução nº1/2006-CN*, questionar o prazo para publicação dos Relatórios antes de sua apreciação. O Presidente resolveu a Questão ao informar que o prazo regimental acima questionado foi cumprido. Logo após, os Deputados Giovani Cherini e Lourival Mendes fizeram uso da palavra para discorrer acerca da PEC do orçamento impositivo e da Medida Provisória nº 625/2013-CN, respectivamente. Às vinte horas e dois minutos, o Presidente suspendeu a Reunião, antes convocou sua continuação para o dia 4 de dezembro, às quatorze horas e trinta minutos, e reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, para a mesma data, às quatorze horas. No dia 4 de dezembro, às quatorze horas e cinquenta e um minutos, o Presidente reabriu os trabalhos. Pauta nº 30/2013 – Alterada. EXTRAPAUTA – Apreciação do **Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, sobre Diretrizes e Orientações para análise da admissibilidade de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2014, Projeto de Lei nº 09/2013-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014", em razão do *Art. 25, da Resolução nº 1 de 2006, do Congresso Nacional*. Relator: Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE. Coordenador do CAE: Deputado Roberto Teixeira. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. Por proposta do Presidente, foram submetidos à apreciação do Plenário da Comissão os seguintes requerimentos: **–** Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Ofício nº 1/2012-CN**, que "Encaminha informações de execução das obras do PAC, referentes aos meses de julho a setembro de 2011" e ao **Ofício nº 3/2012-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, informações de execução das obras do PAC, por estado, referentes aos meses de julho a setembro de 2011, em meio digital". Relator: Deputado Lourival Mendes. Voto: pelo arquivamento das matérias. O Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. -Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2010-CN,** que "Altera o Anexo VI ("Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves") da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010". Relator: Deputado Lourival Mendes. Voto: pelo arquivamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2010-CN, por perda de objeto. O Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. **–** Requerimento para inclusão na pauta do Relatório

apresentado à prestação de Contas do Governo Federal referente ao exercício de 2011, analisada pelo Tribunal de Contas da União conforme o **Aviso nº 13/2012-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese sobre as Contas do Presidente da República referentes ao exercício de 2011, acompanhados das Declarações de Voto dos Ministros e do Parecer Prévio conclusivo."; à **Mensagem nº 24/2012-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV, e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e o art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as Contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2011.", bem como: -**Ofício nº 20/2012-CN** - do Senado Federal; -**Ofício nº 21/2012-CN** - da Câmara dos Deputados; -**Mensagem nº 25/2012-CN** – do Supremo Tribunal Federal; -**Ofício nº 30/2012-CN** - do Conselho Nacional de Justiça; -**Ofício nº 26/2012-CN** - do Superior Tribunal de Justiça; -**Ofício nº 24/2012-CN** - da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; -**Ofício nº 27/2012-CN** – do Tribunal Superior do Trabalho; -**Ofício nº 28/2012-CN** - do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus; -**Ofício nº 22/2012-CN** - da Justiça Militar da União; -**Ofício nº 25/2012-CN** - da Justiça Eleitoral; -**Ofício nº 23/2012-CN** - do Ministério Público da União; -**Ofício nº 29/2012-CN** - do Conselho Nacional do Ministério Público. Relator: Deputado Lourival Mendes. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2011 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados. O Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. **–** Requerimento para inclusão na pauta do **Ofício nº 103/2013/COFF,** de 03 de dezembro, que propõe "Correção de erros materiais verificados no processamento das proposições apresentadas durante a tramitação do Projeto de Lei nº 06/2013-CN". (Errata ao Projeto de Lei nº 06/2013-CN). Autor: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. Convém lembrar que o art. 152 da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional, estabelece: "O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvado o caso de correção de erro material, verificado exclusivamente no processamento das proposições apresentadas, formalmente autorizado pela CMO, por proposta de seu Presidente, justificando-se cada caso". O Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. **–**Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Aviso nº 04/2012-CN,** que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 4º trimestre do exercício de 2011". Relator: Deputado Fábio Ramalho. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. **–** Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Aviso nº 05/2013-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 4º trimestre do exercício de 2012". Relator: Deputado Fábio Ramalho. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. **–** Requerimento

para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Aviso nº 06/2012-CN,** que "Encaminha conforme disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2011". Relator: Deputado Fábio Ramalho. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. **–** Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Aviso nº 09/2013-CN,** que "Encaminha, conforme o disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2012". Relator: Deputado Fábio Ramalho. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. **–** Requerimento para inclusão na pauta do Relatório o apresentado ao **Aviso nº 09/2012-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2012". Relator: Deputado Fábio Ramalho. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. **–** Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Aviso nº 26/2012-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2012". Relator: Deputado Fábio Ramalho. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. **–** Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Aviso nº 29/2012-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 3º trimestre do exercício de 2012". Relator: Deputado Fábio Ramalho. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. A seguir, houve debate acerca das contas do Governo da República e da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual envolveu os Deputados Cláudio Cajado, Danilo Forte, Jorge Bittar, Miguel Corrêa, Afonso Florence, Raimundo Gomes de Matos e Ronaldo Caiado. Durante o debate, a Deputada Rose de Freitas, pela ordem, solicitou que o Parecer Preliminar não fosse alterado. Às dezesseis horas e cinco minutos o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o dia 9 de dezembro, segunda-feira, às 18 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados e convocou as seguintes reuniões extraordinárias: dia 10 de dezembro, terça-feira, às 10, 14 e 18 horas; dia 11 de dezembro, quarta-feira, às 14 e 18 horas; e dia 12 de dezembro, quinta-feira, às 10, 14 e 18 horas. No dia 9 de dezembro, às dezoito horas e vinte e seis minutos, o Presidente reiniciou os trabalhos. O Deputado Danilo Forte manifestou-se não favorável à votação dos Relatórios Setoriais, uma vez que ainda não se sabia se os dispositivos relativos ao orçamento impositivo seriam vetados na LDO 2014. O Presidente informou que seria iniciada a leitura dos Relatórios Setoriais apresentados ao **Projeto de Lei nº 09/2013-CN** (PLOA 2014), referentes às seguintes Áreas Temáticas: I – Infraestrutura; II – Saúde; III – Integração Nacional e Meio Ambiente; IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte; V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano; VI – Fazenda,

Desenvolvimento e Turismo; VII – Justiça e Defesa; VIII – Poderes do Estado e Representação; IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário; X – Trabalho, Previdência e Assistência Social. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação.** Relator Setorial: Senador Ricardo Ferraço. O Relator Setorial apresentou o Relatório e foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Às dezenove horas e dez minutos, o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o dia 10 de dezembro, terça-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 10 de dezembro, às dez horas e trinta e nove minutos, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Danilo Forte (PMDB/CE), no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006-CN* e informou que haveria reunião entre a Secretaria de Relações Institucionais – SRI, da Presidência da República, e parlamentares para que fosse resolvido o impasse quanto ao orçamento impositivo. Assim, suspendeu os trabalhos às dez horas e quarenta minutos e convocou sua continuação para o mesmo dia, às dezoito horas. Às dezoito horas e vinte e seis minutos, da mesma data, o Presidente em exercício, Senador Wilder Morais (DEM/GO), reabriu os trabalhos conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006-CN* e logo após os suspendeu. Às dezoito horas e cinquenta e nove minutos, do mesmo dia, o Presidente reabriu a Reunião. A seguir, o Deputado Danilo Forte levantou Questão de Ordem sobre o horário de início da Reunião. O Presidente resolveu a Questão ao afirmar que continuaria com os trabalhos e prosseguiria com a leitura dos Relatórios Setoriais. Os Deputados Domingos Sávio e Danilo Forte questionaram essa atitude, por não haver consenso para votação e por estar em andamento a Ordem do Dia no Plenário do Congresso Nacional. O Presidente respondeu que não haveria votação, apenas leitura. Após essa declaração, iniciou-se debate sobre esse assunto, envolvendo também o orçamento impositivo e a votação do PLOA 2014. Participaram do Debate a Deputada Rose de Freitas, os Deputados Bohn Gass, Jorge Bittar, Danilo Forte, Weverton Rocha, Edmar Arruda, Cláudio Cajado, Efraim Filho, Carlos Magno, Wellington Roberto e Nilton Capixaba, além do Presidente. Ao final do debate, houve consenso sobre a leitura dos Relatórios Setoriais. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente.** Relator Setorial: Deputado Aelton Freitas. O Relator Setorial apresentou o Relatório e o Adendo, e foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Às dez horas e vinte e dois minutos, o Presidente suspendeu a Reunião. Antes, convocou sua continuação para o dia 11 de dezembro, às quatorze horas e trinta minutos. No dia 11 de dezembro, às quatorze horas e quarenta e oito minutos o Presidente reabriu os trabalhos e convocou sua continuação para o mesmo dia, às quinze horas e quinze minutos. Às quatorze horas e cinquenta e três minutos, da mesma data, o Presidente reiniciou os trabalhos. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Apreciação do Relatório Setorial da

Área Temática VII – Justiça e Defesa. Relator Setorial: Deputado Nelson Meurer. O Relator Setorial apresentou o Relatório e a Errata, e foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Durante a discussão, o Deputado Danilo Forte falou sobre a falta de acordo para votação dos Relatórios Setoriais. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social**. Relator Setorial: Deputado Junji Abe. O Relator Setorial apresentou o Relatório, e foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Durante a discussão, o Deputado Domingos Sávio falou que pretendia apresentar destaque nessa área temática. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.** Relator Setorial: Deputado Raimundo Gomes de Matos. O Relator Setorial apresentou o Relatório, e foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Durante a leitura desse Relatório, o Deputado Danilo Forte levantou Questão de Ordem, com base no art. 128 da *Resolução nº1 de 2006-CN*, para questionar o prazo regimental entre a entrega e a deliberação de relatórios, além de questionar também o quórum regimental. O Presidente informou que o interstício regimental foi cumprido e, após contagem, informou haver quórum presencial suficiente para manutenção da Reunião. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano.** Relator Setorial: Deputado Weliton Prado. O Relator Setorial apresentou o Relatório e a Errata, e foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Durante a discussão, o Deputado Cláudio Cajado falou sobre a mobilidade urbana em Salvador/BA. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte.** Relator Setorial: Senador Wilder Morais. O Relator Setorial apresentou o Relatório e os Adendos de nºs 1 e 2, e foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Danilo Forte, Cláudio Cajado e a Deputada Rose de Freitas. Logo após, debateu-se sobre a possibilidade do PLOA 2014 ser votado no Congresso Nacional sem o parecer da Comissão. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática II – Saúde.** Relator Setorial: Deputado Marçal Filho. O Relator Setorial apresentou o Relatório, e foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Não houve discussão. Logo após, o Presidente solicitou registro em Ata do esforço empenhado por consultores, servidores da CMO e Relatores em possibilitar a análise do PLOA 2014. Às dezesseis horas e trinta e dois minutos a Reunião foi suspensa, com sua continuidade convocada para o dia 12 de dezembro, às 11 horas. No dia 12 de dezembro, às onze horas e um minuto, o Presidente reiniciou os trabalhos. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário**. Relator Setorial: Senador João Vicente Claudino. Ausente o Relator Setorial, foi designado o Deputado Claudio Cajado como relator *ad hoc*. O Relator Setorial apresentou o Relatório e a Errata, e foi aberto o prazo para

apresentação de destaques. Durante a leitura do Relatório, o Deputado Danilo Forte solicitou reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com Assento na CMO para compor-se acordo de votação. O Presidente informou que a Liderança do PMDB e o Presidente da Câmara dos Deputados não possuíam obstrução à votação dos Relatórios. O Deputado Domingos Sávio declarou que naquele momento deveria ocorrer apenas a leitura, e não a votação de Relatórios Setoriais. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática I – Infraestrutura**. Relator Setorial: Senador Acir Gurgacz. Ausente o Relator Setorial, foi designado o Senador Walter Pinheiro como relator *ad hoc*. O Relator Setorial apresentou o Relatório e o Adendo, e foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Discutiu a matéria o Deputado Danilo Forte. Retomando a apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte**. Relator Setorial: Senador Wilder Morais. O Relator Setorial apresentou Errata ao Adendo nº 1. Discutiu a matéria o Deputado Cláudio Cajado. A seguir, às onze horas e quarenta e três minutos, o Presidente suspendeu os trabalhos, pelo prazo de 15 minutos, para que houvesse reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com Assento na CMO. O Presidente reabriu a reunião às doze horas e três minutos e a suspendeu em seguida, para o mesmo dia, às quatorze horas e trinta minutos. No dia 12 de dezembro, às quatorze horas e trinta e sete minutos, o Presidente reiniciou os trabalhos. Pauta nº 30/2013 Alterada. 2 – Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2013-CN,** que "Altera o Anexo I à Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015". Relator: Senador Aníbal Diniz. Foram apresentadas 05 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das 05 emendas apresentadas. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. Apreciação do Requerimento para inclusão na pauta do **Relatório do Comitê de Admissibilidade de emendas – CAE**, quanto à admissibilidade de emendas coletivas apresentadas ao **Projeto de Lei nº 09/2013-CN** (PLOA 2014). Autor: Senador Lobão Filho, Presidente da CMO. Em votação, o requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. EXTRAPAUTA. Conforme o disposto no *art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente submeteu à apreciação do Plenário o **RELATÓRIO DO COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE**, quanto à admissibilidade de emendas coletivas apresentadas ao **Projeto de Lei nº 09/2013-CN** (PLOA 2014). Relator: Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE. Coordenador do CAE: Deputado Roberto Teixeira. Voto: dentre as emendas de bancada estadual e de Comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, apresentadas ao PLOA 2014, sejam consideradas inadmitidas as emendas de nºs 7105.0016, 7109.0016, 7112.0007, 6012.0005 e 5024.0004. Também serão consideradas como inadmitidas as emendas individuais que assim constarem dos Relatórios Setoriais a serem apresentados à apreciação da CMO. As demais emendas, coletivas e individuais, devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes encaminhados pelos autores, considerados viáveis pelo Presidente da Comissão e acolhidos pelo CAE. Ausente o

Coordenador do CAE, o Relatório foi apresentado pelo Senador Wilder Morais (DEM/GO), membro do CAE. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. Logo após, o Presidente retomou a apreciação dos Relatórios Setoriais. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário.** Relator Setorial: Senador João Vicente Claudino. Relator Setorial *ad hoc*: Deputado Claudio Cajado. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 37 destaques. Em votação o Relatório Setorial e a Errata foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 37 destaques. O Deputado Bohn Gass solicitou votação em separado do destaque nº 06, recomposição total. Voto do Relator Setorial: pela aprovação. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade**.** A seguir, o Presidente propôs a votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. A proposta foi **aprovada** por unanimidade. Passou-se a análise dos destaques de nºs 01 a 05, e 07 a 37, com voto do Relator Setorial pela rejeição. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte.** Relator Setorial: Senador Wilder Morais. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 67 destaques. Não houve discussão. Em votação o Relatório Setorial, o Adendo nº 01 e sua Errata, e o Adendo nº 02 foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 67 destaques. O Presidente propôs a votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. A proposta foi **aprovada** por unanimidade. A seguir, passou-se à apreciação dos destaques de nºs 01 a 67, com voto do Relator Setorial pela rejeição. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente.** Relator Setorial: Deputado Aelton Freitas. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 24 destaques. Em votação, o Relatório Setorial e o Adendo foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 24 destaques. O Presidente propôs a votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade. Logo após, passou-se à apreciação dos destaques de nºs 1 a 24, com voto do Relator Setorial pela rejeição. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática II – Saúde.** Relator Setorial: Deputado Marçal Filho. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 31 destaques. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas de Relator Setorial

apresentadas, que foi **aprovada** por unanimidade. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. Nos termos do *art. 70 inciso II da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* as obras com indícios de irregularidades graves foram **aprovadas** por unanimidade. Apreciação dos 31 destaques. O Presidente propôs a votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade. Passou-se à apreciação dos destaques de nºs 01 a 31, com voto do Relator Setorial pela rejeição. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática I – Infraestrutura.** Relator Setorial: Senador Acir Gurgacz. Relator Setorial *ad hoc* Senador Walter Pinheiro. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 39 destaques. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas de Relator Setorial apresentadas, que foi **aprovada** por unanimidade. Em votação o Relatório Setorial e o Adendo foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. Nos termos do *art. 70 inciso II da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* as obras com indícios de irregularidades graves foram **aprovadas** por unanimidade. Apreciação dos 39 destaques. O Presidente propôs a votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade. Em seguida, passou-se à apreciação dos destaques de nºs 01 a 39, com voto do Relator Setorial pela rejeição. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano.** Relator Setorial: Deputado Weliton Prado. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 38 destaques. Em votação o Relatório Setorial e a Errata foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 38 destaques. O Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, a qual foi **aprovada** por unanimidade. Seguiu-se a apreciação dos destaques de nºs 01 a 38, com voto do Relator Setorial pela rejeição. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.** Relator Setorial: Deputado Raimundo Gomes de Matos. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 8 destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 08 destaques. O Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques,

por tipo de voto do Relator Setorial, a qual foi **aprovada** por unanimidade. A seguir, passou-se a apreciação dos destaques de nºs 01 a 08, com voto do Relator Setorial pela rejeição. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática VII – Justiça e Defesa.** Relator Setorial: Deputado Nelson Meurer. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 21 destaques. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas de Relator Setorial apresentadas, que foi **aprovada** por unanimidade**.** Em votação, o Relatório Setorial e a Errata foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 21 destaques. O Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial a qual foi **aprovada** por unanimidade. Logo após, passou-se a apreciação dos destaques de nºs 01 a 21, com voto do Relator Setorial pela rejeição. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação.** Relator Setorial: Senador Ricardo Ferraço. O Presidente informou o recebimento do Adendo ao Relatório Setorial, a discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Somente a Deputada Rose de Freitas discutiu a matéria. Foram apresentados 30 destaques. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação à emenda de Relator Setorial apresentada, que foi **aprovada** por unanimidade. Em votação, o Relatório Setorial e o Adendo foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 30 destaques. O Presidente propôs a votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade. Em seguida, passou-se a apreciação dos destaques de nºs 01, 02, 05, 06, 08, 09 e 11 a 30, com voto do Relator Setorial pela rejeição. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Os destaques de nºs 03, 04, 07 e 10, do Deputado Lourival Mendes, foram **retirados** pelo autor. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social.** Relator Setorial: Deputado Junji Abe. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 04 destaques. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas de Relator Setorial apresentadas, que foi **aprovada** por unanimidade. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por

unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 04 destaques. O Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, a qual foi **aprovada** por unanimidade. Passou-se a apreciação dos destaques de nºs 01 a 04, com voto do Relator Setorial pela rejeição. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. A seguir, o Deputado Danilo Forte questionou sobre a reestimativa da receita e o Presidente informou que esta não seria possível de acontecer, conforme orientação da Consultoria de Orçamento. A seguir, a Deputada Rose de Freitas solicitou revisão da aprovação do Projeto de Lei nº 13/2013-CN e teve seu discurso apoiado pelo Deputado Danilo Forte. Devido ao impasse em relação à votação desse Projeto de Lei, o Presidente suspendeu os trabalhos às quinze horas e onze minutos. O retorno da reunião foi agendado o mesmo dia, às dezoito horas. No dia 12 de dezembro, às 18 horas e dez minutos, os trabalhos foram reiniciados pelo Senador Wilder Morais (DEM/GO), no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* e informou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião para o dia 17 de dezembro, terça-feira, às dez horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. E convocou a realização das seguintes reuniões extraordinárias: dia 17 de dezembro, terça-feira, às 18 horas; dia 18 de dezembro, quarta-feira, às 18 horas e dia 19 de dezembro, quinta-feira, às 14h30min. No dia 17 de dezembro, às dez horas e trinta e dois minutos, o Presidente reiniciou os trabalhos. Em seguida, anunciou a apreciação do Requerimento para inclusão na pauta do **Relatório nº 1 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI**, sobre "informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União pendentes de deliberação da CMO em 30/11/2013, em atendimento ao disposto no art. 122 da Resolução nº 1/2006-CN, aos seguintes Avisos do Congresso Nacional": **AVN 7/2013-CN; AVN 8/2013-CN e AVN 16/2013-CN.** Autor: Senador Lobão Filho, Presidente da CMO. Em votação, o Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. Apreciação do Requerimento para inclusão na pauta do **Relatório nº 2 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI**, para atualização do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras com Indícios de Irregularidades Graves integrante do **Projeto de Lei nº 09/2013-CN** (PLOA 2014). Autor: Senador Lobão Filho, Presidente da CMO. Em votação, o Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. Apreciação do Requerimento para inclusão na pauta do Relatório Final apresentado ao **Projeto de Lei nº 09/2013-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014." (Projeto de Lei Orçamentária para 2014). Autor: Senador Lobão Filho, Presidente da CMO. Em votação, o Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Relatório nº 1/COI/CMO, de 2013,** apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, sobre "informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves

encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União pendentes de deliberação da CMO em 30/11/2013, em atendimento ao disposto no art. 122 da Resolução nº 1/2006-CN, aos seguintes Avisos do Congresso Nacional": **Aviso 7/2013-CN; Aviso 8/2013-CN e Aviso 16/2013-CN.** Coordenador do COI: Deputado Afonso Florence. Não foram apresentadas emendas. Voto: pelo bloqueio da execução física, orçamentária e financeira das obras relativas ao sistema de esgotamento sanitário em Pilar/AL, objeto do Aviso nº 08/2013-CN, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado; e pelo arquivamento dos Avisos nºs 07 e 16/2013-CN. Ausente o Coordenador do COI, o Relatório foi apresentado pela Deputada Rose de Freitas, a pedido do Presidente da CMO. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. EXTRAPAUTA. Conforme o disposto no art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente submeteu à apreciação do Plenário o **Relatório nº 2/COI/CMO**, **de 2013**, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI, que "propõe Atualização do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves integrante do Projeto de Lei nº 09/2013-CN", (PLOA 2014). Relator: Comitê de Avaliação das Informações Sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. Coordenador do COI: Deputado Afonso Florence. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação conforme proposta de atualização do Anexo VI do Projeto de Lei nº 09/2013-CN (PLOA 2014), constante do Anexo 2 deste Relatório, que propõe o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes empreendimentos: 1) Av. Marginal Leste – Controle Enchentes Rio Poty – Teresina (PI) e, 2) Esgotamento Sanitário em Pilar – AL. Discutiram a matéria os Deputados Cláudio Cajado, Carlos Magno, Danilo Forte e Rose de Freitas. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. Em seguida, passou-se a apreciação do Requerimento para inclusão na pauta do **Adendo nº 1/2013** ao Parecer Preliminar do Projeto de Lei nº 09/2013-CN (PLOA-2014). Autor: Senador Lobão Filho, Presidente da CMO. Em votação, o Requerimento de inclusão foi **aprovado** por unanimidade. Logo após, houve debate sobre a leitura do Relatório Final da Comissão ao PLOA 2014. Decidiu-se que a leitura ocorreria à tarde, na continuação da reunião prevista para quatorze horas e trinta minutos. Debateu-se, ainda, pontos específicos da proposta orçamentária, tais como o Adendo nº 1/2013, pelo Senador Waldemir Moka, e recomposição do orçamento da Defensoria Pública, pelos Deputados Danilo Forte e Rose de Freitas. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Adendo nº 1/2013** ao Parecer Preliminar do **Projeto de Lei nº 09/2013-CN**, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014", aprovado em 21/11/2013. Relator-Geral: Deputado Miguel Corrêa. Inclua-se novo dispositivo no item IV – Das Emendas de Relator com a seguinte redação: "18 ... VIII. alocação de recursos à funcional-programática 28.846.0909.0413.0001 – Manutenção e Operação dos Partidos Políticos – Nacional. IX. alocação de recursos à funcional-programática 20.608.2014.20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário – Apoio à Realização de Eventos Agropecuários – Nacional". Em votação, o Adendo foi **aprovado** por unanimidade. Às onze horas e quarenta e três minutos, a reunião foi suspensa e sua

continuidade convocada para às dezessete horas da mesma data. Antes, o Presidente convocou reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, com o Relator-Geral do Orçamento para 2014, Deputado Miguel Corrêa (PT/MG), às 14h30min, no mesmo dia, para tratar sobre a apreciação do **Relatório Final** apresentado ao **Projeto de Lei nº 09/2013-CN** (PLOA-2014). Às dezesseis horas e cinquenta e três minutos, do dia 17 de dezembro, o Presidente reiniciou os trabalhos. Porém, em virtude da Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente suspendeu-os e convocou a sua continuidade para às dezoito horas daquele dia. Na mesma data, às dezoito horas e quarenta e seis minutos, a reunião foi reaberta pelo Deputado Jorge Bittar (PT/RJ), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1/2006-CN*, e suspensos em seguida. Antes, convocou a sua continuação para o mesmo dia às dezenove horas e trinta minutos. Na mesma data, às dezenove horas e cinquenta minutos, os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Guilherme Campos, no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional*. O Presidente em exercício informou que suspenderia a reunião, e convocou a sua continuação para o mesmo dia, 17 de dezembro, terça-feira, às 20h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às vinte horas e vinte e seis minutos, do dia 17 de dezembro, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Lobão Filho. **EXPEDIENTE:** conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. A seguir, o Presidente anunciou que passaria à deliberação do Relatório Final ao PLOA 2014. Logo após, o Deputado Danilo Forte comentou sobre o orçamento impositivo e também sobre a superação do impasse para votação do Relatório Final. O Deputado Amir Lando também fez uso da palavra para comentar sobre destaque apresentado. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Relatório Final** apresentado ao **Projeto de Lei nº 09/2013-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014." (Projeto de Lei Orçamentária para 2014). Relator-Geral: Deputado Miguel Corrêa. Foram apresentadas 8.388 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo apresentado, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação de 7.790 emendas e pela aprovação parcial de 571 emendas apresentadas. O Relator-Geral apresentou o Relatório Final e foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Após a leitura, o Deputado Domingos Sávio falou sobre os gastos governamentais com saúde pública e os respectivos valores *per capta* em cada unidade da Federação. Assim, iniciou-se debate sobre esse tema, do qual participaram o Presidente que sugeriu que estados da Federação doassem R$ 2,00 *per capta* para o Estado do Pará, o Deputado Miguel Corrêa que propôs levar a discussão para o Plenário do Congresso Nacional, o Deputado Domingos Sávio que falou sobre a distribuição de recursos da saúde, o Deputado Afonso Florence que falou sobre a

distribuição de recursos da saúde, o Deputado Lourival Mendes falou sobre o orçamento para a segurança pública no Estado do Maranhão e o Deputado Valtenir Pereira que manifestou-se contrariamente a retirar verbas da saúde do Estado do Mato Grosso para transferir ao Estado do Pará. Logo após, iniciou-se a discussão do Relatório Final e participaram os Deputados Sandro Alex, Giovani Cherini, Cláudio Cajado, Weverton Rocha, Danilo Forte, Gonzaga Patriota, Severino Ninho, Afonso Florence, Bohn Gass, Carlos Magno, Valtenir Pereira, Domingos Sávio, Weliton Prado, Edmar Arruda, Amauri Teixeira e Jorge Bittar, além dos Senadores Eduardo Amorim, Randolfe Rodrigues e Lúcia Vânia. Durante a discussão, o Deputado Cláudio Cajado solicitou a suspensão da Reunião e o Deputado Danilo Forte comentou reportagem jornalística acerca da votação do orçamento para 2014. Após a discussão, o Presidente registrou que houve 25 inscritos para debate. Logo após, novamente os Deputados Cláudio Cajado e Danilo Forte fizeram uso da palavra. O primeiro apresentou reclamação, com base no art. 96 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, uma vez que o PLN 13/2013-CN foi votado no Plenário do Congresso Nacional durante reunião da CMO. O segundo, por sua vez, solicitou justificar ausência no Plenário do Congresso Nacional durante a votação do PLN 13/2013-CN, uma vez que a CMO estava reunida. Foi encerrada a discussão, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 181 destaques. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas de Relator–Geral apresentadas, que foi **aprovada** por unanimidade. Em votação, o Relatório Final foi **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. Nos termos do *art. 70 inciso II da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, as obras com indícios de irregularidades graves foram **aprovadas** por unanimidade. Apreciação dos 181 destaques apresentados. O Deputado Claudio Cajado solicitou votação em separado dos destaques de nºs 147, 148, 149 e 150. Em seguida, o Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral, ressalvados os que foram solicitados para votação em separado, a qual foi **aprovada** por unanimidade. Logo após, passou-se a apreciação dos destaques de nºs 01 a 146, 151 e 152, com voto do Relator-Geral pela rejeição. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados.** Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. A seguir, o Deputado Miguel Corrêa, Relator-Geral do Orçamento para 2014, solicitou tempo para análise dos destaques com solicitação para votação em separado. O Deputado Domingos Sávio chegou a manifestar intenção de solicitar votação em separado de alguns destaques, porém retirou-os após informar que havia acordo para atender a suas demandas. A seguir, o Deputado Cláudio Cajado teceu comentários acerca de seus destaques e logo após o Presidente agradeceu a todos os parlamentares, consultores, jornalistas e assessores pelo trabalho durante a análise do orçamento para 2014. Após isso, o Relator-Geral afirmou que seria possível admitir os destaques 149 e 150, ficando os de nº 147 e 148 pela rejeição. Ademais, informou que

um destaque do Deputado Cláudio Cajado já havia sido incorporado ao Adendo apresentado. Dessa forma, o Deputado Cláudio Cajado agradeceu ao Deputado Miguel Corrêa, Relator-Geral do PLOA 2014, e optou por retirar os destaques 147 e 148. E assim, passou-se a apreciação dos destaques de nºs 149 e 150, que foram solicitados para votação em separado. Destaque 149, do Deputado Claudio Cajado, à Emenda nº 3166.0011. Voto do Relator-Geral: pela aprovação. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade. Destaque 150, do Deputado Claudio Cajado, à Emenda nº 3166.0011. Voto do Relator-Geral: pela aprovação. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade. Quanto aos destaques de nºs 147 e 148, do Deputado Claudio Cajado; e os destaques de nºs 153 a 181, do Deputado Domingos Sávio, foram **retirados** pelos autores. Na sequência, o Presidente informou que haveria a apreciação do **Adendo/Errata** apresentado ao Relatório Final do PLOA 2014. Feita a leitura pelo Relator-Geral, Deputado Miguel Corrêa, não houve discussão. Em votação, o Adendo/Errata foi **aprovado** por unanimidade. A seguir, formou-se debate acerca do orçamento com os seguintes parlamentares: Senador Flexa Ribeiro, o Presidente, Senador Lobão Filho e os Deputados Valtenir Pereira, Claudio Cajado, Sandro Alex e Miguel Corrêa, Relator-Geral do PLOA 2014. Logo após, em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias que foram incluídas na Pauta nº 30/2013 – Alterada, deixaram de ser apreciadas as seguintes matérias: EXTRAPAUTA - Relatório apresentado à **Mensagem nº 31/1991-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal, relativas ao Exercício Financeiro de 1990". Relator: Deputado Efraim Filho. Não foram apresentadas emendas. Voto: pelo arquivamento das Contas dos Presidentes da República relativas ao exercício de 1990, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. EXTRAPAUTA - Relatório apresentado à **Emenda de autoria do Deputado Paulo Bernardo** ao Projeto de Decreto Legislativo apresentado pelo Deputado Fétter Júnior, que trata da "Prestação de Contas do Governo Federal relativa ao exercício financeiro de 1991".(Mensagem nº 33/1992-CN). Relator: Senador Wilder Morais. Não foram apresentadas emendas. Voto: pelo arquivamento da matéria, sem apreciação de mérito, por não ser mais possível garantir preservação dos preceitos constitucionais propugnados nos incisos LV (55) e LXXVIII (78) do art. 5º da Constituição Federal, bem como pela aplicação dos prazos prescricionais máximos aplicados no Direito Civil Brasileiro e no inciso LXXVIII (78) do art. 5º da Constituição Federal, conforme Projeto de Decreto Legislativo apresentado. EXTRAPAUTA - **Ofício nº 103/2013/COFF,** de 03 de dezembro, que propõe "Correção de erros materiais verificados no processamento das proposições apresentadas durante a tramitação do Projeto de Lei nº 06/2013-CN". (Errata ao Projeto de Lei nº 06/2013-CN). Autor: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. EXTRAPAUTA - Prestação de Contas do Governo Federal referente ao exercício de 2011, analisada pelo Tribunal de Contas da União conforme o **Aviso nº 13/2012-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese sobre as Contas do Presidente da

República referentes ao exercício de 2011, acompanhados das Declarações de Voto dos Ministros e do Parecer Prévio conclusivo." - Relatório apresentado à **Mensagem nº 24/2012-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV (24), e 49, inciso IX (09), da Constituição Federal, e o art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as Contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2011.", bem como: - **Ofício nº 20/2012-CN** - do Senado Federal; - **Ofício nº 21/2012-CN** - da Câmara dos Deputados; - **Mensagem nº 25/2012-CN** – do Supremo Tribunal Federal; - **Ofício nº 30/2012-CN** - do Conselho Nacional de Justiça; - **Ofício nº 26/2012-CN** - do Superior Tribunal de Justiça;- **Ofício nº 24/2012-CN** - da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; - **Ofício nº 27/2012-CN** – do Tribunal Superior do Trabalho; - **Ofício nº 28/2012-CN** - do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus; - **Ofício nº 22/2012-CN** - da Justiça Militar da União; - **Ofício nº 25/2012-CN** - da Justiça Eleitoral; -**Ofício nº 23/2012-CN** - do Ministério Público da União; -**Ofício nº 29/2012-CN** - do Conselho Nacional do Ministério Público. Relator: Deputado Lourival Mendes. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2011 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados. EXTRAPAUTA - Relatório apresentado ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2010-CN,** que "Altera o Anexo VI ("Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves") da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010". Relator: Deputado Lourival Mendes. Voto: pelo arquivamento da matéria, por perda de objeto. EXTRAPAUTA - Relatório apresentado ao **Aviso nº 04/2012-CN,** que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 4º trimestre do exercício de 2011". Relator: Deputado Fábio Ramalho. Voto: no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria, e determine o seu arquivamento. EXTRAPAUTA - Relatório apresentado ao **Aviso nº 06/2012-CN,** que "Encaminha conforme disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2011". Relator: Deputado Fábio Ramalho. Voto: no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria, e determine o seu arquivamento. EXTRAPAUTA - Relatório apresentado ao **Aviso nº 09/2012-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2012". Relator: Deputado Fábio Ramalho. Voto: no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria, e determine o seu arquivamento. EXTRAPAUTA - Relatório apresentado ao **Aviso nº 26/2012-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2012". Relator: Deputado Fábio Ramalho. Voto: no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria, e determine o seu arquivamento. EXTRAPAUTA - Relatório apresentado ao **Aviso nº 29/2012-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição

Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 3º trimestre do exercício de 2012". Relator: Deputado Fábio Ramalho. Voto: no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria, e determine o seu arquivamento. EXTRAPAUTA - Relatório apresentado ao **Aviso nº 05/2013-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 4º trimestre do exercício de 2012". Relator: Deputado Fábio Ramalho. Voto: no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria, e determine o seu arquivamento. EXTRAPAUTA - Relatório apresentado ao **Aviso nº 09/2013-CN,** que "Encaminha, conforme o disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2012". Relator: Deputado Fábio Ramalho. Voto: no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria, e determine o seu arquivamento. EXTRAPAUTA - Relatório apresentado ao **Ofício nº 01/2012-CN**, que "Encaminha informações de execução das obras do PAC, referentes aos meses de julho a setembro de 2011" e ao **Ofício nº 03/2012-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, informações de execução das obras do PAC, por estado, referentes aos meses de julho a setembro de 2011, em meio digital". Relator: Deputado Lourival Mendes. Voto: no sentido de que esta Comissão tome conhecimento das matérias e determine o seu arquivamento. **ENCERRAMENTO**: Concluída a apreciação do Relatório Final apresentado ao **Projeto de Lei nº 09/2013-CN**, Proposta Orçamentária para 2014, o Presidente encerrou os trabalhos, às vinte e três horas e trinta e cinco minutos do dia dezessete de dezembro de 2013. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Lobão Filho, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

SR. PRESIDENTE (Senador Wilder Morais) - Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2013.

Suspendo a presente reunião ordinária e convoco a sua continuação para às 18h30min de hoje, neste plenário.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Boa noite.

Declaro reiniciada a 11ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30/2013.

Suspendo a presente reunião ordinária e convoco a sua continuação para amanhã, dia 27, às 14 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 11ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Informo que na reunião do colegiado de representantes das Lideranças partidárias com assento na Comissão, realizada ontem, dia 26 de novembro, ficou acordado que será mantido o prazo de 21 a 28 de novembro para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014. Relembro aos Srs. Parlamentares que o prazo termina amanhã, quinta-feira, dia 28 de novembro. A Secretaria da CMO receberá as emendas até as 18h30min.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente. *(Pausa.)*

Não havendo discussão, conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação a ata da 10ª reunião ordinária, realizada nos dias 19 e 21 de novembro de 2013.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

A ata está agora em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada também.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente, Senador Lobão Filho.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, houve um fato hoje, de que é importante termos conhecimento, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Com a devolução da PEC do Orçamento Impositivo depois da aprovação do Senado, que modificou a aprovação inicial da Câmara dos Deputados, teve esta que passar por uma nova admissibilidade na CCJ da Câmara. Foi solicitado pelo DEM, pelo Deputado Claudio Cajado, uma quebra no que diz respeito ao texto, uma separação no que diz respeito ao texto. Foi separado da PEC exatamente o cronograma que foi apresentado sobre o refinanciamento da saúde, que seria exatamente a proposta do Governo no acordo anterior da PEC do Orçamento Impositivo, de escalonar, até 15% da receita corrente líquida, os recursos para a área de saúde. O DEM destacou isso da PEC original, o que foi aprovado por uma maioria de, se não me engano, 37 contra 22 votos.

Isso significa que voltará a ter a tramitação da PEC na Câmara dos Deputados. Ela vai ser devolvida para a Comissão Especial, que vai fazer a separação do texto; será reapresentada na CCJ, para ir novamente a Plenário; e terá que novamente ir ao Senado da República, porque, se a Câmara dos Deputados não a aprovar conforme veio do Senado, novamente ela retornará para o Plenário do Senado da República.

O que nos garante agora o orçamento impositivo — e era por isso exatamente a minha luta para que votássemos logo a LDO — é exatamente a LDO aprovada pelo Congresso Nacional. Hoje, para 2014, nós temos a segurança do orçamento impositivo em função da LDO que foi votada pelo Congresso Nacional.

E os parâmetros permanecem aqueles mesmos parâmetros anteriores, que são exatamente da divisão dos 50% com relação à questão da saúde. E, em função de um destaque feito na votação pelo Deputado Darcísio Perondi, no caso da saúde, as emendas podem ir também para a FUNASA, porque não entram na conta da contabilidade do SUS.

Então, espero que isso fique claro e que possamos conduzir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, só para esclarecimento: na LDO, V.Exa., como Relator, colocou 1,2 das receitas correntes líquidas ou 1,0?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Foi 1,2. Foi tudo feito de comum acordo, conforme o acordo que foi feito no adendo do Senado, exatamente para não ter nenhuma quebra. Só que dois destaques foram aprovados em função do orçamento impositivo. Um destaque é do Deputado Darcísio Perondi, representando a Frente Nacional de Saúde, que retira exatamente a obrigação da conta do SUS no orçamento impositivo. Pode ser na saúde, mas não obrigatoriamente naquela rubrica do SUS. E as rubricas da FUNASA podem ser atendidas com isso. Também o que diz respeito à questão da regulamentação das emendas dentro da área de saúde, da área de custeio, que era outra preocupação que o Deputado Cajado tinha colocado com muita ênfase.

O outro destaque, apresentado pelo Senador Wellington Dias, do Piauí, dá uma sinalização de como o Ministério da Saúde vai atuar com relação a essa questão do custeio, para não vulgarizar demais essas emendas parlamentares que vão para o Ministério. Então, dentro dessa preocupação, nós temos essas duas mudanças apenas.

O relatório da LDO está sendo encaminhado para o Ministério do Planejamento. Depois de aprovado, foram feitas todas as retificações conforme acordadas dentro do plenário, inclusive num compromisso meu, como Relator, de observar e obedecer

integralmente as decisões que foram tomadas no plenário, dentro do acordo que foi feito na votação.

Esperamos agora concluir essa parte da Lei Orçamentária dentro do prazo preestabelecido. Eu acho que nós estamos com um prazo muito curto até 22 de dezembro, por isso é que aprovamos, inclusive na reunião dos Líderes ontem — a que, infelizmente, o nosso Presidente não estava presente, mas foi representado pelo Bruno Araújo, o Vice-Presidente —, um cronograma fechado até o dia 11, quando começa a apresentação dos relatórios setoriais para votação. Então, até o dia 11, o calendário está aprovado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Só quero registrar a contribuição que esta Comissão deu ao Congresso Nacional. No momento em que há divergência entre o Senado e a Câmara dos Deputados, em que há, portanto, um vácuo na decisão da PEC que autoriza o orçamento impositivo, nós resguardamos os direitos de todos os Deputados e Senadores através da LDO, da manutenção de um direito que eu digo já definitivamente consagrado, discutido, analisado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Só para 2014.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim, para 2014.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Isso é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É. Mas não importa, nós conseguimos manter o direito. O Deputado Cajado é o único caso que ouvi do Congresso Nacional que é contra o orçamento impositivo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, é contra o orçamento impositivo vinculando 50% da saúde...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Ah, sim, isso é um detalhe.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Detalhe?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Acontece, Deputado, que nós estamos discutindo, por incrível que pareça... V.Exa. tem três ou quatro mandatos, não é isso? Cinco, uma coisa assim? *(Pausa.)* Cinco mandatos. Tenho certeza de que, desde o primeiro mandato, o Deputado Cajado já discutia orçamento impositivo, e nunca foi possível se impor ao Governo uma situação em que ele aceitasse o orçamento impositivo. Mas nós aqui da Comissão de Orçamento conseguimos fazer prevalecer... Não importa se são 50% para a saúde ou não, isso é uma coisa a ser discutida depois, mas conseguimos fazer prevalecer a figura do orçamento impositivo pela primeira vez na história do País, resguardando ao Parlamentar, principalmente da Oposição, o direito de apresentar suas emendas, representando o seu povo.

Antigamente, aqui, Deputado da Oposição não tinha direito a emenda parlamentar, só Deputado da Base. Eu sou da Base e acho absurdo haver essa distinção, essa discricionariedade entre Oposição e Base. Todos temos direitos iguais. Da mesma forma como eu tenho direito de apresentar emenda para o meu Estado, para os meus Municípios, V.Exas. também têm. E isso não pode ficar ao bel-prazer do governante, isso tem que ser imposto por lei ou por regra. E nós, já que não conseguimos impor pela PEC, estamos impondo pela LDO aqui da Comissão de Orçamento.

O Congresso deve isso a esta Comissão, que, apesar — e eu disse isso, registrei esse fato — de o Governo ter mandado representantes aqui, contrários ao relatório do Deputado Danilo Forte, teve a coragem de aprovar o relatório com a figura do orçamento impositivo.

Então, parabéns mais uma vez ao Relator, que teve a coragem de fazer o relatório independentemente da pressão que sofreu. E parabéns a esta Comissão que aprovou o relatório dessa forma.

Não poderia deixar de fazer esse registro. Só faço o registro contra o seu voto, mas, na questão da saúde, sobre a determinação de 50%, não em relação à filosofia do orçamento impositivo.

Antes de iniciar a discussão da ata, fica determinado por esta Presidência o prazo de 2 dias para emendas ao PDL de relatoria do Senador Wilder Morais, referentes às contas de 1991; e relativas ao Relator, Deputado Efraim Filho, referentes às contas de 1990. Então, ficam determinados 2 dias de prazo para apresentação de emendas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu pediria que V.Exa. encerrasse a reunião e marcasse outra para a próxima semana, por dois motivos. Primeiro, nós temos o prazo fatal das emendas individuais e coletivas para serem apresentadas amanhã. As bancadas dos Estados estão se reunindo; a da Bahia, inclusive agora, às 14 horas, está reunida. Todos nós que temos que elaborar nossas emendas podemos fazer os contatos com os Municípios, com os Governadores, para poder elaborar. Mas o tempo é exíguo. Está havendo sessão extraordinária na Câmara dos Deputados, e amanhã é o prazo fatal para tudo.

Já que, nesta semana, nós já avançamos muito e só há duas matérias na pauta, poderíamos muito bem deixar essa pauta para a próxima semana, sem nenhum prejuízo. Portanto, eu pediria que V.Exa., até pelo esvaziamento da Comissão aqui, diante desses fatos, pudesse nos atender.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu perguntaria ao Deputado representante do PMDB se corrobora o pedido de V.Exa. em nome da bancada do PMDB.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O PMDB concorda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu também perguntaria ao Deputado Nelson Meurer, do PP, se corrobora o pedido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Estavam previstos para a pauta de hoje um PL e uma medida provisória, que eu estou transferindo, neste momento, para a reunião de terça-feira, às 14h30min, quando deliberaremos sobre esses dois itens.

Antes de encerrar, eu gostaria de ler os expedientes sobre a mesa e de fazer o registro da presença do Deputado Federal Edivaldo Holanda *(palmas),* homenageando o Estado do Maranhão e tendo seu filho como Prefeito da honrosa cidade de São Luís, Capital do nosso Estado do Maranhão. Então, registro a presença do Deputado e parabenizo o Prefeito.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e das Lideranças partidárias nesta data.

Muito bem, as matérias já foram transferidas para a próxima reunião.

Eu suspendo a reunião de hoje, transferindo-a, então, para a próxima terça-feira, às 14h30mim.

Muito obrigado a todos os presentes. Obrigado à assessoria, aos jornalistas e aos Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais da pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, ontem foi gerado um impasse com relação à grande vitória, saudada inclusive por V.Exa., Presidente, quanto

ao orçamento impositivo, que foi, sem sombra de dúvida, a maior vitória política da 54ª Sessão Legislativa do Congresso Nacional.

Em função da votação que aconteceu na Comissão de Constituição e Justiça ontem, foi criado um embaraço político, quando houve uma modificação na PEC que foi aprovada pelo Senado da República, num acordo que foi feito por todas as Lideranças da base aliada com o Governo, com relação ao encaminhamento da PEC do Orçamento Impositivo. Nós, na LDO, asseguramos para 2014 o orçamento impositivo, em conformidade com o acordo que foi feito, exatamente para garantirmos a votação.

Diante do impasse que foi gerado, que se refletiu até aqui na Comissão Mista de Orçamentos, quando tinha um PLN de revisão do PPA, que é importante para o Governo, que é importante para o Ministério do Planejamento, na revisão das metas do PPA, acordamos que deixaríamos tudo para ser decidido na próxima terça-feira.

Mas, na reunião com todos os Líderes de todas as bancadas, inclusive com o próprio Líder da Oposição, do DEM, o Deputado Ronaldo Caiado, na Mesa e na Presidência desta Casa — eu estava lá, junto com o Presidente Henrique Eduardo Alves —, ficou acordado que se intercederia junto ao Presidente desta Comissão, no sentido de prorrogar a apresentação das emendas parlamentares — emendas individuais, emendas de bancada e emendas de Comissão.

Portanto, como tinha sido gerado um impasse em relação à PEC do Orçamento Impositivo e como existiria até a possibilidade de nós termos a necessidade de fazermos uma revisão da própria LOA — que já prevê o orçamento impositivo, em conformidade com o que foi aprovado na LDO, e subsequentemente esta revisão na LDO —, solicitaríamos a esta Comissão que prorrogasse o prazo da apresentação das emendas até quarta-feira da semana que vem, pois foi marcada para a próxima terça-feira uma nova reunião com todos os Líderes, para tentarmos resolver o impasse, o embaraço político criado na CCJ.

Diante desse fato, o Presidente Henrique Eduardo Alves entrou em contato com V.Exa. e anunciou, no plenário da Câmara dos Deputados, em meio a uma grande

votação que aconteceu ontem, com relação à revisão, inclusive, do tamanho das bancadas por norma do TSE, que todos os Parlamentares se sentissem liberados de apresentar as emendas até o prazo de hoje, pois este seria prorrogado para quarta-feira da semana que vem, em face da necessidade dessa reunião que seria feita com todos os Líderes e com a Presidência, para se chegar a uma solução quanto à votação da PEC do Orçamento Impositivo, que está agora sob a tutela de uma revisão, sob o crivo da CCJ, inclusive diante do recurso que será apresentado pelo Deputado Eduardo Cunha, Líder do PMDB, para que seja refeita essa decisão da CCJ, na medida em que aquela Comissão não tem competência para analisar mérito, apenas a admissibilidade, a juridicidade e a constitucionalidade das normas que vão à votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Diante disso, muitos colegas Deputados — uma quantidade enorme — resolveram postergar, jogar para a próxima semana, a apresentação das suas emendas, até porque existem bancadas inteiras que estão lutando para que não haja a obrigação dos 50% para a saúde — isso, inclusive, foi exalado nesta Comissão pelo Deputado Claudio Cajado, que era contra a imposição, por causa da composição do orçamento impositivo que foi feita, de se determinar que 50% das emendas dos Parlamentares sejam destinados à saúde, apesar de todo o debate e esforço que nós fizemos para defender o acordo e a forma acordada com o Governo.

Diante desses fatos, eu acho que seria de bom senso, de bom alvitre, para que não se crie mais uma crise institucional — que seria uma crise institucional com os próprios colegas Deputados que viajaram confiando na palavra do Presidente da instituição, Deputado Henrique Eduardo Alves, e no comunicado que foi feito de que esta apresentação das emendas seria realocada para terça-feira da semana que vem — , que nós aqui decidíssemos adiar este prazo até quarta-feira da semana que vem.

Não é a primeira vez nem o primeiro ano que esta Comissão trabalha no período entre o Natal e o Ano-Novo, nós ainda temos uma semana diante desses fatos. O pior dos mundos seria gerar uma crise institucional que inviabilize a votação do Orçamento,

inclusive para o próprio Governo, porque o Governo precisa da revisão do PPA, o Governo precisa do Orçamento. Agora que as obras do PAC foram excluídas da continuidade das despesas ressalvadas para o ano de 2014, o Governo também precisa dar continuidade aos projetos que estão em execução. Eu acho que, do ponto de vista governamental, não seria interessante criar mais um problema na relação da Câmara dos Deputados com o Poder Executivo.

Diante desses fatos, eu achava mais prudente e mais sensato — esta é uma Casa política — que a gente aqui ratificasse o anúncio feito pelo Presidente Henrique Eduardo Alves da prorrogação do prazo das emendas até quarta-feira da semana que vem e, a partir da próxima semana, a gente fizesse um replanejamento do nosso trabalho até a última semana de dezembro, para, assim, salvar a votação do Orçamento e votar também os PLNs que ainda interessam principalmente à área econômica do Governo, inclusive num momento crítico como este, já que ontem houve o aumento da taxa de juros — nós voltamos a dois dígitos na taxa de juros —, e isso é preocupante para todo o País.

A gente precisa sinalizar segurança gerencial da parte da gestão fiscal do Governo, para que a gente não retome o processo inflacionário. Uma crise na Comissão de Orçamento pode transtornar toda a paz econômica e todo o desenvolvimento econômico que o País está vivendo agora.

Diante desses fatos, eu peço aos Deputados da bancada do PT que tenham compreensão. Como todas as decisões desta Comissão, na sua grande maioria, têm sido tomadas em comum acordo, que nós cumpramos este momento deste anúncio que foi feito pelo Presidente da Casa, o Deputado Henrique Eduardo Alves, para não aumentar ainda mais esta crise institucional que já está tornando difícil o final da nossa legislatura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Antes de passar a palavra aos inscritos, eu queria equalizar os acontecimentos aqui com todos os presentes.

O Presidente Henrique Eduardo Alves, ontem, usando a mesma tese que é utilizada nesta Comissão, tentou por acordo quebrar o interstício de dez sessões para a votação do orçamento impositivo. Apesar de termos Parlamentares, Deputados, divergentes, a intenção do Presidente era colocar o orçamento impositivo em votação e decidi-lo na votação. Mas ele não pode fazer isso, se ele não tiver a unanimidade dos Líderes para quebrar o Regimento. E ele não encontrou essa unanimidade ontem, porque um dos partidos foi divergente desta tese.

Portanto, teoricamente, ele teria que cumprir o interstício de dez sessões, o que realmente inviabilizaria o orçamento impositivo.

O Presidente Henrique Eduardo Alves me ligou. Esta Comissão aqui determinou que seriam 8 dias, vencendo hoje a apresentação de emendas, às 18h30min. Eu tenho, pelo Regimento, de 8 a 10 dias. O décimo dia vence no sábado. Muito bem. Eu estabeleci, para que a gente possa cumprir o cronograma desta Comissão...

Com licença, por favor, assessores.

Eu determinei que o cronograma fosse de 8 dias, para que nós possamos cumprir o cronograma desta Comissão e votar o Orçamento ainda este ano. Com o apoio da Oposição, com o bom senso desta Comissão, já discutido entre todos, nós iríamos efetivamente conseguir vencer este cronograma e prestar o nosso serviço ao País, cumprindo nossa responsabilidade.

Ontem, porém, apareceu este fato novo. O Presidente Henrique Eduardo Alves me ligou ontem, no fim da tarde, e disse: *"Senador, eu lhe pediria que postergasse para a quarta-feira, para que a gente possa discutir finalmente e tentar resolver na terça-feira a questão do impositivo"*. Eu respondi ao Presidente da seguinte forma: *"Presidente, para isso, eu preciso ter uma reunião de Líderes da minha Comissão"* — que eu convoquei ontem. *"Eu preciso que haja a unanimidade dos meus Líderes e, em sendo*

assim, eu vou romper o Regimento e vou, com a soberania do Plenário, aumentar o prazo para a quarta-feira".

Muito bem. Nós fizemos a reunião de Líderes hoje. Mas o PT é contra. Eu não tenho mais a unanimidade dos partidos. Portanto, eu fico impedido de quebrar o Regimento. Eu entendo as palavras corretas, conscientes, do Deputado Danilo Forte, que prevê uma grande crise institucional. Muitos Deputados viajaram e não apresentaram suas emendas, com base no comunicado do Presidente Henrique Eduardo Alves. Mas, da mesma forma como ele não conseguiu quebrar o Regimento lá, eu fico impedido de quebrar aqui, se eu não tiver a unanimidade dos partidos. Eu não tenho como fazer isso. Muito bem. Este é o ponto um.

Ponto dois: quebrado este prazo, inviabiliza-se também o cronograma desta Comissão.

Agora, o que eu posso fazer? Uma solução alternativa que não resolve nem um lado nem o outro, mas, pelo menos, ameniza. Eu posso, porque é regimental e cabe a mim decidir, aumentar o prazo para o limite máximo, que seria amanhã, sexta-feira, e posso permitir — já acertei com a minha Secretaria — que até segunda-feira os Deputados apresentem suas emendas via *fax*, apresentando à Comissão o original assinado na segunda-feira.

É possível, depois de apresentadas as emendas, através do sistema, todos os Parlamentares alterarem suas emendas. Então, se o Deputado achar que deve colocar ou não os 50% para a saúde, pode depois alterar no sistema — e a nossa Secretaria vai estar preparada para essas alterações. Isso tudo aguardando a decisão da Câmara, na terça-feira sobre se, afinal, irá votar ou não o orçamento impositivo, se irá quebrar ou não o Regimento.

Então, esta Comissão está fazendo todo o possível, dentro da lei, para atender essa situação que se está configurando — todo o possível!

Eu tenho a maior boa vontade e o maior bom senso para evitar crises, inclusive, entre os Poderes, entre o Senado e Câmara. Hoje há uma divergência de posição entre

Senado e Câmara, mas esta Comissão vai tentar ser o ponto de equilíbrio desta divergência e vamos tentar trazer bom senso a esta discussão.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Walter Pinheiro. Em seguida, Deputado Domingos Sávio.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, eu quero inicialmente dizer a V.Exa. que acho que a gente deve fazer todo o esforço para superar os entraves e problemas. Falo aqui não só pela bancada do meu bloco no Senado, pois também conversei com o Presidente do Senado. Portanto, estou apresentando uma posição no sentido de que vamos buscar o entendimento possível.

Ora, se a Câmara dos Deputados, a quem compete votar a PEC do Orçamento Impositivo, está marcando uma reunião para terça-feira — e aí tem a ver com a PEC exclusivamente —, a proposta que nós estamos fazendo aqui, em nome da bancada do PT no Senado, é a de manter o prazo. E V.Exa. pode flexibilizar a questão das assinaturas e apresentação das emendas por *fax*. Mantido o prazo, terça-feira, nós teremos a reunião dos Líderes da Câmara para discutir o que fazer com a PEC. Na terça à noite, V.Exa. convoca uma reunião da Comissão de Orçamento e, em havendo modificações, a gente pode, de comum acordo, estabelecer qual o novo procedimento diante do impasse — se este continuar e se não tiver a votação da PEC —, ou diante da solução encontrada pelos Líderes.

Portanto, mantenha as condições.

E quero dizer a V.Exa. que, fora disso, nós não vamos concordar. Estou tentando fazer essa flexibilização para chamar a decisão final para terça. Mas mantenha o prazo. Caso contrário, eu quero dizer a V.Exa. que este fórum hoje não tem as condições para aprovar uma mudança de algo que este mesmo fórum votou.

Então, eu não quero entrar na questão de ameaça, de derrubar sessão e tal, porque esse não é o instrumento ideal.

O que eu estou propondo concretamente é uma sessão desta Comissão terça-feira à noite, depois do encaminhamento da Câmara. Nós, do Senado, estamos

respeitando o encaminhamento da Câmara. Não podemos, não devemos, não temos nada a ver com o encaminhamento da Câmara. Não podemos aqui nem criticar nem determinar como é que a Câmara se move, como é que a Câmara decide. A Câmara decide com a sua autonomia. Então, estamos respeitando isso. Mas é também preciso respeitarmos a autonomia do Senado. Nós, do Senado, fomos comunicados de um prazo para hoje e votamos a PEC.

Então, o que nós estamos flexibilizando é: manter-se o prazo de hoje, embora flexibilizando as normas. Todo mundo manda, pelo sistema, uma cópia do *fax* assinado. Não há nenhuma dúvida, pois nenhum Parlamentar vai mandar um documento sem assinatura própria. E V.Exa., inclusive, poderá dar fé pública às assinaturas. Na terça-feira, a gente busca todo o esforço.

E nós queremos até ajudar, se for possível, e participar dessas reuniões aqui na Câmara para vermos a que entendimento se chega. E, na terça à noite, far-se-á a reunião da Comissão de Orçamento para a gente deliberar se nós vamos reabrir o prazo ou se vamos, diante da situação, mantido o prazo, tocar adiante e ver o que acontece.

Então essa é a nossa posição. Portanto, é a posição para mediar, Sr. Presidente, para a gente tentar caminhar no sentido de uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, V.Exa. fez um relato sucinto, mas que, de fato, foi fiel aos últimos acontecimentos. Eu apenas acrescento — para destacar a boa vontade da Oposição, o empenho, a responsabilidade com que a Oposição tem tratado esse assunto — que a última reunião de Colégio de Líderes foi presidida pelo Vice-Presidente, que é do PSDB. Ali, seguindo o que havia sido acordado com V.Exa. e nessa linha de responsabilidade para com País, nós tratamos de apresentar de maneira clara — e ali também estavam presentes representantes do Democratas e do PPS — que iríamos inclusive abrir mão de todo e qualquer mecanismo regimental e estabelecemos naquele momento um acordo, já demonstrando claramente

que não passa pela nossa cabeça, que não é nosso desejo deixar o País sem orçamento. Portanto, nós abrimos mão daquilo que é regimental, daquilo que é natural, para viabilizar aquele cronograma — cronograma, no entanto, que tem uma fragilidade enorme do ponto de vista regimental e que poderia levar qualquer Parlamentar — não é nem qualquer partido — a criar alguma dificuldade. Mas, ao mesmo tempo, esse Parlamentar teria sobre si o peso de estar dificultando algo que é bom para País, ou seja, ter um orçamento num momento — como bem disse o Deputado Danilo Forte — em que já vemos instabilidades no cenário econômico, nós já vemos ambiente de queda da credibilidade de toda a estrutura de comando econômico do País. Aliás, quero dizer que há uma queda de confiança, para não dizer credibilidade. Eu acredito que as autoridades monetárias do País continuam merecendo a credibilidade que nelas foi depositada. Mas a confiança, a expectativa já não é boa — e isso são dados concretos.

Então há da nossa parte uma disposição clara para isso. É importante que isso seja lembrado primeiramente.

Segundo, ontem não foi apenas um comunicado de V.Exa. Nós dois conversamos por telefone e V.Exa. me reiterou o que acabou de dizer a todos. E o Presidente desta Casa é o Presidente desta Casa. O fato de S.Exa. não ser o Presidente da Comissão de Orçamento não diminui sua autoridade. Portanto, o Presidente desta Casa, com a responsabilidade que tem, fez um comunicado.

Agora, quando eu subia pelo elevador da entrada principal deste prédio e vinha a esta Comissão, alguns colegas me perguntaram: *"Mas o que você está indo fazer lá?" "Não, é porque nós estamos indo referendar, homologar o que já está decidido." "Ah! Foi muito bom que se tenha adiado."* Vários colegas, de vários partidos, inclusive do PT.

Então, há um sentimento geral, há uma informação que permeou todos os gabinetes desta Casa de que o prazo passou para quarta-feira.

Pois bem, o que eu coloco a V.Exa., Sr. Presidente — e que apresento como um apelo ao Senador Walter Pinheiro, para que S.Exa. reflita — é que o fato de voltarmos atrás só vai trazer um transtorno enorme para todos os Deputados e Senadores, vai

criar um ambiente de verdadeiro conflito interno, de desarmonia absoluta e não vai adiantar nada, não vai melhorar em nada a perspectiva do Governo — e aí eu repito que é a do Governo, porque a minha disposição e a disposição do meu partido de aprovar orçamento é a mesma; só que a forma que estão propondo gera um ambiente de absoluto desconforto e desconfiança. E aí não temos mais entendimento. Aí não há mais entendimento. E, se não há mais entendimento, não é por culpa da Oposição, não. E não há mais entendimento porque, se nós da Oposição vínhamos tratando a matéria como de relevante interesse público e não como matéria partidária, agora vem justamente o PT dizer que não concorda mais com o acordo. Ora, então o PT entende que não vai precisar de acordo com o PSDB, com o Democratas e com os demais partidos.

Chega uma hora em que é razoável que o PT faça esse acordo, até para respaldar uma decisão que V.Exa. tomou e que o Presidente desta Casa comunicou. O PT vem e diz que não.

Ora, se isso fosse adiantar alguma coisa para melhorar esse calendário... Mas não! E eu explico o porquê, Sr. Presidente.

Peço a atenção do Senador Walter Pinheiro, da bancada do PT, para que possamos fazer essa adequação.

Eu sei que S.Exa. não está me ouvindo. Parece que não vai adiantar nada, mas o certo é que eu vou deixar registrado pelo menos nos *Anais* da Casa, que nós temos interesse em construir um bom acordo para o País, que nós temos interesse de que o orçamento seja votado e que, ao que tudo indica, o PT não quer votar.

E digo isso porque, no momento em que V.Exa. diz aos Deputados — até porque até não há outra alternativa — que eles mandem apenas um *e-mail*, vamos dizer assim, para guardar lugar e registrar a data até que efetivamente sentem-se com sua equipe e definam quais são as emendas que querem apresentar na segunda e na terça-feira, V.Exa. deixa claro para nós que não haverá a menor possibilidade de os Relatores

Setoriais terem o material para trabalharem seus relatórios no prazo que aquele calendário definia, que seria amanhã.

Portanto, o prazo do calendário que o Senador quer que seja cumprido, mesmo com a proposta de S.Exa. também não será.

Nós apenas criamos uma balbúrdia geral, um ambiente ruim na Casa, colocamos em descrédito a palavra do Presidente da Comissão, colocamos em descrédito a palavra do Presidente da Câmara e não melhoramos em nada o calendário, porque os Relatores Setoriais só terão em suas mãos algo para trabalhar na quarta-feira. Eles não terão nada antes de quarta-feira. E, não tendo nada antes de quarta-feira, como poderão cumprir o prazo para apresentar seus relatórios? Ou será que o Senador ignora que a Oposição também tem Relator setorial e que, obviamente, terá que cumprir o prazo regimental?

Não faz sentido jogar por terra a palavra do Presidente da Comissão, do Presidente da Casa, criar todo esse conflito para criar uma falsa impressão de que nós vamos ter um calendário mais tranquilo. O calendário, em qualquer das hipóteses, dependerá de acordo. Em qualquer cenário, o calendário depende de acordo.

E eu quero deixar muito claro: o nosso compromisso de acordo foi feito em um ambiente de entendimento entre todos. A quebra do entendimento não está sendo feita pelo PSDB; a quebra do entendimento está sendo feita pelo PT, que se recusa, neste momento, a aquiescer à decisão acertada de V.Exa. e à decisão acertada do Presidente da Casa de passar para quarta-feira.

Por que acertada? Porque está óbvio — todos sabem— que há um grande impasse se será ou não aprovado o orçamento impositivo. Ele poderá não ser aprovado. Em não sendo aprovado, nós teremos um determinado cenário, até porque já houve pessoas da base do Governo que anteciparam que a Presidente pretende vetar o artigo colocado de forma apropriada pelo Deputado Danilo Fortes na LDO e que trata do orçamento impositivo. Já houve informação clara do Governo sobre isso.

Se a Presidente pretende vetar o que está na LDO, se não vamos ter orçamento impositivo, por que exigir que os Deputados apresentem hoje emendas com reserva de 50% para Saúde, com toda uma regra que não existirá?

Eu já havia alertado sobre isso, inclusive — V.Exa. se lembra —, que nós tínhamos uma responsabilidade muito grande para com a Casa.

Então eu faço aqui a colocação clara do PSDB: o PSDB entende que o melhor para o País, neste momento, é mantermos o nível de entendimento. E nós somos pelo entendimento de que manter para quarta-feira é o mais sensato, é o correto. E ainda vou além, embora o Senador não esteja me ouvindo: nós nos dispomos, em mantendo a reunião para quarta-feira, a continuar com o mesmo espírito de esforço conjugado, de esforço republicano para aprovarmos o Orçamento antes do Natal. Aí eu acredito que terei da minha bancada, eu que sou o coordenador, que sou aqui o representante, o Líder, o respaldo para abrir mão de todos os prazos regimentais por acordo.

Agora, com a minha bancada sendo atropelada, eu posso mostrar a V.Exa...

Nós temos uma rede social interna, um *chat* de comunicação, que hoje é um instrumento eficaz dos Deputados do PSDB, e, ao acabar de conversar com V.Exa. ontem, mandei a seguinte mensagem a todos eles: *"Foi prorrogado para quarta-feira"*. Eu fico desacreditado com a minha bancada. Eu não tenho ambiente para trabalhar no nível de acordos. É bom que o Senador saiba disso. Ele está me liberando disso.

Agora, se o PT mantiver o ambiente de acordo para quarta-feira, fica minha palavra dada a V.Exa., fica a minha palavra dada ao Governo de que que nós estaremos trabalhando com espírito republicano para aprovar o Orçamento.

Peço licença a V.Exa. para me ausentar. O Deputado Carlos Brandão assumirá a condição de coordenador de bancada do PSDB e responderá por nós, pois eu não terei condições de continuar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Antes de V.Exa. sair, eu queria fazer o registro de que a última reunião de líderes foi presidida, a meu pedido, pelo Deputado Bruno Araújo, que é do PSDB. O Deputado Bruno Araújo — eu não tenho

como deixar de registrar — foi absolutamente republicano, pois S.Exa. conduziu a reunião como eu teria conduzido, cumprindo todos os compromissos do nosso cronograma. E eu quero agradecer e parabenizar a posição do Deputado Bruno Araújo, que foi acima de qualquer posicionamento Governo/Oposição.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Há uma série de inscritos importantes de serem escutados. Eu vou passar a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Só que eu queria explicar algumas coisas ainda com a presença do Deputado Domingos Sávio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, com a palavra o Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Obrigado, Sr. Presidente e demais companheiros. Eu queria responder algumas coisas ao Deputado Domingos Sávio.

Deputado Domingos Sávio, eu não estou preocupado com Governo ou Oposição; eu estou preocupado com a aprovação do Orçamento — o que acho ser um desejo de todos nós aqui — na forma processual.

Primeiro, quero esclarecer o que o Presidente disse — acho que é bom a gente ter isso com clareza, pois, talvez, tenha ficado alguma coisa sem compreensão —: há possibilidade de se apresentar emenda pelo sistema até sexta-feira. Sexta-feira podemos apresentar emendas por *fax*. Na segunda, basta que o Parlamentar mande o ofício. Então, segunda-feira não é para mandar a emenda.

A segunda observação que faço em relação a essa informação é que, Deputado Domingos Sávio, não se coloque isso sobre nossa preocupação. É que, mesmo as emendas colocadas para a Saúde, se a discussão da Câmara fizer com que haja liberdade na destinação dos recursos…

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Miguel Corrêa, quero registrar a presença do Presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Cumprimento o Sr. Presidente.

Então, só para completar esse raciocínio, Deputado Domingos Sávio, mesmo que a Câmara altere a destinação e tire a obrigatoriedade dos recursos da Saúde e depois o Senado mantenha essa posição também, nós Parlamentares podemos alterar via sistema. Por exemplo, se estão destinados lá 7 milhões de 200 mil reais para a Saúde, o Parlamentar poderá alterar. Não se pode mudar e apresentar novas emendas, mas, por exemplo, se V.Exa. colocou 2 milhões de reais para o Ministério das Cidades, poderá aumentar esses recursos do Ministério das Cidades. Então, isso é possível se fazer via sistema. Então não há esse impedimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas afeta o prazo dos Relatores setoriais, Deputado Miguel Corrêa. Caso o Parlamentar possa mudar, como o Relator setorial vai apresentar?

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Deputado Domingos Sávio, essa mudança pode ser feita inclusive no ano que vem. Não há problema. O sistema permite essa mudança. O Parlamentar pode mudar o valor, mas não pode alterar as emendas que foram construídas. Ou seja, V.Exa. não pode criar uma nova emenda propondo levar o recurso da saúde para levar para outra área. Isso não é possível. Mas é permitido remanejar valores de uma emenda para outra, o que é possível pelo nosso sistema, o que não implica nada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas o problema é justamente criar novas. Por exemplo, se V.Exa. destinou 7 milhões de reais para a Saúde e, de repente, não mais houver essa obrigação, V.Exa. não vai poder criar nenhuma nova. Ou seja, vai se estabelecer um ambiente terrível nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senhores, deixem-me anunciar que o Presidente da Câmara vai falar agora e que os próximos oradores serão: Deputado Ricardo Berzoini, Deputado Edmar Arruda, Deputado Danilo Fortes, Deputado Cláudio Puty.

Eu quero passar a palavra ao Deputado Henrique Eduardo Alves.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, eu não concluí ainda.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Peço a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Permita-me apenas concluir o raciocínio. Faltam duas partes do raciocínio

Então a primeira essa, e nós podemos fazer isso, inclusive, no Relatório-Geral por destaques, Deputado Domingos Sávio. Então, não há esse problema.

O problema que existe é o problema regimental de prazo. Eu queria explicar isso, inclusive na presença do nosso Presidente: é que, encerrado o prazo de apresentação de emendas individuais, é possível passar os relatórios aos Relatores Setoriais.

Segundo o cronograma atual, os Relatores Setoriais receberiam os relatórios na segunda-feira; e eles teriam até quinta. Eles teriam quatro dias, que nem é o prazo regimental. Mas, dentro do acordo que nós construímos, eles teriam quatro dias para apresentar os dez relatórios setoriais, para que votássemos os relatórios setoriais. Ou seja, após a leitura de sexta-feira e de segunda-feira, poderíamos votar até quarta-feira os relatórios setoriais. Na quinta-feira ou na sexta-feira o relatório voltaria para o Relator-Geral; e eu teria, sexta-feira, sábado e domingo apenas para produção a do Relatório-Geral do Orçamento. Portanto, na segunda-feira faríamos a leitura e votaríamos na quarta-feira, dia 18. Por fim, votaríamos o texto, dia 19, no Congresso Nacional.

Quer dizer, qualquer dia de atraso inviabiliza a votação do Orçamento este ano. É importante que isso fique claro para a Comissão, que fique claro para os nossos dois Presidentes: alterando esse prazo, os relatores setoriais encerrarão apenas na outra segunda, e nós votaremos apenas no final da semana. Quer dizer, eu teria o relatório em mãos na última semana de dezembro e, portanto, não haveria prazo suficiente para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra ao Presidente Henrique Alves e peço silêncio a todos para que possamos escutá-lo.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Henrique Eduardo Alves) - Agradeço ao Sr. Presidente Lobão Filho, ao Sr. Líder Walter Pinheiro e aos senhores membros da Comissão Mista de Orçamento.

Sei que é inusitada a minha presença aqui, mas me sinto responsável por esse imbróglio criado, o qual temos de resolver.

Quero aqui assumir minha responsabilidade, pois não é culpa de nenhum Deputado. Nenhum Deputado tem culpa do que está acontecendo, porque fomos nós que assumimos a condução e a responsabilidade desse resultado.

Houve um fato novo ontem na Comissão de Constituição e Justiça que mudou todo o encaminhamento. Vou explicar por quê. A PEC do Orçamento Impositivo, que foi uma luta grande de altivez e de independência desta Casa, foi aprovada na Câmara. O que foi aprovado no Senado — a bem da verdade — a Câmara indiretamente participou, pois acompanhou todos os entendimentos. E dou aqui o testemunho de que o que foi construído lá não foi com o desconhecimento da Câmara. A Câmara participou, por meio do Relator, Deputado Danilo Fortes, e dos nossos Líderes. Eles participaram daquela construção. A bem da verdade, também houve a colaboração do Governo, independente do mérito a ser discutido.

O fato é que, quando a PEC retornou à Câmara, meu querido Presidente, o prazo regimental para aprová-la na Comissão de Constituição e Justiça — a sua admissibilidade; depois na Comissão Especial, pela qual teria de passar, seria: dez sessões regimentais para emendas e até quarenta sessões para aprovação. As outras 30 sessões poderiam ser eliminadas com um acordo geral, algo que a matéria propicia. Mas, quanto a esse prazo de dez sessões para "emendamentos", só um acordo unânime de todos os partidos poderia quebrar esse interstício.

Como não haveria mais o prazo útil de dez sessões para viabilizar a chegada da PEC do Orçamento Impositivo ao Plenário, fizemos uma proposta aos Srs. Líderes — e todos concordaram; todos, Oposição e Governo — de quebrarmos o interstício,

superando o impedimento regimental, para que a PEC pudesse chegar à Câmara para ser votada a tempo de ser promulgada ainda este ano.

Contudo, na CCJ aconteceu um imprevisto. Respeitosamente, o DEM, por meio do seu Líder, um dos Deputados mais prestigiados nesta Casa, e faço questão de declarar isso, o Sr. Deputado Ronaldo Caiado disse que faria apenas em plenário esse embate político sobre a questão da saúde — questão que se inseriu na PEC do orçamento impositivo.

Portanto, S.Exa. fez essa colocação na CCJ e conseguiu aprovar, até com o apoio dos partidos da base do Governo, o desmembramento da PEC, transformando-a em duas — como se assim se pudesse fazer, como se não houvesse antes um trabalho sobre o conjunto da obra: o orçamento impositivo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Henrique Eduardo Alves) - Pois é, mas sobre isso há precedentes na Casa, e nós estamos tentando rever.

Então, seriam duas PECs: uma do orçamento impositivo e outra do financiamento da saúde. Isso se transformou em uma luta política, o que inviabilizou que todos os partidos concordassem com a aquela quebra de interstício das dez sessões para chegarmos ao Plenário.

Ao se manter essa posição da CCJ, o orçamento impositivo, portanto, está derrotado, por questão regimental, o que vai frustrar profundamente a Câmara dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - E o Senado.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Henrique Eduardo Alves) - E o Senado. Acredito que também frustrará o Senado, já que aprovou por unanimidade, à exceção de respeitosos sete ou oito votos.

Diante disso, criou-se perante a Câmara um profundo impasse: a insegurança dos Deputados em relação a que emenda apresentar e em que direção se colocar. Porque uma coisa é a emenda com 50% obrigatórios para a saúde. Portanto, não nos

preocupamos, porque ninguém apresentou emenda para saúde, já que seriam obrigatórios 50%, e todos destinaram os outros 50% para outras áreas.

A não prevalecer, a não ser aprovada a PEC do Orçamento Impositivo, tudo isso se desmancha. Então, diante dessa insegurança, os Srs. Deputados não tinham e não têm condições de cumprir o prazo hoje. E eu não fui irresponsável. Parei a reunião de Líderes, ausentei-me dela, falei com o Presidente que está aqui ao meu lado, expliquei a S.Exa. o drama da Câmara dos Deputados.

Sei que a LDO já trata da questão do orçamento impositivo, mas quem garante que, sem a PEC, sem a mudança constitucional, sem um conjunto da obra, o Governo não irá vetar o orçamento impositivo colocado na LDO pelo Sr. Relator Danilo Fortes.

Diante dessa insegurança, falei com o Presidente e pedi a S.Exa. um prazo prorrogado para os Srs. Deputados apresentarem suas emendas. Acertamos o dia de quarta-feira. E estou dizendo isso em frente ao Sr. Presidente. Contudo. Mas ouvir hoje aqui que esse prazo não pode ser mais prorrogado, a Câmara dos Deputados não aceita. E não aceita porque os Srs. Deputados já viajaram e não tiveram culpa disso. Quando acertei com o Presidente, comuniquei aos Líderes e informei ao Plenário que isso aconteceria. Eu não posso agora responsabilizar nenhum Deputado. Nenhum deles, portanto, terá nenhuma responsabilidade pelo acordo feito por mim e pelo Sr. Presidente da Comissão de Orçamento.

Portanto, fazer isso, não respeitar esse acordo, é dizer que a Câmara não votará em hipótese alguma um orçamento que vai penalizar de maneira irreversível os Srs. Deputados que não têm culpa de nada.

Como esta Casa é a “Casa das Soluções Políticas”, e esta é uma solução republicana, não há que se radicalizar. Esse não é o caminho. Há que se encontrar uma maneira de conciliar. Como fará Deputado que já viajou e não apresentou sua emenda porque foi combinado que o prazo seria quarta-feira? Ele vai saber no seu Estado que o prazo foi mantido e que suas emendas se perderam?... Essa irresponsabilidade a

Câmara dos Deputados não vai cometer. Eu falo aqui como seu Presidente, independente de partido “a” ou de partido “b”.

Então, não adianta nem radicalizar, nem “emocionalizar”. Vamos ver qual a maneira para que esse prazo possa ser cumprido na terça-feira à noite, até às 18 horas. Fora disso, vai-se levar a Câmara dos Deputados a tomar a decisão de não votar o Orçamento, assumir por que e dizer por quê: porque os Srs. Deputados não podem ser apenados a esta altura, sem nenhuma previsão desse comportamento.

Sr. Presidente, era isso o que eu pretendia colocar aqui: Qual é a maneira de contornar isso? Esta Casa é uma casa política e tem de procurar uma solução. Se não votarmos o Orçamento nos dias 20 a 22, votaremos no dia 28 ou dia 29. O que não pode é o Deputado não ter sua emenda apresentada sem ter culpa alguma no resultado desta condução.

Era isso o que pretendia apresentar, assumindo inteira responsabilidade por esta condução. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Muito bem, Sr. Presidente.

Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O PSDB não só concorda 100%, mas também como que o Presidente falou ao final. Portanto, terça-feira, no final do dia, acho que seria algo que não comprometeria o que se informou aos Deputados e ajuda em boa parte.

E mais, Sr. Presidente: deixei claro que o PSDB, ao insistir que se mantenha aquilo que V.Exa. anunciou e que o Presidente da Comissão anunciou ontem, faz um compromisso claro que envidará todos os esforços para, num ambiente de acordo, superar os prazos regimentais e dar ao País um Orçamento.

Não há de nossa parte nenhuma intenção de criar dificuldades ao País. Estaremos prontos para ter uma atitude republicana.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O PMDB da Câmara também se solidariza com o Presidente da Casa, com todo o respeito pela grande gestão que S.Exa. tem feito à frente desta Casa Legislativa, e solidariza-se também com todos os Deputados que votam o orçamento impositivo.

O PMDB concorda com o Presidente da Casa.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - O PPS também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Um momento, por favor!

O relato do Presidente Henrique Alves vai ao encontro *ipsis litteris* do que eu havia feito antes. É certo que S.Exa. havia ligado para mim; e eu havia feito o compromisso de que aprovaria a proposta nesta Comissão, com uma reunião de Líderes. Convoquei a reunião de Líderes para hoje cedo, mas houve a manifestação contrária do PT.

Eu acho que a forma mais inteligente, agora, de conduzirmos isso é, como ouvimos o posicionamento do Presidente Henrique Eduardo Alves e a manifestação contrária veio do Senador Walter Pinheiro, representando o partido do PT e o Governo, passar a palavra, apesar dos inscritos, ao Senador Walter Pinheiro, para que, dentro da visão do Presidente de haver um grande acordo político — porque esta é uma Casa política; e é verdadeiro isso —, possamos achar tecnicamente uma saída que se coadune com as duas posições, tanto a do Senador quanto a do Presidente.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Bom, primeiro, Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exa. que o espírito nos move é no sentido de buscar a solução.

Neste momento, Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara, acho que é fundamental o diálogo de V.Exa. com o Presidente do Senado, porque falo também aqui, inclusive, depois de ter conversado com ele hoje pela manhã, no sentido da manutenção do prazo de emenda e...

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Henrique Eduardo Alves) - Senador Walter, eu conversei com ele antes de vir para cá. O Senador Renan está de acordo.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Acabei de falar com ele agora, quando V.Exa. encerrou.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Henrique Eduardo Alves) - Então, nós falamos ao mesmo tempo praticamente.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Então, eu acho que é importante...

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Henrique Eduardo Alves) - Ele me disse que está disposto a qualquer colaboração que venha...

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Pois é. Quando V.Exa. encerrou, eu voltei a consultar o Presidente do Senado, independente da questão partidária, portanto, nesse sentido. E nós estamos tentando mediar. Acho que a gente pode esticar o dia de hoje.

A proposta que nós discutimos no Senado, para buscar a mediação era no sentido da manutenção do prazo, para não ocorrer nenhum tipo de interrupção, até para podermos também, meu caro Presidente, buscar contribuir para que a gente demova da ideia um partido que, na Câmara, usando das prerrogativas regimentais, fez com que uma das propostas — como V.Exa. disse muito bem — construídas com todas as mãos e que dizia respeito à questão do orçamento impositivo, com a inclusão, até mesmo, dos recursos para a saúde, não fosse adiante. Portanto, devemos solicitar que, num momento desse, a proposta seja retirada, fazendo contraponto através da questão orçamentária, que é o que V.Exa. reconheceu, inclusive, como um atropelo a um processo de negociação — e de uma boa negociação.

Acho que isso é o importante. Quer dizer, é lícito que cada Parlamentar aqui possa fazer suas emendas, a partir inclusive da utilização de todos os espaços e até de todas as ferramentas regimentais. Mas todos nós sabemos que uma admissibilidade, meu caro Presidente, não pode abrigar uma matéria de conteúdo dessa natureza.

Então, o que nós propusemos foi: como V.Exa. convocou uma reunião para terça-feira, a gente manteria o prazo e assumiria o compromisso aqui, perante a Comissão, em se chegando ao entendimento ou não, na reunião de terça-feira do Congresso Nacional, nós convocaríamos a reunião da Comissão do Orçamento para terça à noite e, portanto, ainda na terça à noite produziríamos o entendimento.

Caso o resultado seja o de a gente não conseguir votar a peça orçamentária, nós vamos ter que encontrar um outro caminho. Até como disse muito bem V.Exa., vamos perder a oportunidade de perenizar uma das grandes conquistas que eu quero ressaltar aqui, porque foi feita a partir desta Casa, inclusive num empenho pessoal de V.Exa., para a gente consagrar essa ação no Orçamento. A PEC não é nada mais nada menos do que a perenização dessa ação.

A proposta que o Deputado Danilo abrigou na LDO foi exatamente para cumprir esse período, essa lacuna, para permitir que a gente pudesse fazer o emendamento na peça orçamentária. Mas isso vale exclusivamente para o Orçamento de 2014, mesmo assim se conseguirmos manter, com a própria estrutura de Governo, a possibilidade de não veto nessa matéria, já que a proposta apresentada pelo Deputado Danilo tem um problema, qual seja a de que ela não pôde adentrar na questão dos recursos da saúde. Consequentemente, ficou mitigada a proposta construída com todas as mãos pelas duas Casas.

Então, quero reafirmar a V.Exa. que o nosso espírito é de colaboração. Portanto, manteríamos o prazo de hoje, flexibilizando a entrega dos formulários e, ao mesmo tempo, deixaríamos marcada a data para o processo de reavaliação para a terça-feira. Em se chegando, meu caro Presidente, a uma situação de acordo; acordo se fará.

Portanto, todos os Srs. e Sras. Parlamentares teriam a oportunidade de fazer ou a retificação ou a ratificação, na peça orçamentária, das emendas apresentadas, tanto as emendas individuais, quanto as emendas de bancada.

Essa seria uma mediação, meu caro Presidente Henrique Alves, até que a gente tenha oportunidade de dialogar com o outro lado, com quem ficou contra o orçamento

impositivo, para dizer-lhes também o seguinte: "Olha, você vai paralisar completamente tudo, ou seja, além de nos derrotar no orçamento impositivo, derrota-nos ainda na questão da peça orçamentária".

Então, devemos abrir o diálogo com esse setor na terça-feira e dizer-lhe: *"Olha, a atitude de vocês na terça-feira pode botar em risco todos os Parlamentares; pode prejudicar o que seria, inclusive, o desempenho, do ponto de vista da utilização das emendas, de todos os Parlamentares".*

Essa seria uma forma de a gente conduzir.

Então, eu quero manter a proposta, dialogando com V.Exa. aqui e como o meu Presidente lá no Senado, no sentido de hoje manter o prazo e de flexibilizar a entrega, com os formulários chegando até via fax. E já fica determinado aqui que terça-feira à noite a gente faz a reavaliação desse processo. E, portanto, daremos o encaminhamento terça-feira à noite, já com o resultado da reunião que V.Exa. vai fazer na terça-feira. E se essa reunião for uma reunião que caminhe para um processo de acordo na PEC, tranquilamente a gente reabre o prazo. Se não for para o atendimento à PEC, a gente pode, inclusive, permitir a retificação dos Srs. e Sras. Parlamentares nas suas emendas. Portanto, não prejudicaria. E a gente não cometeria, Presidente, dois atropelos — e V.Exa. citou um deles. Um atropelo foi usar a admissibilidade para fazer a mudança na PEC; agora, alguém que usou esse argumento lá na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania transferiu esse argumento para fazer um outro atropelo na nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra para o Presidente Henrique Eduardo Alves.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Henrique Eduardo Alves) - Só para esclarecer.

Há uma dificuldade de ordem prática, de ordem técnica: não haveria retificação nem ratificação possíveis, porque as emendas não foram apresentadas. Se elas tivessem sido apresentadas, poderíamos fazer a retificação ou a ratificação na terça à

noite. Mas não poderá haver nem uma coisa nem outra, porque as emendas não foram apresentadas, diante da notícia do adiamento.

O que eu proponho como conciliação é: em vez de ser quarta-feira à noite, passaria a ser terça-feira às 18 horas. Anteciparíamos 24 horas num esforço de colaboração, porque esse risco eu não posso assumir pelos Srs. Deputados que amanhã serão apenados. Eu não posso assumir essa responsabilidade.

Então, a nossa proposta é antecipar para terça feira, às 17 horas ou às 18 horas. Acho que é uma coisa mais razoável.

Fica aqui a proposta, em razão de impossibilidade técnica.

(Não identificado) - Presidente Lobão, pelo PDT. Eu só gostaria...

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Eu só gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só um minuto. Pela ordem aqui, por uma questão de ordem, apesar de o assunto estar entre quem propõe e quem está criando...

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Eu só quero ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) -...o embaraço, vou ouvir excepcionalmente V.Exa., por uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Está.

Senador Walter Pinheiro, a questão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania nós não podemos trazer para este fórum de debate aqui. É uma decisão da Casa. Vamos focar aqui no caso do Orçamento.

Eu entendo o seguinte: não é necessário fazermos qualquer documento para endossar, pois acho que o acordo está acima de tudo. E pelo que eu senti ontem, na reunião do Colégio de Líderes, nós só temos que vencer uma etapa. E qual é? É o DEM, através do Deputado Ronaldo Caiado. Porque nós tivemos parte do DEM de acordo; a posição pessoal do Deputado e a posição do PSDB, que foi bem claro com relação ao apoiamento.

E nós estamos conscientes de que, para conseguirmos o orçamento impositivo nesta Casa, vamos ter que pagar um preço. E qual é o preço? Os 50% na saúde, que é uma questão de mérito, que foi discutida e aprovada.

Então, eu acho, Senador Walter Pinheiro...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Não, ele está conversando ali. Ele está buscando um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Ele está buscando o entendimento. Está correto.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Está correto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está namorando. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - É. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Não. Espera. Deixe-o buscar o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vamos aguardar. De repente sai uma solução aqui.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - É.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, enquanto ele está ao telefone, eu queria trocar uma ideia com V.Exa. e todos os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pode falar, Deputado Weverton Rocha.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Na sugestão colocada aqui pelo Senador Walter Pinheiro, Presidente Henrique, o prazo não é até hoje, é até amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, é até hoje e eu poderia prorrogá-lo até amanhã.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Regimentalmente, até amanhã, então.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Isso. Independente do Colégio de Líderes.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Eu estou colocando aqui o seguinte: no sentido de saber se todo mundo aqui vai se unir para resolver ainda este ano. Esse prazo até amanhã é no sistema. Se a gente tiver garantido que o formato é esse, de 50% para a saúde, eu vou para o Maranhão daqui a pouco, e lá do meu Estado eu vou autorizar o meu gabinete a lançar no sistema, porque segunda ou terça-feira vou ter que entregar meu formulário. Eu não estou fazendo aqui a divisão do recurso de um Ministério todo para mim. É uma emenda pequena que não dá para nada.

Esse embaraço todo está criado. E, como foi falado, o nosso fórum é lá na Comissão de Constituição e Justiça, mas eu preciso registrar aqui para o Presidente e fazer uma crítica, porque sou da base do Governo, e ontem eu falei. O Deputado Danilo Forte ficou sozinho lá. Depois de toda a confusão feita, foram tentar resolver. Porque não era para a gente deixar acontecer aquilo ali. Foi totalmente desarticulado.

Eu não entendo, às vezes, como este Governo se diz tão grande dentro desta Casa e deixa acontecer um problema primário desse. E agora a gente está aqui batendo cabeça com o Congresso. Mas, aconteceu o problema? A gente tem como fazer uma força-tarefa para até amanhã lançar no sistema e segunda e terça entregar o formulário. Senão o ano que vem não existirá. Serão 3 meses úteis e o resto não existirá. Vocês sabem disso.

Para terminar, se não houver orçamento, não houver emenda, eu só estou falando aqui para os nossos Prefeitos, porque para mim a ação política não é para o meu umbigo. Primeiro que eu nunca tive, eu entrei agora. Então, estou acostumado a trabalhar sem isso.

A minha preocupação é com os Prefeitos. Estou aqui com o ex-Deputado Edivaldo Holanda Júnior, Prefeito de São Luís do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Quero registrar a presença do Deputado Edivaldo Holanda Júnior, Prefeito de São Luís do Maranhão.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Estou preocupado com um monte de problemas que o Brasil está vivendo, e a gente vai parar o País por não ter orçamento. É muito grave esta situação.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, Deputado Colbert.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Senador Lobão, eu gostaria de ponderar — e agradeço a V.Exa. permitir que eu fale, sou Vice-Líder do partido na Câmara, não participo neste momento da CMO — que quem fez a proposta de adiamento foi o Presidente da Câmara dos Deputados. Quem está sentado à mesa não é o Deputado Henrique Eduardo Alves, é o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente da nossa instituição.

Acho que a proposta feita por S.Exa. — e eu participei da reunião ontem — foi para tentar resolver a situação. Empenha-se a palavra do Presidente e, neste momento, eu estou entendendo que pode uma decisão contrária à proposta de S.Exa. atingi-lo diretamente, até porque S.Exa. também é responsável por isso.

Vejo que o Governo, agora, tem que ter o entendimento de que um dos seus aliados mais fortes que há nesta Casa é o seu Presidente. Quem senta nesta cadeira é o Presidente da instituição e não simplesmente o Deputado Henrique Eduardo Alves.

Neste momento a proposta feita pelo Deputado Henrique, e anunciada publicamente ontem... Eu estava com o Senador Walter ontem, o coordenador da nossa bancada está na Bahia, não está mais aqui para...

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - V.Exa. deve ter ouvido quando eu disse: *"Vai ter reunião amanhã de manhã".*

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Exatamente.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Não teve decisão sobre adiamento. Correto?

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - V.Exa. foi correto.

O nosso coordenador está na Bahia, em decorrência disso. Já não está aqui para poder fazer as assinaturas necessárias.

Quero concluir dizendo que o respeito à proposta do Presidente da Câmara dos Deputados Henrique Eduardo Alves, no meu entendimento, no Governo, é o que tem que acontecer para preservá-lo. Caso contrário, nós estaremos atingindo inclusive a autoridade do Presidente Henrique Eduardo Alves.

Muito obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Colbert.

Eu deixei alguns Deputados falarem pela ordem para dar tempo de haver aqui um acordo. Nós chegamos a um pequeno início de acordo. Ficou decidido aqui que vou suspender a reunião por 1 hora, nós vamos nos encaminhar até o Presidente Renan Calheiros...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Para 1 hora, Sr. Presidente? É muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, para daqui a 1 hora, não para 1 hora da tarde.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Não, 1 hora eu estou dizendo que é muito tempo. E os Deputados da Casa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Senador Walter Pinheiro pediu para o início da tarde.

De qualquer forma, nós vamos agora com o Presidente da Câmara ao Presidente do Senado, e acho que a conversa lá não deve demorar 1 hora. Então, vamos transferir para daqui a 30 minutos. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Henrique Eduardo Alves) - Quero dar apenas uma contribuição.

A tomada de qualquer decisão contrária será um tiro no pé, porque, de repente, não dará quórum na Câmara. Eu não vou convencer os Deputados que forem — entre

aspas — “enganados”, porque eles vão reagir não dando quórum para se votar nem LDO, nem Orçamento, nem nada. Então, não adianta. Vamos ser realistas.

(Não identificado) - É isso mesmo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Henrique Eduardo Alves) - Se a Câmara não for respeitada naquilo que foi acordado entre mim e o Presidente da Comissão de Orçamento, simplesmente a reação da Câmara, terei que compreender, é não dar quórum, e aí inviabiliza tudo.

Então, quero alertá-los para essa dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só um segundo.

Nós vamos nos dirigir agora ao Presidente do Senado para fechar esse acordo do PT e resolver isso definitivamente.

A reunião está convocada para as 11 horas.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está reaberta esta reunião da Comissão Mista de Planos e Orçamentos.

Nós tivemos agora com os dois Presidentes, da Câmara e do Senado, e ficou decidido pelos dois Presidentes que a decisão será desta Comissão, respeitado o Regimento.

Como não há unanimidade entre os Líderes partidários, ficou determinado que a quebra do Regimento não será possível. Portanto, esta Comissão não poderá transpor para quarta-feira o limite do prazo de emendas.

Em contrapartida, é da minha alçada — eu tenho o poder para tanto, de dentro do Regimento — ampliar a data de apresentação das emendas de hoje, que vence hoje, às 18h30min, para amanhã, às 18h30min, permitindo, portanto, aos Deputados que apresentem suas emendas. E sugiro aos Deputados que o façam também pelo sistema. E peço a esta Secretaria que comunique a todos os Deputados e Senadores que apresentem suas emendas através do sistema, através dos seus gabinetes, que hoje

estão funcionando, inclusive até amanhã, e que esta Secretaria receba por *fax* os devidos formulários na segunda-feira, e as bancadas também.

Na terça-feira, eu estou convocando uma reunião para as 18 horas, já tendo sido resolvido, acredito, todo impasse criado dentro da Câmara dos Deputados em relação ao orçamento impositivo, para que esta Comissão possa deliberar e decidir sobre aumento ou não de prazo.

Então, fica convocada para as 18h30min a reunião desta Comissão.

Eu passo a palavra agora ao Deputado Danilo Forte, para que ele possa se manifestar em relação à reunião que participou.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Quero me inscrever como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Logo após a palavra do Deputado Danilo...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pode inverter.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, invertido. Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado, como Líder.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Vou respeitar o Líder das oposições, Deputado Caiado, que tem colocado esta Casa em muita efervescência.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós precisamos esclarecer aqui alguns pontos que estão sendo colocados e que não são verídicos.

Em primeiro lugar, precisamos deixar claro, para que todos desta Comissão saibam, que, quando o Deputado Henrique Eduardo Alves propôs a apresentação do orçamento impositivo, as emendas individuais dos Deputados jamais foi discutida em plenário. E eu desafio aqui o PT e a base do Governo a dizerem que, em alguma hora, haveria vinculação transferida, para a Constituição brasileira, de patamares de financiamento da saúde. Então, vamos resgatar a verdade. A verdade é esta: nós

aprovamos aqui um projeto de emenda constitucional específico para emendas individuais dos Deputados Federais.

Agora, se o Senado Federal achar que tem o direito de, por trás de uma emenda constitucional como essa, assaltar a saúde da população brasileira — repito: assaltar a saúde da população brasileira —, ir contra a um projeto de iniciativa popular de 2 milhões e 400 mil assinaturas, cujo Relator é do PMDB, o Deputado Osmar Terra; se o Senado Federal achar que pode incluir um texto que nunca existiu acordo para ele; e, por várias vezes, eu pedi a participação do Henrique Eduardo Alves para que fosse ao Senado e não contaminassem essa proposta de emenda de orçamento impositivo — ela vem do Senado com o maior golpe que pode ser dado na saúde da população brasileira, é isso que tem que ficar bem claro, eu pergunto: qual é o Deputado aqui que vai ter coragem de dizer *"Eu defendi meus 12 mil reais de emendas individuais, eu vou poder liberar 12 mil reais e já fixei que a saúde, por norma constitucional agora, vai chegar a um máximo de 2,6 bilhões a mais",* no momento em que nós temos milhões de pessoas morrendo neste País e sendo desatendidas por falta de orçamento?

Que Parlamento é este que tem coragem de aprovar uma emenda constitucional para se autobeneficiar em detrimento da saúde da população brasileira? Que Parlamento é este? Qual é a credibilidade que tem um Deputado Federal para dizer: "*Eu quero meus 12 milhões de emendas, e a saúde que se lixe!*". Isso é um desrespeito! Não abro mão da prerrogativa. O Sr. Eduardo Cunha sabe que a Comissão de Constituição e Justiça tem o direito, sim, de poder desmembrar a emenda constitucional, porque ela não foi tratada na Câmara dos Deputados. A Câmara dos Deputados não é apêndice do Senado Federal. O Senado Federal que resolva os problemas deles, nós resolveremos os nossos. É inaceitável, inadmissível essa campanha que está sendo feita, que eu estaria contra a emenda individual, sendo que se paga aos Deputados. Isso é uma mentira! Isso é um gesto covarde de quem quer hoje tripudiar em cima da saúde da população brasileira e de quem não quer deixar que a gente atenda à reivindicação de 2 milhões e 400 mil brasileiros, que querem 10%.

Dez por cento — para explicar aos Srs. Parlamentares — é igual 18,75% da renda líquida. Vocês sabem o que colocaram na proposta que veio do Senado? 13,2%, chegando a 15% da renda líquida daqui a 5 anos. Esse é o maior golpe que está sendo dado na saúde! Eu digo aos Deputados aqui que, à hora em que chegarmos à campanha eleitoral, a Presidente vai dizer: "*Não posso botar mais nada para a saúde, sabem por quê? Porque os Deputados e Senadores definiram esse patamar aqui para a saúde. Vocês vão reclamar com os Deputados. Eles, para liberarem as suas próprias emendas, estipularam que a saúde vai morrer asfixiada e que as pessoas vão morrer nas filas e nos corredores dos hospitais*". Essa é a realidade!

Eu quero saber: que farsa é essa que fará com que as pessoas venham rotular o Democratas, ou o Deputado Ronaldo Caiado, contra a aprovação do Orçamento? Fiz a proposta em plenário ontem. Por que não aceitam? Vamos votar as 2 PECs. Abrimos mão da Comissão Especial dos 10 dias. Votamos a PEC do orçamento impositivo e votaremos a PEC do financiamento da saúde. Vamos votar as duas? Não, a base do Governo não quer. O PT não quer. Não quer por quê? Porque quer fraudar o orçamento da saúde e quer jogar nas costas de Deputados e Senadores a responsabilidade pelo caos da saúde no País.

Eu encerro, Sr. Presidente, dizendo que — se for aqui golpeado pelo Presidente da Casa, se ele acolher a questão de ordem do Eduardo Cunha, que não procede e não tem sustentação, e se for golpeado e ele cancelar a decisão da Comissão de Constituição e Justiça — eu, na Comissão Especial, vou exigir o cumprimento dos 10 dias, aconteça o que acontecer! Entre emendas individuais e a defesa da saúde da população brasileira, eu vou guerrear até o último minuto para defender o orçamento da saúde nesta Casa. Não acho digno que Parlamentares se preocupem com os seus interesses pessoais, em detrimento do caos instalado hoje na saúde deste País.

O Senado Federal não tinha direito de embutir matéria estranha ao texto. Nada tem a ver orçamento impositivo com financiamento da saúde — são temas totalmente equidistantes. É golpe! É golpe mandado pelo Executivo! E nós não estamos aqui para

sermos tutelados pelo Executivo e muito menos pelo Senado Federal. Essa é a posição do Democratas. Se o PT não quiser abrir prazo, é problema do PT. Nós vamos continuar nessa trincheira de luta e vamos com todas as nossas prerrogativas regimentais, mesmo sendo golpeados pelo Presidente da Casa, nós continuaremos com as nossas prerrogativas da Comissão Especial. E se quiserem um jogo honesto, que tenham a coragem, então, de o Governo aprovar a PEC do financiamento da saúde e ponha lá os Deputados Federais para aprovarem 13,2% para a saúde. Vamos ver se ele tem essa coragem toda! Eles querem vincular os temas, porque sabem que não tem como aprovar uma excrescência dessa. Então, vendem para o pobre do Deputado 12 milhões de emendas e jogam ele contra a sociedade brasileira.

O Governo está mal: 78% desaprovam o Governo Dilma e ela quer repassar os 78% como sendo responsabilidade do Congresso Nacional.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, o tempo de Líder que tive. Vim aqui para reforçar a minha posição e dizer que não abro mão dela e, como Líder do Democratas, vou vocalizar e levar ao conhecimento da população brasileira esse escândalo, essa armadilha, esse golpe que está sendo montado na Casa para tentar, sem dúvida nenhuma, penalizar a saúde da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senhores, eu quero registrar a minha posição não como Presidente desta Comissão, mas como Senador da República e como membro do PMDB. Eu divirjo radicalmente da posição do Deputado Ronaldo Caiado e quero explicar o porquê.

Primeiro, o Senado não anda a reboque da Câmara dos Deputados. Nós não somos subordinados aos Deputados, temos a nossa independência e, diferente do que disse o Deputado Ronaldo Caiado, temos, sim, a liberdade de alterarmos, complementarmos, suplementarmos, fazermos o que o Senado decidir fazer com relação a qualquer matéria que saia da Câmara para o Senado. Então, é nossa prerrogativa e nosso direito.

Segundo, o Senado, de forma democrática, alterou, botando 50% para a saúde, das emendas parlamentares, inclusive, uma emenda de autoria de Senador do meu partido, meu Líder, inclusive, Senador Nilson Oliveira, nas seguintes condições: de forma muito madura o Senado chamou à negociação a Câmara dos Deputados. Essa negociação ocorreu dentro do gabinete do Presidente Renan Calheiros, junto com o Presidente da Câmara dos Deputados e quase todos os Líderes, senão todos eles, da Câmara dos Deputados. Foi acordado...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Mas quase todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu estou terminando de falar.

Sim. Então, que sejam quase todos, com exceção do Deputado Ronaldo Caiado.

Foi acordada, inclusive com a presença do Governo, a ampliação do limite de receitas correntes, de 1% para 1,2%, justamente para compensar que os Deputados colocassem 50% das suas emendas para a saúde. Isso não altera a meta orçamentária legal do Governo de investir na saúde, apenas aumenta os recursos da saúde, portanto, ajudando esse sofrido setor brasileiro que é a saúde.

Então, o Senado agiu corretamente ouvindo a Câmara, conforme o acordo de todos os Líderes. Isso foi resolvido e fechado no Senado. Mas chegou aqui à Câmara, e para que isso ocorra dentro dos prazos, é preciso que haja a unanimidade dos partidos para que possa ser quebrado o interstício de 10 sessões na discussão do orçamento impositivo.

O Democratas se posicionou contra todos os outros partidos desta Casa, da Câmara dos Deputados Federal.

Então, o Senado, depois da reunião de hoje, dita pelo meu Presidente Renan Calheiros, não se mete na questão da Câmara. Ela tem a sua independência para resolver os seus problemas, o problema que a própria Câmara criou no orçamento impositivo. O Senado nada tem a ver com isso. Esta Comissão está pagando o preço pelo problema criado dentro da Câmara dos Deputados em relação ao orçamento impositivo. Se há hoje um vácuo que não diz ao Deputado o que fazer com sua emenda,

se ele bota ou não 50% para a saúde, isso não é responsabilidade do Senado Federal. Foi um problema criado pelo Democratas, ontem, e por alguns Deputados do PT, ontem, na CCJ da Câmara dos Deputados.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito bem. Então, esta é a situação hoje do que está acontecendo.

Eu vou passar a palavra, pela ordem, ao Deputado Danilo Forte, depois, ao Senador Walter Pinheiro e ao Deputado Weverton Rocha para que a gente possa aqui deliberar.

Vou passar a palavra a V.Exa. a seguir, se desejar. Logo após, vou deliberar o que a Presidência desta Comissão decidiu.

Os dois Presidentes da Câmara dos Deputados, apesar de discutirem durante grande parte da manhã, não chegaram a um consenso. Não chegando a um consenso, esta Presidência vai decidir por sua autonomia.

Passo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, eu quero deixar claro que ontem na Comissão de Constituição e Justiça, onde foi gerado o impasse, não houve nenhuma mobilização com relação à articulação política da base do Governo. E, quando nós fomos informados, lá na liderança do PMDB, sobre o processo de votação e como estava sendo feita a votação, eu e o Deputado Edio Lopes, nos encaminhamos exatamente para a CCJ para colocar lá, com altivez e com convicção, o acordo que tinha sido celebrado entre os partidos da base do Governo, no encaminhamento da resolução da PEC do Orçamento Impositivo no Senado, do qual participou o Senador José Agripino Maia, que estava presente conosco. E, na volta para a Câmara, foi gerado esse impasse ontem na CCJ.

O nosso Presidente, Senador Lobão, tem toda a razão, quando diz que nós estamos pagando um preço por um impasse que não foi gerado por nós. Mas a realidade existe e a gente tem que buscar, dentro de uma Casa política, no caso a

Legislativa, uma solução política para o problema. É natural, e o Deputado Caiado tem todo o direito, como Líder da Oposição, com o vigor e a contundência com que tem as suas convicções, de fazer o seu discurso, de fazer a sua pregação, de fazer o seu entendimento, nós temos também todo o direito de discordar parcial ou totalmente do seu entendimento, mas o que nos preserva é a postura que o PMDB sempre teve nesta Casa de fazer e cumprir os acordos de votação. O PMDB tem-se pautado por isso.

Diante dessa situação que foi gerada e do impasse que foi colocado, nós temos uma regra. A regra está ditada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, que, num esforço que nós fizemos muito grande — e agradeço à Comissão e a todos os Líderes partidários, inclusive ao Líder Ronaldo Caiado —, conseguimos votar lá na Comissão — o Deputado Claudio Cajado foi nosso grande parceiro nisso —, conseguimos votar lá no plenário, até para dar lastro do ponto de vista político e operacional a que nós tivéssemos essa grande vitória de autonomia do Poder Legislativo em relação ao Poder Executivo, relativa ao orçamento impositivo.

Eu acho o orçamento impositivo uma vitória do Poder Legislativo, que é uma luta que vem desde o Império, desde quando o Brasil era regido pelo sistema imperial, D. Pedro I, quando fez a primeira Assembleia Constituinte, em 1824, já lutava por um orçamento impositivo.

Mas os fatos estão colocados. Infelizmente, o desejo dos homens muitas vezes é diferente dos regimentos e das vontades estabelecidas nas leis e nos comportamentos. Então, nós tentamos neste momento fazer com que os Deputados não se sintam prejudicados. Mesmo eu tendo sido o Relator da LDO, mesmo eu tendo desprendido energia, tempo, trabalho, dedicação, com todos os colegas desta Comissão, para fazermos uma LDO, que é a LDO mais avançada que foi feita por esta Casa, que contou com a concordância e com a conveniência do Governo, nós conseguimos votá-la. E agradeço à Ministra Miriam Belchior o compromisso que teve conosco na elaboração da LDO, no processo de não criar embaraço para a votação, sempre buscando a articulação e o diálogo entre o desejo do Legislativo e do Executivo, que é o executor do

Orçamento, que é quem responde junto aos órgãos de controle, aos Tribunais de Conta, ao Ministério Público, a responsabilidade de conduzir a gestão orçamentária do País.

Então, regramento há, porque, inclusive, o Relator da LOA, o nosso Deputado Miguel Corrêa, de Minas Gerais, atendeu a todos os encaminhamentos que estavam na LDO com relação à Lei Orçamentária, que é a lei fiscal, que é a lei contábil, que é a lei que coloca os números nas diretrizes orçamentárias previamente aprovadas.

Foi gerado um impasse. Diante desse impasse, a Casa simplesmente se viu num momento de dúvida, de incerteza, e alguns, inclusive, como o Deputado Cajado, que tem a compreensão que não deve colocar parte do seu orçamento para a saúde... Então, diante desse fato, nós temos um nó que precisa ser desatado, porque se prevalecer o entendimento no prosseguimento da PEC, haverá uma concordância natural com o encaminhamento que está sendo dado de 50% das emendas para a saúde e 50% livres com relação aos demais Ministérios. E haverá também a manutenção do compromisso do 1,2% da receita corrente líquida com relação a esses investimentos, senão há também uma pressão de setores do Governo de não cumprir o acordo da PEC do Orçamento Impositivo, inclusive preanunciando o veto ao artigo da LDO que prevê isso.

Nós temos que ter consciência do momento político que estamos vivendo. E é por isso que ontem, na reunião que houve do Presidente com todos os Líderes de todos os partidos, da Minoria e do Governo, na Câmara dos Deputados, o Deputado Henrique Eduardo Alves foi muito claro: *"Precisamos de um tempo para maturar o assunto".* Ele tratou com total lisura esse processo, pediu a todos os Líderes que tivessem a compreensão do momento que estamos vivendo.

Alguns Líderes que de manhã tinham encaminhado na CCJ a votação contrariamente à PEC da forma como veio do Senado fizeram a revisão de suas posições, a ponto de, na reunião dos Líderes com o Deputado Henrique, já exalar outro procedimento — alguns partidos, inclusive da Oposição —, para que a Câmara não perdesse essa oportunidade de votar o orçamento impositivo.

Diante dos fatos, inclusive por uma proposição do Deputado Caiado, que lá estava presente, não foi fechada nenhuma posição de atropelo. Muito pelo contrário, a posição fechada foi de busca da construção do diálogo, e foi prorrogada para terça-feira da semana que vem novamente uma reunião com todos os Líderes e com o Presidente Henrique para saber qual o procedimento que a Casa, a Câmara dos Deputados, tomará com relação a esse impasse gerado na CCJ.

Não ficou nada definido, inclusive o Deputado Eduardo Cunha, Líder do meu partido, apresentou uma proposição, que poderia apresentar um recurso, mas é lógico que o entendimento dos Líderes será superior à vontade que ele teve naquele momento de fazer um recurso interpelando a questão da admissibilidade e do mérito na CCJ.

Diante desses fatos, na CMO — aqui é uma Casa política —, a maior Comissão do Congresso Nacional, Comissão Mista que tem uma preocupação importante diante de um momento fático, nós temos um prazo para votar esse Orçamento. É importante que a bancada do PT compreenda que esse prazo hoje também é importante para o Governo. O caos da não votação com o acordo que foi feito na votação da LDO impede o Governo de colocar nas despesas ressalvadas para o ano que vem as obras inacabadas, inclusive do PAC, e alguns programas que são importantes para o Governo, atendendo a uma solicitação do DEM nesta Comissão para acordar a votação, diante do fato também de que nós temos aqui o PLN 13, de 2013, que requer uma revisão das metas feitas pelo PPA no momento em que o País precisa de tranquilidade e segurança na área financeira para tocar os seus investimentos, para manter equilibrada a política fiscal do Governo diante das ameaças de inflação, diante da ameaça — ameaça, não, agora é real — de aumento da taxa de juros, que aumentou ontem para 10%, voltou aos dois dígitos, diante da insegurança das metas de crescimento do País.

Novamente aqui eu quero deixar claro que isso prejudica principalmente o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A Ministra Miriam Belchior vai ter que responder pessoalmente em relação a essa questão porque ela é responsável pela prestação das contas públicas em nosso País, e eu não quero vê-la constrangida a ter

que responder a isso através dos órgãos de controle e dos Tribunais de Contas. Eu acho que a gente poderia fazer um consenso. E o consenso apresentado aqui pelo Deputado Henrique Eduardo Alves nos coloca numa posição de defesa da Câmara, numa posição de defesa dos colegas Parlamentares que estão esperando essa decisão do Colégio de Líderes com o Presidente, que não cria ressentimentos, mágoas, raivas, ódios, em relação a não terem sido contemplados nas suas emendas na apresentação real, não constrange o nosso Presidente da Comissão a ter que cumprir ou desejar fazer alguma informalidade, que posteriormente poderá ser questionada do ponto de vista ético na condução dos trabalhos. O Presidente tem conduzido com total lisura esta Comissão, democraticamente, ouvindo todo mundo, indo à exaustão no debate, colocando em votação os temas.

Nós do PMDB, coordenado por mim nesta bancada, reafirmamos a proposição apresentada pelo Presidente da Casa, Deputado Henrique Eduardo Alves. Já coloco de antemão que, não obtendo sucesso com relação à prorrogação do prazo, a bancada do PMDB na Comissão vai pedir verificação de quórum e não tomará nenhuma outra deliberação enquanto não for decidido todo o cronograma.

Esta Comissão é acostumada, e está aqui o Deputado Raimundo Gomes de Matos, a votar sábado e domingo, quando é necessário, para concluirmos a votação do Orçamento. Temos um período extra entre os dias 22 e 30. A gente pode votar o relatório definitivo do Deputado Miguel Corrêa nos dias 27, 28 e 29, sem nenhum constrangimento para todos nós, até porque esta é a Comissão que mais trabalha na Casa, e a gente pode fazer a revisão do cronograma ganhando esse prazo para não prejudicar os Deputados ausentes. Depois da informação que foi dada ontem, mesmo com todo o avanço tecnológico de informação que o Brasil tem hoje, a gente pode ter certeza de que alguns Deputados serão prejudicados. O assessor parlamentar sozinho não tem autonomia para fazer o encaminhamento; às vezes, não encontra o Parlamentar. Os Parlamentares, na sua grande maioria, já estão visitando as suas

bases no interior do País. Nós temos regiões extensas territorialmente que não têm Internet, principalmente nas Regiões Centro-Oeste e Norte.

Então, eu acho que a gente poderia aqui, num gesto de grandeza e reconhecimento desta Comissão para com os demais companheiros da Casa Legislativa, prorrogar o prazo até terça-feira, 18 horas, como propôs o Presidente Henrique Eduardo Alves, pelo menos, porque o compromisso dele no plenário foi quarta-feira — mesmo assim ele será questionado — e não haverá nenhuma prejudiciabilidade do ponto de vista político para o andamento. Prejudicados ficaremos, sim, se ficarmos com um Presidente que não pode cumprir um compromisso assumido, inclusive de comum acordo com o Presidente da Comissão Mista de Orçamento. Quando o Presidente Henrique relatou aos Líderes, todos eles estavam presentes. No acordo estava o Deputado José Guimarães, Líder da bancada do PT; no acordo estava o Deputado Arlindo Chinaglia, Líder do Governo na Câmara dos Deputados, que inclusive me ligou hoje de manhã chateado porque realmente não estava sendo cumprido o acordo por parte dos setores do Governo. A gente precisa exatamente dar andamento a essa proposição.

Então, deixo aqui muito clara a posição da bancada do PMDB nesta Casa, a qual eu tenho a responsabilidade e a indicação do meu Líder para liderar nesta Comissão. O PMDB topa o acordo de prorrogação do prazo até terça-feira, às 18 horas, como disse o Deputado Henrique Alves. Em não se fazendo esse acordo, o PMDB pede verificação de quórum e nós vamos redefinir todo o quadro da mobilização da CMO para a votação final do Orçamento.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Eu vou passar a palavra agora ao Deputado Berzoini, depois ao Deputado Caiado como Líder, que pediu a palavra por mais 1 minuto para poder se posicionar, e finalmente ao Senador Walter Pinheiro. Com a palavra o Deputado Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Presidente, eu estava fora da sala e fui informado de que V.Exa. fez uma referência ao PT como um dos responsáveis pela questão da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Alguns Deputados.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Alguns, não. Votamos 12 Deputados, voto unânime na bancada do PT, todos rejeitando a proposta do Deputado Caiado; isso consta no registro, até porque hoje na CCJ é votação eletrônica. Então, a votação foi unânime.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Berzoini, peço desculpas a V.Exa. se cometi esse equívoco. Eu apenas transmiti o posicionamento que o Deputado Danilo Forte havia passado a mim de que ele foi um dos únicos que defendeu e alguns Deputados do PT haviam se posicionado em acordo com a posição do Democratas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou passar-lhe a palavra, Deputado Danilo. Calma.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - É importante que se esclareça, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Se eu interpretei mal, peço desculpas a V.Exa., representando todos os Deputados do PT, a quem eu injustamente fiz a referência negativa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O que foi colocado na reunião é bom que fique claro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, eu gostaria que o Deputado Danilo Forte esclarecesse.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Vou falar para não ter problemas. Foi colocado o seguinte: que, quando nós fomos avisados e nós chegamos à Comissão, o Deputado João Paulo Lima, do PT do Recife, estava com posição contrária à votação,

até porque ele fez um discurso contra o orçamento impositivo — o Deputado Guimarães inclusive foi para lá —, e o PT e o PMDB, até então, e o Líder do Governo na Comissão, que era o Deputado Osmar Serraglio que estava respondendo pelo Governo, estavam encaminhando obstrução, e a partir daí foi que nós começamos a encaminhar contra a proposição apresentada pelo Deputado Ronaldo Caiado. Essa é a verdade dos fatos. Aqui quero deixar muito claro: dos 22 votos, só a bancada do PMDB e a do PT votaram contra a proposição — e o voto isolado do Deputado Weverton. Os demais partidos da base aliada naquele momento na Comissão se posicionaram contrários, o que foi revertido na reunião dos Líderes com o Deputado Henrique Eduardo Alves. Não é isso, Deputado Berzoini?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Nesse sentido, Presidente, então o PT votou integralmente contrário ao requerimento do Deputado Caiado, por entender que foi construído um acordo político no Senado entre partidos políticos, não apenas entre Senadores, mas entre partidos políticos, para viabilizar — da Câmara e do Senado — um processo que começou aqui na Câmara e que a partir dessa mobilização, que resultou de inúmeras negociações na Câmara e no Senado, concluiu o processo do orçamento impositivo, com opiniões divergentes, com opiniões conflitantes, mas uma construção política. E, quando nós fazemos uma construção política, evidentemente se parte do pressuposto de que nós devemos coletivamente honrar o acordo feito.

É óbvio que o Deputado Caiado está numa posição de oposição e tem legitimidade para isso. Lamento que vários partidos da base não tenham dado consequência àquilo que foi feito no Senado pelos partidos da Câmara e do Senado. Então, eu quero registrar: o PT não teve qualquer responsabilidade na aprovação desse requerimento. Eu inclusive quero dizer que é necessário que se discuta com profundidade esse tipo de procedimento. Ainda que se possa ter uma interpretação de abrigo regimental — eu não faço dessa maneira —, esse tipo de movimento acaba por transformar uma PEC aprovada num acordo político no Senado em duas PECs

diferentes que acabam tendo sentidos políticos divergentes em relação àquilo que foi objeto do acordo político.

Quando vem de uma Casa para outra, a PEC dispensa as 171 assinaturas. Na verdade, essa dispensa resulta justamente do entendimento que houve, ou acordo ou Maioria e Minoria, que legitimou a proposta de emenda à Constituição. Ao desmembrar, ela perde essa legitimidade, porque, evidentemente, já não está baseada numa votação, em que cada Senador, ao votar, levou em conta o conjunto da obra, e não cada parte separadamente.

Então, eu, pessoalmente, acho que inclusive é o caso de discutir com profundidade a questão regimental que foi acolhida na CCJ, a partir da informação da assessoria de que há precedente nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Berzoini.

Passo a palavra, para rápidas considerações, ao Deputado Caiado. Com a palavra o Deputado Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, dizer que tenho um carinho e um respeito enorme pelo Deputado Danilo Forte, porque sempre foi muito frontal nas exposições e muito transparente também naquilo que ele pode e no que ele não pode. A minha discussão não é de ordem pessoal. A discussão que eu estou fazendo aqui é de mérito; essa é a discussão principal e que o Governo e a Base do Governo não conseguem responder à sociedade brasileira. É esse o problema.

Primeiro, quero esclarecer a V.Exa., Presidente, que estão mantidos no texto os 50% das emendas dos Deputados para a saúde, mas diferentemente de como os senhores colocaram. Sabe por quê? Porque no Senado os senhores incluíram emendas individuais do orçamento impositivo, mais *royalties,* como sendo o básico da aplicação do Governo na saúde. Os senhores definiram as emendas e os *royalties* para atingir o piso. Aqui, não. Nós estamos exigindo os 50%, mas elas serão a mais do piso. Então, diferente do Senado; o Senado golpeou a saúde. Essa é a verdade.

Segundo ponto: em relação ao problema do que a Câmara construiu, do que o Senado construiu e do que agora a Casa não admite, nós desmembrarmos as duas coisas, sendo que jamais foi acertado financiamento da saúde aqui. Vejam os senhores a incoerência, e chamo à atenção o Deputado Berzoini. Deputado, nós aprovamos aqui o voto aberto, em todas as instâncias — Câmara, Senado, Assembleia Legislativa, Câmara dos Vereadores —, para veto, para autoridade, para Mesa, para tudo. Este é exatamente o parágrafo principal da nossa PEC. V.Exa., como regimentalista, sabe que os demais incisos vieram exatamente reforçando o parágrafo principal, que dizia: a partir de agora o voto é aberto para tudo.

Vejam bem: essa é uma matéria única, voto aberto; ela é única. O que o Senado fez? Veja bem a truculência do Senado. O Senado revogou o parágrafo que diz que o voto é aberto para tudo. E resolveu-se no Senado dizer o seguinte: agora, o voto aberto é só para cassar e para veto; para a Mesa e para a indicação de autoridades, o voto é fechado.

V.Exa. já viu, Deputado Berzoini, algo parecido com isso na sua Casa? Eu já estou no quinto mandato e V.Exa. também. Eu nunca assisti a nada semelhante. Nós já vimos desmembramento na PEC da Previdência, dos Vereadores; em outra PEC também houve desmembramento. Agora o Senado Federal quebra todas as regras, mexe exatamente num tema em que ele é único, e a Câmara diz amém. Nós vamos votar como o Senado deseja.

Agora, quando o Senado arbitrariamente golpeia a saúde brasileira e inclui um tema que não tem nada a ver com orçamento impositivo — são matérias totalmente díspares —, nessa hora o Senado quer pousar de grande cumpridor do Regimento e dizer: *"Não, ou vota como está ou o Senado não autoriza o desmembramento".*

Vejam bem a posição a que nós estamos assistindo hoje para votarmos essa emenda constitucional. Por que o PT não aceita a discussão como ela deve ser feita? Votamos o orçamento impositivo, cancelamos as dez sessões, aprovamos a PEC do financiamento, dispensamos as dez sessões. É matéria nova — V.Exa. é regimentalista,

Deputado Berzoini —, é matéria nova. Essa matéria deveria ter aqui toda a tramitação, não do orçamento impositivo, essa é coincidente. A matéria do financiamento da saúde como PEC é matéria nova. Não há nenhuma matéria como essa tramitando na Casa como emenda constitucional, há como lei complementar. Olhe o crime maior ainda, vincular à Constituição um índice que é criminoso para a saúde brasileira.

Nós abrimos mão de oposição das dez sessões na Comissão Especial, e faço um desafio: vamos votar o financiamento impositivo, uma PEC, e a seguir, imediatamente, votamos o financiamento da saúde. Por que o Senado não aceita? Por que o PT não aceita, se são matérias distintas? E por que nós temos que aceitar do Senado Federal, porque o Senado Federal não admite voto aberto nem para autoridades nem para eleição da Mesa? Aí não tem regra, não tem Regimento, não tem acordo, não tem nada; aí é a vontade soberana do Senado Federal.

Eu estou convencido de que nós Deputados Federais neste momento, até para nos resgatarmos diante da sociedade brasileira, temos que manter uma posição firme e desmascarar aqueles que querem, na farsa de que vão liberar 12 milhões para Deputados, assassinar a saúde neste País.

Então, Sr. Presidente, eu mantenho a posição clara. Quero agradecer a V.Exa. o tempo que me foi dado, em que pude exatamente defender minhas teses, trazer essa posição minha de indignação do quanto a Câmara dos Deputados tem servido de puxadinho para o Executivo e agora de poder acessório do Senado Federal, e dizer que esta Casa tem que realmente resgatar as suas prerrogativas e não pode, nesta hora, com a tese de que houve um acerto com o Governo, vir decidir aqui a prerrogativa, que é nossa, de promulgar uma emenda à Constituição, para a qual nós não temos que tomar bênção de Governo e muito menos do Poder Executivo. É uma ferramenta do Legislativo, e não cabe sanção à Presidente e muito menos veto dela.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Ronaldo Caiado.

Passo a palavra agora ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, primeiro eu quero reafirmar aqui a nossa posição, assumida inclusive durante a votação da LDO, relatada pelo Deputado Danilo Forte, quando arguido no plenário sobre essa questão da emenda constitucional que trata do orçamento impositivo.

Deputado Danilo, V.Exa., que é uma pessoa de boa memória, deve ser testemunha de que eu insistentemente toquei nesse assunto que eu chamo de novo aqui. Se a Câmara dos Deputados aceita ou não aceita a PEC do jeito que está, é um problema da Câmara dos Deputados. Fui peremptório e falei isso no plenário do Congresso Nacional. Essa é uma responsabilidade, é uma prerrogativa dos Deputados Federais, assim como é uma prerrogativa dos Senadores da República, Senador Lobão Filho, decidir da forma que os Senadores avaliam que deve ser. Portanto, sem adjetivar e sem fazer ingerência, cada um responde pelos seus atos na Casa em que atua.

O que nós estamos discutindo aqui agora é Orçamento. Se alguém avalia que não é possível continuar o processo de apreciação de uma matéria porque há discordância e ela interferirá no Orçamento, e essa matéria é a PEC, está na mão da Câmara dos Deputados, e ela é quem vai fazer e dizer o que quer fazer. Então, não cabe a mim cobrar prazo, não cabe a mim cobrar posição, até porque eu fui Deputado e sou Parlamentar. Portanto, tenho a mesma prerrogativa que qualquer Parlamentar aqui de atuar na Casa em que estou. Se eu quero cobrar independência e as minhas prerrogativas na Casa em que atuo, o pressuposto básico é respeitar e entender as prerrogativas dos mandatos da outra Casa em que eles atuam.

Portanto, não é objeto nem de apreciação desta Comissão, para a gente saber se uma Casa está querendo tocar mais na outra, se uma Casa quer inviabilizar a outra, até porque eu acho que esse não é o debate de duas Casas que têm neste patamar aqui, no caso da Comissão de Orçamento, a tarefa de atuar até conjuntamente. Esse é um debate que eu inclusive vivenciei durante quatro mandatos de Deputado Federal aqui,

entendendo e compreendendo o papel de cada um. Eu diria até que é um debate inócuo ficar tentando estabelecer o culpado daqui e o culpado de lá.

Eu quero indagar V.Exa. sobre os procedimentos que cabem a esta Comissão. A deliberação que nós tivemos na noite de terça-feira no Senado Federal acompanhou o voto que saiu desta Casa. Deputado Ricardo Berzoini, assim como na CCJ, o voto foi unânime — unânime, não —, o voto foi da totalidade dos membros da bancada do PT. Senador Lobão Filho, a bancada do Partido dos Trabalhadores votou pelo voto aberto em todas as etapas — em todas as etapas —, e o Senado, os seus membros, resolveu fazer a diferenciação da parte que exclusivamente cabe ao Senado, com minha discordância, mas com total maioria do Plenário do Senado da República.

Portanto, o que indago é qual encaminhamento dará V.Exa., reafirmando aqui, que aí fica muito mais claro ainda, a mesma posição que eu havia anunciado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Como fui citado, eu quero falar.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Eu citei V.Exa. como de boa memória.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O art. 14 não cabe. Ele não citou V.Exa. para agredi-lo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, eu estou ouvindo o Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Não tem problema, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - O Deputado Danilo eu gosto de ouvir, inclusive disse a ele hoje. Acho que o trabalho dele na LDO foi importante para que nós pudéssemos, cumprindo os prazos, apresentar emendas, como as duas Casas haviam definido. Até na ausência da PEC, Deputado Danilo, a regra que V.Exa. colocou na LDO elimina toda e qualquer lacuna.

Nesse mesmo sentido, quero reafirmar que ficou claro que o problema não está no prazo, o problema está na PEC. Reafirmamos essa posição — e agora o faço não só em nome da bancada que represento nesta Comissão, mas também por delegação das outras Lideranças do Senado, que assim me pediram, entre as quais o Presidente do Senado Federal — de que o Senado não concordará com a mudança de prazo. Temos todas as condições para cumprir aqui as regras que foram estabelecidas, apresentar as emendas, e, na próxima terça-feira, conforme a posição que a Câmara dos Deputados assumir, teremos condição de avaliar, enquanto Comissão de Orçamento, qual deve ser o encaminhamento para ratificar ou retificar o que as Sras. e Srs. Parlamentares fizerem em relação às suas emendas.

Portanto, eu gostaria que V.Exa., nessa boa provocação, pudesse nos orientar, até porque eu ainda tenho que voltar ao Senado. A sessão do Senado será aberta às 14 horas, e nós temos ainda dois importantes projetos que devem ser apreciados no plenário do Senado da República hoje à tarde.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Danilo Forte, V.Exa. arguiu o art. 14 e agora faz uma questão de ordem. Certamente não é nada regimental.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É regimental. E o PMDB...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Calma, eu estou falando! Eu vou respeitar a ordem de inscrição. Vou dar a palavra a V.Exa., mas primeiramente ao Deputado Weverton Rocha e, em seguida, ao Relator Miguel Corrêa, porque é importante que a gente o escute. Depois, passarei a palavra a V.Exa. e, finalmente, tomarei a decisão sobre o tema requerido pelo Senador Walter Pinheiro.

Então, com a palavra o Deputado Weverton Rocha.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de dizer que nós estamos aqui num impasse. Lamento que, de forma desnecessária, até no calor das discussões, nós acabemos exagerando um pouco nas palavras quanto ao compromisso de cada Deputado desta Casa, de cada Parlamentar do Senado, na

condução do seu trabalho legislativo, que é a construção e aprovação da peça orçamentária, enfim, o cumprimento de todas as nossas obrigações.

Na verdade, quero lhe fazer encarecidamente um pedido, Deputado Caiado. V.Exa. colocou aqui que, do jeito que está, os Deputados que aprovaram não têm compromisso nenhum com a saúde. Eu confesso que, no mérito, eu fiquei em dúvida ontem lá na CCJ. Não votei com a proposição de V.Exa., mas fiquei em dúvida. Eu tento me espelhar em quem sabe mais, em quem tem mais experiência, e nesta Comissão de Orçamento sempre tentei me espelhar muito na condução do partido de V.Exa., nas posições do Deputado Cajado aqui dentro. Eu me lembro de que várias vezes nós suspendemos reuniões. Por vários meses nós discutimos a forma e as estratégias que foram conduzidas desde a LDO até agora, o relatório final da previsão de receita. Inclusive, na última reunião, nós ficamos aqui até 3 horas e meia da manhã para que pudéssemos cumprir o prazo e fechar o exercício de 2013 dentro do combinado.

Então, foi uma relação totalmente respeitosa. Confesso que ontem, quando discordei do nosso Vice-Líder Rogério, eu disse: *Não estou nem discutindo o mérito, eu estou discutindo a forma como está sendo tratada essa questão, porque já existia um acordo.* Quando o Senado encaminhou à CCJ a questão da impositiva, o Presidente Lobão Filho a trouxe à reunião do Colégio de Líderes, colocou o impasse, suspendeu a reunião e pediu que todos procurássemos uma saída. A saída, em acordo com todos, foi que pudesse a saúde também atender o custeio. Isso tudo foi conversado abertamente. Não foi nada feito embaixo do tapete ou no escuro.

Então, neste momento, eu coloco que nós temos uma preocupação de ordem pragmática, Presidente: o tempo. Como vai ser feito esse novo calendário, caso seja prorrogado? Temos uma segunda preocupação: o Presidente da Casa ontem anunciou em plenário essa prorrogação, e aqui a gente não pode, em momento algum, desmoralizá-lo. E se houver alguma tentativa — eu não acredito — de alguém desmoralizá-lo, nós Deputados não vamos permitir, porque S.Exa. é o representante da Câmara. Agora, nós sabemos que colegas viajaram e já foram dadas algumas saídas,

inclusive regimentais, como a de se abrir o prazo até amanhã para apresentar no sistema. Até quando vai se poder segurar essa questão do papel para chegar aqui em fax, ou o Deputado assinar, para materializar isso lá na Comissão? Quais vão ser as saídas?

No final, a gente procura aqui, no mérito, fazer o debate político — aí, sim — do que a gente vai discutir. Na verdade, o que eu gostaria é de lamentar, porque a gente imaginava, pelo menos no PDT, que tinha sido construído um acordo com todas as mãos, como nós fizemos lá, com todos os partidos.

Nós temos compromisso, sim, com a saúde brasileira e com todas as políticas públicas que têm que ser executadas. Repito, Deputado Ronaldo Caiado: tudo que nós fizemos foi espelhado nas posições de todos os Líderes que deram as suas opiniões dentro desta Comissão. E há um detalhe: tudo foi consensuado, nada foi votado. Tudo foi consensuado e conversado com todos os partidos.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Weverton Rocha.

Passo a palavra ao Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, eu também quero me ater mais à questão processual que nós temos que enfrentar daqui para frente. Temos que ter a compreensão de que, sem a atenção a esses prazos, nós não iremos votar o Orçamento. E, sendo assim, não significa nada esse debate.

Quanto às emendas destinadas à saúde, eu acho que a posição do Deputado Ronaldo Caiado é diferente da posição do Deputado Cajado, que defende que haja uma liberdade absoluta da aplicação das emendas. Eu concordo com a afirmação do Deputado Ronaldo Caiado de que, com a posição que o Senado trouxe, não se acrescenta às emendas individuais, e sim se soma ao piso. Mas a discussão da PEC é uma discussão de piso, o que significa que todos os investimentos da saúde estão dentro do piso para alcançarmos o limite constitucional previsto pela nova proposta.

Agora, deixando esse debate para o mérito da discussão da PEC, eu vou chamar a atenção dos Parlamentares, do Deputado Danilo Forte, que foi Relator da LDO e teve uma dificuldade grande de prazo, porque a votação se estendeu muito, mas que tinha o tempo a seu favor. O Deputado Danilo Forte, na relatoria da Lei de Diretrizes Orçamentárias, teve um pouco mais de possibilidade de tempo, o que provocou uma facilidade maior para a construção do Relatório da LDO. Quanto à LOA, no Relatório preliminar, nós procuramos seguir rigorosamente o que apontou a Lei de Diretrizes Orçamentárias, como é sempre o ambiente de debate desta Comissão.

As condições criadas pelo Presidente da Comissão, para corrigir um pouco essa distorção, são também passíveis de aprovação nesse relatório. Em primeiro lugar, nós podemos alterar as emendas, desde que a proposta de emenda à Constituição mude hoje a definição delas, o que significa retirar recursos da saúde e transferir para outra emenda, aumentando o prazo para as indicações de emendas, que seria até amanhã, e possibilitando aos Parlamentares indicar via ofício a assinatura a partir de segunda-feira. Quer dizer, nós não estamos aqui extinguindo os prazos.

Eu queria pedir a compreensão do Deputado Danilo Forte, porque, se isso não acontecer, os Relatores Setoriais não terão tempo de trabalhar, não terão nem 3 dias, Deputado Danilo Forte. Eles não terão 3 dias! V.Exa. trabalhou com um prazo um pouco mais longo, acredito até que com alguns meses; eles terão 3 dias para apresentar o Relatório Setorial. Para que isso aconteça, tenho que receber o Relatório Geral na sexta-feira, porque aí eu irei trabalhar na sexta-feira, no sábado e no domingo, para apresentá-lo na segunda-feira, Presidente. Eu não utilizarei um dia útil para a produção do Relatório Geral, utilizarei o final de semana, para a assessoria, que aqui desempenha tão bem o seu papel, entregar esse Relatório na segunda-feira, para dar tempo de votarmos até o dia 19, ou até o dia 23, num prazo final.

Então, Sr. Presidente, eu queria que V.Exa., mesmo com posição diferente ou divergente, compreendesse que, sem a aprovação do Orçamento, esse debate todo é

inócuo. Por consequência, peço a compreensão de V.Exa. para que mantenhamos os prazos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o nosso Relator-Geral citou os Relatores Setoriais, e eu sou um deles, mas acho que o quadro mudou. Evidentemente que nós temos que trabalhar dentro de uma realidade. O fato ocorrido na Comissão de Constituição e Justiça mudou tudo, nós temos que trabalhar com algo que estamos vivenciando e fazer o possível para que as coisas cheguem a bom termo, mas respeitando aquilo que o Presidente da Casa, da nossa Câmara dos Deputados, anunciou ontem para vários Parlamentares que se encontravam presentes e que hoje já não estão mais aqui, que é o prazo até quarta-feira para a apresentação das emendas.

Houve essa prorrogação, o Presidente da Câmara fez esse compromisso. Quero reafirmar aqui o que o Coordenador da nossa bancada, o Deputado Danilo Forte, afirmou: o PMDB vai pedir verificação se não mantivermos aquilo que o Presidente da Casa anunciou ontem oficialmente aos Parlamentares. E vários deles, sabidamente, como foi mencionado aqui, já estão em suas bases, trabalhando em todo o País, e nós estamos aqui porque temos o compromisso da Comissão de Orçamento, senão estaríamos também fazendo a mesma coisa.

Então, eu quero ir nessa linha de raciocínio e pedir a compreensão dos meus pares aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Danilo Forte, deseja V.Exa. falar antes ou depois do Deputado Ronaldo Caiado, que, apesar de já ter falado duas vezes, quer dar um último esclarecimento. V.Exa. quer falar antes ou depois de S.Exa.? *(Pausa.)*

Não estou mais abrindo inscrição e, ao final da fala desses dois oradores, ninguém mais falará e eu tomarei a decisão.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, rapidamente, farei apenas um esclarecimento ao Deputado e colega Weverton: estamos tratando de assuntos distintos quanto à LDO, quanto ao problema de nós termos aprovado. Isso não impede que o Senado Federal possa acrescer qualquer coisa, num texto de uma emenda constitucional, e que agora se crie um clima e se diga: *"Olha, para garantir os nossos interesses, nós vamos virar as costas para a saúde".*

Não há nenhuma lógica para um argumento desses prevalecer. Acho que se fizermos uma escala de importância, entre a saúde do povo brasileiro e as nossas emendas, veremos que há uma distância secular, não é verdade? Há uma distância secular. É uma satisfação que dou a V.Exa., Deputado.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é esclarecer que já não existe mais a PEC do Senado Federal.

Estou aqui exatamente com o despacho do Presidente da Câmara dos Deputados:

> *"Numerem-se e publiquem-se as minutas de proposta de emenda à Constituição encaminhadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 57, inciso III, do Regimento Interno da Câmara. Publique-se."*

E, agora, concluindo:

> *"Arquive-se a Proposta de Emenda à Constituição nº 353, de 2013."*

Portanto, a proposta que veio do Senado já está arquivada. Essa matéria é matéria vencida. Nós temos, então duas PECs: a PEC do Financiamento da Saúde e a PEC do Orçamento Impositivo. Então, é matéria já com despacho do Presidente da Casa.

Era essa a informação que eu queria lhe trazer e agradecer a oportunidade que me foi dada, para que eu pudesse esclarecer os fatos nesta sessão presidida por V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Agradeço ao Deputado Caiado, que conheço há 20 anos e por quem tenho profundo respeito e admiração, apesar de divergir de S.Exa. diversas vezes. Aliás, eu acho que a divergência é uma obrigação do Parlamentar.

Eu pergunto ao Deputado Danilo se ainda deseja fazer uso da palavra, mas de forma sucinta, porque os outros Parlamentares estão angustiados.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Com certeza! O senhor quer falar por mim? *(Pausa.)*

Sr. Presidente, primeiro, eu quero agradecer ao Senador Walter Pinheiro, que é um grande parceiro, um grande companheiro, com o qual já estive junto em outras caminhadas e cujas palavras foram carinhosas com relação ao encaminhamento. Mas eu tenho democraticamente que defender aqui o PMDB e o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Henrique Eduardo Alves, que é muito correto conosco, é um Presidente que tem trabalhado, no conjunto das suas decisões, sempre ouvindo todos os Líderes, todos os demais partidos. Nós não podemos aqui simplesmente ignorar a proposição que foi apresentada pelo Presidente, ontem, em comum acordo com V.Exa. Inclusive, eu pedi ao Presidente que ligasse a V.Exa. e fui eu também que lhe liguei, pedindo para que convocasse esta reunião hoje de manhã, exatamente para nós não termos nenhuma antijuridicidade, que é a minha grande preocupação com relação a isso.

Também quero falar ao Deputado Miguel Corrêa — que está fazendo um grande trabalho como Relator da LOA — que, apesar de ser um Deputado de primeiro mandato, eu acompanho esta Casa desde a Constituinte e tenho vivido, convivido muito e acompanhado as decisões da CMO. Esta é uma Comissão, que, em final de ano, sempre se acostumou a ter horas extras, a trabalhar virando noite, sábado e domingo. Eu mesmo fui Relator da Comissão de Admissibilidade de Emendas do Orçamento de 2011, e nós passamos o fim de semana todo aqui trabalhando. Estavam comigo à época

o Deputado Wellington Roberto, a Deputada Rose de Freitas, o Deputado Giroto. No fim de semana, trabalhávamos sábado e domingo, os nossos amigos consultores todos vinham para cá, com um saco de bolacha *cream cracker* e refresco. Na época, ainda tinha a rosquinha que o Mabel distribuía para nós. Então, não temos problema por ser fim de ano.

Dentro da nossa programação, a prorrogação que eu estou solicitando e que o Presidente Henrique Eduardo Alves pediu não interfere muito no nosso cronograma, porque é o seguinte: nos dias 27, 28 e 29, que são posteriores ao nosso prazo final, nós não temos problema algum em trabalhar. Esta Casa é acostumada a ir até o dia 31, mesmo porque o relógio do SIAFI, que faz os empenhos, só fecha na noite do dia 30. Não há problema nenhum. Até a meia-noite do dia 30, está valendo o empenho, e a Comissão está trabalhando. Inclusive, V.Exa. pode ter certeza de que a quase totalidade dos Deputados desta Comissão virá para a semana depois do Natal, seja para trabalhar na Comissão, seja para trabalhar na liberação das suas emendas no arremate final do fechamento do Orçamento. Então, isso aí não é o problema.

O problema, sim, é deixar em aberto uma proposição, seja ela prorrogando ou não, porque, da mesma forma, os Relatores Setoriais não vão poder trabalhar se não tiverem definitivamente o quadro das emendas. Do ponto de vista da organização e método de trabalho de qualquer instituição, seja ela privada, seja ela pública, o retrabalho, fazer a mesma coisa duas vezes, é pior do que o trabalho. Se vai ter a revisão, então, nós não podemos antever a revisão, porque, por exemplo, o que está valendo é a LDO. Eu não tenho dúvida — e tenho conhecimento suficiente para isso — de que, na hora em que essa PEC ficar inviabilizada, vão querer rever a LDO, vão querer rever a LOA, que está com base na LDO. Isso é natural, porque os Deputados não querem ficar presos aos 50% do orçamento para a saúde, se não tiverem a impositividade do Orçamento. Ninguém aqui é criança para isso. Então, nós vamos fazer um retrabalho que é desnecessário.

Então, até para termos um cronograma de trabalho mais razoável, mais racional, seria melhor atendermos à demanda do Deputado Henrique Eduardo Alves, que é a de prorrogar até terça-feira, às 18 horas. Em função disso, já teríamos a decisão ou não do Colégio de Líderes com o Presidente, na terça-feira, no final da manhã, e nós teríamos um posicionamento. Aí, sim, na reunião das 18 horas da terça-feira, nós definiremos se iremos rever a LDO ou não, porque, inclusive ela tem que ser revista na Comissão e no Plenário — ela precisa ir ao Plenário do Congresso Nacional, é preciso uma convocação do Congresso Nacional para rever a LDO, porque ela foi aprovada lá —, e teríamos prazo para fazer todo esse trabalho.

O que eu não posso ficar é contra. O meu telefone não para de receber mensagem de Deputado, ou no aeroporto, ou no Estado, fazendo questionamentos. E a gente sabe que o Brasil é um País de dimensões continentais.

Sr. Presidente, sei das suas intenções, sei o quanto V.Exa. ficou constrangido quando viu o embate entre os Deputados e os Senadores, na Sala da Presidência do Senado, com relação a esse encaminhamento. Realmente, quem é Deputado sabe que a compreensão dos Senadores com relação ao orçamento impositivo é diferente da dos Deputados, há uma pressão maior sobre os Deputados com relação à questão das emendas individuais do que sobre os Senadores, que têm uma folga maior, que têm um mandato mais dilatado, então ficam com uma tranquilidade maior com relação a isso. E a gente tem uma proposição, que inclusive foi encaminhada ao Sr. Presidente.

Então, eu só gostaria de deixar muito claro, Senador Lobão, o seguinte: nesta Comissão, a posição da bancada do PMDB na Câmara dos Deputados é a mesma e, se V.Exa. for tomar alguma decisão, anteriormente faça a verificação de quórum, desde que não seja em consonância com a que foi apresentada pelo Presidente da Casa, Deputado Henrique Eduardo Alves, que não falou aqui como um mero Deputado. S.Exa. falou como Presidente da instituição e anunciou para toda a Casa um acordo que foi feito, inclusive com V.Exa., para que houvesse a prorrogação do prazo. Se não for a

prorrogação do prazo, de quarta-feira para terça-feira, nós do PMDB vamos pedir verificação de quórum, e aí a sua decisão não poderá ser tomada.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - O PSDB concorda com o Deputado Danilo Forte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputados Danilo, Caiado e Brandão.

Antes, peço silêncio à assessoria, se o nosso silêncio não estiver incomodando vocês. Eu vou determinar o seguinte, mas, antes de determinar, vou fazer um pequeno introito.

O Deputado Henrique Alves, que considero um dos mais corajosos Parlamentares desta geração, enfrentou o problema do orçamento impositivo, tema que este Congresso não deliberava há 30 ou 40 anos. O Deputado Henrique Alves é o grande responsável por esse tema e tem o meu profundo respeito e admiração. Eu efetivamente disse ao Deputado, ontem, que estava em reunião de Líderes, que iria fazer todos os esforços para, de acordo com o que S.Exa. me pediu, transportar para quarta-feira. Mas S.Exa. só fez isso, porque encontrou uma dificuldade regimental intransponível na posição do Democratas, ontem, na Câmara dos Deputados. A mesma dificuldade regimental que o Presidente Henrique Alves tem, na Câmara, eu tenho nesta Comissão. Eu precisava de unanimidade. Pensei que teria unanimidade, mas eu não obtive essa unanimidade hoje, portanto, eu não posso atender o desejo do Presidente Henrique Alves de transportar para quarta-feira o prazo.

Agora, dentro do meu limite de poder, eu posso fazer algo semelhante e vou fazê-lo. O Regimento me permite conceder de 8 a 10 dias de prazo para as emendas. Se forem 10 dias, será até sábado. E eu vou determinar que o prazo seja até sábado. Como, pelo Regimento, o sábado não existe, os Deputados consequentemente terão até segunda-feira. Apesar de o prazo estar determinado até sábado, S.Exas. terão até segunda-feira para entrar no sistema com as suas emendas. E eu estou determinando a esta Secretaria que acolha, até terça-feira, a formalização dos formulários por fax.

Portanto, eu estou praticamente atendendo ao Deputado Henrique Alves, estou cumprindo o desejo do meu Presidente Renan Calheiros e o do Senador Walter Pinheiro, como representante do Governo. Estou dessa forma fazendo uma espécie de solução salomônica, que é possível. É claro e óbvio, a unanimidade, a satisfação plena nós não vamos encontrar, sempre haverá os insatisfeitos, mas é o que é possível ser feito. Então, eu estou determinando...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, tenho um questionamento técnico.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Depois que eu terminar de falar, eu passo a palavra a V.Exa. para um questionamento técnico.

Portanto, fica o prazo final para apresentação de emendas individuais, de bancadas e de Comissões, de acordo com o art. 82, inciso X da Resolução nº 1. O prazo que seria findo no dia 30 de novembro, sábado, será finalizado, portanto, no primeiro dia útil seguinte, 2 de dezembro de 2013, segunda-feira, às 18h30mim — mas para os nossos cronogramas permanece sábado —, para envio no sistema. Para entrega do recibo, estou determinando para terça-feira, na Secretaria da CMO, podendo ser entregues recibos e atas assinadas via fax, assinatura eletrônica ou chancela. Os originais deverão ser substituídos até quarta-feira, dia 4 de dezembro de 2013. Após o encerramento do prazo para entrega das emendas, será aberto o sistema SISEL para correções e remanejamento de valores entre emendas do mesmo valor.

Eu espero que a Câmara dos Deputados, sem interferência do Senado — e o Senado não deseja interferir na independência e autonomia da Câmara — resolva o seu problema de emenda impositiva na terça-feira.

Portanto, esta sessão está...

Antes, passemos à indagação técnica do Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Apesar de louvar a iniciativa, a boa vontade do Presidente, Senador Lobão Filho, de tentar uma solução salomônica, como

S.Exa. bem colocou, eu quero fazer dois registros: primeiro, o problema do sistema é que pode causar, na informalidade, antijuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não existe informalidade. É segunda-feira.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, não terminou a reunião...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Calma, calma. Existe! E vou lhe explicar porque existe. Houve aprovação nesta Comissão... V.Exa. prorrogar para sábado e para terça-feira é a mesma coisa. Por quê? Porque, querendo ou não, V.Exa. está passando por uma decisão anterior, que foi o cronograma da LOA, aprovado aqui. Querendo ou não querendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não! Absolutamente!

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Espere! V.Exa. não quer ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. está enganado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não, não estou!

Então, é o seguinte: o PMDB pede verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mas a verificação veio posterior à decisão.

Esta reunião está suspensa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Ela foi anterior. Eu inclusive lhe disse que ela foi anterior. Eu coloquei e o Deputado Marçal Filho colocou em nome do PMDB.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. não entendeu. Eu não consultei o Plenário, eu decidi como Presidente. E já decidi, está decidido, e a decisão é esta.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Parabéns! V.Exa. decidiu como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É para segunda-feira.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Então, o PMDB pede verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O prazo está determinado para segunda-feira, e os fax com os formulários deverão ser entregues até segunda-feira também.

Então, está suspensa esta reunião. Chamo todos os membros para reunião desta Comissão a realizar-se terça-feira, às 18h30mim.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizadas nas bancadas.

Aviso.

Informo ao Plenário que, em virtude da aprovação do Requerimento nº 8, de 2013, da CMO, ocorrido na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2013, que requer diligência de membros do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indício de Irregularidades Graves — COI, aos locais de execução de obras, em que o TCU identificou indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação, de autoria do Deputado Afonso Florence, será realizada visita à construção da Vila Olímpica, na Parnaíba, no Piauí, no dia 5 de dezembro, quinta-feira, a partir das 9 horas, para que o COI conheça a real situação do empreendimento sob enfoque, bem como as providências eventualmente já adotadas pela Secretaria Nacional de Esportes, Educação e Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com o expediente será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Ordem do Dia.

Conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, passaremos à apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 625, do Relator, Deputado Lourival Mendes, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de 60 milhões de reais, para o fim que especifica.

Ao Relator, Deputado Lourival Mendes, foram apresentadas quatro emendas.

O voto é pela aprovação da medida provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das quatro emendas apresentadas.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, esta medida provisória abre um crédito extraordinário em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de 60 milhões de reais, para o fim que especifica.

Eu gostaria de pedir permissão a V.Exa., tendo em vista que todos os membros têm conhecimento da matéria, para ir direto ao voto.

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002, CNQ, dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, prevê que o parecer referente à análise de crédito extraordinário aberto por medida provisória deve ser único, com manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais — inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência; de adequação financeira e orçamentária; de mérito; e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

Dos aspectos constitucionais e pressupostos de relevância e urgência.

O art. 62 da Constituição Federal estabelece que, “em casos de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias com força de lei, devendo submetê-las, de imediato, ao Congresso Nacional”. O art. 167, § 3º, prevê que “a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62”.

Essa é a exceção para a abertura de crédito extraordinário que se acha previsto na Constituição Federal. Não sendo a despesa caracterizada como imprevisível ou urgente, nem correspondendo a situação àquelas hipóteses em que a lei orçamentária admite a abertura de crédito suplementar por decreto, deve o Poder Executivo buscar a alteração orçamentária por meio de projeto de lei.

A esse respeito, ressaltamos que o Poder Executivo, não obstante fornecer, na Exposição de Motivos que acompanhou a medida provisória, elementos esclarecedores para a formação de juízo acerca da urgência e relevância do crédito extraordinário, nada assinala sobre a pretensa imprevisibilidade dos gastos propostos.

Em que pesem as ressalvas supramencionadas, posicionamo-nos por considerar atendidos os pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância, à urgência e à imprevisibilidade prescritos nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal.

Da adequação financeira e orçamentária.

Quanto à adequação financeira e orçamentária, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes.

Do mérito.

O crédito extraordinário visa, exclusivamente, destinar recursos para a preparação, manutenção e transporte de equipamentos da ELETROBRAS que se encontram em desuso, para que eles possam ser utilizados pelo Governo boliviano, por meio da instalação de uma unidade geradora daquele país, tendo como finalidade efetivar a integração elétrica sub-regional.

Trata-se de equipamentos que compõem a antiga usina termelétrica Rio Madeira, cujo maquinário, segundo o Governo Federal, ficou sem utilização prática após a interligação do sistema Acre-Rondônia ao Sistema Interligado Nacional — SIN.

Portanto, quanto ao mérito da proposição em exame, este Relator posiciona-se favoravelmente à sua aprovação.

Do cumprimento da Resolução nº 1, de 2002-CN (§ 1º do art. 2º).

A Exposição de Motivos nº 0145/2013, medida provisória da Ministra do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, acerca da obrigatoriedade do envio de documentos, expondo a motivação da edição da medida provisória.

11.5 Das emendas.

Não obstante o destacado mérito das emendas apresentadas, observamos a impossibilidade de seu acatamento, trazendo-se à luz os fundamentos constantes nas normas para a tramitação das matérias orçamentárias no Congresso Nacional, a Resolução nº 1, de 2012, e a Resolução nº 1, de 2006.

As Emendas nºs 0001, 0002 e 0003 devem ser consideradas inadmitidas por ferirem o comando central do art. 111 da Resolução nº 1, de 2006, resolução esta que dispõe sobre a Comissão Mista de Orçamento, ao tratar dos créditos extraordinários abertos por medidas provisórias. O art. 111 descarta a possibilidade de acréscimo com os que estão sendo propostos.

> *"Art. 111. Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente".*

A Emenda nº 0004, por sua vez, contraria diretamente regra estatuída pela resolução que dispõe sobre as medidas provisórias, a Resolução nº 1, de 2002. A emenda trata de matéria considerada estranha à Medida Provisória nº 625, de 2013.

"Art.4º.....

.....

§ 4º É vedada a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na Medida Provisória, cabendo ao Presidente da Comissão o seu indeferimento liminar."

Desse modo, comunicamos a inadmissibilidade das Emendas nºs 0001, 0002, 0003, 0004, pelos motivos acima relatados.

Tendo a medida provisória em exame atendido os pressupostos constitucionais e requisitos legais, somos favoráveis, portanto, à aprovação da Medida Provisória nº 625, de 2 de setembro de 2013, na forma editada pelo Poder Executivo.

Sala das sessões, 3 de dezembro, de 2013

Deputado Lourival Mendes, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado Deputado Lourival Mendes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou iniciar a discussão.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

Para discutir, com a palavra o primeiro inscrito, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros da Comissão de Orçamento, eu vou separar a figura do Ministro de Minas e Energia, em que pese ser uma figura absolutamente respeitada, querida e competente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Incompetente?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Competente. É pai de V.Exa. Então, reserve esses elogios preliminares para concordar comigo, não aquiescendo, mas no íntimo, que S.Exa., o Ministro de Estado, assinou essa medida provisória com a Presidente Dilma, sinceramente, pela condição de ser Ministro, porque *sponte sua* eu tenho certeza de que S.Exa. não faria.

Fazermos com que o Governo Federal gaste mais de 60 milhões de reais em uma usina que nós consideramos imprestável e que vamos ter que reformar, que pagar o transporte e doar a um país, como a Bolívia, que expropriou a nossa empresa PETROBRAS? Sinceramente, eu não entendo essa política externa do Governo. Eu não entendo como pode o Governo agir com tamanho descaso com o dinheiro público. Esses 60 milhões integram o patrimônio do povo brasileiro.

Nós não concordaríamos jamais, se essa medida provisória, antes de ser gasto o dinheiro, tivesse sido apreciada pelo Congresso Nacional. Por isso, o Governo agiu intencionalmente contra a lei ao editar uma medida provisória como essa.

Eu quero pedir aqui ao nobre Relator, Deputado Lourival Mendes, que V.Exa. exponha a mim, a esta Comissão e ao País, que nos assiste agora, onde está a urgência dessa medida provisória. Demonstre a mim e ao País onde está a urgência, para que possa ser editada essa medida provisória.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Na hora certa eu vou responder a V.Exa. Conclua o seu entendimento, o seu raciocínio.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem. Na hora certa, então, eu quero ouvir S.Exa., porque eu não percebo nenhum critério, exposto pela Constituição da República do Brasil, que dê razão à edição de uma medida provisória em que caracterizem a urgência, a emergência para doação de uma termoelétrica. Isso é um acinte, Sr. Presidente! Isso é um absurdo! Aceitarmos uma coisa dessa, é estarmos, mais uma vez, abrindo mão da prerrogativa congressual em favor do Governo, que não se preocupa, primeiro, com o zelo às normas jurídicas que regem a matéria; segundo,

com o dinheiro do povo brasileiro, suado, e, o pior, com recurso de superávit primário!. Isso é brincadeira! Recurso de superávit primário!

Sinceramente, talvez esta seja uma das poucas matérias que eu estarei votando extremamente infeliz por vários dos motivos que eu expus. Mas o pior de todos é que eu estou aqui com várias medidas provisórias que foram editadas pelo Governo. E V.Exa., Presidente, que é de um Estado nordestino sofrido como a Bahia, sabe que a Medida Provisória nº 566, de abril de 2012, tinha recursos de 706 milhões para o combate à seca e até agora foi pago 483 milhões, e ainda faltam ser executados mais de 300 milhões. Ou seja, essa medida foi através da edição de uma medida provisória para combater a seca e não foi ainda completamente liquidada, gastos os seus recursos. Estamos no mês de dezembro e essa medida para combater os efeitos da seca é de abril. Os animais, as pessoas morreram em função da falta de chuva.

A Medida Provisória nº 572, de junho de 2012, de igual forma, com dotação autorizada de 381 milhões, até agora só foram gastos 142 milhões, valores pagos para combater a seca. Medida provisória nº 569, de maio de 2012, autorizados 688 milhões, só foram gastos 207 milhões. Medida provisória nº 583, de outubro de 2012, autorizada a dotação de 676 milhões, só foram gastos 200 milhões.

Mas, para fazer média com os companheiros, que não têm nenhum tipo de respeito — porque o caso da PETROBRAS na Bolívia é um caso exemplar de desrespeito e desconsideração, um país amigo e vizinho —, o Governo edita uma medida provisória que não tem emergência nem urgência caracterizada na Constituição para poder fazê-lo e doa uma termelétrica, inclusive pagando o transporte.

No caso dos helicópteros que foram doados — está aqui: Bolívia, Equador e Paraguai estão entre os países que são beneficiados com doações brasileiras de helicópteros —, eles vieram pegar essa doação. Mas uma termelétrica que tem todo um simbolismo para o povo de Porto Velho, além de ter a doação através de medida provisória, o Governo ainda gasta recursos para transportar. Que presentão! Que presentão à custa do dinheiro nosso, do povo brasileiro, do meu recurso! Não é justo!

Do recurso do povo da seca, Deputado Danilo Forte. Quero ver se V.Exa. vai votar a favor dessa medida provisória. Os recursos da seca do povo nordestino, que está sofrendo lá por falta de planejamento, de atenção e até de consideração, porque se diz uma coisa, mas não se faz. Estão aqui uma, duas, três, quatro MPs cujos recursos para combate à seca não foram ainda liberados. No entanto, o Governo brasileiro tem o disparate de pagar sessenta e poucos milhões através da ELETRONORTE e ainda doar e levar para o Sr. Evo Morales. É presente de Natal! E o povo brasileiro, Sr. Presidente, recebe o quê? É lamentável essa situação!

Nós, do Democratas, vamos votar contra, respeitando a posição que eu tenho certeza não foi definida pelo Ministério. Isso foi uma questão de política internacional do Governo brasileiro, que colocou o Ministério de Minas e Energia nessa vitimização que nós estamos sentindo com os nossos recursos. Isso é um absurdo! Isso é até inaceitável! E o pior é que o dinheiro já foi gasto. Aqui, nós só vamos carimbar.

O Partido Democratas entrou com um processo no Supremo contra esse tipo de postura: edição de medida provisória para situações como essa. E o Governo desrespeita a Justiça, a mais alta Corte do País, para praticar um ato como esse, desprovido de legalidade, desprovido de legitimidade e que não tem respeito nem consideração pelo povo — exemplifico aqui o povo nordestino, porque o dinheiro não foi gasto — nem o zelo com os recursos do superávit primário, que são sagrados para que nós possamos cumprir os nossos compromissos.

Quando chega o final do ano, fazem a tal contabilidade criativa, que eu denominei maquiagem contábil. E vão fazer de novo! O jornal *Valor Econômico* de hoje já está dizendo que o Governo, por não ter recursos para cobrir os subsídios dados à conta de energia elétrica de baixa renda, vai fazer com que a Caixa Econômica Federal empreste dinheiro para as subsidiárias da ELETROBRAS, no intuito de elas poderem cobrir essa conta, que chega a 6 bilhões de reais. A Caixa Econômica vai emprestar a preços módicos, que não chegam nem a 1%, para que o Governo maquie a sua contabilidade e

atinja ou tente atingir o superávit, que inclusive já foi rebaixado em relação à meta original. Ou seja, é contabilidade criativa, é maquiagem contábil.

E como é que nós ficamos? Eu espero que os Estados Unidos nos ajudem mais uma vez, já que eles conseguiram prorrogar o tal *default*. V.Exa. fala inglês e sabe que, se o Congresso americano não der mais prazo para a autorização orçamentária dos gastos do governo americano, o mercado diz, os especialistas dizem, todos os economistas dizem, Deputado Danilo Forte, que é contra o superávit primário, que o Brasil vai ser o primeiro país a sofrer especulação internacional. E, então, a consequência vai ser estouro do dólar, mais prejuízo na balança comercial, prejuízo na conta corrente e, acima de tudo, inflação, por irresponsabilidade na gestão fiscal e por atitudes que o Governo está tomando.

Portanto, Presidente, lamentando profundamente essa postura do Governo Federal, eu encaminho o voto contra e espero que essa postura do Governo não se repita, porque não traz nenhum benefício ao Brasil. Aliás, esse tipo de procedimento é um equívoco da política externa brasileira, ainda mais com um país que teve atitudes extremamente negativas e rudes — para encontrar uma palavra mais próxima do Presidente vizinho Evo Morales — com o nosso País.

Portanto, nós votamos contra. Quanto às justificativas dadas, eu vou esperar que o nobre Relator me demonstre onde é que está a urgência dessa medida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Passo a palavra agora ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu acho que, quando nós percebemos que há uma descrença com o Congresso Nacional por parte do povo brasileiro, quando percebemos que isso coloca em risco as instituições e, portanto, a própria democracia, nós precisamos fazer a mea-culpa. Nós não podemos achar que o povo brasileiro, na sua grande maioria, está todo errado. Não

é possível que nós estejamos 100% certos ou estejamos muito próximos de ter conosco a razão e que o povo brasileiro esteja errado.

Episódios como esse, com o qual nós estamos nos deparando agora, vão consolidando uma imagem ruim do Congresso Nacional, uma imagem de subserviência do Congresso Nacional, uma imagem de quem não defende o próprio País e, pior, de que a democracia está morrendo.

Nós estamos diante de um Parlamentar que eu respeito profundamente. Primeiro, eu destaco isso porque eu sei da sua trajetória, da sua postura, Deputado Lourival Mendes. Eu não vou reiterar a pergunta sobre a urgência, mas eu acho que até justamente por ser um Parlamentar comprometido com a ética, com a seriedade, V.Exa. emite no seu parecer — está aqui sublinhado —, na justificativa, o indicativo de como V.Exa. deveria concluir pela inadmissibilidade da proposta da medida provisória. Está aqui: V.Exa. destaca o art. 62 da Constituição Federal; V.Exa. destaca o art. 167, § 3º, que prevê que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes; e, logo à frente, V.Exa. diz que, apesar de o Governo procurar demonstrar a urgência — V.Exa. é quem diz, está aqui —, nada assinala sobre a pretensa imprevisibilidade dos gastos propostos. Ou seja, esses gastos de 60 milhões de reais para consertar, para reparar uma termelétrica e depois doá-la, dá-la de presente para o Governo da Bolívia, o Governo do país vizinho, não têm nenhuma imprevisibilidade. Se você toma a decisão, você prevê que vai fazer isso, você pode perfeitamente cumprir o que a Constituição estabelece, que é mandar um projeto de lei para esta Casa, que é fazer a adequação pelo caminho correto que a Constituição prevê.

Mas eu não vou me ater só a isso. Eu não posso deixar de fazer uma reflexão em razão da primeira assertiva que fiz, a qual tenho certeza que é objeto de preocupação do Deputado Lourival Mendes e dos demais. Quando o povo brasileiro questiona a responsabilidade, a confiabilidade, a seriedade do Congresso, o povo brasileiro sabe, por exemplo, que nós vivemos um momento grave na nossa economia.

O Ministro Mantega disse — não foi a Oposição — que o Brasil está entre os piores desempenhos de todas as economias do mundo. No último trimestre, o Brasil teve um crescimento negativo, ou seja, nós encolhemos 0,5%. O Brasil tem, neste ano, o pior desempenho da sua balança comercial. O Brasil continua com os indicadores de saúde, de educação pública, de saneamento básico, entre os piores do mundo. O Brasil está crescendo menos inclusive do que a Bolívia.

Mas o Brasil não se satisfaz em doar para a Bolívia, que acabou de expropriar, de tomar — para não dizer roubar — dos brasileiros parte do gasoduto que a PETROBRAS construiu ali, fazendo investimentos que ajudam a alavancar a economia daquele país. O Brasil não fica satisfeito em doar, tem que gastar 60 milhões de reais do povo brasileiro, para depois doar para o Governo da Bolívia, num gesto estritamente político, como se governar um País fosse uma franquia de um partido político, e não uma delegação de um povo.

No regime presidencialista, quem é Chefe de Governo é também Chefe de Estado e representa a Nação, representa também o PSDB, representa todos, e não tem esse direito, por um gosto partidário, por uma simpatia a um regime que tem tendência totalitária — aliás, tendência, não; trata-se de um regime que cerceia liberdades democráticas —, por um país que desrespeita princípios das relações bilaterais, expropriando, de maneira unilateral, o patrimônio brasileiro.

Por vontade política, ferindo a Constituição, resolve doar. Se fosse o caixa do PT, Deputado Lourival Mendes, se fosse o patrimônio da Presidenta Dilma, que ela o fizesse pela sua mera vontade política. Ela não está doando patrimônio do PT ou seu patrimônio pessoal, ela está doando 60 milhões que fazem falta à saúde de quem está morrendo nas filas; ela está doando 60 milhões, além do valor do patrimônio da termelétrica, sem respeitar o princípio constitucional, porque o autoritarismo chegou. O autoritarismo não se dá só por regimes militares armados, não. O autoritarismo se dá a partir do momento em que se chega à conclusão: *"Eu tenho a maioria no Congresso e essa maioria me diz amém. Eu vou fazer assim: mando a medida provisória e depois e eles dizem 'sim'."*

Se quem está nos acompanhando pela imprensa quiser a cópia do relatório, está aqui. O próprio relatório diz que não há nenhum sinal de imprevisibilidade para nós doarmos não só o patrimônio, mas pagarmos para consertar e pagarmos o transporte. É esse o Brasil real. Esse é um Brasil democrático? Isso é ditadura, em que se mente para todos o tempo todo, para se criar a imagem de um País de plena democracia. Trata-se de um Governo autoritário, que não aceita contestação e nem a hipótese de perder a eleição, e, por isso, já entra em campanha de forma antecipada mais de 1 ano antes da eleição e joga tudo para não perder. Joga tudo, tudo!

Estejam atentos, brasileiros! A situação é muito pior do que parece. A situação é muito mais grave do que parece. Alguém pode dizer: *"Mas, Deputado Domingos Sávio, são só 60 milhões"*. Primeiro que eu não acho que sejam só 60 milhões. Eu acho que isso vale dinheiro e o povo brasileiro tem sofrido demais, para se fazer descaso de 60 milhões. Trata-se de um princípio constitucional que está sendo jogado na lata de lixo, de uma afronta ao Congresso, de uma disposição de mandar medida provisória para tudo, de doar o que é dos brasileiros como se fosse propriedade particular de um partido. Isso não pode prevalecer nesta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, conforme eu me comprometi, não vou aqui apostar no "quanto pior, melhor", e ficar travando tudo. Nós vamos votar, mas vamos votar contra, até porque, se nós obstaculizássemos essa votação — regimentalmente, bastaria um estalar de dedos, pelo quórum que nós estamos verificando —, nós iríamos impedir o País de ver isso chegar ao plenário, para que o Governo retire essa vergonha e conserte a bobagem que fez ou o País inteiro pare para refletir sobre como esse Governo tem governado.

É o patrimonialismo que voltou. É o período do Império. Só falta andar com o cheque do Governo no bolso e dizer: *"Quanto é?"*. É o patrimonialismo: *"O Estado é meu e eu faço como eu quiser. Eu simplesmente mando o Congresso homologar"*. É isso que nós estamos assistindo.

Portanto, o PSDB vai votar “não”, estabelecendo não só um voto “não”, mas um voto de repúdio à maneira como nós estamos sendo tratados no Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Não havendo mais quem queira discutir, a discussão está encerrada.

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Foi citado? Então, com a palavra o Deputado Danilo Forte. V.Exa. deseja fazer uso da palavra?

(Não identificado) - Depois do Deputado Danilo Forte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, ninguém foi mais crítico com relação ao atraso da liberação dos recursos do PAC da Estiagem, que foi apresentado à Nação no final do ano passado, do que eu.

Eu fiz pronunciamentos na tribuna da Câmara, fiz diversas intervenções, inclusive entrevistas para a imprensa do meu Estado, porque pior do que os recursos não terem chegado são os entraves que a burocracia brasileira criou. Foi por isso que, quando tivemos a oportunidade de relatar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, tivemos a preocupação fundamental de diminuir os entraves burocráticos entre aquilo que é programado e aquilo que é colocado à disposição de Estados e Municípios, recursos que, na maioria das vezes, não chegam à sua aplicabilidade final, que é a execução para melhorar a qualidade de vida do povo.

Oriundo do interior do meu Estado, do nordeste do Ceará, compartilhando e vivenciando exatamente esse sofrimento que nos assolou este ano, numa das piores secas dos últimos 50 anos, eu trabalhei exatamente no sentido de viabilizar esses recursos. Por isso a denúncia. E pior do que não chegarem os recursos, Deputado

Cajado, é o caso das máquinas perfuratrizes de poços, que nem sequer foram compradas — 51 máquinas! — pelo DNOCS para cavar poços no Nordeste.

Mas o fato é de outra natureza. O fato é de uma política de harmonia entre diversos países latino-americanos, o fato é de compartilhar uma política de fortalecimento de uma relação diplomática com diversos países, e, em função disso, o Governo Federal apresentou essa medida provisória. E não é porque nós não conseguimos resolver o "pra trás" que nós não vamos resolver o "pra frente". O País precisa se harmonizar com os demais países latino-americanos, e não vejo nenhum empecilho para que a gente agilize essa votação.

Num outro momento eu retorno a falar sobre esse assunto, até porque nosso Presidente está com pressa em função da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado.

Eu vou colocar em votação, já que a discussão está encerrada; depois, vou passar a palavra ao Deputado Lourival. Eu também quero falar sobre o assunto.

Não havendo mais quem queira discutir, os Parlamentares da Câmara dos Deputados que desejam aprovar o projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. Ressalvada a posição dos Deputados Cajado e Domingos Sávio.

Os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado em ambas as Casas.

Vou agora colocar em votação, antes que inicie a Ordem do Dia — e aviso logo que está tendo uma guerra fratricida no plenário de V.Exas., neste momento, sobre o orçamento impositivo —, o requerimento, com autor presente, o Deputado Roberto Teixeira, para inclusão extrapauta na pauta do relatório de atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE sobre diretrizes e orientações para análise e admissibilidade de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2014 — autor do requerimento, Deputado Roberto Teixeira. Ele não é para ser votado hoje, mas na próxima reunião. Nesta reunião, por acordo, só vamos votar esse PLN.

Então, coloco em votação o requerimento de inclusão extrapauta...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Seria bom distribuir o requerimento para a gente poder ler.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.

Peço à Secretária que distribua o requerimento.

Coloco em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco também o requerimento para inclusão extrapauta na pauta do relatório à Mensagem nº 31, de autoria do Deputado Efraim Filho. Também não é para votação no dia de hoje.

Os Srs. Deputados que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Senadores que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco também em votação requerimento de autoria do Senador Wilder Morais para inclusão extrapauta do relatório da Mensagem nº 33.

Os Deputados que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, só para eu entender: requerimento extrapauta versando sobre o quê?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deixe-me explicar a V.Exa.: apesar de já ter sido colocado em votação na Câmara, esses requerimentos, inclusive de Parlamentares do partido do Deputado Cajado, foram incluídos extrapauta, mas não

para serem votados hoje. Vai ser distribuído o teor para que nós possamos votar na próxima reunião.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O.k.. Nós não vamos votar nenhum deles, e eu terei oportunidade de conhecer o teor deles?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não. Será assim, com certeza!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, coloco em votação. Dando continuidade, na representação do Senado Federal.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu gostaria de fazer uma breve menção sobre o assunto PLN vinculado ao Ministério de Minas e Energia. Em primeiro lugar, eu concordo radicalmente com V.Exas., apesar de ser da base do Governo, que o País não pode ser administrado por medida provisória. Eu acho que isso é uma usurpação da nossa prerrogativa de legislar, como Parlamentares do Poder Legislativo, e a medida provisória nos toma isso a fórceps. Então, em primeiro lugar, eu sou contra medida provisória.

Em relação ao mérito desse PLN, é obvio que o Ministério de Minas e Energia é mero instrumento desse crédito para um acordo entre dois países. Isso certamente é fruto de uma política internacional do Ministério das Relações Exteriores. Eu não gostaria de entrar no mérito por desconhecer as razões de uma coisa como essa. Eu teria todas as restrições a fazer um acordo como este com a Bolívia, que já se comportou muito mal com o Brasil, mas fica prematuro e falta maturidade para eu entrar no mérito de um assunto como esse sem conhecer os detalhes de um possível acordo binacional entre os dois países. Eu diria que essa medida provisória não entra nesse mérito, o que não deixa de nos dar os instrumentos para avaliar corretamente uma medida como essa.

Eu também me manifesto solidariamente a V.Exa. em relação à preocupação de muito cuidado com o País, que não respeita tratados internacionais, que não respeitou a

PETROBRAS, que, portanto, não respeitou os brasileiros. Concordo *ipsis litteris* com V.Exa. Tenho medo de me aprofundar nessa crítica e cometer injustiças, porque não sei a real intenção do Governo quando fez um acordo como esse. Mas, a princípio, no mérito, também coloco em dúvidas.

Eu queria passar a palavra, primeiro, ao Deputado Lourival.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Depois vou passar a V.Exa. e, logo em seguida, ao Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Também tenho questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Questão de ordem, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, preste atenção: V.Exa. colocou para votar agora extrapauta três relatórios que, pela Resolução nº 01, teriam que ser publicados e que, após a publicação, teria que haver 3 dias úteis antes de podermos colocá-lo na Ordem do Dia para votação.

Bom, o que eu quero dizer com isso: queria, primeiro, saber de V.Exa. se V.Exa. encerrará a sessão hoje — e peço que a encerre; segundo, que V.Exa. só colocará em votação esses relatórios depois que o Colégio de Líderes aquiescer. Por quê? Porque a partir do momento que V.Exa. já inclui na pauta e não, por exemplo, suspende a sessão, não encerra, obviamente que, a partir de qualquer momento, V.Exa. poderá votá-lo.

Então, nós precisamos fazer as regras nesta Comissão com confiança, mas também sem deixarmos de respeitar a Resolução nº 01, para não sermos surpreendidos por pedidos de quem quer que seja.

Então, como eu estou sendo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Desculpe interromper V.Exa., mas estou consultando aqui a secretaria...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - ... porque, é óbvio, ficou a dúvida gerada por V.Exa. em relação aos prazos regimentais.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A Secretária Socorro confirma que esses projetos já foram entregues há muito tempo, já foram publicados, inclusive já deram o prazo de emenda — há muito tempo.

Então, nós estamos dentro do Regimento quando eu coloquei em votação extrapauta, apenas porque não estava previsto para a pauta desta sessão.

Como eu coloquei extrapauta, não tem sentido; se eu coloquei extrapauta foi justamente porque eu não desejo encerrar a sessão e, sim, suspendê-la. Senão, não teria sentido colocar extrapauta, simplesmente colocaria na pauta normal, encerraria e colocaria na pauta normal.

Então, já estava implícito, quando eu criei uma extrapauta, que a sessão seria suspensa.

Portanto, dentro dos prazos regimentais, está corretíssimo, não há nenhum óbice a ser feito.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Sr. Presidente, uma questão de ordem...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, o art. 128... A minha questão de ordem é em relação ao Art. 128.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deixa o Deputado Cajado terminar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Diz o Art. 128:

> *"Art. 128. A apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer 3 (três) dias úteis após a sua distribuição, nos casos do Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual, do relatório do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do relatório do projeto de lei plurianual, e 2 (dois) dias úteis nos*

casos das demais proposições, salvo se a CMO dispensar esse último prazo por deliberação de maioria absoluta..."

Portanto, se V.Exa. o coloca agora, ele estaria apto a votar. E nós não temos esse conhecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só um segundo, Deputado, porque nós estamos decidindo outro problema aqui.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então, nós não temos esse conhecimento da distribuição.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, ele está incluindo agora extrapauta.

(Não identificado) - Sim, mas abriu a sessão do Congresso.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas ele abriu e voltou com inclusão extrapauta.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar, em respeito...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, Deputado. Calma! Só um segundo, vou passar a palavra para V.Exa. já, porque é uma questão de ordem.

O relatório do CAE foi entregue a semana passada. Portanto, muito mais do que os 3 dias de previsão regimental.

Os dois relatórios dos Parlamentares da sua bancada foram entregues dentro do prazo, ou seja, já concederam os 2 dias previstos para emenda e, portanto, já estão passíveis de serem votados.

Os três itens incluídos extrapauta estão perfeitamente dentro dos prazos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu não tinha essa informação, Sr. Presidente. Nem a assessoria do partido tinha essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Qualquer dúvida, a assessoria do partido pode confirmar essas informações aqui na secretaria.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deixe o Deputado encerrar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu pediria a V.Exa. que, de qualquer forma, como foi incluído extrapauta agora, só colocasse em votação após a deliberação do Colégio de Líderes, porque nós precisamos estudar isso e precisamos ver como é que são *(ininteligível)*. Eu tenho a informação agora...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sem problema, sem problema!

Com a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Sr. Presidente, está uma insegurança total aqui na Casa em função desse impasse das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Impositivas. Emendas parlamentares.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Na verdade, não temos emendas impositivas até agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Temos.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Não! Não foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mas isso já foi discutido aqui na reunião de Líderes. Já ficou muito bem claro. Deixe-me explicar para o Deputado, porque eu acho que nem vai precisar da dúvida de V.Exa.

Está prevalecendo o que nós votamos na LDO, Deputado Giovani. Então, o regramento da LDO, que impõe a emenda impositiva, que impõe os 50% para a saúde, está em pleno vigor.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Sim, mas se a Presidente da República vetar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Se a Presidente da República vetar, o veto dela será derrubado por 95% dos Deputados e Senadores.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Porque, na verdade, nós somos obrigados a colocar 50% para a saúde. E isso gerou um problema muito sério com todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mas isso foi uma tese que nasceu no Congresso Nacional, e o Congresso Nacional há de prevalecer e resolver esse assunto. A última palavra não será mais do Executivo em relação a esse assunto tão discutido durante tantos e tantos e tantos anos dentro desta Casa.

Agora que ele teve uma solução, com certeza, fique tranquilo, Deputado, porque nem o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, nem o Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, vai permitir que essa situação seja subvertida pelo Executivo.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - É que o Presidente da Casa, hoje, disse agora há pouco ali no plenário...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eles estão em guerra lá agora, diga-se de passagem.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - ... disse agora há pouco no plenário que não foram aprovadas as emendas impositivas, faltam dez sessões, e não vai mais dar tempo então.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Isso é em relação à PEC,...

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - À PEC.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - ...mas não em relação ao que nós fizemos aqui. E eu fiz uma reunião aqui do Colégio de Líderes e registrei de forma muito clara que esta Comissão Mista de Orçamento deu a sua contribuição forte, contundente, importante para o Congresso Nacional, no momento em que fez prevalecer, através de lei, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a figura do orçamento impositivo, votada neste Congresso e prevalecendo até então.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Então, o senhor tem certeza de que o Governo vai cumprir no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu tenho certeza de que esta Casa é soberana e que se o Governo não cumprir, esta Casa irá saber se posicionar.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Obrigado, Excelência.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Bom, então, com a palavra o Deputado Lourival Mendes.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, eu queria parabenizar o Deputado Cajado e o Deputado Domingos Sávio pela defesa das colocações das suas ideias democráticas. E é fundamental para a democracia o entendimento diverso no tocante à matéria que acabamos de votar, que abre a possibilidade de o Brasil ajudar o país vizinho, a Bolívia. País parceiro, país amigo, país que tem e mantém relações comerciais intensas com o Brasil.

Então, eu quero parabenizar o Deputado Cajado, que disse que entendeu a abertura desse crédito de 60 milhões para a Bolívia, como uma política internacional entre o Brasil e a Bolívia. Quero parabenizá-lo por isso. Esse é o sentido, essa foi a ideia da medida provisória.

E esta Casa, a Câmara Federal, o nosso Congresso, agora, no mês de outubro, dia 24 de outubro de 2013, a Lei nº 12.872, em seu art. 8º, que dispõe sobre a cooperação entre os países da América Latina, autorizou o Brasil a fazer, inclusive, doações. Esta Casa, a Câmara Federal, votou.

Eu gostaria de ler o art. 8º ao Deputado Cajado, por quem eu tenho respeito e reconheço a sua competência, a sua habilidade, o seu zelo, pelo patrimônio do povo brasileiro.

Diz o art. 8º da Lei nº 12.872, promulgada agora no dia 24 de outubro de 2013, pelo Congresso Nacional, votado por nós:

> *"Art. 8º Com vistas a promover a cooperação energética com países da América Latina e a aproveitar racionalmente os equipamentos de geração de energia*

elétrica, órgãos e entidades federais poderão ceder, a título oneroso ou gratuito, o uso de bens caracterizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL como inservíveis à concessão de serviço público.

§ 1º As ações de cooperação previstas no caput dependerão de aprovação prévia do Ministro de Estado de Minas e Energia" — que foi quem participou da elaboração da medida provisória.

"§ 2º Para a execução do previsto no caput, é dispensada a licitação para a União contratar e celebrar acordos com empresas estatais federais a fim de prestar ou supervisionar serviços de logística e de recuperação, reforma e manutenção de equipamentos de geração de energia elétrica."

Ou seja, nós, o Congresso Nacional, autorizamos, recentemente, no mês de outubro, o Governo brasileiro a ajudar aos países da América Latina. Essa relação de mercado internacional com a Bolívia, um país parceiro, eu entendo mais como um investimento do Brasil e não como despesa, como desperdício.

Portanto, Deputado, com todo o respeito que eu tenho a V.Exa., sei dos seus zelo em defesa da matéria, mas o excesso de medidas provisórias não é privativo do Governo do PT, do Governo do PSDB, inclusive, que tinha o aval do DEM.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - E a urgência?

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - A urgência é a necessidade da manutenção, da cooperação, para que não se perca a relação do comércio internacional com a Bolívia. A Bolívia é um país parceiro, que necessitava do auxílio e do apoio do investimento do Brasil, para que essas relações comerciais se intensificassem.

Então, eu quero parabenizá-lo ao reconhecer a competência do Ministro de Minas e Energia e dizer que V.Exa. poderia, inclusive, se quisesse, e é do estilo de V.Exa., tirar

a palavra “vergonhosa”, porque a medida provisória é meritória para a balança comercial do Brasil, porque ela ajuda a estreitar, a crescer as relações, a dar confiança, a dar estabilidade para o Brasil e permite essa interação mais forte.

De forma tal que eu queria parabenizar V.Exa. e pedir que V.Exa. reveja esse posicionamento, porque não é um posicionamento que engrandece o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Lourival Mendes.

Eu suspenso esta reunião e a convoco para 14h30 amanhã e reunião de Líderes para as 14h.

Quero avisar ao Deputado Claudio Cajado que o Deputado Lourival Mendes é Delegado da Polícia Civil e se faz necessário agora no Plenário da Câmara, porque está havendo lá ameaça de morte. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2013, alterada. Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica, localizados nas bancadas.

Primeiro item da pauta: apreciação do relatório de atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas, CAE, sobre diretrizes e orientações para análise de admissibilidade de emendas ao projeto de lei orçamentária para 2014, o Projeto de Lei nº 9, de 2013, do Congresso Nacional, que *“estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014, em razão do art. 25 da Resolução nº 1 do Congresso Nacional”*. O Relator é o Comitê de Admissibilidade de Emendas, que é o CAE, e o Coordenador do CAE é o Deputado Roberto Teixeira.

Eu passo a palavra, neste momento, ao Deputado Roberto Teixeira, para que ele possa fazer a apresentação do seu relatório.

Com a palavra o Deputado Roberto Teixeira.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sem interromper o nosso querido Relator, eu só queria dizer que nós vamos apresentar, no tempo e na hora, para ser apreciada por todos aqui, inclusive por V.Exa., uma correção no relatório da LOA, em tempo, para tratar de uma questão que interessa aos partidos, que infelizmente não constou do relatório e que precisa ser constado em tempo.

Então, na hora, eu apresento a V.Exa. Só quero registrar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputada Rose de Freitas.

Volto a palavra ao Deputado Roberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO ROBERTO TEIXEIRA - Vou ler a primeira parte. São considerações iniciais:

"O Comitê de Admissibiiidade de Emendas, CAE, constituído com fundamento no art. 18, IV, da Resolução n° 1/2006-CN, tem por atribuição efetuar o exame de admissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as dos relatores dos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual. Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela CMO antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentas Públicos e Fiscalização.

O exame de admissibilidade de emendas corresponde à análise preliminar, anterior à de mérito, que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais, nos termos do art. 146 da Resolução n° 1/2006. As emendas também devem observar as determinações do parecer preliminar, a teor do art. 51 da Resolução.

Os comitês permanentes darão à CMO e às comissões permanentes de ambas as Casas conhecimento das informações e das análises que procederem por meio de relatórios de atividades, nos termos do art. 21 da Resolução 1/2006.

A Resolução n° 1/2006 define o objeto das emendas de bancada estadual e de Comissão, estabelecendo condições para sua admissibilidade.

As diretrizes e orientações aprovadas pela CMO integram e preenchem as lacunas existentes no conjunto de normas de admissibilidade, permitindo assim uma atuação mais segura de Parlamentares, bancadas e Comissões na apresentação das emendas.

Com o fito de racionalizar e tornar mais célere o exame de admissibilidade no âmbito do CAE, os trabalhos poderão ser descentralizados pelo Coordenador.

As disposições contidas neste trabalho tomaram por base os Relatórios já aprovados pela CMO em anos anteriores, refletindo os propósitos e princípios que orientaram a elaboração da Resolução n° 1/2006, que procurou superar problemas e distorções identificados antes de sua edição. Destaca-se o resgate do papel coletivo das emendas de bancada e de Comissão, impedindo sua utilização como forma de ampliar o limite das emendas individuais. Assim, passou-se a exigir dessas emendas a identificação precisa do objeto, priorizando-se a continuidade e conclusão das obras estruturantes."

O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Roberto Teixeira.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O relatório agora está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo agora ao requerimento do Deputado Fábio Ramalho para a inclusão extrapauta de alguns avisos:

Aviso nº 4: requerimento para inclusão na pauta do relatório apresentado ao Aviso nº 4, de autoria do Deputado Fábio Ramalho.

Aviso nº 5: requerimento para inclusão na pauta do relatório apresentado ao Aviso nº 5, de autoria do Deputado Fábio Ramalho.

Aviso nº 6: requerimento para inclusão na extrapauta do Aviso nº 6, de autoria do Deputado Fábio Ramalho.

Aviso nº 9: requerimento para inclusão na extrapauta do relatório apresentado ao Aviso nº 9, de autoria do Relator Deputado Fábio Ramalho.

Aviso nº 26: requerimento para inclusão na pauta do relatório apresentado ao Aviso nº 26, de autoria do Deputado Fábio Ramalho.

Aviso nº 29: requerimento para inclusão na pauta do relatório apresentado ao Aviso nº 29, de autoria do Deputado Fábio Ramalho.

Requerimento para inclusão na pauta do Deputado Lourival Mendes dos Ofícios nºs 1 e 3.

Requerimento para inclusão na pauta dos relatórios apresentados aos Avisos nºs 13, 20, 24 e 25, do Deputado Lourival Mendes.

Finalmente, para inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de autoria do Deputado Lourival Mendes.

Os Srs. Deputados que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Srs. Senadores que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Eu gostaria de convocar a próxima reunião para as 18 horas do dia 9, para iniciarmos a discussão e a votação dos relatórios setoriais — dia 9, segunda-feira, às 18 horas. Já terça-feira, enquanto os nossos colegas estarão nos seus Estados descansando, nós estaremos aqui reunidos: terça-feira, dia 10, reuniões às 10 horas, às 14 horas e às 18 horas; quarta-feira, dia 11, reuniões às 14 horas e às 18 horas; e quinta-feira, dia 12, reuniões às 10 horas, às 14 horas e às 18 horas.

Então, essas convocações serão depois formalizadas, através de meio eletrônico, para os nobres colegas e suas assessorias.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Primeiro para dizer a V.Exa. que a Ordem do Dia aqui acabou, em termos de votações. Correto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim, correto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem. Segundo, com esse calendário que nós fizemos — eu já disse e vou repetir —, nós não temos compromissos, a não ser se as coisas começarem a andar na celeridade e nos entendimentos que a própria Comissão detém como prerrogativa. Por quê? Porque nós estamos, diante dos prazos exíguos, sem poder conversar com as bancadas, com os Relatores Setoriais e com o Relator-Geral. Não que isso seja um impeditivo, não está sendo por enquanto. Mas, nas reuniões que nós temos tido de Líderes aqui na Comissão, nós estamos deixando claro que, para que possamos votar o relatório final, é necessário que as bancadas sejam atendidas, que os relatórios setoriais sejam feitos com a participação dos Estados, para que nós não tenhamos depois, no prazo final de votação do relatório geral, a confusão que normalmente acontece se não houver esse tipo de tratativa antes. Então, eu venho alertando e o faço agora publicamente também.

Eu queria expor ainda que, como o Deputado Danilo Forte — ele não está aí, não é? — é contra o superávit primário e a responsabilidade fiscal, está aqui o jornal *Valor Econômico*, do dia 3 de dezembro, que diz: *"Triangulação de recursos deve ajudar na meta fiscal"*. Isso significa dizer que o Governo vai, mais uma vez, recorrer à contabilidade criativa ou à maquiagem contábil para fechar as suas contas.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Malabarismos, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É a criatividade contábil. Isso significa que o Brasil está cada vez mais vulnerável a ataques especulativos. Nós não podemos retroceder no ganho que tivemos, enquanto País, enquanto Nação, enquanto gestão fiscal responsável de termos uma vista para que o Brasil não desrespeite a Lei de Responsabilidade Fiscal e tenha uma responsabilidade fiscal que demonstre não apenas interna, mas principalmente externamente, que adota na gestão pública os requisitos imprescindíveis para ter o controle das suas contas.

Recorrer à maquiagem contábil, à criatividade, é um erro, Presidente, é um erro que o Governo Federal está cometendo e que poderá custar muito não ao Governo, mas à Nação brasileira, aos trabalhadores, aos empresários, àqueles que verdadeiramente contribuem com a produção neste País, porque a consequência disso, de ataques especulativos que virão — não tenho dúvida nenhuma —, será o estouro do dólar, o estouro da inflação, a carestia, e essa conta vai parar no bolso de cada brasileiro e de cada brasileira.

É lamentável, Sr. Presidente, ver que o Governo Federal, apesar de adotar medidas para combater a crise, como outros países estão fazendo, cresceu menos do que os demais países do BRICS, cresceu menos do que outros países da América do Sul e da América Latina, e mais ainda: fica buscando artifícios para fechar as suas contas. Isso é falta de planejamento. Isso é falta de visão de quanto e como se devem gastar os recursos públicos. E o pior dos mundos: nós batemos na mesma tecla! O Governo tem descontrole sobre o seu custeio, aumento de gasto público ano após ano,

e os investimentos não são os responsáveis por esse cenário. Não são os recursos de investimentos, são os recursos de custeio, é a política errática.

Quem está dizendo isso não é o Deputado Cajado, mas é o *Valor Econômico*, um jornal nacional especializado em economia, que diz claramente que o Governo decidiu preparar uma operação de triangulação de recursos entre a Caixa Econômica Federal, a ELETROBRAS e o Tesouro Nacional, para não impactar o resultado fiscal. A ideia é de que a Caixa conceda empréstimo a uma taxa de juros próxima de zero. Há oito subsidiárias da ELETROBRAS para cobrir os gastos com a Conta de Desenvolvimento Energético, uma despesa exclusiva do Tesouro Nacional. Ou seja, são aqueles recursos que se abatem das contas populares, para que o povo não tenha o aumento na sua conta de energia elétrica. Então, são recursos que subsidiam a tarifa popular, a tarifa elétrica popular. E o Governo vai fazer com que a Caixa empreste recursos a essas subsidiárias, para que o Governo não tenha que colocar esses recursos.

Pelo amor de Deus! No ano passado, antecipou-se recurso do BNDES, recurso da Caixa e do Banco do Brasil para poder fechar as suas contas. Neste ano, já tem o dinheiro no pré-sal. Vai precisar fazer isso? O mercado já percebe. A partir do momento em que efetivamente fizer, está claro que é a maquiagem criativa, a contabilidade criativa. Isso significa que o Brasil vai ficar mais vulnerável do que já está.

Então, é importante, Presidente, que a gente debata isso na Comissão de Orçamento, que o Governo veja que nós estamos atentos a esses procedimentos que não são corretos. Querer, como foi dito, rever o crescimento do PIB do ano passado, intervir no IBGE, enfim, são procedimentos que não podem ser aceitos. Nós ultrapassamos essa fase. O Brasil de hoje não é o Brasil do passado, que ficava impondo aos órgãos estatísticos como deveria ser conduzido o número de inflação, o número do crescimento, o número do superávit. Nós não podemos mais desrespeitar uma lei que é um patrimônio do Brasil, do povo brasileiro, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, retroceder significa fulminar de morte os avanços que conseguimos com o sacrifício do povo brasileiro.

Daí por que esse assunto tem que ser pautado. Em toda sessão que eu tiver oportunidade, vou denunciar esses procedimentos, porque eles maculam a gestão fiscal eficiente, maculam a imagem do Governo, que se diz preocupado com as suas contas e com o controle fiscal e principalmente com o nosso futuro. Amanhã, a vulnerabilidade do Brasil de hoje impacta todos nós, brasileiros, inclusive V.Exa., que é um empresário de sucesso no Maranhão e que poderá ter problemas sérios de gestão diante do que pode acontecer com a economia do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado. Só para lhe avisar que V.Exa. conseguiu ouriçar a bancada do Governo. Já existem 32 inscrições.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu tenho prioridade porque fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Antes de começar, também quero registrar que hoje nós, Senadores, estamos em maioria absoluta. Somos sete Senadores. Portanto, mais do que os Deputados. Podemos tomar conta definitivamente desta Comissão. *(Risos.)*

Passo a palavra ao Deputado citado, Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - De fato, algo dever estar acontecendo nos bastidores do poder.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, companheiros Deputadas e Deputados. Quero parabenizá-los por essa corrida dos Senadores à CMO. É um prazer recebê-los aqui na Câmara dos Deputados, na nossa Comissão.

Eu acho que o Deputado Artur Bernardes, no segundo Governo do Getúlio, em 1953, há exatamente 60 anos, dizia que o Brasil sempre vai ter na sociedade representantes que vão tentar fazer do seu discurso, da sua fala, um instrumento para impedir que o Brasil se desenvolva, que o Brasil cresça, que o Brasil prospere.

Eu não sou contador, não tenho formação na área de Economia, mas nosso relatório, nosso trabalho, nossa dedicação sempre foi no sentido exatamente de garantir

não só a transparência, mas também no sentido de dar dimensão em responsabilidade a qualquer desvio de conduta, tanto é que a gente aprovou, por unanimidade nesta Comissão, o relatório da LDO e levamos para o plenário. Praticamente todos os Deputados e todos os Senadores do Congresso Nacional assim o fizeram.

Eu tenho uma visão crítica, inclusive é dita aqui por mim, sustentada por mim, com relação a essa priorização que é feita no Orçamento exatamente para atender o sistema financeiro. Eu acho que um País como o Brasil, que precisa de desenvolvimento, de crescimento tem outras prioridades. Nós temos no Brasil ainda pobreza absoluta, miséria. Nós temos no Brasil ainda, infelizmente, 8 milhões de pessoas que não têm banheiro em suas casas; 15,6 milhões de pessoas que vivem com menos de 3 reais por dia. E a erradicação da pobreza é exatamente o principal mote, a principal bandeira do atual Governo, da Presidenta Dilma. Eu, como Relator, não poderia exatamente fugir da orientação da peça inicial da LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi apresentada a esta Casa. Eu não seria irresponsável de tentar um subterfúgio capaz de criar embaraços para a política fiscal do País, para a política monetária, para a credibilidade necessária da área econômica do Governo exatamente no sentido de que trouxesse para cá um relatório que não fosse de comum acordo com aquele que foi exatamente elaborado pela área financeira do Governo Federal.

Por outro lado, a gente também tem que ter uma noção muito clara de que o cumprimento das metas é exatamente uma atividade em que o setor financeiro tem que se amoldar à realidade dos fatos. Se não assim o fosse, nós teríamos feito a primeira lei fiscal em 1889, quando da Proclamação da República, e de lá para cá não teria tido nenhuma mudança.

Há uma evolução de mercado, há uma evolução de crescimento, há uma evolução cada vez maior de disputa pelos mercados internacionais. Os países, as nações vão-se adaptando a cada momento. Inclusive, a guerra cambial hoje lastreia exatamente todo o mercado financeiro internacional, para onde correm os grandes volumes de recursos. E a gente não vai criar nenhuma dificuldade exatamente no

sentido de quebrar a harmonização que foi construída no Brasil, principalmente para superar o período inflacionário da década perdida, da década de 90, num esforço grande que o País teve, numa postura política assumida, inclusive, pelo Governo do Presidente Lula de dar ao País a credibilidade necessária para o seu desenvolvimento. Isso tem nos norteado, isso tem feito com que nós tenhamos alcançado indicadores de desenvolvimento social, como diz o Presidente Lula, nunca antes alcançados na história deste País. Isso se deve exatamente a essa postura reta, correta, comprometida exatamente com essa responsabilidade fiscal, que tem perpassado do Governo do Presidente Lula para o Governo da Presidenta Dilma.

Por outro lado, nós não podemos aqui fazer da CMO uma tribuna de debate acadêmico. A CMO tem que ter um norte preciso exatamente nas necessidades do País. Os Estados Unidos, a maior nação do mundo, hoje devem mais do produzem. Enquanto isso, eles nos obrigam a termos uma conta de equilíbrio fiscal que eles mesmos não cumprem, porque, quando qualquer país passa exatamente pelas agências de risco, que avaliam a segurança financeira dos países, a credibilidade financeira dos países, elas simplesmente ignoram que a nação mais rica do mundo hoje deve mais do que produz. Isso é incoerente, inconsequente do ponto de vista de qualquer alinhamento econômico necessário para dar credibilidade a qualquer nação do mundo.

Agora, é o modelo deles. Eles podem, eles debatem. Agora mesmo passaram por uma crise difícil do ponto de vista orçamentário, mas houve a compreensão de todos os representantes, de todos os Deputados americanos exatamente no sentido de corrigir erros. E nada mais, nada menos foi feito do que um ajuste exatamente da política fiscal americana, para que o país não fosse à bancarrota ou não ficasse com dificuldades para renegociar o seu próprio endividamento.

Então, esse exemplo também deveria ser seguido por aqueles que querem atrapalhar o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Esse exemplo também deveria ser seguido exatamente por aqueles que cobram uma postura financeira, econômica e monetária do nosso País, que não têm a mesma veemência em cobrar da

grande nação, que é modelo para o capitalismo mundial, que são os Estados Unidos da América. E o Congresso Nacional de lá aprovou exatamente um ajuste fiscal para retomar a credibilidade do seu Governo. É isso que nós estamos fazendo aqui. Não é feio, não é indecoroso, não é nenhum desvio de conduta do Congresso Nacional brasileiro tomar medidas capazes de viabilizar economicamente o seu Governo. Muito pelo contrário, essa é uma obrigação nossa. É uma obrigação da Comissão Mista de Orçamento buscar caminhos capazes para que a gente possa construir um país sólido, um país que se desenvolva, um país que reduza, que faça a erradicação da pobreza no nosso País e que dê equilíbrio inclusive regional, para que nós não tenhamos regiões altamente desenvolvidas, em detrimento de regiões desprovidas de esperança e de expectativa para o nosso povo.

É esse o papel da classe política, é esse o papel do Congresso Nacional, que precisa ser realçado, porque, se é para seguir o exemplo dos americanos, que tanto querem meter a colher na nossa panela, vamos também acompanhar o exemplo do Congresso americano, que fez o reajuste das suas metas, que fez o seu equilíbrio financeiro para dar fôlego, para dar oxigênio para o Governo de Barack Obama. Isso recentemente serve de exemplo para todos nós.

Então, Sr. Presidente, nós não podemos cair na anarquia, nós não podemos cair no descrédito, na falta de consequência a uma política governamental. Se a política governamental ditada pela equipe econômica do Governo é essa, nós temos que criar as condições para fazer com que o Brasil continue crescendo e se desenvolvendo.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Nenhuma palavra sobre a maquiagem fiscal.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O termo pejorativo “maquiagem” não, mas a necessidade de ajustes fiscais precisa ser feito, sim. E todas as nações fazem, inclusive os Estados Unidos fizeram para superar sua crise este ano.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Ali foi questão orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, não, não. Não pode. Deixa o Deputado finalizar. V.Exa. quer falar no final?

Com a palavra o Deputado Bittar agora.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ouvi com atenção aqui as palavras, aliás, eloquentes do Deputado Cajado. Lamento apenas que esse conteúdo não esteja à altura da eloquência de suas palavras.

Quem ouve e acompanha palavras como estas, neste momento, e que eventualmente não viva e conheça a realidade brasileira, fica imaginando que nós estamos à beira do caos, à beira da mais séria crise econômica da história de nosso País e talvez até da história da humanidade.

Quero lembrar ao Deputado Claudio Cajado que a economia brasileira revela sinais de solidez econômica como nunca houve antes na história deste País. Eu vou citar apenas três dados mais recentes que demonstram a confiança do setor empresarial, por exemplo, dos investidores na economia brasileira: leilão do campo de Libra, 15 bilhões de reais para explorar este formidável reservatório de óleo e gás, importantíssimo para o desenvolvimento do nosso País; leilão do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, o Galeão, 19 bilhões de reais apenas para ter o direito de explorar, na forma de concessão, os serviços daquele aeroporto. Dezenove bilhões de reais apenas para ter o direito de explorar, durante 25 anos, os serviços do aeroporto do Galeão. Terceiro: leilão da estrada federal que corta o Estado do Mato Grosso. Desconto tarifário acima de 50% em relação ao valor da tarifa máxima apresentada pelo Governo.

Destaco que são fatos que demonstram a confiança do empresariado, a vontade de continuar investindo numa economia que não está isolada do resto do mundo, que vive um momento de crise verdadeiramente, como a crise europeia, a economia americana que não se recuperou até agora, a própria economia chinesa, que revela sinais claros de desaceleração.

Por que tudo isso? Porque o Brasil não é uma ilha, a China não é uma ilha, os Estados Unidos, a Europa e os demais países do BRICS não são ilhas, são países que operam de maneira integrada neste mundo cada vez mais globalizado e que são afetados, sim, por exemplo, pela mais grave crise, que é a europeia, em que os países europeus mergulharam numa crise fiscal, numa depressão econômica profunda que acaba por afetar as demais economias do planeta, pelo peso que a União Europeia tem no sistema econômico internacional.

Quero lembrar que não há recursos que não sejam normais na execução da política fiscal de nosso País. Não é verdadeira a informação de que o Governo vá fazer essa operação citada pelo Deputado Claudio Cajado. O Deputado Cajado talvez não tenha lido os jornais de hoje adequadamente, em que o Governo desmente que vá utilizar esse tipo de operação para obter suas metas de superávit primário.

O Deputado Afonso Florence, que está aqui ao meu lado, tem as informações precisas que eu deixo para ele apresentar de maneira clara e precisa a evolução das contas públicas brasileiras, a evolução do superávit primário na economia do País e o fato real de que vamos alcançar as metas estabelecidas pelo Governo Federal.

Agora, se os Governos Estaduais não cumprem suas obrigações, não cabe ao Governo Federal ter uma posição paternalista de procurar resolver todos os problemas. O importante é que os valores alcançados, inclusive os deste ano, assegurem que a relação da dívida no que diz respeito ao PIB se mantenha em valores que sejam saudáveis. Trinta e poucos por cento da dívida líquida em relação ao PIB revelam sinais de saúde econômica.

No Governo anterior, apoiado por V.Exa., chegou a 70% do PIB a dívida pública líquida brasileira. No tocante à dívida bruta brasileira, agora virou moda querer discutir apenas a dívida bruta, 60% do PIB, dívida absolutamente saudável, sobretudo quando comparada às dívidas dos demais países. Vejam as dívidas dos países europeus, a dívida bruta americana, as dívidas do BRICS.

A nossa economia revela sinais de que saúde absolutamente incontestáveis. A taxa de crescimento não é aquela que nós desejaríamos? Claro! O Brasil não vai crescer a taxas dissociadas do resto da economia mundial. Estamos na média da economia mundial e revelando sinais claros de crescimento do investimento. Nos últimos trimestres, a economia brasileira tem revelado sinais de crescimento claros, que apontam no sentido da retomada de um crescimento mais sólido, mais acelerado para a economia de nosso País.

O último ponto: a inflação em nosso País. Havia aqueles que, como o Deputado Claudio Cajado, sinalizavam que a inflação estava descontrolada, que o Governo não teria mais como conter a suposta escalada dos preços na economia brasileira. Pois bem, a inflação brasileira está num processo declinante, como revelam os dados.

Por fim, eu quero rejeitar e repudiar a insinuação ou a colocação de que o Governo está intervindo na forma como o IBGE, uma instituição pública da sociedade brasileira, realiza seus cálculos do PIB e os demais cálculos na economia brasileira.

O IBGE é uma instituição que acompanha as boas práticas internacionais, uma instituição autônoma, que altera suas práticas de acordo com o que é estabelecido consensualmente em todos os países do mundo. Estas são as regras que vigem hoje em nosso País.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Jorge Bittar.

Passo a palavra ao Deputado...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Claudio Cajado, V.Exa. tem algum óbice a que eu passe preliminarmente a palavra ao Deputado Caiado?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu sei que o Líder vem em defesa desse mesmo pensamento. Eu só queria aditar o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, eu já vou lhe conceder a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Em relação aos oradores anteriores, há uma confusão. Nós estamos falando de contabilidade criativa. Colocam o investimento no meio, colocam o problema do pré-sal. Isso não tem nada a ver. Nós estamos falando de contabilidade criativa. V.Exa. há de convir. Falam dos BRICs. Por que o Brasil foi o país que menos cresceu entre os BRICs? Não estão todos enfrentando crises? Por que os outros não têm o descontrole das finanças que nós estamos tendo?

O déficit na conta corrente do Brasil era de 120 bilhões. Está em 80 bilhões! O que é esse déficit na conta corrente do Brasil? Então, são coisas que, apesar do esforço que os governistas aqui fazem, não explicam e tergiversam por outras áreas. Nós estamos falando de contabilidade criativa, maquiagem contábil. Isso não tem a ver com a crise. Tem a ver com falta de planejamento, falta de uma atuação mais firme do ponto de vista da responsabilidade fiscal. Esta é a questão. As outras questões são variantes. Nós estamos falando aqui da contabilidade.

O Governo precisa ter uma demonstração clara de que exerce o seu papel como condutor da economia, como viabilizador de políticas públicas, mas que não se descontrolam as suas finanças. Agora, o Governo e os governistas tapam os olhos para os elevados gastos com o custeio. Este é o problema. O Governo arrecada muito, mas gasta muito mais do que arrecada. Este é o problema do Brasil, e não é com investimento, porque, se nós formos ver quanto se gasta com o PAC, com a liberação de recursos e investimentos, inclusive as estatais, é muito inferior ao que se gasta no custeio. E esse descontrole do custeio é que causa esse malefício à economia do Brasil, enquanto as contas do Governo Federal são indutores.

Cadê o Danilo Forte? Esta aí?

O Governo tirou da LDO essa condição de baixar o superávit, de não reestimar receita diante das desonerações que foram feitas, e o pior dos mundos agora é que não precisa tapar o rombo das contas dos Estados e Municípios. Como é que o mercado lê isso? Lê como uma vulnerabilidade. É óbvio!

E, quando se abordam os Estados Unidos, lá a questão é orçamentária. O Congresso não deu, ou acabou dando por pouco tempo, a dotação orçamentária para que aquele governo pudesse gastar. E nós aqui, se tivermos o problema do *default* lá nos Estados Unidos, a partir de janeiro, seremos o primeiro país a sofrer a consequência de um problema que é externo, gerado nos Estados Unidos, mas que, todos estão vendo, estão vulneráveis as nossas contas, a nossa contabilidade, a nossa figura da gestão fiscal. E aí o Governo vai ter muito trabalho para poder conduzir as crises que poderão advir. É este o meu ponto de vista, Presidente.

Eu quero aqui dizer do respeito que eu tenho pelo Deputado Danilo Forte, cujo nome eu sempre cito e que sempre volta — é bom por isso —, do Deputado Jorge Bittar, que já foi inclusive Relator-Geral.

Então é uma questão que nós temos de discutir e que não tem a ver com nenhum cenário que não seja a deste erro de desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal, de fazer uma gestão fiscal frágil e de tentar encobrir como antigamente se fazia, quando dona de casa não tinha televisão e os maridos não reclamavam tanto. O que se fazia? Pegava a sujeira e jogava onde? Debaixo do tapete, porque era mais fácil.

E o Governo insiste nesse retrocesso de jogar todos esses equívocos para debaixo do tapete, como se hoje nós não tivéssemos condições de vislumbrar essa sujeira que está tentando se esconder.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Já que V.Exa. não quis...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Como fui citado...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou passar primeiro a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado, que já pediu. Apesar de o Deputado Claudio Cajado ter sido sondado em ceder o direito à palavra, não o fez e eu vou ceder ao Deputado Ronaldo Caiado a palavra.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Parlamentares, esta não é uma tese contra A ou B. Isto é como fazer um diagnóstico. Ninguém quer o Brasil desse jeito. Quando se tira uma radiografia de um paciente, não se quer que ele tenha uma lesão grave. Até se pede realmente que seja algo menor.

Mas entendo que àquilo que o Deputado Claudio Cajado colocou — ao que o Deputado Jorge Bittar reagiu — não há motivo dessa reação toda, até porque não houve leilão do campo de Libra, não existiu leilão. Foi um negócio. Não houve quem competisse. Como é que foi leilão? Leilão de quê? Leilão em que a empresa chinesa organizou, com a Total e a Shell, e o Governo não tinha mais para quem oferecer e fecharam o entendimento.

A empresa chinesa teve que comprar a participação da PETROBRAS no Peru, para que essa sobrevivesse. Todos nós sabemos hoje que se chama "PETROCHINA". A PETROBRAS não é mais uma empresa de poder chegar àquilo que o Governo propunha, principalmente por parte do Lula, que manchava a mão de petróleo e dizia: *"Olhem aqui, o Brasil é autossuficiente".*

Então, nós temos que descrever os fatos como eles são, ou seja, a PETROBRAS hoje é uma empresa que não consegue mais participar dos leilões, não tem mais como arcar com 30%. O que nós estamos vendo é que o pré-sal não terá novos leilões, porque a PETROBRAS não tem como responder a esse percentual que lhe foi imposto, numa alteração que, em vez de ser concessão, é partilha, porque o Governo não tem como sair dessa encruzilhada que está hoje amarrando e cada vez mais impedindo a PETROBRAS de avançar.

Nós estamos assistindo a outro momento, em que o Governo quase levou à falência a PETROBRAS, segurando o preço do petróleo; ao momento em que o Governo do PT estimulou, incentivou, isentou, à custa das Prefeituras neste País, por isenção de IPI, as montadoras, para a fabricação cada vez maior de carros neste País;

ampliou o crédito para que as pessoas chegassem a ter carnê de mais de 60 meses para adquirir um carro.

Hoje, no entanto, o cidadão está diante da seguinte situação: comprou um carro e tem o carnê; o Governo não investiu em mobilidade urbana e hoje o obriga a pagar uma taxa de IPVA que não consegue pagar, porque foi aumentada numa proporção inaceitável; e o preço da gasolina aumentou enormemente. Então, o cidadão não pode usar o carro, não há investimento hoje no transporte coletivo no País, e ele é um devedor contumaz, tanto na taxa de IPVA quanto no seu carnê de aquisição do carro e ainda há a sua impossibilidade de se deslocar com ele.

Então, nós assistimos a um Governo ao qual estamos sinalizando para que aprenda a poder assumir as posições. O Governo do PT tem medo de assumir aquilo que nós ensinamos para ele. O Henrique Meirelles teve um trabalho enorme para que o Governo do Lula sobrevivesse. Depois que o Henrique Meirelles saiu do Governo, se nós brincarmos, com mais 4 anos de PT, virará outra Venezuela.

Então, o que nós temos de ensinar às pessoas é para que entendam, saibam o que é leilão? Não houve leilão com a PETROBRAS. O Brasil ficou de joelhos e entregou para a China. Agora, há o leilão dos aeroportos. Então, não vamos apelidar as palavras, foi privatização, privatizou-se o Galeão — está lá, privatizou. Hoje é da iniciativa privada, pronto, acabou. Agora, o PT fica com medo de assumir essa palavra. É concessão, é leilão, não, é privatização. Ele entregou e vai ter que entregar muito mais. Por quê? Porque hoje há aquilo sobre o que a ONL acabou de fazer um debate no Rio de Janeiro: nós não temos segurança jurídica no País, nós não sabemos onde o Governo vai intervir, se ele vai ampliar a política realmente de privatização, nós não sabemos qual é o modelo econômico, então, todo o mundo botou o pé do freio, a verdade é esta. Quem está investindo no Brasil e quiser reagir a isso vai fazer bobagem. Ninguém torce contra. Quem está torcendo contra é exatamente o Governo, com essa política econômica que ninguém sabe interpretar. A política e o discurso do Mantega são mais complexos do que o discurso da Marina, ninguém consegue interpretar, ninguém sabe o que eles

falam. Então, é lógico que o cidadão brasileiro, ou qualquer empresário, está refratário a essa situação de total improvisação a todo o momento.

Vai-se leiloar agora uma rodovia no Mato Grosso. Ora, eu queria convidar o Deputado Bittar para que fosse lá, pelo amor de Deus, e visse a situação dramática em que vive aquele povo. É uma verdadeira... Aquilo não é uma rodovia, é uma ferrovia, um caminhão atrás do outro. Ela está hoje com mais acidentes e mais mortes do que a rodovia do Rio Grande do Sul a Santa Catarina. Então, quer dizer, é o colapso total da infraestrutura brasileira. Não tem...

A tese de diminuir tarifa na ELETROBRAS a quebrou, e acabaram os investimentos na área de energia. Quem está investindo de energia no País hoje? O meu Estado, o Goiás, está literalmente parado. Goiás hoje não tem capacidade de acrescer nada. As indústrias montadas em Goiás estão contratando geradores — veja o absurdo a que nos chegamos!

Então, esta é a realidade do Brasil. Não adianta as pessoas quererem reagir contra A ou B. Este é o diagnóstico real. Agora, se quiserem aí mapear, dourar a pílula, seja o que for, maquiagem, tudo bem... Agora, um Governo como esse, em que agora... Só o último dado que recebo: só a população brasileira paga, de diferença de juros entre o que o Tesouro capta, taxa SELIC, e o que o BNDES repassa de TJLP, só isso, 17 bilhões e meio por ano — 17 bilhões e meio por ano! —, só nesse diferencial do empréstimo feito a algumas empresas no Brasil. São 336 bilhões de reais hoje para que o BNDES escolhesse aí os seus campeões.

Então, por isso, Presidente, eu acho que o Governo realmente está batendo cabeça. Está faltando uma pessoa que dê um norte a esse Governo, um Ministério que tenha mais peso do ponto de vista de conteúdo, e que a gente possa trabalhar com o País não querendo maquiar assim o superávit primário, querendo aí buscar dividendo de BNDES, de Banco do Brasil, de Caixa Econômica, dizendo que as Prefeituras são responsáveis — como, se o Prefeito, para receber o dinheiro, é obrigado a passar pelo Senado Federal e ter aprovação do Tesouro Nacional? E agora o Governo

simplesmente diz: *"Olha, o superávit de cada Estado é problema dele".* Nunca existiu isso. Há, sim, quebra da Lei de Responsabilidade Fiscal, sucessivas quebras e desrespeito.

Eu encerro dizendo que, infelizmente, este Governo não está sabendo responder à demanda da sociedade. É o que está aí: 68% da sociedade brasileira deseja mudanças substantivas na eleição de 2014. E eu tenho certeza de que nós vamos aliviar o sofrimento da população fazendo um governo que tenha compromisso com a livre iniciativa e com o mercado e que tenha noção da responsabilidade da educação, da saúde e da segurança pública ao assumir o País em 2015.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só um segundo.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Só me permita...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só um segundo.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Só me permita, Sr. Presidente... Eu quero só registrar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputada Rose de Freitas está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - ... que não apresentarei alteração ao relatório preliminar da LOA. Quero só registrar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputada Rose.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Quero só fazer uma retificação ao que foi dito pelo Deputado Cajado, que citou o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só um segundo.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu já vou dar a palavra a V.Exa. Só um minuto.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Eu cheguei agora e quero saber o que está sendo discutido, porque eu não entendi ainda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Nós estamos discutindo... Na realidade, o que havia sido votado já foi votado. Nós entramos numa discussão sobre maquiagem contábil, se existe ou não. O Deputado Danilo entende de uma forma, o Deputado Cajado entende de outra, e o Deputado Caiado complementou.

O próximo inscrito é o Deputado Florence, mas antes...

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu quero só fazer uma retificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Antes de passar a palavra a V.Exas., só para esclarecer, Deputado Caiado, V.Exa. disse que a PETROBRAS ficou compelida — porque o termo é esse — a participar de todos os próximos leilões com 30% e que ela se extinguiu na sua capacidade financeira para tanto, mas veja que a realidade demonstrou exatamente o contrário. Ela não apenas participou com os 30% que ela tinha obrigação e direito, obrigação/direito, ela foi com 40%, ou seja, 10% a mais do que era aberto a ela compulsoriamente.

Além dos 40%, por uma decisão empresarial da PETROBRAS — de que eu participei, acompanhei, e concordo plenamente —, foi decidido que ela tem que concentrar agora especificamente nesse novo caminho que se abriu a ela, que é o pré-sal. Por conta disso, foi determinado que ela vendesse todos os ativos que possuía fora do Brasil, o que possuía de pequenas centrais hidrelétricas, ou seja, de investimentos que a PETROBRAS vinha fazendo em outros setores, e ela, por decisão da companhia, resolveu vender tudo para se concentrar exatamente no pré-sal.

Então, eu não vejo uma situação, como apregoa V.Exa., tão grave da PETROBRAS. Ela é uma companhia que, no ano passado, teve um lucro extraordinário, na casa de mais de dezenas de bilhões de reais — no ano passado! Então, a

PETROBRAS tem, sim, condições de tocar adiante... Agora, é um desafio imenso que se afigura para ela, um novo mercado, um novo potencial de exploração que ela terá que enfrentar e que não estava previsto. O pré-sal é uma novidade para ela. Então, ela tem que se preparar mesmo, mas ela tem, sim, a capacidade técnica, a capacidade financeira e terá sempre o Governo para apoiar, em nome do Brasil, um setor que será tão importante para todo o Brasil. Eu tenho certeza de que V.Exa., seu filho e seu neto, assim como o meu filho e o meu neto, todos irão usufruir dessa riqueza nacional que é o petróleo para o Brasil. Eu só queria fazer este registro.

Queria passar a palavra para o Deputado Bittar, mas, antes...

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - ...como o Deputado Danilo foi citado...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só uma retificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. quer falar a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só uma retificação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - É Afonso Florence, não é Bittar. Honra-me muito ser chamado de Bittar, mas não sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Perdão.

Tem a palavra o Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, eu queria falar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Depois do Relator, eu passo a palavra a V.Exa.

Pois não, Deputado Miguel.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Eu estou sem som.

Dá para ouvir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu estou ouvindo.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Apenas para esclarecer a proposta da Deputada Rose de Freitas. Nós da Comissão temos a mesma compreensão e entendimento dela, mas eu acho que é melhor, ouvindo os companheiros da bancada aqui, que se discuta mais esse tema e, um pouco à frente, que se assuma com o compromisso de o acertamos com a Oposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O.k.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só para fazer uma retificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É uma questão de ordem.

Deputado Danilo, depois eu passo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Já está aqui. Eu vou botar em votação a errata.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu queria ver isso com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está certo.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só para ficar claro aqui...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. depois. É só para uma retificação.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - ... que eu fui citado dizendo que eu tinha subtraído...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela terceira vez citado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - ... do texto da LDO indicativos em relação a mudanças, com previsão de superávit, e questões de responsabilidade fiscal. Muito

pelo contrário. Posso, sim, não ter acatado algumas emendas que, porventura, poderiam criar embaraços do ponto de vista da aplicação do relatório da LDO, fundamentado numa premissa, num princípio, num conceito de dar eficiência e efetividade ao Orçamento da República. Inclusive, acatamos diversas outras emendas que ampliarão, com certeza, a questão da transparência e também a questão da responsabilidade fiscal sobre a execução do Orçamento, tanto é que nós colocamos, pela primeira vez, a punição para gestores de organizações não-governamentais que tenham condenações por improbidade administrativa, para que não possam gerir recursos públicos de transferência da União para essas instituições. Então, isso demonstra, claramente, a nossa preocupação e zelo com a probidade exatamente na aplicação dos recursos públicos.

Assim também, o que nós não poderíamos era fugir dos balizadores econômicos que regem a política econômica do Governo, senão, ou é necessária a mudança de rumo de Governo, ou de política de Governo, ou do próprio Governo, para que haja essas mudanças.

Então, para não quebrar exatamente dentro de um ano, que ainda percorre o mesmo PPA, que percorre a mesma política econômica, nós não poderíamos fragilizar essa política econômica, porque aí, sim, com certeza, o prejuízo seria da Nação brasileira.

Nós não subtraímos nada do relatório, nós adensamos, nós complementamos exatamente com algumas emendas que achávamos convenientes e oportunas para serem colocadas, inclusive, apresentadas pela própria Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo.

Passo a palavra agora, finalmente, ao Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Obrigado, Sr. Presidente. Eu vou concentrar aqui minhas observações em números fáticos divulgados ou realizados até o momento. E esses números atestam a verdade, independente do calor do debate com que a Oposição trata o tema. É compreensível, faz parte do jogo democrático. A

Oposição primeiro tentou pegar no PIB. O PIB, realmente, não é um PIB expressivo, mas o realizado para o ano de 2013 aponta um incremento de mais de 1,3% em relação ao realizado em 2012. Depois foi a inflação. A inflação está contida. Então, é compreensível, faz parte do jogo democrático. A Oposição busca encontrar um tema que possa colocá-la no jogo da disputa política e busca, com isso, tratar agora o tema da responsabilidade fiscal.

Os números mostram outra realidade distinta da que tentaram pintar aqui, sem apresentar números indicadores fáticos, os próceres e eminentes Líderes da Oposição.

Não é verdade que haja descompromisso do Governo Dilma e do Governo Lula com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pelo contrário, o tripé de gestão da política macroeconômica está mantido com uma dosagem nova, com novos pesos, em decorrência, tanto do projeto de desenvolvimento bem-sucedido e, ao mesmo tempo, de busca de instrumentos anticíclicos para combater a crise mundial e a sua repercussão no Brasil.

Prova disso: taxa Selic. Em termos comparativos, vou comparar com os governos anteriores ao da Presidenta Dilma. No Governo Lula, a média da taxa Selic foi 14,18%. No Governo Dilma, até pouco antes desses dias, porque agora veio a 10%, chegou a 7,5%, mas no Governo Dilma está com uma média de 9,35%. No governo anterior ao do Presidente Lula, foi 18,96% a média da taxa Selic. Portanto, nos dois governos anteriores ao do Presidente Lula, 18,96%; no Governo Lula, 14%; e no Governo Dilma, 9%.

Em relação à dívida líquida, vou apresentar apenas um número. A Presidenta Dilma pegou... O Presidente Lula pegou a relação dívida líquida/PIB no patamar de 60%. E hoje está no patamar de 35%. É verdade que a dívida bruta está no patamar de 58%. Mas ela nunca foi menor. E o que explica o incremento da dívida? Fundamentalmente o aporte de recursos no BNDES.

Se há eminentes Líderes da Oposição reivindicando o reconhecimento da importância estratégica do setor privado, está aqui explicado: disponibilização de bilhões

de recursos em crédito subsidiado pelo Governo brasileiro para empresas investirem em infraestrutura de logística, de transportes, de energia, de infraestrutura urbana, de saneamento e assim por diante.

Portanto, o Governo tem tomado providências objetivas para alavancar o investimento no setor privado. Essa alavancagem ocorreu de acordo com a necessidade do Brasil com a expectativa do Governo? Até o momento não. Qual é a principal variável? Realmente há um problema de expectativas, e nós temos que tratá-las.

Agora, quem tem compromisso com o Brasil não pode advogar o oposto ao óbvio, e o óbvio são os números realizados. Eu vou continuar com a apresentação do resultado primário, o resultado primário previsto, e quero aqui fazer uma defesa da conduta do parecer do Deputado Danilo Forte, porque no que ele apresentou não há nenhum rompimento com os princípios da responsabilidade fiscal. Pelo contrário, o que há é, respeitando a política de responsabilidade fiscal, uma gestão macroeconômica, inclusive dos instrumentos de gestão do tripé, voltada para resultados anticíclicos.

Resultado primário. O realizado no Governo, divulgado pelo Governo esta semana, para outubro, 5,4 bilhões, e o total, até agora, 33,4 bilhões. O previsto na PLOA para 2014: 73 bilhões. E eu quero registrar aqui um compromisso do Governo brasileiro de realizar os outros 40 bilhões e atingir 73 bilhões, que é muito próximo do 2,3 estimado na PLOA.

De fato, o Congresso Nacional aprovou a desvinculação do cumprimento da meta de superávit entre os entes federados. E isso, diferentemente do que foi dito aqui, não é o rompimento da política de responsabilidade fiscal, é o seu aperfeiçoamento.

Os entes federados vão ter o compromisso expresso e legal de buscar essa meta de superávit, cada um deles, os Municípios e os Estados. O Governo Federal fica descomprometido no sentido da obrigatoriedade, mas ele tem a previsão dos 73, ou seja, o 2,3 previsto na PLOA, com a possibilidade de cobertura dos 73 bilhões, que atingem a meta de cobertura do não realizado por alguns Municípios e Estados.

Outra discussão é se os gestores municipais e estaduais, independente dos seus partidos, estão cumprindo a meta. Vale registrar que o realizado, se atingirmos a meta de 2,3, o que na nossa avaliação ficará entre 2 e 2,3, mas, trabalhando com a meta estipulada na PLOA de 2014, se realizarmos o 2,3, a média do resultado primário no Governo Dilma será 2,17.

Se compararmos o Governo Dilma com o Governo Lula, a média do Governo Lula foi 2,22. E se compararmos o Governo Lula e o Governo Dilma com o Governo FHC, a média do Governo FHC é 1,09. É 1 de resultado primário, 1! Do Governo Lula, 2,2. E do Governo Dilma, 2,17. Advogamos como acertada a opção de tirarmos o PAC e considerarmos investimento a opção de desvincularmos as metas, a opção de garantirmos aporte no BNDES.

Com o PAC e com o BNDES nós queremos alavancar o investimento público e o investimento privado. E a prova do sucesso dessa política está nos resultados. A inflação está sob controle. O Governo saltou, nesse meio de ano para cá, de 7,5% para 10% de taxa Selic. Estamos atingindo a meta de resultado primário. Estamos com um câmbio controlado, buscando um câmbio que dê conforto para a indústria nacional concorrer com os importados e que dê conforto para os nossos exportadores.

Portanto, só há um fator de instabilidade na conjuntura: a insistente busca da Oposição de encontrar agora o foco na responsabilidade fiscal, um tema que possa desestabilizar os números macroeconômicos, o desempenho do Governo da Presidenta Dilma, desempenho esse reconhecido pelo povo brasileiro, e é o que provam as pesquisas recentes de aprovação do Governo brasileiro.

Portanto, é compreensível a posição de desespero dos Líderes da Oposição. Os números são irrefutáveis, mas eles sustentam suas teses no oposto ao óbvio. Entretanto, nós podemos dizer que a população brasileira pode ficar tranquila, porque o nível de emprego está mantido, o poder de compra dos trabalhadores e trabalhadoras está mantido, o Minha Casa e Minha Vida está garantido, o Minha Casa Melhor está

garantido, o Bolsa Família está garantido. E nós temos a expectativa de que o povo brasileiro vai garantir a continuidade desses programas a partir do ano de 2015.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Afonso Florence.

Passo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, nobres Senadores, a cada dia a gente vê a distância entre o discurso, a prática e a realidade. A cada dia se vê quererem desqualificar a imprensa brasileira, desqualificar o Judiciário. A cada momento, em qualquer ação, busca-se desqualificar aquilo que é inquestionável. É inconcebível essa prática sistemática de tentar mostrar uma realidade que não é a realidade brasileira.

O telespectador que assistiu ao *Fantástico* viu o que o Governo está fazendo com a água para os nordestinos: é água contaminada, é água com gasolina. E há até corporação que tem muita credibilidade envolvida, o Exército Brasileiro.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - V.Exa. me permite um aparte, Deputado? Água é titularidade municipal. A responsabilidade do serviço é municipal.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Ah! É a isso que eu queria chegar. Fizemos reunião aqui na Comissão de Seguridade Social e Família; como médico, trouxemos os relatórios dos Estados, dos Municípios. E V.Exa., que foi Ministro, reafirmou o que, categoricamente, o Ministério da Integração Nacional disse: *"Água é do Município".* O Exército diz: *"Eu sou pago para fazer a operação".* O Ministério da Integração diz: *"Eu sou pago para arranjar o dinheiro. A culpa é dos prefeitos".*

Então, nós precisamos rever o pacto federativo, porque há Município que não tem água. Aí como V.Exa. vai fazer para abastecer?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sistemas integrados de abastecimento.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - O que nós observamos aqui é a tentativa de mudar um outro Brasil. Hoje estive na Embaixada da Nova Zelândia com investidores e todos eles foram unânimes em dizer que a insegurança no Brasil, em termos jurídicos, quer trabalhista, quer econômica, está fazendo com que os investidores não cheguem ao nosso País, pela falta de credibilidade.

Não é questão de maquiar. Pode até ser que esteja ocorrendo essa maquiagem — eu não sou economista —, mas parece que a intenção do Partido dos Trabalhadores é fazer aquilo que tentou fazer quando votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Está querendo desestruturar, está querendo pôr em prática aquilo que foi defendido em plenário quando nós estávamos aqui lutando pela Lei de Responsabilidade Fiscal e eles foram terminantemente contra.

É claro também que esse debate se torna importante porque para publicidade há recurso. Já foram gastos, pelos relatórios oficiais, 1 bilhão e 200 milhões de reais em publicidade. Será necessária tanta publicidade? Eu pedi informação ao Ministério da Saúde, mas não chegou ainda. Será necessário fazer publicidade lá em Cuba? Será necessário fazer publicidade nos países da Europa? O Ministro não respondeu ainda. Por quê?

Está lá esse investimento no custeio do Ministério da Saúde, enquanto neste exato momento devem estar morrendo milhares, centenas de pessoas. O Ceará é campeão de morte por dengue, problema que pode ser equacionado com prevenção. Agora, dinheiro para publicidade existe. Há humoristas cearenses que dizem que o PAC está de parabéns, porque é o Plano de Aceleração da Comunicação. É o Plano de Aceleração da Comunicação.

Cadê a transposição? Nós temos fotos lá do ex-Presidente Lula: *"Nunca mais a população vai ter sede!"* Na Transnordestina, foto dele em cima de um vagão; foto dele lá todo vestido de petroleiro: *"A refinaria do Ceará".* O tempo passa, e realmente a cada dia fica essa instabilidade.

Diferentemente, em outros períodos, o Deputado Domingos Sávio, como Líder da nossa bancada, jamais quis aqui obstruir por obstruir. Jamais vamos derrubar a sessão por derrubar a sessão.

Nós fazemos uma oposição responsável. A nossa não é a oposição que existia, a do "quanto pior, melhor". Muito pelo contrário, nós queremos construir, mas queremos construir dentro das normas legais, com transparência e sem querer desqualificar aqueles que, ao apresentarem determinados dados, esses dados não sejam qualificáveis; desqualificar julgamentos, desqualificar processos, desqualificar todos os procedimentos. Infelizmente, às vezes, o Parlamento toma essa posição.

É por isso que o Parlamento está muito mal avaliado pela população. Por que a população avalia tão mal o Parlamento? É porque a gente vê as contradições. Os Líderes assumiram aqui um compromisso, em plenário — está gravado —, na Câmara Federal: *"Não vamos votar mais nada, se não for votado o piso dos agentes de combate às endemias e dos agentes comunitários de saúde"*. A Presidente Dilma chega e bota um papel para eles assinarem, todos assinarem, e já o tinham assinado anteriormente com a Confederação — eu vou mostrar no plenário. Qual das duas assinaturas está valendo? A que eles fizeram com a categoria ou a que eles fizeram do outro lado da avenida? Isso é que gera essa instabilidade.

É preciso, no processo democrático, todo esse debate, a fim de que nós possamos dar a nossa contribuição para termos o controle da inflação. Antigamente, não havia inflação. *"Agora, não, está controlada!"* Se está controlada, é porque há inflação. Antigamente, o problema macroeconômico era marolinha: *"Não, é uma marolinha!"* Hoje, não, a justificativa é questões internacionais, não é mais marolinha. Eu fico admirado com a facilidade de se construir um discurso muito longe da prática. A marolinha existe, é a marolona. E a inflação está controlada. Se está controlada, é porque existe inflação. Isso realmente está pesando no bolso da população.

Quando se apresentam dados estatísticos de pesquisas, é claro que essa boa parcela de recursos em publicidade faz a população ficar estagnada. Você bebe água

contaminada, mas está satisfeito com o Governo; você bebe água com querosene, com gasolina, mas está satisfeito. Cem crianças já faleceram em Alagoas. V.Exa., que é da Bahia, sabe perfeitamente que, com certeza, neste exato momento, há criança bebendo água com giárdia, com ameba, com fezes.

Em junho do ano passado, eu trouxe os relatórios aqui, dados oficiais. Foram as Secretarias de Saúde dos Estados que apresentaram os dados. Não são maquiados. E dizem em determinado momento que a Oposição busca insistentemente algo para desestabilizar o Governo. Muito pelo contrário, a gente vê sempre aqui o Deputado Domingos Sávio, coordenador da nossa bancada, fazendo defesas para que possamos avançar, ter realmente um orçamento exequível, e não criando uma expectativa, como fez 3 anos atrás o Líder Arlindo Chinaglia, quando nos convenceu de uma tal emenda de iniciativa popular.

As meninas aqui passaram madrugada adentro abrindo Sedex, conferindo ata e tal. *"Pessoal, vamos aprovar a emenda de iniciativa popular!"* Aí, lá vai a gente para as Câmaras Municipais; a população participando. *"Dois milhões garantidos para a saúde! É preciso recurso para a saúde."* Cadê os 2 milhões da iniciativa popular?

V.Exa., como Presidente da Comissão, bateu na mesa, assim como o Presidente Henrique Alves, na questão do orçamento impositivo. Esperamos que a Presidente Dilma não coloque veto na LDO, senão será mais uma enganação, como a do Deputado Arlindo Chinaglia.

Existem artigos dele nos jornais *Folha de S.Paulo*, *Estadão*, *O Globo*, defendendo as emendas de iniciativa popular, que não se concretizaram. E disso aqui, de qualquer forma, a gente precisa, neste debate, fazer o contraponto, para que, através do contraponto, possamos refletir e construir um Brasil melhor.

As tais concessões, chamadas hoje, vêm com 10 anos de atraso. São 10 anos de paralisação. Por que não privatizaram os aeroportos? Por que não buscaram as parcerias público-privadas nos portos? Dez anos! Agora, não, agora é a salvação de tudo.

Não quiseram dar a mão ao Presidente Fernando Henrique no momento em que fez um projeto, um planejamento de parcerias público-privadas no País, para não termos o gargalo de determinados produtos levarem 40 dias para ser embarcados no Porto de Santos. Estão lá as filas de caminhões. Neste exato momento, centenas de caminhões aguardam o momento de embarcar a produção do nosso País.

Então, a gente quer, neste momento, Senador, dizer da confiança que o PSDB deposita em V.Exa. na condução desses trabalhos, para que nós possamos realmente ter o Orçamento aprovado este ano, nem que seja no dia 29 ou no dia 30. De manhã, de tarde, de noite e de madrugada, nós sempre estaremos presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Eu coloco agora em votação o requerimento do Deputado José Rocha para a inclusão na pauta do Ofício nº 103, de 2013 — Errata ao Projeto de Lei nº 6, de 2013. O autor do requerimento sou eu próprio, Presidente da CMO.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, existe um acordo feito com o Senador Walter Pinheiro na sala da Presidência agora, em que ele assumiu o compromisso conosco de que não teríamos nenhuma votação na data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É verdade.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Ele teria, com V.Exa., um encontro com o Presidente para tratar da LDO, daria a nós uma resposta, e nós faríamos uma pauta, que V.Exa. definiria a partir de segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deixe-me apenas fazer um esclarecimento a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Esse requerimento para a inclusão na pauta, extrapauta, é para que seja incluído e votado na próxima segunda-feira, dando tempo para todo mundo estudar o assunto.

De qualquer forma, é apenas uma errata de um erro material. Não estamos votando nada de mérito. É apenas a inclusão de uma pauta, que será votada na próxima segunda-feira.

Já fizemos aqui, creio, 12 inclusões dessas. Garanto a V.Exa. que isso aqui é absolutamente indolor ou inodoro.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Então, veja bem, nós vamos concordar com V.Exa. nessa posição, mas deixando claro...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - E encerramos logo a seguir.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - ...que, a partir de segunda-feira, nós vamos aguardar essa definitiva posição do Governo em relação ao art. 52 da LDO. Aí é que vai ser o nosso encaminhamento e como nós vamos proceder aqui. Estamos deixando claro para que não haja nenhuma surpresa a partir de terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado.

Requerimento para a inclusão na pauta do Ofício nº 103, de 2013 — Errata ao Projeto de Lei nº 6, de autoria desta Presidência.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento está em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, suspendo os trabalhos desta Comissão, convocando a continuação desta reunião ordinária para segunda-feira, dia 9 de dezembro, às 18 horas, neste plenário.

Declaro suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deixa-me primeiro fazer a reabertura.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Está bom, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - ...destinada à apreciação das matérias constantes na Pauta nº 30, de 2013, alterada.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônicos localizados nas bancadas. Hoje nós teríamos pautadas aqui as leituras dos relatórios — com os Relatores Senadores presentes — de infraestrutura, saúde, integração nacional, educação, planejamento, Justiça, poderes de Estado e representação, agricultura e trabalho.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Danilo Forte, pela ordem.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fui responsável pelo relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO. Na LDO, sem sombra de dúvidas, a gente teve uma preocupação muito grande em construir avanços não só do ponto de vista da execução orçamentária, mas, inclusive, do ponto de vista da autonomia do Congresso Nacional. Nós sabemos que o Poder Legislativo, desde o Império, luta para ter uma autonomia com relação ao Poder Executivo. E, graças ao empenho do nosso Presidente Henrique Eduardo Alves, que, inclusive, está aniversariando hoje, a emenda do orçamento impositivo foi estabelecida nesta Casa, foi votada na Câmara e modificada no Senado. Com a modificação, no retorno dela para a Câmara, foi gerado um impasse na CCJ com

relação à quebra da PEC em duas PECs, uma referente ao orçamento impositivo em si e outra referente ao financiamento da saúde.

Nós fizemos na LDO exatamente o cumprimento do acordo que foi feito no Senado. Esse cumprimento, inclusive, foi feito, relatado e construído junto com a Ministra do Planejamento Miriam Belchior, por quem eu tenho todo o respeito e admiração. Ela sabe que foi feito exatamente com base nesse acordo.

Acontece que hoje à tarde houve uma reunião dos Líderes do PMDB, do PP/PROS e do PT com a Ministra Ideli Salvatti. Eu fui convocado pelo Líder do meu partido, Eduardo Cunha, para uma reunião agora no final da tarde, onde ele me falou que foi dito pela Ministra Ideli Salvatti que o Governo não tinha nenhum compromisso com a LDO, que o compromisso do Governo seria com o relatório da PEC. Em razão do quadro que foi gerado e da forma como foi encaminhado, inclusive quem se beneficiou do orçamento impositivo na LDO terminou sendo exatamente o Ministério da Saúde, porque foram aportados para o Ministério da Saúde mais de 4,1 bilhões de reais, exatamente pela obrigatoriedade dos 50% das emendas dos Srs. Parlamentares. Inclusive vários colegas nossos, como o Deputado Claudio Cajado, foram muito veementes, eram contra o orçamento impositivo exatamente porque mobilizava recurso obrigatoriamente para o Ministério da Saúde, e a gente fez cumprir o acordo.

Então, não tem sentido, neste momento, a gente dar prosseguimento à leitura dos relatórios ou sequer iniciarmos qualquer tipo de votação, até porque a gente precisa ter clareza com relação ao posicionamento do Governo. Se o posicionamento do Governo for o de vetar o orçamento impositivo, a Câmara dos Deputados não vai se sentir confortável — e nós não vamos fazer papel aqui de otário — em ter servido ao Governo no momento em que mobilizamos 50% das nossas emendas para fortalecer o orçamento de uma Pasta que tem uma precariedade muito grande e que é uma necessidade para a Nação melhorar o atendimento à saúde. Isso em razão do quê? Em razão de o Governo menosprezar todo o encaminhamento que foi feito?

Então a gente precisa de uma confirmação clara por parte da relação institucional do Governo Federal. A gente precisa saber qual é o posicionamento do Governo com relação a essa questão, porque, dependendo do desdobramento, a bancada do PMDB, na reunião que houve no seu pleno na quarta-feira, tirou como decisão só votar a LOA (Lei Orçamentária Anual) depois da sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em plenário do Congresso Nacional. E nós precisamos de uma posição do Governo agora.

Então, diante dos fatos, nós estamos aqui arguindo o art. 185 do Regimento da Comissão, onde a gente verifica a possibilidade do quórum ou não com relação ao encaminhamento de qualquer resolução por esta Comissão. Nós não temos nenhuma vontade de impedir que o País tenha um orçamento. É um momento necessário. O País precisa de um orçamento, principalmente em um momento como este, em que precisamos recuperar a credibilidade junto ao mercado financeiro, principalmente ao mercado financeiro internacional, em um momento em que o País precisa alavancar os investimentos, principalmente para melhorar a logística, para aumentar a nossa competitividade. Como nós fizemos uma LDO dirigida exatamente para dar eficiência e efetividade ao Orçamento da União, nós não podemos corroborar com a insegurança que foi criada a partir de uma reunião que foi feita entre o Líder do meu partido, o PMDB, com o do PT e do PP/PROS, junto com a Ministra das Relações Institucionais, hoje à tarde, que disse clara e objetivamente que não tinha compromisso com o resultado da LDO, que foi construído, inclusive, com o aval do Ministério do Planejamento.

Então, diante desse fato, nós, do PMDB, pedimos que seja arguido o art. 185 do Regimento da Câmara.

O SR. DEPUTADO AFONSO FCLORENCE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, apesar de sensibilizado pelas preocupações do Deputado Danilo, a nossa compreensão é a de que são coisas distintas. Uma é a negociação em curso, que nós temos a expectativa de que

tenha um desenlace conveniente aos partidos que postulam o não veto na LDO do item do orçamento impositivo, mas nós entendemos que, havendo quórum, fazermos a leitura dos relatórios não impede que possamos, oportunamente, sem afogadilho de data, fazer apreciação para o voto.

Portanto, o meu encaminhamento, objetivamente, Presidente, é que, se for possível, façamos a leitura dos relatórios ainda nesta sessão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Afonso Florence.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e os membros da Comissão. É preocupante o expressado pelo Líder do PMDB aqui na Comissão, Deputado Danilo Forte. É grave por vários vieses. Primeiro, o Deputado Danilo Forte relata que o Governo não demonstra compromisso com o que foi votado pela LDO. Consequentemente, as emendas apresentadas pelos Deputados, 50% na área da saúde e 50% em várias outras áreas, em tese, não terão o compromisso de liberação, porque, se for vetado o art. 52 da LDO, que, mesmo sem aprovação da proposta de emenda à Constituição, a PEC que trata na regra constitucional o orçamento impositivo, para o ano de 2014, a LDO tem força de orçamento impositivo. Para 2014. Porém, se houver veto, desfaz-se esse imperativo, o que significa dizer que as emendas são meramente autorizativas.

E como ficam as emendas apresentadas pelos Deputados e pelos Senadores ao Orçamento Geral da União, se for com base na LDO? Eu quero assistir a essa briga de camarote, porque eu fui contrário a esta posição. E, se não houver compromisso do Governo em relação ao art. 52 da LDO, eu quero ver, Presidente, quem vai dar solução a esse imbróglio, porque, não existindo impositividade no Orçamento, se o Governo só liberar as emendas de saúde, como vão ficar os Prefeitos lá do Maranhão, que querem a sua praça, a sua pavimentação, a construção do seu mercado, a sua quadra, o seu

ginásio de esporte. Cria-se um problema gravíssimo — e o Deputado Guilherme Campos aqui me corrige, porque não é o Prefeito apenas, mas, acima de tudo, a população —, terrível, principalmente para a base do Governo, Deputado Danilo. Vocês sofrerão mais do que as oposições. Eu denunciava isto: é um erro aprovarmos a LDO sem que haja o orçamento impositivo, mas fui voto vencido. Eu dizia mais: é um erro, Senador Ricardo Ferraço, aprovarmos as emendas impositivas ao Orçamento Geral da União vinculando-as com a área de saúde, sem que se aumentem os recursos para a saúde, porque se está tirando recurso para a saúde. Ou seja, além da queda do cavalo, o coice.

Então, eu espero que nós possamos, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Antes de chegar ao chão...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Antes de chegar ao chão, diz-me aqui o Deputado Lourival Mendes.

Então, Sr. Presidente, eu acho que V.Exa., já que o Deputado Danilo Forte invocou o Regimento Comum, art. 75, não tem alternativa. Vai ter que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Tem? Então vou esperar a decisão de V.Exa.

Mas eu diria que seria bom V.Exa. convocar uma reunião urgente com o Governo, porque essa é uma questão que pode fulminar de morte os prazos que todos nós acordamos para votar o Orçamento deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Claro.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então, eu apenas quero expressar essa minha preocupação e espero a decisão de V.Exa. para poder, se for o caso, usar da palavra de novo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado.

Antes de declarar a minha decisão eu gostaria de falar breves palavras para todos aqui presentes. Nós temos aqui, Senador Ferraço, um número imenso de jornalistas e de assessores aguardando que nós façamos nosso papel.

Em primeiro lugar, eu quero enaltecer o esforço de todos os membros desta Comissão, que, incansavelmente, vêm buscando entregar ao nosso País, ao Brasil, uma lei orçamentária condizente com nosso *status* de economia mundial.

Como Presidente da CMO eu procurei sempre compartilhar minhas decisões. Busquei o quanto possível o equilíbrio, principalmente na distribuição das matérias a serem relatadas. Não diferenciei bloco de Governo de Oposição. Passei importantes matérias a serem relatadas para importantes membros de oposição ao Governo que cumpriram com responsabilidade o seu papel de Relatores do Orçamento nesta Comissão.

Com a colaboração de todos, até este momento, nós tivemos a grandeza de superar todos os obstáculos que aqui apareceram, e que não foram poucos. Havia inúmeros obstáculos no nosso dia a dia, na rotina desta Comissão e, graças a Deus e aos membros desta Comissão, todos foram superados.

Eu, neste momento, faço um apelo aos meus colegas e aos meus pares: nós precisamos votar este ano ainda o Orçamento da União. A sua não aprovação trará prejuízos irreparáveis à Nação brasileira, impedirá a realização das despesas em razão do princípio da legalidade, que deve ser observado pela administração pública. E, ao contrário dos exercícios anteriores, no de 2014 o Governo não terá autorização provisória para investimentos diretos da União, inclusive referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento e da Copa do Mundo.

Eu assevero que, sem a votação do Orçamento da União ainda este ano, também não haverá emendas parlamentares em 2014, o que acarretará, de imediato, prejuízo a todos os Municípios que dependem ou que contam com os recursos dos seus Deputados e dos seus Senadores para implantarem importantes projetos de investimento nos seus Municípios.

Com base nisso tudo, eu não tenho como passar por cima do pedido de ordem do Deputado Danilo Forte, que, em nome do seu partido... E eu conferi o Regimento, ele representa cinco membros desta Comissão, portanto, sem apoiamento ele pode requerer verificação de quórum, mas nós temos quórum presencial de dois Senadores e de seis Deputados.

Eu vou promover a leitura do relatório dos Senadores que estão aqui presentes, até em respeito aos Senadores que vieram para ler seus relatórios, mas eu fico na impossibilidade de colocar em votação esses relatórios.

Então, nós vamos fazer a leitura desses relatórios hoje, ainda registrando que nós temos um papel com o nosso País. A reunião com o Governo foi ruim hoje, mas vamos tentar buscar um entendimento para que o Governo possa ser equilibrado nas decisões.

E, respondendo ao Deputado Claudio Cajado: Deputado, eu compartilho da sua preocupação também, mas, se V.Exa. puder se lembrar, eu disse na reunião passada que o problema que o Governo criar vetando a LDO nós Parlamentares teremos o poder hoje de resolver derrubando o veto.

Eu sou da base do Governo e eu sou um que votaria sem problema nenhum derrubando o veto da Presidente em relação ao trabalho que esta Comissão realizou, como eu acho que é esse o sentimento de todo o Senado e de toda a Câmara dos Deputados. Portanto, eu não vejo isso como um problema insolúvel. Então, há de prevalecer o desejo já discutido há tantos e tantos anos no Congresso Nacional de fazer valer o orçamento impositivo. Então, isso não me preocupa.

Eu passo agora a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para que promova a leitura do seu relatório.

Com a palavra...

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Presidente, Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, Deputado Weverton Rocha.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Presidente, no início das suas palavras... E aqui ninguém vai discordar, eu tenho certeza, nem Oposição, nem nós da base do Governo, da forma como V.Exa. tocou a Comissão. E, diga-se de passagem que, se tivemos alguns atrasos, não foi por conta da condução desta Comissão. Foram discussões e decisões demoradas que faltaram vir do Governo para cá.

Nós temos hoje, Senador Ferraço, uma questão muito clara, que o Deputado Danilo colocou, e isso vai nos criar um problema sério nesta Casa. É essa falta de decisão e de postura do Governo quanto à questão do cumprimento do que já tínhamos combinado.

Então, eu queria fazer aqui um apelo a V.Exa. para que ainda hoje esta Comissão, através dos Senadores e do Presidente, converse com o Governo para que possamos ter essa resposta afirmativa aqui dentro desta Comissão de que o que foi combinado será cumprido. Essa questão de dizer que se vetarem nós vamos derrubar, eu acho que não era nem essa a discussão, Presidente, porque se eles combinarem e conseguimos chegar até aqui, todos os Parlamentares, mesmo a contragosto, a maioria destinar as suas emendas — 50% para a saúde — e chegaram a um entendimento dentro da LDO... E detalhe, ao que nos consta, o Deputado Danilo Forte construiu essa LDO dialogando com a Ministra Miriam Belchior. Não foi algo unilateral. Não foi uma ação da cabeça dele ou do partido dele. Ela sentou-se à mesa, o Ministério do Planejamento disse: *"Nesse formato é possível".* Então, como que, no segundo tempo, acabando o jogo, ela disse que a regra não é essa, ou que pode mudar?

Essa insegurança é ruim. Para o bom andamento e para o cumprimento do prazo é preciso que hoje o Presidente consiga se sentar novamente com o Governo e colocar para os técnicos e para a área política que a palavra tem que ser cumprida. É preciso dar essa segurança a todos os partidos, para que possamos dar bom andamento a esta Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Weverton.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu quero só fazer um esclarecimento, se for permitido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Danilo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu tenho uma preocupação política muito grande com o Congresso Nacional. Eu concordo com V.Exa. quando diz que é fundamental votar o Orçamento, até porque é a lei mais importante do Congresso Nacional, tanto no que diz respeito à elaboração, quanto à fiscalização, na qual somos muito deficientes, inclusive nós aqui CMO, com relação à fiscalização do Orçamento público com seus investimentos.

Do ponto de vista regimental, podemos até ter número. Agora, do ponto de vista político, se nós não arguirmos para nós mesmos a responsabilidade que nós temos com esta Casa, nós vamos continuar vassalos do Poder Executivo. O momento do enfrentamento, a vitória política que se obteve, a condição de fazer o orçamento impositivo valer e o reconhecimento e o respeito que o Executivo deve ter para com esta Casa é neste momento agora. Não há outro momento na história. O momento é este. Então, é uma questão política.

Nós, na Comissão de Orçamento, estamos acostumados a virar Natal e Ano-Novo trabalhando aqui. Eu me lembro de que nós já saímos uma vez daqui com o Chiclete com Banana tocando ali na Praça dos Três Poderes, começando o réveillon de Brasília. Então, não é a primeira vez que nós fazemos esse cronograma, nem vai ser a última. Os Deputados sempre se fazem presentes para fazer a votação. Os Deputados nunca negaram o seu apoio a dar ao País um orçamento. Agora, sermos ultrajados, humilhados e usurpados do nosso poder de autonomia como nós estamos sendo agora é uma resposta covarde. Isso se nós dermos continuidade a esse processo.

Então, eu sou obrigado a reconhecer o quórum. O Regimento permite isso, mas eu acho que, do ponto de vista político, nós temos uma posição muito clara, inclusive

por unanimidade da bancada do PMDB na Câmara. Nós só vamos concluir a votação do Orçamento, da LOA 2014, depois de concluída a votação da LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, o que nós — e V.Exa. teve um papel fundamental nesta Comissão — estamos tomando agora, estrategicamente, a atitude mais inteligente, seguindo a sua tese. Então, perceba: se não houver um acordo com o Governo, a leitura por si só será inócua, porque, se o partido do PMDB está em obstrução, não vai haver a votação dos relatórios. Na hipótese de haver, vamos dizer, acordo com o Governo, a leitura dos relatórios nos propiciará o cumprimento de todos os nossos prazos.

Então perceba que a leitura dos relatórios não prejudica o posicionamento de V.Exa. Ela defende o Congresso Nacional perante o Governo e possibilita, caso haja acordo, que continuemos perfeitamente com os nossos cronogramas. Portanto, ela em nada diverge ou difere do que V.Exa. acabou de dizer aqui.

É importante que possamos ler os relatórios. Não vamos votá-los porque V.Exa. pediu verificação de quórum, mas nós vamos ler os relatórios, porque, caso amanhã de manhã façamos um acordo, pelo menos teremos andado com a nossa carruagem.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado. Em seguida, terá a palavra o Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, esta é justamente a tese que nós da Oposição defendemos. O partido, com base na tese do veto ao art. 52, terá muita dificuldade para votar o Orçamento este ano, pode ter certeza. E eu acho que este não é um sentimento só da Oposição, como ficou claro agora com a postura do Deputado Danilo Forte, que fala claramente em nome do PMDB.

Eu penso que, como não houve nenhum diálogo com o Governo nesse sentido — hoje fui surpreendido com essa informação do Deputado Danilo —, vou manter, pelo meu partido, o acordo feito para podermos acelerar a apresentação e a leitura do relatório, mas sem votação, nem hoje nem amanhã. Isso é o que ficou acordado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - A partir de quarta-feira, nós teremos como votar tudo. Por acordo, nós votamos todos os relatórios setoriais.

Outro calendário me foi exposto há pouco, por sugestão do Presidente Renan, e eu não concordo com ele. Seria para votarmos tudo até o dia 19. De afogadilho nós não votamos, Sr. Presidente. Fazemos um acordo, mas de afogadilho não agiremos.

Então é preciso haver reunião do Relator-Geral com as bancadas e discussão dos relatórios que estão sendo lidos hoje, para que possamos fazer acordo em relação a eventuais destaques que precisam ser apresentados.

Portanto, nós queremos ir adiante. Mas, se houver efetivamente uma demonstração — espero que as oposições sejam ouvidas — nesta questão específica levantada pelo Deputado Danilo Forte com referência a veto à LDO, realmente vai se jogar fora todo o trabalho que nós fizemos. Mas esta responsabilidade não nos caberá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É claro.

Com a palavra o Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente de saudar os nossos companheiros e de relembrar um pouco a origem do impasse que nós estamos vivendo e que eu acho que temos plenas condições políticas de resolver, Deputado Danilo Forte.

Hoje houve uma reunião no Palácio, da qual eu participei. O nó que gera este problema...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Danilo Forte também participou? Ou só o Deputado Eduardo Cunha?

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - O Líder Eduardo Cunha. O nó que atrasa o nosso cronograma é exatamente o fato de que parte do acordo com o Governo não foi cumprida. Nós estamos levantando a parte que supostamente o Governo está cumprindo, mas o acordo completo era atrasarmos a LDO por conta da PEC do Orçamento Impositivo. Acontece que esta Casa — nós temos que fazer uma autocrítica

— desmembrou a PEC do Orçamento Impositivo, demonstrando mais uma vez que quem muito quer nada leva.

O acordo incluía na PEC do Orçamento Impositivo certas características, mas a matéria foi desmembrada há 2 semanas na CCJ da Câmara e isso nos jogou num mar de insegurança.

Acho que há plenas condições de resolvermos este problema, Deputado Claudio Cajado, e a sua postura eu gostaria de louvar aqui. Nós não podemos inviabilizar a possibilidade de acordo, que vai ser tratada com o Líder do PMDB, com os Líderes da Oposição, criando obstrução em etapas, eu diria, desnecessárias, uma sobreposição de camadas de processos a serem resolvidos, de modo que o próprio acordo inviabilize a aprovação do Orçamento.

Portanto, estou com o Presidente desta Comissão, que a tem conduzido de maneira muito sábia. Permitamos a leitura. Amanhã temos sessão do Congresso Nacional. Nós não sabemos como será essa sessão. E temos uma série de outras questões a tratar. Temos a pauta do dia 19 novamente trancada pelo Congresso, temos o veto a um projeto importante, que é o da criação de Municípios, enfim, temos muitas variáveis, e não podemos criar mais uma, que obstrua a aprovação do Orçamento, senão ela pode se voltar mais uma vez contra nós. Porque, efetivamente, o que nós fizemos na CCJ está se voltando contra nós: é o feitiço se voltando contra o feiticeiro.

Portanto, faço um apelo ao Deputado Danilo Forte para que nós permitamos a leitura e continuemos a discussão. Houve conversa com o Líder Eduardo Cunha, e eu acho que as questões ainda estão conturbadas, digamos, há muitas variáveis indefinidas, mas há um caminho rumo ao acordo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Puty.

Pois não, Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Em momento algum o acordo que foi feito para a LDO teve como condicionante a votação da PEC. Em nenhum momento! Eu

participei de mais de 30 horas de reuniões com o Ministério do Planejamento, e em nenhum momento isso foi sequer citado. Nós, preocupados com a elaboração do relatório e preocupados com a política de viabilização do relatório, sabendo das dificuldades de prazo para a aprovação da PEC, até porque entendíamos que o Senado ia fazer as mudanças, é que fizemos o relatório com base num acordo feito pela base aliada no Senado. A LDO comunga, a LDO reza, está narrado na LDO, descrito na LDO o acordo feito no Senado com o Governo. Mas em momento algum houve a condicional...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a participação dos Deputados.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Com a minha participação e com a participação de todos os demais, entre eles o Relator da PEC, Édio Lopes, o Líder do PMDB, Eduardo Cunha, o Líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira, o Líder do Governo, Eduardo Braga... Todos participaram desse acordo. Tanto é que nós votamos o relatório e o PT votou conosco sem nenhum problema, também no Plenário do Congresso Nacional.

Então, a LDO não ficou, em nenhum momento, condicionada à PEC. Não vamos agora querer justificar com a PEC uma mudança no encaminhamento das coisas. Não é isso. A responsabilidade pela divisão da PEC na CCJ é da incompetência da relação institucional do Governo, da falta de articulação política do Governo, que trata o Congresso Nacional desta forma: discute uma coisa, acerta, depois descumpre, não tem compromisso de começo, meio e fim. Isso precisa ser dito com clareza, porque nós cumprimos com a nossa obrigação em todos os momentos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Deputado Danilo, V.Exa. fez um acordo com o Governo para a LDO? É isso?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Foi feito um acordo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Com quem?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Com a Ministra do Planejamento.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Vamos à leitura, Sr. Presidente. *(Ininteligível.)* ... obstrução, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não com a Secretaria da...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Com a Ministra do Planejamento, que foi quem acompanhou a elaboração da LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então vamos passar a palavra ao Relator, Senador Ricardo Ferraço.

O Relator Setorial está com a palavra, para a apresentação do seu relatório. Os prazos de destaque estão iniciados e serão finalizados ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. SENADOR RICARDO FERRAÇO - Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Lobão Filho.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Senadores, recebi do Presidente Lobão Filho a designação de relatar a Área Temática 8 - Poderes do Estado e Representação. Esta área trata das programações orçamentárias dos órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público da União, do Ministério das Relações Exteriores e da Presidência da República, todos de essencial importância para a manutenção do Estado brasileiro.

Cuida também de importantes áreas sociais, como políticas para as mulheres, proteção e defesa dos direitos humanos e promoção da igualdade racial. É este, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, o foco principal do escopo do nosso relatório.

Primeiramente, gostaríamos, evidentemente, de lamentar que o trabalho das relatorias setoriais, tal como se encontra previsto nas normas regimentais, inibe, é verdade, um trabalho mais profundo e contundente da reorganização das programações de cada área em que se divide o Orçamento na tramitação legislativa.

O Relator Setorial tem de trabalhar com os escassos recursos transferidos pelo Relator Geral. Não pode propor a extinção de programações que entenda inoportunas, não pode acrescentar recursos em áreas que entenda insuficientemente dotadas, muito menos propor a redução de dotações que não sejam investimentos. São amarras, gargalos que, sem dúvida, impedem um trabalho pleno, impedem que possamos, no debate parlamentar, aperfeiçoar, aprimorar a Lei Orçamentária.

O volume de recursos à disposição de nossa relatoria não nos permitiu atender, como gostaríamos, todas as demandas que nos chegaram por meio das emendas coletivas dos nobres congressistas, emendas das bancadas que representam os Estados e emendas das nossas Comissões Permanentes, tanto da Câmara como do Senado.

Tínhamos recursos suficientes para atender as emendas individuais — foram 436 —, um total de 158 milhões de reais.

No caso das emendas coletivas de apropriação, no entanto, nossos recursos eram e são muito reduzidos. Precisaríamos de 7 bilhões de reais para atender as 42 emendas que nos foram apresentadas. Tínhamos apenas 4,7% desse dinheiro, ou seja, 332,1 milhões.

Para contemplar um pouco melhor as emendas, cortamos aproximadamente 3% nas dotações de investimento a partir de 10 milhões. A disponibilidade passou para 379,1 milhões.

Tivemos então de fazer escolhas, e as nossas escolhas se pautaram pela preocupação com a redução das desigualdades sociais e com a promoção de direitos e oportunidades a todos os brasileiros.

Nessa linha, Sras. e Srs. Congressistas, optamos por favorecer a alocação de maiores somas para as emendas voltadas para a Secretaria de Políticas para as Mulheres, para a Secretaria de Direitos Humanos, para a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e para a Defensoria Pública da União.

Na Secretaria de Políticas para as Mulheres, pasmem V.Exas., os recursos alocados para investimentos caíram pela metade do Orçamento de 2013 no Projeto de Lei Orçamentária de 2014 — estão previstos investimentos da ordem de 33,4 milhões de reais no ano que vem, contra os 68 milhões deste ano, em que pese toda uma agenda perversa que nós estamos enfrentando, cada vez com maior intensidade de ações de políticas que possam combater todo e qualquer tipo de violência contra a mulher.

As dotações globais para a Pasta também caíram de forma significativa: de 188,8 milhões para 140,8 milhões de reais.

Foi para evitar o corte radical de ações e programas bem sucedidos que decidimos beneficiar a Secretaria de Políticas para as Mulheres com emendas coletivas no total de 60,3 milhões de reais. Isso praticamente triplica a possibilidade de investimentos para 2014, aumentando as dotações globais da Pasta em 43%.

É um reforço significativo. Em vez de construir 7 unidades da Casa da Mulher Brasileira, por exemplo, a Secretaria vai poder construir 22 e atender a maioria das capitais do País com serviços de defesa dos direitos individuais, acompanhamento e orientação psicossocial, avaliação de risco, prevenção de agravos à saúde, promoção da cidadania e autonomia econômica e proteção da vida das mulheres brasileiras.

No caso da Secretaria de Direitos Humanos, a história é parecida. A dotação proposta para 2014 para despesas de capital é de 62,8 milhões de reais, quase metade a menos que os 122,6 milhões de reais de 2013, um corte injustificável num País revigorado democraticamente, que tanto lutou pela primazia dos direitos humanos.

Para reforçar o orçamento da Pasta, a decisão também foi no sentido de atender às emendas coletivas voltadas para a área, no valor de 30 milhões de reais. O impacto positivo só nas despesas de capital é de 48%. Se considerarmos a totalidade das dotações e o atendimento das emendas individuais, nosso relatório aumenta em quase 40% — em 39,5% — os recursos destinados à Secretaria de Direitos Humanos.

Os 30 milhões de reais das emendas coletivas são, na verdade, suficientes para dobrar as ações de capacitação, atendimento, apoio a fóruns, financiamento de projetos de promoção, proteção em defesa dos direitos das crianças e do adolescente.

Os recursos das emendas coletivas também permitem duplicar as ações de capacitação sobre direitos humanos dos idosos, a realização de estudos e pesquisas para a construção de políticas públicas de atenção e proteção a essa faixa tão vulnerável da população brasileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, no que se refere à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, outro setor que mereceu atenção especial em nosso relatório, acolhemos com 12 milhões de reais a única emenda apresentada para promoção e igualdade racial. Esses 12 milhões de reais aumentam em quase 200% o montante destinado à Secretaria para investimentos. O impacto total é de 31%.

Não podemos falar em promoção da igualdade racial se não garantirmos o mínimo de recursos necessários à execução de políticas públicas nesse sentido.

A Defensoria Pública da União foi outra área que julgamos essencial ser reforçada. De nada adianta termos leis que assegurem assistência jurídica aos menos favorecidos se não dotarmos o Estado dos meios próprios para executar essas mesmas leis.

A precariedade de nova Defensoria Pública e o seu papel estratégico na defesa social de milhões de brasileiros nos levaram a acolher, pelo menos parcialmente, as duas emendas coletivas apresentadas em favor da instituição. São 30 milhões de reais de recursos a mais, que vão aumentar em 10% o potencial de atuação desse importante órgão em 2014.

A decisão levou em conta, ainda, a Emenda Constitucional nº 74, de 2013, que estabeleceu autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública da União em nosso País.

Sras. e Srs. Congressistas, além de reforçar o orçamento de instituições estratégicas do ponto de vista social, também acolhemos em nosso relatório a demanda da Advocacia-Geral da União.

A AGU precisa, com urgência, de uma modernização administrativa e tecnológica, de forma a estar à altura das prerrogativas previstas no art. 131 da Constituição Federal.

É por esse motivo que estamos propondo o atendimento das emendas respectivas, aportando à Advocacia montante da ordem de 50 milhões de reais para a realização de sua programação do trabalho prevista para 2014.

Foi também com base nesse critério que atendemos ao Ministério Público Federal, à Justiça do Trabalho, inclusive às bancadas do Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, que apresentaram emendas específicas.

Lamentavelmente, não tivemos como atender com maior soma de recursos às demais emendas coletivas. No entanto, reconhecendo o mérito de cada uma delas, além de alocar o mínimo de 3 milhões de reais, estamos recomendando, sugerindo ao Relator-Geral que, além dos recursos que vierem a ser alocados pelos coordenadores de bancada, acresça em todas elas o montante do atendimento.

São estas, Sras. e Srs. Congressistas, as razões que me levam a requerer a V.Exas. apoio à votação, no momento adequado e oportuno, do Relatório que submetemos a V.Exas.

Sr. Presidente, é este o relatório que submeto a V.Exa. e, naturalmente, ao conjunto das Sras. e dos Srs. Senadores e Deputados que fazem parte desta importante e estratégica Comissão do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Ricardo Ferraço. Agradeço a V.Exa. a elaboração do relatório, a dedicação. V.Exa. foi o primeiro Parlamentar a apresentar o seu Relatório Setorial. Tenho certeza de que trabalhou ao

longo dos finais de semana, ao longo das madrugadas, e hoje coroou com a leitura do seu relatório.

Concedo a palavra ao Senador Willder Morais...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, reza o art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, que a apreciação só pode ser feita com o prazo de 2 dias úteis para apresentação, leitura e debate dos relatórios. E, pela informação que temos aqui, inclusive dos relatórios setoriais entregues com data aqui estipulada pela própria Comissão Mista de Orçamento, o único relatório que estava apto a ser lido era exatamente o do Senador Ricardo Ferraço, que, com muita competência, zelo e dedicação, apresentou-o a tempo. Então seria uma incoerência, do ponto de vista jurídico, dar prosseguimento às leituras, na medida em que os demais relatórios foram apresentados em data posterior ao dia 6, o que não dá 2 dias úteis, conforme reza o art. 128 da Resolução nº 1, de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Em respeito à posição do Deputado Danilo Forte, vou suspender esta reunião. Não vou nem iniciar a discussão do relatório apresentado e transfiro...

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Em respeito ao Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Em respeito ao Regimento, transfiro a reunião, conforme estava previsto e marcado, para amanhã, às 10 horas.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, a apresentação do destaque fica para depois?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não vou nem iniciar a discussão.

Está suspensa esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Bom dia a todos e a todas.

Declaro reiniciada a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta 30, de 2013, alterada. Informo que as matérias estão acessíveis, nos terminais, na pauta eletrônica nesta bancada.

Eu acabei de falar com o Presidente da Comissão, Senador Edson Lobão Filho, e, em decorrência do impasse que foi gerado ontem na Comissão, com base nas informações advindas de uma reunião de Líderes com a Secretaria de Relações Institucionais do Governo Federal, foi remarcada uma reunião para hoje com os Líderes, a Secretaria e o Presidente da República em exercício, Michel Temer.

O nosso Presidente Senador Edson Lobão Filho está relatando uma matéria no Senado. De comum acordo, ficou suspenso para hoje, às 18 horas, esta sessão que seria reiniciada agora. Portanto, às 18 horas, nós reiniciaremos esta sessão para tratar da Pauta nº 30, de 2013.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Apenas um esclarecimento, Sr. Presidente: esta reunião de 11h30min será apenas com o PMDB?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Não me foi informado. Foi me passado agora que estava sendo convocado o Vice-Presidente Michel Temer, junto com a Ministra Ideli Salvatti, em função do impasse que foi gerado ontem.

Todos aqui às 18 horas!

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilder Morais) - Declaro reiniciada a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2013, alterada. Suspendo também, por mais 20 minutos, esta sessão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizado nas bancadas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela Ordem, Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, apesar de todo o esforço que o V.Exa. tem desenvolvido no sentido de dar continuidade ao processo de votação, à leitura dos relatórios setoriais, bem como de dar prosseguimento ao andamento desta Comissão, atitude louvável que engrandece a todos nós, nós estamos vivendo um impasse político, gerado ontem por uma desinformação por parte de setores da Secretaria de Relações Institucionais. E temos, nós, da bancada do PMDB, uma posição muito clara na Câmara dos Deputados com relação à votação dos relatórios setoriais e também do andamento da Lei Orçamentária do Congresso Nacional.

Com base nisso, eu queria arguir com V.Exa. dois momentos. Momento número um: a questão da Ordem do Dia no plenário. Está inclusive tendo votação, o que impede até que a nossa Comissão se reúna. Isso está no tanto no Regulamento Interno da Comissão Mista, no art. 46, § 1º, como no Regimento Interno do Senado Federal, que é subsidiário do Regimento Comum, no art. 107, parágrafo único, que impede, inclusive, as nossas reuniões enquanto houver sessão deliberativa, a não ser que haja acordo e consenso entre todas as Lideranças com relação à deliberação. E a Liderança do PMDB

nesta Casa, representada aqui por mim, Deputado Danilo Forte, não participa desse acordo. Até porque nós temos uma decisão de bancada que robustece a decisão aqui apresentada por este humilde Deputado Federal pelo Estado do Ceará.

Segunda questão também que eu gostaria de levar em consideração é a seguinte: a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização originalmente foi convocada para o dia 26 de novembro de 2013 e suspensa para os dias 27 e 28, 3 e 4 de dezembro. Teve seu reinício no dia 9 de dezembro de 2013 e novamente foi suspensa para hoje às 10 horas da manhã para apreciação das matérias constantes da Pauta 30. V.Exa., inclusive, pediu que gente já a suspendesse e reconvocasse outra novamente para às 18 horas de hoje. Posteriormente foi adiada por 20 minutos, 18h20min, que, com 30 minutos de tolerância, daria exatamente 18h50min, e já são 19h02min. Então, também já está decorrido o prazo da convocação da extraordinária da de agora às 18h30min.

A pauta desta reunião foi alterada várias vezes com requerimento de inclusão de matérias na pauta deliberado pelo Plenário da Comissão. Peço ao Sr. Presidente da Comissão Mista de Orçamento que cumpra os dispositivos regimentais no sentido de que qualquer matéria nova que tenha que ser incluída na pauta, por meio de requerimento de extrapauta, para deliberação pelo Plenário da CMO, seja votada.

Isso em função do quê? De que a pauta da leitura dos relatórios não foi a Pauta nº 30, ela não consta na Pauta nº 30. E, na alteração dessa Pauta nº 30, atendendo uma solicitação da vossa Presidência, nós não votamos esse extrapauta. Então, ela está em desacordo, inclusive, com a Pauta 30.

Então, nós temos três momentos. Momento um: o Plenário do Congresso Nacional está reunido e há matéria votação, inclusive o Senado vai começar a votar agora. Número dois: a questão de ordem com relação à pauta. Número três: o decurso do prazo da reconvocação das 18h30min para 18h20min.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Danilo Forte, respondendo à questão de ordem de V.Exa., vamos por partes. Em primeiro lugar, a reunião estava convocada para as 18 horas. Portanto, eu tenho tolerância até as 18h30min. Tendo a tolerância até 18h30min, ela foi prorrogada por mais 20 minutos, portanto para 18h50min. Começamos às 18h47min estritamente. Portanto, dentro do horário previsto, estabelecido na norma.

Em segundo lugar, em relação à pauta desta Comissão, foi acordado no dia... Perdão, secretária, que dia*? (Pausa.)* Dia 3 de dezembro foi acordado em reunião de Líderes, na sala da Presidência, comigo participando e presidindo, que nós iríamos iniciar a leitura dos relatórios nessa data. Portanto, por acordo de Líderes, unanimemente, porque V.Exa. na época era pró-Governo, estava todo feliz... V.Exa. mudou de dois dias para cá. Então, naquele período V.Exa....

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu não aceito a sua ironia. Eu não aceito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então está retirada a ironia. Então V.Exa. concordou com que nós pudéssemos fazer a leitura e a votação nesse período.

Por fim, respondendo à terceira questão de ordem de V.Exa., quando coloca que a reunião do Congresso está em pleno vigor, o que realmente impede que esta Comissão faça deliberações sobre as matérias e também votação das matérias. Mas, segundo a assessoria técnica desta Comissão, está permitido sim, por diversos artigos tanto do Regimento Comum quanto o Regimento da Câmara, que nós façamos as leituras.

Eu volto a lembrar a V.Exa. o seguinte: é importante que esta Comissão cumpra seus prazos e cumpra sua função constitucional, que mantenha a sua responsabilidade para com o País. Negociações de partidos, de Orçamento, de verbas para os Estados eu acho que faz parte do interesse menor do político em relação ao interesse maior que tem o povo brasileiro, os 200 milhões de brasileiros.

Portanto, com o objetivo de cumprir a obrigação desta Comissão de Orçamento, eu vou iniciar a leitura dos relatórios setoriais. E começo a leitura pelo Deputado Nelson Meurer, a quem passo a palavra neste minuto.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Danilo Forte, V.Exa. já levantou uma questão de ordem. Eu vou passar a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, primeiro quero registrar que nós temos também esse sentimento. Nós temos o sentimento de que o interesse do País deve sempre se sobrepor, não diria a interesses menores, mas a interesses setoriais, a interesses que, às vezes, conflitam com os interesses da Nação.

Neste espírito, o PSDB, desde o primeiro momento — e V.Exa. é testemunha disso —, tem-se empenhado para que nós, a despeito inclusive dos prazos regimentais, possamos fazer um esforço conjugado para dar ao País um Orçamento para o próximo ano. Porém, é inegável que é preciso que se respeitem princípios regimentais, sob pena de estarmos produzindo uma peça nula de Direito. Isso também não interessa ao País, a segurança jurídica é fundamental. Um País que está — e aí nós temos que não só louvar a Deus, mas atuar de maneira firme para permanecer assim — vivendo um Estado Democrático de Direito não pode prescindir das regras do Direito. Então, ele não pode prescindir de normas essenciais à nossa conduta aqui.

Creio que assiste razão ao Deputado Danilo Forte, porque eu acabo de vir do plenário, onde, inclusive, acabei de votar. Pelo menos no momento em que de lá saí, a votação estava em curso, numa sessão do Congresso. Portanto, isso é absolutamente claro do ponto de vista regimental, limitando a atuação da nossa Comissão.

No entanto, eu insisto na tese da construção do entendimento — e aí não cabe a mim orientar ou pautar o Governo, cabe a mim fazer as críticas, o que é minha obrigação, não só direito. Fica evidente que cabe aqui uma crítica elementar: falta, com

todo respeito, à Liderança do Governo nesta Casa, falta por parte dos interlocutores do Governo no Palácio do Planalto um pouco mais de disposição e de presença para que essa peça orçamentária seja produzida. Fica parecendo que a produção da peça orçamentária é algo que interessa a meia dúzia de pessoas que aqui se reúnem. É surpreendente a ausência quase absoluta de quórum e é surpreendente a falta de entendimento.

E aí é bom que se deixe claro que a responsabilidade primeira disso é do Poder Executivo. O Poder Executivo tem uma responsabilidade por essa falta de comando, por essa falta de governabilidade. Isso é muito grave. E eu faço esse alerta porque, se, por um lado, há impasses a serem superados com alguns outros partidos, e agora vejo que com o próprio PMDB, pelas manifestações do Deputado Danilo Forte...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Com o PR também. Com o PR também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Com o PR também e com outros partidos. Eu deixo claro que há algumas dificuldades a serem superadas com o PSDB, o que não nos impede de estar aqui empenhados em votar. Porém, eu coloco esse alerta por dever de lealdade ao que pactuei com V.Exa. de ter aqui um comportamento respeitoso, uma oposição com ética, com equilíbrio, que não apostasse no *"quanto pior, melhor"*.

Eu faço esse alerta pelo seguinte: fico eu pensando que, sendo partidos da base do Governo, em que pese terem divergências pontuais em algumas questões, é possível que estejam dialogando e sejamos surpreendidos, daqui a 1 hora, 2 horas, talvez lá pelas 8 horas da noite ou 10 horas da noite, com uma posição do tipo: *"Olhe, superamos o impasse".*

Eu queria deixar isso claro para que, amanhã ou daqui a algumas horas, não venham dizer: *"Ora, mas agora o PSDB está se aproveitando da situação. O prazo já está tão exíguo que não há nem como regimentalmente aprovar, e agora o PSDB*

levanta que tem problemas". Eu estou pontuando que o PSDB tem problemas, sim, a discutir com o Relator, a discutir com os Sub-Relatores, a discutir com o Governo. E esses problemas precisam ser enfrentados para a construção de um consenso. Senão, como se pode esperar que nós vamos votar uma peça por consenso, sem observar quórum regimental, sem observar prazo regimental, muito possivelmente numa sessão do Congresso, numa segunda-feira, véspera do Natal? Eu já disse que me disponho a vir aqui e colaborar, caso haja a construção do entendimento. Se não houver construção do entendimento, não haverá Orçamento. E não venha amanhã o Governo — e aí eu faço um apelo a alguém que queira transmitir a verdade para o Brasil e esteja aqui presente — dizer: *"Olha, nós não temos Orçamento por culpa da Oposição".* Não venha dizer porque não é verdade! A Oposição está aqui presente para votar, para dialogar e construir entendimento. Tenho dito isso reiteradas vezes. Não somos procurados. Não somos ouvidos. E depois a alternativa que nos restará é, na hora certa, dizer: "*Presidente, pelas razões regimentais não é possível votar*". Aí, obviamente, se tentarem passar por cima das razões regimentais, votaremos uma peça nula de Direito.

Então, é essa a ponderação que eu faço a V.Exa. Prometo não me alongar mais nos outros debates que aqui houver, mas esteja atento a isso. Se produzirmos peça nula de Direito, de nada adiantou. E se levarmos adiante o processo sem que o Governo tenha, eu diria até a humildade de nos procurar para dialogar, fatalmente nós vamos usar o Regimento, que é o instrumento legítimo para o exercício pleno da democracia aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou passar já a palavra a V.Exa.

Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Só quero registrar que na CCJ, hoje pela manhã, às 10 horas, eu tive a oportunidade de ser o Relator de todo o Regimento do Senado. Passei 8 meses estudando o Regimento do Senado e tive a oportunidade de hoje ler para os meus colegas, na CCJ, um novo Regimento, que será para o Senado o que a Constituinte foi para a Constituição brasileira, já que o Regimento data de 1970.

Portanto, eu tenho a responsabilidade, até por obrigação, de me ater ao Regimento. Já adotei as decisões, por parte desta Mesa, com base no Regimento.

Apesar de S.Exa já ter feito uma questão de ordem, passo a palavra, de novo, democraticamente, ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Muito obrigado.

Sr. Presidente, compreendendo o seu espírito democrático de não passar por cima do Regimento e compreendendo que o que nos prende neste momento não é nem uma questão fisiológica — até porque isso não é do meu feitio nem da minha história —, mas um debate político sobre um relatório feito por mim, inclusive indicado por V.Exa., que foi acordado e votado por esta Comissão e que precisa ser respeitado, o que nós queremos e exigimos agora é o cumprimento do que foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento e pelo Congresso Nacional com relação ao orçamento impositivo, que é a grande bandeira da Câmara dos Deputados. Talvez, no Senado, não se tenha a mesma compreensão que os Deputados têm do orçamento impositivo.

Mas eu alego a V.Exa. que, segundo o § 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, não é permitida a realização de nenhuma reunião enquanto houver sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional.

Como eu não quero aqui transformar isso em um bate-boca interno entre nós, se V.Exa. quiser arguir também o art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, ela também impede o início da reunião neste caso, porque nós não temos quórum do Senado presente nesta Comissão exatamente neste momento. Não temos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Temos sim. Um, dois, três. Senador Wilder, Senador Ivo Cassol e Senador Lobão Filho.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Então, com base no § 1º do art. 46, V.Exa. fica impedido de iniciar essa votação, a não ser que V.Exa. queira passar por cima do Regimento que V.Exa. tanto preza.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não. Deixa eu explicar. Vou explicar pela última vez. Nós temos quórum. Nós não vamos deliberar sobre nada, porque realmente o art. 46 nos impede. Nós não vamos pôr nada em votação. Vamos fazer apenas a leitura dos relatórios. Essa leitura, segundo a assessoria desta Comissão, é possível.

Portanto, eu passo a palavra agora ao Deputado Nelson Meurer para que possa providenciar a leitura do seu relatório.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Com base no Regimento não é. V.Exa. está sendo autoritário *(ininteligível).*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, V.Exa. apresente à Mesa, por favor.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, V.Exa., como bem falou, conhece melhor do que ninguém esse Regimento. Então, não vamos atropelá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, de forma nenhuma.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não vai conseguir fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - De forma nenhuma, Deputado.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - É tentativa em vão. Não adianta fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Nós vamos fazer a leitura do relatório.

Então, eu passo a palavra, novamente, ao Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Srs. Senadores...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - E ainda há mais uma ilegalidade: o relatório do Deputado Nelson Meurer não tem 2 dias úteis que foi apresentado. Ele foi apresentado na sexta-feira. São necessários 2 dias úteis, de acordo com o Regimento.

Só amanhã que o Deputado Nelson Meurer pode ler o relatório dele.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, foi apresentado na sexta-feira, Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não venha com autoritarismo. Nós não queremos criar problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, V.Exa. está tumultuando a Comissão, impedindo a tramitação normal da Comissão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu não estou tumultuando. Isso é um debate político.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não é debate político. O Deputado Nelson Meurer apresentou o relatório na sexta-feira. Hoje é quarta-feira, Deputado. V.Exa. quer tumultuar.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Hoje é terça, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Hoje é terça-feira. São 2 dias úteis: segunda-feira e terça-feira.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não conta. Tem que ser após 2 dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Segunda-feira e terça-feira.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - V.Exa. está precisando de uma melhor interpretação do calendário.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, não adianta querer atropelar, por favor.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Nós estávamos indo tão bem até agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou passar a palavra, pela ordem, à Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Eu levantei uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Evidentemente que esse clima não favorece em nada...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não contribui e não favorece.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Pois é, mas vamos acalmar os nossos ânimos. Eu queria contribuir com o que dispõe sobre as reuniões o § 1º do art. 46:

"Art.

46.....

§ 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional."

V.Exa. sabe que eu estou aqui para contribuir efetivamente em tudo, mas esta reunião não pode acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não há problema. Então, nós podemos fazer o seguinte: eu poderia insistir na tese de que é apenas para leitura, mas, já que o Deputado Danilo Forte insiste tanto no conflito de horários com o Congresso, eu simplesmente posso — são 19h17min — marcar a suspensão desta reunião para 20h30min, quando certamente o Congresso não estará reunido, e, a partir de 20h30min, vou ler os relatórios normalmente.

Eu não gostaria de fazer isso pelo fato de que vários Deputados têm outros compromissos. Poderíamos dar celeridade e ter um ganho de produtividade lendo os relatórios agora.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, antes que V.Exa. faça a definição...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - ...eu gostaria de fazer um apelo quanto a essa compreensão. De fato, o Regimento não vai nos permitir deliberar, porque temos uma sessão do Congresso. Isso está claro no Regimento. Agora, eu quero lhe felicitar, Sr. Presidente, pela iniciativa de nós podermos ao menos adiantar os trabalhos, porque todos nós falamos que queremos votar neste ano. O desejo de V.Exa. é exatamente antecipar os trabalhos para termos a leitura não deliberativa. Eu quero saudar essa postura. Estamos aqui para acompanhar a leitura neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem a palavra o Deputado Jorge Bittar e, em seguida, o Deputado Weverton Rocha.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Na mesma linha do Deputado Bohn Gass, faço um apelo aos demais Parlamentares, ao Deputado Danilo Forte, que é um Deputado dedicado, competente, sério, aplicado, e aos Deputados da Oposição para que possamos ler os relatórios.

É claro que as votações decorrerão da possibilidade de resolução dos problemas políticos que estão postos efetivamente, mas o Presidente, com muito bom senso, está tentando avançar. Se depois avançarmos politicamente, votaremos; se não avançarmos politicamente, não votaremos. Esta é a questão. Agora, se nós não lermos os relatórios, não teremos a menor possibilidade de votar o Orçamento ainda neste ano e, aí sim, as emendas impositivas estarão totalmente inviabilizadas no próximo ano. É uma questão de bom senso. Ou seja, a leitura não impede que se exerça o legítimo direito de condicionar a votação ou as votações ao entendimento político. Este é o apelo que eu faço ao Deputado Danilo Forte e aos demais Parlamentares aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Jorge Bittar, é exatamente o que eu tenho dito insistentemente: no sentido de dar celeridade e

produtividade a esta Comissão, que possamos adiantar o serviço. Caso contrário, eu posso convocar para 20h30min, o que vai trazer, com certeza, problemas para vários Parlamentares aqui.

Pelo bom senso, nós podemos avançar na leitura. Nós não estaremos votando nada, não estaremos discutindo nada. Eu nem sequer encerrarei o prazo para a discussão, ficando, portanto, aberto para a entrega de emendas. Assim, nós vamos adiantar o nosso serviço.

Eu entendo que nós deveríamos ler hoje pelo menos quatro relatórios. Restariam para amanhã, que é o último dia de leitura de relatório, cinco relatórios para serem lidos. Então, todo o bom senso nos indica que nós devemos ler hoje quatro relatórios, senão o trabalho desta Comissão estará inviabilizado neste ano, e teremos que aguardar o próximo ano. Seja o que Deus quiser! Se é esse o desejo desta Comissão, se é este o desejo do PMDB, através do Deputado Danilo Forte, eu não acho que isso seja o desejo nem que seja o mais interessante para o País. Portanto, eu peço novamente a colaboração, o espírito de compreensão para que a gente possa fazer a leitura dos relatórios.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Como fui citado, tenho direito à palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Nobre Senador Lobão, o que nos traz aqui a uma posição política como essa não é o fato de querer boicotar nenhuma ação governamental, porque ninguém lutou mais pela votação da LDO do que o Deputado Danilo Forte. Ninguém esteve mais presente em todas as sessões desta Comissão do que o Deputado Danilo Forte, até nas que não deram quórum, nas que foram adiadas e nas que não tiveram votação.

Então, eu sempre fui muito presente em todos os momentos, resoluto para resolver os problemas do País. Eu sempre tive um compromisso muito claro com este

Governo, até porque desde 1989 que eu voto no Presidente Lula. Não sou marinheiro de primeira viagem nem oportunista.

Agora, o PMDB — partido ao qual pertenço e que tenho a incumbência de liderar aqui nesta Comissão —, conforme decisão do Líder, tirou uma resolução de sua bancada. A maior bandeira do PMDB no Congresso Nacional este ano, da bancada da Câmara, é o orçamento Impositivo. E, quando nós viabilizamos a PEC do Orçamento Impositivo, nós tivemos a preocupação de colocá-lo na LDO exatamente para que não pudéssemos fugir dessa obrigação governamental que acaba com o pior fisiologismo que V.Exa. tanto condena, que é a troca do toma lá dá cá, que é a troca de favor para votação de liberação de emenda, que subjuga o Congresso Nacional ao Poder Executivo.

E a bancada do PMDB na Câmara dos Deputados tem uma posição muito clara: enquanto não for resolvido o problema com relação à posição do Governo sobre o orçamento impositivo, art. 52-A da LDO, aprovada por esse Congresso Nacional, nós não vamos dar prosseguimento à votação. Essa é a decisão da bancada! Não se trata de personalizar no Deputado Danilo Forte, porque isso não me diminui em nada, muito pelo contrário, até me enaltece, porque estou no PMDB desde que sou menino, desde quando a gente lutava pela democracia no País, desde quando íamos para o meio da rua enfrentar a Polícia para que tivéssemos a liberdade que há hoje no País, podendo assim eleger um metalúrgico e, depois, uma mulher para a Presidência da República. Isso não me diminui, não, só me enaltece. Isso faz parte da minha história.

Então, não é com ironia, não é querendo colocar no PMDB a pecha de fisiologismo que vai colar. Nesse agora não cola, não cola. O que estamos aqui defendendo é uma bandeira, liderada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, que tem 11 mandatos nesta Casa, que tem a responsabilidade de conduzir esse processo, liderado pelo Deputado Eduardo Cunha,

que é o Líder na nossa bancada, que tirou por unanimidade um posicionamento. E eu vou defender sempre aqui esse posicionamento.

Então, não há consenso de todos os Líderes. V.Exa. está de novo tomando uma postura autoritária, que não é do seu feitio. V.Exa participou de uma reunião hoje à tarde na SRI que foi frustrada, porque não houve nem um novo entendimento. E se há um procedimento que é o de esperar a Presidenta Dilma, que chega amanhã para desanuviar, para passar a limpo essa história, para ter um compromisso, inclusive, com as Lideranças da Casa em relação ao orçamento impositivo, nós vamos cumprir exatamente o que foi definido pela bancada.

A bancada do PMDB não participa de nenhuma reunião de Orçamento enquanto não resolvermos o problema do orçamento impositivo, que é a principal bandeira do Congresso Nacional este ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Bom, então, para esclarecer, o orçamento impositivo nasceu da Câmara dos Deputados por uma bandeira absoluta do seu Líder maior na Câmara dos Deputados, Presidente Henrique Alves. Isso é fato.

O orçamento impositivo foi para o Senado Federal e, pelo PMDB do Senado Federal, sofreu modificações, impondo ao orçamento impositivo 50% para a saúde. Isso é fato.

Só que começou um fato novo lá. Numa reunião tripartite entre o defensor e o mais emblemático peemedebista da Câmara, que é o seu Presidente, Henrique Alves, o meu Presidente, Renan Calheiros, também do PMDB, e o Governo, houve um acordo em que o Governo aceitava subir de 1.0 para 1.2, mantendo 50% para a saúde. Então, esse foi o acordo feito dentro do Senado Federal.

O projeto chega à Câmara dos Deputados, o Governo aceitou 1.2, e isso foi colocado na LDO. O projeto chega à Câmara dos Deputados, e não por desejo do Governo ou de qualquer Senador, na Câmara dos Deputados, este projeto teve problemas na sua tramitação. Não que respeitasse a maioria, porque a maioria da

Câmara, com certeza, aprova este formato, mas era preciso haver unanimidade dos Líderes para que fosse quebrado o Regimento e se pudesse passar por cima do interstício de 10 sessões.

Muito bem, essa unanimidade não foi possível, não por problema do Governo. V. Exa. culpa o Governo não sei o porquê. Eu não estou defendendo o Governo, não, eu sou Senador, defendo a minha Casa, o Senado Federal, e o meu partido, o PMDB. Mas o Governo não tem nada com isso. O Governo fez a parte dele: aumentou para 1,2% a receita corrente líquida para que pudesse viabilizar os 50%. Isso foi feito.

Se a Câmara não pode votar, não quis votar, não quis quebrar o Regimento, o que o Governo tem com isso? O que o Senado Federal tem com isso? Isso é problema dos Deputados, que não conseguiram aprovar a PEC. Agora, o acordo que ele está dizendo é porque o Governo hoje, através de minha pessoa, manifestou o compromisso de manter o orçamento impositivo integral, da forma como foi prevista — e não está prevista na lei — para 2014.

Ora, mas a gente quer mais do isso? Como é que a gente pode ter mais do que isso? Então, se o Deputado Danilo Forte condiciona nós votarmos o Orçamento a uma coisa que hoje é impossível — porque o Congresso, a Câmara, não consegue mais se reunir para votar o orçamento impositivo para 2014, não temos mais tempo —, então, ele condiciona o Orçamento desta Comissão ao impossível. Em outras palavras: pelo desejo do Deputado Danilo Forte, simplesmente esta Comissão não trabalha mais, encerra os trabalhos dela hoje, aqui.

Se S.Exa. está condicionando ao orçamento impositivo, não faz mais sentido esta Comissão se reunir, não faz mais sentido a Comissão se reunir, porque o PMDB, que tem como sua bandeira o orçamento impositivo, viu-se tolhido, mas não pelo Governo e não pelo Senado. Então, nós chegamos, agora, realmente a um impasse.

Eu quero apenas dizer a V.Exa...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - De novo o senhor tem um problema de interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, eu só quero dizer a V.Exa...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A LDO está em vigor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu estou falando. Quando V.Exa. falou, eu fui educado e o ouvi. Então, agora, V.Exa. vai me escutar.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, não precisa gritar com as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É. Eu estou falando, então, quero ser ouvido. Quando eu terminar, escuto todo mundo pacientemente.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Fale para ser ouvido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está certo. O Congresso está reunido, e, com o Congresso reunido, o Senado está votando agora, mais 10 minutos e encerra-se a votação no Senado. Em vez de passarmos para 19h40min ou 18 horas, se nós esperarmos aqui mais 10 minutos, o Senado terá terminado a sua votação, e nós poderemos tranquilamente dar prosseguimento às leituras.

Agora, eu acho que nós poderíamos passar por cima disso tudo e iniciar a leitura. Seria uma atitude de bom senso que não impede que V.Exa. esteja cumprindo o desejo do seu partido, porque, por mim, eu colocaria em votação. Eu não estou colocando em votação em respeito absoluto a sua posição.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não está colocando porque não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É. Não, há quórum. Existe quórum, conte, há quórum. Eu não estou colocando em votação em respeito absoluto a sua posição.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Presidente, eu pedi aquela questão de ordem desde aquela hora e não me foi dada ainda.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, eu estou esperando a palavra.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - A Oposição queria se pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou passar a palavra aos Deputados.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - A obstrução da base não deixa a Oposição falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois é. Deputado Cajado, o Deputado Weverton pediu, preliminarmente, a palavra. Vou passar a palavra ao Deputado Weverton.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Neste caso, a Oposição não precisa nem falar. *(Risos.)* Não vai precisar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, eu estou aqui....

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Não vai, assistam de camarote.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - ...achando que eu estou em outro mundo.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Não vai precisar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu estou me sentindo completamente fora da minha realidade, mas vou esperar a minha vez.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Não precisa, porque nós vamos fazer o papel de vocês. Agora, eu queria fazer aqui um apelo ao nosso Presidente. Como esse problema é político e, pelo que eu estou entendendo aqui, é importante a gente dividir com todos os partidos, Sr. Presidente, porque isso não é apenas uma questão do Danilo Forte no PMDB. Entenda só.

O que há aqui de entendimento, e nós só queremos ter isso claro... Aí eu não sei se V.Exa. vai chamar uma reunião de Líderes, se a gente vai tentar construir novamente esse diálogo, mas o que os Deputados querem entender, não são só os partidos, é que

nos foi dito, até agora há pouco, que a regra era: nas emendas, todos os Deputados iam indicar 50% delas para a saúde, porque, na LDO, o art. 52 ia garantir a execução desse orçamento.

Então, os Deputados foram lá e colocaram os seus 50% na saúde e o restante em outras áreas. Aí, depois de jogado o segundo tempo do jogo, chega a informação de que o Governo diz que não vai ser mais assim, que não dá a garantia de que isso vai ser cumprido. Então, a única coisa que tem que ficar clara, e aí não é com os partidos, é com todos desta Casa, é: vai ser cumprido ou não? Se não for cumprir, ainda há tempo de refazer as indicações individuais, para que façamos como nos outros anos? Então, há aí um impasse, porque todos os Deputados estão achando que é de um jeito; e, do jeito que está colocado aqui, não foi o Deputado Danilo, não é o Presidente da Casa, mas todos nós estamos com essa preocupação, porque temos um mandato apertado, diferentemente do Senado, e temos que dar respostas rápidas.

Então, jogamos o jogo que o Governo pediu. E volto a repetir: V.Exa. foi um dos importantes condutores desse processo, ajudou no convencimento, naquele momento em que se aumentou para 1,2, mas no entendimento de que ia acontecer. Como agora se passa essa insegurança de que não vai acontecer?

Eu acho que é apenas uma questão de diálogo, Deputado Danilo. Faço esse apelo para não esticarmos a corda e não a quebrarmos, porque, se chegamos até aqui, dá para achar um entendimento, dialogando e conversando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Claro! Eu vou passar a palavra aos próximos inscritos, mas, antes, faço um esclarecimento.

Conforme eu havia dito, participei de uma reunião com a Ministra Ideli Salvatti hoje, que fala em nome do Governo nesse aspecto. A Ministra Ideli afirmou o seguinte: *"Senador Lobão, eu dou a minha palavra e faço o compromisso de que o Orçamento, conforme está determinado no impositivo, será cumprido no ano de 2014"*. Eu disse a ela*: "Ministra, é insuficiente a posição exclusiva da senhora. Era preciso que a*

Presidente da República pudesse intervir no processo e conversar com os Líderes dos partidos". A Ministra me disse que a Presidenta Dilma chegaria esta madrugada da África do Sul; ela iria conversar com a Presidenta para que falasse com todos os Líderes dos partidos, sejam da Oposição, sejam do Governo, fazendo o compromisso pessoal dela no sentido de que irá respeitar o que está previsto na PEC. Apesar do vácuo criado dentro do Congresso com a ausência da votação a PEC, ela irá respeitar o compromisso que foi feito.

Eu acho que isso resolve qualquer dúvida — qualquer dúvida. Alguns de nós poderíamos colocar em dúvida uma afirmação como essa da Ministra Ideli, mas da Presidenta Dilma é difícil alguém colocar em dúvida um posicionamento de uma Presidente técnica como ela.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Essa informação a gente não tinha. O senhor deu... Até ontem, a gente não tinha essa informação.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Eu posso colaborar? Senador, só para colaborar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Deputados, é o seguinte, só para colaborar: o Presidente Henrique Alves ligou para o nosso Líder do PSC, dizendo exatamente isso que o Senador Lobão está colocando: amanhã a Presidente Dilma, em reunião com os Líderes dos partidos, vai assumir o compromisso de manter o orçamento impositivo como está na LDO, não fazendo veto e garantindo a aplicação do impositivo, mesmo com essa dificuldade que nós tivemos na Casa para concluir o processo. Eu acho que isso resolve todos os problemas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Finalmente, Sr. Presidente, as oposições têm a oportunidade de se manifestar. E eu queria primeiro protestar contra esse arrombamento da porta da casa das oposições.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - É uma maquiagem bem-feita.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Isso não é justo! E quero dizer uma coisa, Sr. Presidente: eu estou adorando essa discussão. Mas eu estou adorando, porque eu fui a única voz que se posicionou contra a mudança que o Senado fez no orçamento impositivo. Tudo isso é em função da alteração feita pelo Senado no orçamento impositivo. Eu dizia: não vai dar certo. E não está dando. E nós teremos mais percalços pela frente.

Quando eu falei nesta Comissão e no Plenário do Congresso que deveríamos aguardar a votação da PEC, antes de incluirmos esse regramento na LDO e, consequentemente, fazermos a LOA, a Lei Orçamentária Anual, com base na LDO, sem votarmos a PEC, é porque nós estaríamos colocando os carros à frente dos bois e poderíamos ter problemas. Foi assegurado pelo Deputado Danilo Forte que nada aconteceria e que seria tudo aprovado. Pois bem, não está sendo essa a realidade que foi vendida para o Parlamento.

E mais, quanto a essa PEC que os Srs. Senadores modificaram, eu sou contra, porque tira dinheiro da saúde. Nós tínhamos votado a PEC e mais recursos adicionais à saúde com as emendas, com os *royalties* do petróleo. Os Srs. Senadores tiraram isso e colocaram tudo no piso. Está errado! Colocaram o que se pode colocar em emenda de custeio, numa inversão inaceitável das emendas parlamentares. Colocar emenda de custeio em emenda parlamentar sem saber a gestão que vai ter o Ministério da Saúde ou os órgãos executivos é trazer o problema para o nosso colo! Mas fui voto vencido, sabem por quê? Só está na cabeça dos Parlamentares o orçamento impositivo. Por quê? Por esse jogo, que não vem do Governo do PT, que vem desde a época do PSDB, do toma lá, dá cá: vota da emenda, a emenda vota. Para ficar esse jogo político ruim,

jogam os Prefeitos, os Governadores, no meio deste tipo de procedimento, que não enobrece a democracia, nem o Parlamento, nem a política.

Mas, se o jogo é esse...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Um aparte, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Na sequência do seu raciocínio.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Se o jogo é esse, pensa-se que o impositivo solucionaria esse problema. Mas o impositivo, como ficou construído pelos Senadores, 50% para a saúde, com direito a custeio, eu acho que é pior. Eu acho que é pior, porque nós vamos ter um problema numa norma constitucional no ano seguinte, daqui a 2, 3 anos, que não vamos ter como resolver.

Então, esta insatisfação da base tem a ver com a insegurança que V.Exa. está dizendo agora — e é um dado novo — e que não ocorrerá. Ou seja, por palavra de V.Exa., não haverá vetos ao art. 52 da LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, eu não disse isso. Eu não disse isso. Perdão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - A questão...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Permita-me complementar. Deputado Cajado, um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu não disse isso, mas, quando V.Exa. terminar de falar, eu esclareço.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pois não, Deputado Efraim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Presidente, às vezes se olha tanto para o periférico, que se esquece do principal. Parece-me um ato realmente vexatório para esta Casa, para o Poder Legislativo, estar discutindo o compromisso ou não do Poder Executivo em fazer cumprir o Orçamento para o ano que vem. Esquece-se que é função e competência deste Poder elaborar o Orçamento e que, se a Presidente vier a vetar

qualquer dispositivo da LDO, a esta Casa só cabe uma solução: é ter coragem de derrubar o veto. É simples!

Agora, a gente fica aqui discutindo, pedindo favor, migalha a Governo Federal, a Poder Executivo, porque não se tem coragem! É covardia de no ano que vem enfrentar e manter as competências desta Casa! Isso está nos deixando numa situação — vou usar um eufemismo — de cócoras diante do Poder Executivo, para não usar uma posição pior.

Esta Casa tem que ter coragem e decidir qual é o modelo de Orçamento que ela quer, pelo qual ela brigou, pelo qual batalhou, votar e dizer à Presidente Dilma: *"Se for vetado, seu veto o ano que vem será derrubado, Presidente. Então, não compre essa briga"*. É simples, é eficaz.

Agora, ficar nesse jogo de ameaça, de pegar o Regimento para fazer chicanas, malabarismos, isso é ridículo, isso é absurdo! Nós fomos cuidando tanto do periférico, que estamos esquecendo o principal. As competências desta Casa cabem a nós Deputados. Agora, ou miramos no olho, olho a olho, de Poder para Poder — e acho que é para isso que o orçamento impositivo vem, para resgatar a harmonia entre a relação dos Poderes —, ou nós vamos continuar de joelhos ou de cócoras diante do outro Poder.

Então, eu acho que esta Casa este ano tomou um posicionamento: é a favor do orçamento impositivo, está previsto na LDO, e nós temos que assumir esse compromisso com a Casa, com nós mesmos. Se for vetado, não é preciso dar credibilidade ao que disseram aqui: *"A palavra da Ideli, não, mas a da Dilma..."* Isso é um absurdo!

Agradeço o aparte ao Deputado Cajado.

Vamos nessa linha, vamos assumir o compromisso e vamos votar o orçamento que esta Casa deseja, com o compromisso interno entre nós: derrubar o veto da Presidente Dilma, se vier.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra novamente ao Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O Deputado Efraim enriquece o meu pronunciamento nesse aparte.

Eu quero dizer duas coisas, Sr. Presidente — chamaria até a atenção de V.Exa. Primeiro, nós fizemos um acordo. O acordo que foi feito foi para lermos os relatórios, segunda e terça, e votarmos quarta.

Esse acordo pressupunha a não observância do Regimento e da Resolução nº 1, por quê? Porque os prazos foram acordados para serem não executados. Se formos à regra do Orçamento, aí, Sr. Presidente, eu tenho dúvida se V.Exa. poderia efetivamente lê-lo hoje. Por quê? Porque a Resolução nº 1 diz, no art. 128:

> *"Art. 128. A apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer 3 (três) dias úteis após a sua distribuição, nos casos do relatório do Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual, do relatório do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do relatório do projeto de lei do plano plurianual, e 2 (dois) dias úteis nos casos das demais proposições (...)."*

Esses são os relatórios setoriais. Neste caso dos 2 dias úteis, não se prevê que o último dia seja passível de leitura, porque essa regra, salvo melhor juízo, está sendo uma extensão do Regimento Interno da Câmara, que subsidiariamente apoia a Resolução nº 1. Neste caso, não me parece que deva ser incidido o art. 280, que diz:

> *"Art. 280. Salvo disposição em contrário, os prazos assinalados em dias ou sessões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por sessões ordinárias da Câmara efetivamente realizadas; os fixados por mês contam-se de data a data.*

§ 1º Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclui-se o do vencimento."

Não vejo que seja possível incluir essa regra do Regimento Interno da Câmara, porque a da Resolução nº 1, que prevê o nosso procedimento, o nosso ritual, fala em 2 dias úteis, e não estende ao último a possibilidade de leitura, e, sim, a sequência do segundo dia útil.

Mas nós da Oposição fizemos um acordo e queremos cumpri-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Por isso não vou fazer desse regramento um impeditivo da leitura, até porque a leitura V.Exa. poderá fazê-la, inclusive com a sessão correndo, porque nós não vamos deliberar nada. O impedimento é por deliberação.

Portanto, eu acho que, se a base levanta essa questão, bem como o Deputado Danilo, nós entramos no perigoso cenário de desrespeito ao Regimento, porque ele alega a questão dos dias úteis. Da nossa parte, como foi acordado, nós não iremos criar problema. Porém, Sr. Presidente, se não fizermos uma observância dos acordos, nós não votaremos mais este ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Permita-me responder, por favor.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Só para concluir, não foi esse o compromisso que assumimos, por quê? Porque o que o Deputado Efraim disse, agora com painel aberto... A partir de hoje, nós estamos, pela primeira vez, votando uma sessão congressual de vetos com voto aberto. Vai ser regra. E o que nós defendemos aqui temos que defender também nos votos. Eu não tenho receio nenhum de veto, porque eu terei a coragem. E disse isso desde o início, lá atrás, que era contra esse orçamento impositivo da PEC vinculado, como foi feito no Senado, era contra essa posição que foi adotada pela Comissão, tanto que votei contra e registrei meu posicionamento.

Portanto, não me cobrem aqui porque eu estou querendo votar o Orçamento, porque as oposições fizeram um acordo. Se está havendo um problema na base, eu respeito. As oposições fizeram um acordo. Se está havendo um problema na base, eu concordo, mas, com certeza, não deve ser por esse problema do veto ao art. 52, porque quem está insatisfeito, como o PMDB, derruba o veto; quem está insatisfeito, como membros de outros partidos, derruba o veto. Agora, se nós não procedermos às leituras e não agilizarmos...

Eu chamei a atenção para o calendário. Não é só a questão do período de Natal e *réveillon*, porque nós sempre trabalhamos entre Natal e *réveillon*. O problema é que, neste ano, o Natal, dia 25, cai numa quarta-feira, o que dificultará ainda mais a vinda a esta Câmara, porque teria que ser no dia 26, quinta; para 27, sexta; se for o caso, ficar 28; e o *réveillon* também cai numa quarta-feira, o que é um momento difícil.

Então, nós queremos que as coisas fiquem claras, e, se tiver que dificultar qualquer aprovação, nós temos o Plenário do Congresso. Mas, aqui, na Comissão, eu não queria, Deputado Danilo — e expus essa tese a V.Exa. e a seu Líder —, que o nosso acordo fosse quebrado. Por isso que nós queremos votar. V.Exa., pelas oposições, pode ler o relatório, porque, quanto ao interstício dos prazos, nós acordamos, lá atrás, que não iríamos cumpri-lo. Se fôssemos cumpri-lo, nós não teríamos Orçamento este ano, porque ficamos esperando uma discussão da LDO, ficamos esperando a discussão da PEC do Orçamento Impositivo, que maculou os trabalhos da CMO, desta Comissão. Portanto, estamos correndo atrás do prejuízo.

Eu acho que é legítima, vou logo dizendo, qualquer obstrução, seja da Oposição, seja da própria Base. Causa-me espécie, causa-me surpresa que o PMDB esteja com este vigor, inclusive contra o Presidente, que também é do PMDB.

Mas eu acho até, Deputado Danilo, que o problema foi criado não pela Câmara, mas pelo Senado, porque fez um acordo com o Governo de alterar a PEC do Orçamento Impositivo, que não agradou, e o meu partido, o Democratas, não acordou essa PEC no

Senado; outros partidos da Base a acordaram. E é isso que eu vejo o Governo, agora, argumentando. Foi feito um acordo para votarmos a alteração do Senado e depois a proposta voltar à Câmara. Não me sinto compromissado com esse acordo, porque ninguém do meu partido acordou. Perguntei ao Líder Caiado, perguntei ao Líder Mendonça Filho, que será Líder no ano que vem, e ambos me disseram que não fizeram nenhum acordo, nem com o Presidente da Câmara, nem com o Governo, nem com o Líder do Governo, nem com o Presidente do Senado.

Portanto, esclareço isso, Sr. Presidente, para não ficarem deturpando maldosamente, ou tentarem deturpar, a posição do partido. Tenho coerência, tenho posições; agora, palavra, quando eu fecho o acordo, eu vou até o fim. E cumprirei a nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Como citado, eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Citado...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Fui citado várias vezes pelo Deputado Cajado. Pelo que eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Um minutinho, Deputado Danilo. O art. 14, V.Exa. sabe, só pode ser suscitado uma vez. V.Exa. já o suscitou uma vez. Eu até passaria a palavra a V.Exa., mas, em respeito aos que já estão inscritos, há vários Deputados inscritos, eu pediria a V.Exa. compreensão para falar ao final, e vou passar a palavra ao Deputado Edmar Arruda; logo a seguir, ao Deputado Carlos Magno; logo a seguir, à Deputada Rose de Freitas.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao Deputado Danilo, até porque, se nós fizermos a leitura dos relatórios, nós não vamos impedir uma obstrução com relação à votação, já que nós não vamos deliberar hoje. E eu tenho certeza, Deputado Danilo, de que amanhã, com a reunião que está para ser agendada com a Presidente Dilma, isso vai ser solucionado.

Eu acho que esta Casa não pode passar o recibo diante até do ano que vem, que é um ano eleitoral, e nós não aprovarmos o Orçamento. Nós vamos ficar com o ônus da não aprovação.

E aí eu quero concordar com o Senador Lobão que o Governo não tem nada a ver com esse negócio do orçamento impositivo. Esse é um imbróglio que nós aqui fizemos. Então, eu não vejo que o Governo tenha responsabilidade com relação a isso.

Eu não estava na ocasião do acordo, mas meu Líder estava, e nós costumamos muitas vezes esquecer as coisas. Realmente foi alterado de 1% para 1,02% do Orçamento, para colocar os 50% impositivos para a saúde. E foi feito um acordo.

Então, eu penso que nós poderíamos dar continuidade à leitura, sem a deliberação. Amanhã, vamos continuar a leitura. Vai haver essa reunião, em que, eu tenho certeza, o nosso Presidente Henrique Eduardo Alves vai fazer todo o esforço possível para construir um acordo, e nós não perdemos uma data tão importante dentro do calendário, já que ele está apertado.

Então, o meu apelo é no sentido de que façamos hoje a leitura, e amanhã é outro dia. Amanhã, nós vamos ver o que vai acontecer, e, aí, se não houver acordo nenhum, já adiamos o Orçamento para fevereiro e assumimos, diante da sociedade, que nós, o Congresso, não aprovamos o Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Edmar Arruda.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Magno.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente, eu estive observando aqui inclusive a forma calma do meu amigo Deputado Cajado, que pensei, quando arrobaram a porta da frente, que ia sair, mas ele ficou quietinho lá dentro.

Sobre essa questão dos acessórios, Sr. Presidente, eu prefiro ficar com o Deputado Efraim, porque, até que não aconteça o que precisa acontecer no Congresso Nacional, que é acabar com as emendas para acabar esse tipo de relacionamento e essa discussão aqui e que o Orçamento seja realmente uma peça fundamental de

execução, sob a responsabilidade do gestor público, eu coloco minha opinião: eu sou contra a emenda parlamentar. Eu sou municipalista e sou contra emenda parlamentar, justamente pelo clima e pela forma de relacionamento que existe e que nos coloca também lá nas bases, junto aos Prefeitos, aos Vereadores e a quem interesse. E a sociedade, pagando um preço alto por isso.

Mas, tirando essa parte, eu gostaria de me manifestar em nome do PP. A proposta encaminhada, que deve agradar a maioria aqui, de que precisamos ter uma posição da Presidenta da República com relação ao Orçamento e estar cumprindo... O meu Líder está sendo pressionado por alguns colegas do partido no sentido de que ele tem a obrigação de liderar e dar satisfação. Pela maioria, decidiram que ele tem que se posicionar com relação a essa questão do orçamento. Então, a questão de ler ou não ler vai do momento. Mas que se transferisse para amanhã qualquer tipo de votação, logo após — a Presidenta vai chegar — os contatos com o Líder. Precisa marcar essa reunião, para definir, de uma vez por todas, essa situação, porque não dá para ficar… Os Líderes têm que ser chamados para conversar. Não tem esse negócio de telefone também, porque não vai funcionar. Então, é a posição do PROS, do PP e do meu Líder com relação a esse encaminhamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Carlos Magno.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Senador Lobão…

De novo, não. Você já está com brincadeira!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Se V.Exa. não vai fazer uma questão de ordem, a palavra agora é da Deputada Rose de Freitas.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Então, educadamente, eu concedo a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - E, logo depois da Deputada Rose de Freitas, Deputado Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu queria sugerir um acordo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.

Então, V.Exa. não tem nada contra o Deputado Wellington se pronunciar.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Peço a compreensão aqui, até porque tem o PMDB, da base do Governo, o PTB, o PP, o PR, o PSC. Então, peço compreensão, democraticamente, como V.Exa. tem agido, para que se leia o relatório e se transfira o resto para amanhã. Aproveitando a permanência do Senador, peço que possamos ler um relatório a mais e que transfiramos os demais para amanhã — a leitura, a discussão e a votação —, após a decisão da reunião que deve acontecer amanhã, dos Líderes, e, consequentemente, a decisão da Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, Deputado Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sr. Presidente, primeiramente quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, pela forma como tem conduzido os trabalhos. Quero parabenizá-lo. Eu vejo que o Deputado Wellington, o Deputado Danilo, o Deputado Carlos Magno, todos os Deputados que estão aqui da base — eu também sou da base do Governo… Eu concordo que seria importante ler esse relatório, por causa do tempo, do prazo. Qualquer coisa que for de votação, é amanhã ou depois. Discutimos isso lá na frente. Então, eu estou favorável. Peço ao Danilo que concorde com isso junto com o Wellington. Eu estou junto com ele nessa posição dele. Eu dou toda a razão para ele. Ficou muito ruim da forma…

Eu acho que essa falta da presença do Governo na Comissão também… Outra coisa que eu gostaria muito era de falar sobre isso. Nas outras Comissões de Orçamento das quais eu participei aqui, toda vez tinha algum Líder do Governo aqui, o pessoal do Governo aqui para conversar e ter essa relação com a Comissão. Dessa vez faltou. Não tem ninguém do Governo aqui para falar em nome do Governo. Então, é

muito ruim isso. Eu acho que é um descaso com a Comissão de Orçamento. Mas nós não podemos dar esse gostinho, falar sobre isso, falar que o Congresso, a Comissão não votou o Orçamento. Isso vai ficar muito ruim para nós da Comissão de Orçamento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pronto. As oposições estão todas acordadas agora.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Então, eu concordo com isso, que deve ler o relatório.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Presidente, o seu PMDB é o mesmo PMDB do Deputado Danilo Forte. Então, queria ponderar a V.Exa. para que lesse mais um e suspendesse para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra, agora, à Deputada Rose de Freitas, que está como última inscrita.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Primeiramente, eu quero destacar uma coisa, Sr. Presidente, um fato que eu considero relevante, embora seja objeto de ironia de pessoas com as quais nós convivemos há anos aqui. O que nos une não pode nos separar. De acordo feito pela Oposição participou a Situação. Portanto, não há privilégio da Oposição. Dizer aqui que ela propiciou cenário tal, adequadamente, não, não é verdade. Eu estava junto nesta hora.

Quero dizer que interessa que sejam lidos os relatórios, sim, mas nós podemos procurar, através de V.Exa., o entendimento necessário para que isso aconteça com qualquer quórum que aqui esteja, como sempre aconteceu. Não há prevalência, e não deve haver, de quem tem maior ou menor razão. O fato é que esta Casa não tem se agachado, não, ela tem se ajoelhado diante do Poder Executivo.

Se isso não confere a ninguém uma razão para ter mais defesa da sua dignidade, da independência, a mim confere. Fui Constituinte, sou Parlamentar de trabalho, dedicadamente estou aqui, procurei todas as vezes o entendimento em todas as tarefas que me foram designadas.

Quero dizer a V.Exa. que V.Exa. está na oportunidade de propiciar este entendimento para que sejam lidos os relatórios, e não dar oportunidade a um ou outro. Se fizer isso neste cenário aqui, não vai ser bom. Embora o Deputado da Oposição que me antecedeu seja contra a fórmula com que foi aprovado o orçamento impositivo, no que ele tem razão, este é o sentimento da Casa, o de querer o orçamento impositivo. E, neste momento, as emoções se confundem.

Portanto eu peço a V.Exa., fiz por escrito um bilhete a V.Exa. — desculpe até o papel — para que possamos parar, nos entender e acordar a leitura geral dos relatórios. Isso é possível V.Exa. construir, pode acreditar nisso.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - V.Exa. ficou de me dar a palavra depois dos inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Srs. Deputados, vou passar a palavra ao Deputado Danilo Forte, mas antes, faço um último comentário.

Perceba, Deputado Danilo Forte, que é unanimidade de todos os Parlamentares aqui, todos se manifestaram desejosos da leitura dos relatórios. A única coisa que me impede, vamos dizer, que gera dúvida regimental, é em relação à sessão do Congresso simultânea com a sessão desta Comissão.

A sessão do Congresso está terminando. Eu poderia suspender, conforme disse, por 10, 15 minutos, mas eu volto a pedir ao Deputado Danilo Forte que, pelo bom senso, concorde com a unanimidade de todos os Parlamentares aqui, e que possamos, sem discussão, pelo menos, ler os relatórios. Eu acho que V.Exa. estará aí cumprindo a determinação do seu Líder, não permitindo regimentalmente a discussão e a votação; mas nós estaríamos, numa oportunidade de que haja um grande acordo amanhã, cumprindo o nosso cronograma, propiciando que tudo dê certo dentro desta Comissão.

Não querendo ser chato, eu vou repetir o que mais de 10 Deputados disseram: na hipótese de amanhã estar tudo acertado, se não lermos os relatórios, mesmo que queiramos, não conseguiremos dar vazão a tudo o que temos que fazer, às nossas

obrigações. Então, até por estratégia de xadrez, seria interessante lermos os relatórios agora e, caso não haja entendimento, Deputado Danilo Forte, caso o PMDB da Câmara ainda se sinta de alguma forma insatisfeito, que se obstrua a votação dentro dos relatórios.

Então, passo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores aqui presentes, o momento político em que nós estamos aqui no debate é um momento que, depois de uma trajetória que começou em maio deste ano, quando começou a PEC da Comissão Especial do Orçamento Impositivo, mobilizou, sensibilizou, deu a autonomia e a altivez necessárias para que iniciássemos, inclusive, uma resposta às ruas brasileiras no que diz respeito a uma nova forma de fazer política.

Não tenhamos dúvida de que, quando acabar o fisiologismo mais barato que há, a imposição do Poder Executivo, muitas vezes, sobre o Poder Legislativo, para liberação das emendas, esta Casa terá, com certeza, autonomia, recuperará, em parte significativa, a sua dignidade, e, com isso, nós teremos muito mais altivez e reconhecimento público pelo que fazemos aqui nesta Casa.

Esta é uma Casa em que se trabalha muito; é uma Casa que não há hora para começar nem para terminar as reuniões. E esta Comissão é um exemplo disso. Semana passada, votamos aqui 21 PLNs. Terminamos a votação às 3h30min, exatamente para atender a uma demanda, a uma solicitação do Governo, que precisava regularizar a situação fiscal, contábil e financeira dos Ministérios, dentro de um entendimento com esta Comissão. E, pasmem V.Exas., porque até agora, até hoje, dia 9 de dezembro, nenhum daqueles PLNs a respeito dos quais nos foi pedido um esforço extraordinário, o que fez com que alguns Parlamentares ficassem aqui sem dormir, foi sancionado. Nenhum! E agora vem a promessa de sancioná-los no dia 19 de dezembro.

Sancioná-los no dia 19 de dezembro significa dizer que, entre o dia 19 e o dia 30, quando nós temos o período do Natal, dificilmente os recursos desses PLNs poderão

ser empenhados e aplicados nas emendas parlamentares. E basta uma dessas emendas ir para um Município mais desavisado, que tenha maior dificuldade com relação à elaboração do SICONV ou de um projeto, para ser questionado esse empenho. Isso também é um problema que nos diz respeito e é um problema que também foi objeto de um acordo anterior. E não vou nem falar de outros acordos que foram feitos aqui, com esta Comissão agindo sempre com benevolência, sempre com a preocupação de dar agilidade aos trabalhos ao tomar seu posicionamento, sempre contribuindo para que resolvêssemos os problemas financeiros do Governo e sempre colocando em segundo plano as suas reivindicações e as suas decisões.

O PMDB tem uma posição muito clara na Câmara dos Deputados, e nós não vamos fugir dessa posição, porque é uma posição de bancada. Eu não quero ser aqui a palmatória, eu não quero ser aqui o Parlamentar da discórdia; eu quero ser aqui, sim, aquele que reafirma seus compromissos, aquele que trata com seriedade o processo legislativo, aquele que não é leviano para mudar de posição para agradar A ou B, em função de favores pessoais. Tenho compromisso partidário com o PMDB, e o PMDB tem uma resolução tomada.

É lógico que nós compreendemos o momento político desta Casa, mas nós vamos diminuir o nosso poder de barganha política se cedermos novamente, num momento como este. Porque o grande interessado, o maior interessado, quem tem a maior responsabilidade, quem tem o maior dever de ter Orçamento este ano é o Poder Executivo, não é o Poder Legislativo. Nós atendemos a todas as demandas. Tudo o que foi mandado para o Congresso Nacional e que o Governo teve interesse de votar foi votado. O Governo tem uma base de mais de 400 Deputados, o que chega a quase 80% da Casa, e não teve dificuldade nenhuma, quando harmonizou, quando conversou, quando veio aos Líderes e pediu uma votação nesta Casa. Em momento nenhum teve dificuldades.

Mas se nós aqui cedermos, neste momento, vamos nos enfraquecer para um processo futuro. Porque nós temos condições, sim, de votar o Orçamento. Eu não tenho dúvidas com relação a isso. Nós temos condições, sim, de dar à União, ao povo brasileiro um Orçamento muito mais efetivo, eficiente e eficaz do que no passado, porque a LDO que nós votamos e aprovamos aqui foi uma LDO baseada em conceitos, para diminuir entraves burocráticos, racionalizar a aplicação dos recursos e fazer com que o Poder Executivo execute o Orçamento da melhor forma possível, beneficiando, inclusive, os Municípios — e os Prefeitos estavam aqui hoje com pires nas mãos, desesperados, porque não têm condições de fechar o ano fiscal sem ter que responder por improbidade administrativa, diante do momento que eles estão vivendo.

O que eu quero deixar claro aqui é que nós vamos manter a posição do PMDB. O que eu quero deixar claro aqui é que nós não vamos ser impeditivos com relação à Comissão. Nós aceitamos, sim, a proposta do Deputado Wellington Roberto de cedermos quanto à leitura de um relatório e amanhã acompanharmos, com todas as lentes, com todo o foco, o desenrolar das negociações que serão feitas entre a Presidência da República e as Lideranças da Casa. Porque acho que a gente tem uma obrigação com relação a essa questão.

Mas não se iludam os senhores — não se iludam os senhores! —, porque nós estamos cedendo um espaço que poderia contribuir muito para o nosso fortalecimento, porque há uma linguagem que o Governo entende, a linguagem da força do Congresso Nacional, a linguagem da Casa Legislativa, a linguagem da nossa imposição pela altivez, e não pela subserviência. E, com altivez, esta Casa tem que ter uma resposta política para o momento que nós estamos vivendo.

Se a nossa principal bandeira, se a principal bandeira dos Deputados é o orçamento impositivo, e se o orçamento impositivo tem que ser cumprido, inclusive, para não nos fazerem de otários, como eu disse ontem, porque nós cumprimos a premissa da LDO com relação aos 50% da emenda impositiva e nós contribuímos, sim, com mais de

4 bilhões de 100 milhões de reais para fortalecer o orçamento da saúde em nosso País, uma das chagas da Nação brasileira hoje...

Senador Lobão, Presidente desta Comissão, a quem eu respeito, V.Exa. também tem que deixar de ser autoritário. V.Exa. tem que saber conviver com esta Comissão. Esta é uma Comissão de diálogo. Esta é uma Comissão em que as pessoas se respeitam e não superam pela vaidade pessoal o cumprimento das normas e o cumprimento do respeito para com os colegas. E em respeito aos meus colegas, nós acordamos com a proposta do Deputado Wellington Roberto, que é a mesma proposta do Deputado Carlos Magno, de lermos o relatório e amanhã darmos prosseguimento aos trabalhos, após as negociações entre a Presidência da República e os Líderes partidários do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Danilo, V.Exa. é o exemplo maior — maior! —, exatamente, da minha posição democrática, quando eu indiquei V.Exa. para ser Relator da LDO, em confronto absoluto com o Regimento desta Comissão, quando eu lhe transformei em meu companheiro de trabalho nesta Comissão, apesar de ir contra o Regimento. Então, V.Exa. não pode me acusar de ser autoritário, porque isso é uma agressão menor, desnecessária e que não se mostra verdadeira pelo meu posicionamento já há 8 meses trabalhando junto a V.Exa. Eu sou tudo nesta Comissão, menos autoritário. Os Parlamentares da Oposição são também testemunhas maiores do tanto que eu sou democrático e flexível na condução dos trabalhos desta Comissão.

Tenho certeza de que muitos dos meus antecessores tiveram, sim, posicionamentos autoritários e passaram por cima de todos, mas V.Exa. não pode dizer isso de mim, absolutamente. É uma injustiça que V.Exa. faz com seu Presidente, no momento em que me chama de autoritário.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não estou sendo injusto. Seus ímpetos são autoritários, sim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Negativo.

Então...

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Presidente, nós temos um jantar do PMDB hoje. A gente resolve isso no jantar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Isso.

Dando prosseguimento aos trabalhos, passo a palavra ao Senador Anibal Diniz. *(Pausa.)*

Perdão, passo a palavra ao Deputado Aelton Freitas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, só uma questão de ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - V.Exa., então, vai ler apenas um relatório ou os demais também?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Veja bem, em face do aspecto do Regimento que o Deputado Danilo levantou, eu acho que nós deveríamos... Nós lemos um. Temos 3 dias para ler dez. Então, já que há um consenso de que podemos ler, poderíamos ler, pelo menos... Eu imaginava lermos cinco, para fazermos seis com o de ontem, e amanhã lermos quatro. Isso seria o ideal.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vamos, então, ser equilibrados e, com bom senso, ler três, em vez de lermos cinco. E deixaremos seis para amanhã.

Está de acordo assim, Deputado?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não. Essa não é a proposta do Deputado Wellington Roberto nem a do Deputado Carlos Magno. A proposta do Deputado Wellington Roberto e do Deputado Carlos Magno é de ler um e amanhã...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, o senhor está atendendo aos partidos da base, não é nem aos da Oposição, porque parte da Oposição já foi atendida.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - São cinco partidos, Presidente.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Parte da Oposição já foi atendida. Eu me preocupo muito com a atuação política do Deputado Cajado, que é um brilhante Deputado. Tenho acompanhado a situação do Município dele.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - E outra coisa, para os senhores verem o momento que nós estamos vivendo: está havendo votação nominal agora na Câmara dos Deputados. Neste momento está havendo votação nominal. Nós não poderíamos nem estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, vamos ler um.

Vamos passar a palavra ao Deputado Aelton Freitas. O Relator Setorial está com a palavra para apresentação do seu relatório. O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO. Portanto, a palavra está com o Deputado Aelton Freitas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, só vai ser um? O Deputado Meurer não vai ler?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só um.

O SR. DEPUTADO AELTON FREITAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Sras. Senadoras:

"**I. Relatório**

I.1 Introdução.

Em cumprimento ao disposto no art. 84, XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, a Excelentíssima Presidente da República, por meio da Mensagem nº 76, de 2013-CN (358, de 2013, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o

Projeto de Lei nº 9, de 2013-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014".

Por designação do Presidente desta Comissão, Senador Lobão Filho, coube-me, na condição de Relator Setorial, apreciar a proposta orçamentária relativa à Área Temática III, constituída dos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, com suas respectivas Unidades Orçamentárias e Fundos.

(...)."

As considerações sobre a proposta do Poder Executivo estão disponíveis e foram publicadas na Internet.

"**I.2.1.1 Dos Recursos Destinados à Irrigação**

No tocante aos recursos totais destinados à irrigação, o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), alterado pela Emenda Constitucional nº 43/2004, estabelece a obrigatoriedade da aplicação de vinte por cento desses recursos na Região Centro-Oeste e cinquenta por cento na Região Nordeste, na forma que se segue:

> *Art. 42. Durante 25 (vinte e cinco) anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação:*
>
> *I - vinte por cento na Região Centro-Oeste;*
>
> *II- cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no semiárido.*

De plano, observa-se que o prazo estipulado pelo texto da Constituição de 1988 não mais vigora, tendo expirado no ano de 2013. Ainda assim, para efeito de programação de alocação de recursos, demonstramos na Tabela 5 a seguir a distribuição regionalizada, tendo por critério a seleção das programações classificadas na subfunção 607 - Irrigação.

Distribuição dos recursos da irrigação no PLOA 2014: Centro-Oeste, 59,69, o que equivale a 9,46%; Nacional, 162,87, o que equivale a 25,80%; Nordeste, 334,39, o que

equivale a 52,97%; Norte, 15,00, o que equivale a 2,38%; Sudeste, 43,93, o que equivale a 6,96%; Sul, 15,43, o que equivale a 2,44%. Total: 631,31 milhões, o que equivale a 100%. Fonte: Projeto de Lei Orçamentária para 2014 / Siga Brasil.

Vale reforçar, por fim, a promulgação da Lei nº 12.787, em 11 de janeiro de 2013, que trata da nova Política Nacional de Irrigação. Entre os objetivos previstos nessa lei, estão a ampliação de área irrigada, o aumento da produtividade, a redução de riscos climáticos inerentes à agricultura, o incremento da atividade do agronegócio, a melhoria do abastecimento do mercado interno, além da geração dos excedentes para exportação. A norma prevê também que os projetos públicos e privados de irrigação poderão receber incentivos fiscais, com prioridade para as regiões de baixos indicadores de desenvolvimento social e econômico. (...)

I.4 Da Atuação da Relatoria

I.4.1 Das Emendas Individuais e Coletivas

Foram apresentadas, nesta Área Temática, 276 emendas, assim distribuídas:

Tabela 8 — Emenda às Despesas Apresentadas":

- tipo de autor: bancada estadual; tipo de emenda: apropriação e remanejamento; quantidade: 40 de apropriação e 8 de remanejamento; valor solicitado em milhões de reais: 4.112,00 para apropriação, 396,00 para remanejamento;

- tipo de autor: Comissão da Câmara dos Deputados; tipo de emenda: apropriação; quantidade: 6; valor solicitado em milhões de reais: 1.520,00;

- tipo de autor: Comissão do Senado Federal; tipo de emenda: apropriação; quantidade: duas; valor solicitado em milhões de reais: 609,50;

- tipo de autor: emendas parlamentares; tipo de emenda: apropriação; quantidade: 220, valor solicitado em milhões de reais: 272,58.

- total: 276 emendas, no valor de 6 bilhões 883 milhões e 80 mil reais.

"**I.4.2 Análise da Admissibilidade das Emendas Apresentadas**

De acordo com o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas ao PLOA 2014. Após ajustes apontados pelo CAE, todas as emendas coletivas desse setor receberam parecer pela admissibilidade, com exceção da emenda de remanejamento 71090016, da Bancada do Espírito Santo, pois não indicou cancelamento válido. No que se refere às emendas individuais, a análise realizada por esta relatoria concluiu pela admissibilidade de todas as propostas aqui apresentadas.

I.4.3 Dos Remanejamentos de Dotações

O parecer preliminar, no item 30.I, Parte B — Especial, permitiu-nos o cancelamento de dotações consignadas em Investimentos (GND 4) até o limite global de 20%, podendo os cancelamentos, em cada subtítulo, incidirem em até 50% para programação com resultado primário igual a dois (RP 2) e de no máximo 20% para programação com resultado primário igual a três (RP 3 — PAC).

A fim de preservar a execução dos investimentos previstos na Proposta Orçamentária, promovi cancelamentos inferiores aos permitidos no Parecer Preliminar. No tocante aos investimentos do RP 3 (PAC), não utilizei o cancelamento máximo autorizado de 20%, sendo aplicado cancelamento de 8,4%. Quanto ao restante dos investimentos alocados a essa Área Temática, grafados com RP 2, utilizei o percentual de corte de 20%, também inferior ao permitido. As programações de baixo valor constantes da Proposta Orçamentária foram preservadas, a fim de não prejudicar os já escassos recursos alocados pelo Poder Executivo; do mesmo modo procedi com as programações financiadas com recursos de aplicação de fonte vinculada.

No atendimento às demandas apresentadas, tendo em vista as competências dos órgãos desta Área Temática, procurei priorizar aquelas de maior alcance social, sobretudo destinadas ao desenvolvimento regional, à prevenção de desastres e à oferta de água. Além dessas, reforcei dotações destinadas à regularização ambiental de

unidades de conservação. Não deixei, também, de observar a situação das obras solicitadas, dando maior ênfase às em andamento.

Em termos de valores, atendi integralmente aos valores solicitados nas emendas individuais, totalizando R$ 272,58 milhões, e às coletivas de apropriação, no valor total de R$ 873,0 milhões. Para atendimento às emendas de remanejamento, foram realocados R$ 239,0 milhões.

Por vezes, procedi a correções nos subtítulos das emendas, por provocação dos autores ou por iniciativa própria, de modo a adequá-los às normas regimentais e à boa técnica orçamentária. Além disso, adotei as alterações aprovadas por esta Comissão quando da análise da admissibilidade das emendas coletivas promovida pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas. Tais alterações, contudo, respeitaram sempre a vontade expressa pelos autores.

I.4.4 Padrões de Custo Unitário Médio

Em relação aos padrões de custo unitário médio, sempre que possível, utilizei como referenciais para acolhimento de emendas os custos informados pelo Poder Executivo na proposta orçamentária e, em sua ausência, os custos implícitos nas emendas apresentadas.

I.4.5 Das Obras com Indícios de Irregularidades

O Tribunal de Contas da União (TCU) informou a ocorrência de indícios de irregularidades graves na execução de uma obra atinente a esta Área Temática, qual seja, Projetos para Prevenção de Enchentes/Controle de Enchentes no Rio Poty — Teresina-PI (Av. Marginal leste) — 18.541.0497.3041.0004/2000. Essa obra, todavia, não consta do PLOA 2014.

II. VOTO DO RELATOR

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2014, no que concerne às Unidades Orçamentárias constantes da Área Temática III, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações

decorrentes das emendas aprovadas, e pela indicação de inadmissibilidade da emenda nº 71090016, conforme relatório CAE".

Sr. Presidente, em tempo, eu queria apresentar adendo ao Relatório Setorial que me foi atribuído, o da Área Temática III — Integração Nacional:

"Considerem-se as seguintes alterações ao Relatório apresentado:

1) Reduzir em R$ 10.000.000 o atendimento da emenda de Bancada do Estado da Paraíba nº 7116.0005 — "Obras de Macrodrenagem e Controle da Erosão Marítima e Fluvial — no Canal Adutor do Prado — Campina Grande-PB";

2) Acrescer esses R$ 10.000.000 ao atendimento da emenda de Bancada do Espírito Santo nº 7109.0009 — "Construção de Barragens — Construção de Barragem do Rio Itaúnas — Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Sustentável do Extremo Norte Capixaba (PRODNORTE) — No Estado do Espírito Santo.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2013".

E foi me feito um apelo há pouco, pelo Senador Walter Pinheiro, mas que não me chegou por escrito ainda, porque houve uma catástrofe numa cidade do sul da Bahia, neste final de semana, o que foi até noticiado por um programa de televisão e no *Fantástico*. E eles estão tentando tirar uma emenda de um remanejamento de um tipo de obra e passar para atender a essa cidade no que tange à defesa civil. Como não chegou ainda, peço permissão para, na hora em que chegar, fazer esse relatório. Se for permitido por esta Comissão, ficam aqui já os nossos agradecimentos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - V.Exa. pode utilizar o instrumento da errata. Faça uma errata para consertar o relatório anterior.

O SR. DEPUTADO AELTON FREITAS - Agradeço muito, Deputado. Assim procederemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Aelton.

Apesar de ter sido iniciada a discussão, ela não será encerrada. O prazo de discussão não está encerrado.

Não havendo mais relatórios a serem apresentados, esta sessão está suspensa até às 10 horas de amanhã.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, sugiro que seja à tarde, porque, já que a Presidência vai chegar de madrugada...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Há duas sessões, uma às 10 horas e uma às 18 horas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A conversa não vai ser pela manhã? Então seria melhor que a reunião fosse à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, está suspensa esta sessão e está convocada outra para as 14h30min de amanhã.

Muito obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reaberta a sessão e a suspendo, por 15 minutos, até às 15h15min, para retomarmos os trabalhos. É o tempo de nós nos reunirmos ali.

Obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 11ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica, localizados nas bancadas.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através de correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Dando prosseguimento à pauta de ontem e dando prosseguimento à leitura dos relatórios, eu tenho a honra e a alegria em passar a palavra ao Relator Nelson Meurer, para que possa proferir o seu relatório.

E, portanto, está iniciado o prazo de discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra o Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sras. e Srs. Senadores, recebi do nosso Presidente Lobão Filho a responsabilidade de relatar a Área Temática VII - Justiça e Defesa, sobre o Projeto de Lei nº 9, de 2013, do Congresso Nacional, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014", na parte referente ao Ministério da Justiça e da Ministério da Defesa.

Peço autorização do nosso Presidente para ler as considerações finais do meu relatório, porque o protocolamos já na sexta-feira passada, e é do conhecimento de todos os Parlamentares e de todos os assessores o relatório apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está autorizado.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Considerações Finais:

As necessidades por investimentos no Setor são muito grandes. Diante das limitações de recursos que esta relatoria teve à sua disposição para suplemento dos programas do Ministério da Justiça e da Defesa, procuramos ajustar a programação com alocação das dotações visando possibilitar uma distribuição mais eficaz possível. Contudo alguns investimentos permanecem com dotações aquém das necessidades;

razão pela qual apresentamos aqui algumas indicações, ao Relator-Geral, objetivando a complementação ao trabalho aqui apresentado.

São as seguintes as indicações que desejamos fazer ao Relator-Geral, visando ao aperfeiçoamento da Proposta Orçamentária para o Setor de Justiça e Defesa:

1. Complementação, conforme suas disponibilidades, dos recursos apropriados às emendas coletivas que não foram integralmente atendidas, em especial quanto às relativas às seguintes ações estratégicas:

a) No âmbito do Ministério da Justiça:

20UH - Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário;

E também estamos indicando que o Relator-Geral analise com carinho a possibilidade de recompor algum recurso no setor dos grandes eventos, que o Ministério da Justiça pede, devido à importância dos eventos que serão realizados no nosso País, no ano que vem.

b) No âmbito do Ministério da Defesa:

2048 - Manutenção e Suprimento do Material Aeronáutico;

14T5 - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON;

14T4 - Aquisição de Blindados Guarani; e

20XN - Aprestamento da Marinha;

2. Alteração do Indicador de Resultados Primário 2 (RP 2) para Indicador de Resultado Primário 3 (RP 3) na Ação 14TC — Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER) e das novas programações relativas às ações 14LW — Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020 e 14T4 — Aquisição de Blindados Guarani; e

3. Apresentação de Emenda de Relator-Geral, nos termos do item 18, VI, do Parecer Preliminar para as seguintes ações:

20XB - Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial;

14SZ - Aquisição da Aeronave de Transporte Militar e de Reabastecimento em Voo - Projeto KC-X2;

147F - Implantação do Sistema de Defesa Cibernética;

20XE- Sistema de Comando e Controle do Exército;

20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército;

20XP - Aquisição e Modernização de Meios da Marinha;

1N47 - Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas;

14TB - Construção de Navios-Escolta;

14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz;

2510 - Ensino Profissional Marítimo;

20XX - Auxílio e Fiscalização da Navegação Aquaviária;

2866 - Ações de Caráter Sigiloso - Contribuição para o Desenvolvimento da Defesa Cibernética;

20SE - Construção de Capitania e Delegacia da Capitania de Portos do Estado de Minas Gerais.

Voto:

Diante do Exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 9, de 2013 - CN, na parte referente aos Órgãos afetos à Área Temática VII — Justiça e Defesa, com as alterações oriundas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado nos anexos a este parecer.

Antes de dar por encerrado meu relatório, gostaria de agradecer ao Presidente Lobão Filho, aos nossos assessores Fidélis e Orlando, que muito trabalharam na organização deste relatório, e também aos membros desta Comissão, a Sra. Maria do Socorro e seus assessores, que sempre deram atenção especial para que pudéssemos elaborar o relatório sob nossa responsabilidade.

Este é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sr. Deputado, indago a V.Exa. se apresentou também a errata que estava prevista. Tinha alguma errata o relatório de V.Exa.? Convém ler a errata também.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Passo a ler a Errata 1.

(Ao Relatório Setorial da Área Temática VII - Justiça e Defesa - PL nº 9, de 2013-CN, apresentado no dia 6 de dezembro de 2013.)

Propomos correção de erro material verificado no Relatório relativo à Área Temática VII - Justiça e Defesa, apresentado no dia 6 de dezembro de 2013 da seguinte forma:

1) No texto do Relatório:

Onde se lê: Foi remanejada a emenda número 28850006, para o Setor VII, do qual foi recebida também por remanejamento a emenda número 27280001, mantendo o total de 514 emendas parlamentares neste relatório.

Leia-se: Foi remanejada a emenda número 28850006, para o Setor VIII, do qual foi recebida também por remanejamento a emenda número 27280001, mantendo o total de 514 emendas parlamentares neste relatório.

2) Ver anexo

3) Republicação dos demonstrativos, Alterações por Órgão/Ação, Alterações por Grupo de Natureza de Despesa, Alterações por Programa e Alterações por Fonte de Recursos, conforme anexo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Nelson Meurer.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não será encerrada a discussão.

Vamos passar à leitura do próximo relatório.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, nós temos aqui travado um debate político em torno da questão do Orçamento, porque há o compromisso da bancada do PMDB com relação à decisão do orçamento impositivo. E hoje, pela manhã, na CCJ, foi apreciada a admissibilidade das duas PECs referentes ao desdobramento da PEC do Orçamento Impositivo que veio do Senado.

Em uma postura de compreensão da necessidade do cumprimento do acordo feito em relação à PEC do Senado, inclusive que serviu de base para o art. 52-A da LDO aprovada por esta Comissão e pelo Congresso Nacional, todas as bancadas da base aliada encaminharam favoravelmente à admissibilidade, só não a bancada do PP, representada na CCJ pelo Deputado Esperidião Amin.

E foram plenamente vitoriosos tanto a admissibilidade da PEC referente ao orçamento impositivo em si quanto a admissibilidade da questão do financiamento da saúde, que é o desdobramento da PEC anteriormente aprovada pelo Senado.

Esse fato demonstra a compreensão que a base aliada na Câmara dos Deputados tem de fazer valer e cumprir exatamente o acordado em relação ao relatório aprovado no Senado de comum acordo com todos os partidos da base.

Diante desse fato foi gerada uma expectativa — inclusive mencionada por V.Exa., Sr. Presidente — de que hoje ocorreriam algumas reuniões e encaminhamentos junto ao Governo Federal, à Secretaria de Relações Institucionais e à Casa Civil no sentido de amenizar esse desconforto que nós estamos vivendo aqui, como bancada do PMDB, principal partido da base aliada do Governo no Congresso Nacional, em relação à questão colocada, que é uma bandeira do partido.

Ontem acordamos com os companheiros da bancada que procederíamos à leitura de um relatório exatamente para não quebrar a harmonia que existe entre nós na Comissão Mista de Orçamento, que é de fundamental importância para o andamento da

aprovação do relatório geral tanto na Comissão quanto no plenário da Casa, porque finalmente, na hora da votação no plenário do Congresso Nacional, ficam apenas os remanescentes da Comissão Mista de Orçamento.

Agora mesmo solicitei a opinião do nosso Líder maior da bancada, Deputado Eduardo Cunha, que sugeriu que fizéssemos a leitura de dois ou três relatórios a fim de ver se o Governo, até o final da tarde, sinalizaria com algum posicionamento, porque até agora não foi definido, pelo menos com relação ao PMDB — tanto o Líder Eduardo Cunha quanto o Presidente da Casa, Deputado Henrique Eduardo Alves —, nenhum novo posicionamento do Governo, principalmente da Secretaria de Relações Institucionais, a respeito dos assuntos em pauta.

A propósito, hoje pela manhã tive uma conversa com o Senador Walter Pinheiro. Ele também está sensibilizado com o problema, que precisa ser resolvido, para a boa continuidade dos trabalhos da Comissão Mista de Orçamento.

Primeiro, eu solicitaria a V.Exa. informação e, segundo, apresentaria ao Plenário e aos demais companheiros esse encaminhamento, que me foi posto e que eu aqui corroboro e apresento. Não havendo nenhum posicionamento novo, será feita apenas a leitura de dois ou três relatórios, para que possamos dar seguimento à análise dos relatórios setoriais. Depois suspendemos a reunião, até porque não queremos reviver o debate acirrado que aconteceu ontem nesta Comissão, o que não é bom para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Passo a palavra...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - V.Exa. não tem nenhuma informação a dar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não. Ainda não.

Vamos dar prosseguimento às leituras. Assim que tivermos uma posição, será comunicada a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Então, vou deixar claro que a bancada do PMDB só vai admitir a leitura de três relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não.

Passo a palavra ao Deputado Junji Abe, para que faça a leitura do seu relatório. *(Pausa.)*

O prazo para apresentação de destaques está iniciado, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Tem a palavra o Deputado Junji Abe.

O SR. DEPUTADO JUNJI ABE - Sr. Presidente, como Relator Setorial da Área Temática Trabalho, Previdência e Assistência Social, inicio a leitura deste relatório.

"Trata-se da análise e da avaliação da programação orçamentária do Projeto de Lei nº 9, de 2013-CN, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014', referente à Área Temática X — Trabalho, Previdência e Assistência Social. Essa área cuida das matérias relativas aos Ministérios do Trabalho e Emprego — MTE, da Previdência Social — MPS e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome — MDS.

Fizemos constar neste relatório as informações exigidas pela Resolução nº 1/2006-CN e pelo Parecer Preliminar. Desse modo, apresentamos a execução orçamentária recente, registramos informações relacionadas aos créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos 4 meses do exercício de 2013, e formulamos algumas recomendações à Relatoria-Geral, visando à continuidade do processo orçamentário para o exercício financeiro de 2014.

Salientamos, desde logo, que não foram identificadas obras com indícios de irregularidades na programação desta Área Temática, nas informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, razão pela qual deixamos de fazer menção a essa questão ao longo deste relatório.

O projeto de lei orçamentária para 2014 propõe despesas da ordem de R$537,9 bilhões para esses órgãos, abrangendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo R$401,5 bilhões para o MPS, R$68 bilhões para o MTE e R$68,5 bilhões para o MDS. As dotações previstas para os órgãos em análise representam 32% do total de dotações dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do PLOA 2014 (excluído o refinanciamento da dívida).

A expressiva magnitude das dotações da Área Temática deve-se, em larga medida, a despesas primárias de caráter obrigatório, que atingem cerca de R$506,3 bilhões (94,1%), cuja natureza impede cancelamentos ou remanejamentos.

Emendas Apresentadas:

No âmbito da Área Temática X, foram apresentadas 246 emendas, sendo 233 individuais e 13 coletivas. Dentre as emendas coletivas, dez são de apropriação e três de remanejamento.

Atendimento das Emendas:

As emendas individuais foram atendidas integralmente, segundo os valores solicitados. Os recursos necessários derivaram da Reserva de Recursos, administrada pelo Relator-Geral, no montante de R$101,5 milhões.

No que tange às emendas coletivas, vale destacar que, conforme os itens 29 e 30 do Parecer Preliminar, esta Relatoria Setorial poderia realizar corte global de até 20% das dotações consignadas a investimentos e de 15% nas dotações consignadas a inversões financeiras. No entanto, não consideramos adequado utilizar essa prerrogativa de corte, tendo em vista: a) os parcos recursos previstos para investimento — cerca de 5% das despesas discricionárias da Área; b) a impossibilidade de cancelamento das inversões financeiras, por destinarem-se a cumprimento de despesa obrigatória no âmbito das transferências do FAT para o BNDES; e c) o inegável mérito dos gastos sociais que compõem a programação. Dessa forma, foram utilizados para o atendimento

das emendas coletivas de apropriação somente os R$79 milhões que nos foram repassados pelo Relator-Geral provenientes da Reserva de Recursos.

Para atendimento das emendas coletivas, adotamos um critério que destinou 50% dos recursos disponíveis para as de Comissão e 50% para as de bancada. Tal critério visou a privilegiar igualmente os pleitos das bancadas e Comissões do Congresso Nacional. Destacamos que a Emenda nº 50210001, da Comissão de Seguridade Social e Família, foi atendida no valor simbólico de R$308 mil. A emenda objetiva prover recursos para aumento dos benefícios previdenciários superiores ao salário mínimo. *Grosso modo*, o aumento de 1% nesses benefícios demandaria recursos da ordem de R$2 bilhões. Notoriamente esta Relatoria Setorial não dispõe de recursos de tamanho montante, razão pela qual resolvemos atender a emenda em valor simbólico para eventual aporte de maiores recursos na fase da Relatoria-Geral.

Quanto às três emendas de remanejamento, todas propostas pela bancada de Rondônia, os cancelamentos indicados incidiram sobre a mesma funcional, qual seja a 08.244.2037.2A60.0011 — Serviços de Proteção Social Básica, no Estado de Rondônia. O atendimento do conjunto das emendas ficou limitado ao valor correspondente a 20% da dotação objeto de cancelamento, tendo em vista que o item 32.I do Parecer Preliminar limita o cancelamento a esse percentual.

Considerações acerca da multa adicional de 10% sobre o FGTS nas demissões sem justa causa:

Observa-se, na proposta ora em exame, a alocação de R$3,3 bilhões na Reserva de Contingência — GND 9, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Desse total, R$3 bilhões referem-se à fonte de recursos 184 (Contribuições sobre a remuneração devida ao trabalhador e relativa à despedida de empregado sem justa causa), e R$305,7 milhões são da fonte 174 (Taxas e multas pelo exercício do poder de polícia e multas provenientes de processos judiciais). Esse elevado montante de receita de natureza primária é alocado em reserva de contingência financeira, contribuindo para o alcance

da meta de resultado primário do Governo Federal. No âmbito do MTE, a sistemática de destinar dotações de receitas vinculadas para a reserva, com o uso dessas fontes de recursos, foi iniciada em 2013. Para 2014, o PLOA prevê um aumento de aproximadamente 33,7%, em termos nominais, dessa reserva de contingência.

Ressalte-se que, até o exercício de 2012, o produto da arrecadação da fonte 184 destinava-se à ação 0643 — Complementação da atualização monetária dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Lei Complementar nº 110, de 2001) —, cuja dotação era classificada como primária obrigatória. Ou seja, a partir daí, ao destinar o produto da arrecadação dessa fonte para a reserva de contingência financeira, presume-se que o Governo tem arrecadado a contribuição social e se esquivado de realizar o repasse devido ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, incrementando seu resultado primário.

A propósito, no dia 17 de setembro do corrente ano, o Congresso Nacional manteve o veto aposto pela Presidente da República ao Projeto de Lei Complementar nº 200, de 2012, que extinguia a cobrança da contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida imotivada do empregado (adicional de 10% do saldo dos depósitos do FGTS em caso de demissão sem justa causa). Essa é precisamente a origem dos recursos da fonte 184, já que a outra contribuição social criada pela Lei Complementar nº 110, de 2001, foi cobrada pelo prazo de 60 meses, nos termos do art. 2º, § 2º, da referida lei complementar, não estando mais em vigor.

Indicação à Relatoria-Geral:

Tendo em vista a escassez de recursos com os quais esta Relatoria contou e não obstante todos os esforços por nós direcionados para garantir um atendimento satisfatório das emendas apresentadas na Área Temática, é forçoso reconhecer que as necessidades de aporte de recursos em ações estratégicas são grandes. Algumas das demandas certamente deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento do País.

Como restou demonstrado neste relatório, houve sensível preocupação por parte dos Parlamentares em reforçar dotações destinadas, por exemplo, a estruturar a rede de proteção social básica e especial, a fim de melhor assistir a população carente; a prover qualificação de trabalhadores, a fim de adequar o perfil educacional dos trabalhadores desempregados e as competências exigidas pelos postos de trabalho ofertados; a estimular o fomento e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação, a fim de alavancar o potencial de geração de emprego e renda a partir das vocações locais; a possibilitar a instalação de mais unidades de funcionamento do INSS, a fim de aumentar a oferta de serviços previdenciários aos cidadãos em todo o território nacional; e a elevar o reajuste dos benefícios previdenciários superiores ao salário mínimo, a fim de corrigir a defasagem entre o reajuste do salário mínimo e dos demais benefícios observada nos últimos anos.

Contudo, tendo em vista os parcos recursos disponíveis, não foi possível a esta Relatoria Setorial atender as demandas à altura do seu inegável mérito. Para se ter uma ideia, o reajuste em 1% dos benefícios previdenciários superiores ao salário mínimo demandaria recursos da ordem de R$2 bilhões, *grosso modo*. Nesse contexto, endossamos o mérito de todas as emendas coletivas apresentadas e rogamos ao nobre Relator-Geral que, na medida das possibilidades, envide esforços no sentido de fortalecer as iniciativas propostas.

Voto:

Em face do exposto, somos pela aprovação Projeto de Lei nº 9, de 2013-CN, relativamente à programação da Área Temática X — Trabalho, Previdência e Assistência Social, nos termos apresentados pelo Poder Executivo com as alterações decorrentes das emendas apresentadas e aprovadas.

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013.

Deputado Junji Abe, Relator.

Está feita a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Junji Abe.

Vamos passar ao relatório setorial...

O SR. DEPUTADO JUNJI ABE - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pois não, Deputado Junji.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Retorno a palavra ao Deputado Junji Abe.

O SR. DEPUTADO JUNJI ABE - Sr. Presidente, desejo apenas deixar consignado o desempenho muito dedicado e competente de todos os membros da assessoria desta Comissão, que nos proveram todos os recursos nos bastidores para que pudéssemos apresentar este relatório.

Muito obrigado a todos, de coração.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado pelo registro, Deputado Junji Abe.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Deputado Junji Abe, porém já antecipo a nossa disposição de destacar nesse sub-relatório uma questão.

Deputado Junji Abe, ao parabenizá-lo, não posso deixar de registrar uma preocupação que manifestamos quando da votação da LDO. Agora vamos retomar a luta para fazer um destaque, nesse relatório, com o propósito de assegurar ações, no orçamento da Previdência, que possam garantir a correção da aposentadoria não apenas para aqueles que ganham até um salário mínimo. Não é justo o que vimos assistindo no que diz respeito aos aposentados do Brasil.

Há pouco me ligou também o Deputado Paulinho da Força, que apelou para nós no sentido de que fizéssemos o destaque, para que pudéssemos alertar o povo

brasileiro e os membros desta Comissão de que não é razoável que o orçamento da Previdência, ano após ano, não contemple recursos adequados para corrigir as aposentadorias. E é preciso fazê-lo com base nos índices de inflação.

A emenda proposta pelo Deputado Paulinho objetiva a correção inflacionária, mais 80% do PIB de cada ano, para que haja, de fato, recuperação da aposentadoria, que veio sendo, de alguma forma, surrupiada, retirada dos brasileiros que se aposentam. Vão tendo sua aposentadoria diminuída ano a ano, o que não é justo.

Esse é o destaque que nós haveremos de fazer nesse sub-relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Vou passar a palavra agora ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, para que apresente o Relatório Setorial da Área Temática VI — Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.

O prazo de destaque está iniciado, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Nobre Presidente, nobres Senadores, Deputados e Deputadas, imprensa, consultores desta Comissão, vou ler o relatório.

Introdução:

Em cumprimento ao disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deputado Raimundo...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - V.Exa. entregou esse relatório quando?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Hoje.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu preciso ver umas matérias de interesse do Ceará, e eu não vi. Eu gostaria que V.Exa. suspendesse a leitura. É preciso cumprir o prazo regimental. Precisamos ver as emendas.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Foi disponibilizado...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só um segundo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Menciono o art. 128.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou responder a questão de ordem do Deputado Danilo Forte.

O relatório está disponível na Internet, desde que foi entregue, hoje realmente, mas, por acordo de Lideranças, conforme foi registrado ontem aqui, inclusive com a participação do Deputado Danilo Forte — consta em ata —, foi suplantada a questão do interstício dos 2 dias necessários.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, esse acordo não está registrado em ata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu estou terminando de falar.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não está registrado em ata. Não vamos polemizar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. me permite terminar? *(Pausa.)*

Há a assinatura de V.Exa. Está registrada não só a assinatura, com também a presença dos que participaram aqui, que podem testemunhar que isso foi acordado na reunião de Líderes, com a presença do Deputado Danilo Forte.

Eu realmente não quero polemizar com V.Exa., Deputado. Então, vou cumprir o acordado. Haverá a leitura do relatório do Deputado Raimundo Gomes de Matos e de mais dois relatórios, e será feita a suspensão. Não vai ser lido o restante. Aguardaremos a próxima reunião, a pedido, democrático, de V.Exa. Não quero polemizar com V.Exa. Então, vamos dar prosseguimento em paz aos trabalhos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, eu vou pedir verificação de quórum, com base no art. 134.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Afirmativo. Então, vamos verificar o quórum. Estão presentes quatro Senadores e mais de seis Deputados. Portanto, hábil a leitura.

Passo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Vou iniciar novamente a leitura.

Introdução:

Em cumprimento ao disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 76, de 2013-CN (...) submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 9, de 2013...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, questão de ordem.

Nós vamos criar polêmica de novo. O art. 128 é muito claro. É preciso deliberação pela maioria absoluta dos membros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não estamos deliberando, estamos lendo o relatório. Eu preciso de dois Senadores...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu sei, meu amor, para poder mudar a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu não sou seu amor. Eu preciso de dois Senadores e seis Deputados.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu vou ler o art. 128 para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, leia.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Passo à leitura:

"Art. 128. A apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer 3 (três) dias úteis após a sua distribuição" — o que não houve — "nos casos do relatório do Relator-Geral

do projeto de lei orçamentária anual, do relatório do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do relatório do projeto de lei do plano plurianual, e 2 (dois) dias úteis nos casos das demais proposições, salvo se a CMO dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta de seus membros."

Maioria absoluta de seus membros pressupõe votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, V.Exa. está realmente com o intuito de tumultuar a Comissão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não quero tumultuar, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Levantou uma questão de ordem, que foi respondida por esta Presidência com toda a tranquilidade. Nós fizemos o acordo. Se V.Exa. tem alguma dúvida, eu posso fazer a pergunta a um dos Parlamentares que estava presente. Agora, se V.Exa. tem uma palavra lá dentro e outra aqui, muito me surpreende.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, eu não vou aguentar mais abuso de V.Exa. Eu não gostei de sua manifestação. Eu não vou aguentar! V.Exa. me respeite. Eu sou Deputado...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou passar a palavra a V.Exa., mas antes deixe-me dizer algo.

O Deputado teve uma reação lá e outra aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem V.Exa. então a palavra, por insistência.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, eu apelaria para V.Exa. no sentido de que retirasse a afirmação de que o Deputado Danilo está tentando tumultuar a Comissão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Leia outro relatório, rapaz! Eu não estou querendo criar problema. Agora, vem com outra combinação, rapaz? Eu não vou aguentar mais isso, não!

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - De forma tranquila, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não adianta gritar, Deputado. Aqui não é lugar para se gritar. Não adianta gritar. Não é desta forma, gritando comigo, que V.Exa. vai fazer prevalecer seu ponto de vista. Não adianta gritar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. tem a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Faço esse apelo a V.Exa., para que nós possamos continuar os trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Claro, claro! Não há motivo para que não se possa, com toda tranquilidade, ler o que está previsto para ser lido.

Está novamente com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos, para que continue a leitura de seu relatório.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Dou sequência à leitura.

"(...) Coube-nos examinar, no âmbito da Área Temática VI — Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, a programação dos seguintes órgãos e respectivas unidades orçamentárias:

- Ministério da Fazenda (Órgão 25000)
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Órgão 28000)
- Ministério do Turismo (Órgão 54000)
- Secretaria da Micro e Pequena Empresa (Órgão 69000)
- Encargos Financeiros da União (Órgão 71000)
- Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios (Órgão 73000)
- Operações Oficiais de Crédito (Órgão 74000)

- Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal (Órgão 75000)

Atendimento das normas constitucionais e legais:

A teor do que dispõe o item 34.1.a do Parecer Preliminar, cumpre registrar que as ações analisadas nesta Área Temática não contrariam as normas constitucionais e legais, especialmente quanto à compatibilidade com a Lei Complementar nº 101, de 2000, e o Plano Plurianual 2012-2015.

Atuação da Relatoria Setorial:

Junto a esta Área Temática, foi apresentado um total de 429 emendas apropriação, não tendo sido apresentadas emendas de remanejamento.

As emendas de apropriação compreendem 401 emendas individuais e 28 emendas coletivas, sendo 11 emendas de Comissões e 17 de bancadas estaduais.

Não foram apresentadas emendas ao orçamento de investimento das empresas estatais submetidas aos Órgãos integrantes deste Setor.

As Emendas nºs 19620011, 28410013 e 28440001, apresentadas no âmbito desta Área Temática, tiveram os recursos integralmente transferidos para emendas de outras relatorias, a pedido dos autores. Em função disso, recebem o parecer de emenda "retirada pelo autor".

Obras com indícios de irregularidades:

De acordo com o item 34, II, do Parecer Preliminar, os Relatores Setoriais deverão levar em consideração, para fins de alocação de recursos, as orientações emanadas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, devendo justificar a inclusão, acréscimo ou manutenção de dotação em subtítulo correspondente. Já de acordo com o item 34, III, do Parecer Preliminar, os Relatores Setoriais deverão indicar, para votação em separado, os subtítulos que contenham contrato, convênio, parcela, trecho ou subtrecho em que foram identificados, de acordo com informações do Tribunal de Contas da União, indícios de irregularidades.

De acordo com as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União ao Congresso Nacional, até o momento, na programação das unidades orçamentárias que integram esta Área Temática, não constam obras que sejam objeto de questionamentos.

Voto do Relator:

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 9, de 2013-CN, encaminhado pela Mensagem nº 76, de 2013-CN, relativamente às unidades orçamentárias afetas a esta Área Temática, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Sala da Comissão Mista, 11 de dezembro de 2013.

Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos, Relator Setorial."

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Passo a palavra ao Deputado Weliton Prado, Relator Setorial da Área Temática V — Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, nós só queríamos também ressaltar o apoio que tivemos de toda a Consultoria, dos Líderes, dos coordenadores das bancadas para que pudéssemos preparar este relatório e entregá-lo com a maior brevidade possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Agradeço a V.Exa., Deputado.

O Relator Setorial Weliton Prado está com a palavra para ler o seu relatório e a errata.

O prazo de destaque está iniciado, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento da CMO.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Boa tarde a todos e a todas.

"Por designação do (...) Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Senador Lobão Filho, coube-nos a honrosa missão de apreciar, como Relator Setorial, a proposta orçamentária relativa à Área Temática 5, que, nos termos da Resolução nº 1, de 2006, abrange o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério das Cidades.

Segundo o projeto encaminhado pelo Poder Executivo, o orçamento do conjunto de unidades desta Área Temática, para 2014, totaliza créditos orçamentários no montante de R$43,3 bilhões, sendo R$19,2 bilhões no MP e R$24,1 bilhões no MCID. Nesses montantes, observa-se forte predominância do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, que abrange 98,4% dos créditos propostos em Investimentos e Inversões Financeiras.

A AT-5 recebeu 804 emendas, sendo 67 emendas de apropriação de bancadas estaduais, 4 emendas de apropriação de Comissões e 733 emendas individuais. Estas últimas totalizaram solicitações no montante de R$1,3 bilhão. As emendas coletivas totalizaram pleitos no montante de R$9,4 bilhões, sendo R$7 bilhões nas de bancadas e R$2,4 bilhões nas de Comissões. As ações com maior concentração de emendas foram as vinculadas às ações de Infraestrutura Urbana e Transporte Público Coletivo, que concentraram 80% do total de emendas e 90% dos recursos solicitados.

Uma emenda de remanejamento de autoria da bancada estadual de Mato Grosso restou inadmitida pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas, pois não existe medida saneadora possível para a inadequação detectada — acréscimo no Ministério das Cidades com o cancelamento na Reserva de Contingência —, o que conflita com o art. 48 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Por conta de que boa parte dos investimentos previstos na AT-5 são integrantes do PAC, e dada a importância de se preservar esses investimentos, as possibilidades de realocação por esta Relatoria ficam reduzidas. Dessa forma, e tendo em vista propiciar

maior equilíbrio aos ajustes realizados, esta Relatoria adotou um conjunto de critérios complementares ao Parecer Preliminar para orientar o remanejamento de recursos:

1. Nas dotações de investimentos, tanto as discricionárias (RP=2) quanto as do PAC (RP=3), não efetuamos em cada uma delas redução em percentual superior a 8%;

2. Nas dotações de inversões financeiras, tanto as discricionárias (RP=2) quanto as do PAC (RP=3), constituídas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, não realizamos qualquer cancelamento — deixo bem claro que grande parte dos nossos recursos estava vinculada ao Ministério do Planejamento, e só no Programa Minha Casa, Minha Vida são 12,5 bilhões, em que não fizemos nenhum tipo de corte;

3. Não impusemos qualquer redução que resulte em dotação de valor inferior a R$2 milhões;

4. Nas dotações financiadas por recursos próprios das entidades ou por outras fontes vinculadas, não realizamos cancelamentos."

Como resultado da aplicação desses critérios, esta Relatoria mobilizou um total de R$2,5 bilhões para o atendimento às emendas coletivas e individuais. Desse total R$1,3 bilhão foi destinado às emendas individuais, e R$1,2 bilhão, às emendas coletivas.

Tais recursos provieram das seguintes origens: R$1,9 bilhão da Reserva de Recursos, disponibilizada nos termos do Parecer Preliminar, sendo R$1,3 bilhão para alocação nas emendas individuais, R$0,6 bilhão para alocação nas emendas coletivas de apropiação; e 0,6 bilhão de cancelamentos realizados em investimentos e inversões financeiras, em conformidade com o Parecer Preliminar e os critérios complementares definidos pela Relatoria.

Tendo em vista as restrições existentes ao remanejamento de recursos, esta Relatoria articulou um conjunto de critérios para orientar a distribuição dos recursos entre as emendas de bancada estaduais da forma mais equilibrada possível.

Nesse sentido utilizou a combinação de três critérios, quais sejam: 50% proporcionais à população residente na Unidade da Federação; 25% proporcionais ao inverso do Produto Interno Bruto da Unidade da Federação; e 25% proporcionais ao inverso do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Unidade da Federação.

Ademais, a Relatoria considerou a quantidade de emendas apresentada por bancada estadual na AT-5, ao definir que nenhuma emenda seria contemplada com valor inferior a R$6 milhões, a não ser a pedido do coordenador da bancada. Dessa forma, algumas das bancadas que apresentaram maior número de emendas na AT- 5 receberam aportes adicionais aos que lhes seriam destinados pela simples aplicação dos critérios gerais.

Em relação às emendas de Comissão, três da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados e uma da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, a Relatoria se baseou no objeto das ações respectivas e também em informações adicionais obtidas.

Na definição dos montantes para cada uma dessas, a Relatoria observou o mesmo valor mínimo de atendimento das emendas de bancada estadual, R$6 milhões, e se fundou na análise da relevância dada às programações pretendidas, evidenciada pelos aportes a elas feitos pelas emendas individuais dos Parlamentares e das bancadas estaduais.

A Relatoria não entendeu necessário apresentar emendas de Relator no âmbito desta Área Temática nem propor a criação de ações. Assim, a Relatoria Setorial acolheu, integralmente, as 733 emendas individuais e, parcialmente, todas as 67 emendas apresentadas pelas bancadas estaduais e as quatro apresentadas por Comissões. Do total pleiteado pelas bancadas, no montante de R$7 bilhões, pudemos fazer atendimentos no valor de R$1 bilhão. Nas emendas de apropriação de autoria das Comissões Permanentes, em número de quatro, foram alocados R$218 milhões.

Nos últimos 3 meses, não foram abertos créditos especiais ou extraordinários em favor das unidades orçamentárias que integram esta Área Temática, e que não existem obras com indícios de irregularidades graves."

Por fim, leio errata concernente ao Relatório Setorial da Área Temática V — Planejamento e Desenvolvimento Urbano, com referência ao Projeto de Lei nº 9, de 2013-CN, apresentada no dia 7 de dezembro de 2013.

"No item 4 do relatório apresentado, 'Análise de Admissibilidade das Emendas Coletivas', altere-se:

- Onde se lê: '...emenda de remanejamento de autoria da bancada estadual do Mato Grosso (nº 7110.0002), que restou inadmitida...'
- Leia-se: '...emenda de remanejamento de autoria da bancada estadual do Mato Grosso (nº 7112.0007), que restou inadmitida...'

Na Emenda nº 7120.0014, da bancada do Rio de Janeiro, altere-se o subtítulo:

- Onde se lê: 'Na Região Metropolitana do Município do Rio de Janeiro no Estado do Rio de Janeiro'
- Leia-se: 'Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no Estado do Rio de Janeiro'.

Na Emenda nº 7126.0008, da bancada de Santa Catarina, altere-se o identificador de Resultado Primário:

- Onde se lê: '0'
- Leia-se: '2'.

Na Emenda nº 7118.0003, da bancada de Pernambuco, altere-se o Identificador de Resultado Primário:

- Onde se lê: '3'
- Leia-se: '2'.

Deputado Weliton Prado, Relator Setorial."

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado.

Para discutir, tem a palavra o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu não vou falar por muito tempo, porque sei que estamos aqui num esforço concentrado para que ocorra a leitura dos relatórios.

Eu queria dizer que o Município de Salvador, a primeira Capital do Brasil, tem duas emendas importantíssimas relacionadas a mobilidade urbana e à Região Metropolitana, que também acaba beneficiando a Capital do Estado da Bahia, Salvador. Nós vimos que há uma restrição muito grande de recursos.

O relatório do Deputado Raimundo Gomes também vislumbrou acentuada elevação de recursos, e nós achamos que o Deputado Weliton deve ter tido, como ele me disse há poucos instantes, um critério técnico para poder agir no limite do que ele podia sem cortar programas como o Minha Casa, Minha Vida.

Eu acredito em V.Exa., Deputado Weliton, e vou fazer um apelo ao Relator-Geral, o Deputado Miguel Corrêa, que está aqui conosco, no intuito de que, quando chegar o relatório geral, essas três emendas, duas da Capital e uma da Região Metropolitana de Salvador, que atende à Capital da Bahia, Salvador, sejam ampliadas, porque ficaram apenas 15 milhões para a infraestrutura turística. Salvador é uma das capitais que sediarão a Copa do Mundo, não é, nós sediaremos a Copa das Confederações, e teremos problemas nesse aspecto da infraestrutura turística porque, nas praias, houve uma determinação judicial para se retirar as barracas. O Prefeito ACM Neto está desenvolvendo esforços no intuito de minorar os efeitos que a ausência de barracas nas praias causará aos turistas, porque eles não terão o que comer e o que beber.

Portanto, o nosso querido Relator, eu não tenho dúvida, dará uma atenção especial para podermos aumentar esses recursos, principalmente na área de infraestrutura turística, mas também na de mobilidade urbana. Está havendo intervenções, inclusive, quero ressaltar, intervenções importantes, como a Via Expressa,

ligando a BR-324 ao Porto de Salvador, tirando o tráfego pesado do centro urbano, mas ainda precisamos de outras intervenções. A emenda que nós colocamos é justamente para melhorar a mobilidade urbana da Capital, Salvador, na Bahia, porque o trânsito é extremamente carregado, com engarrafamentos que ultrapassam uma hora, duas horas, principalmente nas avenidas, que não deveriam tê-los, como a Avenida Paralela, Antônio Carlos Magalhães, Bonocô, etc.

Portanto, esses recursos, Relator-Geral, são fundamentais. Eu estou, nessa discussão, alertando a V.Exa. que irei procurá-lo, no intuito de elevarmos essas 3 emendas que beneficiarão Salvador, Capital da Bahia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pergunto ao Relator se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Weliton.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Eu só queria, inclusive, reforçar aqui ao Relator-Geral o pedido do Deputado Cajado. No nosso relatório, realmente, não houve a menor possibilidade. Seguimos, realmente o critério técnico, e não havia como cortar do Programa Minha Casa, Minha Vida, em que está o maior montante, que é 12,5 bilhões de reais. Não fizemos nenhum corte no programa. Em relação também a alguns recursos do PAC não haveria como a gente fazer alteração. Mas reforço aqui o pedido, para atender, não é, o Deputado Cajado e os outros Estados que sentirem necessidade, no sentido de fazer uma complementação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Weliton Prado.

Dando resposta ao requerimento do Deputado Danilo Forte, nós vamos ao último Relator, Senador Wilder Morais, para proferir o seu relatório. Os relatórios seguintes serão transferidos para a reunião de 18h30.

Com a palavra o Senador Wilder Morais, para proferir parecer à Área Temática nº IV, Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte. O Relator Setorial está com a palavra para a apresentação do seu relatório e do seu adendo.

O prazo de destaques está iniciado, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra o Senador Wilder Morais.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, primeiramente, gostaria de agradecer ao Presidente desta Comissão, Senador Lobão Filho, por ter me proporcionado ser Relator da Área Temática IV, que integra as Pastas de Educação, Cultura, Esporte e Ciência e Tecnologia.

As equipes de todos os Ministérios estiveram em sinergia com a minha equipe para fazer o melhor relatório para o Brasil. Apesar do corte orçamentário, fiz um grande esforço analítico, para manter todas as programações, não retirei recursos de nenhuma programação.

Agradeço à equipe dos Ministérios, da CMO, da Consultoria do Senado, e do meu gabinete. E quero aqui fazer uma pequena análise, já que o relatório que está à disposição de todos contém mais de 40 páginas.

Introdução:

Em atendimento ao disposto no art. nº 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Exma. Sra. Presidenta da República encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 76, de 2013, do Congresso Nacional...

Por designação do Presidente, o Senador Lobão Filho, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a CMO, temos a honrosa missão de analisar e relatar a proposta orçamentária da Área Temática IV, composta pelos seguintes órgãos: Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação; Ministério da Educação; Ministério da Cultura e Ministério do Esporte.

Análise da proposta.

Comparativo entre os recursos dos Ministérios da Área Temática IV e as receitas correntes do Tesouro Nacional do período 2012 a 2014.

Na proposta apresentada pelo Poder Executivo para 2014, a soma dos orçamentos fiscal e da seguridade dos órgãos dessa área temática alcançou R$ 105.9 bilhões. Esse valor supera em R$ 12.9 bilhões o montante da proposta para 2013, um aumento de 13.8%

Sobre as emendas apresentadas.

Foram apresentadas 1.545 emendas à programação dos Ministérios que integram esta Área Temática IV, sendo 1.408 individuais e 137 coletivas.

Das 137 emendas coletivas, 127 são de apropriação e 10 de remanejamento.

As bancadas estaduais apresentaram 112 emendas de apropriações e 5 de remanejamento. Já as Comissões Permanentes apresentaram 15 de apropriação e 5 de remanejamento.

Para atendimento das emendas individuais apresentadas nesta Área Temática IV, foram utilizados os recursos destinados a essa finalidade, conforme disposto no Item 25 do Parecer Preliminar, Parte Especial.

Já para atender às emendas coletivas de apropriação, esta Relatoria utilizou os recursos transferidos pelo Relator-Geral, conforme previsto no Item 26 do mencionado Parecer, no montante de R$ 1 bilhão e 4 milhões.

Vale ressaltar que apesar da autorização expressa nos Itens 29 e 30 do Parecer Preliminar, Parte Especial, para que os Relatores Setoriais efetuassem cortes na programação das respectivas áreas, decidi preservar integralmente a proposta orçamentária dos Ministérios componentes desta Área Temática.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 9, de 2013, do Congresso Nacional, na forma apresentada pelo Poder Executivo, relativamente aos órgãos orçamentários integrantes da Área Temática IV, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente.

E, por fim, reafirmo que tentei ser o mais republicano e suprapartidário no atendimento das emendas coletivas.

Esse é o resumo do meu relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

E gostaria, também, Presidente de pedir a dispensa da leitura do adendo, por ser muito extenso e já estar à disposição desde ontem. E se alguém, algum Parlamentar quiser, a gente tem cópia aqui para fornecer.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Foi lida a errata, Relator?

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Hã?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A errata foi lida?

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Não, eu pedi a dispensa da leitura do adendo. Não há errata.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Certo. Nobre Relator...

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Temos cópias dela, também.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Primeiro, quero parabenizá-lo pelo exaustivo trabalho. Mas há uma emenda de bancada aqui, do Estado do Ceará, oriunda da Universidade Federal do Ceará, que tem um valor muito importante para todos nós, cearenses.

A Universidade Federal do Ceará é pioneira no Ensino Superior no Estado do Ceará, é a responsável pela implantação de universidades em nosso Estado, e, no programa de expansão desenvolvido a partir do Governo do Presidente Lula, ela inovou, gerando inclusive outras universidades, como é o caso da UNILAB, uma universidade que atende a uma diversidade social diferenciada, inclusive de intercâmbio com os afrodescendentes, que é muito importante — no Estado do Ceará, inclusive, Redenção

é a terra que primeiro libertou os escravos no Brasil, quatro anos antes da abolição da escravatura em nosso País. E, com isso, a Universidade Federal do Ceará tem um papel também significativo agora, na construção e na implantação da Universidade Federal do Cariri, que é uma universidade voltada para atender à região sul do Estado do Ceará. Então, fica sobre os ombros da universidade, sob a responsabilidade da universidade a implantação do *campus* da Universidade Federal do Cariri, que atende a uma região de mais de 1 milhão de pessoas, no sul do Ceará, e também na parte oeste da Paraíba e Pernambuco, e o sul do Piaui.

Com essa emenda, da forma como foi colocada, a bancada do Ceará solicitou um investimento da ordem de 100 milhões de reais. E, mesmo com todo o esforço que foi feito pelo senhor, Relator Senador Wilder, ficou em apenas 14 milhões e 600 mil reais, o que é muito pouco, até porque há a expansão do *campus* da Universidade de Sobral, do *campus* da UFC em Sobral, para o Município de Itapajé.

Esse é um *campus* em que a universidade vai priorizar exatamente a área de graduação, e hoje há uma demanda represada muito grande na formação de professores. Hoje nós precisamos melhorar o nível intelectual dos educadores que são responsáveis pela formação dos nossos jovens. Será uma universidade voltada exatamente para melhorar a graduação e também no que diz respeito às artes, porque nesse campo já há a parte de construção civil construída, que é um legado de um grande itapajeense, José Maria Melo, que deixou para a cidade uma parte da construção civil já pronta, com um teatro que é um dos maiores em universidade no Estado do Ceará.

Então, o mínimo necessário para implantação dessa expansão, tanto no *campus* da UFC de Sobral, em Itapajé, como os recursos necessários para o aporte da expansão da universidade Federal do Cariri, no Ceará, é de 60 milhões de reais.

Eu aproveito inclusive a presença do nosso Relator-Geral, Miguel Corrêa, para que ele possa, no seu Relatório Geral, na discussão do Relatório Geral, ter uma

compreensão da importância que é exatamente essa emenda. Ela não é uma emenda apenas para pequenos reparos, ela não é uma emenda para pequenas reformas, ela não é pequena apenas para pequenos investimentos; é uma emenda exatamente no sentido de implantação, e implantação tem um custo operacional muito maior do que qualquer medida paliativa.

Por isso nós pedimos a reconsideração, se for necessária, tanto do Relator Setorial, Senador Wilder Morais, se ele puder ainda ter algum procedimento capaz de viabilizar esse recurso, ou então a compreensão do nosso Relator-Geral, nosso Deputado Miguel Corrêa, para que ele possa exatamente entender a importância do que significa a expansão no *campus* universitário.

O Estado do Ceará ainda é um Estado com uma população pobre. Nós ainda temos 1,5 milhão de pessoas que vivem com menos de 3 reais por dia. É um Estado que tem avançado muito na sua industrialização e precisa capacitar exatamente a juventude, criar uma mão de obra qualificada para esses empreendimentos.

Inclusive para minha surpresa — surpresa agradável —, hoje os índices de desenvolvimento do Estado apresentaram crescimento de 3,6% nos últimos 12 meses, o que vem a superar, quase que a duplicar, a média de crescimento nacional do País, o que demonstra a pujança e a disposição do Ceará para o crescimento. Isso precisa ser acompanhado pela educação em nível superior. E por isso é importante o aporte desses recursos para implantação do *campus* da Universidade Federal do Ceará. Avançar de Sobral em Itapajé, bem como na implantação da Universidade Federal do Cariri, sob a tutela da Universidade Federal do Ceará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, eu queria também fazer uma breve argumentação em função de uma emenda da bancada da Bahia que foi indeferida em relação a recursos para as instituições federais de ensino superior.

Tratava-se da implantação de uma rede de fibra ótica em todas as instituições de ensino superior, universidades, EFTS etc. Essa seria, evidentemente, uma obra de grande benefício para o Estado da Bahia, e foi dada pela rejeição, ou melhor, a instituição de ensino superior, a implantação de um *campus* da Universidade Federal da Bahia, na Chapada Diamantina, na cidade de Seabra. Então, eu lamento essa informação porque a extensão e a interiorização do ensino superior nos Estados da Federação são de grande importância.

Eu queria ouvir do nobre Relator por que essa emenda da bancada da Bahia, emenda de nº 87106008, foi indeferida, foi opinada pela rejeição, já que nós conseguimos, com muito esforço, alocar recursos para a extensão do ensino universitário em diversos Municípios do Estado da Bahia, e isso tem proporcionado uma elevação do conhecimento do ensino superior aos jovens que procuram melhorar de vida e à sua família também pela via do conhecimento, pela via dos estudos.

A não implantação dessa extensão do *campus* no Município de Seabra, na Chapada Diamantina, será de extremo prejuízo para os baianos, em especial a região da Chapada Diamantina, que é uma das maiores regiões administrativas do Estado da Bahia, já que engloba, além de dezenas de Municípios, uma população enorme. Daí por que eu irei propor um destaque no intuito de podermos tecnicamente superar eventual entrave para que a população baiana, em especial da Chapada Diamantina, não fique prejudicada por essa falta de recursos para implantação de uma universidade, já que as universidades, principalmente a UFBA que seria a universidade que iria dar essa extensão, aquiesce, e é um projeto inclusive que tem a concordância, a aquiescência do Ministério da Educação.

Então, apelo para V.Exa. no sentido de que possamos tecnicamente conseguir superar esses obstáculos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra...

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Depois de V.Exa. eu vou passar a palavra à Deputada Rose de Freitas.

Com a palavra o Relator-Geral Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Na verdade, é uma questão que eu acho que V.Exa. está atento, mas nós temos que prestar atenção nisso e solicitar que seja pautado pelo Congresso Nacional.

A apreciação do Relatório Geral, segundo o art. 76, da Resolução nº 1, somente terá início após a aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei plurianual ou da sua revisão, o que significa que nós temos que passá-lo pela Comissão e levá-lo a plenário do Congresso antes da votação do Relatório Geral.

É o que eu peço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Como é, Miguel? Eu não entendi. Repita, por favor.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Nós temos que votar a revisão do plano plurianual no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Miguel Corrêa.

Passo a palavra à Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, eu quero colocar à reflexão do Relator, reconhecendo o trabalho que penhoradamente fez, que os valores aprovados para o Espírito Santo nos colocam numa situação de constrangimento. Nós estamos falando aqui do Instituto Federal de Educação Superior, em que se transformaram os antigos CEFETs, que eram os Centros Federais de Educação Tecnológica, e da UFES, a Universidade Federal do Estado do Espírito Santo.

Eu não entendo como se pretende melhorar ensino e pesquisa se nós não temos orçamento. Eu inclusive queria fazer uma grande sustentação oral, mas estou na fila

daqueles que acham que nós temos que ler os relatórios para fazer andar esse processo, depois sentarmos e discutirmos.

Então, eu queria dizer a V.Exa., com toda compreensão que tem do que fez e do que está vendo, que o funcionamento dessas instituições jamais será satisfatório num Brasil que está em dívida com a educação e que sofre hoje, no seu desenvolvimento, o preço daquilo que não fez no passado. No presente, não é possível corrigir todas as distorções, todos os erros, as falhas e omissões, mas é possível agora, no tempo real, dar para essas instituições um orçamento decente.

Eu vou destacar e apresentar a V.Exa. tanto a emenda do IFES quanto a do UFES, mostrando que nós não temos como estabelecer um nível de educação profissional tecnológica ou, então, fazer o aprimoramento da nossa universidade, que até pouco tempo eu estava brigando para tapar os telhados quebrados, os centros audiovisuais sem funcionamento, a veterinária sem equipamento. Nós não podemos continuar assim.

Então, o nosso papel aqui, Sr. Relator, é solicitar a V.Exa., a despeito das restrições que o Governo impõe não sobre o Orçamento, porque não deveria impor, que tivesse acuidade ao olhar sobretudo essa parte dos setores educacionais também do Espírito Santo com os demais Estados que aqui estão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra ao Senador Wilder Morais.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Com relação à colocação do Deputado Danilo Forte, eu acho que a resposta serve também para o Deputado Cajado e para a Deputada Rose de Freitas.

Para termos uma ideia, nós tínhamos, com o relatório dos quatro Ministérios, 1 bilhão e 4. São 137 emendas, 1.500 emendas. Nós usamos o critério de 70% do IDH, e

deu uma média de 4 milhões e qualquer coisa para cada Estado. Então, não tem como. E eu sugiro a cada um... E eu acho que é justo, e o valor que a gente tem é muito baixo.

Só para se ter uma ideia, esse remanejamento é de 200 milhões. Então, não temos como, Deputado Danilo, fazer uma emenda do número que seria necessário para o seu Estado, porque a gente tem 200 milhões como um todo para atender todos os Deputados. Para se ter uma ideia, eu tentei ser justo e usar o critério de 70% de toda as emendas usando o critério de IDH.

Então é isso que foi possível ser feito. Sugiro agora aos novos Deputados que façam esse apelo, que talvez possa ter uma manobra maior junto ao Relator-Geral. Então, o número nosso, Deputado, realmente é muito pequeno, e eu tentei ser o mais justo possível com todos os Estados.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Senador Wilder.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ - Sr. Presidente.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Presidente, eu quero ler só o Adendo do apresentado, o texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Passo a palavra novamente ao Senador Wilder Morais. Logo a seguir passo a palavra para V.Exa.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Adendo ao relatório setorial apresentado para a Área Temática IV, da PLOA 2014.

O anexo demostra alterações efetuadas aos valores atendidos das emendas que constam originalmente do anexo sem número denominado e emendas coletivas de apropriação, pela aprovação, aprovação parcial do relatório apresentado.

Adendo nº 2, ao relatório setorial apresentado da Área Temática IV, da PLOA 2014.

O anexo demonstra as alterações efetuadas nos valores de atendimentos das emendas que constam do anexo. As decisões contidas nesse Adendo nº 2 se sobrepõe às do Adendo nº 1.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Senador Wilder Morais.

Passo a palavra agora ao Deputado Marçal Filho.

Convido o Deputado Marçal Filho para a Mesa...

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Passo a palavra ao ...

Perdão, Senador Anibal. Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ - Eu quero pedir a V.Exa. a possibilidade de fazer também o relatório do PPA, que está pronto para ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Respondo já a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Por uma precaução, eu quero fazer aqui uma questão de ordem.

Quero pedir a V.Exa., que tem conduzido, especialmente nos momentos de maior tensão, com equilíbrio, com respeito, e, acima de tudo, pautando-se pela legalidade, se nós não cuidarmos disso, não vamos prestar nenhum serviço ao País, nós vamos prestar um desserviço ao País. É claro que, com o propósito de conseguirmos dar ao País um Orçamento para o ano que vem ainda este ano, dando maior tranquilidade aos mercados, dando maior condição de governabilidade ao País, nós não estamos aqui para fazer a oposição de quanto pior melhor. Estamos dando esse testemunho a cada minuto. No próprio processo de leitura, um sub-Relator do PSDB abriu mão do prazo regimental. No acordo fizemos isso.

Estou fazendo este preâmbulo para destacar algo que é inegociável, porque está na Constituição: não há como levar os relatórios, sem serem votados na Comissão, para apreciação. A Constituição é clara: o Congresso apreciará o Orçamento após parecer da Comissão, não do Relator. Da Comissão.

A Comissão está lendo atentamente, mas não votou. Portanto não há parecer de Comissão sobre nenhum sub-relatório, e muito menos do Relatório final, que nem conhecemos.

Então, eu estou antecipando isso porque, nesse clima de acordo, podem estar iludidos de que nós vamos fazer acordo para simplesmente ler os relatórios preliminares e, simplesmente, esta Comissão deixa de ter sentido; não vota nem os preliminares, nem representa o Relatório Final, e faz-se uma manobra para levá-lo ao plenário. Chegou isso ao meu ouvido.

Se estão tentando fazer isso, é bom que o Brasil inteiro saiba de antemão que estará judicializado o Orçamento do ano que vem com graves prejuízos para o País, e não por culpa da Oposição, porque nós estamos alertando para isso.

Não tem cabimento esta Casa simplesmente rasgar a Constituição brasileira; tornar a Comissão de Orçamento algo sem maior importância.

Nós estamos dando uma demonstração clara de esforço coletivo para o acordo. Vamos continuar assim. Se V.Exa. nos convocar para estar aqui sexta-feira, sábado, segunda-feira, na véspera do Natal, sugerimos — e parece que já há até uma previsão de convocação do Congresso para segunda-feira, dia 23, que é o limite regimental —, aqui estaremos com o espírito de construir acordo, mas não para rasgar a Constituição. Se tentarem votar no plenário, sem parecer desta Comissão...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não pode! Não pode!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não pode, mas já disseram, viu, Deputado Cajado, que vão fazer essa manobra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não pode! Não pode!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, a gente está alertando, Sr. Presidente.

Concluo, fazendo um apelo a V.Exa.: que use a autoridade, o espírito republicano que tem norteado as suas ações, para deixar claro que não será a Oposição, um ou outro Deputado... Faço um apelo a todos os partidos: não vamos permitir que façam isso com o Congresso Nacional; não vamos permitir que façam isso com esta Comissão Mista.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Não pode!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Os pareceres terão que ser votados, inclusive, é claro, o parecer do relatório final.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Domingos Sávio, para responder a V.Exa., perceba: se houvesse a intenção desta Presidência de encaminhar ao Presidente Renan Calheiros esses relatórios, eu, a rigor, nem precisaria da leitura deles. Eu enfrentaria, vamos dizer, um embate jurídico e os encaminharia para o Senador Renan Calheiros.

Esse esforço que nós estamos tentando fazer aqui... Eu volto a parafrasear uma frase minha: é minha responsabilidade aqui o fracasso desta Comissão. Mais do que o de todos vocês, é o meu fracasso. Então, eu lutarei com todas as minhas forças para que isso não ocorra; com todas as minhas forças para que isso não ocorra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, tem que esclarecer as coisas e colocá-las nos seus devidos lugares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra a Deputada Rose de Freitas e, logo em seguida, o Deputado Danilo Forte.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Eu sei a preocupação do Deputado, conheço, e toda vez que ele apela para o espírito republicano, o dele vem em primeiro lugar.

Eu quero dizer que não é possível fazer isso. E nem eu estaria sentada para colaborar com encenação desta natureza. Desculpe, mas têm que ser votados os relatórios setoriais; senão, não podem ser levados ao plenário. Então, não tem que ter essa preocupação. É melhor que a gente dê o passo consciente de que estamos aqui construindo o diálogo necessário para caminharmos e darmos outro passo.

E com terrorismo, quem baixou o terrorismo na cabeça de V.Exa., inabilmente o fez, porque é só ler as normas da Casa, o Regimento, que vai entender que não pode.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigada, Deputada. V.Exa. tem de minha parte toda confiança, porque sei que a sua história diz bem a sua seriedade, o seu compromisso com o País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Antes de passar a palavra ao Deputado Cajado, o Deputado Danilo Forte pediu pela ordem primeiro.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, dentro dessa postura nossa aqui, a gente tem sempre perpassado o Regimento da Casa. Está havendo votação nominal agora na Câmara dos Deputados, e nós aqui fazendo sessão de leitura da CMO, o que é impeditivo na hora que está tendo votação em uma das Casas. Como é que o senhor encaminha essa situação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu havia sondado o Deputado Marçal, que perguntou a V.Exa. se haveria algum óbice em relação à leitura do relatório dele. Foi-me comunicado que V.Exa. havia anuído com a leitura do relatório dele.

Por determinação da unanimidade, eu continuaria a leitura. Se V.Exa. manifestar o posicionamento contrário, eu vou suspender a sessão novamente. Então, depende de V.Exa. anuir ou não.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu acho que a gente podia pelo menos voltar; voltar às 18h30min e fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Por um acordo feito com o Senador Walter Pinheiro, que havia feito alguma conversa com V.Exa., não teríamos nem a sessão de 18h30min. Nós faríamos a de amanhã, às 11 horas. Eu acho que facilitaria a vida de todo mundo aqui.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Então, pronto. Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, passo a palavra ao Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, queria apenas falar sobre essa dúvida que foi levantada para podermos sobrestar as decisões da CMO com relação aos relatórios setoriais e o Relator-Geral. O técnico da Comissão, aqui da CMO...

Eu quero ressaltar que os técnicos da Comissão Mista de Orçamento não têm nenhuma tendência política. Quando eles falam algo, é porque eles têm embasamento para dizê-lo. E me foi informado, eu pedi a confirmação do Democratas, e eles disseram que é uma regra constitucional. Não é passível de acordo não votarmos aqui na Comissão os relatórios preliminares e o Relatório Geral. Têm que ser votados na Comissão para irem ao plenário do Congresso Nacional, porque é uma regra estabelecida no art. 166.

Portanto, se V.Exa. ou encaminhar para o Presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, ou, através de um entendimento, desejar fazê-lo, não o faça, porque será anulado judicialmente. Este Orçamento não terá nenhum valor.

Então, eu quero alertá-lo, porque eu mesmo achava que nós deveríamos perpassar pelo fim de semana — este agora, se possível — para podermos adiantar os prazos dos entendimentos. Mas, se não for possível, amanhã V.Exa. terá que fazer um esforço concentrado o dia inteiro, possivelmente talvez até na sexta-feira de manhã, e chamar reuniões, segunda-feira, terça-feira, quarta-feira e quinta-feira da semana que vem, porque, senão, nós teremos dificuldades em efetivamente deixar o Plenário do Congresso em condições de votar se não fizermos em todos os relatórios setoriais e no Relatório Geral. E nós ainda estamos longe do entendimento.

Veja que, até para procedermos à leitura, estamos tendo dificuldade. Eu acho que o PMDB é uma dificuldade, mas vejo também que outros partidos da base estão insatisfeitos. No entendimento do conhecimento e da amizade que nós temos, colocando que as disposições estão até atendidas... Absolutamente não estão atendidas. Nós queremos é que sejam feitos os relatórios, que sejam discutidos e aprovados para que os entendimentos sejam feitos com o Relator e o Governo. Não adianta porque, se se tentar impedir a votação dos relatórios, dos entendimentos com as bancadas, como está se tentando, nós não teremos tempo nenhum de votar o Orçamento.

Então, aqui está se tentando uma estratégia equivocada. A base, que está insatisfeita, que quer fazer um entendimento com o Governo, tem que fazê-lo no plenário do Congresso e não aqui na CMO. A CMO tem que preparar tecnicamente tudo para que os entendimentos políticos sejam feitos, ou não, no plenário. Agora, prejudicar o trabalho dos Relatores, das bancadas que apresentaram as suas emendas e do próprio Relator-Geral, é algo que eu não entendo como pode se confundir tecnicamente com essa postura política. Postura política tem seu momento, porque esta é uma Casa política. Tem seu momento, sua fase e não é agora.

É por isso que nós da Oposição estamos permitindo que se façam todas as fases acontecerem, que já foram atrasadas por conta da falta de entendimento da LDO com a

questão da PEC do Orçamento Impositivo. Esta para mim é a forma inteligente de se atuar: não colocando no nosso colo um problema que é do Congresso Nacional e do Governo com o entendimento político.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Peço a V.Exa. a gentileza de fazer minhas as suas palavras *ipsis litteris*, do início ao fim.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Com toda a autoridade de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, a primeira coisa que eu gostaria de abordar é sobre os nossos procedimentos aqui.

Há alguma razão especial para nós não continuarmos lendo a partir das 18 horas hoje, para acelerarmos esse processo, na linha de preocupação dos Parlamentares?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou explicar a V.Exa.: a leitura, por si só, é inócua sem a votação.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sim, eu sei disso. Mas abre o período para os destaques, para os entendimentos e a gente fica...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O período dos destaques já está aberto. A votação, eu acredito, deverá passar por um acordo com a bancada do PMDB na Câmara. Então, me foi dito aqui pelo Senador Walter Pinheiro que haverá amanhã uma reunião do Vice-Presidente da República, do PMDB, com algumas lideranças, no sentido de harmonizar essas divergências que estão ocorrendo.

Essa reunião está marcada para as 9 horas. Portanto, eu estou marcando uma aqui nesta Comissão às 11 horas porque, tendo sido resolvidas todas as divergências e as pendências nessa reunião de amanhã, nós não teremos problema nenhum de lermos os dois relatórios finais e votarmos.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Eu entendo perfeitamente, mas podíamos ler já também agora. Nada nos impediria que tudo isso ocorresse, mas com os relatórios já lidos. São alguns minutos que a gente ganha, não é?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mas, perceba — é importante ressaltar — que nós estamos conflitando com a Ordem do Dia. Então, a rigor, pelo Regimento, o Deputado Danilo Forte tem razão. Ele aquiesceu à leitura até do Marçal Filho. Se ele aquiescer à leitura dos últimos dois relatórios, nós os leremos. Mas isso depende do posicionamento dele

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – E se ele levanta ainda a questão de ordem e a mantém, eu vou permanecer com a reunião — até o Marçal.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Deputado Danilo, o importante é a votação. A leitura... Nós vamos em frente, a gente lê e já fica...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não, vamos deixar para amanhã. Os outros Deputados e Senadores querem ouvir a leitura.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Está bom. Tudo bem, eu não vou insistir nisso.

Então, eu quero me dirigir ao nosso relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Ainda para discutir o relatório do Senador Wilder.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - É.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, antes do relatório do Deputado Marçal, passo a palavra ao Deputado Bittar, para discutir o relatório do Senador Wilder.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Eu gostaria de saber qual a razão da rejeição de uma emenda da bancada do Rio de Janeiro e de várias emendas da Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - O que foi cortado, Deputado, foi emenda de remanejamento. Nós estivemos com todos os Ministérios. Isso foi uma orientação, no sentido de que não se fizéssemos remanejamento porque isso prejudicava. Ia ser contingenciada...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - O critério foi esse?

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Foi esse. Então, foram rejeitadas todas as emendas.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Foram rejeitadas as emendas de remanejamento.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS – As de remanejamento.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Está ótimo, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, podemos prosseguir, Deputado Bittar? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, com a palavra o Deputado Marçal Filho, Relator da Área Temática nº 2, de Saúde.

O Relator Setorial está com a palavra para a apresentação do seu relatório. O prazo de destaque está iniciado, conforme estabelece o inciso I, do art. 6º do Regulamento Interno da CMO.

Portanto, com a palavra o Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube-nos a honrosa missão de relatar a proposta orçamentária do órgão Ministério da Saúde para o ano de 2014, aí incluídos os programas de trabalho das unidades orçamentárias a ele vinculadas direta ou indiretamente.

Análise da Proposta Orçamentária.

A proposta de orçamento da União para 2014 reserva ao Ministério da Saúde, no âmbito do Orçamento da Seguridade Social, recursos da ordem de 100,3 bilhões de reais.

O valor proposto para 2014, 100,3 bilhões de reais, apresenta pequeno decréscimo em relação à dotação do Ministério da Saúde autorizada para 2013, que foi de 100,6 bilhões.

Quanto aos valores empenhados em 2011 e 2012, percebe-se crescimento, respectivamente, em 2011, 27,7% e, em 2012, 15,5%.

O Fundo Nacional de Saúde — FNS responde por 91,5% do total e praticamente manteve o montante de recursos programados para 2013. A FUNASA, por sua vez, sofre redução de 7,4% em comparação com as dotações autorizadas para o exercício corrente. Entretanto, deve-se ressaltar que parte significativa das emendas aprovadas pelo Congresso Nacional ocorre na área de atividade do Fundo Nacional de Saúde e da FUNASA, o que amplia as dotações dessas unidades.

Principais repasses automáticos no Fundo Nacional de Saúde

A Constituição, em seu art. 198, estabelece como diretriz do Sistema Único de Saúde a descentralização, com direção única, em cada esfera de Governo, dando efetividade à diretriz, à Lei n° 8.080/90 e à Lei n° 8.142/90, as quais regularam as transferências intergovernamentais de recursos da saúde para o atendimento e funcionamento do SUS.

Segundo tais normas, as dotações para cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal devem ser alocadas no Fundo Nacional de Saúde, conforme art. 2°, inciso IV, da Lei n° 8.142/90, e tais recursos devem ser repassados de forma regular e automática aos entes federados, conforme o art. 3° da Lei n° 8.142/90.

Trata-se de regra de exceção que afasta a formalização de convênios e garante a automatização das transferências com a regularidade necessária para o funcionamento do Sistema.

Submetidos a tal espécie de transferência encontram-se os procedimentos de média e alta complexidade.

Ações que concentram 36 bilhões e 300 milhões de reais dos recursos do Ministério: as ações de medicamentos, que alcançam 7,1 bilhões; e o piso de atenção básica, com 16,65 bilhões.

Piso Constitucional

A Emenda Constitucional n° 29, de 2000, Emenda da Saúde, foi regulamentada pela Lei Complementar n° 141, de 2012. No âmbito da União, a norma manteve a previsão de que o valor a ser aplicado em um exercício tomasse por base o montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior, base móvel, acrescida da variação nominal do Produto Interno Bruto do ano anterior.

A Lei Complementar nº 141/2012 também afastou a subjetividade sobre a definição de ações e serviços públicos de saúde para fins de cômputo no piso constitucional, fixando regras, diretrizes e condições para identificar as despesas passíveis de serem consideradas nos recursos mínimos a serem aplicados. Dotações do PLOA 2014 computáveis para fins do piso constitucional.

Durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013, o Congresso Nacional manifestou-se sobre a aplicação da Lei Complementar nº 141, de 2012, e consolidou entendimentos sobre as despesas que poderiam ser consideradas para fins de piso constitucional.

O PLOA 2014 apresenta-se em consonância com esse entendimento. Contudo, recentemente, ao apreciar o PLN 14, de 2013, o Parlamento brasileiro também afastou do cômputo do piso constitucional despesas realizadas a título de contribuições e/ou doações a países ou organismos internacionais.

O citado projeto de lei tratava de crédito especial encaminhado com a finalidade de inserir programação no orçamento vigente para o atendimento de doações e contribuições à Aliança Global para Vacinas e Imunização — GAVI, e à Central Internacional para Compra de Medicamentos — UNITAID, conforme autorizado pela Lei nº 2.413, de 2011.

Ao apreciar o crédito, a Comissão Mista de Orçamentos Públicos e, em seguida, o Congresso Nacional, consideraram que tais despesas não atendem aos requisitos exigidos pela LC nº 141, de, 2012.

Deve se esclarecer que as despesas não classificadas como ações e serviços públicos de saúde continuam a ser despesas do setor, porém, não computáveis no piso constitucional da saúde. O montante mínimo projetado para a saúde em 2014, segundo as estimativas do PIB, é da ordem de 90,1 bilhões. Portanto, a proposta encaminhada pelo Poder Executivo atende ao mínimo constitucional.

Piso constitucional da saúde para 2014 com emendas.

Com atendimento de emendas individuais e coletivas ao setor, as dotações classificadas como ações de serviços públicos de saúde para fins da Lei Complementar nº 141, de 2012, são ampliadas. Além da alocação de recursos novos, o cancelamento de dotações para atendimento de emendas coletivas ensejou a ampliação dos recursos passíveis de cômputo no mínimo constitucional. O total de recursos novos alocados é da ordem de, aproximadamente, 5,16 bilhões, dos quais, 5,14 bilhões são em ações de serviços públicos de saúde.

As emendas apresentadas.

Ao plano de trabalho do Ministério da Saúde foram apresentadas 3.345 emendas, sendo 89 coletivas e 3.256 individuais, com pleitos da ordem de 12,87 bilhões.

Das emendas coletivas, 87 foram de apropriação e duas de remanejamento. Dentre as de apropriação, 81 são de autoria de bancadas estaduais e seis de comissões, sendo duas da Câmara dos Deputados e quatro do Senado Federal.

A maior demanda por unidade orçamentária ocorreu no Fundo Nacional de Saúde, que recebeu 3.213 emendas. Em seguida, a Fundação Nacional de Saúde, com 118 emendas; e a FIOCRUZ, com 12.

Atuação desta relatoria no atendimento às emendas.

No atendimento das emendas tanto individuais quanto coletivas foram mobilizados recursos da ordem de 5,98 bilhões, dos quais 5,16 bilhões representam acréscimos efetivos à programação do setor por constituírem recursos oriundos da reserva de contingência e de reestimativa de receitas. Os 822,4 milhões restantes advieram do remanejamento de investimentos e inversões financeiras do Ministério da Saúde passíveis de utilização por esta relatoria setorial, nos termos do inciso VII da parte especial do parecer preliminar.

Tal remanejamento, que representa cerca de 16,1% da programação de investimentos do setor, seguiu critério seletivo, em comum acordo com o Ministério da Saúde.

No que diz respeito às emendas individuais, todas foram integralmente aprovadas, o que implicou a utilização de 4,5 bilhões de reais.

Para atender aos pleitos das bancadas e comissões, foi utilizado 1,5 bilhão, valor bem inferior aos pleitos de 8,37 bilhões solicitados. Mesmo diante da escassez de recursos, buscamos ouvir a todos que nos procuraram sempre perseguindo o equilíbrio e a justiça nas alocações dos escassos recursos — assim reconhecido por este Relator.

Para as emendas de Comissão prevaleceu o critério de mérito na alocação dos recursos, sendo destinado um total de 150 milhões de reais. Quanto à distribuição, foi conferida preferência — no âmbito do Fundo Nacional de Saúde — àquela destinada ao fomento de laboratórios públicos oficiais. E, na Fundação Nacional de Saúde, optamos por alocar os recursos de forma igualitária entre ações de esgotamento sanitário, abastecimento de água e resíduos sólidos.

Os recursos restantes foram alocados às emendas de apropriação das bancadas estaduais, segundo critério técnico e de mérito, respectivamente, na proporção de 63,3% e 36,7%.

O critério técnico levou em consideração a média aritmética entre a população da unidade da federação, o inverso do Índice de Desenvolvimento — IDH de cada unidade da federação e a quantidade de emendas apresentadas à área temática.

Temos algumas correções de erros e omissões na programação do setor.

Conforme determina a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os Relatores somente puderam apresentar emendas à programação da despesa com a finalidade de corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal.

A análise da programação do setor apontou as seguintes inadequações técnicas que mereceram correção: reclassificação da modalidade de aplicação fundo a fundo na ANVISA, para transferências a Estados e a Municípios — é a Emenda nº 8.002.0001 —; reclassificação do identificador de uso das ações "Contribuição à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento — UnitAid" e "Contribuição à Aliança Global para Vacinas e Imunização Grave para o Código 0" — Emendas nºs 8.002.0002 e 8.002.0003.

Manutenção da Ação nº 2.016, "Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde", que novamente estava sendo aglutinada à Ação 20YM "Ampliação das Práticas de Gestão Participativa de Controle Social e de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas e Promoção da Equidade". Emenda nº 8.002.004.

Voto do Relator:

Diante de todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 009, de 2013, do Congresso Nacional, no que concerne às unidades orçamentárias do Ministério da Saúde, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Este é o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Marçal Filho.

Antes de suspender esta reunião, eu gostaria de fazer um registro a todos os presentes: os dez Relatores Setoriais que apresentaram os seus relatórios, bem como todos os consultores desta Comissão e os membros desta Secretaria trabalharam todo este final de semana — e eu fui testemunha — e trabalharam todas as madrugadas das últimas semanas.

Portanto, eu não tenho como não enaltecer o trabalho de todos os Srs. Relatores, com todo o sacrifício que fizeram. Vou usar o Deputado Marçal Filho como exemplo para falar de todos os dez.

O Deputado Marçal Filho, no interior do seu Estado, percorrendo, provavelmente já em campanha, os Municípios, atento e preocupado com o relatório, fez contado permanente com a assessoria, sem um minuto desperdiçado na sua dedicação em fazer com que esses relatórios fossem possíveis de serem lidos hoje.

Então, eu quero agradecer a todos os Srs. Relatores que dedicaram esse árduo trabalho ao seu País e agradecer à Consultoria que propiciou que esse trabalho pudesse ter sido feito.

Então, é o registro que faço, em nome da Presidência desta Comissão.

Suspendo os trabalhos e convoco a todos para continuarmos, amanhã, às 11 horas.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS – Sr. Presidente, cite o nome, por favor, dos Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Acatando a sugestão da Deputada Rose de Freitas, que é muito boa, vou citar nominalmente todos os Relatores: Senadores Acir Gurgacz, Wilder Morais, Ricardo Ferraço e João Vicente Claudino; Deputados Marçal Filho, Aelton Freitas, Weliton Prado, Raimundo Gomes de Matos, Nelson Meurer e Junji Abe.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2013, pauta esta alterada.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônicos localizados nas bancadas.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 e abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através do Correio Eletrônico aos gabinetes dos membros e das Lideranças partidárias.

Relatório Setorial da Área Temática nº 9 — Agricultura e Desenvolvimento Agrário. O Relator Setorial é o Senador João Vicente Galdino, Relator *ad hoc* Deputado Cláudio Cajado. O Relator Setorial está com a palavra para apresentação do relatório e da errata.

O prazo de destaques está iniciado, conforme estabelece o Inciso I do art. 60.

Com a palavra o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela Ordem, Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Primeiramente eu acho que é importante, na abertura dos trabalhos de hoje, a gente reconhecer uma grande vitória na Comissão Mista de Orçamento, uma grande vitória do Congresso Nacional, uma grande vitória do Parlamento brasileiro, que foi o acatamento, por parte do Governo, em relação ao cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi construída por todos nós, que teve uma construção consensual, inclusive dirigida pelo Sr. Presidente desta Comissão, no sentido de dar autonomia, de dar exatamente ao País uma nova relação entre o Poder

Legislativo e o Poder Executivo, na medida que há o respeito à dignidade nas duas Casas e o compromisso em relação ao cumprimento do Orçamento Impositivo.

O pronunciamento da Presidente da República ontem à noite e o pronunciamento da Ministra das Relações Institucionais, em uma reunião com a bancada do PMDB na Casa do Presidente Henrique Eduardo Alves, constatam a construção de uma nova disciplina de relação, que vai ser benéfica para todos nós.

Diante desse fato, é necessário esclarecer que a nossa postura foi política. Em todos os momentos nós tivemos aqui uma postura política, exatamente no sentido de fazer valer aquilo que nós votamos, porque o pior dos mundos seria nós aprovarmos aqui uma lei de diretrizes orçamentárias e nós mesmos nos deixarmos ser atropelados pelos fatos e simplesmente nos apequenarmos diante da imposição do momento, em detrimento exatamente daquilo que nós votamos, daquilo que é a grande bandeira do Congresso Nacional, inclusive empunhada pelo Presidente desta Casa.

Então, nós temos aqui que ressaltar, reafirmar, comemorar essa grande vitória nesse entendimento que foi construído, nessa sinalização que foi, inclusive, oriunda de uma intermediação direta do Vice-Presidente da República, Presidente Honorável do PMDB, Michel Temer, com a complacência e a compreensão por parte da Presidente da República, Dra. Dilma Rousseff.

Por outro lado, nós temos também aqui agora que fazer com que esta Comissão conclua os seus trabalhos sem a geração de nenhum infortúnio, de nenhuma pendência, nem do ponto de vista dos questionamentos, nem do ponto de vista da judicialidade de qualquer procedimento.

Então, nós temos uma proposição que é exatamente o sentido da Questão de Ordem que eu faço: que a gente concluísse agora pela manhã a leitura dos relatórios setoriais, fizesse uma reunião dos Líderes da Comissão Mista de Orçamento com V.Exa., Presidente da Comissão, para traçar um cronograma de votação desses relatórios setoriais e também a conclusão do trabalho a ser feito pelo Relator-Geral,

Miguel Corrêa, para que possamos ter o prazo exequível até semana que vem, conforme o planejamento traçado no acordo que foi feito, inclusive, com a Secretaria de Relações Institucionais e a Presidência da República nos procedimentos de votação.

Então, a questão de ordem nossa é no sentido de que orientássemos no sentido da conclusão das leituras dos relatórios setoriais agora pela manhã, fizéssemos uma reunião no final desta reunião ou no início da tarde com os Líderes para traçar a votação dos relatórios setoriais, que poderíamos concluir até amanhã, e deixássemos livre para que o Relator-Geral possa preparar a sua peça, que é fundamental, para que se possa fazer o fechamento do nosso trabalho, o fechamento do Relatório Geral da União, de que o País precisa, porque é mesmo necessário em um momento como este de recuperação de credibilidade do País no mercado financeiro, e também para que a gente possa concluir esse bom andamento, com a LOA culminando com a LDO, para dar mais eficiência e efetividade ao Orçamento. Esperamos que a gente possa concluir o trabalho da Comissão, fortalecendo a Comissão, fortalecendo o Congresso Nacional e lhe dando esse importante papel, que são os procedimentos de votação.

Esta é a nossa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Eu gostaria de registrar aos Parlamentares presentes e ao próprio Deputado Danilo Forte, que não deve ter conhecimento do que aconteceu agora de manhã, e também ao Senador Walter Pinheiro, que ficou decidido com o Relator da receita fazer uma reestimativa da receita que nós teremos que colocar aqui em votação, para dar ao Deputado Miguel Corrêa condições de ter um maior volume de recursos, a fim de que ele possa fazer o seu relatório de acordo com os interesses desta Comissão.

Em segundo lugar, hoje, eu tive a oportunidade — a 15 minutos atrás — de me encontrar com o Presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves, e com o Líder Eduardo Cunha, que me comunicaram, formalmente, que não há mais nenhuma restrição, do ponto de vista da votação dos relatórios setoriais. Portanto, eu vou ler os

relatórios setoriais e coloca-los em votação nesta sessão, por indicação do seu Líder e do Presidente Henrique Eduardo Alves.

Portanto, eu passo a palavra ao Deputado Cajado para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, eu não estou dizendo que vou obstruir a votação dos relatórios setoriais não. O que eu estou querendo apenas é que a gente faça um cronograma de trabalho para concluir os trabalhos da mesma forma que nós começamos, com harmonia, com respeito à Comissão, e que a gente cumpra todos os procedimentos.

Então, eu achava importante que a gente fizesse uma reunião de Líderes exatamente para abalizar isso. É só isso que eu estou pedindo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu estou até de acordo que se faça a leitura, mas eu não concordo com a votação antes que nós tenhamos uma reunião de Líderes, para que possamos ajustar algumas questões. Há algumas questões que não estão claras. O entendimento tem sido sempre a tônica para que possamos avançar nesta Comissão.

Se chegamos até a esse ponto, V.Exa. sabe que foi fruto de acordo. Mas os acordos precisam ser cumpridos, e para isso a gente precisa ter clareza de como será a condução. Eu não vejo aqui o Relator. Seria importante ouvi-lo. Nós estamos afunilando para algumas questões. Temos tópicos que ele manifestou-se propenso a acolher, mas nós ainda não temos clareza disso. E eu gostaria que nós pudéssemos, nessa linha, fazer uma breve reunião. Eu acredito que, com poucos minutos, a gente possa avançar no entendimento e, em razão dele, criarmos o ambiente adequado para concluirmos a votação de todos os relatórios, aí até de forma simbólica, senão nós vamos ficar nos arrastando aqui. Acredito que os outros colegas também devam ter...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Domingos Sávio, eu vou acolher a sugestão de V.Exa. de fazermos uma reunião de poucos minutos após esta reunião. Nós vamos fazer a leitura. Eu acho que o mais importante neste momento é votarmos a reestimativa da receita, que é de interesse de todo o Congresso, e logo a seguir, nós faremos uma pequena interrupção para fazermos uma reunião de Líderes.

Com a palavra o Deputado Cajado para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, relatório da Relatoria da Área Temática IX — Agricultura e Desenvolvimento Agrário, sobre o PLN 2014, PLOA melhor dizendo, constante do PL 9, de 2013, encaminhado por meio de Mensagem Presidencial nº 76, de 2013, Congresso Nacional, que estima receita e fixa despesas da União para o exercício financeiro de 2014, na parte referente aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA, do Desenvolvimento Agrário — MDA, e da Pesca e Aquicultura — MPA, seus órgãos, entidades e fundos.

Por designação de seu Presidente, na forma do art. 15, da Resolução 1, recebemos a missão *ad hoc* de examinar e relatar as peças orçamentárias concernente à Temática IX — Agricultura e Desenvolvimento Agrário do referido projeto de lei, compreendendo as matérias relativas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA —; ao MDA e ao MPA e suas unidades orçamentárias.

O montante programado para 2014 é de 14 bilhões e 600 milhões de reais, sendo 12 bilhões e 600 milhões do Orçamento Fiscal e 2 milhões do Orçamento da Seguridade Social e mais 36 milhões e 400 mil reais do Orçamento de Investimento das Estatais.

Os detalhes da programação desses três órgãos serão analisados a seguir, em ampla demonstração no relatório que foi colocado à disposição nas mesas dos Srs. Congressistas.

A Relatoria da Área Temática IX recebeu 662 emendas para análise, sendo que 661 de apropriação e 1 de remanejamento. Das emendas de apropriação, 628 são

individuais e 33 coletivas, sendo 24 de bancadas estaduais e 9 de Comissões, das quais 5 de Comissões da Câmara dos Deputados e 4 de Comissões do Senado Federal.

O valor total solicitado por essas emendas de apropriação alcançou 4 bilhões e 880 milhões, sendo 1 bilhão e 830 milhões de bancadas estaduais, 2 bilhões e 450 milhões de Comissões e 595 milhões de emendas individuais.

A emenda de remanejamento, apresentada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, totalizou 50 milhões de reais. Não foram apresentadas emendas à programação de investimentos das estatais.

Registramos, também, que as Emendas de nº 81000010, 81000011, 81000049 e 81000050, do Relator-Geral, tiveram a finalidade de efetuar troca de fontes, não afetando, portanto, os valores de programação da área.

Ajustes e adequações nas emendas.

Considerando-se as limitações constitucionais, bem como as estabelecidas no Parecer Preliminar nº 9, de 2013, do Congresso Nacional, e na Resolução nº 1, nós procuramos superar eventuais incorreções técnicas encontradas em algumas proposições apresentadas, com os objetivos de compatibilizar as propostas com a estrutura orçamentária do projeto de lei e de minimizar os entraves na fase de execução da programação orçamentária emendada.

A Resolução nº 01, por outro lado, prevê o exame e a apreciação preliminar da admissibilidade das emendas antes do início da discussão do correspondente relatório setorial.

Como o relatório do Comitê de Exame de Admissibilidade de Emendas, o CAE, sobre as emendas coletivas de apropriação somente será votado pela CMO após a entrega desse relatório setorial, somente após a votação desse relatório é que será possível verificar, de forma definitiva, a conformidade das emendas apresentadas a essa área temática.

No caso da Emenda de Remanejamento nº 60120005, sugerimos que o Presidente da Comissão Mista de Orçamento declare sua inadmissão, por contrariar os art. 45 e 47, incisos II e IV, da Resolução nº 1.

Quanto às emendas individuais, consideramos que todas estão em conformidade com as leis e normas orçamentárias e financeiras vigentes.

As emendas coletivas, por outro lado, por se constituírem em instrumento de inegável valor para o aperfeiçoamento da ação do Estado em termos de políticas públicas de caráter nacional e regional, mereceram nossa atenção especial.

Pelo inegável mérito, mas em razão da limitação de recursos, nós as acolhemos parcialmente. Os recursos foram distribuídos de forma equilibrada, com a dimensão da oferta e da demanda do setores agrícola, agrário e da pesca de cada Estado. Consideramos também, na referida distribuição, o princípio da redução das desigualdades inter-regionais. Utilizamos, no modelo de simulação, indicadores construídos com informações oficiais do IBGE, tais como área utilizada com lavouras, população total residente e Produto Interno Bruto *per capita*. A motivação política das diversas bancadas em apresentar emendas a essa área temática foi por nós interpretada como critério adicional para promover ajuste no atendimento de suas respectivas demandas.

As emendas individuais foram consideradas meritórias e aprovadas em sua totalidade.

Esta Relatoria contou com um total de 856 milhões, recebidos do Relator-Geral, para o atendimento das emendas apresentadas, sendo 595 milhões para as emendas individuais e 261 milhões para as emendas de bancada e de Comissões.

Verificando que os recursos destinados ao atendimento das emendas coletivas se apresentavam insuficientes para atender às expectativas das Comissões e das bancadas, optamos por promover parte dos cancelamentos permitidos pelo item 30, I e II, da Parte B do parecer preliminar, no montante de 183 milhões.

Eu quero corrigir, porque o que está exposto no relatório é 172 milhões. Na verdade, aumentamos para 183 milhões.

Parecer às Emendas.

Verificamos, inicialmente, que, nos termos da Resolução nº 1, as emendas de apropriação apresentadas a esta Relatoria atendem às normas constitucionais e legais em vigor e são compatíveis com o autógrafo da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 com o PPA 2012-2015, com a Lei nº 4.320/64, com a Lei Complementar nº 101, de 2000, e demais normas orçamentárias em vigor.

Considerando o que foi exposto e após exame do mérito e das normas para a apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e na Subseção V da Seção VI, da Resolução nº 01/2006, do Congresso Nacional, e na Parte B do parecer preliminar, somos pela aprovação de todas as emendas individuais apreciadas.

Parecer às emendas coletivas.

Decidimos, após exame do mérito e das normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e nas Subseções III e IV da Seção VI, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, bem como na Parte B do parecer preliminar, aprovar parcialmente todas as emendas coletivas de apropriação apresentadas.

Quanto à emenda coletiva de remanejamento, sugerimos à Presidência desta Comissão Mista de Orçamento que declare a inadmissibilidade da Emenda nº 60120005, por contrariar os arts. 45 e 47, I e IV da Resolução nº 1 do Congresso Nacional, de 2006, conforme exposto anteriormente.

Voto do Relator:

Pelo exposto, somos pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício de 2014, nos termos do PLN nº 09/2013, do Congresso Nacional, relativa aos órgãos e unidades orçamentárias da Área Temática IX — Agricultura e Desenvolvimento Agrário, encaminhada pelo Poder Executivo na Mensagem Presidencial nº 76, de 2013, do

Congresso Nacional, com as alterações decorrentes das emendas, cuja aprovação total ou aprovação parcial estamos propondo.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Agradeço pela atenção aos Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

A palavra permanece com V.Exa. para a leitura da errata.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Errata ao relatório setorial apresentado à Área Temática IX — Agricultura e Desenvolvimento Agrário, que é justamente sobre a ressalva que eu fiz: onde se lê 172 milhões, leia-se 183 milhões.

Sr. Presidente, a errata foi lida no relatório, quando eu chamei atenção para a mudança do valor.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, estive atento e já fiz um destaque. Eu só quero informar que os Destaques nºs 6, 7, 8 e 9 são para a recomposição dos 30 milhões que foram retirados da EMBRAPA. Estou apresentando esse destaque para apreciarmos na sequencia esse ponto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Relatório Setorial da Área Temática I — Infraestrutura. O Relator Setorial é o Senador Acir Gurgacz, que está viajando. O relatório setorial será apresentado pelo Senador Walter Pinheiro, *ad hoc.*

Com a palavra o Relator do relatório setorial para apresentação do seu relatório e do seu adendo. O prazo para apresentação de destaques já iniciou, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, nós somos poucos aqui. Na Casa todos estão atentos, em outras Comissões. Precisaríamos de 10 minutos com V.Exa. para ordenarmos as nossas ideias, o nosso procedimento. V.Exa. vai

depender muito dos Parlamentares que aqui estão e da disposição de todos para continuarmos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Certo. Eu já havia atendido o pedido do Deputado Domingos Sávio. Vamos terminar a leitura para, antes da votação, fazermos nossa reunião de Líderes.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Está certo. Muito obrigada.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, relatório setorial da Relatoria Temática I — Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei nº 9, de 2013, do Congresso Nacional, encaminhado pela Mensagem nº 76, de 2013, do Congresso Nacional, nº 358, de 2013, na origem, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014, referente às seguintes unidades orçamentárias que integram os Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações.

Em cumprimento ao disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Presidente da República, por meio da Mensagem nº 76, de 2013, nº 358, de 2013, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 9, de 2013, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, na forma estabelecida pelo art. 15, inciso V, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, coube-nos analisar a programação orçamentária dos órgãos que compõem a Área Temática I — Infraestrutura. Portanto, compreende os Ministérios já citados, no que diz respeito aos investimentos.

Emendas apresentadas.

Tradicionalmente, a Área Temática I recebe número expressivo de emendas coletivas, contra número irrisório de emendas individuais. Isso se deve ao fato de que os

investimentos nesta área demandam recursos vultosos, em montantes incompatíveis com o valor de que os Parlamentares individualmente dispõem para apresentação e aprovação de emendas. Este ano, a Área Temática I recebeu 77 emendas, das quais 3 individuais e 74 coletivas — 58 de bancadas estaduais e 16 de Comissões Permanentes.

A admissibilidade não só foi apresentada aqui pelo Relator, como também já havia um posicionamento por parte do nosso Comitê de Admissibilidade.

No que diz respeito às emendas individuais, vale reproduzir aqui os itens 14 e 15 da Parte Geral do Relatório de Atividades da CAE relativo ao PLOA 2014.

Considerando o elevado quantitativo de emendas individuais e a necessidade da análise de sua admissibilidade no curto prazo, este Comitê propõe a atuação conjunta com as Relatorias Setoriais, nos moldes de anos anteriores. Assim, consideram-se incorporadas ao seu relatório de atividades as propostas de parecer pela admissibilidade que constarem dos respectivos relatórios, conforme demonstrativo no art. 70, inciso III, alínea "c", da Resolução nº 1, de 2006.

Os pareceres pela inadmissibilidade que constarem dos respectivos relatórios setoriais poderão ser submetidos previamente à apreciação da CAE.

Dessa forma, após análise, esta concluiu por parecer pela admissibilidade das 3 emendas individuais, a saber: Emendas nºs 17750002, 21820005 e 32990001.

Atendimento das emendas pelo Relator Setorial, Item C1 — Recursos utilizados para a aprovação das emendas.

Os recursos utilizados por esta Relatoria para aprovação das emendas tiveram como origem: a) recursos transferidos pelo Relator-Geral, no valor de aproximadamente 346 milhões, com base no item 26.1 do parecer preliminar, para atendimento de emendas de apropriação, tanto de bancadas quanto de Comissões; b) recursos transferidos pelo Relator-Geral, no valor de 5 milhões e 800 mil, com base no item 25.II do parecer preliminar, para atendimento das emendas individuais; e c) recursos

decorrentes do cancelamento de dotações selecionadas e consignadas a despesas com investimentos (GND4), RP3, constantes do PLOA 2014, no valor total aproximado de 1 bilhão e 565 milhões, com base no item 30, I, "a", e item 30, I, "b", subitem II do parecer preliminar, para atendimento das emendas de apropriação e de remanejamento, tanto de bancadas como de Comissões.

Obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

Constam da proposta orçamentária os seguintes subtítulos que correspondem a obras constantes da última relação oficial de obras com indícios de irregularidades graves, informada pelo Tribunal de Contas da União.

Portanto, Sr. Presidente, este é um item que deve ser apreciado de forma — eu diria — até destacada por esta douta Comissão. De acordo com o item 34.II do parecer preliminar, esta Relatoria deve justificar a inclusão, o acréscimo ou a manutenção, na proposta, de dotações em subtítulos com indícios de irregularidades. Uma vez que não foi apresentada emenda com o objetivo de incluir subtítulos com indícios de irregularidades, tampouco com o propósito de acrescentar recursos a dotações e subtítulos do mesmo gênero, resta a esta Relatoria justificar a manutenção dessas dotações na proposta orçamentária. Por outro lado, o mesmo item 34.II indica que se deva levar em consideração nessa análise as orientações emanadas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves. Entretanto, em face da ausência de um posicionamento tempestivo do Comitê a respeito dessas obras, esta Relatoria entende que deve, nesse relatório, evidenciar os subtítulos que apresentem indícios de irregularidades graves, o que se faz por meio da Tabela 14, indicando-os com base no disposto do item 34.III do parecer preliminar, para votação em separado.

Dessa forma, Sr. Presidente, o nobre Relator, o Senador Acir Gurgacz, fechou o seu voto da seguinte forma: "*Diante do exposto, somos pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 9, de 2013, do Congresso Nacional, relativa aos orçamentos das*

unidades orçamentárias especificadas neste relatório, nos termos da proposta do Poder Executivo, com alterações aprovadas por esta Relatoria".

É este o nosso relatório *ad hoc*, pela aprovação do relatório apresentado pelo Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Passo a palavra, para discutir, ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu gostaria de parabenizar o Senador Acir Gurgacz pelo relatório que fez e, principalmente, pela inovação que a bancada do Ceará está fazendo com relação à complementação do sistema de rede de energia na zona rural.

Uma das grandes vitórias, recente, do Brasil foi exatamente o Luz para Todos, um programa que levou energia elétrica aos rincões mais distantes do Brasil, o que beneficiou quase 98% da população brasileira. Só que essa energia não está atendendo o produtor rural, que, muitas vezes, não tem o funcionamento de uma máquina forrageira, de uma pequena olaria, ou a instalação de um equipamento, porque não possui carga suficiente para sustentar, do ponto de vista energético, o motor que será acionado. A bancada do Ceará inovou com a transformação da rede monofásica em rede trifásica no Estado do Ceará.

Como representante da bancada do Ceará, eu queria agradecer ao Senador Acir Gurgacz pelo atendimento em um terço do valor solicitado pela bancada, que é importante para que a gente possa atender à comunidade rural, possa levar para o produtor rural um sistema energético capaz de dar suporte ao seu desenvolvimento econômico, auxiliando na manufatura dos bens produzidos e também proporcionando conforto a todos esses trabalhadores rurais que ainda moram no campo, que ainda têm uma penetração importante. Num país de dimensões continentais como o Brasil, a população rural tem um significado muito grande. Hoje, apenas menos de 20% da população brasileira moram na zona rural.

A preocupação da bancada do Ceará e o reconhecimento pelo Relator Acir Gurgacz dessa solicitação vêm exatamente beneficiar o nosso povo. O programa será executado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, tendo à frente o Secretário Nelson Martins, que teve a compreensão da importância de levar energia trifásica para o interior do Estado.

Então, para o primeiro ano de implantação desse programa inovador, 36 milhões e 76 mil reais é um valor significativo que, certamente, atenderá muita gente e será pioneiro. Agora, com a conclusão do Luz para Todos, a gente pode avançar, inclusive modernizando o programa e fazendo com que, além da energia monofásica, possa também levar a energia trifásica para o interior do Brasil.

Eu agradeço ao Senador pela compreensão que teve ao atender a essa demanda da bancada do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Dando continuidade e atendendo ao requerimento da Deputada Rose de Freitas e ao Deputado Domingos Sávio, suspendo...

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, um momento. Queria que V.Exa. me devolvesse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - O adendo feito pelo Relator Acir Gurgacz não altera o seu relatório, apenas é revestido de uma série de recomendações para que o Relator-Geral, dentro das suas possiblidades, possa recepcionar os desejos de algumas bancadas.

O adendo é o seguinte: *Em função das solicitações encaminhadas a esta Relatoria Setorial, tomamos a liberdade de encaminhar ao Relator-Geral algumas recomendações. Elas têm por objetivo reforçar a destinação de recursos, e algumas emendas estão agrupadas da seguinte forma: Prioridade I e Prioridade II.*

O Relator apresentou aqui, nessa linha de prioridade, o remanejamento para atender a Emenda nº 71170019, da bancada do Paraná, assim como a Emenda nº 7117005, também da bancada do Paraná. E, na prioridade 2, a Emenda de Apropriação nº 71170001, da bancada do Paraná, assim como a Emenda de Apropriação nº 71170002, também da bancada do Paraná. Todas essas emendas, Sr. Presidente, têm a ver com a parte de infraestrutura.

Volto a afirmar que a recomendação feita pelo Relator não é nenhum tipo de alteração no relatório nem garantia do atendimento, apenas converte-se numa literal indicação ao Relator-Geral, para que, na boa vontade, meu caro Bohn Gass — se o Relator-Geral tiver bom gás — ele efetivamente possa atender. Enfim, que S.Exa. o Relator-Geral possa, se tiver bom gás, efetivamente atender à bancada do Paraná.

"*Portanto, recomendo as obras acima* — diz o Relator em seu relatório —, *por serem de grande importância ao Estado do Paraná."*

Esse é o adendo apresentado pelo Senador Acir Gurgacz. Assim, com isso, concluo a leitura e, de novo, reafirmo pela aprovação do relatório apresentado pelo Senador Acir Gurgacz a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Similarmente às recomendações — eu entendi bem, Senador, que são recomendações —, eu também estou encaminhando um ofício ao Relator-Geral, Deputado Miguel Corrêa, porque a bancada do Rio Grande do Sul também, similarmente a esta do Paraná, não teve nos relatórios temáticos contempladas as suas reivindicações.

Então, eu estou entregando, de ofício, para o Relator, para que ele também possa ter essa boa vontade de incluir. Com certeza, será dialogado para que ele possa incluir isso, também, para a bancada do Rio Grande do Sul.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Espero que o Relator-Geral encontre gás suficiente para atender...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Gás e dinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO -...com bom gás, assim como também a Cascavel.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com muito gás. *(Riso.)*

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, o Senador Wilder Morais. Em seguida, o Deputado Claudio Cajado.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Sr. Presidente, eu gostaria de ler uma errata do meu relatório, que chegou agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu pergunto ao Deputado Claudio Cajado se tem algum problema. *(Pausa.)* Então...

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Errata nº I ao Adendo I do Relatório Setorial apresentado na Área Temática IV do PLOA 2014:

> *"As decisões contidas nesta Errata I sobrepõem-se às decisões apresentadas ao Anexo I no que se refere às fontes de recursos utilizadas nos atendimentos das emendas, mantidos inalterados os valores alocados para as emendas relacionadas em anexo."*

Era essa, Sr. Presidente, a errata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Wilder Morais.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, essa é uma área que diz respeito basicamente à infraestrutura e, consequentemente, a estradas, pontes, portos etc. — não portos, propriamente, mas acessos a portos.

Nós, na Bahia, temos alguns trechos, principalmente os que foram objetos de emenda de bancada, que nós queríamos fazer a recomendação para que o Relator-Geral pudesse ampliar os recursos para a BR-116, o anel rodoviário do Município de Vitória da Conquista.

Não sei se V.Exa. teve oportunidade de viajar pela Bahia — sei que V.Exa., do Estado do Maranhão, beneficiado por aquelas belezas naturais, raramente sai de lá —, mas, na Bahia, essa BR-116, que corta todo o Estado, é onde tem um tráfego pesado de carretas, de transporte rodoviário de cargas. E o trecho que corta o Município de Vitória da Conquista é extremamente perigoso, porque não comporta mais o número excessivo de caminhões, de ônibus e de veículos leves. Daí por que a bancada da Bahia priorizou e, no corte que ficou, não dá para fazer esse anel rodoviário.

Portanto, eu quero deixar registrado o meu apelo ao Relator-Geral para que S.Exa. possa elevar esses recursos a esse trecho, como também ao trecho que liga a divisa da Bahia com o Piauí — Campo Alegre de Lourdes, na BR-020 —, um trecho importante que vai ligar a Bahia ao Piauí. Hoje nós não temos estradas, e isso dificulta, e muito, a parte de se concluir esses Estados através de rodovias. Então, é um trecho pequeno, que ficou — nós pedimos 300 milhões — com pouco mais de um terço.

Finalmente, o trecho que liga o Porto de Campinho, na Bahia, passando pela cidade de Cocos, Carinhanha e Cocos, até o Estado de Goiás.

Nós fizemos uma ponte, que custou algo em torno de 50 a 60 milhões de reais, sobre o Rio São Francisco, mas a estrada vai até a cabeceira de um lado da ponte; e do outro lado, não tem estrada.

Então, esses recursos vão fazer com que a estrada da outra cabeceira seja feita e ligue a Bahia a Goiás, que hoje é feito através de terra batida — como V.Exa. conhece, é estrada de barro —, dificultando enormemente o tráfego de veículos e, principalmente, o escoamento de produção.

Então, essas três obras, principalmente essa última, que liga a Bahia a Goiás através do Município de Cocos e de Carinhanha, são fundamentais.

Então, eu quero fazer um apelo — o Relator não se encontra aqui, mas os seus assessores estão presentes —: lutarmos muito para que consigamos o atendimento a esses pleitos, porque precisamos, efetivamente, concluir essas estradas. São estradas inacabadas, em que foram colocados recursos públicos, e elas não foram finalizadas. Portanto, é o que nós chamamos de "elefante branco". E a Bahia está com três "elefantes brancos".

Nós precisamos, com esses recursos, fazer com que essas obras tenham a sua finalidade e a sua economicidade concluídas. Para todos esses projetos hoje existe um estudo técnico de viabilidade econômica, para a construção dessas BRs, dessas estradas, para elas terem um início e um fim.

Então, do jeito que está hoje, o recurso que for investido na ponte, por exemplo, que era fundamental para fazer a estrada, não será complementado sem a estrada.

Eu queria fazer um apelo ao Relator-Geral, porque nós vamos priorizar — eu falo como sub-Relator da coordenação da bancada da Bahia — essas obras, principalmente o trecho que liga o Estado da Bahia ao Estado de Goiás.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado.

Eu suspendo esta reunião por 15 minutos, para a reunião de Líderes.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30.

Informo que as matérias estão acessíveis em nossos terminais de pauta eletrônica, localizados nas bancadas.

Item 1.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 13, que altera o Anexo I, Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

Relator, Senador Aníbal Diniz.

Foram apresentadas cinco emendas.

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das cinco emendas apresentadas.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O prazo para destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60.

O relatório está em discussão.

Com a palavra o Senador Aníbal Diniz.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ - Foram apresentadas cinco emendas.

A Emenda nº 1, do Deputado Alex Canziani, pretende incluir ação da construção do contorno sul da BR-369, entre Ibiporã e Rolândia, no Paraná, no Programa 2075 — Transporte Rodoviário.

A Emenda n° 2, do Deputado Roberto de Lucena, visa a inclusão do Objetivo 0488 — promover a gestão dos riscos relacionados às emergências ambientais com ênfase nos produtos perigosos, visando a proteção da população.

A Emenda n° 3**,** da Deputada Dalva Figueiredo, propõe a inclusão da Iniciativa O4CG — adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santana, no Amapá.

A Emenda n° 4**,** do Deputado Mano Feitoza, visa a inclusão do Programa 2075 — Transporte Rodoviário da iniciativa da construção da BR-020, Barreiras, Bahia, divisa Bahia/Piauí.

A Emenda n° 5, da Deputada Rose de Freitas, visa a inclusão da iniciativa para construção de trechos rodoviários na BR-342, no Estado do Espírito Santo, trecho entroncamento da BR-101, Espírito Santo — Nova Venécia/Ecoporanga, divisa do Espírito Santo com Minas Gerais.

Tais emendas são de mérito indiscutível, pois visam destacar em iniciativas específicas programações para os entes federados que os respectivos Parlamentares representam.

No entanto, de acordo com as normas regimentais, elas foram rejeitadas.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n° 13, de 2013, do Congresso Nacional, nos termos originalmente propostos, e pela rejeicão das cinco emendas apresentadas.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Aníbal Diniz.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Está encerrado também o prazo para apresentação de destaques.

Coloco em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Também aprovado.

Senador Wilder Morais, convoco V.Exa. para ler, *ad hoc,* o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE.

Faço requerimento para inclusão na pauta do relatório do CAE, quanto à admissibilidade de emendas coletivas apresentadas ao Projeto de Lei nº 9.

O autor é o Deputado Roberto Teixeira.

Coloco em votação, agora, a inclusão extrapauta do requerimento do relatório do CAE.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Também aprovado.

Submento à aprecisaão deste Plenário o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, quanto à admissibilidade de emendas coletivas apresentadas ao Projeto de Lei nº 9.

O Relator é o Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE e o coordenador, o Deputado Roberto Teixeira.

Voto.

Dentre as emendas de bancada estadual de comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, apresentadas ao PLOA 2014, sejam consideradas inadmitidas as Emendas de nº 7.105-0016; 7.109-0016; 7.112-0007; 6.012-0005; 5.024-0004.

Também serão consideradas como inadmitidas as emendas individuais que assim constarem dos relatórios setoriais a serem apresentados para apreciação da CMO.

As demais emendas coletivas e individuais devem ser consideradas inadmitidas, observados os ajustes encaminhados pelos autores, considerados viáveis pelo Presidente da Comissão e acolhidos pelo CAE.

O Relator *ad hoc* está com a palavra para apresentação do seu relatório.

Com a palavra o Senador Wilder Morais.

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos direto ao voto.

Os trabalhos deste Comitê foram pautados pela observância das normas constitucionais legais e regimentais que tratam do tema.

Propomos que, dentre as emendas de bancadas estaduais, de Comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, apresentadas *ao* PLOA 2013, sejam consideradas inadmissíveis apenas aquelas que constam no anexo ao presente relatório.

Também são consideradas como não admitidas as emendas individuais que assim constarem dos Relatórios Setoriais a serem apresentadas e apreciadas na CMO.

As demais emendas coletivas e individuais devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes encaminhados pelos outros autores, considerados os viáveis pelo Presidente da Comissão e acolhido pelo CAE.

É esse o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Wilder. O relatório está em discussão. Não havendo quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só uma questão, um esclarecimento do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Há uma solicitação da bancada da Paraíba, Relator, com relação à questão da Universidade da Paraíba, um destaque feito pela Deputada Nilda Gondim. O senhor pôde acatá-lo, não acatou, como ficou isso?

O SR. SENADOR WILDER MORAIS - Deputado Danilo Forte, nós não acatamos nenhuma emenda. Então, é rejeição.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Também aprovado.

Passo agora ao Relatório Setorial da Área Temática IX — Agricultura e Desenvolvimento Agrário. O Relator Setorial é o Senador João Vicente Claudino e o Relator *ad hoc* é o Deputado Claudio Cajado.

Na continuação da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de dezembro, às 11 horas, o Relator Setorial apresentou relatório e a errata e foi aberto prazo para apresentação de destaques.

O Relator Setorial fará um adendo agora ao relatório.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, o relatório já foi lido e foram apresentados 35 destaques. Desses, em 34 nós opinamos pela rejeição e vamos acatar 1 que direciona os recursos, recompondo a dotação da EMBRAPA, no GND-4, no valor de R$ 10.962.820,00.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado.

O relatório setorial e a errata da Área Temática IX — Agricultura e Desenvolvimento Agrário estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu queria só parabenizar o Relator *ad hoc* e o Relator original, porque realmente essa é uma emenda importante nessa instituição, que é uma grande instituição no que diz respeito à pesquisa no nosso País.

Nós, na LDO, inclusive tivemos o trabalho e a compreensão de colocar, entre as despesas ressalvadas, aquelas despesas que poderão ser cumpridas no Orçamento de 2014 sem contingenciamento, exatamente as pesquisas da EMBRAPA.

Parabéns a todos!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu só queria fazer um adendo, Sr. Presidente, já que foi votado o relatório. O Relator deixou 10 milhões para poder distribuir. Como eu sou o Relator *ad hoc* e cortaram o recurso da EMBRAPA, achei por bem não fazer a distribuição, já que a maioria dos Relatores Setoriais não está com recursos disponibilizados para crescer em destaque nenhum valor, e atender ao destaque que propunha a recomposição de pelo menos o valor que estava de sobra, dez milhões e novecentos e pouco, totalmente para a EMBRAPA. Isso significa assegurar que essa empresa, que tem contribuído muito no Brasil e no exterior com o desenvolvimento da agropecuária, possa ter os recursos minorados diante do corte que teve de ser efetuado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu também quero agradecer ao Relator *ad hoc*, que teve a gentileza de recolocar esse tema, e todos os Deputados e Senadores sabem da importância que a EMBRAPA tem para o Brasil.

Eu já falei com o Relator-Geral, Deputado Miguel Corrêa, para que possa também trabalhar e incorporar de fato a reconstituição dos recursos para a EMBRAPA.

Quero agradecer aos colegas Deputados e a sua coordenação, Senador Lobão, porque isso recompõe recursos para a base da EMBRAPA fazer pesquisa no País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sendo assim, solicito a autorização deste Plenário para proceder à votação em globo dos destaques pelo voto do Relator com a aprovação desse destaque para a EMBRAPA.

A proposta para votação em globo está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Agora, na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Coloco em votação, neste momento, o destaque feito pelo Deputado Cajado.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco agora a rejeição de todos os destaques e emendas acompanhados.

Os Deputados que acompanham o Relator, rejeitando todos os destaques, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Senadores que acompanham a rejeição de todos os destaques permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo agora à leitura do relatório do Senador Wilder Morais, que é o Relatório Setorial da Área Temática IV — Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte.

O Relator Setorial é o Senador Wilder Morais.

Na continuidade da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de dezembro, o Relator Setorial apresentou o relatório aos Adendos de n°s 1 e 2, e foi aberto o prazo para apresentação de destaques.

Na continuação da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de dezembro, o Relator Setorial apresentou errata ao Adendo n° 1.

O relatório, o adendo e a sua errata, estão em discussão.

Não havendo quem queira discutir, a discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Espera aí. É o do Senador Wilder Morais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Isso.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu queria fazer um questionamento, porque eu fiz um destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Como há orientação de não atender nenhum dos destaques — não é isso, Senador? —, então, eu tenho que retirá-lo para não fragilizar a peça que foi inclusive relatada pelo senhor.

Eu estou aqui assinando a retirada do destaque, para ser atendida pelo senhor, exatamente para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado.

O Relatório Setorial, o Adendo nº 1 e sua Errata, e o Adendo nº 2, da Área Temática nº IV estão em votação na representação na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

O Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

Em votação na representação no Senado Federal.

O Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão também aprovados.

Apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139 § 2° estabelece: "*Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques".*

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relatório Setorial.

A proposta para votação em globo dos destaques está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Portanto, vamos iniciar a votação em globo dos destaques, por tipo de voto.

Os destaques foram todos rejeitados.

Eu coloco a rejeição de todos os destaques em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovada a rejeição de todos os destaques.

Passamos agora ao relatório do Deputado Aelton Freitas.

Relatório Setorial da Area Temática III — Integração Nacional Meio Ambiente.

O Relator Setorial é o Deputado Aelton Freitas.

Na continuação da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de dezembro, o Relator Setorial apresentou o relatório e adendo, e foi aberto o prazo para apresentação de destaques.

O relatório e o adendo estão em discussão.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques encerrados.

O Relatório Setorial e o Adendo da Area Temática estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão também aprovados.

Vou já passar a palavra a V.Exa., Deputado Aelton, só apreciando os destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2°, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece*: "Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques ".*

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques.

A proposta para votação em globo dos destaques está em na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em votação agora na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Eu passo a palavra ao Deputado Aelton Freitas.

O SR. DEPUTADO AELTON FREITAS - Sr. Presidente Lobão Filho, eu quero agradecer muito a confiança por ter me dado a oportunidade de relatar para o Ministério da Integração Nacional e do Meio Ambiente, aos nobres Deputados por terem acatado a nossa errata e a nossa emenda.

E eu quero, em tempo, fazer uma indicação.

Diante das limitações de recursos que esta relatoria teve à disposição para suplementação dos programas do Ministério de Integração Nacional e Meio Ambiente, nós procuramos ajustar a programação com a alocação das dotações, visando possibilitar uma distribuição mais eficaz e possível. Contudo, ainda que tentando compatibilizar as necessidades das bancadas, infelizmente uma ação em especial ficou aquém do mínimo necessário.

Por isso, eu peço encaminhamento ao Relator-Geral para a bancada do Rio Grande do Norte da Emenda nº 7121004, da Unidade Orçamentária 53203, da SUDENE; Funcional Programática 15.244.2029.7K66.7114, com discrição da ação e subtítulo: Ação a Apoios e Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Local Integrado, Aquisição de Equipamentos, no Estado do Rio Grande do Norte; Esfera 1, Fonte 100, GND 4, Modalidade de Aplicação 30, em RP 2; um valor de complementação de 5 milhões de reais.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado.

Em votação.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só um questionamento: esse recurso era saldo que tinha ficado do relatório parcial anterior ou é recurso que foi retirado de alguém?

O SR. DEPUTADO AELTON FREITAS - De alguma fonte que nós indicamos da bancada, salvo engano, do Tocantins.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Muito bem. O senhor vai receber o título de *persona* lá em *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO AELTON FREITAS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Em votação, em globo, os 24 destaques, pela rejeição.

Em votação agora na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Está aprovada a rejeição na Câmara dos Deputados.

Em votação agora na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Está aprovada a rejeição dos 24 destaques.

Passamos agora ao Relatório Setorial da Área Temática II — Saúde.

O Relator Setorial é o Deputado Marçal Filho.

Na continuação da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de dezembro, o Relator Setorial apresentou o relatório, e foi aberto o prazo para apresentação de destaques.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, o prazo para discussão e apresentação de destaques estão encerrados.

Nos termos do parágrafo único do art. 25, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade e Emendas com relação às emendas do Relator Setorial.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O Relatório Setorial da Area Temática II — Saúde está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação de destaques.

Srs. Parlamentares, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques.

A proposta para votação da apreciação em globo está em votação na representação da Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Iniciaremos agora a votação em globo dos destaques.

Os destaques são pela rejeição. A votação em globo pela rejeição está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Guilherme.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Eu só queria deixar aqui registrado o agradecimento, em nome da EMBRAPA, do acatamento do destaque no relatório do Deputado Cajado, que muito vem a contemplar a entidade que precisa desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Cajado acolheu a sugestão de todos os membros desta Comissão, do Deputado Danilo, do Deputado Guilherme, e aprovou, retirando como Relator a possibilidade de fazer algo destinado à Bahia para fazer ao Brasil todo.

Em nome da nossa Comissão, então, a EMBRAPA será notificada do posiconamento desta Comissão.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Guilherme.

Relatório Setorial da Área Temática I — Infraestrutura.

O Relator Setorial é o Senador ***Assis Gurgacz. O Relator* ad hoc *foi o Senador Walter Pinheiro.***

Na continuação da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de dezembro, às 11 horas, o Relator Setorial apresentou o relatório e o adendo, e foi aberto o prazo para apresentaão de destaques.

O relatório e o adendo estão em discussão.

Não havendo quem queira discuti-los, a discussão está encerrada.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão também encerrados.

Nos termos do parágrafo único do art. 25, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas do Relator Setorial.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O Relatório Setorial e o Adendo da Area Temática I — Infraestrutura estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Srs. Senadores, passamos agora à apreciação dos destaques. Iniciaremos a votação.

Peço autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destques, por tipo de voto do Relator Setorial.

A proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Iniciaremos, portanto, a votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Qual é o Relátorio, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Esse é o Relatório de Infraestrutura, Relatório I.

A votação em globo dos destaques está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados os destaques.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados os destaques.

Relatório Setorial da Área Temática V — Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

O Relator Setorial é o Deputado Weliton Prado.

Na continuação da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de dezembro, o Relator Setorial apresentou o relatório e a errata, e foi aberto o prazo para apresentação de destaques.

O relatório e a errata estão em discussão.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

O Relatório Setorial e a Errata da Área Temática nº 05 — Planejamento e Desenvolvimento Urbano, estão em votação na representação Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques.

A proposta para votação em globo dos destaques está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprova permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Portanto, coloco em votação agora os votos pela rejeição de todos os destaques, primeiro, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Portanto, declaro prejudicados os destaques que confrontarem a Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional.

Passo agora ao Relatório Setorial da Área Temática VI — da Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.

O Relator Setorial é o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Na continuação da 11ª Reunião Ordinária realizada em 11 de dezembro, o Relator Setorial apresentou o Relatorio, e foi aberto o prazo para apresentação de destaques.

O Relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discutí-lo, a discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

O Relatório Setorial da Área Temática VI — da Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relatório Setorial.

A proposta para votação em globo dos destaques está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Coloco em votação agora os destaques pela rejeição.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados.

Passo agora à Área Temática VII — Justiça e Defesa.

O Relator Setorial é o Deputado Nelson Meurer.

Na continuação da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de dezembro, o Relator Setorial apresentou o Relatorio e a Errata, e foi aberto o prazo para apresentação de destaques.

O Relatório e a Errata estão em discussão.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Nos termos do parágrafo único do art. 25, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas, com relação às emendas do Relator Setorial.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada

O Relatório Setorial e a Errata da Área Temática VII — da Justiça e Defesa, estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Os Srs. Senadores que os aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques.

A proposta para votação em globo dos destaques está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Coloco em votação em globo agora a rejeição dos destaques.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Portanto, os destaques estão rejeitados.

Passo agora ao Relatório Setorial da Area Temática VIII — Poderes do Estado e Representação.

O Relator Setorial é o Senador Ricardo Ferraço.

Na continuação da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de dezembro, o Relator Setorial apresentou o Relatório e foi aberto o prazo para apresentação de destaques.

O Relator Setorial apresentou adendo, que está disponível na página da CMO.

O Relatório e o Adendo estão em discussão. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, quero fazer um registro, obedecendo ao critério que nós estabelecemos de não haver votação de

destaque, mas quero deixar claro que no relatório do Senador Ricardo Ferraço, ele retira cerca de 10 milhões da Defensoria Pública, que já possuía um orçamento irrisório.

Portanto, quero deixar registrado em plenário que vou levar essa questão, como nós combinamos, ao Relator-Geral, para que ele reponha os 10 milhões que retirou, porque uma parte da Justiça que não pode estar indisponível por falta de orçamento,...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Que é o que atende exatamente ao povo mais pobre e mais carente. Conta V.Exa. integralmente com o meu apoio.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Exatamente. Eu agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Relatório e o Adendo estão em discussão. *(Pausa.)*

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Nos termos do parágrafo único do art. 25, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação à emenda do Relator Setorial.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O Relatório Setorial e o Adendo da Área Temática VIII — Poderes do Estado e Representação estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs.Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques.

Eu o coloco em votação na representação da Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Coloco em votação, agora, os destaques em globo.

Os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator pela rejeição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o voto do Relator.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado

Portanto, rejeitados todos os destaques.

Passo, agora, ao item da Área Temática nº 10 — Trabalho, Previdência e Assistência Social.

O Relator Setorial é o Deputado Junji Abe.

Na continuação da 11ª Reunião Ordinária realizada em 11 de dezembro, o Relator Setorial apresentou o Relatório e foi aberto o prazo para apresentação de destaques.

O Relatório está em discussão. A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Nos termos do parágrafo único do art. 25, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas do Relator Setorial.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovada.

Coloco, agora, em votação na representação da Câmara o Relatório Setorial da Área Temática nº 10 — Trabalho, Previdência e Assistência Social, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Sendo assim, solicito a autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator Setorial.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator Setorial está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovada.

Coloco, agora, em votação os destaques pela rejeição.

Os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão rejeitados.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão também rejeitados.

Quero apenas informar que aprovado foi o Destaque nº 6 da EMBRAPA, na Área Temática nº 9, para registro da nossa gravação, de agricultura e desenvolvimento agrário. Rejeitamos, portanto, os demais, o que favorece a EMBRAPA.

Requerimento para inclusão na pauta do relatório apresentado ao Aviso nº 16, Mensagens nº 23 e 24 e Ofícios nº 14 e 30, de autoria do Deputado Weliton Prado.

O autor está com a palavra para apresentação do seu requerimento.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É só um esclarecimento. Foi feito um acordo na reunião com os Líderes: nós votaríamos os Relatórios Setoriais, a revisão do PPA e a revisão do relatório de receita.

Foi concluída, agora, a votação dos Relatórios Setoriais. E quanto aos outros dois temas, a revisão do PPA e a do relatório de receita, vai haver continuidade? Quem são os Relatores? Como vai ser feito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - O relatório do CAE já foi lido e votado.

Quanto ao relatório no qual haveria o incremento de receita, que estava previsto, houve uma discussão técnica aqui, e os consultores convenceram o Relator-Geral e o Senador Eduardo Amorim, que defendia essa tese, da impossibilidade de fazê-lo. Houve um erro de interpretação por parte do Deputado e do Senador, que foi convencido pelo consultor. Portanto, não há mais essa figura do incremento.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, eu não entendi. Na nossa reunião, nós acordamos que haveria a leitura da revisão da receita. Não haverá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Não haverá.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Não haverá revisão ou não haverá leitura?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Não, não haverá revisão.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Meu Deus!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - E quanto ao PPA, o Senador Anibal já proferiu o relatório dele e já foi votado.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - A revisão da receita, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Da receita?

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - A revisão do PPA, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Não, já foi votada a revisão do PPA...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - ...inclusive foi votada já hoje agora aqui. Inclusive, o Senador Anibal disse que conversou com a senhora e que já havia discutido.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Não, não, não, Presidente. Inclusive, eu conversei com o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Foi, conversou comigo.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - ...com todos os membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - E eu cobrei a posição do Senador Anibal aqui.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Não, ele não pode ter feito isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Fez!

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Não acredito. Bom, se ele fez, eu vou sinceramente agora passar a obstruir o processo, porque não é brincadeira.

Uma coisa é trabalhar e colocar aqui as nossas posições, inclusive retirá-las oportunamente para criar outro fórum de debate; outra coisa é fazer o que o Senador fez, porque inclusive ele sabe que eu estava preparando um documento, entreguei para

ele o que era a razoabilidade desse documento. Não posso aceitar, Presidente. Eu não posso aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Inclusive, Deputada, eu perguntei a ele sobre a questão da Deputada Rose de Freitas, e ele me disse que já havia conversado com a senhora e que já estava certo.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Mas ele falou isso na minha ausência. Ele fala na ausência de uma coisa inconclusa e me prejudica, prejudica o meu Estado. Eu não posso aceitar, Senador. Presidente, desculpe, eu não posso aceitar que ele tenha feito isso.

Eu gostaria que o senhor recorresse à figura dele, para que nós possamos conversar sobre o assunto. Ele vai me obrigar a tomar uma posição radical, porque eu posso aqui tomar qualquer posição com a representatividade que eu tenho. Eu não posso trair o meu Estado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Colaborando e sendo solidário à Deputada Rose, porque é uma questão inclusive que foi discutida na bancada do PMDB, e todo o PMDB apoia essa errata que a Deputada Rose está apresentando com relação à revisão do PPA, que é a inclusão de uma obra importante no seu Estado, o Espírito Santo, e também relembrando que o acordo que foi feito na reunião de Líderes com V.Exa. e todos os Líderes partidários na sala da Presidência foi no sentido de que primeiro deveríamos votar os Relatórios Setoriais e, posteriormente, as duas mudanças — tanto o relatório de receita como do relatório do PPA —, deve ter havido uma inversão, até porque não tinha pauta definida aprovada pelo Pleno. Então, eu queria que

o senhor reconsiderasse isso e que o Relator pudesse rever ou aprovar a fazer uma errata, uma revisão, que pode ser feita ainda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Atendendo ao pedido da Deputada Rose de Freitas, eu vou suspender esta reunião e convocar a próxima para as 18 horas, no sentido de dar uma solução a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Antes de encerrar, eu queria saber da possibilidade... Eu não tenho nenhum problema de reconsiderar isso, porque houve uma conversa anterior, inclusive com a própria Deputada Rose de Freitas sobre isso. Eu só gostaria de saber se isso não poderia ser solucionado com mais brevidade.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, era um erro cometido no encaminhamento do DNIT que ele corrigiu posteriormente. Foi apresentado a ele, a todos os assessores dele. Ele tem conhecimento, isso é uma errata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou convocar para as 18 horas.

Está suspensa esta sessão.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Sr. Presidente, antes de encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Weliton Prado.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Eu queria aqui fazer um apelo ao Plenário, inclusive para a Deputada Rose. Eu estou aqui com a análise de conta da prestação de contas do Governo Federal no exercício de 2009. Inclusive eu tenho uma reunião no Ministério nesse horário. Eu posso em 1 minuto fazer a leitura e já aprovarmos as contas? Eu faço esse apelo ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) Por favor, com a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, antes, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Nós tínhamos acordado na votação dos setoriais. Eu gostaria de saber qual foi o item do PPA que foi votado. Foi o primeiro? Foi anterior aos setoriais?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Foi colocado em votação antes dos setoriais?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Nós tínhamos um acordo entre os Líderes da votação após os setoriais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não existia bem uma pauta, mas, de qualquer forma, tentaremos corrigir até as 18 horas.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra ao Deputado.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Quanto a essa solicitação do nobre Deputado, não há consenso nesse sentido. É para apresentar a conta de 2009?

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - De 2009.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - É inviável.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - O Deputado poderia explicar o que estava falando?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Não teve nenhum pacto nesse sentido.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - São vários pareceres que estão aqui na Casa, várias contas que nós temos que aprovar. Eu sou Relator...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Não é "nós temos". Nós temos que analisar e debater, e não que temos que aprovar.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Na minha avaliação, porque eu fiz um estudo amplo com a assessoria desta Casa.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Então, nós precisamos ter previamente esse conhecimento, porque não foi disponibilizado.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - E foi discutido inclusive com as Lideranças desta Casa a conta de vários exercício, de vários Governos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - O PSDB não participou. No momento, o PSDB não concorda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só um minuto.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Vamos colocar em outro momento essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, calma! O PSDB pode obstruir, pedindo, possivelmente, uma verificação de quórum com apoiamento. Então, teria que ter apoiamento do PSDB. V.Exa. prefere pedir verificação de quórum para tentar obstruir o relatório? Teria que ter o apoiamento de...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O Deputado Cajado tinha me pedido também aqui, antes de sair, que só votássemos o que estava no acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, V.Exa. apoia?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deixa para as 18 horas. Às 18 horas, votamos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está suspensa a reunião e convocada para às 18 horas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais) - Declaro reiniciada a 11ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2013, alterada.

Suspendo a presente reunião ordinária e convoco a sua continuação para o dia 17 de dezembro, terça-feira, às 10h30min. Convoco também ainda reunião para os dias 17 de dezembro, às 18 horas; 18 de dezembro, às 18 horas, e 19 de dezembro, às 14h30min.

A reunião está suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 11ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Neste momento, coloco em votação a inclusão extrapauta dos relatórios do COI, do relatório da CAE e dos adendos que serão lidos.

"*Requerimento para inclusão na pauta do Relatório nº 1 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, sobre 'informações encaminhadas pelo*

Tribunal de Contas da União pendentes de deliberação da CMO em 30/11/2013, em atendimento ao disposto ao art.122 da Resolução nº 1 aos seguintes avisos do Congresso Nacional': Aviso nº 7, de 2013, Aviso nº 8 de 2013 e Aviso nº 16, de 2013.

Autor: Deputado Afonso Florence."

Em votação o requerimento de inclusão extrapauta na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o requerimento de inclusão extrapauta na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

"*Requerimento para inclusão na pauta do Relatório nº 2 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, para atualização do Anexo VI, Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios e Irregularidades Graves integrante do Projeto de Lei nº 9. Autor: Deputado Afonso Florence."*

Em votação o requerimento de inclusão extrapauta na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o requerimento de inclusão extrapauta na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

"Requerimento para inclusão na pauta do relatório final apresentado ao Projeto de Lei nº 9, que estima receita e fixa despesas da União para o exercício financeiro de 2014.

Autor: Deputado Miguel Corrêa."

Em votação o requerimento de inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 9 na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o requerimento de inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 9 na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório do CAE não foi entregue e, portanto, não poderá ser votado nesta Comissão.

Pergunto à Deputada Rose de Freitas se aceita fazer parte *ad hoc* da relatoria do COI.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Aceito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu estou achando ótima a forma com que V.Exa. está conduzindo os trabalhos, porque nós precisamos ganhar tempo e esses assuntos já são frutos de entendimentos. Porém, eu faço uma ressalva de que tão logo o Relator esteja presente, faço um apelo para V.Exa., a fim de que a

gente suspenda a votação por alguns minutos. Há alguns entendimentos que estabelecemos com S.Exa. ontem de questões, eu diria, até muito simples, mas que é preciso que a gente verifique se estão devidamente adequadas no relatório ou se serão objeto de manifestação em plenário. E aí nós daríamos sequência no espírito de construção de entendimento.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Dando prosseguimento, passo a palavra à Deputada Rose de Freitas para ler o Relatório nº 1 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, sobre informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União pendentes de deliberação por esta Comissão em 30/11/2013, em atendimento ao disposto ao art. 122 da Resolução nº 1 aos seguintes avisos do Congresso Nacional: Avisos nºs 7, 8 e 16.

Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS -

"O presente Relatório tem por objetivo analisar os avisos AVN nº 7, de 3013-CN, AVN nº 8, de 2013-CN, AVN nº 16, de 2013-CN, por meio dos quais o Tribunal e Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

Os citados Avisos estavam pendentes de apreciação pela CMO em 30/11/2013 e, por essa razão, foram submetidos à apreciação do Comitê de Obras Irrregulares —

COI em cumprimento ao contido no art. 122 da Resolução n° 1, de 2006-CN.

Proposta do COI.

Após examinar os apontamentos feitos pelo TCU, as medidas corretivas adotadas ou a adotar pelos gestores, conforme consignado detalhadamente no Anexo 1 a este Relatório, este Comitê propõe, em cumprimento ao art. 93, combinado com § 4º do art. 97, ambos da Lei n° 12.708, de 2012 (LDO/2013), as seguintes medidas:

a) bloqueio da execução física, orçamentária e financeira das obras relativas ao sistema de esgotamento sanitário em Pilar/AL, objetivo da AVN N° 8, de 2013-CN, na forma do Projeto de Decreto Legislativo constante do Anexo 2.1 deste relatório, tendo em vista que as medidas saneadoras não foram implementadas pela Prefeitura e o fato de a própria FUNASA já ter instaurada tomada de contas especial com vista a obter a devolução dos recursos aplicados irregularmente;

b) arquivamento do AVN nº 7/2013-CN, que trata das obras na BR-116/RS, uma vez que o TCU informou a esta Comissão, por meio do Acórdão nº 2.936, de 2013-Plenário, que os indícios de irregularidades remanescentes já não se mostram materialmente relevante em relação ao valor total da obra e, por isso, não mais atendem ao critério previsto no art. 93, § 1º, inciso V, da Lei 12.708/2012, para classificação do achado como grave recomendação de paralisação: e

c) arquivamento do AVN nº 16/2013 relativo às obras de construção da ponte sobre o Rio Araguaia, na BR 153-TO, por perda de objeto, tendo em vista a informação do DNIT de que rescindiu unilateralmente o contrato inquinado de irregularidades, fato que, por si só, já impede qualquer ato autorizativo da execução física, orçamentária e financeira daquele empreendimento."

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputada Rose de Freitas.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Em votação o Relatório nº 1 na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o Relatório nº 1 na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Convido o Deputado Afonso Florence, desde já agradecendo à Deputada Rose de Freitas, para fazer a leitura do Relatório nº 2 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, para atualização do Anexo VI — Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios e Irregularidades Graves integrante do PLN N° 9, de 2013-CN, de autoria do Deputado Afonso Florence.

S.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a designação *ad hoc* da Deputada Rose de Freitas, a quem agradeço.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quero justificar meu atraso. Eu estava na reunião dos Líderes da base, representando o meu partido, e, como a reunião se estendeu um pouco, só pude chegar agora.

Este relatório contém a proposta do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI para atualização do Anexo VI — Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios e Irregularidades Graves integrante do PLN N° 9, de 2013-CN (PLOA 2014).

As propostas ora apresentadas baseiam-se nas informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União — TCU ao Congresso Nacional por meio do Acórdão nº 2.969/2013 — Plenário, encaminhado a esta Casa pelo Aviso n° 1.444-Seses-TC - Plenário, de 11/11/2013, bem como nos esclarecimentos prestados pelos gestores em reuniões técnicas, audiências públicas, e diligências promovidas pelo COI aos locais de obras selecionados conforme detalhado no Anexo I a este relatório.

Voto

Ponderadas as informações prestadas pelo TCU, pelos gestores e o resultado das reuniões técnicas, audiências públicas e diligências aos locais das obras, este Comitê propõe o bloqueio da execução física orçamentária e financeira dos seguintes empreendimentos: 1) Marginal Leste — Controle de Enchente Rio Poty - Teresina, e 2) Esgotamento Sanitário em Pilar, Alagoas.

As obras relativas ao controle de enchentes no Rio Poty estão paralisadas desde 2002 e já constam do Anexo VI da LOA 2013. A inclusão do programa de trabalho relativo às obras de Esgotamento Sanitário em Pilar, Alagoas, decorre do fato de o Município não ter adotado as providências corretivas determinadas pela FUNASA que, inclusive, já instaurou tomada de contas especial para apurar responsabilidades e devolução dos recursos não aplicados nas finalidades previstas.

Em relação aos demais empreendimentos classificados pelo TCU como IGP, no total de 4, este Comitê entende que a paralisação revelar-se-ia mais danosa à

Administração e à sociedade que a sua continuidade, diante do estágio de execução das obras e serviços e/ou das providências já adotadas ou a adotar pelos gestores, razão pela qual não recomendamos a inclusão no Anexo VI do PLOA 2014, com fundamento no art. 94 da Lei 12.708, de 2012 (LDO 2013) São eles:

1) A obra de construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, trecho Caetité-Barreiras, na Bahia. Motivo da não paralisação: em razão das medidas adotadas pelos gestores para sanar as pendências. Na data do fechamento deste relatório as informações e esclarecimentos prestados pela VALEC encontravam-se sob apreciação do TCU.

2) A BR- 448, no Rio Grande do Sul, implantação e pavimentação. Motivo da não paralisação: a obra está em estágio avançado de execução, aproximadamente 94%.

3) Construção da ponte sobre o Rio Araguaia, na Rodovia BR-153, em Tocantins, ligando as cidades de Xambioá, Tocantins, a São Geraldo do Araguaia, no Pará. Motivo da não paralisação: perda de objeto. O contrato já foi rescindido pelo DNIT.

4) Vila Olímpica de Parnaíba, Piauí. Motivo da não paralisação: compromisso assumido pelo gestor de garantir que a liberação de recursos financeiros só ocorrerá após comprovada a viabilidade do empreendimento, assim, portanto, preenchendo o requisito estabelecido pelo TCU.

Neste caso, caberá ao TCU manter o monitoramento dos empreendimentos com o objetivo de verificar o cumprimento, por parte dos gestores, dos compromissos por eles assumidos para sanar ou esclarecer as pendências, assim como para adotar as medidas necessárias para apurar eventuais condutas negligentes ou dolosas de agentes públicos e privados, em cumprimento ao § 3º do art. 98 da Lei 12.708 de 2012 (LDO 2013), se for o caso.

Feitos esses registros, os integrantes do COI votam pela aprovação deste Relatório que contém a proposta de atualização do Anexo VI do PLN 9, de 2013, Congresso Nacional (PLOA 2014) e os submetem à apreciação do Plenário desta

Comissão, na forma prevista no art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Brasília, 16 de dezembro de 2013.

Este é o voto encaminhado pelo COI a este Plenário.

Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente, uma questão de...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado. O relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Para discutir, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Por favor...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Deputado Carlos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, veja, por exemplo, esse Comitê, a quantidade, observada pelos seus membros e pelo Tribunal de Contas da União, de obras importantes para o País, não tenha dúvida, mas que são irregularidades graves. Canal do Sertão, em Alagoas, motivo da paralisação: sobrepreço. Drenagem Tabuleiro Martins, em Maceió: superfaturamento. Construção de terminal portuário no Município de Alvarães, no Amazonas: sobrepreço. Construção do terminal rodoviário, em Anamã, no Amazonas: sobrepreço. Terminal fluvial de Barcelos: sobrepreço. Construção de trecho rodoviário Uruaçu, pelo DNIT, em Goiás: desvio de objeto. Construção de terminal portuário no Município de Anori, no Amazonas: sobrepreço. Construção da BR-440: licitação irregular. E por aí vai. Superfaturamento na FUNASA; sobrepreço da ordem de 1,5 bilhão na construção da Refinaria Abreu e Lima!

Sr. Presidente, são fatos gravíssimos. E nós temos que ter um alerta para que a Comissão de Orçamento mantenha o Comitê de Obras Irregulares numa atuação

fiscalizadora permanente, em consonância com o Tribunal de Contas da União. Nós não podemos permitir que obras que no ano passado tenham tido tantas irregularidades continuem a ter recursos neste ano. *"Ah, as irregularidades foram sanadas."* Muito bem. E os preços? E o sobrepreço? Foi restituído? Nós temos aqui algumas obras que têm diferença de 10 milhões. Vejam, por exemplo, o PAC da BR-448, no Rio Grande do Sul. Obra em avançado estado de execução, 94%. É verdade. E esse recurso que foi excessivamente gasto não vai ser restituído?

Nós temos que ter uma visão de que o Governo Federal está absolutamente leniente no que se refere a iniciar obras sem projeto executivo concluído, o que traz problemas na execução de sobrepreço, de falta de projetos ambientais, e, principalmente, aquele famoso costume de se fazer a obra e se ajustar o projeto de acordo com a obra, como é o caso da VALEC, em relação à Ferrovia de Integração Oeste-Leste — FIOL, uma obra importante para a Bahia, indiscutivelmente, mas até sobre cavernas, sobre espaços geologicamente importantes ela estava com o traçado. Quem fez esse projeto não vai ser responsabilizado? Porque tem que haver a fundação, tem que haver a previsão, tem que haver todo um estudo geológico da área onde os trilhos passarão.

Então, esse tipo de postura é um atentado não apenas ao dinheiro público, mas ao patrimônio ambiental, físico do nosso País. E isso nós apuramos, depois tira-se o dinheiro, coloca-se o dinheiro, e fica por isso mesmo. É lamentável, Sr. Presidente.

Infelizmente, eu não fiz parte do Comitê de Obras Irregulares, mas gostaria de fazer na perspectiva de termos essa atuação mais vigorosa. As obras, no Brasil, têm que ser feitas de uma forma muito mais consistente do que esses arremedos licitatórios e de execução que nós estamos vendo.

E vejo o Governo Federal fazendo críticas ao Tribunal de Contas da União. Pelo contrário, nós temos é que fortalecer o TCU, porque é o único meio que nós temos de fiscalização, Presidente, dos gastos desses recursos, de acompanhamento da execução

dessas obras. Infelizmente, a Controladoria-Geral da União, que deveria olhar para essas obras, só corre atrás para aparecer na mídia quando o escândalo aparece. E, há alguns anos, perseguia Prefeitos em vez de olhar para esses órgãos estatais de execução orçamentária, principalmente no que se refere à concepção dos projetos.

Nós temos tido um desempenho razoável quando os recursos são passados pela Caixa Econômica Federal como contratante. A Caixa tem desenvolvido uma fiscalização muito mais profunda do que outros órgãos. Eu acho que está na hora de fazermos com que esses exemplos sejam seguidos. Nós não podemos ler um relatório em que existam inúmeras falcatruas. Isso é falcatrua, Deputado Afonso! Nós temos que exigir a punição dos culpados! Isso beira a bandalheira, Presidente!

Eu lamento muito que bilhões... Só a obra da Refinaria Abreu e Lima — está aqui escrito, minha gente... Eu lembro que, há 8 anos, quando eu fiz parte desta Comissão, nós tiramos os recursos da Refinaria Abreu e Lima, e o Presidente Lula, na época, editou uma medida provisória restituindo os valores, por quê? Porque houve sobrepreço, irregularidades graves e desvio de milhões. Resultado: restituíram-se os recursos por medida provisória e, no ano passado, de novo, a Abreu e Lima com sobrepreço no valor de 1,5 bilhão de reais. Ou seja, nós estamos percebendo que essas questões de contrato, esses desvios de recursos, se não forem exemplarmente punidos vão continuar a acontecer, como é o caso aqui da Abreu e Lima.

Então, Sr. Relator do COI, sugiro que façamos um expediente, V.Exa. inclusive, Presidente, para que o Tribunal de Contas da União continue a atuar com o respaldo da Comissão de Orçamento do Comitê de Fiscalização de Obras Irregulares, para que esses fatos fiquem no passado e não voltem a acontecer no ano que vem ou daqui a 2 anos. São bilhões, Senador, que são jogados no ralo da corrupção, e nós não estamos tomando as medidas corretas. Nós temos que acionar o Ministério Público Federal. Os corruptores, os que desviam recursos, têm que ser culpados por isso.

Então, em vez de ficarmos aqui apenas colocando recursos, nós temos que tirar os recursos dessas obras enquanto não ficar claro que o que houve de preços adicionais, de sobrepreço, de erro de projeto, que causam prejuízo ao erário não foi ressarcido.

Por isso, sou a favor de que o Tribunal de Contas da União continue liminarmente suspendendo as obras. *"Ah, mas isso traz prejuízos irreparáveis para o próprio dinheiro público."* Não! Se nós constatamos que existem recursos que estão muito acima do preço mínimo, como é que se vai permitir que a obra continue?

Devemos aproveitar esta discussão sobre esse relatório que expõe graves desvios de recursos — e eu sei que o Relator, o Deputado Afonso Florence, jamais compactuaria com esse tipo de desvio — para chamar a atenção sobre a necessidade de fortalecer o Comitê de Obras Irregulares, de fortalecer o Tribunal de Contas da União. Devemos chamar à responsabilidade aqueles que estão ano após ano, insistentemente, desviando recurso público com procedimentos ilegais.

O Governo Federal precisa colocar a Controladoria-Geral da União para fiscalizar esses contratos, não atrás de Prefeito para ver recurso do FUNDEB, para ver recurso da saúde, porque comparado a esse 1,5 bilhão que está sendo desviado da Abreu e Lima significa muito menos. Se tivermos pessoal para fazermos tudo, ótimo! Mas se não tem, tem que se concentrar aqui, nesse tipo de contrato, junto ao DNIT, junto à PETROBRAS e junto principalmente às estatais, cujo volume de recursos é elevadíssimo. Nós temos que ter uma atuação exemplar na busca de evitar esses desvios bilionários que poderiam estar sendo usados na construção de casas populares, na ampliação do Programa Bolsa Família, na melhoria dos recursos da saúde. Na Bahia, por exemplo, as pessoas estão morrendo por falta de atendimento em UTI, há uma carência enorme de UTIs em condições compatíveis com a demanda da população, que se ressente da saúde, principalmente a população mais carente.

Sr. Presidente, que isso sirva de lição. Nós não podemos assistir passivamente a isso. É um alerta que eu faço a V.Exa.: que esses órgãos sejam chamados à responsabilidade ainda maior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cajado.

Passo a palavra agora ao Deputado Carlos Magno.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Embora eu não vá usar o mesmo tempo do Deputado Claudio Cajado, eu devo apoiá-lo em algumas situações, como reforçar o Tribunal de Contas da União na sua logística de fiscalizar e fazer valer a sua decisão com relação às obras que consideram irregulares.

Também não gostaria de fazer uma defesa direta aqui e nem precisaria se os gestores tivessem a sua responsabilidade e cumprissem com o seu papel, que é realmente licitar obras com o projeto executivo concluído e não com projetos básicos, o que leva a essas possíveis irregularidades.

Devo confessar que, em 2012, na condição de Relator da Subcomissão na Comissão de Fiscalização de acompanhamento das obras do PAC e Minha Casa, Minha Vida, nós pudemos visitar pelo Brasil afora obras inacabadas, obras com irregularidades constatadas pelo Tribunal de Contas, que nos acompanhou durante todo esse processo de acompanhamento.

Cito a importância da Ferrovia de Integração Oeste-Leste para o Brasil, não só para o povo da Bahia, mas para o Brasil como um todo.

O Canal do Sertão, em Alagoas. É um crime um canal daquele estar paralisado e não estar atingindo o seu objeto, que é levar água àquelas comunidades que sofrem com a seca que assola o Nordeste.

A questão ambiental, através do IBAMA, e de cultura, principalmente os indígenas, através da FUNAI, são elementos novos que entraram no custo de execução do projeto. Tanto o IBAMA quanto a FUNAI começaram a fazer parte de custo dessas

obras, principalmente de ferrovias, de rodovias, exigindo inclusive contrapartidas e compensações ambientais para que esses órgãos pudessem reforçar as suas estruturas para aumentar a fiscalização.

Eu cheguei à conclusão de que obra paralisada é um prejuízo muito grande ao cidadão, por dois motivos. Um deles é pela não conclusão da obra, que traz consequências seriíssimas, principalmente a obras de rodovia, de ferrovia, no que se refere ao Custo Brasil.

Com relação à proposta colocada pelo Relator Afonso Florence, no seu relatório, eu acredito que, quando ele separa essas obras mais pela importância... São obras de longo período de execução e, durante esse período de execução, poderiam ser sanadas as irregularidades com o não pagamento daquelas irregularidades constatadas nos projetos.

Para mim, a paralisação das obras, é um motivo duplo de prejuízo ao cidadão, porque é ele quem acaba pagando. O custo dessa obra vai aumentar na recontratação, de alguma maneira, ela vai custar mais cara ao Governo do Estado, e, repito, quem paga isso é o cidadão.

Logo, eu preferiria não fazer a defesa, mas colocar a minha posição pessoal em relação a esse relatório do COI e apoiá-lo em decorrência da importância das obras, observando que o Tribunal de Contas da União e os órgãos fiscalizadores, juntamente com os gestores desse recurso, possam buscar a solução do problema.

Não adianta querer levar o problema para o Tribunal de Contas da União, porque é o próprio Tribunal de Contas que determina a paralisação dessas obras em decorrência das irregularidades. Já é uma iniciativa do Tribunal de Contas. Se é Corregedoria, se é... Qualquer órgão de fiscalização do Governo está cheio... E eu concordo com ele: estão mais preocupados com as Prefeituras do que, propriamente, com o Governo Central.

Na verdade, eu aprovaria esse relatório pela importância das obras e pelo prejuízo que é a paralisação dessas obras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Carlos Magno.

Passo a palavra ao Deputado Danilo Forte. Logo após, a Deputada Rose de Freitas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu acho que cabe, inclusive, até um reposicionamento, uma autocrítica nossa em relação a essa questão fiscalizatória.

Eu acho que a gente deixa muito a desejar nesta Comissão. A gente fica muito focada na questão orçamentária no momento. Realmente, quanto à questão fiscalizatória, o Tribunal de Contas da União exerce um papel muito importante no auxílio, no apoio exatamente ao Congresso Nacional e a esta Comissão.

Nós precisamos também avançar no que diz respeito à regularização dessas ações. Tanto que na LDO nós tivemos a preocupação de fazer uma parte dela e focamos na melhoria da atividade fiscalizatória, para que ela não fosse apenas uma atividade do ponto de vista do preciosismo ou de exaltação a um purismo que, muitas vezes, nós não encontramos na efetivação dos próprios convênios.

Por exemplo, nós já tivemos casos de suspensão de contratos em que o superfaturamento e as próprias autorizações para o processo legislatório tinham sido oriundas de aprovação pelo meu...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, está difícil de ouvir o que as pessoas falam. Eu peço a V.Exa. providências, porque eu quero prestar atenção no orador.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu peço aos assessores e aos convidados que façam silêncio durante a exposição do Deputado Danilo Forte.

Com a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente.

Na LDO, nós tivermos a preocupação de fazer uma parte da LDO focada em dar celeridade e eficiência ao Orçamento em si, porque, muitas vezes, nós nos deparamos com situações em que os próprios órgãos de controle autorizam os processos legislatórios e, depois, condenam os convênios por superfaturamento, quando a própria licitação passava e, muitas vezes, até com desconto das empresas contratadas na aprovação da licitação, no concurso licitatório, e, muitas vezes, havia essa suspensão em função até de uma revisão sobre o mesmo fato gerador da incoerência encontrada anteriormente.

O País é ávido por investimentos, o Brasil precisa melhorar a questão da infraestrutura. Esse é um dos principais pontos, inclusive gerador do Custo Brasil para a diminuição da nossa competitividade em âmbito internacional.

Nós precisamos também, na Comissão Mista de Orçamento, buscar contribuir para que tenhamos o foco na celeridade, não na postergação, não no engodo, porque, muitas vezes, quando a obra é retomada, ela volta muito mais cara do que quando inicialmente licitada ou contratada.

A Abreu e Lima, o metrô de Fortaleza e o metrô de Salvador também são exemplos muito claros disso, devido às paralisações intermináveis e recorrentes que prejudicaram sensivelmente o andamento da obra.

No fim das contas, quem paga o prejuízo por essa situação é exatamente a população e a sociedade, como um todo, que não se beneficia do investimento que foi feito e ainda é obrigada a pagar por esse novo preço, que foi reajustado ou recolocado em função do novo andamento daquela obra.

Existe aí o setor inflacionário, a demanda, como é o caso da transposição do Rio São Francisco, que a gente tem clamado tanto aqui no Congresso Nacional pela retomada das obras — e aproveito para parabenizar o Ministro Teixeira que retomou a obra nos trechos do Ceará, que estavam paradas há mais de ano, tanto em Brejo Santo quanto em Mauriti.

Isso demonstra o quê? Que essas paralisações trouxeram prejuízo interminável para as pessoas que, inclusive, precisam dessa água. No Ceará, 80% do solo cristalino está encravado no coração do Semiárido, e o enfrentamento foi feito para levar água para os 12 milhões de brasileiros que moram no Semiárido nordestino, principalmente no Nordeste setentrional.

Essas obras têm que ser efetivadas. A efetivação passa exatamente pela diminuição dos entraves que a burocracia impõe, e o não acompanhamento facilita a má compreensão relativa a essa questão.

Então, eu parabenizo o trabalho que foi feito pelo COI. Espero que em 2014 a Comissão tenha um trabalho mais efetivo, com base nesse acompanhamento, e que a gente não deixe se levar apenas pelo entusiasmo ou pelo emocional gerado pelo debate político ou pela manchete da mídia em geral, que muitas vezes cria uma situação em que o importante não é fazer, o importante é denunciar, quando a sociedade, o povo brasileiro, quer exatamente o contrário: quer que seja bem feito, com transparência, seja uma execução plausível com o seu orçamento.

Por isso, a gente apoiou, no PMDB, integralmente o RDC, Regime Diferenciado de Contratação, que contrata por preço global. É necessário que nesse preço global também as seguradoras de obras tenham efetivamente o compromisso de dar segurança a esses orçamentos que são contratados, porque, dessa forma haverá punição.

Hoje, nos Estados Unidos, que serve muitas vezes de modelo para muita coisa aqui no Brasil, a grande maioria das obras são contratadas por preço global. Quando o empreiteiro não consegue realizá-la, a seguradora vem exatamente no sentido de socorrer e cobrir até multas e o prejuízo que a sociedade tem em função daquele não cumprimento.

É necessário que o Brasil avance! Por isso, faz-se o debate sobre a Lei nº 866, a Lei de Responsabilidade Fiscal, para que também avancemos não só na Comissão, mas no plenário desta Casa, a fim de viabilizar o tão sonhado momento que o Brasil precisa.

O Brasil precisa melhorar a sua logística. O Brasil precisa das obras de infraestrutura para, inclusive, escoar a produção de novo. Nós vamos ter um caos no escoamento da produção de soja, principalmente no Centro-Oeste, o que aumenta o preço final do nosso produto no mercado internacional, diminuindo a nossa capacidade de relação de riquezas.

Nós precisamos, cada vez mais, avançar nesse sentido. O Brasil que hoje é a sexta economia do mundo, poderia estar numa situação muito mais confortável se tivesse uma legislação mais clara em relação a isso.

Eu acho que o RDC foi exatamente o grande avanço que essa 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional conseguiu dar ao País, formatando um novo modelo de contratação capaz de ser viabilizado.

Precisamos, agora, avançar também no que diz respeito às correspondências, às relações com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei 866, para que possamos agilizar o processo de execução de obras no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Passo a palavra, finalmente, para a última inscrita: Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, eu vou tentar ser breve, porque nós temos uma pauta muito importante.

Eu quero, inicialmente, parabenizar o Relator, com quem inclusive conversei sobre o seu relatório preciso, objetivo, justo. E quero registrar, Sr. Relator, a importância de um relatório dessa natureza, que não ultrapassa a barreira da parte técnica e a questão jurídica dos aspectos da tomada de contas, da inspeção, das auditorias.

Eu perguntava a ele exatamente sobre *os* Dolfins de Atalaia, lá do Estado do Espírito Santo. Se havia sido produzido um aviso ou não, esse assunto era extremamente importante para o meu Estado.

Mas eu vou me restringir ao relatório que V.Exa. produziu, porque é com relatórios como este de V.Exa., Presidente, que nós passamos a não incorrer em erros na dotação de recursos em obras que, circunstancialmente, não podem ser atendidas pelo Orçamento da União.

Eu gostaria muito de saber se chegou a V.Exa. ou não esse aviso de berços nos Dolfins de Atalaia, porque interessa ao Estado do Espírito Santo. V.Exa. se refere aos que não foram atingidos pelas restrições no seu relatório. No entanto, eu recebi um relatório que diz que os Dolfins estariam incluídos no relatório que V.Exa. produziu.

Fora isso, quero parabenizar V.Exa., dizer da precisão da sua relatoria em colocar no lugar certo as medidas que precisam ser apreciadas em tempo pelo Relator-Geral.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputada Rose de Freitas.

Passo a palavra agora ao Deputado Afonso Florence, para concluir o estágio de discussão desta matéria.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero agradecer ao Deputado Claudio Cajado, ao Deputado Carlos Magno, ao Deputado Danilo Forte e à Deputada Rose de Freitas as ponderações, e, primeiro, tranquilizar todos os Parlamentares aqui presentes, em particular a opinião pública brasileira.

O art. 71 da Constituição estabelece as atribuições do Tribunal de Contas da União, que estão pormenorizadas no art. 45 da Lei nº 8.443, que é a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.

O art. 45, Sr. Presidente, determina o seguinte:

> *"Art. 45. Verificada a ilegalidade de ato ou contrato, o Tribunal, na forma estabelecida no Regimento Interno, assinará prazo para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados.*
>
> *§ 1° No caso de ato administrativo, o Tribunal, se não atendido:*
>
> *I - sustará a execução do ato impugnado;*
>
> *II - comunicará a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;*
>
> *III - aplicará ao responsável a multa prevista no inciso II do art. 58 desta Lei.*
>
> *§ 2° No caso de contrato, o Tribunal, se não atendido, comunicará o fato ao Congresso Nacional, a quem compete adotar o ato de sustação e solicitar, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.*
>
> *§ 3° Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito da sustação do contrato."*

Mais ainda, Sr. Presidente. Na LDO de 2013 — e há previsão também para 2014 —, no art. 97, § 3º, está estipulado:

> *"Art.*
>
> *97.....*

> *§3º A decisão pela paralisação ou pela continuidade de obras ou serviços com indícios de irregularidades graves, nos termos do § 2º, dar-se-á sem prejuízo da continuidade das ações de fiscalização e da apuração de responsabilidades dos gestores que lhes deram causa."*

Portanto, as preocupações do Deputado Claudio Cajado já estão estipuladas em dispositivo constitucional, que atribui ao Tribunal de Contas da União o poder, inclusive, de ele próprio sustar e depois notificar o Congresso Nacional; já estão previstas na Lei Orgânica do Tribunal, e já estão previstas na LDO deste ano.

Com relação às demais obras citadas pelo Deputado Cajado, vale registrar que elas constam do quadro de obras cuja recomendação de paralisação foi retirada pelo próprio Tribunal em função do preenchimento dos requisitos estabelecidos pelos órgãos executores.

Sr. Presidente, com relação às preocupações apresentadas pelo Deputado Carlos Magno e pelo Deputado Danilo, o aperfeiçoamento da legislação brasileira para que tenhamos critérios de licitação com projetos executivos ou que aperfeiçoemos a Lei nº 8.666, eventualmente adotando o Regime Diferenciado de Contratações, ou o instrumento, também hoje, de contratação da EBP — Empresa Brasileira de Projetos, é um debate que o Presidente Lobão Filho pode oportunamente conduzir aqui.

Agora, o fato é que o nosso relatório indica a continuidade das obras — eu quero agradecer à Deputada Rose de Freitas as palavras — com base na legislação vigente e com base na documentação apresentada pelos órgãos executores.

No caso da FUNDESP e do Ministério do Esporte, há um comprometimento por parte do Ministério do Esporte de que só haverá liberação de recursos após a FUNDESP do Estado do Piauí fizer o preenchimento dos requisitos estipulados, para que essa obra tenha continuidade, ou seja, um plano de gestão e de fiscalização da

obra. Isso está estabelecido pelo Ministério do Esporte para o Estado do Piauí e para a FUNDESP. O Ministério do Esporte se comprometeu com o Congresso Nacional em não fazer nenhuma liberação de recurso até que esses requisitos sejam preenchidos.

Com relação à FIOL, a documentação apresentada pela VALEC já está em análise pelo TCU. Preenchidos os requisitos, a obra terá continuidade. O que nós não podemos fazer aqui é paralisar essa obra. Suponhamos, dentro de 40 dias, 50 dias, 90 dias, o TCU conclua pela continuidade da obra, e o Congresso Nacional paralisá-la.

Quero tranquilizar também o Deputado Danilo Forte, agradecê-lo pelos elogios que fez ao trabalho do COI e fazer de suas palavras elogios à equipe do Congresso Nacional, a toda Consultoria do Congresso Nacional, a esta Comissão e a todas as senhoras e senhores da Consultoria e do apoio, na pessoa do Dr. Romiro...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Relator, desculpe, só uma observação que eu me esqueci de fazer.

Essa obra dos dolfins não está paralisada; ela está em andamento. O primeiro que venceu a licitação não quis fazer; chamaram o segundo — se me perguntarem o nome, eu não vou saber responder —, e continua em andamento. Por isso a estranheza do aviso.

Se V.Exa., depois...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Agora. Eu ia em seguida, mas vou antecipar.

Quero tranquilizar a Deputada Rose de Freitas, destacar que ela é uma Parlamentar membro da Comissão, e tranquilizar toda a população do Estado. Mesmo ela não sendo do COI, acompanhou todos os procedimentos, esteve presente, reuniu-se comigo, nós dialogamos muito sobre o tema.

Essa obra não está inclusa em nenhuma das duas principais categorias: uma com a indicação de paralisação, e a outra com a indicação de retenção de recursos.

Então, há alguma imprecisão no informe que foi cedido a V.Exa. Não há indicação de retenção e menos ainda de paralisação.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Mas está publicado. O aviso foi publicado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - O TCU publica regularmente avisos, desenvolve tratativas com os executores das obras e as classifica em categorias, digamos, a partir dos parâmetros de classificação dos indícios de irregularidades identificados. No caso dessa obra, certamente, há aviso publicado, há tratativas do TCU, mas essas tratativas e esse aviso não incluem essa obra em nenhuma das duas mais, digamos, contundentes classificações. A menos contundente aponta para a possibilidade de que seja sustado o recurso, e a outra, a mais grave, a que nós apreciamos, é a indicação de paralisação. Para essa obra, obviamente, haverá continuidade da fiscalização do TCU. Obviamente os executores da obra continuarão a prestar contas, mas não há nenhuma classificação.

Então, eu quero tranquilizar V.Exa. e todos os atores econômicos e sociais daquele Estado interessados.

Quero só concluir esta fala fazendo minhas as palavras de elogio não aos Parlamentares da Comissão, mas aos consultores, aos profissionais da Comissão de Orçamento, às senhoras e aos senhores. Quero destacar a forma diligente...

Eu não sou daqueles que regularmente têm críticas aos órgãos de controle. Eu acho que é uma grande conquista da democracia brasileira a liberdade de expressão, de opinião e de imprensa e os órgãos de controle. Nós, a opinião pública, precisamos sempre aprofundar as informações.

Quanto a indícios de irregularidade, o próprio Tribunal, eventualmente, retira a indicação de paralisação, por isso, o nosso relatório, além de fundado na base legal existente, realizou oitivas e reuniões técnicas com o Tribunal e com os órgãos.

Há um acórdão do TCU que retirou a indicação de paralisação da Norte-Sul aludindo inclusive à realização da oitiva aqui na CMO e no COI. Realizamos toda a análise da documentação disponibilizada pelo TCU e pelos órgãos executores, audiência pública e visitas técnicas. E é com base em todos esses procedimentos públicos, com intensa participação de Parlamentares do COI, dos da CMO que não são do COI e dos que não são da CMO... Houve uma participação muito intensa de muitos Parlamentares, inclusive nas visitas técnicas, fazendo-se presentes em audiências públicas.

Portanto, eu quero tranquilizar V.Exas., agradecer as palavras de elogio e, como eu disse, fazer delas palavras de elogio aos profissionais que trabalham nesta Comissão.

Quero agradecer a colaboração dos gestores públicos atores nesse processo, bem como parabenizar e destacar o trabalho desenvolvido pelo TCU.

Quero dizer a V.Exas., na defesa da aprovação desse relatório, que podem ter a convicção de que o TCU continuará a exercer a fiscalização das obras cuja continuidade aqui foi autorizada e, oportunamente, a partir de avisos seus, como já ocorreu durante o ano de 2013 — tive oportunidade de ser o Relator, e a CMO apreciou o aviso do TCU enviado em maio —, ele poderá notificar a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional sobre novos indícios de irregularidades nessas ou em outras obras.

Para concluir, Sr. Presidente, com relação à obra da Refinaria Abreu e Lima, não há dúvida: tanto nessa obra da PETROBRAS como em todas as outras obras cuja continuidade foi garantida pelo Congresso Nacional, haverá fiscalização pelo Tribunal de Contas. Como eu disse aqui, tal como está previsto na Constituição, na Lei Orgânica do TCU e na LDO, as providências para eventuais ressarcimentos aos cofres públicos de desvios de recursos públicos — embora hoje hipotéticos —, se confirmados, estão garantidas pela legislação brasileira, que já tem dispositivos suficientes para garantir esses procedimentos.

O nosso compromisso para que isso ocorra não deve incidir no voto aqui, a pretexto da continuidade das obras em questão.

Por isso, então, agradeço a todas as senhoras e senhores; agradeço a V.Exa., Presidente; e reitero o nosso voto pela aprovação do relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Afonso Florence.

A discussão está encerrada.

Coloco em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Coloco em votação o relatório na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

Coloco agora a inclusão extrapauta do Adendo nº 1, de 2013.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Até o Cajado votou a favor. Está vendo? Quando o relatório é bem feito, até o Cajado vota a favor.

Parabéns pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Coloco em votação agora a inclusão extrapauta do Adendo nº 1, de 2013, ao Parecer Preliminar do PLN nº 9, aprovado em 21 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014

Este item trata do fundo partidário.

Então, coloco em votação a inclusão extrapauta, na representação da Câmara dos Deputados, do referido adendo.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovada.

Informo que estamos com uma dificuldade regimental. Nós temos um encaminhamento da votação do PPA e do Orçamento da União.

O Senador Walter Pinheiro esteve com o Presidente do Congresso e com o Presidente da Câmara e fez determinados arranjos de cronograma. Eu gostaria de passar a palavra ao Senador, para que S.Exa. possa traduzir a esta Comissão a ideia dos Presidentes da Câmara e do Senado.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, como havíamos feito um encaminhamento na semana passada nesta Comissão com as Lideranças, tendo em vista, inclusive, a votação do PPA — portanto, o esforço é no sentido de construirmos um acordo —, conversamos com o Presidente da Câmara — a conversa, inclusive, com o Presidente da Câmara, não foi feita diretamente por mim; pois minha conversa foi com o Presidente do Senado — e estamos propondo a esta Comissão a possibilidade de V.Exa. suspender esta reunião e convocar outra para 15h30min, para fazer-se a leitura. Nesse interregno, tentaríamos fazer com as bancadas, com os Parlamentares e com o Relator, um ajuste de texto, o que é normal. Às 15h30min, a gente voltaria para a leitura. Obviamente, em havendo avanços, partiríamos para a tentativa de aprovação da matéria na Comissão.

A sessão do Congresso, que será realizada no plenário do Senado, está marcada para 19h. Portanto, feito esse acordo, será possível votarmos as duas matérias na sessão do Congresso Nacional de hoje à noite.

Portanto, é por isso que estou pedindo a V.Exa. esse tempo — das 12h até 15h30min — para que inclusive possamos realizar essas conversas bilaterais com o Relator e fazer os encaminhamentos para tentarmos fechar as pendências.

Consequentemente, podemos tentar discutir o relatório, após a sua leitura, já com esse caminho relativamente andado.

Então, eu conversei com algumas Lideranças e estou submetendo aos outros Líderes esta proposta, para que a gente, nesse esforço, tente apreciar a matéria ainda hoje à noite. As Lideranças teriam até às 17h para avaliar os acordos, para a gente ter condição de apreciar a matéria ainda no dia de hoje.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte. Logo em seguida, falará o Senador Waldemir Moka.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu acho oportuna a preocupação do Senador Walter Pinheiro. A sensibilidade e a disposição de todos nós são no sentido de votarmos a LOA o mais rápido possível, exatamente porque finda o ano legislativo, principalmente depois do exaustivo trabalho aqui feito.

Quero aqui parabenizar o Relator Miguel Corrêa, que no fim de semana esteve aqui conosco, atendendo-nos, debatendo e formatando o texto. No domingo, o relatório final já estava pronto. E ressalto a disposição de S.Exa. inclusive para fazer os devidos ajustes, as correções de texto, como disse o Senador Walter Pinheiro.

Mas V.Exa. aprovou uma pauta, no início da reunião, que acho correta, plausível e que recebeu apoio unânime aqui no plenário. Ou seja, V.Exa. propôs que votássemos o relatório do COI — o que ocorreu agora, com a relatoria do Deputado Florence —; o relatório da CAE e os dois adendos. Inclusive está presente o Senador Anibal Diniz, pois há aquela errata da Deputada Rose de Freitas, sobre o DNIT, que precisa dessa correção.

A ideia inicial era convocar uma reunião para 14h30min, se não me engano.

Então, eu acho que esse cronograma que V.Exa. propôs é plenamente plausível e temos condições de darmos cabo a ele, inclusive dentro da formatação, inclusive,

apresentada por V.Exa., sem nenhum impedimento ou prejuízo para a colocação do Senador Walter Pinheiro.

Então, nós do PMDB não obstamos, em nenhum momento, essa situação. Mas achamos que, num primeiro momento, deveria ser cumprida a pauta que V.Exa. mesmo programou para a reunião desta manhã. À tarde, portanto, a gente daria continuidade, já com a leitura definitiva do relatório do Deputado Miguel Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só para esclarecer, o relatório da CAE não poderá ser votado porque careceu de assinaturas. Então, nós votaremos o relatório final, excetuando o da CAE no momento da votação.

O adendo do Senador Anibal Diniz terá que ser votado pelo Plenário do Congresso Nacional, não aqui. E o adendo do Fundo Partidário será votado em conjunto com o Relatório Final do Orçamento, de autoria do Relator Miguel Corrêa.

Portanto, a rigor, a pauta desta reunião está encerrada.

Eu vou passar a palavra ao Senador Waldemir Moka.

Nós estamos convocando aqui o Deputado Miguel Corrêa para que S.Exa. possa se reunir com os membros desta Comissão, em reunião na Presidência, no período de 14h30min até 17h, ficando suspensa a reunião até este horário, a fim de que, em havendo acordo, possamos voltar e colocar em votação o relatório.

Então, antes de suspender a sessão, passo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Plenamente apoiado, Sr. Presidente!

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Presidente, Senador Lobão Filho, eu queria apenas dizer o seguinte: eu tive o cuidado de explicar para as Lideranças com as quais eu tive a oportunidade de conversar que, na verdade, a Comissão de Agricultura do Senado fez uma emenda de Comissão com erro formal de modalidade, que pode ser — se o Plenário assim concordar — corrigida pelo Relator-Geral. E o adendo é exatamente nesse sentido, ou seja, de dar ao Relator-Geral a possibilidade de fazer

essa correção. E eu peço apoio porque será a mesma emenda, com os mesmos valores, apenas com a correção da modalidade.

Peço a V.Exa. que isso possa ser apreciado quando da votação do relatório do Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senador Waldemir Moka, para registro desta Comissão e esclarecimento a V.Exa, o adendo que foi colocado em votação extrapauta agora prevê o Fundo Partidário no Item 8 e, no Item 9, exatamente a correção desse erro material da emenda da referida Comissão.

Então, já está aprovada a inclusão extrapauta.

Passo a palavra à Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, é exatamente sobre esse assunto, pois V.Exa. está falando sobre os adendos e não colocou a questão levantada formalmente por mim, em relação à emenda de que eu tratei inclusive com o Relator, Senador Anibal Diniz. Queria saber se V.Exa. vai inserir...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputada, eu havia feito um comentário e esclarecido que, na realidade, o adendo do Senador Anibal Diniz — com quem vou ter oportunidade de conversar agora — terá que ser feito em Plenário, mas como adendo. Caso contrário, se fosse feito por iniciativa de V.Exa, teria que ter 10% de apoiamento, tal e tal. Mas eu tenho certeza de que o Senador Anibal terá a sensibilidade necessária — e digo isso porque já conversei com os assessores e consultores — e ficará de pleno acordo. Não vejo dificuldade. Mas eu vou conversar com o Senador Anibal Diniz agora.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Eu só queria esclarecer a V.Exa. que o Plenário havia manifestado, inclusive formalmente, apoio unânime a essa errata que V.Exa. agora tão gentilmente coloca em discussão com o Relator.

E eu peço a V.Exa. — e eu pediria ao Deputado Claudio Cajado que ouvisse com atenção — que também abordasse a questão da Defensoria Pública.

Deputado Afonso Florence, a questão da Defensoria Pública foi um descalabro: um orçamento ínfimo, embora fosse prioridade nos discursos de todos os Parlamentares, seja da Câmara ou do Senado, e ainda cortaram 10 milhões da Defensoria Pública.

Ainda, na questão do item que não sei o número, em que falaram da necessidade de aumentar o quadro da Defensoria Pública, a proposta era ter 100 novos defensores e mais 361 novos servidores. Chegaram ao acordo de se ter 50 defensores — ainda assim, com um trabalho sacrificado, com um quadro diminuto que não atende a contento a população brasileira.

Nós estamos falando, Sr. Presidente, de atender ao povo, e o povo não é um mero detalhe nesta discussão que nós estamos travando aqui.

Então, eu queria dizer que, se se pretende fazer justiça e colocar os instrumentos ao alcance da população, não se pode olvidar essa questão, como fez o Relator-Geral, quando, no momento de conferir a autonomia, mas dando uma estrutura para isso, S.Exa. concordou quando eu levantei isso pela primeira vez, com esse espírito de justeza que S.Exa. tem.

Eu gostaria que fosse revista a situação da reposição dos valores que foram cortados pelo Senador da área — no caso, os 10 milhões — e, ainda, a questão dos cargos, pelo menos colocando 50 novos defensores públicos para atender à população brasileira.

Esses cargos já foram criados pela Lei nº 12.763 e são prioridade desta Casa.

Portanto, eu não estou falando aqui sobre uma novidade ou que esteja contra o espírito comum e político que deve reger esta Casa em todas as situações. Essa é a maneira de a gente conferir maior execução e maior alcance dos braços da Justiça em favor da população.

Então, eu reitero a V.Exa. o apelo para que coloque em discussão com o Relator, logo que possível, essas conquistas que foram retiradas do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputada Rose de Freitas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu só quero reiterar o que foi apresentado pela Deputada Rose de Freitas, pois essa é inclusive uma questão do PMDB.

Nós, na LDO, tivemos a equiparação da Defensoria Pública da União com os demais institutos do Poder Judiciário, em parâmetro com o Ministério Público, em parâmetro com as demais organizações que fazem parte da estrutura judiciária do País.

Inclusive essa pesquisa que foi anunciada ontem pelo Ministro José Eduardo Cardozo vem exatamente no sentido de corroborar a ideia de que a grande vitória de cidadania que nós podemos dar à população brasileira, neste momento, é o direito de ela ter acesso às demandas judiciais, no sentido de o cidadão comum — o homem do povo — poder representar junto à Justiça brasileira. Isso se faz, na sua quase totalidade, exatamente através da Defensoria Pública.

E o fortalecimento, a materialização desse desejo político, dessa conquista que foi colocada na Lei de Diretrizes Orçamentárias vai se dar exatamente na LOA, na Lei Orçamentária, que é a lei fiscal que coloca os valores, porque não adianta você dar o título se você não dá a condição para que a Defensoria Pública possa exercer, com grandeza, o seu papel de elevar a cidadania no nosso País.

Então, o PMDB, como um todo, solidariza-se com essa bandeira. E entendemos que o nosso Relator, Deputado Miguel Corrêa, terá essa benevolência, a compreensão da importância de recuperarmos parte do orçamento da Defensoria Pública da União para que ele possa, inclusive, exercer com grandeza a sua função tão digna de elevar o

povo brasileiro a uma condição de ter representação junto ao Judiciário, conforme rezou a pesquisa apresentada ontem pelo Ministro José Eduardo Cardozo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Subscrevo, integralmente, as palavras do Deputado Danilo Forte e da Deputada Rose de Freitas na defesa da Defensoria, órgão que, realmente, conforme foi dito, defende a camada mais necessitada e mais pobre da população.

Eu gostaria de fazer uma consulta ao Plenário desta Comissão. Nós havíamos acordado de a leitura ser às 14h30min. O Relator chegou agora. Então, perguntaria se a Comissão deseja que seja a feita agora a leitura e que possamos discutir o texto depois do almoço ou deixamos a leitura e discussão para depois do almoço?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É melhor à tarde, é melhor à tarde. É melhor o contrário: fecha logo tudo e traz ao plenário o texto definitivo, para ler tudo de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, eu coloco em votação agora apenas o adendo, conforme já foi discutido, do Fundo Partidário e da Comissão de Agricultura.

Os Srs. Deputados que aprovam o adendo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o adendo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado.

A reunião está suspensa para...

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ - Presidente, Presidente, Senador Anibal Diniz, aqui, ao lado...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senador Anibal Diniz.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ - É só para a gente chegar a um entendimento, porque V.Exa. falou há pouco, em resposta à Deputada Rose de Freitas, que iria tentar uma anuência minha para que a matéria fosse a Plenário.

De qualquer maneira, regimentalmente, ela já tem a prerrogativa de levá-la a Plenário. Como a Deputada Rose de Freitas tem apoiamento para isso, não precisa da minha anuência. Eu mantenho o relatório, e ela recorre ao Plenário. Certo?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas era importante o seu adendo, o seu reconhecimento, porque, como Relator da matéria...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senador, já que ficou público, eu tive uma reunião com a Consultoria...

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ - Porque aqui, na CMO, não há mais o que fazer, o relatório da CMO já está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, não tem.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ - Então, só resta o recurso ao Plenário. E é o que eu estou sugerindo à Deputada Rose de Freitas, porque não vai ter adendo nem anuência da minha parte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas, do ponto de vista político, seria muito simpática a sua concordância, porque o senhor, como Relator da matéria na CMO, vai dar muita força em Plenário para não ter nenhuma objeção. Entendeu?

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Eu peço a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu gostaria de falar com o Senador para expor o meu ponto de vista.

Como esta, de qualquer forma, não é a discussão de agora, eu vou suspender a reunião para, conforme estava determinado, fazermos uma reunião de Líderes na Presidência.

Portanto, esta reunião está suspensa até às 17h.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, antes de V.Exa. suspender, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Senador, tecnicamente, V.Exa. não poderia fazer o adendo porque, se o fizesse, chegaria...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, eu vou explicar isso para o Senador.

Está suspensa a reunião. Obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 11ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2013.

As matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônicos localizados nas bancadas.

A reunião estava prevista para as 17 horas. Nós temos Ordem do Dia tanto na Câmara, quanto no Senado Federal, em pleno processo de votação.

Portanto, eu vou suspender esta reunião e remarcá-la para as 18 horas, até terminarem as Ordens do Dia de ambas as Casas, para que possamos votar os relatórios e levá-los ao Congresso Nacional às 19 horas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Declaro reiniciada a 11ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2013 — alterada.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais da pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Suspendo a presente reunião ordinária e convoco sua continuação para às 19h30min neste plenário.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Guilherme Campos) - Declaro reiniciada a 11ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2013 - alterada.

Suspendo, ato contínuo, a presente reunião ordinária, e convoco a sua continuação para as 20h30min em função da Ordem do Dia do Senado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 11ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2013 - alterada.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais da pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias.

Expediente.

I - Correspondência interna recebida:

Ofício de Gabinete nº 091, de 13 de dezembro, do Coordenador da Bancada da Bahia, Deputado Daniel Almeida, solicitando remanejamento de 10% dos valores que indica nas Emendas nºs 7106004, 7106005, para as Emendas de nºs 71060001, 71060010, 71060011, 71060014 e 71060020 apresentadas por aquela bancada ao Orçamento Geral da União.

II - Correspondência externa recebida:

Ofício nº 332, de 12 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, encaminhando proposta de atualização do Anexo V do Projeto de Lei nº 09, acompanhada de Nota Técnica nº 535, de 10 de dezembro de 2013, que versa sobre o assunto.

Ofício nº 333, de 2013, de 12 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, solicitando promover a adequação do Projeto de Lei nº 09, de 2013, em virtude de ocorrência de omissão de ordem técnica do Projeto de Lei Orçamentária de 2014, no âmbito das despesas da Secretaria de Portos, da Presidência da República, conforme exposto na Nota Técnica nº 58, de 9 de dezembro de 2013, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal, que trata do assunto.

Ofício nº 334, de 2013, de 12 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 09, de 2013, em virtude da ocorrência de omissão de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2014, no âmbito das despesas do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme exposto na Nota Técnica nº 25, de 11 de dezembro de 2013, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal, que trata do assunto.

Ofício nº 335, de 2013, de 12 de dezembro de 2013, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, solicitando promover a adequação

no Projeto de Lei nº 9, de 2013, em virtude de ocorrência de omissão de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2014, no âmbito das despesas do Ministério da Defesa, conforme exposto na Nota Técnica nº 61, de 11 de dezembro de 2013, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal, que trata do assunto.

Ofício nº 337, de 2013, de 16 de dezembro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, solicitando ajuste na proposta de atualização do Anexo V do Projeto de Lei nº 09, de 2013, PLOA-2014. O ajuste visa adequar o quantitativo de provimento de cargos relativo ao Projeto de Lei nº 6.234, de 2013, de 3 para 33 cargos, conforme solicitado pela Justiça Federal.

Expedientes encaminhados ao Deputado Miguel Corrêa, Relator-Geral do Orçamento para 2014:

Ofício nº 214, de 2013, de 12 de dezembro, do Secretário da Secretaria de Estado e Representação no Paraná, solicitando revisão do valor para o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, SISFRON-Nacional.

Ofício nº 98, de 2013, de 13 dezembro, do Deputado Alexandre Roso, informando o motivo de não ter solicitado no SISEL o remanejamento da Emenda nº 2859.0021, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 09, de 2013.

Ofício nº 14, de 2013, da bancada de Pernambuco, de 16 dezembro, do Coordenador da Bancada de Pernambuco, Deputado Carlos Eduardo Cadoca, solicitando acréscimo de valores das Emendas nºs 7118.0001, 7118.0003 a 7118.0014, 7118.0016 e 7118.0017.

Mensagem nº 870, de 2013, de 17 de dezembro, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, solicitando providências no sentido de acrescentar ao item “b” da Decisão da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, na despesa, Emenda de Apropriação nº 5025.0003, e ao texto, emenda aditiva. Solicitando, ainda, o atendimento às Emendas de nºs 5025.001 e 5025.002, daquele órgão.

Aviso encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, ao Presidente da CMO:

Aviso nº 1.617, de 2013, obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Ribas do Rio Pardo/MS.

Avisos encaminhados pelo Vice-Presidente, Ministro Aroldo Cedraz, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, ao Presidente da CMO:

Aviso nº 1.675, de 2013, relatórios de gestão fiscal referentes ao primeiro quadrimestre de 2013 que foram publicados e encaminhados pelos Poderes e órgãos públicos federais relacionados no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Aviso nº 1.683, de 2013, realização de estudos e pesquisas sobre logística no turismo do Estado do Amapá.

Aviso nº 1.696, de 2013, aplicação de recursos da fonte 78, Fundo de Fiscalização das Telecomunicações — FISTEL, do exercício de 2012, sem a observância de sua veiculação legal.

Finalmente, apreciação do relatório final.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Danilo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu gostaria de prestar um esclarecimento, porque, na semana passada, a nossa Comissão teve um momento de acirramento muito grande, em vista do debate que estava ali colocado, em alguns momentos até um certo atrito verbal. Então, eu acho oportuno e necessário que a gente faça um esclarecimento aqui sobre a postura do PMDB, partido o qual eu represento nesta Comissão. Fui imbuído pelo Líder do partido para ser o coordenador da bancada na Comissão Mista de Orçamento.

Numa demonstração clara de tentar a todo o momento viabilizar as demandas do País, a importância que o orçamento tem, o trabalho que a gente construiu de consensuar uma Lei de Diretrizes Orçamentárias capaz de dar eficiência e efetividade

ao Orçamento da União, de abrigar no seu texto a grande demanda de todos os Parlamentares, principalmente, dos Deputados da 54ª Legislatura, que é exatamente a do orçamento impositivo, nós do PMDB tivemos uma firmeza muito grande com relação a essa questão política colocada.

O impasse gerado pelas informações contraditórias sobre a possibilidade do veto por parte da Presidência da República à LDO, realmente, deixou o PMDB numa situação de confronto naquele momento, porque era a sua principal bandeira política, erguida e reerguida nesta Casa e alimentada exatamente pelo Presidente da Câmara dos Deputados, nosso Líder Henrique Eduardo Alves, que, inclusive, esteve aqui nesta Comissão, defendendo o orçamento impositivo.

O nosso papel, como bancada do partido do PMDB, mesmo partido do Presidente Henrique Eduardo Alves, era de ter a obrigação de buscar a solução desse impasse político. E essa solução do impasse se deu com a negativa inclusive em uma conversa que o próprio Presidente Henrique Eduardo Alves teve e relatou no plenário da Casa com a Presidente da República, Presidente Dilma Rousseff. Posteriormente, esse assunto foi tratado em toda a bancada.

A bancada do PMDB se reuniu hoje à tarde e tirou uma posição unânime de tentar viabilizar neste plenário o encaminhamento para a votação da Lei Orçamentária, diante do prazo exíguo que nós temos. Até quarta-feira, temos de estar com a Lei Orçamentária Anual votada, pois na quinta-feira já haverá o trancamento da pauta do Congresso Nacional, sob a tutela da questão dos vetos que precisam ser analisados, e há prazo regimental para isso.

A reunião da bancada do PMDB, hoje, tirou uma posição que acho importante deixar claro aqui para o Sr. Presidente e os demais companheiros e companheiras desta Comissão no sentido de viabilizar a votação da LOA para que a gente possa ter a lei mais importante que o Congresso Nacional tem a obrigação de fazer, de produzir. Ao mesmo tempo, que a gente possa dar ao País um Orçamento que seja um avanço

significativo, principalmente no que diz respeito a sua execução, já que a LDO foi toda focada e teve como premissa principal buscar, dar eficiência e efetividade à lei orçamentária.

Diante do exposto, acho necessário fazer esse esclarecimento para dirimir qualquer dúvida com relação à postura da bancada do PMDB, que é coesa, que teve uma unidade política muito importante e que se sente vitoriosa neste momento, exatamente porque sua principal bandeira política foi reconhecida e as dúvidas foram dirimidas com relação à execução do orçamento impositivo para 2014.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Apenas faço o registro de que, apesar dos embates ácidos que nós dois tivemos, permanece a amizade, o respeito, a admiração e o reconhecimento pelo trabalho realizado na LDO, que trouxe ao Congresso Nacional a conquista do orçamento impositivo, na ausência da PEC deliberada pelo mesmo Congresso. Fica este registro.

Passo a palavra ao Deputado Amir Lando, perguntando se é para discutir o Orçamento ou é uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO AMIR LANDO - É uma questão de ordem, Sr. Presidente, e, ao mesmo tempo, uma pequena colocação a respeito do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Amir Lando.

O SR. DEPUTADO AMIR LANDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de salientar uma questão da emenda de bancada, a Emenda nº 71.230.007, relativo ao início da construção do Madeirão, o estádio do Rio Madeira.

Ficou aqui consignado uma quantia irrisória que eu acho o Orçamento deveria dispensá-la. Nós temos de ter uma lógica nas emendas. Não podemos pensar numa obra e colocar algo insignificante, pontual. É melhor jogar no lixo, evidentemente, a emenda e dispor desses recursos para outra finalidade, porque não atinge os objetivos

nem do início, nem do projeto, nem de coisa nenhuma. Nós queremos ter em Rondônia um estádio de futebol, porque não temos. Há campos de futebol, apenas campos, onde se pratica o esporte amador.

Manaus tem agora a sua arena. Pará tem o Mangueirão, e nós não temos nada, coisa nenhuma. Nenhum tipo de futebol de Rondônia consequentemente participa da Primeira Divisão, porque onde não há estrutura para o exercício esportivo também não há qualificação do esporte.

Por isso, gostaria de deixar aqui para reflexão do Relator, especialmente, que ou aumente, remaneje alguns recursos — eu fui Relator-Geral do Orçamento e sei o que é isso e sempre fui da Comissão Mista de Orçamento — ou então tenhamos a coragem de zerar. Zero nessa emenda, nenhum centavo, para não desperdiçar esses recursos.

Eu sei que emenda de bancada não funciona, é uma peça de ficção, como o Orçamento é uma peça de ficção. Agora vem o orçamento impositivo, graças à ousadia desta Legislatura, mas isso ainda é muito pouco. Nós temos que pensar que obras estruturantes, obras indispensáveis não têm cor partidária, não têm autoria; têm o interesse coletivo.

Aqui, mais do que nunca, eu gostaria de deixar o apelo ao Congresso Nacional, ao Senado e à Câmara, no sentido de que olhassem para essa deficiência, para esse déficit na área do esporte de Rondônia, porque Rondônia não tem nada. É um Estado promissor, é um Estado que cada vez mais cresce, inclusive com índices superiores ao do crescimento nacional, mas não tem nenhum retorno da União ou muito pouco, quase nada. Enfim, deixo aqui este apelo.

Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. a tolerância, agradecer ao Relator por estar empenhado nessa tarefa. Mas eu peço a esta Comissão: ou alguma coisa significativa, ou zero. Tenhamos a coragem de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Amir Lando.

Passo a palavra agora para a apreciação do relatório final, apresentado ao...

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, pela ordem.

Eu só gostaria de fazer um registro sobre o Orçamento. Gostaria de saber se eu posso fazê-lo agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, eu acho que convém nós lermos o relatório. Depois, eu abro a palavra para discutirmos e aí passo a palavra, preliminarmente, a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Gostaria que V.Exa. já me inscrevesse.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim, em primeiro lugar.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Apreciação do relatório final apresentado ao Projeto de Lei nº 09, de 2013-CN, que *"estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014"*. (Projeto de Lei Orçamentária para 2014).

Relator-Geral: Deputado Miguel Corrêa.

Foram apresentadas 8.388 emendas.

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma do Substitutivo apresentado, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação de 7.790 emendas e pela aprovação parcial de 571 emendas apresentadas.

O Relator-Geral está com a palavra para a apresentação do seu relatório final. O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O Relator-Geral, Deputado Miguel Corrêa, está com a palavra.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, demais companheiros, Deputados e Senadores, Senadoras e Deputadas da Comissão Mista de Orçamento, assessoria, imprensa, na leitura do relatório, em primeiro lugar, eu quero consultar o Plenário da Comissão se eu posso ler, exclusivamente, o resumo do relatório ou se é necessário ler todo o relatório. Faço essa consulta a V.Exa. e ao...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Coloco em votação a possibilidade de leitura de forma resumida.

Em votação no Plenário da Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Portanto, V.Exa. está autorizado a ler o relatório de forma resumida.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Muito obrigado, Sr. Presidente e demais colegas.

"Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Relatório Final ao Projeto de Lei Orçamentária para 2014, PL nº 09, de 2013, do Congresso Nacional.

Relatório Geral sobre o Projeto de Lei nº 09/2013, do Congresso Nacional, que *"estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014"*.

Relator-Geral: Deputado Miguel Corrêa.

Relatório:

Em atendimento ao disposto na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, submetemos ao Plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos Fiscalização (CMO) o relatório geral sobre o Projeto de Lei n° 09, de 2013-CN, que *"estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014"*, enviado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 76/2013, do Congresso Nacional (nº 358/2013 na origem).

Por indicação da Liderança partidária e designação do ilustre Presidente desta Comissão, coube-me a honrosa tarefa de exercer as funções pertinentes ao relatório geral do citado Projeto.

Desde logo, aproveitamos o ensejo para expressar os nossos agradecimentos ao Presidente da Comissão, nobre Senador Lobão Filho, ao conjunto de relatores setoriais, aos representantes de Líderes na Comissão e ao conjunto de Parlamentares que compartilharam nosso esforço de conciliação e elaboração do presente Substitutivo.

Nesse contexto, vale lembrar e consignar que o trabalho desta Comissão e das relatorias, com o auxílio dos comitês, pautou-se pela observância das normas pertinentes à matéria pautada.

O presente relatório foi elaborado em consonância com os critérios, condições e parâmetros fixados, pela Comissão Mista de Orçamento, quando da edição do parecer preliminar ao PL nº 09/2013, em 21 de novembro de 2013.

Apresentação geral:

O presente relatório é resultado do esforço coletivo empreendido no âmbito desta Comissão, tendo contado com a colaboração valiosa de todos os membros do Congresso Nacional. Ressalte-se, ainda, o relevante papel desempenhado pela sociedade civil, ao contribuir com sugestões de maneira direta, ou pelos aprimoramentos resultantes das intervenções de entidades representativas.

Muitos foram os desafios enfrentados na montagem deste substitutivo, que ora apresentamos, que foi elaborado tendo em conta a necessidade de assegurar a higidez das contas públicas, mas, ao mesmo tempo, de garantir que o orçamento público federal cumpra o papel de alocar os recursos necessários ao atendimento das demandas sociais e os investimentos indispensáveis à manutenção do crescimento sustentável.

As avaliações realizadas pelo Comitê de Receitas, com base na revisão dos parâmetros econômicos, apontaram um acréscimo líquido de receita de R$12,1 bilhões para 2014. Cabe ressaltar que essa foi a menor revisão de receitas realizada nos últimos anos. Some-se à menor expectativa de arrecadação de receitas a necessidade de alocação de recursos para atendimento de despesas como Lei Kandir, revisão de benefícios previdenciários e assistenciais, defesa nacional e subvenção econômica a

produtores de cana-de-açúcar e unidades industriais produtoras de etanol na Região Nordeste, entre outras.

Diante desse quadro restritivo, impôs-se a necessidade de promover ajustes nas programações constantes da proposta orçamentária enviada pelo Poder Executivo. Ciente da necessidade de preservar recursos essenciais ao funcionamento de órgãos, entidades e ao atendimento de despesas prioritárias, esta relatoria foi extremamente criteriosa na seleção das dotações que foram objeto de cortes.

O atendimento das emendas, por sua vez, levou em conta primeiramente as restrições impostas pela legislação vigente, em especial as regras do Parecer Preliminar e da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Em seguida, avaliamos o mérito de cada demanda, verificando o potencial para contribuir na solução de gargalos de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, esforçamo-nos para acomodar múltiplos interesses e demandas, conciliando divergências e promovendo o entendimento.

Com esse trabalho, foi possível propor uma significativa elevação dos investimentos públicos, procurando contribuir para a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Com respeito às atividades desta relatoria, ressaltamos a transparência do trabalho realizado. Todas as decisões foram submetidas à apreciação da CMO, com a devida publicidade, em documentos como o Parecer Preliminar, os relatórios dos comitês, os relatórios setoriais e, agora, o relatório geral. Trata-se de documentos públicos, que o Congresso Nacional, por intermédio da Comissão Mista de Orçamento, divulga tempestivamente, oferecendo a qualquer interessado a oportunidade para acompanhar o trabalho de seus representantes.

Por fim, registramos o esforço continuado e coletivo de todos os membros desta Comissão, notadamente das Lideranças partidárias, no sentido de se obter nível de entendimento que possibilite a aprovação do Orçamento. O Congresso Nacional, ao

cumprir seus deveres constitucionais tempestivamente, dá contribuição essencial ao desenvolvimento do País.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, ninguém está ouvindo nada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu peço encarecidamente silêncio aos nossos convidados, assessores, consultores. Este é o coroamento de 1 ano de trabalho. Acho que vale a pena escutarmos o Relator, para podermos encerrar de forma digna este trabalho, este esforço.

Com a palavra o Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Danilo Forte.

"I - Visão Geral do Substitutivo ao PLOA 2014 e Quadros Comparativos:

O valor total do Orçamento da União para 2014, nos termos do substitutivo apresentado, é de R$2.488,8 bilhões, dos quais R$654,7 bilhões referem-se ao refinanciamento (rolagem) da dívida pública. Em razão do disposto no art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal, essa rubrica deve constar de forma destacada das demais despesas financeiras.

Desconsiderando-se esse valor, o Orçamento da União, formado pelos orçamentos fiscal, da Seguridade Social e de investimento das empresas estatais, soma R$1.834,1 bilhões. Desse total, R$105,6 bilhões correspondem ao orçamento de investimento das empresas estatais federais, e R$1.728,4 bilhões aos orçamentos fiscal e da Seguridade Social.

As despesas com investimentos tiveram incremento de cerca de R$14,5 bilhões, um aumento de 21,6% em relação à proposta, resultado da aprovação das demandas aprovadas durante a tramitação do projeto de lei.

As despesas com pessoal e encargos sociais mantiveram-se praticamente no mesmo patamar da proposta, ou seja, R$242 bilhões", não havendo qualquer tipo de aumento das despesas decorrentes da folha de pagamento.

"As outras despesas correntes sofreram uma elevação de R$8,5 bilhões, equivalente a cerca de 0,9% do valor constante da proposta.

No intuito de verificar o cumprimento das metas fiscais, as despesas orçamentárias são classificadas em financeiras e primárias. Consideram-se financeiras as despesas cuja realização não produza impacto sobre o endividamento líquido do setor público, ao passo que as primárias o afetam.

II - Processo Legislativo Orçamentário:

O processo de elaboração do Orçamento para 2014 observou os princípios, as normas e os procedimentos contidos na Resolução nº 1/2006-CN. A cada ano, acumulam-se experiências no que tange à apreciação do projeto de lei orçamentária sob a égide da atual resolução.

A Relatoria-Geral, no âmbito das suas atribuições, atuou no sentido de corrigir distorções identificadas na distribuição dos recursos entre bancadas e Comissões. Além disso, foram feitos esforços no sentido de recompor, total ou parcialmente, cancelamentos promovidos pelas relatorias setoriais, com destaque para a recomposição de programações destinadas ao apoio à realização de grandes eventos e à pesquisa agropecuária.

Além disso, esta relatoria também procurou corrigir erros e omissões apontados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão — MPOG, encaminhados ao Congresso Nacional com apoio no parágrafo único do art. 28 da Resolução nº 1, de 2006-CN. Esse procedimento teve o propósito de construir uma peça orçamentária adequada às necessidades e exequível. Todas as correções feitas exigiram a apresentação de emendas de Relator e foram promovidas com base no item 17, I, da parte B do Parecer Preliminar ao PLOA 2014 e não implicaram a utilização de fontes da

reserva de recursos. Os documentos por meio dos quais esses erros e omissões foram apontados ao Congresso Nacional encontram-se publicados no portal da Comissão Mista de Orçamento, na Internet, estando à disposição de todos os interessados para análise.

III - Compatibilidade do Projeto e das Emendas com as Normas Constitucionais e Legais:

O presente relatório foi elaborado em consonância com as normas constitucionais, legais e regimentais que regem a matéria. De acordo com a Constituição Federal (...), o projeto de lei orçamentária anual deverá ser elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual, assinalamos que se encontra em tramitação o Projeto de Lei nº 13/2013-CN, que promove revisão do PPA vigente, para o período de 2012 a 2015. No Relatório Geral, buscou-se contemplar a estrutura em vigor e as alterações propostas, no sentido de garantir a compatibilidade das ações incluídas no substitutivo.

Quanto à compatibilidade do PLOA 2014 com a LDO 2014, destacamos que essa também se encontrava em tramitação nesta Casa, quando do envio da proposta orçamentária pelo Poder Executivo. A fim de garantir a compatibilidade entre as mencionadas normas, buscamos tanto quanto possível harmonizar os dispositivos do PLOA às determinações do projeto de LDO e, posteriormente, do autógrafo, encaminhado à sanção presidencial.

A seguir, apresentamos as análises específicas relativas ao atendimento dos limites constitucionais quanto às despesas nas áreas de saúde e educação, bem como o atendimento da regra de ouro de que trata o art. 167, III, da Constituição Federal e o atendimento ao limite de despesas de pessoal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1. Saúde — Cumprimento da EC n° 29/2000

O PLOA 2014 reserva ao Ministério da Saúde R$100,3 bilhões, o que representa cerca de 14,2% do orçamento da Seguridade Social.

É importante ressaltar que, em função do art. 52, § 1º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (autógrafo), o Parecer Preliminar determinou que cada Parlamentar apresentasse R$7.343.000,00 para ações e serviços públicos de saúde. Com o atendimento de emendas individuais e coletivas ao setor, houve acréscimo de R$5,16 bilhões, dos quais R$5,14 bilhões em 'ações e serviços públicos de saúde'.

Na fase da relatoria-geral, a programação do Ministério da Saúde ascendeu a R$106 bilhões, acusando acréscimo de R$540 milhões.

Assim, considerando a interpretação desta relatoria, o montante mínimo para atendimento do piso constitucional em 2013 (base para projeção de 2014) é da ordem de R$83,1 bilhões. Levando-se em conta a execução mínima (empenho mínimo) no presente exercício, os recursos necessários ao atendimento da norma constitucional, em 2014, são de R$90,1 bilhões, o que coloca a proposta de alocação de recursos em saúde, qualquer que seja a ótica, em estrito compasso com a legislação em vigor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Relator, em que página V.Exa. está?

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Este é um resumo do relatório preliminar. Isso consta na página 16.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Não estava na página 13?

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Isso consta na página 16. Mas este é apenas o resumo do relatório. O resumo não foi distribuído. O que há é o relatório que foi distribuído. O resumo foi autorizado pelo Pleno da Comissão, para que a leitura fosse feita com mais brevidade, reservando-se mais tempo aos debates.

"IV - Tópicos Especiais:

Investimentos no Orçamento da União e PAC:

O conjunto de despesas públicas com investimentos configura-se essencial para o fortalecimento da economia e a viabilização do crescimento do PIB esperado para o

próximo ano. Como resultado da avaliação congressual do conjunto desses gastos, foram atendidas emendas que incrementam em R$14,5 bilhões as dotações da proposta orçamentária para investimentos, no âmbito dos orçamentos fiscal e da Seguridade Social. Esse contexto demonstra a preocupação do Parlamento em contribuir para dotar o País de recursos necessários para reforço de sua infraestrutura.

Do total de investimentos, R$61,7 bilhões estão incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, que visa integrar as medidas econômicas e investimentos em infraestrutura, com recursos públicos e privados, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Relator, eu gostaria de saber quantas páginas tem o resumo. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Tem oito páginas, no total, e eu estou na sexta.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Obrigado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - De nada.

"2. Abertura de créditos por decreto autorizada no texto da Lei:

Como regra geral, as alterações da Lei Orçamentária dependem da aprovação de créditos adicionais enviados ao Congresso Nacional e aprovados na forma de projeto de lei. No entanto, com base no art. 165, § 8º, da Constituição, o texto da Lei Orçamentária pode autorizar, de forma antecipada, que a abertura de créditos suplementares seja promovida diretamente pelo Executivo, por meio de decreto.

Esse tipo de autorização justifica-se pela ocorrência de diversas situações na qual a administração pública, para atuar, não pode aguardar o pronunciamento do Poder Legislativo. Ademais, não haveria fundamento em mobilizar o Congresso Nacional para efetivar pequenos ajustes no Orçamento, especialmente nos casos das despesas obrigatórias ou naqueles em que a finalidade do gasto encontra-se preservada.

Na análise realizada sobre o texto da lei e das emendas apresentadas, optamos basicamente por manter no PLOA 2014 as disposições e percentuais de remanejamento que já constaram na LOA 2013.

Entre as mudanças, focamos nosso trabalho na busca de mecanismos de proteção do cancelamento por decreto das programações incluídas por emendas individuais apresentadas pelos Srs. Parlamentares. A preservação de iniciativas parlamentares dá-se logo no *caput* do art. 4º, com a vedação ao cancelamento das emendas individuais, exceto quando solicitado por seu autor para fins de adequação às necessidades da execução.

Além disso, incluímos inciso que aumenta a margem de flexibilidade de remanejamento de programações incluídas por emendas do mesmo autor. A ideia é permitir que o Poder Executivo, desde o início da vigência do Orçamento, possa efetuar eventuais alterações solicitadas pelo respectivo autor e que dependam unicamente de remanejamentos.

3. Lei Kandir e fomento às exportações:

Os recursos financeiros para compensação e fomento às exportações de que trata a Lei Kandir não constaram do projeto de lei orçamentária enviado pelo Poder Executivo. Por essa razão, por determinação do Parecer Preliminar, coube-nos a tarefa de definir esse montante, tendo em vista o conjunto das demandas e os montantes de recursos disponíveis.

De forma a evitar que Estados e Municípios sejam prejudicados pela falta de regulamentação do dispositivo constitucional antes mencionado, estamos destinando, em nosso substitutivo, o valor total de R$3,9 bilhões para essa finalidade.

4. Emendas de Relator-Geral:

Conforme o Parecer Preliminar, as emendas de Relator foram destinadas a correção de erros, omissões ou inadequações de ordem técnica ou legal, verificados no PLOA 2014 ou no processo de emendamento. Especificamente com fundamento no art.

144, III, da Resolução nº 1, de 2006-CN, o Relator-Geral foi autorizado a apresentar emendas, com destaque para a Lei Kandir, revisão de benefícios previdenciários e assistenciais, subvenções na área de agricultura e para a defesa.

Vale salientar que, na elaboração da Lei Orçamentária, por determinação regimental, todos os lançamentos e alterações promovidas no projeto de lei orçamentária devem ser objeto de emenda específica, gerada pelo sistema de elaboração. Por esse motivo, o relatório mostra um elevado número de emendas de Relator relacionadas a ajustes técnicos para cancelamento de dotações em razão de redução da receita, troca de fontes, adequação da classificação institucional, funcional ou programática, e correção de erros e omissões informadas pelo Executivo nos termos do art. 28, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

5. Pareceres às Emendas:

Um total de 237 emendas foram apresentadas ao texto, sendo quatro aprovadas integralmente e nove aprovadas parcialmente. Cabe destacar que, nesse universo, dez emendas solicitavam alterações do Anexo V, tendo duas sido aprovadas. A Tabela 12 retrata a situação das emendas apresentadas ao texto.

No que se refere às emendas à despesa, foi apresentado um total de 8.388 emendas, das quais 7.776 individuais e 612 coletivas. As emendas individuais consideradas admitidas foram acolhidas em sua totalidade, representando um volume de recursos de, aproximadamente, R$8,7 bilhões.

Voto:

Em face do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 9, de 2013 (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014), na forma do substitutivo apresentado por esta relatoria, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas.

Brasília, dezembro de 2013

Deputado Miguel Corrêa, Relator-Geral”

Sr. Presidente, antes de abrir os debates, eu queria fazer pequenas considerações, se V.Exa. me permite.

Primeiro, não sei se o Senador Eduardo Amorim está presente, mas quero reconhecer o trabalho que S.Exa. fez quanto ao Relatório da Receita da União. Nós construímos juntos um novo patamar dessas ações, entendendo que a arrecadação tem que estar muito próxima do que signifca receita. A reestimativa da receita trouxe um horizonte muito mais duro e real do que a construção dos últimos anos, significando um novo horizonte, de necessidade de não contingencimento para essas ações orçamentárias do ano que vem, mas trazendo uma realidade mais dura no que se refere à alocação de recursos por meio das emendas apresentadas tanto pelos Relatores quanto pelas Comissões e pelas bancadas, o que trouxe uma realidade distinta e uma dificuldade maior.

O segunto ponto, Sr. Presidente. Durante a elaboração da peça orçamentária, tentamos ouvir todas as Lideranças da Comissão e do Congresso Nacional, acatando as demandas da Comissão, dando muita força e voz aos membros desta Comissão, para pautarem as ações estabelecidas por meio do relatório, fazendo com que a peça orçamentária apresentada...

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Peça silêncio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Peço novamente silêncio aos presentes, para que o Relator possa concluir o seu relatório.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Esta campainha está meio fraquinha, hein?

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - É, perdeu o vigor durante o ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Como eu dizia, Sr. Presidente, o objetivo foi uma construção harmônica pelo Pleno desta Comissão, assim como pelas Lideranças do Congresso que aqui apresentaram propostas. Por consequência, eu acatei praticamente todas as emendas e todas as propostas e pedidos apresentados pelos Parlamentares, tanto desta Comissão quanto do Congresso, óbvio, com a realidade de receita distinta dos anos anteriores. Então, eu quero deixar claro para o Plenário da Comissão que o objetivo da construção foi a harmonia, mas com a realidade dura que nos impõem os números.

Outro aspecto que cito, Sr. Presidente, é para deixar claro que todos os pontos de construção do relatório do Orçamento da União tiveram um critério para consolidar as decisões. Reafirmo que não inovei em nada esses critérios, exclusivamente mantive os critérios já consolidados pela Comissão de Orçamento, feitos ao longo dos anos, considerando-se também a Resolução nº 1, de 2006-CN. Afirmo que também tive de fazer um comparativo no caso das emendas de bancada, com referência a um ano que tinha um orçamento parecido, uma receita parecida com a receita corrente do que nós tivemos à disposição este ano. Com essa comparação, mesmo se tendo um valor menor, proporcionalmente foram alcançados os mesmos resultados.

Eu quero deixar muito claro para os Parlamentares que não é possível atingir esse equilíbrio, porque me cabe, como Relator-Geral, quase um terço dos recursos dos Relatores Setoriais. Se os Relatores Setoriais aumentarem o peso da balança nos Estados, eu posso ajudar na recomposição, mas nunca terei o peso para fazer essa recomposição, por ter um terço a menos de recursos do que os Relatores Setoriais. Isso fez com que nenhuma bancada tivesse menos de 90% dos recursos do ano-base que nós apresentamos como critério, o ano de 2011, para as bancadas e os investimentos que os Estados recebessem. Por isso, algumas bancadas, com privilégios das suas relações com os Relatores e pela força política que exercem, acabam também

exercendo um pouco mais essa prerrogativa, essa condição e, por consequência, conseguindo valores maiores de investimento.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, Sr. Relator, nós estamos realizando um esforço concentrado. Ao mesmo tempo em que debatemos a situação que envolve algumas emendas, vamos fazendo uma releitura de peças importantes do texto geral do Orçamento.

Os membros da bancada do Pará — não é uma questão só do PSDB, é uma questão de uma Unidade da Federação — identificaram algo que, para mim, só pode ter decorrido de um equívoco, de um erro, eu diria até de um erro formal, porque não há como ter uma explicação plausível.

Eu estou me referindo à Tabela 10 do item 1.2.7.1. Em síntese, eu estou falando da área da saúde. Quanto à média e à alta complexidade ambulatorial, há uma tabela que diz qual é o *per capita* anual por população dos Estados. Esse é um princípio do SUS e é um princípio elementar para que se faça justiça, distribua-se o dinheiro do SUS em razão do *per capita*. Esse *per capita* leva em conta duas coisas — eu fui gestor de saúde, então felizmente temos uma noção do que é isso. Ele leva em conta, é óbvio, a população, mas leva em conta também os serviços que são prestados naquela Unidade da Federação.

Eu estou me referindo ao Pará. O Pará, em 2013, ano que está terminando, tinha um *per capita*, para a alta e a média complexidade, de R$158,81. Ele estava lá pelo décimo lugar. Havia vários outros Estados com mais. Ele estava na média do Brasil. Ele tem alta complexidade e média complexidade, atende sua população e também alguma

coisa de algum Estado da Amazônia. Mas o certo é que há Estados que atendem mais, ou que têm uma demanda maior. Por isso, ele não é o mais bem aquinhoado, mas também não é o com menor atenção.

O que ocorreu com o Pará, de maneira surpreendente? O Pará, Sr. Presidente, despencou para o último lugar. Mas não só despencou para o último lugar em termos do *per capita*, ficou com um percentual muito menor. Caiu de R$158,80 para R$96,00. Isso significa que vamos mandar metade do dinheiro para a saúde do Pará nesse aspecto. Com nenhum Estado da Federação houve isso. Pelo contrário, vários conseguiram aumento.

A bancada do Pará nem quer discutir, a esta altura, que se aumente, mas, no mínimo, preservar aquilo que já é ofertado. Todos sabemos da dificuldade da saúde.

Eu faço um apelo, Sr. Presidente, para que se estabeleça um acordo de Lideranças, porque o único caminho, Sr. Relator, em situação dessa natureza, é o acordo de Lideranças, estabelecendo-se essa delegação a V.Exa.

Foi mencionado por V.Exa. que a decisão seria tomada pelo Plenário. Mas eu estou entendendo que temos a prerrogativa, por acordo de Lideranças, de fazer a adequação, no adendo do relatório, da tabela. Essa adequação se daria de forma equânime, equilibrando-se com uns e com outros. Daqueles que cresceram mais se retiraria um ou dois, que seja isso. Assim o Pará não ficaria com esse prejuízo.

É um apelo que eu faço ao Relator e aos demais Líderes. É uma questão de justiça. A situação, na área da saúde, já é grave, e essa medida evitaria o agravamento disso. A solicitação não é de um partido, é de uma bancada inteira, que poderia dificultar a linha de acordo que estamos seguindo.

Eu peço ao Relator que compreenda o meu raciocínio, porque tecnicamente lhe seria possível, havendo o acordo de Lideranças, fazer a adequação da tabela.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, considere a minha inscrição, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Certo.

Deputado Domingos Sávio, eu tive a oportunidade de ver essa tabela. Não é o meu Estado, é o Estado do Pará — a propósito, o meu Estado é um dos últimos. Eu acredito que só possa ter havido um erro, porque é um absurdo o número que está determinado para o Pará em relação ao penúltimo. No caso do Pará, se eu não me engano, o valor é de R$96,00, e para o penúltimo, que está logo acima do Pará, é de R$132,73.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não tem lógica isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - No meu entendimento, só pode ter havido um erro.

Eu estou de pleno acordo quanto a que sejam retirados, no caso, 2 reais *per capita* do meu Estado, para se corrigir essa injustiça. Poderíamos colocar em votação esse item. O Pará até poderia continuar sendo o último, mas ficaria, pelo menos, próximo do penúltimo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Justiça seja feita. Nós estamos falando de saúde. Nós temos que ter espírito republicano, para todos os Estados. Nós queremos é que melhore a saúde. Agora, se sacrificarmos um ente da Federação, corremos o risco de cometer uma grave injustiça.

Agradeço ao Presidente a brilhante condução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Segundo orientação da assessoria, eu poderia colocar isso em votação neste plenário, se todos concordarem, porque nós temos representatividade aqui. Todos poderiam ceder 2 reais *per capita*, para que houvesse, ao menos, essa aproximação.

Posso ler a tabela? Eu vou ler a tabela.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Sr. Presidente, como Parlamentar do Pará, eu gostaria de fazer esse apelo a todos Parlamentares aqui presentes. Essa é uma questão que nós enfrentamos no ano passado nesta Comissão, e, recorrentemente, não sei por que cargas-d'água, sempre com o Estado do Pará, que tem características geográficas muito peculiares. No Pará, a área territorial é gigante, e há dispersão populacional muito grande, o que faz com que o atendimento nos serviços de saúde seja mais custoso. Quanto ao Saúde da Família, todos os indicadores *per capita* do Pará exigiriam, na realidade, mais recursos do que recebem os Estados em que há uma concentração populacional em grandes cidades. Não é o caso do nosso Estado.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Minas Gerais concorda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo aos nobres colegas as seguintes informações, de forma resumida: o número 1 é o Acre, com R$206,87 *per capita*; Minas Gerais, um intermediário, com R$177,00; o meu Maranhão, que está entre os últimos, tem R$144,45; a Paraíba, o penúltimo Estado, tem R$133,94; e o Pará, R$96,26. A média do Brasil, de todos os Estado, é de R$180,00, e o Pará está com R$96,00. Mato Grosso tem R$146,33.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - V.Exa. tem ao seu lado o Relator.

Se o Relator estivesse ouvindo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Miguel.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Se o Relator estivesse ouvindo o que V.Exa. está falando, é evidente que poderia resolver.

Eu pediria ao Relator que resolvesse a questão, porque há consenso, pelo que se sente entre os Parlamentares, quanto a se fazer justiça ao Pará. S.Exa. sabe que tem instrumentos para resolver o caso.

Apelo a V.Exa. para que não jogue tudo para o Plenário, senão a votação ficará dificultada. V.Exa. poderia consultar a assessoria e atender a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra ao Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero destacar que essa distorção não foi produzida por nenhum Relator Setorial, muito menos por nenhum outro tipo de relatoria. Isso já veio do Governo assim, e não me cabe fazer juízo de valor sobre se há ou não há erros em relação à proposta.

Em segundo lugar, destaco que o Orçamento é muito diferente de execução orçamentária. Nós temos que nos amparar sempre na execução orçamentária, o que não significa também que não tenhamos que dar cobertura por meio da peça orçamentária. Eu quero fazer coro quanto a essa questão.

Outro ponto, Sr. Presidente. Eu não tenho prerrogativa para fazer essa alteração. Eu só a teria se estivesse ela garantida pelo Parecer Preliminar, fato que não aconteceu.

Eu discuti esse assunto com V.Exa. hoje durante boa parte do dia e também com outros Senadores, com o Senador Flexa, conversei também com o Deputado Domingos, com o Deputado Cláudio Puty e com vários outros Parlamentares, que trouxeram esse justo pedido, para buscarmos essa equalização.

Eu sempre ouço muito atentamente a Deputada Rose de Freitas, que procura, com sua experiência, pequena, pela pouca idade, acrescentar algo na construção da nossa proposta aqui. Mas tenho a dizer que esse é o único tema que estamos levando para o Plenário. Eu acho que é mais adequado levar esse assunto para o Plenário, não o destacar aqui, Deputado Puty, Senador Flexa, para se discutir um caminho com o Governo a respeito de onde será retirado esse recurso. Esse recurso só pode ser alocado se sair de algum lugar.

Por consequência, haverá esse tempo, até a votação no plenário. Por enquanto, seria o único tema para o Plenário, para garantirmos a conclusão da votação.

Essa é a minha proposta, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, há uma solução técnica que poderia ser levada em conta pelo Relator e por todos nós.

Sugeriu-se equalização, entre os entes federados, para que o Pará não fique tão prejudicado como está. Mas existe alternativa. Há rubrica específica para essa área de atenção à saúde da população, no caso de procedimentos de média ou de alta complexidade. Além do *per capita*, há uma rubrica, centralizada no Ministério da Saúde, R$2,409 bilhões. Essa rubrica possibilita, autorizada a mudança no parecer prévio, que o Relator inclua uma emenda nesse sentido. Ele pode fazer uma emenda, destacando o valor a ser complementado para o Pará. Multiplicaria, pela população do Pará, um valor, que poderia ser, digamos 40 reais, 50 reais. O resultado seria de tantos milhões. Esses tantos milhões podem ser destinados para se atender a correção da tabela. Seria uma emenda interna, da Comissão de Orçamento.

Há, portanto, uma solução técnica, que não prejudica nenhum outro Estado. Atende o Pará, corrige a tabela para que não haja redução para esse Estado. Não há ganho, mas também não há redução. É uma alternativa técnica. Seria retirado, da rubrica de R$2,4 bilhões do próprio Ministério, para média e alta complexidade, o valor. A emenda se destinaria especificamente à complementação da tabela do Pará, mantendo-se os patamares de 2013. O Pará não teria aumento, mas também não teria diminuição.

É uma solução adequada, Sr. Presidente. Eu faço esse apelo a V.Exa. e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, acho que todos estamos sensibilizados e convencidos, Senador Flexa, Deputado Puty, de que uma solução tem que ser

encontrada. E a solução tem que ser política. Foi dito que isso tinha que estar no Parecer Preliminar. Eu acho que é temerário tirarmos algo agora de uma rubrica, açodadamente, e o colocarmos em outra rubrica.

Há consenso entre nós de que não pode haver uma distorção. Como foi dito pelo Deputado Miguel Corrêa, uma coisa é dotação orçamentária, outra é execução. Eu gostaria de propor um encaminhamento político, Sr. Presidente, sob sua coordenação, sob a coordenação do Deputado Miguel Corrêa, com acompanhamento e monitoramento do Senador Flexa Ribeiro e do Deputado Cláudio Puty, que é Vice-Líder do Governo nesta Comissão. Nós encaminharíamos um acordo, no sentido de que vamos fazer a apuração com o Ministério do Planejamento e o da Saúde. Estabeleceríamos entre nós um consenso e amanhã, no plenário, se for necessário, construiríamos a solução, um destaque, para se promover a adequação. Assim não agiríamos de forma açodada.

Está ali o representante do Planejamento, o Baião. A equipe do Governo está aqui. Aprovamos isso como está, com o encaminhamento político de que vamos fazer a apuração imediatamente, antes da sessão do Congresso Nacional, vamos nos reunir, vamos saber exatamente por que houve essa redução tão expressiva. Com esse acordo, não poderá haver subtração de recursos que prejudique a implementação da política pública de saúde no Estado do Pará. Assim encontraremos a solução necessária, sem risco de incorrermos agora em outro erro.

É uma proposta de encaminhamento político. O Senador Flexa faz a coordenação com o Deputado Puty, que é Vice-Líder do Governo. S.Exas. são do Estado do Pará. Há também a coordenação de V.Exa., Sr. Presidente, e a do Relator-Geral, o Deputado Miguel Corrêa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Nós estamos debatendo um tema pontual. Daqui a pouco, passaremos à discussão, seguindo a ordem dos inscritos.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Lourival Mendes.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, na mesma esteira de entendimento dos oradores que nos antecederam, nós manifestamos preocupação principalmente no que se refere à área de segurança pública do Estado do Maranhão.

Emenda destinava 100 milhões, e, lamentavelmente, houve depois diminuição, passou a destinar 18 milhões. Isso não atende em nada no que diz respeito à situação caótica pela qual estamos passando na área de segurança pública.

Eu queria pedir a V.Exa. que nos ajudasse, como Presidente, como maranhense também, a estender esse entendimento em defesa do aumento, principalmente na área de segurança pública, para se chegar pelo menos a 50% dessa emenda, que, de 100 solicitados, baixou para 50.

Eu tenho um bom relacionamento e entendo a situação do Relator Miguel, mas gostaria de pedir a ele que reavaliasse, reestudasse, reexaminasse essa matéria, porque ela é de vital importância para o Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Lourival.

Os próximos inscritos vão discutir esse assunto, e nós temos vários inscritos aqui pela ordem.

Deputado Zé Geraldo, é sobre o tema?

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, em relação ao tema do MAC, na questão da saúde no Pará, já tem uma equipe trabalhando e construindo uma proposta para levarmos ao plenário. E levar ao plenário não significa postergar, mas ter tempo de trabalhar uma proposta adequada e, aí sim, construir o acordo no plenário com os demais Parlamentares.

(Não identificado) - Deputado Miguel, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Senador Flexa aceita essa tese?

Então, vamos começar a lista de inscritos, porque nós temos uma lista e vamos respeitá-la.

Em primeiro lugar, Deputado Sandro Alex.

(Não identificado) - Com relação a esse fato, eu quero deixar registrado...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - No microfone, Deputado.

(Não identificado) - Eu quero deixar registrado que a bancada de Mato Grosso, a solução que está sendo construída, não vai aceitar que se retire um centavo na saúde do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, seguindo, Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores, eu quero representar aqui a bancada do PPS e cumprimentar o Presidente, o Relator pelo trabalho, extenso e árduo, e todos os partidos que estão aqui empenhados no sentido da aprovação do Orçamento diante da possibilidade, inclusive, de termos o orçamento impositivo no ano que vem, que é o nosso grande objetivo.

Sr. Presidente, eu quero externar aqui um posicionamento sobre um item do Orçamento, e gostaria da atenção do nosso Relator, Deputado Miguel Corrêa, a respeito da Defensoria Pública. Trata-se de um assunto importante que nós temos que debater, porque, como o Relator colocou o mérito de cada demanda, na apresentação fala em alocar recursos necessários ao atendimento das demandas sociais, e a Defensoria é uma importante demanda.

Com relação ao custeio, nós tivemos um corte nos investimentos para o custeio da Defensoria e estamos pleiteando mais investimentos, um orçamento mínimo de custeio destinado à Defensoria Pública. Agora, no que diz respeito a investimento em pessoal, Sr. Presidente, Sr. Relator, nós temos um orçamento para o ano que vem, em pessoal, na Defensoria Pública, o investimento é zero; zero, nenhum centavo para

gastos com pessoal. Pelo entendimento da Consultoria, nós, neste momento da peça orçamentária, não poderíamos fazer essa inclusão. É um entendimento que eles nos passaram, até constitucional. Mas eu quero fazer aqui um registro para o Governo.

Qual é a resposta para a população — dois terços da população, mais de 100 milhões de brasileiros que não têm acesso à Justiça — de que, no Orçamento do ano que vem, não haverá um real para o pessoal da Defensoria Pública? Nenhum centavo! Esse é o mérito de cada demanda?

É sobre isso que eu gostaria, neste momento, de chamar atenção do Governo e também do Relator no entendimento de que não é possível que não haja uma previsão mínima.

Eu sei que o cobertor é curto. Todos estão aqui com as suas necessidades, mas nós estamos falando aqui de redução de recursos, menos investimentos, seja na saúde, seja numa bancada. Mas, para investimento em pessoal, nenhum real colocado no Orçamento?

Isso pode ser inclusive judicializado no ano que vem, Sr. Presidente, porque já aconteceu um caso, em Assembleia Legislativa, de redução de investimentos em propostas orçamentárias para a Defensoria Pública. E tem um caso recente, deste mês agora, semana passada, do Ministro Dias Toffoli, que determinou, na Assembleia Legislativa da Paraíba, a suspensão da votação na Lei Orçamentária para que o Governo promova ajustes na proposta orçamentária. Lá, houve uma redução muito grande. Aqui não é redução; aqui é zero. Então, é obvio que nós teremos uma judicialização, e o próprio tribunal vai entrar nessa discussão, porque não há previsão de nenhum real.

Então, eu peço a orientação do nosso Relator-Geral para com relação a esse tema da Defensoria Pública, um acordo mínimo, para que não corramos o risco de termos uma discussão, inclusive, judicial. E nós da Comissão, nós estamos aqui na CMO, nós somos Deputados, nós formamos o Congresso, nós temos que dar uma

resposta à sociedade que vai nos cobrar amanhã por que o Congresso, por que o Governo não deu a oportunidade de a população ter esse acesso, o de investir o mínimo necessário para se ter um pessoal para atender as suas demandas. Nós estamos falando de investimento zero em pessoal.

Então, Sr. Presidente, eu acredito ser um posicionamento coerente, talvez não seja só da minha bancada, mas de muitas bancadas; nem só de Oposição, mas de Governo. Nós estamos aqui representando a Comissão Mista de Orçamento, o Congresso Nacional, e nós estamos em defesa desses mais de 100 milhões de brasileiros que não têm acesso à Justiça. Fica aqui o nosso posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Sandro Alex.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Miguel Corrêa e volto a pedir silêncio nesta Comissão para que a gente possa trabalhar. Mais uma vez, peço educadamente que nossos convidados presentes façam silêncio.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, eu queria sugerir que nós ouvíssemos todos... O Relator não poderia falar ao final?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Bittar, deixe-me responder. O Deputado Miguel Corrêa deseja responder diretamente esta colocação porque ela não é exclusiva do Deputado Sandro Alex. Já tivemos aqui hoje mais de seis manifestações em defesa da Defensoria.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - É verdade, estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, só para comunicar a V.Exa. que nós tivemos mais de seis, inclusive a minha própria, em defesa da Defensoria, da Deputada Rose de Freitas e de vários outros.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Pois, é exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Miguel Corrêa para que ele possa responder e se posicionar em relação a esse tema.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Por isso, eu solicitei a palavra ao Presidente, Deputado Bittar, porque eu sei que é um tema que envolve muitos membros da Comissão, e nós nos debatemos com essa questão acho que o ano inteiro, em relação à Defensoria, e conseguimos atender e avançar com muitas questões que a Defensoria apresentou aqui na Comissão, como mudar a sua área temática e dar poder para a Defensoria. Nós conseguimos constituir e construir uma DPU, uma Defensoria imensamente mais forte do que a que entrou aqui no início do ano.

O segundo aspecto é que não é fato que no Anexo V haja alteração de valores para qualquer área. O fato é não há para nenhuma, não existe qualquer ação no Anexo V, sem emendas que foram alteradas em relação à despesa de pessoal.

Outro ponto é que essa é uma ação exclusiva do Planejamento. É obvio que nós podemos aqui, mas é difícil você aqui apontar ações de contratação, aumentando despesas de contratação dentro da realidade da nossa Comissão, entendendo que nós avaliamos aqui não só a DPU, mas como também os demais órgãos, como a saúde contratar mais médicos, como a educação contratar mais professores e como a justiça contratar mais servidores. Isso é legítimo e nós o tempo inteiro vamos apoiar essas ações.

Um último aspecto para responder é que nós iremos colocar, sim, recursos na DPU. Nós vamos colocar. A Deputada Rose de Freitas tem feito, insistentemente, esse pedido. Hoje à tarde, eu conversei muito longamente com a Deputada Rose de Freitas para tentar alcançarmos um modelo adequado para atendermos a DPU, não deixando de atender, mas entendendo que, no Anexo V, não é possível fazer qualquer tipo de alteração, por quê? Fazer uma alteração no Anexo V significa dar o direito a todas as áreas que demandar alteração no Anexo V. Posso afirmar para V.Exa. que são mais de 100. Então, eu acho que é temerário abrir essa porteira, porque, abrindo essa porteira, nós vamos ter que dar ouvidos às demais áreas que aqui apresentaram.

Agora, em relação a investimento e a recomposição do custeio da DPU, nós faremos, sim, esse atendimento, e a Deputada Rose de Freitas, junto com outros Parlamentares, tem construído essa ação e nós vamos atender os Parlamentares dessa Comissão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Para pessoal, então, ficará zero Sr. Relator?

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - E tem dinheiro para o pessoal na proposta; não tem dinheiro para nomeação.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou — excepcionalmente, Deputado, porque eu tenho uma lista de 11 escritos — passar a palavra a V.Exa. porque é sobre esse assunto.

Com a palavra o Deputado Weliton Prado.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Vai ser muito rápido, eu queria cumprimentar o Relator, que foi muito firme em dizer que, nesta altura, fica muito alterar o Anexo V. E lembrar que, no ano passado, eu acompanhei, foi feito um acordo entre o Planejamento e a CMO, em 2012, sobre o número de nomeações de defensores. Eu queria ver se não tem a possibilidade de fazer o mesmo acordo; garantir, por exemplo, no mês de janeiro, a nomeação de uns 10 defensores, até setembro mais 40 defensores, ao todo, 50 defensores para o ano que vem, o que é muito pouco. Quero ver a possibilidade de a gente fazer esse acordo entre a CMO e o Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado.

Vou passar ao segundo inscrito, Deputado Giovani Cherini. Com a palavra o Deputado Giovani Cherini.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Sr. Presidente, Senador Lobão Filho; Sr. Relator, Deputado Miguel Corrêa, nós queremos parabenizar V.Exa. pelo brilhante trabalho, pelas grandes discussões que foram feitas aqui. Talvez esse barulho que está

aqui seja essa expectativa que todos nós temos de cumprir com a nossa obrigação de terminar este ano legislativo votando o Orçamento no Congresso Nacional.

Eu queria fazer um registro, Sr. Presidente, em relação ao meu Estado. Na verdade, nós somos Deputados Estaduais aqui, porque cada um defende o seu Estado e temos que harmonizar a questão da União. A bancada gaúcha fez muitas reuniões coordenadas pelo Deputado Alceu Moreira. Aqui, na CMO, este Parlamentar, junto com o Deputado Bohn Gass, estamos muito preocupados com as emendas de bancada do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul é o Estado que, nos últimos anos, menos recebeu recursos das emendas de bancadas. Não sei se é porque está no final do Brasil, mas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Um minuto, Deputado.

Eu pediria aos Deputados, meus colegas, que não pegassem a atenção exclusiva do Deputado Miguel, porque na verdade ele está respondendo a todos. Se todos vocês se levantarem para falar aqui no pé de orelha dele, ele não prestará atenção em ninguém que está falando, não atende e a gente vai ao caos aqui. Vamos deixar o Deputado Miguel Corrêa prestar atenção a cada fala de nossos Deputados em respeito a quem está falando, inscrito.

Então, eu pediria essa cortesia aos meus colegas e volta a palavra ao Deputado Giovani Cherini.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu estava fazendo esse registro do trabalho dos 31 Deputados do Rio Grande do Sul para que não só a gente coloque no Orçamento, mas que algum valor desse aqui seja executado durante o ano. Há muitos anos o que é empenhado não é pago. Por isso eu quero fazer o registro aqui, a leitura de todas as emendas que foram aceitas pelo Relator, para que o Rio Grande do Sul saiba que a bancada gaúcha tem defendido aqui com unhas e dentes as emendas para o Estado.

A primeira emenda, do DNIT, 3 milhões de reais, adequação de trecho rodoviário entre São José do Norte, a BR-101; também no DNIT, o entrocamento da BR-470 a Nova Prata, 3 milhões; no FNDE, recurso para a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 7 milhões e 200 para o ensino superior; no Fundo Nacional de Saúde, 36 milhões, estruturação da reforma e aparelhamento da Casa de Misericórdia de Porto Alegre, que é a casa de saúde que mais faz transplantes no Brasil; também no Ministério das Cidades, apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, da região metropolitana, lá na região da Arena do Grêmio.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Se em cada Estado nós formos ler a lista das emendas de bancada, não adiantou nada nós termos feito o relatório sintetizado da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - E a gente não termina hoje também, inclusive.

Então, eu pediria ao Deputado...

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Só registrando, então, que houve grandes avanços, Sr. Presidente, para o Rio Grande do Sul, repetindo, com a força do Deputado Bohn Gass, do Deputado Alceu Moreira e dos 31 Deputados Federais do Rio Grande do Sul. Houve grandes avanços, mas precisamos tirar o Rio Grande do Sul do último lugar na liberação de recursos de emendas de bancada.

Sr. Presidente, agradeço e peço desculpas aos Srs. Parlamentares, mas precisava fazer este registro porque o meu Estado continua em último lugar na liberação de recursos de bancada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Giovani Cherini.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Claudio Cajado, que, com seu poder de síntese, irá nos brindar com uma fala muito curta.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - É o Deputado casado com o Governo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, fui sintético durante todas as votações dos Relatórios Setoriais. Agora, no final, não me exija isso. V.Exa., por favor, me dê o tempo, porque as Oposições, quando nada, têm que ter o direito a poder usar a palavra, até porque, quando eu era Governo, o PT e as Oposições falavam, e nós votávamos. As coisas se inverteram: todo mundo do Governo quer falar.

Sr. Presidente, apresentei ao Relator, e gostaria que o Deputado Manoel me desse a oportunidade de o Relator me ouvir.

Sr. Relator, apresentei a V.Exa. algumas questões que considero importante serem alteradas no seu relatório. Uma delas diz respeito ao bode na sala, que todo ano o Governo propõe, e V.Exa. acatou, que é poder alterar, através de remanejamento, 20%, quando, na verdade, estamos sugerindo o máximo de 10%.

Na verdade, o Relator está tentando fazer com que esse Orçamento repita muito o Orçamento de 2013, quando nós não estávamos aqui, na Comissão, e que foi extremamente benevolente ao Governo em detrimento do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Deputado Cajado, posso dar uma sugestão a V.Exa.? Dei ao Presidente também.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pois não.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Se pudéssemos agora discutir as emendas orçamentárias, encerraríamos esta primeira fase para superarmos um pouco esta fase. Em seguida, iríamos para as emendas de texto para fazer esse debate, porque acho que vamos levar um pouco mais de tempo nesse debate...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então, V.Exa. irá dividir a discussão em dois momentos e conceder a palavra aos Parlamentares em duas vezes?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu não gostaria que fosse assim, porque vai demandar mais tempo ainda.

Agora quero registrar que vou destinar 5 minutos, conforme o Regimento, para cada Parlamentar. Estamos vendo aqui Parlamentares usando 10 minutos, 15 minutos, 20 minutos. Então, são 5 minutos improrrogáveis para cada Parlamentar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Depois da minha fala, Presidente, porque eu ouvi os 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Incluído V.Exa., mas vou zerar. A partir de agora são 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, por exemplo, o Governo quer remanejar até 100% os gastos com a Copa do Mundo.

Cem por cento? Já não bastam os estádios, essas arenas, muitas perdidas no meio do cenário urbano sem utilização, ou, quando utilizadas, apenas para os ricos? Os pobres não têm direito a utilizar as famosas arenas — na minha época era estádio; agora é arena.

Na Bahia tem uma tal de Arena Fonte Nova Itaipava: 100 reais o ingresso. O povo só faz ver, e agora ainda querem 100% para remanejar os gastos com a Copa do Mundo e com as Olimpíadas. Nós não podemos permitir um abuso desses.

De igual forma, V.Exa. coloca no relatório que poderemos autorizar o Governo a remanejar as emendas individuais dos Parlamentares, tirar de um, botar para outros. Isso não existe, meu querido Relator!

Apresentei as sugestões para que V.Exa. altere esta questão. Apresentei destaques, porque esta é uma questão que considero fundamental, como também é uma questão que diz respeito a todos os Estados: está se dando autorização para que haja remanejamento de fundos constitucionais; tirar o Fundo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, pegar esses recursos e jogar no Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.

Eu não acho que o Congresso deva autorizar esse tipo de procedimento para o Governo Federal. Se tiver de haver alguma alteração de Fundo para outro Fundo, tem que ter o crivo, a autorização do Congresso Nacional, e o Governo tem que explicar por quê. A partir do momento em que nós votarmos um relatório com essas hipóteses, eu acho que nós estamos... Por isso, inclusive, é que nós estamos discutindo esse relatório, para que nós possamos, através da discussão, clarear algumas das questões graves que há nele. O meu partido, o Democratas, não concorda com essas questões.

Como disse anteriormente, o inciso XXIX prevê que serão incluídas, ou acrescidas às programações em decorrência de aprovação de emendas individuais apresentadas por Parlamentar e mediante o remanejamento de programações de iniciativa do mesmo autor. Não pode prosperar!

Aqui também nós estamos autorizando a emissão de título da dívida pública para suplementar em até 100% os recursos destinados à Conta de Desenvolvimento Energético — a CDE. Muito bem, isso pode admitir-se, que está na lei. Nós podemos até transigir em relação a essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, V.Exa. tem mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas nós não queremos transigir em outras questões que consideramos extremamente importantes, como, por exemplo, uma questão que permite, por um jogo de palavras... Constava que era permitida a suplementação, ou o remanejamento, em até 10% quando ocorrerem ações no mesmo programa e no mesmo RP. Agora, tirou-se a palavra “programa” e ficou remanejamento no mesmo RP.

Quer dizer, retirar programa e permitir que se faça o remanejamento sem que esteja contido no programa é dar uma carta branca, é dar uma autorização extensiva para que o Governo possa simplesmente esquecer os programas que nós estamos aqui votando e fazer um remanejamento para outras áreas que não aquela específica.

Portanto, essa questão, nobre Relator, nós não podemos permitir que se vote. Então, eu queria ouvir do Relator...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, seu tempo acabou.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É importante, Presidente. Eu queria ouvir do Relator se ele acatará ou não essas questões, porque nós estamos dispostos a votar o relatório. Nós queremos apresentar as nossas questões para servem observadas pelo Relator e levadas em consideração, porque são opiniões embasadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Ele está registrando todas as indagações e vai responder logo após a exposição de cada um.

Eu quero passar a palavra agora ao Deputado Weverton Rocha.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas, Presidente, eu só queria, para concluir, que V.Exa., porque não estou aqui ainda com a relação das emendas da bancada da Bahia, como sugeriu o Relator, que nós nos ativéssemos ao montante de recursos alocados nas emendas. Então, eu pediria a V.Exa. apenas para analisar e depois V.Exa. me concede 1 minuto, se for necessário, para eu discutir as emendas da Bahia. Há ações importantes que nós colocamos, como as universidades federais, as universidades estaduais, obras, contorno rodoviário para a cidade de Vitória da Conquista.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI – Sr. Presidente, cortaram a minha palavra...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então, eu quero ver como ficou esse relatório para a Bahia, se V.Exa. me permitir mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI – Sr. Presidente, se vai discutir a Bahia, quero também discutir o Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Weverton Rocha.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Miguel Corrêa, eu gostaria primeiro de parabenizar aqui esta Comissão, todos os colegas, por este ano. Mesmo com algum estresse, com algumas questões de tensões fortes, soubemos conduzir da melhor maneira possível para que pudéssemos chegar até aqui.

Sr. Relator, a minha fala vai ser rápida, centrada em duas questões. A primeira é para o Orçamento que nós estamos discutindo. Eu queria que V.Exa. verificasse com carinho os nossos Destaques 71 e o 64.

O Destaque 64 é sobre recursos para educação básica no Estado do Maranhão. Nós precisamos mais do que nunca discutir o investimento para educação, principalmente em um Estado como o nosso, o Maranhão, que é o último na questão da educação no nosso País.

O outro trata da questão do Ministério Público do Trabalho, o Destaque 71. O Ministério Público do Trabalho está com um grande esforço lá no Maranhão para fazer a aquisição de uma sede, e o valor que está aqui não dá para comprar por parcela o prédio. Ou ele faz aquisição no montante, ou não faz. Então, se a gente pudesse realmente dar uma atenção para que o Ministério Público do Trabalho tenha a sua sede dentro do Estado do Maranhão, nós iríamos ficar bastante satisfeitos.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de, como sugestão, porque eu sei que o Governo está assistindo esta sessão, deixar aqui a minha crítica construtiva para o Governo, do qual também faço parte, para que nos outros anos, não custa nada, Presidente Dilma, a senhora escalar, dentro da sua base de Governo, chamar o Planejamento junto com quem executa o Orçamento para chamar a bancada dos Estados e passar as prioridades dentro da execução orçamentária, porque essas peças de bancada viraram pura ficção.

Hoje, ao fazer a leitura da bancada do Maranhão, por exemplo, não conseguimos liberar nem 10 milhões para ampliar a nossa Avenida Litorânea, o que vai dar uma grande agilidade ao trânsito da cidade.

Então, assim, não custa nada, o Governo e o Relator sentam para discutir *"olha, tem x na peça de ficção do Orçamento para as bancadas discutirem"*; e por que não chama também durante a execução do ano e diz *"olha, cada bancada que diga qual é a sua prioridade."* E com essa prioridade a gente poderia estar dizendo *"olha, atenda ao Ministério Público do Trabalho; atenda a educação; atenda a construção de viadutos"*, mas via bancada. Ou seja, a gente passa até de madrugada discutindo, mas nada de executar. Aí os iluminados do Governo fazem direto lá na base e a gente fica aqui, chupando o dedo, sem saber qual foi a prioridade do ano.

Parabéns, Presidente e toda a Comissão! Deixo aqui o meu Feliz Natal a vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Weverton Rocha, bem colocado, consumiu 3 minutos apenas. Muito obrigado.

Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, queria parabenizar o nosso Relator Miguel Corrêa, que fez um trabalho extraordinário. Inclusive estive com ele no final de semana, e vi a dedicação, o compromisso, a competência em estar analisando uma peça tão extensiva num País de dimensões continentais como o nosso, com tanta diversidade, com tanta desigualdade ainda a ser suprimida, e que solta um trabalho cada vez mais contundente com relação ao papel que o Orçamento tem na União de induzir à diminuição dessas diferenças.

E aqui, Weverton, você é jovem ainda, com certeza ainda vai ver, se Deus quiser, um Orçamento 100% impositivo. Quando for 100% impositivo, as emendas de bancada terão um efeito muito maior. Mas a cada dia a sua agonia, e nós comemoramos neste

momento, nesta Comissão, a grande vitória do Orçamento impositivo com relação às emendas individuais.

Parabenizo a toda Comissão e, ao mesmo tempo, quero ressaltar alguns pontos inovadores que são importantes e servem de parâmetros para outras bancadas. O Estado do Ceará está inovando neste Orçamento, e a gente espera inclusive que seja executado, até porque a LDO foi feita no sentido de dar eficiência ao Orçamento.

Um é a expansão da rede trifásica de energia elétrica para o setor rural. Nós temos o Luz para Todos, que é uma grande vitória, um grande legado do Governo Lula, que levou energia para 98% da população brasileira. Agora a energia trifásica adentrando no sertão vai dar condição para que o produtor rural possa ligar uma máquina, uma forrageira, uma olaria, uma máquina capaz de aumentar, melhorar a sua produção na área rural. O nosso Relator beneficiou o Estado do Ceará com 41 milhões, o que dá para iniciar um programa novo, inovador, para levar a energia trifásica para o sertão, para o povo da área rural do meu Estado.

Outra vitória importante, pela qual quero agradecer a todos, é a expansão da Universidade Federal do Ceará na área rural, principalmente no que diz respeito ao *campus* da zona norte do Estado, que está instalado em Itapajé, onde foi atendida uma emenda da Universidade Federal do Ceará que abriga também a implantação da Universidade Federal do Cariri. Conseguimos viabilizar 65 milhões de reais, que são recursos suficientes para a implantação não só do *campus* universitário em Itapajé, aproveitando um grande legado de um filho de Itapajé, o Zé Maria Melo, que deixou para a cidade uma obra física, civil, instalada, pronta para receber esse *campus* universitário, como também a todo o Cariri, a região sul do Estado do Ceará, que vai receber a implantação da Universidade Federal do Cariri, a complementação, com esses recursos.

Por último, o grande sofrimento do povo nordestino é exatamente o problema da falta de água. E a adutora de Sobral, que é inclusive um pleito do Deputado Pe. José Linhares, um grande companheiro nosso na bancada do Ceará, com o aporte de 30

milhões de reais, também vai garantir o abastecimento de água de Sobral, a partir do Açude Jaibaras. Será uma adutora para dar vazão, para atender toda a zona urbana e metropolitana de Sobral, que é uma das dez cidades que mais cresce no Brasil.

Então, diante do exposto, Sr. Presidente, só temos a parabenizar e a nos colocar à disposição do Relator exatamente no sentido de viabilizar essa peça orçamentária. Não é algo fácil de ser elaborado, de ser feito e muito menos de contentar todos. Mas, dentro da racionalidade que foi conduzida, o Estado do Ceará e a sua bancada se sentem satisfeitos com o desempenho do nosso Relator.

Houve uma grande vitória. Eu acompanhei todo o momento do orçamento impositivo, inclusive o grande debate sobre os recursos da saúde, e o impasse gerado na divisão da PEC na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara era sobre a possibilidade de haver uma redução dos recursos da saúde. Falava-se que os recursos da saúde ficariam em torno de 91 bilhões para o ano de 2014. A vitória é que nós já temos 106 bilhões no orçamento da saúde para 2014. Ou seja, nós temos 11 bilhões a mais no orçamento da saúde para 2014, o que vai responder a uma grande demanda da sociedade brasileira como um todo.

Não se vai a um Estado, a um Município do Brasil em que uma das maiores reivindicações de qualquer grupo social não seja exatamente a melhoria da saúde pública em nosso País. E uma peça fundamental para melhorar a saúde pública, para melhorar o atendimento, para gerar uma vida mais saudável para todos os brasileiros é exatamente o investimento.

Este relatório conseguiu atender a essa demanda. O orçamento da saúde é 100% viabilizado, não há contingenciamento dos 106 bilhões, o que significa uma vitória expressiva desse setor que, com certeza, beneficiará todos os brasileiros, em todos os Estados e em todas as regiões do País.

Meus parabéns, Deputado Miguel Corrêa!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte, que utilizou exatos 5 minutos.

Passo a palavra a Deputada Rose de Freitas, que aparentemente não está aqui.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra só para concluir, por 1 minuto.

A Bahia, nobre Relator, se sente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Claudio Cajado, eu vou lhe conceder 1 minuto ao final. Vamos respeitar a ordem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É só 1 minuto para dizer que nós aqui, em relação às emendas, estamos bem contemplados, com recursos até volumosos. Agora, eu só queria, em relação à Emenda nº 14, mobilidade urbana em Salvador, porque está no Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, vamos passar a palavra agora ao Senador Anibal Diniz. S.Exa. está presente? *(Pausa.)* Também não está.

Então, concedo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, eu tive a honra de participar desta Comissão aqui durante muitos anos e hoje venho aqui fazer apenas um pedido a S.Exa. o Relator para que me perdoe, porque a desilusão nesta Comissão não me fez trabalhar nenhum dia aqui. Eu assinava o ponto, passava por aqui, pedia informações e saía.

Mas eu sei que as coisas já mudaram com este orçamento impositivo. Olhei o que foi feito aqui inclusive pelo nosso Relator-Geral. E minhas palavras são aqui apenas para pedir ao Relator o remanejamento de um destaque que faço aqui de um colega, o Destaque nº 134, que está transferindo de uma emenda para outra 350 mil reais.

Eu quero, se Deus quiser, não voltar a esta Comissão, não apenas pela resolução que existe aqui de não vir todos os anos. Mas quero parabenizar V.Exas. que

trabalharam durante o ano e pedir perdão por não ter contribuído em nada neste mandato aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Gonzaga Patriota.

Passo a palavra ao Deputado Severino Ninho.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, no mesmo sentido do Deputado Gonzaga Patriota, eu queria fazer um apelo ao Relator. Já que esta emenda não foi acatada no setorial, eu pediria um remanejamento de 350 mil reais. É o Destaque nº 133, do Deputado Alexandre Roso, do Rio Grande do Sul, verba para a infraestrutura turística. Acredito, Sr. Relator, que é possível acatar, porque é o mesmo recurso que está sendo apenas remanejado de uma emenda para outra.

Deixo este apelo. No mais, estou de acordo com os colegas para nós encerrarmos e votarmos rapidamente hoje à noite.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Severino Ninho, pelos dois minutos espetaculares.

Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Obrigado, Sr. Presidente. Quero rapidamente destacar, Sr. Relator, a importância da aprovação do Destaque nº 152. Ele é oriundo da Comissão de Viação e Transportes, contempla a construção do anel rodoviário em Barreiras/BA, entroncamento das BR-020, BR-135 e BR-242. Hoje essas BRs transitam dentro da cidade de Barreiras. Então, a aprovação deste destaque é importante. O orçamento da obra, do projeto conceitual, é de 151 milhões. Foram atendidos 30 milhões. Se for possível, gostaria que fosse contemplado com um valor mais expressivo, para viabilizar a retirada desse tráfego de cargas de grãos, através de bitrens, de dentro da cidade. O destaque foi apresentado pelo Deputado João Leão. Na Comissão de Viação e Transportes, certamente ele conta com o apoio de todos nós que temos interesse em resolver esse gargalo de trânsito no espaço urbano.

Por isso, quero reiterar a solicitação para que o destaque de remanejamento seja aprovado com a revisão desse valor então reduzido.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Afonso Florence.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, é a primeira vez que eu participo desta Comissão. Quero dizer que participei ativamente, do início até agora, de todos os debates e nós fomos sensíveis aos Estados, aos temáticos, às 10 Comissões apresentadas aqui.

Eu queria registrar que este Orçamento dialoga com aspectos importantes do País no conjunto da infraestrutura que estamos colocando para o País, que está crescendo, e, ao crescer, precisava de investimento em todas as áreas: aeroportuária, portuária, hidrovias, rodovias. Todo esse processo de infraestrutura está muito bem contemplado de forma republicana, vamos dizer assim, para o País inteiro.

Eu quero fazer este destaque, porque senão a gente só fica pensando cada um no seu ponto, por mais importante que seja, porque nós temos um País a nos preocupar como Deputados Federais e Senadores. O projeto que veio do Governo recebeu este aprimoramento pensando nesta Federação e levando-se em consideração a infraestrutura necessária para o País que cresce e as políticas sociais. Por isso, Sr. Relator, eu queria parabenizá-lo pelo esforço, bem como os colegas Deputados e Senadores. É exatamente isso de que a nossa população precisa. Se nós quisermos criar cidadania efetiva, devemos alocar recursos em todos os setores.

O destaque que eu gostaria de fazer aqui, segundo a compreensão dos Senadores e Deputados, é sobre um apelo que eu havia feito e que foi considerado do recurso para a pesquisa agropecuária deste País para a EMBRAPA, que tem capilaridade de pesquisa em todo o País, eminentemente a partir da base agrícola com

alta tecnologia. A Comissão temática já aceitou e V.Exa., Deputado Miguel Corrêa, com quem tive a satisfação de falar pessoalmente sobre isso, incorporou mais recursos ainda para a EMBRAPA, levando 22 milhões para este orçamento. Eu tenho certeza de que todos somos signatários desse desejo de afirmar nossa EMBRAPA, que é um empresa brasileira.

Sr. Presidente, eu queria fazer este registro. A preocupação geral do Orçamento, a posição republicana é pensar em todos os setores, na infraestrutura, em políticas sociais, com destaque para essa base tão importante da EMBRAPA.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Bohn Gass.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Magno.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta. Qual é a intenção do encaminhamento desta reunião de hoje? É definir, votar e ir para o plenário?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Eu estava ouvindo as dificuldades de cada Parlamentar representando os seus segmentos, o seu Estado, como eu vi o Deputado Alex Canziani colocar aqui com relação à Defensoria. Nós temos a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, que está praticamente paralisada no País e que tem uma importância muito grande para cuidar da saúde animal e da saúde vegetal dos produtos e a questão da exportação que faz a balança comercial deste País. Temos dificuldades com relação a pessoal também. Então, teríamos muito a reclamar.

Eu gostaria de dizer que me estranhou muito quando eu cheguei neste plenário e encontrei muita gente do Partido dos Trabalhadores. Nos debates, os quais o Governo se esforçou tanto aqui, o Governo, do qual eu faço parte, estava muito ausente com o Partido dos Trabalhadores. Não tinha presença para debatermos. Chega num momento

deste e querem fazer alterações numa proposta orçamentária que foi discutida por longos e incansáveis dias e horas com técnicos, Senadores, Deputados. É humanamente impossível o nosso Relator-Geral, o Deputado Miguel Corrêa, atender esses cem números de alterações.

Para finalizar, quero dizer que eu pretendo apresentar uma PEC. Gostaria de chamar a atenção de todos porque eu espero que os meus colegas possam contribuir assinando-a, para acabar com as emendas. Eu sou municipalista e defendo isso há alguns anos como Prefeito. Na oportunidade, como Deputado Federal, deixar de apresentar uma PEC dessa seria trair a mim mesmo e aos meus companheiros. Devemos acabar com esse relacionamento difícil e que se repete todo final de ano, para não dizer durante todo o ano com relação a aprovar essas emendas, empenhá-las, liberar recursos e ainda ajudar o Prefeito a aplicá-las, atendendo às exigências dos órgãos fiscalizadores.

Eu pretendo apresentar essa PEC e gostaria de contar com os companheiros. Deputado Danilo, ver o orçamento impositivo aprovado na sua totalidade nesta Casa vai demorar muito mais do que criar outra situação que não seja essa de ficarmos debruçados à frente do Governo para tentar resolver os problemas dos Estados e dos Municípios.

Aproveito para parabenizá-los, Sr. Presidente, pelo esforço de vocês todos, dos relatores setoriais, do Relator-Geral, de todos que se envolveram diretamente nesta Comissão, porque é uma tarefa árdua. Nós perdemos longos dias, deixando de discutir coisas muito mais importantes aqui, em vez de defender, através de emendas, uma melhoria para o cidadão. Ele nos mandou para cá para melhorar a sua qualidade de vida e não para atender, com 100 mil, postos de saúde, 200 mil para melhoramento disso, casa de gestante. Não é isso. Nós precisamos ter um relacionamento diferente com o Poder Executivo municipal. É preciso que este País olhe o pacto federativo como alternativa para resolver os problemas, porque os Municípios foram criados e

reconhecidos na Constituição como entes federados, mas até hoje não regulamentaram as suas obrigações, direitos e deveres. Então, ficamos todos à mercê dessa condição que hoje nós estamos discutindo.

Por isso, devemos votar logo sem alternativa nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Carlos Magno.

Passo a palavra ao Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, nobres pares, eu quero pedir ao Relator-Geral que dê uma olhada nos valores para Mato Grosso, que alcançou só 260 milhões. Fiz aqui um rápido levantamento, e nós temos, por exemplo, a Bahia com 640 milhões; temos o Pará com 350 milhões; temos o Paraná com 501 milhões; a Paraíba com 509 milhões; o Estado de Goiás com 384 milhões; Minas Gerais com 525 milhões; e Mato Grosso, que precisa de logística, tem problemas na saúde, há a questão da educação profissional e tecnológica, chegou apenas a 260 milhões.

Há uma distorção nessa fase que pode ser corrigida ainda pelo Relator-Geral. Então, Sr. Presidente e Relator-Geral, quero pedir esse apoio. Nós fizemos os destaques de todas as nossas 15 emendas de apropriação para elevar esse valor. Principalmente na área da saúde, há várias emendas, assim como na área de logística, da educação profissional e tecnológica e também na área da agroindústria e do desenvolvimento econômico.

Então, eu faço esse apelo ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Valtenir Pereira.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente e prezado Relator Miguel Corrêa, tenho um conjunto de emendas sobre as quais já discuti com o Relator, e há uma série de emendas de redação. Eu, para poupar o tempo do nobre Relator, do Presidente e dos demais colegas, vou sinalizar o que já havia dito ao Relator. Uma série

dessas emendas versam sobre alguns detalhes, algumas preocupações, mas que são possíveis dentro daquele espírito de acordo de que alguma coisa a gente abra mão. Mas aquelas mencionadas pelo Deputado Claudio Cajado, em algumas questões que tiram a prerrogativa do Congresso, tiram a prerrogativa desta Comissão, aí eu volto a dizer, não é uma questão de partido, é de soberania do Congresso.

Isso vale para o atual Governo e vale para os próximos Governos. Quando eu coloco essa questão, tenho a consciência cívica de que nós estamos vivendo uma democracia, e o que se espera e que é natural em uma democracia é que a alternância no poder ocorra. Mais dia menos dia ela ocorre, espero eu que menos dia, quanto mais cedo, melhor. Queremos mudança, e ela deve ser uma mudança respeitada por todos.

Então, assim como não quero para o atual Governo, não quero para o Governo em que eu for maioria aqui nesta Casa, que o Parlamento seja relegado a segundo plano. Se nós começarmos a dizer que fica autorizado o Executivo a remanejar os recursos dos fundos, sem pedir autorização ao Congresso, estaremos tirando uma prerrogativa essencial.

Se permitirmos os remanejamentos, ainda que de 10% dentro de um princípio que já está estabelecido nas leis orçamentárias anteriores, mas tiramos ali a expressão "programas", nós estamos generalizando que a transferência pode ser em qualquer rubrica.

Nós estamos fazendo um acréscimo, dando uma prerrogativa nova, que não estava na lei orçamentária anual do ano passado, em um ano em que estamos fazendo uma discussão — perdoe-me a expressão — a toque de caixa, uma discussão rápida, com um espírito público norteando o papel da Oposição de estarmos abrindo mão de prazos, fazendo esforço concentrado.

Agora, deixei claro: vamos fazer esforço concentrado, mas, dentro desse esforço concentrado, não vamos incluir coisas que, em um debate normal, não seriam incluídas. Vamos manter o que tinha antes, tudo bem.

Também vou admitir que uma série de emendas que tenho aqui, que restringia o que estava no orçamento do ano anterior, não seja objeto acordo. Eu abro mão de parte, mas não admito ampliação de prerrogativa.

Agora, vou me limitar às emendas da bancada de Minas, que o Deputado Fábio Ramalho me deu a prerrogativa, subscreveu-me autorizando que fizesse os destaques. Eu fiz esses destaques. Já conversei com o nobre Relator, e tenho convicção — já ouvi dele — de que pelo menos em parte vai nos atender.

Eu faço de forma resumida para poupar os colegas. Nós temos uma emenda que trata da destinação de recurso para a área de biossegurança no Estado de Minas Gerais. Aliás, a emenda foi de iniciativa do Senador Aécio Neves dentro da bancada. Área de biossegurança vegetal e animal é extremamente importante para Minas Gerais, que tem hoje no Instituto Mineiro de Agropecuária — IMA, uma das referências sanitárias. Ela era originalmente de 100 milhões. Eu fiz um apelo para o Relator a fim de que recompusesse pelo menos para 30 milhões. Pelo que eu entendi, nós poderemos ser atendidos pelo nobre Relator.

Da mesma forma, uma emenda para o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais. Inicialmente eram 100 milhões para contemplar o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Nós queríamos recompor, pelo menos, para uns 30 milhões, mas o Relator me falou de sua dificuldade. E nós chegamos a um entendimento de pelo menos 15 milhões, para nós atendermos ao Instituto Federal de Salinas, que possui um projeto de construção de um hospital veterinário e precisa de pelo menos 5 milhões. E ele dividiu: ficam 10 milhões para atender ao instituto do sul de Minas e pelo menos 5 milhões para atender ao instituto do norte de Minas.

Também na mesma linha, nós fizemos um apelo para o Relator a fim de ampliar a dotação para a UEMG, que vai estadualizar três unidades neste ano e mais três no ano que vem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu já caminho para a conclusão, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - V.Exa. faz a questão de ordem na minha conclusão. É 1 minuto!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas estão votando no Congresso Nacional. Eu fui informado agora que o Congresso está votando matérias, Sr. Presidente. Como pode funcionar Congresso Nacional e Comissão Mista de Orçamento?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Calma! Calma! Eu vou explicar. O Congresso está realmente votando o PPA no processo...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas não pode, Sr. Presidente. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Calma! Calma!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas não é questão de calma. É questão regimental. Nós teríamos que estar lá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Calma! Permita-me terminar de falar. O Congresso realmente está votando. Nós estamos em um processo não de votação e sim de discussão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas, Sr. Presidente, desculpe-me V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só que V.Exa...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu não posso deixar o Congresso Nacional votando lá...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu também acho.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - ...e nós discutindo aqui. V.Exa. tem que suspender a sessão imediatamente. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu acredito que o processo de votação era apenas de um item, do PPA, e já foi votado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas, Presidente, desculpe-me, se V.Exa. sabia, tinha que ter avisado a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu não sabia. Fui comunicado, agora, há 10 segundos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não é possível uma coisa dessa. **O SR. PRESIDENTE** (Senador Lobão Filho) - Enquanto... Calma!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - A boa vontade pode esbarrar nesse tipo de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Claro. Ele não foi...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu não posso aceitar que a Comissão esteja trabalhando...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Calma, Deputado, não precisa levantar a voz. Calma! Calma!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - ....e o Congresso vote o PPA sem a presença dos Deputados e dos Congressistas. Isso não existe.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Pela ordem, Sr. Presidente. Deve ter sido suspensa. A essa altura já deve ter sido suspensa e reconvocada para as 20 horas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Como é que se permite uma coisa dessa?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou fazer o seguinte: eu vou passar a palavra ao Deputado Domingos Sávio e pedir à Secretaria que confira se já terminou. Eu estava nos últimos 30 segundos na cola deles.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que suspenda a sessão. Se o Congresso está funcionando, nós precisamos estar lá. Não é possível o Congresso Nacional estar funcionando e a Comissão Mista de Orçamento também, seja para discutir, seja para votar. Desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, seguindo a exaltação do Deputado Claudio Cajado...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Desculpe-me, mas isso não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. não quer deixar eu falar.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Vamos garantir a palavra ao Deputado Domingos Sávio, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu acho que isso é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou suspender.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sinceramente, eu acho isso um absurdo!

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Vamos garantir a palavra ao Deputado Domingos Sávio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Calma!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu acho isso um absurdo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Deputado Claudio Cajado, eu concordo com o raciocínio de V.Exa. Não pode haver votações simultâneas. Eu pretendo apenas concluir a minha fala. E, na mesma linha, na busca do entendimento, vou pedir à Presidência, ao concluir a minha fala, por mais 1 minuto, que verifique se há votação simultânea.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Já mandei verificar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Nós faremos a suspensão. Peço que faça a suspensão. Não vamos entrar em confronto com o Deputado Claudio Cajado, que é um grande parceiro, aliado. Tenho o mesmo sentimento dele.

Eu concluo dizendo que já falei sobre a vigilância sanitária, do instituto federal tanto do sul como do norte de Minas. Para a universidade do Estado, nós queríamos ampliar para 20 milhões. Mas há uma sinalização do Relator de nos atender com pelo menos mais 10 milhões. Nós, da mesma forma, fizemos um apelo para a Universidade Federal de São João del-Rei, em uma recomposição de pelo menos mais 20 milhões, ouvindo o Relator, que, em um gesto de atenção, estaria dividindo aquilo que ele tinha disponível para Minas Gerais, atendendo também um pouco à Universidade Federal de São João del-Rei e à Universidade Federal de Lavras.

Portanto, Sr. Relator, é sobre esses destaques que eu gostaria de construir entendimento com V.Exa., até para que, nessa linha, mantendo as mesmas perspectivas da LOA do ano passado, nós, quem sabe, possamos retirar alguns destaques ou votar em bloco, sem obstruir a sessão, porque eu mantenho aquilo que disse desde o início: vamos fazer um esforço para dar ao País uma Lei Orçamentária, que é o interesse de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim. Um minuto. Eu acabo de receber informação de que não há absolutamente nenhuma matéria em votação no Congresso Nacional.

Então, vou seguir o final da lista de inscrição, a não ser que seja uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Uma questão de ordem.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Questão de ordem para o primeiro requerente, Deputado Danilo Forte. Logo a seguir, o Senador Randolfe Rodrigues e Deputado Weverton.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, eu acho que todo o nosso esforço na luta do orçamento impositivo foi exatamente para acabar com essa figura que denigre a imagem de qualquer Parlamentar no nosso País: a troca de favores em função de liberação de emendas.

Eu estou aqui com um documento que me foi trazido pela Deputada Marinha Raupp, de um anúncio da *Folha de S.Paulo* colocando que o Planalto negocia bônus de 2 milhões para obra de Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Como?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O Planalto negocia bônus de 2 milhões para liberar obra de Parlamentares. Isso aqui não passou por nenhuma negociação com o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não há isso, essa matéria é falaciosa, isso não é verdadeiro, eu, como Presidente, saberia. Eu estou registrando que essa matéria não tem nenhum fundo de verdade.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Então, eu só queria deixar claro aqui para todos os companheiros da Comissão que isso não ajuda, não contribui em nada para o processo democrático, apenas denigre ainda mais a nossa imagem. E foi exatamente por isso que o PMDB fez tanta questão de lutar pelo orçamento impositivo: para que não sejamos expostos a uma ridicularização dessa, que não fortalece em nada, não contribui em nada para o engrandecimento da democracia no nosso País. Pelo contrário.

Aqui estão senhoras e senhores de respeito, eleitos pelo povo dos seus Estados, e num compromisso único de tentar exatamente contribuir para fazermos um Orçamento que seja capaz de transformar a vida das pessoas para melhor, e não por um balcão de negócios, como está exposto aqui.

Então, eu queria aqui fazer esse registro e pedir exatamente ao Sr. Presidente que em nome da Comissão se pronuncie, porque conosco no PMDB não houve esse tipo de negociação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu registro o protesto de V.Exa. Unindo-me a V.Exa., eu subscrevo esse protesto, pela injustiça perpetrada contra esta Comissão por esse veículo de comunicação.

Eu agora pergunto ao Deputado Weliton e ao Senador Randolfe se ainda desejam a palavra para uma questão de ordem.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Essa questão de ordem era exatamente para o esclarecimento de V.Exa. sobre a sessão do Congresso Nacional. Estou esclarecido, satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, seguindo adiante, eu passo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Sr. Presidente, Relator Deputado Miguel Corrêa, demais colegas da Comissão do Orçamento, eu, como Relator da Receita, quero parabenizar V.Exa. e o Deputado Miguel pelo modo como conduziram o trabalho ao longo de todo esse tempo. Como Relator da Receita, digo que procuramos construir um relatório extremamente técnico, que o Orçamento fugisse de ser uma peça fictícia e se aproximasse ao máximo da nossa realidade, embora seja uma estimação, como disse aqui.

Então, Presidente, parabéns pela condução. Parabéns, Deputado Miguel, pela sua maneira de se relacionar com todos nós. Perdoe-me pela dureza da tecnicidade, do cuidado. Foi um trabalho árduo. Peço aqui o apoio de todos os colegas para que possamos votar esse Orçamento ainda hoje, não perder essa oportunidade. Devemos isso, sim, ao nosso País.

É um relatório muito técnico que, lógico, procurou contemplar as áreas que realmente merecem investimentos. Há muito mais recursos para a saúde, como disse

aqui o Deputado Danilo Forte, que passam dos 100 bilhões de reais. Na verdade, precisamos de muito mais, mas com certeza passos estão sendo dados, e foi ao longo deste ano, do trabalho sob a sua condução, Presidente, e dos nobres colegas, que conseguimos tudo isso.

Então, eu espero que hoje à noite possamos realmente fechar e entregar esse Orçamento.

Agradeço a todos pela oportunidade e pelo convívio. Já participei de outros momentos e de outras Comissões, Sr. Presidente, mas a sensação neste momento é de dever cumprido e, modéstia à parte, com a ajuda de todos, bem cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Senador Amorim. Parabéns pela apresentação do seu Relatório da Receita.

Passo agora ao Deputado Weliton Prado.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Vou ser breve. Primeiramente, eu gostaria de parabenizar e cumprimentar o Senador Lobão e o Relator-Geral do Orçamento, Deputado Miguel Corrêa. Cumprimento também todos os Relatores Setoriais.

Quero dizer que para mim foi uma honra muito grande ser Relator Setorial da área do planejamento. Inclusive, nós asseguramos que não houvesse nenhum corte nos recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida — ao todo, 12,5 bilhões de reais, um programa muito importante que está presente em todos os Estados da Federação. Nós conseguimos fazer o nosso relatório sem cortar 1 centavo do Programa Minha Casa, Minha Vida, até pela importância do programa.

Eu queria solicitar do Relator-Geral, Deputado Miguel Corrêa, que no seu adendo acatasse o Destaque nº 1, que foi feito em conjunto, com apoio do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para construção da sede do Ministério Público Federal em Uberlândia — um valor em torno de 5,5 milhões de reais. O Ministério Público atende mais de 40 cidades e está atendendo em um prédio alugado sem a

menor condição de segurança. Inclusive já tem a doação, por parte da União, de um terreno. Então, apresentamos esses destaques.

Fazendo uma solicitação também para atender no seu adendo com os recursos para a construção da capitania e da delegacia de capitania dos portos em Sete Lagoas e Uberlândia, respectivamente. Minas Gerais, além de estar incluído parcialmente na Bacia do São Francisco, possui duas outras importantes bacias hidrográficas — a Bacia do Paraná e a Bacia do Leste. Contudo, a autoridade marítima em que é atendido Minas Gerais fica em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. Então, é muito importante o valor de 17 milhões, pelo menos 10 milhões para começarem as obras.

A outra solicitação no seu adendo, para finalizar, é para a obra no sentido de ampliar a Justiça Federal, Subseção Judiciária em Uberlândia, que faz um atendimento social muito grande.

Enfim, eu gostaria de terminar parabenizando todos os Deputados da Comissão — eles sabem que é um trabalho realmente muito árduo — e, de forma muito especial, o Relator Miguel Corrêa, que teve a paciência, a tranquilidade de ouvir o conjunto das bancadas dos Deputados. Mesmo com valor muito baixo de remanejamento, fica aqui o nosso reconhecimento, além do ponto de vista técnico, desse olhar realmente muito cuidadoso com todas as bancadas, independentemente do partido. Não foi diferente a firmeza e a condução do nosso Presidente Lobão. Realmente, eu gostaria de parabeniza-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Weliton Prado.

Nós temos apenas mais três inscritos: Deputado Edmar Arruda, Deputado Rui Costa e Senador Randolfe Rodrigues. Vou anotar aqui os novos dois inscritos.

Passo a palavra ao Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, eu primeiro quero parabenizar V.Exa., o nosso Deputado Miguel, Relator-Geral, e todos os Deputados,

Deputadas, Senadores e Senadoras que fizeram parte do trabalho desta Comissão. Eu reputo um grande trabalho, um grande serviço que nós estamos prestando à Nação.

Eu queria deixar aqui uma reflexão para que nós mesmos pudéssemos olhar no espelho e responder o que nós estamos vendo no espelho.

Foi unânime aqui a fala de que as emendas de bancada são uma ficção, que o Governo não paga. E é verdade. Ao Paraná não se pagou deste ano de 2013 nem 10%.

Nós estamos aqui nos digladiando para colocar mais emenda, mais destaque, quando sabemos que o Governo não vai pagar. Então, eu queria saber o seguinte: nós estamos enganando a quem? A nós mesmos? À população? Nós estamos sendo condescendentes com o Governo no sentido de ele não cumprir uma peça orçamentária que foi aprovada por esta Casa e por esta Comissão com muito trabalho, com muito critério técnico, com muito suor, para depois simplesmente não ser considerada?

Eu queria só solicitar aos Deputados que, se pudessem, por gentileza... Eu ouvi a todos, como está no final, eu gostaria de ser ouvido também.

Eu acho o seguinte: se nós não nos dermos o respeito, quem vai dar? O nosso eleitor?

Eu quero fechar dizendo o seguinte: essa notícia que o nosso colega Deputado colocou agora é o maior absurdo que existe. E sabe quem nos coloca nessa situação? O Governo. O Governo, a Ministra das Relações Institucionais nos colocam nessa situação. E está falando aqui um Deputado que é da base do Governo. Agora, é um absurdo nós termos no Orçamento 15 milhões em emendas pessoais e fica essa pressão: que só vai pagar 7, que só vai pagar 8, que só vai pagar 10

Da forma como o Governo faz, dá a impressão que as emendas vão diretamente para a nossa conta bancária. É isto que a população acha: que nós ficamos aqui agarrados a essas benditas emendas e que isso vai trazer algum benefício direto para a nossa conta bancária, Sr. Presidente! Na verdade, nós estamos aqui lutando para que

esses recursos sejam aplicados lá nos nossos Municípios, cujos Prefeitos já esperam que sejam pagos.

Nós precisamos nos dar ao respeito. Para que o façamos, nós temos que exigir isso do Executivo. Nós não podemos estar aqui discutindo uma proposta orçamentária e dizerem que nós estamos fazendo aqui uma proposta fictícia, porque nós mesmos estamos dizendo ao Governo que não precisa pagar, que nós já sabemos que a proposta é fictícia e não vai ser cumprida.

Sr. Presidente, eu sou Deputado Federal porque acredito na mudança deste País. Eu tenho dito que estou aqui para servir a Nação, para respeitar as leis, mas também para que nós sejamos respeitados, senão não vale a pena ser Deputado Federal nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Edmar Arruda.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Sr. Presidente, daqui a pouco, vamos votar o Projeto de Lei Orçamentária para 2014. Daremos toda a contribuição para que essa votação, de fato, ocorra no dia de hoje, mas é importante sabermos o que estamos votando.

O parecer da Comissão Mista de Orçamento prevê para 2014 um Orçamento de 2 trilhões e 383 bilhões, dos quais — é importante destacar — 1,002 trilhão, ou seja, 42%, que podem ser mais bem demonstrados neste gráfico pizza, são destinados ao pagamento da dívida pública.

É importante destacar isso, porque esse valor é 33% maior do que o que nós destinamos para a dívida pública, Sr. Presidente, Sr. Relator, no ano de 2013, ano passado. É importante nós aqui fazermos algumas comparações em relação a esses números. Esse número representa dez vezes mais do que o previsto para a saúde, 12 vezes mais do que o previsto para a educação, quatro vezes mais do que o previsto

para todos os servidores federais ativos e aposentados, 192 vezes mais do que o valor previsto para a reforma agrária.

Sr. Presidente, não vou nem falar em não pagar, porque isso, às vezes, é tido como um pecado capital pelos senhores do mercado, mas pelo menos tem que se auditar essa dívida. Não é pecado falar isso, porque não é a primeira vez que se fala a respeito na história do Brasil.

Eu quero voltar na história ao ano de 1930, quando ocorreu uma revolução liberal neste País, comandada por um senhor chamado Getúlio Vargas. Quando o Sr. Getúlio Vargas chegou ao poder, havia uma promissória que todos os Presidentes da oligárquica República Velha pagavam. Todos os Presidentes da República Velha a recebiam e pagavam-na. O Sr. Getúlio Vargas disse ao seu Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha: *"O que é isso? Audite essa dívida pública! Audite essa dívida!"*. Em 1931, houve a auditagem daquela dívida, a primeira auditagem da dívida pública da história nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senador, V.Exa. dispõe de mais 1 minuto para concluir.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Houve a primeira auditagem à dívida pública. Essa auditagem, em 1931, resultou na maior conquista que nós temos até hoje: os direitos sociais. Isso resultou na redução do fluxo e do estoque da dívida pública. Esses números que aqui apresento mostram que é necessário debater o que representa a dívida pública no Orçamento nacional.

Para concluir de fato, Sr. Presidente, no Orçamento para 2014, também não há nenhuma previsão de aumento real para as aposentadorias do salário mínimo. E mais uma vez é dito que não é possível haver nenhum aumento para as aposentadorias porque a Previdência é deficitária.

Eu quero também aqui lembrar que não é verdadeiro esse argumento. A Previdência faz parte do tripé da Seguridade Social. E a Seguridade Social brasileira, da

qual fazem parte a Previdência, a Saúde e a Assistência Social, é altamente superavitária. A Previdência Pública, em 2010, foi superavitária em 77 bilhões; em 2009, foi superavitária em 56 bilhões; em 2011, ainda foi superavitária em 77 bilhões.

Portanto, não há justificativa para não haver previsão de reajuste para os aposentados no Orçamento de 2014. Por essas razões, Sr. Presidente, essas ausências não se justificam na previsão orçamentária para 2014.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Passo a palavra, finalmente, à penúltima inscrita, Senadora Lúcia Vânia. Logo a seguir, o Deputado Amauri Teixeira, para encerrarmos este bloco.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sras. e Srs. Senadores e Deputados, Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-lo pelo trabalho. Sei a dificuldade que é estabelecer a harmonia neste fórum tão complexo, e V.Exa. o fez com muita propriedade.

Quero cumprimentar o Relator, dizer-lhe da minha admiração pela sua tranquilidade, pela paciência, e dizer da importância desse trabalho.

Gostei muito quando ouvi o Relator da Receita, o Senador Amorim, explicitar que a Receita este ano se aproxima o máximo possível da realidade. Isso faz com que esta Casa seja mais respeitada, uma vez que a Comissão de Orçamento é a peça mais importante do Congresso Nacional.

Gostaria, por fim, de consultar o Relator sobre um destaque, a respeito do qual já conversei com S.Exa., mostrando a importância desse destaque, em função de contemplar uma das cidades mais importantes do Entorno do Distrito Federal, que carrega consigo um volume enorme de problemas. A emenda tinha valor bem superior ao que foi contemplado. Gostaria que V.Exa., havendo possibilidade, viesse a atendê-la, de forma que possamos sanar essas necessidades.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Finalmente, passo a palavra ao Deputado Amauri Teixeira.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Não quero abusar de V.Exas., porque foram os Parlamentares que mais trabalharam nesta Casa, uma vez que, nesta Comissão, sem dúvida nenhuma, além de acumularem todos os encargos de um Parlamentar normal, os senhores fizeram um esforço enorme para produzir essa peça. Quero parabenizar todos.

Rapidamente, Sr. Presidente, faço um apelo ao Relator — Miguel está conversando na hora certa com o Baião — em relação à Defensoria Pública. Nós fizemos um esforço enorme aqui no Congresso para dar autonomia a esse órgão e para fortalecê-lo. Criamos 799 cargos, por meio de projeto de iniciativa do Governo, e lhe demos autonomia, mas, sem recursos, não é possível concretizar nada disso.

A Defensoria pede muito pouco: um volume de recursos razoável para ter custeio de suas unidades, para não fecharem; um volume razoável para fazer uma contratação mínima de 10 servidores em janeiro e 50 em setembro.

Eu faço esse apelo final ao senhor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Amauri. *(Muito bem! Palmas.)*

Passo a palavra, finalmente, ao Deputado Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Nem ia fazer uso da palavra, Sr. Presidente, mas estava vendo aqui as emendas da bancada do Rio de Janeiro, Sr. Relator, e, para minha estranheza, uma das emendas aqui foi zerada, a Emenda de nº 19, que trata de recursos para o Museu Nacional. Havia 6 milhões de reais, foram subtraídos 6 milhões e 100, e foi zerada. Há alguma explicação?

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Só se houve algum erro técnico.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Deve ter sido algum erro técnico, eu imagino. Eu pediria então que, antes da votação, fosse verificado isso.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Nenhuma emenda teve alterado o valor para baixo, a não ser em alguns casos, em que nós somamos os investimentos de GND 3 e GND 4, transformando tudo em investimento, a pedido do Coordenador da bancada ou de algum Relator setorial. A única exceção é esse caso, em que se somariam os valores.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Mas aqui tem um valor negativo. Estão sendo retirados os recursos, e na coluna do total está zerado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - É algum erro técnico. Vou pedir à assessoria do Orçamento para observar e corrigir, porque não foi feito isso.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Cajado para uma reclamação.

Antes de o Deputado falar, quero fazer o registro de que tivemos...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, existe dispositivo regimental para uma reclamação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Em homenagem ao Deputado cajado, eu vou...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Existe, sim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não importa.

Antes de o Deputado Cajado fazer a reclamação dele, eu quero dizer que nós tivemos 25 oradores falando nesta Comissão, o que demonstra claramente a participação, o espírito público e democrático desta Comissão.

O Deputado Cajado vai fazer a reclamação dele e, após a reclamação, eu vou dar a palavra ao Deputado Miguel Corrêa.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Como eu vi que houve ironia, eu faço questão...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, ironia absolutamente nenhuma!

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não estou dizendo que foi de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Ah, não foi minha.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu só fiz uma pergunta, porque há previsão de abertura de sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Ele será célere.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu me considero esclarecido por V.Exa., Presidente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Art. 96, § 2º diz o seguinte:

"Art. 96.....

§ 2º O membro de Comissão pode formular reclamação sobre ação ou omissão do órgão técnico que integre. Somente depois de resolvida, conclusivamente, pelo seu Presidente, poderá o assunto ser levado, em grau de recurso, por escrito ou oralmente, ao Presidente da Câmara ou ao Plenário."

Portanto, eu invoco este art. 96, § 2º, para fazer a seguinte reclamação: judiciariamente, o art. 107 do Regimento Interno do Senado Federal determina, no seu paragrafo único:

"Art. 107.....

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado."

E o art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados diz o seguinte:

"Art. 46.....

§1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional."

Sr. Presidente, eu vou fazer esta reclamação, porque o que aconteceu aqui pode abrir um precedente extremamente degradante para esta Casa. Nós estávamos discutindo, como estamos, o Orçamento da União, a sessão do Congresso Nacional foi aberta e o PPA foi votado sem a presença de membros do Congresso Nacional.

Eu quero deixar clara e registrada esta reclamação, porque espero que isso não aconteça novamente. Nós não podemos discutir o Orçamento da União ao mesmo tempo em que o Congresso Nacional estiver funcionando. Portanto, quero lavrar esta reclamação. Gostaria que constasse em ata.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, eu quero responder à reclamação de V.Exa.

Em primeiro lugar, V.Exa. está absolutamente correto. Em segundo lugar, houve uma falha da Assessoria desta Presidência. Eu reputo muito célere a votação do Congresso Nacional, que imagino tenha demorado 15 minutos. Quando recebi o aviso da Secretária, mandei checar. Ela me disse, inicialmente, que não havia votação nenhuma — V.Exa. havia saído — e, logo a seguir, disse-me que realmente houve a votação. Então, foi um erro da Assessoria da Mesa, que deveria ter-me comunicado, e estou imaginando que em tempo muito curto, dentro do Congresso, houve a votação do PPA. Era apenas uma matéria, foi uma votação simbólica e ocorreu muito rápido.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou passar a palavra a V.Exa.

Deixo registrado aqui o erro, mas não houve grande prejuízo, porque não houve efetivamente uma votação. Apesar de estarmos todos em discussão, não houve a efetiva votação. Esta ocorrerá agora, porque a sessão do Congresso foi suspensa e está prevista para ser reaberta daqui a 15 minutos. Portanto, eu espero que possamos

encerrar esta votação e encaminhar o nosso relatório para o Congresso Nacional, que está à sua espera, cumprindo a nossa responsabilidade dentro desta Comissão.

Peço desculpas ao Deputado, em nome da minha assessoria. Foi um erro, que espero não irá acontecer novamente, porque não foi um erro voluntário.

Passo a palavra ao Deputado Danilo Forte, antes de passá-la a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A minha questão de ordem vai no seguinte sentido: eu acho que a nossa Comissão precisa realmente... Primeiro, Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pelo reconhecimento à reclamação feita pelo Deputado Claudio Cajado. Eu acho inclusive que poderíamos pedir uma retificação do Congresso Nacional, exigindo uma nova votação, nem que seja simbólica, para que possamos recuperar um papel que é nosso. Se fosse matéria de outra Comissão, até poderíamos deixar isso passar em branco, mas matéria orçamentária, revisão do PPA, em que todos nós estamos aqui solidários com a Deputada Rose de Freitas na errata que precisa ser aprovada. Foi uma decisão inclusive de hoje de manhã ainda desta Comissão. Simplesmente ser excluído do processo realmente denigre o papel desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Danilo, eu vou consultar a assessoria.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu pediria inclusive que fosse feita uma retificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Se for possível, eu corroboro a posição de V.Exa.

Eu quero passar a palavra ao Deputado Miguel. E agora pediria a todos a compreensão de darmos uma pequena acelerada na nossa tramitação. Com a palavra o Deputado Miguel.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares e demais participantes da Comissão, eu quero afirmar que o objetivo o

tempo inteiro foi atender à construção orçamentária que todos os Parlamentares aqui apresentaram nas diversas demandas.

Destaco aqui uma incidência muito grande dos investimentos das demandas dos Parlamentares nas emendas de Comissão e bancada para as áreas de saúde e educação. As universidades federais, os institutos federais e os hospitais federais do País tiveram um acréscimo muito grande a partir das demandas apresentadas e das emendas de Comissão, bancada, Relator Setorial, Relator-Geral e Pleno da nossa Comissão.

Destaco também o papel brilhante e imensamente compreensível que teve o nosso Relator da Receita, Senador Eduardo Amorim, que, com muita harmonia, conduziu esse processo, dando a esta Comissão condições de apresentar um trabalho ímpar no decorrer desses anos e entendendo que a construção da peça orçamentária hoje tem um pé muito firme na realidade da arrecadação do País. Por consequência, no relatório geral as despesas orçamentárias estão muito ancoradas nesse princípio e na condução que S.Exa. deu ao relatório da receita.

Afirmo também que procurei atender a todos os membros da Comissão nas recomposições dos valores das bancadas. Tenho recebido essa reclamação. De novo afirmo que não há possibilidade de o Relator-Geral fazer o equilíbrio, porque ele trabalha com um terço dos valores das emendas dos Relatores Setoriais, o que significa que não há possibilidade financeira de isso acontecer, uma vez que um terço é inferior a dois terços a mais que têm os Relatores Setoriais. Procurei fazer, com o terço que me cabe, o equilíbrio das bancadas — boa parte delas, eu quero afirmar, a maioria dessas emendas, sem redução de valores, e as demais com valores um pouco inferiores aos pedidos aqui por V.Exas. Afirmo que nenhuma emenda, a não ser as impossibilitadas regimentalmente de ser atendidas, deixou de ter o valor acrescido. Então, apenas as emendas impossibilitadas por rejeição, ou outra modalidade de rejeição prevista pela

nossa resolução ou pela legislação, nós não pudemos atender e, aí sim, acrescer valores a essas.

Na continuidade dos acordos construídos, Presidente, eu quero afirmar que na proposta que nós construímos na Liderança da Casa — e aqui quero saudar os Líderes, que tiveram um papel ímpar nessa construção —, solicitamos que nós rejeitássemos o conjunto dos destaques apresentados na Comissão, transformando esses destaques nas propostas de adendo, pela construção feita, Deputada Rose de Freitas, Deputado Cajado, Deputado Danilo Forte, Deputado Domingos, Deputado Afonso Florence, Deputado João Bittar, Deputado Cláudio Puty, Deputado Evandro Milhomen, Deputado Weliton Prado, Deputado Reginaldo Lopes e todos os demais Deputados desta Comissão que estiveram no nosso Colégio de Líderes durante o ano e que construíram esse formato.

Por consequência, peço a aprovação do relatório, a aprovação dos adendos que construímos nesses acordos e a rejeição de todos os destaques, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem, concedo a palavra à Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Presidente, eu quero deixar registrada aqui a posição de uma Parlamentar com sete mandatos. Eu estava nesta sessão, como V.Exa. viu, o dia inteiro, envolvida com as discussões, quando me foi solicitada a presença no plenário para que pudesse, ainda na data de hoje, abrir a sessão do Congresso e suspendê-la.

Nesta Casa, Presidente, eu nunca tive privilégios. Eu frequento a senzala. Eu não frequento a casa grande. Quero dizer que fui ao plenário. Quando o Senador Walter Pinheiro chama, sempre estou presente. Quando V.Exa. chama, sempre estou presente. Quando o Deputado Danilo chama, sempre estou presente.

Eu tinha um destaque no PPA que não é desconhecido de ninguém, aliás tem a concordância de todos. Eu não precisaria ir ao plenário antecipadamente, cabotinamente, para pedir aprovação de nada. Eu quero alertar V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputada, só uma pergunta a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Só 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu fiquei preocupado, porque manifestei uma posição favorável ao pleito de V.Exa., chamei o assessor agora e disse: *"Votaram sem a..."* Inclusive eu ia ser o autor do...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Do destaque. O que me honraria muito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Ele me disse que foi votado.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Então, eu quero explicar a V.Exa. o que aconteceu. Vários Senadores e vários Deputados foram para lá, inclusive havia um pleito do Presidente Renan para que se votasse hoje um PRN relativo a mulheres, o que eu acompanhei rapidamente porque estava atendendo outra demanda acerca dos defensores públicos.

Eu quero dizer a V.Exa. que ninguém mais do que eu brigou nesta Casa para que o correto fosse sempre o correto, o certo. Nunca tive quebra de asa, coisa escondida atrás de biombo. Odeio essas coisas. Agora, quero registrar também que, da mesma maneira como fui até lá a pedido do Coordenador do Governo aqui, Senador Walter, durante todas as sessões, nesta Casa, ouvi as palavras do Deputado Cajado, disse que não sabia que não era do conhecimento de todos. Estou sabendo, agora, que não era do conhecimento de V.Exa.

Várias sessões, senão inúmeras, centenas, foram realizadas aqui na leitura de relatórios, enquanto se votava naquela Casa. Eu sei que o Deputado Cajado não é só um excelente Parlamentar. Entende e sabe ler muito bem o Regimento desta Casa,

como todos nós. Agora, eu quero que não paire dúvida aqui de que não uso, não usei e não usarei qualquer expediente. Fui chamada para uma votação na qual estavam o Senador José Pimentel, o Senador Walter Pinheiro, o Senador Aníbal, vários outros Senadores, vários outros Deputados, e lá estive esperando, porque disseram que ia abrir a sessão às 10 horas, às 10h30min, para suspendê-la, na possibilidade de se votar o relatório hoje.

Então, como eu ouvi falar aqui que foi pura coincidência ou casuísmo ou alguma coisa parecida, eu vou rechaçar de pronto — de pronto! Porque eu conversei com cada colega desta bancada, cada companheiro, para pedir o apoio a esse destaque do PPA, e tive o apoiamento de todos, inclusive do Deputado Cajado.

Agora, eu quero dizer a V.Exa. que o que aconteceu lá não deveria acontecer em momento nenhum. Eu pensei que V.Exa. tinha autorizado. E eu disse que V.Exa. seria o autor do destaque. V.Exa. disse: *"Eu quero destacar".* Portanto, eu quero dizer aqui, de pronto, que não cabe nenhum centímetro dessa carapuça na minha cabeça. Eu fui até lá, atendendo ao pedido desta Comissão. Se querem corrigir, comecem de agora. Inclusive de todas as outras Comissões onde isso aconteceu. Eu vi a preocupação do Deputado Andre Vargas, vi as palavras muito apropriadas do Deputado. Quero dizer que não vi nas pessoas nenhuma intenção a mais do que abrir a sessão.

O Senador Aníbal aproveitou para fazer a correção que queria. Já tinha o consentimento de todos, e acho que não houve má intenção. Desculpe-me, mas acho que, na medida certa, as coisas podem ser ouvidas sem que soem com a interpretação que soou no meu ouvido. Eu não aceito isso.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu quero deixar claro que as matérias objeto da discussão e votação, efetivamente estavam acordadas. O que eu não aceito... Se a Deputada Rose disse que há outras Comissões funcionando concomitantemente com o Plenário, eu não estou presente, porque se eu estiver

presente eu não aceito. E o Presidente não avisou que tinha iniciado a sessão do Congresso Nacional.

Ninguém me avisou! Quando eu fui avisado, foi no início da votação, pela assessoria do Democratas. E isso não pode acontecer. Não pode! Eu já fiz a minha reclamação e deixei, por escrito, patenteado na ata, a minha posição.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Eu quero só dizer que concordo com V.Exa. em tudo, mas eu não vou dizer que não é verdade que V.Exa. não estava e vou levantar e mostrar que V.Exa. estava em várias sessões aqui, discutindo matéria, enquanto se votava no plenário.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Eu pediria que a gente não fizesse a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Bittar, permita-me. Agora eu vou colocar em votação.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas do Relator-Geral.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Pois não?

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - O relatório vai corrigir. Está acertado isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Agora vou ler o relatório final, ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deixe-me terminar.

O relatório final está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Nós vamos aprovar no Senado, sem o pedido de verificação, em apoio a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador.

Nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1/2006-CN, anuncio a votação das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques, da representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Apresentação de 181 destaques dos Srs. Parlamentares.

Solicito que seja autorizado pelo Plenário para se proceder à votação em globo dos destaques...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não concordo, Presidente. Não concordo. Eu peço a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou colocar em votação.

Essa é a posição individual de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Concede-me V.Exa. a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Claro! Para defender. Logo após eu fazer a manifestação, passo a palavra a V.Exa.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques, ressalvados aqueles solicitados para votação em separado.

Passo a palavra ao Deputado Claudio Cajado para fazer a defesa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu solicitei a votação em separado dos Destaques nºs 147, 148, 149 e 150. Se os demais, que apresentaram o destaque, aceitarem votar em globo, eu peço que os meus sejam votados separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vou colocar em votação o requerimento do Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu tenho também...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Domingos Sávio, 1 minuto. Calma aí!

Na realidade, no momento em que eu colocar em votação a autorização para a votação em globo, se a maioria decidir que seja votação em globo, cai automaticamente o requerimento...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, deixe eu fazer o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, regimentalmente, não é assim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Calma! Calma! Deixe eu passar a palavra ao Deputado Domingos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Uma questão de ordem sobre encaminhamento de votação.

Inclusive, há 2 anos aconteceu essa mesma coisa. O Relator, na época, era o Deputado Arlindo Chinaglia. Todos os destaques que há aí...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O autor tem a prerrogativa de pedir a votação em separado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. encaminhou por escrito?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Claro, eu tenho todos os meus destaques.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, deixa só eu fazer um encaminhamento de votação, porque eu acho que facilita.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pega todos os que estão dentro do bloco que possam ser votados e decaídos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É o que vou fazer agora.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Tira os ressalvados. Vamos votar um por um os ressalvados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É o que eu vou fazer agora.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu sugiro a inversão da votação. De acordo com o art. 139, apresentado o requerimento para a separação da votação em bloco, ele tem precedência para a votação.

Portanto, se votarmos o meu requerimento do voto em separado dos quatro destaques que apresentei, aprovaremos, e, na sequência, pode ser em bloco. Agora, digo isso para que nós possamos votar no Plenário do Congresso com as coisas resolvidas na Comissão, o que vai ficar mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Claro.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Se levarmos essas questões para o Plenário do Congresso Nacional, ficará mais difícil. Portanto, estou dando um encaminhamento para facilitar os entendimentos.

Peço a V.Exa. que ponha o meu requerimento em votação primeiro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou passar a palavra, para um encaminhamento, ao Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Antes que o Deputado Miguel Corrêa faça o encaminhamento, peço a S.Exa. que compreenda a minha preocupação em fazer a separação dos meus destaques. Embora eu confie totalmente na palavra do Deputado Miguel Corrêa, e não há nenhuma razão para ser diferente, pois sei da seriedade de S.Exa., nós estamos falando de todo um esforço. Agora mesmo falamos sobre um parágrafo que pode ser um erro material.

Então, ainda não tive a oportunidade de ver, ainda que parcialmente, aquelas questões que apresentei da bancada mineira, contemplada, porque nós ainda não conhecemos materialmente o anexo. V.Exa. se referiu a ele, mas nós ainda não o vimos.

Eu, como representante autorizado pelo Líder da bancada mineira e trago aqui a autorização do Deputado Fábio Ramalho, quero dizer que há um entendimento, e o Deputado Reginaldo Lopes também traz a sua contribuição e sua experiência, para que nós façamos, dentro do destaque que eu já fiz e já protocolei, para aquelas questões envolvendo universidades em Minas Gerais e o instituto federal, algum remanejamento dentro da própria bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, vamos acelerar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Estou concluindo, Presidente.

Por isso é a preocupação de destacar. De repente, depois, pode até ficar prejudicado o destaque. Eu abro mão desde que a gente construa a redação adequada com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sendo assim, solicito a autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques, ressalvados aqueles solicitados para a votação em separado.

A proposta para a votação em globo dos destaques está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Quem pediu a palavra?

Iniciaremos a votação em globo dos destaques, inicialmente pelos rejeitados pelo Deputado Miguel Corrêa, e, logo a seguir, vou passar a palavra ao Deputado Miguel Corrêa, para se manifestar em relação aos destaques.

Iniciaremos, portanto, a votação em globo dos destaques.

Os Srs. Deputados que aprovam a rejeição dos destaques permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a rejeição dos destaques.

Os Srs. Senadores que aprovam a rejeição dos destaques permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Passo a palavra agora ao Deputado Miguel Corrêa, para se manifestar em relação aos Destaques nºs 147, 148, 149 e 150.

Deputado Domingos Sávio, eu aguardo o requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Estão sendo enumerados aqui, Sr. Presidente, para não interromper o trabalho de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, eu queria solicitar um tempo para avaliar os destaques dos Deputados Ronaldo Caiado e Claudio Cajado, porque a dupla se encontra no plenário. O Democratas está bem representado aqui pelas duas lideranças do partido.

Eu já discuti exaustivamente esses temas com os Deputados Claudio Cajado e Domingos Sávio e também com o Governo, buscando um caminho de acordo e da construção da possibilidade de aprovarmos direto aqui no plenário da Comissão. Inclusive estava falando agora ao telefone para alcançarmos esse acordo.

Agora, Sr. Presidente, eu peço uns minutos para que eu possa discutir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu fico triste de ter havido essa exceção. Todos nós gostaríamos de ter as nossas emendas destacadas. Eu, como Presidente, adoraria ter as minhas. Eu, num entendimento com o Plenário do Congresso, abri mão de todos os meus destaques, de todas as emendas que eu gostaria de discutir.

O Plenário do Congresso abre daqui a exatamente 1 minuto. Isso vai demandar tempo, discussão do Relator.

Eu perguntaria ao Deputado Cajado e ao Deputado Domingos Sávio se não poderiam fazer a gentileza absoluta de abrir mão desses destaques, para que a gente pudesse dar celeridade à votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, abrir mão, não. Mas se for para discutir no plenário e o Relator aquiescer de acatá-las... São dois projetos. Eu apresentei quatro. Estou querendo priorizar dois, em nome do Democratas. Nós não podemos permitir que se tire recurso de um fundo constitucional e se jogue em outro, Presidente. Eu acho que isso aí é extremamente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Miguel Corrêa, V.Exa. precisa de quanto tempo?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então, se aquiescermos isso, nós poderíamos passar para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eles querem discutir com a possibilidade de discutir no plenário do Congresso. V.Exa. prefere discutir aqui ou lá?

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Olha, eu vou manter...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Se V.Exa. aquiescer aqui, votamos aqui e já vai tudo arrumado para lá.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Presidente, o Relator vai ter tempo para analisar até chegar ao plenário. Então, tenho uma sugestão: votamos aqui, e, durante esse deslocamento, o Relator irá analisar. Assim, não se perde o tempo do Congresso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Miguel Corrêa.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Viu, Deputado Cajado?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu só quero registrar que o Deputado Domingos Sávio pediu destaque do nº 153 ao 181. São quase 30 destaques!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas eu vou combinar com o Relator aqui.

(Não identificado) - Então, nós temos que votar aqui e rejeitar. É isso que se tem que fazer.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Um por um! Mas eu estou disposto a construir o entendimento. É simples.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI CHERINI - Presidente, questão de ordem.

(Não identificado) - Não, mas isso é uma discriminação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Miguel Corrêa, a gente pode colocar em votação os destaques um por um, para V.Exa. encaminhar a rejeição ou a aprovação, ou nós podemos ir para o plenário. A decisão é de V.Exa.

(Não identificado) - Vamos para o plenário.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, dê-me 1 segundo para eu explicar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, a palavra agora está com o Deputado Miguel Corrêa. Aguarde só 1 minuto. Deixe S.Exa. dizer o que decide.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Olha, eu estou consultando aqui, e já há um bom caminho andado em um dos temas. Talvez, com mais 3 ou 5 minutos, eu consiga...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, eu vou suspender esta sessão por 5 minutos, de 23h01min a 23h06min.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Weliton tem toda razão. Não é preciso suspender a sessão.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Vamos continuar e vamos conversando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. deseja fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Queria fazer exatamente essa sugestão. Acho que não precisa suspender a sessão. Quem quiser pode utilizar a palavra durante esse prazo.

E queria dizer mais uma vez que eu fui muito contemplado no trabalho do Relator, de forma muito especial, porque S.Exa. atendeu um destaque nosso com adendo. É o Destaque nº 1, em relação à construção da sede do Ministério Público Federal em Uberlândia, no valor de 5,5 milhões de reais.

Trata-se de um trabalho social realmente importante realizado pelo Ministério Público Federal. Eu inclusive coloquei uma emenda individual no valor de 1 milhão de reais, e o valor total da obra vai ficar em torno de 6,5 milhões.

E queria fazer uma retificação: quando eu coloquei aqui os recursos, inclusive o adendo acatado também pelo Relator-Geral, em relação à construção da capitania e da

delegacia de capitania dos portos, falei em Sete Lagoas, mas é em Lagoa Santa e em Uberlândia, respectivamente.

Com certeza, isso vai ajudar muito e trazer uma integração maior ao sistema de segurança do tráfego aquaviário, da autoridade marítima brasileira. Também promoverá o incremento de ações de fiscalização do tráfico aquário no Estado de Minas Gerais e contribuirá para a eficácia dos serviços prestados à sociedade mineira, bem como para a melhoria desses serviços, principalmente em relação aos registros de embarcações, tanto de amadores como de profissionais. Vai-se reduzir gasto e tempo também, já que a autoridade marítima do Estado de Minas Gerais está vinculada a São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Ter as capitanias e a delegacia em Lagoa Santa e Uberlândia vai contribuir muito.

Então, eu queria agradecer ao Relator pelo adendo acatado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Weliton Prado.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Presidente, eu acho que esse destaque da questão do remanejamento dos fundos constitucionais é muito coerente.

Eu acho que, a partir do momento em que se compôs esse fundo, se nós deixarmos aberta essa transferência, podemos prejudicar determinadas regiões em detrimento de outras. Então, eu acho que o Relator poderia acatar pelo menos esse destaque, para a gente não ter um embate aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Bom, eu gostaria de fazer uso da palavra para agradecer.

A Comissão Mista de Orçamentos está por aprovar a Lei Orçamentária da União para 2014.

A CMO, que tenho a honra de presidir, é uma evolução da própria democracia e, fortalecendo o Poder Legislativo, garante a ele poderes para examinar e emitir parecer sobre as contas apresentadas.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, só 1 minutinho. Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Nobres Deputados, o Presidente está usando a palavra para o encerramento dos trabalhos da Comissão. Acho que nós precisamos ouvi-lo. É uma questão de respeito.

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - Mas S.Exas. estão fazendo um acerto ali. Isso também é necessário.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - O Presidente aguarda 1 minutinho, então.

(Não identificado) - Vamos, Presidente. Vamos lá.

(Não identificado) - Vamos tocando.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Presidente Lobão, só para esclarecer. No plenário, nós vamos destacar aquela emenda do Ministério Público do Trabalho, que não foi atendida aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tá.

Dando continuidade, gostaria de agradecer o empenho meritório a todos os Parlamentares que compõem a Comissão Mista de Orçamento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, por gentileza. Nós vamos atender ao pedido de V.Exa. e do Relator, retirando uma série de destaques que o PSDB apresentou, para que nós apenas construíssemos com o Relator um entendimento dentro do limite da emenda de bancada de Minas.

É bom que se diga, para que não paire dúvida, que nós não fomos lá acrescentar nenhum centavo. Apenas, dentro da emenda da bancada de Minas, nós fizemos uma redistribuição e, do que estava destinado para uma emenda de aquisição de um blindado para atividades militares em Minas Gerais, mantivemos o que o Sub-Relator apresentou.

Na área da saúde suplementar, nós mantivemos 18 milhões, e 10 milhões foram para a área da Universidade Federal de Viçosa. Do recurso que estaria alocado para o blindado, irão 10 milhões para o Instituto Federal do Sul de Minas, que vai distribuir com outros institutos, 10 milhões para a Universidade Federal de Lavras, 10 milhões para a Universidade Federal de São João del Rei e 10 milhões para o Instituto Federal do Sul de Minas, que, somados ao que o Relator já havia destinado, dentro dos recursos que ele próprio remanejou, representam um acréscimo de 20 milhões para o Instituto Federal do Sul de Minas, 20 milhões para a Universidade Federal de São João del Rei e 20 milhões para a Universidade Federal de Lavras, tudo dentro dos recursos da própria bancada de Minas Gerais.

Com isso, Sr. Presidente, nós estamos retirando todos os outros requerimentos que tínhamos solicitado que fossem votados em separado.

Apenas levamos o nosso apoio a dois requerimentos do Democratas: um que trata da questão dos 10% estarem vinculados a programas e outro que estabelece uma vedação àquela proposta de se passar a poder transferir recursos de fundos sem a autorização do Congresso. Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Agradeço ao Relator por acolher esse apelo, que foi feito também com o apoio do Deputado Reginaldo Lopes e, tenho certeza, com o apoio do Deputado Weliton Prado, que está aqui, bem como de outros Deputados de Minas.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Deputado Sávio, só quero acrescentar os 26 milhões destinados ao Parque Tecnológico de Uberlândia e Uberaba.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Portanto, os requerimentos de destaque do Deputado Domingos Sávio foram todos retirados.

Passamos agora à apreciação dos requerimentos do Deputado Cajado.

Pergunto ao Deputado Miguel Corrêa se já tem um posicionamento. *(Pausa.)*

Eu acho que não sendo resolvido, ou a gente coloca em votação agora logo todos, um por um...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - No plenário!

O SR. DEPUTADO GIOVANI CHERINI - No plenário, Presidente. Olha o tempo!

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Plenário!

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu quero parabenizar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vamos colocar em votação.

(Não identificado) - Um minuto que S.Exa. pediu é mais rápido do que colocar em votação...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Presidente, é melhor ter um pouquinho de paciência e levar uma decisão consensual, porque, no plenário, o debate é muito mais complicado. Um minuto a mais, um minuto a menos não tira nada...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Miguel Corrêa já tem uma posição.

V.Exa. deseja fazer uso da palavra ainda?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, eu só queria dizer que o esforço já foi feito. Então vamos aguardar 1 minuto para nós podermos...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Miguel Corrêa.

V.Exa. quer falar antes?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É, antes, só 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não há como levarmos ao plenário sem acordo, porque...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, nós vamos matar o assunto aqui, agora.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - ...teria que ter apoiamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Claro.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - A não ser que fosse feito o acordo para ir para plenário sem apoiamento, no intuito de discutirmos esses destaques e votarmos sem o número necessário. Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Miguel Corrêa já tem uma solução.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então, é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A gente tem que levar em consideração que aqui nós temos um grande democrata presidindo a Comissão. Lá no plenário, o comando pode ser de outro Parlamentar que não tenha a compreensão do momento vivido por esta Comissão nas últimas 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Democrata não, Deputado. Eu sou democrático. *(Risos.)*

Deputado Miguel Corrêa.

Se V.Exas. me permitem, eu gostaria, com a gentileza dos meus colegas, de poder ler pelo menos o meu agradecimento.

(Não identificado) - Por favor, Presidente. Estamos ansiosos.

(Não identificado) - Vamos ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Leia, Presidente! Leia!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu agradeço.

Gostaria de agradecer o empenho meritório a todos os Parlamentares que compõem a Comissão Mista de Orçamento.

A aprovação deste Orçamento, quando ocorrer, é fruto do esforço de cada colega Parlamentar, de cada Deputado, Deputada, Senador e Senadora. A conclusão destes nossos trabalhos somente foi possível pela perseverança de todas as Excelências aqui reunidas que encontraram os melhores caminhos de definição das finanças da União.

Eu não posso deixar também de parabenizar e agradecer à Consultoria que nos acompanhou durante todos esses meses, aos jornalistas aqui presentes, aos convidados, aos assessores, aos assessores de Parlamentares que trabalharam diuturnamente e aos nossos relatores setoriais, com especial agradecimento ao Relator da LDO e ao Relator Miguel Corrêa.

Eu destaco a sabedoria que esta Comissão teve em postergar, pelo espaço de tempo curto, a análise da LDO, que é o instrumento que disciplina os orçamentos, com a finalidade de incorporar as decisões da Câmara dos Deputados em relação à PEC do Orçamento Impositivo.

O que nós fizemos aqui nesta Comissão, Srs. Deputados, defendeu e salvaguardou os interesses do Congresso Nacional em relação ao orçamento impositivo.

Então, eu precisava fazer este registro da responsabilidade que tivemos e do trabalho que nós realizamos em defesa do Congresso Nacional.

Eu quero agradecer a todos os meus amigos. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Meu Presidente, eu só queria aproveitar o momento e fazer um adendo, é um agradecimento muito especial, porque, nos momentos mais difíceis, a pessoa que nos deu a mão, que nos ajudou foi a Socorro.

Então, eu queria parabenizar a Socorro. *(Palmas.)*

Parabéns, Socorro, pela dedicação e pelo empenho! Não tem dia, não tem horário, não tem noite, ela sempre está à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, eu vou passar a palavra ao Deputado Miguel Corrêa, para discorrer sobre os destaques. S.Exa. já tem uma análise.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Vou esperar o Deputado Cajado sair do telefone, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

Primeiro, Presidente, vou contar também com os Deputados Domingos Sávio e Reginaldo Lopes, afirmo que o mesmo sentido que nós fizemos com todos os membros da Comissão foi construído com absolutamente todos os partidos. O que significa que eu agradeço a credibilidade na minha palavra da possibilidade de construir os adendos que ainda estão chegando e aos demais Parlamentares por permitirem a rejeição dos destaques. Então, eu quero destacar isso e agradecer a compreensão e a credibilidade a minha palavra nesta construção.

Afirmo que o que está sendo construído é o que nós acordamos, é óbvio, não faria diferente, especialmente com o compromisso que tenho com a Comissão, com os demais Parlamentares e com a peça que estamos construindo.

Entendo que o meu papel que quero exercer e que anunciei aqui, quando fui indicado pelo meu partido e destacado pelo Presidente como o Relator-Geral do Orçamento, é o de que a peça orçamentária seja o retrato da Comissão e dos debates que a Comissão aqui apresentasse para fazer da peça orçamentária a relativa opinião da Comissão Mista de Orçamento e do Congresso Nacional.

Por consequência, em relação aos destaques orçamentários, nós retiramos a modalidade da ação, a partir do destaque, e passamos para o adendo, acatando todos, óbvio, com a possibilidade orçamentária de poder fazer esse atendimento. E o Deputado Bohn Gass compreende isso bem. Nós não temos uma receita tão elevada que permitiria, aí sim, poder atender na totalidade, mas atendendo a todos nas diversidades, aplicando a proporcionalidade dos valores a partir do ano que escolhemos para ser o ano de referência, que foi o Orçamento de 2011, que usou, como referência, os 3 anos seguintes, ou seja, mantendo as referências construídas por esta Comissão de Orçamento, por consequência, os destaques orçamentários e os adendos orçamentários. É essa a opinião final.

Com relação às emendas de texto e redação, o debate, a discussão que fizemos nos demais — peço só 1 minutinho, porque eu acho que há mais um aqui.

Quero dizer a V.Exa., Deputado Claudio Cajado — eu acho que deve ser inédito isso para V.Exa. —, que apresentou dois pedidos para acordo. Quero anunciar que nós vamos atender três, um a mais do que V.Exa. apresentou aqui na Comissão. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu atribuo ao espírito natalino.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - *(Risos.)* E, sem dúvida nenhuma, presente nesta Comissão.

Mas o pedido de garantir em relação às emendas individuais, Deputado Cajado, é obvio que é uma preocupação que todos nós temos. É óbvio que a transferência de recurso da emenda individual só pode ser feita a partir da autoria do próprio Parlamentar. Esse dispositivo que nós estamos corrigindo visa à proteção da emenda individual e também permite que o Parlamentar, não tendo a sua emenda atendida, não fique como nos anos anteriores, quando essa correção só era permitida a partir de uma nova discussão dentro do Congresso, o que demandaria meses, o que nunca aconteceu. Então, a partir de agora, isso pode ser feito a partir da iniciativa do Parlamentar e da portaria do Executivo garantindo única e exclusivamente o direito do Parlamentar na sua emenda individual.

Então, essa também nós vamos acatar entendendo que também — e aqui eu quero comunicar que as opiniões do Senador José Pimentel e do Senador Walter Pinheiro, que ajudaram na construção do Governo, também são as mesmas de V.Exa., como são as mesmas a minha e a do Deputado Cajado, Líder Cajado, que está aqui presente, porque tenho certeza — Caiado e Cajado, duas lideranças do Democratas aqui presentes — de que, impossibilitando as transferências de recurso de fundo para fundo, eu acho que isso...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Miguel Corrêa, qual é o destaque que V.Exa. rejeitou? O número?

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Não, eu estou acolhendo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. está acolhendo quais e rejeitando qual?

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Eu estou acolhendo única e exclusivamente os Destaques nºs 149 e 150. E o da individual eu quero ler, porque não houve destaque para ela, transformando em adendo, que é o seguinte: *"Incluída ou acrescentada a programação em decorrência da aprovação de emendas individuais apresentadas por Parlamentares, mediante o remanejamento da programação de iniciativa do mesmo autor. Observando o § 6º deste artigo".*

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra ao Deputado Cajado que quer se pronunciar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, com essa decisão — não esperava outra —, eu acho que nós conseguiremos sim fechar o Orçamento de forma absolutamente a atender o País, o povo brasileiro. O nosso Líder estava aqui. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem que dar um abraço em S.Exa., não tem? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - S.Exa. entrou calado e saiu calado, porque viu que as coisas funcionaram. Mas... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Dá um abraço. Tem que dar um abraço. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O Deputado Caiado veio com a disposição de tocar fogo no mar, mas viu que de fato as nossas emendas eram absolutamente conceituais. Não eram emendas que diziam respeito à dotação orçamentária para uma Unidade da Federação ou para um Município. Eu nem insisti em destacar e fiz o discurso sobre emenda individual para não demonstrar preocupação

paroquial com a peça orçamentária. Mas essa diz respeito a todos os Congressistas, individualmente, bem como a sua prerrogativa e a sua autonomia.

Se formos votar, no ano que vem, o orçamento impositivo, seria uma possibilidade de, mesmo com o impositivo, não ser feita a vontade do Parlamentar que representa, em essência, na Câmara o povo e no Senado os entes federados, os Estados.

Portanto, nobre Relator, eu quero aqui, ao finalizar, agradecer a V.Exa. e reconhecer o seu talento ao elaborar um relatório que seja consensual com a Comissão. V.Exa. tem, por ser mineiro, a paciência intrínseca, inerente a sua personalidade. Não poderia ser diferente, já que esta Comissão, sem acordo, não funciona.

Eu acho que o incidente — vou colocar essa palavra — que houve na votação do Congresso não macula, até porque os objetos que estavam sendo deliberados tinham sido acordados nesta Comissão. Se não fossem, aí sim, nós iríamos muito mais longe, além da simples reclamação. Queria reconhecer a V.Exa. e aos Relatores, desejar que os técnicos da Comissão que ajudaram V.Exa. e os Relatores Setoriais tenham, permanentemente, o reconhecimento dos membros da Comissão de Orçamento.

Ao finalizar, Presidente Lobão, V.Exa., que saiu de autoritário a democrata, demonstra, por isso mesmo, que a paciência é o segredo da construção dos acordos e da votação no dia de hoje. *(Risos.)*

Nós chegamos aqui, no dia de hoje, com o espírito de votarmos amanhã. Houve uma solicitação de vários Parlamentares, de vários Congressistas, para que pudéssemos, hoje, finalizar os trabalhos no Congresso.

Portanto, nós que não somos, jamais, empecilho, quando existe o atendimento a nossas demandas, achamos que hoje, amanhã à noite ou talvez na madrugada de quarta-feira um ano difícil será finalizado, o ano de 2013, mas que, com uma postura, as oposições — aí eu chamo o depoimento do Deputado Domingos Sávio, do PSD, e do Deputado Sandro Alex, do PPS — não fizeram a política do quanto pior, melhor. Que

sirva de lição — amanhã podemos voltar a ser Governo — o exemplo que as oposições estão dando no processo democrático e no Estado de Direito.

Nós respeitamos as leis e fazemos com que — na minha opinião — a peça mais importante para a implantação e a execução de políticas públicas, que é o Orçamento, não seja ceifado de qualquer Governo que seja.

No ano passado, eu não estava aqui e não houve a votação do Orçamento. O Governo teve dificuldades. Esse jamais foi ou será o nosso intento. Vamos fazer a discussão conceitual, vamos fazer a briga boa, mas, jamais, com subterfúgios para poder tirar do governante, seja ele quem for, o exercício do seu pleno gozo do mandato.

Deixo essa lição, Sr. Presidente. Espero que possamos, a partir de amanhã, retornar aos nossos Estados com o dever cívico cumprido, seja com o nosso mandato, seja com aqueles que nos colocaram aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu pergunto: para evitarmos de ter que derrubar ou rejeitar o seu destaque, V.Exa. não gostaria de retirar os Destaques nºs 147 e 148?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Retiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Portanto, fica registrado que o Deputado Cajado está retirando os Destaques nºs 147 e 148.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Com a flexibilidade que sempre lhe foi peculiar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, é isso: nº 147 e nº 148. Permanece o 149.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Portanto, eu coloco em votação, com parecer favorável do Relator, os Destaques nºs 149 e 150.

Em votação os destaques na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

O Relator, agora, faz menção ao destaque do Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

O Deputado Domingos Sávio retirou todos os destaques.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - S.Exa. retirou todos os destaques, exceto um de remanejamento de recursos...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - ...das emendas da bancada de Minas Gerais, do qual V.Exa. foi destacado pelo Deputado Fábio Ramalho para conduzir. Eu avisei isso ao Deputado Domingos Sávio, mas tenho que falar ao microfone também: é de responsabilidade de S.Exa. esse remanejamento, que cabe ao coordenador da bancada, mas o Relator fica impedido de ter essa ação, consequência que não... mesmo sendo da minha bancada do Estado, mas não sendo a minha atuação como responsabilidade da emenda de bancada. É isso?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Exatamente, Sr. Presidente. Nós solicitamos a V.Exa. o remanejamento, contemplando dessa forma mais R$ 10 milhões para o Instituto Federal do Sul de Minas, mais R$ 10 milhões para a Universidade Federal de São João del Rei e mais R$ 10 milhões para a Universidade Federal de Lavras. Dessa forma, com as duas origens de manter a destinação para a aquisição do blindado no mesmo teor do relatório original, de R$ 15 milhões.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Menos 15.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ficam R$ 20 milhões disponíveis para essa suplementação nas universidades...

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Menos 20.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Menos 20. E, no caso da saúde especializada, ao invés de mais...

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Cinquenta.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...26, parece que menos 10, que atende ao Instituto Federal do Sul.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - O.k. Está acatado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, coloco em votação o Destaque de nº 15, do Deputado Domingos Sávio.

Na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Para encerrar...

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Questão de ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Para encerrar, eu peço a compreensão. São 23h25min. Vou passar a palavra ao Deputado Miguel Corrêa, para que S.Exa. possa fazer a leitura dos adendos, peça extremamente importante no Orçamento.

Com a palavra o Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - *(Falha na gravação.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Em votação, a requerimento do Deputado Miguel Corrêa, a leitura de forma sucinta do adendo, porque ele é longo.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com a leitura sucinta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Srs. Senadores que concordam com a leitura sucinta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passo a palavra, de forma diligente, ao Deputado Miguel Corrêa, para que possa promover a leitura do adendo.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, demais colegas, os adendos têm o único objetivo de costurar todo esse acordo e representar o acordo proposto pela Comissão, o que significa que todas essas propostas de adendo...

Eu peço a V.Exa., Sr. Presidente, que distribua cópias dessas propostas a todos os Parlamentares, para que em plenário confirmemos a construção desse acordo. E, aí sim, vamos para a votação do relatório final, porque acho que a leitura única e exclusiva não teria a atenção suficiente como a da peça orçamentária de adendo sendo entregue a cada Parlamentar. Peço a aprovação dos adendos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Por acordo, eu coloco em votação a aprovação do adendo na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Para finalizar esta reunião, passo a palavra, primeiro, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Presidente, Senador Lobão Filho, Relator-Geral, Deputado Miguel Corrêa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu quero agradecer aos membros da Comissão Mista de Orçamento pela justiça que fizeram ao Estado do Pará no *per capita* de alta e média complexidade.

Não há como entender, Senador Lobão Filho, que o Pará esteja na pior situação, com R$ 96,26 *per capita*, e o segundo pior, que é o Estado da Paraíba, com R$ 133,94,

quando o Pará tem atendimento instalado de média e alta complexidade bem maior do que vários Estados que aqui estão com o *per capita* superior ao do Pará.

Então eu quero só referendar, Presidente Lobão e Deputado Miguel Corrêa, que nós vamos fazer essa correção agora na votação do Orçamento no Congresso Nacional. O Deputado Domingos Sávio fez um destaque para corrigir aqui na Comissão de Orçamento, mas ficou acordado que o acerto seria feito no Congresso Nacional, na aprovação final do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, não tem como votar o Orçamento, deixando a Defensoria de lado. Nós tentamos um acordo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Orçamento já foi votado.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Orçamento já foi votado, e os adendos, votados.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Nós tentamos um acordo, o Governo ficou nos empurrando com a barriga, inclusive com ironia, tratou a Defensoria dizendo: *"Vocês não queriam autonomia? Então, se virem agora!*" Então, não é justo deixar a Defensoria a ver navios. Nós precisamos... A população brasileira, a população carente, a população que esta Casa representa está sendo deixada de lado. Então, Sr. Presidente, nós estamos exatamente tentando um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Quando chegar ao plenário do Congresso, nós vamos discutir esse assunto lá, claro.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Só para me solidarizar com esses argumentos. É verdade, nós poderíamos tentar fazer um esforço em conseguir um adicional...

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - É um acordo o que nós queremos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Porque elas atendem a camada mais pobre da população, que não tem condições de pagar advogado. Portanto eu acho que pode ir ao Relator, fazer um esforço, fazer um adendo no plenário para atender um pouco mais a Defensoria Pública.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - São apenas 20 milhões de reais que se pede para pessoal, para contratar 50 defensores para somar aos mais de 500 que existem. Enquanto que a Advocacia Pública, a Advocacia da União tem mais de 8 mil advogados, trabalhando e atendendo o Governo, a população carente, que é cerca de mais de 60% dos brasileiros, está ficando a ver navios. Então, por isso que eu faço esse apelo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, podemos até...

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - São 20 milhões.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deixa eu me manifestar. O Relator...

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deixa eu terminar de falar, Deputado.

Senhores, o Relator foi o Parlamentar mais flexível que eu já vi na minha vida. Eu já fui Relator Setorial nesta Comissão, eu nunca vi uma situação como esta. S.Exa. atendeu a todos, atendeu a Defensoria. É claro que não está atendendo na totalidade. S.Exa. está apenas impedindo novas contratações para a Defensoria, mas garantindo

recursos para que a Defensoria possa se sustentar no próximo ano. Eu acho que é até uma deferência ao Relator no tanto que S.Exa. foi democrático e flexível na absorção dos pedidos e dos pleitos dos nobres colegas, eu acho que nós lhe devemos agora, pelo menos, esse voto de descanso.

S.Exa. já disse que não tem mais condição. Não é por nada. Eu quero que V.Exa. entenda. É que, para mexer nesse capítulo, tem que mexer no Anexo V, que S.Exa. não mexeu para ninguém. Então, todos querem contratação de pessoal novo, todo mundo, querem novos médicos, novos professores. Todo mundo quer.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Está explicado, Presidente. Está explicado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - S.Exa. não vai abrir exceção. Eu concordo com S.Exa., eu lhe dou o meu apoio integral. S.Exa. já foi excessivamente bom dentro desta Comissão.

Agora, Deputado, temos que concordar que as coisas também têm que ter um limite.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Presidente, Presidente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O que está se pedindo é apenas uma sinalização do Governo...

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Um acordo que nós queremos fazer para poder suplementar a Defensoria no ano que vem. É um acordo. Nós sabemos dessa impossibilidade, compreendemos isso, já conversamos com o Relator-Geral...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É um gesto político, Presidente.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - É um gesto político.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Isso pode ser feito.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Isso não custa nada para o Governo e isso vai fazer uma diferença enorme na vida daqueles que mais precisam da Justiça.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu passo a palavra ao Deputado Miguel para ser muito rápido, e a gente encerrar essa discussão.

Com a palavra o Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Sr. Presidente, colegas.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Eu quero só fazer uma colocação ao Relator.

A Comissão de Defesa do Consumidor colocou uma emenda para a Defensoria, e ela foi rejeitada. Eu pergunto a V.Exa.: não seria possível o senhor colocar dentro da Comissão de Defesa do Consumidor um valor para a Defensoria? Não precisaria mexer no Anexo V. Lá ficou zerada na Comissão. Se o senhor colocar um valor de 10 milhões pelo menos, está resolvido aqui entre todas as bancadas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - A resolução não permite que a gente acrescente valor em emenda rejeitada. Então, assim, não há essa possibilidade. Agora, nós estamos construindo uma forma de acrescentar valores à Defensoria Pública da União.

Inclusive, Presidente, eu queria falar que não existiu, em nenhuma Comissão de Orçamento composta anualmente, um atendimento tão significativo para a Defensoria Pública da União. Nós podemos nos orgulhar de ter avançado imensamente nos pleitos e nas demandas aqui da Defensoria Pública, que, por excelência, tem uma atuação muito firme em relação a todos os Parlamentares e acabou tendo um êxito muito grande, pela qualidade dos trabalhos de S.Exa. aqui apresentados.

Agora, nós acatamos basicamente todos os pleitos da Defensoria Pública. Ao contrário, o pleito da Defensoria Pública que nós não estamos acatando não significa que seja o pleito da Defensoria Pública. Trata-se do Anexo V, de Contratação, com o que não estamos atendendo ninguém.

Eu acho que é um desrespeito, Sr. Presidente, aos demais setores da sociedade, do Governo e das suas representações que apresentaram essa demanda, apresentaram esse pleito, quando nós falamos que não haveria possibilidade, que não haveria negociação de contratação. Então, como agora, na reta final, essas pessoas que se debruçaram sobre esse pedido para aumentar um pouco ali — professor, médico e os demais setores —, nós vamos voltar atrás com isso e montar um acordo distinto? Isso não é...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está apoiado.

Vamos para a sessão do Congresso Nacional.

Está suspensa a sessão.

Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. está falando em relação à suspensão? Já está encerrada esta sessão.

Vamos ao Congresso Nacional.

Está encerrada esta sessão.

ATA DA QUINTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2013.

Às quinze horas e cinquenta minutos do dia três de dezembro do ano de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Lobão Filho. A reunião foi convocada para debater os indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (IGP) apontados pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 2.969/2013 -TCU-Plenário, em obras e serviços de engenharia constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2014. A reunião foi convocada pelo Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI, desta Comissão, Deputado Afonso Florence, para atendimento ao disposto nos *art. 94 e 97 da Lei nº 12.708/2012* (LDO 2013). Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Bohn Gass, Carlos Magno, Claudio Cajado, Danilo Forte, Domingos Sávio, Fábio Ramalho, Giovani Cherini, Lourival Mendes, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Sandro Alex, Severino Ninho, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro; **- Senador titular:** Lobão Filho; **- Deputados suplentes:** Afonso Florence, Alex Canziani, Carlos Brandão, Dilceu Sperafico, Gera Arruda, José Rocha, Leopoldo Meyer, Oziel Oliveira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto e Walter Ihoshi. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados:** Aelton Freitas, Andre Moura, Bruno Araújo, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Mandetta, Marçal Filho, Marcos Montes, Miguel Corrêa, Nilton Capixaba, Ricardo Berzoini, Roberto Teixeira, Rose de Freitas e Ruy Carneiro**;** - e **Senadores**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Morais. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Paulo Pimenta. **ABERTURA**: o Presidente declarou iniciada a reunião e anunciou a composição da Mesa: Coordenador do Comitê de Avaliação das informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves–COI, Deputado Afonso Florence; Diretor de Infraestrutura do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transporte – DNIT, Sr. Roger Pegas; Diretor-Presidente da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, Sr. José Lúcio Lima Machado, e o Diretor de Planejamento, Sr. Sérgio de Assis Lobo; Secretários de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, do Tribunal de Contas da União, Srs. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, e Nivaldo Dias Filho. Anunciou, ainda, as seguintes presenças: Sras. Silvia Schmitt e Lorena Duarte, e Sr. Jair Galvão, técnicos da VALEC; Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União do TCU, Sr. Arsênio José da Costa Dantas. O Presidente comunicou que os palestrantes disporiam, cada um, de 15 minutos, para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões

pelas quais as obras não deviam ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pela Corte de Contas, se for o caso, ponderado o disposto no *art. 94 da Lei nº 12.708, de 2012* (LDO 2013). Informou, também, que conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. A seguir, a lista de inscrição para debate foi aberta. O Coordenador do COI, Deputado Afonso Florence, recebeu a palavra para tecer considerações iniciais. Logo após, o Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União do TCU, Sr. Nivaldo Dias Filho, realizou apresentação acerca de achados de auditorias no âmbito da VALEC. Ao final da apresentação, a palavra foi transferida ao Diretor-Presidente da VALEC, Sr. José Lúcio Lima Machado, que esclareceu pontos questionados durante a apresentação do TCU. A palavra foi concedida ao Sr. Nivaldo Dias Filho para réplica e houve tréplica. Logo após, o Deputado Domingos Sávio fez uso da palavra para manifestar-se acerca de paralisação e saneamento de obras com indícios de irregularidades apontadas pelo TCU. Às 16h42, o Deputado Weliton Prado assumiu a Presidência dos trabalhos. A seguir, passou a palavra para o Deputado José Rocha, o qual teceu comentários acerca da gestão da Valec e sobre a importância da empresa. Os Deputados Oziel Oliveira e Carlos Magno também fizeram comentários sobre a paralisação e saneamento de obras com indícios de irregularidades apontadas pelo TCU. Na sequência, o Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União do TCU, Sr. Arsênio José da Costa Dantas, realizou apresentação acerca de achados de auditorias no âmbito do DNIT. Ao final da apresentação, a Presidência foi passada ao Deputado Afonso Florence, às 17h05. A seguir, o Diretor de Infraestrutura do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transporte – DNIT, Sr. Roger Pegas, esclareceu pontos questionados durante a apresentação do TCU. Acerca dos achados de auditoria no âmbito do DNIT, teceu comentários o Deputado Paulo Pimenta. Logo após, o Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, do TCU, Sr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, realizou apresentação acerca de achados de auditorias no âmbito do Ministério do Esporte. Não havia representante do Ministério presente para argumentar sobre os achados do TCU. Na sequência, o Presidente em exercício, Deputado Afonso Florence, informou sobre a realização de diligências organizadas pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, às obras de construção da Vila Olímpica, em Parnaíba/PI, e da Ferrovia de Integração Leste-Oeste, em Barreiras/BA, conforme o Requerimento nº 8/2013–CMO, de sua autoria, aprovado na 10ª Reunião Ordinária, em 19/11/2013. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício agradeceu a todos os presentes na Reunião, a qual foi encerrada às dezessete horas e quarenta minutos. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram

gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador LOBÃO FILHO. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro iniciada a 5ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do DNIT, da VALEC, do Ministério dos Transportes, do Ministério do Esporte e ainda representantes do Tribunal de Contas da União, para discutirmos os indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União — TCU, por meio do Acórdão nº 2.969, de 2013, em obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade dos órgãos supracitados, por solicitação do Deputado Afonso Florence, Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, desta Comissão, para atendimento ao disposto nos arts. 94 e 97 da Lei nº 12.708, de 2012.

Pergunto ao Deputado Afonso Florence se deseja fazer parte da Mesa. *(Pausa.)*

V.Exa. está formalmente convidado.

Anuncio a composição da Mesa, sem prejuízo do convite previamente anunciado, cujos membros convido para imediatamente tomarem assento: Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, Deputado Afonso Florence; Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT, Sr. Roger Pêgas *(pausa)*; Diretor-Presidente da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, Sr. José Lúcio Lima Machado, e o seu Diretor de Planejamento, Sr. Sérgio de Assis Lobo *(pausa)*; Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Sr. Ricardo Garcia Cappelli *(pausa)*; e, finalmente, Secretário de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação do Tribunal de Contas da União, Sr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos. *(Pausa.)*

Tendo todos já tomado assento, anuncio ainda as seguintes presenças: Técnicos da VALEC, Sras. Silvia Schmitt e Lorena Duarte e Sr. Jair Galvão; Secretário de Fiscalização de Obras Rodoviárias do TCU, Sr. Arsenio José da Costa Dantas.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que os palestrantes disporão, cada um, de 15 minutos para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não devem ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pela Corte do Tribunal de Contas.

Conforme estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas as réplicas e as tréplicas pelo mesmo prazo.

Está aberta a lista de inscrição para os nobres Parlamentares.

Eu inicio passando a palavra ao Deputado Afonso Florence, Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI. Com a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, senhoras e senhores. Serei objetivo, saudando todos da Mesa e todos os demais presentes, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

Muito rapidamente, a título de informação, a LDO determina a realização de audiência pública para que sejam avaliados os prejuízos potenciais para a administração pública e para a sociedade em decorrência de paralisação indicada pelo TCU — art. 97, § 2º da LDO 2013, Lei 12.708, de 2012.

O TCU examina os aspectos formais, legais e aqueles relacionados a regular a eficiente aplicação dos recursos públicos. Cabe ao Congresso Nacional examinar a conveniência, a oportunidade, o interesse público decorrente da continuidade ou não da execução das obras.

A obrigação legal do Congresso Nacional é examinar os impactos econômicos, financeiros, sociais e ambientais de eventual paralisação. O art. 94 da LDO de 2013 determina:

> *"Art. 94 O Congresso Nacional levará em consideração, na sua deliberação pelo bloqueio ou desbloqueio (...), a classificação da gravidade do indício, (...), e as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela execução, em especial:*
>
> *I - os impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;*
>
> *II - os riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;*
>
> *III - a motivação social e ambiental do empreendimento;*
>
> *IV - o custo da deterioração ou perda das parcelas executadas;*
>
> *V - as despesas necessárias à preservação das instalações e dos serviços já executados;*
>
> *VI - as despesas inerentes à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;*
>
> *VII - as medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados; e*

VIII - o custo total e o estágio de execução física e financeira de contratos, convênios, obras ou parcelas envolvidas."

Como método de trabalho, o COI promove reuniões técnicas e audiências públicas. Já fizemos reuniões técnicas, hoje estamos realizando audiência pública com gestores e representantes do TCU. E também nós realizamos diligências aos locais das obras quando julgado necessário. Já fizemos uma visita à BR-448 e temos previsão de visitas à Vila Olímpica de Parnaíba e à FIOL, em Barreiras.

A decisão do Congresso Nacional de bloquear ou não a obra não interfere no trâmite do processo no âmbito do TCU, espaço onde devem ser preservados o contraditório e a ampla defesa de gestores e contratados.

No ano de 2013 foram fiscalizadas 136 obras nas 27 unidades da Federação, com dotação orçamentária de 34 bilhões e 700 milhões. Temos, com indicação de paralisação para 2014, sete obras: construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, entre Caetité e Barreiras; implantação e pavimentação da BR-448, no Rio Grande do Sul; construção da ponte sobre o Rio Araguaia, na BR-153; esgotamento sanitário na cidade de Pilar, em Alagoas; Avenida Marginal Leste do Rio Poty, em Teresina, e a construção da Vila Olímpica de Parnaíba.

Sr. Presidente, vale registrar que, com relação à Ferrovia Norte-Sul, fomos notificados pelo TCU, posteriormente à visita técnica, da decisão de retirar o indicativo de paralisação, considerando o trabalho realizado no âmbito desta Comissão em parceria com o TCU e com a VALEC. Portanto, acaba de ser notificada esta Comissão do Congresso Nacional da retirada da indicação de paralisação da Ferrovia Norte-Sul, em Tocantins.

Finalmente, para concluir, das 22 obras com recomendação de paralisação em 2012, 17 delas, 77%, tiveram nesse exercício as pendências saneadas ou esclarecidas,

ou o próprio TCU retirou a recomendação de paralisação em razão do avançado estágio de execução.

Esse fato demonstra que o trabalho articulado da CMO, do TCU e dos gestores do Poder Executivo Federal evitou os inevitáveis prejuízos caso as paralisações tivessem se concretizado.

Portanto, são informações de alta relevância, retirando essa notificação recentemente recebida pela CMO, envida pelo TCU, da retirada da indicação de paralisação da Ferrovia Norte-Sul.

É isso, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Afonso Florence.

Eu passo agora a palavra ao Diretor-Presidente da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias, Sr. José Lúcio Lima Machado, para que faça sua exposição, por 15 minutos.

Com a palavra o Sr. José Lúcio.

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO - Boa tarde a todos, Srs. Deputados integrantes da Mesa, companheiros, demais Deputados presentes.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para termos uma ideia, esse mapa demonstra a área de concessão da VALEC, e nele nós podemos perceber — eu não sei se há um sinalizador aqui...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Dr. José Lúcio, o Relator, Deputado Florence, sugere que seja alterada a condução desta audiência pública proposta pela Secretaria: ele imagina que seja mais inteligente darmos a palavra primeiro ao TCU para que V.Sa. depois possa responder a assuntos tópicos e específicos levantados pela fiscalização do TCU. Eu acho que seria mais fácil do que nós expormos a sua situação e depois ele falar e V.Sa. ter que redarguir ao que for dito.

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra, inicialmente, ao Sr. Arsenio José da Costa Dantas para sua exposição.

Convoco o Sr. Arsenio para fazer parte da Mesa. *(Pausa.)*

Com a palavra o Dr. Nivaldo Dias Filho, representante do TCU, Secretário específico do setor da VALEC.

O SR. NIVALDO DIAS FILHO - Eu gostaria de cumprimentar, na pessoa do Presidente da Mesa, Senador Lobão, os demais Parlamentares presentes e todos que participam desta audiência.

(Segue-se exibição de imagens.)

Já está projetado na tela ali. Esse eslaide é só para relembrar, todos com certeza têm conhecimento disso. De acordo com a LDO, constituem indícios de irregularidades graves todos aqueles que sejam materialmente relevantes em relação ao valor total do contrato; que também tenham a potencialidade de ocasionar prejuízos ao Erário ou a terceiros; que possam ensejar nulidade de procedimento licitatório ao contrato ou que configurem desvios relativos aos princípios a que está submetida a administração pública.

Esse é um comando com algumas sutis alterações que têm estado presentes nas últimas LDOS e que, consequentemente, pautam o TCU ao fazer essas recomendações.

No próximo eslaide nós vamos ter uma noção, por esse mapa ilustrativo, de onde fica o trecho em questão, da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, na Bahia. Vamos falar especificamente dos Lotes 5, 5A, 6 e 7, que ligam Caetité a Barreiras.

No próximo eslaide, nós temos uma ilustração um pouco mais detalhada disso e uma tabela que mostra os objetos que têm indicação de paralisação pelo Tribunal. Inicialmente estavam incluídos todos os lotes que fazem parte desse trecho — como eu

comentei 5, 5A, 6 e 7 —, mas o Tribunal já suspendeu a recomendação de paralisação para o Lote 5. Portanto, falaremos dos Lotes 6, 7 e do 5A.

No próximo eslaide, nós temos a etapa da obra. Verificamos que essas obras estão com baixo percentual de execução. Basicamente, em alguns lugares, os canteiros ficaram prontos ou foram iniciados. Esses foram alguns dos casos em que o Tribunal apontou os problemas logo no início. Portanto, maiores prejuízos não se consolidaram a partir disso.

Nós verificamos no próximo eslaide que a decisão que recomendou a paralisação foi o Acórdão nº 2.371, de 2011, do Plenário do TCU, e também determinou a suspensão cautelar da execução dos contratos desses quatro lotes que estão relacionados aí. Logo em sequência, o Acórdão nº 3.301, de 2011, também do Plenário do TCU, relacionou as medidas corretivas, também em cumprimento aos comandos legais. Veremos na sequência que esses contratos não foram incluídos nos Anexos VI da LOA dos anos de 2012 e 2013.

Mais recentemente, em outubro, o Acórdão nº 2.770, também do Plenário do TCU, autorizou a continuidade do Contrato nº 58, de 2010, que se refere ao Lote 5, devido ao atendimento pelo gestor de determinações do acórdão que estabeleceu as medidas saneadoras.

No próximo eslaide, nós verificamos um trecho do relatório do COI, que justamente balizou a decisão de não incluir essas obras no Anexo VI. Isso porque a VALEC se comprometeu a não dar prosseguimento à obra e a implementar as correções apontadas pelo Tribunal, e a VALEC foi tomando essas medidas, como veremos um pouco mais adiante.

No próximo eslaide, nós temos a relação das irregularidades — estão relacionadas a um grupo maior — concernentes a projeto básico deficiente, conforme foi identificado em 2011. Então, o Tribunal apontou essas deficiências relativas ao projeto básico. Não vou entrar em detalhes: temos escritas ali.

No próximo eslaide começamos a ver as medidas que ainda estão pendentes por parte do gestor. Como o Lote 5 já teve as medidas atendidas, conforme deliberado pelo Tribunal, restam aquelas medidas corretivas que dizem respeito aos outros três lotes. Verificamos que concluíram os projetos executivos dos Lotes 5A, 6 e 7, definiram o traçado dos trechos 6 e 7, inclusive contemplando a decisão com respeito à chegada a Barreiras, porque existia um traçado alternativo.

Vemos a necessidade de quantificar os materiais de escavação — primeira, segunda e terceira —, porque eles são bastante impactantes no custo da obra, e para isso, seria necessário realizar sondagens, concluir os projetos executivos em consequência da nova informação obtida e consequentemente conseguir calcular finalmente o preço da obra e ter também um prazo mais firme para a conclusão. Verificamos a necessidade de excluir os Serviços para Administração das planilhas contratuais — essa era uma rubrica específica, sem uma definição, mas já está consolidado na jurisprudência do Tribunal que esse tipo de item não deve ocorrer nas planilhas — e também de apresentar as conclusões com respeito à continuidade ou não dos contratos.

Quanto à situação processual da FIOL dentro do TCU, dos Lotes 5 a 7, como eu comentei, o Acórdão nº 2.700, de 2013, autorizou a continuidade do Lote 5. Ficaram pendentes, portanto, os Lotes 5A, 6 e 7.

As últimas informações foram entregues pela VALEC em 27 de novembro de 2013, e o processo está na pauta da sessão plenária de amanhã para uma decisão sobre o Lote 5A.

Em relação aos Lotes 6 e 7, no dia 2, ontem, foram solicitadas informações complementares à VALEC, porque, da análise da documentação que havia sido enviada pela VALEC, na realidade, em várias etapas, no último mês principalmente, sentiu-se a necessidade de informações complementares.

É importante ressaltar que essas obras nunca foram iniciadas, como nós vimos ali na evolução física. Um aspecto importante é que bem recentemente é que elas tiveram a licença ambiental — há cerca de 2 meses — e que também, quanto ao Lote 5, mesmo depois de ter sido liberado pelo Tribunal, notícias que temos mais recentes dão contam de que esse lote não se iniciou por problemas contratuais.

Eu tenho prevista a apresentação para a Extensão Sul, mas acho que, diante da comunicação de que o Tribunal não mais recomenda o indicativo de paralisação, não seria mais oportuno comentá-la.

Só avançando, na última apresentação, nós temos a cópia do comunicado que o Presidente do TCU fez à CMO.

Era isso o que eu tinha a dizer.

(Pausa.)

(Não identificado) - *(Falha na gravação.)* ... esclarece às pessoas como funciona esse sistema de inclusão e retirada da notificação para paralisação.

O SR. NIVALDO DIAS FILHO - Perfeito. Seguindo orientação do nobre Deputado, vou apresentar alguns eslaides sobre a Norte-Sul.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós temos aí, a exemplo do que fizemos para a FIOL, uma indicação ilustrativa de onde se localizam os Lotes 13 e 14. Eles ficam na proximidade de Palmas, ao sul de Palmas, no Estado do Tocantins.

No próximo eslaide, nós temos uma localização mais precisa. Os Lotes 13 e 14, que tinham respectivamente os Contratos nºs 36 e 37, tinham recomendação de paralisação por causa de sobrepreço.

No próximo eslaide, nós veremos que o Tribunal confirmou esse sobrepreço, que totaliza 82 milhões de reais, em valores de abril de 2007. Os dois contratos foram assinados com a mesma construtora — ela ganhou esses dois lotes —, e eles encontram-se atualmente encerrados, já foi emitido o Termo de Recebimento Definitivo

pela VALEC, em março de 2013. Foi celebrado um contrato para complementar a execução das obras que ficaram inacabadas, que envolviam os Lotes 12, 13 e 14 — gerou o Contrato nº 5, de 2013. As últimas informações que temos datam de agosto deste ano. A execução desse contrato complementar indicava uma execução de 97,98%. Portanto, até agosto, de acordo com a execução contratual, como nos informado, os Lotes 12, 13, e 14 não haviam sido concluídos, não estavam aptos para serem utilizados.

Sobre a situação processual, estão no próximo eslaide os números dos processos no Tribunal que são relativos a cada um deles. Como eu comentei, o Tribunal deliberou, no mérito, pela existência de sobrepreço. Os Acórdãos nºs 1.922 e 1.923, de 2011, do Plenário do Tribunal, confirmaram isso e recomendaram à VALEC a repactuação dos contratos. A VALEC informou que a contratada não aceitou a repactuação e entrou com um pedido de reexame no Tribunal.

Logo que o Tribunal deu o indicativo, que originalmente era de retenção e não paralisação, a empresa ingressou no Judiciário e obteve uma medida liminar que desonerou a VALEC de fazer as retenções. Isso gerou uma situação peculiar, porque o mérito não foi decidido no Judiciário, e o Tribunal, mesmo já com a obra estando em avançado estágio de execução, continuava com indicativo de IG-P, com indicativo de paralisação, justamente por causa do impacto que causa não só nas contas no Congresso Nacional, mas também no Judiciário, e uma decisão diferente disso poderia indicar ao Judiciário que a situação estava resolvida perante o Tribunal.

No último eslaide, nós vemos que o TCU, até por conta da atuação do Congresso na reunião técnica que tivemos há alguns dias, deliberou por comunicar ao Titular do Tribunal no Judiciário a situação processual e também comunicar ao Congresso Nacional, à CMO, que o indicativo de paralisação não se justificava por restrição orçamentária. E aí, consequentemente, o encaminhamento aqui ao Congresso Nacional

foi de reclassificar de Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação, para Irregularidade Grave com Recomendação de Continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Agradeço ao Dr. Nivaldo e passo a palavra agora ao Presidente da VALEC, Dr. José Lúcio Lima Machado.

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO - Sr. Presidente da Mesa, Exmo. Sr. Deputado Afonso Florence, demais membros, meus senhores, minhas senhoras, eu queria, primeiro, mostrar no mapa do Brasil a área de concessão da VALEC, para geograficamente nós nos situarmos em relação aos problemas que nós vamos debater aqui no Congresso.

Infelizmente estou sem um salientador aqui, mas o primeiro trecho ali da Norte-Sul está concluído, sendo operado pela VALEC, que é o trecho que vai basicamente até Figueirópolis, de Açailândia a Figueirópolis. Esse trecho está em operação. De Figueirópolis até a divisa de Tocantins, estão os dois lotes que estavam inclusos na cautelar sugerida pelo Tribunal de Contas. A seguir estão os trechos que estão em execução, com previsão de conclusão em 2005. Até Anápolis, nós pretendemos entregar todo esse trecho em condições de operar no primeiro semestre do ano que vem, possibilitando à região de Goiás e adjacências um novo porto para embarque de seus produtos.

O trecho da FIOL é basicamente dentro do Estado da Bahia. De Ilhéus até Barreiras são os trechos que estão em execução ou paralisados. Basicamente, os trechos paralisados vão, ali naquele mapa, de Caetité até Barreiras.

O próximo mapa mostra especificamente esse trecho, Caetité até Barreiras, onde estão inclusos os quatro lotes com medida cautelar: o Lote 5, o Lote 5A, o Lote 6 e o Lote 7.

Eu diria que o lote 5, como já foi dito aqui pelo TCU, já foi liberado. O lote 5-A tem o parecer técnico, que vai ser apreciado amanhã pelo plenário do TCU, com possibilidade, pelo parecer técnico, também de ser liberado. Então, desses quatro lotes,

dentro desse trecho, há possibilidade muito grande de que neste ano estejam já os dois lotes totalmente liberados.

Os lotes 6 e 7 estão com pendências de informações ao Tribunal de Contas, recentemente recebidas. Pretendemos, num máximo de 30 dias, entregar ao Tribunal de Contas todas as informações necessárias com o objetivo de, no primeiro trimestre do ano que vem, tudo estar devidamente analisado. Por uma análise de risco que eu vou demonstrar aqui aos senhores, há expectativa muito grande de que também esses lotes venham a ser liberados.

O Relator do Tribunal de Contas salientou — eu também queria dar ênfase — que, para todos esses quatro lotes que tiveram paralisação, nós já temos licença de implantação concedida pelo IBAMA.

Nós praticamente atendemos a todas as recomendações desses três acórdãos do Tribunal de Contas da União, acatamos todas as determinações e realizamos todos os procedimentos necessários. Como eu relatei aqui, já obtivemos o parecer favorável e pretendemos, dentro de 30 dias, entregar todos os outros que o Tribunal ache que seja necessário para os esclarecimentos.

Em seguida, eu vou demonstrar um quadro, que é uma análise de risco que foi feita. De todos os procedimentos pedidos pelo Tribunal, o lote 5 apresentou a análise. Todos esses lotes foram licitados com projetos básicos. Nenhum deles tinha um projeto do Executivo. A lei permite licitar com projeto básico. É evidente que, no projeto básico, sempre tem uma margem de segurança, ou deve ter uma margem de segurança, para eventuais surpresas na definição do projeto do Executivo. Acredito que esse lote foi licitado dessa maneira. A análise de risco, já com todas as sondagens de projeto do Executivo praticamente definido, acusa que nós vamos ter uma redução de 8,8% no contrato, principalmente no estudo dos quantitativos de materiais de escavação. A classificação, classe 1, classe 2, classe 3 e 4 permitiram uma redução da ordem de 75 milhões.

Nesse lote, o risco, porque quando o Tribunal, salvo engano, determinou essa medida cautelar, ele se espelhava muito no que ocorreu na Norte-Sul, onde os contratos tiveram um aditivo da ordem de 25%, com risco de não serem concluídos com os 25% ou necessitarem de recurso adicional para a sua conclusão.

Então, no lote 5 da FIOL, a conclusão é que o objeto da licitação deverá ter uma redução no seu contrato, nos itens mais relevantes, da ordem de 8,8%. Em termos de valores, da ordem de 63 milhões.

A mesma análise de risco foi feita no lote 5-A, que nós temos a expectativa que seja liberada agora, na reunião de amanhã. Nesse lote, nós temos uma expectativa de um acréscimo de 1,8%, bem aquém dos 25% permitidos por lei.

No lote 6, a mesma análise de risco. Praticamente todas as sondagens estão concluídas, o que é um dos itens principais. O lote 6 indica que nós deveremos ter um acréscimo de contrato na ordem de 4,7%.

Por fim, no lote 7, a mesma análise foi feita. Há um indicativo, nos nossos cálculos, de uma redução da ordem de 15%. É bem verdade que nesse lote nós estamos fazendo, no primeiro item, uma redução de 15 quilômetros de trecho de ferrovia, por conta do que se deu no Lote 8, a ocorrência de cavernas, que vão modificar o traçado da ferrovia. Então, a decisão é deixar os 15 quilômetros finais desse trecho sem executar, até que se defina o melhor caminhamento no trecho de cavernas do Lote 8, que se encontra em projeto.

Basicamente, concluída essa análise de risco, isso nos dá uma tranquilidade em relação a um dos principais riscos apontados pelo Tribunal de Contas. Os diversos trabalhos que nós fizemos, por conta das oitivas do Tribunal, das dúvidas, etc. e tal, permitiram com segurança a gente chegar a esses números que eu relatei aos senhores.

O segundo ponto que eu queria destacar nessa apresentação é o voto do Ministro Relator no Acórdão nº 2.700/2013, referente ao Lote 5. Permitam-me ler:

> *Constata-se que essas ações empreendidas pela VALEC, em cumprimento aos Acórdãos 2371 e 3301, ambos de 2011, do Tribunal de Contas da União, ainda não representam o cumprimento integral* — isso naquela época, outubro de 2013; eu diria que falta ainda um pequeno complemento — *do que foi determinado. Reduziram-se as incertezas e os riscos anteriormente mencionados a um nível que, a meu ver, considerando os benefícios advindos da continuidade das obras, justifica a revogação da medida cautelar, de forma a possibilitar à VALEC dar segmento à execução contratual.*

Basicamente, é do trecho Oeste-Leste, da FIOL, que eu gostaria de mostrar aos senhores.

Agora eu passo a comentar sobre a Ferrovia Norte-Sul, que também tem medida cautelar nos Lotes 13 e 14, com extensão, no Lote 13, de 109 quilômetros e, no Lote 14, de 102 quilômetros. Quero dizer, basicamente, o que já foi dito aqui também pelo Relator do TCU, que as obras nesses trechos foram concluídas e os contratos estão extintos. O que nós temos hoje nesse trecho são apenas contratos de manutenção da ferrovia, que esperamos em breve entrarem em operação, ainda no primeiro semestre do ano que vem. Como foi relatado aqui também, existem pendências judicializadas, e a VALEC aguarda a decisão da justiça.

Pelo que tivemos oportunidade de expor aos senhores, nós entendemos que essas obras elencadas não devem ser incluídas no rol do Anexo 6 da LOA de 2014.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Agradeço ao Presidente da VALEC, Dr. José Lúcio Lima Machado.

Passo a palavra ao Dr. Nivaldo, para que possa se manifestar em relação às exposições feitas aqui pelo Presidente da VALEC.

O SR. NIVALDO DIAS FILHO - Acho que a apresentação da VALEC demonstrou o trabalho que vem sendo feito. O TCU vem reconhecendo o esforço que a VALEC teve nos últimos 2 anos, desde que os problemas foram apontados, em de fato resolvê-los. A própria VALEC, à época, reconheceu que de fato o que foi apontado pelo Tribunal eram problemas e prontamente buscou resolvê-los, porque sabia que, da resolução dessas pendências, dependeria a plena execução da obra, envolvendo conhecer o preço, conhecer previamente as soluções, para que os problemas que foram enfrentados nos vários lotes da Ferrovia Norte-Sul não se repetissem na FIOL.

Nós verificamos aqui que as pendências atualmente residem basicamente nos Lotes 5-A, 6 e 7; o 5-A está para ser deliberado pelo TCU amanhã, com respeito à alteração ou não da recomendação. Quanto aos Lotes 6 e 7, a VALEC fez a análise de risco, conforme demonstrado ali, e é justamente nessa análise que residem algumas diferenças de entendimento entre a VALEC e a unidade técnica do TCU.

Eu não vou entrar em detalhes, porque talvez não seja oportuno para o momento, mas, da análise, os técnicos não estão certos de que os riscos apontados pela VALEC são daquela ordem. Como a VALEC realizou uma quantidade reduzida de sondagens, as estatísticas, conforme calculadas pelo Tribunal, não indicam riscos tão baixos assim. Só para se ter um exemplo, no Lote 6, onde a VALEC aponta um indício de redução do valor, porque a tendência é uma redução do valor, a mesma análise feita sobre 37% das sondagens, se eu não estou enganado, chega à conclusão de que existe um risco de variação de volumes que supera 50% no caso de material de terceira categoria, rocha, que é justamente o mais caro. Certamente os esclarecimentos que a VALEC vai enviar na sequência vão possibilitar que se faça um juízo final acerca desse risco real que está envolvido nesses dois lotes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Dr. Nivaldo.

Retorno a palavra ao Dr. José Lúcio, para que possa se posicionar também.

O SR. JOSÉ LÚCIO LIMA MACHADO - Só um pequeno esclarecimento: a nossa análise de risco foi feita em cima de 93% das sondagens. É possível que o Tribunal, na continuidade da análise dele, chegue ao mesmo número, mas nós temos a convicção de que é algo em torno da grandeza que nós chegamos e que vocês deveram também chegar. É evidente que falta a análise de vocês. Nós vamos aguardar a conclusão final.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu gostaria que os presentes prestassem atenção ao fato de que nós estamos aqui em busca de resolver pendências técnicas entre o Tribunal de Contas e os órgãos pertinentes, seja DNIT, seja VALEC. O Relator, atento a todas essas explicações e às colocações do Tribunal, fará o seu relatório para ser submetido a esta Comissão, no sentido de paralisar ou não as obras.

É claro que o Relator tem preocupações políticas pertinentes não só à questão técnica, mas à questão financeira, social, ambiental, o prejuízo ao Erário, ao dano, se é significativo, relativo ou não. Então, são preocupações pertinentes e características desta Comissão. É importante esta audiência pública para que ambas as partes possam chegar a um denominador comum.

Eu pediria que não só o nosso Secretário de Fiscalização do Tribunal de Contas, bem como os Presidentes ou representantes dos órgãos aqui participantes da audiência pública buscassem facilitar o trabalho do Relator, no sentido de trazer já um prévio acordo, já uma solução possível de qualquer pendência ou dúvida que o Tribunal de Contas porventura tenha.

Eu perguntaria ao Deputado Domingos Sávio se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Apesar de haver uma ordem de inscrição, que eu já abri, se V.Exa. quiser falar...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Agradeço a V.Exa. Julgo muito oportuno, pela fala que V.Exa. acaba de apresentar e após ouvir as exposições do

Diretor-Presidente da VALEC, Dr. José Lúcio, a quem cumprimento, os demais membros da Mesa e também após ouvir o Sr. Nivaldo Dias, representando aqui o TCU, obviamente, também com todo o respeito ao nosso Relator, que está estudando a matéria.

Sr. Presidente, todos nós vivemos uma sobrecarga de trabalho, mas uma matéria tão relevante como esta não teria de nossa parte a displicência de não analisá-la. Estamos empenhados na análise, e com esse mesmo espírito de V.Exa. Não é propósito do PSDB paralisar obras de interesse público, mas é absolutamente claro e inegociável que nós possamos paralisar irregularidades, saná-las e até mesmo tomar as providências cabíveis, quando já tenham imposto prejuízos aos cofres públicos.

Nós estamos preocupados. Nós estamos falando de obras de montantes extremamente significativos. Nós estamos falando de obras cujo volume analisado pelo Tribunal de Contas chega próximo a 2 bilhões de reais. Nós vivemos um momento em que nós temos razão para estar preocupados. É bom que o Dr. Nivaldo saiba de uma atitude que nós tomamos em defesa dos instrumentos que o Tribunal precisa ter para exercer com plenitude a sua eficiente fiscalização em defesa do interesse público brasileiro, quando, na LDO, por exemplo, nós evitamos, num último momento, que fosse incluída uma emenda que retirava do Tribunal de Contas, e até mesmo desta Casa, a possibilidade dos instrumentos de análise de custo unitário, para fins de acompanhamento da execução de obras de infraestrutura no setor de transporte. Ora, isso inclui todo o setor ferroviário, aeroportuário, rodoviário. Felizmente, alertamos, defendemos a retirada e conseguimos construir entendimento com o Relator. Com o apoio dos colegas aqui presentes, essa tentativa não prosperou. Os mecanismos que são necessários para que isso se dê em benefício do País, em benefício da própria VALEC, que também tem um orçamento robusto... Nós entendemos que é nosso dever estar acompanhando, como uma empresa de capital misto, com a presença significativa

do Governo, embora de capital aberto, mas com a nossa responsabilidade direta de acompanhamento.

Aí é que vem a minha preocupação. Eu já antecipo para que nós tenhamos a oportunidade de construir um entendimento. Eu vejo, na página 56 do material que recebemos agora recentemente do Tribunal de Contas, fazendo uma reflexão de forma conclusiva sobre a Ferrovia Norte-Sul, que o relatório, as notas que nos chegam do Tribunal de Contas: *"Permanece o entendimento de que se deve comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamento e Fiscalização do Congresso Nacional que subsistem os indícios de irregularidade formados anteriormente..."* Etc., etc., etc., como foi, inclusive, mencionada e mostrada a carta que aqui veio.

Então, nessa sequência, a gente percebe que continua havendo problemas a serem resolvidos. Também, com relação à Ferrovia Oeste-Leste, que envolve um volume de recursos substanciais, a principal constatação desse trabalho foi a de que isso foi benéfico à VALEC, possibilitando que ela reveja critérios de elaboração de projeto. Eu até aproveito para dizer — o próprio Presidente da VALEC ali lembrava — que as licitações podem ser feitas com projetos básicos ou com projetos preliminares, preocupação que manifestamos quando se votou aqui o regime diferenciado de contratação. Eu acho que é um instrumento que pode agilizar as coisas, de algum aspecto pode representar avanços, mas devemos estar atentos para termos mecanismos de controle sobre isso.

Nós estamos vivendo o paradoxo de que a licitação pública, que é um mecanismo de controle para que o poder público garanta qualidade e bom preço, pode virar uma absoluta perda de controle. Você licita grandes, megaobras sem ter projetos executivos. Isso aí, em algumas situações, pode virar, literalmente, um tiro no escuro, pode virar um tiro no pé. No pé de quem? Do povo brasileiro, porque é o dinheiro do povo brasileiro que está jogado nisso. Nós estamos falando de licitar obras de bilhões de

reais em que nós não temos projeto. Pelo andar da carruagem é que você vai ver como vai ficar. Então, isso precisa ser mais bem avaliado.

Referindo-me a esta análise sobre a Oeste-Leste, na página 70, o Tribunal conclui:

> *"A conclusão deste trabalho é que, decorrido o período de 1 ano e 3 meses, desde a edição do Acórdão nº. 3.301/2011, do TCU, Plenário, até março de 2003, a VALEC não evidenciou ter agido no sentido de sanear as irregularidades apontadas, cumpridas as determinações do referido acórdão e, consequentemente, elaborar..."*

E assim por diante. Ou seja, eu estou estudando isso. Estou absolutamente à disposição também, não só à disposição, mas interessado em receber mais informações da VALEC. Aqui nós recebemos uma síntese. Eu não tenho a pretensão de conseguir apreender todas as informações em tão poucos minutos, mas nós estaremos atentos para acompanhar o relatório que, não tenho dúvida, irá ao encontro do interesse público. Espero eu não seja para paralisação, porque não queremos paralisar, mas estejam certos de nós queremos nos aprofundar neste tema, para que nós não corramos o risco de ser coniventes com qualquer irregularidade, seja ela cometida por um desconhecimento do problema, seja ela, na pior das hipóteses, feita em prejuízo ou de forma que fira os princípios de transparência e da boa gestão pública. É nosso dever, Sr. Presidente!

Então, não é possível declinar disso sob o argumento de que é muito volumoso, trabalhoso, de que há um conjunto grande de informações. Ainda que requeiramos a colaboração da Assessoria desta Casa, nós temos esse dever, até para preservar a imagem da VALEC, que tem uma responsabilidade muito grande sobre ela, em relação à condução de obras que são a esperança do povo brasileiro.

Nós não podemos deixar, aqui, irregularidades que foram apontadas pelo Tribunal de Contas da União, que insiste em dizer que elas ainda existem, e passar aqui pela a Comissão Mista de Orçamentos e dizer: "*não, tudo bem, continuam as obras*". Eu acho que continuar as obras, sim, mas com irregularidades em hipótese alguma. Nós vamos nos aprofundar nessa matéria.

É essa a referência que eu quero fazer em um tom extremamente respeitoso, mas não estamos convencidos, até o presente momento, pelas informações que aqui estão, de que essas irregularidades foram saneadas, até porque o Tribunal de Contas da União disse exatamente o contrário, que não foram sanadas. E se não foram sanadas, obras não podem continuar antes que elas o sejam. Esse é o pensamento, embora nós queiramos que essas obras andem o mais rápido possível, mas não com irregularidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio. Abstraindo o posicionamento, no mérito, do Deputado Domingos Sávio, filosoficamente o Deputado traduziu, de forma perfeita, a posição desta Comissão. Nossa responsabilidade é para com o País, na defesa do povo brasileiro. Dessa responsabilidade não abriremos mão.

Eu peço ao Deputado Weliton Prado que me substitua, na condução desta audiência pública, para que eu possa ir à Presidência do Senado por alguns minutos.

Então, passo a Presidência ao Deputado Weliton Prado para que ele possa conduzir os trabalhos a partir de agora.

Pergunto ao Deputado Afonso Florence se gostaria de se manifestar.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a Presidência, neste momento, ao Deputado Weliton Prado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) - Boa tarde a todos e a todas, dando continuidade aos trabalhos, passo a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ilustre Presidente Weliton Prado, que, neste momento, substitui o Presidente Lobão Filho, quero cumprimentar o Deputado Afonso Florence, ex-Ministro, Coordenador do COI; o Presidente da VALEC, José Lúcio Lima Machado; o Diretor de Planejamento, Dr. Sérgio de Assis; o Diretor de Infraestrutura do DNIT, Roger Pêgas; o Secretário do TCU, Nivaldo Dias Filho.

Primeiro, quero dizer que é uma satisfação muito grande nós estarmos, aqui nesta sessão, recebendo autoridades importantes, como o Presidente da VALEC José Lúcio Lima Machado. Aliás, eu tenho a honra de conhecer o seu trabalho profissional, em todos os órgãos que ocupou, de relevância, não só no nosso, mas em outros Estados. Foi Presidente da empresa de águas e saneamento do nosso Estado, onde fez um trabalho elogiável. Trabalhou em Manaus, no Distrito Federal, ultimamente exercia a Presidência de um dos órgãos mais importantes de infraestrutura do nosso Estado, a CONDER. Agora, assume a VALEC, com certeza à altura de bem dirigir essa empresa que todos nós sabemos que está passando por problemas. Com certeza, o Presidente Jose Lúcio, ao lado de Sérgio de Assis Lobo e de outros Diretores, haverão de solucioná-los e colocar a empresa nos trilhos, como todos nós desejamos e com a velocidade que seja do desenvolvimento do nosso País.

Também o nosso ilustre Diretor Roger, pessoa da mais alta qualificação, que tem honrado o DNIT na sua Diretoria, juntamente com todos os colegas que compõem a Diretoria; nosso Nivaldo Dias, com quem temos tratado em diversas audiências do problema da VALEC, tivemos umas quatro audiências no TCU, e devo dizer que temos encontrado a boa vontade do TCU de acordo com sua disponibilidade de tempo, de celeridade para analisar esses processos que têm ido da VALEC.

Devo dizer também que, de mais de cem obras, 136 obras que foram apontadas pelo TCU com irregularidades, apenas temos uma obra hoje na VALEC que está com

indícios de paralisação, pendente apenas de que a VALEC apresente as exigências solicitadas pelo TCU, apenas uma obra da VALEC. Eu acho que isso é de grande relevância, temos que aqui enfatizar, e que certamente estará sendo resolvida essa questão.

No DNIT, nós temos também duas obras com indicativo de paralisação, o que está sendo resolvido; e no Ministério do Esporte apenas uma obra.

Nós temos apenas quatro obras, sendo que duas já estão paralisadas, uma da FUNASA e outra do Meio Ambiente. Então, dessas com indicativo de paralisação apenas quatro obras, o que acredito se deva ao esforço muito grande não só dos órgãos de infraestrutura do Governo, como da celeridade que o TCU tem dado na análise desses processos.

Portanto, eu quero neste instante dar este meu depoimento e dizer que, com certeza, meu caro Coordenador Afonso Florence, baiano, e nosso Presidente Weliton Prado, esses órgãos estão muito bem dirigidos, em boas mãos, com competência, com seriedade, sobretudo com o zelo do bem público, e isso que nos dá essa certeza e essa confiança. Também quero dizer que a disposição deles para trabalhar é muita, pelo que conheço, e não tenho receio nenhum de dizer que avalizo totalmente essa Diretoria da VALEC, pelo o que eu conheço, como também a do DNIT, e com certeza essas obras serão realizadas dentro da expectativa de todos e dentro daquilo que o Tribunal de Contas também deseja.

Portanto, queria fazer esse registro e cumprimentar todos que estão nesta audiência pública.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) - Quero agradecer ao Deputado José Rocha.

Passamos a palavra ao Deputado Oziel Oliveira, do PDT da Bahia, e na sequência ao Deputado Carlos Magno, do PP de Rondônia.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Sr. Presidente, quero cumprimentar os nossos queridos Parlamentares que participam desta audiência pública; o Dr. José Lúcio, esse querido baiano que está hoje à frente da VALEC; e também o Dr. Sérgio, o Dr. Roger, e também o Dr. Nivaldo, que aqui representa o TCU.

Quero cumprimentar o nosso ilustre Deputado Florence, que tem uma responsabilidade muito grande aqui à frente dos trabalhos, e também quero dizer ao Deputado Domingos Sávio, que acabou de fazer o seu pronunciamento, sobre toda a preocupação que esta Casa tem em relação a essas obras, que tanto este Parlamento tem a obrigação de fiscalizar, mas que também o TCU tem tido todo o cuidado, e é o que queremos em relação às obras.

Hoje, posso aqui falar tanto quanto os que já puderam se manifestar, Deputado José Rocha e tantos outros que aqui já passaram e falaram sobre a matéria, da importância das obras que estão em andamento. Nós sabemos, em especial, sobre a Ferrovia Leste-Oeste. E o Deputado Florence também tem o pleno conhecimento do desenvolvimento dessa obra e do que ela significa para o País, não somente para a Bahia, nosso Estado, e para a Frente e a VALEC, que toca essa obra, ela tem um significado muito importante no cenário econômico e social no Estado da Bahia.

E também, das obras que estão em pleno andamento, que, por determinação e por fiscalização do TCU poderiam estar com alguma irregularidade prevista, e prevista nos seus relatórios, nós sabemos que dentro do quadro tanto do TCU quanto do próprio Ministério e também da VALEC essas pequenas irregularidades ou falhas de Orçamento são notadamente passíveis de solução, como temos acompanhado diariamente em audiências no próprio TCU.

E sabemos que uma equipe técnica tanto do TCU quanto da VALEC tem se manifestado, certo, Deputado José Rocha, em todos os momentos, na hora da parte ambiental e na parte técnica de execução de engenharia, e ela traz essa tranquilidade também para este Parlamento. Nós sabemos que o andamento das obras significa para

todos nós o desenvolvimento de uma região tão importante no cenário econômico como é a Bahia e também o desenvolvimento social e industrial para nosso Estado.

Portanto, eu fico aqui registrando também a importância que ela terá, principalmente nesse trecho que compõe a FIOL especial, no trecho que vai compondo o oeste da Bahia, entre Caetité e Barreiras, onde está o grande polo, tanto do aço quando da produção do agronegócio brasileiro no nosso Estado.

Hoje nós sabemos, e aqui muito mais o DNIT sabe, do envolvimento das nossas cargas de soja, algodão e milho, enfim; da matéria-prima que vai de Salvador com destino oeste, já que só temos uma via de escoamento, que é a BR-242. Isso traz para nós produtores rurais já um grande problema no trânsito entre essas cidades que compõem essa malha das estradas federais no nosso Estado.

Hoje, a nossa única solução de desenvolvimento é fazer com que essa ferrovia chegue definitivamente à região de Barreiras, onde, através do Porto Seco, poderemos diminuir nossos preços de produção e também fazer com que mais de 10 milhões de hectares de terra possam receber agricultores de todo o Brasil para a produção e geração de empregos. O PIB do agronegócio brasileiro tem sustentado este País e gerado milhões de empregos no campo.

Nós sabemos que tanto as duas partes técnicas e nós no Parlamento temos a responsabilidade de fiscalizar e de cuidar do patrimônio público brasileiro, que são os recursos que estão sendo investidos lá.

Portanto, Sr. Presidente, fico também atento a essa discussão. Sabemos que nosso apelo é para que esse relatório possa ser aprovado dentro das condições preestabelecidas aqui. Nós sabemos que o Dr. José Lúcio e toda sua equipe da VALEC têm tido a preocupação de responder ao TCU e de responder àqueles que têm feito análises das suas planilhas.

Portanto, Deputado Florence, colocamo-nos à disposição, fazendo também um apelo para aprovação e dando também a nossa contribuição para esta audiência pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) - Agradecemos ao Deputado Oziel Oliveira e passamos a palavra ao Deputado Carlos Magno.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Quero cumprimentar o Presidente Weliton; o colega Deputado Florence pela Coordenação; pela responsabilidade de estar nesta discussão também, o Tribunal de Contas, a VALEC, o Dr. Roger, o DNIT.

Não excluindo a função nossa de Parlamentar, que é de fiscalizar através das Comissões, gostaria de abrir um parêntese até para discordar do Deputado Domingos Sávio e concordar com o Deputado Oziel em relação à paralisação das obras.

Em razão disso, temos a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, onde se constituíram duas Comissões para acompanhamento das obras do PAC: a do Programa Minha Casa, Minha Vida, da qual fui Relator, e a Comissão específica para as obras da Copa durante o ano de 2012. Tive oportunidade de visitar o País e ver a importância das obras para o desenvolvimento do País, mas também pude ver o lado social das obras, o resultado social de benefício ao cidadão.

No meu relatório, tirei uma conclusão, e eu gostaria de questionar o Nivaldo Dias, que é Secretário do Tribunal de Contas da União. Cheguei à seguinte conclusão: há obras que, por deficiência de elaboração de projetos Executivos ou por qualquer outra pendência detectada pelo Tribunal de Contas da União, foram paralisadas em razão dessa irregularidade. Mas, no meu relatório, eu me convenci de que o prejuízo financeiro para o Estado é muito maior ao se paralisar uma obra, há um prejuízo social para o cidadão.

E direciono-me ao Deputado Afonso Florence em relação às situações dos canais do Nordeste que transportam água. São obras belíssimas, mas que, por alguma

irregularidade, estão com trechos paralisados. Mas, devido ao volume de recursos e ao tempo de execução durante aquele período, essas pendências apresentadas pelo Tribunal de Contas poderiam ser solucionadas; são casos em que, muitas vezes, decidiu-se pela paralisação. Seria possível glosar pagamentos, como garantia nos casos de irregularidade de contratação ou de execução, quer dizer, desde que não houvesse o vício da contratação durante a execução. Nivaldo, é o que eu senti por este País afora.

Nós não somos técnicos, mas sentimos muito por ver o atraso dessas obras do PAC, o atraso para o desenvolvimento do País, tipo a Ferrovia que foi citada aqui, que enfrenta a questão indígena, de quilombola ou ambiental, que está trazendo esses para fazer parte de um processo para o qual, até então, não estavam preparados; o próprio projeto não estava preparado para dividir recursos com esse segmento. O Dr. Roger sabe que, querendo ou não, viraram participantes diretos dos recursos as comunidades, a FUNAI, através da reação dos índios, o próprio IBAMA, na questão ambiental, para levarem vantagem financeira e não técnica. Cumprindo-se o que é determinado, há um segmento que é alheio, até então, na contratação da obra, e que aumenta o custo da obra.

Então, cheguei à conclusão de que a paralisação de obras significa maior custo para o cidadão, maior custo para o Governo e atraso na execução das obras. É o que eu senti, Nivaldo, e eu não sei se o Tribunal de Contas consegue vencer isso internamente, entendendo dessa maneira também, respeitando a legalidade do processo, a aplicação correta do recurso, mas abrindo mão, muitas vezes, da questão técnica de paralisar as obras que estão irregulares.

Então, eu gostaria de dizer, por exemplo, graças a Deus, temos salvado a obra de saneamento no Estado de Rondônia em torno de 500 ou de 600 milhões de reais. Uma Capital no País, Porto Velho, que tem apenas 3% de esgotamento sanitário e tratamento, está com esse dinheiro já há quatro anos disponível para gastar e não consegue resolver o problema do projeto executivo. Aí, já é diferente, é uma situação

diferente, é uma incapacidade de elaboração de projeto e de afirmação de aplicação correta do recurso. Isso está na origem, mas, durante a execução, creio que as adversidades fazem parte disso.

Então, espero que possa haver esse entendimento entre os órgãos ambientais e entre os órgãos que têm o dever de zelar pelos direitos de quem quer que seja, para que seja respeitado o lado social e o lado do desenvolvimento do País. Não se trata de todo mundo tirar um pouco para levar vantagem. E o Tribunal de Contas, com muita propriedade, fiscaliza. Graças a Deus, temos o Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Contas dos Estados, que, além de fiscalizarem, são orientadores a fim de que os gestores errem menos.

Mas certamente tenho essa dúvida com relação à paralisação de obras, que faz com que exista o COI, que é o Comitê para Obras Inacabadas, no qual, todos os anos, discutimos esse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) - Agradecemos ao Deputado Carlos Magno e passamos a palavra ao representante do Tribunal de Contas da União, o Sr. Arsenio José da Costa Dantas, Secretário de Fiscalização e Obras e Patrimônios da União, por 15 minutos. *(Pausa.)*

Se o pessoal da VALEC quiser desfazer a mesa, pode ficar à vontade. Não tem problema nenhum.

Estão pedindo para controlar a iluminação e apagar aqui na frente.

Muito obrigado, Socorro, sempre competente. E aproveito para cumprimentar toda a Assessoria da Comissão. Inclusive, Afonso, há 2 anos, tive o prazer de ser Coordenador do COI. Estão aqui o Ramiro, a Socorro, enfim, Assessores realmente muito competentes da Comissão, que ajudaram muito o nosso Deputado Afonso Florence.

Com a palavra o Sr. Arsenio, para sua exposição.

O SR. ARSENIO JOSÉ DA COSTA DANTAS - Sr. Presidente Deputado Weliton Prado; Deputado Afonso Florence, que saiu; Sr. Roger, Engenheiro do DNIT; Sras. e Srs. Parlamentares, no que diz respeito ao DNIT, a indicação do Tribunal para a inclusão no rol das obras com paralisação de Orçamento é a BR-448, no Rio Grande do Sul.

São três lotes dessa obra. Os principais apontamentos do Tribunal foram, no Lote 1, relativos ao serviço de escavação.

Essas questões todas foram decorrentes da licitação que foi feita com o projeto básico e na inadequação do projeto básico à obra que veio a ser executada.

No caso do Lote 1, tivemos problemas quantitativos de inadequação de equipamentos utilizados com relação ao serviço de escavação de carga e transporte de material. Com relação ao Lote 2, são problemas também com a escavação, maior quantidade do sobrepreço apontado, ou seja, da irregularidade que foi apontada pelo Tribunal no serviço de escavação, cargas e transporte relativo à distância média de transportes, de jazidas e de solos para a obra.

Com relação ao Lote 3, que é a parte do elevado e da ponte estaiada, o apontamento do Tribunal foi preponderantemente em cima do serviço de fornecimento de preparo de colocação de fôrmas. Enfim, no corte e dobra de aço há uma discussão de produtividade, se o projeto contemplava corte e dobra manual, se era inadequado para a magnitude dessa obra, além da questão de utilização no projeto de betoneira, em vez de central de concreto.

Com isso, o Tribunal, ouvidos os consórcios e o DNIT, prolatou o Acórdão nº 2.872, em 2012, praticamente 1 ano atrás, determinando ao DNIT ajustes dos contratos para adequar o projeto à obra.

Dessa deliberação do TCU, foram postos embargos de declaração pelos consórcios. Vieram a ser depois julgados, não lhes foi dado provimento, tendo sido mantidos os mesmos termos do acórdão que determinaram os ajustes nos contratos.

Tendo sido comunicados desses embargos, tanto o DNIT quanto os consórcios entraram com recurso, o pedido de reexame, que é o recurso cabível nesta fase.

De sorte que, tendo sido recorrido, o último recurso foi em junho deste ano, foi para nossa Secretaria de Recursos, onde está sendo analisado. Ainda não houve deliberação quanto ao provimento ou não do recurso por parte do Tribunal, razão pela qual não há, em princípio, que falar em saneamento da situação, porque está com efeito suspensivo dada à questão processual de recurso impetrado pelos interessados.

Em resumo, é isso. Estou à disposição, Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Weliton Prado) - Eu queria agradecer ao Sr. Arsenio.

Até para fazer justiça, queria passar a coordenação dos trabalhos ao Deputado Afonso Florence, até pelo brilhante trabalho que realizou. A gente se reúne todas as terças-feiras. Sou testemunha realmente do empenho, do compromisso e da grande responsabilidade com que o Deputado Afonso Florence assumiu fazer o relatório com extrema responsabilidade, ética e transparência.

Quando fui Coordenador do COI, inclusive, eu coordenei os trabalhos. Então, acho que é mais do que justo, Deputado Afonso, que V.Exa. coordene, assuma a Presidência e dê continuidade aos trabalhos aqui para fechar seu trabalho com chave de ouro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Florence) - Quero agradecer ao Deputado Weliton a gentileza.

Passo rapidamente a palavra ao Diretor de Infraestrutura do DNIT, o Sr. Roger Pegas, que disporá de 15 minutos para sua apresentação e suas respostas.

Obrigado.

O SR. ROGER DA SILVA PÊGAS - Inicialmente, quero cumprimentar o Presidente da Mesa, Deputado Afonso Florence, Coordenador do COI, em nome de

quem cumprimento todos os demais Parlamentares presentes; Dr. José Lúcio, da VALEC; Dr. Arsenio; Dr. Ulisses, do TCU; demais autoridades presentes.

A abordagem que o DNIT irá fazer é com relação realmente à BR-448. Inicialmente, havia duas obras indicadas, uma é a Ponte Xambioá, mas praticamente estão todas ajustadas.

Falta ainda uma correspondência final do DNIT ao TCU, mas o próprio TCU já também tomou conhecimento da anulação do processo licitatório feito pelo Estado de Tocantins, em junho de 2013, o que torna todo o processo de licitação e de contrato da ponte, que estava indicada com sobrepreços, inexistente e anula-se todo o processo.

Então, vamos passar à BR-448, que é o mote. A Comissão esteve presente, inclusive, na obra. Não tivemos a satisfação de poder acompanhá-los. A gente tinha feito uma divisão de tarefas dentro da Diretoria. Apesar de eu ser o representante gaúcho da Diretoria, o Tarcísio, Diretor-Executivo, ia acompanhando a Comissão — o TCU e a SecobRodovia estiveram presentes lá —, mas de última hora foi chamado pelo nosso Ministro e não teve a oportunidade de acompanhar a Comissão.

Dados do empreendimento: a BR-448 é uma rodovia com 22,34 quilômetros, dispõe de construção de 15 obras de áreas especiais, a maior delas é uma ponte estaiada sobre o Rio dos Sinos. Temos, um pouco antes da ponte, uma elevada grande também. O valor hoje vigente das obras é de 1 bilhão de reais.

O prazo estimado para conclusão da linha geral da obra, do principal, é agora em dezembro de 2013, mas alguns serviços, alguns acessos às cidades... A BR-448 atende na Região Metropolitana de Porto Alegre, ao menos 5 Municípios, facilitando o trânsito da BR-116. É uma alternativa à BR-116. Alguns acessos a alguns desses Municípios terão continuidade ao longo dos primeiros meses do ano de 2014.

Então, como o Secretário Dr. Arsenio citou, a rodovia é dividida em 3 lotes. O primeiro, com 9 quilômetros, faz o entroncamento da BR-116 até a BR-386. O Lote 2

são 5,3 quilômetros. E o Lote 3, que é um lote que contempla mais obras viárias, são quase 8 quilômetros.

A BR-448 é conhecida inicialmente na região como Rodovia do Parque. O projeto dela objetiva basicamente dar uma solução para os problemas dos constantes engarrafamentos da BR-116, o grande gargalo hoje, se não do Estado do Rio Grande do Sul, da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Os dados de projetos citavam que a BR-116 tem 130 mil veículos. Mas os últimos levantamentos feitos ao longo do ano de 2013 já elevam esse número para 172 mil veículos. Hoje é uma das 5 rodovias do Brasil com mais movimento. São poucos os pontos hoje — e alguns desses pontos perdem até a característica de rodovia, como a Avenida Brasil, no Rio de Janeiro — que ultrapassam esse número.

Na conclusão da obra da BR-448, a estimativa de projeto era que 40% do tráfego da BR-116 passaria para a BR-448, passaria a ser preferencialmente da BR-448. Só que os levantamentos fizeram uma estimativa de que 80% desse tráfego seria de veículos pesados. Então, pela característica dela de via expressa, ela ganharia 80% dos caminhões e ônibus dessa rodovia.

A BR-448 vai funcionar talvez como um dos mais importantes eixos de escoamento do Rio Grande do Sul. Também faz parte do processo — acho importante citar — o trabalho social realizado na construção da rodovia, com o reassentamento de 600 famílias. Hoje, a rodovia é responsável pela ordem de 2.700 empregos.

Dados e estudos levantados pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul — FIERGS dão conta de que os danos causados à economia gaúcha pelos engarrafamentos e acidentes na BR-116 equivalem ao valor de uma BR-448 por ano. O valor de danos à economia por excesso de prazo na BR-116, pelo tráfego na região, pelos atrasos constantes, é da ordem de mais de 2 milhões de reais por dia, segundo dados da FIERGS.

Então, é importante ressaltar que a BR-448 é uma rodovia que está praticamente em sua reta final. Hoje, está-se na execução dos lotes. O Lote 1 tem 93% de execução; prática e pontualmente, há trechinhos de 200 metros em que a terraplenagem está em conclusão; o restante já está todo em obras de pavimentação, adiantadas. Capas já estão sendo colocadas, e obras como defensas de concreto, postes de iluminação, tudo isso está em andamento e adiantado. O Lote 2 está com 97%, e o Lote 3, com 98%, com uma média de 97% da obra toda em andamento. O Lote 3 já apresenta praticamente 50% das obras.

A liberação da faixa de domínio já foi toda feita. A obra hoje funciona em três turnos, e as obras de arte estão todas em fase de conclusão, praticamente na sua fase de acabamento.

Os apontamentos do TCU indicam pouco mais de uma dezena de itens, mas esses cinco itens que se repetem em todos os lotes representam aproximadamente 75% da indicação de sobrepreço pelo TCU na obra. Em todos eles, a gente aborda alguns pontos. A gente trata da questão do fornecimento em aço, que foi citada pelo Dr. Arsenio; é predominante no Lote 3. Há um entendimento. Foi utilizado na ocasião do projeto o sistema referencial de custos do DNIT. Existe realmente uma parcela de aço da obra que está sendo recebida com corte dobra industrial. No entanto, não é 100% desse aço. E também, quanto aos custos indicados pelo TCU para a composição do item de corte dobra industrial, o DNIT tem feito questionamentos.

No caso do concreto, 35, 40mpa. Da mesma forma também existem algumas questões quanto a consumos teóricos do cimento editivo. O Dr. Arsenio citou também a questão do concreto betoneira. Mas, no caso dos Lotes 1 e 2, não há um volume de concreto. Apesar de existirem obras de arte, não há um volume de concreto suficiente nesses lotes que justificassem a mobilização de uma central de usinagem de concreto. Isso só seria justificável no Lote 3.

A escavação, carga e transporte também hoje tem vários questionamentos, e o DNIT tem tentado responder ao TCU com relação às distâncias médias de transporte e a formatação desse transporte comercial ou local, que inclusive está sendo corrigida no novo sistema referencial que o DNIT está aprontando, no novo ciclo. O DNIT já resolve essa questão no novo ciclo que está sendo lançado.

Ainda existe também uma questão de movimentação de vigas pré-moldadas, com treliça. No caso, está sendo usado um guindaste de alta capacidade, o que aumenta a eficiência da empresa. E aí, por esse aumento de eficiência, há um questionamento em relação a isso.

Estacas pré-moldadas. Aqui temos uma indicação nos três lotes. Como eu citei, aqueles itens da página anterior são os mais representativos.

Aí vemos uma distribuição do sobrepreço indicado no Acórdão nº 2.872, de 2012.

É importante ressaltar que, hoje, com a execução de 98%, quanto ao que se fala em termos de paralisação da obra, os valores seriam irrisórios. A maior parte dos serviços foi executado ao longo desse período de obra que tem rodado.

Situação processual. Como bem citado pelo Dr. Arsenio, os efeitos do Item 9.1 do Acórdão nº 2.871 estão suspensos em decorrência de recursos interpostos pelo DNIT e pelas empresas. Houve um pedido de reexame.

A comunicação do TCU ao DNIT, do efeito suspensivo, foi feita por um ofício de julho de 2013, notificando o recurso conhecido como efeito suspensivo.

Então, essa é a situação hoje do processo da 448, e aqui passamos a mostrar algumas fotos.

Vejam, esta é uma foto de linha geral. A obra, realmente, como podem ver, foi construída dentro de uma região que é afetada por enchentes, como Porto Alegre. A ação social feita foi sobre a chamada Vila do Dique, que era a vila que funcionava sobre o dique, dando condições de passagem de água para essa região. São praticamente arrozais.

Aí vemos a intersecção com a BR-116, bem no início do trecho. É um trecho em que pontualmente ainda temos alguns serviços de terraplenagem, muito pontuais, encabeçamento de uma ou outra obra de arte, por conta de atrasos de desapropriações que ocorreram no primeiro semestre deste ano. Mas está praticamente em fase final.

Aí vemos a ponte estaiada sobre o Rio Gravataí, que foi concluída há duas semanas. Ela já está recebendo a capa asfáltica para sua conclusão. Ela hoje já está dando passagem para um lado e para o outro, passagem essa da obra. Imagino que o Deputado deve ter passado na ponte, já deve ter andado nela.

Aqui o entroncamento do acesso a Esteio.

No entroncamento com a BR 290, cujo acesso também está em fase final, num ou noutro ponto de acesso a pavimentação está sendo executada.

A próxima foto mostra a instalação de postes de iluminação. Pode-se ver aí a defensa metálica no bordo, uma estrutura de concreto no eixo. A sinalização já está em andamento, placas já estão sendo colocadas. Já há muitas placas colocadas na obra.

Essa outra foto demonstra o reassentamento das 599 famílias, que fizeram parte da ação da BR-448, caso houvesse necessidade de realocação dessas famílias.

Tendo em vista o exposto, a gente subsidiou a Comissão de elementos necessários, demonstrando o avanço da obra e a necessidade ainda de continuidade de alguns serviços remanescentes que vão ser feitos no ano que vem. Esses serviços remanescentes serão feitos, se forem necessários, em novos contratos.

Nós não temos hoje elementos suficientes para paralisar um empreendimento desse tamanho, que tem todo um custo social numa região que hoje concentra quase 50% da população do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre hoje é a quinta região metropolitana do País. Quer dizer, é uma obra que está dando solução a todo esse conflito que existe hoje no trânsito dessa região. Por isso, somos de opinião de que essa obra não deveria ser indicada dentro do Anexo 6 da LOA, do ano que vem.

Muito obrigado, Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Florence) - Agradeço ao Sr. Roger Pêgas, Diretor de Infraestrutura do DNIT.

Algum Parlamentar nos pediu inscrição para falar?

Deputado Paulo Pimenta, do PT do Rio Grande do Sul, por favor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Prezado Coordenador, Dr. Roger; Dr. Arsenio; Dr. Sérgio; demais senhores Parlamentares integrantes da Comissão, em primeiro lugar, quero saudar a iniciativa de V.Exa. de ter ido ao Rio Grande do Sul, de ter feito a visita à BR-448, juntamente com o representante do Tribunal de Contas. Sem dúvida alguma, essa oportunidade de ver o trecho *in loco*, conhecer a obra permite uma percepção diferenciada.

Eu tenho certeza de que, por tudo aquilo que foi demonstrado aqui pelo Dr. Roger, pelo atual estágio da execução da obra, seria de difícil compreensão para a sociedade brasileira se esta Casa acatasse a sugestão do Tribunal de Contas.

Imaginem os senhores e as senhoras se esta Casa decidisse acatar o que está propondo o Tribunal de Contas, e nós tivéssemos uma obra fora da possibilidade de receber recursos do orçamento do ano que vem, uma obra com seu trecho principal pronto, com vários acessos a Municípios, a saídas, mas impedida de ser realizada — imaginem o prejuízo que isso traria para o Estado do Rio Grande do Sul, para a economia do Estado, para a população!

Portanto, eu entendo que esta Casa não deve acolher a indicação do Tribunal de Contas. Mas, mais do que isso, Dr. Arsenio… Eu tive a oportunidade de falar isso com o senhor em Porto Alegre. Quero aqui repetir, na Comissão, que, do meu ponto de vista, isso é, mais uma vez, revelador do equívoco que nós cometemos aqui nesta Casa quando, na LDO, estabelecemos parâmetros e critérios distintos entre a Casa e o Tribunal de Contas para se analisar indícios de irregularidades graves ou pedir a paralisação de uma obra. Porque o Tribunal de Contas faz uma leitura fria, digamos

assim, a partir dos seus parâmetros, dos seus critérios, a partir de uma interpretação que tem da lei.

Então, cabe a esta Casa analisar os aspectos sociais, o custo da paralisação, os custos ambientais, as consequências, enfim, que uma eventual paralisação poderia provocar. Isso, muitas vezes, para uma pessoa menos avisada, permite inclusive uma interpretação equivocada do trabalho desta Comissão. Quando se observa uma manchete de um jornal, como nós observamos as do *Jornal Nacional* ou da imprensa do Estado… Por exemplo: *"O Tribunal de Contas pede a paralisação de obra com 98 milhões de sobrepreço".* E aí nós lemos uma notícia que diz que o Congresso Nacional permite que a obra continue*.* Isso faz com que uma pessoa que não conheça a matéria entenda que nós estamos permitindo que uma obra que tem irregularidades, desvio de dinheiro ou coisa do gênero continue sendo executada. Quando nós nos sentamos aqui para discutir, nós percebemos que não é isso, que é uma discussão técnica, que são interpretações distintas de soluções de engenharia que foram executadas pelas empresas, pelo DNIT; e que os engenheiros do DNIT têm uma compreensão daquilo que é o melhor, e os técnicos do tribunal têm outra. Mas em nenhum momento existe aqui — pelo menos eu nunca vi — uma suspeita de que tenha ocorrido desvio de dinheiro ou coisa do gênero, como muitas vezes esse tipo de assunto é tratado.

A propósito, é muito importante a emenda que foi aprovada este ano pela LDO. Ela faz com que, a partir do ano que vem, o Tribunal de Contas, quando analisar, tenha que também dizer a esta Casa qual será o custo da paralisação de tal obra, quais as consequências sociais que essa medida trará, qual a custo da manutenção de uma obra parada, quantos empregos vão deixar de existir num canteiro de uma obra paralisada, e assim por diante. Eu acho que esse seria um avanço importante. Nós vamos achar um ponto de equilíbrio na própria relação desta Comissão com o próprio Tribunal.

Portanto, Sr. Coordenador, eu acho que nós temos todas as condições de manter essa obra no orçamento, respeitando, mas não acatando a sugestão do Tribunal de

Contas, porque temos a capacidade de fazer uma leitura mais ampla do significado e das consequências, dos prejuízos que traria para o Brasil um eventual acolhimento por parte desta Casa da opinião do Tribunal de Contas.

Então, a minha posição é no sentido de que a gente acolha os argumentos aqui apresentados pelo DNIT, comprovados pela nossa visita à obra, e que possamos manter o orçamento do ano que vem para essa obra, com condições de receber talvez poucos, mas importantes recursos para a complementação total desse importante empreendimento para o Estado do Rio Grande do Sul e para o Sul do Brasil, Sr. Coordenador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Florence) - Obrigado, Deputado Paulo Pimenta. Antes de proceder à finalização da audiência, eu gostaria de perguntar se tem mais algum Parlamentar querendo se pronunciar. *(Pausa.)*

Eu ia fazer os procedimentos finais, mas ainda temos de falar da obra da Vila Olímpica de Parnaíba.

Gostaria de convidar o Técnico do Tribunal de Contas Sr. Ulisses para fazer a apresentação do TCU. Se já tiver chegado o representante do Ministério do Esporte, peço que se apresente. Senão, para fins de procedimento da audiência, vamos ouvir a apresentação do TCU. Se, em tempo, chegar o representante do Ministério do Esporte, será convidado à Mesa. Senão, posteriormente, vamos ver se há alguma consideração final dos participantes e prosseguir com a audiência pública.

Se os senhores quiserem se sentar aqui embaixo, podem ficar à vontade.

O SR. JOSÉ ULISSES RODRIGUES VASCONCELOS - Exmo. Sr. Deputado Afonso Florence, por meio de quem saúdo todos os presentes, passo à apresentação das constatações feitas pelo Tribunal em relação à Vila Olímpica de Parnaíba, Piauí, cuja auditoria foi realizada este ano.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou, primeiro, apresentar o histórico da auditoria; depois, os principais achados do TCU; e, finalizando, os requisitos preliminares à continuidade da obra.

Quanto ao histórico, quero dizer que a Vila Olímpica do Piauí compõe-se de instalações esportivas, em dois terrenos contíguos de 98 mil metros quadrados, compreendendo estádio olímpico, ginásio, piscina olímpica, piscina de saltos, duas quadras poliesportivas, quatro quadras de tênis, duas quadras de vôlei de praia, oito quiosques, pista de *cooper*, arquibancadas, vestiários e sanitários, estrutura geral e estacionamento.

Valor da obra.

O valor de todo o empreendimento ficou em torno de 200 milhões de reais, destacando-se um estádio olímpico, para 35 mil pessoas, que corresponde a mais de 180 milhões de reais.

Os recursos foram passados pela União, pelo Ministério do Esporte, por meio da Caixa Econômica Federal. Atualmente, há dois contratos de repasse: um para o projeto básico do estádio, de 1 milhão e meio de reais; e outro para o projeto e obras da Vila, em torno de 16 milhões de reais.

Quanto aos contratos, a Fundação dos Esportes do Piauí — FUNDESPI — firmou quatro contratos até o momento. Um contrato para o projeto básico do estádio, em torno de 1 milhão e 500 mil reais; contratos para projetos da Vila, em torno de 500 mil reais; um contrato para terraplanagem da Vila, em torno de 800 mil reais; e outro contrato para cerca, quadras esportivas e arquibancadas, em torno de 2 milhões e 700 mil reais.

As situações do contrato.

O contrato para o projeto do estádio está 100% executado e 60% pago. Os contratos de terraplanagem, de projetos da Vila e de obras da Vila estão em parte executados, mas, até o momento, nada foram pagos. Eles não foram pagos em razão de a Caixa Econômica Federal ter entendido que essas licitações foram feitas mediante pregão e não caberia o pregão.

A situação, no momento, é de auditoria. É importante dizer que, quando a equipe do TCU se dirigiu às obras, ela já encontrou essas obras paralisadas há mais de 1 ano. Então, essas obras estão paralisadas não por conta de alguma sugestão do Tribunal. Elas se encontravam paralisadas antes mesmo de o Tribunal fazer qualquer trabalho nessas obras.

Os principais achados que o TCU encontrou foram: estudos de inabilidade técnica e socioeconômica; impropriedades na execução dos contratos de repasse; perda potencial dos serviços realizados; contrato com objeto amplo e não definido; fiscalização deficiente dos contratos a cargo da Fundação de Esportes do Estado do Piauí.

Atualmente, há dois julgados no âmbito do Tribunal, que, por sua vez, determinou: a suspensão cautelar de repasses e o encaminhamento da indicação de IG-P ao Congresso Nacional; a oitiva dos órgãos envolvidos; a determinação à Caixa no sentido de adotar providências para viabilizar a conclusão dos contratos e das obras paralisadas — ou seja, ao contrário da Caixa, que entendeu que havia motivos para não pagar, o TCU entendeu que não há óbice à conclusão dos contratos em vigor, tanto em termos de obra quanto em termos de pagamento, condicionando isso, evidentemente, à medição dos serviços e à aferição da qualidade desses serviços executados, e exigiu que a Caixa adotasse essas providências; recomendou ao Ministério do Esporte o aprimoramento dos processos de seleção de empreendimentos que contarão com recursos federais; e a realização de audiências dos responsáveis e oitivas das empresas contratadas.

Esse processo foi objeto de embargos de declaração a que deu entrada a construtora responsável pelas obras. Também houve o pedido de dilação de prazo para as respostas tanto à FUNDESPI como ao Ministério do Esporte.

O TCU, quanto aos embargos de declaração, informou mais uma vez que não havia óbice à conclusão dos contratos firmados até agora, bem como ao pagamento das

obras executadas, desde que — mais uma vez ressaltando — sejam aferidas tanto a quantidade executada quanto a qualidade dos serviços.

Quanto ao estádio, cujo projeto está em execução e importa em mais de 800 milhões de reais, o TCU trouxe alguns requisitos para a continuidade dessa obra —ou seja, para a contratação da execução dessa obra, porque não há contrato ainda para a obra do estádio —, que seriam: o esclarecimento de qual será ou órgão ou a entidade responsável pela administração e operação do complexo; as estimativas de custos de operação e manutenção; a programação de atividades e eventos a serem realizados; a estimativa de público e de renda para essas atividades e eventos; e a inserção dessas atividades no contexto do esporte local, regional e nacional. Isso porque a cidade de Parnaíba tem em torno de 150 mil habitantes e a previsão da capacidade do estádio é de 35 mil pessoas.

Ao final, trago algumas fotos das obras.

Esta é a foto do projeto, do complexo. Ali é uma foto da situação atual do terreno. Estas são as obras já prontas, já executadas. E estes são os problemas que foram verificados em relação à terraplanagem.

Então, a determinação é que se adotem providências imediatas no sentido de não perder esses serviços executados, que se meçam os serviços, que se afira a qualidade e que se pague o executado.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Florence) - Agradeço ao Dr. José Ulisses a apresentação.

Pergunto se há algum Parlamentar que queira se pronunciar. *(Pausa.)*

Não havendo, gostaria de informar ao Plenário que, em virtude da aprovação do Requerimento nº 8, de 2013, ocorrido na 10ª Reunião Ordinária realizada no dia 19 de novembro de 2013, quando foi requerida a diligência de membros do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades

Graves — COI aos locais de execução de obras em que o TCU identificou indícios de irregularidades graves, com recomendação de paralisação, da minha autoria, será realizada visita à construção da Vila Olímpica, em Parnaíba, Piauí, no dia 5 de dezembro próximo — depois de amanhã, portanto —, para que o COI conheça a real situação do empreendimento sob enfoque, bem como as providências eventualmente já adotadas pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte.

E no dia 9 de dezembro, segunda-feira, será realizada a visita à obra da FIOL, no Município de Barreiras.

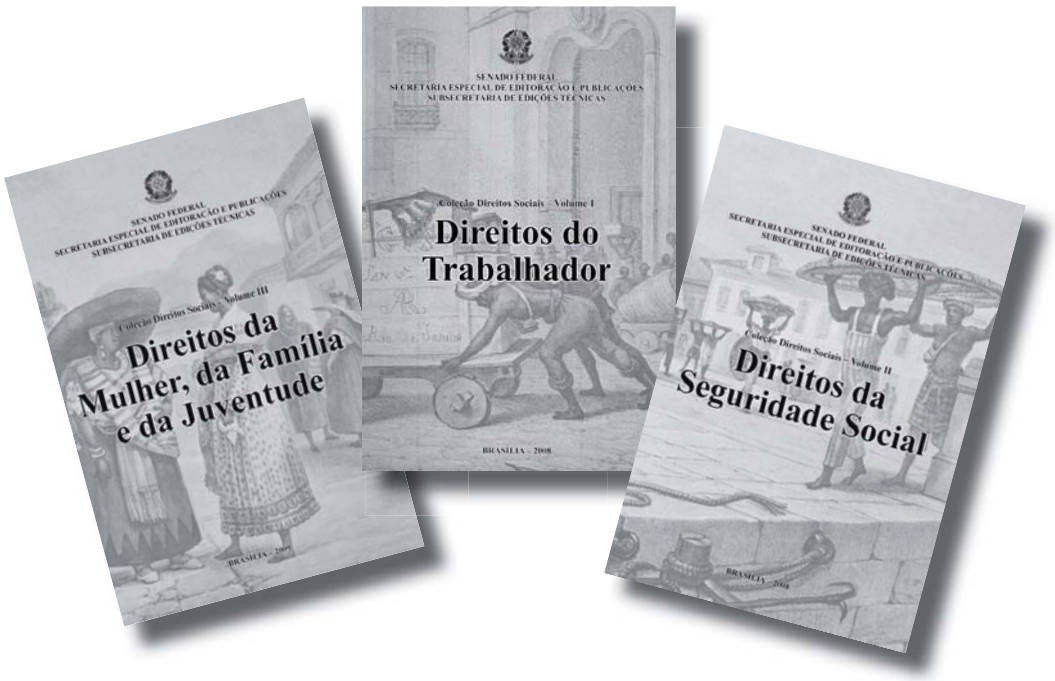
Não havendo mais quem queira se pronunciar, agradeço aos Srs. Parlamentares e aos representantes do DNIT, da VALEC e, especialmente, do Tribunal de Contas da União, o comparecimento.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos. Boa noite.

SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 1.362 páginas

(O.S. 12339/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL